2020

BALANÇO GERAL

RELATÓRIO CONTÁBIL



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

BGE Balanço Geral do Estado do Ceará

2020 Demonstrações Contábeis

Apresentado em abril de 2021

Mensagem do Governador

É com satisfação que apresento o Balanço Geral do Estado do Ceará com suas respectivas Demonstrações Contábeis do exercício de 2020. Este relatório tem a finalidade de apresentar à sociedade, numa visão compreensiva, a situação fiscal e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do Estado do Ceará.

Grandes avanços foram conquistados em 2020, em especial, todos os esforços empreendidos pelo Governo do Ceará para o enfrentamento do novo coronavírus no Estado. Embora o Estado do Ceará venha sofrendo o impacto macroeconômico do mercado externo e interno em virtude da pandemia de COVID-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, sensibilizando nossa política fiscal abruptamente e com a promulgação do Decreto nº 33.510, de 16/03/2020, que configurou o estado de emergência em saúde, determinando medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus em nosso Estado, investimentos foram multiplicados na área da saúde no sentido de priorizar o que temos de mais importante: a vida dos nossos irmãos e irmãs cearenses.

Foram firmadas parcerias, estabelecidos alvos e metas, vencidos obstáculos, de forma a consolidar uma estrutura institucional e aperfeiçoar o ambiente de boa governança, necessária ao pleno desenvolvimento do Estado, especialmente nas áreas prioritárias da educação, saúde, segurança pública e assistência social com foco na redução da pobreza e da desigualdade social.

É importante destacar que o Estado do Ceará implementou essa estratégia de forma responsável, sem comprometer estruturalmente suas finanças públicas em função de uma gestão fiscal equilibrada que permitiu a geração de poupança pública, garantindo, assim, as bases para o enfrentamento da crise. Para manter os seus investimentos, a sustentabilidade financeira e honrar compromissos, o Estado se vale de austeridade econômica e fiscal. Trabalhamos para qualificar a aplicação de nossos recursos e estamos entre os que mais investem no Brasil em relação à sua receita corrente líquida. Somos um Estado inventivo, dedicado, resiliente e que busca modernizar seus processos a cada dia.

Este relatório apresenta um apanhado das ações realizadas em 2020 no Ceará e aponta os desafios para 2021 a fim de que nosso Estado continue avançando de forma consistente nas melhorias históricas alcançadas. Os nossos esforços em 2020 fizeram o Ceará crescer economicamente, batendo recorde na participação das exportações brasileiras e liderando entre

os Estados em volume de investimentos públicos. Isso significa a construção de novas estradas, escolas, obras hídricas, equipamentos de saúde e segurança, e toda a parte de infraestrutura necessária para atrair novos investidores, criando mais oportunidades para a vida dos milhões de cearenses.

Fomos honrados com a oportunidade de dedicar nossa capacidade e sensibilidade em prol dos nossos irmãos e irmãs cearenses. Quantos não sonham com uma chance dessas, de fazer a diferença na vida do próximo? Somos privilegiados por esta possibilidade. Rogo a Deus para que, a cada dia, sigamos firmes para conseguir honrar essa confiança. Lutarei todos os dias por isso. E tenho a absoluta certeza de que vamos conseguir superar todos esses desafios e sair ainda mais fortes.

Assim, este relatório reflete esse compromisso de que é possível crescer mesmo diante de um cenário econômico de crise, maximizando a eficiência fiscal em direção a um futuro mais seguro e próspero para a população cearense.

Sempre juntos!

Agradecimento aos profissionais da linha de frente à Pandemia – Covid-19

O ano foi difícil para todos. Fomos inseridos num contexto que jamais imaginaríamos passar em nossa geração. As portas foram se fechando, o comércio, todos que podiam iam se trancando em suas casas.

Uma guerra diferente iria começar, em que o objetivo não era tirar vidas por motivos geopolíticos, econômicos ou qualquer outro. A guerra era para salvar vidas e toda a humanidade precisava ficar toda unida, pois, desta vez, o inimigo era microscópico.

Em situação extremas, surgem pessoas que se destacam na liderança e condução do processo. Surgiram verdadeiros heróis, de carne e osso, com medos e desafios. Uns para lutar diretamente contra o vírus, outros para evitar que o mundo parasse e o desastre econômico e social fosse ainda maior.

Heróis de jaleco, de moto, de bicicleta. Profissionais de saúde, cientistas, entregadores de comida, trabalhadores em geral que precisaram ficar na linha de frente, expostos aos riscos de contaminação e morte.

Médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, maqueiros e demais profissionais que, dia a dia, prestam assistência a vidas, em um trabalho árduo. Pessoas que, com amor e dedicação, amparam, cuidam e tentam dar esperança àqueles debilitados pelo vírus e ao colega que emocionalmente não aguenta mais.

A elaboração do Balanço Geral do Estado do Ceará foi muito difícil e desafiadora, mas nada se compara ao heroísmo desses profissionais que estão na linha de frente do combate à Covid – 19. O Governo do Estado do Ceará agradece e reverencia todos esses heróis que têm salvado vidas e reduzido os impactos da pandemia para a população cearense.

GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba

SECRETÁRIOS EXECUTIVOS

Fabrízio Gomes Santos

Liana Maria Machado de Souza

Sandra Maria Olímpio Machado

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO TESOURO ESTADUAL E METAS FISCAIS

Fabrízio Gomes Santos

COORDENADORIAS E ASSESSORIA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOURO ESTADUAL E METAS FISCAIS

COORDENADOR DE GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E CONTÁBIL

Paulo Sérgio Rocha

COORDENADOR DE GESTÃO FISCAL

Márcio Cardeal Queiroz da Silva

COORDENADOR DE GESTÃO FINANCEIRA

José Garrido Braga Neto

ASSESSOR ESPECIAL

Carlos Eduardo dos Santos Marino

CÉLULAS DA SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOURO ESTADUAL E METAS FISCAIS

CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

Talvani Rabelo Aguiar

CONTABILIDADE CENTRALIZADA DOS ÓRGÃOS

Rosa Liduína Teixeira Diógenes Nogueira

ESTUDOS E NORMAS CONTÁBEIS

Saulo Moreira Braga

ESTUDOS ECONÔMICOS TRIBUTÁRIOS

Wesley Sousa Chaves

GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Fábio Silva Duarte

PLANEJAMENTO E QUALIDADE DO GASTO

Takeshi Cardoso Koshima

PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA

Francisco Xavier de Vasconcelos

GESTÃO DOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

Neuton Tavares de Oliveira

COMPOSIÇÃO DAS CÉLULAS

CÉLULA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO - CECOG

Ângelo Garcia Bezerra

Débora Maria Rodrigues Nascimento

Francisco das Chagas da Silva

Maria Eliete Ferreira

Raimunda Jorge de Medeiros

Soraya Nunes Nântua

Thalita Avelino de Vasconcelos

Ubirajara Araújo Filho

Vânia Maria da Silva Alcântara

CÉLULA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA DOS ÓRGÃOS - CEORG

Danyelle Andrade da Silva

Eumardônio Mendonça Barbosa

Franklin Alves Ferreira

Karen Ketilen Peixoto Almeida

Larissa Braga de Almeida

Maria Edilza de Assis Sousa

Maria Marlúcia Sulina Bezerra Moura

Waldir Meireles Conde

Vânia Maria Campos da Silva

CÉLULA DE ESTUDOS E NORMAS CONTÁBEIS - CENOC

Cibele Pires Matos

Márcia de Azevedo Franco Dantas

Renata Reina Montenegro de Albuquerque

CÉLULA DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA - CEPEF

Cícero Alexandre de Aquino Braz

Fernando César Ferreira de Queiroz

Ivone Maire Antunes Bezerra

Lourival Anchieta Júnior

Luana Emídio da Silva

Mariana Tostes Campos

Michelle Campos Martins

Rafael Gonçalves Zidan

Verângela Ramos de Souza

CÉLULA DE GESTÃO DOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - CENGE

Francisco Ary Saraiva dos Anjos

Francisco David Inácio da Silva

Francisco Ernane de Freitas

Jane Mary Rocha

Jaquiele Silva Di Guimarães

José Airton do Nascimento Sousa

Maria das Dores da Silva

Mário César Lemos Queiroz

CÉLULA DE PLANEJAMENTO E QUALIDADE DO GASTO – CEPLA

Anderson Rodrigues de Souza

Jurandir Gurgel Gondim Filho

Leonardo Batisti de Faria

Mirella Rodrigues Lima

Uelsivanda Barbosa da Silva

Wilson Gomes de Oliveira Júnior

CÉLULA DE GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA - CEDIP

Érbia Freitas do Nascimento

Fernando Antônio Melo Fontenele

James Antônio Ferreira Uchoa

CÉLULA DE ESTUDOS ECONÔMICOS-TRIBUTÁRIOS - CEESE

Carlos Alberto Alves de Almeida

Luiz Fernando Pinheiro

EQUIPE DE INFORMÁTICA

André Sales Alcântara

Antônio Gomes Lima

Francisco Anderson Alencar de Lima

Iram Carvalho do Nascimento

João Paulo Dehon Nunes Moreira

Sávio Machado de Araújo

ÍNDICE REMISSIVO

CAPÍTULO I 27
1. DO ORÇAMENTO 27
1.1 Orçamento Geral 27
1.2 Orçamento da Administração Direta 35
1.3 Orçamento da Administração Indireta 38
CAPÍTULO II 41
2. DA CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 41
2.1 Receita Orçamentária 41
2.1.1 Receitas Correntes 43
2.1.1.1 Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 45
2.1.1.2 Receita de Contribuições 61
2.1.1.3 Receita Patrimonial 61
2.1.1.4 Receita Agropecuária 62
2.1.1.5 Receitas de Serviços 62
2.1.1.6 Transferências Correntes 63
2.1.1.7 Outras Receitas Correntes 68
2.1.2 Receitas de Capital 69
2.1.2.1 Operações de Crédito 70
2.1.2.2 Alienação de Bens 74
2.1.2.3 Amortização de Empréstimos 75
2.1.2.4 Transferência de Capital 75
2.1.2.5 Outras Receitas de Capital 75
2.1.3 Receitas dos Fundos Previdenciários 75
2.1.4 Receitas Correntes Intraorçamentárias por Tipo de Administração 79
2.1.5 Receitas Desvinculadas no Exercício 80
2.2 Despesa Orçamentária 81
2.2.1 Despesa Orçamentária por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica 81
2.2.2 Despesa Orçamentária por Tipo de Crédito 82
2.2.3 Despesa Orçamentária por Poder e Categoria Econômica 82
2.2.4 Despesa Orçamentária por Poder e Órgão 83
2.2.5 Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo 89
2.2.6 Despesa Orçamentária por Modalidade de Licitação 90
2.2.7 Despesa Orçamentária Consolidada por Função 95

2.2.7.1 Despesa do FECOP por Função 96
2.2.8 Despesa por Categoria Econômica e Grupo 98
2.2.9 Despesas Correntes 99
2.2.10 Despesas de Capital 108
2.2.11 Despesas dos Fundos Previdenciários 119
2.2.12 - Despesas com Enfrentamento a COVID-19 125
2.2.13 Receita e Despesa Consolidadas por Fonte de Recursos 127
2.2.14 Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91 130
CAPÍTULO III 133
3. DOS BALANÇOS GERAIS 133
3.1 Notas Explicativas de Caráter Geral 133
3.1.1 Contexto Operacional 133
3.1.2 Gestão da Execução Orçamentária Financeira e Contábil-Patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual 138
3.1.3. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis 140
3.1.4 Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais 141
3.1.5. Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas 144
3.1.6 Moeda Funcional e de Apresentação 144
3.1.7 Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas 144
3.1.8 Resumo das Principais Práticas Contábeis 145
3.1.8.1. Caixa e Equivalente de Caixa 145
3.1.8.2 Créditos e Dívidas 145
3.1.8.3 Estoques 145
3.1.8.4 Investimentos Permanentes 145
3.1.8.5 Imobilizado 145
3.1.8.6 Intangível 146
3.1.8.7 Depreciação, Amortização e Exaustão 146
3.1.8.8 Passivos Circulantes e Não Circulantes 146
3.1.8.9 Depósitos Judiciais 146
3.1.8.10 Sequestro Judiciais 146
3.1.8.11 Bloqueios Judiciais 147
3.1.8.12 Custos dos Empréstimos 147
3.1.8.13 Restos a Pagar 147
3.1.8.14 Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários 147

3.1.8.15 Registro da Receita Orçamentária 147
3.1.8.16 Liberação de Recursos de Fonte Tesouro 148
3.1.8.17 Distinção entre Circulante e Não Circulante 148
3.1.8.18 Liquidação de Despesas de Exercícios Anteriores 148
3.1.8.19 Desvinculação das Receitas Estaduais (DRE) 148
3.1.8.20 Incentivos Fiscais - Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI. 148
3.1.8.21 Apuração do Resultado 149
3.1.8.22 Consolidação das Demonstrações Contábeis 149
3.1.8.23 Providências Referentes às Recomendações do TCE Constantes do Parecer Prévio das Contas do Governo do Exercício de 2019 150
3.1.9 Nota explicativa específica ao Contrato de Financiamento nº 13.2.0967.1 com o BNDES: “Operação BNDES Estados” 150
3.2 Balanços Consolidados 153
3.2.1. Balanço Orçamentário Consolidado 153
3.2.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário Consolidado 158
3.2.2 Balanço Financeiro Consolidado 163
3.2.2.1 Notas Explicativas do Balanço Financeiro Consolidado 164
3.2.3 Balanço Patrimonial Consolidado 170
3.2.3.1 Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial Consolidado 172
3.2.4 Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas 201
3.2.4.1 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais 202
3.2.5 Demonstrativo da Dívida Flutuante 207
3.2.5.1 Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante 208
3.2.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa 211
3.2.6.1 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa 213
CAPÍTULO IV 219
4. DOS INDICADORES E DA GESTÃO FISCAL 219
4.1 Da Análise Macroeconômica 219
4.1.1 A Economia em Tempos de Covid e seu Impacto na Gestão Fiscal 219
4.1.1.1 Panorama Geral 219
4.1.1.2 Fundamentos da Ação Governamental 220
4.1.1.2.1 Fundamentos Econômicos 220
4.1.1.2.2 Fundamentos Jurídicos 223
4.1.1.2.3 Resiliência Fiscal 225
4.1.1.3 Análise dos Cenários 226
4.1.1.3.1 Cenário Mundial 226

4.1.1.3.2 Cenário Nacional 228
4.1.1.3.3 Cenário Local 236
4.1.1.4 Impactos da crise na desigualdade do país 242
4.2 Lei de Responsabilidade Fiscal 247
4.2.1 Relatório Resumido da Execução Orçamentária 248
4.2.1.1 Resultado Primário Nominal 248
4.2.1.2 Receita Corrente Líquida 252
4.2.1.3 Gasto com Educação 255
4.2.1.4 Gasto com Saúde 261
4.2.1.5 Parcerias Público Privada - PPP 265
4.2.2 Relatório de Gestão Fiscal 266
4.2.2.1 Despesa com Pessoal 266
4.2.2.2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida 272
4.2.2.3 Dívida Pública Estadual 274
4.2.2.3.1. Estoque da Dívida 276
4.2.2.3.2. Evolução do Endividamento do Estado do Ceará 278
4.2.2.3.3 O Estoque da Dívida Pública e a sua Relação com o PIB 280
4.2.2.3.4 O Serviço da Dívida Pública 283
4.2.2.3.5 Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito 286
4.2.2.4 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores 286
4.2.2.5 Demonstrativo das Operações de Crédito 287
4.2.2.5.1 Das Operações de Crédito em 2020 e sua Destinação (Finalidade) 289
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 297

ANEXOS

- Balanço Social
- Relatório do Controle Interno
- Balanços e Demonstrativos da Administração Direta
- Anexo 12 - Balanço Orçamentário - Administração Direta
- Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados
- Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados
- Anexo 13 - Balanço Financeiro - Administração Direta
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Administração Direta
- Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Administração Direta
- Demonstração dos Fluxos de Caixa - Administração Direta
- Anexos 1, 2, 10, 11, 16 e 17- Administração Direta
- Demonstrativos Consolidados das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais e Fundos
- Anexo 12 - Balanço Orçamentário - Administração Indireta
- Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processado
- Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados
- Anexo 13 - Balanço Financeiro - Administração Indireta
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Administração Indireta
- Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Administração Indireta
- Demonstração dos Fluxos de Caixa - Administração Indireta
- Anexos 1, 2, 10, 11, e 17- Administração Indireta
- Fundo de Desenvolvimento Industrial Ceará - FDI
- Demonstrações Financeiras Lei 6.404/76 - Empresas Públicas e Soc. de Economia Mista
- Demonstrativos Consolidados - Administração Direta e Indireta
- Anexo 12 - Balanço Orçamentário - Administração Direta e Indireta
- Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados
- Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados
- Anexo 13 - Balanço Financeiro - Administração Direta e Indireta
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Administração Direta e Indireta
- Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Administração Direta e Indireta
- Demonstração dos Fluxos de Caixa - Administração Direta e Indireta
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido - Empresas Estatais Dependentes
- Anexos 1, 2, 10, 11, 15 e 17 - Administração Direta e Indireta
- Atas de Audiências Públicas de Acompanhamento e Avaliação de Metas Fiscais – Art. 9º, § 4º - LRF
- Relação de Projetos Concluídos e em Conclusão – Art. 45 da LRF
- Relação dos Órgãos Integrantes da Administração Direta
- Relação dos Órgãos Integrantes da Administração Indireta
- Relação das Fontes de Recursos

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Consolidação do Orçamento por Poder 28
Gráfico 02 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Categoria Econômica e Grupo de Despesa 36
Gráfico 03 - Receitas Correntes Líquidas x Receitas de Capital Líquidas x Receitas Intraorçamentárias Líquidas 43
Gráfico 04 - Evolução da Arrecadação do ICMS - Ceará - 2011 a 2020 50
Gráfico 05 - Comparativo do ICMS com o IPCA no Período de 2011 a 2020 50
Gráfico 06 - Participação do ICMS no PIB do Ceará – 2011 A 2020 53
Gráfico 07 - Evolução da Receita Patrimonial - 2016 a 2020 62
Gráfico 08 - Evolução da Receita do FPE - 2016 a 2020 - Valores Brutos 66
Gráfico 09 - Evolução das Perdas do FUNDEB – 2016 a 2020 68
Gráfico 10 - Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operação de Crédito - 2016 a 2020 71
Gráfico 11 - Evolução das Operações de Crédito - 2016 a 2020 72
Gráfico 12 - Participação das Operações de Crédito em Relação à Receita Total Líquida - 2016 a 2020 73
Gráfico 13 - Evolução da Receita de Operação de Crédito Interna e Externa - 2016 a 2020 74
Gráfico 14 - Despesa Realizada por participação dos orçamentos fiscal e da seguridade social 82
Gráfico 15 - Despesa Realizada por Poder 88
Gráfico 16 - Despesas do FECOP por Função de Governo 97
Gráfico 17 - Trajetória do Resultado Orçamentário Consolidado - 2016 a 2020 155
Gráfico 18 - Impulso e Resposta dos Multiplicadores Fiscais no Brasil 221
Gráfico 19 – Projeções do Crescimento Real do PIB em virtude da Covid-19 226
Gráfico 20 – Empobrecimento do Mundo - Per Capita do PIB Mundial (%) 228
Gráfico 21 - Taxas Médias Reais de Crescimento Anual em cada Década (%) 229
Gráfico 22 - Crise de Oferta e de Demanda 230
Gráfico 23 - Evolução da Taxa de Crescimento do PIB (%) 230
Gráfico 24 - Evolução do Resultado Primário (%PIB) por Esfera de Governo 2010-2020 231
Gráfico 25 - Evolução da Dívida Bruta do Governo Geral-DBGG (%PIB) 232
Gráfico 26 - Evolução da Taxa de Juros Real na Economia (%) 235
Gráfico 27 – Resultado Primário como (%) da Receita Corrente Líquida - 2020 236
Gráfico 28 - Evolução do PIB Trimestral Ceará e Brasil (%) -2016.1 - 2020.4 237
Gráfico 29 - Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Região Nordeste e Ceará-Dados Dessazonalizados-(2019=100) 237
Gráfico 30 - Geração de Poupança – 2016 a 2020 - R$ milhões 239
Gráfico 31 - Investimentos empenhados dos Estados e DF – 2020 - R$ milhões 239
Gráfico 32 – Investimentos Empenhados – Comparativo entre o Ceará e a média nacional – 2015 a 2020 – R$ milhões 240
Gráfico 33 – Mapa comparativo dos Investimentos Empenhados dos Estados e DF- 2020 - % da Receita Corrente Líquida - RCL 240
Gráfico 34 – Investimentos Empenhados – Comparativo entre o Ceará e a média nacional – 2015 a 2020 – % da Receita Corrente Líquida - RCL 241
Gráfico 35 – Evolução da Dívida Pública (DC e DCL) em R$ milhões e % da Receita Corrente Líquida – RCL 241
Gráfico 36 - Empregos Formais Gerados no Nordeste 242
Gráfico 37 – Comparação de Casos Confirmados – Região OMS 243
Gráfico 38 – Nova Perspectiva Econômica Mundial – Custo Econômico (PPC US$ Bilhões). 244
Gráfico 39 – Nível de Ocupação e Desocupação das Pessoas 245
Gráfico 40 - Rendimento médio Real Efetivo (R$) Vis-à-Vis a Taxa de Desocupação (%) 245
Gráfico 41 – Variação da Renda entre 2019 e ago/2020 246

Gráfico 42 - Evolução da RCL e RLIT 255
Gráfico 43 - Evolução da Perda com o FUNDEB..... 257
Gráfico 44 - Despesas com Educação x Receita Líquida de Impostos - 2016 a 2020 260
Gráfico 45 - Despesa com Saúde x Receita Líquida de Impostos – 2016 a 2020..... 263
Gráfico 46 - Evolução Percentual das Despesas com Saúde (Computadas e não Computadas) - 2016 a 2020 263
Gráfico 47 - Despesa com Pessoal x Receita Corrente Líquida- 2016 a 2020..... 271
Gráfico 48 - Evolução da Cotação do Dólar Fim de Período - 2016 a 2020..... 277
Gráfico 49 - Evolução da Dívida Fundada em Relação ao PIB e RCL - 2016 a 2020 280
Gráfico 50 - Composição da Dívida Fundada Estadual - 2016 a 2020..... 281
Gráfico 51 - Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor 282
Gráfico 52 - Dívida Pública do Estado do Ceará - Saldo Devedor por Moeda 283
Gráfico 53 - Capacidade de Pagamento Anual da Dívida Pública-Limitada 11,5% da RCL – 2016 a 2020 285
Gráfico 54 - Liberações Anuais das Operações de Crédito e o seu Limite de 16% da RCL - 2016 a 2020 292

LISTA DE TABELAS

Tabela 001 - Valores por Esfera Orçamentária 27
Tabela 002 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Poder 28
Tabela 003 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Grupo de Despesas e Fonte de Recursos 29
Tabela 004 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Função e Fonte de Recursos 30
Tabela 005 - Demonstrativo do Orçamento por Categoria Econômica e Tipo de Administração 31
Tabela 006 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Órgão 32
Tabela 007 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta por Órgão 33
Tabela 008 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Categoria Econômica e Grupo de Despesa 36
Tabela 009 - Demonstrativo dos Órgãos com participação no Orçamento consignado para Administração Direta, com base nos Registros da Dotação Inicial (Lei) 37
Tabela 010 - Demonstrativo do Orçamento Inicial (Lei) da Administração Indireta por Categoria Econômica e Grupo de Despesas 39
Tabela 011 - Demonstrativo Comparativo da Receita Orçamentária Prevista com a Realizada, por Categoria Econômica e Grupo – Consolidada 42
Tabela 012 - Demonstrativo Comparativo das Receitas Correntes (Exceto Intra) Previstas com as Realizadas por Tipo de Administração /Categoria Econômica e Grupo 44
Tabela 013 - Variáveis Econômicas Projetadas 46
Tabela 014 - Demonstrativo da Composição da Receita Tributária Valores Correntes Brutos .. 46
Tabela 015 - Demonstrativo Comparativo da Receita Tributária (Valor Bruto) - 2019/2020 48
Tabela 016 - Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Estado do Ceará - 2011 a 2020 49
Tabela 017 - Demonstrativo da Arrecadação do ICMS por Segmento - Valores Brutos - 2019/2020 51
Tabela 018 - Composição dos Recursos do FECOP 55
Tabela 019 - Demonstrativo Comparativo das Transferências Constitucionais da União – Valores Nominais Brutos - 2019/2020 64
Tabela 020 – Transferências Correntes – Enfrentamento/Compensação aos Efeitos COVID .. 65
Tabela 021 - Demonstrativo das Origens dos Recursos do FUNDEB do Estado do Ceará 67
Tabela 022 - Demonstrativo dos Recursos Transferidos ao FUNDEB pelo Estado do Ceará ... 67
Tabela 023 - Demonstrativo do Resultado do FUNDEB no Estado do Ceará 68
Tabela 024 – Outras Receitas Correntes – Combate a COVID 69
Tabela 025 - Demonstrativo Comparativo das Receitas de Capital Previstas com as Realizadas por Tipo de Administração/Categoria Econômica e Grupo 69
Tabela 026 - Demonstrativo Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operações de Crédito 71
Tabela 027 - Demonstrativo da Evolução das Operações de Crédito em Relação à Receita Total Líquida - 2016 a 2020 72
Tabela 028 - Demonstrativo da Evolução da Receita de Operações de Crédito Interna e Externa - 2016 a 2020 74
Tabela 029 - Demonstrativo da Receita Consolidada dos Fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID (Origem de Recursos) 76
Tabela 030 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro FUNAPREV (Origem de Recursos) 77
Tabela 031 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVMILITAR (Origem de Recursos) 77
Tabela 032 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVID (Origem de Recursos) 78
Tabela 033 - Demonstrativo da Receita do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP (Origem de Recursos) 78

Tabela 034 - Demonstrativo Comparativo das Receitas Correntes Intraorçamentárias Previstas com as Realizadas por Tipo Administração / Categoria Econômica e Grupo..... 80
Tabela 035 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica 81
Tabela 036 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada X Realizada por Tipo de Crédito..... 82
Tabela 037 - Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Despesa Fixada com a Realizada por Poder e Categoria Econômica 83
Tabela 038 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, por Poder e Órgão 84
Tabela 039 - Demonstrativo da Aplicação dos Recursos do FECOP por Órgão..... 89
Tabela 040 - Demonstrativo da Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Consolidada 89
Tabela 041 - Demonstrativo da Despesa do Estado por Órgão e Modalidade de Licitação..... 91
Tabela 042 - Demonstrativo da Despesa Orçamentária Consolidada por Função..... 95
Tabela 043 - Demonstrativo Comparativo das Despesas do FECOP por Função de Governo – 2019/2020 96
Tabela 044 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, por Categoria Econômica e Grupo..... 98
Tabela 045 – Demonstrativo dos Juros e Encargos da Dívida..... 100
Tabela 046 – Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Grupo “Outras Despesas Correntes” 101
Tabela 047 - Demonstrativo das Transferências aos Municípios 103
Tabela 048 - Demonstrativo da Base de Cálculo da Quota parte do ICMS aos Municípios 104
Tabela 049 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Grupo "Outras Despesas Correntes" da Administração Direta 105
Tabela 050 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Grupo "Outras Despesas Correntes" da Administração Indireta 107
Tabela 051 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidada 109
Tabela 052 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada da Categoria “Despesas de Capital” por Grupo, Modalidade de Aplicação e Elemento da Administração Direta..... 110
Tabela 053 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada da Categoria “Despesas de Capital” por Grupo, Modalidade de Aplicação e Elemento da Administração Indireta 112
Tabela 054 - Demonstrativo dos Investimentos nos Programas de Governo de Maior Relevância..... 114
Tabela 055 - Demonstrativo dos Investimentos nas Funções e Subfunções de Governo..... 115
Tabela 056 - Demonstrativo da Amortização da Dívida 118
Tabela 057 - Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada por Categoria e Grupo dos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID..... 120
Tabela 058 - Demonstrativo da Despesa Empenhada por Fonte de Recursos do FPP 120
Tabela 059 - Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro FUNAPREV e PREVMILITAR 121
Tabela 060 - Resumo da Despesa Empenhada do Fundo de Financeiro FUNAPREV..... 122
Tabela 061 - Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVMILITAR..... 123
Tabela 062 - Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVID (Poder e Fonte de Recursos)..... 123
Tabela 063 - Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada de Pessoal (Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID) 124
Tabela 064 - Resumo das Despesas dos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID ... 125
Tabela 065 – Gastos em Ações Específicas – COVID 126

Tabela 066 - Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa Orçamentárias, por Fontes de Recursos 127
Tabela 067 - Comparativo da Despesa e Receita Intraorçamentária - Modalidade 91 130
Tabela 068 - Demonstrativo do Balanço Orçamentário Consolidado 154
Tabela 069 - Demonstrativo do Quociente da Execução Orçamentária 155
Tabela 070 - Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar não Processados - Anexo 1 - Consolidado 156
Tabela 071 - Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados - Anexo 2 - Consolidado 156
Tabela 072 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Consolidadas 157
Tabela 073 - Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada 158
Tabela 074 - Demonstrativo da Composição da Receita Realizada 159
Tabela 075 - Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada – Consolidada 159
Tabela 076 - Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa por Tipo de Crédito – Consolidada 160
Tabela 077 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias – Consolidadas 160
Tabela 078 - Demonstrativo da Composição das Diferenças entre a Receita e a Despesa Intraorçamentárias Consolidadas (Modalidade 91) 161
Tabela 079 - Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores – Consolidado 162
Tabela 080 – Demonstrativo Resumido do Balanço Financeiro Consolidado 164
Tabela 081 - Demonstrativo do Cálculo dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis - Consolidado 165
Tabela 082 - Demonstrativo do Cálculo dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis - Consolidado 166
Tabela 083 - Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos) - Consolidado 167
Tabela 084 - Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios) – Consolidado 167
Tabela 085 - Demonstrativo de Outros Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários 168
Tabela 086 - Demonstrativo dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – Consolidado 169
Tabela 087 - Demonstrativo do Balanço Patrimonial Consolidado 171
Tabela 088 - Demonstrativo dos Créditos a Curto Prazo 173
Tabela 089 - Demonstrativo dos Créditos Tributários a Receber de Curto Prazo 173
Tabela 090 - Demonstrativo dos Créditos do FDI 174
Tabela 091 - Demonstrativo da Dívida Ativa 176
Tabela 092 - Demonstrativo das Ações Ajuizadas para Cobrança da Dívida Ativa 178
Tabela 094 - Demonstrativo de Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros 179
Tabela 095 - Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Consolidado 179
Tabela 096 - Demonstrativo do Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo- Consolidado 180
Tabela 097 - Demonstrativo das Aplicações Temporárias 180
Tabela 098 - Demais VPD a Apropriar 181
Tabela 099 - Demonstrativo dos Créditos a Longo Prazo – Consolidado 181
Tabela 100 - Demonstrativo das Participações Permanentes 182
Tabela 101 - Demonstrativo das Participações Avaliadas pelo MEP 182
Tabela 102 - Demonstrativo das Participações do Estado do Ceará em Sociedades Controladas 183
Tabela 103 - Demonstrativo do Imobilizado 185
Tabela 104 - Demonstrativo dos Valores de Bens Adquiridos pelos Fundos 186
Tabela 105 - Demonstrativo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo 187
Tabela 106 - Demonstrativo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo 188

Tabela 107 - Demonstrativo de Valores Restituíveis 188
Tabela 108 - Provisões Matemáticas Previdenciárias do SUPSEC - FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID..... 193
Tabela 109 - Provisões Matemáticas Previdenciárias do Fundo de Previdência Parlamentar FPP 194
Tabela 110 - Demonstrativo dos Ajustes de Exercícios Anteriores – Consolidado 195
Tabela 111 - Demonstrativo do Cálculo do Superávit Financeiro Consolidado 197
Tabela 112 - Demonstrativo do Quociente da Situação Financeira Consolidada- 2020/2019. 197
Tabela 113 - Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro – Consolidado..... 198
Tabela 114 - Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado por Fonte e Subfontes..... 198
Tabela 115 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais..... 201
Tabela 116 - Demonstrativo de Reavaliações Positivas 202
Tabela 117 - Demonstrativo de Reavaliações Positivas por Órgão 203
Tabela 118 - Demonstrativo de Reavaliações Negativas..... 203
Tabela 119 - Demonstrativo de Reavaliações Negativa por Órgão 204
Tabela 120 - Demonstrativo das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas..... 204
Tabela 121 – Detalhamento de VPA - Fatos Geradores Diversos 205
Tabela 122 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas 206
Tabela 123 – Detalhamento de VPD - Fatos Geradores Diversos..... 206
Tabela 124 - Demonstrativo da Dívida Flutuante – Consolidada 207
Tabela 125 - Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar não Processados da Dívida Flutuante do Estado 208
Tabela 126 - Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante do Estado 208
Tabela 127 - Demonstrativo das Contas com Atributo “P” a Serem Excluídas dos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante – Consolidada 209
Tabela 128 - Demonstrativo das Obrigações Diversas a Serem Adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante Consolidada 209
Tabela 129 - Composição do Saldo do Exercício Anterior dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante Consolidada 210
Tabela 130 – Resumo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados..... 212
Tabela 131 - Demonstrativo dos Ingressos de Valores Restituíveis – Consolidados 214
Tabela 132 - Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis – Consolidados 215
Tabela 133 - Demonstrativo dos Valores a Repassar – Consolidados 215
Tabela 134 - Demonstrativo de Valores a Receber – Consolidados 216
Tabela 135 - Demonstrativo das Saídas de Caixa a Regularizar – Consolidadas..... 217
Tabela 136 - Demonstrativo das Saídas de Caixa Regularizadas - Consolidadas..... 217
Tabela 137 - Programa de Enfrentamento à Pandemia do Coronavírus..... 233
Tabela 138 - Medidas de liquidez..... 234
Tabela 139 - Demonstrativo Comparativo da Previsão de Metas Fiscais com a Realização, de Acordo os Arts.4º, § 1º e Art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal 249
Tabela 140 - Comparação de Resultado Primário Exercício 2020 - Critério LDO x MDF..... 251
Tabela 141 - Comparação de Resultado Nominal Exercício 2020 - Critério LDO x MDF..... 251
Tabela 142 – Evolução do Resultado Nominal – “Acima da Linha”..... 251
Tabela 143 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Conforme Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000..... 253
Tabela 144 - Composição da RLIT..... 254
Tabela 145 - Dispêndios com Educação 255
Tabela 146 - Despesa Empenhada em Educação por Grupo de Despesa..... 256
Tabela 147 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (Art.212 da Constituição Federal) - RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72) 257
Tabela 148 - Demonstrativo da Despesa com Educação x Receita Líquida de Impostos - 2016 a 2020 260

Tabela 149 - Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) 261
Tabela 150 - Demonstrativo da Despesa com Saúde x Receita Líquida de Impostos - 2016 a 2020 262
Tabela 151 - Demonstrativo das Despesas com Saúde Total, Computadas e não Computadas - 2016 a 2020 263
Tabela 152 - Detalhamento das Despesas não Computadas 264
Tabela 153 - Despesas Executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde em 2020 264
Tabela 154 - Variação Gasto de Pessoal - Exercício 2020/2019 267
Tabela 155 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcios Públicos - LRF 268
Tabela 156 - Demonstrativo das Nomeações de Novos Servidores - Arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal 270
Tabela 157 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal x Receita Corrente Líquida – 2016/2020 271
Tabela 158 - Representatividade das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida 272
Tabela 159 - Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL – LRF 273
Tabela 160 - Demonstrativo da Composição da Dívida Fundada Estadual - 2016 a 2020 279
Tabela 161 - Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor 281
Tabela 162 - Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Moeda 282
Tabela 163 - Demonstrativo da Evolução do Serviço da Dívida Pública Estadual – 2016 a 2020 284
Tabela 164 - Demonstrativo dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito – 2020 286
Tabela 165 - Demonstrativo das Garantias – LRF 287
Tabela 166 - Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito – LRF 288
Tabela 167 - Demonstrativo da Captação das Operações de Crédito e sua Finalidade 290
Tabela 168 - Demonstrativo das Liberações Anuais das Operações de Crédito e o seu Limite de 16% da RCL - 2016 a 2020 291
Tabela 169 - Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - LRF - Consolidado 293
Tabela 170 - Resumo de Indicadores Fiscais – Receita e Disponibilidade 294
Tabela 171 - Resumo de Indicadores Fiscais – Índices Legais 295

Apresentação

O Balanço Geral do Estado, nos termos do art. 88, inciso XVI, da Constituição Estadual, diz respeito à prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Governador apresenta anualmente à Augusta Assembléia Legislativa, *in verbis:*

> *"Art.88. Compete privativamente ao Governo do Estado:*
>
> *XVI - prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior e, em caso de decretação de calamidade pública, este prazo será de até 120 (cento e vinte) dias após a abertura da sessão legislativa"*

Integram o Balanço Geral as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaboradas em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações, que trata de normas gerais de consolidação das Contas Pública.

O Balanço Geral é composto de dois volumes e um Relatório das Demonstrações Contábeis. O primeiro volume contém os balanços e demonstrativos da Administração Direta. O segundo engloba os balanços e demonstrativos - consolidados e por entidade das autarquias, fundações e fundos e ainda as demonstrações financeiras das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Por seu turno, o relatório contém as explicações e a análise das execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, distribuídas em capítulos, tendo como objetivo facilitar o manuseio e dar melhor configuração aos dados e informações.

O Balanço Geral é um instrumento legal imprescindível à sociedade, porquanto lhe permite acesso às informações que identificam a origem e a destinação dos recursos públicos, que visam melhorar a qualidade de vida do povo cearense, bem como a avaliação do desempenho da gestão pública.

Em cumprimento à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado nº 12.509, de 06/12/95, alterada pela Lei nº. 16.819, de 08.01.2019 - D.O.E. 09.01.2019, acompanha a Prestação de Contas o parecer do Controle Interno que evidencia o cumprimento da legislação vigente quanto à forma de apresentação das demonstrações contábil, financeira e fiscal.

CAPÍTULO I

1. DO ORÇAMENTO

1.1 Orçamento Geral

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2020, aprovado pela Lei nº 17.161, de 27.12.2019, foi elaborado em consonância com o disposto no Artigo 203, § 3º, da Constituição Estadual, observados os objetivos e prioridades da Administração Pública Estadual, bem como as consignações integrantes da Lei Estadual nº 16.944, de 17.07.2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Além da Legislação Estadual, o Orçamento foi elaborado em harmonia com a Legislação Federal, destacando-se a Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/2001 e suas alterações, Portaria nº 42, de 14/04/1999, alterada pelas Portarias nº 37/2007, no 41/2008, no 54/2011 e no 67, Portaria nº 548/2015, Portaria nº 402/2016 e Portaria Interministerial STN/SOF/MPOG nº 419/2016, todas do Ministério da Economia que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e das funções e subfunções de Governo.

A Lei Orçamentária para o exercício de 2020 compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado e estima os seus valores, conforme segue abaixo:

Tabela 1 - Valores por Esfera Orçamentária

(R$ milhares)

Tipo de Orçamento	Valor LOA
Orçamento Fiscal	20.784.570
Orçamento de Seguridade Social	7.593.920
Orçamento de Investimento das Empresas	384.434
Total Geral	**28.762.924**

Fonte: SEFAZ/SEPLAG

Nota: Exclui Modalidade 91 (R$ 1.514.183)

A despesa está discriminada por ordem de função, subfunção, programa de governo, projeto e atividade, região, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos qualificada. A receita está detalhada por categoria econômica, origem, espécie, rubrica, alínea e subalínea. A receita prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA - para o exercício de 2020 foi de

R$ 28.762.923.704,00, incluindo-se o valor de alusivo às empresas independentes (R$ 384.433.545,00) e excluídas as receitas intraorçamentárias no valor de R$ 1.514.183.139,00. A previsão inicial da receita é feita pelo valor líquido, já deduzidas a previsão de transferências ao FUNDEB no valor de R$ 3.643.551.920,00. A despesa é fixada no mesmo valor da receita prevista, em obediência ao princípio do equilíbrio orçamentário e inclui o valor de transferências constitucionais aos municípios de responsabilidade do Estado, as quais são executadas orçamentariamente.

Na tabela a seguir encontram-se especificados os valores e os percentuais de participação dos poderes no Orçamento. Desse modo, verifica-se que ao Executivo coube 91,24% em relação ao total consignado na LOA, sendo 88,56% em relação ao total das fontes de recursos do Tesouro e 97,32% do total das outras fontes.

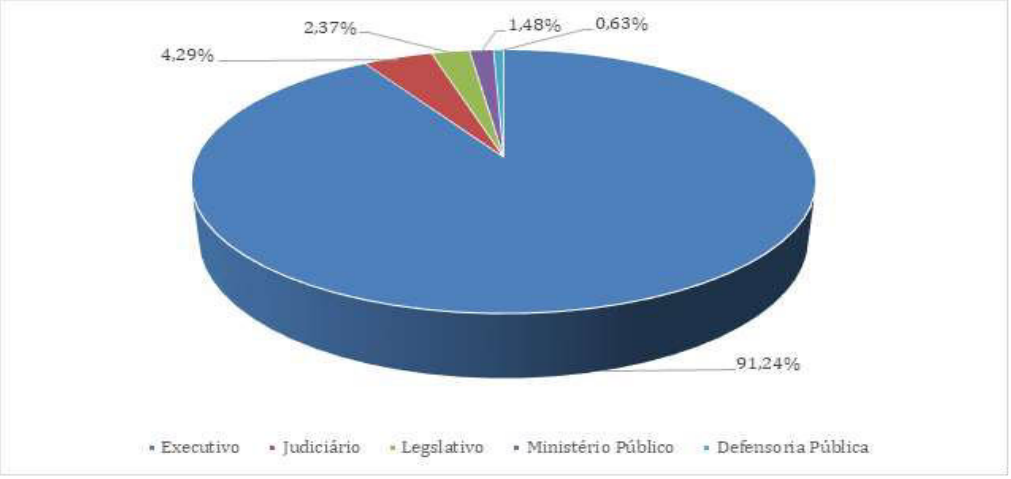
Tabela 2 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Poder

(R$ milhares)

Poder	Fonte Tesouro		Outras Fontes		Total	% Part.
	Valor	% Part.	valor	% Part.		
Executivo	17.670.760	88,56	8.573.030	97,32	26.243.790	91,24
Legislativo	656.692	3,29	24.417	0,28	681.108	2,37
Judiciário	1.090.930	5,47	142.513	1,62	1.233.442	4,29
Ministério Público	387.541	1,94	36.775	0,42	424.316	1,48
Defensoria Pública	148.292	0,74	31.975	0,36	180.267	0,63
Total Geral	19.954.215	100	8.808.709	100	28.762.924	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG
Nota 1: Exclui Modalidade 91 (R$ 1.514.183);
Nota 2: Inclui as empresas independentes (R$ 384.433).

Gráfico 1 - Consolidação do Orçamento por Poder



Fonte: SEFAZ/CECOG

Tabela 3 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Grupo de Despesas e Fonte de Recursos

(R$ milhares)

Grupo	Fonte Tesouro	Outras Fontes	Total	Part %
Pessoal e Encargos Sociais	8.964.818	3.664.920	12.629.737	43,91
Juros e Encargos da Dívida	696.568	15,00	696.583	2,42
Outras Despesas Correntes	8.943.271	1.967.957	10.911.228	37,94
Investimentos	643.673	2.353.586	2.997.259	10,42
Inversões Financeiras	173.009	4.374	177.383	0,62
Amortização da Dívida	474.158	550.540	1.024.698	3,56
Reserva de Contingência	58.719	267.318	326.037	1,13
Total Geral	**19.954.215**	**8.808.709**	**28.762.924**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota 1: Exclui Modalidade 91 (R$ 1.514.183);

Nota 2: Inclui as empresas independentes (R$ 384.433).

Das 28 funções de governo, elencadas na Portaria nº 42, de 14/04/1999, alterada pelas Portarias nº 37/2007, no 41/2008, no 54/2011 e no 67, de 20.07.2012, do Ministério da Economia que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas, a Lei de Orçamento alocou recursos em 27, cabendo à Função Previdência Social a maior parte, 13,27%, seguida da Saúde com o percentual de 12,87%, da Educação e Segurança Pública, com 11,98% e 11,75%, respectivamente, exceto a Função Encargos Especiais que ficou com 20,78%.

O montante relativo às fontes de recursos originárias do Tesouro (R$ 19.954.214.725,00) foi equivalente a 69,37% do total da LOA (R$ 28.762.923.704,00), de acordo com especificações contidas na tabela a seguir:

Tabela 4 - Demonstrativo da Consolidação do Orçamento por Função e Fonte de Recursos

(R$ milhares)

Código	Função	Tesouro (A)	Outras Fontes (B)	Total (A)+(B)	Part.%
01	Legislativa	656.692	3.106	659.798	2,29
02	Judiciária	1.090.930	142.513	1.233.442	4,29
03	Essencial à Justiça	451.445	52.805	504.251	1,75
04	Administração	1.298.279	266.952	1.565.231	5,44
06	Segurança Pública	3.174.724	204.444	3.379.168	11,75
08	Assistência Social	284.435	31.493	315.928	1,1
09	Previdência Social	1.660.531	2.156.188	3.816.719	13,27
10	Saúde	2.594.663	1.108.533	3.703.196	12,87
11	Trabalho	26.366	10.034	36.400	0,13
12	Educação	1.712.429	1.734.285	3.446.714	11,98
13	Cultura	152.429	29.230	181.659	0,63
14	Direitos da Cidadania	215.875	44.483	260.358	0,91
15	Urbanismo	100.254	50.323	150.577	0,52
16	Habitação	16.288	16.900	33.188	0,12
17	Saneamento	70.932	393.151	464.083	1,61
18	Gestão Ambiental	109.799	297.939	407.738	1,42
19	Ciência e Tecnologia	41.704	103.620	145.324	0,51
20	Agricultura	295.925	80.842	376.767	1,31
21	Organização Agrária	3.191	1.721	4.912	0,02
22	Indústria	30.234	21.198	51.432	0,18
23	Comércio e Serviços	41.841	35.651	77.492	0,27
24	Comunicações	35.351	52.717	88.067	0,31
25	Energia	5.110	47.898	53.008	0,18
26	Transporte	381.795	1.070.612	1.452.408	5,05
27	Desporto e Lazer	30.591	20.333	50.923	0,18
28	Encargos Especiais	5.413.684	564.420	5.978.103	20,78
99	Reserva de Contingência	58.719	267.318	326.037	1,13
Total Geral		**19.954.215**	**8.808.709**	**28.762.924**	**100**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota 1: Exclui Modalidade 91 (R$ 1.514.183);

Nota 2: Inclui as empresas independentes (R$ 384.433).

O Orçamento inicial por Fonte, Categoria e Tipo de Administração, considerando as operações intraorçamentárias, para o exercício de 2020, foi aprovado com os valores especificados a seguir:

Tabela 5 - Demonstrativo do Orçamento por Categoria Econômica e Tipo de Administração

(R$ milhares)

Especificação	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total
Receitas Correntes	23.162.793	2.958.635	26.121.428
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.692.712	638.664	17.331.376
Receita de Contribuições	0	846.161	846.161
Receita Patrimonial	195.491	204.978	400.469
Receita de Serviços	11.207	223.300	234.507
Transferências Correntes	9.376.291	880.699	10.256.990
Outras Receitas Corrrentes	530.644	164.832	695.476
Dedução Receita Corrente - FUNDEB	-3.643.552	0	-3.643.552
Receitas de Capital	2.172.128	84.934	2.257.062
Operações de Crédito	1.543.113	0	1.543.113
Alienação de Bens	0	0	0
Amortização de Empréstimo	0	0	0
Transferências de Capital	629.015	84.934	713.949
Outras Receitas de Capital	0	0	0
Total da Receita	**25.334.921**	**3.043.569**	**28.378.490**
Receita Intraorçamentária	**2.641**	**1.511.542**	**1.514.183**
Despesas Correntes	16.368.127	9.381.610	25.749.737
Pessoal e Encargos Sociais	8.621.504	5.434.456	14.055.960
Juros e Encargos da Dívida	696.558	25	696.583
Outras Despesas Correntes	7.050.065	3.947.129	10.997.194
Despesa de Capital	2.843.174	973.726	3.816.900
Investimentos	1.674.784	940.035	2.614.819
Inversões Financeiras	143.932	33.451	177.383
Amortizações	1.024.458	240	1.024.698
Reserva de Contingência	58.719	267.318	326.037
Total da Despesa	**19.270.020**	**10.622.654**	**29.892.674**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota 1: Incluia Modalidade 91 (R$ 1.514.183) no total da Dotação Inicial (Lei);

Nota2: Não inclui as empresas independentes (R$ 384.433).

No exercício de 2020, a previsão inicial da receita, sem considerar a previsão de receitas das empresas independentes (R$ 384.433.545,00), foi R$ 29.892.673.298,00, sendo: R$ 28.378.490.159,00 de receitas orçamentárias provenientes de agentes econômicos que não integram o orçamento fiscal e da seguridade social do Estado e R$ 1.514.183.139,00 referente

a previsão inicial das receitas Intraorçamentárias (provenientes de transações realizadas entre órgão que integram o orçamento fiscal e da seguridade social do Estado).

Na sequência, demonstra-se o orçamento inicial da despesa de 2020, por órgão e por tipo de administração, com e sem a modalidade 91.

Tabela 6 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Órgão

(R$ milhares)

Órgão	Sigla	LOA(A)	Mod (91) (B)	Valor Líquido (A-B)
010001	AL	507.865	28.423	479.442
020001	TCE	210.284	29.928	180.356
040001	TJ	1.285.304	201.788	1.083.516
060001	DP	188.000	32.792	155.208
080001	SEINFRA	553.020	1.330	551.690
100001	SSPDS	99.530	1.824	97.706
101021	PC	605.202	90.827	514.375
101031	PM	2.049.358	298.702	1.750.657
101041	CBMCE	233.411	34.709	198.702
101071	PEFOCE	97.242	14.442	82.800
101081	AESP	8.818	80	8.738
101091	SPESP	5.157	0	5.157
130001	PGE	76.580	12.676	63.904
150001	PGJ	456.901	69.360	387.541
170001	CEE	4.485	197	4.288
180001	SEJUS/SAP	595.107	65.683	529.424
190001	SEFAZ	768.242	119.840	648.403
191011	ENCARGOS	6.388.577	10.600	6.377.977
210001	SDA	278.613	3.882	274.731
220001	SEDUC	3.070.710	228.028	2.842.682
270001	SECULT	157.181	1.053	156.129
290001	SRH	281.838	1.109	280.730
300001	CASA CIVIL	148.296	412	147.885
310001	SECITECE	121.689	742	120.947
360001	SETUR	82.311	386	81.925
410001	CGE	30.324	5.053	25.272
420001	SESPORTE	46.965	236	46.729
430001	SCIDADES	357.181	1.477	355.704
460001	SEPLAG	145.591	12.371	133.220
461031	EGPCE	2.784	58	2.726
470001	STDS	234.085	10.213	223.872
470104	STDS	101.408	208	101.199
530001	CGD	9.111	105	9.006
560001	SDE	39.481	157	39.324

570001	SEMA	19.723	22	19.701
580001	VICEGOV	9.642	63	9.579
Total Geral		**19.270.019**	**1.278.775**	**17.991.244**

Fonte: SEFAZCEAZ/CECOG

Tabela 7 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Indireta por Órgão

(R$ milhares)

Orgão	Sigla	LOA (A)	Mod (91) (B)	Vr Líquido (A-B)
010101	FPP	21.310	0	21.310
040101	FERMOJU	139.855	2.500	137.355
040301	FUNSEG	3.476	0	3.476
040401	FECDOJ	9.096	0	9.096
060101	FAADEP	25.144	85	25.059
080301	DETRAN	530.695	24.165	506.530
081401	SOP	608.825	9.908	598.918
100601	FDS COORDENAÇÃO GERAL	4.070	0	4.070
100607	FDS POLÍCIA CIVIL	500	0	500
100608	FDS POLÍCIA MILITAR	1.800	0	1.800
100609	FDS CORPO DE BOMBEIROS	2.300	0	2.300
100610	FDS COLÉGIO POLÍCIA MILITAR	2.450	0	2.450
100611	FDS COLÉGIO BOMBEIROS	1.665	3	1.662
100615	FDS COLÉGIO JUAZEIRO DO NORTE	1.090	0	1.090
105001	FDCC	21.700	0	21.700
130101	ARCE	25.181	3.371	21.810
130201	FUNPECEPGE	15.210	0	15.210
130301	FECAPGE	940	20	920
150201	FDID	6.400	0	6.400
150301	FUNSIT	405	0	405
150401	FESMP	400	0	400
150501	FRMMP	29.930	360	29.570
180401	FUNPEN	13.760	0	13.760
190401	JUCEC	15.515	1.924	13.592
210101	EMATERCE	114.096	547	113.549
210301	IDACE	14.291	1.379	12.912
211101	ADAGRI	20.693	1.610	19.083
211301	FDAF	3.100	0	3.100
240301	ESP	1.594	0	1.594
240344	CEO RODOLF	1.329	0	1.329
240401	FUNDES	2.452.099	81.073	2.371.026
240424	HEMOCE	65.600	127	65.474
240479	HGPMJMA	27.634	0	27.634
240494	MICRO BATURITÉ	11.838	0	11.838
240564	MIC SOBRAL	31.418	0	31.418
240634	DEC OIT IG	13.938	0	13.938
241081	PRIM DERES	102.623	0	102.623
241281	HGF	260.433	0	260.433
241291	H MESSEJ	209.876	0	209.876

241301	H G C C O	90.784	0	90.784
241311	A SABIN	147.025	0	147.025
241321	HSMM	17.468	0	17.468
241331	H S J	34.455	5	34.450
241501	C E O	7.834	0	7.834
241521	IPCC	5.311	0	5.311
241531	LACEN	21.739	0	21.739
241561	CIDH	3.698	1	3.697
241581	D LIBANIA	3.230	0	3.230
241591	MEIRELES	26.854	0	26.854
241621	CEOBENFICA	2.017	0	2.017
270401	F E C	25.530	0	25.530
290101	SOHIDRA	26.886	710	26.176
300101	FUNTELC	8.958	575	8.383
310101	FUNECE	324.797	41.399	283.398
310201	UVA	89.783	14.603	75.180
310301	URCA	131.540	20.227	111.313
310401	FUNCEME	23.937	2.328	21.610
310501	FUNCAP	106.215	47	106.167
310601	NUTEC	17.369	1.313	16.056
420101	FUNDEJ	13.345	0	13.345
430801	FESB	13.555	0	13.555
460101	ISSEC	24.078	1.650	22.427
460201	ETICE	91.867	900	90.967
460301	IPECE	19.925	144	19.781
460401	SUPSEC	3.048.063	1.570	3.046.493
460501	SUPSEC	715.303	1.570	713.733
460601	COHAB	4.076	21	4.055
460701	SUPSEC	298.012	1.572	296.440
460801	FASSEC	240.000	13.200	226.800
460901	CEARAPREV	6.660	600	6.060
470101	FECA	4.500	0	4.500
470201	FEAS	95.271	0	95.271
470301	FUNDART	2.274	0	2.274
470501	FEICE	200	0	200
480101	CODECE	13.957	194	13.763
480201	FDI	29.099	0	29.099
480401	FIEE	3.866	0	3.866
490101	SEMACE	69.291	5.708	63.583
560901	FET	1.600	0	1.600
Total Geral		**10.662.654**	**235.408**	**10.387.246**

Fonte: SEFAZ/CEORG

Nota: Não integra o montante de R$ 384.433, correspondente ao somatório dos valores das empresas independentes: ADECE (R$ 16.138), CAGECE (R$ 180.388), CEARÁPORTOS (R$ 92.854), CEASA (R$ 14.359), CEGÁS (R$ 43.287), COADZPE (R$ 21.500), COGERH (R$ 135) E METROFOR (R$ 15.771).

1.2 Orçamento da Administração Direta

A Lei Orçamentária Anual – LOA estimou a receita da Administração Direta no valor de R$ 25.337.562.643,00, incluindo as receitas intraorçamentárias (R$ 2.641.406,00) e a dedução para o FUNDEB (R$ 3.643.551.920,00). Já a Despesa foi fixada em R$ 19.270.019.359,00, sendo que este último equivale a 64,46% do Orçamento Geral do Estado, cujo valor do exercício foi de R$ 29.892.673.298,00 (valor com despesas intra).

Em 2020 foram alocados recursos nas fontes de recursos qualificadas: 1.00.00, 1.00.05, 1.00.06, 1.01.00 1.10.00, 1.44.00, 2.07.00, 2.11.00, 2.16.00, 2.46.36, 2.46.37, 2.46.38, 2.46.45, 2.46.49, 2.46.54, 2.46.56, 2.48.49, 2.48.57, 2.48.58, 2.48.59, 2.48.64, 2.48.65, 2.48,67, 2.50.00, 2.51.00, 2.73.01, 2.73.02, 2.73.03, 2.76.00, 2.80.80, 2.82.82 e 2.86.86, as quais constam descritas ao final deste Relatório.

A classificação por fonte de recursos busca a melhor identificação da origem do recurso segundo seu fato gerador. Representa um mecanismo integrador entre a receita e a despesa, exercendo um duplo papel na execução orçamentária.

Os recursos são originários do Tesouro ou de Outras Fontes. Os chamados “Recursos do Tesouro” são aqueles geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo, ao qual cabe a responsabilidade e o controle sobre as disponibilidades financeiras.

Os “Recursos de Outras Fontes” são aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está sob responsabilidade desses órgãos e entidades, mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores.

Desde 2016 o código para a “Fonte de Recursos” compõe-se de 5 (cinco dígitos (XYYZZ), observando-se as especificações e tabela a seguir:

- 1º dígito (X) - para identificar se é Tesouro do exercício corrente (1) ou de exercício anterior (3); Outras Fontes do exercício corrente (2) ou de exercício anterior (6);

- 2º e 3º dígitos (YY) - representado praticamente os códigos existentes atualmente 00, 10, 50, 70… com exceção das operações de créditos e convênios;

- 4º e 5º dígitos (ZZ) - espécie de subfonte para detalhamento. Em princípio, utilizado mais para operação de crédito (para detalhar o organismo financiador) e para convênios (para detalhar o tipo de administração).

A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Categoria Econômica e Grupo, conforme a composição dos registros integrantes da tabela a seguir:

Tabela 8 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Categoria Econômica e Grupo de Despesa

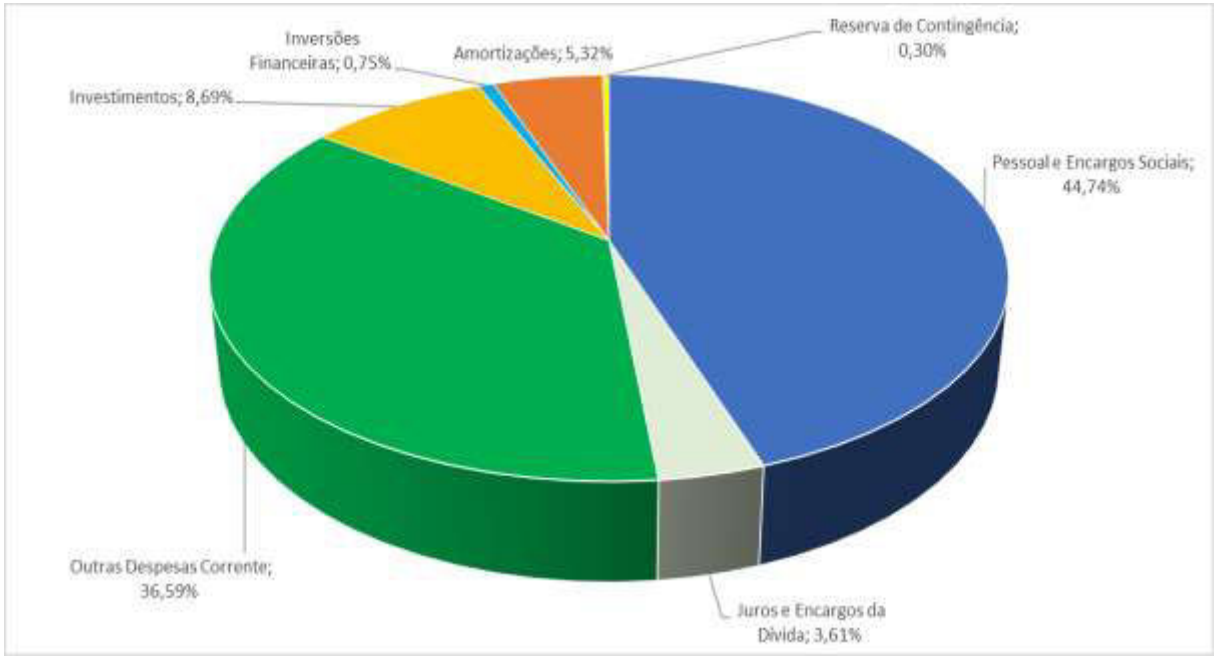
(R$ milhares)

Categoria/Grupo	Valor	% Part.
Despesas Correntes	16.362.207	84,94
Pessoal e Encargos Sociais	8.621.504	44,74
Juros e Encargos da Dívida	696.558	3,62
Outras Despesas Corrente	7.050.065	36,59
Despesas de Capital	2.842.855	14,76
Investimentos	1.674.465	8,69
Inversões Financeiras	143.932	0,75
Amortizações	1.024.458	5,32
Reserva de Contingência	58.719	0,30
Total Geral	**19.270.019**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Inclui as despesas intraorçamentárias

Gráfico 2 - Demonstrativo do Orçamento da Administração Direta por Categoria Econômica e Grupo de Despesa



Fonte: SEFAZ/CECOG

Os Encargos Gerais do Estado estão representados por uma unidade orçamentária sob controle da Secretaria da Fazenda, porém, seu orçamento é próprio e foi fixado em R$ 6.388.577.227,00, equivalente a 33,16% do orçamento total da Administração Direta, seguido pela Secretaria da Educação e pela Polícia Militar com os percentuais de 15,94% e 10,64%, respectivamente.

Tabela 9 - Demonstrativo dos Órgãos com participação no Orçamento consignado para Administração Direta, com base nos Registros da Dotação Inicial (Lei)

(R$ milhares)

Código	Órgão	Valor	% Part
191011	Encargos Gerais do Estado	6.388.577	33,15
220001	Secretaria da Educação	3.070.710	15,94
101031	Polícia Militar do Ceará	2.049.358	10,63
040001	Tribunal de Justiça do Ceará	1.285.304	6,67
190001	Secretaria da Fazenda	768.242	3,99
101021	Superintendência da Polícia Civil	605.202	3,14
180001	Superintendência da Administração Penitenciária	595.107	3,09
080001	Secretaria da Infraestrutura	553.020	2,87
010001	Assembleia Legislativa	507.865	2,64
150001	Procuradoria Geral da Justiça	456.901	2,37
430001	Secretaria das Cidades	357.181	1,85
290001	Secretaria de Recursos Hídricos	281.838	1,46
210001	Secretaria do Desenvolvimento Agrário	278.613	1,45
470001	Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos	234.085	1,21
01041	Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Ceará	233.411	1,21
020001	Tribunal de Contas do Estado do Ceará	210.284	1,09
060001	Defensoria Pública Geral	188.000	0,98
270001	Secretaria da Cultura	157.181	0,82
300001	Casa Civil	148.296	0,77
460001	Secretaria do Planejamento e Gestão	145.591	0,76
310001	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	121.689	0,63
470104	Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo	101.408	0,53
100001	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	99.530	0,52
101071	Perícia Forence do Estado do Ceará	97.242	0,50
360001	Secretaria do Turismo	82.311	0,43
130001	Procuradoria Geral do Estado	76.580	0,40
420001	Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará	46.965	0,24
560001	Secretária do Desenvolvimento Econômico e Trabalho	39.481	0,20
410001	Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado	30.324	0,16
570001	Secretaria do Meio Ambiente	19.723	0,10
580001	Assessoria Especial da Vice-Governadoria	9.642	0,05
530001	Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	9.111	0,05
101081	Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará	8.818	0,05
101091	Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará	5.157	0,03

170001	Conselho Estadual de Educação	4.485	0,02
461031	Escolha de Gestão Pública do Estado do Ceará	2.784	0,01
Total		**19.270.019**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Inclui a modalidade 91 (R$ 1.278.775)

No decorrer do exercício de 2020, foram realizadas alterações no Orçamento inicial da Administração Direta, por meio da abertura de créditos adicionais, modificando o valor da fixação da Despesa, que finalizou em R$ 20.448.514.943,23

1.3 Orçamento da Administração Indireta

A Lei Orçamentária Anual estimou a receita da Administração Indireta para o exercício de 2020 em R$ 4.939.544.200,00, incluindo neste montante a Receita Corrente Intraorçamentária no valor de R$ 1.511.541.733,00. O valor previsto para as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes totalizou R$ 4.555.110.655,00, enquanto para as Empresas Controladas Independentes, formado pela ADECE, CAGECE, CEARÁPORTOS, CEASA, CEGAS, COGERH e METROFOR, o total previsto de receitas foi de R$ 384.433.545,00. As despesas das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes foram fixadas no montante de R$ 10.622.653.939,00, sendo a diferença bancada por recursos do Tesouro Estadual. As Empresas Controladas Independentes não recebem recursos do Tesouro para pagamento de pessoal, custeio em geral ou investimentos, salvo neste último caso, para aumento de capital.

Na tabela a seguir, que versa sobre o orçamento da administração indireta por categoria econômica e grupo de despesas, acompanhados dos correspondentes percentuais de participação a partir da dotação inicial, não constam os valores vinculados às despesas intraorçamentárias (modalidade 91), no montante de R$ 235.408.172,00.

As fontes previstas no orçamento inicial da Administração Indireta são: 1.00.00, 1.01.00, 1.10.00, 1.44.00, 2.03.00, 2.04.00, 2.05.00, 2.06.00, 2.11.00, 2.29.00, 2.46.71, 2.48.49, 2.48.59, 2.70.00, 2.70.02, 2.76.00, 2.79.00, 2.82.83, 2.86.87, 2.88.89, 2.91.00, 2.92.01 e 2.92.02.

Tabela 10 - Demonstrativo do Orçamento Inicial (Lei) da Administração Indireta por Categoria Econômica e Grupo de Despesas

(R$ milhares)

Categoria/Grupo	Valor	% Part.
Despesas Correntes	9.381.610	88,32
Pessoal e Encargos Sociais	5.434.456	51,16
Juros e Encargos da Dívida	25	0,00
Outras Despesas Correntes	3.947.129	37,16
Despesas de Capital	973.726	9,17
Investimentos	940.035	8,85
Inversões Financeiras	33.451	0,31
Amortizações	240	0,00
Reserva de Contingência	267.318	2,52
Total Geral	**10.622.654**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CEORG

Nota 1:Não inclui orçamento das empresas (R$ 384.434);

Nota 2: Inclui a modalide 91 - despesas intraorçamentárias (R$ 235.408).

O orçamento da Administração Indireta, relativo à tabela acima, se refere às despesas com recursos próprios, vinculados e Transferências do Tesouro para as Autarquias, Fundações, Fundos e das Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).

CAPÍTULO II

2. DA CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Consolidação Orçamentária engloba os orçamentos fiscal e da seguridade social da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).

2.1 Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária Realizada Bruta da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE), alcançou o montante de R$ 33.403.867.344,79, em valores brutos, incluindo as receitas intraorçamentárias no valor de R$ 1.578.870.629,48, também em valores brutos. Em comparação com o exercício anterior, houve um acréscimo nominal de 3,20%.

A Receita Orçamentária realizada tem como principal componente a categoria “Receitas Correntes” no valor de R$ 30.151.594.191,88, em valores brutos, excluídas as receitas intraorçamentárias de R$ 1.578.7870.629,48, em valores brutos.

Tabela 11 - Demonstrativo Comparativo da Receita Orçamentária Prevista com a Realizada, por Categoria Econômica e Grupo – Consolidada

(R$ milhares)

Especificação da Receita	Prevista(A)	Realizada(B)	Realiz.% (B)/(A)	Part.% (B)/(Total B)
1.Receitas Correntes sem Deduções	31.458.768	30.151.595	95,84	90,26
1.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.336.866	16.425.470	94,74	49,17
1.2 Contribuições	901.161	966.151	107,21	2,89
1.3 Receita Patrimonial	398.911	311.546	78,10	0,93
1.4 Receita Agropecuária	0	1	0,00	0,00
1.5 Receita de Serviços	237.017	226.128	95,41	0,68
1.6 Transferências Correntes	11.889.337	11.674.792	98,20	34,95
1.7 Outras Receitas Correntes	695.476	547.506	78,72	1,64
1.8 (-) Deduções	3.643.552	3.398.756	93	100,00
1.8.1(-) Deduções do FUNDEB	3.643.552	3.371.340	92,53	99,19
1.8.1.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.159.109	2.010.258	93,11	59,14
1.8.1.2 Transferências Correntes	1.484.442	1.361.082	91,69	40,04
1.8.2 (-) Restituição de Receita	0	27.416	0,00	0,81
1.8.2.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	11.027	0,00	0,32
1.8.2.2 Contribuições	0	423	0,00	0,01
1.8.2.3 Receita Patrimonial	0	11.779	0,00	0,35
1.8.2.4 Receita de Serviços	0	527	0,00	0,02
1.8.2.5 Transferências Correntes	0	109	0,00	0,00
1.8.2.6 Outras Receitas Correntes	0	3.552	0,00	0,10
Receitas Correntes Líquidas	27.815.216	26.752.839	96,18	89,16
2. Receitas de Capital sem Deduções	2.647.867	1.673.403	63,20	5,01
2.1 Operacões de Crédito	1.934.287	1.464.765	75,73	4,39
2.2 Alienação de Bens	0	1.129	0,0	0,00
2.3 Amortização de Empréstimos	0	202	0,0	0,00
2.4 Transferências de Capital	713.580	204.770	28,70	0,61
2.5 Outras Receitas de Capital	0	2.536	0,0	0,01
Receitas de Capital Líquidas	2.647.867	1.673.403	63,20	5,01
3. Receitas Intraorcamentárias sem Deduções	1.514.183	1.578.871	104,27	4,73
3.1-Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22.006	31	0,14	0,00
3.2-Contribuições	1.420.584	1.328.439	93,51	3,98
3.3-Receita Patrimonial	400	0	0,00	0,00
3.4-Receita de Serviços	56.552	37.816	66,87	0,11
3.5-Outras Receitas Correntes	14.641	212.585	1451,94	0,64
3.6- (-) Restituição de Receita	0	161	0,00	0,00
3.6.1- Contribuições	0	161	0,00	0,00
Receitas Intraorcamentárias Líquidas	1.514.183	1.578.700	104,26	5,26

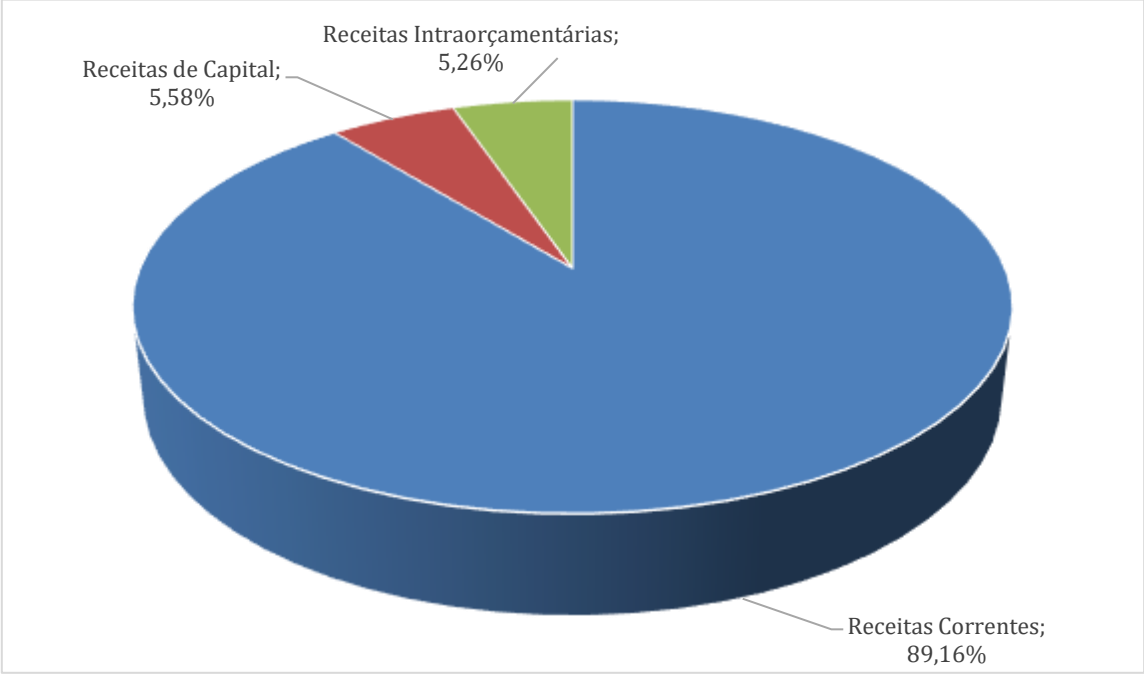
4.Total das Receitas sem Deduções (1+2+3)	35.620.818	33.403.868	93,78	100,00
5.Total das Deduções (1.8+2.6+3.6)	3.643.552	3.398.917	93,29	100,00
6-Total das Receitas Líquidas (4-5)	31.977.266	30.004.951	93,83	99,43

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Os Percentuais de realização foram calculadas utilizando os totais: das receitas brutas, das deduções e das receitas líquidas.

O gráfico a seguir evidencia os percentuais de participação de cada categoria econômica pelos valores líquidos.

Gráfico 3 - Receitas Correntes Líquidas x Receitas de Capital Líquidas x Receitas Intraorçamentárias Líquidas



Fonte: SEFAZ/CECOG

2.1.1 Receitas Correntes

Essa Categoria Econômica é composta pelas as Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, Patrimoniais, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, apresentando uma arrecadação bruta de R$ 30.151.594.191,88, excluídas as receitas intraorçamentárias, participou com um percentual de 90,26% da Receita Orçamentária Bruta, tendo sido inferior à previsão orçamentária em 4,16%.

A tabela que segue demonstra o comportamento das Receitas Correntes previstas e realizadas (sem as intraorçamentárias) por tipo de Administração, Categoria e Grupo e evidencia

o total deduções. Evidencia também a participação de cada receita bruta em relação ao total bruto da categoria.

Tabela 12 - Demonstrativo Comparativo das Receitas Correntes (Exceto Intra) Previstas com as Realizadas por Tipo de Administração /Categoria Econômica e Grupo

(R$ milhares)

Especificação da Receita	Prevista (A)	Realizada (B)	Realiz.% (B)/(A)	Part.% (B)/(Total B)
1-Adminstração Direta				
1.1-Receitas Correntes sem Deduções	28.036.615	26.540.933	94,67	88,02
1.1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.693.751	15.634.677	93,66	51,85
1.1.2- Receita Patrimonial	195.491	155.056	79,32	0,51
1.1.3- Receita de Serviços	12.750	5.337	41,86	0,02
1.1.4- Transferências Correntes	10.603.979	10.402.325	98,10	34,50
1.1.5 -Outras Receitas Correntes	530.644	343.538	64,74	1,14
1.1.6 (-) Deduções	3.643.552	3.380.774	92,79	99,47
1.1.6.1- Deduções do FUNDEB	3.643.552	3.371.340	92,53	99,19
1.1.6.1.2 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.159.109	2.010.258	93,11	59,15
1.1.6.1.3- Transferências Correntes	1.484.442	1.361.082	91,69	40,05
1.1.6.2 (-) Restituição de Receita	0	9.434	0,00	0,28
1.1.6.2.1- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	8.405	0,00	0,25
1.1.6.2.2- Receita Patrimonial	0	49	0,00	0,00
1.1.6.2.3- Receita de Serviços	0	147	0,00	0,00
1.1.6.2.4- Transferências Correntes	0	109	0,00	0,00
1.1.6.2.5- Outras Receitas Correntes	0	724	0,00	0,02
Receitas Correntes Líquidas da Administração Direta	24.393.063	23.160.159	94,95	86,57
2-Adminstração Indireta				
2.1-Receitas Correntes sem Deduções	3.422.154	3.610.661	105,51	11,98
2.1.1- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	643.116	790.793	122,96	2,62
2.1.2 -Contribuições	901.161	966.151	107,21	3,20
2.1.3- Receita Patrimonial	203.420	156.490	76,93	0,52
2.1.4- Receita Agropecuária	0	1	0,00	0,00
2.1.5- Receita de Serviços	224.267	220.791	98,45	0,73
2.1.6- Transferências Correntes	1.285.358	1.272.467	99,00	4,22
2.1.7- Outras Receitas Correntes	164.832	203.968	123,74	0,68
2.1.8 (-)Deduções	0	17.982	0,00	0,53
2.1.8.2 (-) Restituição de Receita	0	17.982	0,00	0,53
2.1.8.2.1- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	2.622	0,00	0,08
2.1.8.2.2- Contribuições	0	423	0,00	0,01

2.1.8.2.3- Receita Patrimonial	0	11.730	0,00	0,35
2.1.8.2.4- Receita de Serviços	0	380	0,00	0,01
2.1.8.2.5- Transferências Correntes	0	0	0,00	0,00
2.1.8.2.6- Outras Receitas Correntes	0	2.827	0,00	0,08
Receitas Correntes Líquidas da Adm. Indireta	3.422.154	3.592.679	104,98	13,43
3.Total das Receitas Correntes sem Deduções (1.1+2.1)	31.458.769	30.151.594	95,84	100,00
4.Total das Deduções (1.1.6+2.1.8)	3.643.552	3.398.756	93,28	100,00
5-Total das Receitas Líquidas (3-4)	27.815.217	26.752.838	96,18	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

Conforme tabela anterior, consta que a Administração Direta participou com 88,02% das Receitas Correntes brutas (exceto intra). Vale salientar que na administração direta estão as duas fontes de receita do Estado com maior participação: o ICMS, que atingiu a cifra de R$ 13.228.782.935,14 e o FPE, com R$ 6.763.500.117,24. Juntas somaram R$ 19.992.283.052,38., representando 75,33%, da categoria Receitas Correntes brutas na Administração Direta e 66,31% da Receita Corrente do Estado.

Da receita bruta do ICMS, 25% são destinados aos Municípios cearenses e 20% (sobre líquido do cálculo anterior) são destinados para a formação do FUNDEB. Quanto ao FPE, também são destinados 20% para formação do FUNDEB.

Quanto às Receitas Correntes da Administração Indireta, estas participaram 11,98% das Receitas Correntes Brutas (exceto intra). As receitas mais relevantes da Administração Indireta são as receitas de Transferências Correntes, em virtude transferências recebidas pelo FUNDES para combate a pandemia SARS-COVID-19.

A apuração da Receita Corrente Líquida detalhada encontra-se no capítulo que trata dos Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.1.1.1 Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

A previsão da receita tributária do Estado do Ceará para o exercício de 2020, projetada com base em um modelo de consistência econômica desenvolvido pelo IPECE/SEPLAG e que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Anexo I - Metas Fiscais, levou em consideração um cenário, com base nas expectativas de crescimento dos indicadores

macroeconômicos do PIB (nacional e estadual), da inflação e de tendências específicas de cada tributo analisado.

Em resumo, para a projeção da receita tributária do Estado do Ceará relativa ao exercício de 2020, foram consideradas as variáveis macroeconômicas que possibilitam identificar a influência do nível de atividade econômica na arrecadação tributária a inflação, abaixo especificadas:

Tabela 13 - Variáveis Econômicas Projetadas

Variáveis Macroeconômicas Projetas Para 2020	(Em %)
Taxas de Inflação Esperada (IPCA)	4,00
Taxa de Crescimento Esperado Para o PIB Nacional	2,78
Taxa de Crescimento Esperado Para o PIB Esperado	3,10

Fonte: IPECE - LDO 2020 Anexo I - Metas Fiscais

A tabela a seguir apresenta o valor estimado pelo Governo do Estado do Ceará para a receita tributária, de R$ 17.336.866.418,18 (excluídas as receitas intraorçamentárias), contido no comparativo da Receita Orçada com a arrecadada, no exercício de 2020, estabelecido de acordo com as variáveis supracitadas

Tabela 14 - Demonstrativo da Composição da Receita Tributária Valores Correntes Brutos

(R$ milhares)

Discriminação	Prevista	Realizada	Realiz.% (Real./Prev.)	Part. %(Rec. Real./Total
Impostos	16.645.677	15.608.416	93,77	95,03
ICMS	14.065.399	13.228.783	94,05	80,54
IPVA	1.132.326	1.080.887	95,46	6,58
ITCD	147.329	71.853	48,77	0,44
IRRF	1.300.623	1.226.893	94,33	7,47
Taxas	691.190	817.054	118,21	4,97
Total Geral	**17.336.867**	**16.425.470**	**94,74**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS declara a pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) e, em 16 de março de 2020, o Governo do Estado do Ceará decreta situação de emergência em saúde no âmbito do Estado, em decorrência do novo coronavírus (COVID-19). Dentre as principais medidas para conter o avanço da pandemia, podemos destacar o isolamento social e o fechamento temporário de

comércios e indústrias, bem como a interrupção de serviços não essenciais. O impacto na economia do estado é extremamente relevante, o PIB cearense tem previsão de encolher 4,18%, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceara – IPECE. Por consequência a arrecadação de impostos e taxas, também apresenta retração, principalmente nos meses de abril, maio e junho de 2020. Considerando a situação de pandemia que o Ceará viveu em 2020, procedemos ao confronto entre os valores estimados e os realizados com o objetivo de avaliar a efetividade do esforço fazendário na consecução de suas finalidades.

A receita tributária efetivamente arrecadada em 2020 atingiu R$ 16.425.470.385,87 (excluindo a receita intraorçamentária), quando o valor previsto era R$ 17.336.866.418,18, o montante arrecado foi inferior em 5,26% ao previsto.

Ressalte-se que a previsão referente à arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF incidente sobre os rendimentos pagos pelo Estado, suas Autarquias e Fundações seguiu a previsão do Governo Federal. Para o exercício de 2020, a previsão do IRRF foi de R$ 1.300.622.500,00, tendo sido efetivamente arrecadado R$ 1.226.893.362,47 apresentando redução de 5,67 % em relação ao valor previsto.

No âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter um bom desempenho de sua receita tributária, buscando aproveitar seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infraestrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos no campo fiscal tributário.

Execução da Receita Tributária

A arrecadação da receita tributária do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2020, atingiu o montante de R$ 16.425.470.385,87 em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 80,54 % da Receita Tributária. O IPVA contribuiu com 6,58%, o ITCD com 0,44 % e as taxas 4,97 %. Cumpre esclarecer, que na consolidação dos impostos arrecadados pelo Estado do Ceará, encontra-se a arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente na Fonte sobre Rendimentos pagos a qualquer título pelo Estado, suas Autarquias e pelas Fundações – IRRF, cuja participação foi de 7,47%.

A receita tributária referente ao exercício de 2020, no valor de 16.425.470.385,87, apresentou retração de 2,58%, em valores nominais, quando comparada com seu desempenho no exercício de 2019, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Na composição das receitas do ICMS, IPVA e ITCMD, a partir de 2019, com base no novo ementário da receita, constam as multas e juros de mora, multas e juros de penalidade, dívida ativa, multas e juros da dívida ativa e multas e juros de penalidade da dívida ativa, dos respectivos impostos.

A tabela a seguir está composta pelos impostos e taxas, em valores brutos, e evidencia a evolução das receitas realizadas no exercício de 2020 em relação ao exercício 2019.

Tabela 15 - Demonstrativo Comparativo da Receita Tributária (Valor Bruto) - 2019/2020

(R$ milhares)

Receita realizada	2019 (A)	2020 (B)	Var. % (B/A)	Part. %(B/Total B)
Impostos	15.964.785	15.608.416	-2,23	95,03
ICMS	13.155.258	13.228.783	0,56	80,54
IPVA	1.031.978	1.080.887	4,74	6,58
ITCD	568.108	71.853	-87,35	0,44
IRRF	1.209.441	1.226.893	1,44	7,47
Taxas	895.000	817.054	-8,71	4,97
Total Geral	**16.859.785**	**16.425.470**	**-2,58**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Desempenho da Receita de Impostos em Valores Nominais

A totalidade dos impostos arrecadados no exercício de 2020 – receita tributária excluído o valor das taxas - representou 95,03 % da receita tributária, alcançando o valor de R$ 15.608.416.455,50, apresentando uma contração de 2,23%, em valores nominais, quando comparado com o exercício de 2019, conforme demonstrado na tabela anterior.

IPVA

A arrecadação do IPVA em 2020 foi de R$ 1.080.887.177,89, com crescimento nominal de 4,74%. Vale salientar que desde 2002, para efeito de cobrança do IPVA, o Estado vem utilizando como base de cálculo os preços definidos na tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), que em sua composição leva em conta os valores e marcas dos veículos em seus diversos modelos e versões, bem como a depreciação do veículo.

Informamos que no exercício de 2020 foi criado o programa especial de parcelamento de dívidas tributárias – REFIS, permitindo a renegociação dos débitos do IPVA 2020, com redução de até 100% em multas e juros. Ressaltamos também a criação do aplicativo MEU IPVA, o que proporcionou facilidades para o contribuinte acompanhar as suas parcelas em aberto, solicitar boletos e fazer pagamentos.

ITCMD

A arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD, em 2020, foi de R$ 71.852.980,00, apresentando uma retração expressiva de 87,35%, quando comparado com 2019. A arrecadação do ITCMD resulta em grande parte de ações realizadas quanto aos processos de avaliação dos bens. Através da Lei nº 17.193, de 27 de março de 2020, o Estado do Ceará estabeleceu a isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para doações de bens, direitos e valores destinadas ao combate à pandemia causada pelo novo coronavírus.

ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual, sendo imprescindível para o equilíbrio das contas públicas. Especialmente decorrente das medidas adotas pela Secretaria da Fazenda e pelo esforço fazendário para garantir a arrecadação do ICMS durante a pandemia, em 2020, o referido imposto, respondeu pelo ingresso R$ 13.228.782.935,14, correspondendo a 80,54% da receita tributária, apresentando um crescimento nominal de 0,56% quando comparado com o exercício de 2019.

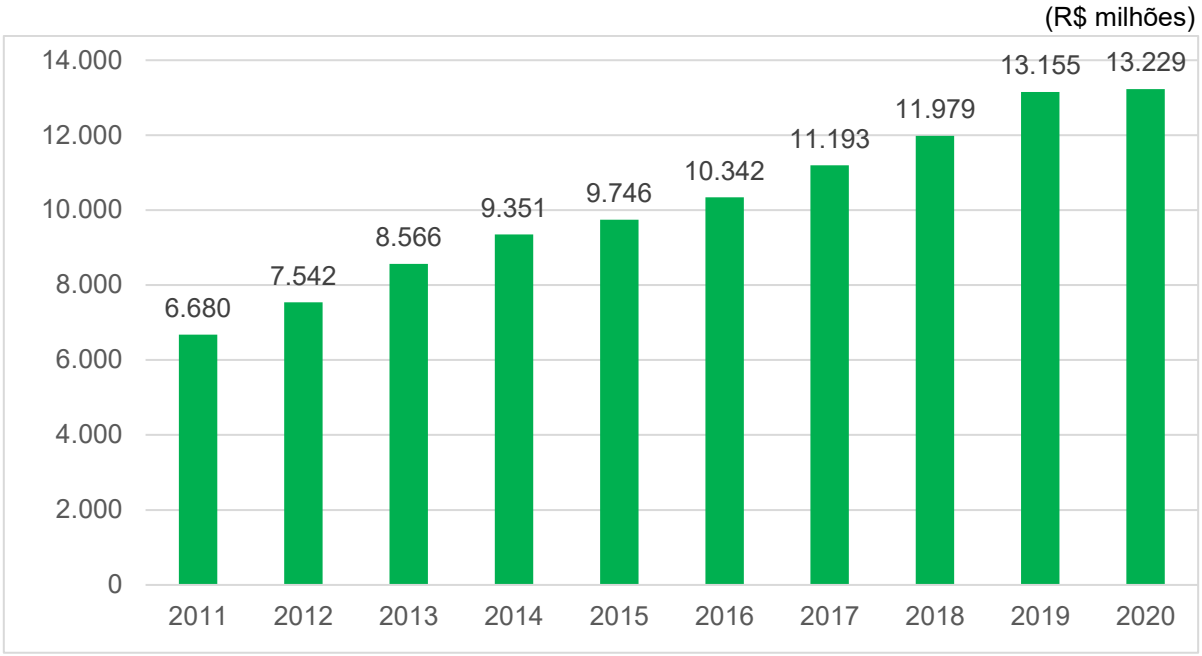
Tabela 16 - Demonstrativo da Evolução da Arrecadação do ICMS do Estado do Ceará - 2011 a 2020

(R$ milhões)

Ano	ICMS	Var. %
2011	6.680	10,65
2012	7.542	12,9
2013	8.566	13,58
2014	9.351	9,16
2015	9.746	4,22
2016	10.342	6,12
2017	11.193	8,23
2018	11.979	7,02
2019	13.155	9,82
2020	13.229	0,56

Fonte: SEFAZ

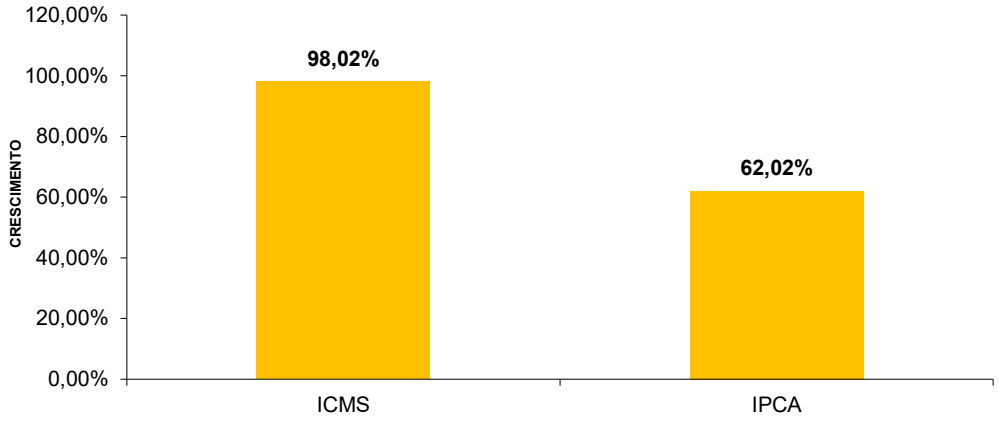
Gráfico 4 - Evolução da Arrecadação do ICMS - Ceará - 2011 a 2020



Fonte: SEFAZ

A seguir apresentamos um comparativo entre o ICMS e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA):

Gráfico 5 - Comparativo do ICMS com o IPCA no Período de 2011 a 2020



Fonte: SEFAZ

Tabela 17 - Demonstrativo da Arrecadação do ICMS por Segmento - Valores Brutos - 2019/2020

(R$ milhares)

Segmentos	2019 (A)	2020 (B)	Var. % (B/A)	Part. %(B/Total B)
Industria	2.511.558	2.622.596	4,42	19,82
Serviço de Comunicação	595.648	575.898	-3,32	4,35
Comércio Atacadista	2.445.302	2.788.571	14,04	21,08
Comércio Varejista	1.715.196	1.845.087	7,57	13,95
Energia Elétrica	1.492.540	1.594.109	6,81	12,05
Combustível	3.205.250	2.603.852	-18,76	19,68
Demais Segmentos	586.965	608.732	3,71	4,6
FECOP	602.799	589.938	-2,13	4,46
Total Geral	**13.155.258**	**13.228.783**	**0,56**	**100**

Fonte: SEFAZ/ADINS

A arrecadação do ICMS especificada pelos principais segmentos econômicos, evidencia que no exercício de 2020, as prestações de serviços de comunicação, combustível e o Fundo de Combate à Pobreza – FECOP apresentaram retração, quando comparada com o exercício de 2019.

As atividades econômicas que agrupam os contribuintes que atuam no comércio atacadista e varejista apresentam participação de 21,08% e 13,95%, respectivamente, na arrecadação do ICMS global do Estado. Tais atividades ocasionaram como resultado da arrecadação, a expansão de 14,04%, para o comércio atacadista e de 7,57%, para o comércio varejista.

O segmento industrial com uma participação no ICMS total de 19,82%, apresentou crescimento nominal de 4,42%, totalizando um montante arrecadado, em 2020, de R$ 2,622 bilhões.

O segmento que congrega as empresas de combustíveis, responsável por 19,68% do total do ICMS, apresentou redução relevante de 18,76% da arrecadação, comparativamente ao exercício de 2019. As medidas de isolamento social e as limitações no horário de funcionamento dos postos de combustíveis, provocadas pela pandemia do novo coronavírus, tiveram impacto significante na queda da arrecadação desse segmento.

A arrecadação do segmento energia elétrica apresentou participação de 12,05% no ICMS total e variação positiva de 6,81% no exercício de 2020, quando comparado com o exercício anterior, resultante do crescimento do consumo de energia. Ressaltamos que uma das

consequências do isolamento social, é o aumento do consumo de energia elétrica, já que as famílias permanecem mais tempo dentro das suas casas.

O segmento serviço de comunicação contribuiu com 4,35% da participação global, apresentando variação negativa de 3,32%. Um fator que merece destaque no segmento comunicação é a corrosão de sua base, em razão do surgimento de novos aplicativos gratuitos de envio de dados, imagens e vozes.

A arrecadação do ICMS relativo ao FECOP, instituído pela Lei Complementar nº 37 em 2003, teve retração no exercício de 2020 de 2,13%, quando comparado ao exercício de 2019 representando 4,46% do ICMS total.

Participação do ICMS no PIB Estadual

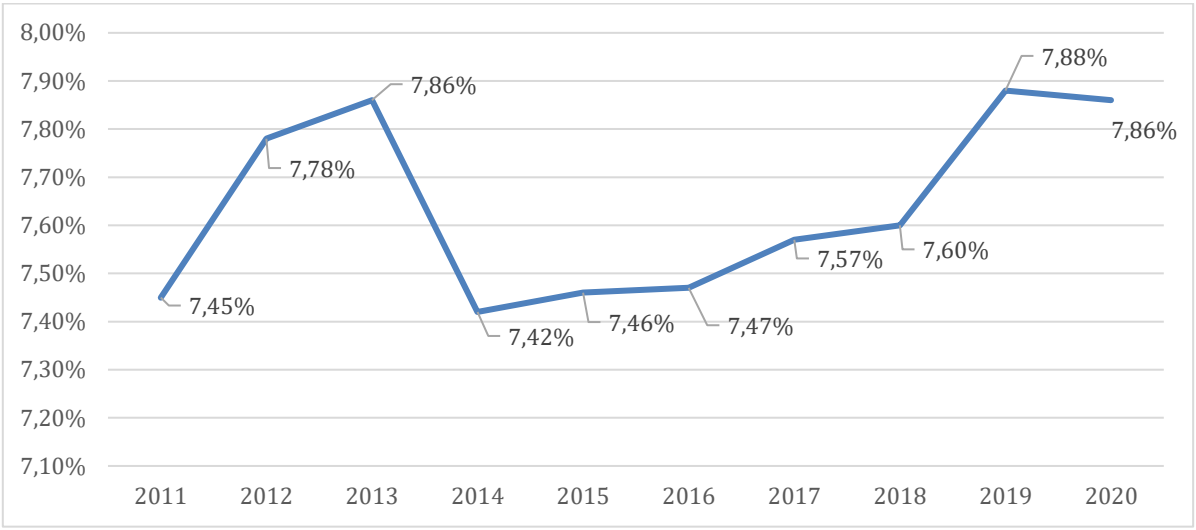
A pandemia do novo coronavírus, declarada pela OMS em 11 de março de 2020, impactou significativamente a economia de todos os países. As medidas adotadas pela maioria dos líderes mundiais, foram o isolamento social, suspensão ou limitação das atividades econômicas consideradas não essenciais, medidas essas, necessárias para conter o crescimento exponencial de contaminação e consequentemente evitar o colapso dos sistemas de saúde.

No Brasil o Supremo Tribunal Federal – STF, decidiu em 15 de abril de 2020 que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem legislar e tomar providências normativas e administrativas concorrentemente sobre saúde pública, em especial para conter o avanço da pandemia.

No Ceara, em 16 de março de 2020, o Governo do Estado decretou estado de emergência em saúde, adotando o isolamento social, restrição de comércios, indústrias e serviços, já que a pandemia do coronavírus estava avançado em ritmo acelerado no estado, causando muitas mortes e o comprometimento do sistema de saúde cearense.

Diante do exposto, as economias globais, em sua grande maioria, apresentaram retrações importantes. No Brasil a queda do PIB nacional foi da ordem de 4,1% (IBGE) e no Ceará a previsão é de queda de 4,18%, conforme previsões do IPECE. O Estado do Ceará, em 2020, alcançou 2,25% de participação no PIB nacional.

Gráfico 6 - Participação do ICMS no PIB do Ceará – 2011 A 2020



Fonte: IPECE/SEFAZ

Obs.: PIB a preços de mercado inclui os impostos líquidos de subsídios.

PIB 2010 a 2020 - dados do IPECE: Previsão sujeita a retificação.

Comparativo ICMS Ceará X ICMS Brasil

Com o objetivo de oferecer uma visão comparativa da performance da arrecadação do ICMS do Estado do Ceará no contexto federativo foi realizada uma análise do ICMS por Unidade da Federação, incluindo a dívida ativa, multas e juros e estornos contábeis, nos exercícios de 2019 e de 2020, constante do Boletim do ICMS editado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE/ICMS. O total do ICMS Brasil atingiu o montante de R$ 521,7 bilhões, apresentando uma variação nominal positiva de 2,36%, quando comparada com o exercício de 2019, cuja arrecadação foi de R$ 509,7 bilhões. O crescimento nominal da região nordeste neste mesmo período foi de 1,20%.

O ICMS arrecadado no Estado do Ceará, no exercício de 2020, apresenta um crescimento de 0,56% em relação a igual período de 2019. A arrecadação cearense ocupa o 3° lugar em valores nominalmente captados em relação aos Estados da Região Nordeste e 12° lugar no contexto nacional. Esse resultado (0,56%) também ajudou a variação obtida pelo ICMS Brasil (2,36%), oferecendo a conclusão de que o Estado do Ceará no período considerado, mesmo realizando parcelamento do recolhimento do ICMS nos meses de junho e julho para empresas com queda na atividade econômica, criando programa especial de parcelamento de dívidas tributárias – REFIS com redução 100% das multas e juros, dentre outras medidas para compensar a contenção nas atividades econômicas das empresas provocada pela pandemia do

novo coronavírus, obteve um resultado satisfatório na arrecadação do ICMS. No quadro a seguir, seguir detalhamos os dados da arrecadação do ICMS no contexto nacional e regional:

Quadro 1 - Arrecadação do ICMS Brasil e Estados - Variação Relativa - Variação Nominal - 2019/2020

(R$ milhares)

REGIÕES/ESTADOS	2019	VAR RELATIVA	2020	VAR RELATIVA	VAR nominal 20/19	CLASSIFICAÇÃO 2020	
		% Brasil		% Brasil		BR	Região
Norte	**32.749.725.687**	**6,42%**	**35.946.282.462**	**6,89%**	**9,76%**	**5**	
Acre	1.413.047.877	0,28%	1.374.411.191	**0,26%**	**-2,73%**	25	5
Amapá	944.821.040	0,19%	1.015.615.592	**0,19%**	**7,49%**	27	7
Amazonas	10.039.289.959	1,97%	10.807.269.434	**2,07%**	**7,65%**	15	2
Pará	12.202.357.223	2,39%	13.837.365.868	**2,65%**	**13,40%**	11	1
Rondônia	4.013.195.252	0,79%	4.376.621.281	**0,84%**	**9,06%**	21	3
Roraima	1.117.103.856	0,22%	1.239.989.996	**0,24%**	**11,00%**	26	6
Tocatins	3.019.910.480	0,59%	3.295.009.100	**0,63%**	**9,11%**	24	4
Nordeste	**87.564.798.399**	**17,18%**	**88.616.536.955**	**16,98%**	**1,20%**	**3**	
Alagoas	4.207.569.358	0,83%	4.368.864.100	**0,84%**	**3,83%**	22	8
Bahia	24.717.852.212	4,85%	24.978.684.972	**4,79%**	**1,06%**	6	1
Ceará	**13.151.857.595**	**2,58%**	**13.228.678.048**	**2,54%**	**0,58%**	**12**	**3**
Maranhão	7.883.486.037	1,55%	8.170.481.410	**1,57%**	**3,64%**	17	4
Paraíba	5.904.253.112	1,16%	6.108.081.767	**1,17%**	**3,45%**	18	5
Pernambuco	17.938.842.231	3,52%	17.673.104.783	**3,39%**	**-1,48%**	9	2
Piauí	4.488.649.196	0,88%	4.730.377.049	**0,91%**	**5,39%**	20	7
Rio Grande Do Norte	5.724.568.141	1,12%	5.832.086.561	**1,12%**	**1,88%**	19	6
Sergipe	3.547.720.517	0,70%	3.526.178.265	**0,68%**	**-0,61%**	23	9
Sudeste	**250.186.740.736**	**49,08%**	**253.340.083.298**	**48,56%**	**1,26%**	**1**	
Espírito Santo	11.451.867.108	2,25%	12.001.997.178	**2,30%**	**4,80%**	13	4
Minas Gerais	51.945.190.597	10,19%	52.460.606.146	**10,05%**	**0,99%**	2	2
Rio De Janeiro	37.015.298.605	7,26%	39.054.403.184	**7,49%**	**5,51%**	3	3
São Paulo	149.774.384.426	29,38%	149.823.076.790	**28,72%**	**0,03%**	1	1
Sul	**90.521.964.294**	**17,76%**	**90.821.417.318**	**17,41%**	**0,33%**	**2**	
Paraná	31.502.726.803	6,18%	31.518.256.974	**6,04%**	**0,05%**	5	2
Rio Grande Do Sul	35.742.812.912	7,01%	36.207.896.916	**6,94%**	**1,30%**	4	1
Santa Catarina	23.276.424.579	4,57%	23.095.263.428	**4,43%**	**-0,78%**	7	3
Centro-Oeste	**48.711.871.068**	**9,56%**	**53.022.070.769**	**10,16%**	**8,85%**	**4**	
Distrito Federal	8.181.619.123	1,61%	8.680.628.690	**1,66%**	**6,10%**	16	4
Goiás	17.116.004.239	3,36%	17.911.930.403	**3,43%**	**4,65%**	8	1
Mato Grosso	13.365.994.567	2,62%	15.334.820.380	**2,94%**	**14,73%**	10	2
Mato Grosso Do Sul	10.048.253.139	1,97%	11.094.691.296	**2,13%**	**10,41%**	14	3
Total	**509.735.100.184**	**100,00%**	**521.746.390.802**	**100,00%**	**2,36%**		

FONTE: CONFAZ/COTEPE/GT-08 QUANTIFICAÇÃO

A seguir elencamos a composição dos recursos FECOP por terem sua origem na arrecadação de ICMS.

Tabela 18 - Composição dos Recursos do FECOP

(R$ milhares)

Especificação da Receita	Prevista (A)	Realizada (B)	Realizada %
ICMS Adicional FECOP	621.958	588.793	94,67
Multa e Juros de Mora do ICMS	0	869	100,00
Outras Receita	0	107	100,00
Saldo de Exercícios Anteriores	0	2	100,00
Remuneração de Depósitos de Recurso Vinculado	10.774	6.127	56,87
Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0	326	100,00
Total	**632.732**	**596.224**	**94,23**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Realizações 2020

A política fiscal adotada pelo Estado fundamenta-se na busca do aumento da arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária, a ampliação da sistemática de substituição tributária e o fortalecimento do monitoramento fiscal.

Apesar das limitações impostas pela pandemia do COVID-19, destacamos as ações realizadas e os resultados obtidos em 2020. São elas:

- A atividade de Monitoramento Fiscal consiste na verificação do cumprimento das obrigações tributárias e confere ao contribuinte a espontaneidade no recolhimento dos tributos. Foram recuperados R$ 104 milhões de ICMS por projetos de monitoramento fiscal e mais R$ 8 milhões em ICMS por meio do monitoramento virtual, modalidade de envio de comunicados aos contribuintes informando os débitos fiscais declarados em atraso;

• No âmbito do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), foram realizadas audiências públicas com os contribuintes com débitos contumazes. Como resultado, algumas destas empresas realizaram parcelamentos de seus débitos, no valor total de R$ 46 milhões, sendo recolhido em 2020 o valor de R$ 15,735 milhões. Foram encaminhadas 13 denúncias ao Poder Judiciário, no montante devido de ICMS R$ 26,065 milhões e instaurados 15 Procedimentos Investigativos Criminais – PIC's, no GAESF;

• O Governo do Estado do Ceará publicou a Lei n° 17.354/2020, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Devedor Contumaz do ICMS e estabeleceu medidas de fortalecimento da cobrança de créditos tributários;

• Atualização do Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final – PMPF dos combustíveis, que é utilizado como base de cálculo para a cobrança do ICMS, por meio do ATO COTEPE/PMPF nº 28, com a alteração dos valores da Gasolina tipo C de R$ 4,45 para R$ 4,60 e da Gasolina Premium de R$ 4,66 para R$ 6,60.

• Conclusão da implantação do Sistema de Controle da Fiscalização Eletrônico - CAFe, possibilitando a melhoria da execução das ações de auditorias fiscais, com base na tecnologia da informação, que tem como foco a otimização dos resultados a serem alcançados por meio da melhoria dos processos de negócio;

• Instituição da autoregularização do Simples Nacional no que diz respeito às inconsistências dos eventos "379" e "380", permitindo ao contribuinte o direito à espontaneidade para a regularização de suas obrigações tributárias, apresentando como resultado, 14.709 contribuintes regularizados e valores corrigidos de receita no total de R$ 665 milhões, gerando arrecadação de R$ 6,07 milhões proveniente da aplicação de multas;

• Implantação do Processo Administrativo Tributário eletrônico - PAT-e, com o objetivo de gerenciar todas as atividades do processo tributário, bem como os julgamentos de primeira e segunda instância e as atividades de perícia, de forma eletrônica;

• Substituição da campanha "Sua Nota Vale Dinheiro" pelo programa "Sua Nota Tem Valor. O programa foi criado com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância de exigir o documento fiscal no momento da compra, além de estimular a cidadania fiscal, a solidariedade, inclusão social, coibir a concorrência desleal, combater

a sonegação fiscal e aumentar a arrecadação do Estado. Em 2020 foram premiadas 161 instituições sem fins lucrativos de diversas regiões do Estado do Ceará com um total de R$ 1,875 milhão e 29 participantes pessoas físicas, totalizando R$ 375 mil.

• Implementação do Assistente Virtual da Sefaz, uma nova plataforma de atendimento que usa a tecnologia de chatbot. O assistente é um canal fácil, direto e personalizado para o cidadão buscar informações sobre os diversos conteúdos tributários e tirar dúvidas online com a equipe de especialistas da Sefaz.

• Como parte do projeto Sefaz Simplifica, foi implementado a renovação automática do cadastro anual das locadoras de veículos. Anteriormente, para ter direito ao benefício que prevê a redução de 2,5% para 1% do imposto sobre o valor dos veículos de locação, os representantes das empresas precisavam se deslocar a unidades de atendimento da Secretaria da Fazenda para dar entrada no pedido de renovação e ter direito à alíquota reduzida do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

• Criação do aplicativo MEU IPVA – possibilitando o acompanhamento do contribuinte, via smartphone, acerca da sua situação com o pagamento do IPVA (parcelas em aberto, atrasadas, pagamento de parcelas e solicitação de 2ª via de boleto);

• Divulgação mensal(i) do Boletim da Arrecadação com informações sobre o desempenho da arrecadação dos tributos estaduais (ICMS, IPVA, ITCD e Taxas), buscando dar mais transparência aos dados financeiros do Estado, permitindo um maior controle social dos recursos arrecadados.

• Virtualização do processo do Sistema de Comércio Exterior - Siscoex / envio da Declaração de Importação (DI). A virtualização da DI trouxe mais agilidade, economia e comodidade para os contribuintes, com a possibilidade de envio 24 horas por dia e o fim das despesas com o armazenamento de processos físicos, dentre outras facilidades;

• Adoção de medidas tributárias pelo Governo do Ceará, por meio da Sefaz, para minimizar os impactos econômicos da crise do novo coronavírus e de apoio à retomada da economia. As ações foram elaboradas em conjunto com representantes de segmentos econômicos que compuseram o Comitê Estadual de Enfrentamento à Pandemia do Coronavírus no Ceará, com o intuito de desburocratizar processos e ajudar empresas que tiveram dificuldades de caixa. São elas:

A. Parcelamento do recolhimento do ICMS, referente aos meses de junho e julho de 2020, devido por empresas que tiveram queda de operações em decorrência da pandemia, de acordo com critérios estabelecidos de retorno das atividades de cada região, em virtude da pandemia - Decreto nº 33.640/2020;

B. Criação do programa especial de parcelamento de dívidas tributárias – REFIS, permitindo a renegociação dos débitos de ICMS contraídos entre janeiro e maio deste ano e do IPVA 2020, com redução de até 100% em multas e juros. A adesão teve início no dia 21 de setembro e terminou em 30 de outubro. Cerca de 64,3 mil contribuintes aproveitaram a oportunidade e formalizaram negociações com o Fisco Estadual, o que resultou na arrecadação de aproximadamente R$ 47 milhões.

C. Prorrogação do credenciamento automático dos contribuintes e transportadoras e dos Regimes Especiais de Tributação (RETs) até 15/07/2020;

D. Implantação da Agenda Tributária com o objetivo de orientar os contribuintes quanto ao cumprimento das obrigações fiscais, com informações sobre os vencimentos de tributos e as datas de entrega das obrigações acessórias. A ferramenta auxilia a gestão financeira das empresas, permitindo um maior controle dos prazos tributários;

E. Suspensão do FEEF - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal a partir de março de 2020 e reabertura do prazo até 31/12/2020 para regularização dos inadimplentes (débitos passados até fevereiro de 2020) - Lei 17.251/2020;

F. Prorrogação do procedimento de auto regularização dos débitos apurados resultantes dos eventos 379 e 380 de exclusão do simples nacional de 2018 até 31/12/2020;

G. Implantação do regime de carga líquida para as prestadoras de serviço de transporte de cargas - Decreto nº 33.729/2020, com carga líquida do ICMS nas operações realizadas dentro do Estado. A medida simplifica a vida do

transportador, permitindo que as empresas recolham a carga fixa de 5% do imposto, reduzindo o valor da tributação e os custos operacionais;

H. Suspensão, por 90 dias, de termos e notificações de fiscalização. O prazo teve início em 16 de março e terminou no dia 15 de junho.

I. Permissão para que transportadoras credenciadas façam devolução de mercadorias retidas, que não puderam ser entregues por recusa no recebimento ou outro motivo, ao estado de origem sem o pagamento de ICMS.

J. Dispensa da Escrituração Fiscal Digital (EFD) para contribuintes do Simples Nacional, extinção do bloco k da EFD para contribuintes do segmento de comércio atacadista e simplificação de alguns campos para os demais contribuintes;

K. Fim da exigência de cópia do contrato particular de prestação de serviço entre o contador e o contribuinte em atendimento ao pleito do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRC-CE), visando simplificar o processo de alteração cadastral;

L. Realização de sessões por videoconferência no Contencioso Administrativo Tributário (CONAT), para dar continuidade às atividades do Conat e garantir todos os direitos assegurados às partes, enquanto durar a pandemia de COVID-19 e intimação virtual por meio do whatsapp, somente para a fase de sustentação oral e condicionada à adesão voluntária da parte interessada, que deve preencher e assinar um termo de adesão;

M. Suspensão, por 90 dias, dos prazos processuais em curso no Contencioso Administrativo Tributário do Estado do Ceará (CONAT). O prazo teve início em 16 de março e terminou no dia 15 de junho. Nesse período, não foram realizadas as sessões de julgamento pelas Câmaras do Conselho de Recursos Tributários;

N. Cadastro simplificado de empresas de e-commerce situadas em outras unidades da federação;

O. Emissão de Nota Fiscal Avulsa (NFA) pelos Microempreendedores individuais (MEI), produtores rurais e outras categorias não inscritas no Cadastro Geral da Fazenda (CGF) pela internet sem burocracia;

P. Isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) para doações de bens, direitos e valores destinadas ao combate à pandemia causada pelo novo coronavírus, através da Lei 17.193, de 27 de março de 2020. A medida isenta as doações feitas por pessoas físicas e jurídicas, ainda que realizadas por terceiros;

Q. Aumento do limite do parcelamento de débito de ICMS pela internet, de 70 mil UFIRCE (unidade fiscal de referência do Ceará) para 200 mil UFIRCE.

Ações a Serem Desenvolvidas em 2021

• Projeto de cobrança - Prevenir a inadimplência antes dos vencimentos das obrigações tributárias e facilitar o pagamento dos valores a serem pagos pelo contribuinte com a utilização do Sistema Pix – Banco Central, implementando um processo de cobrança mais eficaz, visando o fortalecimento da relação fisco-contribuinte e o alcance de melhores resultados financeiros;

• Conclusão do Domicílio Tributário Eletrônico - DTe e implantação do calendário de obrigatoriedade de utilização da ferramenta pelo contribuinte, aprimorando os serviços oferecidos aos contribuintes e a disponibilização de um canal único e eletrônico de comunicação com o contribuinte para reduzir os custos de entrega de comunicados e o risco de extravio de informações;

• Implantação do Posto Fiscal Inteligente - otimização e automação dos processos de fiscalização de mercadorias em trânsito, reduzindo o tempo gasto com essas atividades e possibilitando o aumento da assertividade da fiscalização;

• Conclusão da Rede SIM que consiste em agilizar a obtenção do cadastro do contribuinte no prazo máximo de 72 horas;

• Execução de novas ações do Programa de Conformidade Tributária - Pai d'Égua, que prevê benefícios para os contribuintes com boas práticas no campo tributário;

• Automatização dos Regimes Especiais de Tributação (carga líquida). Prazo para conclusão em 31/12/2022;

• Implantação e execução de parâmetros para Malha Fiscal automatizada para os Contribuintes Optantes do Simples Nacional;

• Utilização de Inteligência de Dados para geração de novos indicadores de malha fiscal no combate à sonegação.

• Automação no processo de previsão das Receitas Tributárias de ICMS, IPVA e ITCD.

Taxas

A arrecadação bruta das taxas em 2020 foi de R$ 817.053.930,37 (excluídas as receitas intraorçamentárias), com um decrescimento nominal de 8,71% em relação ao exercício anterior. A arrecadação dessa a receita foi superior à sua previsão em 18,21%. As taxas com maior representatividade são as Taxas pela Prestação deServiços, representando 80,54% do total das taxas. Outra taxa que merece ser mencionada são as de emolumentos e custas judiciais que atingiram o montante de R$ 104.694.411,54, contribuindo com 12,81% do total de taxas.

Outro ponto a ser mencionado é que do total arrecadado, R$ 171.526.589,31 foram desvinculados dos órgãos de origem e transferidos para o Tesouro Estadual, conforme Emenda Constitucional 93/2016, regulamentada pela Lei nº 16.721, de 21/12/2018.

2.1.1.2 Receita de Contribuições

A Receita de Contribuições, com previsão final de arrecadação no valor de R$ 901.161.017,00 no exercício de 2020, atingiu o montante de arrecadação bruta de R$ 966.151.443,97, excluídas as receitas de contribuições patronais, intraorçamentaria, no valor de R$1.328.438.952,68, representa 3,20 % da Receita Corrente bruta.

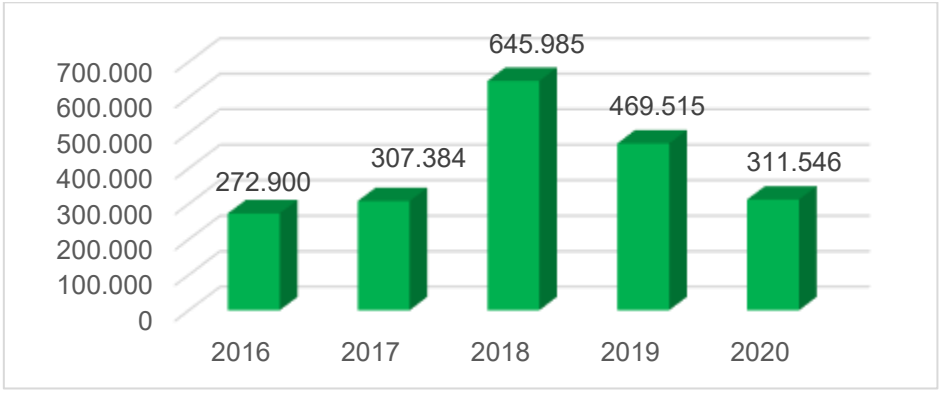
2.1.1.3 Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial, com previsão final de R$ 398.911.078,94 no exercício de 2020, atingiu a quantia de R$ 311.546.130,04, correspondendo a 1,03% das Receitas Correntes (excluídas as receitas intraorçamentárias) e participando apenas com 0,93% da receita total

bruta. Do montante realizado,49,77% estão na administração direta e 50,23% na administração indireta. As receitas de remuneração de depósitos bancários, as receitas de juros e correção monetária e remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social -RPPS, juntas somaram R$ 214.545.848,94, representando 68,86 do total da receita patrimonial. A Receita de Cessão do Direito de Operacionalização de Folha de Pessoal arrecadou R$ 35.293.601,73, contribuindo com 11,33% do total das receitas patrimoniais. A receita de dividendos contribui com R$ 34.697.220,95, e participou com 11,14%. As receitas citadas representam 91,33% das receitas patrimoniais.

Gráfico 7 - Evolução da Receita Patrimonial - 2016 a 2020

(R$ milhares)



Fonte: SEFAZ/CECOG

2.1.1.4 Receita Agropecuária

Em 2020, não foi previsto arrecadação para essa subcategoria de receita, no entanto foi arrecadado a quantia de R$ 805,00. Vale ressaltar, que em 2019 não houve arrecadação dessa receita.

2.1.1.5 Receitas de Serviços

Para as Receitas de Serviços (excluindo as intraorçamentárias R$ 37.815.775,60), no ano de 2020, foi prevista uma arrecadação de R$ 237.017.116,79, e foi realizada R$ 226.127.726,83, representando 95,41% do que foi previsto. Em comparação com a arrecadação de 2019 esta receita cresceu 25,84% em termos nominais. Duas receitas tiveram uma arrecadação expressiva :a receita de serviços e atividades referentes a saúde que atingiu a cifra de R$ 114.284.362,96 e a receita de serviços administrativos e comerciais que alcançou o montante de R$ 110.342.528,49, juntas representam 99,34% do seu grupo.

2.1.1.6 Transferências Correntes

Na origem Transferências Correntes, com previsão final de R$ 11.889.337.231,57, foi arrecadado o valor bruto de R$ 11.674.791.855,30, inferior à sua previsão em 1,8%. Em relação ao exercício de 2019, comparando-se as receitas brutas, verifica-se um aumento no total de transferências recebidas de 14,98%. As transferências correntes representaram 38,45% das Receitas Correntes (excluída receita corrente intra) do exercício de 2020.

No que diz respeito às transferências constitucionais e legais realizadas pela União ao Estado, no exercício de 2020, estas somaram R$ 11.544.354.881,63 e, em relação ao exercício anterior, tiveram um incremento nominal de 15,53%, conforme demonstrado na tabela seguinte.

Tabela 19 - Demonstrativo Comparativo das Transferências Constitucionais da União – Valores Nominais Brutos - 2019/2020

(R$ milhares)

Receitas	2019 (A)	2020 (B)	Var % B/A	Part% (B/Total B)
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	7.051.434	6.763.500	-4,08	58,59
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	30.667	25.935	-15,43	0,22
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	25.021	25.512	1,96	0,22
Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89	7.762	3.435	-55,74	0,03
Cota-parte Royalties pelo Excedente da Prod. do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	5.091	2.047	-59,8	0,02
Bônus de Cessão Onerosa do Pré-Sal	247.095	0	-100	0
Cota-Parte do Imposto S/ Prod. Indust. – Estados Exportadores de Produtos Industrializados	51.969	55.878	7,52	0,48
Apoio Financeiro - Compensação Redução FPE - MP 938/2020	0	498.933	100	4,32
Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.752	2.070	18,12	0,02
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação- FNDE	83.495	0	-100	0
Transf. de Rec. do Fundo de Manut. e Des. da Educação Básica e de Val. dos Profissionais	1.253.799	1.161.175	-7,39	10,06
Transf.Rec da Compl. da União ao Fundo de Manut e Des.da Educ. Básica e de Val dos Prof.	426.111	432.484	1,5	3,75
Transferências Diretas do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	47.418	55.029	16,05	0,48
Transf. Diretas do FNDE ref. ao Programa Nacional de Apoio ao Transp. do Escolar – PNATE	2.628	2.854	8,61	0,02
Transferências do Salário-Educação	51.055	55.473	8,65	0,48
Transferências Oriundas da Lei Pele	2.905	2.998	3,2	0,03
Transferências do Fundo Penitenciário Nacional - FUPEN	0	5.207	100	0,05
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	3.004	0	-100	0
Transf.de Recursos - SUS Rep. Fundo a Fundo Bloco Cust. das Ações e Serv. Púb de Saúde.	697.022	596.038	-14,49	5,16
Auxílio Financeiro para Saúde e Assistência Social	0	300.299	100	2,6
Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	0	19.611	100	0,17
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Combate COVID-19	0	13.200	100	0,11
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	0	16.021	100	0,14
Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate a COVID-19	0	424.382	100	3,68

Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	0	1.238	100	0,01
Transferência LC 176/2020 - Compensação de Créditos Lei Kandir	0	43.002	100	0,37
Transferência para Mitigação dos Efeitos Financeiros da COVID-19	0	918.821	100	7,96
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	0	3.083	100	0,03
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Publica	0	29.623	100	0,26
Transferências de Recursos do SUS - Atenção Especializada	4.200	4.875	16,08	0,04
Transferências de Recursos SUS - Vigilância em Saúde	0	5.301	100	0,05
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	0	3	100	0
Transferências do FNAS - Combate a COVID-19	0	2.342	100	0,02
Transferências Emergências ao Setor Cultural - Lei Aldir Blanc	0	73.985	100	0,64
Total Geral	**9.992.427**	**11.544.355**	**15,53**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Esse incremento no valor das transferências legais da União se deu principalmente devido a transferências para o enfrentamento da pandemia ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) ou em razão desta.

Tabela 20 – Transferências Correntes – Enfrentamento/Compensação aos Efeitos COVID

(R$ milhares)

Descrição da Receita	Valor
Transferência para Mitigação dos Efeitos Financeiros da COVID-19	918.821
Apoio Financeiro - Compensação Redução FPE - MP 938/2020	498.933
Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate a COVID-19	403.663
Auxílio Financeiro para Saúde e Assistência Social	300.299
Transferencias Emergencias ao Setor Cultural - Lei Aldir Blanc	73.985
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Combate COVID-19	13.200
Transferências do FNAS - Combate COVID-19	1.880
Total	2.210.782

Fonte: SEFAZ\CECOG

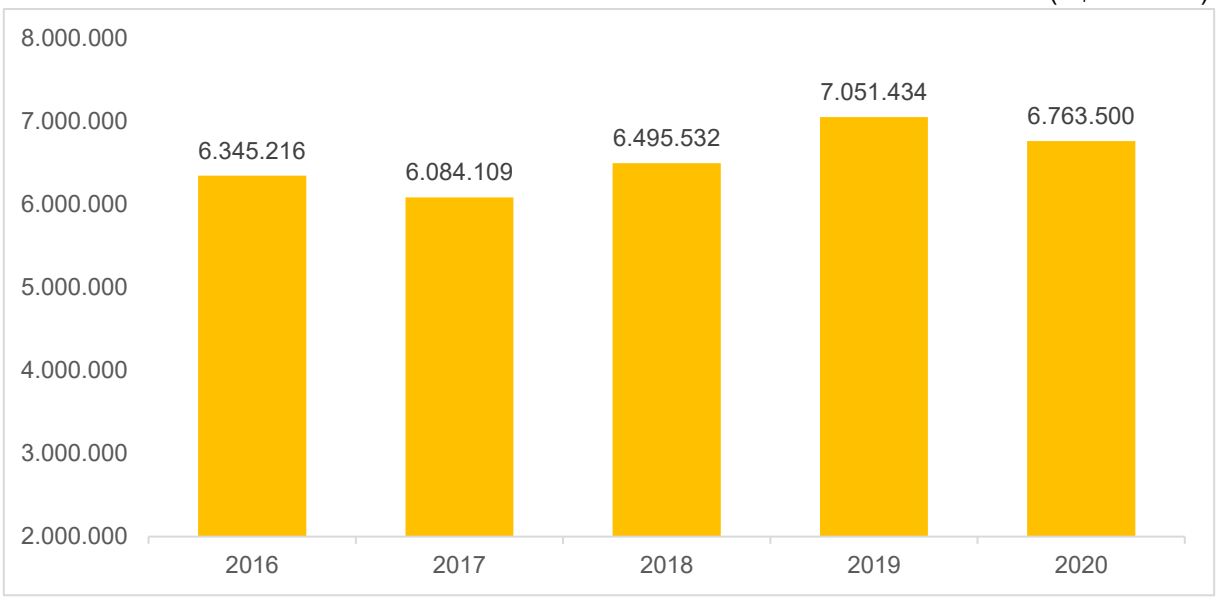
FPE

A receita de transferências correntes mais representativa é a receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que totalizou R$ 6.763.500.117,24 no exercício de 2020, apresentando uma redução em termos nominais de 4,08%, comparado a 2019. Esta natureza

de receita representa 57,93% das Transferências Correntes e 22,28% do total das Receitas Correntes (excluídas as receitas intraorçamentárias).

Gráfico 8 - Evolução da Receita do FPE - 2016 a 2020 - Valores Brutos

(R$ milhares)



Fonte: SEFAZ/CECOG

FUNDEB

Destaque, também, para as transferências do FUNDEB no valor de R$ 1.161.174.707,15, com uma variação negativa de 7,39% em relação a 2019. As Transferências de Recursos do FUNDEB referentes ao retorno, em 2020, somaram R$ 1.161.174.707,15 e participaram com 9,95% das Transferências Correntes.

Com relação ao FUNDEB, as receitas que compõem a sua base de cálculo foram registradas pelos seus valores brutos. Contudo, os percentuais deduzidos da arrecadação das receitas e aqueles retidos automaticamente das transferências, ambos destinados à formação do FUNDEB foram registrados em conta contábil de dedução da Receita Orçamentária Arrecadada, conforme Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014.

As tabelas seguintes demonstram a composição dos recursos que formam o FUNDEB, bem como os que o Estado do Ceará transfere para o Fundo.

A composição das origens do FUNDEB está discriminada na tabela a seguir.

Tabela 21 - Demonstrativo das Origens dos Recursos do FUNDEB do Estado do Ceará

(R$ milhares)

Origem dos Recursos	Valor	% Part
Receitas que Compõem o Retorno do FUNDEB		
ICMS	575.175,70	36,09
FPE	309.211,07	19,40
FPM	221.245,63	13,88
IPI Exportação	2.554,71	0,16
ITR	81,60	0,01
ITCMD	3.309,21	0,21
IPVA	49.596,79	3,11
ICMS LEI 87/96	0,00	0,00
Total do Retorno do FUNDEB	1.161.174,71	72,86
Complemento da União do Exercício Anterior	8.600,03	0,54
Complemento da União do Exercício	423.883,82	26,60
Total do Complemento da União	432.483,86	27,14
Total Geral	**1.593.658,57**	**100,00**

Fonte: Dados coletados no sistema DAF do Banco do Brasil S/A.

Nota: A Complementação da União de Exercícios Anteriores está prevista na Portaria Interministerial nº 01, de 24 de abril de 2020.

Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação, Lei Complementar nº 87/96, foram registrados como dedução da respectiva Receita Orçamentária, conforme discriminado a seguir:

Tabela 22 - Demonstrativo dos Recursos Transferidos ao FUNDEB pelo Estado do Ceará

(R$ milhares)

Fontes	Valor	% Part.
ICMS	1.887.394	55,98
FPE	1.352.700	40,12
IPI EXP	8.382	0,25
ITCMD	14.448	0,43
IPVA	108.416	3,22
Total	**3.371.340**	**100,00**

Fonte: Dados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A e do Sistema de Arrecadação de Tributos Unificado e Repasse da SEFAZ/CE;

Nota 1: Valores computados pelo regime de caixa;

Nota 2: Nos repasses realizados em 2020, constam repasses complementares de 2019: ICMS - R$ 32.827.999,99 - IPVA - R$ 1.693.940,39, ITCD - R$ 1.656.459,58;

Nota 3: Parcela da receita arrecadada em 2020 foi repassada ao FUNDEB em 2021: ICMS - R$ 42.417.432,61 , IPVA - R$ 1.335.621,04, ITCD - R$ 1.498.839,40;

Nota 4: Os recursos transferidos ao FUNDEB, em 2020, foram contabilizados como dedução da receita orçamentária.

O resultado negativo do FUNDEB representa a participação que os Municípios auferiram nos recursos transferidos pelo Estado ao Fundo, conforme composição distributiva estabelecida pela Lei nº 11.494/2007.

Tabela 23 - Demonstrativo do Resultado do FUNDEB no Estado do Ceará

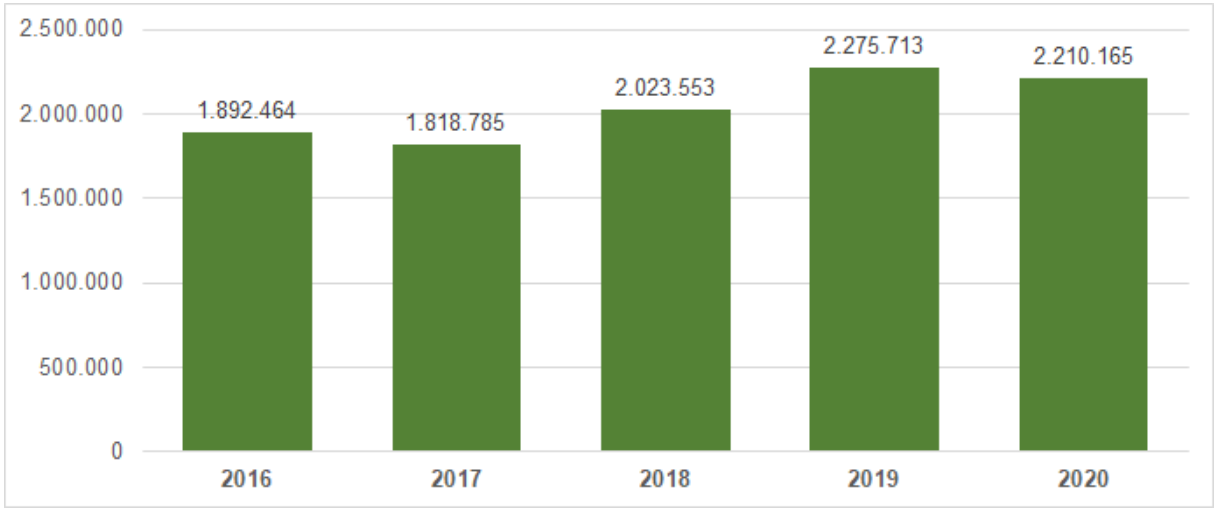
(R$ milhares)

Descrição	Valor
Transferências do Estado	-3.371.339,93
Retorno	1.161.174,71
Perda do FUNDEB pelo Estado	-2.210.165,22

Fonte: SEFAZ/CECOG

Gráfico 9 - Evolução das Perdas do FUNDEB – 2016 a 2020

(R$ milhares)



Fonte: SEFAZ/CECOG

2.1.1.7 Outras Receitas Correntes

Esse grupo de receitas, em valores brutos (exceto receitas intraorçamentárias), em 2020, tinha previsão final de arrecadação no valor de R$ 695.475.936,00 e alcançou a cifra de R$ 547.505.844,87, inferior ao previsto em 21,28%. Em 2020 apresentou um decréscimo em termos nominais de 21,36% em relação ao exercício anterior. As Receitas de Indenizações, Ressarcimento e Restituições contribuíram com R$ 259.693.757,44, representando 47,43% da sua subcategoria. Outra Receita com arrecadação relevante desse grupo são as Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais, que somaram 117.679.312,27, representando 21,49%. A arrecadação de Demais Receitas Correntes importou em R$ 347.250.427,24, contribuindo com 63,42%.

Nesse grupo também se classificaram recursos provenientes de doações, multas por não uso de máscara facial e multas decorrentes de sentenças judiciais para aplicação no combate a COVID-19, conforme tabela abaixo:

Tabela 24 – Outras Receitas Correntes – Combate a COVID

(R$ milhares)

Descrição	Valor
Doações em Dinheiro - Enfrentamento COVID-19	4.990
Multa por Não Uso de Máscara - Lei 17.261/2020	29
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - COVID-19	7
Total	**5.027**

Fonte: SEFAZ/CECOG

2.1.2 Receitas de Capital

A categoria Receitas de capital, em 2020 teve uma previsão total de R$ 2.647.867.028,15, atingiu o montante arrecadado de 1.673.402.523,43, participando com 5,22% do total da Receita Orçamentária bruta. As receitas com maior participação nessa categoria foram as Operações de Crédito com valor de R$ 1.464.765.387,29 e Transferências de Capital com R$ 204.770.066,14, representando 87,53% e 12,23% da categoria, respectivamente.

Tabela 25 - Demonstrativo Comparativo das Receitas de Capital Previstas com as Realizadas por Tipo de Administração/Categoria Econômica e Grupo

(R$ milhares)

Receita	Prevista (A)	Realizada (B)	% Realização (B/A)	% Part.. (B/Total B)
1. Administração Direta				
1.1 Receitas de Capital sem Deduções	2.554.391	1.614.503	63,21	96,41
1.1.1 Operações de Crédito	1.934.287	1.464.765	75,73	90,72
1.1.2 Alienações de Bens	0	192	0	0,01
1.1.3 Outras Receitas de Capital	0	2.536	0	0,16
1.1.4 Transferências de Capital	620.104	147.010	23,71	9,11
1.2 (-) Deduções				
1.2.1 Restituições de Receitas				
1.2.1.1. Alienações de Bens				
Total de Receitas de Capital Líquida - Ad. Direta	2.554.391	1.614.504	63,21	96,41
2. Administração Indireta				
2.1 Receitas de Capital sem Deduções	93.476	58.899	63,01	3,59
2.1.1 Alienações de Bens	0	937	0	1,59
2.1.2 Transferências de Capital	93.476	57.760	61,79	98,07

2.1.3 Amortização de Empréstimos 2.2 (-) Deduções 2.2.1 Restituições de Receitas 2.2.1.1. Alienações de Bens		202	0	0,34
Total de Receitas de Capital Líquida - Ad. Indireta	93.476	58.899	63,01	3,59
3. Totais				
3.1 Receitas sem Deduções	2.647.867	1.673.403	63,20	100,00
3.2 Deduções				
3.3 Receitas Líquidas (3.1-3.2)	2.647.867	1.673.403	63,20	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

2.1.2.1 Operações de Crédito

O conceito de operação de crédito, evidenciado pelo item III do art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

As operações de crédito previstas na Lei nº 4.320/1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Resolução do Senado Federal n° 43/2001, são compostas em operações que integram a dívida flutuante e operações da dívida fundada ou consolidada, sendo classificadas em interna ou externa.

Em 2020, as Receitas de Operações de Crédito apresentaram um acréscimo nominal de 6,21% em relação ao ano de 2019. As receitas de Operações de Crédito Externas foram as responsáveis por esse acréscimo, pois apresentaram uma variação positiva em termos nominais de 39,23%, se comparado com o exercício anterior. O crescimento do volume de Receitas Externas realizadas se deve, principalmente, a liberações de recursos nos seguintes projetos: Ceará IV -2ª Fase (BID), no montante de R$ 227.963.349,47 e Saúde Ceará II (BID), no montante de R$ 216.892.521,58. As Operações de Crédito Externas alcançaram a cifra de R$ 626.027.921,55 contra R$ 449.638.180,22 do exercício de 2019. Com relação às Operações de Crédito Internas, em 2020 verificou-se uma redução de 9,76% em termos nominais, se comparado com o exercício anterior. Embora tenha ocorrido a diminuição nas receitas internas, destaca-se a Operação de Crédito interna realizada junto ao Banco do Brasil no montante total de R$ 800.000.000,00.

A Tabela a seguir equipara as Operações de Crédito Previstas e Realizadas e sua efetiva arrecadação para o período de 2016 a 2020.

Tabela 26 - Demonstrativo Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operações de Crédito

(R$ milhares)

Ano	Previsão(A)	Realização (B)	% Realizado (B/A)	Variação %
2016	2.698.036	1.109.696	41,13	0,00
2017	3.507.145	2.051.079	58,48	84,83
2018	2.606.226	908.065	34,84	-55,73
2019	2.226.165	1.379.112	61,95	51,87
2020	1.934.287	1.464.765	75,73	6,21

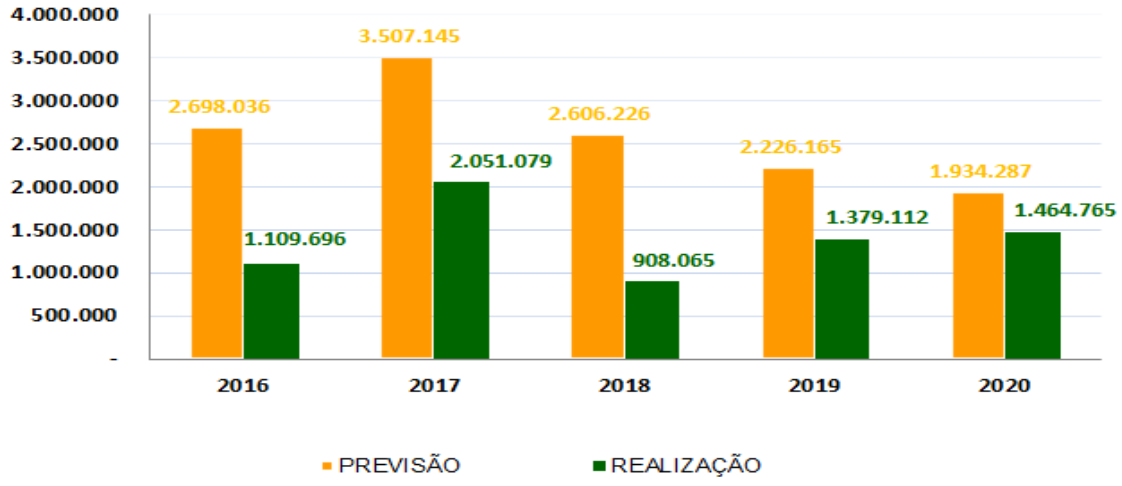
Fonte: SEFAZ/CEDIP

Verificou-se que no exercício 2020 foram realizadas 75,73% das receitas de Operações de Crédito previstas, já para o exercício de 2019 apenas 61,95% das receitas previstas foram realizadas.

No gráfico abaixo, podemos observar a relação entre a Previsão e Arrecadação das Receitas de Operação de Crédito ao longo dos últimos cinco anos

Gráfico 10 - Comparativo da Previsão com a Arrecadação da Receita de Operação de Crédito - 2016 a 2020

(R$ milhares)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

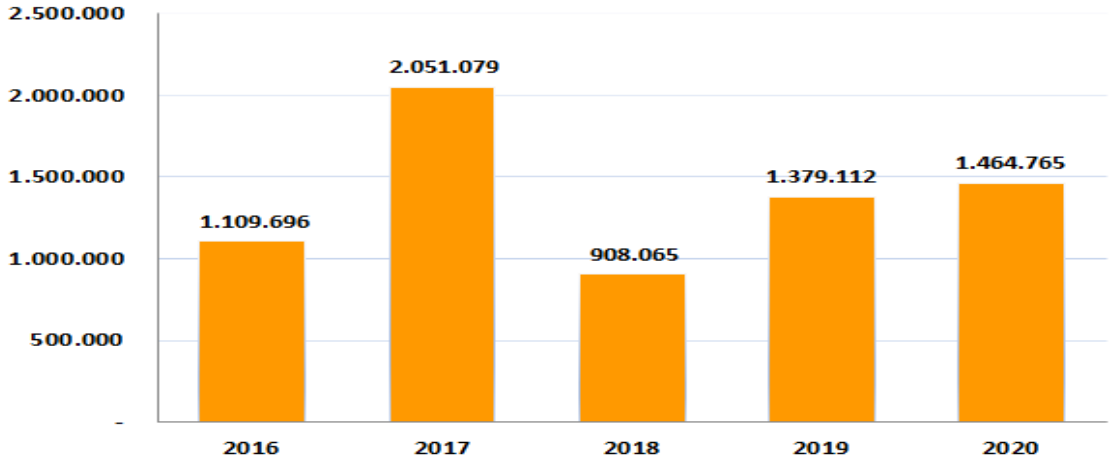
Em 2020, a arrecadação de Operações de Crédito atingiu o montante de R$1.464.765.387,29, já no ano de 2019 o valor efetivamente arrecadado foi de R$

1.379.111.845,92. Desse modo observa-se um crescimento de 6,21% das receitas com Operações de Crédito realizadas durante o exercício 2020 em relação ao exercício de 2019.

A evolução das Operações Crédito realizadas nos últimos cinco anos, pode ser observada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 - Evolução das Operações de Crédito - 2016 a 2020

(R$ milhares)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

A participação das Operações de Crédito em relação à receita total bruta, nos últimos cinco anos, encontra-se demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 27 - Demonstrativo da Evolução das Operações de Crédito em Relação à Receita Total Líquida - 2016 a 2020

(R$ milhares)

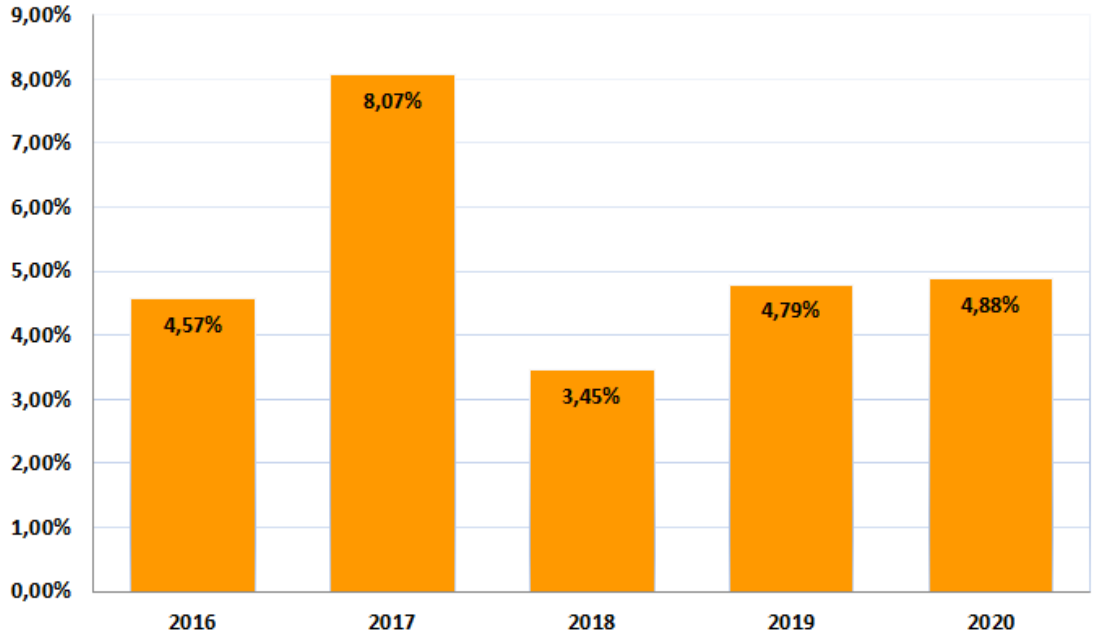
Ano	Valor Liberado	Receita Total	Part %
2016	1.109.696	23.874.696	4,65
2017	2.051.079	24.710.873	8,30
2018	908.065	25.439.222	3,57
2019	1.379.112	32.602.069	4,23
2020	1.464.765	30.004.951	4,88

Fonte: SEFAZ/CEDIP

No ano de 2020 a Receita Total Líquida atingiu a cifra de R$ 30.004.950.700,83, sendo que a decorrente de Operações de Crédito o montante chegou a R$ 1.464.765.387,29, representando 4,88% de participação.

No gráfico a seguir, evidenciam-se os percentuais obtidos, nos últimos cinco anos, das Operações de Crédito em relação à Receita Total Líquida

Gráfico 12 - Participação das Operações de Crédito em Relação à Receita Total Líquida - 2016 a 2020



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Conforme demonstrado no gráfico acima, as receitas com operações de crédito, no exercício de 2020, tiveram o percentual de participação na Receita Total Líquida de 4,88%. Já em relação ao exercício de 2019 essa proporção foi de 4,79%. Observa-se que nos últimos cinco anos as Operações de Crédito tiveram uma participação média de 5,06% em relação à receita total líquida.

Quanto à realização de receitas de operações de crédito interna e externa, verifica-se que houve um acréscimo no total de captação de recursos de operações de crédito, quando se compara os anos de 2020 e 2019. O montante total captado em 2020 foi de R$ 1.464.765.387,29 do qual o valor de R$ 838.737.465,74 refere-se às operações de crédito internas e o valor de R$ 626.027.921,55 às captações externas, conforme tabela abaixo:

Tabela 28 - Demonstrativo da Evolução da Receita de Operações de Crédito Interna e Externa - 2016 a 2020

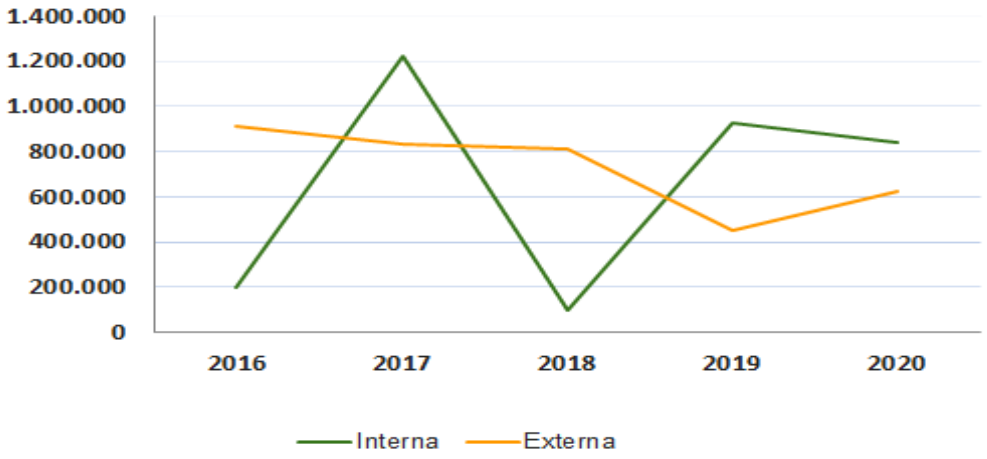
(R$ milhares)

Ano	Interna	Externa	Total	Var. %
2016	199.358	910.338	1.109.696	0,00
2017	1.220.423	830.656	2.051.079	84,83
2018	95.284	812.780	908.065	-55,73
2019	929.474	449.638	1.379.112	51,87
2020	838.737	626.028	1.464.765	6,21

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Gráfico 13 - Evolução da Receita de Operação de Crédito Interna e Externa - 2016 a 2020

(R$ milhares)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Quando se analisa a captação externa, nota-se que o volume liberado em 2020 apresentou um acréscimo de 39,23% se comparado com ano anterior, no entanto, em relação a receita com operação de crédito interna observou um decréscimo de 9,76%, entre os anos de 2020 e 2019.

2.1.2.2 Alienação de Bens

Em 2020, não foi prevista arrecadação para a Receita de Alienação de Bens. Contudo obteve-se uma arrecadação no montante de R$ 1.128.985,82, contribuindo com apenas 0,07% no total da Receita de Capital. Do valor arrecadado, R$ 806.922,32 refere-se à Alienação de Bens Imóveis, equivalente a 71,47 % da sua subcategoria econômica. Já a realização das receitas de Alienação de Bens Móveis e Semoventes, em 2020, atingiu a importância de R$ 322.063,50. Em comparação com o ano de 2019, a Receita de Alienação de Bens apresentou uma redução significativa de 88,8%. Vale ressaltar que, em 2019, essa subcategoria contou com

a arrecadação expressiva da Receita de Alienação de Bens Móveis e Semoventes no valor de R$ 4.475.443,15 e com a arrecadação da receita de Alienação de Investimentos Permanentes no valor de R$ 5.600.000,00.

2.1.2.3 Amortização de Empréstimos

Não foi prevista arrecadação para essa subcategoria de receita no orçamento para 2020. No entanto foi arrecadada a importância de R$ 201.973,55, contribuindo com apenas 0,01% para composição da receita de capital. Comparando o valor realizado com o exercício anterior, essa subcategoria de receita apresentou uma variação negativa de 56,56%. Os valores arrecadados são provenientes de empréstimos concedidos para fomento à agricultura.

2.1.2.4 Transferência de Capital

Para essa subcategoria de receita foi previsto em 2020, a importância de R$ 713.579.999,85, e foi realizado a cifra de R$ 204.770.066,14, abaixo de sua previsão em 71,30%. Em termos de realização apresentou uma variação negativa nominal de 44,94% em relação a 2019. As Transferências de Convênios representam 72,03% dessa subcategoria, tendo atingido o valor de R$ 147.469.397,39. Essa receita tem sempre se destacado na realização da receita Transferências de Capital. Vale enfatizar, que em 2020 as receitas de Convênios de Capital recebidas sofreram uma redução de 58,58%.

Também constam nesse grupo o montante de R$ 21.181.007,00 recebidos de transferências de capital para enfrentamento pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

2.1.2.5 Outras Receitas de Capital

No ano de 2020, não foi previsto arrecadação para essa subcategoria de receita, no entanto foi registrado a importância de R$ 2.536.110,63, contribuindo, apenas, com 0,15% no total de sua categoria. Essa receita é formada 100% das receitas Demais Receitas de Capital. Em relação ao exercício anterior, apresentou um crescimento de 118,95%.

2.1.3 Receitas dos Fundos Previdenciários

As Receitas de Contribuições, no montante de R$ 2.294.006.194,60 - deduzidas as restituições no valor de R$ 423.116,39, sendo R$ 418.859,78 do FUNAPRV e R$ 4.256,61 do

PREVID - correspondem a 47,53% da Receita Orçamentária arrecadada líquida da Administração Indireta, firmando-se como sua maior fonte de receita. São responsáveis por esta arrecadação os fundos previdenciários FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP.

As receitas formadas pelas contribuições dos servidores, contribuição patronal, rendimentos de aplicações financeiras, compensação previdenciária e outras receitas dos Fundos de Previdência (FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP), recursos de arrecadação própria, registradas nas fontes 2.03.00, 2.04.00, 2.05.00, 2.06.00 e 2.70.00, somaram R$ 2.413.249.983,22, representando 50% do total da Receita Orçamentária arrecadada da Administração Indireta. Evidenciamos suas receitas nas tabelas a seguir:

Tabela 29 - Demonstrativo da Receita Consolidada dos Fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID (Origem de Recursos)

(R$ milhares)

Especificação	Prev. Atualizada	Realização	% Realiz.	% Part.
1. Receitas Correntes	2.457.695	2.404.391	97,83	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	2.312.547	2.286.444	98,87	95,09
1.1.1. Contribuições para o RPPS	893.990	960.203	107,41	39,94
1.1.1.1. Contribuição de Servidor Ativo	787.139	705.092	89,58	29,33
1.1.1.2. Contribuição de Servidor Inativo	78.147	195.542	250,23	8,13
1.1.1.3. Contribuição de Pensionista	28.704	59.568	207,52	2,48
1.1.1.4. Contribuição Patronal para o RPPS	1.418.557	1.326.229	93,49	55,16
1.1.1.5. Outras Contribuições Sociais	0	12	0,00	0,00
1.1.1.6. Outras Contribuições Sociais ao RPPS	0	12	0,00	0,00
1.2. Receita Patrimonial	88.926	68.336	76,85	2,84
1.2.1. Juros de Títulos de Renda	88.926	68.336	76,85	2,84
1.3. Comp. Prev. Entre Reg. Sociais/RPPS	56.223	49.611	88,24	2,06
Total	**2.457.695**	**2.404.391**	**97,83**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 30 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro FUNAPREV (Origem de Recursos)

(R$ milhares)

Especificação	Prev. Atualizada	Realização	% Realiz.	% Part.
1. Receitas Correntes	1.646.862	1.655.806	100,54	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	1.584.448	1.602.331	101,13	96,77
1.1.1. Contribuições para ao RPPS	656.601	690.367	105,14	41,69
1.1.1.1. Contribuição de Servidor Ativo	567.588	492.521	86,77	29,75
1.1.1.2. Contribuição de Servidor Inativo	63.482	156.659	246,78	9,46
1.1.1.3. Contribuição de Pensionista	25.531	41.188	161,33	2,49
1.1.1.4. Contribuição Patronal para o RPPS	927.848	911.951	98,29	55,08
1.1.1.5. Outras Contribuições Sociais	0	12	0,00	0,00
1.1.1.6. Outras Contribuições Sociais ao RPPS	0	12	0,00	0,00
1.2. Receita Patrimonial	6.191	3.864	62,41	0,23
1.2.1. Juros de Títulos de Renda	6.191	3.864	62,41	0,23
1.3. Comp. Prev. Entre Reg. Sociais/RPPS	56.223	49.611	88,24	3,00
Total Geral	**1.646.862**	**1.655.806**	**100,54**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CEORG

Nota: Em Outras Contribuições Sociais estão inscritos os valores atinentes às contribuições dos Serventuários da Justiça.

Tabela 31 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVMILITAR (Origem de Recursos)

(R$ milhares)

Especificação	Prev. Atualizada	Realização	% Realiz.	% Part.
1. Receitas Correntes	512.821	429.248	83,70	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	510.086	427.150	83,74	99,51
1.1.1. Contribuições para o RPPS	187.357	183.884	98,15	42,84
1.1.1.1. Contribuição de Servidor Ativo	169.519	128.264	75,66	29,88
1.1.1.2. Contribuição de Servidor Inativo	14.665	38.791	264,52	9,04
1.1.1.3. Contribuição de Pensionista	3.173	16.830	530,33	3,92
1.1.1.4. Contribuição Patronal para o RPPS	322.730	243.266	75,38	56,67
1.2. Receita Patrimonial	2.735	2.098	76,72	0,49
1.2.1. Juros de Títulos de Renda	2.735	2.098	76,72	0,49
Total	512.821	429.248	83,70	100,00

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 32 - Demonstrativo da Receita do Fundo Financeiro PREVID (Origem de Recursos)

(R$ milhares)

Especificação	Prev. Atualizada	Realização	% Real.	% Part.
1. Receitas Correntes	298.012	319.337	107,16	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	218.012	256.964	117,87	80,47
1.1.1. Contribuições para o RPPS	50.033	85.951	171,79	26,92
1.1.1.1. Contribuição de Servidor Ativo	50.033	84.307	168,50	26,40
1.1.1.2. Contribuição de Segurado Inativo	0	93	0,00	0,03
1.1.1.3. Contribuição de Pensionista	0	1.551	0,00	0,49
1.1.1.4. Contribuição Patronal para o RPPS	167.979	171.013	101,81	53,55
1.2. Receita Patrimonial	80.000	62.374	77,97	19,53
1.2.1. Juros de Títulos de Renda	80.000	62.374	77,97	19,53
Total	**298.012**	**319.337**	**107,16**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 33 - Demonstrativo da Receita do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP (Origem de Recursos)

(R$ milhares)

Especificação	Previsão Atualizada	Realização	% Real.	% Part.
1. Receitas Correntes	21.311	8.859	41,57	100,00
1.1. Receitas de Contribuições	7.171	7.562	105,45	85,36
1.1.1. Contribuição Parlamentar	7.171	5.514	76,89	62,24
1.1.1.1. Contr. dos Deputados para o FPP - Obrig. e Facultativo	3.672	2.100	57,19	23,70
1.1.1.2. Contribuição dos Pensionistas para o FPP	945	489	51,75	5,52
1.1.1.3. Contribuição do Segurando Inativo	0	1.231	0,00	13,90
1.1.1.4. Contribuição Patronal - Cessão\Autopatrocínio	644	456	70,81	5,15
1.1.1.5. Contr. Patr. - Exer. Ant. Cessão/Autopat.	1.910	1.238	64,82	13,97
1.2. Contribuição Patronal	2.028	2.048	100,99	23,12
1.2.1. Contribuição Patronal Parlamentar	1.009	1.908	189,10	21,54
1.2.2. Contribuição Patronal Exercícios Anteriores	1.019	140	13,74	1,58
1.3. Outros Serviços Financeiros	112	264	235,71	2,98
1.3.1. Multas Prev. em Legisl. Específ. - Multa e Juros	112	264	235,71	2,98
1.3.1.1. Outras Contribuições Sociais ao RPPS	112	264	235,71	2,98
1.4. Receita Patrimonial	12.000	1.033	8,61	11,66
1.4.1. Juros de Títulos de Renda	12.000	1.033	8,61	11,66
Total Geral	**21.311**	**8.859**	**41,57**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CEORG

A receita de Contribuição denominada Patronal/Autopatrocínio, integrante do Fundo de Previdência Parlamentar - FPP, mesmo contabilizada com vinculação à fonte de recursos 2.06.00, não se caracteriza como intraorçamentária, tendo em vista tratar-se do valor custeado pelo próprio ex-parlamentar.

2.1.4 Receitas Correntes Intraorçamentárias por Tipo de Administração

São receitas correntes de órgãos, autarquias, fundações, empresa dependentes e de outras entidades, integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, cujo fato gerador tenha sido originado de despesas pela compra de materiais, bens e serviços, pagamentos de impostos, taxas e contribuições e outras, quando o credor também fizer parte da mesma esfera de governo.

Em 2020, foi arrecadado o valor de R$ 1.578.870.629,48 bruto de receitas intraorçamentárias. Dentro dessa categoria, a receita de contribuições, a mais relevante, encerrou o exercício com R$ 1.328.438.952,68, o que representa 81,53% do total intraorçamentário. Na receita de contribuições intraorçamentárias estão classificadas as contribuições patronais aos regimes próprios de previdência social.

Como demonstra a tabela a seguir, a administração direta atingiu o montante de R$ 192.037.343,42, participando com apenas 12,16%.

Quanto a Administração Indireta, esta atingiu a importância de R$ 1.386.833.662.844,21, representando 87,84% do total das receitas Correntes Intraorçamentárias.

Tabela 34 - Demonstrativo Comparativo das Receitas Correntes Intraorçamentárias Previstas com as Realizadas por Tipo Administração / Categoria Econômica e Grupo

(R$ milhares)

Receita	Previsto (A)	Realizado (B)	% Realiz. (B/A)	% Partic. (B/Total)
1- Administração Direta				
1.1 Receitas Correntes Intra sem Deduções	2.641	192.037	7.270,27	12,16
1.1.1 Outras Receitas Correntes	2.641	192.037	7.270,27	12,16
Total das Rec. Corrent. Intra Líquidas da Adm. Direta	2.641	192.037	7.270,27	12,16
2- Administração Indireta				
2.1 Receitas Correntes Intra sem Deduções	1.511.542	1.386.833	91,75	87,84
2.1.1 Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	22.006	31	0,14	0,00
2.1.2 Contribuições	1.420.584	1.328.439	93,51	84,14
2.1.3 Receita Patrimonial	400	0	0	0
2.1.4 Receita de Serviços	56.552	37.816	66,87	2,40
2.1.5 Outras Receitas Correntes	12.000	20.547	171,23	1,30
2.2 (-) Deduções	0	170	0	0,01
2.2.1 Deduções da DRE	0	9	0	0
2.2.1.1 Impostos Taxas e Contr. de Melhoria	0	9	0	0
2.2.1.2 Outras Receitas Correntes	0	0	0	0
2.2.2 Restituições de Receita	0	161	0	0
2.2.2.1 Contribuições	0	161	0	0
Total das Rec. Correntes Intra Líquidas da Adm. Ind.	1.511.542	1.386.833	91,75	87,83
3 Totais				
3.1 Receitas sem Deduções	1.514.183	1.578.871	104,27	100,00
3.2 Deduções	0	170	0	0
3.3 Receitas Líquidas (3.1-3.2)	1.514.183	1.578.701	104,26	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

2.1.5 Receitas Desvinculadas no Exercício

No exercício de 2019 foi implementada a Desvinculação de Receitas dos Estados - DRE, autorizada pelo Emenda Constitucional nº 93/2016 e regulamentada pela Lei nº 16.721, de 21/12/2018. Pela sistemática utilizada, deduzem-se as receitas nas unidades gestoras arrecadadoras e a receita orçamentária é lançada no Tesouro Estadual.

No exercício de 2020 foi desvinculado um total de R$ 209.321.429,90, sendo que o Departamento Estadual de Trânsito respondeu com 99,17% da receita desvinculada e a Agência Reguladora do Estado do Ceará respondeu com 0,83%.

2.2 Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária realizada pela Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE), derivada da Lei Orçamentária Anual de 2020 e de seus créditos adicionais, atingiu o montante de R$ 28.534.870.390,99, correspondendo a 85,31% do valor fixado final, portanto uma realização a menor no montante de R$ 4.913.426.161,72, equivalente a 14,69% do valor final autorizado.

2.2.1 Despesa Orçamentária por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica

A tabela a seguir demonstra a despesa orçamentária por tipo de orçamento e categoria econômica. Não contempla os valores autorizados do orçamento das empresas estatais independentes que não executam seus orçamentos no sistema de execução orçamentária do Estado.

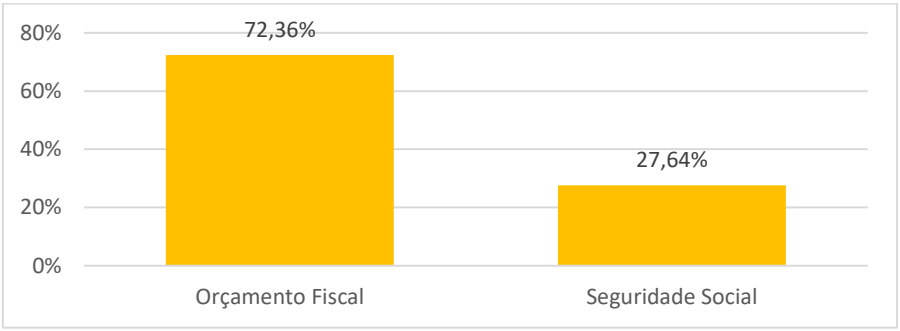
Tabela 35 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Tipo de Orçamento e Categoria Econômica

(R$ milhares)

Especificação	Autorização (A)	Realização (B)	Realiz % (B/A)	Partic % (B/Total B)
Orçamento Fiscal	**24.827.730**	**20.646.646**	**83,16**	**72,36**
Corrente	19.359.838	17.235.669	89,03	60,40
Capital	5.203.563	3.410.977	65,54	11,95
Reserva de Contingência	264.329	0	0	0
Seguridade Social	**8.620.567**	**7.888.225**	**91,50**	**27,64**
Corrente	8.177.922	7.544.454	92,25	26,44
Capital	433.981	343.771	79,21	1,20
Reserva de Contingência	8.664	0	0,00	0,00
Total	**33.448.297**	**28.534.870**	**85,31**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Gráfico 14 - Despesa Realizada por participação dos orçamentos fiscal e da seguridade social



Fonte: SEFAZ/CECOG

2.2.2 Despesa Orçamentária por Tipo de Crédito

Tabela 36 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada X Realizada por Tipo de Crédito

(R$ milhares)

Créditos	Autorização (A)	Realização (B)	Diferença (A-B)	% Part.
Ordinários e Suplementares	32.927.486	28.059.702	4.867.783	98,33
Ordinários Especiais	520.811	475.168	45.644	1,67
Total Geral	**33.448.297**	**28.534.870**	**5.297.860**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

2.2.3 Despesa Orçamentária por Poder e Categoria Econômica

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, a despesa autorizada e a realizada por tipo de orçamento e segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:

Tabela 37 - Demonstrativo Comparativo da Consolidação da Despesa Fixada com a Realizada por Poder e Categoria Econômica

(R$ milhares)

Poder/Categoria	Autorização (A)	Realização (B)	% Realiz. (B/A)	% Part. (B/Total B)
Executivo	30.544.581	25.756.771	84,33	90,26
Despesas Correntes	24.721.091	22.050.635	89,20	77,28
Despesas de Capital	5.559.162	3.706.135	66,67	12,99
Reserva de Contingência	264.329	0	0,00	0,00
Judiciário	1.442.625	1.372.219	95,12	4,81
Despesas Correntes	1.408.144	1.350.649	95,92	4,73
Despesas de Capital	34.481	21.570	62,56	0,08
Legislativo	739.362	724.770	98,03	2,54
Despesas Correntes	712.874	711.224	99,77	2,49
Despesas de Capital	17.823	13.546	76,00	0,05
Reserva de Contingência	8.664	0	0,00	0,00
Ministério Público	505.760	480.732	95,05	1,68
Despesas Correntes	488.319	469.281	96,10	1,64
Despesas de Capital	17.441	11.450	65,65	0,04
Defensoria Pública	215.968	200.378	92,78	0,70
Despesas Correntes	207.332	198.333	95,66	0,70
Despesas de Capital	8.637	2.045	23,68	0,01
Total Geral	**33.448.297**	**28.534.870**	**85,31**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

2.2.4 Despesa Orçamentária por Poder e Órgão

Do total da Despesa do Estado, em 2020, no valor de R$ 28.534.870.390,99, a Administração Direta participou com o valor de R$ 17.268.109.776,10, representando 60,52% na realização, e as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, integrantes da Administração Indireta, com o valor de R$ 11.266.760.614,89 representando 39,48%.

A participação dos Poderes, com seus respectivos órgãos, do Ministério Público e da Defensoria Pública, no cômputo da despesa autorizada e realizada, está evidenciada na tabela seguinte.

Tabela 38 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, por Poder e Órgão

(R$ milhares)

Especificação	Autorizada (A)	Realizada (B)	Saldo (A-B)	Realiz %(B/A)	Part.% (B/Total B)
Poder Legislativo	739.362	724.770	14.592	98,03	2,54
010001 - Assembleia Legislativa	510.241	508.232	2.009	99,61	1,78
010101 - Fundo de Previdência Par. da Assemb. Legisl. do CE	21.310	12.253	9.057	57,5	0,04
020001 - Tribunal de Contas do Estado	207.811	204.285	3.526	98,3	0,72
Poder Judiciário	1.442.625	1.372.219	70.406	95,12	4,81
040001 - Tribunal de Justiça	1.285.304	1.236.062	49.242	96,17	4,33
040101 - Fundo Especial de Reaparelhamento e Mod. do Judicial	140.055	121.216	18.840	86,55	0,42
040301 - Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados	7.471	5.878	1.593	78,68	0,02
040401 - Fundo Esp. de Custeio das Desp. com Dilig. dos Oficiais de Justiça	9.794	9.063	731	92,54	0,03
Ministério Público	505.760	480.732	25.028	95,05	1,68
150001 - Procuradoria Geral da Justiça	458.625	455.628	2.996	99,35	1,6
150201 - Fundo de Def. dos Direitos Difusos do Estado do Ceará	16.400	948	15.452	5,78	0
150301 - Fundo de Seg. Inst. e Intel. do Minist. Pub. do Est. do Ceará	405	0	405	0	0
150401 - Fundo de Man. da Esc. Sup. do Minist. Pub.do Est. do Ceará	400	0	400	0	0
150501 - Fundo de Reaparelhamento de Mod. do MP do Ceará	29.930	24.155	5.775	80,71	0,08
Defensoria Pública	215.968	200.379	15.589	92,78	0,07
060001 - Defensoria Pública Geral	190.824	180.132	10.692	94,40	0,63
060101 - Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Publica	25.144	20.247	4.897	80,52	0,07
Poder Executivo	30.544.582	25.756.770	4.787.810	84,33	90,27
080001 - Secretaria da Infraestrutura	612.756	508.585	104.170	83,00	1,78
080301 - Departamento Estadual de Trânsito	719.170	521.136	198.034	72,46	1,83
081401 - Superintendência de Obras Públicas	1.137.645	973.873	163.771	85,6	3,41
100001 - Secretária da Segurança Pública e Defesa Social	115.552	107.487	8.065	93,02	0,38
100601 - Fundo de Segurança Pública e Def. Social do Estado do CE	11.812	10.237	1.575	86,67	0,04
100607 - FDS Polícia Civil	500	0	500	0	0
100608 - FDS Polícia Militar	2.198	73	2.125	3,34	0
100609 - FDS Corpo de Bombeiros	3.440	3.379	61	98,23	0,01
100610 - FSPDS Colégio Polícia Militar	2.450	1.070	1.380	43,66	0
100611 - FSPDS Colégio Corpo de Bombeiros	1.665	997	668	59,89	0
100615 - Colégio da Polícia Militar de Juazeiro do Norte	1.090	124	966	11,35	0
101021 - Superintendência da Polícia Civil	646.770	539.949	106.821	83,48	1,89

101031 - Polícia Militar do Ceará	2.129.630	1.818.193	311.437	85,38	6,37
101041 - Corpo de Bombeiros Militar Estado do Ceará	220.316	209.396	10.920	95,04	0,73
101071 - Perícia Forense do Estado do Ceará	97.242	88.641	8.601	91,15	0,31
101081 - Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará	10.572	6.873	3.699	65,01	0,02
101091 - Sup. de Pesq. e Estratégia de Seg. Pública do Estado do CE	3.487	2.186	1.301	62,7	0,01
105001 - Fundo de Defesa Civil do Estado do Ceará	21.700	1.985	19.715	9,15	0,01
130001 - Procuradoria Geral do Estado	78.948	75.522	3.426	95,66	0,26
130101 - Agência Reg. de Serviços Públicos Delegados do Estado CE	43.836	37.708	6.128	86,02	0,13
130201 - Fundo de Modernização e Reaparelhamento da PGE	15.210	9.437	5.774	62,04	0,03
130301 - Fundo Estadual de Fortalecimento ao Controle Adm.	940	0	940	0	0
170001 - Conselho Estadual de Educação	4.485	3.715	770	82,84	0,01
180001 - Secretaria da Administração Penitenciária	645.057	588.297	56.760	91,2	2,06
180401 - Fundo Penitenciário do Estado do Ceará	13.760	1.018	12.742	7,4	0
190001 - Secretaria da Fazenda	773.442	731.988	41.455	94,64	2,57
190401 - Junta Comercial do Estado do Ceará	23.020	19.276	3.743	83,74	0,07
191011 - Encargos Gerais	7.096.123	5.567.560	1.528.563	78,46	19,51
210001 - Secretaria do Desenvolvimento Agrário	286.368	200.331	86.037	69,96	0,70
210101 - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará	120.929	108.102	12.826	89,39	0,38
210301 - Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará	21.880	18.812	3.068	85,98	0,07
211101 - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará	21.142	20.218	924	95,63	0,07
211301 - Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar	3.100	2.098	1.002	67,66	0,01
220001 - Secretaria da Educação	3.128.371	2.794.335	334.037	89,32	9,79
240301 - Escola de Saúde Pública	1.603	86	1.517	5,36	0
240344 - CEO Tipo II - Rodolfo Teófilo	1.288	1.021	267	79,26	0
240401 - Fundo Estadual de Saúde	3.414.331	3.158.766	255.566	92,51	11,07
240424 - Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceara	103.742	91.614	12.128	88,31	0,32
240479 - Hosp. Geral Polícia Militar Jose Martiniano de Alencar	36.199	33.925	2.274	93,72	0,12
240494 - 4. Coordenadoria Regional de Saúde - Baturité	12.923	12.683	241	98,14	0,04
240564 - 11. Coordenadora Regional de Saúde - Sobral	29.545	29.309	236	99,2	0,10
240634 - 18. Coordenadoria Regional de Saúde - Iguatu	20.195	19.892	304	98,5	0,07

241081 - 1. Coordenadoria Regional de Saúde - Fortaleza	55.914	55.441	473	99,15	0,19
241281 - Hospital Geral de Fortaleza	359.884	344.597	15.287	95,75	1,21
241291 - Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes - Messejana	265.028	257.516	7.513	97,17	0,90
241301 - Hospital Geral Dr. Cesar Cals de Oliveira	131.270	127.746	3.525	97,31	0,45
241311 - Hospital Infantil Dr. Albert Sabin	186.302	180.256	6.046	96,75	0,63
241321 - Hospital de Saúde Mental de Messejana	27.044	24.583	2.462	90,9	0,09
241331 - Hospital São Jose de Doenças Infecciosas	52.261	49.649	2.612	95	0,17
241501 - Centro Odontológico – Tipo I	8.560	8.179	381	95,55	0,03
241521 - Instituto de Prevenção do Câncer	5.140	4.296	843	83,59	0,02
241531 - Laboratório Central de Saúde Publica	34.769	31.474	3.296	90,52	0,11
241561 - Centro Integrado de Diabetes e Hipertensão	3.688	3.424	264	92,84	0,01
241581 - Centro de Ref. Nac. em Dermatologia Sanitária Dona Libânia	3.407	3.102	305	91,05	0,01
241591 - Centro Saúde Escola - Meireles	28.361	27.007	1.354	95,23	0,09
241621 - CEO Tipo II - Joaquim Távora	2.160	1.969	191	91,17	0,01
270001 - Secretaria da Cultura	116.712	81.076	35.636	69,47	0,28
270401 - Fundo Estadual de Cultura	98.565	72.854	25.710	73,92	0,26
290001 - Secretaria dos Recursos Hídricos	269.844	222.134	47.710	82,32	0,78
290101 - Superintendência de Obras Hidráulicas	34.817	29.385	5.432	84,4	0,10
300001 - Casa Civil	231.719	224.467	7.252	96,87	0,79
300101 - Fundação de Teleducação do Ceará	9.359	7.501	1.858	80,15	0,03
310001 - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	130.974	52.518	78.456	40,1	0,18
310101 - Fundação Universidade Estadual do Ceará	320.218	286.766	33.451	89,55	1,00
310201 - Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú	96.684	87.511	9.173	90,51	0,31
310301 - Fundação Universidade Regional do Cariri	131.540	118.368	13.172	89,99	0,41
310401 - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos	20.937	19.818	1.119	94,66	0,07
310501 – Fund. Cearense de Apoio ao Des. Científico e Tecnológico	102.812	72.417	30.395	70,44	0,25
310601 - Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceara	17.369	15.282	2.087	87,98	0,05
360001 - Secretaria do Turismo	112.799	79.113	33.687	70,14	0,28
410001 - Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado	28.694	26.504	2.191	92,37	0,09
420001 - Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará	43.802	24.261	19.541	55,39	0,09

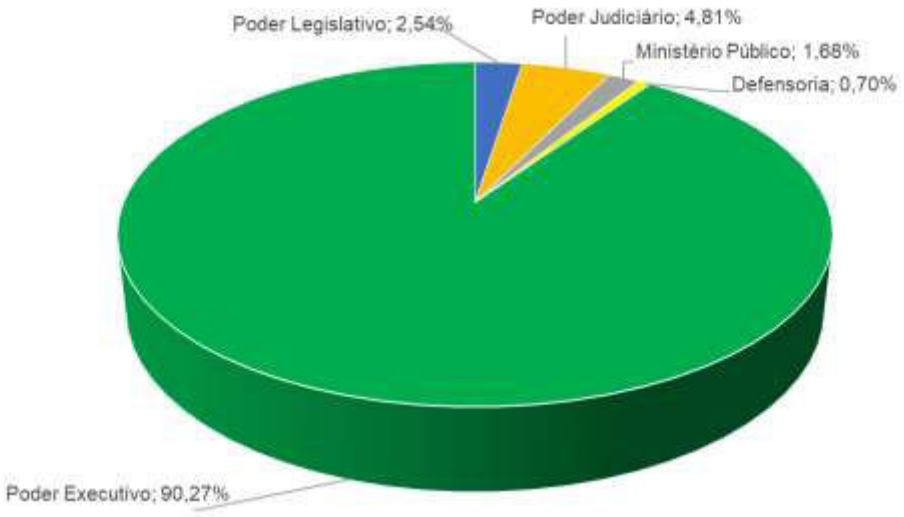
420101 - Fundo do Desenvolvimento do Esporte e Juventude	13.345	6.007	7.338	45,01	0,02
430001 - Secretaria das Cidades	438.743	232.764	205.979	53,05	0,82
430801 - Fundo Estadual de Saneamento Básico	13.555	6.438	7.117	47,5	0,02
460001 - Secretaria do Planejamento e Gestão	99.368	85.415	13.953	85,96	0,3
460101 - Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	24.078	20.038	4.040	83,22	0,07
460201 - Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará	91.867	86.006	5.861	93,62	0,30
460301 - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	20.938	11.109	9.829	53,06	0,04
460401 - Fundo Financeiro FUNAPREV	3.227.896	2.919.354	308.542	90,44	10,23
460501 – Fundo Fin. PREVMILITAR do RPPS/SUPSEC do Est. do CE	827.303	760.343	66.960	91,91	2,66
460601 - Companhia de Habitação do Ceara	4.609	4.005	604	86,89	0,01
460701 - Fundo Prev. PREVID do RPPS/SUPSEC do Est. do CE	298.012	31.361	266.651	10,52	0,11
460801 - Fundo de Assist. à Saúde dos Serv. Públicos do Est. do CE	229.000	157.361	71.639	68,72	0,55
460901 - Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará	7.570	4.437	3.133	58,61	0,02
461031 - Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	2.237	2.069	167	92,52	0,01
470001 - Secretaria de Prot. Social, Just., Mulheres e Direitos Hum	274.098	227.829	46.269	83,12	0,80
470101 - Fundo Estadual para Criança e Adolescência	5.460	5.175	285	94,78	0,02
470104 - Sup. do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo	101.620	100.252	1.368	98,65	0,35
470201 - Fundo Estadual de Assistência	105.042	96.330	8.712	91,71	0,34
470301 - Fundo Est. Esp. do Des. e Comercialização do Artesanato	1.314	850	464	64,68	0
470501 - Fundo Estadual do Idoso do Ceara	2.436	797	1.638	32,73	0
480101 - Companhia de Desenvolvimento do Ceará	13.957	5.421	8.537	38,84	0,02
480201 - Fundo de Desenvolvimento Industrial	6.330	5.565	764	87,92	0,02
480401 - Fundo de Incentivo à Eficiência Energética	3.866	0	3.866	0	0
490101 - Superintendência Estadual do Meio Ambiente	69.291	46.424	22.866	67	0,16
530001 - Controladoria Geral de Disc. dos Órg. de Seg. Púb. e Sist. P.	9.487	8.782	706	92,56	0,03
560001 - Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho	45.799	42.636	3.163	93,09	0,15
560901 - Fundo Estadual do Trabalho	1.600	0	1.600	0	0
570001 - Secretaria do Meio Ambiente	30.837	21.855	8.983	70,87	0,08

580001 - Assessoria Especial da Vice-Governadoria	9.856	9.038	818	91,7	0,03
Total Geral	**33.448.297**	**28.534.870**	**4.913.426**	**85,31**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

No gráfico seguinte vemos a representatividade dos poderes em relação ao total da despesa.

Gráfico 15 - Despesa Realizada por Poder



Fonte: SEFAZ/CECOG

Conforme demonstrado na tabela anterior, as despesas dos Poderes Defensoria Pública, Ministério Público, Legislativo, Judiciário e Executivo, no ano de 2020, participaram 0,70%, 1,68%, 2,54%, 4,81% e 90,27%, respectivamente, da despesa total. Excetuando-se os Encargos Gerais do Estado, os órgãos que mais se destacaram na composição da despesa total foram: FUNDES (11,07%) Fundo Financeiro -FUNAPREV (10,23%), SEDUC (9,79%), PMCE (6,37%).

Os “Encargos Gerais do Estado” representam uma unidade orçamentária ligada à Secretaria da Fazenda em que são realizadas as despesas que abrangem todo o Estado, tais como: o Serviço e Amortização da Dívida Pública, as Transferências Constitucionais aos Municípios, Sentenças Judiciais, PASEP, Pensões Especiais, Indenizações e Restituições e outras.

A seguir evidenciamos a execução orçamentária por unidade executora dos recursos do FECOP – Fundo de Combate a Pobreza, que na verdade funciona como uma fonte de recursos específica do Tesouro Estadual (1.10.00).

Tabela 39 - Demonstrativo da Aplicação dos Recursos do FECOP por Órgão

(R$ milhares)

Órgão	Valor	% Part.
EMATERCE	7.924	1,69
FEAS	61.276	13,10
FUNCAP	15.931	3,41
FUNDES	96.298	20,59
SCIDADES	18.741	4,01
SDA	104.567	22,36
SECULT	3.700	0,79
SEDUC	105.812	22,63
SEJUS/SAP	1.267	0,27
SESPORTE	1.746	0,37
SOHIDRA	458	0,10
STDS	49.874	10,67
Total Geral	**467.595**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

2.2.5 Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo

A classificação da Despesa Orçamentária por grupos, definida no Artigo 10, § 6º da nº 16.944, de 17 de julho de 2019, (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), publicada no Diário Oficial do Estado em 19 de julho de 2019.

Tabela 40 - Demonstrativo da Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Consolidada

(R$ milhares)

Categoria Econômica/Grupo	Autorização (A)	Despesa Empenhada		Total (D)=(B+C)	Diferença (E)=(A-D)
		Adm. Direta (B)	Adm. Indireta (C)		
Despesas Correntes	27.537.759	14.843.008	9.937.115	24.780.123	2.757.637
Pessoal e Encargos Sociais	14.585.809	7.903.986	5.350.231	13.254.217	1.331.592
Juros e Encargos da Dívida	705.158	434.543	0	434.543	270.615
Outras Despesas Correntes	12.246.792	6.504.479	4.586.883	11.091.363	1.155.430
Despesas de Capital	5.637.544	2.424.727	1.330.021	3.754.747	1.882.097
Investimentos	3.609.952	1.226.843	1.268.531	2.495.374	1.114.578
Inversões Financeiras	227.666	162.517	61.321	223.839	3.828
Amortizações	1.799.926	1.035.367	168	1.035.535	764.391
Total	**33.175.303**	**17.267.735**	**11.267.136**	**28.534.870**	**4.639.733**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: não integram o montante autorizado (Lei+Crédito) os valores relativos à Reserva de Contingência e ao orçamento das empresas independentes.

Das Despesas Consolidadas, o grupo de Pessoal e Encargos Sociais foi o mais representativo, cuja participação foi de 46,45% do total do gasto do Estado. Do total das despesas empenhada com Pessoal, a Administração Direta realizou 59,63%, enquanto o percentual de realização da Administração Indireta foi de 40,37%. Não foi considerado na tabela acima no valor autorizado o montante de R$ 272.993.556,52 a título de Reserva de Contingência, que é uma dotação global com a finalidade de atender os passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos e que não é destinada a nenhum órgão ou projeto específico, pois não especifica ou detalha onde os recursos serão alocados.

2.2.6 Despesa Orçamentária por Modalidade de Licitação

A Constituição Federal dispõe em seu Art.22, inciso XXVII que: Compete privativamente à União legislar sobre: normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art.37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art.173 § 1º, III.

A Lei Federal nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal, institui “normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para licitações e contratos da Administração Pública”.

Do total das despesas executada (empenhada) foi licitado o valor de R$ 7.718.882.683,18. O valor não licitado, no total de R$ 20.815.987.707,81, se refere a despesas com pessoal, transferências constitucionais a municípios, transferências voluntárias, pagamento de tributos e contribuições sociais, concessão de diárias, suprimentos de fundos e outras despesas não se submetem a processo licitatório.

Segue abaixo tabela com a quantidade de processos de processos licitatórios realizados por gestora e o valor total licitado.

Tabela 41 - Demonstrativo da Despesa do Estado por Órgão e Modalidade de Licitação

(R$ milhares)

Gestora	Abreviatura	Convite	Preço	Concorrência	Dispensa	Inexigibilidade	Internacional	Concurso	Leilão	Pregão	Valor (R$)
010001	ASSEMBLEIA	0	4	36	1.952	1.013	0	0	0	1.234	95.569
020001	T CONTAS	0	3	1	20	33	0	0	0	153	23.860
040001	T JUSTICA	0	0	2	25	10	0	0	0	53	21.244
040101	FERMOJU	0	0	8	353	794	0	0	0	795	99.130
040301	FUNSEG	0	0	8	0	23	0	0	0	7	5.878
060001	DPGE	0	0	0	25	0	0	0	0	40	4.976
060101	FAADEP	0	0	0	377	123	0	0	0	276	14.908
080001	SEINFRA	0	1	121	65	20	0	0	0	216	319.704
080301	DETRAN	0	0	172	423	161	0	0	0	918	249.713
081401	SOP	0	85	633	258	123	402	0	0	1.216	835.682
100001	SSPDC	0	0	0	396	278	0	0	0	1.836	95.088
100601	FDS	0	0	0	90	0	0	0	0	105	10.212
100608	FDS PM	0	0	0	0	0	0	0	0	6	73
100609	FDS CB	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3.379
100610	FDS C PM	0	0	0	28	0	0	0	0	59	1.060
100611	FDS C BOM	0	2	0	20	0	0	0	0	59	993
100615	FDS COL	0	0	0	4	0	0	0	0	5	123
101021	POL CIVIL	0	0	0	1.336	921	0	0	0	2.547	59.295
101031	P M CE	0	0	0	148	108	0	0	0	384	119.134
101041	BOMBEIRO	0	0	0	90	49	0	0	0	318	18.692
101071	P FORENSE	0	0	1	555	240	0	0	0	1.154	22.850
101081	AESSP	0	0	0	102	45	0	0	0	199	2.446
101091	SUPESP	0	0	0	6	0	0	0	0	1	8
105001	FDC	0	0	0	0	29	0	0	0	0	1.864
130001	PGE	0	0	0	105	47	0	0	0	433	17.126
130101	ARCE	0	0	0	78	44	0	0	0	269	5.883
130201	FUNPECEPGE	0	0	0	0	1	0	0	0	15	218
150001	PGJ	0	0	0	479	109	0	0	0	531	31.855

150501	FRMMP	0	0	1	41	23	0	0	0	235	21.580
170001	CONS EDUC	0	0	0	57	24	0	0	0	119	1.415
180001	SAP	0	0	50	1.013	802	0	0	0	3.109	230.178
180401	FUNPEN	0	0	0	3	3	0	0	0	6	1.018
190001	SEFAZ	0	0	0	561	195	41	0	0	2.992	134.226
190401	JUCEC	0	0	0	189	35	0	0	0	169	15.531
191011	ENCARGOS	0	0	0	0	0	0	0	0	12	1.808
210001	DAS	0	0	3	640	474	156	0	0	449	137.157
210101	EMATERCE	0	5	0	318	82	2	0	0	134	5.836
210301	IDACE	0	0	0	246	17	0	0	0	117	9.487
211101	ADAGRI	0	0	0	206	63	0	0	0	141	6.225
211301	FEDAF	0	0	0	0	17	0	0	0	0	316
220001	SEDUC	4.097	0	151	19.408	2.986	0	0	0	12.250	772.502
240301	E S P	0	0	0	5	0	0	0	0	16	71
240344	R TEOFILO	0	0	0	44	24	0	0	0	152	729
240401	FUNDES	0	3	1	2.810	681	54	0	0	9.937	1.961.144
240424	HEMOCE	0	0	0	317	315	0	0	0	1.812	62.142
240479	HPM	0	0	1	149	206	0	0	0	872	30.972
240494	MICRO BATU	0	0	0	52	0	0	0	0	137	586
240564	D.PRIMEIRA	0	0	0	70	60	0	0	0	177	1.912
240634	D.OITAVA	0	0	0	28	13	0	0	0	112	630
241081	PRIM DERES	0	0	0	14	4	0	0	0	112	598
241281	H G F	0	4	1	178	398	0	0	0	3.899	331.231
241291	H MESSEJ	0	0	3	195	337	0	0	0	3.852	247.036
241301	H G C C O	0	0	0	156	402	0	0	0	2.060	118.753
241311	A SABIN	0	0	1	267	264	0	0	0	3.404	170.482
241321	HSMM	0	0	0	78	47	0	0	0	949	22.956
241331	H S J	0	0	1	208	198	0	0	0	1.559	44.905
241501	C E O	0	0	0	71	44	0	0	0	350	6.709
241521	IPCC	0	0	0	55	77	0	0	0	450	3.100
241531	LACEN	0	0	0	224	109	0	0	0	651	24.867
241561	CIDH	0	0	0	39	87	0	0	0	303	2.692
241581	D LIBANIA	0	0	1	37	30	0	0	0	224	2.365

241591	MEIRELES	0	0	1	41	51	0	0	0	361	26.401
241621	C BENFICA	0	0	0	38	26	0	0	0	193	1.155
270001	SECULT	0	7	23	862	182	0	0	0	1.211	68.706
270401	F E C	0	0	0	0	68	0	0	0	0	197
290001	SRH	0	0	217	142	14	0	0	0	123	207.995
290101	SOHIDRA	0	0	0	66	3	0	0	0	510	22.546
300001	SEGOV	0	0	1.152	349	124	0	82	0	1.180	200.286
300101	FUNTELC	0	0	0	74	49	0	0	0	238	3.473
310001	SECITECE	0	7	0	341	23	0	0	0	343	47.493
310101	FUNECE	0	6	0	250	72	0	0	0	637	29.693
310201	UVA	0	0	4	207	18	0	0	0	342	11.314
310301	URCA	0	0	0	257	42	0	0	0	205	8.318
310401	FUNCEME	0	0	0	133	17	5	0	0	310	6.224
310501	FUNCAP	0	0	0	95	28	0	0	0	144	3.351
310601	NUTEC	0	0	0	151	58	0	0	0	190	7.343
360001	SETUR	0	6	141	149	37	0	0	0	258	76.273
410001	CGE	0	0	0	123	17	0	0	0	234	6.957
420001	SESPORTE	0	0	9	178	21	0	0	0	164	17.461
420101	FDEJ	0	0	0	103	52	0	0	0	142	4.818
430001	CIDADES	0	0	256	156	0	72	0	0	323	76.289
460001	SEPLAG	0	0	0	104	33	0	0	0	242	28.014
460101	ISSEC	0	0	12	93	24	0	0	0	166	10.002
460201	ETICE	0	13	3	83	101	0	0	0	515	46.151
460301	IPECE	0	0	0	46	0	20	0	0	86	4.324
460601	COHAB	0	0	0	48	29	0	0	0	78	2.634
460801	FASSEC	0	0	0	31	13.679	0	0	0	0	145.156
460901	CEARAPREV	0	0	0	17	0	0	0	0	3	3.062
461031	EGPCE	0	1	0	36	0	0	0	0	114	891
470001	SPS	0	0	132	235	390	238	0	0	1.383	127.305
470104	SEAS	0	0	0	502	171	0	0	0	271	14.486
470201	FEAS	0	0	0	66	68	0	0	0	1.188	7.105
470301	FUNDART	0	0	0	18	289	0	0	0	0	850
470501	FEICE	0	0	0	4	0	0	0	0	0	797

480101	CODECE	0	4	1	170	6	0	0	0	31	1.130
490101	SEMACE	0	0	1	206	23	0	0	0	236	14.335
530001	CGD	0	0	0	94	39	0	0	0	109	1.984
560001	SDE	0	0	0	119	28	1	0	0	125	27.790
570001	SEMA	0	0	15	541	102	0	0	0	758	16.949
580001	AEVG	0	0	0	82	41	0	0	0	268	7.501
Totais		4.097	151	3.163	40.824	28.113	991	82	0	76.274	7.718.883

Fonte: SEFAZ/CECOG

2.2.7 Despesa Orçamentária Consolidada por Função

Tabela 42 - Demonstrativo da Despesa Orçamentária Consolidada por Função

(R$ milhares)

Função	Dotação Atualizada (Lei+Crédito) (A)	% Part. A/Total de A	Despesa Empenhada (B)	% Part. B/Total de B	% Realizado
Administração	1.842.371	5,51	1.468.968	5,15	79,73
Agricultura	408.271	1,22	324.451	1,14	79,47
Assistência Social	369.533	1,10	326.828	1,15	88,44
Ciência e Tecnologia	162.210	0,48	73.850	0,26	45,53
Comércio e Serviços	68.464	0,20	55.077	0,19	80,45
Comunicações	90.170	0,27	83.971	0,29	93,13
Cultura	246.264	0,74	181.637	0,64	73,76
Desporto e Lazer	47.573	0,14	22.595	0,08	47,50
Direitos da Cidadania	299.506	0,90	270.467	0,95	90,30
Educação	3.807.632	11,38	3.391.599	11,89	89,07
Encargos Especiais	6.899.683	20,63	5.572.871	19,53	80,77
Energia	8.679	0,03	4.126	0,01	47,54
Essencial à Justiça	600.759	1,80	565.690	1,98	94,16
Gestão Ambiental	415.900	1,24	333.613	1,17	80,21
Habitação	38.100	0,11	19.524	0,07	51,24
Industria	14.619	0,04	12.026	0,04	82,26
Judiciária	1.442.625	4,31	1.372.219	4,81	95,12
Legislativa	718.052	2,15	712.517	2,50	99,23
Organização Agrária	14.261	0,04	11.256	0,04	78,93
Previdência Social	4.117.674	12,31	3.727.748	13,06	90,53
Reserva de Contingência	272.994	0,82	0,00	0,00	0,00
Saneamento	260.298	0,78	74.400	0,26	28,58
Saúde	5.019.585	15,01	4.630.286	16,23	92,24
Segurança Pública	4.062.723	12,15	3.458.505	12,12	85,13
Trabalho	42.749	0,13	33.822	0,12	79,12
Transporte	1.698.981	5,08	1.420.430	4,98	83,60
Urbanismo	478.623	1,43	386.396	1,35	80,73
Total Geral	**33.448.297**	**100,00**	**28.534.870**	**100,00**	**85,31**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Na Despesa Fixada, que correspondente à dotação atualizada (Lei + Crédito), especificada na tabela anterior, não consta integrado o valor de R$ 384.433.545,00 alusivo às Empresas Independentes, composto por ADECE (R$ 16.138.000,00), CAGECE (R$ 180.388.452,00), CEARÁPORTOS (R$ 92.854.000,00), CEASA (R$ 14.359.469,00), CEGÁS (R$ 43.287.090,00), COGERH (R$ 135.448,00), COADZPE (R$ 21.500.000,00) e METROFOR (R$ 15.771.086,00). Excluindo-se a função “Encargos Especiais”, cujo percentual de realização foi de 19,53%, quatro funções de governo tiveram realizações expressivas: Saúde (16,23%),

Previdência (13,06%), Educação (11,89%) e Segurança Pública (12,12%). O total da despesa realizada nas quatro funções alcança a cifra de R$ 14.668.188.214,27, representando 53,30% da despesa consolidada.

2.2.7.1 Despesa do FECOP por Função

De acordo com a tabela a seguir, as despesas vinculadas aos recursos do FECOP apresentaram um decréscimo em termos nominais de 20,19% em relação ao exercício anterior. Das despesas do FECOP, por função de governo, destacam-se no exercício de 2020, os gastos nas Funções: Educação, com participação de 31,28%, Agricultura com 22,14%, Saúde participando com 20,59 e Assistência Social com 17,22%. É importante mencionar, que apesar dos gastos na função Educação continuarem apresentando participação relevante no total das despesas com recursos do FECOP, em 2019 e em 2020, essa função apresentou uma redução em termos nominais de 10,05% e 6,74%, respectivamente. Nesse exercício, duas funções de governo tiveram um aumento das despesas empenhadas na fonte de recurso 1.10.00-FECOP: Direitos da Cidadania e Urbanismo, com acréscimos de 217,67% e 16,49%, respectivamente. As demais funções apresentaram decréscimo, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 43 - Demonstrativo Comparativo das Despesas do FECOP por Função de Governo – 2019/2020

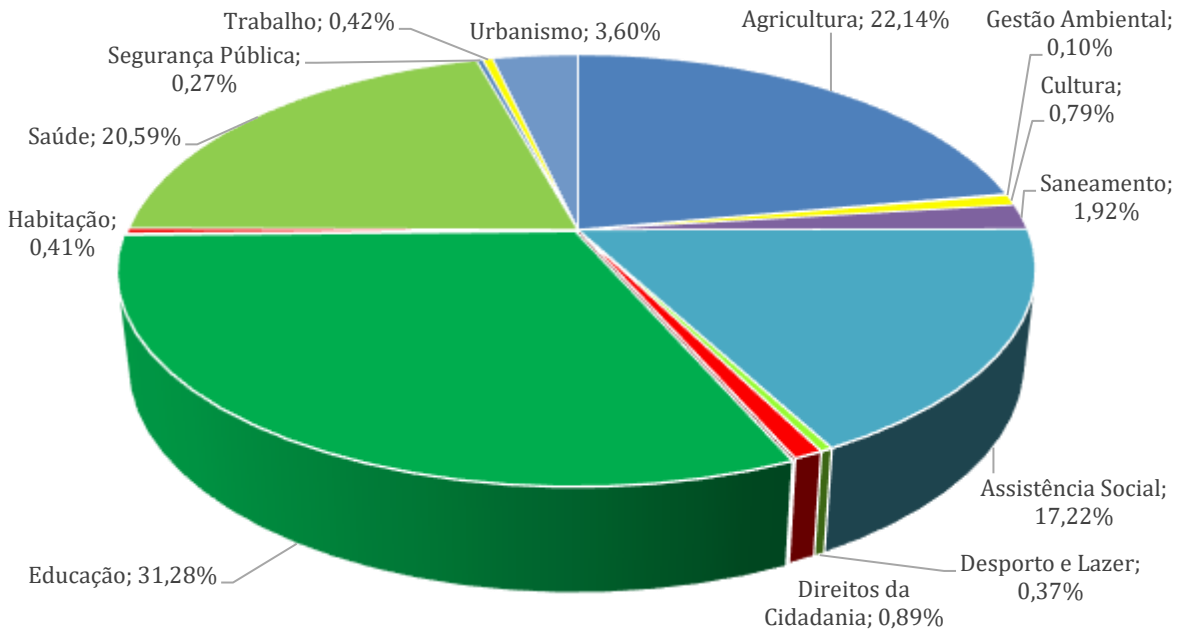
(R$ milhares)

Função	2019 (A)	% Part. (A/Total)	2020 (B)	% Part. (B/Total)	% Var. (A/B)
Administração	1.030	0,18	0	0	0
Agricultura	140.628	24,00	103.502	22,14	-26,40
Assistência Social	87.891	15,00	80.511	17,22	-8,40
Cultura	3.832	0,65	3.700	0,79	-3,45
Desporto e Lazer	3.333	0,57	1.746	0,37	-47,61
Direitos da Cidadania	1.315	0,22	4.178	0,89	217,67
Educação	156.821	26,77	146.250	31,28	-6,74
Gestão Ambiental	0	0,00	458	0,10	0
Habitação	4.509	0,77	1.931	0,41	-57,18
Saneamento	55.848	9,53	8.989	1,92	-83,90
Saúde	97.000	16,56	96.298	20,59	-0,72
Segurança Pública	0	0,00	1.267	0,27	0
Trabalho	19.212	3,28	1.954	0,42	-89,83
Urbanismo	14.430	2,46	16.810	3,60	16,49
Total Geral	585.850	100,00	467.595	100,00	-20,19

Fonte: SEFAZ/CECOG

Em 2020, na função Administração não houve despesa empenhada na fonte de recursos do FECOP.

Gráfico 16 - Despesas do FECOP por Função de Governo



Fonte: SEFAZ/CECOG

Ressalte-se que no Estado do Ceará a operacionalização do FECOP é individualizada por fonte de recursos (1.10.00), o que facilita a sua aplicação pelas diversas secretarias e órgãos da administração direta e indireta que tenham em suas missões atividades que se relacionem com o combate à pobreza.

O legislador cearense esclareceu, de uma vez por todas, a operacionalização do FECOP como fonte de recursos, conforme se observa da leitura do § 3º, art. 1º da Lei Complementar nº 37/2003, redação dada pela Lei Complementar nº 76, de 21 de maio de 2009, *in verbis:*

> "§ 3º Os programas, projetos e atividades financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, terão suas dotações orçamentárias consignadas nos órgãos e entidades executores, com fonte de recursos identificada por código próprio, denominado "Recursos Provenientes do FECOP".

Como se percebe, para o cumprimento da missão constitucional do FECOP, as dotações orçamentárias são consignadas nos diversos órgãos e entidades executores e a operacionalização é feita como fonte de recursos.

No exercício de 2020, as despesas com recursos do FECOP tiveram um decréscimo de 20,19%, em comparação com o exercício de 2019. É importante destacar que em 2020 foram aplicados com os recursos supramencionados o percentual de 82,33 % nas seguintes funções: Educação (31,28%), Agricultura (22,14%), Saúde (20,59%) e Assistência Social (17,22%), que totalizaram R$ 426.561.423,95. O FECOP encerrou o exercício de 2020 com uma disponibilidade no valor R$ 279.140.986,96. Esse montante ficou distribuído da seguinte forma: na Secretaria da Fazenda, na conta corrente nº 706.115-9/FECOP, o valor de R$ 3.751,72 e aplicado em CDB a importância R$ 256.475.340,11; na conta do Tesouro ficou a importância de R$ 5.656.320,07 para ser repassado em 2021 para a conta do FECOP. Nas diversas contas de convênios ficaram saldos de contrapartidas nos órgãos da Administração Direta no valor de R$ 12.749.395,00 e na Administração Indireta a quantia de R$ 788.413,19. Na conta de empréstimo 2150-0/FIDA ficou um saldo de contrapartida no valor de R$ 3.461.618,75 a ser executada pela SDA. Em numerários em trânsito, o valor de R$ 6.148,12. Os saldos de contrapartida são recursos que foram debitados da conta corrente nº 706.115-9/FECOP e creditados nas respectivas contas dos convênios e empréstimos.

2.2.8 Despesa por Categoria Econômica e Grupo

A comparação da despesa autorizada com a executada, por categoria e grupo está demonstrada a seguir:

Tabela 44 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, por Categoria Econômica e Grupo

(R$ milhares)

Categoria/Grupo	Autorização (Lei+Crédito) (A)	Realização (B)	Saldo (A-B)	% Realização (B/A)	% Part. (B/Total B)
Despesas Correntes	27.537.759	24.780.123	2.757.637	89,99	86,84
Pessoal e Encargos Sociais	14.585.809	13.254.217	1.331.592	90,87	46,45
Juros e Encargos da Dívida	705.158	434.543	270.615	61,62	1,52
Outras Despesas Correntes	12.246.792	11.091.363	1.155.430	90,57	38,87
Despesas de Capital	5.637.544	3.754.747	1.882.796	66,60	13,16
Investimentos	3.609.952	2.495.374	1.114.578	69,12	8,74
Inversões Financeiras	227.666	223.839	3.828	98,32	0,78
Amortizações	1.799.926	1.035.535	764.391	57,53	3,63
Total Geral	**33.175.303**	**28.534.870**	**4.640.433**	**86,01**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Na coluna “Autorização” não consta a Reserva de Contingência (R$ 272.993.556,62)

2.2.9 Despesas Correntes

As Despesas Correntes são aquelas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. São despesas realizadas para custeio e manutenção dos órgãos da Administração Pública, tais como: despesas com pessoal, pagamento de juros, aquisição de material de consumo, serviços de terceiros, dentre outras.

As Despesas Correntes realizadas pelos órgãos do Estado para a manutenção e o funcionamento da máquina administrativa em 2020 alcançaram o montante de R$ 24.780.122.929,29, correspondente a 86,84% da Despesa Orçamentária, incluindo as despesas intraorçamentárias no valor de R$ 1.608.057.524,35,

Do valor total das Despesas Correntes, a Administração Direta realizou R$ 14.843.383.262,01 participando com 59,90%, e as Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos realizaram R$ 9.936.739.667,28, participando com 40,10%.

Pessoal e Encargos Sociais

A Despesa com Pessoal e Encargos, no valor de R$ 13.254.217.186,82, o que representa 53,49% do total da categoria, é o grupo mais expressivo dentro das Despesas Correntes.

Destaque-se que existe uma diferença no total do grupo Pessoal e Encargos Sociais, em relação ao valor apurado no Demonstrativo da Despesa de Pessoal em razão de inclusões e exclusões no cálculo do gasto de pessoal em relação a Receita Corrente Líquida, nos termos do art.18 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais.

Juros e Encargos da Dívida

De acordo com tabela seguinte, os Juros e Encargos da Dívida Interna, no ano de 2020, somaram R$194.582.996,90, representando em média 0,81% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um decréscimo de 45,65%. O pagamento de Juros sobre a Dívida por Contratos atingiu a cifra de R$ 160.565.861,18 e representa 87,95% do total dos pagamentos dos juros internos. Quanto aos pagamentos de Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato, no valor de R$11.363.907,34, representam 94,49% do total dos pagamentos de encargos internos. No que se refere aos pagamentos da dívida da Lei 9.496/97 foram pagos de Juros o total de R$ 11.648.364,19, o que representa 6,38% do total dos

pagamentos da Dívida dos Juros Internos. Nos pagamentos com a rubrica Outros Encargos foi desembolsado o valor total de R$ 651.640,26, representando 5,42% do total de pagamentos da dívida dos Encargos Internos.

Tabela 45 – Demonstrativo dos Juros e Encargos da Dívida

(R$ milhares)

Especificação	Exercícios		Var. % (B/A)
	2019 (A)	2020 (B)	
Pagamento da Dívida Interna			
Juros sobre a Dívida por Contrato	296.193	160.566	-45,79
Juros da Dívida Contratada - Empréstimos Internos	296.193	160.566	-45,79
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	15.091	11.375	-24,62
Encargos da Dívida Interna por Contrato-Empréstimos	12.112	11.364	-6,18
Encargos da Dívida Interna por Contrato-Financiamentos	2.980	11	-99,62
Total	311.284	171.941	-44,76
Pagamento da Dívida - Lei nº 9.496			
Juros da Dívida por Contrato	35.094	11.648	-66,81
Juros da Dívida Contratada- Empréstimos Internos	35.094	11.648	-66,81
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	651	652	0,11
Encargos da Dívida Interna por Contrato-Empréstimos	651	652	0,11
Total	35.745	12.300	-65,59
Pagamento da Dívida Junto à União-COHAB			
Juros Pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	10.969	10.342	-5,72
Juros Contratuais-Honra de Garantias Concedida s-Instituições Financeiras	10.966	10.341	-5,70
Juros Contratuais-Honra de Garantias Concedidas - Tesouro Nacional	2	0	-86,00
Encargos Pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	2	0	-86,00
Encargos contratuais-Honra de Garantias Concedidas - Tesouro Nacional	2	0	-86,00
Total	10.971	10.342	-5,73
Total Pagamento Dívida Interna	358.000	194.583	-45,65
Pagamento da Dívida Externa			
Juros sobre a Dívida por Contrato	250.880	227.520	-9,31
Juros da Dívida contratada- Empréstimos Externos	250.880	227.520	-9,31
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	9.047	12.440	37,50
Encargos da Dívida Externa por Contrato- Empréstimos	9.047	12.440	37,50
Total Pagamento Dívida Externa	259.927	239.960	-7,68
Total Geral	617.928	434.543	-29,68

Fonte: SEFAZ/ CEDIP

Com relação aos pagamentos dos Juros Internos da Dívida da COHAB, junto à União, foram desembolsados o montante de R$ 327,40 durante o exercício de 2020. O valor inexpressivo se dá, devido à liquidação da dívida junto à União durante o exercício de 2020. Os pagamentos dos Juros Contratuais-Honra de Garantias Concedidas - Instituições Financeiras, que importaram em R$ 10.341.245,13 constituem 99,99% do total dos juros pagos da Dívida

da COHAB. É importante mencionar que houve uma redução de 5,72%, em termos nominais, dos pagamentos com juros da Dívida da COHAB, em comparação aos valores pagos em 2019.

Os pagamentos dos Juros da Dívida Externa atingiram a cifra de R$ 227.519.900,10, em 2020, representando 0,94% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve uma redução de 9,31% nessa despesa.

Em 2020 foi publicada a Lei Complementar Federal nº 173, a qual estabeleceu, dentre outras medidas, a possibilidade de suspensão do pagamento, incluindo principal e quaisquer outros encargos, das dívidas com operações de crédito interno e externo, dos Estados e Distrito Federal celebradas com a União e o sistema financeiro nacional e instituições multilaterais de crédito.

Importante ressaltar que a suspensão no pagamento, durante alguns meses de 2020, se deu apenas nas operações de crédito interno. No intuito de demonstrar o efeito desta suspensão na rubrica juros e encargos da dívida interna, segundo previsão em LC nº 173/2020, motivou a redução dessa despesa, num percentual de 29,68%, em termos nominais, comparando-se com o exercício de 2019.

Outras Despesas Correntes

As despesas do grupo Outras Despesas Correntes executadas em 2020 somaram R$ 11.091.362.694,08 e constitui 44,76% da categoria econômica Despesas Correntes. Houve um incremento de 3,23% em termos nominais em comparação com o exercício anterior, o que equivale a R$ 347.376.130,10.

A tabela a seguir demonstra as despesas por modalidades de aplicações e as principais naturezas de despesas no grupo de Despesas Correntes.

Tabela 46 – Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Grupo "Outras Despesas Correntes"

(R$ milhares)

Modalidades/Elementos de Despesas	Autorizada (A)	Part.% (A / Total A)	Realizada (B)	Part.% (B / Total B)	Realiz.% (B/A)
Transferências aos Estados e ao Distrito Federal	322	0	290	0	90,04
-Contribuições	322	0	290	0	90,04
Transferências aos Municípios	4.018.800	32,82	3.738.906	33,71	93,04
-Contribuições	32.190	0,26	29.189	0,26	90,68

-Despesas de Exercícios Anteriores	524	0	524	0	100
-Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	3.986.087	32,55	3.709.194	33,44	93,05
Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	285.347	2,33	282.368	2,55	98,96
-Contribuições	285.347	2,33	282.368	2,55	98,96
Transferências a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos	1.367.656	11,17	1.272.667	11,47	93,05
-Contribuições	217.138	1,77	186.762	1,68	86,01
-Despesas de Exercícios Anteriores	502	0	475	0	94,54
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.129.934	9,23	1.069.148	9,64	94,62
-Subvenções Sociais	20.081	0,16	16.282	0,15	81,08
Transferências a Inst. Privadas c/ Fins Lucrativos	39.464	0,32	34.403	0,31	87,18
-Contribuições	15.440	0,13	15.258	0,14	98,82
-Subvenções Econômicas	24.024	0,2	19.146	0,17	79,7
Execução de Contratos de Parceria Público-Privada	43.482	0,36	38.831	0,35	89,3
-Despesas de Contrato de PPP, Exceto Subv. Econômicas	43.447	0,35	38.795	0,35	89,29
-Despesas de Exercícios Anteriores	35	0	35	0	100
Transferências a Consórcios Públicos	111.676	0,91	107.926	0,97	96,64
-Rateio Pela Participação em Consórcio Público	111.676	0,91	107.926	0,97	96,64
Aplicações Diretas	6.083.565	49,67	5.345.874	48,2	87,87
-Aquisição de Produtos Para Revenda	500	0	228	0	45,61
-Auxílio Financeiro a Estudantes	62.071	0,51	47.200	0,43	76,04
-Auxílio Financeiro a Pesquisadores	39.205	0,32	24.579	0,22	62,69
-Auxílio-Alimentação	223.921	1,83	218.272	1,97	97,48
-Auxílio-Transporte	1.989	0,02	753	0,01	37,87
-Contribuições	3.908	0,03	0	0	0
-Despesas de Exercícios Anteriores	100.032	0,82	91.444	0,82	91,42
-Diárias-Civil	20.380	0,17	9.384	0,08	46,04
-Diárias-Militar	6.389	0,05	5.532	0,05	86,59
-Indenizações e Restituições	107.159	0,87	77.038	0,69	71,89
-Locação de Mão-de-Obra	1.037.269	8,47	980.725	8,84	94,55
-Material de Consumo	683.383	5,58	570.663	5,15	83,51
-Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	349.742	2,86	334.235	3,01	95,57
-Obrigações Tributárias e Contributivas	215.941	1,76	209.510	1,89	97,02
-Outras Desp. de Pessoal Dec. de Cont.de Terceiros	891.547	7,28	863.940	7,79	96,9
-Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	76.433	0,62	66.385	0,6	86,85
-Outros Benefícios Assistenciais	4.531	0,04	3.920	0,04	86,52
-Outros Benefícios do RGPS - Área Rural	0	0	0	0	0
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	228.730	1,87	180.273	1,63	78,81
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.750.440	14,29	1.424.507	12,84	81,38

-Passagens e Despesas com Locomoção	21.247	0,17	15.149	0,14	71,3
-Pensões Especiais	13.190	0,11	11.262	0,1	85,38
-Prem. Culturais, Artísticas, Científicas, Desp. e Outras	29.101	0,24	26.814	0,24	92,14
-Salário-Família	0	0	0	0	0
-Sentenças Judiciais	7.889	0,06	6.486	0,06	82,21
-Serviços de Consultoria	25.226	0,21	14.036	0,13	55,64
-Serviços de Tecnologia da Informação e Comu. - PJ	182.393	1,49	163.539	1,47	89,66
-Subvenções Econômicas	950	0,01	0	0	0
Aplicações Diretas Entre Orçamentos	296.482	2,42	270.098	2,44	91,1
-Contribuições	201.389	1,64	199.596	1,8	99,11
-Despesas de Exercícios Anteriores	2.052	0,02	1.860	0,02	90,62
-Indenizações e Restituições	14.414	0,12	12.402	0,11	86,04
-Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	100	0	99	0	99,39
-Obrigações Tributárias e Contributivas	3.659	0,03	1.873	0,02	51,18
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.239	0,17	8.288	0,07	39,02
-Sentenças Judiciais	100	0	0	0	0
-Serviços de Tecnologia da Informação e Com. - PJ	53.529	0,44	45.980	0,41	85,9
Total Geral	**12.246.792**	**100**	**11.091.363**	**100**	**90,57**

Nota 01: O percentual de participação do grupo em tela em relação ao total da despesa empenhada na Categoria Despesas Correntes (R$ 24.780.122.929,29) foi de 44,76%, e de 38,87% em relação ao total da despesa empenhada (R$ 28.534.870.390,99);

Nota 02: Os registros integrados à coluna "Autorizado" refletem os especificados na Lei Orçamentária Anual - LOA e as respectivas alterações decorrentes de créditos adicionais.

Nas modalidades de Transferências, as despesas mais relevantes deste grupo estão nas modalidades Transferências a Municípios, Transferências às Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

As transferências na modalidade 40 – Transferências aos Municípios - atingiram o montante de R$ 3.738.905.690,10, com uma redução de 0,18% em termos nominais ao exercício de 2019. Destas, as transferências Constitucionais e Legais, realizadas em obediência aos Arts. nº 158 e 159 da Constituição Federal, no total de R$ 3.709.193.526,83, representaram 99,21% da modalidade, sendo que a diferença, no valor de R$ 29.712.163,27 são repasses de Contribuições, representando, apenas, 0,79% do total.

Tabela 47 - Demonstrativo das Transferências aos Municípios

(R$ milhares)

Transferências aos Municípios	Total
Distribuição de Receitas	
Transferências a Municípios-ICMS	3.147.597
Transferências a Municípios-IPVA	540.287
Transferências a Municípios-IPI-Exportação	13.968
Transferências a Municípios-Royalties	859

Transferências a Municípios-CIDE	6.484
Total	**3.709.194**

Fonte: SEFAZ/CECOG

A cota parte do ICMS pertencente aos municípios é calculada no percentual de 25% sobre a receita bruta do ICMS (exceto multas e juros de penalidade e ICMS FECOP), e somente depois é calculado o aporte ao FUNDEB, no percentual de 20% sobre a sua cota parte já líquida das restituições.

Tabela 48 - Demonstrativo da Base de Cálculo da Quota parte do ICMS aos Municípios

(R$ milhares)

Especificação	Valor
ICMS	12.502.200
Multas e Juros de Mora do ICMS	58.899
Dívida Ativa do ICMS	27.845
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS	7.773
Total	12.596.717
(-) Restituições	
Restituições do ICMS	6.329
Total	6.329
Base de Cálculo da Quota Parte do ICMS aos Municípios	12.590.388

Fonte: SEFAZ/CECOG

A modalidade Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, alcançou em valores correntes R$ 1.272.666.962,59, contribuindo com 11,47% na composição do seu grupo. Do total executado nessa modalidade, R$ 1.069.147.770,44 foram empenhados na natureza de despesa Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica, correspondendo a 84,00% do gasto. Vale enfatizar que as entidades sem fins lucrativos não podem ter vínculo com a administração pública.

Quanto às Aplicações Diretas, nessa modalidade, as despesas são realizadas diretamente pela unidade orçamentária detentora de crédito orçamentário ou mediante a descentralização a outras entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade social no âmbito da mesma esfera de governo. Em 2020, representaram 48,20% das despesas do seu grupo e atingiram a cifra de R$ 5.345.873.837,85, um aumento em termos nominais de 0,33% em comparação com o exercício anterior. As despesas integrantes desta modalidade que mais se destacaram em 2020 foram: Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica, cuja despesa realizada foi de R$ 1.424.506.964,26, decrescendo 10,26% em termos nominais em relação a 2019, seguido da despesa Locação de Mão-de-Obra, cuja realização chegou a R$

980.724.824,46, equivalente 18,35% desta modalidade e 8,84% do seu grupo. Em 2020, essa despesa evolui em 3,81 % em termos nominais.

A tabela a seguir evidencia o comportamento das despesas do grupo “Outras Despesas Correntes” executadas pela Administração Direta, que em 2020, atingiu o valor de R$ 6.504.854.268,22, participando com 58,65% do total das despesas desse grupo realizadas pelo Estado. Na administração direta, estão registradas às Transferências aos Municípios o equivalente a 57,28%.

Na modalidade Aplicações Diretas, as despesas realizadas chegaram ao patamar de R$ 2.375.001.876,09, abrangendo 36,51% do total da despesa do grupo. As principais despesas nessa modalidade foram nos elementos de despesas Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica e Locação de Mão-de-Obra, que juntas somaram R$ 1.393.774.565,05, representando 58,69% do que foi realizado nesta modalidade.

Tabela 49 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Grupo "Outras Despesas Correntes" da Administração Direta

(R$ milhares)

Modalidades/Elementos de Despesas	Autorizada	Partic. %	Realizada	Partic. %
Transferências aos Estados e ao Distrito Federal	322	0,00	290	0,00
-Contribuições	322	0,00	290	0,00
Transferências aos Municípios	4.003.580	56,66	3.725.830	57,28
-Contribuições	16.969	0,24	16.113	0,25
-Despesas de Exercícios Anteriores	524	0,01	524	0,01
-Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	3.986.087	56,41	3.709.194	57,02
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	350.132	4,96	327.903	5,04
-Contribuições	109.046	1,54	103.454	1,59
-Despesas de Exercícios Anteriores	240	0,00	213	0,00
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Pessoa Jurídica	228.492	3,23	214.393	3,30
-Subvenções Sociais	12.354	0,17	9.844	0,15
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	5.372	0,08	3.249	0,05
-Contribuições	1.060	0,02	878	0,01
-Subvenções Econômicas	4.312	0,06	2.371	0,04
Execução de Contratos de Parceria Público-Privada	43.432	0,61	38.831	0,60
-Despesas de Contrato de PPP, Exceto Subvenções Econômicas	43.397	0,61	38.795	0,60
-Despesas de Exercícios Anteriores	35	0,00	35	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0	0,00	0	0,00
-Rateio Pela Participação em Consórcio Público	0	0,00	0	0,00
Aplicações Diretas	2.622.165	37,11	2.375.001	36,51

-Auxílio Financeiro a Estudantes	6.639	0,09	1.967	0,03
-Auxílio Financeiro a Pesquisadores	681	0,01	546	0,01
-Auxílio-Alimentação	207.909	2,94	203.367	3,13
-Auxílio-Transporte	642	0,01	191	0,00
-Contribuições	358	0,01	0	0,00
-Despesas de Exercícios Anteriores	28.084	0,40	26.188	0,40
-Diárias-Civil	10.759	0,15	5.999	0,09
-Diárias-Militar	6.321	0,09	5.520	0,08
-Indenizações e Restituições	62.822	0,89	44.117	0,68
-Locação de Mão-de-Obra	664.361	9,40	636.330	9,78
-Material de Consumo	169.261	2,40	154.210	2,37
-Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	43.877	0,62	38.703	0,59
-Obrigações Tributárias e Contributivas	180.246	2,55	179.797	2,76
-Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceiros	113.058	1,60	110.159	1,69
-Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	2.046	0,03	1.519	0,02
-Outros Benefícios Assistenciais	1.776	0,03	1.553	0,02
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	127.062	1,80	105.015	1,61
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	876.551	12,40	757.445	11,64
-Passagens e Despesas com Locomoção	11.002	0,16	8.725	0,13
-Pensões Especiais	13.151	0,19	11.224	0,17
-Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	6.285	0,09	4.088	0,06
-Salário-Família	0	0,00	0	0,00
-Sentenças Judiciais	6.182	0,09	5.462	0,08
-Serviços de Consultoria	13.622	0,19	12.778	0,20
-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	68.519	0,97	60.100	0,92
-Subvenções Econômicas	950	0,01	0	0,00
Aplicações Diretas Entre Orçamentos	41.226	0,58	33.752	0,52
-Despesas de Exercícios Anteriores	1.118	0,02	963	0,01
-Indenizações e Restituições	10.755	0,15	9.578	0,15
-Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	100	0,00	99	0,00
-Obrigações Tributárias e Contributivas	596	0,01	214	0,00
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	789	0,01	22	0,00
-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	27.868	0,39	22.875	0,35
Total Geral	7.066.229	100,00	6.504.855	100,00

Fonte: SEFAZ/CECOG

A tabela a seguir está demonstrando as despesas do grupo Outras Despesas Correntes realizadas pela Administração Indireta que, em 2020, chegou ao montante de R$ 4.586.508.425,86, equivalente a 41,36% do total da despesa desse grupo realizada pelo Estado.

As despesas na modalidade de Aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos alcançaram a cifra de R$ 944.764.284,30, contribuindo com 20,60% do total do

grupo na Administração Indireta. A despesa no elemento Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica representou 90,47% dessa modalidade de transferência.

Na modalidade Aplicações Diretas, as despesas realizadas chegaram ao patamar de R$ 2.970.871.961,76, alcançando 64,77% do total do grupo. As principais despesas executadas nessa modalidade, foram: Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica, Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de terceirização e Material de Consumo, juntas somaram R$ 1.837.295.982,03, correspondente a 61,84% do valor executado nessa modalidade.

Tabela 50 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Grupo "Outras Despesas Correntes" da Administração Indireta

(R$ milhares)

Mod/ Elemento Despesas	Autorizada	Partic. %	Realizada	Partic. %
Transferências aos Municípios	15.220	0,29	13.076	0,29
-Contribuições	15.220	0,29	13.076	0,29
Transferências a Municípios - Fundo a Fundo	285.347	5,51	282.368	6,16
-Contribuições	285.347	5,51	282.368	6,16
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.017.524	19,64	944.764	20,60
Contribuições	108.092	2,09	83.309	1,82
-Despesas de Exercícios Anteriores	262	0,01	262	0,01
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Pessoa Jurídica	901.442	17,40	854.755	18,64
-Subvenções Sociais	7.727	0,15	6.438	0,14
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	34.091	0,66	31.154	0,68
-Contribuições	14.380	0,28	14.380	0,31
-Subvenções Econômicas	19.711	0,38	16.774	0,37
Transferências a Consórcios Públicos	111.676	2,16	107.926	2,35
-Rateio Pela Participação em Consórcio Público	111.676	2,16	107.926	2,35
Aplicações Diretas	3.461.399	66,82	2.970.872	64,77
-Aquisição de Produtos para Revenda	500	0,01	228	0,00
-Auxílio Financeiro a Estudantes	55.431	1,07	45.233	0,99
-Auxílio Financeiro a Pesquisadores	38.524	0,74	24.034	0,52
-Auxílio-Alimentação	16.012	0,31	14.905	0,32
-Auxílio-Transporte	1.348	0,03	562	0,01
-Contribuições	3.550	0,07	0	0,00
-Despesas de Exercícios Anteriores	71.948	1,39	65.256	1,42
-Diárias-Civil	9.621	0,19	3.385	0,07
-Diárias-Militar	69	0,00	12	0,00
-Indenizações e Restituições	44.337	0,86	32.921	0,72
-Locação de Mão-de-Obra	372.908	7,20	344.395	7,51
-Material de Consumo	514.122	9,92	416.453	9,08
-Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita	305.866	5,90	295.533	6,44

-Obrigações Tributárias e Contributivas	35.695	0,69	29.712	0,65
-Outras Desp. de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceiros	778.488	15,03	753.781	16,43
-Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	74.387	1,44	64.866	1,41
-Outros Benefícios Assistenciais	2.754	0,05	2.367	0,05
-Outros Benefícios do RGPS - Área Rural (52)(I)	0	0,00	0	0,00
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	101.669	1,96	75.258	1,64
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	873.888	16,87	667.062	14,54
-Passagens e Despesas com Locomoção	10.245	0,20	6.424	0,14
-Pensões Especiais	39	0,00	38	0,00
-Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	22.816	0,44	22.726	0,50
-Sentenças Judiciais	1.707	0,03	1.024	0,02
-Serviços de Consultoria	11.603	0,22	1.258	0,03
-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - P.J	113.874	2,20	103.439	2,26
Aplicações Diretas Entre Orçamentos	255.256	4,93	236.348	5,15
-Contribuições	201.389	3,89	199.596	4,35
-Despesas de Exercícios Anteriores	934	0,02	897	0,02
-Indenizações e Restituições	3.659	0,07	2.824	0,06
-Obrigações Tributárias e Contributivas	3.062	0,06	1.659	0,04
-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	20.450	0,39	8.265	0,18
-Sentenças Judiciais	100	0,00	0	0,00
-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - P.J	25.661	0,50	23.106	0,50
Execução de Contratos de Parceria Público-Privada	50	0,00	0	0,00
-Despesas de Contrato de PPP, Exceto Sub. Econômicas	50	0,00	0	0,00
Total Geral	**5.180.563**	**100,00**	**4.586.508**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

2.2.10 Despesas de Capital

Despesas de capital são despesas relacionadas com a compra de máquinas, equipamentos, realizações de obras, aquisição de participações acionárias de Empresas, aquisição de imóveis, concessão de empréstimos para investimento, dentre outras.

Na administração pública essas despesas são realizadas com a finalidade de criar ou adquirir bens de capital. No exercício de 2020, estas despesas atingiram a soma R$ 3.754.747.461,70, representando 13,16% da Despesa Orçamentária realizada pelo Estado. Confrontando-se a despesa realizada desse exercício com a do ano anterior, cuja execução foi de R$ 3.344.418.066,58, essa categoria apresentou uma variação positiva de 12,27% em termos nominais.

No total das Despesas de Capital, a Administração Direta participou com R$ 2.424.726.514,09, representando 64,58%. Já as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas

Estatais Dependentes participaram com R$ 1.330.020.947,61, representando 35,42% da categoria.

Tabela 51 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidada da Categoria "Despesas de Capital" por Grupo, Modalidade de Aplicação e Natureza da Despesa

(R$ milhares)

Grupo / Modalidade / Elemento	Autorização (A)	% Part. (A/Tot A)	Realização (B)	% Part. (B/Tot B)	% Real. (B/A)
Investimentos	3.609.952	64,03	2.495.374	66,46	69,12
Transferências a Municípios	219.142	3,89	193.086	5,14	88,11
Auxílios	216.798	3,85	191.347	5,10	88,26
Contribuições	1.731	0,03	1.500	0,04	86,67
Despesas de Exercícios Anteriores	613	0,01	239	0,01	38,92
Obras e Instalações	0	0	0	0	0
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	2.308	0,04	0	0	0
Contribuições	2.308	0,04	0	0	0
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	41.863	0,74	29.405	0,78	70,24
Auxílios	29.770	0,53	23.388	0,62	78,56
Contribuições	120	0	120	0	100
Equipamentos e Material Permanente	0	0	0	0	0
Obras e Instalações	30	0	0	0	0
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11.943	0,21	5.897	0,16	49,38
Exec. de Contr. de Parceria Público-Privada	8.366	0,15	8.136	0,22	97,26
Desp. de Contr. de PPP, exceto Sub. Econômicas	8.176	0,15	7.946	0,21	97,19
Despesas de Exercícios Anteriores	190	0	190	0,01	100
Transferências à União	300	0,01	0	0	0
Auxílios	300	0,01	0	0	0
Aplicações Diretas	3.323.947	58,96	2.252.454	59,99	67,76
Aquisição de Imóveis	22.262	0,39	16.751	0,45	75,24
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	4.132	0,07	0	0	0
Auxílios	2.429	0,04	0	0	0
Const. ou Aumento de Capital de Empresas	17.318	0,31	13.581	0,36	78,42
Contratação por Tempo Determinado	3.268	0,06	0	0	0
Contribuições	101	0	61	0	60,8
Despesas de Exercícios Anteriores	102.130	1,81	82.509	2,2	80,79
Diárias - Civil	111	0	5	0	4,09
Equipamento e Material Permanente	591.671	10,5	322.872	8,6	54,57
Indenizações e Restituições	35.771	0,63	27.140	0,72	75,87
Locação de Mão-de-Obra	1.320	0,02	1.234	0,03	93,48
Material de Consumo	105.331	1,87	102.035	2,72	96,87
Material, Bem ou Serviço para Distr. Gratuita	2	0	0	0	0
Obras e Instalações	1.952.329	34,63	1.346.327	35,86	68,96
Obrigações Tributárias e Contributivas	612	0,01	237	0,01	38,67
Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física	516	0,01	26	0	5,05
Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	305.982	5,43	220.480	5,87	72,06
Passagens e Despesas com Locomoção	34	0	5	0	14,99
Sentenças Judiciais	10.258	0,18	9.391	0,25	91,55

Serviços de Consultoria	97.209	1,72	63.484	1,69	65,31
Serviços de Tec. da Infor. e Com. - Pe. Jurídica	65.111	1,15	46.317	1,23	71,14
Subvenções Econômicas	6.050	0,11	0	0	0
Aplicações Diretas entre Orçamentos	14.028	0,25	12.292	0,33	0,33
Equipamentos e Material Permanente	0	0	0	0	0
Obras e Instalações	10	0	0	0	0
Obrigações Tributárias e Contributivas	1.427	0,03	239	0,01	0,01
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11	0	0	0	0
Serv. Tec. da Inform. e Comum. - Pes. Jurídica	12.579	0,22	12.053	0,32	0,32
Inversões Financeiras	227.666	4,04	223.839	5,96	98,32
Aplicações Diretas	227.666	4,04	223.839	5,96	98,32
Aquisição de Imóveis	49.856	0,88	48.147	1,28	96,57
Aquisição de Produtos para Revenda	1.168	0,02	828	0,02	70,87
Conces. de Emprést. e Financiamentos	9.065	0,16	7.347	0,20	81,05
Const. ou Aumento de Capital de Empresas	156.517	2,78	156.517	4,17	100
Contr. a Entidades Fechadas de Previdência	6.000	0,11	6.000	0,16	100
Contribuições	5.000	0,09	5.000	0,13	100
Despesas de Exercícios Anteriores	60	0	0	0	0
Amortizações	1.799.926	31,93	1.035.535	27,58	57,53
Aplicações Diretas	1.799.926	31,93	1.035.535	27,58	57,53
Enc. pela Honra de Avais, Gar., Seg. e Similares	22.050	0,39	21.756	0,58	98,67
Principal da Dívida Contratual Resgatado	1.777.876	31,54	1.013.779	27,00	57,02
Total Geral	**5.637.544**	**100**	**3.754.748**	**100**	**66,60**

Fonte: SEFAZ/CECOG

A seguir detalhamos a execução das Despesas de Capital por tipo de Administração.

Tabela 52 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada da Categoria "Despesas de Capital" por Grupo, Modalidade de Aplicação e Elemento da Administração Direta

(R$ milhares)

Grupo / Modalidade / Elemento	Autorização (A)	% Part. (A/Total A)	Realização (B)	% Part. (B/Total B)	% Realiz. (B/A)
Investimentos	1.933.216	49,75	1.226.843	50,6	63,15
Transferências a Municípios	110.353	2,83	98.730	4,07	89,47
Auxílios	108.009	2,77	96.991	4	89,8
Contribuições	1.731	0,04	1.500	0,06	86,67
Despesas de Exercícios Anteriores	613	0,02	239	0,01	38,92
Obras e Instalações	0	0	0	0	0
Transf. a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	2.308	0,06	0	0	0
Contribuições	2.308	0,06	0	0	0
Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	38.574	0,99	26.850	1,11	69,61
Auxílios	26.481	0,68	20.833	0,86	78,67

Contribuições	120	0	120	0	100
Obras e Instalações	30	0	0	0	0
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11.943	0,31	5.897	0,24	49,38
Execução de Contratos de Parceria Público-privada	8.366	0,21	8.136	0,34	97,26
Desp. de Cont. de PPP, Exceto Sub. Econômicas	8.176	0,21	7.946	0,33	97,19
Despesas de Exercícios Anteriores	190	0	190	0,01	100
Transferências à União	300	0,01	0	0	0
Auxílios	300	0,01	0	0	0
Aplicações Diretas	1.773.315	45,41	1.084.322	44,72	61,15
Aquisição de Imóveis	8.314	0,21	7.577	0,31	91,14
Auxílios	1.779	0,05	0	0	0
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	17.318	0,44	13.581	0,56	78,42
Contratação por Tempo Determinado	3.269	0,08	0	0	0
Contribuições	101	0	61	0	60,8
Despesas de Exercícios Anteriores	53.899	1,38	37.482	1,55	69,54
Diárias- Civil	111	0	5	0	4,09
Equipamentos e Material Permanente	315.713	8,08	155.888	6,43	49,38
Indenizações e Restituições	31.388	0,8	23.971	0,99	76,37
Locação de Mão-de-obra	1.320	0,03	1.234	0,05	93,48
Material de Consumo	3.644	0,09	2.700	0,11	74,09
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2	0	0	0	0
Obras e Instalações	1.134.692	29,06	712.186	29,37	62,77
Obrigações Tributárias e Contributivas	276	0,01	131	0,01	47,48
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	148	0	26	0	17,61
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	66.256	1,69	32.448	1,34	49,05
Passagens e Despesas com Locação	28	0	5	0	18,19
Sentenças Judiciais	10.258	0,26	9.391	0,39	91,55
Serviços de Consultoria	63.049	1,61	47.371	1,95	75,13
Serv. de Tec. da Inform. e Comun. - Pes. Jurídica	55.700	1,43	40.266	1,66	72,29
Subvenções Econômicas	6.050	0,15	0	0	0
Inversões Financeiras	162.517	4,16	162.517	6,7	100
Aplicações Diretas	162.517	4,16	162.517	6,7	100
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	0	0
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	156.517	4,01	156.517	6,46	100
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	6.000	0,15	6.000	0,25	100
Amortizações	1.809.421	46,08	1.035.367	42,7	57,53
Aplicações Diretas	1.799.623	46,08	1.035.367	42,7	57,53
Enc. pela Honra de Avais, Garantias, Seg. e Similares	22.050	0,56	21.756	0,9	98,67

Principal da Dívida Contratual Resgatado	1.777.573	45,52	1.013.611	41,8	57,02
Aplicações Diretas entre Orçamentos	9.798	0,25	8.805	0,36	89,86
Equipamentos e Material Permanente	0	0	0	0	0
Obras e Instalações	10	0	0	0	0
Obrigações Tributárias e Contributivas	777	0,02	145	0,01	18,66
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11	0	0	0	0
Serv. de Tec. da Inform. e Comum. - Pes. Jurídica	9.000	0,23	8.660	0,36	96,22
Total Geral	**3.905.154**	**100**	**2.424.727**	**100**	**62,09**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Tabela 53 - Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada da Categoria "Despesas de Capital" por Grupo, Modalidade de Aplicação e Elemento da Administração Indireta

(R$ milhares)

Grupo / Modalidade / Elemento	Autorização (A)	% Part. (A/Tota A)	Realização (B)	% Part. (B/Tota B)	% Real. (B/A)
Investimentos	2.051.371	96,23	1.268.531	95,38	76,09
Reserva de Contingência	135	0,01	0	0	0
Transferências a Municípios	109.789	6,28	94.356	7,09	86,73
Auxílios	108.789	6,28	94.356	7,09	86,73
Contribuições	1.000	0	0	0	0
Transf. a Inst. Privadas sem fins Lucrativos	5.489	0,19	2.555	0,19	77,71
Auxílios	5.289	0,19	2.555	0,19	77,71
Equipamentos e Material Permanente	0	0	0	0	0
Contribuições	200	0	0	0	0
Outros Serviços de Terceiros - Pes. Jurídica	0	0	0	0	0
Aplicações Diretas	1.931.729	89,51	1.168.132	87,83	75,33
Aquisição de Imóveis	13.948	0,81	9.173	0,69	65,77
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	4.132	0,24	0	0	0
Auxílios	650	0,04	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	48.230	2,78	45.027	3,39	93,36
Diária - Civil	0	0	0	0	0
Equipamentos e Material Permanente	287.465	15,93	166.985	12,56	60,51
Indenizações e Restituições	4.383	0,25	3.169	0,24	72,31
Material de Consumo	101.907	5,87	99.335	7,47	97,69
Obras e Instalações	1.171.061	47,19	634.141	47,68	77,56
Obrigações Tributárias e Contributivas	336	0,02	106	0,01	31,44
Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física	368	0,02	0	0	0
Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	243.933	13,84	188.031	14,14	78,4
Passagens e Despesas com Locomoção	6	0	0	0	0
Serviços de Consultoria	40.701	1,97	16.113	1,21	47,17
Serv. de Tec. da Infor. e Com. - Pes. Jurídica	14.609	0,54	6.052	0,46	64,3
Aplicações Diretas entre Orçamentos	4.229	0,24	3.488	0,26	82,46

Obras e Instalações	0	0	0	0	0
Obrigações Tributárias e Contributivas	650	0,04	94	0,01	14,5
Serv. de Tec. da Infor. e Com. - Pes. Jurídica	3.579	0,21	3.393	0,26	94,8
Inversões Financeiras	65.149	3,76	61.321	4,61	94,12
Aplicações Diretas	65.149	3,76	61.321	4,61	94,12
Aquisição de Imóveis	49.856	2,88	48.147	3,62	96,57
Aquisição de Produtos e para Revenda	1.168	0,07	828	0,06	70,87
Concessão de Empr. e Financiamentos	9.065	0,52	7.347	0,55	81,05
Contribuições	5.000	0,29	5.000	0,38	100
Despesas de Exercícios Anteriores	60	0	0	0	0
Amortizações	303	0,02	168	0,01	55,57
Aplicações Diretas	303	0,02	168	0,01	55,57
Principal da Dívida Contratual Resgatado	303	0,02	168	0,01	55,57
Total Geral	2.116.823	100	1.330.021	100	62,83

Fonte: SEFAZ/CECOG

Investimentos

A tabela abaixo evidencia os principais programas de grande porte concluídos e a concluir pelo Governo do Estado. O grupo de Investimentos somou R$ 2.495.373.861,86, participando com 66,46% da categoria Despesas de Capital. Os elementos de despesas Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente responderam pelo montante de R$ 1.669.199.841,86, contribuindo com 66,89% do grupo.

Conforme tabela a seguir, foram investidos 28,21% nos Programas de Infraestrutura e Logística e 11,88% em programas de Mobilidade Urbana.

Com recursos do Tesouro foram investidos R$ 1.125.209.230,63 (fonte de recurso 1.00.00 e subfontes; fonte de recurso 1.01.00 e fonte de recurso 1.10.00) representando 45,09% do total dos investimentos. Com outros recursos livres foram investidos R$ 38.208.137,66, o que representa 1,53%. Com recursos de Operações de Crédito R$ 816.989.665,59, participando com 32,74% dos valores investido. O restante dos valores aplicados no montante de R$ 514.966.827,98, representam 20,63% e foram realizados com outros recursos vinculados, tais como: recursos de convênios, recursos da CIDE, transferências do FNDE e outros.

Tabela 54 - Demonstrativo dos Investimentos nos Programas de Governo de Maior Relevância

(R$ milhares)

Programas de Governo	Valor	% Part.
Infraestrutura e Logística	703.900	28,21
Mobilidade, Trânsito e Transporte	296.371	11,88
Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde do Cidadão	213.211	8,54
Oferta Hídrica para Múltiplos Usos	213.196	8,54
Promoção da Requalificação Urbana	189.924	7,61
Segurança Pública Integrada com a Sociedade	95.280	3,82
Atenção à Saúde Perto do Cidadão	78.831	3,16
Esporte e Lazer para a População	66.738	2,67
Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Agropecuária Familiar	60.770	2,44
Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas	50.822	2,04
Desenvolvimento Sustentável e Consolidado do Destino Turístico Ceará	50.429	2,02
Modernização da Gestão Fiscal	48.267	1,93
Promoção do Patrimônio Cultural Cearense	42.326	1,70
Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana	41.578	1,67
Desenvolvimento do Ensino Médio	32.947	1,32
Gestão Administrativa do Ceará	28.105	1,13
Ceará Científico e Tecnológico	26.788	1,07
Educação Profissional Articulada ao Ensino Médio	24.494	0,98
Educação em Tempo Integral e Complementar no Ensino Médio	23.588	0,95
Gestão e Governança do Sistema de Saúde com Transparência e Integridade	21.844	0,88
Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional	21.526	0,86
Desenv. Int. da Educ Infantil e Ens. Fund. com Gar. a de Iguald. de Oportunidades	20.183	0,81
Gestão e Modernização do Sistema Penitenciário	20.043	0,80
Proteção Social Básica	18.730	0,75
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural	18.699	0,75
Proteção a Vida e Acesso à Justiça Social e Cidadania	8.136	0,33
Subtotal	2.416.725	96,85
Outros	78.649	3,15
Total Geral	**2.495.374**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

A tabela a seguir evidencia os investimentos do governo do Estado nas funções e subfunções de governo, a fim de cada vez mais dar transparência aos valores investidos nas diversas áreas sob responsabilidade do poder público.

Verificando os resultados obtidos, constata-se que, em 2020, foram investidos na função transporte 40,07% e nas suas subfunções Transporte Ferroviário e Transporte Rodoviário, 12,10% e 26,16%, respectivamente. A função Urbanismo ocupou o segundo lugar, tendo atingido 15,18% do total investido e quase todo recurso foi direcionado para a sua subfunção Infraestrutura Urbana, que realizou 11,69%. Outra função que se destacou no

ranking dos investimentos foi a Saúde, cabendo a ela 12,62% do total investido, sendo que 8,54 % ficaram com a sua subfunção Vigilância Epidemiológica. A função Gestão ambiental, ocupou o quarto lugar, atingindo 8,83%, e sua sub-função Recursos Hídricos 8,56% do total investido.

Tabela 55 - Demonstrativo dos Investimentos nas Funções e Subfunções de Governo

(R$ milhares)

Função/Subfunção	Valor	% Part.
Administração	71.438	2,86
Administração Geral	70.860	2,84
Formação de Recursos Humanos	5	0,00
Tecnologia da Informação	573	0,02
Agricultura	65.448	2,62
Abastecimento	1.533	0,06
Administração Geral	118	0,00
Alimentação e Nutrição	4.542	0,18
Extensão Rural	49.952	2,00
Promoção da Produção Agropecuária	9.303	0,37
Assistência social	25.627	1,03
Administração Geral	1.007	0,04
Assistência à Criança e ao Adolescente	23.696	0,95
Assistência ao Idoso	489	0,02
Assistência Comunitária	258	0,01
Tecnologia da Informação	175	0,01
Ciência e Tecnologia	26.922	1,08
Administração Geral	78	0,00
Desenvolvimento Científico	25.973	1,04
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	814	0,03
Promoção da Produção Agropecuária	22	0,00
Tecnologia da Informação	34	0,00
Comércio e Serviços	9.334	0,37
Turismo	9.334	0,37
Comunicações	817	0,03
Tecnologia da Informação	817	0,03
Cultura	42.326	1,70
Difusão Cultural	1.457	0,06
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	40.869	1,64
Desporto e Lazer	4.338	0,17
Desporto Comunitário	4.338	0,17
Direitos da Cidadania	11.382	0,46
Administração Geral	173	0,01
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	10.365	0,42
Tecnologia da Informação	844	0,03
Educação	112.250	4,50
Administração Geral	1.014	0,04
Educação Infantil	16.708	0,67
Ensino Fundamental	3.476	0,14
Ensino Médio	84.164	3,37
Ensino Profissional	479	0,02
Ensino Superior	3.185	0,13
Infraestrutura Urbana	3.185	0,13

Tecnologia da Informação	40	0,00
Encargos Especiais	5.311	0,21
Outros Encargos Especiais	5.311	0,21
Energia	1.276	0,05
Energia Elétrica	1.276	0,05
Essencial à Justiça	11.669	0,47
Ação Judiciária	1.768	0,07
Administração Geral	8.364	0,34
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	450	0,02
Tecnologia da Informação	1.087	0,04
Gestão Ambiental	220.368	8,83
Administração Geral	1.026	0,04
Controle Ambiental	326	0,01
Preservação e Conservação Ambiental	5.198	0,21
Recursos Hídricos	213.607	8,56
Tecnologia da Informação	211	0,01
Habitação	8.073	0,32
Administração Geral	7	0,00
Habitação Urbana	8.066	0,32
Industria	6.443	0,26
Produção Industrial	6.209	0,25
Promoção Industrial	234	0,01
Judiciária	21.570	0,86
Ação Judiciária	4.841	0,19
Administração Geral	7.300	0,29
Tecnologia da Informação	9.429	0,38
Legislativa	13.546	0,54
Administração Geral	8.690	0,35
Tecnologia da Informação	4.857	0,19
Organização Agrária	2.468	0,10
Reforma Agrária	2.468	0,10
Saneamento	63.311	2,54
Recursos Hídricos	1.524	0,06
Saneamento Básico Rural	14.719	0,59
Saneamento Básico Urbano	46.605	1,87
Turismo	464	0,02
Saúde	314.846	12,62
Administração Geral	3.025	0,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	93.316	3,74
Atenção Básica	1.095	0,04
Formação de Recursos Humanos	929	0,04
Tecnologia da Informação	3.388	0,14
Vigilância Epidemiológica	213.094	8,54
Segurança Pública	77.671	3,11
Administração Geral	42.576	1,71
Formação de Recursos Humanos	2.659	0,11
Informação e inteligência	1.129	0,05
Policiamento	26.065	1,04
Tecnologia da Informação	5.242	0,21
Trabalho	229	0,01
Fomento ao Trabalho	214	0,01
Promoção Comercial	11	0,00
Tecnologia da Informação	4	0,00

Transporte	999.808	40,07
Normalização e Qualidade	9.605	0,38
Transporte Aéreo	29.970	1,20
Transporte Ferroviário	301.956	12,10
Transporte Hidroviário	5.564	0,22
Transporte Rodoviário	652.706	26,16
Turismo	6	0,00
Urbanismo	378.903	15,18
Infraestrutura Urbana	291.676	11,69
Recuperação de Áreas Degradadas	50.822	2,04
Turismo	36.405	1,46
Total Geral	**2.495.374**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Inversões Financeiras

No grupo Inversões Financeiras, as despesas realizadas alcançaram o montante de R$ 223.838.660,70. Da execução da despesa nesse grupo, em 2020, 69,92% foi no item Constituição ou Aumento de Capital de Empresa que atingiu a importância de R$ 156.517.313,40. Esse grupo, em 2020, apresentou uma variação positiva de 47,57% em termos nominais em comparação ao valor executado em 2019.

Nesse grupo também foram classificadas as despesas com aquisição do Hospitais Leonardo da Vinci e Hospital Geral de Crateús - no total de R$ 48.146.866,99 - e repasses para constituição da Fundação Regional de Saúde e Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará no total de R$ 11.000.000,00. Os valores repassados para aumento de capital no exercício de 2020 foram realizados para as seguintes empresas: METROFOR (R$ 156.017.313,40) e CEASA (R$ 500.000,00). Os repasses ao METROFOR foram realizados pela SEINFRA e para a CEASA pela SDA.

Amortização da Dívida

De acordo com a tabela seguinte, a Amortização da Dívida alcançou o patamar de R$ 1.035.534.939,14, contribuindo com 27,58% das Despesas de Capital. Em comparação ao exercício anterior, houve um incremento de 6,86% em termos nominais.

Tabela 56 - Demonstrativo da Amortização da Dívida

(R$ milhares)

Especificação	Exercícios		Var. % (B/A)
	2019(A)	2020(B)	
Pagamento da Dívida Interna			
Concessão do PASEP-ISSEC	57	55	-4,70
Principal da Dívida Contratual Resgatado	57	55	-4,70
Parcelamento PASEP	57	55	-4,70
Manutenção e Funcionamento Administrativo-ADAGRI	40	41	4,21
Principal da Dívida Contratual Resgatado	40	41	4,21
Parcelamento PASEP	40	41	4,21
Manutenção e Funcionamento Administrativo-FUNDES	52	54	2,85
Principal da Dívida Contratual Resgatado	52	54	2,85
Parcelamento PASEP	52	54	2,85
Manutenção e Funcionamento Administrativo-EMATERCE	0	18	100,00
Principal da Dívida Contratual Resgatado	0	18	100,00
Parcelamento PASEP	0	18	100,00
Principal da Dívida Contratual Resgatado	475.917	440.266	-7,49
Parcelamento INSS	1.495	19.168	1181,83
Parcelamento PASEP	26.675	163.419	512,63
Principal da Dívida Contratual Resgatado	447.747	257.680	-42,45
Pagamento da Dívida- Lei nº 9.496	16.635	7.200	-56,72
Principal da Dívida Contratual Resgatado	16.635	7.200	-56,72
Principal da Dívida Contratual Interna Resgatado	16.635	7.200	-56,72
Pagamento da Dívida Junto à União-COHAB	22.252	21.756	-2,23
Encargos Pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	22.252	21.756	-2,23
Honra de Garantias Concedidas - Instituições Financeiras	20.008	20.633	3,12
Honra de Garantias Concedidas - Tesouro Nacional	2.243	1.122	-49,96
Total Pagamento Dívida Interna	514.954	469.390	-8,85
Pagamento da Dívida Externa			
Principal da Dívida Contratual Resgatado	454.065	566.145	24,68
Principal da Dívida Contratual Externa Resgatado	454.066	566.145	24,68
Total pagamento Dívida Externa	454.065	566.145	24,68
Total Geral	**969.019**	**1.035.535**	**6,86**

Fonte: SEFAZ/ CEDIP

O pagamento da Amortização da Dívida Interna somou R$ 469.390.304,33, representando 45,33% do valor amortizado da dívida e 12,50% das Despesas de Capital. Confrontando-se essa despesa com o exercício de 2019, constata-se um decréscimo nominal de 8,85%. Vale ressaltar que a maior redução no pagamento de amortização da dívida interna foi na rubrica relativa à Lei nº 9.496/1997, cuja redução chegou a 56,72%, em termos nominais, em relação ao exercício anterior. Quanto à Amortização da Dívida Externa, essa somou em 2020 o quantitativo de R$ 566.144.634,81, representando 54,67% do grupo de despesa Amortizações e 15,07% das Despesas de Capital.

Em 2020 foi publicada a Lei Complementar Federal nº 173, a qual estabeleceu, dentre outras medidas, a possibilidade de suspensão do pagamento, incluindo principal e quaisquer outros encargos, das dívidas com operações de crédito interno e externo, dos Estados e Distrito Federal celebradas com a União e o sistema financeiro nacional e instituições multilaterais de crédito.

Importante ressaltar que a suspensão no pagamento, durante alguns meses de 2020, se deu apenas nas operações de crédito interno. No intuito de demonstrar o efeito desta suspensão na rubrica amortização da dívida interna, segundo previsão em LC nº 173/2020, motivou a redução dessa despesa, num percentual de 8,85%, em termos nominais, comparando-se com o exercício de 2019.

Quando se analisa a rubrica amortização da dívida externa, percebe-se um crescimento, em termos nominais, equivalente a 24,68%, comparando-se 2020 e 2019, em decorrência, principalmente, da ampliação cambial das moedas externas frente ao Real. Importante destacar que, embora existisse previsão legal de suspender os pagamentos devidos no exercício financeiro de 2020, incluindo principal e quaisquer outros encargos, das operações de crédito externo, não foi concretizado nenhum aditamento contratual celebrado com as instituições multilaterais de crédito.

2.2.11 Despesas dos Fundos Previdenciários

Nas tabelas a seguir constam a especificação das despesas previdenciárias do Estado vinculadas aos Planos Financeiro, composto pelo FUNAPREV e pelo PREVMILITAR, e ao plano Previdenciário, composto pelo Fundo de Previdência Parlamentar – FPP e pelo PREVID.

Do total das despesas realizadas por essas Unidades Gestoras, R$ 3.723.311.153,08, o gasto com Benefícios Previdenciários totalizou R$ 3.717.252.402,15, cabendo ao FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID a soma de R$ 3.706.478.457,79, e ao FPP, R$ 10.773.944,36. A diferença (R$ 6.058.750,93) é composta por despesas não previdenciárias: pagamento taxas de administração pelo FUNAPREV e PREVID, no total de R$ 4.579.271,54, à Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará e R$ 1.479.479,39 pagas de indenizações e restituições pelo FPP aos seus segurados.

Tabela 57 - Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada por Categoria e Grupo dos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID

(R$ milhares)

Especificação	2019	2020
Despesas Correntes	3.545.876	3.711.058
Pessoal e Encargos Sociais	3.545.876	3.706.478
Juros e Encargos da Dívida	0	0
Outras Despesas Correntes	0	4.579
Despesas de Capital	0	0
Investimentos	0	0
Inversões Financeiras	0	0
Amortização da Dívida	0	0
Outras Despesas de Capital	0	0
Total Geral	**3.545.876**	**3.711.058**

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 58 - Demonstrativo da Despesa Empenhada por Fonte de Recursos do FPP

(R$ milhares)

Fonte de Recursos	2019	2020
2.05.00 - Contribuição Parlamentar	4.370	4.615
2.06.00 - Contribuição Patronal	3.342	4.287
2.70.00 - Recursos Diretamente Arrecadados	7.017	3.352
Total	14.729	12.253

Fonte: SEFAZ/CEORG

Em relação ao gasto com aposentadorias e pensões dos Fundos Financeiros FUNAPREV, o Tesouro Estadual honrou insuficiências financeiras das Unidades Gestoras – FUNAPREV, UG nº 460401, e PREVMILITAR - UG nº 460501, por meio de aportes Financeiros vinculados das Fontes de Recursos 1.01.00 (Tesouro, Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados), 1.00.09 (Recursos Originários – Mitigação dos Efeitos Financeiros da COVID-19) e 3.00.07 (Recursos Originários - Cessão Onerosa - Bônus de Assinatura do Pré-sal) no montante de R$ 1.523.104.059,09. Os valores dos aportes das Fontes de Recursos 1.01.00, 1.00.09 e 3.00.07 foram R$ 962.504.139,87, R$ 314.000.000,00 e R$ 256.599.919,22, respectivamente, conforme tabelas a seguir:

Tabela 59 - Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro FUNAPREV e PREVMILITAR

(R$ milhares)

Poder	Inativos (A)	Pensões (B)	Outr. Desp. (C)	Total (A+B+C)
Total do Legislativo	118.746	45.161	0	163.907
Transferências do Tesuro Estadual	0	31.147	0	31.147
Fonte 1.00.09 - Mit. Efeitos Financeiros COVID	0	0	0	0
Fonte 1.01.00 - FPE	0	31.147	0	31.147
Fonte 3.00.07 - Ces. On. - Bônus Assin. Pré-sal	0	0	0	0
Fonte Própria	118.746	14.014	0	132.760
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	84.848	3.018	0	87.865
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	33.898	10.996	0	44.894
Fonte 6.03.00 - Contr. Social Exec. Anterior	0	0	0	0
Fonte 6.04.00 - Contr. Patr. Exerc. Anterior	0	0	0	0
Total do Judiciário	171.586	55.691	0	227.277
Transferências do Tesuro Estadual	0	55.691	0	55.691
Fonte 1.00.09 - Mit. Efeitos Financeiros COVID	0	0	0	0
Fonte 1.01.00 - FPE	0	55.691	0	55.691
Fonte 3.00.07 - Ces. On. - Bônus Assin. Pré-sal	0	0	0	0
Fonte Própria	171.586	0	0	171.586
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	59.622	0	0	59.622
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	111.964	0	0	111.964
Fonte 6.03.00 - Contr. Social Exec. Anterior	0	0	0	0
Fonte 6.04.00 - Contr. Patr. Exerc. Anterior	0	0	0	0
Total Executivo Civil	1.982.322	434.099	2.290	2.418.710
Transferências do Tesouro Estadual	708.795	432.425	0	1.141.220
Fonte 1.00.09 - Mit. Efeitos Financeiros COVID	177.000	97.000	0	274.000
Fonte 1.01.00 - FPE	417.101	243.520	0	660.620
Fonte 3.00.07 - Ces. On. - Bônus Assin. Pré-sal	114.694	91.905	0	206.600
Fonte Própria	1.273.527	1.673	2.290	1.277.490
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	522.988	1.129	0	524.116
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	715.539	545	2.290	718.373
Fonte 6.03.00 - Contr. Social Exec. Anterior	20.000	0	0	20.000
Fonte 6.04.00 - Contr. Patr. Exerc. Anterior	15.000	0	0	15.000
Total Executivo Militar	500.989	259.354	0	760.343
Transferências do Tesouro Estadual	41.993	233.597	0	275.590
Fonte 1.00.09 - Mit. Efeitos Financeiros COVID	0	40.000	0	40.000
Fonte 1.01.00 - FPE	41.993	153.597	0	195.590
Fonte 3.00.07 - Ces. On. - Bônus Assin. Pré-sal	0	40.000	0	40.000
Fonte Própria	458.996	25.757	0	484.752
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	164.241	23.341	0	187.583
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	272.755	2.415	0	275.170
Fonte 6.03.00 - Contr. Social Exec. Anterior	22.000	0	0	22.000
Fonte 6.04.00 - Contr. Patr. Exerc. Anterior	0	0	0	0

Total Defensoria Pública	34.147	0	0	34.147
Transferências do Tesouro Estadual	731	0	0	731
Fonte 1.00.09 - Mit. Efeitos Financeiros COVID	0	0	0	0
Fonte 1.01.00 - FPE	731	0	0	731
Fonte 3.00.07 - Ces. On. - Bônus Assin. Pré-sal	0	0	0	0
Fonte Própria	33.416	0	0	33.416
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	0	0	0	0
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	33.416	0	0	33.416
Fonte 6.03.00 - Contr. Social Exec. Anterior	0	0	0	0
Fonte 6.04.00 - Contr. Patr. Exerc. Anterior	0	0	0	0
Total Ministério Público	56.589	18.724	0	75.313
Transferências do Tesouro Estadual	0	18.724	0	18.724
Fonte 1.00.09 - Mit. Efeitos Financeiros COVID	0	0	0	0
Fonte 1.01.00 - FPE	0	18.724	0	18.724
Fonte 3.00.07 - Ces. On. - Bônus Assin. Pré-sal	0	0	0	0
Fonte Própria	56.589	0	0	56.589
Fonte 2.03.00 - Contr. Social	40.119	0	0	40.119
Fonte 2.04.00 - Contr. Patronal	16.469	0	0	16.469
Fonte 6.03.00 - Contr. Social Exec. Anterior	0	0	0	0
Fonte 6.04.00 - Contr. Patr. Exerc. Anterior	0	0	0	0
Total Geral	**2.864.378**	**813.029**	**2.290**	**3.679.697**

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 60 - Resumo da Despesa Empenhada do Fundo de Financeiro FUNAPREV

(R$ milhares)

Especificação	Inativo (A)	Pensões (B)	Outras Despesas (C)	Total (A)+(B)+(C)	% Part.
Transferências do Tesouro Estadual	708.986	538.528	0	1.247.514	42,73
Fonte 1.01.00 - Cota-Parte do Fundo de Part. Estados	417.291	349.622	0	766.914	26,27
Fonte 3.00.07 - Cessão Onerosa - Bônus de Ass. Pré-sal	114.694	91.905	0	206.600	7,08
Fonte 1.00.09 - Mitigação dos Efeitos Finan. COVID 19	177.000	97.000	0	274.000	9,39
Fonte Própria	1.654.795	14.755	2.290	1.671.840	57,27
Fonte 2.03.00 - Contribuição Social	707.964	3.759	0	711.723	24,38
Fonte 2.04.00 - Contribuição Patronal	911.831	10.996	2.290	925.117	31,69
Fonte 6.30.00 - Contribuição Social	20.000	0	0	20.000	0,69
Fonte 6.40.00 - Contribuição Patronal	15.000	0	0	15.000	0,51
Total Geral	2.363.781	553.283	2.290	2.919.354	100,00

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 61 - Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVMILITAR

(R$ milhares)

Especificação	Valor	% Part.
Transferências do Tesouro Estadual	275.590	36,25
Fonte 1.01.00 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados	195.590	25,72
Fonte 3.00.07 - Cessão Onerosa - Bônus de Assinatura do Pré-sal	40.000	5,26
Fonte 1.00.09 - Mitigação dos Efeitos Financeiros da COVID 19	40.000	5,26
Fonte Própria	484.753	63,75
Fonte 2.03.00 - Contribuição Social	187.583	24,67
Fonte 2.04.00 - Contribuição Patronal	275.170	36,19
Fonte 6.30.00 - Contribuição Social	22.000	2,89
Fonte 6.40.00 - Contribuição Patronal	0	0,00
Total Geral	**760.343**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 62 - Demonstrativo da Despesa Empenhada de Pessoal do Fundo Financeiro PREVID (Poder e Fonte de Recursos)

(R$ milhares)

Especificação	Inativo (A)	Pensão (B)	Outras Despesas (C)	Total (A+B+C)
Fonte Própria	38	29.033	2.290	31.361
Fonte 2.03.00 - Contribuição Social	0	0	0	0
Fonte 2.04.00 - Contribuição Patronal	38	29.033	2.290	31.361
Fonte 6.30.00 - Contribuição Social	0	0	0	0
Fonte 6.40.00 - Contribuição Patronal	0	0	0	0
Total Geral	**38**	**29.033**	**2.290**	**31.361**

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 63 - Demonstrativo Consolidado da Despesa Empenhada de Pessoal (Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID)

(R$ milhares)

Poder / Fonte de Recursos	Inativo (A)	Pensões (B)	Out. Desp. (C)	Total (A+B+C)
Total do Executivo	1.981.093	464.398	4.579	2.450.071
Transferências do Tesouro	708.771	432.450	0	1.141.220
Fonte 1.01.00	417.076	243.544	0	660.620
Fonte 1.00.09	177.000	97.000	0	274.000
Fonte 3.00.07	114.694	91.905	0	206.599
Fonte de Recursos Próprias	1.272.323	31.949	4.579	1.308.851
Fonte 2.03.00	522.634	1.482	0	524.116
Fonte 2.04.00	714.689	30.466	4.579	749.734
Fonte 6.03.00	20.000	0	0	20.000
Fonte 6.04.00	15.000	0	0	15.000
Total do Judiciário	171.586	55.691	0	227.277
Transferências do Tesouro	0	55.691	0	55.691
Fonte 1.01.00	0	55.691	0	55.691
Fonte 1.00.09	0	0	0	0
Fonte 3.00.07	0	0	0	0
Fonte de Recursos Próprias	171.586	0	0	171.586
Fonte 2.03.00	59.622	0	0	59.622
Fonte 2.04.00	111.964	0	0	111.964
Fonte 6.03.00	0	0	0	0
Fonte 6.04.00	0	0	0	0
Total do Legislativo	118.749	45.158	0	163.907
Transferências do Tesouro	3	31.144	0	31.147
Fonte 1.01.00	3	31.144		31.147
Fonte 1.00.09	0	0	0	0
Fonte 3.00.07	0	0	0	0
Fonte de Recursos Próprias	118.746	14.014	0	132.760
Fonte 2.03.00	84.848	3.018	0	87.866
Fonte 2.04.00	33.898	10.996	0	44.894
Fonte 6.03.00	0	0	0	0
Fonte 6.04.00	0	0	0	0
Total do ministério Público	56.589	18.724	0	75.313
Transferências do Tesouro	0	18.724	0	18.724
Fonte 1.01.00	0	18.724	0	18.724
Fonte 1.00.09	0	0	0	0
Fonte 3.00.07	0	0	0	0
Fonte de Recursos Próprias	56.589	0	0	56.589
Fonte 2.03.00	40.119	0	0	40.119
Fonte 2.04.00	16.469	0	0	16.469
Fonte 6.03.00	0	0	0	0
Fonte 6.04.00	0	0	0	0
Total da Defensoria Pública	33.416	731	0	34.147

Transferências do Tesouro	0	731	0	731
Fonte 1.01.00	0	731	0	731
Fonte 1.00.09	0	0	0	0
Fonte 3.00.07	0	0	0	0
Fonte de Recursos Próprias	33.416	0	0	33.416
Fonte 2.03.00	0	0	0	0
Fonte 2.04.00	33.416	0	0	33.416
Fonte 6.03.00	0	0	0	0
Fonte 6.04.00	0	0	0	0
Total do Executivo Militar	503.431	256.912	0	760.343
Transferências do Tesouro	41.993	233.597	0	275.590
Fonte 1.01.00	41.993	153.597	0	195.590
Fonte 1.00.09	0	40.000	0	40.000
Fonte 3.00.07	0	40.000	0	40.000
Fonte de Recursos Próprias	461.438	23.314	0	484.752
Fonte 2.03.00	164.268	23.314	0	187.582
Fonte 2.04.00	275.170	0	0	275.170
Fonte 6.03.00	22.000	0	0	22.000
Fonte 6.04.00	0	0	0	0
Total Geral	**2.864.864**	**841.614**	**4.579**	**3.711.058**

Fonte: SEFAZ/CEORG

Tabela 64 - Resumo das Despesas dos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID

(R$ milhares)

Especificação	FUNAPREV	PREVMILITAR	PREVID	Total
Fontes do Tesouro Estadual	1.247.514	275.590	0	1.523.104
Fonte 1.00.09	274.000	40.000	0	314.000
Fonte 1.01.00	766.914	195.590	0	962.504
Fonte 3.00.07	206.600	40.000	0	246.600
Fonte Própria	1.671.840	484.752	31.361	2.187.954
Fonte 2.30.00	711.723	187.583	0	899.306
Fonte 2.40.00	925.117	275.170	31.361	1.231.648
Fonte 6.30.00	20.000	22.000	0	42.000
Fonte 6.40.00	15.000	0	0	15.000
Total Geral	**2.919.354**	**760.343**	**31.361**	**3.711.058**

Fonte: SEFAZ/CEORG

2.2.12 - Despesas com Enfrentamento a COVID-19

No exercício de 2020 o Estado do Ceará foi pressionado por aumento de gastos na área de saúde e assistência social para enfrentamento da crise sanitária, social e econômica provocada pela pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

Um dos reflexos diretos foi o aumento no gasto de saúde do Estado no exercício de 2020, que atingiu o percentual de 16,54% da RLIT - Receita Líquida de Impostos e Transferências, bem acima do mínimo constitucional de 12%. A diferença de percentual entre o valor aplicado e o mínimo corresponde a um total de R$ 849.082.070,13, somente de recurso de impostos e transferências que atendem as regras do MDF. Além desses valores também houve aplicações adicionais de recursos de outras fontes que não entram no cálculo do gasto de saúde e de recursos de impostos e transferências que não atendem as regras do MDF, no total de R$ 1.514.997.042,84. Este valor foi bem superior ao valor de 1.086.557.918,47 não considerado no cálculo do gasto de saúde em 2019, ou seja, R$ 428.439.124,37 a mais, um incremento de 39,43%.

A seguir listamos os gastos aplicados em ações específicas de custeio e investimentos no combate a COVID-19 por função de governo. A tabela a seguir não contempla aumento de gasto de pessoal, despesa de terceirização e demais gastos no enfrentamento a pandemia do coronavírus empenhados em outras ações orçamentárias.

Tabela 65 – Gastos em Ações Específicas – COVID

(R$ milhares)

Função	Valor
Administração	3.000
Assistência Social	13.704
Saúde	816.129
Cultura	69.066
Saneamento	6.438
Ciência e Tecnologia	339
Comércio e serviços	24
Transporte	16.774
Total	**925.475**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Dos valores aplicados no enfrentamento a COVID-19 na tabela acima, 77,02% foram em custeio e 22,98% foram em investimentos.

Além do aumento das despesas, o Estado implementou medidas de apoio econômico aos setores produtivos afetados pela crise sanitária, como parcelamento do recolhimento do ICMS nos meses de junho e julho para empresas com queda na atividade econômica, criação de programa especial de parcelamento de dívidas tributárias – REFIS, dentre outras medidas para compensar a contenção nas atividades econômicas das empresas provocada pela pandemia do novo coronavírus, que implicaram aumento de gastos e\ou diferimento de receitas.

2.2.13 Receita e Despesa Consolidadas por Fonte de Recursos

A seguir evidenciamos as receitas e despesas do exercício de 2020 consolidadas por fonte de recursos:

Tabela 66 - Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa Orçamentárias, por Fontes de Recursos

(R$ milhares)

Origem/Nomenclatura da Fonte de Recursos	Fonte	Receita Realizada	% Part.	Despesa Realizada	% Part.
Tesouro		21.101.555	70,33	19.802.611	69,4
Recursos Ordinários	1.00.00	14.461.952	48,2	13.233.139	46,38
Recursos Ordinários para Projetos Prioritários	1.00.02	0	0	279.786	0,98
Rec. Ord. para o Sistema Est. de Recursos Hídricos	1.00.05	1.671	0,01	420	0
Recursos Ordinários - Dividendos - CAGECE	1.00.06	6.009	0,02	15.359	0,05
Rec. Ord. - Aux. Fin. para Saúde e Assist. Social	1.00.08	301.172	1	300.211	1,05
Rec. Ord. - Mitigação dos Efeitos Finan. COVID-19	1.00.09	918.821	3,06	918.821	3,22
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	1.01.00	5.410.800	18,03	4.698.904	16,47
Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	3.00.00	0	0	5.970	0,02
Rec. Ord. para Proj. Prioritários Exer. Anteriores	3.00.02	0	0	90.646	0,32
Recursos Ordinários - CIPP	3.00.03	0	0	12.755	0,04
Rec. Ord. - Cessão Oner. - Bônus de As. do Pré-sal	3.00.07	0	0	246.600	0,86
Alienação de Bens	1.12.00	1.129	0	0	0
Outros Recursos Não-vinculados		1.119.901	3,73	1.062.958	3,73
Recursos Diretamente Arrecadados	2.70.00	987.055	3,29	661.256	2,32
Recursos Diretamente Arrecadados - Mecenato	2.70.01	12	0	0	0
Recursos Diretamente Arrec. - Multas de Trânsito	2.70.02	73.883	0,25	66.679	0,23
Transferências Diretas - Alimentação Escolar	2.73.01	55.166	0,18	46.230	0,16
Transferências Diretas - Transporte Escolar	2.73.02	2.859	0,01	84	0
Transferências Diretas - Outras	2.73.03	926	0	35.718	0,13
Out. Fontes, Rec. Dir. Arrec. - Exerc Anteriores	6.70.00	0	0	216.044	0,76
Rec. Dir. Ar. - Mult. de Trânsito - Exer. Anteriores	6.70.02	0	0	475	0
Transferências Diretas - Outras - Exerc. Anteriores	6.73.03	0	0	36.473	0,13
Operações de Crédito		1.467.301	4,89	1.643.179	5,76
Operações de Crédito Internas-CPAC VLT-CEF	2.46.36	11.815	0,04	9.045	0,03

Operações de Crédito Internas-CPAC MCMV-CEF	2.46.37	1.990	0,01	507	0
Operações de Crédito Internas-Tesouro/BNDS	2.46.45	34	0	438	0
Operações de Crédito Internas-BNDS/Estados	2.46.47	8.588	0,03	88	0
Operações de Crédito Internas-Linha Leste/BNDS	2.46.49	0	0	130.878	0,46
Operações de Crédito Internas-Tesouro/BB	2.46.54	800.000	2,67	626.444	2,2
Operações de Crédito Internas-Tesouro/CEF	2.46.56	16.344	0,05	15.540	0,05
Operações de Crédito Externas- IPF/BIRD	2.48.49	9.991	0,03	4.234	0,01
Operações Crédito Externas - Tesouro/KFW	2.48.57	4.715	0,02	210	0
Operações de Crédito Internas-Tesouro/BIRD	2.48.58	29.204	0,1	8.932	0,03
Operações de Crédito Internas-Tesouro/BID	2.48.59	552.265	1,84	528.560	1,85
Operações de Crédito Internas-Tesouro/FIDA	2.48.64	2.502	0,01	1.724	0,01
Operações de Crédito Internas-Tesouro/CAF	2.48.65	12.593	0,04	23.520	0,08
Operações de Crédito Internas-Tesouro/MLW	2.48.67	17.260	0,06	17.260	0,06
Op. de Créd. Inter.-Tes./BNDS - Exerc. Anteriores	6.46.45	0	0	1.718	0,01
Op.de Créd. Int. -Tesouro/BB - Exec. Anteriores	6.46.54	0	0	194.300	0,68
Op. de Créd. Int.-Tesouro/BID - Exerc. Anteriores	6.48.59	0	0	78.862	0,28
Op. de Créd. Int.-Tesouro/FIDA - Exerc. Anteriores	6.48.64	0	0	918	0
Recursos de Convênios		252.321,85	0,84	466.985,41	1,64
Conv. com Org. Internacionais Adm. Direta	2.80.80	0	0	2.090	0,01
Conv. com Org. Internacionais Adm. Indireta	2.80.81	5	0	0	0
Conv. com Org. Federais Adm. Direta	2.82.82	211.732	0,71	381.662	1,34
Conv. com Org. Federais Adm. Indireta	2.82.83	3.183	0,01	44.792	0,16
Conv. com Org. Municipais Adm. Direta	2.86.86	3.425	0,01	2.947	0,01
Conv. com Org. Municipais Adm. Indireta	2.86.87	27.296	0,09	25.873	0,09
Conv. com Org. Privados Adm. Direta	2.88.88	0	0	0	0
Conv. com Org. Privados Adm. Indireta	2.88.89	6.680	0,02	8.482	0,03
Conv. com Org. Inter. Adm Ind. - Exerc. Anteriores	6.80.81	0	0	367	0
Conv. Org. Munic. Adm Dir. - Exerc. Anteriores	6.86.86	0	0	513	0
Conv. Org. Munic. Adm Ind. - Exerc. Anteriores	6.86.87	0	0	51	0
Conv. com Org. Priv. Adm Ind. - Exerc. Anteriores	6.88.89	0	0	209	0
Recursos Vinculados		6.063.871,20	20,21	5.559.136,38	19,48
Indenização pela Extr. do Petróleo, Xisto e Gás	1.44.00	31.227	0,1	31.013	0,11

Recursos Provenientes do FECOP	1.10.00	596.307	1,99	467.595	1,64
Rec. Provenientes da Contr. Social do Servidor	2.03.00	1.078.161	3,59	899.306	3,15
Rec. Provenientes da Contribuição Patronal	2.04.00	1.326.229	4,42	1.231.648	4,32
Rec. Provenientes da Contr. Parlamentar	2.05.00	5.118	0,02	4.615	0,02
Rec. Prov. da Contr. Patronal Parlamentar	2.06.00	3.742	0,01	4.287	0,02
Cota-parte da Contribuição do Salário-Educação	2.07.00	56.109	0,19	17.599	0,06
Cota-parte da Contr.Interv. no Domínio Econômico	2.11.00	25.990	0,09	24.484	0,09
Medida Compensatória Ambiental	2.16.00	10.708	0,04	11.294	0,04
Rec. Arrec. da Venda de Selos de Autenticidade	2.29.00	25.798	0,09	26.000	0,09
Recursos do FUNDEB	2.50.00	1.165.769	3,89	1.163.551	4,08
Compl. da União aos Recursos do FUNDEB	2.51.00	432.484	1,44	359.207	1,26
Recursos Provenientes do FIT	2.76.00	18.824	0,06	8.526	0,03
Transferências ao Fundo de Defesa Civil	2.79.00	57	0	1.985	0,01
Recursos Provenientes do SUS	2.91.00	1.171.241	3,9	1.047.392	3,67
Repasse Fundo a Fundo - FNAS	2.92.00	5.436	0,02	4.515	0,02
Repasse Fundo a Fundo - FUNPEN	2.92.01	6.972	0,02	1.018	0
Repasse Fundo a Fundo - FNSP	2.92.03	29.690	0,1	8.682	0,03
Rep. Fundo a Fundo - Aux. ao Set. Cult.- Aldir Blanc	2.92.04	74.011	0,25	68.619	0,24
Ind. pela Extr. do Petr. Xisto e Gás - Exer. Anteriores	3.44.00	0	0	2.000	0,01
Rec. Prov. da Contr. Soc. do Serv. - Exerc Anteriores	6.03.00	0	0	42.000	0,15
Rec. Prov. da Contr. Patronal - Exer. Anteriores	6.04.00	0	0	15.000	0,05
Medida Compensat. Ambiental - Exerc. Anteriores	6.16.00	0	0	4.438	0,02
Recursos do FUNDEB - Exerc. Anteriores	6.50.00	0	0	68.430	0,24
Recusos Provenientes do SUS - Exerc. Anteriores	6.91.00	0	0	44.826	0,16
Repasse Fundo a Fundo - FNAS - Exerc. Anteriores	6.92.00	0	0	1.106	0
Total		**30.004.950**	**100**	**28.534.870**	**100**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Na tabela anterior observa-se que os maiores dispêndios no Estado, em 2020, foram realizados utilizando os recursos do Tesouro Estadual, que chegaram à cifra de R$ 19.802.611.091,37, o que representou 69,40% do total dos dispêndios do Estado. Em seguida vieram os dispêndios com os recursos oriundos da contribuição Patronal, especificamente na fonte de recursos 2.04.00, vinculados ao Fundos Previdenciários do Poder Executivo, no valor de R$ 1.231.647.883,89, correspondendo 4,32%. Vale ressaltar também os dispêndios com recursos provenientes do FUNDEB, fonte de recursos 2.50.00, que chegaram a R$ 1.163.551.222,86, equivalente a 4,08%.

2.2.14 Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91

De acordo com o art. 1º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14/10/2005, as despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgãos, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

No momento da apropriação da obrigação ocorre uma despesa intra-orçamentária e no momento do recebimento ocorre uma receita intraorçamentária. Portanto, para uma despesa intraorçamentária deverá existir uma receita intraorçamentária. Isso não implica que a Receita e Despesa Orçamentária devam ser iguais, pois a receita correspondente pode ocorrer em exercícios diferentes. São exemplos de operações que devem ser identificadas com essa modalidade de aplicação, as transações ocorridas com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com o Fundo de Previdência do Estado - SUPSEC, FUNPECEPGE, CEARAPREV etc. Destacamos abaixo a receita e despesa intraorçamentária, conforme Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de Outubro de 2005.

Tabela 67 - Comparativo da Despesa e Receita Intraorçamentária - Modalidade 91

(R$ milhares)

Código Órgão	Abreviatura	Despesa Intra Paga	Receita Intra
010001	AL	27.586	0
010101	FPP	0	2.048
020001	TCE	30.163	0
040001	TJ	180.727	0
040101	FERMOJU	2.016	0
060001	DP	33.858	0
060101	FAADEP	46	0
080001	SEINFRA	511	0
080301	DETRAN	203.294	22
081401	SOP	8.749	0
100001	SSPDS	2.728	0
101021	PC	89.114	0
101031	PM	196.830	0
101041	CBMCE	22.883	0
101071	PEFOCE	12.159	0
101081	AESP	37	0

130001	PGE	11.461	0
130101	ARCE	3.061	0
130201	FUNPECEPGE	0	9.426
150001	MP	63.819	0
150501	FRMMP	56	0
170001	CEE	142	0
180001	SEJUS/SAP	64.082	0
190001	SEFAZ	115.502	192.037
190401	JUCEC	6.787	0
191011	ENCARGOS	9.426	0
210001	SDA	3.744	0
210101	EMATERCE	215	0
210301	IDACE	1.146	0
211101	ADAGRI	1.774	0
220001	SEDUC	217.311	0
240401	FUNDES	87.033	0
240424	HEMOCE	250	0
241301	HGF	6	0
270001	SECULT	1.249	0
290001	SRH	917	0
290101	SOHIDRA	649	0
300001	CASA CIVIL	1.375	0
300101	FUNTELC	571	0
310001	SECITECE	478	0
310101	FUNECE	37.414	0
310201	UVA	13.740	0
310301	URCA	16.982	0
310401	FUNCEME	1.983	0
310501	FUNCAP	41	0
310601	NUTEC	994	0
360001	SETUR	83	0
410001	CGE	3.845	0
420001	SESPORTE	223	0
430001	SCIDADES	940	0
460001	SEPLAG	10.951	0
460101	ISSEC	1.516	11.122
460201	ETICE	589	33.237
460301	IPECE	319	0
460401	SUPSEC	2.290	911.951
460501	PREVMILIT	0	243.266
460601	COHAB	21	0
460701	PREVID	2.290	171.013
460801	FASSEC	11.355	0
460901	CEARAPREV	2.161	4.579
461031	EGPCE	16	0
470001	STDS	9.611	0
470104	STDS	210	0

470201	FEAS	10	0
480101	CODECE	59	0
490101	SEMACE	4.456	0
530001	CGD	58	0
560001	SDE	215	0
570001	SEMA	73	0
580001	VICEGOV	42	0
Total Geral		**1.524.242**	**1.578.700**

Fonte: SEFAZ/CECOG

CAPÍTULO III

3. DOS BALANÇOS GERAIS

3.1 Notas Explicativas de Caráter Geral

3.1.1 Contexto Operacional

O presente relatório tem por finalidade demonstrar os resultados alcançados pelo Governo do Estado do Ceará, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Camilo Sobreira de Santana, durante o exercício de 2020, em função das ações governamentais desenvolvidas, tomando por base as informações contábeis contidas no Balanço Geral.

O Governo do Estado do Ceará é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 07.954.480/0001-79, tendo a sua sede administrativa situada em Fortaleza, na Av. Barão de Studart n º 401.

As atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2020 foram amparadas pela Lei Estadual nº 17.161, de 27 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2020), alterada pela Lei 17.346, de 11 de dezembro de 2020, e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2020.

O Balanço Geral do Estado consolida as contas dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta de todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), do Ministério Público e da Defensoria Pública, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. O objetivo principal é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público do Estado e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nele, a sociedade pode encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Estadual.

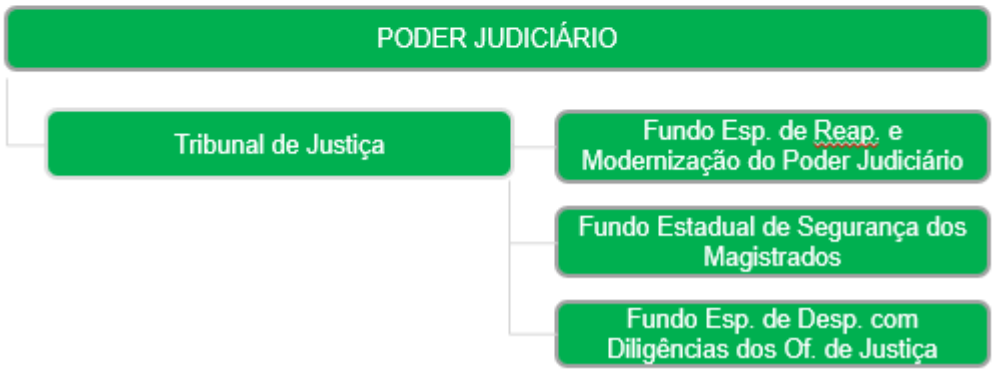
Elaborado a partir das informações do Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR que, contempla os atos e fatos ocorridos no âmbito da Administração Pública Estadual, sempre em observância aos Princípios de Contabilidade e, de forma gradativa, às novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Pública - NBCASP.3.1.2 Contexto Operacional.

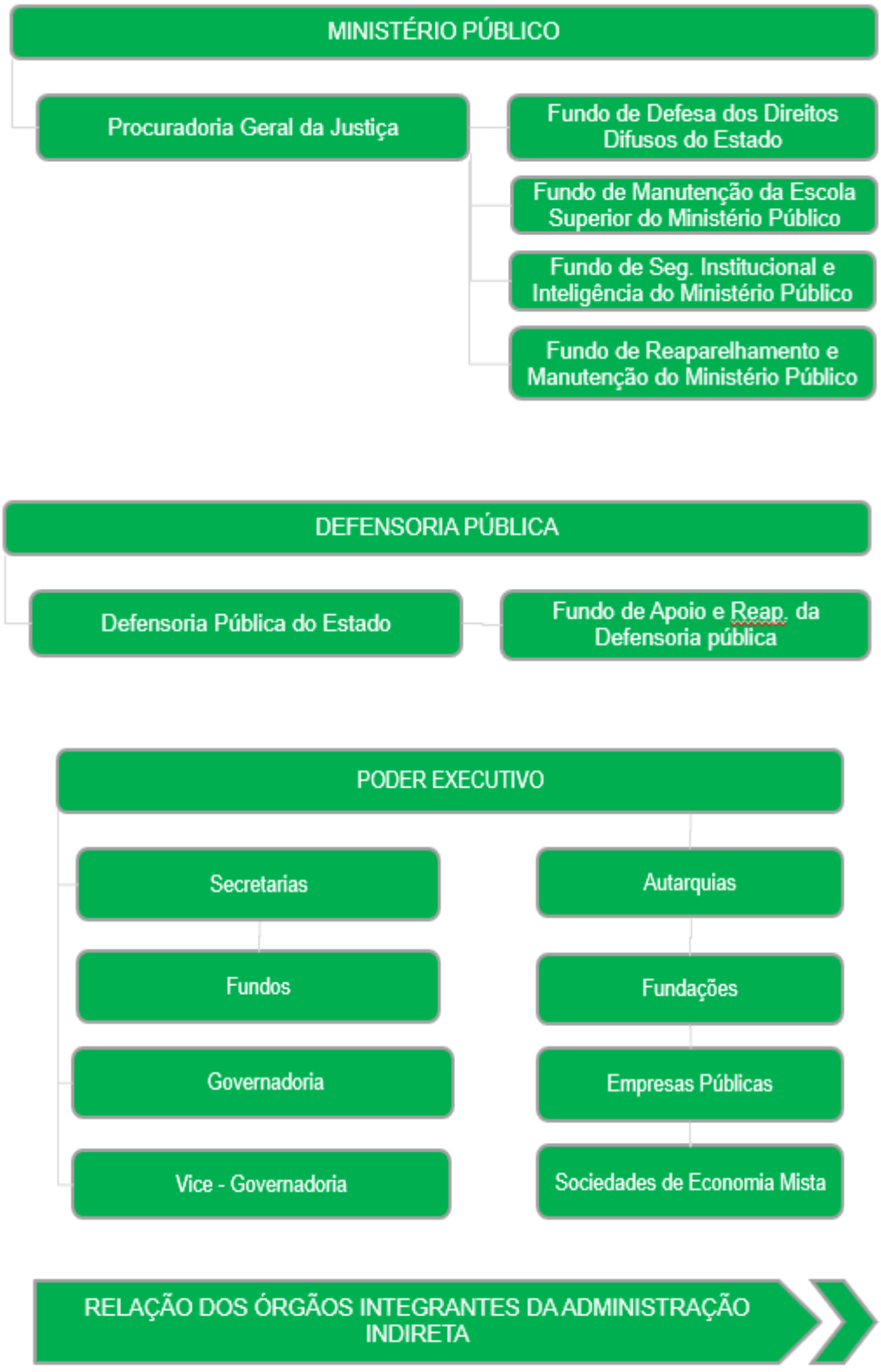
O Estado do Ceará realiza suas funções por meio da Administração Pública composta pelos órgãos que compõem a estrutura dos três Poderes, agentes e entidades (fundos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista) que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

O Estado atua predominante da prestação de serviços públicos, que são financiados com a arrecadação de tributos e contribuições de competência própria ou por intermédio de transferências constitucionais ou legais, bem como a contratação de operações de créditos e as transferências voluntárias.

Para a prestação desses serviços o estado conta com uma estrutura organizacional constitucional e legalmente definida. A organização administrativa está estruturada da seguinte forma:







As entidades ligadas a Administração Indireta estão listadas a seguir:

Autarquias

- Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN
- Superintendência de Obras Públicas – SOP
- Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE
- Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC
- Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE
- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – ADAGRI
- Escola de Saúde Pública – ESP
- Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA
- Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE
- Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE

Fundações

- Fundação de Teleducação do Ceará – FUNTELC
- Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE
- Fundação Universidade Vale do Acaraú – UVA
- Fundação Universidade Regional do Cariri – URCA
- Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME
- Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP
- Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial – NUTEC
- Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará – CEARAPREV

Fundos

- Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP
- Fundo de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - FSPDS
- Fundo de Defesa Civil do Estado do Ceará – FDCC
- Fundo de Modernização e Reaparelhamento da PGE – FUNPECE/PGE
- Fundo Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo – FEFCA
- Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – FEDAF
- Fundo Estadual de Saúde – FUNDES
- Fundo Estadual da Cultura – FEC

- Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude – FUNDEJ
- Fundo Estadual de Saneamento Básico – FESB
- Fundo Financeiro de Previdência – FUNAPREV
- Fundo Financeiro da Previdência Militar – PREVIMILITAR
- Fundo Previdenciário – PREVID
- Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Ceará – FASSEC
- Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente – FECA
- Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS
- Fundo Especial do Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato – FUNDART
- Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas – FCE
- Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE
- Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI
- Fundo de Incentivo à Eficiência Energética – FIEE
- Fundo Estadual do Trabalho – FET
- Fundo de Previdência Parlamentar - FPP
- Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG
- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça - FECDOJ
- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará - FDID
- Fundo de Manutenção da Escola Superior do Ministério Público - FESMP/PGJ
- Fundo de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério Público do Estado do Ceará - FUNSIT/PGJ
- Fundo de Reaparelhamento e Manutenção do Ministério Público do Estado do Ceará – FRMMP

Empresas Públicas Dependentes

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE
- Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – ETICE

Sociedades de Economia Mista Dependentes

- Companhia de Habitação do Ceará – COHAB
- Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODECE

Empresas Controladas Independentes

- Companhia de Água e Esgota do Ceará – CAGECE
- Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS
- Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR
- Companhia de Integração Portuária do Ceará – CEARÁPORTOS
- Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA
- Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODECE
- Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará – COGERH
- Agência do Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A – ADECE

Os fundos públicos vinculados aos Poderes também são considerados administração indireta e consolidados no balanço da Administração Indireta.

No exercício de 2020 foram instituídas a Fundação Regional de Saúde, Lei nº 17.186, 24 de março de 2020 e a Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará, Lei Complementar nº 123, de 16 de setembro de 2013, que não integram o orçamento público e, por especificidades de suas leis de criação, a elas não estão atribuídas código de unidades gestoras.

3.1.2 Gestão da Execução Orçamentária Financeira e Contábil-Patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual

De acordo com o art. 17 da Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, alterada pela Lei nº 16.863, de 3 de junho de 2019, que dispõe sobre o modelo de gestão do poder executivo, compete à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará gerenciar o sistema de execução orçamentária financeira e contábil-patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Estadual e gerenciar e divulgar informações financeiras e contábeis.

Dentro da estrutura organizacional da Secretaria da Fazenda, encontra-se a Secretaria Executiva do Tesouro Estadual e de Metas Fiscais, e nesta, a Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária, Patrimonial e Contábil (COPAC), que gerencia o S2GPR, adequando os seus processos, procedimentos e relatórios às normas e diretrizes da legislação relacionada e dos órgãos de controle, além de garantir a consistência e conformidade dos dados, informações, relatórios e demonstrativos da execução orçamentária, contábil, patrimonial e financeira do Estado do Ceará, estabelecendo normas, processos e procedimentos,

promovendo a transparência pela divulgação tempestiva dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Balanço Geral do Estado à sociedade.

Com o advento do novo Modelo de Gestão do Poder Executivo, fundamentado na Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado - DOE nº 241, de 27 de dezembro de 2018, promovendo a alteração da Estrutura da Administração Estadual, o acompanhamento dos serviços de contadoria dos órgãos da Administração Direta e Indireta ficou a cargo das Células de Estudos e Normas Contábeis - CENOC, de Contabilidade Centralizada dos Órgãos - CEORG e de Contabilidade Geral do Estado - CECOG, vinculadas à Coordenadoria de Gestão da Execução Orçamentária, Patrimonial e Contábil - COPAC, às quais incumbe a coordenação e o acompanhamento das execuções orçamentária e extraorçamentárias, financeira, contábil e patrimonial de 42 órgãos integrantes da Administração Direta, incluindo todos os Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública. Outrossim, participam dessa estrutura organizacional 37 unidades Descentralizadas, sendo 9 vinculadas à Administração Direta, considerando-se os Encargos Gerais do Estado, e 28 à Administração Indireta. Quanto a natureza jurídica dos órgãos da Administração Indireta, há 13 Autarquias, 8 Fundações, 30 Fundos Especiais, 2 Empresas Públicas e 2 Sociedades de Economia Mista. Em atendimento à portaria nº 589/STN, de 27/12/01, as estatais dependentes CODECE, COHAB, ETICE e EMATERCE realizaram suas execuções orçamentárias no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, sem prejuízo da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. As empresas estatais independentes, sete no total, a saber: ADECE, CEGÁS, CEASA, CAGECE, COGERH, CEARÁPORTOS e METROFOR não têm obrigação legal de escriturar suas operações no S2GPR e dispõem de sistema contábil próprio.

Feitas estas considerações, o S2GPR vem cumprindo com as determinações das legislações financeira, orçamentária e fiscal e demonstrando a transparência de seus atos por meio da divulgação periódica de relatórios das execuções da Receita e Despesa Orçamentárias e da Gestão Fiscal abrangendo todos os relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR – foi implantado no exercício de 2012, sendo o Ceará o primeiro Estado a assumir a responsabilidade inerente a este desafio das NBCASP. O Governo do Ceará também foi o primeiro a implantar o incipiente Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) no exercício de 2012 e colocou em prática, de forma parcial, as novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público - NBCASP, dando um passo importante no processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (IPSAS).

No exercício de 2019 o Estado do Ceará implantou o plano de contas estendido, aprovado pela Portaria STN nº 390, de 14 de junho de 2018, dada a exigência de escrituração pelos Regimes Próprios de Previdência Social com base no plano de contas estendido. Outra variável para a opção pelo PCASP estendido, de adoção facultativa, foi a padronização e adequação às exigências da STN, em especial o SICONFI – Sistema de informações Contábeis e Fiscais do Setor Público. Outra grande mudança no sistema contábil do Estado foi a implantação do novo ementário da Receita Orçamentária, de adoção obrigatória. Mudar duas das principais tabelas do sistema contábil – Plano de Contas e Ementário de Receitas, com impacto em rotinas, eventos e relatórios contábeis é sempre um desafio para equipes contábil e de tecnologia da informação.

3.1.3. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas neste Balanço Geral do Estado foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ao novo Plano de contas Aplicado ao Setor Público, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, em conformidade com os princípios da Administração Pública, com as Leis de finanças e orçamento público, com as normas e princípios contábeis, e com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”.

A execução orçamentária do Estado do Ceará apresenta a origem e a destinação dos recursos identificados por fonte, segundo o seu fato gerador e aplicação. As fontes são codificadas individualmente e, gerencialmente, por grupo de fontes como: do Tesouro, de convênios, de operações de crédito etc.

Importante esclarecer que as transações das receitas e das despesas foram realizadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04.05.2001 e alterações posteriores. As despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, ainda, despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de

impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo. Quando da apropriação da obrigação em um órgão ocorre uma despesa intraorçamentárias, que, no momento do recebimento em outro órgão, registra uma receita intraorçamentária.

Os instrumentos legais de orientação para as regras e procedimentos contábeis do exercício de 2020 são a Portaria STN nº 877, Portaria Conjunta STN/SOF nº 6, Portaria Conjunta STN /SPREV nº 6, todas de 18 de dezembro de 2018, que aprovaram o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, e também a Portaria nº 286, de 7 de maio de 2019, alterada pelas portarias nº 641, de 20 de setembro de 2019 e portaria nº 91, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com o MCASP 8ª edição, e pelo qual são elencadas as seguintes demonstrações:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL);
- Notas Explicativas.

O S2GPR gera e emite os relatórios das demonstrações contábeis relativo aos anexos 12, 13, 14 e 15 da Lei nº 4.320/64, que correspondem aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Variações Patrimoniais, respectivamente. Gera também o anexo 1 - Demonstração dos Ingressos e Dispêndios por Categoria Econômica, Anexo 10 - Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados e o Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante da referida Lei e que também compõem a prestação de contas do governo.

Por força da Resolução TCE nº 3.303/2006, os órgãos da Administração Direta apresentam suas prestações de contas anuais de forma individualizada.

3.1.4 Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 estabeleceu prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas nacionais, conforme seu Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP).

No contexto dos estados ficaram definidos os prazos apresentados a seguir:

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo para Implantação (até)	Situação
a) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2020	Parcialmente Implantado
b) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2020	Parcialmente Implantado
c) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2017	Parcialmente Implantado
d) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2015	Implantado
e) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2019	Parcialmente Implantado
f) Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	2019	Parcialmente Implantado
g) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	2019	Parcialmente Implantado
h) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável.	2022	Não Implantado
i) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução a valor recuperável (quando passível de registro, segundo as IPSAS, as NBC TSP e o MCASP).	2022	Não Implantado
j) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2019	Não Implantado

k) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.)	2017	Não Implantado
l) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	2015	Implantado
m) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Parcialmente Implantado
n) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico	Não Implantado
o) Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução a valor recuperável.	2020	Parcialmente Implantado
p) Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico	Não Implantado
q) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução a valor recuperável.	2019	Parcialmente implantado
r) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2021	Parcialmente Implantado
s) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBC TSP e no MCASP	A ser definido em ato normativo específico	Não Implantado

A situação “Parcialmente Implantado” é assim classificada quando nem todos os atos e fatos contábeis são registrados ou o procedimento foi parcialmente implantado.

3.1.5. Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas

A padronização dos registros contábeis das entidades das esferas de governo, envolvendo a Administração Direta e Indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes, foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estendido.

3.1.6 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do país. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

3.1.7 Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada conforme estabelecido no Decreto estadual nº 31.340/2013 e alterações posteriores.
b) no valor do ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa temos, até 2018, o valor dos créditos considerados prescritos. No exercício de 2020 foi constituído o ajuste para perdas de créditos inscritos em dívida ativa, considerados como irrecuperáveis, os créditos inscritos há mais de 15 (quinze) anos, sem anotação de suspensão de exigibilidade ou de garantia, nos termos do art. 8º da Lei nº 17.277, de 10 de setembro de 2020.
c) os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade etc. O valor da obrigação é altamente sensível a mudanças, tendo em vista que essas premissas são revisadas a cada data-base. A nota explicativa BP17 detalha as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial;

3.1.8 Resumo das Principais Práticas Contábeis

3.1.8.1. Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem a conta única e demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

3.1.8.2 Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

3.1.8.3 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor.

3.1.8.4 Investimentos Permanentes

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha controle acionário ou influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis mais recentes (nem sempre definitivas) das empresas públicas e das sociedades de economia mista das controladas. O lapso temporal das demonstrações contábeis das empresas estatais para fins de equivalência patrimonial ocorre pela diferença de data de obrigatoriedade de apresentação das demonstrações ao Governo do Estado e as datas exigidas para fins da contabilidade comercial\societária\fiscal. Essa política, avaliação do investimento com base em demonstrações não definitivas, está sob análise e pode ser revista, pois ocorre de as demonstrações das empresas controladas entregues serem revisadas e haver alterações de valores.

3.1.8.5 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.

3.1.8.6 Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição.

3.1.8.7 Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação, amortização, exaustão de bens do Poder Executivo são feitas conforme a tabela de depreciação estabelecida no Decreto Estadual nº 31.340/2013 e alterações posteriores.

Tratando-se de controle do patrimônio do Estado, a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, órgão responsável pela gestão patrimonial do Estado, utiliza o Sistema de Gestão de Bens Imóveis - SGBI, que tem a finalidade de efetuar o controle corporativo de todos os bens imóveis de uso do Estado, de sua propriedade ou locados, o SGBM - Sistema de Gestão de Bens Móveis e o Sistema de Gestão da Frota - SIGEF.

3.1.8.8 Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações do Estado são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

3.1.8.9 Depósitos Judiciais

Os valores de depósitos judiciais de terceiros utilizados e contabilizados como receita orçamentária provenientes da Lei nº 15.878/2015 estão contabilizados como dívida no passivo do estado e são atualizados monetariamente pelo índice de poupança. Já os depósitos judiciais utilizados nos quais o estado é parte, Emenda Constitucional nº 94/2016 e Emenda Constitucional nº 99/2017, estão registrados em contas de controle e são atualizados pelo mesmo índice.

3.1.8.10 Sequestro Judiciais

Os sequestros judiciais enquanto não devolvidos pela justiça ou regularizados orçamentariamente (empenho, liquidação e pagamento escritural) são registrados em contas patrimoniais de despesa a apropriar.

3.1.8.11 Bloqueios Judiciais

Os bloqueios judiciais são registrados em contas de controle até a liberação do recurso pela justiça ou efetivação do sequestro judicial, momento em que efetivamente o recurso é transferido para a conta judicial determinada e deve haver a regularização orçamentária da saída. No bloqueio judicial o recurso permanece na conta, podendo ou não ser apresentado no extrato bancário, conforme procedimento do banco detentor da conta.

3.1.8.12 Custos dos Empréstimos

Os custos dos empréstimos foram reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos tenham sido aplicados, ou seja, os custos dos empréstimos não foram capitalizados.

3.1.8.13 Restos a Pagar

As inscrições de restos a pagar processados e não processados são válidas por dois anos, sendo canceladas automaticamente após esse período. Assim, os restos a pagar provenientes do exercício de 2018 foram cancelados ao final deste exercício, conforme a Lei nº 11.714, de 25 de julho de 1990.

3.1.8.14 Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O crédito orçamentário referente às retenções é considerado pago no momento da liquidação, ou seja, considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi quitada, restando uma obrigação para com terceiros. Importante destacar que neste momento ainda não houve desembolso financeiro.

3.1.8.15 Registro da Receita Orçamentária

No exercício de 2019 o estado do Ceará implantou o novo ementário da receita orçamentária, incluindo um desdobramento adicional para atender suas necessidades de detalhamento e flexibilidade para criação de naturezas de receitas específicas. A receita

orçamentária é registrada no momento da arrecadação do recurso de forma centralizada no Tesouro Estadual, à exceção de recursos que por disposição legal ou contratual devem ser registrados em Secretarias específicas, tais como recursos do FUNDEB, FNDE, Compensação Ambiental, recursos de convênios etc. As autarquias, fundações, fundos e empresas públicas que têm arrecadação própria dispõem de contas bancárias específicas.

3.1.8.16 Liberação de Recursos de Fonte Tesouro

Os recursos de Fonte Tesouro, centralizados na Conta do Única do Tesouro Estadual, são liberados de forma automática somente no momento do pagamento. Os recursos transitam por uma conta bancária intermediária chamada conta gestão de onde são destinados ao credor beneficiário.

3.1.8.17 Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

3.1.8.18 Liquidação de Despesas de Exercícios Anteriores

Na liquidação de despesas de exercícios anteriores, o reconhecimento da obrigação a pagar é feita contra a conta de ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido.

3.1.8.19 Desvinculação das Receitas Estaduais (DRE)

No exercício de 2019 foi implementada a Desvinculação de Receitas dos Estados - DRE, autorizada pelo Emenda Constitucional nº 93/2016 e regulamentada pela Lei nº 16.721, de 21/12/2018. Pela sistemática utilizada, deduzem-se as receitas nas unidades gestoras arrecadadoras e a receita orçamentária é lançada no Tesouro Estadual.

3.1.8.20 Incentivos Fiscais - Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI

Os incentivos fiscais do Estado do Ceará são evidenciados, conforme programa do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, registrando os créditos a receber de Curto Prazo no Ativo Circulante e os de Longo Prazo no ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial,

com as devidas deduções dos prováveis valores de fundo perdido, conforme as normas legais e contratuais inerentes ao FDI.

Com relação ao Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos – PROADE, foram contabilizados nos grupos do Ativo Circulante e Não Circulante da Unidade Gestora 190001 (Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará) os benefícios concedidos às sociedades empresárias enquadradas no Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos - PROADE.

Junto com os anexos dos órgãos da Administração Indireta está a relação das empresas beneficiadas pelos programas PROAPI, PROVIN e PROADE, com seus respectivos CNPJ e valores concedidos, conforme recomendação TCE nº 53 das contas de Governo do exercício de 2016, a qual determina que a Secretaria da Fazenda proceda ao detalhamento em Notas Explicativas, referente ao Balanço Patrimonial, as Contas Créditos a Receber e a Conta Concessão de Empréstimos e Financiamentos das empresas beneficiadas pelo PROAPI, PROVIN e PROADE, onde se deve destacar o nome de cada empresa, CNPJ e o respectivo valor.

3.1.8.21 Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

I. Resultado Patrimonial - A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

II. Resultado Orçamentário - O regime orçamentário segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

III. Resultado Financeiro - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Estado.

3.1.8.22 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Na geração das demonstrações contábeis consolidadas não são excluídas as operações intraorçamentárias.

3.1.8.23 Providências Referentes às Recomendações do TCE Constantes do Parecer Prévio das Contas do Governo do Exercício de 2019

Anualmente, o Governador do Estado encaminha a prestação de contas de governo ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), em cumprimento ao estabelecido no art. 76, inciso I, da Constituição Estadual de 1989, e no art. 42 da Lei Estadual nº 12.509/1997. Em 2020, o TCE/CE elaborou o Relatório Técnico da análise das contas do Governo do Estado Ceará de 2019, sob a ótica das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, e expediu 51 (cinquenta e uma) recomendações e um alerta a serem observadas pelo Poder Executivo.

Para tratamento das recomendações expedidas pelo Egrégio Tribunal na análise das contas de governo, foi instituída, por meio da Portaria nº 01/2017, publicada em 18 de agosto de 2017, a Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades das Contas de Governo - PASF Contas de Governo, composta por representantes da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e coordenada pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), na condição de órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, nos termos do art. 6º do Decreto nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a Auditoria Preventiva com Foco em Riscos.

A Comissão do PASF Contas de Governo realizou o processo de consolidação das informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela definição de ações a serem adotadas em função das recomendações emitidas pelo TCE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2019.

Considerando a existência de mais de uma recomendação tratando de uma mesma causa particular e ainda de diversas recomendações tratando de matéria similar, optou-se, para efeito de melhor organização e desenvolvimento do raciocínio lógico, por desenvolver as manifestações agregadas por assunto, tendo o cuidado de dar tratamento a todas as questões suscitadas pelo TCE.

3.1.9 Nota explicativa específica ao Contrato de Financiamento nº 13.2.0967.1 com o BNDES: “Operação BNDES Estados”

Em 28/11/2013, com base na Lei Estadual nº 15.325, de 02 de abril 2013, alterada pela Lei Estadual nº 15.382, de 25 de julho de 2013 e demais autorizações exigidas na legislação, o Estado do Ceará formalizou com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES, o Contrato de Financiamento Nº 13.2.0967.1, no valor de R$713.416.700,00 (setecentos e treze milhões, quatrocentos e dezesseis mil e setecentos reais) com o objetivo de apoiar um "Plano de Investimentos do Estado do Ceará" constantes nos Planos Plurianuais desde 2012-2015, no âmbito da Linha BNDES Estados. Inicialmente previsto para encerrar em 28/11/2015, obteve da Diretoria do Banco, sucessivas autorizações de prorrogação de prazo de utilização dos recursos, o qual findará em 30/06/2021.

O supracitado Plano é composto, até o momento, por 22 (vinte e dois) Projetos de Investimentos, que foram submetidos à apreciação técnico-jurídica do BNDES e os seus recursos foram desembolsados conforme as suas execuções. À época da contratação, ainda era possível o reembolso de investimentos realizados antes da assinatura do contrato e alguns dos Projetos receberam, tanto recursos de períodos anteriores à contratação, como durante a execução, já na vigência contratual, nos quais os reembolsos foram uma prática comum.

Os reembolsos foram feitos mediante a comprovação dos investimentos, bem como o atendimento das regularidades licitatória, fundiária e ambiental, conforme a natureza do objeto financiado. Além disso, após a conclusão da execução física dos projetos, o BNDES fazia o último desembolso a título de ressarcimento, após a constatação de sua conclusão.

Sob o ponto de vista do Reembolso, uma vez que não é possível a sua visualização nos demonstrativos contábeis e registros dos sistemas de execução da despesa pública (a fim de evitar dupla execução orçamentária), o quadro a seguir demonstra a quais investimentos, conforme o Plano Plurianual e os Programas de Governo esses ressarcimentos correspondem.

Quadro 2 - Volume de Recursos Reembolsados - por PPA da Execução do Investimento - Programa - Projeto e Fonte

(R$ milhares)

PPA	Programa	Projeto	Total	
			R$mil	%
2012-2015	003 – Transporte e Logistica do Estado do Ceará	VLT - Linha Norte VLT's Tuneladoras	53.809	21,80%
	068 - Educação Superior	FATEC de Iguatu	11.394	4,60%
	039 – Transferência Hídrica	Trecho V do Eixão das Águas	17.856	7,20%

	040 – Acumulação Hídrica	Barragem Mamoeiro e Adutora de Antonina do Norte	16.765	6,80%
	077 – Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária	Unidade CPPL V - Itaitinga	5.429	2,20%
		Unidade Regime Semiaberto		
	093 Infraestrutura Esportiva e de Lazer	Centro de Formação Olímpica	18.501	7,50%
	075 - Construção e Desenvolvimento do Destino Turístico "CEARÁ"	Terminal de passageiros de Jeri	466	0,20%
	037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	Equipamentos para HRSC	93.062	37,70%
		Construção do HRSC		
		Construção do HRN		
	006 - Memória Cultural	Reforma e Restauro do Cine São Luiz	12.336	5,00%
	Subtotais		229.618	92,90%
2016-2019	500 - Gestão e Manutenção da Sefaz e Vinculada	Solução de Módulos Fiscais	909	0,40%
	010 - Infraestrutura e Logística	Rodovia CE-356	5.012	2,00%
		Terminal de Passageiros de Jeri		
	071 - Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior	FATEC de Iguatu	275	0,10%
	004 – Infraestrutura e Gestão do Sistema Penitenciário	Unidade CPPL V - Itaitinga	975	0,40%
	057 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	Construção do HRSC	1.470	0,60%
	016 - Oferta Hídrica para múltiplos usos	Máquinas Perfuratrizes - 1º Lote	8.905	3,60%
		Máquinas Perfuratrizes - 2º Lote		
	Subtotais		17.546	7,10%
	Totais		**247.165**	**100,00%**

Fonte: UGP BNDES ESTADOS/SEPLAG.

Nota: Os dados constantes nesta nota explicativa foram coletados, consolidados e organizados pela Unidade de Gerenciamento de Projetos constituída na Secretaria do Planejamento e Gestão/SEPLAG por meio da Portaria nº 479/2015, do dia 21 de julho de 2015 e publicada no Diário Oficial do Estado o dia 30 de julho de 2015. Os dados foram coletados em documentações encaminhadas pelos Órgãos Executores dos Projetos e em consultas aos sistemas corporativos do Governo do Estado.

O quadro evidencia que do total reembolsado – cerca de R$ 247.165 mil (duzentos e quarenta e sete milhões, cento e sessenta e cinco mil reais) – 92,9% (noventa e dois inteiros e noventa centésimos por cento) dos recursos correspondem a 14 (quatorze) Projetos de 09 (nove) Programas do PPA 2012-2015 e 7,1% (sete inteiros e dez centésimos por cento) correspondem a 08 (oito) Projetos de 06 (seis) Programas do PPA 2016-2019.

3.2 Balanços Consolidados

3.2.1. Balanço Orçamentário Consolidado

Conforme a Lei 4.320/64, o Balanço Orçamentário consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas.

Dessa forma esse demonstrativo apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, detalhando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é composto por:

a. Demonstrativo Principal;
b. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
c. Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados.

A seguir evidencia-se cada um desses demonstrativos.

Tabela 68 - Demonstrativo do Balanço Orçamentário Consolidado

(R$ milhares)

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d=(c-b)
Receitas Correntes (I)		27.635.610	29.329.400	28.331.548	-997.852
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		15.194.273	15.199.763	14.232.681	-967.082
Receita de Contribuições		2.266.745	2.321.745	2.294.006	-27.739
Receita Patrimonial		400.869	399.311	299.742	-99.569
Receita Agropecuária		0	0	1	1
Receita de Serviços		291.059	293.569	257.861	-35.708
Transferências Correntes		8.772.547	10.404.895	10.313.601	-91.294
Outras Receitas Correntes		710.117	710.117	933.656	223.539
Receitas de Capital (II)		2.257.062	2.647.867	1.673.402	-974.465
Operações de Crédito		1.543.113	1.934.287	1.464.765	-469.522
Alienação de Bens		0	0	1.129	1.129
Amortização de Empréstimos		0	0	202	202
Transferências de Capital		713.949	713.580	204.770	-508.810
Outras Receitas de Capital		0	0	2.536	2.536
Subtotal das Receitas (III)=(I)+(II)	BO01	29.892.672	31.977.267	30.004.950	-1.972.317
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)		0	0	0	0
Operações de Crédito Internas		0	0	0	0
Mobiliária		0	0	0	0
Contratual		0	0	0	0
Operações de Crédito Externas		0	0	0	0
Mobiliária		0	0	0	0
Contratual		0	0	0	0
Subtotal com Refinanciamento (V)=(III+IV)	BO06	29.892.672	31.977.267	30.004.950	-1.972.317
Déficit (VI)		0	1.471.030	0	-1.471.030
Total (VII)=(V+VI)		29.892.672	33.448.297	30.004.950	-3.443.347
Saldo de Exercícios Anteriores			3.902.661	1.463.284	-2.439.377
(Utilizados Para Créditos Adicionais)		0	3.902.661	1.463.284	0
Superávit Financeiro		0	3.902.661	1.463.284	0
Reabertura de Crédito Adicionais		0	0	0	0

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inic. (e)	Dotação Atual. (d)	Desp. Empenhadas (g)	Desp. Liquidadas (h)	Desp. Pagas (i)	Sdo Dotação J=(f-g)
Despesas Correntes (VIII)	BO02	25.749.736	27.537.759	24.780.123	24.278.009	24.076.228	2.757.636
Pessoal e Encargos Sociais		14.055.960	14.585.809	13.254.217	13.250.987	13.142.364	1.331.592
Juros e Encargos da Dívida		696.582	705.158	434.543	434.543	434.543	270.615
Outras Despesas Correntes		10.997.194	12.246.792	11.091.363	10.592.479	10.499.321	1.155.429
Despesas de Capital (IX)		3.816.900	5.637.543	3.754.747	3.079.030	3.067.283	1.882.796
Investimentos		2.614.819	3.609.951	2.495.374	1.820.673	1.808.926	1.114.577
Inversões Financeiras		177.383	227.666	223.839	222.822	222.822	3.827
Amortização da Dívida		1.024.698	1.799.926	1.035.534	1.035.535	1.035.535	764.392
Reserva de Contingência (X)		326.037	272.994	0	0	0	272.994
Reserva de Contingência		326.037	272.994	0	0	0	272.994

Subtotal das Despesas (XI)=(VIII+IX+X)		29.892.673	33.448.296	28.534.870	27.357.039	27.143.511	4.913.426
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)		0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida Interna		0	0	0	0	0	0
Mobiliária		0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas		0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida Externa		0	0	0	0	0	0
Mobiliária		0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas		0	0	0	0	0	0
Subtotal com Refinanciamento (XIII)= (XI+XII)		29.892.673	33.448.296	28.534.870	27.357.039	27.143.511	4.913.426
Superávit (XIV)	BO03	0	0	1.470.080	0	0	-1.470.080
Total (XV)=(VIII+XIV)		29.892.673	33.448.296	30.004.950	27.357.039	27.143.511	3.443.346
Reserva do RPPS		267.317	264.417				

Fonte: SEFAZ/CECOG

No Balanço Orçamentário Consolidado, da confrontação entre a Receita Arrecadada (líquida) e a Despesa Realizada (empenhada), no exercício de 2020, verifica-se um superávit orçamentário de R$ 1.470.080.309,84. As receitas realizadas (líquidas) foram superiores às despesas empenhadas em 5,15%.

Tabela 69 - Demonstrativo do Quociente da Execução Orçamentária

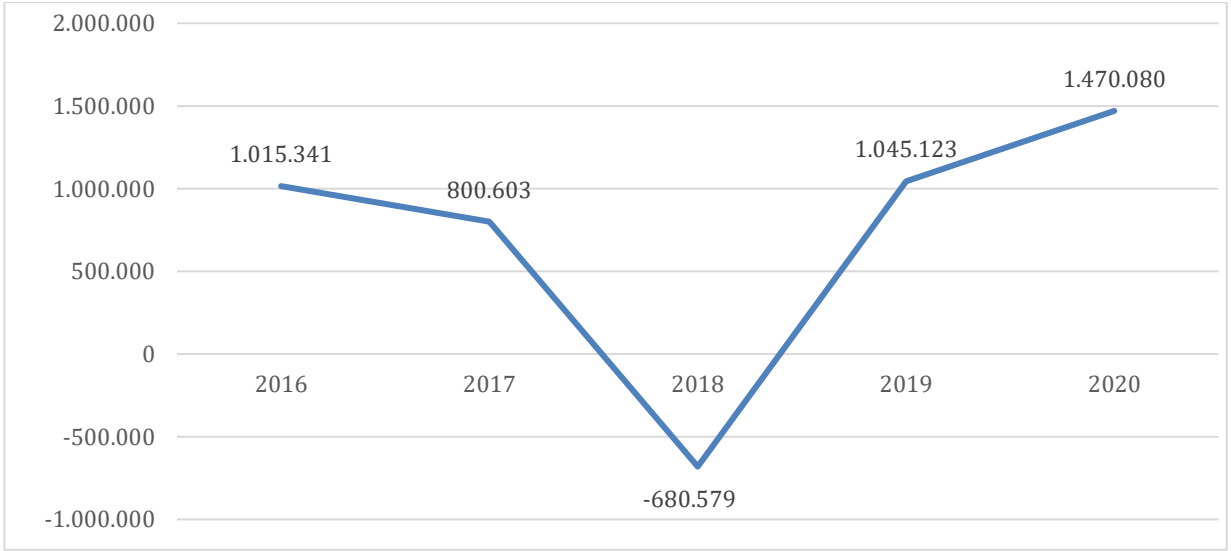
(R$ milhares)

Especificação	2020	%	2019	%
Receita Orçamentária	30.004.951	5,15	28.807.727	3,76
Despesa Orçamentária	28.534.870		27.762.603	

Fonte: SEFAZ/CECOG

Gráfico 17 - Trajetória do Resultado Orçamentário Consolidado - 2016 a 2020

(R$ milhares)



Fonte: SEFAZ/CECOG

Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

No demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados - Anexo 1 - evidencia-se os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (liquidação, pagamento e cancelamento). As duas tabelas seguintes demonstram a execução dos restos a pagar provenientes dos exercícios de 2018 e 2019 no exercício de 2020.

Tabela 70 - Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar não Processados - Anexo 1 - Consolidado

(R$ milhares)

Restos a Pagar Não Processados-Anexo 1	BO05	Em Exerc. Ant. (a)	Em 31/12 do Exerc. Ant. (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
Despesas Correntes		29.859	472.984	422.868	422.833	36.410	43.600
- Pessoal e Encargos Sociais		1	1.225	1.102	1.102	67	57
- Outras Despesas Correntes		29.858	471.759	421.766	421.731	36.343	43.543
Despesas de Capital		25.307	380.642	281.580	281.451	94.945	29.553
- Investimentos		25.307	380.535	281.473	281.451	94.945	29.446
-Inversões Financeiras		0	107	107	0	0	107
Total		**55.166**	**853.626**	**704.448**	**704.284**	**131.355**	**73.153**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Por sua vez, no demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados - Anexo 2 - evidencia-se os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução (pagamento e cancelamento).

Tabela 71 - Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados - Anexo 2 - Consolidado

(R$ milhares)

Restos a Pagar Processados-Anexo 2	BO	Em Exerc. Ant. (a)	Em 31/12 do Exerc. Ant. (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
Despesas Correntes		1.897	245.364	241.398	1.459	4.404
- Pessoal e Encargos Sociais		507	102.056	102.323	159	82
- Outras Despesas Correntes		1.390	143.308	139.075	1.300	4.323
Despesas de Capital		1.005	39.361	38.208	519	1.639
- Investimentos		1.005	39.361	38.208	519	1.639
-Inversões Financeiras		0	1	1	0	0
Total		**2.902**	**284.725**	**279.606**	**1.978**	**6.043**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Importante ressaltar que por conta da Lei Estadual nº 11.714, de 25 de julho de 1990, as inscrições de restos a pagar processados e não processados são válidas por dois anos, sendo canceladas automaticamente após esse período.

No total da Receita e Despesa Orçamentária constam as Receitas e Despesas Intraorçamentárias. A tabela abaixo demonstra o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, evidenciando-se por categoria econômica e confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a sua realização.

Tabela 72 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias Consolidadas

(R$ milhares)

Receitas Intraorçamentária	N. E	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receita Realizada (b)	Saldo (c)=(b-a)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	BO04	22.006	22.006	22	-22.028
Taxas		22.006	22.006	22	-22.028
Contribuições		1.420.584	1.420.584	1.328.278	-2.748.862
Contribuições Sociais		1.420.584	1.420.584	1.328.278	-2.748.862
Receita Patrimonial		400	400	0	-400
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		400	400	0	-400
Receita de Serviços		56.552	56.552	37.816	-94.367
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		56.552	56.552	37.816	-94.367
Outras Receitas Correntes		14.641	14.641	212.585	-227.226
Demais Receitas Correntes		12.015	12.015	209.022	-221.037
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		2.627	2.627	3.563	-6.190
Total (j)		1.514.183	1.514.183	1.578.700	-3.092.883
Déficit m=(jb) - (fl)				-41.649	

Despesas Orçamentárias	Dotaç.Inicial (d)	Dotaç.Atualizada (e)	Desp.Empenhadas (f)	Desp. Liquidadas (g)	Desp.Pagas (h)	Sdo da Dotação i=(e-f)
Despesas Correntes	1.512.189	1.683.043	1.608.058	1.604.629	1.512.730	74.985
Pessoal e Encargos Sociais	1.426.223	1.386.561	1.337.959	1.336.857	1.244.997	48.601
Outras Despesas Correntes	85.966	296.482	270.098	267.773	267.733	26.384
Despesas de Capital	1.994	14.028	12.292	11.512	11.512	1.736
Investimentos	1.994	14.028	12.292	11.512	11.512	1.735
Total (I)	**1.514.183**	**1.697.071**	**1.620.350**	**1.616.141**	**1.524.242**	**76.721**

Fonte: SEFAZ/CECOG

A diferença entre as receitas intraorçamentárias realizadas e as despesas intraorçamentárias pagas está evidenciada em nota explicativa BO04. Tratando-se de receitas e despesas intraorçamentárias, observa-se que a realização da receita (R$ 1.578.700.187,63,

valor líquido) excedeu a previsão atualizada (R$ 1.514.183.139,00) em R$ 64.687.490,48. Outrossim, constata-se que a dotação atualizada (R$ 1.697.070.470,69) foi superior a despesa empenhada (R$ 1.620.349.858,71) no valor de R$ 76.720.611,98. Do cotejamento entre a receita realizada e a despesa empenhada resultou um déficit orçamentário de R$ 41.649.671,08. Importante esclarecer que a maior parte das receitas intraorçamentárias é realizada nos órgãos da Administração Indireta.

As diferenças entre receitas e despesas orçamentárias ocorrem por pagamentos de restos a pagar, retenções em liquidações de despesas intraorçamentárias ou em razão de classificação inadequada da receita ou despesa.

3.2.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário Consolidado

BO01 - Composição da Receita Prevista e Realizada

Embora a receita e despesa orçamentária tenham sido detalhadas nos capítulos I e II, exporemos a composição desses valores sob o ponto de vista contábil. A composição contábil das receitas previstas e realizadas estão demonstradas nas tabelas duas tabelas seguintes.

Tabela 73 - Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada

(R$ milhares)

Conta	Valor
5.2.1.1.1. - Previsão Inicial da Receita Bruta	33.536.225
5.2.1.1.2. - Deduções da Previsão Inicial	3.643.552
(+) 5.2.1.2.1. - Previsão Adicional da Receita	2.662.923
(-) 5.2.1.2.9. - Anulação da Previsão da Receita	578.329
(=) Previsão Atualizada	**31.977.267**

Fonte: SEFAZ/CEORG

O valor da dedução da previsão inicial da receita se refere a previsão de valores a serem deduzidos e repassados ao FUNDEB.

O valor das receitas realizadas também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária). A 0 abaixo apresenta a composição da Receita Orçamentária Realizada no Exercício de 2020.

Tabela 74 - Demonstrativo da Composição da Receita Realizada

(R$ milhares)

Conta	Valor
6.2.1.2 - Receita Realizada	33.613.189
6.2.1.3 - Deduções da Receita Orçamentária	3.608.238
6.2.1.3.1.01 - (-) FUNDEB	3.371.340
6.2.1.3. 9.01 - (-) Restituições de Receita Orçamentária	27.577
6.2.1.3. 9.02 - (-) Dedução de Receita por Apropriação da DRE	209.321
(=) Receita Líquida Realizada constante no Balanço Orçamentário	**30.004.951**

Fonte: SEFAZ/CECOG

No exercício de 2019 foi implementada a Desvinculação de Receitas dos Estados - DRE, autorizada pelo EC 93/2016 e regulamentada pela lei nº 16.721, de 21/12/2018. Pela sistemática utilizada, deduz-se a receita nas unidades gestoras arrecadadoras e a receita orçamentária é lançada no Tesouro Estadual.

BO02 - Composição Contábil da Dotação Atualizada e Despesa Fixada e Executada por Tipo de Crédito

A Dotação Inicial é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por Tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada para o exercício de 2020:

Tabela 75 - Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada – Consolidada

(R$ milhares)

Conta	Valor
5.2.2.1.1. - Dotação Inicial	29.892.673,30
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	10.651.633,96
(-) 5.2.2.1.9. - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	7.096.010,70
(=) Dotação Atualizada	**33.448.296,55**

Fonte: SEFAZ/CECOG

A Despesa Empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar) e 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04

(Crédito Empenhado Pago). Na tabela que segue, evidencia-se a fixação e execução da despesa por tipo de crédito.

Tabela 76 - Demonstrativo da Fixação e Execução da Despesa por Tipo de Crédito – Consolidada

(R$ milhares)

Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	29.892.673	32.927.485	28.059.703	26.947.602	26.734.812
Especial	0	520.811	475.168	409.437	408.699
Extraordinário	0	0	0	0	0
Total geral	**29.892.673**	**33.448.297**	**28.534.870**	**27.357.040**	**27.143.511**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Na tabela acima não estão incluídos valores de orçamento de investimentos das empresas estatais independentes que foi fixado na LOA em R$ R$ 384.433.545,00.

BO03 - Utilização do Superávit Financeiro do Exercício de 2019 para Abertura de Créditos Adicionais

No exercício de 2019 foi apurado um superávit orçamentário de R$ 1.045.123.127,03, da confrontação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Empenhada. Parte da despesa empenhada em 2020, R$ 1.463.284.425,66, foi autorizada mediante utilização de superávit financeiro obtidos em exercícios anteriores.

BO04 - Receitas e Despesas Decorrentes de Operações Intraorçamentárias

Em 2020, foi verificada diferença entre o total das Receitas e Despesas Intraorçamentárias de R$ -54.458.002,72, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 77 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Intraorçamentárias – Consolidadas

(R$ milhares)

Valores Intraorçamentários em 31/12/2020	Valor
Receitas Intraorçamentárias (Valores Líquidos Arrecadados no Exercício)	1.578.700
Despesas Intraorçamentárias (Valores pagos no Exercício)	1.524.242
Diferença	**54.458**

Fonte: SEFAZ/CEORG

A metodologia estabelecida pela legislação de Contabilidade Aplicada ao Setor Público para o registro das receitas e despesas Intraorçamentárias não permite a compatibilização de seus valores dentro do exercício financeiro, devido a diversas concepções e diferenças operacionais para registro dessas receitas e despesas. Esse contexto enseja a necessidade de

edição de nota explicativa em cada exercício financeiro de referência para composição das diferenças.

É mister mencionar que a legislação de direito financeiro estabelece, para o setor público, que os regimes contábeis da receita e despesa orçamentária são distintos (Lei 4.320/64, art. 35). Conforme a norma, o reconhecimento da despesa intraorçamentária se dá pelo empenho, enquanto a arrecadação e o recebimento efetivo desses valores ocorrem em outro momento, posterior ao empenhamento das despesas. Se a compatibilização das receitas e despesas intraorçamentárias ocorresse com base nas despesas empenhadas, a diferença seria ainda maior. A título de informação, o Estado do Ceará empenhou despesas intraorçamentárias, em 2020, no montante de R$ 1.620.349.858,71.

Comparando a despesa empenhada e paga, já partiríamos com uma diferença de R$ 41.649.671,08. Isso justifica a decisão de compatibilizar a receita intraorçamentária arrecadada com a despesa paga, já que o momento de ocorrência desses fatos tende a ser mais aproximado.

Entretanto, mesmo comparando receitas e despesas intraorçamentárias quando da ocorrência dos fluxos financeiros (arrecadação e pagamento), não há como compatibilizar totalmente os valores dentro do exercício, uma vez que as operações que registram a receita e despesa intraorçamentária ocorrem envolvendo Unidades Gestoras e momentos distintos. A seguir, apresentam-se a receita e despesa intraorçamentárias ajustada, considerando-se as situações que ensejaram tal diferença:

Tabela 78 - Demonstrativo da Composição das Diferenças entre a Receita e a Despesa Intraorçamentárias Consolidadas (Modalidade 91)

(R$ milhares)

Especificação	Receita	Despesa	Diferença
Pagamentos Orçamentários do Exercício na Modalidade 91	1.578.700	1.524.242	54.458
Ajuste de Receita - Administração Direta e Indireta	-16.515	0	-16.515
Valor Realizada a Credor não integrante do mesmo OFSS	0	0	0
Pagamentos Extraorçamentários do Exercício na Modalidade 91	-92.401	0	-92.401
Total Geral	**1.469.784**	**1.524.242**	**-54.458**

Fonte: SEFAZ/CEORG

Nota 01 - Esta tabela evidencia a receita e a despesa intraorçamentárias pelos valores totais de arrecadação e pagamentos realizados no exercício 2020;

Nota 02 - Na composição da diferença entre a receita intra e a correspondente despesa foi considerado também o montante realizado extraorçamentário, cujo pagamento, no montante de R$ 92.401.198,41, se deu no exercício de 2020, o que enseja sua contabilização como receita intraorçamentária;

BO05 - Tratamento dado aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Demonstrativo Consolidado

Em virtude da sistemática adotada pelo estado do Ceará para tratamento dos Restos a Pagar não Processados que foram liquidados em exercícios anteriores, não houve a transferência dos Restos a Pagar não Processados liquidados em 2019 para o saldo inicial dos Restos a Pagar Processados em 2020. Portanto, o saldo inicial dos Restos a Pagar não Processados Liquidados em exercícios anteriores compõe o Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados, conforme cálculo é evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 79 - Demonstrativo do Cálculo do Saldo Inicial dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores – Consolidado

(R$ milhares)

Conta Contábil/Saldo Inicial	Valor
6.3.1.1.2-RP Não Processados a Liquidar - 2º Exercício	54.816
(+) 6.3.1.3.2-RP Não Processados a Liquidados a Pagar - 2º Exercício	350
Total dos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores	55.166
Valor Constante no Saldo Inicial de Exercícios Anteriores Dos RPNP-Anexo I	55.166

Fonte: SEFAZ/CEORG

BO06 - Comparativo entre o Anexo 1 - Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas e o Anexo 10 - Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados e o Balanço Orçamentário

Os grupos de receitas orçamentárias na Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas estão apresentadas por seus valores brutos e o total de deduções apresentadas em separado, totalizados por categoria econômica - sem referência ao grupo restituído. No Balanço Orçamentário e no Anexo 10 – Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados, a receita orçamentária arrecadada por grupo está apresentada pelos valores líquidos - já descontados os valores restituídos.

Por conta disso, é possível que a receita por grupo na Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas apresente valores diferentes quando comparados com a receita por grupo no Balanço Orçamentário e no Anexo 10 – Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados - que apresentam valores líquidos. A Receita Orçamentária Realizada Total e por Categoria Econômica apresentam os mesmos valores nos três demonstrativos.

3.2.2 Balanço Financeiro Consolidado

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra as receitas e a despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial.

O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior. Observa-se, portanto, que o Estado apresentou um superávit financeiro de R$ 2.080.277.311,18 no exercício de 2020.

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

(a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);

(b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);

(c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;

(d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e

(e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

O Balanço Financeiro de 2020 evidenciou que os ingressos orçamentários totalizaram R$ 30.004.950.700,83 e os dispêndios orçamentários somaram a quantia de R$ 28.534.870.390,99, o que representa um superávit no valor de R$ 1.470.080.309,84.

As transferências financeiras recebidas e concedidas totalizaram o montante de R$ 22.383.786.175,96. Os ingressos extraorçamentários aumentaram, no exercício de 2020,

totalizando a quantia de R$ 16.756.543.031,93. No mesmo período, dispêndios extraorçamentários totalizaram a quantia de R$ 16.146.346.030,59.

O saldo de disponibilidade evidenciado para o exercício seguinte é de R$ 8.165.792.227,85, o que representa um valor de R$ 2.080.277.311,18 superior ao saldo final de disponibilidade do exercício de 2019.

Tabela 80 – Demonstrativo Resumido do Balanço Financeiro Consolidado

(R$ milhares)

Balanço Financeiro	NE	Exercícios	
		2020	2019
Receita Orçamentária	BF01	30.004.951	28.807.727
Ordinária		21.886.001	21.098.767
Vinculada		8.118.949	7.708.959
Transferências Financeiras Recebidas	BF01	22.383.786	22.018.732
Recebimentos Extraorçamentários	BF02	16.756.543	15.201.378
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	BF03	6.085.515	5.070.942
Total		75.230.795	71.098.778
Dispêndios			
Despesa Orçamentária	BF01	28.534.870	27.762.603
Ordinária		20.472.854	20.879.843
Vinculada		8.062.017	6.882.761
Transferências Financeiras Concedidas	BF01	22.383.786	22.018.732
Pagamentos Extraorçamentários	BF02	16.146.346	15.231.928
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	BF03	8.165.792	6.085.515
Total		**75.230.795**	**71.098.778**

Fonte: SEFAZ/CECOG

3.2.2.1 Notas Explicativas do Balanço Financeiro Consolidado

BF01 - Critérios utilizados na elaboração do Balanço Financeiro

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada - 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária).

As despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado, e esse valor é obtido pelo saldo da conta 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado). O grupo de Transferências Financeiras recebidas (4.5.1) e concedidas (3.5.1) refletem as

movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará.

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

Ainda no grupo de Pagamentos Extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos, cauções, consignações), bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, representa o saldo inicial e final das contas de caixa e equivalente de caixa (1.1.1) e de ativo financeiro (1.1.3.8.1.06.01, 1.1.3.8.2.50, 1.1.3.8.2.51, 1.1.3.8.2.52, 1.1.3.8.2.54, 1.1.3.8.2.55, e 1.1.3.8.3.28.01).

BF02 - Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

A tabela abaixo evidencia a composição do grupo dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

Tabela 81 - Demonstrativo do Cálculo dos Recebimentos de Outros Valores Restituíveis - Consolidado

(R$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.02	Garantias	234
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	320.854
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	199.646
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	8.750.453
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	6.523
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	12
2.1.8.8.1.11	Restituições de Receitas a Pagar	16.629
2.1.8.8.1.52	Pagamentos em Processamento Bancário	7.656
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	910
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	13

2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	27.575
2.1.8.8.2.11	Restituições de Receitas a Pagar	587
2.1.8.8.2.12	Arrecadação da DRE a Repassar – Fora do Sistema DAE (F)	207.581
2.1.8.8.3.11	Restituições de Receitas a Pagar	115
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	1.214.935
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	23.425
Total		**10.777.148**

Fonte: SEFAZ/CECOG

A tabela a seguir evidencia a composição de grupo dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

Tabela 82 - Demonstrativo do Cálculo dos Pagamentos de Outros Valores Restituíveis - Consolidado

(R$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.02	Garantias	234
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	316.793
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	209.668
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	8.693.923
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	6.350
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	18
2.1.8.8.1.11	Restituições de Receitas a Pagar	16.629
2.1.8.8.1.52	Pagamentos em Processamento Bancário	7.656
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	605
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	879
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	27.575
2.1.8.8.2.11	Restituições de Receitas a Pagar	587
2.1.8.8.2.12	Arrecadação da DRE a Repassar – Fora do Sistema DAE (F)	209.373
2.1.8.8.3.11	Restituições de Receitas a Pagar	115
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	1.229.372
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	24.608
Total		**10.744.384**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Os Valores Pendentes a Curto Prazo compreendem as entradas e saídas de caixa sem execução orçamentária ou financeira, registrados na Contabilidade para que o saldo de disponibilidades contábeis seja igual ao verificado nos extratos bancários. No campo dos ingressos, há três agrupamentos de valores que compõem a linha Valores Pendentes a Curto

Prazo. Primeiro, consta nesta rubrica as entradas de valores nos extratos que não foram identificados em conciliação bancária. Nesse sentido, para que a contabilidade esteja compatível com a conciliação bancária, tais valores foram lançados na conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar (F).

Segundo, constam nesta rubrica as regularizações realizadas no exercício de 2020 referentes a sequestros judiciais e outros dispêndios que ficaram pendentes de regularização em 2019, cujos valores estavam registrados nas contas contábeis demonstradas na tabela a seguir (valores a crédito):

Tabela 83 - Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Ingressos) - Consolidado

(R$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.9.8.1.51	Sequestros Judiciais a Regularizar	20.500
1.1.9.8.1.52	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	2.465
1.1.9.8.1.99	Outras VPD a Apropriar	341
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	12.460
Total		**35.766**

Fonte: SEFAZ/CECOG

No campo dos desembolsos, constam três agrupamentos de saldos que compõem essa linha do Demonstrativo. Primeiro, apresentam-se as saídas de caixa sem a respectiva regularização orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outros desembolsos a regularizar, como tarifas bancárias debitadas.

Em seguida, constam as regularizações de valores não identificados em conciliação bancária no exercício anterior. Tais valores foram baixados da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar (F). A tabela a seguir demonstra a composição das contas citadas acima (valores a débito):

Tabela 84 - Demonstrativo dos Valores Pendentes a Curto Prazo (Dispêndios) – Consolidado

(R$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.05	IR e CSLL a Recuperar/Compensar	2
1.1.9.8.1.51	Sequestros Judiciais a Regularizar	17.245
1.1.9.8.1.52	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	2.609
1.1.9.8.1.99	Outras VPD a Apropriar	1.066
2.1.8.9.1.36.02	Receitas a Classificar (F)	11.937
Total		**32.859**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Conforme a IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, no item 20, os campos “Outros Recebimentos Extraorçamentários” e “Outros Pagamentos Extraorçamentários” contemplam situações não previstas nos outros grupos, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o “Saldo do Exercício Anterior” e “Saldo para o Exercício Seguinte”.

O campo “outros recebimentos extraorçamentários” é composto pelo saldo inicial das contas contábeis 1.1.4.1.1.09.01.01 e 1.2.1.3.1.08.01.01 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F), a curto e longo prazo, respectivamente. Por outro lado, o campo “outros pagamentos extraorçamentários” é calculado pelo saldo final destas referidas contas contábeis.

Estes valores se referem a recursos financeiros dos fundos previdenciários, FPP e PREVID, aplicados em investimentos que não possuem liquidez imediata e por isso não compõem o grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. A tabela a seguir evidencia estes valores.

Tabela 85 - Demonstrativo de Outros Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

(R$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Saldo Inicial	Saldo Final
1.1.4.1.1.09.01.01	Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F)	216.347	83.845
1.2.1.3.1.08.01.01	Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F)	245.375	256.177
Total		**461.722**	**340.022**

Fonte: SEFAZ/CECOG

BF03 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Os agrupamentos "Saldo em Espécie do Exercício Anterior e Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte" são constituídos pelos subgrupos "Caixa e Equivalentes de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados". O Caixa e Equivalentes de Caixa representam o saldo inicial (Coluna dos Ingressos) e saldo final (Coluna dos Dispêndios) da conta contábil 1.1.1.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados na coluna de ingressos representam o saldo inicial dos ativos financeiros registrados nas contas contábeis: 1.1.3.8.2.50, 1.1.3.8.2.51, 1.1.3.8.2.52, 1.1.3.8.2.54 e 1.1.3.8.1.06.01. Da mesma forma, o saldo final destas contas estão apresentados na mesma linha com a coluna dos dispêndios.

As contas contábeis “1.1.3.8.2.50 - Arrecadação da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE”, “1.1.3.8.2.51 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber”, “1.1.3.8.2.52 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber” e “1.1.3.8.2.54

- Arrecadação DAE a Recuperar (F)", registram os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta e Indireta via DAE (documento de arrecadação estadual), arrecadados pela Secretaria da Fazenda.

A conta contábil "1.1.3.8.1.06.01 - Numerários em Trânsito (F)" registra os pagamentos rejeitados no final do exercício e que só retornaram no exercício seguinte, por conta de encerramento do expediente bancário. A tabela abaixo evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro citadas acima.

Tabela 86 - Demonstrativo dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – Consolidado

(R$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Saldo Inicial	Saldo Final
1.1.3.8.2.50	Arrecadação da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE	22.965	21.173
1.1.3.8.2.51	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	25.369	10.932
1.1.3.8.2.52	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	1.359	176
1.1.3.8.2.54	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	857	1
1.1.3.8.1.06.01	Numerários em Trânsito (F)	2.648	4.351
Total		**53.198**	**36.632**

Fonte: SEFAZ/CECOG

3.2.3 Balanço Patrimonial Consolidado

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

a. Ativo - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
b. Passivo - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
c. Patrimônio Líquido - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

a. estiverem disponíveis para realização imediata; e
b. tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. Assim, o Ativo Não Circulante compreende: ativo realizável à longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 8ª edição (STN, 2018), o Balanço Patrimonial é composto por:

a. Demonstrativo Principal;
b. Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
c. Demonstrativo das Contas de Compensação (controle); e
d. Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro.

Tabela 87 - Demonstrativo do Balanço Patrimonial Consolidado

(R$ milhares)

Ativo	NE	Exercícios	
		2020	2019
Ativo Circulante		23.407.822	16.494.604
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.129.160	6.032.317
Créditos a Curto Prazo	BP02, BP03, BP04	14.041.086	9.117.707
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	BP03, BP05, BP06, BP07	328.210	322.820
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	BP08	83.845	216.347
Estoques		778.756	756.262
VPD Pagas Antecipadamente	BP09	46.765	49.151
Ativo Não Circulante		40.271.026	42.033.545
Ativo Realizável a Longo Prazo	BP03,BP04,BP08, BP10	10.811.798	13.502.446
Investimentos	BP11	4.621.596	4.510.712
Imobilizado	BP12	24.618.485	23.826.777
Intangível		219.148	193.610
Total do Ativo		**63.678.848**	**58.528.149**

Passivo	NE	Exercícios	
		2020	2019
Passivo Circulante		3.212.590	2.914.601
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	BP13	109.847	103.822
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	BP14	1.336.526	1.031.535
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	BP15	146.107	237.364
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		3.945	10.978
Obrigações de Repartição a Outros Entes		76.878	66.118
Demais Obrigações a Curto Prazo	BP16	1.539.286	1.464.783
Passivo Não-Circulante		18.016.476	15.257.508

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		32.729	179.762
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		15.632.336	12.978.936
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		393.153	368.555
Provisões a Longo Prazo	BP17	1.314.463	1.111.149
Demais Obrigações a Longo Prazo		643.795	619.107
Total do Passivo		**21.229.066**	**18.172.109**

Patrimônio Líquido	NE	Exercícios	
		2020	2019
Resultados Acumulados	BP18	42.449.782	40.356.040
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**63.678.848**	**58.528.149**

Título	NE	Exercícios	
		2020	2019
Ativo Financeiro		8.505.814	6.547.237
Ativo Permanente		55.173.034	51.980.912
Passivo Financeiro		2.997.355	2.644.575
Passivo Permanente		19.482.531	16.435.976
Saldo Patrimonial		**41.198.963**	**39.447.598**

Fonte: SEFAZ/CECOG

3.2.3.1 Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial Consolidado

BP01 - Critérios Utilizados na Elaboração do Balanço Patrimonial

Para o preenchimento deste Balanço utilizam-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas do Estado do Ceará, além da classe 8 (Controles Credores) para o quadro referente às compensações. Em observância ao art. 105 da Lei nº 4.320/1964, elaborou-se um quadro anexo ao Balanço Patrimonial que evidencia o total do ativo e passivo financeiro, bem como o ativo e passivo permanente e o saldo patrimonial.

O ativo financeiro é obtido pelo somatório do saldo final das contas do ativo (Grupo 1) que possuem o atributo F. Já o ativo permanente compreende a soma dos saldos das contas do ativo que possuem o atributo P. Obtêm-se o valor do passivo financeiro através do somatório dos saldos finais das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo F, o saldo das contas de crédito empenhado a liquidar e restos a pagar não processados a liquidar. Por fim, o passivo

permanente compreende a soma dos saldos das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo P.

BP02 - Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a Receber a Curto Prazo englobam os Créditos Tributários a Receber, Clientes, Empréstimos e Financiamentos Concedidos, Dívida Ativa Tributária, Dívida Ativa Não Tributária e os Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo.

Tabela 88 - Demonstrativo dos Créditos a Curto Prazo

(R$ milhares)

Título	Exercícios	
	2020	2019
Créditos Tributários a Receber	13.899.858	8.868.693
Clientes	281	281
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	38.488	33.347
Dívida Ativa Tributária	99.120	208.101
Dívida Ativa Não Tributária	6.310	7.284
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo	-2.970	0
Total	**14.041.086**	**9.117.707**

Fonte: SEFAZ/CECOG

O acréscimo substancial dos Créditos Tributários a Receber, comparando-se os exercícios 2020 e 2019, conforme tabela acima, refere-se na sua grande maioria a créditos tributários que não haviam sido reconhecidos anteriormente por competência.

Os Créditos Tributários a Receber de Curto Prazo são oriundos de Impostos (ICMS, IPVA e ITCD) e de Multas de Obrigações Acessórias a Receber, conforme tabela abaixo:

Tabela 89 - Demonstrativo dos Créditos Tributários a Receber de Curto Prazo

(R$ milhares)

Título da Conta	Exercícios	
	2020	2019
ICMS	12.012.589	7.266.349
IPVA	362.601	300.072
ITCD	22.636	75.738
Contribuições de Responsabilidade do Segurado a Receber	1.045	23
Multas de Obrigações Acessórias a Receber	1.500.986	1.226.512
Total	**13.899.858**	**8.868.693**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Dos valores reconhecidos de ICMS, R$ 10.403.496.130,00 referem-se a ICMS auto de infração e R$ 1.609.093.255,20 a estoque de operações declaradas e não pagas pelos

contribuintes. O ICMS auto de infração e as multas de obrigações acessórias representam 85,65% dos créditos tributários a receber. Os créditos tributários a receber são inicialmente reconhecidos no curto prazo e caso não sejam pagos são encaminhados para a dívida ativa. Os valores reconhecidos e que estejam sendo discutidos no contencioso administrativo tributário devem ser reclassificados para o longo prazo conforme expectativa de não recebimento/julgamento no exercício de 2021.

BP03 - Créditos do FDI

Os valores a receber resultantes dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Ceará, por meio do Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará - PROAPI, programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas – PROVI e Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos – PROADE - do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, assim como as deduções dos prováveis valores a fundo perdido, estão demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 90 - Demonstrativo dos Créditos do FDI

(R$ milhares)

Especificação	Valores de Curto Prazo	Valores de Longo Prazo
Créditos a Receber - PROVIN	925.840	1.858.784
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-764.131	-1.695.315
Saldo	**161.709**	**163.469**
Especificação	Valores de Curto Prazo	Valores de Longo Prazo
Empréstimos Concedidos - PROAPI	38.231	79.430
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-2.970	-70.260
Saldo	**35.261**	**9.170**
Especificação	Valores de Curto Prazo	Valores de Longo Prazo
Créditos a Receber - PROADE	213.989	553.345
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-211.483	-547.490
Saldo	**2.506**	**5.855**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Segue anexo a este relatório, a relação das empresas beneficiadas pelos programas PROAPI, PROVIN e PROADE com seus respectivos CNPJ e valores concedidos, conforme recomendação 53 do TCE/CE do ano de 2016. A perda do FDI no programa PROVIN corresponde à diferença entre o valor do benefício concedido, o qual corresponde ao limite máximo de 75% do ICMS devido (art. 17 do Decreto nº 29.183/2008) e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art.23, § 1º do Decreto nº 29.183/2008 e Anexo I), em conformidade com a equação abaixo:

PERDA = BENEFÍCIO CONCEDIDO - RETORNO

Os valores do benefício e do retorno serão obtidos a partir de pontuação obtida pela empresa beneficiária que levará em consideração suas características de geração de emprego, custo de transação, localização, responsabilidades social, cultural e ambiental, pesquisa e desenvolvimento e adequabilidade a base de produção regional, conforme anexo I do Decreto nº 29.183/2008. No caso do FDI/PROAPI, a perda corresponde à diferença entre o valor do empréstimo concedido e o valor que retornará ao Tesouro Estadual, cujo equacionamento encontra-se a seguir descrito:

PERDA = EMPRÉSTIMO CONCEDIDO - RETORNO

A perda do FDI/PROADE corresponde à diferença entre o benefício concedido, o qual poderá ser de até 99% do ICMS gerado em função da produção da sociedade empresária, e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 2° do Decreto nº.30.012/2009), conforme equação a seguir:

PERDA= BENEFÍCIO CONCEDIDO - RETORNO

O percentual do benefício a ser concedido às sociedades empresárias enquadradas no PROADE será fixado em Resolução do Conselho Estadual do Desenvolvimento Industrial.

O valor do retorno será um percentual que incidirá sobre o valor do benefício concedido ou valor do empréstimo.

O retorno corresponde aos valores retornáveis vencido e retornável vincendo conforme tabela das Empresas Beneficiárias dos programas PROAPI, PROVIN E PROADE anexada no final deste relatório.

Em razão das disponibilidades geradas pelo retorno do principal dos benefícios concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI converterem-se em receita ordinária do Tesouro Estadual, os valores a receber do FDI são registrados na Secretaria da Fazenda.

BP04 - Dívida Ativa

A Dívida Ativa são créditos a favor da Fazenda Pública que se encontram vencidos e não pagos e devem ser contabilmente discriminados dos demais. É parte integrante do Ativo Circulante e Não-Circulante e o seu registro contábil é realizado através dos dados do Demonstrativo “Dívida Ativa Estadual”, fornecido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, em

que se evidenciam as inscrições, as baixas, as atualizações, os cancelamentos e o saldo final em favor da Fazenda Pública, apresentando neste exercício um estoque de R$ 13.513.925.444,66, composto de: R$ 105.429.842,24 a curto prazo e R$ 13.408.495.602,42 a longo prazo. Do estoque de curto prazo R$ 99.119.807,80 é dívida ativa tributária e R$ 6.310.034,44 são dívida ativa não tributária; no longo prazo, R$ 12.989.282.681,81 constitui-se créditos de origem tributária e R$ 419.212.920,61 de créditos não tributários, conforme tabela abaixo:

Tabela 91 - Demonstrativo da Dívida Ativa

(R$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2020	2019
Dívida Ativa Tributária	13.088.402	12.841.502
Curto Prazo	99.120	208.101
Longo Prazo	12.989.283	12.633.400
Dívida Ativa Não Tributária	425.523	357.633
Curto Prazo	6.310	7.284
Longo Prazo	419.213	350.348
Total	13.513.925	13.199.134

Fonte: SEFAZ/CECOG

Os créditos da Dívida Ativa são objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais, que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização monetária deve ser lançada de acordo com o índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, algumas medidas foram implementadas no ano de 2020 na busca pela eficiência e celeridade na cobrança dos créditos tributários inscritos na Dívida Ativa.

Acerca das medidas de combate à evasão e sonegação, implantadas em 2020 tem-se a informar o seguinte:

I - reestruturação do Núcleo de Grandes Devedores, que com o incremento do número de procuradores destinados a atuar em casos de maior relevância, propiciou uma atuação mais efetiva e eficiente na recuperação de créditos;

II - encaminhamento ao Governador do Estado da sugestão do Projeto de Lei nº 124/19 para instituir o programa PGE Dialoga com o fim de modernizar a atuação da Procuradoria na recuperação de créditos e inaugurar o diálogo com o devedor como opção institucionalizada de recuperação de créditos no contencioso tributário estadual.

O referido Projeto de Lei deu origem a Lei estadual nº 17.162, sancionada e publicada no dia 27 de dezembro de 2019;

III - regulamentação, por meio da Portaria n.º 14, publicada em abril de 2019, da oferta antecipada, no âmbito administrativo, de seguro garantia e carta fiança para créditos inscritos na dívida ativa com o fim de prevenir conflitos e ao mesmo tempo facilitar que os créditos sejam garantidos por bens considerados de alta liquidez e alta recuperabilidade, como é o caso do Seguro;

IV- desenvolvimento e implementação do site eletrônico do "Portal do Contribuinte" – www.portaldocontribuinte.pge.ce.gov.br , por meio do qual os contribuintes do Estado do Ceará passaram a ter acesso eletrônico a todos os serviços realizados pela Procuradoria da Dívida Ativa do Estado do Ceará, dentre os quais destacam-se: parcelamento automático de débitos; revisão de dívidas inscritas; apresentação de oferta de garantias; pedidos de instauração de mesas de Negociação –TCAD, dentre outras;

V - contratação de máquina envelopadora, por meio da qual a própria PGE, com o intuito de constituir uma relação mais próxima e humana ao contribuinte, efetiva a primeira cobrança extrajudicial após a inscrição do crédito na dívida ativa por meio de carta endereçada ao contribuinte, onde este é convidado a conhecer as ferramentas disponíveis para a sua regularização, evitando-se, assim, a judicialização imediata da dívida;

VI - confecção de Termo de Cooperação com a ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO ESTADO DO CEARÁ (ANOREG/CE), por meio do qual a Procuradoria Geral do Estado do Ceará passou a ter acesso eletrônico à Central Eletrônica de Registros Imobiliários do Ceará –CERICE e dos demais serviços eletrônicos disponibilizados pela CERICE, relacionados com os Cartórios de Registros Imóveis integrados aos Sistemas, maximizando a pesquisa de bens em nome de contribuintes em débito com o Estado do Ceará;

VII - criação de alertas em sistemas internos, por meio dos quais o Procurador é informado, eletronicamente, sobre a perda de parcelamentos por parte de contribuintes, viabilizando uma maior efetividade e agilidade no ajuizamento da execução fiscal.

Medidas a serem adotadas para 2021:

I - implementação do Processo Eletrônico Administrativo, através do Portal do Contribuinte, por meio do qual todo o sistema de acesso aos serviços disponibilizados pela PRODAT ao cidadão serão efetivamente eletrônicos, tornando mais célere a prestação de serviços tendentes à regularização de seus débitos, o que, certamente, maximizará a arrecadação;

II - criação de Núcleo Estratégico destinado a implementar novas medidas tendentes a otimizar a arrecadação, tais como a instituição de medidas cautelares fiscais, busca de patrimônio, dentre outros;

III - realizar o Downsizing da Dívida Ativa para possibilitar o rating da dívida ativa;

IV - incrementar o uso de inteligência artificial para otimizar as medidas de arrecadação;

V - fortalecimento do trabalho que vem sendo realizado junto ao CIRA.

A seguir demonstra-se a posição das ações ajuizadas no exercício de 2020 para cobrança da Dívida Ativa.

Tabela 92 - Demonstrativo das Ações Ajuizadas para Cobrança da Dívida Ativa

(R$ milhares)

Especificação	Ajuizamentos	Valor
Tributários	404	509.559
Não Tributários	118	12.349
Total	**522**	**521.908**

Fonte: Procuradoria Geral do Estado - PGE

Na tabela seguinte demonstramos a quantidade e o valor dos créditos tributários em estoque passíveis de cobrança administrativa dos últimos cinco exercícios.

Tabela 93 - Demonstrativo da Evolução do Montante de Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa 2016 a 2020

(R$ milhares)

Exercício	Quantidade	Valores
2016	252.289	1.098.500
2017	303.852	969.186
2018	676.116	1.591.686
2019	577.607	1.060.996
2020	590.353	1.038.393

Fonte: Procuradoria Geral do Estado – PGE

BP05 - Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros

O grupo Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros compreende os valores referente aos suprimentos de fundos e adiantamentos de precatórios, conforme tabela abaixo:

Tabela 94 - Demonstrativo de Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros

(R$ milhares)

Código	Título	Exercícios	
		2020	2019
1.1.3.1.1.02	Suprimento de Fundos	2.718	2.639
1.1.3.1.1.51	Adiantamentos de Precatórios	121.624	96.894
Total		**124.342**	**99.533**

Fonte: SEFAZ/CECOG

BP06 - Detalhamento da Conta "Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo"

A tabela abaixo evidencia os subgrupos que compõem a conta "Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo"

Tabela 95 - Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Consolidado

(R$ milhares)

Código	Título	Exercícios	
		2020	2019
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	1.178.730	1.145.462
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	1.146.448	1.094.912
1.1.3.8.1.06.01	Numerários em Trânsito (F)	4.351	2.648
1.1.3.8.1.30	Alienação Societárias a Receber (P)	1.711	1.711
1.1.3.8.1.99.33	Contribuição para Saúde Suplementar a Receber	556	556
1.1.3.8.1.99.34.01	Créditos a Receber - PROVIN (P)	925.840	941.917
1.1.3.8.1.99.36.01	Créditos a Receber - PROADE(P)	213.989	148.079
1.1.3.8.1.99.99	Outros Créditos a Receber	1	1
1.1.3.8.2	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo-Intra OFSS	32.282	50.550
1.1.3.8.2.50	Arrecadação da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE	21.173	22.965
1.1.3.8.2.51	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	10.932	25.369
1.1.3.8.2.52	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	176	1.359
1.1.3.8.2.54	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	1	857

Fonte: SEFAZ/CECOG

BP07 - Detalhamento da Conta Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A tabela evidencia a composição da conta Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Tabela 96 - Demonstrativo do Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo- Consolidado

(R$ milhares)

Código	Título	Exercícios	
		2020	2019
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-975.614	-922.925
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	-975.614	-922.925
1.1.3.9.1.99.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PROADE	-975.614	-922.925
1.1.3.9.1.99.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN	-764.131	-776.619
1.1.3.9.1.99.05	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROADE	-211.483	-146.306

Fonte: SEFAZ/CECOG

BP08 - Investimentos e Aplicações Temporárias

As aplicações financeiras dos fundos FPP e PREVID estão classificadas em Caixa e Equivalentes de Caixa (Aplicações Financeiras de Liquidez imediata), Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo e Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo. O critério para adoção dessa classificação considera o prazo de resgate de referidos recursos.

Tabela 97 - Demonstrativo das Aplicações Temporárias

(R$ milhares)

Aplicação Financeira	FPP	PREVID	Total
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	83.845	0	83.845
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0	256.177	256.177

Fonte: SEFAZ/CECOG

BP09 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas

O grupo Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas refere-se à conta Demais VPD a Apropriar, a qual compreende os Sequestros Judiciais a Regularizar, Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar e Outras VPD a Apropriar, conforme tabela abaixo:

Tabela 98 - Demais VPD a Apropriar

(R$ milhares)

Especificação	Valor
Sequestros Judiciais a Regularizar (P)	39.574
Devolução de Saldo de Convenio a Apropriar (P)	2.850
Outras VPD a Apropriar (P)	4.340
Total	**46.765**

Fonte: SEFAZ/CECOG

BP10 - Detalhamento da Conta Crédito a Longo Prazo

A tabela demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

Tabela 99 - Demonstrativo dos Créditos a Longo Prazo – Consolidado

(R$ milhares)

Código	Título	Exercícios	
		2020	2019
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	10.349.483	13.049.424
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	9.915.034	12.710.014
1.2.1.1.1.03	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	90.394,99	87.447,69
1.2.1.1.1.03.02	Financiamentos Concedidos	10.965	9.893
1.2.1.1.1.03.04	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI	79.430	77.554
1.2.1.1.1.04	Dívida Ativa Tributária	12.989.283	12.633.400
1.2.1.1.1.04.01.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos	337.721	331.015
1.2.1.1.1.04.01.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos	192.241	184.447
1.2.1.1.1.04.01.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos	9.704.293	9.502.829
1.2.1.1.1.04.01.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias	2.755.027	2.615.110
1.2.1.1.1.05	Dívida Ativa Não Tributária	419.213	350.348
1.2.1.1.1.05.51	Dívida Ativa Não Tributária - Clientes	419.155	350.290
1.2.1.1.1.05.53	Dívida Ativa a Classificar	58	58
1.2.1.1.1.99	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-3.583.856	-361.182
1.2.1.1.1.99.03.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-70.260	-68.878
1.2.1.1.1.99.04	(-) Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	-3.513.315	-292.023
1.2.1.1.1.99.07	(-) Ajuste para Perdas em Financiamentos Concedidos	-281	-281
1.2.1.1.2	Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	368.187	336.089
1.2.1.1.2.51	Créditos por Honra de Garantias	368.187	336.089
1.2.1.1.3	Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União	3.321	3.321
1.2.1.1.3.01.04	Créditos Tributários - Parcelamentos Não Consolidados a Receber	3.321	3.321
1.2.1.1.5	Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	62.940	0
1.2.1.1.5.97.01	Valores Pendentes - FDU-PROURB	62.940	0

Fonte: SEFAZ/CECOG

Os valores relativos ao ajuste para perdas para o recebimento de créditos inscritos na Dívida Ativa do Estado, ou seja, aqueles que apresentam significativa probabilidade de não realização, estão registrados pelos seguintes critérios: R$ 292.022.780,39, apurados

considerando o critério do prazo prescricional. Assim, débitos que, por seus dados cadastrais, insinuam a consumação de prescrição, notadamente aqueles ainda não objeto de ajuizamento, foram contabilizados como perda provável até o exercício de 2018. No exercício de 2020, foi constituído ajuste para perdas no valor de R$ 3.221.292.526,89, conforme critério objetivo estabelecido no art. 8º, I, da Lei 17.277, de 10 de setembro de 2020, ou seja, créditos inscritos há mais de 15(quinze) anos, sem anotação de suspensão de exigibilidade ou de garantia.

A Procuradoria-Geral do Estado informou que estão sendo adotas medidas para um melhor gerenciamento, controle e efetividade no recebimento dos créditos inscritos em dívida ativa, de forma que, dentre elas, se possa aprimorar a metodologia de apuração do ajuste para perdas de créditos inscritos em dívida ativa.

BP11- Investimentos

As Participações Permanentes compreendem as participações do Estado nas empresas avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), caso haja influência significativa e em empresas avaliadas pelo Método de Custo, caso a influência significativa não seja verificada.

Tabela 100 - Demonstrativo das Participações Permanentes

(R$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2020	2019
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	4.616.772	4.505.905
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	4.824	4.807
Total	**4.621.596**	**4.510.712**

Fonte: SEFAZ/CECOG

As participações em sociedades controladas representaram a parcela mais significativa das participações em empresas avaliadas MEP, totalizando, no exercício 2020, R$ 4.316.767.251,91, conforme tabela abaixo:

Tabela 101 - Demonstrativo das Participações Avaliadas pelo MEP

(R$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2020	2019
Participações em Sociedades Controladas	4.316.767	4.162.745
Adiantamento para Aumento de Capital - Principal	175.063	218.218
Outras Participações - MEP	124.942	124.942
Total	**4.616.772**	**4.505.905**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Segue abaixo as Participações do estado do Ceará em sociedades controladas:

Tabela 102 - Demonstrativo das Participações do Estado do Ceará em Sociedades Controladas

(R$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2020	2019
ADECE	118.430	108.171
CAGECE	2.218.818	2.135.260
CEARAPORTOS\CIPP	783.000	748.761
CEASA	5.656	5.026
CEGÁS	38.082	35.119
CODECE	17.902	15.752
COGERH	229.603	241.921
METROFOR	905.276	872.735
TOTAL	**4.316.767**	**4.162.745**

Fonte: SEFAZ/CECOG

A CIPP S/A, de acordo com seu balanço do exercício de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, de 02 de dezembro de 2020, durante sua Assembleia Geral Ordinária Extraordinária foi aprovado o aumento de capital por parte dos acionistas com o crédito decorrente de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R$ 783.265 mil, com a emissão de 127.715.222 (cento e setenta e sete milhões setecentos e quinze mil e duzentos e vinte duas) ações. Sua composição acionária em 31/12/2020 foi de 70% para o Estado do Ceará e de 30% para Port of Pecém Participações BV.

A CAGECE, em 24 de julho de 2020, em sua Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada: (i) a aprovação do resgate de Ações PNB no total de 2.673.776, todas de titularidade do Estado do Ceará, convertidas voluntariamente e aprovadas em Reunião do Conselho de Administração de 06 de julho de 2020 e previamente autorizadas em AGE de 26 de junho de 2020; (ii) a aprovação da redução do capital social em R$ 34.732 mil para efetivar o resgate de Ações PNB, com pagamento mediante entrega de bens do ativo não circulante da Companhia por seu valor líquido em 31 de março de 2020; (iii) a aprovação da extinção da classe de Ações PNB e ratificação da aprovação pela AGESP de 24 de julho de 2020 da alteração da denominação das ações preferenciais classe A – Ações PNA que voltaram a ser ações preferenciais – Ações PN; (iv) a aprovação de novas versões do Estatuto Social (uma para vigorar após a AGE de 24 de julho de 2020 e outra para vigorar após a celebração da oferta pública inicial de ações, Initial Public Offering – IPO, ainda sem data prevista); (v) a retificação do valor do capital social para R$ 1.943.607 mil, sendo 183.498.962 Ações ON e 56.877 Ações PN.

O Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 88,37% do capital social votante da CAGECE (2019: 88,41%).

A COHAB não apresentou valor nas Participações em Sociedades Controladas em razão de apresentar Patrimônio Líquido negativo.

BP12 – Imobilizado

Os elementos do ativo imobilizado, quando tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período. Em 2015, o Estado iniciou os procedimentos contábeis de depreciação e amortização em alguns órgãos, conforme Decreto estadual nº 31.340/2013.

Considerando a necessidade de atender a obrigatoriedade de realizar esses procedimentos no patrimônio do Estado do Ceará, no ano de 2017, foram desenvolvidos critérios e procedimentos para o registro e atualização dos valores líquidos dos bens patrimoniais de todos os órgãos do Poder. Destacamos ainda, que a Secretaria da Fazenda - SEFAZ em conjunto com a Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG iniciaram discussão para a elaboração dos procedimentos de integração do Sistema de Gestão de Bens Móveis - SGBM, com o Sistema de Gestão Por Resultados - S2GPR.

Segue abaixo tabela demonstrando os bens que compõem o imobilizado do estado do Ceará:

Tabela 103 - Demonstrativo do Imobilizado

(R$ milhares)

Descrição	Exercícios	
	2020	2019
Bens Móveis	4.511.323	4.593.621
Máquinas, Aparelhos, equipamentos e Ferramentas	1.579.438	1.551.772
Bens de Informática	566.620	537.159
Móveis e Utensílios	526.077	524.899
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	118.575	114.072
Veículos	1.605.997	1.647.250
Peças e Conjuntos de Reposição	631	631
Bens Móveis em Andamento	4.680	4.680
Bens Móveis em Almoxarifado	10.107	10.199
Armamentos	56.413	71.004
Semoventes	5.309	5.501
Demais Bens Móveis	37.476	126.454
Bens Imóveis	20.297.262	19.308.720
Bens de Uso Especial	13.726.533	13.411.868
Bens Dominicais	83.948	71.689
Bens de Uso Comum do Povo	4.831.219	4.350.718
Bens Imóveis em Andamento	482.629	313.912
Instalações	102.830	98.177
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	352.881	344.945
Investimentos de Capital a Incorporar	1.940	2.507
Demais Bens Imóveis	715.282	714.906
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	-190.100	-75.565
Total	**24.618.485**	**23.826.777**

Fonte: SEFAZ/CECOG

A seguir, demonstra-se o detalhamento consolidado dos valores dos bens móveis e imóveis (imobilizado) adquiridos com recursos dos fundos e que foram desincorporados destes e incorporados nas respectivas gestoras de vinculação, em conformidade com a Lei Complementar nº 47, de 16 de julho de 2004.

Tabela 104 - Demonstrativo dos Valores de Bens Adquiridos pelos Fundos

(R$ milhares)

Baixados nos Fundos	UG	Valor	Incorporados nos Órgãos	UG	Valor
FERMOJU	040101	6.354	Tribunal de Justiça	040001	12.597
FUNSEG	040301	6.243			
Fundo de Defesa Social	100601	2.264	Sec. de Segurança Pública e Defesa Social	100001	2.264
FDS Polícia Civil	100607	0	Superintendência da Polícia Civil	101021	0
FDS Polícia Militar	100608	263	Polícia Militar do Ceará	101031	334
FDS Colégio Polícia Militar	100610	0			
Colégio da Polícia Militar de Juazeiro do Norte	100615	71			
FDS Corpo de Bombeiros	100609	742	Corpo de Bombeiros Militar Estado do Ceará	101041	935
FDS Colégio Corpo de Bombeiros	100611	193			
FDCC	105001	0			
FUNPECE - PGE	130201	353	Procuradoria Geral do Estado	130001	353
FEAS	470201	619	Sec. do da Prot. Social, Just. Cid. mulheres e DH	470001	630
FUNDART	470301	11			
FDID	150201	0	Procuradoria Geral da Justiça	150001	2.143
FRMMP-CE	150501	2.143			
FUNDES	240401	208.870	Secretaria da Saúde	240001	210.718
Centro de Hematologia e Hemoterapia do CE	240424	197			
Hospital Geral Militar - HGPM	240479	972			
Hospital Geral de Fortaleza	241281	78			
Hospital de Messejana	241291	13			
Hospital Geral Dr. César Cals de Oliveira	241301	65			
Hospital Infantil Dr. Alberto Sabin	241311	0			
Hospital São José	241331	315			
Instituto de Prevenção do Câncer	241521	0			
Laboratório Central de Saúde Publica	241531	27			
Centro Integrado de Diabetes e Hipertensão	241561	0			
Centro Saúde Escola - Meireles	241591	179			
FUNPEN	180401	6.012	Secretaria da Administração Penitenciária	180001	6.012
Fundo do Des. do Esporte e Juventude	420101	8	Sec. de Esporte e Juventude do Estado do CE	420001	8
Total Baixado nos Fundos		**235.995**	**Total Incorporado nos Órgãos**		**235.995**

Fonte: SEFAZ/CEORG

BP13 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Os Encargos Sociais a Pagar representaram 99,11% do grupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, sendo que a Contribuição a Regime Próprio de Previdência - RPPS a Pagar a Curto Prazo apresentou a parcela mais expressiva.

Tabela 105 - Demonstrativo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

(R$ milhares)

Especificação	Exercícios	
	2020	2019
Pessoal a Pagar	969	2.170
Benefícios Previdenciários a Pagar	0	0
Benefícios Assistenciais a Pagar	1	2
Encargos Sociais a Pagar	108.877	101.650
Total	**109.847**	**103.822**

Fonte: SEFAZ/CECOG

No longo prazo, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar são representadas em totalidades pelos Encargos Sociais a Pagar, referentes às Contribuições ao RGPS - Débitos Parcelados e às Contribuições Sociais - Débitos Parcelados.

BP14 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Os empréstimos e financiamentos no curto prazo representam os valores que o estado vai amortizar da sua carteira de empréstimos e financiamentos recebidos. Em relação ao exercício de 2019, há um aumento de 29,56% no vencimento dessas obrigações.

BP15 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A redução do valor do grupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, da ordem de 38,45% comparando-se os exercícios 2020 e 2019, ocorreu, principalmente, em razão da diminuição do saldo na conta Fornecedores Nacionais, conforme tabela abaixo:

Tabela 106 - Demonstrativo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

(R$ milhares)

Código	Título	Exercícios	
		2020	2019
2.1.3.1.1.01	Fornecedores Nacionais	16.581	90.313
2.1.3.1.1.07	Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais - Regime Especial	129.447	146.847
2.1.3.1.1.10	Contas a Pagar Nacionais - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	39	7
2.1.3.1.2	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Intra OFSS	40	196
2.1.3.1.5	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0	1
	Total	**146.107**	**237.364**

Fonte: SEFAZ/CECOG

BP16 - Valores Restituíveis

A tabela a seguir evidencia a composição da classe dos “Valores Restituíveis”, do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo:

Tabela 107 - Demonstrativo de Valores Restituíveis

(R$ milhares)

Código	Título	Exercícios	
		2020	2019
2.1.8.8	Valores Restituíveis	1.514.649	1.420.910
2.1.8.8.1	Valores Restituíveis - Consolidação	1.492.985	1.396.588
2.1.8.8.1.01	Consignações	1.492.985	1.396.588
2.1.8.8.1.01.01	Consignações do Exercício	216.111	170.958
2.1.8.8.1.01.02	Consignações de Exercício Anteriores	1.563	1.356
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	533.477	529.416
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	50.174	60.196
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	688.935	632.405
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	2.328	2.155
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	7	12
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	81	86
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	308	3
2.1.8.8.2	Valores Restituíveis - Intra OFSS	21.644	24.302
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	471	1.337
2.1.8.8.2.12	Arrecadação da DRE a Repassar – Fora do Sistema DAE (F)	21.173	22.965
2.1.8.8.3	Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	20	20
2.1.8.8.3.11	Restituições de Receitas a Pagar	20	20

Fonte: SEFAZ/CECOG

A composição da classe dos “Valores Restituíveis” está sendo detalhada por representar 98,39% do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo. Esses valores, em sua maioria, representam as contas contábeis de consignações. É importante destacar, que embora

essas contas estejam agregadas no grupo Diversos, conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, a escrituração ocorre em contas contábeis específicas.

BP17 - Provisões Matemáticas Previdenciárias

No exercício de 2020, foi procedida a atualização do registro contábil das provisões matemáticas atuariais do Regime Próprio de Previdência Social estadual, Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - SUPSEC, relativo aos dos servidores públicos civis (FUNAPREV e PREVID) e servidores militares (PREVMILITAR).

A avaliação atuarial foi realizada pelo quadro técnico de atuários da Coordenadoria de Gestão Previdenciária - CPREV da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG.

Fundo Financeiro – FUNAPREV

Dados e principais premissas da Avaliação Atuarial de 31/12/2020, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme legislação nacional aplicável, especialmente a Portaria MF nº 464, de 2018:

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, para fins de avaliação atuarial;
- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014 (o plano de custeio financeiro não tem por finalidade primordial a constituição de reserva financeira - LC/CE nº 123/2013, art. 7º, §2º);
- Apuração das obrigações frente aos atuais segurados ativos, aposentados, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente;
- Tábua de sobrevivência de válidos: Experiência Servidor Civil Estado do Ceará 2019;
- Tábua de sobrevivência de inválidos: IBGE 2019 (extrapolada ME);
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.
- Tábua de rotatividade: Experiência SUPSEC;
- Probabilidade de Casado: 80%
- Cota média para conversão em pensão: 70,0%
- Despesa Administrativa Anual: R$ 4.849.546,67
- Taxa Real de Juros Atuariais de 2% a.a. em 2021, 3% em 2022 e 4% a.a. a partir de 2023, conforme Política de Investimentos para o exercício de 2021.

- Regras de concessão de benefícios conforme a Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, a Emenda Constitucional Estadual nº 97/2019 e a Lei Complementar Estadual nº 210/2019.
- Incorpora efeito das revisões da segregação da massa oriundas das Leis Complementares estaduais nº 188, de 21/12/2018, e nº 227, de 16/12/2020;
- Déficit Atuarial (somatório das rubricas "Cobertura de Insuficiência Financeira"): R$ 48.682.661.396,16.

Fundo Financeiro – PREVMILITAR

Dados e principais premissas da Avaliação Atuarial de 31/12/2020, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme legislação nacional aplicável, especialmente a Portaria MF nº 464, de 2018:

- Cadastro disponibilizado pelo Poder Executivo para fins de avaliação atuarial;
- Segregação da massa de segurados implementada no SUPSEC, a partir de 01/01/2014 (o plano de custeio militar não tem por finalidade primordial a constituição de reserva financeira - LC/CE nº 123/2013, art. 10, §1º);
- Apuração das obrigações frente aos atuais segurados ativos, inativos, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);
- Contribuição laboral e patronal (Lei federal nº 13.954/2019, combinado com a LC nº 12/1999 e Parecer PGE nº 1396, de 11/11/2020 – Viproc nº 00421789/2020): 10,5% para o beneficiário e 21% para o Ente;
- Tábua de sobrevivência de válidos: Experiência Militar Estado do Ceará 2019;
- Tábua de sobrevivência de inválidos: IBGE 2019 (extrapolada ME);
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.
- Tábua de rotatividade: Experiência SUPSEC;
- Probabilidade de Casado: 80%
- Despesa Administrativa Anual: R$ 4.849.546,67
- Taxa Real de Juros Atuariais de 2% a.a. em 2021, 3% em 2022 e 4% a.a. a partir de 2023, conforme Política de Investimentos para o exercício de 2021.
- Regras de concessão de benefícios conforme a Lei Federal nº 13.954, de 18/12/2019, a Instrução Normativa SPREV/ME nº 05, de 15/01/2020 e o Decreto Estadual nº 33.433, de 15/01/2020;
- Déficit Atuarial (somatório das rubricas "Cobertura de Insuficiência Financeira"): R$ 22.052.366.943,91.

Fundo Previdenciário - PREVID

Dados e principais premissas da Avaliação Atuarial de 31/12/2020, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas, conforme legislação nacional aplicável, especialmente a Portaria MF nº 464, de 2018:

- Cadastros disponibilizados pelo Poder Executivo, ALCE, PGJ, TJCE, TCE e DPGE, para fins de avaliação atuarial do SUPSEC;
- Segregação da massa de segurados: implementada no SUPSEC a partir de 01/01/2014;
- Apuração das obrigações frente aos atuais segurados ativos, aposentado, pensionistas e seus desdobramentos previdenciais (geração atual);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 - DOE de 28/12/2016): 14% para o beneficiário e 28% para o Ente, a partir do ano de 2019;
- Tábua de sobrevivência de válidos: Experiência Servidor Civil Estado do Ceará 2019;
- Tábua de sobrevivência de inválidos: IBGE 2019 (extrapolada ME);
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.
- Tábua de rotatividade: Experiência SUPSEC;
- Probabilidade de Casado: 80%
- Cota média para conversão em pensão: 70,0%
- Despesa Administrativa Anual: R$ 4.849.546,67
- Taxa Real de Juros Atuariais de 2% a.a. em 2021, 3% em 2022 e 4% a.a. a partir de 2023, conforme Política de Investimentos para o exercício de 2021.
- Regras de concessão de benefícios conforme a Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, a Emenda Constitucional Estadual nº 97/2019 e a Lei Complementar Estadual nº 210/2019.
- Incorpora efeito das revisões da segregação da massa oriundas das Leis Complementares estaduais nº 188, de 21/12/2018, e nº 227, de 16/12/2020.
- Superavit Atuarial (rubrica “Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário”): R$ 869.632.959,58.

Fundo Previdência Parlamentar - FPP

No exercício de 2020, foi procedido o registro contábil das provisões matemáticas atuariais do Regime Próprio de Previdência Parlamentar- FPP, regime previdenciário destinado aos deputados estaduais, fundo vinculado ao Poder Legislativo. A avaliação atuarial foi realizada por empresa especializada contratada.

Dados e principais hipóteses da Avaliação Atuarial 2020, utilizados para o cálculo das provisões matemáticas:

- Cadastros disponibilizados pelo Sistema de Previdência Parlamentar para fins de avaliação atuarial;
- Idade Média dos Segurados do FPP em 31/12/2020:
  Ativos: 51,9;
  Aposentados: 67,3;
  Pensionistas: 57,0.
- Segregação da massa de segurados: Não possui.
- Apuração das obrigações do FPP frente aos atuais segurados ativos, aposentados e pensionistas e seus desdobramentos previdenciários (geração atual);
- Contribuição laboral e patronal (Lei Complementar estadual n° 138/2014):
  14% para o beneficiário;
  14% para o ente.
- Tábuas biométricas:
- Tábuas de Mortalidade Geral de Válidos: IBGE 2019;
- Tábuas de Mortalidade de Inválidos: IBGE 2019;
- Tábua de Entrada em Invalidez: IBGE 2019.
- Taxa Real de Juros Atuariais: 5,86% ao ano.

Tabela 108 - Provisões Matemáticas Previdenciárias do SUPSEC - FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID

(R$ milhares)

Títulos	FUNAPREV	PREVMILITAR	PREVID
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	47.890	1.910	1.138.501
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Financeiro do RPPS	34.186.701	12.542.209	
(-) Contribuições dos Inativos	2.448.563	766.550	
(-) Contribuição dos Pensionistas	380.423	583.173	
(-) Compensação Previdenciária	312.235	2.232	
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	31.045.480	11.190.255	
Provisões de Benefícios a Conceder	47.890	1.910	
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Financeiro do RPPS	33.074.820	17.748.921	
(-) Contribuições do Ente	7.741.680	3.268.060	
(-) Contribuições dos Ativos	7.234.613	3.553.235	
(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	413.455	63.609	
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	17.637.181	10.862.107	
Provisões de Benefícios Concedidos			931.866
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS			5.779.093
(-) Contribuições do Ente			
(-) Contribuições dos Inativos			185
(-) Contribuições dos Pensionistas			510.928
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS			12.942
(-) Outras Deduções			4.323.172
(-) Vinculação de Imposto de Renda			4.323.172
Provisões de Benefícios a Conceder			-662.998
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS			3.595.536
(-) Contribuições do Ente			2.588.448
(-) Contribuições dos Ativos			1.628.730
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS			41.357
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário			869.633
Ajuste do Resultado Atuarial Superavitário			869.633
Total do Ajuste para Benefícios Previdenciários	47.890	1.910	1.138.501

FONTE:SEPLAG/CPREV

Nota: Provisões Matemáticas Previdenciárias relativas aos planos Financeiros (FUNAPREV e PREVMILITAR) e Previdenciário PREVID.

Tabela 109 - Provisões Matemáticas Previdenciárias do Fundo de Previdência Parlamentar FPP

(R$ milhares)

Títulos	Valor
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	126.162
Provisões de Benefícios Concedidos	79.484
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	101.188
(-) Contribuições do Ente	
(-) Contribuições dos Inativos	20.700
(-) Contribuições dos Pensionistas	1.004
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	
(-) Outras Deduções	
(-) Vinculação de Imposto de Renda	
Provisões de Benefícios a Conceder	46.679
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	83.848
(-) Contribuições do Ente	18.585
(-) Contribuições dos Ativos	18.585
(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	
Ajuste do Resultado Atuarial Superavitário	
Total do Ajuste para Benefícios Previdenciários	**126.162**

Fonte: FPP

Nota: Provisões Matemáticas Previdenciárias relativas ao plano Previdenciário FPP.

Os fundos FUNAPREV e PREVMILITAR são Planos Financeiros. Já o PREVID e o FPP estão no Plano de Custeio Previdenciário.

Plano Financeiro: Sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, no qual as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo financeiro.

Plano Previdenciário: Sistema estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, sendo o seu plano de custeio calculado atuarialmente, segundo os conceitos dos regimes financeiros de Capitalização, Repartição de Capitais de Cobertura e Repartição Simples, e em conformidade com as regras dispostas na legislação previdenciária.

BP18- Movimentação na Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2020 foram registrados ajustes atribuídos a exercícios anteriores e transferências de saldos que reduziram o saldo desse grupo em R$ 3.025.843.323,81 (o saldo passou de R$ 7.515.625.750,11 em 2019 para R$ 4.489.782.426,30 em 2020). A tabela abaixo evidencia a composição dos ajustes efetuados.

Tabela 110 - Demonstrativo dos Ajustes de Exercícios Anteriores – Consolidado

(R$ milhares)

Tipo de Ajuste no Patrimônio Líquido	Valor
Ajuda Financeira a Estudantes do Exercício	-84
Ajustes de Exercícios Anteriores	-4.659
Amortização Acumulada	-12
Aparelhos de Medição e Orientação	0
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	-3
Aparelhos e Utensílios Domésticos	-5
Automóveis	-159
Auxílios Financeiros a Pessoa Física a Pagar do Exercício	-21
Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício	-105
Benefícios Previdenciários a Pagar do Exercício	-8.672
Coleções e Materiais Bibliográficos	-12
Contas a Pagar Nacionais - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	-13
Contribuição Patronal sobre Vencimentos e Vantagens - FPP	-143
Contribuição Patronal sobre Vencimentos e Vantagens - SUPSEC	-40
Contribuições ao RGPS - Débitos Parcelados	-984
Contribuições ao RGPS Sobre Salários e Remunerações	-117
Contribuições de Responsabilidade do Segurado a Receber	2.400
Contribuições Sociais - Débitos Parcelados	-5
Convênios a Pagar do Exercício	-524
Créditos a Receber de Entidades Federais	170.241
Créditos Habitacionais a Receber	23
Demais Obrigações a Curto Prazo do Exercício	-243
Depreciação Acumulada de Bens	-3.249
Diarias a Pagar	-1.438
Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	168
Edifícios	5.958
Equipamentos de Processamento de Dados	-100
Equipamentos de Tecnologia da Informação	-29
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	-1
Financiamentos Habitacionais a Receber	1.318
Fornecedores Nacionais do Exercício	-70.382
IPVA	49.292
ICMS	4.406.370
ITCD	-53.789
Indenizações a Servidores	-253
Indenizações e Restituições Diversas do Exercício	-5.261
Licença para Uso de Software	5
Máquinas e Equipamentos Energeticos	-1
Máquinas e Utensílios de Escritório	-96

Material de Consumo	-99.390
Material para Distribuição Gratuita	0
Mobiliário em Geral	-10
Motocicletas e Motonetas	11
Multas de Obrigações Acessórias a Receber	276.563
Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	-33
Outros Credores do Exercício	-12
Outros Tributos e Contribuições Estaduais a Recolher	-23
Outros Tributos e Contribuições Federais a Recolher	-2.451
Outros Tributos e Contribuições Municipais a Recolher	-30
Participações em Sociedades Controladas	-39.476
Precatórios de Contas a Pagar –Reg Especial- Após 05/05/00 –Venc e não Pagos	-106.278
Precatórios Pessoal Exerc-Reg Ordinário-a Partir de 05/05/2000 - Venc e N PG	-121
Ressarcimento de Despesa com Pessoal Requisitado	-12.619
Salários, Remunerações e Benefícios do Exercício	-73.778
Softwares	-149
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-7.515.651
Taxas Estaduais	-1
Terrenos	178
Transferências Orçamentárias a Liberar no Exercício	-475
Valores Pendentes - FDU-PROURB	58.533
Veículos de Tração Mecânica	3.996
Total	**-3.025.843**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Os saldos das contas de ajustes de exercícios anteriores em 31/12/2019 foram transferidos para superávits ou déficits de exercícios anteriores em 2020, conforme IPC 03 - Encerramento de Contas Contábeis no PCASP.

Superávit/Déficit Financeiro

O Balanço Patrimonial Consolidado do exercício de 2020 apresentou em seu ativo financeiro o montante de R$ 8.505.814.336,52, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R$ 2.997.354.928,09 Assim, o Estado apresentou um superávit financeiro de R$ 5.508.459.408,43. O Ativo Permanente totalizou um montante de R$ 55.173.033.953,30, enquanto o Passivo Permanente totalizou R$ 19.482.530.776,71. A Situação Patrimonial, evidenciada no Balanço Patrimonial Consolidado de 2020, foi positiva em R$ 35.690.503.176,59.

Na tabela que segue evidencia-se a composição do ativo e passivo financeiro, bem como o cálculo do superávit financeiro com base nas contas contábeis do Plano de Contas.

Tabela 111 - Demonstrativo do Cálculo do Superávit Financeiro Consolidado

(R$ milhares)

Código	Título	Valor	Código	Título	Valor
1.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.129.160	2.1	Passivo (Atributo F)	1.746.535
1.1.3.8.1.06.01	Numerários em Trânsito (F)	4.351	6.3.1.1	RP Não Processados a Liquidar	72.989
1.1.3.8.2.50	Arrecadação da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE	21.173	6.2.2.1.3.01	Crédito Empenhado a Liquidar	1.177.831
1.1.3.8.2.51	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	10.932		Total do Passivo Financeiro	2.997.355
1.1.3.8.2.52	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	176			
1.1.3.8.2.54	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	1			
1.1.4.1.1.09.01.01	Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F)	83.845			
1.2.1.3.1.08.01.01	Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F)	256.177			
	Total do Ativo Financeiro	8.505.814			
	Superávit Financeiro	5.508.459			

Fonte: SEFAZ/CECOG

Tabela 112 - Demonstrativo do Quociente da Situação Financeira Consolidada- 2020/2019

(R$ milhares)

Especificação	Exercícios			
	2020	Quociente	2019	Quociente
Ativo Financeiro	8.505.814	2,84	6.547.237	2,48
Passivo Financeiro	2.997.355		2.644.575	

Fonte: SEFAZ/CECOG

Em 2020, para cada R$ 1,00 de compromissos e obrigações em curto prazo, existem R$ 2,84 de disponibilidade financeira para a sua liquidação. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Pública - MCASP, passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidades saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105: “§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária. Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela a seguir:

Tabela 113 - Demonstrativo da Composição do Passivo Financeiro – Consolidado

(R$ milhares)

Código	Título	Valor
2.1	Passivo (Atributo F)	1.746.535
6.3.1.1	RP Não Processados a Liquidar	72.989
6.2.2.1.3.01	Crédito Empenhado a Liquidar	1.177.831
	Total do Passivo Financeiro	2.997.355

Fonte: SEFAZ/CECOG

São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

A seguir temos a tabela de disponibilidade consolidada por fonte e subfonte de recursos.

Tabela 114 - Demonstrativo do Superávit Financeiro Consolidado por Fonte e Subfontes

(R$ 1,00)

Fontes de Recursos/Subfontes	Ativo Financeiro (A)	Passivo Financeiro (B)	Superávit/Déficit Financeiro (A-B)
FR 1.00.00-Recursos Ordinários	3.243.391.925,86	1.844.863.338,99	1.398.528.586,87
FR 1.00.02-Rec. Ordinários para Projetos Prioritários	663.144.581,55	106.076.638,79	557.067.942,76
FR 1.00.03-Recursos Ordinários -CIPP	2.262.582,61	2.266.473,96	-3.891,35
FR 1.00.05-Rec. Órdinários Para o Sist. de Rec. Hídricos	1.441.211,92	0	1.441.211,92
FR 1.00.06-Dividendos CAGECE	36.982.291,30	1.580.952,44	35.401.338,86
FR 1.00.07 Cessão Onerosa - Bônus de Ass. do Pré-Sal	494.801,30	0	494.801,30
FR 1.00.08-Rec. Órdinários-Auxílio Fin. Para a Saúde	1.663.246,16	702.151,50	961.094,66
FR 1.01.00-Cota Parte do Fundo de Part. dos Est.-FPE	0	146.631.458,92	-146.631.458,92
FR 1.10.00-Recursos Provenientes do FECOP	279.140.986,96	60.597.110,13	218.543.876,83
FR 1.2.00-Alienação de Bens	70.031.291,51	4.329,00	70.026.962,51
FR 1.44.00-Ind. Pela Extração de Petroléo, Xisto e Gás	3.809.706,63	93.400,17	3.716.306,46

FR 2.03.00-Rec. Prov. da Contribuição Social do Servidor	619.286.426,39	21.604.473,35	597.681.953,04
FR 2.04.00-Rec. Prov. da Contribuição Patronal	634.114.196,80	27.168.437,28	606.945.759,52
FR 2.05.00-Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar	69.381.468,35	0	69.381.468,35
FR 2.06.00-Recursos Provenientes da Contribuição Patronal Parlamentar	29.314.280,66	0	29.314.280,66
FR 2.07.00-Cota Parte da Contribuição do Salário- Educação	46.888.486,35	5.175.193,44	41.713.292,91
FR 2.11.00-Cont. de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.332.789,84	0	1.332.789,84
FR 2.15.00-Depósitos Judiciais-PIMPJ	97.409,44	23.505,48	73.903,96
FR 2.16.00-Compensação Ambiental	35.786.565,41	6.287.204,05	29.499.361,36
FR 2.29.00-Rec. Arrec. da Venda de Selos de Autenticidade	20.297.176,41	126.995,00	20.170.181,41
FR 2.46.36-Operações de Crédito Internas-CPAC VLT-CEF	1.098.577,65	1.123.273,46	-24.695,81
FR 2.46.45-Operações de Crédito Internas-Tesouro/ BNDES	1.841.754,17	1.859.065,82	-17.311,65
FR 2.46.49-Operações de Crédito Internas-Linha Leste/BNDES	74.552.707,97	74.564.972,30	-12.264,33
FR 2.46.54-Operações de Crédito Internas-Tesouro/BB	514.489.825,72	0	514.489.825,72
FR 2.46.56-Operações de Crédito Internas-Tesouro/CEF	50.777,06	0	50.777,06
FR 2.48.40-Operações de Crédito Externas-Swap-não Condicionada	282.113,19	0	282.113,19
FR 2.48.49-Operações de Crédito Externas-IPF/BIRD	0	1.595.313,43	-1.595.313,43
FR 2.48.48-Operações de Crédito Externas-Tesouro	7.365.474,84	0	7.365.474,84
FR 2.48.57-Operações de Crédito Externas - Tesouro	4.676.548,83	171.447,00	4.505.101,83
FR 2.48.58-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BIRD	20.317.213,04	56.185,99	20.261.027,05
FR 2.48.59-Operações de Crédito Externas-Tesouro/BID	123.135.502,05	56.007.824,06	67.127.677,99
FR 2.48.64-Operações de Crédito Externas-Tesouro/FIDA	3.200.092,83	0	3.200.092,83
FR 2.48.65-Operações de Crédito Externas-Tesouro/CAF	13.152.057,99	13.462.519,74	-310.461,75
FR 2.48.67-Operações de Crédito Externas-Tesouro/MLW	0	0,72	-0,72
FR 2.48.69-Operações de Crédito Externas-PforR	3.053.378,09	0	3.053.378,09
FR 2.50.00-Rec. Provenientes do FUNDEB	33.060.582,84	30.691.205,40	2.369.377,44
FR-2.51.00-Complemento da União aos Recursos do FUNDEB	107.048.070,17	33.222.746,44	73.825.323,73
FR 2.70.00-Recursos Diretamente Arrecadados	743.104.807,86	152.651.618,60	590.453.189,26
FR 2.70.01-Recursos Diretamente Arrecadados-Mecenato	486.157,55	0	486.157,55

FR 2.70.02-Recursos Diretamente Arrecadados-Multas do DETRAN	11.158.590,24	3.089.999,14	8.068.591,10
FR 2.73.01-Transferências Diretas do FNDE-Alimentação Escolar	34.805.441,18	24.167.126,74	10.638.314,44
FR 2.73.02-Transferências Diretas do FNDE-Transporte Escolar	2.508.826,79	592,68	2.508.234,11
FR 2.73.03-Transferências Diretas do FNDE-Outras	53.022.830,48	14.201.289,89	38.821.540,59
FR 2.76.00-Recursos Provenientes do FIT	16.714.655,33	241.996,70	16.472.658,63
FR 2.79.00-Repasse Fundo a Fundo - Defesa Civil	9.397.109,03	162.344,68	9.234.764,35
FR 2.80.80-Convênios com Órgãos Internacionais Administração Direta	12.544,71	1.044.883,60	-1.032.338,89
FR 2.80.81-Convênios com Órgãos Internacionais Administração Indireta	21.939,02	15.132,52	6.806,50
FR 2.82.82-Convênios com Órgãos Federais- Administração Direta	575.219.060,52	191.315.108,73	383.903.951,79
FR 2.82.83-Convênios com Órgãos Federais-Administração Indireta	37.907.835,68	13.131.117,46	24.776.718,22
FR 2.86.86-Convênios com Órgãos Municipais- Administração Direta	5.395.485,56	724.568,41	4.670.917,15
FR 2.86.87-Convênios com Órgãos Municipais- Administração Indireta	4.004.785,17	2.021.164,22	1.983.620,95
FR 2.88.88-Convênios com Órgãos Privados-Administração Direta	55.510,60	0	55.510,60
FR 2.88.89-Convênios com Órgãos Privados-Administração Indireta	9.337.494,41	896.714,07	8.440.780,34
FR 2.91.00-Recursos Provenientes do SUS	221.985.068,59	95.270.306,12	126.714.762,47
FR 2.92.00-Repasse Fundo a Fundo-FNAS	2.679.500,70	1.280.427,25	1.399.073,45
FR 2.92.01-Repasse Fundo a Fundo-FUNPEN	25.964.616,28	1.734.681,77	24.229.934,51
FR 2.92.03-Repasse Fundo a Fundo - FNSP	26.614.077,95	5.605.662,11	21.008.415,84
FR 2.92.04-Rep. Fundo a Fundo- Aux. ao Setor Cultural - Aldir Blanc	59.231.896,98	53.843.976,54	5.387.920,44
Total	**8.505.814.336,52**	**2.997.354.928,09**	**5.508.459.408,43**

Fonte: SEFAZ/CECOG

As fontes de recursos 00 – Recursos ordinários e 01 – Cota-Parte dos Fundo de Participação dos Estado - Recursos FPE são recursos ordinários de livre aplicação e são analisadas no conjunto quanto ao déficit/superávit, à exceção da sub-fonte 1.00.08 - Recursos Órdinários - Auxílio Financeiro para a Saúde e Assistência Social, oriunda de transferências pelo Governo Federal no âmbito do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), LC 173/2020, e que portanto tem aplicação vinculada à área de Saúde e Assistência Social.

A subfonte 00.02 foi criada pelo Decreto nº 32.318, de 25 de agosto de 2017, e se constitui em uma espécie de reserva financeira para investimentos em projetos prioritários do governo. A origem dos recursos da fonte 00.02 são recursos arrecadados nas fontes 00 e 01.

3.2.4 Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, "a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício."

A apuração do resultado patrimonial do período é realizada pelo confronto das contas de Variação Patrimonial Aumentativa - VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Tabela 115 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

(R$ milhares)

Variações Patrimoniais Quantitativas	NE	Exercícios	
		2020	2019
Variações Patrimoniais Aumentativas		62.249.730	61.135.937
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		18.027.965	18.404.366
Contribuições		2.292.628	2.298.363
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		320.696	282.487
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		4.693.816	2.468.915
Transferências e Delegações Recebidas		34.301.650	35.173.564
Valorização e Ganhos com Ativos	DV02	511.191	509.431
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	DV03	2.101.785	1.998.811
Variações Patrimoniais Diminutivas		64.657.860	58.163.201
Pessoal e Encargos		9.517.773	9.537.152
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.729.537	3.565.753
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		5.039.345	4.478.038
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		6.827.831	2.565.733
Transferências e Delegações Concedidas		31.685.960	31.150.713
Desvalorização e Perda de Ativos	DV02	5.882.150	2.038.764
Tributárias		205.721	207.995
Custo das Mercadorias Vendidas e serviços Prestados		697	1.317
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	DV04	1.768.846	4.617.736
Resultado Patrimonial do Período		**-2.408.130**	**2.972.736**

Fonte: SEFAZ/CECOG

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, do exercício de 2020, demonstra um total de variações patrimoniais aumentativas de R$ 62.249.730.077,25 e um total de variações patrimoniais diminutivas, contabilizadas em R$ 64.657.859.651,69, portanto, o resultado patrimonial do exercício foi deficitário em R$ 2.408.129.574,44. O que mais contribui para um

resultado patrimonial negativo no período foi o ajuste para perdas na dívida ativa, no valor de R$ 3.221.292.526,89.

3.2.4.1 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

DV01 - Evidenciação Facultativa do Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas da DVP

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, em sua 6ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 700, de 10 de dezembro de 2014, apresentou algumas alterações na estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. No que tange às alterações referente à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, o manual passou a considerar facultativo a evidenciação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, para fins de consolidação a partir do exercício de 2015. Em vista disso, optou-se por não evidenciar mais esse quadro complementar a partir do exercício de 2017, pois as informações que eram apresentadas sobre a execução de despesas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio do estado estão disponíveis no Balanço Orçamentário - BO e seus quadros anexos.

DV02 - Reavaliação de Bens

A reavaliação dos bens realiza-se quando o valor justo apresenta diferença significativa em realização ao valor contábil de um ativo, possibilitando que haja aumento ou diminuição no valor contábil de um bem.

No exercício 2020, dos bens que apresentaram reavaliação positiva, os bens imóveis contribuíram com 67,69% do valor total das reavaliações que resultaram em aumento no valor contábil dos bens.

Tabela 116 - Demonstrativo de Reavaliações Positivas

(R$ milhares)

Especificação	Valor	Av%
Reavaliação de Bens Imóveis	328.950	67,69
Reavaliação de Bens Móveis	157.045	32,31
Total	**485.995**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

As reavaliações positivas de bens imóveis representam 67,69% do total das reavaliações, enquanto os bens móveis representam 32,31%.

Tabela 117 - Demonstrativo de Reavaliações Positivas por Órgão

(R$ milhares)

Órgãos	Valor
Assembleia Legislativa	350
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	116.150
Secretaria da Fazenda	3.419
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	34.557
Casa Civil	0
Fundação Universidade Estadual do Ceará	321.191
Secretaria do Turismo	2.827
Secretaria de Planejamento e Gestão	5.376
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	1.753
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	281
Assessoria Especial da Vice-Governadoria	92
Total	**485.995**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Conforme tabela, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e a Fundação Universidade Estadual do Ceará foram responsáveis pela parcela mais significativa dos órgãos que apresentaram reavaliação positiva dos seus bens.

Tabela 118 - Demonstrativo de Reavaliações Negativas

(R$ milhares)

Especificação	Valor	Av%
Reavaliação de Bens Imóveis	537.412	50,53
Reavaliação de Bens móveis	526.062	49,47
Total	**1.063.473**	**100,00**

Fonte: SEFAZ/CECOG

No que se refere à reavaliação negativa, os bens imóveis também apresentaram a maior representatividade, correspondendo a 50,53% dos bens que reduziram o valor contábil.

Tabela 119 - Demonstrativo de Reavaliações Negativa por Órgão

(R$ milhares)

Órgãos	Valor
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	322.546
SSPDC Polícia Civil	18.962
Procuradoria Geral do Estado	11
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	174.216
Casa Civil	0
Fundação de Teleducação do Estado do Ceara	1
Fundação Universidade do Estado do Ceará	0
Secretaria do Turismo	9.288
Secretaria de Planejamento e Gestão	537.411
Assessoria Especial da Vice-Governadoria	1.039
Total	**1.063.473**

Fonte: SEFAZ/CEORG

Conforme tabela, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e a Secretaria de Planejamento e Gestão foram responsáveis pela parcela mais significativa dos órgãos que apresentaram reavaliação negativa dos seus bens.

DV03 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O grupo Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas compreende a Compensação Financeira Entre RGPS/RPPS, as Multas Administrativas, as Indenizações e Restituições e as Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, conforme tabela abaixo:

Tabela 120 - Demonstrativo das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

(R$ milhares)

Especificação	Valor
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	49.611
Multas Administrativas	264.189
Indenizações e Restituições	122.286
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	732.036
Total	**1.168.123**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Do total do grupo Variações Patrimoniais Aumentativas decorrentes de fatos geradores diversos, 92,25% são compostos por incorporação de bens provenientes dos Fundos, bens transferidos, receita do programa de sementes, cancelamentos de restos a pagar, transferência do Superávit Financeiro das Autarquias, VPA com apropriação de receitas fora do sistema DAE sujeitas à DRE.

Tabela 121 – Detalhamento de VPA - Fatos Geradores Diversos

(R$ milhares)

Código	Título	Valor
4.9.9.9.1.01	VPA de Ônus Sucumbência de Ações Judiciais	551
4.9.9.9.1.05	VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Processados	1.337
4.9.9.9.1.06	VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Não Processado Liquidado a Pagar	154
4.9.9.9.1.19	Participação nos Encargos do FDI - Diferido	18.520
4.9.9.9.1.20	Receita sobre Programa de Sementes	5.412
4.9.9.9.1.24	Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	1.178
4.9.9.9.1.25	VPA Decorrente de Alienação de Bens em Leilão	192
4.9.9.9.1.27	Doações Recebidas	9.329
4.9.9.9.1.29	Outras Receitas FECOP	107
4.9.9.9.1.31	Incorporação de Bens Móveis Doados, Transferidos ou Cedidos	2.490
4.9.9.9.1.32	Incorporação de Bens Imóveis Doados, Transferidos ou Cedidos	6.032
4.9.9.9.1.34	Incorporação de Bens Provenientes dos Fundos	235.995
4.9.9.9.1.44	Receita de Spread sobre Rendimentos de Fianças Criminais	381
4.9.9.9.1.45	Receita de Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	4.549
4.9.9.9.1.53	VPA com Alienação de Bens Móveis	131
4.9.9.9.1.55	VPA de Alienação de Bens Apreendidos	6.885
4.9.9.9.1.79	Receitas do FEEF	20.618
4.9.9.9.1.97.24	(-) Restituição de Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	-558
4.9.9.9.1.97.54	(-) Dedução de Dívida Ativa - FAADEP - Repasses de Emolumentos	-65
4.9.9.9.1.97.55	(-) Restituição de Alienação de Bens Apreendidos	-108
4.9.9.9.1.99	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.292
4.9.9.9.2	Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra	416.020
4.9.9.9.2.01	VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Processados	127
4.9.9.9.2.22	Superávit Financeiro das Autarquias	188.475
4.9.9.9.2.52	VPA da Economia em Acordos Judiciais e Administrativos	9.426
4.9.9.9.2.53	VPA com Transferência de Ativos	8.611
4.9.9.9.2.54	VPA com Transferência de Passivos	60
4.9.9.9.2.56	VPA com Baixa de Passivos Decorrentes de Apropriação pela DRE	1.741
4.9.9.9.2.57	VPA com Apropriação de Receitas Fora do Sistema DAE Sujeitas à DRE	207.581
4.9.9.9.3	VPA decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS – União	204
4.9.9.9.3.01	VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Processados	121
4.9.9.9.3.02	VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Não Processado Liquidado a Pagar	23
4.9.9.9.3.16	Rendas	60
4.9.9.9.4	VPA decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS – Estado	4
4.9.9.9.4.01	VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Processados	4

4.9.9.9.5	VPA decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS – Município	390
4.9.9.9.5.01	VPA com Cancelamento de Restos a Pagar Processados	390
TOTAL		**732.036**

FONTE: SEFAZ/CEGOG

DV04- Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

O grupo Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas é representado por Indenizações e Restituições e Variações Patrimoniais Diminutivas decorrentes de fatos geradores diversos, conforme abaixo:

Tabela 122 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

(R$ milhares)

Especificação	Valor
Indenizações e Restituições	113.606
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	463.838
Total	**577.444**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Do total do grupo Variações Patrimoniais Diminutivas decorrentes de fatos geradores diversos, 99,60% são compostos por transferências de ativos, baixa de bens por doação, transferência ou alienação de bens em leilão, sentenças judiciais, participação nos encargos do FDI, e apropriação de receitas fora do sistema DAE e desincorporação de bens dos fundos, sendo este o subgrupo de maior representatividade. Embora agregado no grupo Diversos, a escrituração ocorre em contas contábeis específicas, de modo a especificar a variação ocorrida, conforme tabela abaixo:

Tabela 123 – Detalhamento de VPD - Fatos Geradores Diversos

(R$ milhares)

Código	Título	Valor
3.9.9.9.1.99	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes Fatos Geradores Diversos	245.704
3.9.9.9.1.99.01	Sentenças Judiciais	6.407
3.9.9.9.1.99.07	Baixa de Bens Moveis Doados, Transferidos, Cedidos ou Perdidos	1.992
3.9.9.9.1.99.08	VPD Desincorporação Bens Imóveis Doados, Transferidos, Cedidos ou Sinistros	408
3.9.9.9.1.99.09	VPD Decorrente da Baixa de Bens Alienados - Leilão	890
3.9.9.9.1.99.10	Desincorporação de Bens dos Fundos	235.995
3.9.9.9.1.99.11	Baixa de Intangível	13
3.9.9.9.2	Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra OFSS	217.993
3.9.9.9.2.02	Transferência de Ativos	8.611
3.9.9.9.2.03	VPD com Transferência de Passivo	60

3.9.9.9.2.56	VPD com Baixa de Ativos Decorrentes de Apropriação pela DRE	1.741
3.9.9.9.2.57	VPD com Apropriação de Receitas Fora do Sistema DAE Sujeitas à DRE	207.581
3.9.9.9.3	Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - União	141
3.9.9.9.3.99.01.03	Decisões Judiciais - Honorários Advocatícios\Ônus da Sucumbência	117
3.9.9.9.3.99.01.99	Demais Sentenças Judiciais	24
TOTAL		**463.838**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Essas situações de concentração de valor no grupo diversos ocorre por falta de níveis específicos no Plano de Contas Nacional e devido a características das transações realizadas. Como os Entes Públicos não têm autonomia para criar níveis no plano de contas para atender suas especificidades, cria-se detalhamento por meio de contas contábeis de modo identificar e individualizar a transação.

3.2.5 Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período, quer como administrador de valores de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar (excluídos os serviços da dívida), os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na tabela a seguir, apresenta-se o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante do Estado do Ceará.

Tabela 124 - Demonstrativo da Dívida Flutuante – Consolidada

(R$ milhares)

Título	NE	Saldo do Exercício Anterior	Inscrição	Baixa	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Não Processados					
1º Exercício Anterior		853.626	0	780.474	73.152
2º Exercício Anterior		55.167	0	55.167	0
Deste Exercício		0	1.177.831	0	1.177.831
Subtotal	DF01	908.793	1.177.831	835.641	1.250.983
Restos a Pagar Processados	DF03				
1º Exercício Anterior		284.726	0	278.682	6.043
2º Exercício Anterior		2.902	0	2.902	0

Deste Exercício		0	213.528	0	213.528
Subtotal	DF01	287.628	213.528	281.584	219.572
Depósito de Diversas Origens	DF02	1.448.154	14.989.748	14.911.102	1.526.800
Subtotal		1.448.154	14.989.748	14.911.102	1.526.800
Total		**2.644.575**	**16.381.107**	**16.028.327**	**2.997.355**

Fonte: SEFAZ/CECOG

3.2.5.1 Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DF01 – Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados Evidenciados na Dívida Flutuante do Estado:

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. As tabelas abaixo apresentam o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2020 no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

Tabela 125 - Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar não Processados da Dívida Flutuante do Estado

(R$ milhares)

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2020
Baixa por Pagamento (6.3.1.4)	704.285
Baixa por Cancelamento (6.3.1.9)	131.356
Somatório das Baixas de RPNP na Dívida Flutuante	835.641

Fonte: SEFAZ/CECOG

Tabela 126 - Demonstrativo das Baixas de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante do Estado

(R$ milhares)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2020
Baixa por Pagamento (6.3.2.2)	279.607
Baixa por Cancelamento (6.3.2.9)	1.978
Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP) na Dívida Flutuante	281.584

Fonte: SEFAZ/CECOG

DF02 - Composição da Linha Depósitos de Diversas Origens

Faz-se necessário excluir das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 – Valores Restituíveis – Consolidação que possuem atributo P (Permanente). Essas contas de Passivo Circulante não pertencem ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual estão marcadas na contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não devem constar no mapeamento das contas contábeis para serem

incluídas na Dívida Flutuante. A tabela a seguir lista os saldos, em 31/12/2020, das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P e que foram excluídos do saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

Tabela 127 - Demonstrativo das Contas com Atributo "P" a Serem Excluídas dos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante – Consolidada

(R$ milhares)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2020
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	81
Ajuste 1: Valores Restituíveis – Consolidação Marcados com Atributo "P"		81

Fonte: SEFAZ/CECOG

Fez-se necessário também efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo das contas 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar; 2.1.8.9.2.12 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar; e 2.1.8.9.1.36 - Valores em Trânsito Exigíveis (F); 2.1.8.8.2.04.07 - Depósitos a Quem de Direito (F); 2.1.8.8.3.11 - Restituições de Receitas a Pagar (F); e 2.1.8.8.2.12 - Arrecadação da DRE a Repassar - Fora do Sistema DAE (F). Essas contas, apesar de não estarem relacionadas no grupo 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis - Consolidação, possuem funcionamento contábil semelhante. Ou seja, representam depósitos recebidos, não decorrentes da execução orçamentária, que serão devolvidos em momento posterior. Desta forma, é preciso que os saldos dessas contas sejam adicionados ao grupo 2.1.8.8.1 para que se chegue ao valor de Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante. A tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2020, das contas listadas acima e que foram incluídas no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

Tabela 128 - Demonstrativo das Obrigações Diversas a Serem Adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens da Dívida Flutuante Consolidada

(R$ milhares)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2020
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito (F)	471
2.1.8.8.2.12	Arrecadação da DRE a Repassar – Fora do Sistema DAE (F)	21.173
2.1.8.9.1.36.02	Receita a Classificar	1.125
2.1.8.8.3.11	Restituições de Receita a Pagar (F)	20
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	10.932
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	176
Ajuste 2: Obrigações Diversas a Serem Adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens		33.897

Fonte: SEFAZ/CECOG

Considerando os ajustes 1 e 2 citados acima, a composição dos Depósitos de Diversas Origens é apresentada na tabela abaixo:

Tabela 129 - Composição do Saldo do Exercício Anterior dos Depósitos de Diversas Origens do Demonstrativo da Dívida Flutuante Consolidada

(R$ milhares)

Descrição	Saldo em 31/12/2020
Saldo do Grupo de Contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	1.492.985
(-) Ajuste 1 - Saldo com Atributo P a Serem Excluídos no Grupo 2.1.8.8.1	81
(+) Ajuste 2 - Obrigações Diversas a Serem Adic. aos Depósitos de Diversas Origens	33.897
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)	1.526.800

Fonte: SEFAZ/CECOG

DF03 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

A inscrição dos restos a pagar processados, a partir do exercício de 2015, não considera o valor das consignações retidas e não pagas financeiramente. Assim, o valor da inscrição é feito pelo valor líquido do credor da obrigação principal.

3.2.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa

De acordo com a 8ª. edição do MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

Na tabela a seguir, apresenta-se o demonstrativo resumido da Demonstração dos Fluxos de Caixa do Estado do Ceará.

Tabela 130 – Resumo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados

(R$ milhares)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	NE	Exercícios	
		2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Ingressos	DFC01	64.323.569	61.888.236
- Receitas Derivadas e Originárias		18.017.947	18.309.827
- Transferências Recebidas		32.902.158	31.125.787
- Outros Ingressos Operacionais	DFC02	13.403.465	12.452.623
Desembolsos	DFC01	60.519.670	59.365.843
- Pessoal e Demais Despesas		18.907.049	18.437.748
- Juros e Encargos da Dívida		434.543	617.928
- Transferências Concedidas		27.992.706	27.419.856
- Outros Desembolsos Operacionais	DFC02	13.185.373	12.890.311
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		3.803.899	2.522.394
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Ingressos	DFC01	3.867	11.732
- Alienação de Bens		1.129	10.109
- Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		202	465
- Outros Ingressos de Investimentos		2.536	1.158
Desembolsos	DFC01	2.141.357	1.964.999
- Aquisição de Ativo não Circulante		1.535.683	1.365.339
- Concessão de Empréstimos e Financiamentos		6.831	1.152
- Outros Desembolsos de Investimento		598.844	598.509
Fluxo de Caixa Líquida das Atividades de Investimento (II)		-2.137.490	-1.953.267
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Ingressos	DFC01	1.464.765	1.379.112
- Operações de Crédito		1.464.765	1.379.112
Desembolsos	DFC01	1.035.535	969.019
- Amortização/Refinanciamento da Dívida		1.013.779	946.767
- Outros Desembolsos de Financiamentos		21.756	22.252
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		429.230	410.093
Apuração do Fluxo de Caixa do Período			
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)		2.095.639	979.219
- Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		6.032.317	5.054.747
- Caixa e Equivalente de Caixa Final		8.129.160	6.032.317
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa do Período		2.096.843	977.570
Conciliação Contábil-Financeira (IV - V - VI + VII)	DFC03	-1.204	1.650
- Saídas de Caixa a Regularizar (IV)		27.890	25.074
- Saídas de Caixa Regularizadas (V)		28.571	23.777
- Entradas de Caixa a Regularizar (VI)		12.460	614
- Entradas de Caixas Regularizadas (VII)		11.937	965
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa Ajustado		2.095.639	979.219

Fonte: SEFAZ/CECOG

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa do exercício de 2020 evidenciou uma geração líquida positiva de caixa e equivalente de caixa de R$ 2.095.639.425,98. O fluxo que mais contribuiu para este resultado positivo foi o das atividades operacionais que apresentou um resultado de R$ 3.803.898.668,27. Entretanto, o fluxo das atividades de investimento gerou um resultado negativo de R$ 2.137.489.690,44. Já a variação do Caixa e Equivalente de Caixa do

período foi positiva em R$ 2.096.843.042,94. A diferença entre a geração líquida de caixa e a variação de caixa do período é explicada pelo campo “conciliação contábil-financeira”, detalhado pela nota explicativa DFC03.

3.2.6.1 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFC01 - Critérios Utilizados na Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada (-) 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária) relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais.

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas (6.2.2.1.3.04 + 6.3.1.4 + 6.3.2.2) relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais.

Os ingressos dos fluxos das atividades de investimento compreendem as receitas arrecadadas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos de investimento referem-se às despesas pagas com aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Por sua vez, nos ingressos das atividades de financiamento são evidenciadas as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Nos desembolsos evidencia-se as despesas pagas com amortização e refinanciamento da dívida.

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa representa a soma dos três fluxos e a variação do caixa e equivalente de caixa corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa (1.1.1) do exercício de referência.

A conciliação contábil-financeira evidencia os ajustes nas contas de caixa que representam entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária. Por

sua vez, a variação do caixa e equivalente de caixa ajustado apresenta-se como o somatório da variação do caixa e equivalente de caixa com a conciliação contábil-financeira.

DFC02 - Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais

A tabela abaixo evidencia a composição dos “Ingressos de Valores Restituíveis” que compõe o Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

Tabela 131 - Demonstrativo dos Ingressos de Valores Restituíveis – Consolidados

(R$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.02	Garantias	234
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	320.854
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	199.646
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	8.750.453
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	6.523
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	12
2.1.8.8.1.11	Restituições de Receitas a Pagar	16.629
2.1.8.8.1.52	Pagamentos em Processamento Bancário	7.656
2.1.8.8.1.99.01	Outros Valores Restituíveis (F)	910
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	27.575
2.1.8.8.2.11	Restituições de Receitas a Pagar	587
2.1.8.8.3.11	Restituições de Receitas a Pagar	115
Total		**9.331.194**

Fonte: SEFAZ/CECOG

A tabela a seguir evidencia a composição da “Devolução de Valores Restituíveis” que compõe o Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

Tabela 132 - Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis – Consolidados

(R$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.02	Garantias	234
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	316.793
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	209.668
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	8.693.923
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	6.350
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação (F)	18
2.1.8.8.1.11	Restituições de Receitas a Pagar	16.629
2.1.8.8.1.52	Pagamentos em Processamento Bancário	7.656
2.1.8.8.1.99.01	Outros Valores Restituíveis (F)	605
2.1.8.8.2.09	Cheque Salário - Antecipação	27.575
2.1.8.8.2.11	Restituições de Receitas a Pagar	587
2.1.8.8.3.11	Restituições de Receitas a Pagar	115
Total		**9.280.152**

Fonte: SEFAZ/CECOG

A linha “valores a repassar” constitui-se de valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta e Direta arrecadada via DAE pela Secretaria da Fazenda a repassar, valores relativos às movimentações financeiras realizadas de forma inadequada e valores de pagamentos de outras fontes supridas pelo Tesouro Estadual.

Dessa forma, evidencia-se nessa linha os movimentos (créditos menos débitos) das contas relacionadas na tabela abaixo:

Tabela 133 - Demonstrativo dos Valores a Repassar – Consolidados

(R$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito	-866
2.1.8.8.2.12	Arrecadação da DRE a Repassar – Fora do Sistema DAE (F)	-1.793
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	-14.437
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	-1.183
Total		**-18.278**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Na linha “valores a receber” evidencia-se os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta e Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda, bem como os créditos a receber provenientes de movimentações financeiras realizadas indevidamente e de pagamentos de outras fontes supridos pelo Tesouro Estadual.

Assim, evidencia-se neste grupo os movimentos (débitos menos créditos) das seguintes contas relacionadas na tabela a seguir:

Tabela 134 - Demonstrativo de Valores a Receber – Consolidados

(R$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.8.2.50	Arrecadação da DRE a Receber - Fora do Sistema DAE	-1.793
1.1.3.8.2.51	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	-14.437
1.1.3.8.2.52	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	-1.183
1.1.3.8.2.54	Arrecadação DAE a Recuperar (F)	-856
1.1.4.1.1.09.01.01	Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F)	-132.501
1.2.1.3.1.08.01.01	Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F)	10.802
Total		-139.968

Fonte: SEFAZ/CECOG

Importante destacar que na composição deste grupo estão presentes duas contas contábeis, 1.1.4.1.1.09.01.01 e 1.2.1.3.1.08.01.01 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro (F), curto e longo prazo, respectivamente, que se referem a recursos financeiros dos fundos previdenciários, FPP e PREVID, aplicados em investimentos que não possuem liquidez imediata e por isso não compõem a linha Caixa e Equivalentes de Caixa.

Devido não haver uma previsão no layout da DFC de contas contábeis com essa característica de caixa e equivalentes de caixa, mas sem liquidez imediata, decidiu-se então alocar estes valores em Outros Desembolsos Operacionais, como Valores a Receber.

DFC03 - Conciliação Contábil-Financeira

O campo de Conciliação Contábil-Financeira destaca as entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária, onde houve lançamentos nas contas contábeis: 1.1.3.2.1.05, 1.1.9.8.1.51, 1.1.9.8.1.52, 1.1.9.8.1.99 e 1.1.3.8.1.06.01, para que a contabilidade estivesse compatível com a conciliação financeira.

Assim, estes lançamentos não se constituem como fluxos que geram entradas e saídas de caixa, e sim ajustes nas contas de caixa relativos a pendências de conciliação. Por esse motivo, tais movimentos apresentam-se fora dos fluxos operacional, de investimento e de financiamento, e estão inclusos após a variação de caixa e equivalente de caixa, ajustando esta variação. Dessa forma, nas gestoras que procederam esses ajustes, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa” será igual à “Variação do Caixa e Equivalente de Caixa Ajustada”. Esta se caracteriza pela soma da “Variação de Caixa e Equivalente de Caixa do Período” com a linha “Conciliação Contábil-Financeira”.O cálculo da conciliação contábil-

financeira, por sua vez, é feito da seguinte forma: soma-se as saídas de caixa a regularizar com as entradas de caixa regularizadas e diminui-se desse valor as saídas de caixa regularizadas e as entradas de caixa a regularizar.

Na linha de "Saídas de Caixa a Regularizar" observa-se as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta, como também anulação de receita de exercício anterior. Esta linha é representada pelo movimento a débito das contas contábeis demonstradas na tabela abaixo:

Tabela 135 - Demonstrativo das Saídas de Caixa a Regularizar – Consolidadas

(R$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.05	IR e CSLL a Recuperar/Compensar	2
1.1.9.8.1.51	Sequestros Judiciais a Regularizar (P)	17.245
1.1.9.8.1.52	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar (P)	2.609
1.1.9.8.1.99	Outras VPD a Apropriar (P)	1.066
1.1.3.8.1.06.01	Numerários em Trânsito (F)	6.968
Total		**27.890**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Já no grupo "Saídas de Caixa Regularizadas" registra-se as regularizações em 2020 referentes a sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas que ficaram pendentes de regularização em 2019. Representando assim o movimento a crédito das contas contábeis demonstradas na tabela a seguir:

Tabela 136 - Demonstrativo das Saídas de Caixa Regularizadas - Consolidadas

(R$ milhares)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.9.8.1.51	Sequestros Judiciais a Regularizar (P)	20.500
1.1.9.8.1.52	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar (P)	2.465
1.1.9.8.1.99	Outras VPD a Apropriar (P)	341
1.1.3.8.1.06.01	Numerários em Trânsito (F)	5.265
Total		**28.571**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nas "entradas de caixa a regularizar" evidenciam-se as entradas de valores nos extratos bancários que não foram identificados em conciliação bancária e são representadas pelo movimento a crédito da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar (F). Em 2020 a conta apresenta o valor de R$ 12.459.783,65. O grupo "entradas de caixa regularizadas", no

valor de R$ 11.937.493,66, constitui-se no movimento a débito da conta 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar (F), que representa as regularizações em 2020 das receitas a classificar de exercícios anteriores.

CAPÍTULO IV

4. DOS INDICADORES E DA GESTÃO FISCAL

4.1 Da Análise Macroeconômica

4.1.1 A Economia em Tempos de Covid e seu Impacto na Gestão Fiscal

4.1.1.1 Panorama Geral

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - (ESPII), considerado o mais alto nível de alerta da organização, sendo a sexta vez na história que ESPII é declarada. Em 11 de março de 2020 a doença intitulada covid-19 foi caracterizada como uma pandemia.

Diante desse quadro surge um consenso em nível mundial e nacional que a, curto prazo, a forma mais eficaz de enfrentar a crise sanitária que se consolidava, evitar uma pandemia descontrolada, colapso do sistema de saúde e uma consequente quantidade elevada de óbitos era recorrer a medidas generalizadas de isolamento social. No entanto, com o passar do tempo o isolamento generalizado estava associado a pesados custos econômicos em termos de desemprego, queda nos rendimentos e aumento da pobreza, pois as infecções das pessoas reduzem a oferta de mão-de-obra, quarentenas, bloqueios regionais e distanciamento social, essenciais para conter o vírus, reduzem a mobilidade, com efeitos particularmente agudos em setores que dependem de interações sociais (como viagens, entretenimento e turismo). Além do mais, os fechamentos nos locais de trabalho interrompem as cadeias de suprimentos e reduzem a produtividade, consequentemente o nível de produção e oferta da economia. Demissões, queda de renda, medo de contágio e aumento da incerteza fazem as pessoas gastarem menos, afetando o nível de demanda do sistema econômico, desencadeando mais fechamentos de negócios, perdas de empregos e impactando uma parcela significativa da economia.

Diante desse contexto o Poder Público foi posto à exaustão na condução tempestiva da gestão do sistema de saúde e da gestão fiscal no enfrentamento da crise provocada pela covid-19. O momento exigiu do Poder Público muita inteligência, vontade política, cooperativismo, coordenação e integração na condução da arquitetura sanitária, econômica e social no enfrentamento da crise provocada pela pandemia. É uma crise com origens na saúde que exigiu recursos para o combate direto, e de igual modo necessitou de recursos para mitigar os reflexos deletérios sobre a economia real. Assim, o Poder Público lançou um amplo conjunto de medidas

emergenciais de apoio à saúde e à economia, muitas das quais envolveram e ainda envolvem custo fiscal significativo.

Após as aprovações das legislações recentes pelo Congresso Nacional que visavam dar o arcabouço jurídico necessário para o enfrentamento da crise, dispensavam o atingimento de resultados fiscais, também se estabelecia ajuda financeira aos entes subnacionais na busca pelo equilíbrio federativo. Nessa linha, foram exigidas também providências necessárias e urgentes no âmbito orçamentário e financeiro, principalmente dos entes subnacionais, situação em que Governadores e Prefeitos passaram a ser protagonistas no combate à pandemia, e de forma especial também na destinação de recursos para quem mais precisava por meio de programas que visavam proteger os mais vulneráveis.

Em momentos de grande instabilidade, desequilíbrio e incertezas não se questiona a necessidade da presença do protagonismo do Estado. Este importantíssimo agente econômico, a despeito de exercer funções mínimas ou intervencionistas, importa que o Estado tenha uma participação contundente na solução das demandas sociais. E assim, encontrar sua legitimidade e razão de ser no atendimento dessas necessidades públicas, exercendo uma atividade financeira que consiste na obtenção e aplicação de recursos públicos para satisfazer as necessidades coletivas crescentes por meio do financiamento das políticas públicas e assim gerar resultados substantivos para sociedade. Diante do contexto atual a ação governamental torna-se vital e imprescindível em momentos de grave crise, ainda mais esta que tem efeito conjugado no âmbito sanitário, econômico e social.

4.1.1.2 Fundamentos da Ação Governamental

4.1.1.2.1 Fundamentos Econômicos

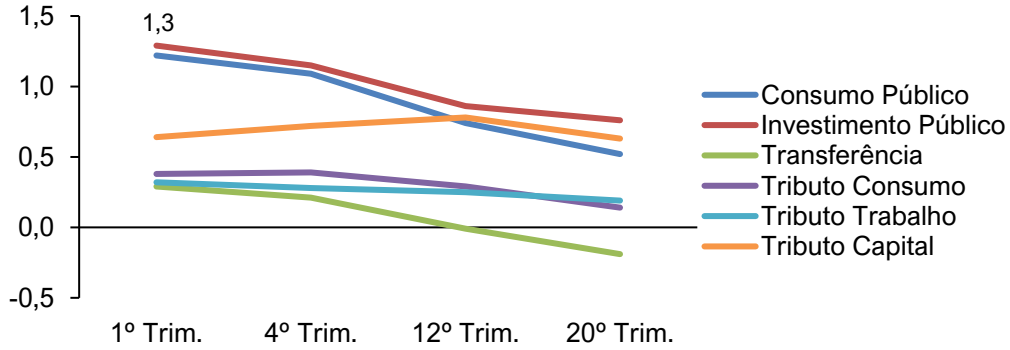
O manual macroeconômico em momentos de crise nos revela o velho receituário keynesiano como mais do que justificado e imperativo para estimular de forma direta o consumo e o investimento, uma vez que a utilização do gasto público, desde que por tempo determinado e foco, via comprovação do efeito multiplicador fiscal[1], atua como impulsionador sobre a demanda agregada, uma vez que cada unidade monetária gasta pelo governo aumenta em mais de uma unidade a demanda por bens e serviços. Se as autoridades ao redor do mundo puderam emitir e gastar em proporções nunca vistas para evitar o colapso do sistema financeiro na crise de 2008, então, é possível também emitir e gastar para outras causas igualmente

[1] Forma de medir a repercussão no PIB de políticas governamentais que tem como financiamentos fontes relativas à redução de impostos e aumento de gastos públicos.

justificáveis, como o colapso da saúde com sobrepeso na economia que afeta o cidadão de forma muito intensa nessa pandemia.

Afirma-se que a arma mais potente para o momento de crise são os gastos públicos, fundamentalmente os investimentos, pois se mostrou superior a uma unidade, em torno de 1,3, está embasada superando os demais instrumentos fiscais, conforme demonstra o gráfico 18. Isso revela a importância do investimento público como um instrumento fiscal que impulsiona a atividade econômica diretamente no curto prazo por ser um componente da demanda agregada e indiretamente no longo prazo por elevar a produtividade da economia quando da maturação do capital público investido.

Gráfico 18 - Impulso e Resposta dos Multiplicadores Fiscais no Brasil



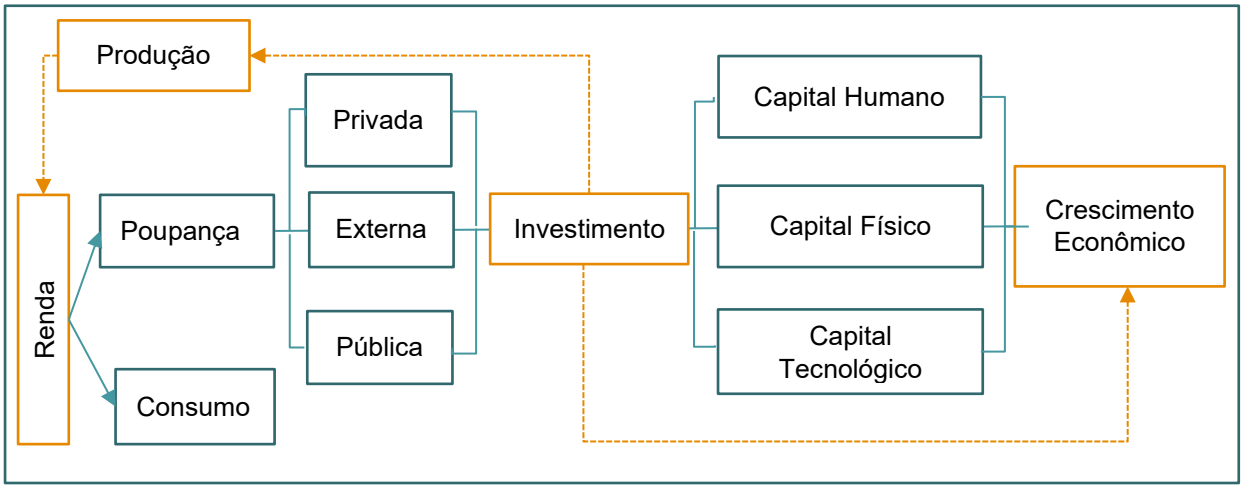
Fonte: Vitor Kayo (2018). STN, Cadernos de Finanças Públicas Vol 18, nº 1 (jan-abr/2018)

Um panorama sintético da ciência econômica divide o PIB em quatro componentes: consumo, investimento, compras governamentais e exportações líquidas. Assim, qualquer retração tem sua origem na desordem desses componentes e o aumento dos gastos do governo pode ser uma arma potente para resolver desequilíbrios a curto prazo, mesmo ao custo de endividamento, o que é melhor do que esperar o próprio mercado se autoajustar no médio e longo prazo. Todavia, é importante o cuidado com aumento do déficit orçamentário prolongado, principalmente quando os gastos governamentais apresentados inicialmente como extraordinários para o enfrentamento da crise tendem a ser mantidos, gerando déficits fiscais persistentes e prejudicando a sustentabilidade fiscal intertemporal.

A preocupação com os déficits orçamentários está embasada na alegação de que estes tornam a economia menos pujante no longo prazo, baseia-se na crença de que o fato de que empréstimos governamentais afastam o investimento privado: ao emitir lotes de dívidas, o governo inflacionaria as taxas de juros, o que faria com que o empresariado não se dispusesse a investir em novas fábricas e equipamentos, e isto por sua vez reduziria o índice de crescimento de longo prazo da economia. Segundo Mankiw (2008) , quando o governo incorre em déficit orçamentário, a poupança pública é negativa e isso reduz a poupança nacional. Em

outras palavras, quando o governo toma empréstimos para financiar seu déficit, ele reduz o montante de fundos emprestáveis disponíveis para financiar famílias, empresas e a consequente retração do investimento privado e do próprio investimento público.

Figura 1 – Poupança e Investimento



Fonte: Elaboração SECEX Tesouro-Cepla

Sob circunstâncias normais, este argumento faz bastante sentido. Por causa disso, há sempre tentativas dos formuladores de política econômica de forçar a disciplina fiscal por meio da introdução de legislação proibindo o governo de manter déficits orçamentários, até mesmo por meio de emenda constitucional, como foi a Emenda Constitucional Nº 95 que limita por 20 anos os gastos públicos.

Todavia, como afirmam, (Krugmam e Wells, 2008)2, que o governo só deve equilibrar o orçamento em média, isto é, deve ser permitido que incorram em déficits em anos ruins, compensados por superávits em anos bons. Não acreditam que o governo deva ser forçado a ter um orçamento equilibrado todos os anos, pois isso solaparia o papel dos impostos e dos gastos públicos como estabilizadores automáticos. É cediço que a tendência de a receita tributária cair e de os gastos aumentarem quando a economia se contrai ajuda a limitar a gravidade das recessões. Todavia, é importante ressaltar também que, quando há ocorrência de queda da receita e aumento dos gastos gerados por uma desaceleração da economia, isso leva inexoravelmente o orçamento público a um déficit. Ao ser restringido por regra de equilíbrio orçamentário, o governo teria que responder a esse déficit com políticas fiscais contracionistas, que por sua vez tenderiam a aprofundar a recessão.

Cabe aqui uma fundamental preocupação dos condutores das políticas econômicas, de que não se deve focar apenas em viabilizar o financiamento dos gastos, mas a qualidade tanto

[2] Krugman, Paul. Wells, Robin. Macroeconomia; tradução da 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2015. Capítulo 14.

das despesas como das receitas e a decisão de como tributar e gastar deve ter por objetivo o aumento da eficiência alocativa, a equidade, produtividade e a manutenção da estabilidade econômica. Uma saída é o governo por intermédio de suas autoridades monetárias e fiscais atuarem de forma coordenada com credibilidade suficiente para se comprometerem em manter as condições necessárias, gerenciar as expectativas e garantir a todos agentes econômicos, privados e públicos, que farão o que for necessário para evitar o colapso do sistema econômico.

No contexto macroeconômico brasileiro atual, agravado por uma crise sanitária e econômica, cujo ambiente de juros baixos em que não há excesso de demanda, pressão sobre o nível de preços e pleno emprego, promover a flexibilização monetária e calibrar a velocidade da moeda no circuito da economia desaquecida pode ser o medicamento monetário a conter o avanço da infecção nos pulmões da economia, e o respirador fiscal expansionista, o instrumento a garantir o tempo necessário ao sistema imunológico do crescimento econômico para debelar o processo infeccioso da crise. Todavia, é sabido que a diferença entre o remédio e o veneno é a dose, a parcimônia exige que uma vez o paciente Brasil de alta, você não pode manter os protocolos de quando ele esteve na UTI da recessão econômica. Por fim, considerando a utilização dos instrumentos econômicos e sua relação complexa e intrínseca na busca pelo equilíbrio do sistema econômico, é difícil afirmar quão bem-sucedida será a política monetária e fiscal para evitar uma profunda recessão. Mas, no desenrolar dos eventos, existe a certeza de que os formuladores de políticas do Banco Central e do Tesouro não se desvencilharão de olhar através de uma lente keynesiana para enxergar a solução dos problemas enfrentados.

4.1.1.2.2 Fundamentos Jurídicos

Os impactos sanitários e econômicos dessa pandemia e sua evolução estão estreitamente vinculados e, por isso, é essencial que as políticas econômicas e sanitárias estejam integradas e coordenadas. Cumpre lembrar, no que se refere à atuação dos entes federativos de forma articulada, notadamente no tocante as fontes de financiamentos para o enfrentamento dessa crise, que a média dos últimos dez anos da carga tributária confirma que 69% ficam com a União, 25% com os Estados e apenas 6% com os Municípios. Além disso, outros instrumentos fiscais e monetários, como emitir dívida e base monetária, só a União dispõe. Nessa toada, assevera-se que se torna um dever de o Estado estruturar sua atuação na gestão dessa crise, cabendo ao Governo Federal a maior responsabilidade para atenuar o impacto dos choques advindos da pandemia, uma vez que os princípios constitucionais na sua dimensão do federalismo cooperativo encontra-se consagrado em seu art.21, inciso XVIII combinado com o parágrafo único do art.23., cuja dicção desses dispositivos impõe à União a competência para planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas e

estabelecer ditames legais que fixarão normas para cooperação entre os entes da federação tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

> *Art.21, inciso XVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;*

Faço essa referência constitucional para justificar um dilema fiscal dos entes subnacionais, notadamente dos Estados, diante de uma posição fiscal estressada pelo somatório das contas fixas pré-existentes mais as extemporâneas advindas da crise e a flexibilidade orçamentária e financeira limitada, conjugado com uma queda na economia nacional da ordem de 4,1%, com efeito sobre o decréscimo estimado da economia estadual da ordem de –3,56% (IPECE, março 2021) aliado ao impacto negativo sobre as principais receitas estaduais. Ante a ausência de uma ação coordenada, estruturada e dialogada entre a União e outros entes federativos o enfrentamento com resultados positivos fica prejudicado. Existe claramente uma dissonância de compreensão do problema e consequentemente das soluções a serem empreendidas. Cabe salientar o ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2001 Joseph Stiglitz[3], que diz não acreditar na dicotomia criada entre salvar vidas ou a economia. Para ele, a economia só será salva se os esforços forem concentrados antes nas pessoas. “O fato é que, se você não salvar as pessoas, a economia será devastada. Pessoas não irão ao restaurante, ficarão nervosas quanto a ir ao trabalho, não irão voar por aí, haverá medo no ar. Basicamente, a economia se encaminhará para a paralisia se não pararmos a pandemia. Por isso, é uma boa decisão colocar a prioridade nas pessoas e controlar a pandemia”.

Não basta a aprovação das legislações recentes pelo Congresso Nacional, que dispensa o atingimento de resultados fiscais, ao tempo que dispõe de ajuda financeira aos entes subnacionais na busca pelo equilíbrio federativo, vai exigir providências necessárias mais profundas e urgentes ao agravamento da situação e requerer ações coordenadas e integradas por parte do Governo Federal, respeitando assim o Princípio Federativo consagrado no artigo 1º e o disposto no seu parágrafo único da Constituição da República, e, assim, preservar o Estado Democrático de Direito que tem como fundamento: i) a soberania; ii) a cidadania; iii) a dignidade da pessoa humana; iv) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; v) o pluralismo. A Constituição Federal determina o respeito à autonomia federativa e financeira dos entes e delimita os campos de atuação, estabelecendo prerrogativas, divisão de recursos e responsabilidades para o cumprimento das funções de estado. Todavia, cumpre destacar que o Pacto Federativo Brasileiro da CF 88, vai além de uma simples autonomia dos entes federados, adotou também o Modelo Cooperativo, que por sua vez, fundamentado no princípio da solidariedade, consiste num Federalismo Cooperativo que exige reciprocidade entre entes

[3] Entrevista no Estadão. Disponível: https://einvestidor.estadao.com.br/comportamento/joseph-stiglitz-coronavirus

federativos sem proselitismos, e assim fortalecer a resiliência governamental para o enfrentamento da crise.

4.1.1.2.3 Resiliência Fiscal

Nesse tópico, abre-se um parêntese para um conceito importante ante o contexto vivenciado. A atual crise enfrentada pelo Mundo, pela União, Estados e Municípios não é temporária, mas sinal de uma mudança profunda que envolve todo o sistema social e econômico e seguramente terá efeitos de longa duração. A realidade revela que essa crise é caracterizada pela combinação simultânea de eventos sanitários, econômicos e sociais de triplo efeito, cujas medidas tomadas para aplacar as consequências impactam o cidadão de maneira diferente, contribuindo para complexidade de um mal-estar social que se mostra cada vez mais intenso. A percepção disseminada é de que a cura é pior que a doença, que para além da proteção da vida é também imediata e notável no íntimo das pessoas a dor da capacidade de subsistência e de convivência social.

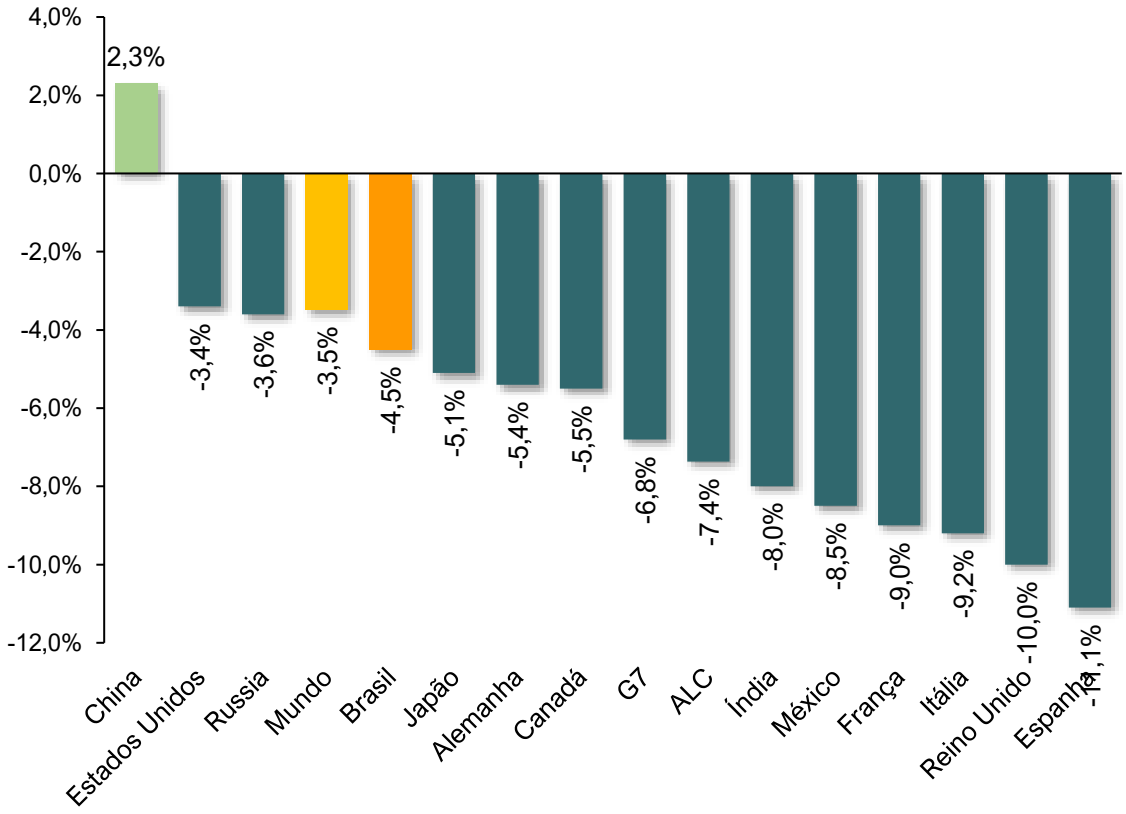
As vítimas do colapso da saúde e da economia não têm dúvidas onde procurar solução que não seja o Estado, o agente equipado com recursos indispensáveis à tarefa e com a capacidade de efetivar ações e a autoridade de decidir como as coisas devem ser feitas. Sendo assim, é fundamental também saber como se dará a equação fiscal, pois, quais receitas e em que volume serão necessárias para suportar as despesas públicas de enfrentamento e de manutenção do provimento de bens e serviços requeridos pela sociedade. É nesta linha que o conceito de resiliência governamental nos remete à capacidade de um governo ou comunidade de se preparar, responder e se adaptar a eventos perigosos e disruptivos, como desastres naturais, mudanças demográficas e calamidades públicas como esta pandemia que traz em uma única embalagem uma crise sanitária, econômica e social. E no contexto da resiliência governamental, destaca-se a resiliência da gestão fiscal que diz respeito à capacidade dos governos de antecipar, absorver e reagir aos choques que afetam suas finanças no curto e no longo prazo. Nesse sentido, cumpre ressaltar as questões-chave para se analisar a vulnerabilidade financeira do ente federado, as quais evidenciamos: autonomia financeira, folga fiscal, volatilidade das receitas próprias e nível de endividamento. A observância dessas questões serve para aquilatar o nível de prontidão e resposta necessárias no gerenciamento dos recursos, exigindo-se o desenvolvimento de novas formas de prestar serviços públicos e novas habilidades organizacionais para combinar capacidades de antecipação e adaptação na mitigação dos riscos. Para além do entendimento desse conceito e dos seus elementos estruturadores, é importante conhecer os fundamentos jurídicos e econômicos que embasam a atuação governamental pelos entes federados no Brasil, e assim, compreender também melhor os cenários mundial, nacional e local.

4.1.1.3 Análise dos Cenários

4.1.1.3.1 Cenário Mundial

A crise sanitária foi inevitável para todos os países no mundo e reverberou de igual modo no sistema econômico, cujas consequências advindas pela mudança de comportamentos, o aumento aversão ao risco, queda na oferta e demanda agregada de alguns setores da economia, aumento na taxa de desemprego, queda na renda familiar, número crescente de empresas decretando falência, aumento da desigualdade social e o decorrente aumento da violência. Todo esse contexto impôs ao crescimento global projetado inicialmente em abril 2020 uma recessão da ordem de -3,0%, um resultado muito pior do que a crise financeira global de 2008. Contudo, foi registrada uma queda de -3,5% com resultados significativos e mais intensos em países como França (-9,0%), Reino Unido (-10,0%) e Espanha (11,1%) conforme gráfico 19.

Gráfico 19 – Projeções do Crescimento Real do PIB em virtude da Covid-19



Fonte: FMI-World Economic Outlook – Janeiro 2021. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

Nesse tópico cabe também um parêntese conceitual em relação ao crescimento econômico dos países. Cumpre destacar que é extensa a literatura acerca dos determinantes

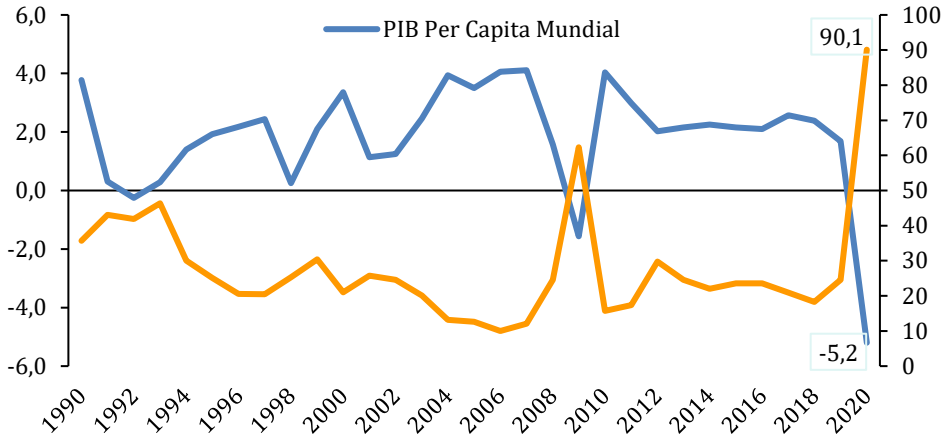
do crescimento econômico que têm como marco a contribuição de Solow (1956)[4] e posteriormente depois de muitos estudos concluíram como fontes do crescimento econômico os seguintes fatores: i) Taxa de poupança (para ocorrer qualquer tipo de investimento (I), é necessário que haja recursos para financiá-lo, isto é poupança(S)); ii) Acumulação de Capital Físico (K) (máquinas, estradas, portos etc.); iii) Progresso Tecnológico-PTF (fator que amplia a quantidade gerada pelo uso de capital físico e humano em função da eficiência com que os fatores são utilizados); iv) Capital Humano (número de trabalhadores disponíveis a serem empregados no processo produtivo e sua habilidade, que usualmente cresce com o nível de escolaridade); v) Qualidade Institucional (QI) (o que está por trás da prosperidade socioeconômica dos países é o tipo e qualidade de instituições que eles adotam[5]).

A grande disparidade econômica entre os países em termos de crescimento econômico, revelada na classificação em países avançados, economias emergentes e em desenvolvimento, evidencia a capacidade e competência que os países têm de compor melhor esses fatores, que acabam se mostrando elementos arrefecedores e mitigadores dos riscos de uma crise com custos sanitários e socioeconômicos de escala planetária, mas que ao mesmo tempo aprofunda e expõe o nível de desigualdade no mundo. Só a título de exemplo, recentemente o Congresso Americano aprovou um pacote de ajuda no combate a pandemia da ordem de 1,8 US$ trilhão de dólares equivalente ao PIB brasileiro. Ademais, recentemente o Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, enviou ao Congresso Americano um novo pacote de estímulos a economia do país no valor de US$ 2,3 trilhões de dólares, ainda não aprovado, focado em investimentos de infraestrutura.

Cumpre destacar ainda o reflexo no PIB per capita do mundo, cujo resultado revela o empobrecimento do mundo, uma vez que uma fração muito maior de países devem experimentar PIB per capita negativo em 2020, bem superior se comparado a época da crise financeira de 2008. Isto é, 90% dos países registraram -5,2% de queda do PIB per capta, conforme demonstra o gráfico abaixo.

[4] Ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1987.
[5] Argumentação defendida por Daron Acemoglu, professor de Economia do MIT e James Robinson, professor de Administração Pública da Harvard University no livro Porque as Nações Fracassam.

Gráfico 20 – Empobrecimento do Mundo - Per Capita do PIB Mundial (%)



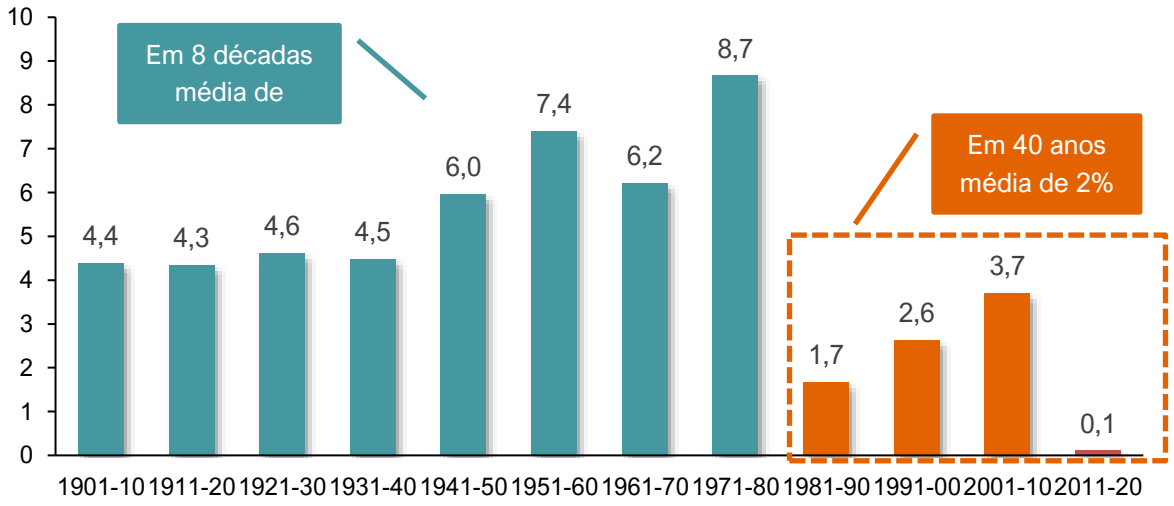
Fonte: FMI-World Economic Outlook – Janeiro 2021. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

4.1.1.3.2 Cenário Nacional

O desdobramento da pandemia em 2020 gerou um aumento relevante nos índices de distanciamento social no país, mas os impactos adversos sobre o nível de atividade econômica acabaram sendo menores do que a projeção no momento inicial da pandemia, quando grande parte do choque negativo sobre as expectativas esteve associada ao elevado grau de desconhecimento sobre a doença; à incerteza sobre as políticas governamentais de apoio às famílias e ao setor produtivo e à ausência de perspectivas sobre o desenvolvimento de uma vacina no curto prazo.

Com relação ao crescimento econômico brasileiro, corroborando com os argumentos mencionados no tópico 3.1, existem diversos diagnósticos sobre o baixo crescimento da economia brasileira, vide gráfico abaixo, dentre os quais destacam-se neste documento o de Mendes (2014), cujas escolhas dos formuladores de políticas no Brasil ao longo do tempo, revelaram uma combinação deletéria para o nosso baixo crescimento: a) altos gastos públicos sem efetividade; b) complexo sistema tributário; c) baixo investimento público; d) baixa qualidade dos serviços de educação; e) insegurança jurídica; f) baixa poupança do setor público.

Gráfico 21 - Taxas Médias Reais de Crescimento Anual em cada Década (%)

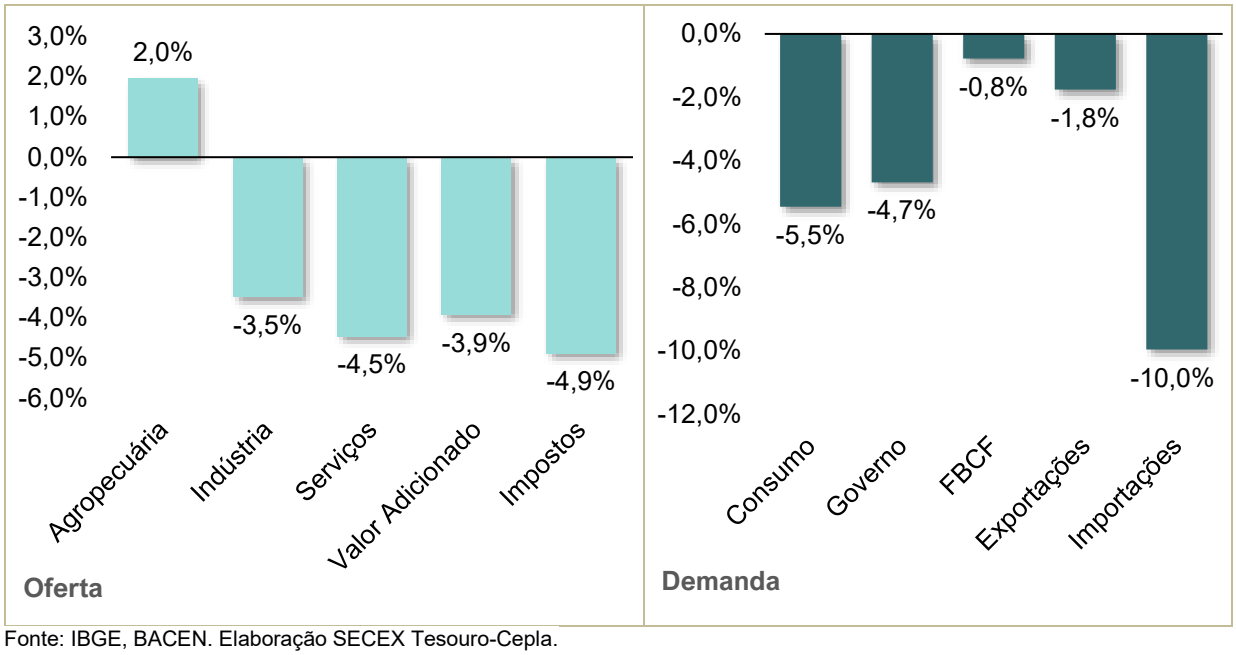


Fonte: IPEA, BACEN. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla

Ademais com o avanço e aprofundamento da crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, a mais grave já enfrentada por governos, famílias e empresas de todo o mundo, na opinião de diversos economistas de diferentes segmentos de atuação, constatam que as medidas necessárias de isolamento social impactaram a atividade produtiva, o emprego e o consumo de forma mais ampla e intensa do que ocorreu em 2008, exacerbando ainda mais um crescimento econômico brasileiro médio de 2% dos últimos 40 anos contra o crescimento médio da ordem de 5,8% de 8 décadas anteriores. Revelando a última década como perdida face aos resultados pífios de outros anos e os recessivos de 2015, 2016 e agora 2020, como mostra a variação do PIB no gráfico acima.

As incertezas quanto à duração e à intensidade da pandemia de Covid-19 e quanto aos seus efeitos deletérios sobre a economia real elevaram o grau de aversão ao risco dos agentes econômicos a patamares raramente vistos na história. Em situações de aversão ao risco, empresas e famílias apresentam comportamento mais prudente do que normalmente fazem. Como esses movimentos são feitos de forma simultânea pela maioria dos agentes, os preços podem deixar de refletir os fundamentos da economia e passam a ecoar e se refletir numa crise de oferta e demanda, como foi o caso de 2020, quando a pandemia impondo respostas sanitárias para a sua mitigação causaram um choque negativo inicial à oferta e, em seguida, à demanda. A esse efeito soma-se a uma crise financeira que aprofunda o problema no sistema de produção e consumo do sistema econômico.

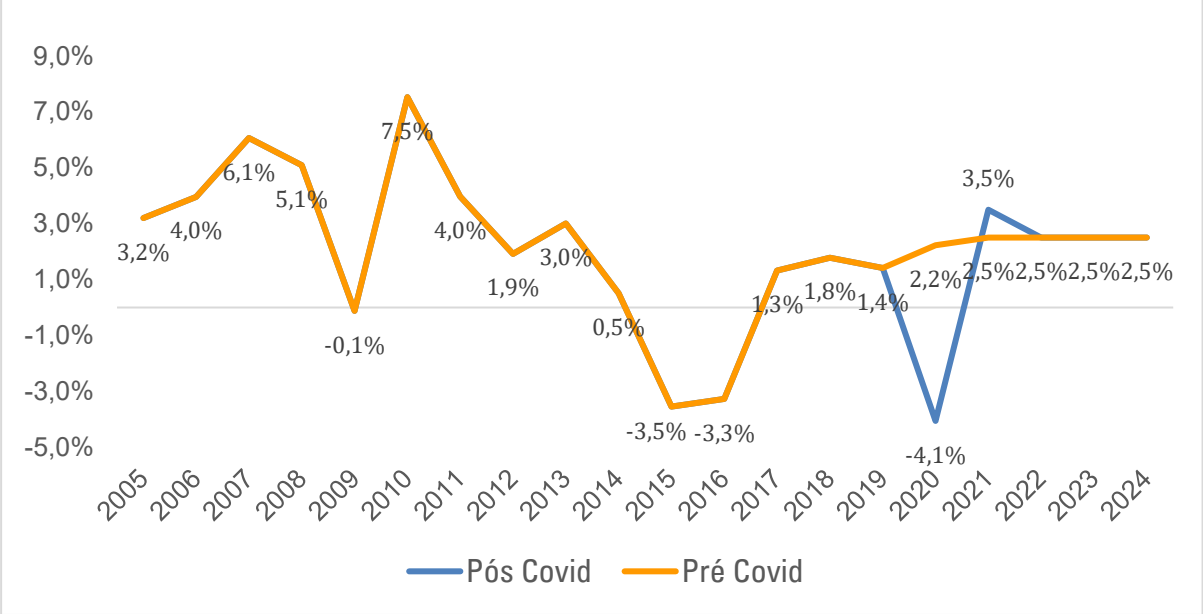
Gráfico 22 - Crise de Oferta e de Demanda



Fonte: IBGE, BACEN. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

É cediço que a economia brasileira já vinha cambaleante desde 2014 quando registrou num crescimento de 0,5% do PIB, seguido de uma recessão em 2015 com queda do PIB de -3,5% e de -3,3% em 2016. Na sequência tínhamos desde 2017 a 2019 uma trajetória de recuperação tímida, gradual e lenta, tendo em vista que apresentamos um crescimento do PIB da ordem de 1,3% em 2017, 1,8% em 2018 e 1,4% em 2019, cuja trajetória foi interrompida pela recessão econômica de 2020 causada pela pandemia, revelando uma queda e recuperação em V com base nas expectativas de crescimento pré-covid e pós-covid conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 23 - Evolução da Taxa de Crescimento do PIB (%)

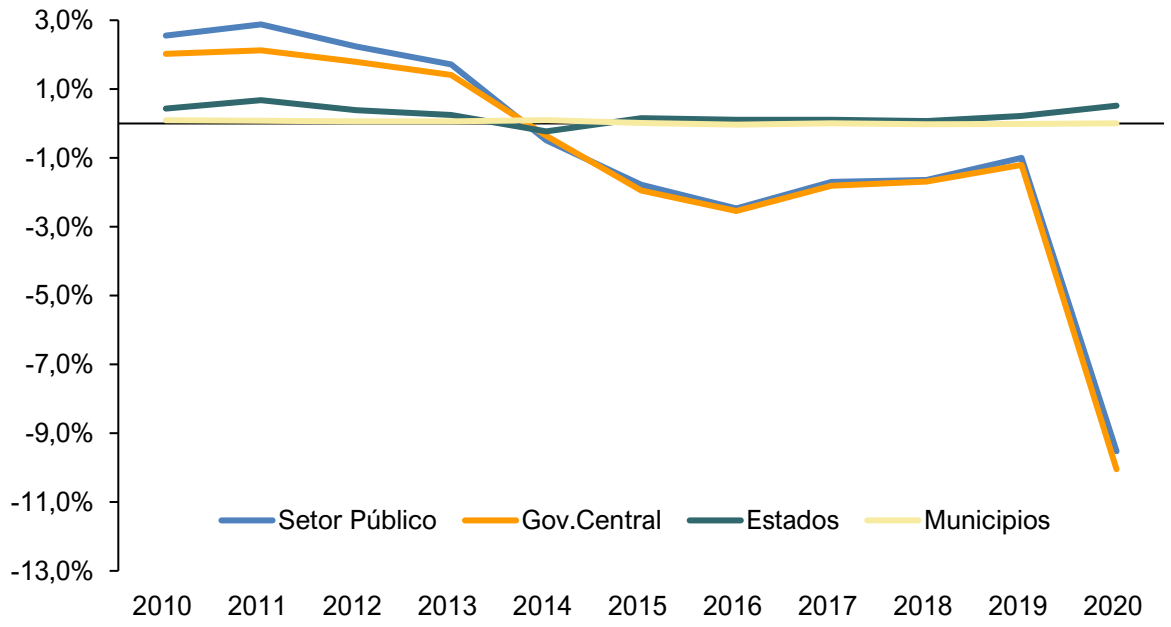


Fonte: STN. Pós-covid (19-10-2020) e Pré-covid(14-02-2020). Elaboração SECEX Tesouro-Cepla

Todavia, cabe uma reflexão sobre o tipo de recuperação que será revelada ao final dessa crise. Em virtude de uma 2ª onda, o recrudescimento da crise sanitária, o agravamento da sua repercussão sobre a atividade econômica e a ausência da ação governamental coordenada e integrada, tão exigida para o enfrentamento de uma crise multifacetada como essa imposta pela pandemia causada pela Covid-19, deverão intensificar os efeitos da crise.

Nessa linha dos efeitos, cumpre destacar ainda que os resultados da atividade da economia brasileira têm reflexo também sobre o resultado primário e o endividamento do setor público. Nessa linha, na medida que o governo aumenta seus gastos mais que proporcionalmente às receitas, eleva-se a dívida pública, uma vez que os gastos com saúde necessariamente sobem acentuadamente acima do esperado, combinados com quedas nas receitas públicas, e portanto, acentuando a possibilidade de déficits fiscais maiores, como demonstra o gráfico abaixo, cuja evolução do resultado primário por esfera de governo, como a métrica viável para evidenciar o desempenho fiscal ao longo do tempo, evidencia o peso que a União tem no resultado consolidado do setor público.

Gráfico 24 - Evolução do Resultado Primário (%PIB) por Esfera de Governo 2010-2020

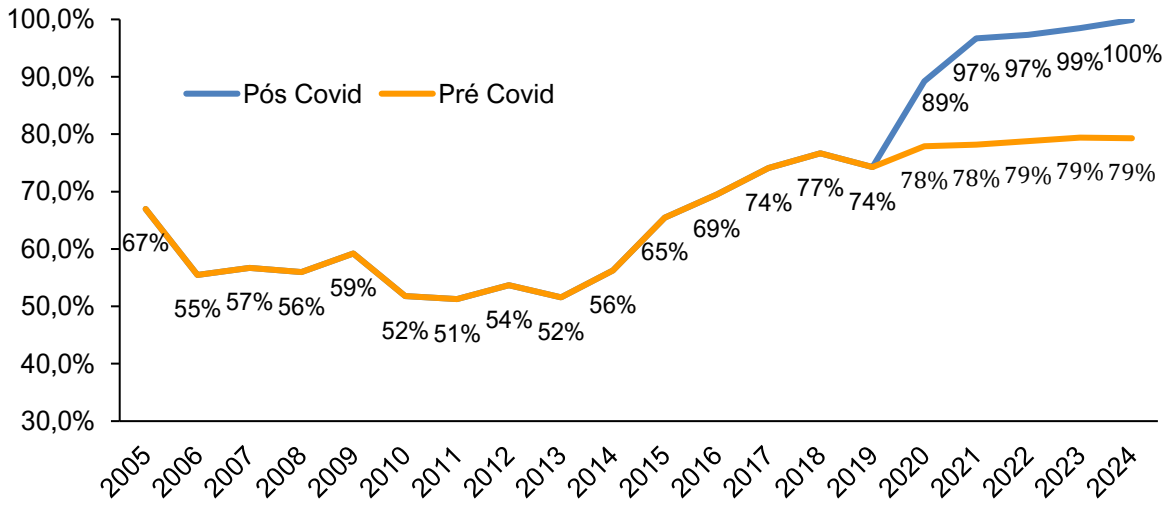


Fonte: IBGE, BACEN. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

A dívida pública é um dos principais fundamentos de uma economia. Se usada adequadamente, pode significar uma alavanca para o desenvolvimento, um instrumento para o governo financiar seus gastos e investimentos. Quando descontrolada, acaba funcionando como um freio ao desenvolvimento, pela necessidade de geração contínua de grandes superávits primários, que comprometem a disponibilidade de recursos financeiros para o

governo aplicar em infraestrutura, que por sua vez é o mecanismo que viabiliza a iniciativa privada a gerar mais investimentos e empregos. Todavia, um dos principais gargalos da economia brasileira para além dos fatores retromencionados, continua sendo o desequilíbrio fiscal. O aumento de gastos para mitigar os efeitos da pandemia deverá produzir um déficit primário da ordem de 10% do PIB em 2020, levando a dívida pública para cerca de 90% do PIB. Isso significa que o esforço para reverter a trajetória de crescimento da dívida terá que ser maior do que antes, uma vez considerado os efeitos permanentes da queda do PIB em 2020 sobre a arrecadação de impostos e o próprio aumento da relação dívida/PIB.

Gráfico 25 - Evolução da Dívida Bruta do Governo Geral-DBGG (%PIB)



Fonte: STN. Pós-covid (19-10-2020) e Pré-covid (14-02-2020) Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

Cumpre destacar ainda que, a trajetória das contas públicas subnacionais em 2020 é decorrente dos efeitos iniciais dos custos sanitários e da quarentena sobre a economia e, posteriormente, pelo impacto da resposta federal, diga-se de passagem tardia, sobre as receitas estaduais e municipais. Como dito anteriormente, o arsenal de medidas de enfrentamento à pandemia dessa magnitude é restrito para os entes subnacionais comparativamente ao leque de instrumentos de política monetária e fiscal que dispõe o governo federal. Ademais, o governo federal não fez nenhuma benesse, uma vez que é obrigação constitucional sua competência do planejamento e defesa permanente contra às calamidades públicas. Desta forma, a queda das receitas próprias e o aumento dos gastos extemporâneos de combate a pandemia reduziram a capacidade dos governos subnacionais de lidar com os desafios fiscais impostos pela pandemia. Contudo, as finanças públicas estaduais, foram em certa medida mitigadas pelos mecanismos compensatórios implementados pelo governo federal através da Lei Complementar (LC) Nº 173, de 27 de maio de 2020 e a Medida Provisória Nº 938/2020. Essas medidas previam repasses de recursos aos governos subnacionais, suspensão do serviço de dívida junto ao governo federal e contenção de despesas com

pessoal. Os repasses do governo federal apenas repuseram as perdas previstas das suas principais receitas de ICMS e FPE, ao nível de 2019.

A resposta econômica à crise persegue dois objetivos: (1) garantir um piso mínimo de renda para todas as famílias; e (2) preparar respostas fiscais, financeiras e monetárias para proteger trabalhadores e empresas e minimizar possíveis efeitos sistêmicos na economia. De qualquer forma as autoridades, notadamente, a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central atuaram, primeiro, no plano fiscal, no necessário estímulo fiscal adicional para evitar danos econômicos duradouros, cujas medidas fiscais adotadas tinham como prioridades imediatas os gastos de saúde e a ajuda aos mais necessitados e o equilíbrio fiscal em nível subnacional, como o Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação Vulnerável e o Auxílio Financeiro a Estados, Municípios e DF.

Tabela 137 - Programa de Enfrentamento à Pandemia do Coronavírus

(R$ bilhões)

Discriminação dos Gastos	Gastos Previstos	Pagos
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação Vulnerável	322,00	293,11
Ampliação do Bolsa Família	0,37	0,37
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda	51,55	33,50
Auxílio Financeiro a Estados, Municípios e DF	79,19	78,25
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial	6,81	6,81
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	0,90	0,90
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	58,09	58,09
Financiamento da Infraestrutura Turística	5,00	3,08
Programa Emergencial de Acesso a Crédito-Maquininhas	10,00	5,00
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	46,33	42,70
Aquisição de Vacinas	24,51	2,22
Total Geral	**604,75**	**524,03**

Fonte: STN. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla

No caso do BACEN, um dos principais objetivos em momentos de crise é manter a funcionalidade do mercado financeiro e, com isso, apoiar o funcionamento da economia real, pois quando esse mercado não funciona de forma adequada a economia é fortemente impactada. Para diminuir o impacto dos efeitos da pandemia causada pelo novo coronavírus sobre a economia brasileira, o Banco Central adotou uma série de medidas para promover o bom funcionamento do mercado, sem abrir mão da solidez e da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Tabela 138 - Medidas de liquidez

(R$ bilhões)

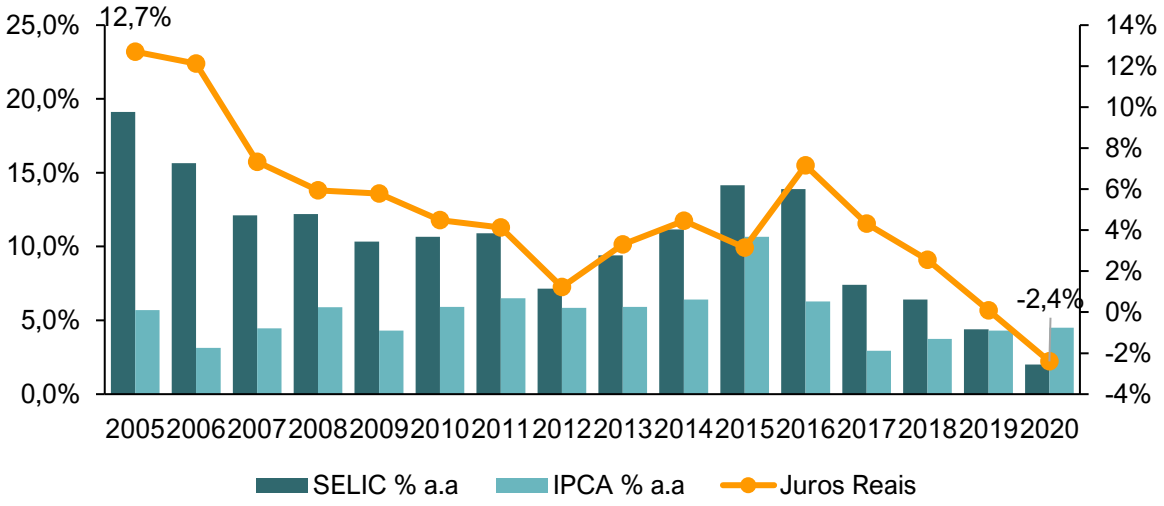
Medidas de liquidez em R$ bilhões		Impacto Potencial	Executado
Legenda: Em andamento Concluído			
Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR)		135,00	135,00
Liberação de adicional de compulsório		70,00	70,00
Flexibilização de LCA		2,20	2,20
Empréstimo com lastro em LF garantidas		670,00	105,10
Compromissadas com títulos soberanos brasileiros		50,00	49,60
Novo Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE		200,00	24,20
Empréstimos com lastro em debêntures		91,00	8,70
Alteração no cumprimento do compulsório de poupança		55,80	45,80
Total que representa 17,5% do PIB		**1.274,00**	**440,60**

Fonte: BACEN. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla

Nessa linha, a ciência econômica tem como premissa e essência a busca pelo equilíbrio do sistema econômico por meio do uso de seus instrumentos monetários, fiscais e creditícios. Sendo assim, deve-se ter uma preocupação dentre instrumentos, como calibrar de forma eficiente a principal ferramenta de política monetária, a taxa de juros no seu objetivo de conter a inflação, que para além de afetar a demanda agregada, impacta também o custo da dívida pública, e por isso, a relevância dessa variável torna-se em razão suficiente para que ação do Banco Central seja coordenada com o do Tesouro por meio do orçamento fiscal, consagrando uma relação umbilical entre política monetária e política fiscal.

Todavia, cumpre destacar conforme demonstra o gráfico abaixo, uma situação inusitada para os padrões brasileiros vivenciados pelos agentes econômicos, na qual a autoridade monetária cortou o mais que pôde as taxas de juros, lembrando que esta funciona ao mesmo tempo como um “termômetro” e como um guia sobre as expectativas e preferências por liquidez dos agentes econômicos. Quando ela está elevada, a tendência é que a liquidez da economia diminua, o contrário sugere que a liquidez aumente. A análise a partir do gráfico revela que chegamos a um patamar, cuja recuo ministrado pela autoridade monetária nos remete a uma indagação: Política monetária em tempos de crise: estamos próximos da Armadilha da Liquidez?

Gráfico 26 - Evolução da Taxa de Juros Real na Economia (%)



Fonte: BACEN. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

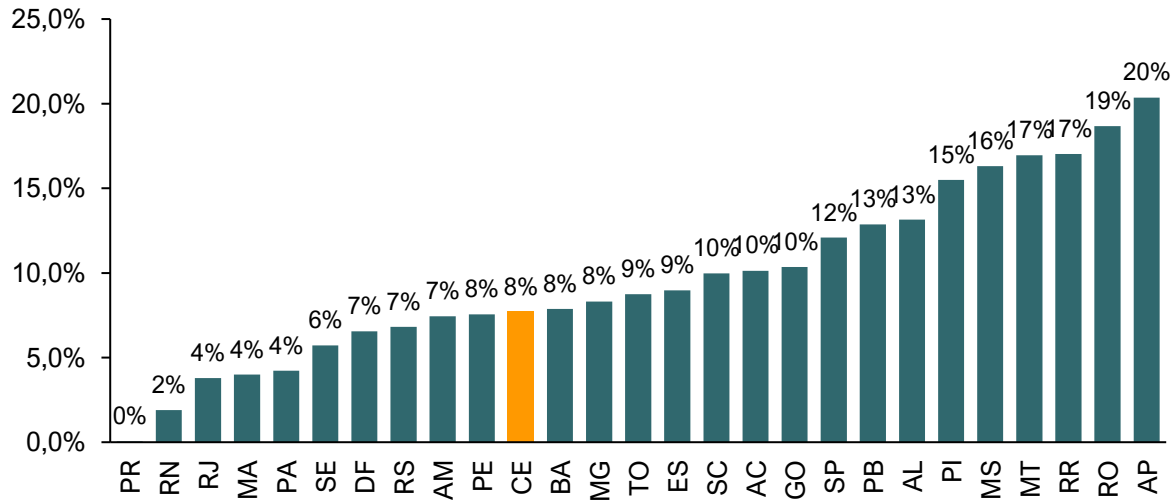
O economista britânico John Maynard Keynes, em seu livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, de 1936, discorre sobre uma situação em que o governo perde a capacidade de estimular a economia através da política monetária. Nessa situação hipotética, mesmo com a redução da taxa de juro, não há um efeito expressivo, ou suficiente, no aumento de liquidez na economia, ao que ele dá o nome de “Armadilha da Liquidez”.

Os agentes econômicos, no caso, acreditam que a taxa básica atingiu seu patamar mínimo possível, ou seja, não pode cair mais. Portanto, a tendência é voltar a subir em algum momento próximo. Ora, se a única possibilidade é que os juros subam no futuro próximo, as pessoas que guardam seu dinheiro tenderão a reter seus recursos para fazê-lo depois, quando as taxas forem maiores e puderem obter uma remuneração melhor. Um dos resultados, então, é que a liquidez da economia não aumenta, mesmo com a adoção da política monetária expansiva. Conforme Ata da 231ª Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, 16 e 17 de junho de 2020, entendia que a conjuntura econômica prescrevia estímulo monetário extraordinariamente elevado, mas reconhece que o espaço remanescente para a utilização de política monetária é incerto e deve ser pequeno, pois há pouco recurso disponível para os agentes, além de um temor em relação ao futuro da condução das políticas monetária e fiscal e sua eficácia no combate a crise instalada. Por fim, cabe na sequência uma análise mais percuciente sobre os efeitos da crise, que para além dos efeitos em nível mundial e nacional, importante ressaltar os reflexos e as peculiaridades da economia e gestão fiscal local.

4.1.1.3.3 Cenário Local

O governo federal brasileiro reagiu de modo tardio como dito anteriormente, contudo, a despeito das medidas de diferimento de tributos, antecipação de despesas de gasto social e programas emergenciais de renda terem ido na direção certa, aliado aos gastos para o combate à pandemia, tudo isso, dentro da responsabilidade fiscal e usando as salvaguardas constitucionais vigentes, revelou que os resultados fiscais estaduais, na média Brasil, registraram ganhos das receitas primárias e aumentos das despesas primárias correntes. No entanto, esse confronto de receitas e despesas foram mitigados por diversas medidas combinadas, e desta forma criaram as condições necessárias para resiliência fiscal efetiva, cujo registro de superávit primário de diversas unidades da federação é confirmada pela análise do gráfico 27 abaixo.

Gráfico 27 – Resultado Primário como (%) da Receita Corrente Líquida – 2020



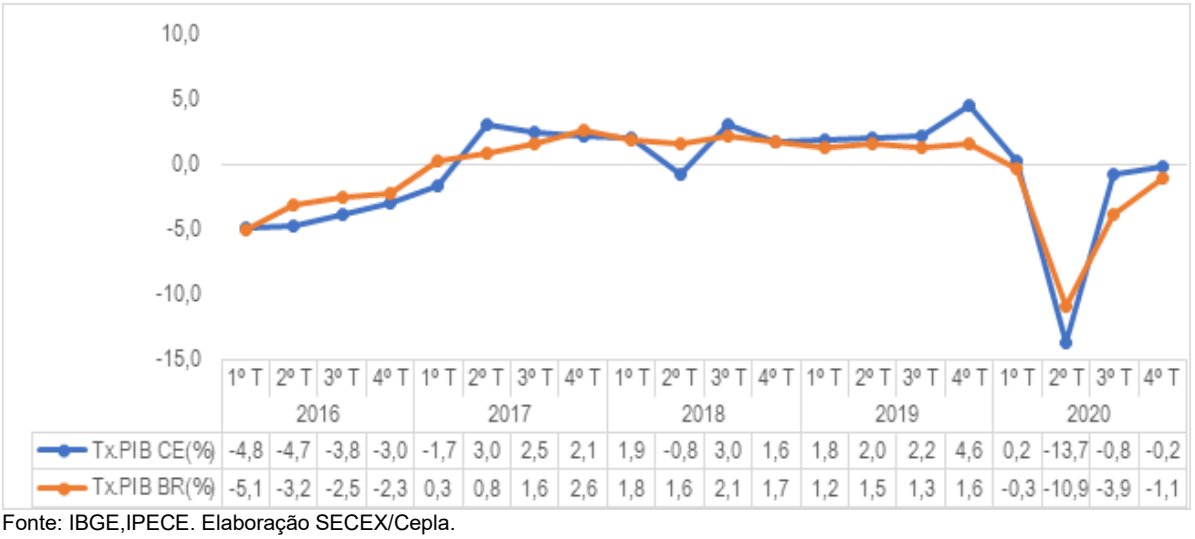
Fonte: STN/SICONFI- Balanço Orçamentário RREO 6º Bimestre (CE). Elaboração SECEX Tesouro-Cepla

Todavia, as incertezas quanto à duração e à intensidade da pandemia decorrente da covid-19 e quanto aos seus efeitos deletérios sobre a economia real e sobre as finanças públicas dos entes subnacionais, permearam as preocupações de Governadores e Prefeitos, tendo em vista as decisões necessárias de isolamento social tomadas em nível estadual e a despeito do efeito acentuado de retração da atividade econômica, repercutiram muito forte sobre a sociedade e a economia cearense e as finanças públicas estaduais.

O manual macroeconômico em momentos de crise nos ensina fazermos política fiscal contracíclica. Se a situação atual da economia sinaliza arrefecimento e uma queda da atividade econômica, o governo estadual pode atuar para manter a economia aquecida por meio do gasto público para estimular de forma direta o consumo que tem impacto mais imediato, principalmente

em relação aos investimentos e, de forma indireta, pela tributação, cuja resposta é mais lenta. Apesar do Ceará ter apresentado uma queda no 2º trimestre maior que o Brasil, nos outros trimestres o Estado obteve um desempenho superior, conforme análise do gráfico 28 Adicionalmente, a partir da análise do gráfico 29 na sequência, a despeito dos impactos terem sido significativos, a trajetória da economia cearense se mostrou ascendente em nível superior à economia nordestina a partir de julho de 2020.

Gráfico 28 - Evolução do PIB Trimestral Ceará e Brasil (%) -2016.1 - 2020.4

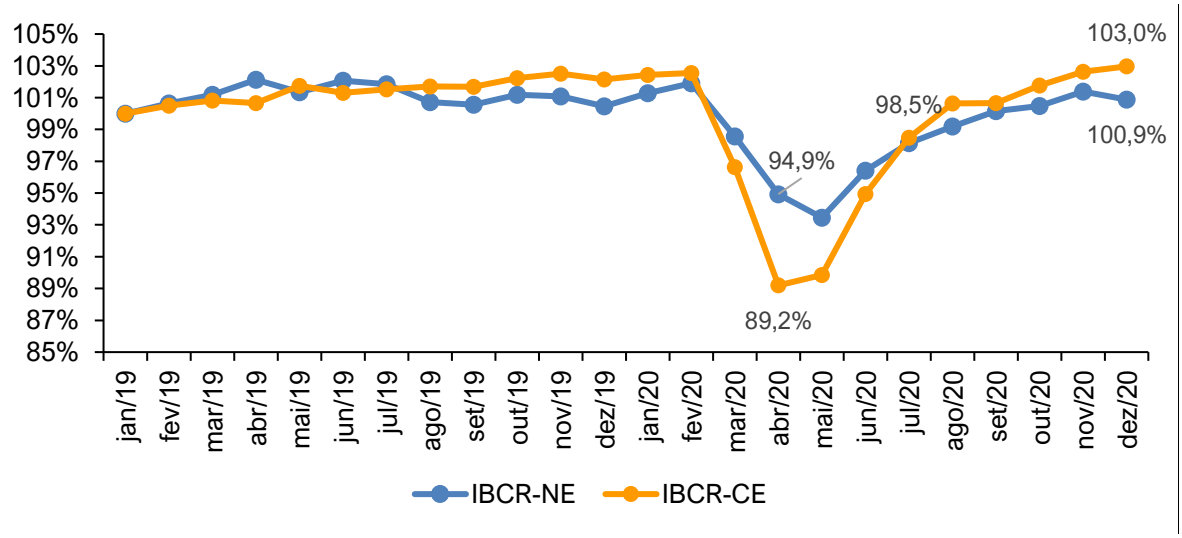


	1º T 2016	2º T 2016	3º T 2016	4º T 2016	1º T 2017	2º T 2017	3º T 2017	4º T 2017	1º T 2018	2º T 2018	3º T 2018	4º T 2018	1º T 2019	2º T 2019	3º T 2019	4º T 2019	1º T 2020	2º T 2020	3º T 2020	4º T 2020
Tx.PIB CE(%)	-4,8	-4,7	-3,8	-3,0	-1,7	3,0	2,5	2,1	1,9	-0,8	3,0	1,6	1,8	2,0	2,2	4,6	0,2	-13,7	-0,8	-0,2
Tx.PIB BR(%)	-5,1	-3,2	-2,5	-2,3	0,3	0,8	1,6	2,6	1,8	1,6	2,1	1,7	1,2	1,5	1,3	1,6	-0,3	-10,9	-3,9	-1,1

Fonte: IBGE,IPECE. Elaboração SECEX/Cepla.

Nota: Estimativa do Ceará do 4º trimestre com base no índice de atividade econômica do Bacen.

Gráfico 29 - Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Região Nordeste e Ceará-Dados Dessazonalizados-(2019=100)



Fonte: BACEN. Elaboração SECEX/Cepla.

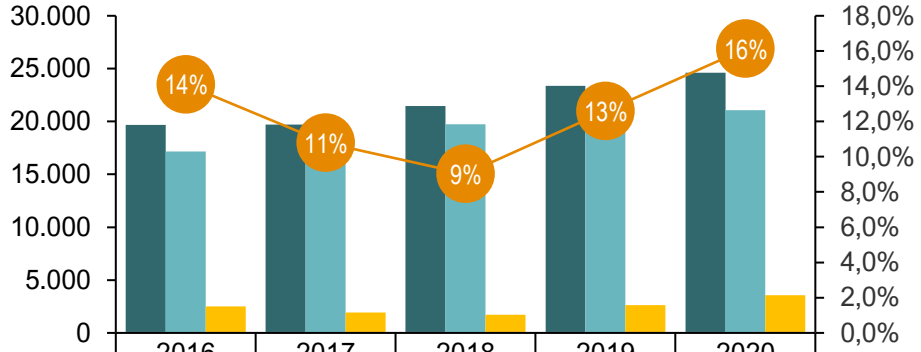
Essa compreensão da ciência econômica no âmbito da resiliência governamental, a folga fiscal aparece como fator de resposta para mitigar os riscos advindos de choques externos. Aliado

a isso, importante destacar a preocupação do governo estadual com os princípios da gestão fiscal eficiente, utilizando-se das seguintes áreas chaves de resultados fundadas em seis pilares: (1º) o aumento da arrecadação e o controle dos gastos correntes (2º); a fim de gerar poupança pública (3º); para suportar a elevação dos investimentos (4º); aliada a captação de recursos onerosos (5º) para o financiamento complementar dos investimentos requeridos pela sociedade; e o controle diligente do nível de endividamento (6º).

Com base na análise dos seus resultados fiscais, percebemos que o Estado do Ceará segue os preceitos de uma Gestão Fiscal Eficiente, uma vez que houve geração de poupança e captação de recursos para suportar o investimento. Do ponto de vista da equação fiscal, no confronto entre receitas e despesas, do lado da receita, podemos afirmar que o crescimento da arrecadação estadual se dá a partir da implementação de medidas que tornem mais eficazes a cobrança dos tributos estaduais da sua competência. Do lado da despesa, trata-se da otimização dos gastos sem redução dos serviços ou prejuízo à qualidade do que é ofertado, de forma a ampliar a capacidade de investimento aliada à estratégia de gestão do endividamento público, que se materializa a partir da captação de recursos sem comprometimento da capacidade de pagamento e de endividamento, tendo a dívida pública como fator de alavancagem adicional do investimento.

Com suas ações alinhadas às lições aprendidas e os protocolos da ciência econômica, a reação do governo estadual contribuiu para que estratégias adotadas minimizassem os impactos econômicos adversos oriundos da pandemia, principalmente, pela manutenção do cronograma vigoroso de investimento combinado com a estrutura fiscal existente, cujo sincronismo das ações governamentais estratégicas são e serão determinantes para o processo de retomada do crescimento econômico estadual no período pós-pandemia. Desta forma, o Estado do Ceará continua se destacando no cenário nacional, mantendo em 2020 o 1º lugar em investimentos como proporção da Receita Corrente Líquida – RCL (11,3%) e alcançando a 3ª posição em volume de recursos aplicados (R$ 2,483 bilhões).

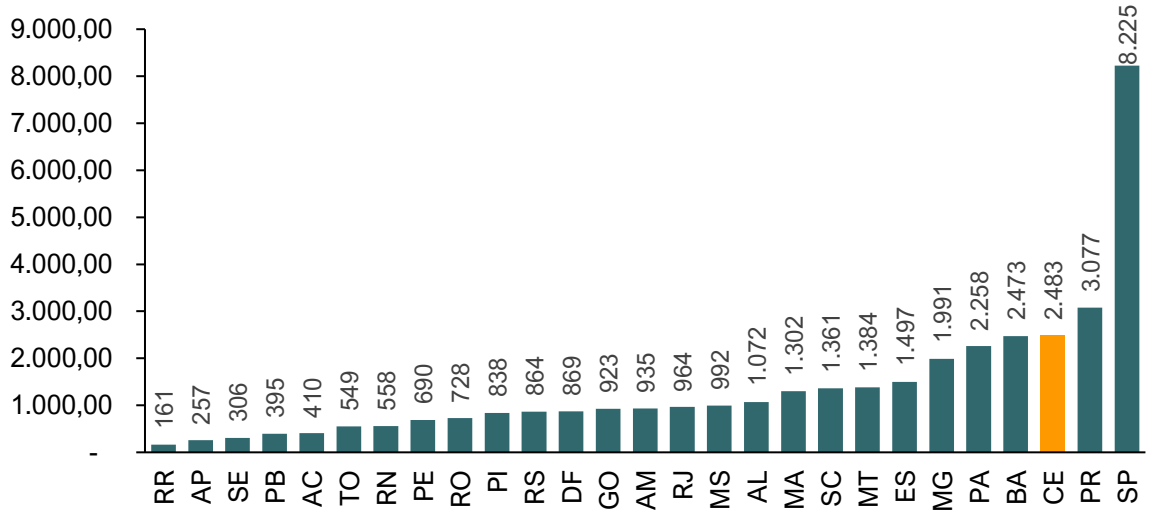
Gráfico 30 - Geração de Poupança – 2016 a 2020 - R$ milhões



	2016	2017	2018	2019	2020
Receita Corrente	19.668	19.718	21.474	23.387	24.622
Despesa Corrente	17.154	17.801	19.742	20.760	21.070
Poupança Corrente	2.514	1.917	1.732	2.627	3.551
CI(%RCL)	14,1%	10,8%	9,0%	12,6%	16,1%

Fonte: STN/SICONFI- Balanço Orçamentário RREO 6º Bimestre (CE). Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

Gráfico 31 - Investimentos empenhados dos Estados e DF – 2020 - R$ milhões



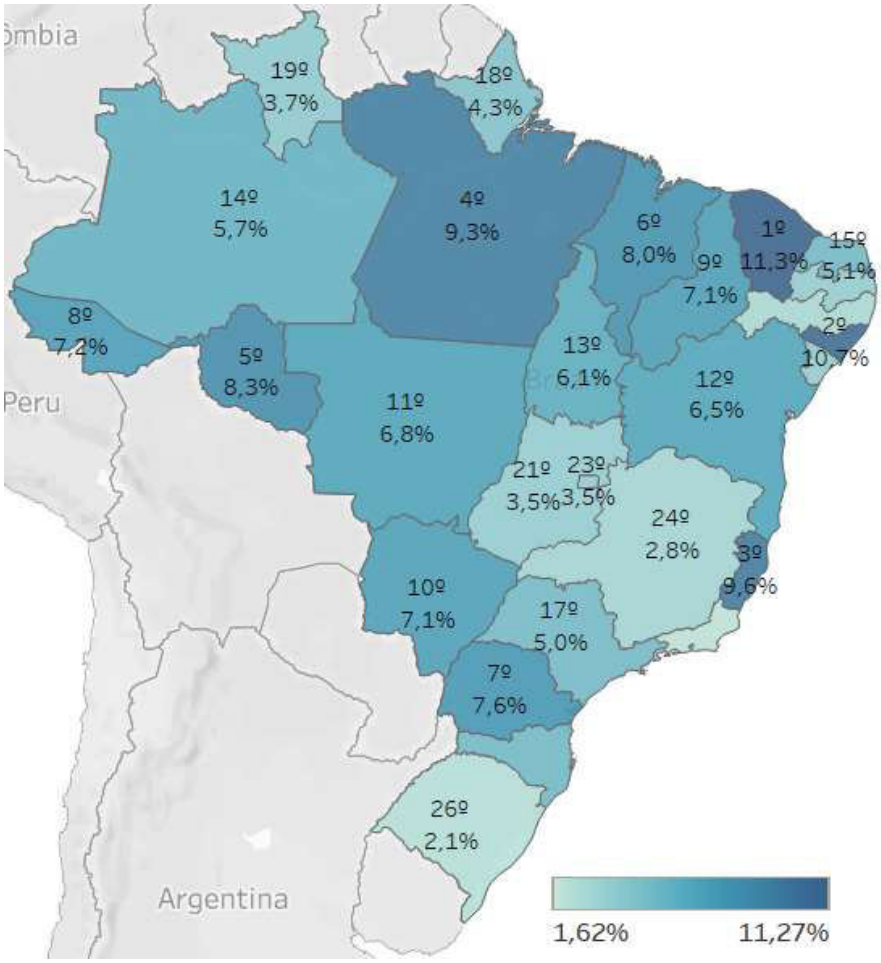
Fonte: STN/SICONFI- Balanço Orçamentário RREO 6º Bimestre (CE). Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

Gráfico 32 – Investimentos Empenhados – Comparativo entre o Ceará e a média nacional – 2015 a 2020 – R$ milhões



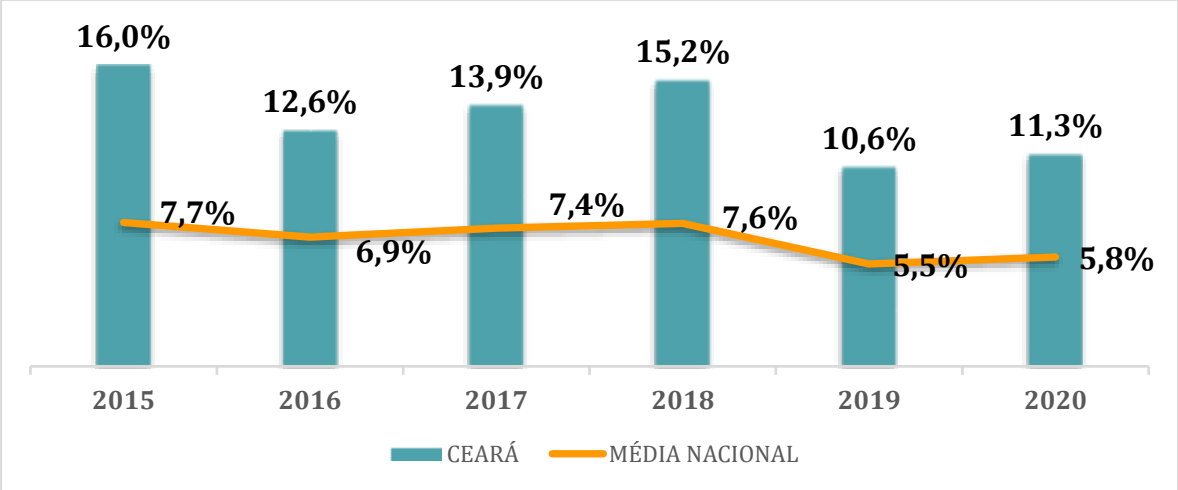
Fonte: STN - PAF (2015 a 2018) e SICONFI (2019 e 2020). Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

Gráfico 33 – Mapa comparativo dos Investimentos Empenhados dos Estados e DF- 2020 - % da Receita Corrente Líquida - RCL



Fonte: STN /SICONFI. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

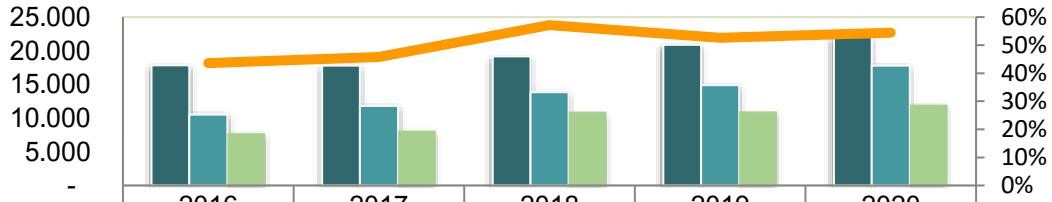
Gráfico 34 – Investimentos Empenhados – Comparativo entre o Ceará e a média nacional – 2015 a 2020 – % da Receita Corrente Líquida - RCL



Fonte: STN - PAF (2015 a 2018) e SICONFI (2019 e 2020). Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

Todavia, cumpre alertar mais uma vez que à proporção que o governo aumenta seus gastos mais que proporcionalmente às receitas, a preocupação com a elevação da dívida pública torna-se premente. Desta forma, cumpre destacar que o déficit público gerado impacta no progresso econômico, uma vez que intervém na capacidade de investimento das empresas, bem como do próprio Estado, cuja principal consequência é a desordem estrutural dos componentes da economia, pois, quanto maior o déficit público, menor a disponibilidade de recursos financeiros para o governo aplicar em infraestrutura, que por sua vez é o mecanismo que viabiliza a iniciativa privada a gerar mais investimentos e empregos. Nessa linha, cumpre destacar que o Governo do Estado do Ceará no diligenciamento da sua dívida pública tem mantido um comportamento dentro dos ditames legais sem oferecer riscos a sua capacidade de pagamento e endividamento, ficando abaixo do limite de alerta em 2020, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 35 – Evolução da Dívida Pública (DC e DCL) em R$ milhões e % da Receita Corrente Líquida – RCL

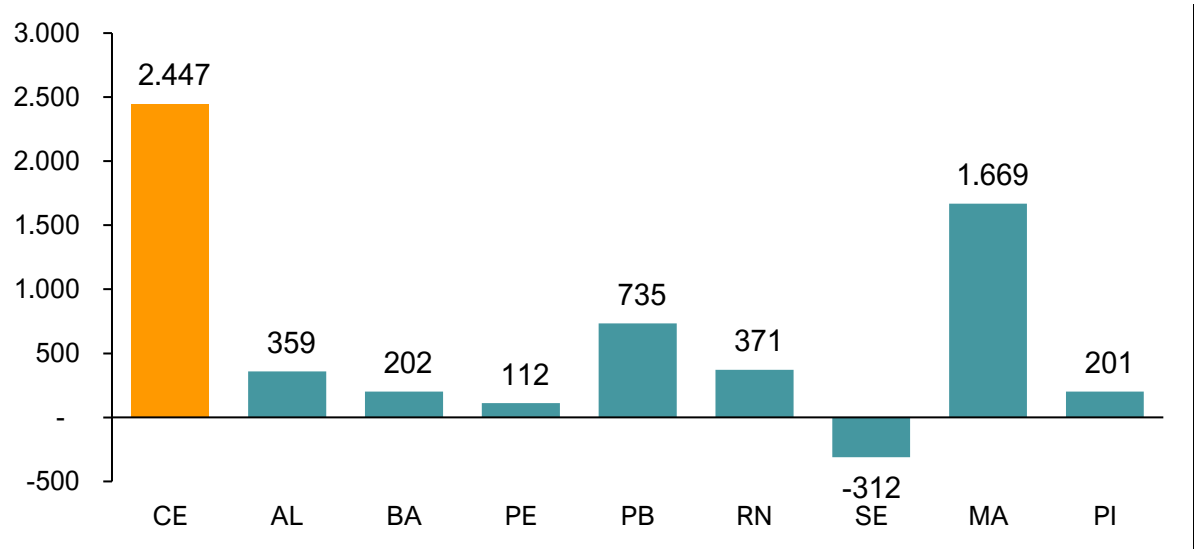


	2016	2017	2018	2019	2020
RCL	17.832	17.779	19.186	20.882	22.003
DC	10.519	11.820	13.865	14.906	17.783
DCL	7.775	8.146	10.962	10.995	11.974
DCL/RCL (%)	43,60%	45,82%	57,14%	52,65%	54,42%

Fonte: RGF. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

Destarte, importante ressaltar que cabe aos governos locais proteger os setores econômicos e segmentos sociais mais frágeis. Neste momento a melhor estratégia é o cuidado com atuação governamental, pois esta pode ter efeitos benéficos ou maléficos, a diferença entre o remédio e o veneno é a dose. Todavia, vale a máxima para atuação governamental no âmbito de uma gestão fiscal eficiente, cuja recomendação resvala numa política tributária progressiva, isto é, cobrar mais de quem tem mais, e uma política orçamentária regressiva, isto é, destinar mais para quem mais precisa. Assim, percebemos pela proxy do número de empregos formais gerados, que as estratégias adotadas pelo governo estadual estão na direção correta, uma vez que as medidas resultaram na elevação dos empregos formais, cuja valor registrado é superior a de todos os Estados do Nordeste conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 36 - Empregos Formais Gerados no Nordeste



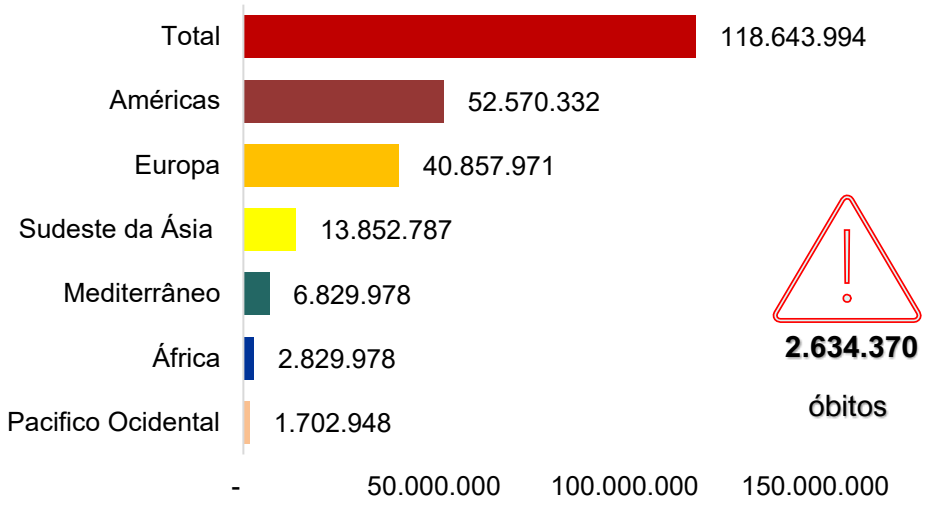
Fonte: BACEN, MTb. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

O momento é de muita sensatez e inteligência para que o poder público tenha uma atuação mais coordenada, integrada e mais efetiva no enfrentamento da crise provocada pelo covid-19, principalmente em virtude do recrudescimento da pandemia em sua 2ª onda, e que inequivocamente intensificará mais uma vez os custos sanitários e econômicos. Precisamos manter a clareza que o nascedouro dessa crise não é financeiro como a de 2008. É uma crise de origem sanitária que seguramente tracionará mudanças contundentes no âmbito socioeconômico. As decisões do momento são voltadas para o combate na mitigação do pico epidêmico, mas que exigirá de igual modo, uma diligência redobrada quanto aos outros aspectos da vida em sociedade quando o ápice da crise passar mediante um processo de vacinação em massa.

4.1.1.4 Impactos da crise na desigualdade do país

A pandemia está expondo os efeitos degradantes de uma crise sanitária, que para além das pessoas ficarem em quarentena, haverá também pessoas acometidas com a doença, cujos registros depois de 1 ano de convivência com a pandemia, completado em 11 março, já atingimos a marca de 119 milhões no mundo, só no Brasil já são mais de 11 milhões de casos confirmados, conjugado aos milhares de óbitos decorrentes de efeitos diretos da doença fez com que no Brasil chegasse ao 3º lugar no ranking de óbitos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, cuja marca de 274 mil óbitos equivale a mais de 900 tragédias de Brumadinho.

Gráfico 37 – Comparação de Casos Confirmados – Região OMS[6]

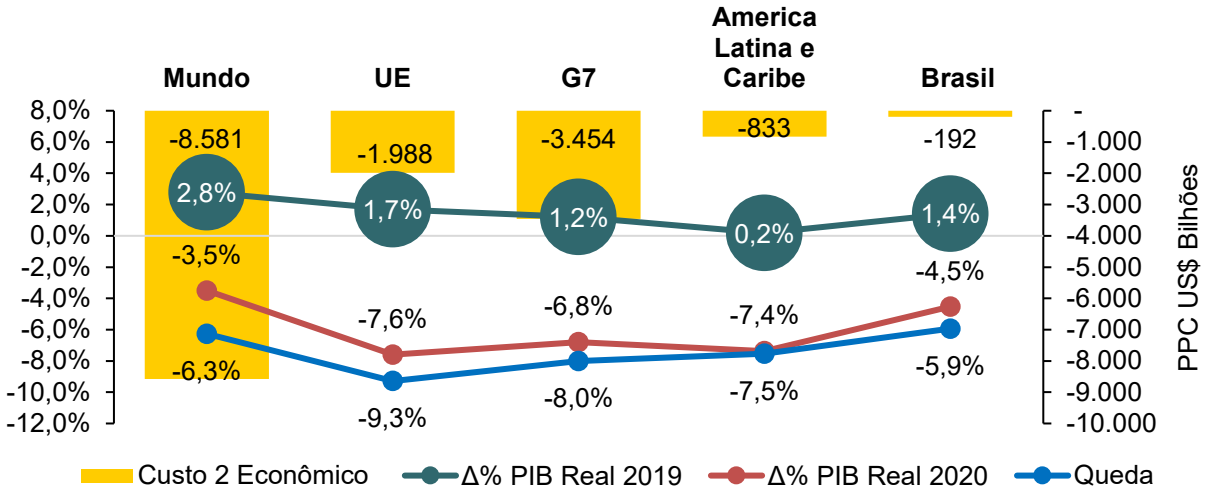


Fonte: Organização Mundial da Saúde-OMS (12-03-2021). Elaboração SECEX Tesouro-Cepla

Outro ponto relevante desta crise para além dos custos sanitários revelados acima, é o nível de atividade econômica que diminui drasticamente, causando um custo econômico que se traduz no preço pago pela sociedade para evitar uma perda de vidas em massa, conforme metodologia do FMI. A partir da análise do gráfico abaixo, revela-se um custo econômico em escala mundial medido pelo Paridade do Poder de Compra-PPC de US$ 8.581 bilhões perdidos, considerando a taxa de 2,8% de 2019. Destacando o Brasil esse custo econômico seria da ordem US$ 192 bilhões perdidos.

[6] Painel da Doença de Coronavírus da OMS (COVID-19). Disponível https://covid19.who.int/. Acesso em 13-03-2021.

Gráfico 38 – Nova Perspectiva Econômica Mundial – Custo Econômico7 (PPC US$ Bilhões)

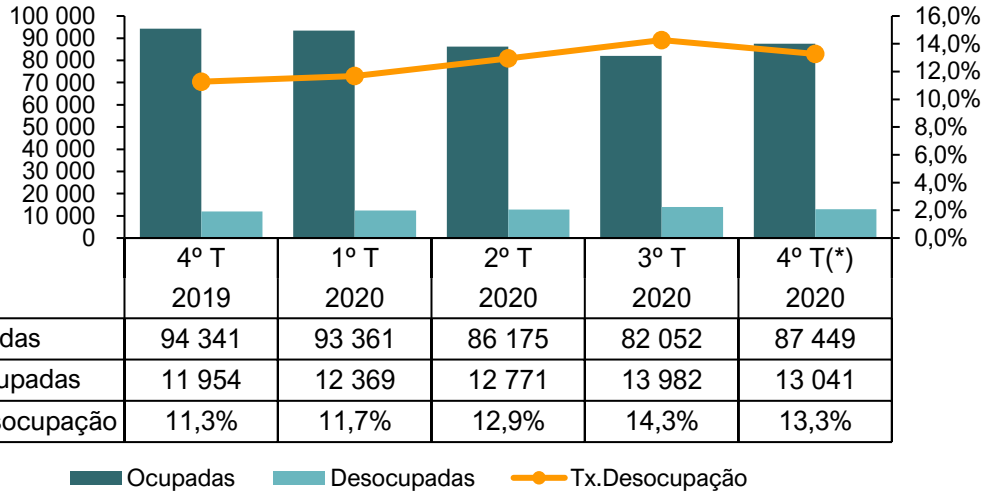


Fonte: Banco Mundial, Perspectivas Econômicas Globais, Janeiro 2021. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla

O desdobramento dessa paralisia econômica traz a reboque um custo social intenso que se traduz no desemprego que aumenta, a renda das famílias se reduz, o nível de consumo cai. Os impactos do novo Coronavírus (COVID-19) possuem repercussões econômicas assimétricas, conforme o grau de sensibilidade e vulnerabilidade macroeconômica dos países e microeconômica das cadeias globais de produção e consumo, gerando ainda grande incerteza sobre a dimensão e extensão temporal do problema. A partir da análise do gráfico 39 percebe-se o custo social no Brasil refletido na taxa de ocupação e desocupação, registrando uma marca no final de 2020 de 14% de desocupação correspondente a mais de 13 milhões de desempregados, equivalente a toda população das capitais do nordeste somadas. Outro dado relevante é o rendimento médio efetivo vis-à-vis a taxa de desocupação conforme demonstra o gráfico 40. Enquanto a curva da taxa de desemprego assume uma trajetória ascendente confronta-se ao mesmo tempo com a trajetória descendente da curva da taxa de rendimento médio efetivo.

[7] A diferença entre a previsão de crescimento resultante para 2020 e a previsão correspondente no final de 2019, fornece uma indicação, mas informativa, do custo econômico previsto do surto de Covid-19, consistindo no preço pago pelas sociedades para evitar uma perda de vidas em massa.

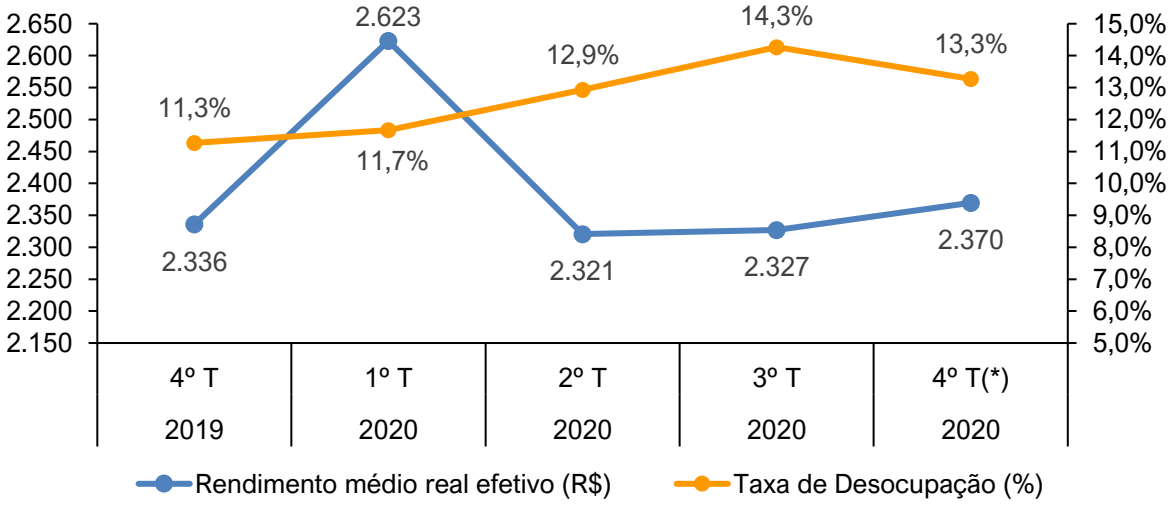
Gráfico 39 – Nível de Ocupação e Desocupação das Pessoas



	4º T 2019	1º T 2020	2º T 2020	3º T 2020	4º T(*) 2020
Ocupadas	94 341	93 361	86 175	82 052	87 449
Desocupadas	11 954	12 369	12 771	13 982	13 041
Tx.Desocupação	11,3%	11,7%	12,9%	14,3%	13,3%

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

Gráfico 40 - Rendimento médio Real Efetivo (R$) Vis-à-Vis a Taxa de Desocupação (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

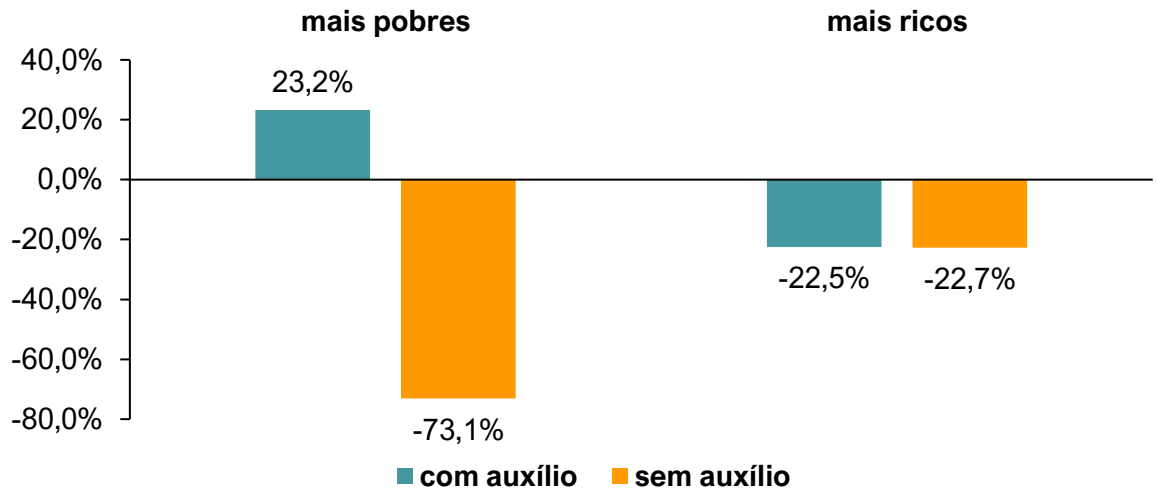
A pandemia causada pelo novo coronavírus no ano de 2020 desencadeou um cenário de elevada incerteza para as respostas e medidas necessárias ao seu enfrentamento no campo sanitário e econômico por parte dos governos ao redor do mundo. A pandemia da covid-19 causou uma crise sanitária e econômica, de igual modo impondo ao mundo, aos governos e a sociedade custos sanitários e econômicos pesadíssimos. A grande realidade é que ambos os custos sanitários e econômicos são custos humanos, pois afetam pessoas e famílias.

Nessa linha, cumpre destacar outras externalidades negativas que o desdobramento da crise e algumas constatações ficaram mais evidentes. Segundo a Pesquisa Nacional de

Amostra por Domicílio8, na média os 10% mais ricos perderam 3% da renda com a pandemia e os 40% mais pobres perderam 30% da renda, descontando o auxílio do governo. O auxílio emergencial do governo amorteceu o impacto e fez até subir a renda dos mais pobres e reduzir a desigualdade nos meses da pandemia.

Contudo, quando os pesquisadores tiraram o auxílio emergencial da conta, o resultado foi uma queda drástica dos mais pobres, enquanto os mais ricos praticamente não tiveram mudanças, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Nessa toada, a pandemia pode jogar até 14 milhões de brasileiros na pobreza, isto é, sobreviver com R$ 27,40 por dia. É na base da pirâmide social que a estagnação econômica como reflexo da pandemia faz mais vítimas. Nesse estrato social que vive do emprego informal, difícil é encontrar alguém que não tenha sido impactado fortemente.

Gráfico 41 – Variação da Renda entre 2019 e ago/2020



Fonte: PNAD/PUCRS. Estudo feito para o Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil. Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

Podemos concluir seguramente que no âmbito desses custos humanos está o agravamento da desigualdade no Brasil. Nosso país é reconhecidamente um país desigual e há décadas figura entre as nações com pior distribuição de rendimentos do planeta, haja vista que o Brasil estava entre os 10 países mais ricos do mundo e ocupava a 9º posição entre os mais desiguais do mundo até a última divulgação do Fundo Monetário Internacional, cujas informações extraídas de seu mais recente "Panorama Econômico Mundial" aponta para 12ª posição do Brasil no ranking mundial medido pelo PIB, sendo ultrapassado pelo Canadá, Coréia e Rússia. De qualquer forma, curiosamente é o único país que aparece nas duas listas, e

[8] Boletim Desigualdade nas Metrópoles: situação social será dramática sem o auxílio emergencial 17 dezembro, 2020.

seguramente a crise decorrente da covid-19 veio agravar as causas dessa situação vexatória que revela que o "Brasil não é um país pobre, e sim um país injusto". Hoje sabemos dos efeitos negativos de um elevado nível de desigualdade, tais como o esgarçamento do tecido social, o desperdício de talentos, o enfraquecimento das instituições democráticas e a redução da capacidade de crescimento econômico.

O tema das desigualdades e seu crescimento ampliou seu alcance no debate público em muitos países. Por conta disso é indispensável também assegurar a estabilidade social e política, a fim de que não tenhamos uma crise institucional agregando-se às crises sanitária e econômica, cuja saída definitiva somente ocorrerá quando a situação sanitária for controlada, por medidas que reduzam a curva de contágio ou com fabricação de vacina e aplicação em massa e a eficácia das políticas econômicas arrefeçam os efeitos nocivos ao sistema econômico, de tal sorte chegarmos a uma conclusão inevitável, que "podemos ser todos liberais, mas em momentos de crise somos todos keynesianos".

4.2 Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu artigo 52 a emissão bimestral do relatório do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - e em seu art. 54 a emissão quadrimestral do Relatório de Gestão Fiscal - RGF - de forma que a sociedade e os órgãos de controle possam acompanhar a gestão das finanças públicas do Ente Público.

O RREO contempla principalmente informações de receitas e despesas orçamentárias, execução de restos a pagar, resultado primário nominal, parcerias público-privadas e projeção atuarial dos regimes previdenciários. Os relatórios que compõem o RREO estão listados abaixo:

- Balanço Orçamentário
- Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos
- Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
- Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
- Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
- Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
- Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

- Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
- Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
- Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal
- Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
- Demonstrativo da Projeção Atuarial
- Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

O RGF monitora a situação fiscal do Ente sob o enfoque de direitos (disponibilidade de caixa e haveres financeiros líquidos e certos), obrigações assumidas e o nível de comprometimento da Receita Corrente Líquida com despesa de pessoal. Os relatórios que compõe o RGF são:

- Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
- Demonstrativo Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar
- Demonstrativo das Operações de Crédito
- Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
- Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
- Demonstrativo da Despesa com Pessoal

A seguir faremos a análise dos principais indicadores da gestão orçamentária e fiscal do Estado do Ceará no exercício de 2020.

4.2.1 Relatório Resumido da Execução Orçamentária

4.2.1.1 Resultado Primário Nominal

A fim de garantir a estabilidade nas contas públicas, a LRF impôs o estabelecimento de metas de resultado primário e nominal a serem alcançadas.

O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas não-financeiras do governo. Basicamente exclui receitas e despesas com juros e operações financeiras. Para se chegar ao resultado nominal soma-se ao resultado primário o saldo da conta de juros (recebidos menos os pagos).

A tabela abaixo – previsão retirada da Lei orçamentária para o exercício de 2020 - traz as metas de resultado primário e nominal pelo critério “acima da linha” para o exercício de 2020 em comparação com a realização.

Tabela 139 - Demonstrativo Comparativo da Previsão de Metas Fiscais com a Realização, de Acordo os Arts.4º, § 1º e Art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal

(R$ milhares)

Especificação	Previsão (A)	Realização (B)	% ((B)/(A))
1. Receita Total	28.378.490	28.426.251	1,00
1.1. Receitas Correntes (I)	26.121.427	26.752.848	1,02
1.1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.172.267	14.232.659	0,94
1.1.2. Receita de Contribuição	846.161	965.728	1,14
1.1.3. Receita Patrimonial	400.469	299.742	0,75
1.1.3.1. Aplicações Financeiras (II)	326.464	202.941	0,62
1.1.3.2. Outras Receitas Patrimoniais	74.005	96.801	1,31
1.1.4. Transferências Correntes	8.772.547	10.313.601	1,18
1.1.5. Demais Receitas Correntes	929.983	941.118	1,01
1.1.6.1. Outras Receitas Financeiras (III)	12.000	25.809	2,15
1.1.6.2. Receitas Correntes Restantes	917.983	915.308	1,00
Receitas Primárias Correntes (IV) = (I-II-III)	25.782.963	26.524.098	1,03
1.2. Receitas de Capital (V)	2.257.063	1.673.403	0,74
1.2.1. Operações de Crédito (VI)	1.543.113	1.464.765	0,95
1.2.2. Amortização de Empréstimos (VII)	0	202	-
1.2.3. Alienação de Ativos	0	1.129	-
1.2.3.1. Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0	0	0,00
1.2.3.2. Receitas de alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0	0	0,00
1.2.3.3. Outras Alienações de Bens	0	1.129	0,00
1.2.4. Transferência de Capital	713.950	204.770	0,29
1.2.5. Outras Receitas de Capital	0	2.536	-
1.2.5.1 Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0	0	0,00
1.2.5.2 Outras Receitas de Capital Primárias	0	2.536	-
Receitas Primárias de Capital (XI) = (V-VI-VII-VIII-IX-X)	713.950	208.435	0,29
Receita Primária Total (XII) = (IV+XI)	26.496.913	26.732.533	1,01
2. Despesa Total	28.052.454	25.619.272	0,91
2.1. Despesas Correntes (XIII)	24.237.548	22.563.500	0,93
2.1.1. Pessoal e Encargos Sociais	12.629.737	11.897.367	0,94
2.1.2. Juros e Encargos da Dívida (XIV)	696.583	434.543	0,62
2.1.3. Outras Despesas Correntes	10.911.228	10.231.590	0,94
Despesas Primárias Correntes (XV) = (XII-XIII)	23.540.965	22.128.957	0,94
2.2. Despesas de Capital (XVI)	3.814.906	3.055.771	0,80
2.2.1. Investimentos	2.612.825	1.797.414	0,69
(-) Programas de Infra-estrutura (XVII)	934.185	576.250	0,62
2.2.2. Inversões Financeiras	177.383	222.822	1,26
2.2.2.1. Concessão de Empréstimos (XVIII)	31.941	6.831	0,21
2.2.2.2 Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIX)	0	0	-
2.2.2.3 Aquisição de Título de Crédito (XX)	0	0	-
2.2.2.4. Demais Inversões Financeiras	145.442	215.992	1,49
2.2.3. Amortização da Dívida (XXI)	1.024.698	1.035.535	1,01
Despesas Primárias de Capital (XXII) = (XVI-XVII-XVIII-XIX-XX- XXI)	1.824.082	1.437.155	0,79

Reserva de Contingência (XXIII)	326.037	0	0,00
Despesas Primária Total (XXIV)=(XV+XXII+XXIII)	25.691.083	23.566.113	0,92
Restos a Pagar Pagos (XXV)	113.398	769.650	6,79
Resultado Primário - Acima da Linha (XXVI) = ((XII - (XXIV+XXV))	692.432	2.396.770	3,46
Resultado Nominal	267.802	2.001.871	7,48

Fonte: SEFAZ/CECOG

Notas: 1) Excluídas as estatais: ADECE, CAGECE, COGERH, CEGÁS, CEARÁPORTOS, METROFOR, CEASA;

2) Deduzidas as despesas com programas de infraestrutura;

3) Excluídas as concessões de empréstimos do grupo “Inversões Financeiras;

4) Despesa pelo valor pago (Pagamento Orçamentário, Restos a Pagar Processados e não Processados);

5) No modelo do demonstrativo do MDF, a linha Receitas Correntes Restantes, agrega saldo de Receitas de Serviços e Outras Receitas Correntes.

7) A “Previsão” foi extraída do Demonstrativo da LOA 2020.

De acordo com o inciso I do artigo 4º da IN - 01/2000 - TCE, a tabela anterior demonstra o resultado das Metas Fiscais de Resultado Primário e Nominal, para 2020, projetadas na Lei Orçamentária anual, Lei n° 17.161, de 27 de dezembro de 2019, alterada pela Lei n° 17.346, de 11 de dezembro de 2020.

A meta de Resultado Primário pelo critério “acima da linha” fixada na LDO para o exercício de 2020 foi de R$ 694,781 milhões. A tabela cima, previsão reproduzida a partir da Lei Orçamentária anual, apresenta meta de resultado primário de R$ 692,432 milhões. No Anexo de Metas Fiscais da LDO, considerando a despesa orçamentária paga e pagamento dos Restos a Pagar Processados e não Processados liquidados pagos, o Tesouro obteve um superávit primário de R$ 2.396,770 milhões, superior à meta mencionada anteriormente (R$ 692,432 milhões). É importante mencionar que a meta fixada para o Resultado Nominal pelo critério “acima da linha”, - R$ 367,895 milhões, em conformidade com o Anexo de Metas Fiscais da LDO, foi alterada para um superávit de R$ 267,802 milhões pela Lei n° 17.346/2020, de 11 de dezembro de 2020.

O Resultado Nominal do Estado do Ceará, em 2020, pelo critério acima da linha, apresentou um valor positivo de R$ 2.001,871 milhões, de acordo com os critérios estabelecidos no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), à exceção da exclusão dos gastos de infraestrutura, nos termos do Art. 20, § 2º, da Lei nº 16.944/2019 - LDO.

A compatibilidade nas apurações dos critérios estabelecidos no MDF e LOA, com destaque dos Programas de Infraestrutura, podem ser comparados pelas tabelas abaixo:

Tabela 140 - Comparação de Resultado Primário Exercício 2020 - Critério LDO x MDF

(R$ milhares)

Meta	Realização	Metodologias - Resultado Primário
694.781	2.396.770	Conforme Critério Estabelecido na LDO - com Exclusão de Programas de Infraestrutura - no Valor de Previsto de R$ 635.697
59.084	1.698.698	Resultado Primário Apurado conforme Critérios MDF, sem Exclusão dos Programas de Infraestrutura, realizados no valor de R$ 698.072.

Fonte: SEFAZ/CECOG

Cabe ressaltar que a metodologia de apuração do resultado primário com a exclusão dos programas de infraestrutura foi considerada regular pelo Tribunal de Contas do Estado por meio do Acórdão 0085/2016.

Tabela 141 - Comparação de Resultado Nominal Exercício 2020 - Critério LDO x MDF

(R$ milhares)

Meta	Realização	Metodologia Resultado Nominal
267.802	2.001.871	Apurado para fins de RREO - com exclusão dos programas de infraestrutura - R$ 698.072
-367.895	1.303.799	Resultado Nominal Apurado conforme critérios do MDF, sem exclusão dos programas de Infraestrutura.

Fonte: SEFAZ/CECOG

O Resultado Nominal no conceito “acima da linha” é obtido adicionando-se a conta de juros ao resultado primário. A tabela acima apresenta o resultado nominal pelo critério LDO e pelo critério MDF - sem a exclusão dos programas de infraestrutura.

A tabela a seguir mostra o comportamento do resultado nominal nos três últimos exercícios financeiros. O exercício de 2018 foi escolhido como marco inicial devido a mudança na estrutura do demonstrativo implementada na oitava edição do MDF, que inovou ao trazer o cálculo “acima da linha” e “abaixo da linha” no mesmo demonstrativo e fazer a compatibilização do resultado abaixo da linha (variação de estoque da dívida) com o resultado acima da linha (receita menos despesa).

Tabela 142 – Evolução do Resultado Nominal – “Acima da Linha”

(R$ milhares)

Resultado Nominal	2018	2019	2020
(A) Metas Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LOA	-3.164.747	-2.718.668	267.802
(B) Resultado Nominal Apurado	215.362	1.662.871	2.001.871

Fonte: SEFAZ/CECOG

4.2.1.2 Receita Corrente Líquida

A receita Corrente Líquida – RCL - é parâmetro para aferição de vários limites da LRF, tais limite de despesas derivadas das parcerias público-privada, limite das operações de crédito, montante da dívida consolidada líquida, serviços da dívida pública e gasto de pessoal. Já para aferição de gastos com saúde e educação o parâmetro de aferição é a RELIT – Receita Líquida de Impostos e Transferências. A seguir a tabela de RLC do exercício de 2020:

Tabela 143 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Conforme Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000

(R$ milhares)

Especificação	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses													Previsão Atualizada
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total	
I - Receitas Correntes	2.735.555	2.620.291	2.135.012	2.086.961	1.909.738	2.370.579	2.557.230	2.706.305	2.785.146	2.515.072	2.631.300	3.070.999	30.124.188	31.458.769
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	1.699.027	1.334.380	1.252.575	991.485	860.818	1.104.007	1.257.619	1.426.790	1.511.646	1.498.282	1.554.315	1.751.973	16.242.917	17.336.866
ICMS	1.252.505	1.043.949	983.426	778.824	641.603	845.340	1.038.397	1.216.749	1.297.755	1.295.900	1.362.095	1.465.718	13.222.260	14.065.399
IPVA	288.351	139.683	122.689	88.736	96.253	111.336	58.883	47.648	39.644	32.857	26.530	27.954	1.080.564	1.132.326
ITCD	5.263	5.193	4.378	2.530	3.659	6.021	3.583	3.665	12.617	12.573	4.477	7.494	71.454	147.329
IRRF	94.171	94.412	96.897	97.173	89.458	95.025	96.390	92.892	93.672	94.809	95.329	185.570	1.225.798	1.300.623
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	58.737	51.143	45.185	24.221	29.846	46.285	60.367	65.835	67.959	62.142	65.884	65.237	642.841	691.190
Receita de Contribuições	55.249	60.746	62.131	70.263	78.359	78.805	79.295	78.399	81.102	80.466	82.048	158.864	965.728	901.161
Receita Patrimonial	23.969	22.291	21.753	15.423	24.454	19.953	24.268	12.047	42.177	13.050	29.812	50.546	299.742	398.911
Rendimentos de Aplicação Financeira	15.335	13.985	14.387	10.831	12.095	11.178	10.482	9.092	7.433	8.473	8.887	11.378	133.556	324.906
Outras Receitas Patrimoniais	8.635	8.306	7.367	4.592	12.359	8.774	13.786	2.955	34.744	4.577	20.925	39.168	166.186	74.005
Receita Agropecuária	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Receita Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita de Serviços	7.726	23.199	14.610	16.437	30.099	17.191	7.400	26.161	19.157	16.113	17.120	24.833	220.045	237.017
Transferências Correntes	902.305	1.134.722	747.498	799.544	889.186	1.116.485	1.146.060	1.091.533	1.074.246	860.950	895.264	1.016.890	11.674.683	11.889.337
Cota-Parte do FPE	625.439	888.022	528.201	517.119	539.498	440.733	449.273	482.183	388.596	518.505	678.331	707.599	6.763.500	7.371.321
Transferências da L.C. nº 87/1996	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências da L.C. nº 61/1989	4.009	4.336	4.002	3.591	3.581	3.220	3.868	4.474	5.255	6.014	6.593	6.934	55.878	66.922
Transferências do FUNDEB	198.653	161.837	124.563	117.552	107.378	107.285	111.906	123.794	122.801	130.477	138.238	149.173	1.593.659	1.635.537
Outras Transferências Correntes	74.204	80.527	90.731	161.282	238.729	565.246	581.012	481.082	557.594	205.953	72.102	153.184	3.261.646	2.815.557
Outras Receitas Correntes	47.278	44.954	36.445	193.810	26.822	34.139	42.587	71.375	56.818	46.211	52.741	67.892	721.072	695.476
II - Deduções	838.994	734.193	664.992	522.499	451.347	533.122	613.566	654.150	742.794	701.199	761.641	877.376	8.095.873	8.587.022
Transferências Constitucionais e Legais	459.656	3.046.210	329.438	226.411	155.447	230.868	294.042	300.694	381.745	324.775	349.416	352.080	3.709.194	3.986.087
Contrib.do Serv. p/o Plano de Previdência	55.249	60.746	62.131	70.263	78.359	78.805	79.295	78.399	81.102	80.466	82.048	158.864	965.728	901.161
Compens.Financ. entre Reg.Previdência	4.315	4.572	5.058	5.464	4.685	4.278	4.971	1.926	4.456	2.242	2.467	5.178	49.611	56.223
Ded.de Rec.para a Formação do FUNDEB	319.773	364.254	268.366	220.361	212.855	219.171	235.258	273.131	275.491	293.716	327.709	361.255	3.371.340	3.643.552
III - Receita Corrente Líquida (I - II)	**1.896.561**	**1.886.098**	**1.470.020**	**1.564.462**	**1.458.392**	**1.837.457**	**1.943.664**	**2.052.154**	**2.042.351**	**1.813.873**	**1.869.659**	**2.193.623**	**22.028.315**	**22.871.747**
IV (-) Transfs. Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art.166-A, §1º, da CF)	0	0	0	2.970	65	11.556	0	2.459	0	0	0	8.130	25.180	0
V - Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limit.de Endividamento (III - IV)	**1.896.561**	**1.886.098**	**1.470.020**	**1.561.492**	**1.458.327**	**1.825.902**	**1.943.664**	**2.049.695**	**2.042.351**	**1.813.873**	**1.869.659**	**2.185.493**	**22.003.135**	**22.871.747**
VI (-) Transfs. Obrigatórias da União Relativas às Emendas de Bancada (art.166, § 16, da CF)	0	0	0	0	105.970	10.212	0	0	0	0	0	0	116.183	0
VII - Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculos dos Limit.da Despesa com Pessoal (V - VI)	**1.896.561**	**1.886.098**	**1.470.020**	**1.561.492**	**1.352.356**	**1.815.689**	**1.943.664**	**2.049.695**	**2.042.351**	**1.813.873**	**1.869.659**	**2.185.493**	**21.886.952**	**22.871.747**

Fonte: SEFAZ\CECOG

A Receita Corrente Líquida - RCL, no valor de R$ 21.886.952.291,67 foi apurada somando-se as receitas arrecadadas, com as devidas deduções, no mês de referência (dezembro) e nos 11 meses anteriores.

A RLIT é a soma de todas as receitas de impostos do estado e a cota parte de transferências legais ou constitucionalmente repartidas de impostos da União, deduzidas dos valores transferidos aos municípios e ao FUNDEB. A tabela a seguir mostra a composição da RLIT no exercício de 2020.

Tabela 144 - Composição da RLIT

(R$ milhares)

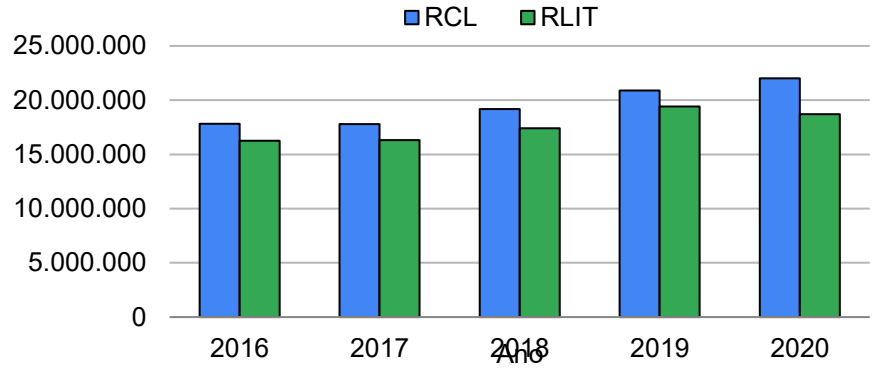
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	Valor
Receita de Impostos (I)	15.600.075
ICMS	12.495.870
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS	136.645
Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza	589.745
ITCD	62.421
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITCD	9.032
IPVA	1.009.001
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPVA	71.563
Receita Resultante do IRRF	1.225.798
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)	6.819.378
Cota-Parte FPE	6.763.500
Cota-Parte IPI-Exportação	55.878
ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	0
Cota-Parte IOF-Ouro	0,1
Deduções de Transferências Constitucionais aos Municípios (III)	3.701.851
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios (25%)	3.147.597
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios (50%)	540.287
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios (25%)	13.967
Total da Receita Líquida de Impostos e Transferências (I + II - III)	**18.717.602**

Fonte: SEFAZ\CECOG

A RLIT do exercício de 2020 totalizou R$ 18.717.602.921,20. A seguir temos um gráfico com a evolução da RCL e RLIT dos cinco últimos exercícios em valores nominais.

Gráfico 42 - Evolução da RCL e RLIT

(R$ milhares)



Fonte: SEFAZ\CECOG

4.2.1.3 Gasto com Educação

O Estado do Ceará teve um dispêndio com educação no exercício de 2020 no montante de R$ 5.610.836.533,67, sendo que deste total R$ 3.391.599.184,45 foram executados na função educação e R$ 2.219.237.349,22 foram perdas líquidas com transferências ao FUNDEB.

A composição dos dispêndios com educação está detalhada na tabela abaixo:

Tabela 145 - Dispêndios com Educação

(R$ milhares)

Especificação	Valor
(A) Total da Despesa na Função Educação	3.391.599
(B) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	2.219.237
(C) Total das Despesas com Educação (C) = (A)+(B)	5.610.837
Deduções	
Despesas Custeadas com a Complementação da União	359.207
Despesas Custeadas com o Superávit do FUNDEB do Exercício Anterior	0
Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos do Exercício Anterior	0
Cancelamento no Exercício de Restos a Pagar	2.573
Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para o Financiamento do Ensino	163.145
Itens Excluídos segundo Acórdão TCE nº 546 e por analogia com os acórdãos do TCE	13.188
(D) Total das Deduções	538.113
Total das Despesas para Fins de Limite (E) = (C)-(D)	**5.072.723**

Fonte: SEFAZ\CECOG

Do valor executado orçamentariamente na função educação, R$ 538.113.151,70 não foram considerados no cálculo do índice constitucional de aplicação mínima. Mesmo com as exclusões o estado atingiu o índice de 27,10 % da RLIT, superando o percentual mínimo em R$ 393.322.651,67. O percentual mínimo obrigatório é 25%, conforme estabelecido na

Constituição Federal de 1988. A despesa executada orçamentariamente por Grupo de Despesa no exercício de 2020 está detalhada na tabela abaixo:

Tabela 146 - Despesa Empenhada em Educação por Grupo de Despesa

(R$ milhares)

Grupo de Despesa	Valor
Pessoal e Encargos Sociais	2.374.787
Outras Despesas Correntes	904.562
Investimentos	112.250
Total	**3.391.599**

Fonte: SEFAZ\CECOG

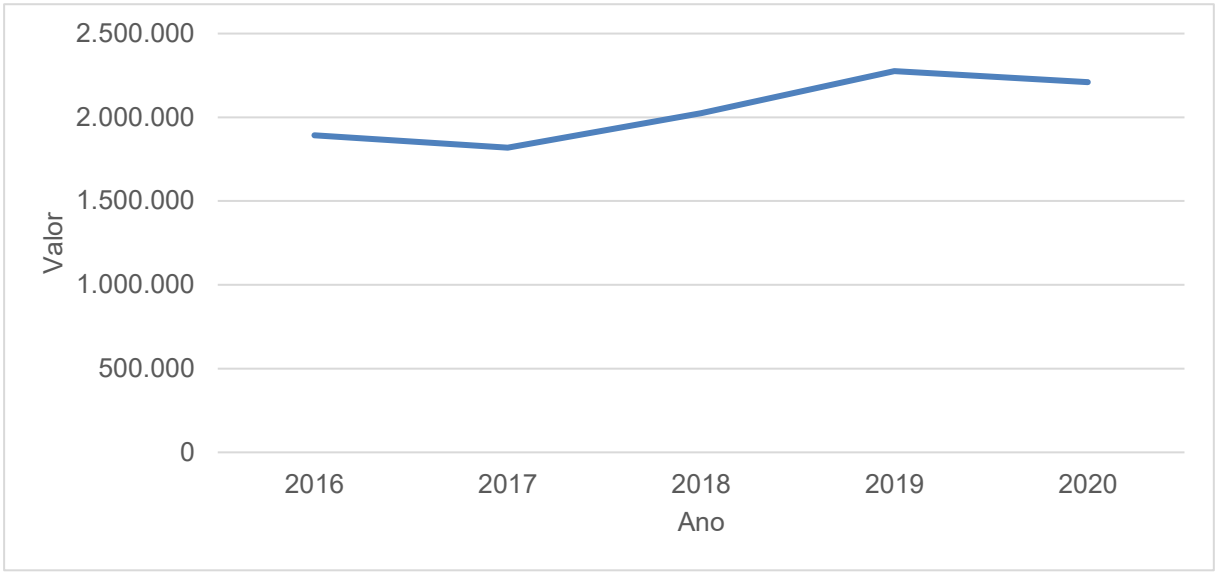
Vale ressaltar que a perda com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é considerada no cálculo da Educação.

O FUNDEB é formado pelos percentuais de receitas de impostos dos estados e de todos os municípios do estado, compondo o montante total de recursos do FUNDEB em nível estadual. Esse montante é dividido entre o estado e seus municípios, na proporção do número de alunos matriculados na educação básica da rede pública (regular, especial, educação de jovens e adultos, integral, indígena e quilombola), considerando-se os âmbitos de atuação prioritárias dos estados e municípios. Os estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio, e os municípios terão atuação prioritária no ensino fundamental e na educação infantil. Nessa divisão, verifica-se o atendimento da parcela mínima de recursos por aluno. Quando não atendido esse mínimo, há uma complementação de recursos por parte da União. O estado do Ceará, sem considerar os recursos complementados aos municípios, recebeu o montante de R$ 432.483.858,92 a título de complementação ao FUNDEB.

No gráfico abaixo compomos a evolução da perda do FUNDEB, diferença entre o que estado aporta e o valor que recebe. O valor da “perda” é distribuído aos municípios.

Gráfico 43 - Evolução da Perda com o FUNDEB

(R$ milhares)



Fonte: SEFAZ/CECOG

Outro ponto a destacar é que a Lei Estadual nº 15.064, de 13/12/2011, fixou em 80%, a partir do ano de 2013 até o ano de 2020, o percentual dos recursos do FUNDEB a serem aplicado na remuneração dos profissionais do magistério estadual da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Em 2020, o estado aplicou 92,24%, acima do mínimo legal. Vale ressaltar que o limite mínimo obrigatório em nível nacional, estabelecido pela lei nº 11.494, de 20/06/2007, é de 60%. O demonstrativo de gasto com educação está apresentado abaixo:

Tabela 147 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (Art.212 da Constituição Federal) - RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

(R$ milhares)

Descrição	Receitas Previstas (A)	Receitas Realizadas (B)	% (B)/(A)
(I) Receita Bruta de Impostos e Transferências	24.083.919	22.419.454	93,09
Impostos (ICMS+ITCD+IPVA+IRRF)	16.645.676	15.600.076	93,72
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (FPE+IPI+LC 87/96+ IOF Ouro)	7.438.243	6.819.378	91,68
(II) Transferências Constitucionais e Legais (25% do ICMS+ 50% do IPVA+ 25% do IPI)	3.965.178	3.701.851	93,36
(III) Total da Receita Líquida de Impostos e Transferências	**20.118.741**	**18.717.603**	**93,04**
Valor mínimo a ser aplicado em Educação (25% de III)		4.679.401	

Receitas do FUNDEB	Receitas Previstas (C)	Receitas Realizadas (D)	% (C)/(D)
(IV) Receitas Destinadas ao FUNDEB	3.639.232	3.380.412	92,89
20% (ICMS+IPVA+IPI- Transferências Constitucionais)	2.135.502	2.013.421	94,28
20% (ITCD+FPE+LC 87/96)	1.503.730	1.366.991	90,91
(V) Receitas Recebidas do FUNDEB	1.643.685	1.598.253	97,24
Transferências de Recursos do FUNDEB	1.263.821	1.161.175	91,88
Complementação da União ao FUNDEB	371.716	432.484	116,35
Receita de Restituições ao FUNDEB	0	11	-
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	8.148	4.583	56,25
(VI) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	-2.375.411	-2.219.237	93,43

FUNDEB

Despesas do FUNDEB	Dotação Atualizada (E)	Despesas Empenhadas (F)	% (E)/(F)
(VII) Pagamento de Profissionais do Magistério	1.599.367	1.479.801	92,52
Com Ensino Fundamental	48.000	33.805	70,43
Com Ensino Médio	1.374.367	1.289.830	93,85
Outras (Adm. Geral, EJA e Educ. Especial)	177.000	156.166	88,23
(VIII) Outras Despesas	112.751	111.388	98,79
Com Ensino Fundamental	0	0	0,00
Com Ensino Médio	85.357	83.994	98,40
Outras (EJA, Ensino Profissional e TI)	27.394	27.394	100,00
(IX) Total das Despesas do FUNDEB (VII+VIII)	**1.712.118**	**1.591.189**	**92,94**

Deduções para fins de Limite do FUNDEB	Valor
Restos a Pagar Inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB	0
(X) FUNDEB 60%	0
FUNDEB 40%	0
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB	68.430
(XI) FUNDEB 60%	5.578
FUNDEB 40%	62.852
(XII) Total das Deduções Consideradas para Fins de Limite do FUNDEB	68.430
(XIII) Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério	92,24%

Despesas Custeadas com a Receita Resultante de Impostos e Recursos do FUNDEB Limite Mínimo com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Atualizada (G)	Despesas Empenhadas (H)	% (G)/(H)
Educação Infantil	15.623,00	14.512,39	92,89
Creche	4.686,90	4.353,72	92,89
Pré-escola	10.936,10	10.158,67	92,89
Ensino Fundamental	88.289,00	67.172,42	76,08
Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	48.000,00	33.804,70	70,43
Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	40.289,00	33.367,72	82,82
Ensino Médio	2.234.091,32	2.101.154,45	94,05
Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.459.723,70	1.373.823,46	94,12
Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	774.367,62	727.330,99	93,93
Ensino Superior	473.581,71	434.439,25	91,73
Ensino Profissional Não Integrado ao Ensino Regular	149.724,69	144.807,75	96,72
Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	27.393,95	27.393,95	100,00
Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	122.330,74	117.413,80	95,98
Outras (Adm. Geral, EJA, Ed. Especial, TI, Des. Científico e Formação RH)	508.534,26	453.180,20	89,11
(XIV) Total das Despesas com Ações Típicas de MDE	3.469.843,99	3.215.266,46	92,66

Deduções Consideradas para Fins de Limite Constitucional de Aplicação Mínima em MDE	Valor
	-
Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	2.219.237
Despesas Custeadas com a Complementação do FUNDEB no Exercício	359.207
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB	0
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do exercício anterior, de Outros Recursos de Impostos	0
Restos a Pagar Inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0
Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos	2.573
	-
Total das Deduções Consideradas para Fins do Limite Constitucional	**1.857.457**

(XV) Total das Despesas para Fins de Limite	5.072.723
(XVI) Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos em MDE (25%) ((XV/(III)*100)%	27,10

Outras Informações para Controle Interno

Controle da Disponibilidade Financeira	FUNDEB	Salário Educação
Disponibilidade Financeira em 31 de dezembro de 2019	155.686	7.884
(+) Ingresso de Recursos até o bimestre	1.593.670	55.527
(-) Pagamentos Efetuados até o bimestre	1.613.977	16.960
Orçamento do Exercício	1.527.853	12.580
Restos a Pagar	86.124	4.380
(+) Receita de Aplicação Financeira dos Recursos até o bimestre	4.583	582

(-) Ajustes (retenções, valores a recuperar, bloqueios judiciais)	20	0
(=) Saldo Financeiro do Exercício de 2020	**139.981**	**47.033**

Fonte: SEFAZ / CECOG

1. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício;

2. Despesas correspondentes aos órgãos: SEDUC, CED, CEE, FUNCAP, FUNECE, GAB GOV, SECITECE, URCA, UVA e SOP;

3. A linha "Outras" corresponde às Subfunções: Administração Geral, Desenvolvimento Científico, Formação de Recursos Humanos, Tecnologia da Informação, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, Infraestrutura Urbana.

4. No Saldo Financeiro do FUNDEB de 31/12/2019, estão computados os valores referentes aos bloqueios judiciais, no montante de R$ 17.855.329,94, referente aos exercícios anteriores e desbloqueios judiciais no valor de R$ 53.771,81

5. O valor de R$ R$ 19.850, na linha Ajustes, refere-se a desbloqueios judiciais ocorridos em 2020;

6. valor de R$ 68.429.918,83, referente ao valor empenhado do superávit financeiro de 2019, não foi incluído na linha de Dedução das Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro do Exercício Anterior do FUNDEB (linha 33), em razão da 10ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais estabelecer que o superávit financeiro dos recursos do FUNDEB, do exercício anterior ao de referência "até o limite de 5% do total dos recursos recebidos, deverá compor a base de cálculo para fins de cumprimento dos limites mínimos estabelecidos no art. 212 da Constituição Federal e, portanto, não será deduzido."

7. Não inclui as despesas com Inativos e Pensionistas;

8. O montante de R$ 70.132.838,70, referente aos itens relacionados no Acórdão nº 546 de 2018 e itens por analogia com os acórdãos do TCE, foi excluído da despesa empenhada.

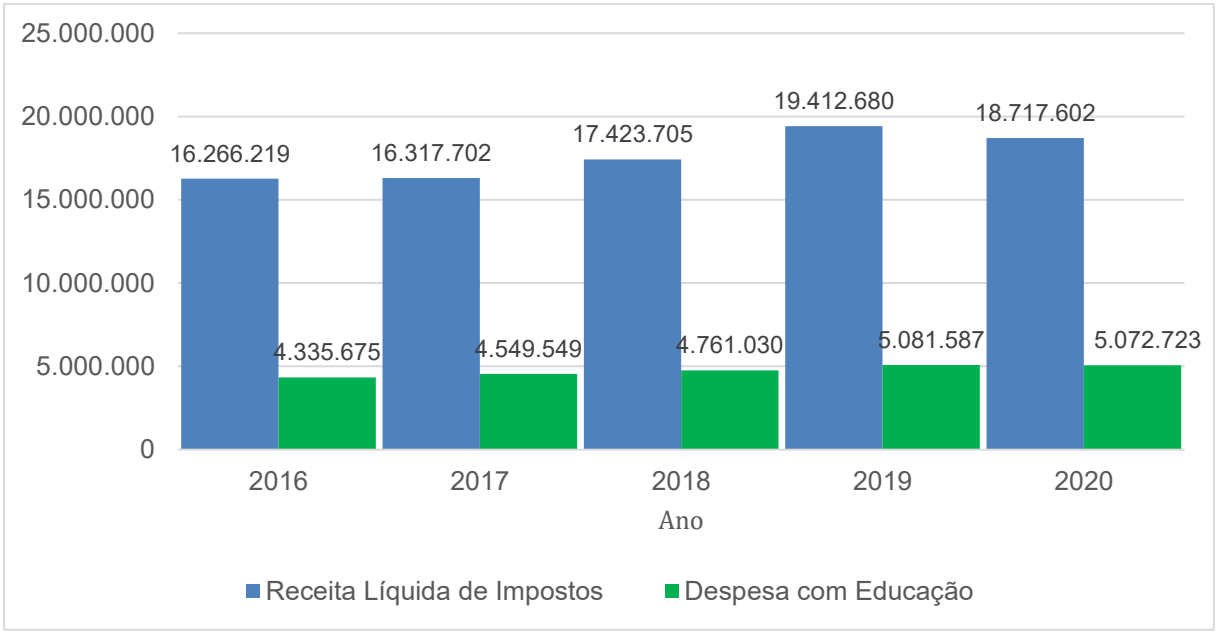
Tabela 148 - Demonstrativo da Despesa com Educação x Receita Líquida de Impostos - 2016 a 2020

(R$ milhares)

Ano	Receita Líquida de Impostos	Despesa com Educação	Realização %
2016	16.266.219	4.335.675	26,65
2017	16.317.702	4.549.549	27,88
2018	17.423.705	4.761.030	27,33
2019	19.412.680	5.081.587	26,18
2020	18.717.602	5.072.723	27,10

Fonte: SEFAZ/CECOG

Gráfico 44 - Despesas com Educação x Receita Líquida de Impostos - 2016 a 2020



Fonte: SEFAZ/CECOG

4.2.1.4 Gasto com Saúde

O Estado do Ceará aplicou em 2020 o montante de R$ 4.610.191.446,67 na função saúde, sendo que deste total somente R$ 3.095.194.403,83 foram considerados no cálculo do índice constitucional de aplicação mínima. Mesmo com as exclusões, o Estado atingiu o índice de 16,54% da sua RLIT. Portanto, um percentual de 4,54% (R$ 849.082.070,13) acima do mínimo obrigatório de 12%, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pela lei complementar nº 141 de 2012. Nas tabelas a seguir serão demonstrados estes valores e percentuais.

Tabela 149 - Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35)

(R$ milhares)

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor Orçado	Valor Realizado
Receitas Resultantes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais		
Receita de Impostos (I)	16.645.676	15.600.076
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS	14.065.399	13.222.260
Impostos sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação - ITCD	147.329	71.454
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	1.132.326	1.080.564
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.300.623	1.225.798
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)	7.438.243	6.819.378
Cota-Parte FPE	7.371.321	6.763.500
Cota-Parte IPI-Exportação	66.922	55.878
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0	0
Deduções de Transferências Constitucionais aos Municípios (III)	3.965.178	3.701.851
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios (25%)	3.362.285	3.147.597
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios (50%)	586.163	540.287
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios (25%)	16.730	13.968
Total das Receitas Resultantes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais - (IV) = (I) + (II) - (III)	20.118.741	18.717.603
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - Por Subfunção e Categoria Econômica		
Atenção Básica (V)	196.952	192.130
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (VI)	2.548.972	2.467.851
Suporte Profilático e Terapêutico (VII)	36.664	36.584
Vigilância Sanitária (VIII)	3	2
Vigilância Epidemiológica (IX)	110.186	55.201
Outras Subfunções (X)	366.099	343.425
Total (XI) = (V + VI + VII + VIII + IX + X)	3.258.876	3.095.194
Apuração do Cumprimento do Limite Mínimo para Aplicação em ASPS		
Valor Aplicado em ASPS (XII)		3.095.194
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XIII) = (IV) x 12% (LC 141/2012)		2.246.112

Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIV) = (XIII- XIV)		849.082
Percentual da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais Aplicado em ASPS (XIII / IV)*100 (mínimo de 12% conforme LC n°141/2012)		16,54
Receitas Adicionais para o Financiamento da Saúde Não Computadas no Cálculo do Mínimo		
Receitas de Transferências para a Saúde (XV)	1.106.397	1.170.275
Receita de Operações de Crédito Vinculadas à Saúde (XVI)	268.478	216.893
Outras Receitas (XVII)	158.483	119.988
Total de Receitas Adicionais para Financiamento da Saúde (XVIII) = (XV + XVI + XVII)	1.533.358	1.507.155
Despesas com Saúde Não Computadas no Cálculo do Mínimo		
Atenção Básica (XIX)	112.533	62.901
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (XX)	1.200.448	1.046.262
Suporte Profilático e Terapêutico (XXI)	78.913	78.384
Vigilância Sanitária (XXII)	2.277	2.196
Vigilância Epidemiológica (XXIII)	258.520	246.013
Outras Subfunções (XXIV)	87.078	79.241
Total das Despesas Não Computadas no Cálculo do Mínimo (XXV)	1.739.770	1.514.997
Total das Despesas com Saúde (XXVI) = (XI + XXV)	4.998.646	4.610.191
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transf. de recursos de outros entes	1.494.815	1.338.034
Total das Despesas Executadas com Recursos Próprios (XXVII)	3.503.831	3.272.157

Fonte: SEFAZ/CECOG

Notas: 1) No último bimestre o valor considerado é o da despesa empenhada.

2) As seguintes despesas são consideradas para o cálculo do limite mínimo em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):

- As despesas executadas pelo Fundo Estadual de Saúde (FUNDES);

- As despesas executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde.

3) O total das despesas com saúde não computados (item XXVI) corresponde às seguintes despesas:

Elementos de despesas com inativos e pensionistas;

Despesas dos órgãos: Escola de Saúde Pública, FASSEC e ISSEC;

Despesas com fonte de recursos que não seja provenientes de impostos e transferência constitucionais e legais;

Itens de despesa excluídos por recomendação do TCE/CE.

4) No valor das Transferências a Municípios não estão incluídas as de "Royalties" e da CIDE;

Tabela 150 - Demonstrativo da Despesa com Saúde x Receita Líquida de Impostos - 2016 a 2020

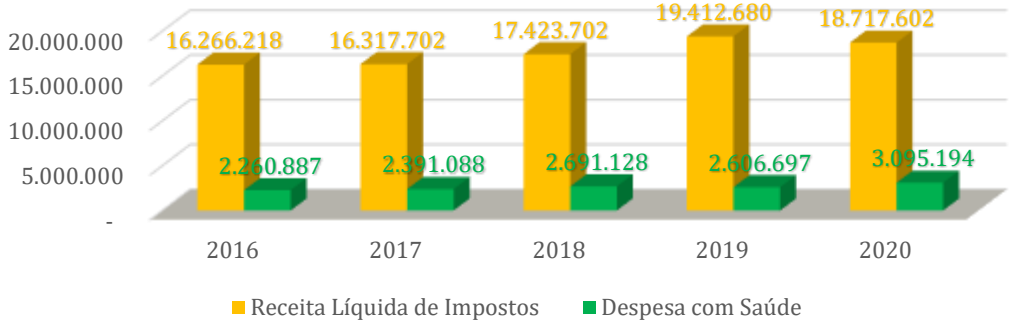
(R$ milhares)

Ano	Receita Líquida de Impostos	Despesa com Saúde	Realização %
2016	16.266.218	2.260.887	13,90
2017	16.317.702	2.391.088	14,65
2018	17.423.702	2.691.128	15,45
2019	19.412.680	2.606.697	13,43
2020	18.717.602	3.095.194	16,54

Fonte: SEFAZ/CECOG

Gráfico 45 - Despesa com Saúde x Receita Líquida de Impostos – 2016 a 2020

(R$ milhares)



Fonte: SEFAZ/CECOG

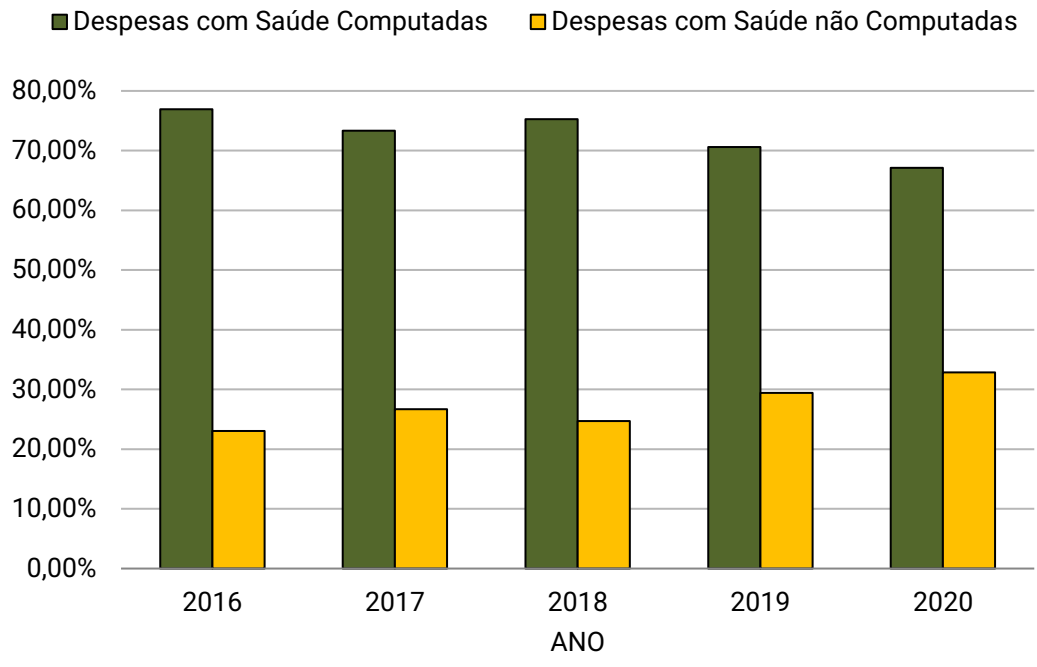
Tabela 151 - Demonstrativo das Despesas com Saúde Total, Computadas e não Computadas - 2016 a 2020

(R$ milhares)

Ano	Despesa Total com Saúde	Despesas com Saúde Computadas	% do Total	Despesas com Saúde não Computadas	% do Total
2016	2.938.095	2.260.887	76,95	677.208	23,05
2017	3.260.599	2.391.088	73,33	869.511	26,67
2018	3.574.226	2.691.128	75,29	883.099	24,71
2019	3.693.255	2.606.697	70,58	1.086.557	29,42
2020	4.610.191	3.095.194	67,14	1.514.997	32,86

Fonte: SEFAZ/CECOG

Gráfico 46 - Evolução Percentual das Despesas com Saúde (Computadas e não Computadas) - 2016 a 2020



Fonte: SEFAZ/CECOG

No exercício de 2020, as despesas não computadas tiveram a seguinte composição:

Tabela 152 - Detalhamento das Despesas não Computadas

(R$ milhares)

Despesas não Computadas	Valor
Despesas Custeadas com Recursos de Outras Fontes	1.408.656
Despesas que não Atendem ao Princípio de Acesso Universal à Saúde	100.783
Despesas Excluídas por Determinação do Tribunal de Contas (TCE-CE)	5.558
Total	**1.514.997**

Fonte: SEFAZ\CECOG

Parte da despesa em saúde é executada pelos vinte e um (21) Consórcios Públicos de Saúde que o estado participa. Importante mencionar que, do total aportado pelo Estado aos Consórcios Públicos de Saúde (R$ 89.288.772,16), referente às transferências feitas pelo FUNDES na modalidade “transferências a consórcios públicos”, foram incluídas as despesas executadas nos consórcios públicos no total de R$ 87.832.102,28, conforme declaradas pelos respectivos consórcios, conforme tabela a seguir:

Tabela 153 - Despesas Executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde em 2020

(R$ milhares)

Despesas Executadas pelos Consórcios Públicos de Saúde em ASPS em 2020	Valor
1 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Acaraú	3.766
2 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião da Ibiapaba	4.541
3 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião do Crato	4.346
4 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crateús	4.605
5 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Limoeiro do Norte	4.214
6 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Quixadá	4.416
7 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Maracanaú	914
8 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Aracati	3.879
9 - Consórcio Público Interfederativo do Vale do Curu - Cisvale	5.200
10 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Baturité	4.791
11 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Camocim	4.911
12 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro do Norte	4.114
13 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Iguatu	4.445
14 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Russas	3.862
15 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Sobral	4.271
16 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Brejo Santo	4.558
17 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá	6.591
18 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Icó	5.801
19 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Cascavel	3.707
20 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Canindé	995
21 - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Itapipoca	3.906
Total Executado pelos Consórcios	**87.832**

Fonte: SEFAZ/CECOG

4.2.1.5 Parcerias Público Privada - PPP

No ano de 2020, o governo estadual possuía apenas um projeto em execução sob a modalidade de Parceria Público-Privada (PPP), a PPP Vapt Vupt. O contrato de PPP assinado pelo Estado do Ceará na modalidade de concessão administrativa foi firmado em 1º de novembro de 2013 com a SPE CEARÁ SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO S/A, composta pelas empresas Construtora Marquise S.A. e o Shopping do Cidadão Serviços e Informática S.A.

O contrato, cujo extrato foi publicado no DOE em 13 de novembro de 2013, com um prazo de 15 anos, tem como objeto a concessão administrativa dos serviços VAPT VUPT, destinados à construção, implantação, operação, manutenção e gestão de 5 (cinco) unidades do Programa VAPT VUPT de Atendimento Integrado ao Cidadão do Governo do Estado do Ceará, sendo três unidades localizadas no município de Fortaleza – nos bairros Centro, Messejana e Antônio Bezerra, uma localizada no município de Juazeiro do Norte e uma localizada no município de Sobral.

Foram implantadas e estão em execução as unidades de Juazeiro do Norte, de Sobral e, em Fortaleza, a unidades de Messejana e do bairro Antônio Bezerra, assim como a Central Administrativa que funciona como um escritório gestor das unidades em execução. A unidade que seria localizada no bairro Centro da cidade de Fortaleza não foi implantada até então devido à inviabilidade da localização planejada originalmente no contrato.

Em 2020, em decorrência da pandemia do COVID-19 houve uma redução na prestação dos serviços das unidades, o que refletiu no valor pago das contraprestações. Foi desembolsado o montante de R$ 46.966.647,52 para este contrato no ano de 2020, o que correspondeu 0,22% da Receita Corrente Líquida, em conformidade, portanto, aos limites exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A PPP está em operação desde agosto de 2014 e seu contrato sofreu sete reajustes, dessa forma o valor da contraprestação mensal máxima atualizado é de R$ 4.418.632,43, para as quatro unidades em execução – Juazeiro do Norte, Sobral, Messejana e Antônio Bezerra.

A licitação da PPP para a construção, operação e manutenção de uma Planta de Dessalinização de Água Marinha, na Região Metropolitana de Fortaleza, foi realizada em 2020 e está em vias de formalização contratual com o consórcio vencedor do certame.

4.2.2 Relatório de Gestão Fiscal

4.2.2.1 Despesa com Pessoal

Demonstrativo das Despesas com Pessoal, Anexo I do RGF, demonstra a despesa com pessoal de cada um dos Poderes de modo a verificar o cumprimento dos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - que determina o máximo de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado para ser aplicado em Gastos com Pessoal, estabelecendo limites segregados por Poder e Órgão.

O art. 18 da LRF definiu despesa total com pessoal como o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência.

No exercício de 2020, o percentual de comprometimento da Despesa de Pessoal (DTP) do Poder Executivo sobre a RCL ajustada foi de 40,55%. Se comparada aos 41,64% do exercício de 2019, percebe-se uma redução de 1,09%, mantendo-se com o comprometimento dessa despesa estável.

A Receita Corrente Líquida Ajustada - RCLA é a RCL após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas parlamentares individuais e de bancada, conforme disciplina, respectivamente, §1º do art. 166-A e §16 do art. 166 da CF. Em conformidade com a nova metodologia de cálculo trazida pela Emenda Constitucional n° 100/2019, a RCLA no exercício de 2020 totalizou de R$ 21.886.952.291,67. Quando comparada com o exercício de 2019, verifica-se um crescimento nominal de 4,87%, um dos motivos para a estabilidade do comprometimento do gasto com pessoal sobre a RCL. Ressalte-se que em 2019 as emendas de bancada não eram deduzidas para fins de cálculo de RCLA.

Na tabela abaixo podemos verificar a variação dos itens que compõem o gasto de pessoal de forma consolidada no estado e do poder executivo.

Tabela 154 - Variação Gasto de Pessoal - Exercício 2020/2019

(R$ milhares)

Especificação	2020	2019	Vari %
Consolidado			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	13.237.873	12.872.797	2,84
Pessoal Ativo	9.490.159	9.454.700	0,38
Pessoal Inativo	2.878.410	2.739.911	5,05
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18,§1º da LRF)	869.304	678.186	28,18
Despesas não Computadas (Art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.400.878	2.235.160	7,41
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4.444	9.224	-51,82
Decorrentes de Decisão Judicial	188.624	168.208	12,14
Despesas de Exercícios Anteriores	83.355	40.574	105,44
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.124.455	2.017.154	5,32
Despesa Líquida com Pessoal (I - II)	10.836.995	10.637.637	1,87
Poder Executivo			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	10.900.540	10.563.496	3,19
Pessoal Ativo	7.524.861	7.494.713	0,4
Pessoal Inativo	2.520.327	2.405.219	4,79
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18,§1º da LRF)	855.351	663.564	28,9
Despesas não Computadas (Art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.024.443	1.873.507	8,06
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	945	1.137	-16,95
Decorrentes de Decisão Judicial	183.925	161.684	13,76
Despesas de Exercícios Anteriores	70.222	26.767	162,34
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.769.351	1.683.918	5,07
Despesa Liquida com Pessoal (I - II)	**8.876.097**	**8.689.989**	**2,14**

Fonte: SEFAZ\CECOG

Não inclui os gastos com abono de permanência e pensionistas conforme resoluções TCE nº 2.582/2009 e 2.230/10.

Na tabela abaixo estão incluídos os valores repassados a consórcios públicos de saúde e aplicados em despesa de pessoal:

Tabela 155 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcios Públicos – LRF

(R$ milhares)

Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	Vr.Transf. p/ Rateio	Liquidadas (a)	Insc. RPNP (b)	Total (c = a + b)
Poder Executivo				
Despesa Bruta com Pessoal (I)	107.962	59.936	0	59.936
Pessoal Ativo	107.962	55.604	0	55.604
Obrigações Patronais		1.971	0	1.971
Outras Desp. de Pessoal Dec. de Cont. de Terceirização (§ 1º do Art.18 da LRF)		2.361	0	2.361
Despesas não Computadas (§ 1º do Art. 19 da LRF) (II)	-	990	0	990
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		945	0	945
Decorrentes de Decisão Judicial		46	0	46
Despesas de Exercícios Anteriores		0	0	0
Despesa Total com Pessoal - DTP (IV) = (III a + III b)	107.962	58.945	0	58.945

Despesa Bruta com Pessoal por Ente Consorciado	Vr Transf. por Rateio	Vr Executado
Consórcio Público de Saúde de Ibiapaba (Tianguá)	5.271	2.848
Consórcio Público de Saúde de Tauá	9.802	989
Consórcio Público de Saúde da Micro Sobral	5.034	2.596
Consórcio Público de Saúde da Micro Russas	4.464	2.724
Consórcio Público de Saúde de Quixadá	5.009	4.006
Consórcio Público de Saúde de Maracanaú	1.645	1.614
Consórcio Público de Saúde da Microregião de Limoeiro do Norte	5.022	2.970
Consórcio Público de Saúde da Micro Juazeiro do Norte	4.662	3.390
Consórcio Público de Saúde de Itapipoca	4.543	1.577
Consórcio Público de Saúde de Iguatu	4.909	2.568
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Icó	6.240	3.315
Consórcio Público de Saúde da Micro Crato	4.894	3.847
Consórcio Público de Saúde de Crateús	5.206	2.882
Consórcio Público de Saúde Interfederativo do Vale do Curu (Cisvale)	8.108	4.401
Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Cascavel	5.989	3.177

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Canindé	1.763	1.286
Consórcio Público de Saúde de Camocim	5.635	3.409
Consórcio Público de Saúde da Micro Brejo Santo	5.257	4.185
Consórcio Público de Saúde do Maciço de Baturité	5.611	3.865
Consórcio Público de Saúde da Micro de Aracati	4.344	2.091
Consórcio Público de Saúde de Acaraú	4.556	1.205
Total	107.962	58.945

Fonte: SEFAZ/CECOG

Notas:

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo;

2. Todos os Consórcio apresentaram prestação de contas do RGF - Gasto de Pessoal de acordo com a tabela - Demonstrativo de Despesa de Pessoal - Consórcios Públicos;

3. Os valores registrados na coluna VALOR EXECUTADO estão de acordo com os demonstrativos DECLARADOS pelos consórcios públicos de Saúde, para fins de despesa líquida com pessoal.

4. Os valores registrados na coluna VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO estão de acordo com os dados do S2GPR.

A tabela a seguir evidencia as nomeações de novos servidores públicos estaduais do Poder Executivo, no exercício de 2019.

Tabela 156 - Demonstrativo das Nomeações de Novos Servidores - Arts. 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal

Órgão/Entidade	Denominação-Cargo	Quantidade
101021 - Polícia Civil-PC	Escrivão de Polícia Civil	1
101031 - Polícia Militar-PMCE	Soldado Pronto	8
101071 - Perícia Forense do Estado do Ceará-PEFOCE	Médico Perito Legista	1
180001 - Secretaria da Administração Penitenciária-SAP	Agente Penitenciário	68
190001- Secretaria da Fazenda-SEFAZ	Auditor Fiscal da Receita Estadual	1
190401- Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC	Técnico em Registro do Comércio	1
240001- Secretaria da Saúde - SESA	Farmacêutico	3
	Cirurgião Dentista	2
	Enfermeiro	1
270001- Secretaria de Cultura - SECULT	Analista de cultura	46
	Museólogo	4
	Arquivista	2
	Antropólogo	2
	Analista de Patrimônio Cultural	4
	Bibliotecário	14
	Historiador	8
	Sociólogo	1
310101- Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE	Analista de Gestão em Educação Superior	2
	Assistente da Gestão em Educação Superior	1
310301 - Fundação Universidade Regional do Cariri - URCA	Professor Auxiliar	1
	Professor Adjunto	1
Total Geral		**172**

Fonte: SEPLAG

De acordo com os termos dos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Poder Executivo esclarece que no exercício de 2020 realizou 172 nomeações de novos servidores, conforme está demonstrado na tabela anterior. A despesa com esses novos servidores representou para o Estado, em 2020, um custo adicional de R$ 8.062.486,74. Para 2021 e 2022 foi estimado um custo de R$ 9.759.799,15 e R$ 10.101.392,12, respectivamente. Vale enfatizar, que o impacto orçamentário-financeiro para o exercício de 2020-2021 é de R$ 1.697.312,41 e para 2021-2022 é de R$ 341.592,97. Considerando o art. 8º da Lei Complementar Federal 173/2020, não foi considerada nenhuma atualização no custo de 2021.

Para o exercício de 2022, a atualização foi pelo IPCA previsto de 3,50%, considerando a LDO-2021.

Conforme tabela anterior, em 2020, as áreas que foram mais beneficiadas com as nomeações de novos servidores foram às de Administração Penitenciária e Cultura com 68 e 46, respectivamente, e juntas representam 66,28% das nomeações.

Tabela 157 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal x Receita Corrente Líquida – 2016/2020

(R$ milhares)

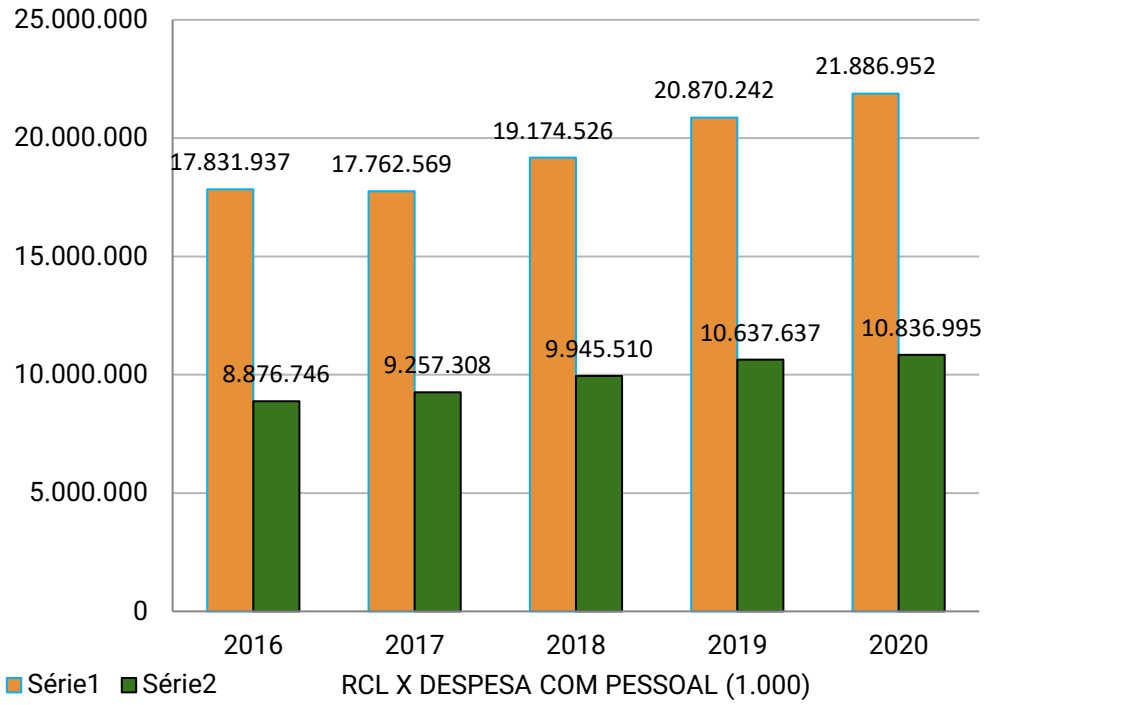
Ano	RCL (A)	Desp. com Pessoal (B)	Realiz.% (B/A)
2016	17.831.937	8.876.746	49,78
2017	17.762.569	9.257.308	52,12
2018	19.174.526	9.945.510	51,87
2019	20.870.242	10.637.637	50,97
2020	21.886.952	10.836.995	49,51

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota: Na coluna RCL (A), o valor da Receita Corrente Líquida Ajustada passou a ser apurada a partir de 2017.

Gráfico 47 - Despesa com Pessoal x Receita Corrente Líquida- 2016 a 2020

(R$ milhares)



Fonte: SEFAZ/CECOG

A tabela abaixo demonstra o limite de gasto de pessoal por poder\órgãos e os índices a serem observados em relação a gasto de pessoal.

Tabela 158 - Representatividade das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida

(R$ milhares)

Poder/Órgão	2020	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	40,55%	48,60%	46,17%	43,74%
Poder Legislativo	2,32%	3,40%	3,23%	3,06%
Assembleia Legislativa	1,53%	2,34%	2,22%	2,11%
Tribunal de Contas do Estado	0,79%	1,06%	1,01%	0,95%
Poder Judiciário	4,98%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,66%	2,00%	1,90%	1,80%
Consolidado Geral	49,51%	60,00%	57,00%	54,00%

Fonte: SEFAZ \CECOG. Elaborado conforme RGF publicado dos Poderes

O poder executivo tem como limite máximo o percentual de 49,00% da RCL ajustada. Nos estados em que houver Tribunal de Contas do Municípios o limite máximo de gasto com pessoal é de 48,6% para o Poder Executivo. O Tribunal de Contas do Municípios do Estado do Ceará foi extinto em dezembro de 2017 e a LRF não previu a destinação do limite de 0,4% sobre a RCL em caso de extinção. A partir do exercício de 2019, a Lei de Diretrizes Orçamentárias vem distribuindo o limite do extinto Tribunal de Contas dos Municípios entre a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado, o qual incorporou as atribuições e quadro de pessoal do extinto TCM, fincando a Assembleia Legislativa com o limite máximo de 2,34% e o TCE com o limite máximo de 1,06%, permanecendo o Poder Executivo com limite de 48,6% da RCL ajustada.

No limite do poder executivo está incluído o gasto de pessoal com a Defensoria Pública da Pública do Estado.

4.2.2.2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Demonstrativo a Dívida Consolidada Líquida (DCL), Anexo 2 do RGF, demonstra a Dívida Pública Consolidada (dívida mobiliária, dívida contratual, precatórios posteriores a 05/05/2000 e Outras Dívidas) deduzidas das disponibilidades de caixa e demais haveres financeiros (valores a receber líquidos e certos). Vale destacar que não estão computadas na dívida consolidada as dívidas contraídas pelas empresas estatais independentes.

Tabela 159 - Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL – LRF

(R$ milhares)

Dívida Consolidada	Saldo do Exerc. Anterior	Até o 1º Quad. de 2020	Até o 2º Quad. de 2020	Até o 3º Quad. de 2020
Dívida Consolidada - DC (I)	14.906.375	17.287.505	18.175.705	17.783.339
Dívida Mobiliária	0	0	0	0
Dívida Contratual	13.854.144	16.235.274	17.123.474	16.633.405
Empréstimos	12.306.362	14.864.699	15.737.570	15.276.058
Interna	4.850.856	4.782.321	5.516.560	5.581.006
Externa	7.455.506	10.082.378	10.221.010	9.695.052
Restruturação da Dívida de Estados e Municípios	874.027	869.078	875.148	879.949
Financiamentos	105.068	114.586	134.072	109.781
Interna	0	0	0	0
Externa	105.068	114.586	134.072	109.781
Parcelamento e Renegociações de dívida	222.406	48.184	45.210	43.091
De Tributos	0	0	0	0
De Contribuições Previdenciárias	21.374	2.914	2.844	3.778
De Contribuições Sociais	201.032	45.271	42.367	39.313
Do FGTS	0	0	0	0
Com Instituições Não Financeiras	0	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais-COHAB (Empresa Estatal dependente)	346.282	338.726	331.474	324.526
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)-Venc. e não pagos	433.125	433.125	433.125	518.484
Outras Dívidas (Depósitos Judiciais Lei Estadual 15.878/15 - Estado Não é Parte)	619.107	619.107	619.107	631.451
Deduções (II)	3.911.205	4.859.678	6.132.678	5.809.716
Disponibilidade de Caixa	3.783.429	4.731.903	6.004.903	5.688.104
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.071.408	4.755.081	6.015.573	5.815.939
(-) Restos a Pagar Processados	287.978	23.178	10.670	127.835
Demais Haveres Financeiros	127.775	127.775	127.775	121.612
Dívida Consolidada Líquida - DCL (III) = (I - II)	10.995.170	12.427.827	12.043.027	11.973.623
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	20.882.025	20.918.388	21.403.953	22.028.315
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0	13.515	26.940	25.180
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento (VI) = (IV - V)	20.882.025	20.904.872	21.377.013	22.003.135
% da DC sobre a RCL (I/VI)	71,38	82,7	85,02	80,82
% da DCL sobre a RCL (III/VI)	52,65	59,45	56,34	54,42
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	200	200	200	200
Limite de Alerta (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	180	180	180	180

Outros Valores não Integrantes da DC	Saldo do Exerc. Anterior	Até o 1º Quad. de 2020	Até o 2º Quad. de 2020	Até o 3º Quad. de 2020
Precatórios Anteriores a 05/05/2020	0	0	0	0
Precatórios posteriores 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	82.277	82.277	82.277	4.116

Passivo Atuarial	75.499.853	75.499.853	75.499.853	70.735.028
Insuficiência Financeira	0	0	0	0
Depósito e Consignações sem Contrapartida	0	0	0	0
RP Não Processado	908.443	347.797	223.693,19	1.246.422
Antecipação de Receita Orçamentária - ARO	0	0	0	0
Dívida Contratual de PPP	0	0	0	0
Apropriação de Depósitos Judiciais (EC nº 94 / CF 1998 - Estado é Parte)	99.013	99.013	99.013	100.987

Fonte: S2GPR; COPAC/CECOG; 15/03/2021 09:36

Notas:

Nota 1: A disponibilidade de caixa abrange os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Dependentes e os outros poderes;

Nota 2: Excluídos da disponibilidade de caixa os valores de R$ 1.276.403.079,32 que estão comprometidos com passivos financeiros, tais como: depósitos e cauções, fianças criminais, depósitos judiciais e outros depósitos de terceiros;

Nota 3: Excluído da disponibilidade de caixa o valor de R$ 1.041.169.251,18 do RPPS;

Nota 4: Os Demais Haveres Financeiros correspondem a valores repassados pelo Poder Executivo e que estão sob administração Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Tribunal Regional do Trabalho para pagamento de precatórios, conforme repasses e informações de valores pagos;

Nota 5: Incluído nos restos a pagar processados o valor de R$ 163.162,49 referente aos RP não processados liquidados e não pagos em 2020;

Nota 6: O Valor do Passivo Atuarial informado pela SEPLAG/CPREV é resultado da última avaliação atuarial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará-SUPSEC, conforme Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA 2021;

Nota 7: O saldo de restos a pagar processados não contempla os restos a pagar da modalidade 91.

Nota 8: Valor de precatórios posteriores a 05/05/2020 conforme informações do periodo de 02/07/2019 a 31/12/2019.

Nota 9: O saldo da Dívida Consolidada foi informado pela COFIS/CEDIP.

Quanto aos limites impostos, a Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, define para os Estados que a Dívida Consolidada Líquida não pode ser superior a duas vezes (200%) a Receita Corrente Líquida. No exercício de 2020 a Dívida Consolidada Líquida alcançou o montante de R$ 11.973.622.896,16, apresentando um acréscimo nominal de 8,90%, se comparado ao mesmo período do exercício de 2019. Vale ressaltar que apesar desse pequeno aumento, o Governo do Estado do Ceará se mantém com um nível baixo de endividamento, pois o índice de endividamento representa apenas 54,42% da Receita Corrente Líquida.

4.2.2.3 Dívida Pública Estadual

Este tópico do Balanço Geral do Estado busca trazer informações transparentes com a riqueza de detalhes de conceitos, informações, em gráficos e tabelas sobre a Dívida Pública estadual. Além disso, o Demonstrativo do Anexo 16, parte integrante deste relatório, traz um resumo de cada contrato com as suas principais características, como saldo devedor, movimentações durante o ano, taxa de juros, prazos, moedas, etc.

A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, traz a seguinte definição em seu art. 98:

Dívida Fundada: compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.

Já a Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, definiu em seu art. 29:

Dívida Pública Consolidada ou Fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de Leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Com o advento da Resolução do Senado Federal de nº 40/2001, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal, definiu em seu art. 1º:

Dívida Pública Consolidada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de Leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento;

Dívida Pública Mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios; e Dívida Consolidada Líquida: dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Observa-se, que o conceito da LRF é mais abrangente que o art. 98 da Lei nº 4.320/64, inclusive considerando sinônimas as expressões dívida pública consolidada ou fundada. Num conceito mais restrito, pode ser definida como somatório das dívidas interna e externa de um Estado.

A principal diferenciação conceitual a respeito do déficit e dívida pública diz respeito a como estas variáveis se apresentam e como podem ser feitas temporalmente. Nesse sentido,

o déficit público, dado como a diferença entre as despesas e as receitas orçamentárias do setor público, em determinado período de tempo, é uma variável de fluxo, enquanto a dívida pública, entendida como o montante dos débitos contraídos pelo setor público junto a outras entidades, públicas ou privadas, internas ou externas, é uma variável de estoque.

A dívida pública é um dos principais fundamentos de uma economia. Se usada adequadamente, pode significar uma alavanca para o desenvolvimento, um instrumento para o governo financiar seus gastos e investimentos. Quando descontrolada, acaba funcionando como um freio ao desenvolvimento, pela necessidade de geração contínua de grandes superávits primários, que comprometem a capacidade de gastos e de investimentos do governo em obras públicas e nas políticas sociais.

Ademais, os juros elevados significam a drenagem de recursos de um setor da sociedade (empresas e indivíduos que pagam impostos) para outro setor (os credores da dívida), agravando o problema da concentração de renda no país.

Destaque-se que a dívida pública permite ao governo financiar investimentos que geram externalidades positivas para a economia, uma vez que é possível transferir para gerações seguintes dispêndios com obras e programas que irão beneficiá-las, evitando-se que todo o custo recaia sobre a geração presente.

Níveis de endividamento elevados e insustentáveis, porém, podem ter influência deletéria, exigindo esforço fiscal significativo do governo, provocando efeitos contraproducentes sobre o nível de atividade.

Neste tocante, o Estado do Ceará apresenta uma situação destacada dentre os entes da federação em relação ao seu endividamento público, medido pela relação Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida (DCL / RCL).

4.2.2.3.1. Estoque da Dívida

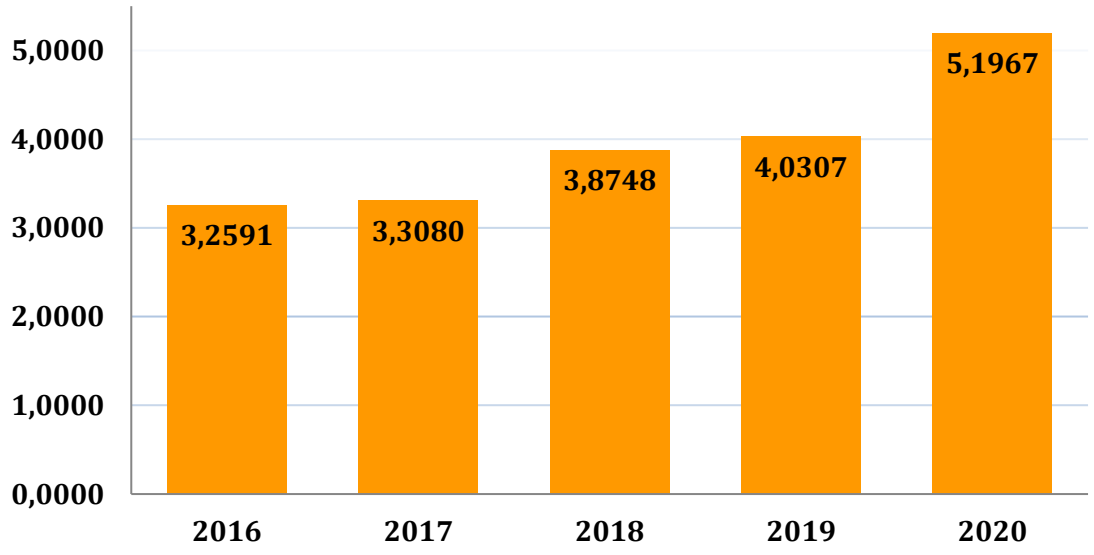
A Dívida Consolidada Líquida (DCL) encerrou o ano de 2020 em R$ 11.973.622.896,16 que correspondeu a um crescimento de 8,90%, em relação a 2019, quando a DCL registrou um valor de R$ 10.995.170.453,70. Todavia, ao se analisar a DCL, deve-se observar dois fatores relevantes que compõem seu cálculo, a Dívida Consolidada (DC) e a Disponibilidade de Caixa.

Ao analisar a DC de 2020, percebe-se que essa rubrica apresentou um montante de R$17.783.339.122,52, frente ao valor de R$ 14.906.375.117,99 apresentado no ano anterior, demonstrando um crescimento equivalente a 19,30%. Essa evolução na Dívida Consolidada em 2020 teve como principais fatores:

- conforme gráfico a seguir, a moeda norte-americana alcançou a cotação de R$ 5,1967 no fim de 2020, uma majoração de 28,93%, frente ao registrado no final de 2019, cujo valor foi de R$ 4,0307, colaborando para o acréscimo no estoque. Ressalta-se que 54,31% do saldo da dívida consolidada está atrelado a essa moeda.
- em razão de liberação de recursos de operações de crédito internas e externas em 2020, conforme demonstrativo de operações de crédito no montante de R$ 1.464.765.387,29;

Gráfico 48 - Evolução da Cotação do Dólar Fim de Período - 2016 a 2020

(R$ 1,00)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Todavia, a Disponibilidade de Caixa foi um fator que contribuiu positivamente para a DCL, pois aquela é a responsável pela dedução da Dívida Consolidada para a formação da DCL, apresentada no Demonstrativo do Relatório de Gestão Fiscal, obrigatório pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Verifica-se que a Disponibilidade de Caixa apresentou o montante de R$ 5.688.104.349,19, no final do período de 2020, contra R$ 3.783.429.347,88 em 2019, representando um crescimento de 50,34%, comparando-se os dois períodos, colaborando favoravelmente na formação da DCL.

O Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na manutenção dos controles de seu endividamento, baseado em dois pilares: 1) no efetivo pagamento de juros e amortizações, sendo esta última superior aos juros; 2) no volume de liberações de operações de crédito abaixo do limite legal de 16% da RCL. Esses fatores contribuíram para uma manutenção da relação DCL / RCL ainda em patamares reduzidos, atingindo a relação de 0,5442 em 2020, bem abaixo do limite de endividamento exigido pela LRF que é de 2,00 vezes a Receita Corrente Líquida, considerado o conceito de dívida consolidada líquida, da qual excluem os haveres financeiros conforme determina a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

4.2.2.3.2. Evolução do Endividamento do Estado do Ceará

A tabela adiante mostra a evolução do endividamento do Estado do Ceará a partir do ano de 2016 até 2020. Ao analisar referido período, observa-se, inicialmente, uma variação ocorrida no estoque da dívida fundada no fim do período de 2016 para o fim de 2017, de R$ 10.518 milhões para R$ 11.820 milhões, aumento de 12,38%, atribui-se, principalmente, ao valor expressivo da receita de operações de crédito nesse último ano de R$ 2.051 milhões.

Quando se analisa o ano de 2017, observa-se uma variação ocorrida no estoque da dívida fundada no fim do período desse ano, comparando-se com encerramento do ano de 2018, ou seja, um salto de R$ 11.820 milhões para R$ 13.865 milhões, crescimento de 17,30%. A variação apresentada de 2017 para 2018, na dívida consolidada do Estado, está explicada na escalada das moedas estrangeiras nesse último ano e na adoção de metodologia que incluiu a dívida da COHAB/CE e o saldo dos Depósitos Judiciais, que o Estado não é parte, conforme Lei Estadual nº 15.878/2015 e fundamentada na 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, aprovado pela Portaria nº 495/2017 da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Observa-se que, apenas com a inclusão da dívida da COHAB/CE e do saldo dos Depósitos Judiciais, foram adicionados cerca de R$ 964 milhões e R$ 596 milhões, respectivamente, ao estoque da dívida do estado, no ano de 2018, visto que essa metodologia não tinha sido empregada no ano de 2017. Em relação ao período 2019 a 2020, verifica-se o maior aumento da série histórica da Dívida Consolidada, a qual passou de R$ 14.906 milhões, para o valor de R$ 17.783 milhões, representando um aumento de 19,30% no período.

Tabela 160 - Demonstrativo da Composição da Dívida Fundada Estadual - 2016 a 2020

(R$ milhares)

Ano	Div.Int. (A)	Div. Ext. (B)	Div. Fund. Tot. (C=A+B)	PIB (D)	RCL (E)	Rel. Div. Tot. /PIB(C/D)	Rel. Div. Tot/RCL (C/E)
2016	5.348.602	5.169.933	10.518.535	138.422.521	17.831.937	7,60%	59,00%
2017	6.020.572	5.799.654	11.820.226	147.890.392	17.779.472	8,00%	66,50%
2018	6.574.404	7.290.722	13.865.126	154.988.867	19.186.195	8,90%	72,30%
2019	7.345.801	7.560.574	14.906.375	163.530.883	20.882.025	9,10%	71,40%
2020	7.978.507	9.804.832	17.783.339	166.037.929	22.003.135	10,71%	80,82%

Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

Nota 1: O PIB para os anos de 2019 e 2020 são projeções elaboradas pelo IPECE e IBGE e são passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivo.

Nota 2: O valor da dívida fundada total inclui garantia interna da estatal dependente COHAB/CE, precatórios, depósitos judiciais e os parcelamentos previdenciários

Destaca-se que algumas externalidades afetaram o saldo da Dívida Consolidada no período, como a forte variação cambial influenciada pela crise econômica da Pandemia da Covid-19, a qual pressionou as moedas estrangeiras, indexadoras de contratos externos assumidos pelo Estado do Ceará e que, representam o estoque de 55,22% do total da dívida estadual, sendo 54,31% em dólar norte-americano. Ademais, a liberação de recursos de operações de crédito interna e internas em 2020, na ordem de R$ 1.464 milhões também contribuiu para a elevação do endividamento do Estado no período.

Todavia, o Estado do Ceará continua apresentando um dos maiores montantes de gastos, em valores absolutos, com despesas de investimentos, em todo o Brasil, chegando a ostentar a maior relação de todos os estados, desde o ano de 2015, sendo que, no exercício de 2020, 11,27% da receita corrente líquida deste ente correspondeu aos investimentos realizados no período, frente à média nacional de 5,8% no mesmo exercício. Esses investimentos, além de demandarem recursos próprios provenientes do Tesouro Estadual, requerem, também, recursos de terceiros, onde estão contemplados os recursos de operação de crédito, que inevitavelmente afetam o estoque da dívida.

Investimentos voltados a programas de inclusão social, de combate à pobreza, de construções ou reformas de rodovias, mobilização urbana e investimentos nas áreas de turismo, necessitam, em quase sua totalidade, de operações com credores externos, tendo como consequência a exposição do risco a moedas estrangeiras. Mesmo o Estado não possuindo o total de sua dívida lastreada em moedas do exterior, cerca de 54,31% do estoque está relacionado diretamente com o dólar, conforme evidenciado no Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Moeda.

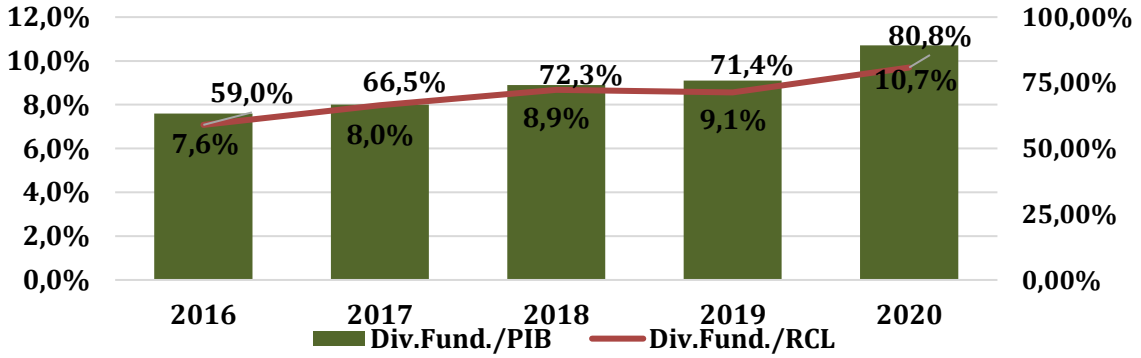
.

4.2.2.3.3 O Estoque da Dívida Pública e a sua Relação com o PIB

Uma das formas de análise para medir o volume de endividamento do setor público é a relação Dívida Fundada / Produto Interno Bruto, que demonstra solvência fiscal, a qual no Estado do Ceará mostra um crescimento entre os períodos de 2016 a 2020.

Na tabela anterior Composição da Dívida Fundada Estadual e Gráfico a seguir percebe-se que em 2016 esta relação era de 7,6% e aumentando para 8,0% em 2017. Quando se analisa o ano de 2018 essa relação era de 8,9%, chegando a alcançar 9,1%, em 2019. Em 2020, a relação atingiu o percentual de 10,7% em comparação a 2019, com crescimento influenciado pela variação cambial causada pela crise econômica da Pandemia da Covid-19, a qual impactou o Estoque da Dívida em R$ 2.216.409.165,08 em 31/12/2020.

Gráfico 49 - Evolução da Dívida Fundada em Relação ao PIB e RCL - 2016 a 2020



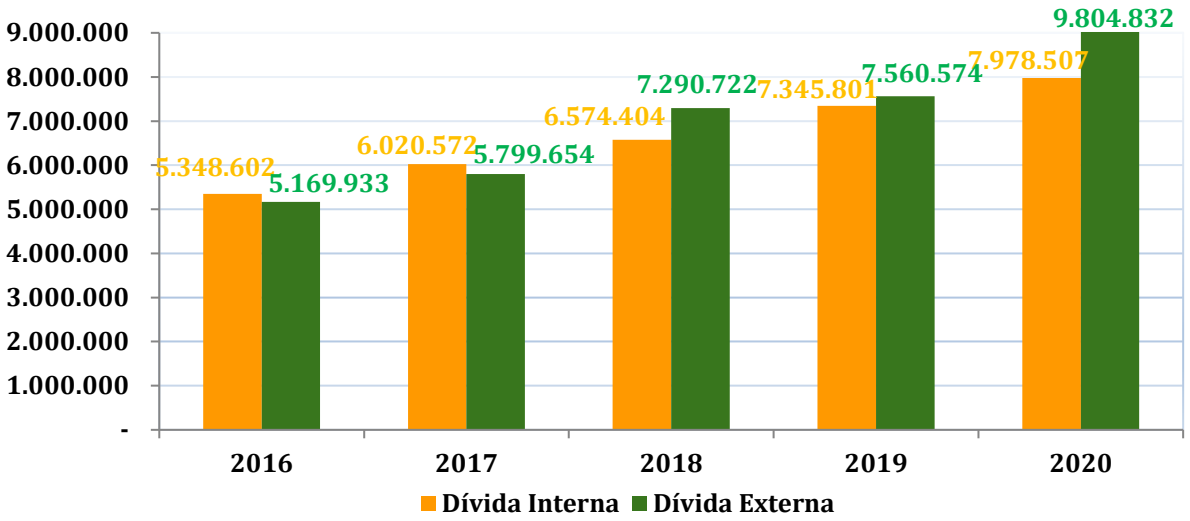
Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

A relação Dívida Fundada / Receita Corrente Líquida apresentou percentual em 2017, 2018 e 2019, respectivamente, de 66,5%, 72,3% e 71,4%, indicando um crescimento baixo ao longo desses anos. Contudo, no ano de 2020 a relação Dívida Fundada / Receita Corrente Líquida foi de 80,8%, bem superior àquela verificada entre os anos de 2017, 2018 e 2019, influenciada pela variação cambial sofrida na crise pandêmica da Covid-19 e que aumentou o estoque da Dívida Fundada (Consolidada), conforme demonstrado no Gráfico da Dívida Fundada em Relação ao PIB e RCL.

A seguir estão apresentadas os gráficos e tabelas que evidenciam a composição da Dívida Consolidada, assim como a composição do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor e por tipo de Moeda. Observar-se que inerente a composição da Dívida Fundada Estadual, a Dívida Externa em relação Dívida Interna vem crescendo ao longo dos últimos cinco anos, representando assim 55,22% do Total da Dívida Estadual.

Gráfico 50 - Composição da Dívida Fundada Estadual - 2016 a 2020

(R$ milhares)



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Na tabela e gráfico a seguir podemos observar o Demonstrativo da Dívida Fundada por credor, no qual temos como maiores percentuais de participação os credores BID 30,49% e BIRD 21,37%, ambos credores da Dívida Externa, já na Dívida interna os credores com maiores percentuais de participação no saldo devedor da dívida, são o BB 15,52% e BNDES 10,34%.

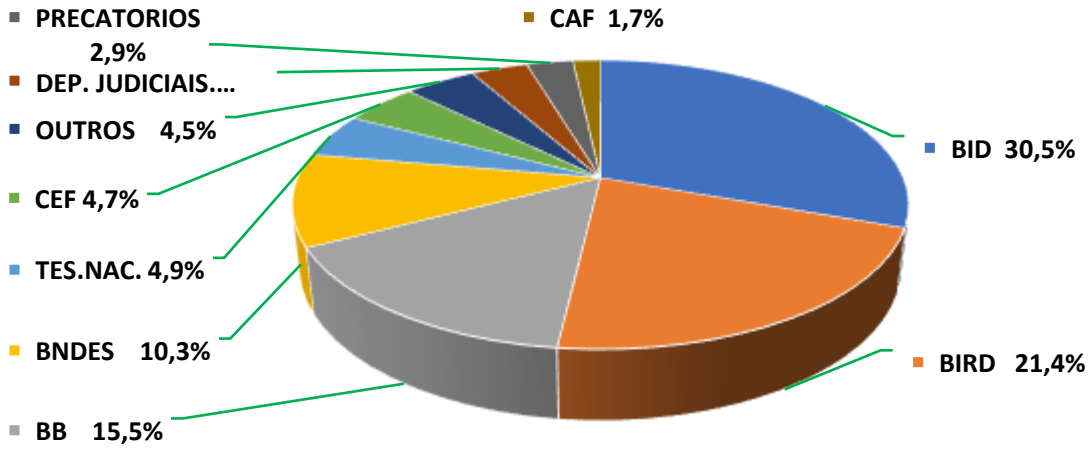
Tabela 161 - Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor

(R$ milhares)

Credor	Partic. %	Valor
BID	30,49	5.422.457.628
BIRD	21,37	3.800.219.797
BB	15,52	2.759.841.506
BNDES	10,34	1.839.368.584
Tesouro Nacional	4,95	879.949.218
CEF	4,66	829.514.538
Outros	4,47	795.450.649
Depósitos Judiciais	3,55	631.450.658
Precatórios	2,92	518.483.807
CAF	1,72	306.602.736
TOTAL	**100,00**	**17.783.339.123**

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Gráfico 51 - Saldo Devedor da Dívida Fundada por Credor



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Quanto ao Saldo Devedor da Dívida Fundada por moeda, observamos que o total da Divida do Estado mesmo não sendo em moeda estrangeira, cerca de 54,31% do estoque está relacionado diretamente com o dólar, conforme evidenciado na tabela e gráfico a seguir:

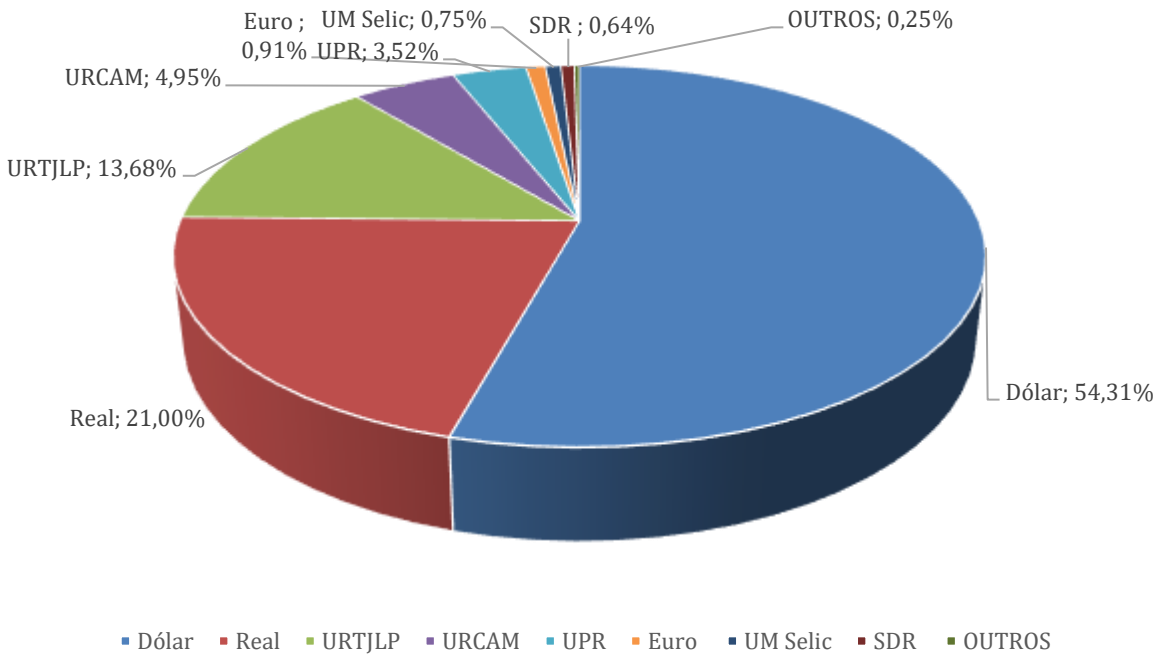
Tabela 162 - Demonstrativo do Saldo Devedor da Dívida Fundada por Moeda

(R$ milhares)

Indexador/Moeda	Part %	Valor
Dólar	54,31	9.658.466
Real	21,00	3.735.303
URTJLP	13,68	2.432.815
URCAM	4,95	879.949
UPR	3,52	625.429
Euro	0,91	161.219
UM Selic	0,75	132.734
SDR	0,64	113.181
Outros	0,25	44.243
TOTAL	100,00	17.783.339

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Gráfico 52 - Dívida Pública do Estado do Ceará - Saldo Devedor por Moeda



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Precatórios

De acordo com o § 7º, do artigo 30, da Lei Complementar 101, de 04/05/2000, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Em 2020, o saldo devedor dos precatórios totalizou R$ 518.483.807,45, que em comparação com o exercício anterior, representou um acréscimo de 19,71%. Esse aumento deve-se ao crescimento nos débitos inscritos em precatórios no Tribunal de Justiça do Ceará, assim como no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

4.2.2.3.4 O Serviço da Dívida Pública

A tabela seguinte mostra a trajetória do serviço da dívida. Os números evidenciam que os juros e outros encargos da dívida, no ano de 2020, somaram cerca de R$ 435 milhões, representando 27,29% do serviço da dívida. Este valor comparado ao ano anterior demonstra um decréscimo de 29,68% em termos nominais

As amortizações em 2020 alcançaram R$ 1.158 milhões (incluindo os precatórios), representando 72,71% do serviço da dívida, aumento de 8,68% em relação ao ano de 2019, que totalizaram R$ 1.065 milhões. Neste montante de 2020, estão considerados os valores amortizados da dívida da COHAB/CE junto à União que são honradas pelo Tesouro Estadual.

Tabela 163 - Demonstrativo da Evolução do Serviço da Dívida Pública Estadual – 2016 a 2020

(R$ milhares)

Discriminação	2016	2017	2018	2019	2020
1. Encargos da Dívida Interna	324.998	334.949	374.560	358.000	194.583
2. Encargos da Dívida Externa	97.636	117.149	188.347	259.927	239.960
3. Amortização da Dívida Interna	522.057	794.620	772.336	611.090	591.508
4. Amortização da Dívida Externa	320.665	309.436	328.161	454.065	566.145
5. Total Serviço da Dívida (1+2+3+4)	**1.265.357**	**1.556.155**	**1.663.404**	**1.683.083**	**1.592.196**

Fonte: SEFAZ/CEDIP

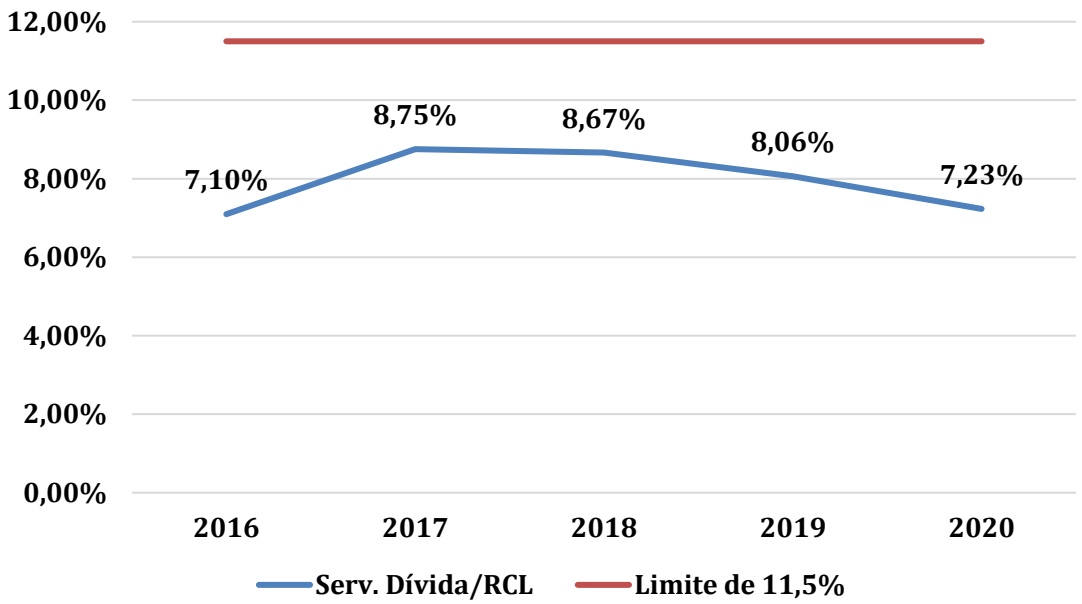
Nota: O serviço da dívida fundada total também inclui COHAB/CE (amortização: R$ 21.756 mil e encargos: R$ 10.342 mil), precatórios (amortização: R$ 122.118 mil) e contempla o parcelamento com INSS e PASEP (amortização: R$ 182.755 mil).

Se comparado o ano de 2019 em relação ao ano de 2018, observa-se que os valores dos juros e outros encargos da dívida, demonstram um acréscimo de 9,77% e as amortizações apresentaram uma pequena diminuição de cerca de 3,21%, em termos nominais.

Ressalta-se que o aumento das amortizações de 2017 em relação a 2016 deve-se, principalmente, ao início da incorporação do serviço da dívida da COHAB/CE no serviço total do Estado, do início da amortização da operação de crédito com o BNDES relativo à ampliação do Porto do Pecém e do montante pago de precatórios.

Em relação à capacidade de pagamento anual limitada a 11,5% da RCL, conforme Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, o Estado do Ceará cumpriu o limite para 2020 com 7,23%. Em 2019, o comprometimento foi de 8,06% em relação a RCL. Em termos absolutos, houve um decréscimo no montante do serviço, do ano de 2019 para 2020, de aproximadamente R$ 91 milhões, devido à suspensão dos pagamentos relativos ao serviço da dívida estadual, segundo amparo da Lei Complementar Federal 173/2020.

Gráfico 53 - Capacidade de Pagamento Anual da Dívida Pública-Limitada 11,5% da RCL – 2016 a 2020



Fonte: SEFAZ/CEDIP

Esses dados reforçam ainda mais o compromisso do Estado com o equilíbrio das contas públicas. Entretanto, uma política fiscal que imponha um ritmo forte de redução da relação Dívida/PIB, para um estado carente e muito demandado pela sociedade cearense, é fator limitante para um governo que tem como eixo estratégico a consecução de metas econômicas e sociais que levem à inclusão socioeconômica dos mais necessitados.

Com relação aos parcelamentos de dívidas do Estado referentes às contribuições do INSS e PASEP, foram registrados em 2020 os saldos de R$ 2.811.945,90 e R$ 37.772.843,46, respectivamente. Estão também reconhecidos como dívida consolidada os parcelamentos dos órgãos da administração indireta, cujos saldos em 31/12/2020 são: ISSEC/PASEP = R$ 553.058,47; ADAGRI/PASEP = R$ 385.676,20; ESP/PASEP = R$ 596.317,74; EMATERCE/COFINS= R$ 4.744,17 e EMATERCE/INSS= R$ 966.515,65.

Ademais, ressalta-se, ainda, que no exercício de 2020 foi concretizada, junto à Receita Federal do Brasil, uma compensação de ofício dos créditos previdenciários da Secretaria da Saúde oriundos de cooperativas médicas do trabalho com os débitos de parcelamentos do Estado do PASEP e previdenciário, conforme Despacho Demonstrativo de Compensações de Ofício dos Processos Administrativos da Receita Federal nº 10380.721418/2017-37, 10380.720040/2017-54 e 10380.721197/2017-05. Sendo assim, tais parcelamentos compensados e seus respectivos valores encontram-se listados a seguir:

- Parcelamento PASEP - Lei nº 10.522/2002 no valor R$ 113.441.370,09;
- Parcelamento PASEP - Lei nº 12.810/2013 no valor R$ 37.943.215,82;
- Parcelamento PREVIDENCIÁRIO - Lei nº 13.485/2017 no valor R$ 18.856.210,71;

Sendo que o valor total compensado atingiu o montante de R$ 170.240.796,62.

4.2.2.3.5 Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito

Em relação aos limites impostos pela LRF, em seu art.30, coube ao Senado Federal estabelecer os limites globais cumprindo o que estabelece a Constituição Federal. Para tanto, houve a publicação das seguintes Resoluções do Senado Federal, a de nº 40/2001, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e a de nº 43/2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Neste sentido apresentamos a seguir uma tabela resumo desses limites:

Tabela 164 - Demonstrativo dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito – 2020

(R$ milhares)

Indicador	Limite	Meta/Limite	Realizado	% (Realizado/RCL)
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	44.006.270	11.973.623	54,42
Receita de Operação de Crédito	Máximo de 16% da RCL	3.520.502	1.464.765	6,66
Serviço da Dívida Pública	Máximo de 11,5% da RCL	2.530.361	1.592.196	7,24
RCL - Receita Corrente Líquida 2020			22.003.135	

Fonte: SEFAZ/CEDIP

Observa-se na tabela anterior que o Estado do Ceará vem cumprindo os limites estabelecidos com uma expressiva margem de segurança em relação aos limites máximos.

4.2.2.4 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Anexo 3 do RGF, evidencia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida pelo Governo do Estado do Ceará. A Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, define o limite de comprometimento em 22% da Receita Corrente Líquida.

Tabela 165 - Demonstrativo das Garantias – LRF

(R$ milhares)

Garantias Concedidas	Saldo do Exercício Anterior	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Aos Estados (I)	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Externas	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Internas	0	0	0	0
Aos Municípios (II)	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Externas	0	0	0	0
Em Operações de Crédito Internas	0	0	0	0
Às Entidades Controladas (III)	204.754	261.764	263.900	237.326
Em Operações de Crédito Externas	204.754	261.764	263.900	237.326
Em Operações de Crédito Internas	0	0	0	0
Por Meio de Fundos e Programas (IV)	0	0	0	0
Total Garantias Concedidas (V)= (I+II+III+IV)	204.754	261.764	263.900	237.326
Receita Corrente Líquida - RCL (VI)	20.882.025	20.918.388	21.403.953	22.028.315
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0	13.515	26.940	25.180
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento (VIII) = (VI - VII)	20.882.025	20.904.872	21.377.013	22.003.135
% do Total das Garantias sobre a RCL Ajustada (V/VIII)	0,98	1,25	1,23	1,08
Limite Definido por Resolução nº 43/01, Do Senado Federal - 22,00%	22	22	22	22
Limite de Alerta (inciso III do § 1º do art.59 da LRF) -19,80%	19,8	19,8	19,8	19,8

Fonte: SEFAZ/CEDIP

No exercício de 2020, as garantias concedidas pelo Estado totalizaram R$ 237.326.290,86 representando 1,08% da RCL. Vale destacar, que no mesmo período do exercício anterior, o total das garantias concedidas foi de R$ 204.753.528,90, equivalente a 0,98% da RCL. Em comparação com o mesmo período do exercício anterior, em termos de RCL, as garantias concedidas cresceram em 15,91%. Esse acréscimo percentual decorre da variação cambial que afetou às garantias externas concedidas em moeda estrangeira, as quais sofreram variação monetária passiva relevante em 2020, por conta da Pandemia da Covid-19.

4.2.2.5 Demonstrativo das Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Créditos, Anexo IV do RGF, nos permite um acompanhamento dos recursos oriundos de empréstimos realizados pelo Estado. O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas

de capital, constantes do projeto de Lei orçamentária. De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, o limite estabelecido é de 16% sobre a Receita Corrente Líquida.

Tabela 166 - Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito – LRF

(R$ milhares)

Operações de Crédito Realizadas	No Quad. de Referência	Até o Quad. de Referência
Mobiliária	0	0
Interna	0	0
Externa	0	0
Contratual	129.959	1.464.765
Interna	11.377	838.737
- Empréstimos	11.377	838.737
- Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0	0
- Antecipação de Receita Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0	0
- Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
- Operações de Crédito Prevista no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I)	0	0
Externa	118.582	626.028
- Empréstimos	118.582	626.028
- Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0	0
- Antecipação de Receita Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0	0
- Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
- "Op. de Crédito não sujeitas ao limite para contratação" tanto nas op. contratuais internas quanto nas externas"	0	0
Total (I)	129.959	1.464.765

Apuração do Cumprimento dos Limites	Valor	% sobre a RCL
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	22.028.315	-
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (§ 1º, Art. 166-A da CF) (V)	25.180	-
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento (VI) = (IV - V)	22.003.135	-
Operações Vedadas (VII)	0	0
Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (VIII)= (IIIa+VII-Ia-IIa)	1.464.765	6,66
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	3.520.502	16
Limite de Alerta (Inciso III do § 1º do Art. 59 da LRF) 14,40%	3.168.451	14,4
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	0	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	1.540.219	7

Outras Operações que Integram a Dívida Consolidada	No Quad. de Referência	Até o Quad. de Referência
Parcelamentos de Dívidas	0	0
Tributos	0	0
Contribuições Previdenciárias	0	0
FGTS	0	0
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0	0

Fonte: SEFAZ/CECOG

Notas:

Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais comunicações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedada.

As Operações de Crédito correspondem ao compromisso financeiro assumido em razão de empréstimos realizados, ou operações assemelhadas, tais como a compra financiada de bens ou serviços, o arrendamento mercantil e as operações com derivativos financeiros, inclusive operações dessas categorias realizadas com instituições não financeiras. As Operações de Crédito totalizaram, no exercício de 2020, o montante de R$ 1.464.765.387,29 que representa 6,66% da RCL, abaixo do percentual permitido Resolução do Senado Federal, que é de 16,00%.

4.2.2.5.1 Das Operações de Crédito em 2020 e sua Destinação (Finalidade)

As captações realizadas pelo Estado do Ceará de operações de crédito em 2020, mediante contratos celebrados com instituições financeiras e com organismos multilaterais de crédito, tiveram várias finalidades de investimentos.

Pode-se destacar a operação de crédito interna que fora contratada com o Banco do Brasil S/A, referente ao projeto de Amortização da Dívida Pública Estadual do Triênio 2020 a 2022, destinada ao pagamento da amortização da dívida pública estadual, com a consequente manutenção da capacidade de investimentos do Estado previstos no PPA e na LOA. Esta operação teve todo seu recurso de R$ 800 milhões liberado, no ano de 2020, representando 54,62% de toda a receita de operação de crédito arrecadada naquele ano.

Nas operações de crédito internas, evidenciam-se as operações relacionadas aos projetos Promoradia/Prosaneamento do Rio Cocó e Favela do Dendê, Implantação das Estações do Metrô de Fortaleza, o Veículo Leve sob Trilhos – VLT e Projeto Minha Casa e Minha Vida, ambos contratadas com a CAIXA, que receberam recursos da ordem de R$ 30.150 mil, em 2020. Nas operações com o BNDES, aponta-se a operação de crédito do

BNDES Estados - Subcrédito A, cuja finalidade é a execução do Plano de Investimentos PPA, no qual foi desembolsado, em 2020, o montante de R$ 8.588 mil.

Analisando-se as operações externas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID liberou o quantitativo de R$ 552.265 mil em operações de crédito, as quais correspondem a 88,22%, de toda a receita de operações de crédito externa, destacando-se a operação relativa ao Programa Viário de Integração Logística do Ceará - CEARÁ IV - 2ª Fase, que se destina à continuação da execução do programa rodoviário do Estado, cujo desembolso foi na ordem de 227.963 mil, representando cerca de 36,41% das operações externas. Complementando as operações realizadas com o BID, evidenciam-se os programas Pólos Regionais - Cidades II. PROEXMAES II e Profisco II, cujos desembolsos foram na ordem de R$ 324.301 mil, representando 51,80% do total de recursos externos liberados.

Destacam-se, ainda, as operações de crédito dos Projetos São José III - 2ª Fase e Segurança Hídrica - IPF, ambas contratadas junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cuja destinação primordial dos recursos é promover avanços e melhorias no campo dos recursos hídricos cearense, onde o desembolso foi o equivalente a R$ 39.195 mil, representando 6,26% das liberações de crédito externas.

Por fim, evidencia-se o desembolso realizado para execução do programa Proinftur, que tem o objetivo de valorizar a infraestrutura turística do Litoral Oeste do Ceará, o qual fora contratado junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF, cuja receita, em 2020, foi no montante de 12.593 mil. Ressalta-se, ainda, os recursos de operações de crédito orindos dos bancos alemães Kreditanstalt Fur Wiederaufbau – KfW, com destinação para o Saneamento Rural e MLW Intermed GmbH cujas receitas se destinam ao desenvolvimento tecnológico do estado, onde foram desembolsados recursos na ordem R$ 4.715 mil e R$ 17.260 mil, respectivamente, em 2020. A tabela demonstrada a seguir lista os ingressos, assim como suas finalidades:

Tabela 167 - Demonstrativo da Captação das Operações de Crédito e sua Finalidade

(R$ milhares)

Operações de Crédito	Finalidade	Credor	Valor
Interna			838.737
Pró-moradia/Pró-saneamento (Rio Cocó)	Urbanização e Saneamento	Caixa	12.020
Pró-moradia/Pró-saneamento (Favela do Dendê)	Urbanização e Saneamento	Caixa	2.019
Estações do Metrô de Fortaleza	Mobilidade Urbana	Caixa	2.306
CPAC Minha Casa Minha Vida	Moradia	Caixa	1.990
CPAC VLT	Mobilidade Urbana	Caixa	11.815

BNDES Estados - Subcrédito A	Execução do Plano de Investimentos PPA	BNDES	8.588
Amortização da Dívida Pública	Infraestrutura	BB	800.000
Externa			626.028
Projeto São José III - 2ª Fase	Recursos Hídricos	BIRD	29.204
IPF	Segurança Hídrica	BIRD	9.991
Polos Regionais - Cidades II	Desenvolvimento Urbano	BID	10.680
Prog. Rod. Ceará IV - 2ª Fase	Infraestrutura Rodoviária	BID	227.963
PROEXMAES II	Saúde	BID	216.893
PROFISCO II	Modernização Fazendária	BID	96.729
Projeto Águas do Sertão	Saneamento Rural	KFW	4.715
PROMOTEC II	Desenvolvimento Tecnológico	MLW	17.260
PROINFTUR	Turismo	CAF	12.593
Total			**1.464.765**

Fonte: SEFAZ/CECOG

4.2.2.5.2 Operações de Crédito - Do Limite de 16% da Receita Corrente Líquida

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interna e externa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, em seu art.7º, I, o montante global das operações de créditos realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida.

A seguir apresenta-se tabela e gráfico que evidenciam as liberações anuais das Operações de Crédito, assim como o seu limite em relação à RCL - 2016 a 2020.

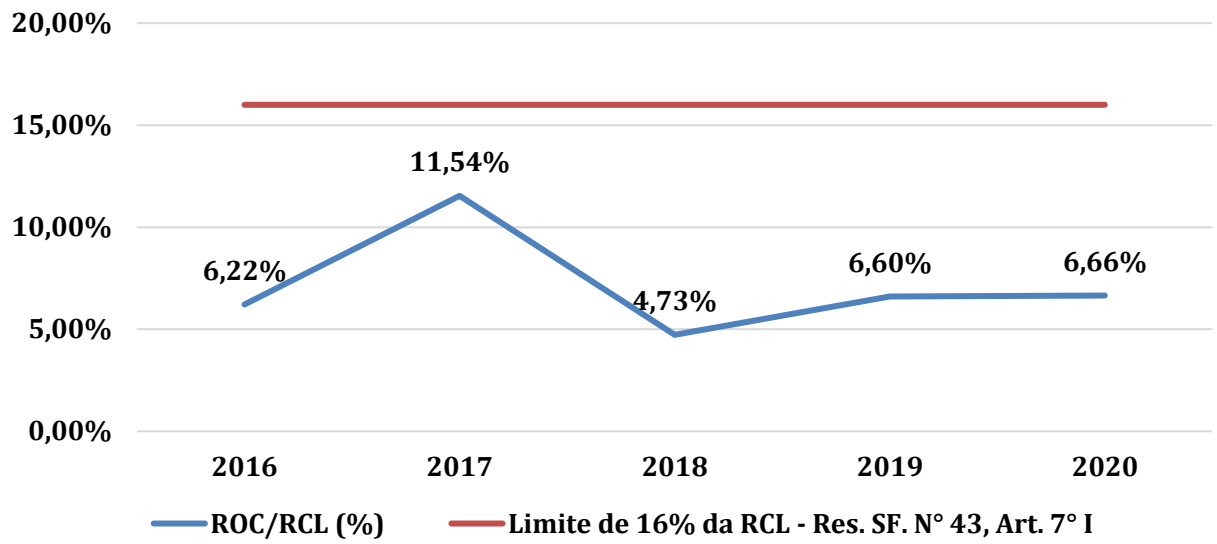
Tabela 168 - Demonstrativo das Liberações Anuais das Operações de Crédito e o seu Limite de 16% da RCL - 2016 a 2020

(R$ milhares)

Ano	Operações de Crédito	RCL	ROC/RCL (%)	Limite 16% da RCL - Res SF 43, Art.7º, I
2016	1.109.696	17.831.937	6,22	16,00
2017	2.051.079	17.779.472	11,54	16,00
2018	908.065	19.186.195	4,73	16,00
2019	1.379.112	20.882.025	6,60	16,00
2020	1.464.765	22.003.135	6,66	16,00

Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

Gráfico 54 - Liberações Anuais das Operações de Crédito e o seu Limite de 16% da RCL - 2016 a 2020



Fonte: SEFAZ/COFIS/CEDIP

Como visto anteriormente, em 2020, as receitas de operações de crédito interno e externo totalizaram um montante de R$ 1.464.765.387,29. Ao compararmos este montante em relação à receita corrente líquida, chega-se a um percentual de 6,66%, inferior aos 16% previsto no normativo.

Tabela 169 - Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - LRF – Consolidado

(R$ milhares)

Destinação de Recursos	Disponibili-dade de caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras				Insuficiência Verificada no Consórcio Público (f)	Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados (g)=(a-(b+c+d+e)-f)	Restos a pagar empenhados e não Liquidados no Exercício (h)	Empenhos não processados Cancelados (não inscritos por Inuficiência Financeira)	Disponibilidade de Caixa Líquida após a Inscrição em Restos a Pagar não Processados (i)=(g-h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (C)							
Total dos Recursos não Vinculados (I)	**4.461.304**	**6.019**	**158.109**	**36.777**	**1.398.436**	**0**	**2.861.964**	398.612		**2.463.351**
Recursos Ordinários	3.868.215	2.220	139.591	18.763	1.335.831	0	**2.371.810**	312.588	0	2.059.222
Outros Recursos não Vinculados	593.089	3.799	18.518	18.013	62.605	0	**490.154**	86.025	0	404.129
Total dos Recursos Vinculados (II)	**3.704.488**	**24**	**55.419**	**36.376**	**128.365**	0	**3.484.304**	779.218	**0**	**2.705.086**
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Educação	1.314	3	7.760	4.802	21.472	0	**-32.723**	63.944	0	-96.667
Transferências do FUNDEB	140.109	0	23.762	360	29.751	0	**86.235**	10.041	0	76.195
Outros Recursos Destinados à Educação	269.705	5	77	5.893	498	0	**263.233**	47.907	0	215.326
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde	94.737	14	13.219	2.849	11.020	0	**67.634**	117.400	0	-49.766
Outros Recursos Vinculados à Saúde	369.491	1	9.661	8.340	192	0	**351.297**	123.220	0	228.076
Recursos Vinculados à Assistência Social	21.866	0	738	1.338	788	0	**19.001**	9.490	0	9.511
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdênciário	927.670	0	0	0	814	0	**926.856**	0	0	926.856
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	115.284	0	0	0	63.516	0	**51.768**	255	0	51.513
Recursos de Operação de Crédito (Exceto destinados a Saúde e Educação)	746.479	0	11	3.651	23	0	**742.794**	133.669	0	609.125
Recursos de Alienação de Bens\Ativos	70.031	0	0	4	0	0	**70.027**	0	0	70.027
Outros Recursos Vinculados	947.802	0	191	9.139	290	0	**938.181**	273.292	0	664.889
Total(III)= (I+II)	**8.165.792**	**6.043**	**213.528**	**73.152**	**1.526.800**	**0**	**6.346.268**	**1.177.831**	**0**	**5.168.437**

Fonte: SEFAZ/CECOG

Nota 1: A Receita de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação e Saúde e Recursos Destinados a Assistência Social apresentam saldos negativos por que a disponibilidade da Fonte 00 e 01 está centralizada no Tesouro e o recurso somente é liberado recurso somente é liberado no momento do pagamento da obrigação pela unidade executora;

Nota 2: Em outros Recursos Destinados a Saúde são computados recursos que embora aplicados na função saúde, não entram no cômputo do gasto com saúde, gestoras: ESP, ISSEC e FASSEC.

Nota 3: Foram considerados somente os recursos classificados em caixa e equivalente de caixa. As aplicações financeiras dos regimes previdenciários, classificadas em curto ou longo prazo, no total de R$ 340.022.108,67, não foram incluídas no demonstrativo.

Nota 4: Não inclui a disponibilidade dos Consórcios Públicos de Saúde.

Ao analisar a disponibilidade de caixa e os restos a pagar consolidada do Estado verifica-se uma disponibilidade líquida de R$ 5.168.437.299,76, ou seja, recursos livres após a inscrição de restos a pagar e dedução de passivos financeiros como consignações retidas, caução e outros depósitos de terceiros. Deste total, R$ 2.463.351.163,98 e são de recursos não vinculados e R$ 2.705.086.135,78 de recursos vinculados.

Sobre as disponibilidades negativas nas linhas “Receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Educação” e “Receita de Impostos e de Transferências de Impostos-Saúde” é importante frisar que o Estado não carimba a destinação dos recursos no momento da entrada dos recursos, mas pela efetiva aplicação dos recursos e que se referem a empenhos na fonte 00.00 - recursos ordinários e 01.00 - recursos do FPE, ambas de livre aplicação. Como os recursos de fonte tesouro ficam centralizados no Tesouro Estadual e somente são liberados de forma automática no momento do pagamento. Optamos por apresentar as linhas com valor negativo e indicar que o recurso para cobrir as despesas estão alocados na linha de recursos ordinários. O detalhamento do superávit\déficit por fonte\subfonte consta da tabela 114.

4.2.2.6 Resumo dos Principais Indicadores Fiscais do Estado

A seguir incluímos tabelas com os principais indicadores fiscais do Estado.

Tabela 170 - Resumo de Indicadores Fiscais – Receita e Disponibilidade

(R$ milhares)

Indicadores de Relacionas a Receita e Disponibilidade	
Receita Corrente Líquida e RLIT	Valor (R$)
Receita Corrente Líquida - RCL	22.028.315
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo de Endividamento	22.003.135
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo de Limite de Pessoal	21.886.952
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Educação	18.717.603
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Saúde	18.717.603
Resultado Primário	Valor (R$)
Meta estabelecida na LDO - Acima da Linha	694.781
Resultado Apurado	2.396.770
Resultado Nominal	Valor (R$)
Meta estabelecida na LDO\LOA - Acima da Linha	267.802
Resultado Apurado	2.001.871
Disponibilidade de Caixa - Consolidada	Valor (R$)
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.165.792
Restos a Pagar Liquidados	219.572
Demais Obrigações Financeiras	1.526.800

Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	6.419
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	1.250.983
Disponibilidade de Caixa Líquida após Inscrição de Restos a Pagar não Processados	5.168.437

Fonte: SEFAZ/CECOG

Tabela 171 - Resumo de Indicadores Fiscais – Índices Legais

(R$ milhares)

Índices Legais		
Saúde	Valor (R$)	%RELIT
Mínimo Constitucional a ser Aplicado (CF/88)	2.246.112	12%
Despesas Consideradas	3.095.194	16,54%
Valor Aplicado Acima do Mínimo	849.082	-
Aplicações não Consideradas no Cálculo	1.514.997	-
Educação – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE	Valor (R$)	%RELIT
Mínimo Constitucional a ser Aplicado CF/88	4.679.401	25%
Despesas Consideradas	5.072.723	27,10%
Valor Aplicado Acima do Mínimo	393.323	-
Aplicações não Consideradas no Cálculo	538.113	-
Parcerias Público Privadas - PPP	Valor (R$)	%RCL
Limite Máximo	1.101.416	5,00%
Despesas Consideradas no Exercício de 2020	46.967	0,21%
Despesa com Pessoal	Valor (R$)	%RCL
Despesa Total com Pessoal	10.836.995	49,51%
Limite Máximo (Art. 20, Inc. I, II e III, LRF)	13.132.171	60%
Limite Prudencial (Art. 22, Parágrafo Único, LRF)	12.475.563	57%
Limite de Alerta	11.818.954	54%
Dívida Consolidada	Valor (R$)	%RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	44.006.270	200%
Dívida Bruta	17.783.339	80,82%
Dívida Consolidada Líquida	11.973.623	54,42%
Garantias	Valor (R$)	%RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.840.690	22%
Total de Garantias	237.326	1,08%
Operações de Crédito	Valor (R$)	%RCL
Limite Definido pelo Senado Federal	3.520.502	16%
Operações de Crédito Internas e Externas	1.464.765	6,66%

Fonte: SEFAZ\CECOG

Com o objetivo de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, sempre com a observância dos limites fixados pela Lei, o Governo do Estado se posiciona dentro das metas estabelecidas de Resultado Primário e Nominal, aplicação dos mínimos constitucionais e Educação e Saúde e de gastos estipulados para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros.

A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembléia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o § 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Anexos da Gestão Fiscal - RGF - foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.

Ao final deste relatório, entendemos que o objetivo pretendido foi alcançado tendo em vista que, procuramos abordar os aspectos mais relevantes das Contas do Governo relativas ao Exercício de 2020, inseridos nos Anexos do Balanço Geral do Estado, levantados em consonância com as normas legais e pertinentes.

Merece destaque o fato de que a realização dessa peça contábil revelou intensa participação de todas as áreas da Secretária Executiva do Tesouro Estadual e Metas Fiscais, em especial aos servidores da Célula de Contabilidade Geral – CECOG e da Célula de Contabilidade Centralizada dos Órgãos - CEORG, aos quais externamos os nossos agradecimentos pela dedicação, competência, zelo e comprometimento no desempenho de suas atividades.

Fortaleza, 30 de abril de 2021.

TALVANI RABELO AGUIAR:50584731353
Assinado de forma digital por TALVANI RABELO AGUIAR:50584731353
Dados: 2021.04.30 08:17:48 -03'00'

TALVANI RABELO AGUIAR
Orientador da Célula de Contabilidade Geral do Estado
CRC 021950/O-8 CE

Rosa Liduina Teixeira Diógenes Nogueira
Assinado de forma digital por Rosa Liduina Teixeira Diógenes Nogueira
Dados: 2021.04.30 13:33:36 -03'00'

ROSA LIDUÍNA TEIXEIRA DIÓGENES NOGUEIRA
Orientadora da Célula de Contabilidade Centralizada dos Órgãos do Estado
CRC 007569/O-8 CE

SAULO MOREIRA BRAGA:70406731349
Assinado de forma digital por SAULO MOREIRA BRAGA:70406731349
Dados: 2021.04.30 13:51:19 -03'00'

SAULO MOREIRA BRAGA
Orientador da Célula de Estudos e Normas Contábeis
CRC 015129/O-5 CE

CAPÍTULO V

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria da Fazenda e sua Secretaria Executiva do Tesouro Estadual e Metas Fiscais, por meio das coordenadorias de gestão financeira, de gestão fiscal e de gestão da execução orçamentária, patrimonial e contábil, respectivamente, no cumprimento de suas missões, elaborou o relatório do Balanço Geral do Estado do Ceará de 2020, incluindo as análises orçamentária, financeira, patrimonial e contábil das finanças estaduais.

O Governo do Estado do Ceará, no exercício de 2020, apresentou superávit de R$ R$ 1.470.080.309,84 em sua execução orçamentária consolidada, mantendo seu equilíbrio fiscal. Além disso, o Estado apresentou um superávit financeiro, ativos financeiros menos obrigações financeiras, da ordem de R$ 5.508.459.408,43. Ademais, o Estado do Ceará obteve Resultado Primário superavitário, bem como manteve seus indicadores de endividamento totalmente de acordo com os limites impostos pela legislação vigente. Isto evidencia uma gestão fiscal responsável voltada para criar condições de manter organizada a máquina administrativa e atender às necessidades da população cearense.

O Estado do Ceará segue os preceitos de uma Gestão Fiscal Eficiente, uma vez que houve geração de poupança e captação de recursos para suportar o investimento, ante as incertezas quanto à duração e à intensidade da pandemia decorrente da covid-19 e quanto aos seus efeitos deletérios sobre a economia real e sobre as finanças públicas.

Grandes avanços foram conquistados em 2020, em especial, todos os esforços empreendidos pelo Governo do Ceará para o enfrentamento do novo coronavírus no Estado, com suas ações alinhadas às lições aprendidas e os protocolos da ciência econômica, a reação do governo estadual contribuiu para que estratégias adotadas minimizassem os impactos econômicos adversos oriundos da pandemia, principalmente, pela manutenção do cronograma vigoroso de investimento combinado com a estrutura fiscal existente, cujo sincronismo das ações governamentais estratégicas são e serão determinantes para o processo de retomada do crescimento econômico estadual no período pós-pandemia.

Uma análise da Gestão Fiscal do Governo Estadual, nos últimos exercícios, mostra um considerável desempenho nas diversas ações governamentais, além de cumprimento contínuo dos limites estipulados pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em conformidade com o Direito Financeiro, com as normas do Manual de

Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), e com os parâmetros definidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei Federal nº 4.320/64.

No conteúdo do Relatório desta prestação de contas procuramos mostrar o atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE - nas análises alusivas às Contas do Governo dos exercícios anteriores.

Outro ganho apresentado neste Balanço Geral de 2020 é o Anexo, em separado, do Balanço Social do Estado do Ceará, que tem a finalidade de apresentar à sociedade, numa visão compreensiva, dentro de uma linguagem clara, qualitativa e objetiva, a situação fiscal e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do Estado do Ceará, envolvendo ainda mais a sociedade no controle social.

Por fim, este relatório reflete esse compromisso de que é possível crescer mesmo diante de um cenário econômico de crise, trabalhando em cima da eficiência fiscal em direção a um futuro mais seguro e próspero para a população cearense.

Fortaleza, 30 abril de 2021.

FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO PACOBAHYBA
Secretária da Fazenda do Estado do Ceará

Assinado digitalmente por FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO PACOBAHYBA
CPF: 766.618.903-63
Data: 30/04/2021 13:15:44 -03:00

Signature powered by LACUNA SOFTWARE

FABRIZIO GOMES SANTOS:87837200578
Assinado de forma digital por FABRIZIO GOMES SANTOS:87837200578
Dados: 2021.04.30 08:34:55 -03'00'

FABRIZIO GOMES SANTOS
Secretário Executivo do Tesouro Estadual e Metas Fiscais

PAULO SERGIO ROCHA:29499089349
Assinado de forma digital por PAULO SERGIO ROCHA:29499089349
Dados: 2021.04.30 09:12:36 -03'00'

PAULO SÉRGIO ROCHA
Coordenador de Gestão da Execução Orçamentária, Patrimonial e Contábil

MARCIO CARDEAL QUEIROZ DA SILVA:66646375453
Assinado de forma digital por MARCIO CARDEAL QUEIROZ DA SILVA:66646375453
Dados: 2021.04.30 08:43:17 -03'00'

MÁRCIO CARDEAL QUEIROZ DA SILVA
Coordenador da Gestão Fiscal

JOSE GARRIDO BRAGA NETO:65880692353
Assinado de forma digital por JOSE GARRIDO BRAGA NETO:65880692353
Dados: 2021.04.30 15:21:30 -03'00'

JOSÉ GARRIDO BRAGA NETO
Coordenador da Gestão Financeira

Anexos

BSE Balanço Social do Estado do Ceará
2020 Eixos Temáticos

Apresentado em abril de 2021

Mensagem do Governador

Após 15 anos da última publicação do Balanço Social do Estado do Ceará, venho com satisfação trazer a público este Balanço Social do exercício de 2020 com a finalidade de apresentar à sociedade, numa visão compreensiva, dentro de uma linguagem clara, qualitativa e objetiva, a situação fiscal e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do Estado do Ceará constante no Balanço Geral do Estado, neste instrumento de transparência e de divulgação dos resultados apurados das ações governamentais, envolvendo ainda mais a sociedade no controle social.

Este ressurgimento do Balanço Social torna-se um ganho para sociedade na participação mais efetiva na avaliação do nosso governo, servindo como instigador no desenvolvimento de novas ações públicas na redução da dívida social.

Rogo a Deus para que, a cada dia, sigamos firmes para conseguir honrar essa confiança da nossa sociedade. Lutarei todos os dias por isso. E tenho a absoluta certeza de que vamos conseguir superar todos esses desafios e sair ainda mais fortes.

Assim, trabalhamos em cima da eficiência fiscal em direção a um futuro mais seguro e próspero para a população cearense

INDÍCE REMISSIVO

Ceará Acolhedor 7
Acesso à terra e à moradia 7
Programa Água para Todos 8
Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz 8
Programa Mais Infância 8
Lei Aldir Blanc 9
Programa Vale Gás Social Mais 10
Projeto Paulo Freire e Projeto São José 10
Programa Superação 11
Programa de Proteção a Pessoa 11
Selo Internacional por Política para Migrantes 12
Programa de Aquisição de Alimentos e Programa do Leite 13
Programa Mais Nutrição 13
Doação de Cestas Básicas 14
Ceará da Gestão Democrática por Resultados 15
Gestão Fiscal 15
Geração de Poupança e Investimentos 16
Investimentos Públicos 16
Investimentos Por Função de Governo - Empenhados 18
Melhoria na relação Fisco-Contribuinte-Sociedade 20
Ceará Transparente 23
Avaliação de Serviços Públicos 23
Ceará das Oportunidades 25
Geração de Emprego 25
Mobilidade, Trânsito e Transporte 29
Ceará do Conhecimento 31
Educação Básica 31
Ceará Científico e Tecnológico 33
Educação Profissional 33
Educação Superior 34
Ceará Pacífico 35
Promoção do Acesso Gratuito à Justiça 35

Gestão e Modernização do Sistema Penitenciário 35
Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública 36
Ceará Saudável 38
Esporte e Lazer 38
Saúde 39
Enfrentamento da Pandemia 41
Projeto Rede Rua e Ações Educativas 44
Ceará Sustentável 46
Resíduos Sólidos 46
Política de Dragagem do Rio Cocó 46
Infraestrutura e Segurança Energética 47
Energias Renováveis 48
Saneamento Básico 49
Perspectivas Sociais 49
Saúde 50
Transporte 50
Pesquisa 51

Balanço Social

O Balanço Social vem complementar o Balanço Geral do Estado do Ceará com informações qualitativas das ações realizadas pelo Governo do Estado do Ceará no exercício de 2020. O Balanço Social está alinhado aos sete eixos temáticos previstos no Plano Plurianual 2020-2023. São eles: Ceará Acolhedor, Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará das Oportunidades, Ceará do Conhecimento, Ceará Pacífico, Ceará Saudável e Ceará Sustentável.

Ceará Acolhedor

O eixo Ceará Acolhedor busca como resultado estratégico a inclusão social, assegurando direitos humanos e civis para a população no Ceará. É executado por meio da Secretaria das Cidades, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (DAS) e da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).

Acesso à terra e à moradia

Em 2020, o Governo do Ceará, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), emitiu 6.313 títulos de posse definitiva da terra e entregou individualmente 2.161 títulos. O Programa de Regularização Fundiária é uma parceria entre o Executivo estadual e o Governo Federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Desde sua instituição, em 2007, o programa foi responsável pela confecção de 106.740 títulos de posse definitiva da terra, contemplando agricultores familiares rurais de todo o Estado.

Em 2020 também foi elaborado o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de 23 assentamentos estaduais, beneficiando 370 famílias de 21 municípios; e concluída a individualização dos assentamentos na localidade de Batalha, no município Trairi; do Córrego dos Tanques, em Itapipoca; e São Caetano, em Potiretama; que beneficiou 88 famílias com a aquisição do imóvel Curral do Meio, em Iracema.

Por meio da Secretaria das Cidades, o Governo do Estado entregou 210 apartamentos da última quadra do Residencial Dona Yolanda Vidal Queiroz, no bairro Edson Queiroz. Ao todo, o residencial conta com 1.080 moradias, e visa abrigar as famílias originárias das áreas de risco do Cocó e da Comunidade do Dendê. A obra tem investimento de R$ 41,3 milhões proveniente do programa Pró-Moradia do extinto Ministério das Cidades, agora Ministério do Desenvolvimento Regional, em parceria com a Caixa Econômica Federal e contrapartida do Estado de R$ 2.065.271,62.

Programa Água para Todos

No setor da segurança hídrica, em 2020, houve a entrega de 687 cisternas de placa; de sete poços profundos; e de 25 sistemas de abastecimento d´água, o último beneficiando 4.105 famílias no meio rural.



O Programa Água Para Todos garantiu o acesso à água potável para mais de mais **2,6 milhões** de pessoas. Foram investidos, em parceria com o Projeto São José, **R$ 15,7 milhões** para levar água às torneiras das famílias do campo.

Foram também garantidas 173 tecnologias sociais (iniciativas voltadas para o desenvolvimento da sociedade) de acesso à água para produção, sendo implantadas 164 cisternas de enxurrada e nove sistemas de reuso d´água de cinzas.

Programa Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz

Por meio do Programa Primeira Infância no Suas (Sistema Único de Assistência Social) - Criança Feliz, o Governo do Ceará realizou 3,39 milhões de visitas familiares, o que garantiu ao Estado a conquista do “Prêmio Parentalidade: boas práticas de visitadores na pandemia”, promovido pela Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal e a Fundação Bernard van Leer. O Estado venceu com 29 das 100 melhores ações de profissionais que atuam em visitas domiciliares no País. Este é o primeiro prêmio nacional direcionado a visitadores.

De 2017 a 2020, foram contempladas 87 mil famílias cearenses e beneficiadas 106.875 pessoas, sendo 83.361 crianças e 23.244 gestantes. No Brasil foram visitadas, em 2020, 478.735 famílias, com acompanhamento de 463 mil crianças e 58.551 gestantes.

Programa Mais Infância

O Programa Mais Infância foi criado em agosto de 2015 e defende a necessidade de se ter um olhar especial e mais dedicado à infância, a partir de um diagnóstico da situação do Estado na área e do mapeamento das ações voltadas para o segmento nas diferentes secretarias estaduais e, portanto, de natureza multissetorial.

O Cartão Mais Infância é uma ação do programa Mais Infância Ceará no qual há transferência de renda para famílias mais carentes. O Governo do Ceará, por meio da SPS, realizou o pagamento de R$ 35,5 milhões (acumulado de janeiro a setembro de 2020) para 44.825 famílias cadastradas no Cartão Mais Infância. A ação contempla famílias nos 184 municípios cearenses e o benefício de R$ 85 mensais é pago a famílias com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, em situação de extrema pobreza e de vulnerabilidade social, representando também um importante recurso para amenizar os efeitos sociais causados pela Covid-19.

Em 2020, também foram entregues 30 brinquedopraças para a população dos municípios de Fortaleza, Crateús, Limoeiro do Norte, Ereré, Paracuru, Irauçuba, Juazeiro do Norte, Penaforte, Uruburetama, Santa Quitéria, Itaiçaba, Aiuaba, Trairi, Itapiúna, Cascavel, Deputado Guaraciaba do Norte, Aracoiaba, Alcântaras, Maritinópole, Apuiarés Irapuan Pinheiro e Piquet Carneiro.



Lei Aldir Blanc

Fruto de forte mobilização social do campo artístico e cultural brasileiro, a Lei Federal nº 14.017/2020 – Lei de Emergência Cultural/Lei Aldir Blanc prevê o uso de recursos para o auxílio de trabalhadores da cultura e artesãos atingidos pela pandemia. O Estado do Ceará recebeu um montante de R$ 138,6 milhões, tendo sido R$ 71 milhões destinados ao Estado e R$ 67 milhões aos municípios.

Marco importante para o Ceará, a Lei garante auxílio financeiro aos agentes culturais e aos espaços (equipamentos culturais, pequenas empresas, associações e coletivos mantidos por pessoas e instituições da sociedade) que tiveram suas atividades interrompidas devido à pandemia de Covid-19.

Programa Vale Gás Social Mais



O Vale Gás Social Mais é uma ação executada pela SPS para minimizar os impactos sociais decorrentes do coronavírus. Com o tíquete em mãos, há recarga do botijão de 13 kg.

Em Fortaleza, mais de 33 mil famílias foram beneficiadas, totalizando 245.966 famílias em situação de vulnerabilidade social em todo o Estado.

Projeto Paulo Freire e Projeto São José

Relativamente à inclusão produtiva, o Governo do Estado do Ceará assegurou, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, uma assistência técnica contínua para 23.646 famílias em 600 comunidades rurais. Outras 17.700 famílias receberam projetos produtivos por meio do projeto Paulo Freire. Com 70% dos recursos do projeto executado em 2020, a iniciativa, que conta com financiamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), entregou no exercício 6.496 aviários, 6.796 colmeias, 4.790 apriscos, 1.953 quintais produtivos e 1.779 pocilgas.



O Projeto Paulo Freire foi considerado um dos 10 melhores projetos financiados pelo FIDA no no combate à extrema pobreza rural no mundo, conforme informação divulgada pelo site oficial do Fundo no Brasil. Além disso, 291 projetos de irrigação, 196 projetos em caprinocultura, 59 em bovinocultura e 45 em apicultura foram implantados no exercício de 2020.

O projeto São José implantou em 2020 outros 45 negócios nos setores da ovinocaprinocultura, apicultura e mandiocultura, beneficiando 1.185 agricultores familiares com um investimento de mais de R$ 22,93 milhões.



Programa Superação

O Programa Superação assiste jovens em situação de vulnerabilidade social, com idade entre 15 e 19 anos, que não estudam ou trabalham e prioriza adolescentes residentes nas áreas mais vulneráveis. O objetivo do Programa Superação é a inserção do jovem na escola, sua reintegração na sociedade, por meio da formação cidadã, da qualificação para o trabalho e do empreendedorismo.



O investimento do Governo do Estado do Ceará em 2020 no Programa é da ordem de R$ 143.450,00 e está sendo executado pela SPS. Os 790 jovens participantes do Programa Superação recebem bolsas de estudo e pares de tênis e meiões. No total, já foram investidos R$ 532 mil em bolsas de estudos.

Programa de Proteção a Pessoa

O Sistema Estadual de Proteção a Pessoa ganhou, em 2020, um quarto programa que garante atendimento provisório e emergencial a pessoas em situação de ameaça de morte. O Programa de Proteção Provisória (PPVida), inédito no Brasil, se soma a outros três programas já existentes no Ceará: Provita, PPDDH e PPCAAM.

A previsão é de atendimento de 80 pessoas por ano. Em 2020, 166 pessoas estavam inseridas nos três outro programas de proteção a pessoa. O diferencial do Programa de

Proteção Provisória é que nele os atendimentos não serão limitados a perfis específicos. Qualquer pessoa em situação de ameaça de morte poderá procurar ajuda. Isso significa que enquanto aguarda o trâmite necessário para o ingresso em qualquer um dos outros programas, a vítima ou testemunha poderá aguardar em proteção.

O programa tem investimento de R$ 1,17 milhão oriundo unicamente do Governo do Estado e o acesso se dará a partir de demanda do Sistema de Justiça, autoridades policiais, conselheiros tutelares e órgãos de defesa dos Direitos Humanos. A equipe do programa, que funcionará em regime de plantão, fará uma avaliação com as pessoas em situação de ameaça e, identificado o perfil para participar do PPVida, inicia-se o trabalho de proteção. A proteção oferecida é de 30 dias, com prazo que pode ser prorrogado mediante parecer da equipe técnica.

Selo Internacional por Política para Migrantes

O Governo do Estado do Ceará conquistou o Selo MigraCidades 2020, uma certificação internacional da Organização Internacional para as Migrações (OIM), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



O Selo MigraCidades 2020 representa um reconhecimento pelo trabalho de atendimento, inclusão social e busca por oportunidades de trabalho para migrantes que chegam ao Ceará A titulação foi conferida à SPS pela participação e cumprimento de todas as etapas do projeto “MigraCidades: aprimorando a governança migratória no Brasil”

Programa de Aquisição de Alimentos e Programa do Leite

Relativamente às políticas públicas garantidoras de renda para agricultores familiares e alimento para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, a SDA e o Ministério da Cidadania foram responsáveis pela aquisição e distribuição de 934.346,12 kg de alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos e de 9.331.236 litros de leite pelo Programa do Leite.

Em 2020 foram atendidas 250.914 pessoas em situação de vulnerabilidade social, 1.526 entidades socioassistenciais e geração de renda para 3.082 agricultores familiares com as compras institucionais, frisou os números do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade de Compra com Doação Simultânea (CDS). O PAA Leite forneceu diariamente 61.6785 litros de leite bovino e caprino a 333.567 pessoas de baixa renda em 121 municípios cearenses e gerou renda para 1.563 produtores.

Programa Mais Nutrição

O Governo do Estado do Ceará, por meio do Programa Mais Nutrição, realiza distribuição dos alimentos cedidos pelos permissionários da Central de Abastecimento do Ceará (Ceasa-CE). Desde o início da ação, em junho de 2019, até dezembro de 2020 foi realizada a doação de 601.692 quilos de frutas, legumes e verduras, além de polpas e mix de preparo de alimentos, promovendo a segurança alimentar e nutricional de cerca de 27 mil cearenses e combatendo o desperdício de alimentos.



O Mais Nutrição tem a parceria permanente da Associação dos Permissionários da Ceasa (Assucece) e do Grupo M. Dias Branco, além dos parceiros espontâneos da iniciativa privada e é realizado pela SPS, SDA e CEASA-CE e apoio do Instituto Agropolos do Ceará.

O programa beneficia aproximadamente 16 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social de 91 entidades de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, além de já ter ofertado doações para 31 municípios do Estado com necessidades diversas: vítimas de enchentes, entidades artesanais, artistas circenses, instituições que atendem pessoas em situação de rua, crianças com câncer e fissura lábio-palatal e famílias atendidas pelo Mais Infância.

Doação de Cestas Básicas

Para minimizar os impactos da Covid-19, a SPS entregou 2.156 cestas básicas para mulheres em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Casa da Mulher Brasileira (CMB), sendo 1.201 cestas básicas às residentes dos municípios de Fortaleza e Região Metropolitana e as outras cestas para distribuição em parceria com os Centros de Referência da Mulher de outros 12 municípios cearenses. As cestas foram doadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Ceará da Gestão Democrática por Resultados

O Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados tem como estratégia atender a população com serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva, atendendo às necessidades e demandas regionais, com transparência, controle social, equidade e sustentabilidade fiscal.

Gestão Fiscal

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - (ESPII), considerado o mais alto nível de alerta da organização, sendo a sexta vez na história que ESPII é declarada. Em 11 de março de 2020 a doença intitulada covid-19 foi caracterizada como uma pandemia.

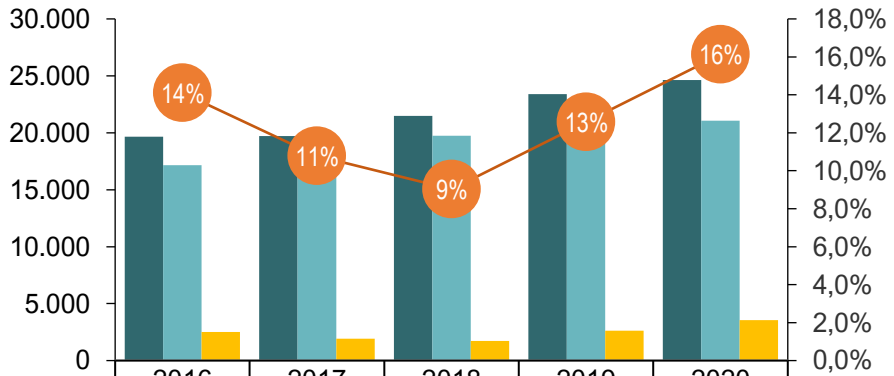
Diante desse quadro surge um consenso em nível mundial e nacional que a curto prazo, a forma mais eficaz de enfrentar a crise sanitária que se consolidava, evitar uma pandemia descontrolada, colapso do sistema de saúde e uma consequente quantidade elevada de óbitos era recorrer a medidas generalizadas de isolamento social. No entanto, com o passar do tempo o isolamento generalizado estava associado a pesados custos econômicos em termos de desemprego, queda nos rendimentos e aumento da pobreza, pois as infecções das pessoas reduzem a oferta de mão-de-obra, quarentenas, bloqueios regionais e distanciamento social, essenciais para conter o vírus, reduzem a mobilidade, com efeitos particularmente agudos em setores que dependem de interações sociais (como viagens, entretenimento e turismo). Além do mais, os fechamentos nos locais de trabalho interrompem as cadeias de suprimentos e reduzem a produtividade, consequentemente o nível de produção e oferta da economia. Demissões, queda de renda, medo de contágio e aumento da incerteza fazem as pessoas gastarem menos, afetando o nível de demanda do sistema econômico, desencadeando mais fechamentos de negócios, perdas de empregos e ocasionando uma paralisia de fato de uma parcela significativa da economia.

Em momentos de grande instabilidade, desequilíbrio e incertezas não se questiona a necessidade da presença do protagonismo do Estado. Este importantíssimo agente econômico, a despeito de exercer funções mínimas ou intervencionistas, importa que o Estado tenha uma participação contundente na solução das demandas sociais. E assim, encontrar sua legitimidade e razão de ser no atendimento dessas necessidades públicas, exercendo uma atividade financeira que consiste na obtenção e aplicação de recursos públicos para satisfazer as necessidades coletivas crescentes por meio do financiamento das políticas públicas e assim gerar resultados substantivos para sociedade. Diante do contexto atual a ação governamental torna-se vital e imprescindível em momentos de grave crise, ainda mais esta que tem efeito conjugado no âmbito sanitário, econômico e social.

Geração de Poupança e Investimentos

Com base na análise dos seus resultados fiscais, percebemos que o Estado do Ceará segue os preceitos de uma Gestão Fiscal Eficiente, uma vez que houve geração de poupança e captação de recursos para suportar o investimento. Do ponto de vista da equação fiscal, no confronto entre receitas e despesas, do lado da receita, podemos afirmar que o crescimento da arrecadação estadual se dá a partir da implementação de medidas que tornem mais eficazes a cobrança dos tributos estaduais da sua competência. Do lado da despesa, trata-se da otimização dos gastos sem redução dos serviços ou prejuízo à qualidade do que é ofertado, de forma a ampliar a capacidade de investimento aliada à estratégia de gestão do endividamento público, que se materializa a partir da captação de recursos sem comprometimento da capacidade de pagamento e de endividamento, tendo a dívida pública como fator de alavancagem adicional do investimento.

Gráfico 1 – 2016 a 2020 - R$ milhões



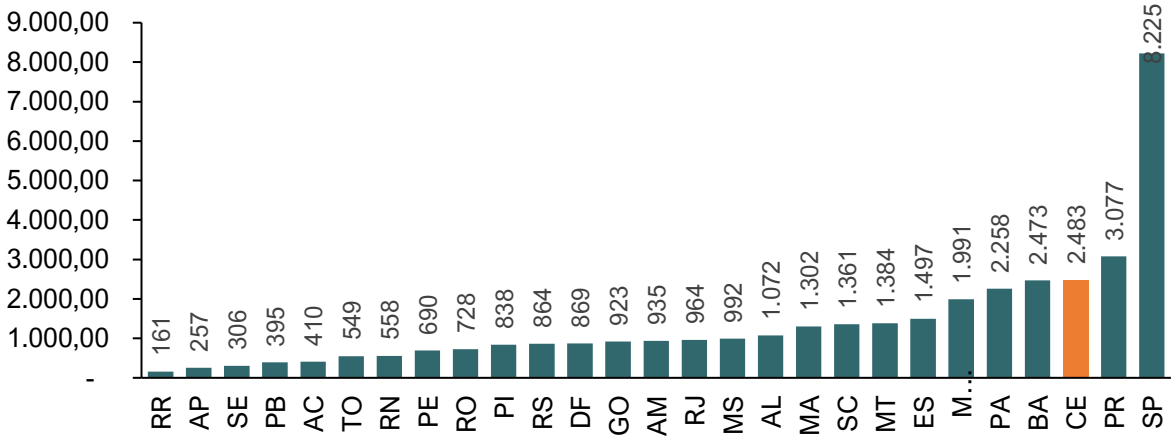
	2016	2017	2018	2019	2020
Receita Corrente	19.668	19.718	21.474	23.387	24.622
Despesa Corrente	17.154	17.801	19.742	20.760	21.070
Poupança Corrente	2.514	1.917	1.732	2.627	3.551
CI(%RCL)	14,1%	10,8%	9,0%	12,6%	16,1%

Fonte: STN/SICONFI- Balanço Orçamentário RREO 6º Bimestre (CE). Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

Investimentos Públicos

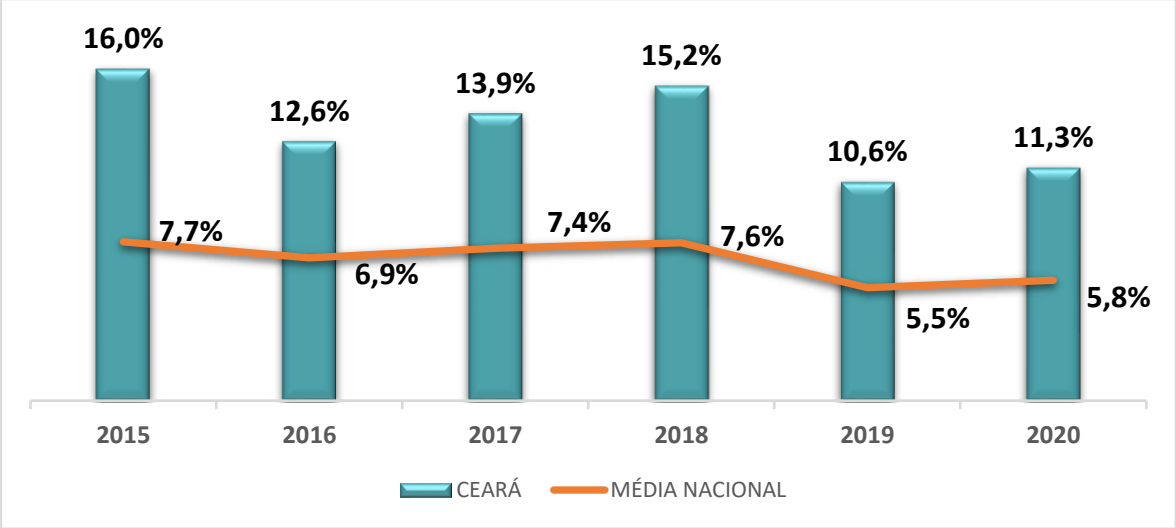
Com suas ações alinhadas às lições aprendidas e os protocolos da ciência econômica, a reação do governo estadual contribuiu para que estratégias adotadas minimizassem os impactos econômicos adversos oriundos da pandemia, principalmente, pela manutenção do cronograma vigoroso de investimento combinado com a estrutura fiscal existente, cujo sincronismo das ações governamentais estratégicas são e serão determinantes para o processo de retomada do crescimento econômico estadual no período pós-pandemia. Desta forma, o Estado do Ceará continua se destacando no cenário nacional, mantendo em 2020 o 1º lugar em investimentos como proporção da Receita Corrente Líquida – RCL (11,3%) e alcançando a 3ª posição em volume de recursos aplicados (R$ 2,483 bilhões).

Gráfico 2 - Investimentos empenhados dos Estados e DF – 2020 - R$ milhões



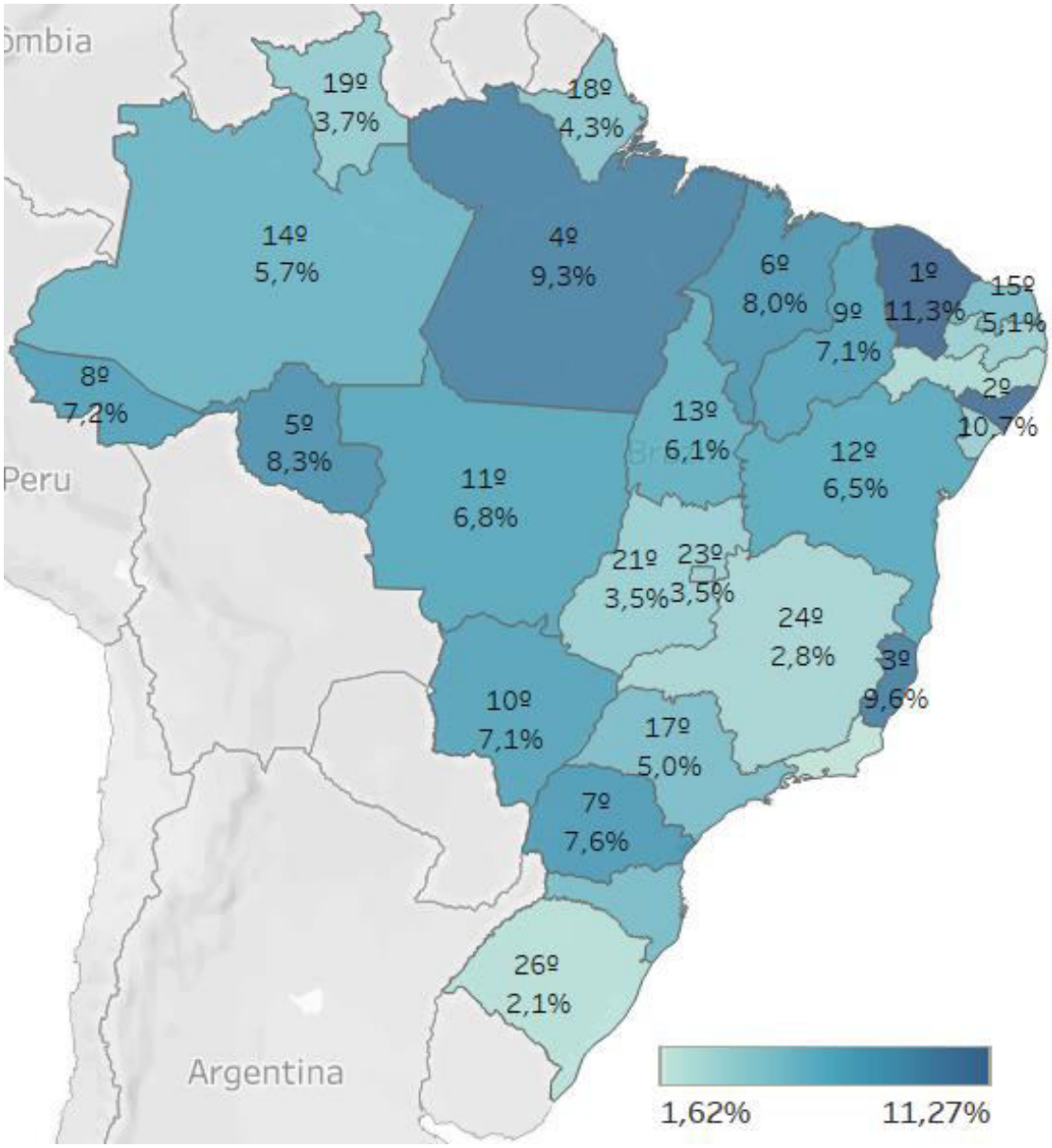
Fonte: STN/SICONFI- Balanço Orçamentário RREO 6º Bimestre (CE). Elaboração SECEX Tesouro-Cepla.

Gráfico 3 - Investimentos Empenhados – Comparativo entre o Ceará e a média nacional – 2015 a 2020 – % da Receita Corrente Líquida - RCL



FONTE: Elaborado pela SEFAZ/CEPLA com dados da STN - PAF (2015 a 2018) e SICONFI (2019 e 2020)

Gráfico 4 – Mapa comparativo dos Investimentos Empenhados dos Estados e DF-2020 - % da Receita Corrente Líquida - RCL



FONTE: Elaborado pela SEFAZ/CEPLA com dados da STN /SICONFI

Investimentos Por Função de Governo - Empenhados

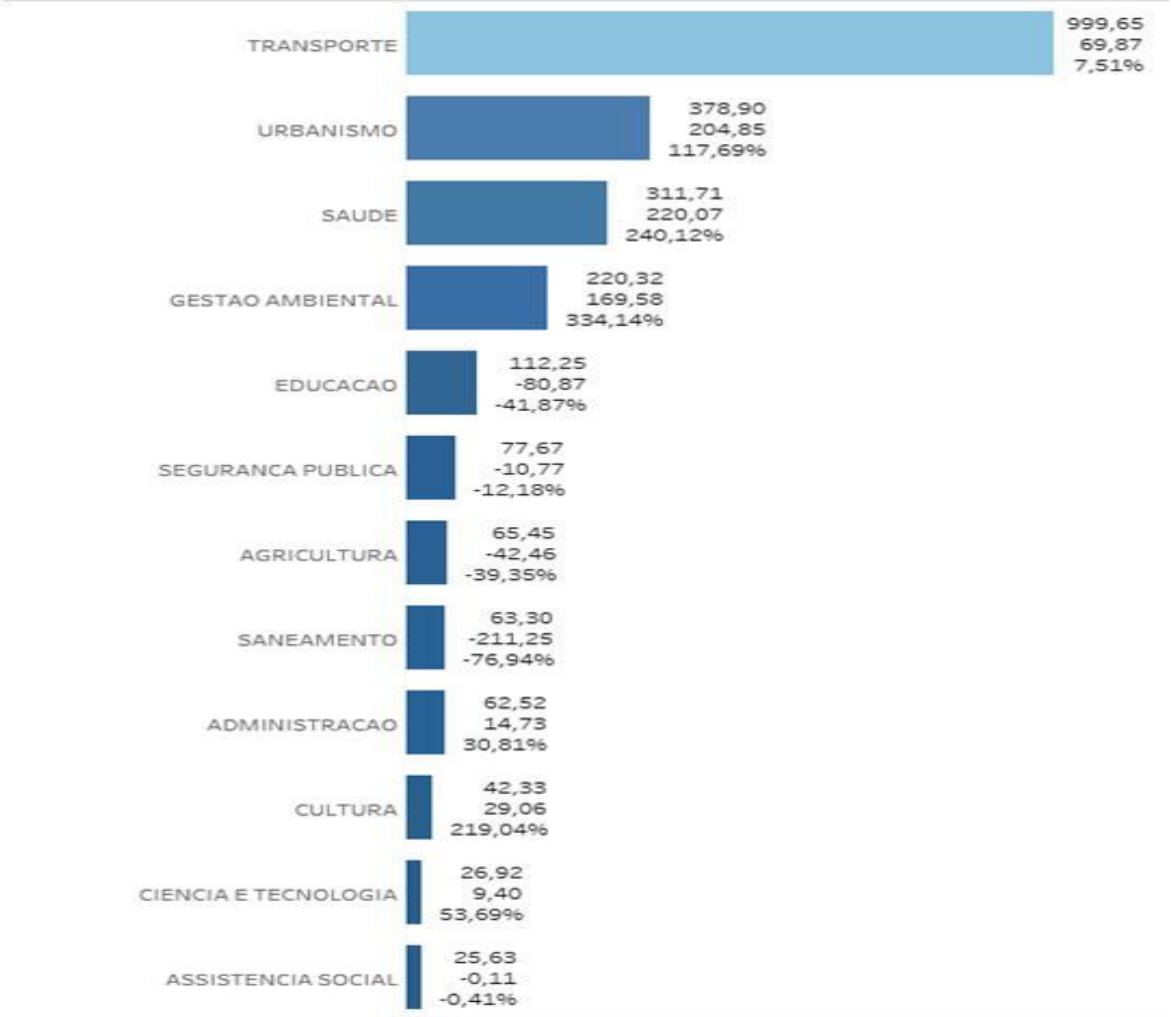
O Quadro a seguir informa os valores das despesas públicas empenhadas, discriminadas por função de governo, conforme Portaria ME nº 42, de 14 de abril de 1999. Este demonstrativo tem por objetivo informar as despesas pelo ente no período, apresentando-as em termos de classificação funcional, que são agregadas em diversas áreas de atuação do setor público. A função expressa o maior nível de agregação das ações da administração pública, nas diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

INVESTIMENTOS POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Investimentos - Exceto-Intra - Empenhado - 2020/2019 - Consolidado - Ordenado por Valor em 2020

	Empenhado 2020 (R$ milhão)	Empenhado 2019 (R$ milhão)	Δ $ (2020 - 2019) - (R$ milhão)	Δ % (2020 / 2019)
Total geral	**2.483,08**	**2.210,59**	**272,49**	**12,33%**
TRANSPORTE	999,65	929,78	69,87	7,51%
URBANISMO	378,90	174,05	204,85	117,69%
SAUDE	311,71	91,65	220,07	240,12%
GESTAO AMBIENTAL	220,32	50,75	169,58	334,14%
EDUCACAO	112,25	193,12	-80,87	-41,87%
SEGURANCA PUBLICA	77,67	88,44	-10,77	-12,18%
AGRICULTURA	65,45	107,91	-42,46	-39,35%
SANEAMENTO	63,30	274,55	-211,25	-76,94%
ADMINISTRACAO	62,52	47,79	14,73	30,81%
CULTURA	42,33	13,27	29,06	219,04%
CIENCIA E TECNOLOGIA	26,92	17,52	9,40	53,69%
ASSISTENCIA SOCIAL	25,63	25,73	-0,11	-0,41%
JUDICIARIA	21,57	42,00	-20,43	-48,64%
LEGISLATIVA	13,55	15,40	-1,85	-12,03%
ESSENCIAL A JUSTICA	11,67	11,05	0,62	5,65%
DIREITOS DA CIDADANIA	11,38	68,64	-57,26	-83,42%
COMERCIO E SERVICOS	9,33	23,36	-14,03	-60,04%
HABITACAO	8,07	9,83	-1,75	-17,84%
INDUSTRIA	6,41	6,78	-0,36	-5,37%
ENCARGOS ESPECIAIS	5,31	0,00	5,31	
DESPORTO E LAZER	4,34	8,73	-4,40	-50,34%
ORGANIZACAO AGRARIA	2,47	1,65	0,82	49,55%
ENERGIA	1,28	0,41	0,86	208,34%
COMUNICACOES	0,82	5,25	-4,43	-84,42%
TRABALHO	0,23	2,93	-2,70	-92,16%
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	

Gráfico 5 - Investimentos Por Função de Governo



Melhoria na relação Fisco-Contribuinte-Sociedade

Programa de Educação Fiscal (PEF)

A Secretaria da Fazenda do Ceará (Sefaz-CE), por meio do Programa de Educação Fiscal do Ceará (PEF-CE), promoveu, em 2020, diversas atividades, entre palestras, seminários e cursos, com o objetivo de disseminar conhecimentos sobre a tributação e incentivar a atuação cidadã.

Devido à pandemia de Covid-19, o programa passou por uma reinvenção. Foram lançadas novas iniciativas como o Circuito de Lives Engaja Cidadão, que apresentou 20 edições sobre vários temas da educação fiscal. Cada transmissão ao vivo contou com a presença de um servidor fazendário e um especialista no assunto debatido. Ao todo, foram mais de 20 mil visualizações nas redes sociais.



Em parceira com a Seduc, a Sefaz promoveu um concurso de redação para estudantes de nível médio. O certame, que contou com 789 participantes e 71 oficinas, premiou com tablets e smartphones os três melhores alunos e os respectivos professores. Os prêmios foram patrocinados pelo Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf).

A Sefaz realizou, com apoio da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGP), um curso on-line de educação fiscal, com 40 horas-aula, que certificou 450 participantes entre servidores públicos, estudantes universitários e sociedade em geral.

O programa de Educação Fiscal (PEF) ainda propagou o ensino de cidadania nos veículos de comunicação Diário do Nordeste e O Povo, em dois cadernos e matérias especiais com inserções em rádio, respectivamente.

A educação fiscal continuou, pelo terceiro ano consecutivo, como disciplina eletiva nas escolas estaduais de tempo integral da Secretaria de Educação (Seduc). Foram 1.347 alunos em 43 escolas em diversos municípios cearenses.

Projeto Sefaz Dialoga



No ano de 2020 com o objetivo de aproximar ainda mais a Sefaz e os contribuintes, buscando uma relação de confiança. O diálogo versou sobre as ações de fiscalização de mercadorias em trânsito e foi apresentado o Posto Fiscal Virtual, uma iniciativa que moderniza o trânsito das mercadorias, permitindo que o contribuinte regularize pendências e faça o pagamento dos impostos pela internet.

Engaja Cidadão



Lives transmitidas pela conta oficial da Sefaz (Instagram e YouTube) na qual foram debatidos temas ligados ao universo da educação fiscal: função social do tributo; orçamento público; educação para a cidadania; o papel do servidor cidadão; juventude e protagonismo político; políticas públicas em época de pandemia.

Contos de Cidadania

Podcast com contação de história narrados por servidoras fazendárias com textos produzidos por elas próprias abordando valores da educação fiscal. Foram realizadas duas edições em um total de 10 histórias para crianças e adolescentes.

Programa Sua Nota Tem Valor

O programa Sua Nota Tem Valor foi criado para conscientizar a população sobre a importância de pedir a nota fiscal no ato da compra. A iniciativa busca também estimular a cidadania fiscal, a solidariedade e a inclusão social.

O novo modelo, desenvolvido pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-CE), prevê a realização de sorteios mensais de prêmios para consumidores que fizerem compras no varejo com o CPF (Cadastro de Pessoa Física) na nota, além de rateios de valores em dinheiro para instituições sem fins lucrativos.



O Sua Nota Tem Valor já tem cadastrados 85.980 participantes pessoas físicas e 323 instituições parceiras.

O programa realiza mensalmente **premiações no valor R$ 450 mil**, sendo R$ 150 mil de prêmios para o sorteio e R$ 300 mil para o rateio entre as instituições parceiras. Em 2020, foram feitas 5 (cinco) premiações, que totalizaram **R$ 2.250.000,00**.

O programa anterior, Sua Nota Vale Dinheiro, encerrado em 2019, finalizou os pagamentos pendentes beneficiando 2.759 participantes que fizeram o acordo de adesão e receberam juntos um total de R$ 5,8 milhões pagos nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Ceará Transparente

O Estado do Ceará foi apontado como um dos mais transparentes do país, recebendo pontuação máxima na 2ª edição da Escala Brasil Transparente – Avaliação 360º realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU). O ranking avalia o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) pelos entes federativos brasileiros, e contou com a participação de 27 estados e 665 municípios.

Avaliação de Serviços Públicos

A CGE, com o apoio do Ipece, vem realizando pesquisas de avaliação dos serviços disponibilizados pelo Governo do Estado do Ceará aos cidadãos. O objetivo da ação é promover a melhoria dos serviços e políticas públicas por meio de uma avaliação criteriosa de qualidade realizada pelos usuários.

Como resultado da pesquisa, foi obtido um relatório de análise contendo informações como o perfil dos entrevistados, índices percentuais avaliativos e ainda sugestões de aperfeiçoamento. Foi entregue à Sefaz o resultado da pesquisa de avaliação do serviço de emissão do Imposto de Transmissão causa Mortis e Doação (ITCD), com a expectativa de que a visão do cidadão sobre o serviço seja considerada na construção de melhorias.

Sistema Estadual de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual

O Decreto nº 33.485, de 21 de fevereiro de 2020, instituiu o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual do Estado do Ceará. No mesmo exercício foi emitida pela Controladoria Geral do Estado – CGE a Portaria nº 52, de 08 de maio de 2020, a qual estabelece procedimentos e critérios para o tratamento e encaminhamento das denúncias de Ouvidoria para as unidades dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. A Ouvidoria é a instância de participação e controle social responsável pelo tratamento das manifestações relativas às políticas e aos serviços públicos prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas à avaliação da efetividade e ao aprimoramento da gestão pública.

O Decreto Estadual nº. 33.485/2020 e a Lei Nacional nº. 13.460/2017 estabelecem que as Ouvidorias Setoriais do Poder Executivo Estadual devem apresentam relatórios abordando um panorama geral dos resultados das suas atividades no âmbito do Sistema Estadual de Ouvidoria. A CGE como órgão articulador das Ouvidorias Setoriais, apresenta anualmente o Relatório de Gestão com a consolidação dos dados qualitativos e quantitativos, com a função de propor e ou recomendar ações para as melhorias na prestação dos serviços públicos. O Relatório funciona como um medidor de qualidade das próprias setoriais que disponibilizam o serviço no Estado, uma vez que são apresentadas informações ligadas à satisfação do cidadão, tempo médio da resposta e também índice de qualidade da resposta.

Os Relatórios de Gestão de Ouvidoria dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual referentes ao exercício de 2020 se encontram disponíveis no endereço eletrônico Portal da Transparência do Ceará, assim como todo cidadão pode contribuir com a melhoria dos serviços públicos apresentando sugestões, elogios, solicitações, reclamações ou

denúncias referentes à, exemplificadamente: Estrutura e funcionamento dos órgãos e equipamentos públicos estaduais (escolas, hospitais, delegacias etc); Oferta e qualidade dos serviços públicos prestados pelo Governo do Estado (saneamento básico, carteira de motorista, merenda escola, manutenção de estradas, segurança pública etc); Irregularidades administrativas e funcionais no âmbito da administração pública, tais como desvio de recursos públicos e improbidade administrativa.

Conselho de Relacionamento com o Contribuinte (Condecon)

O Condecon, criado em abril de 2019, conta com a participação de representantes do Fisco Estadual, de entidades do setor produtivo e de categorias profissionais. Entre as atribuições do colegiado estão planejar, elaborar, coordenar e executar a política estadual de proteção ao contribuinte; analisar as sugestões encaminhadas ao colegiado; orientar sobre os direitos, garantias e deveres dos contribuintes e conscientizar sobre os tributos e sua função social.

No dia 27 de janeiro de 2020, na sede da Federação da Câmara de Dirigentes Lojistas (FCDL), ocorreu a primeira reunião do ano de 2020. Na pauta, discussões sobre o novo programa de incentivo à exigência de documentos fiscais “Sua Nota Tem Valor” e sobre o Portal do Contribuinte, ferramenta recém-lançada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) que permite o acesso online a informações fiscais.



Apresentação das ações do Programa de Educação Fiscal do Ceará e do relatório anual do Contencioso Administrativo Tributário (Conat), órgão que integra a estrutura da Secretaria da Fazenda do Ceará (Sefaz-CE).

Ceará das Oportunidades

O Eixo Ceará das Oportunidades tem como estratégia o desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações dos territórios cearenses e o protagonismo dos diversos atores.

Geração de Emprego

Colocações no Sine em 2020

Em 2020, o Ceará ocupou o segundo lugar no ranking nacional de colocações do Sistema Nacional de Emprego (Sine), com 31.759 trabalhadores inseridos no mercado de trabalho local. A informação foi divulgada pelo Ministério da Economia, com dados extraídos da Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra (BG-IMO). O Sine cearense foi superado apenas pelo paranaense, que colocou 71.615 trabalhadores, e ficou à frente de São Paulo (21.981), de Minas Gerais (17.036) e do Rio Grande do Sul (14.391), que ocuparam o terceiro, quarto e quinto lugares, respectivamente.

O desempenho alcançado pelo Sistema Público de Emprego do Estado do Ceará no ranking de colocação do Sine em 2020 é decorrente das soluções tecnológicas adotadas pela Rede IDT/Sine para mitigar os efeitos da pandemia do coronavírus, com a utilização crescente do atendimento aos clientes por meios virtuais, diante da suspensão dos atendimentos presenciais, ocorrida no período mais crítico da crise sanitária, e do atendimento agendado e em escala reduzida, no momento posterior, seguindo as orientações e protocolos do Governo do Estado.

Medidas como a suspensão e facilitação no pagamento de tributos; suspensão do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal e reabertura de prazos de regularização; prorrogação de benefícios do FDI e de regimes especiais de tributação demonstram a preocupação do Estado em garantir empregos.

Festival Dendicasa

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult) organizou o Festival Cultura Dendicasa: Arte de Casa Para o Mundo. Foram selecionados 400 projetos que tem o objetivo de promover e movimentar a economia artística, criativa e cultural do Estado, no contexto de emergência de enfrentamento ao coronavírus, incentivando a sustentabilidade de artistas, grupos, coletivos, companhias e demais profissionais e empreendimentos culturais do Ceará.



O Edital contou com o investimento de R$1 milhão provenientes do Fundo Estadual de Cultura. Disponibilizado por meio da plataforma online, são mais de 7 mil 399 minutos de conteúdo, o que representa 123 horas de material produzido pelos participantes.

Novas Empresas

Ceará apresenta aumento de registros em relação ao ano passado A Junta Comercial do Estado do Ceará (Jucec), autarquia vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Sedet), registrou no ano de 2020 a abertura de 89.088 empresas, com acréscimo de 4.136 novas empresas em relação ao ano anterior, 2019. Em relação aos fechamentos, o saldo foi de 4.128 menos extinções em relação ao ano passado.

O setor que mais se destacou foi o de Serviços, totalizando 38.293, seguido pelo Comércio, 29.049, e Indústria, 8.642. Das constituições citadas, 82% foram registradas como Microempreendedor Individual (MEI), com diferença de 2.615 novas aberturas em comparação à 2019. Depois do MEI, os tipos jurídicos com mais aberturas no período de janeiro a dezembro de 2020, foram, respectivamente, o de Sociedade de Responsabilidade Limitada (LTDA), com 7.450, e o de Empresário, com 4.714.

Turismo

Selo de Destino Seguro do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC)

O Ceará registrou o maior crescimento no índice de atividades turísticas do País no mês de agosto de 2020. Com aumento de 85% em relação a julho, o Estado teve quase o dobro do crescimento do segundo lugar da lista, a Bahia, que chegou aos 48%. Apesar do crescimento, o ano de 2020 ainda acumula queda de 44%, decorrente da pandemia da Covid19. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice do Ceará também foi bem superior ao da média do Brasil, que chegou a 19% se comparado a julho do mesmo ano.

O Ceará também recebeu o selo de segurança global ‘Safe Travels’ do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, sigla em inglês). A certificação foi concedida após a Secretaria do Turismo do Ceará apresentar ao órgão os protocolos estabelecidos pelo Governo do Estado.



O selo tem como objetivo garantir a saúde dos viajantes e impulsionar a retomada do turismo no mundo. Após a conquista do selo, a Setur deu início ao trabalho de promoção do Ceará nos principais mercados nacionais e internacionais.

Aeroporto de Canoa Quebrada

O Aeroporto Regional de Canoa Quebrada Dragão do Mar iniciou suas operações de voos comerciais no município de Aracati. Operado pela Azul Linhas Aéreas, a rota terá a frequência de três vezes por semana (terças, quintas e domingos), sempre partindo da cidade de Recife, em Pernambuco. As partidas no meio de semana têm escala em Mossoró (RN). O Litoral Leste cearense passa a contar com uma importante ferramenta de impulso ao turismo na região.



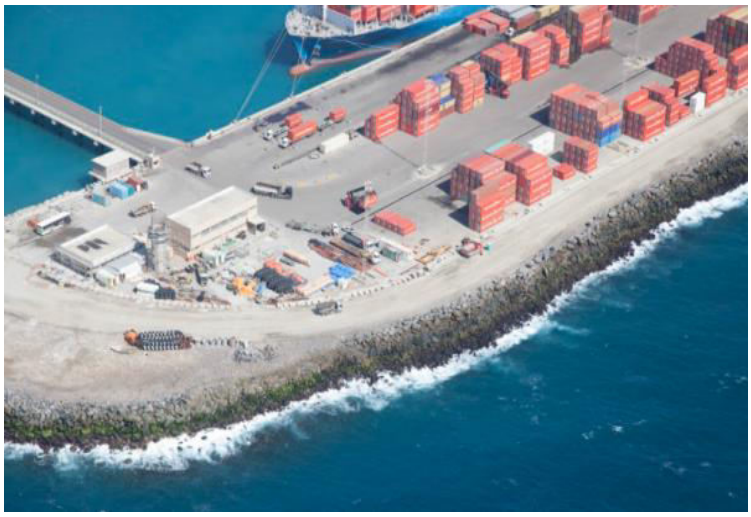
Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém

O Porto do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, concentra atualmente um dos principais investimentos estruturantes do Estado. Com localização privilegiada e estratégica para a movimentação de cargas para os Estados Unidos, Europa e Ásia, o terminal portuário passa pela segunda ampliação, recebendo investimentos da ordem de R$ 1 bilhão em obras e equipamentos. A expansão inclui a ampliação e pavimentação do quebra-mar, a construção de uma nova ponte de acesso e a construção de mais três berços de atracação de navios cargueiros ou porta-contêineres. Estes últimos equipamentos são voltados para operação com carga geral e produtos da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Os recursos também foram utilizados na aquisição da Correia Transportadora de Minérios e do Descarregador de Minérios.

Iniciadas em junho deste ano, as obras de ampliação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Ceará, empresa subsidiária do Complexo do Pecém, atingiram, no fim deste mês de novembro, 60% de conclusão. Chamada de Setor 2, a expansão fica localizada a cerca de quatro quilômetros da área de despacho aduaneiro do Setor 1, com 137 hectares

distribuídos em quatro módulos, que terão como grande objetivo atrair empreendimentos de pequeno e médio porte.

Previsto para o primeiro semestre de 2021, o primeiro módulo da expansão da ZPE Ceará contará com 23 hectares, em uma área dividida em lotes de variados tamanhos.



Localização estratégica e infraestrutura adequada (profundidade, berços, equipamentos e área), o Porto do Pecém desponta como um forte candidato a receber um hub de cargas, principalmente depois da ampliação do Canal do Panamá e da construção do Canal da Nicarágua.

A obra vai quintuplicar a capacidade de movimentação de cargas e coloca o Porto do Pecém em posição de destaque no cenário internacional.

Embarque de cargas no Porto do Pecém

Apesar do ano marcado pela pandemia, mais cargas foram enviadas pelo terminal cearense em 2020 na comparação com 2019.

Ferro fundido, sal, produtos da indústria de moagem, frutas, minérios, cereais e alumínio lideram as cargas que mais foram embarcadas através do Porto do Pecém em 2020. Ao todo foram embarcadas 5.324.440 toneladas no ano passado, um aumento de 2% nessa movimentação em comparação a 2019 (5.212.141 toneladas). E foi também a pandemia que afetou diretamente a movimentação acumulada do ano passado. O ano de 2020 fechou com o total de 15.930.483 toneladas movimentadas no Terminal Portuário do Pecém, resultado 12% abaixo em relação ao mesmo período de 2019 (18.096.308 toneladas). O Pecém é um terminal multicargas por movimentar granéis sólidos, granéis líquidos, contêineres e cargas em geral nos 10 berços que possui. Na cadeia logística do transporte marítimo global é considerado um Hub Portuário – hoje conectado por sete linhas de cabotagem e três de longo curso.

Mobilidade, Trânsito e Transporte

VLT Ramal Parangaba – Mucuripe

O Ramal do VLT Parangaba-Mucuripe é um projeto realizado pelo Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA, para a implantação de um sistema de transporte de passageiros sobre trilhos.

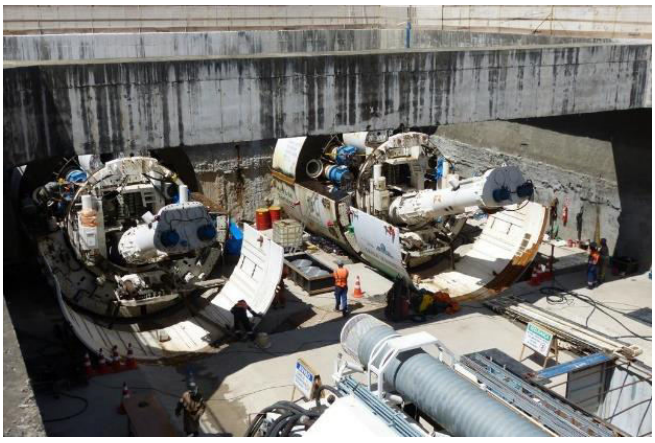


O projeto prevê 13,2 km (1,4 km em elevado) de extensão com 10 estações, 12 pontes e 3 passarelas, além da urbanização de inúmeras áreas de 22 bairros da capital cearense, e se integra ao sistema de ônibus da Prefeitura de Fortaleza e às linhas Sul e (futura) Leste do metrô de Fortaleza. A potencial demanda do modal é de 90 mil passageiros por dia.

Linha Leste do Metrô de Fortaleza

O trecho, em obra, terá 7,3 quilômetros de extensão e contará com cinco estações, sendo uma de superfície (Tirol-Moura Brasil) e as outras subterrâneas (Chico da Silva, Colégio Militar, Nunes Valente e Papicu). Após sua conclusão, prevista para o final de 2022, cerca de 150 mil pessoas poderão utilizar o transporte para deslocamento diário.

As duas tuneladoras que serão utilizadas para escavar os túneis até o Papicu já estão com suas montagens bem adiantadas, dentro do shaft (emboque), de onde partirão. Enquanto isso, a fábrica de aduelas (anéis estruturais que revestem e dão estabilidade aos túneis) entrará em fase de testes para posterior início da produção das peças de concreto.

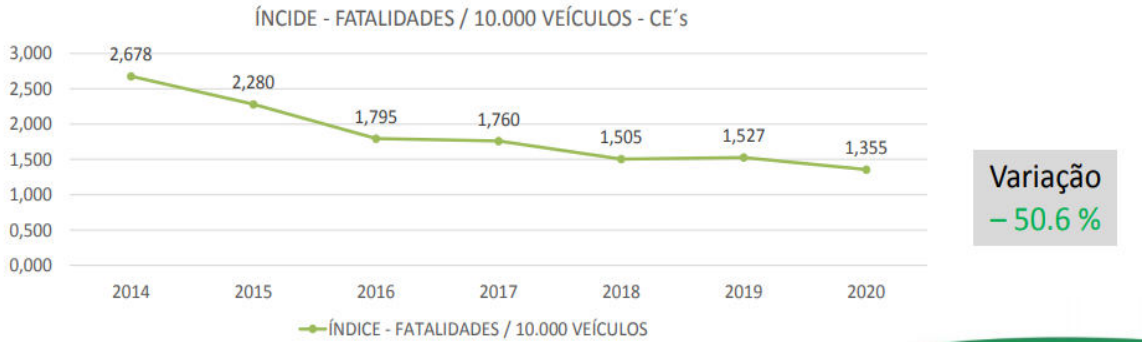


Rodovias no Ceará



Por meio do programa de Logística e Estradas, o Estado do Ceará concluiu mais 270 quilômetros de obras, entre pavimentação, duplicação e restauração. Desde 2015, já são mais de 2.560 quilômetros de melhorias rodoviárias no Ceará, gerando empregos, economia de tempo e segurança para a população.

Gráfico 6 - Rodovias Estaduais têm Redução de 50% do Índice de Fatalidade entre 2014 e 2020



O Departamento Estadual de Trânsito do Ceará registrou nos últimos 7 anos uma redução de 50,6% no índice de fatalidade das rodovias estaduais. O índice, que calcula proporcionalmente as vítimas fatais a cada 10.000 veículos, caiu de 2,67% para 1,35% entre 2014 e 2020. Este resultado está em consonância com o que estabeleceu a Organização das Nações Unidas (ONU), durante a Década de Ação para Segurança Viária (2011-2020) convocando todos os países signatários da Resolução, entre eles o Brasil, para desenvolver ações para a redução de 50% de mortes até 2020.

Outros indicadores também sofreram queda significativa, em especial, se comparados os anos de 2019 e 2020, quando foram registradas reduções de 41% no total de acidentes de trânsito, 13% de feridos graves e 9% de vítimas fatais. O Detran-CE e o Governo do Ceará, ao longo dos anos, realizam constantes investimentos em segurança viária com projetos de sinalização e equipamentos para controle e redução de velocidade. O apoio da Polícia Rodoviária Estadual (PRE) se dá inclusive no combate à alcoolemia com a aquisição de novos etilômetros, além de ações educativas contínuas através das 3 escolas de educação para o trânsito implantadas no Ceará.

Ceará do Conhecimento

O Eixo Ceará do Conhecimento tem como estratégia prepara a população com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Educação Básica

O Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Educação (Seduc), vem ao longo dos anos democratizando o acesso à escola pública de qualidade. Como reflexo desta política, que inclui a ampliação da educação em tempo integral e profissional voltadas ao desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas, tem sido possível reduzir a distorção idade-série, o abandono escolar e melhorar a qualidade do ensino.

Resultados Educacionais

Os resultados educacionais do Ceará em 2020 apontam o sucesso das estratégias adotadas ao longo dos últimos anos com o objetivo de fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, em todas as etapas da educação básica. Desta forma, o estado consolida sua posição de referência nacional na área. O destaque, entre outras conquistas, vai para a evolução no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A rede pública cearense superou a meta proposta para o período e alcançou o melhor resultado do país nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) na última edição da avaliação, realizada em 2019 e divulgada em 2020.



Das 731 escolas da rede pública estadual, 278 atendem em tempo integral (155 são de Ensino Médio Regular em Tempo Integral – EEMTI e 123 Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEPs),

O estado ficou em terceiro lugar do Brasil nas séries iniciais (1º a 5º ano) e em quarto no Ensino Médio, conforme o Ministério da Educação (MEC). Com relação aos anos iniciais, o Ceará é o estado com a maior porcentagem de municípios que atingiram a meta projetada pelo MEC, com 98,9% do total. Ou seja, dos 184 municípios cearenses, 182 atingiram o objetivo estipulado.

Além disso, 131 municípios cearenses (71,2%) atingiram a média 6, valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países

desenvolvidos, conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

De acordo com o Ideb, 21 municípios cearenses e 79 escolas estão entre os 100 melhores resultados do Ideb dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nos anos finais, 21 municípios e 73 escolas estão no ranking dos 100 melhores resultados do país. Já no Ensino Médio, são 21 escolas da rede estadual entre as 100 mais bem avaliadas do Brasil no Ideb.

O Censo Escolar 2020 aponta que o Ceará é o estado com menor distorção idade-série das regiões Norte e Nordeste, tendo ficado em 4º lugar nacional, atrás apenas de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. O indicador é referente ao Ensino Médio.

Alfabetização

O Ceará alcançou o melhor resultado do Brasil em alfabetização, de acordo com os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), divulgados em novembro passado pelo MEC e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).



Os números mostram que 92,7% das crianças encontram-se alfabetizadas ao término do 2º ano. Em 2007, esse percentual era de apenas 39,9%.

Frequência

A taxa de frequência escolar no Ensino Médio cearense vem apresentando crescimento consistente nos últimos anos, aproximando o estado da meta da universalização do atendimento. Conforme a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada em novembro de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará atingiu 88,4% de frequência total neste nível de ensino, em 2019, contra 82,6% registrados em 2016. Trata-se da melhor taxa de acesso do Nordeste, além do terceiro maior aumento de proporção de alunos incluídos do Brasil durante o período.

Estratégia

Os bons resultados obtidos no Ensino Fundamental são atribuídos ao regime de colaboração entre estado e municípios, que proporciona intervenções do 1º ao 9º ano, por meio do Programa Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic), desenvolvido pelo Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Educação (Seduc).

O Projeto Professor Diretor de Turma tem como objetivo promover um diálogo constante do estudante com seus familiares, com a direção da escola e seu corpo docente, buscando evitar a evasão escolar, contribuindo para o sucesso e a formação do aluno enquanto cidadão.

O Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais, por sua vez, consiste em uma estratégia de reorganização curricular que, além de desenvolver competências socioemocionais, favorece a pesquisa como princípio pedagógico, visando ao desenvolvimento pessoal dos estudantes, bem como à preparação para a vida acadêmica e profissional.

Ceará Científico e Tecnológico

Programa Cientista-Chefe como política pública de estado

O programa atua em áreas consideradas de alta prioridade para a administração pública e em cada uma delas um pesquisador sênior, com larga experiência em pesquisa aplicada nos temas relacionados ao órgão beneficiado, se integra à equipe de gestão para identificar os principais desafios e definir como a ciência pode contribuir para encontrar soluções.

Um dos principais objetivos do programa é a construção de uma base de núcleos de inovação no Governo, buscando a mudança do perfil da economia do Ceará através da Indústria do Conhecimento.



O Programa mantém pesquisadores atuando em secretarias ou órgãos estratégicos de governo para identificar soluções de ciência, tecnologia e inovação que poderão ser implantadas para melhorar os serviços e a qualidade de vida da população.

Educação Profissional

A pandemia da Covid-19 provocou inúmeros desafios a serem vencidos pelos cearenses. Logo nos primeiros meses do isolamento social, os profissionais do Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec) tomaram para si a responsabilidade de continuar ofertando qualificação profissional aos jovens e adultos em busca do primeiro emprego ou de uma recolocação no mercado de trabalho.

Após as fases de planejamento e capacitação de professores e instrutores, o Centec ofertou, nos meses de junho a outubro, 6.918 vagas em cursos gratuitos de Formação Inicial e Continuada por meio do ensino remoto. Foram preparados 20 cursos oferecidos pelos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) que são as unidades do Centec localizadas em 29 municípios. Porém, como as aulas aconteceram pela internet, foi possível alcançar pessoas de 148 cidades, cerca de 80% do território cearense.

Educação Superior

Inclusão Digital nas escolas e universidades estaduais

Os alunos da rede estadual de ensino público – Fundamental, Médio e Superior – serão contemplados com chips de dados de internet móvel. Ao todo, o Governo do Ceará beneficiará aproximadamente 347 mil estudantes mensalmente com um pacote de 20GB. O investimento inicial do Tesouro Estadual será de R$ 29.415.157,20. O objetivo do Governo do Ceará é garantir, nesse momento inicial, que os estudantes tenham acesso à internet diante do cenário de pandemia e de aulas remotas.



O novo benefício vai atender a 338 mil estudantes do 6º ao 9º do Ensino Fundamental e 1ª ao 3ª do Ensino Médio das escolas públicas do Estado, somados a 8.959 alunos de baixa renda que cursam o Ensino Superior nas universidades UECA, Urca e UVA, além do Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec) e das Faculdades de Tecnologia Centec (Fatec).

A ação é coordenada pela Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice) e secretarias da Educação (Seduc) e Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece).

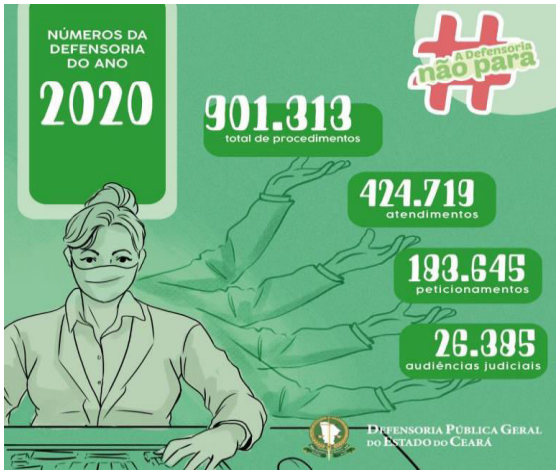
Ceará Pacífico

O Eixo Ceará Pacífico tem como estratégia pacificar a sociedade cearense com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Promoção do Acesso Gratuito à Justiça

Defensoria Pública

Em 2020, a Defensoria Pública registrou 901.313 atuações de diversas naturezas. Desse total, 77,8% (quase 701 mil) aconteceram no período de isolamento social ao novo coronavírus (Covid-19) – iniciado em 20 de março de 2020 e ainda em vigor, conforme decreto governamental.



A média mensal de atuações da Defensoria cresceu na pandemia, conforme evoluiu a implementação do trabalho remoto, sendo setembro, outubro e novembro, o período no qual o número de procedimentos realizados por defensores e colaboradores cresceu 38% em relação ao início primeiro trimestre do ano, antes da política de distanciamento e até isolamento social rígido.

.

Gestão e Modernização do Sistema Penitenciário

Capacitação de Internos nas Unidades Prisionais

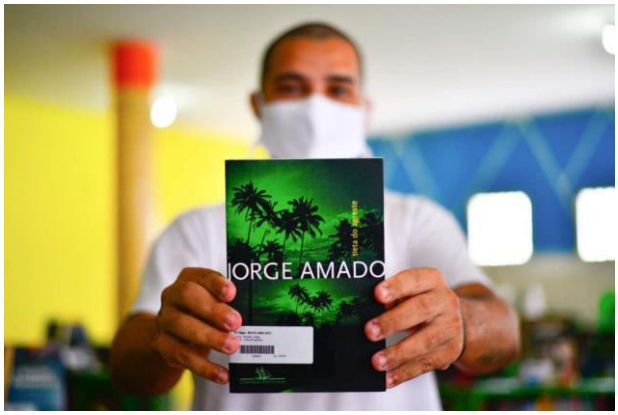
Em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), 69 internos receberam capacitação para as profissões de padeiro, serralheiro de metais ferrosos, corte e costura.



A ação foi realizada pelo Projeto de Implantação de Oficinas Produtivas Permanentes em estabelecimentos penais (PROCAP 2019) e financiadas pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Projeto Livro Aberto

Cerca de 5 mil livros foram entregues ao sistema prisional cearense para reforçar as ações do projeto Livro Aberto, iniciativa do Governo do Ceará, que incentiva a leitura como um caminho para ressocializar e reduzir a pena de internos.



Por meio do projeto, o preso escolhe, a cada mês, uma obra literária dentre os títulos selecionados para a leitura. O apenado através de resenha elaborada da obra lida, terá a possibilidade de remir 48 dias no prazo de 12 meses da pena.

Formação Escolar

Por meio da parceria com o Serviço Social da Indústria foi acordado a escolarização de 1.200 internos. O objetivo consiste em elevar a escolaridade e certificar os internos do sistema prisional nos Ensinos Fundamental e Médio. Na primeira etapa das aulas os alunos realizam a Metodologia de Reconhecimento de Saberes (MDS) na qual é identificado as competências do interno e na etapa seguinte, o interno irá cursar somente as áreas do conhecimento que não conseguiu comprovar já possuir as competências necessárias e isso reduzirá o tempo para conclusão.
Segurança Pública Integrada com a Sociedade

Ouvidoria da SSPDS

A Ouvidoria da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS/CE) realizou os atendimentos de 2.572 manifestações, por meio dos canais oficiais, no ano de 2020. O que registra um aumento de 124% superior ao mesmo período de 2019.

A Ouvidoria também está acessível, na palma da mão do cidadão, em aplicativos para celulares disponíveis na App Store e na Google Play, basta procurar pelo Ceará App. As manifestações estão divididas em solicitações, reclamações, sugestões ou elogios.

Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública

Agentes Penitenciários

O Governo do Estado, mediante a Secretaria da Administração Penitenciária, deu posse a mais 70 agentes penitenciários. Os novos servidores foram aprovados no concurso público realizado em 2017. Os agentes vão exercer vigilância e fazer cumprir as normas e regulamentos do estabelecimento penal.

Formação, inteligência e tecnologia

Número de ações criminosas em 2020 alcançou o menor patamar da série histórica desde 2014. Com apenas oito ocorrências registradas de roubo ou furto a instituições financeiras em 2020, o Estado do Ceará chega ao menor patamar desse índice criminal na série histórica e apresenta redução pelo quarto ano seguido. Em 2014, quando o índice começou a ser contabilizado, o Estado registrou 67 casos, caindo drasticamente 88% em relação aos casos de 2020. Em 2019, aconteceram 14 ações criminosas nos municípios cearenses, o que representa diminuição de 42,8% quando comparado aos oitos casos de 2020.



Novas bases do Raio foram entregues, batalhões dos Bombeiros e delegacias, assim como viaturas, armamentos, incrementado o investimento em aquisição de novas tecnologias, o Sistema de Segurança Pública do Ceará avançou em inteligência para coibir práticas criminosas.

Ciopaer realiza transporte de lotes de vacinas contra a Covid-19 no Ceará

Com o intuito de agilizar o processo de imunização em todo o Ceará, as aeronaves da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer) da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) realizaram o transporte de mais um lote de vacinas contra a Covid-19.



Ceará Saudável

Esse eixo tem como estratégia manter a população saudável. Essa temática será abordada com ênfase no enfrentamento à COVID-19.

Esporte e Lazer

Areninhas

O Governo do Ceará entregou, até o final de 2020, 197 areninhas para a população cearense. O equipamento busca promover a socialização entre os moradores, tem como apelo principal a prática esportiva, oferecendo um ambiente seguro de lazer, interação da população e estimula o comércio em torno do equipamento.

O projeto das areninhas teve início em Fortaleza e foi ampliado para todo o Estado do Ceará. Cada equipamento tem cerca de 1.200 m² e possui campo *society*, grama sintética, alambrados, vestiários com banheiros, urbanização do entorno, acessos pavimentados e torres de iluminação.



Projeto Medicina Esportiva

Voltado para o atendimento exclusivo de atletas e paratletas, o Ambulatório de Traumatologia e Medicina do Esporte do HGF foi criado em parceria com a Secretaria do Esporte e Juventude (Sejuv). O projeto tem como objetivo o atendimento direcionado aos atletas e paratletas profissionais e amadores, bem como aos que integram os Projetos da SEJUV, fortalecendo a política de fomento do esporte no Estado do Ceará. Em três meses de serviço, o projeto Sejuv + HGF Medicina Esportiva possibilitou o atendimento de 149 atletas e paratletas cearenses.

Programa Bolsa Esporte e Bolsa Monitoramento

O Governo do Estado executa através da Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará (Sejuv), o Programa Bolsa Esporte e Bolsa Monitoramento. São atendidos pelo Programa Bolsa Esporte pessoas que pertençam às populações vulneráveis que se situam abaixo da linha da pobreza, residentes em áreas caracterizadas por graves indicadores sociais, tendo como idade mínima 10 anos e máximo de 29 anos, exceto para pessoas com deficiência.

Saúde

Em 2020, a pandemia do COVID, doença respiratória contagiosa, trouxe inúmeros desafios para o governo do Estado do Ceará. A crise econômica e sanitária ocasionada pela COVID impactou em ações do Estado para que através de políticas públicas oferecesse suporte a população cearense. Para combater os efeitos da pandemia o governo teve que realizar diversas ações.

Construção de Hospitais de Campanha

O Governo do Ceará, inicialmente, construiu três hospitais de campanha, e disponibilizou um total de 150 novos leitos. Os hospitais de campanha foram anexados ao Hospital Geral de Fortaleza (HGF), Hospital do Coração e Cesar Cals. São 50 leitos em cada unidade, totalizando mais 150 leitos disponíveis para a população cearense no combate a COVID. No Hospital São José também foram criados 25 leitos para atendimento da população.



O governo do Estado entregou aos municípios de Caucaia e de Maracanaú hospital de campanha. Cada município recebeu 40 leitos para o combate à pandemia. Outro hospital da rede do Governo do Ceará que recebeu um anexo, é o Regional do Sertão Central, em Quixeramobim, com cerca de 30 leitos.

Hospital Leonardo Da Vinci

O Governo do Estado do Ceará comunicou a aquisição do Hospital Leonardo Da Vinci. Ao ser adquirida junto à iniciativa privada, a unidade passou a integrar a rede pública estadual de saúde de forma permanente. Com capacidade para funcionar até 230 leitos, o equipamento cumpre papel importante no tratamento de pessoas com Covid-19 e vai contribuir para reduzir a fila de cirurgias eletivas, com previsão para 800 procedimentos mensais.

Hospital Batista

O Governo do Ceará adquiriu o Hospital Batista da rede de saúde privada para atender exclusivamente pacientes da Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus. O Hospital Batista acrescentará mais 131 leitos de atendimento, sendo sete de terapia intensiva para os pacientes mais graves.

Hospital Geral de Crateús

O Estado do Estado do Ceará adquiriu o Hospital Geral de Crateús, unidade hospitalar filantrópica administrada pela Associação São Camilo desde 2011. A unidade de saúde tem 155 leitos, incluindo 10 leitos de UTI instalados pelo Governo do Estado para tratamento de pacientes com a Covid, e que permanecerão no local para atender a população após a pandemia.

Policlínicas

O governo do Estado entregou, em 2020, mais duas policlínicas, a Dr. Luiz Carlos Fontele e a Regional do Cariri.



Em uma área de 8.500 m², a Policlínica Dr. Luiz Carlos Fontenele, no bairro Passaré, vai ofertar atendimento em 13 especialidades médicas e exames variados. O equipamento possui 26 consultórios e terá capacidade para ofertar oito mil consultas e três mil exames todo mês, ampliando o atendimento da Rede de Atenção Especializada para o público adulto e pediátrico.

O governo entregou a sexta Policlínica Regional, na Região do Cariri, e 20ª do Estado. A nova Unidade de Saúde tipo 2 fica localizada no Crato, e vai atender oito municípios da Área Descentralizada de Saúde: Altaneira, Assaré, Crato, Farias Brito, Nova Olinda, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre, beneficiando um total de 262.271 moradores.

Hospital Regional do Cariri

O Governo do Ceará investiu em prevenção e assistência à população. Desde que os primeiros casos da Covid-19 foram registrados, a Região de Saúde do Cariri mais que dobrou o número de unidades de terapia intensiva (UTIs). Ao todo, eram 129 leitos desse tipo para atender 45 municípios. Agora, a rede de saúde da região conta com 309 leitos. Dos 180 acrescentados, 15 são UTIs pediátricas.

O Hospital Regional do Cariri (HRC), localizado em Juazeiro do Norte, principal unidade para casos graves da Covid-19, saltou de 30 UTIs em março de 2020 para 138 leitos exclusivos de UTI para o tratamento da doença.

IJF 2

O Governo do Ceará e Prefeitura de Fortaleza inauguraram o IJF2, construído em parceria entre os governos estadual e municipal. Com a entrega do segundo, prédio denominado Doutor Juraci Magalhães, a unidade passa a contar com 203 novos leitos, sendo 47 deles prioritários para idosos, 24 na ala de pediatria e mais 30 leitos em Unidades de Terapia Intensiva (UTI). Juntas, as duas torres oferecem 664 leitos.

Com as novas instalações, o hospital passou de 33 para 63 em número de leitos de UTIs e de 11 para 20 salas de cirurgia, além 24 leitos para recuperação pós-anestésica, permitindo a realização de até 1.700 procedimentos cirúrgicos por mês.



Enfrentamento da Pandemia

Além da ampliação da rede hospitalar, o Governo do Estado realizou diversas ações para combater a Covid-19.

O Estado realizou em 2020 a abertura de 2.951 leitos para atendimento exclusivo de COVID, sendo 911 UTIs e 2040 enfermarias; e a compra de mais de 260 toneladas em insumos e EPIs para a rede pública de saúde.
Câmaras Refrigeradas

A Secretaria da Saúde do Ceará adquiriu um total de 147 câmaras refrigeradas para os municípios, sendo 143 itens de 200 litros e 4 itens de 300 litros. O valor do investimento é de R$ 2,8 milhões.

As câmaras refrigeradas que têm capacidade para armazenar 200 litros, são adequadas para as unidades que recebem até 9 mil doses de vacina por mês. Os equipamentos são usados prioritariamente para o armazenamento das vacinas contra a Covid-19.

Vacina Coronavac

O Governo do Ceará, através da Secretária da Saúde (Sesa), firmou um acordo com a Fundação Butantan para o fornecimento de dois milhões de doses da vacina Coronavac ao Estado. A parceria prevê uma quantidade disponível do imunizante a partir de janeiro de 2021, com probabilidade de entregas adicionais, em fevereiro, e um maior volume a partir de maio.



O Estado desenvolveu o plano de imunização, com os insumos adquiridos e a logística intersetorial empregada, foi possível realizar as primeiras vacinações minutos após o desembarque dos imunizantes em solo cearense.

Com o objetivo de agilizar o processo de imunização da população cearense, a Sesa trabalha junto ao Butantan para concluir um contrato de compra e venda que contenha os termos e condições para a aquisição, fornecimento e distribuição das vacinas.

Proteção

O Governo do Ceará recebeu mais de 70 toneladas de equipamentos de proteção individual (EPIs) adquiridos para dar mais segurança aos profissionais de saúde que estão atuando no combate à pandemia de Covid-19. Os equipamentos serão distribuídos aos hospitais e unidades da rede pública estadual e para ajudar a rede de saúde dos municípios cearenses.

Foram distribuídos mais de 1,9 milhão de máscaras cirúrgicas descartáveis e máscaras N-95 a todos os municípios do Estado. Todo o material foi adquirido com recursos do Governo do Ceará e tem como objetivo salvar vidas na Capital, Região Metropolitana e no Interior.



Cinco milhões de máscaras de tecidos adquiridas pelo Governo do Ceará foram doadas à população em situação de vulnerabilidade. Ao todo foram atendidos 144 municípios e beneficiadas mais de 773.200 famílias cearenses.

Plataforma de Dados

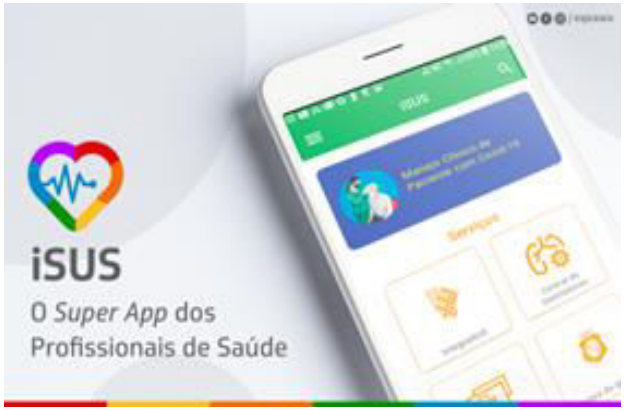
A Secretaria da Saúde do Ceará (Sesa) lançou a plataforma de dados da Sesa, o IntegraSUS Analytics, com o objetivo de melhorar resultados e levar informações transparentes para a população. Com a ferramenta, pesquisadores, profissionais e estudantes de ciência de dados ou de tecnologia da informação poderão ter acesso ao cenário atual da

saúde no Estado. Tudo por meio dos códigos e modelos utilizados na construção do IntegraSUS. A plataforma oferece datasets (conjunto de dados) sobre diferentes áreas da saúde para aprendizado e treinamento.

Aplicativo de suporte no enfrentamento à Covid-19

A ferramenta tem como objetivo a entrega de informações, serviços e oportunidades de forma automatizada, personalizada e segura, na palma da mão dos profissionais, otimizando seu tempo e apoiando as decisões em dados e evidências científicas.

Os profissionais de saúde terão acesso a recursos educativos como cursos e trilhas de formação sugeridas pela ESP/CE, além de protocolos institucionais com medidas oficiais determinadas pelo Governo do Ceará, e Notas Técnicas contendo orientações atualizadas e direcionadas àqueles que atuam no sistema de saúde.



O Governo do Ceará lançou um canal, via Whatsapp, para atender a sociedade durante a pandemia do novo coronavírus. A população pode, pelo celular, fazer a autoavaliação do seu estado de saúde e receber orientações de uma equipe médica de plantão. O projeto é da Secretaria da Saúde (Sesa) acelerado pelo Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Ceará (Íris). Assim foi possível minimizar as aglomerações e multiplicar os atendimentos para a população.

Testes para Covid-19

O Ceará realizou mais de um milhão de testes da Covid-19 na população cearense. As unidades administradas pela Secretaria da Saúde do Estado (Sesa) lideram a testagem, com realização de 99% dos testes rápidos e 68% dos exames de biologia molecular (RT-PCR). A rede pública estadual tem capacidade para fazer até 12.500 testes por dia.

O Ceará foi o estado que, proporcionalmente, mais realizou testes gratuitos com a população. Os testes foram realizados nas unidades hospitalares, nos sete hospitais de campanha, nos centros de testagens da Praça do Ferreira e de Maracanaú, nos drive-thrus do HGF e Shopping Riomar Kennedy, e nas rodadas de pesquisas de soroprevalência na capital e interior.



O Ceará recebeu 250 capacetes de respiração assistida Elmos. Do total, 200 equipamentos serão destinados a hospitais públicos e 50 para a Escola de Saúde Pública (ESP). O equipamento se configura como um legado da pandemia para a saúde e pode tratar outras enfermidades que comprometem o funcionamento dos pulmões, como pneumonia e H1N1. É possível reduzir em até 60% a necessidade de internação em leitos de UTI, diminuindo custos em relação aos respiradores.

Capacetes Respiratórios Elmo e Respiradores

O Governo do Ceará comprou um total de 700 respiradores no exterior para serem utilizados no combate a pandemia em todo o Estado. Todos os equipamentos foram distribuídos aos hospitais e unidades da rede pública estadual e também para ajudar a rede de saúde dos municípios cearenses.

Projeto Rede Rua e Ações Educativas

O Projeto Rede Rua: Ações Emergenciais para Pessoas em Situação de Rua na Pandemia de Coronavírus tem o objetivo de estimular a prevenção e o cuidado, além de garantir segurança para profissionais que trabalham com esse segmento populacional. Foram entregues Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de insumos de higiene para 20 entidades, sendo 14 da rede não governamental em Fortaleza e na Região Metropolitana e seis da rede governamental, que incluem Centros Pop localizados na capital cearense e em Caucaia, Pacajus, Pacatuba e Juazeiro do Norte.

Legado



As equipes de fiscalização trabalham a conscientização, distribuem máscaras de tecido, panfletos educativos e álcool em gel 70. Os órgãos estaduais que participam das ações, que também contam com instâncias em cada um dos municípios cearenses.

Entre os investimentos que ficam de legado a implantação da infreestrutura das unidades hospitalares com a aquisição de dois hospitais para a rede pública, o Leonardo Da Vince e o Hospital Geral de Crateús; a abertura de 2.951 leitos para atendimento exclusivo de covid, sendo 911 UTIs e 2.040 enfermarias; além da compra de mais 260 toneladas e insumos e EPIs para a rede pública de saúde e linha de frente do combate ao vírus em todo o Estado do Ceará.

Ações importantes:

- Criação de um novo sistema para a Central de Regulação;

- Inauguração de novas UPAs e Policlínicas,

- Organização da Funsaúde, entidade técnica vinculada à Sesa.



Ceará Sustentável

O Eixo Ceará Sustentável tem como estratégia proteger o meio ambiente, com utilização racional dos recursos naturais.

Resíduos Sólidos

O Estado do Ceará inaugurou a Central de Tratamento de Resíduos (CTRs) na Região Metropolitana de Sobral, que atenderá 18 municípios. A CTR de Sobral contará com uma unidade de triagem, um pátio de compostagem, unidade de tratamento dos resíduos hospitalares e o aterro.

A CTR contempla Aterro Sanitário com capacidade média de operação de 20 anos, Unidade de Tratamento de Resíduos da Construção Civil (RCC), Unidade de Tratamento de Resíduos da Saúde (RSS) e Unidade de Compostagem.



Além da Central construída no município de Sobral, foram implantadas seis Estações de Transbordo de Resíduos (ETRs) nas cidades de Cariré, Coreaú (sede), Coreaú (Ubaúna), Forquilha, Massapê e Pacujá. As ETRs são estruturas simples que tem o objetivo de receber e armazenar temporariamente os resíduos sólidos oriundos da coleta regular municipal.

Política de Dragagem do Rio Cocó

Com objetivo de evitar alagamentos, o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria das Cidades, realiza a dragagem e limpeza da vegetação aquática do Rio Cocó. A obra, que tem um caráter emergencial, está com 30% de execução. Contempla o trecho I, compreendido entre a Av. Paulino Rocha e BR 116; e II da Av Murilo Borges à Av Engenheiro Santana Júnior.



As famílias que moravam no entorno do Rio Cocó passaram a morar agora depois de uma via, com rede de abastecimento de água e esgoto.

Combate aos efeitos causados pela pandemia

Aproximadamente 713 mil lares cearenses foram beneficiados com a ação do Governo do Ceará em ter a conta de água quitada em razão da pandemia do Coronavírus. Cerca de 593 mil famílias beneficiadas pela Cagece, agregando a isenção de faturas e a tarifa de contingência na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); com mais 120 mil famílias atendidas pelo Sisar.

Infraestrutura e Segurança Energética

Com a implantação do novo circuito que liga as Subestações (SE) Banabuiú e Russas II o Ceará encerra o ano de 2020 com três novas Linhas de Transmissão. O empreendimento, que amplia a capacidade de transporte de energia no Estado, foi realizado pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, por meio de articulação da Secretaria da Infraestrutura do Ceará – Seinfra. O investimento da obra foi de R$ 96,4 milhões.



A nova Linha de Transmissão em tensão 230 KV, construída em circuito simples, corresponde ao novo circuito entre as subestações de Banabuiú e Russas II. Esse ativo conta com extensão de 112 quilômetros e é suportado por 225 torres. A obra representa o aumento da capacidade de escoamento de energia gerada em parques eólicos e usinas fotovoltaicas instaladas no Estado.

Além desse empreendimento, o Ceará já conta com mais dois novos trechos energizados. O primeiro é o circuito duplo do seccionamento da LT 230 KV que interliga as subestações Banabuiú a Fortaleza I 04F2, com 20 quilômetros de extensão envolveu a ampliação da SE Aquiraz II e foi posto em operação em outubro deste ano. O valor do investimento foi de R$ 24 milhões.

O segundo trecho foi energizado em novembro, quando a Chesf concluiu o seccionamento do primeiro circuito entre as subestações Fortaleza I e Banabuiú interligando-as à SE Aquiraz II. Essa obra também com 20 quilômetros de Linha de Transmissão em circuito duplo, além de duas novas entradas de linhas na SE Aquiraz II. O investimento desse trecho foi de R$ 17 milhões.

Energias Renováveis

Com mais da metade da matriz energética de base renovável, o Ceará se destaca na geração eólica e solar, exportando energia para todo o país. Hoje o Ceará já conta com o maior fabricante de turbinas eólicas do mundo e o maior fabricante de pás eólicas do Brasil, e tem atraído outras grandes fábricas, inclusive de equipamentos para geração eólica offshore (no mar). Todo o potencial do estado está descrito no Novo Atlas Eólico e Solar do Ceará, lançado em 2019. Único atlas híbrido do Brasil, o documento conta com informações técnicas direcionadas a profissionais do setor, identificando áreas com potencial para investir, e está disponível nas versões em inglês e em português, de forma impressa e online, além de um aplicativo interativo (www.adece.ce.gov.br).

Energia Solar

Além de estimular os grandes geradores, o Ceará também incentiva a atração de investimentos em geração distribuída, que é aquela produzida pelo próprio consumidor a partir de fontes renováveis. O estado está em terceiro lugar no ranking de geração distribuída solar no Brasil, e é o primeiro do Nordeste em potência instalada.



O Estado investe ainda em projetos de geração distribuída em equipamentos públicos. Atualmente, estão sendo instaladas placas solares em duas estações da Linha Sul do metrô: JK e Padre Cícero, e até 2022, serão implantados módulos fotovoltaicos em 32 escolas estaduais.

Energia Eólica

A fabricante dinamarquesa Vestas dobra capacidade de sua fábrica no Ceará e gera 200 empregos diretos e 1.000 indiretos na região. A Vestas inaugurou a nova fábrica no município de Aquiraz, Região Metropolitana de Fortaleza. A unidade vai produzir as turbinas V150-4.2MW, abrindo caminho para a expansão da plataforma de 4 MW da Vestas no país e na América Latina.

A empresa, que já possui uma fábrica de naceles (suporte do motor) na região, anunciou a expansão de sua capacidade fabril no país em setembro de 2018 e, desde então, já ultrapassou a expressiva marca de 2.6GW em pedidos para o modelo.



A Vestas possui 1.5GW instalados ou em construção no país, o que corresponde a aproximadamente 750 turbinas. Além das unidades de fabricação em Aquiraz, ainda possui um Centro de Serviços em Natal, no Rio Grande do Norte, e um escritório administrativo em São Paulo, onde são coordenadas as operações de vendas, construção e serviços no país.

Saneamento Básico

Investimento em Sistemas Sanitários e Abastecimento de Água

O Governo do Ceará anunciou investimentos na ordem R$ 439.222.173,79 – 50% fruto de financiamento com Banco do Nordeste (BNB) com a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) – em sistemas e esgotamento sanitário e abastecimentos de água para as cidades de Fortaleza, Juazeiro do Norte, Itapipoca, Eusébio, Tianguá.

Dos quase R$ 440 milhões, boa parte serão investidos em Fortaleza, ampliando em cerca de 12% a cobertura sanitária da cidade. Através desse investimento, Fortaleza terá 74% de cobertura de esgotamento sanitário.



O Programa de Saneamento das Localidades Litorâneas do Ceará (Prosatur) terá investimento de US$ 75 milhões (US$ 60 milhões do financiamento e US$ 15 milhões de contrapartida do Estado) e deverá ser executado até 2026.

Perspectivas Sociais

Saúde

Em 2021, a Fundação de Saúde (FUNSAÚDE) entidade técnica vinculada à SESA, irá operar em toda a rede de atendimento público do estado. Com o objetivo de melhorar o atendimento a saúde dos cearenses, as obras do Hospital Universitário do Ceará, o maior da rede pública estadual, foram iniciadas.



O Hospital irá contar com 654 leitos de internação distribuídos em três torres - sendo 184 de UTIs -, além de urgência e emergência, enfermarias, ambulatórios, consultórios, auditórios, entre outros serviços prestados

Reforçando o compromisso do Estado no desenvolvimento do ensino dos alunos. Importante destacar o lançamento para o 2021 do programa “Cuidar Melhor”, que vai ampliar de 5% para 15% os recursos provenientes do repasse do ICMS aos municípios, com base em critérios de saúde, saindo de 175 milhões para 525 milhões anuais o aporte para as cidades que alcancem os parâmetros de desenvolvimento da saúde. O objetivo do projeto é reduzir a mortalidade infantil e mortes por AVC, Infarto e acidentes de trânsito envolvendo motocicletas.

Transporte

O Novo Aeroporto Regional de Sobral vai contar com pista de pouso e decolagem de 1.800m x 30m, com capacidade para receber aeronaves de porte médio. O novo equipamento contará também com acesso de 2,7 km, pistas de rolamento, pátio de aeronaves, taxiamento, balizamento noturno e SESCINC (Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio), além do terminal de passageiros. A construção do terminal deverá ser concluída em 10 meses e dará início a segunda fase de implantação do empreendimento. Atualmente, estão sendo realizados os serviços de construção da pista e do acesso ao novo Aeródromo.



Os serviços de terraplanagem estão em andamento na área, que possui 143 hectares e fica localizada a 13 quilômetros da Av. Perimetral de Sobral. O investimento das obras da primeira fase é de R$ 40.859.881,58.

Pesquisa

A parceria entre o Governo do Ceará, a ciência e o setor empresarial está identificando problemas e apontando soluções para estimular o crescimento da economia cearense. Esse é um dos principais resultados do Cientista Chefe de Inovação, trabalho realizado pelo professor Samuel Façanha, da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Com aproximadamente um ano de atuação, ele tem como principal objetivo agir junto aos programas de estímulo à inovação do Governo com ferramentas e abordagens de base científica que possam melhorar a eficiência e a efetividade destes programas.



Há três programas principais sendo beneficiados pelo Cientista Chefe de Inovação: os Clusters Econômicos de Inovação, da Sedet; os editais de subvenção econômica para estímulo à inovação da Funcap; e a atuação de todo o próprio programa Cientista Chefe,

CONTROLADORIA
E OUVIDORIA
GERAL DO ESTADO

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO

RCI-GOVERNO 2020

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL

Aloísio Barbosa de Carvalho Neto

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL

Antônio Marconi Lemos da Silva

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Paulo Roberto de Carvalho Nunes

ASSESSORA DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA

Maria Ivanilza Fernandes de Castro

COORDENADOR DE CONTROLADORIA

Marcelo de Sousa Monteiro

COORDENADORA DE AUDITORIA INTERNA

Ana Luiza Felinto Cruz

COORDENADOR DE OUVIDORIA

Larisse Maria Ferreira Moreira

COORDENADOR DA ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Kassyo Modesto da Silva

COORDENADOR DE CORREIÇÃO

Antonio Paulo da Silva

COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO

Rita de Cássia Holanda Matos

COORDENADOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Sinara Costa Barbosa

COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Marcos Henrique de Carvalho Almeida

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

MISSÃO INSTITUCIONAL DA CGE

Coordenar e exercer atividades de Transparência, Ouvidoria, Correição, Auditoria Governamental, Ética e Controladoria no Poder Executivo, contribuindo para a melhoria da gestão pública e do controle social, em benefício da sociedade.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

EQUIPE TÉCNICA DA COORDENADORIA DE CONTROLADORIA

Marcelo de Sousa Monteiro – Coordenador

José Otacílio de Assis Júnior – Articulador

Vitor Hugo Gaspar Pinto – Orientador de Célula

Adriana Oliveira Nogueira – Auditora de Controle Interno

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DO PLANO DE AÇÃO PARA SANAR FRAGILIDADES – PASF CONTAS DE GOVERNO

Membros Deliberativos

Antônio Marconi Lemos da Silva – CGE

Francisco José Moura Cavalcante – Casa Civil

Eduardo Menescal – PGE

Ronaldo Lima Borges – SEPLAG

Fabrízio Gomes Santos – SEFAZ

Membros Executivos

Marcelo de Sousa Monteiro – CGE

Vitor Hugo Gaspar Pinto – CGE

Adriana Oliveira Nogueira – CGE

Paulo Sérgio Rocha – SEFAZ

José Garrido Braga Neto – SEFAZ

Daniele Passos de Lima Albuquerque – SEPLAG

Francisco Ailson Alves Severo Filho – SEPLAG

Maria Cristiane Maia Caxilé – SEPLAG

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 8

1 ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO – CGE 10

1.1 Programa 251 – Controle Interno Governamental 10

1.2 Programa 253 – Fomento à Ética e à Integridade 14

1.3 Programa 254 – Transparência, Participação e Controle Social 15

2 TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2019 18

2.1 Conjuntura socioeconômica 18

2.2 Planejamento e execução orçamentária 31

2.3 Análise das demonstrações contábeis 52

2.4 Conformidade financeira e orçamentária 66

2.5 Governança fiscal da renúncia de receita 84

2.6 Transparência 97

3 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO 114

3.1 Alocação de recursos do PPA 2020-2023 114

3.2 Execução dos Eixos, Temas e Programas de Governo 117

3.3 Resultado econômico, desempenho dos Eixos e Áreas Temáticas 119

3.3.1 Resultado econômico 120

3.3.2 Desempenho dos Eixos e demais indicadores 123

3.3.2.1 Eixo Ceará Gestão Democrática por Resultados 124

3.3.2.2 Eixo Ceará Saudável 125

3.3.2.3 Eixo Ceará do Conhecimento 127

3.3.2.4 Eixo Ceará Pacífico 129

3.3.2.5 Eixo Ceará de Oportunidades 131

3.3.2.6 Eixo Ceará Acolhedor 132

3.3.2.7 Eixo Ceará Sustentável 134

4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 137

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

4.1 Resultado orçamentário 137
4.1.1 Análise temporal da receita e despesa orçamentária 139
4.1.2 Análise da previsão da receita e fixação da despesa 141
4.2 Receitas 143
4.2.1 Categoria e origem das receitas orçamentárias 143
4.2.2 Fontes de receita orçamentária 144
4.2.3 Origens de receita orçamentária 145
4.3 Despesas 147
4.3.1 Categoria econômica e grupo de natureza das despesas 147
4.3.2 Comparativo das despesas por poder 148
4.3.3 Elementos de despesa 149
4.3.3.1 Elementos de despesa – pessoal e encargos sociais 149
4.3.3.2 Elementos de despesa – outras despesas correntes 150
4.3.3.3 Elementos de despesa – investimentos 151
4.3.3.4 Elementos de despesa – amortização, juros e encargos da dívida ... 152
4.3.4 Despesa por função 153
4.3.5 Despesa de exercícios anteriores (DEA) 154
4.3.6 Contratos de gestão 157
5 GESTÃO FISCAL 160
5.1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal 160
5.2. Indicadores fiscais e legais..... 161
5.2.1 Despesas com ações e serviços públicos de saúde 162
5.2.2 Despesas consórcios públicos de saúde 165
5.2.3 Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 166
5.2.4 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB 169
5.2.5 Receita Corrente Líquida 173
5.2.6 Despesas com Pessoal 175
5.2.7 Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Garantias 181
5.2.7.1 Dívida Consolidada Líquida 182
5.2.7.2 Operações de Crédito 184
5.2.7.3 Serviços da Dívida 185
5.2.7.4 Garantias e Contragarantias 187
5.2.8 Regra de Ouro 188
5.2.9 Resultados Primário e Nominal 189
5.2.9.1 Resultado Primário 189
5.2.9.2 Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida)..... 191
5.2.10 Parcerias Público-Privadas 192
5.3 Investimentos destinados ao interior do Estado 194
5.4 Aplicação de recursos na FUNCAP 195
5.5 Receita de alienação de bens e aplicação dos recursos 197
5.6 Disponibilidades de caixa 197
5.7 Programa de reestruturação e de ajuste fiscal (PAF) 201
5.8 Cumprimento do Novo Regime Fiscal (EC nº 88/2016) 205
5.9 Indicadores Gerenciais 205
6 CONCLUSÃO 209

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

APRESENTAÇÃO

A Constituição Estadual prevê a competência privativa do Governador do Estado do Ceará para prestar anualmente, à Assembleia Legislativa, contas referentes ao exercício anterior. Já a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), estabelece que as Contas do Governador consistirão nos Balanços Gerais do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, contendo informações relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual e respectivas inspeções e auditorias internas.

O presente Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo (RCI-Governo), elaborado por esta Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), referente ao exercício de 2020, apresenta as análises e considerações norteadas pelos mandamentos constitucionais, bem como pelas orientações e regras estabelecidas na Lei Complementar nº 101/00, na Lei Federal nº 4.320/1964 e legislação correlata.

O Relatório está estruturado em cinco capítulos, compreendendo:

- ✓ Atuação da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, órgão central do sistema de controle interno, no âmbito do Eixo Ceará da Gestão Democrática para Resultados, nos temas estratégicos de Gestão Fiscal, de Planejamento e Gestão, e de Transparência, Controle e Participação Social e dos Programas de Governo sob a sua responsabilidade;

- ✓ Plano de Ação para Sanar Fragilidades (PASF Contas de Governo) referente às ações adotadas a partir das recomendações do TCE/CE, por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo do exercício de 2019;

- ✓ Análise da Execução dos Programas de Governo, observando os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, Programas e suas Metas Prioritárias;

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

- ✓ Análise do Resultado Orçamentário consolidado do Estado, envolvendo os órgãos da administração direta e indireta que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social; e

- ✓ Aspectos relativos à Gestão Fiscal, notadamente quanto ao cumprimento dos limites constitucionais e legais pelo Estado, bem como a análise de indicadores gerenciais.

O RCI-Governo 2020 é resultado do trabalho técnico da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e contou com a colaboração imprescindível dos gestores e profissionais que atuam nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, que disponibilizaram as informações necessárias à conclusão deste produto.

Aloísio Barbosa de Carvalho Neto

Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidora Geral

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

1 ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO – CGE

As atividades realizadas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) visam cumprir a sua missão institucional de coordenar e exercer atividades de Transparência, Ouvidoria, Correição, Auditoria Governamental, Ética e Controladoria no Poder Executivo, contribuindo para a melhoria da gestão pública e do controle social, em benefício da sociedade. A atuação da CGE faz parte do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados, que contempla as políticas governamentais voltadas à busca do crescimento constante, do equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e da redução persistente das desigualdades. O propósito central deste eixo consiste em proporcionar que os serviços públicos estaduais sejam planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, atendendo às necessidades dos cidadãos, com transparência e equilíbrio fiscal.

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores apresentados, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Controle Interno Governamental (251); Fomento à Ética e à Integridade (253) e, por fim, Transparência, Participação e Controle Social (254).

1.1 Programa 251 – Controle Interno Governamental

O Programa tem como objetivo principal contribuir para uma gestão administrativa profissional, visando à eficiência na arrecadação e aplicação dos recursos públicos, bem como a regularidade e o aprimoramento da gestão, de forma a propiciar a melhoria contínua dos serviços públicos ofertados.

Principais realizações:

a) Publicação do Decreto nº.33.805 de 09 de novembro de 2020, que Institui a Política de Gestão de Riscos do Poder Executivo do Estado do

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Ceará;

b) Monitoramento das despesas dos órgãos e entidades para verificação da adequação à Resolução COGERF nº 07/2020;

c) Disponibilização do Painel Consolidado de Indicadores da Gestão Fiscal (Constituição Estadual, RREO e RGF) no Sistema de Informações Estratégicas de Controle – SIEC;

d) Disponibilização de acesso ao Sistema de Informações Estratégicas de Controle – SIEC para os Assessores de Controle Interno e Ouvidoria;

e) Aperfeiçoamento do sistema e-PARCERIAS com a implementação de funcionalidades para atender às principais demandas dos usuários, visando melhorar a sua experiência;

f) Elaboração de estudo no Observatório da Despesa Pública do Ceará – ODP.Ceará, a partir de demanda do Tribunal de Contas do Estado (TCE/CE) e da CGU, para verificar se os servidores, aposentados e pensionistas do Estado do Ceará receberam indevidamente o Auxílio Emergencial pago pelo Governo Federal, orientando sobre os canais para devolução dos valores ou denúncia para os caso de uso indevido dos CPFs;

g) Realização do 46º Fórum Permanente de Controle Interno com o tema: Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) no Poder Executivo e nas Estatais;

h) Realização do XIV Encontro Estadual de Controle Interno com o seguinte tema “Controle Interno: Fator Essencial para a Melhoria Contínua da Gestão Pública”;

i) Realização de 24 Encontros de Integração do Sistema de Controle Interno, com a participação dos Assessores de Controle Interno e Ouvidoria para a apresentação temas relacionados à atuação da CGE,

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

melhoria dos controles internos e compartilhamento de boas práticas;

j) Capacitação de 40 servidores na área da auditoria e controladoria governamental;

k) Coordenação técnica da Comissão Intersetorial do Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF Contas de Governo;

l) Assessoramento técnico ao Conselho de Governança Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 94, de 17 de dezembro de 2018, com o objetivo precípuo de zelar pelo equilíbrio fiscal do Estado;

m) Realização de 12 Auditorias de Regularidade de Contas de Gestão, na modalidade Inspeção, com o objetivo de apurar denúncias sobre supostas irregularidades;

n) Realização de 3 Auditorias de Tomadas de Contas Especiais – TCE, na modalidade Inspeção, com o objetivo de apurar possíveis danos ao erário;

o) Realização de 05 atividades de auditoria, contemplando auditorias de regularidade, de desempenho e especializadas em obras públicas;

p) Elaboração do “Guia de Compras e Contratações Emergenciais (COVID 19) - Orientações Legais” com o objetivo de fornecer orientações aos Órgãos do Governo do Estado do Ceará quanto aos procedimentos a serem adotados nas aquisições e contratações destinadas ao enfrentamento do estado de emergência da saúde decorrente da COVID-19, do qual trata o Decreto Estadual nº. 33.510/2020, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) em 16 de março de 2020. O documento procura esclarecer como proceder nas licitações e compras diretas decorrentes da Lei Estadual nº. 17.194/2020, tendo por base o estabelecido pela Lei Federal nº. 13.979/2020, pela Medida Provisória nº961/2020, pela Lei das Licitações nº. 8.666/93, dentre outras. Além

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

disso, auxilia na identificação dos principais riscos nesse processo de aquisição e contratação, sugerindo ações de controle para mitigá-los. Em anexo ao Guia foi disponibilizado check-list com os principais documentos que deverão estar presentes na instrução processual, bem como modelo de Termo de Referência simplificado a ser utilizado nas contratações diretas excepcionais;

q) Capacitação referente ao Guia de Compras e Contratações Emergenciais no Enfrentamento à Covid-19, destinada aos profissionais atuantes na área da saúde, sendo ministradas orientações quanto às alterações realizadas nas legislações estaduais durante o período de enfrentamento à pandemia, à identificação e mitigação dos principais riscos do processo de compras e, ainda, à documentação necessária para a instrução processual na contratação pública excepcional;

r) Capacitação acerca do tema “Técnicas de Controle para as Assessorias de Controle Interno dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual”, para servidores que atuam nas Assessorias de Controle Interno dos Órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;

s) Realização de 96 atividades de auditoria de regularidade nas Contas de Gestão com emissão de 96 relatórios de Controle Interno sobre as Contas de Gestão de 2019, em parceria com a CCONT;

t) Realização do Programa de Auditoria visando assessorar a área de saúde, tendo sido realizadas verificações da conformidade documental de processos de Dispensa de Licitação relacionados às aquisições para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus;

u) Elaboração do Programa de Controle de Bens Móveis com o objetivo de subsidiar as Assessorias de Controle Interno e Ouvidoria das setoriais na verificação de atendimento aos normativos aplicados ao tema, buscando verificar a consistência dos controles internos estabelecidos;

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

v) Elaboração de 17 trilhas de auditoria, sendo 10 automatizadas em conjunto com o Observatório da Despesa Pública do Estado do Ceará (ODP.Ceará);

w) Realização da autoavalição da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado no modelo de capacidade de auditoria interna (Internal Audit Capability Model – IA-CM), relativa ao nível de maturidade 2 e 3, bem como a elaboração do Plano de Ação do nível 2, visando ao atingimento desse nível;

x) Capacitação para os auditores de controle interno sobre o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna Governamental IA-CM e de Auditora Baseada em riscos, com objetivo de desenvolver e aprimorar a competências com vistas à melhoria do desempenho das atividades de auditoria interna.

1.2 Programa 253 – Fomento à Ética e à Integridade

O Programa tem como objetivo principal fomentar a cultura da integridade nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e nos seus parceiros institucionais, zelando pela observância do Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual e de outros normativos que dispõem sobre a conduta do servidor público estadual.

Principais realizações:

a) Definição das regras de operacionalização do Programa de Integridade por meio da Portaria 74/2020, conforme determinado pelo Art. 9º da Lei 16.717/2018;

b) Constituição e capacitação dos membros dos Comitês de Integridade da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará – CGE; Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE; e Secretaria

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

de Proteção Social, Justiça Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS;

c) Aplicação do diagnóstico de integridade na Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará – CGE, Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE; e Secretaria de Proteção Social, Justiça Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS;

d) Elaboração de 5 Planos de Ação para Sanar Fragilidades – PASF;

e) Capacitação de 30 servidores membros dos Comitês de Integridade;

f) Qualificação de Fomento à ética e à integridade

g) Realização de 2 eventos para fomento do Código de Ética.

1.3 Programa 254 – Transparência, Participação e Controle Social

O Programa tem como objetivo principal ampliar a participação e o controle social na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas, com efetiva transparência e acessibilidade das informações disponibilizadas.

Principais realizações:

a) Obtenção da pontuação máxima em transparência nas contratações emergenciais para o enfrentamento à pandemia da Covid-19 por duas vezes, ficando em primeiro lugar no Ranking divulgado pela Transparência Internacional Brasil;

b) Disponibilização de um canal específico, na plataforma Ceará Transparente, com as principais informações relacionadas ao enfrentamento da pandemia. A consulta possui três seções especificas: a de Despesas que apresenta os recursos aplicados pelo Governo do Estado no combate ao coronavírus; A de Legislação que reúne as principais legislações estaduais e federais emitidas em função da

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

pandemia; E a do Painel Epidemiológico elaborado pela Secretaria da Saúde (Sesa), em que o cidadão encontra dados sobre a situação epidemiológica da pandemia da Covid-19 no Ceará;

c) Monitoramento da transparência dos sites institucionais dos 21 Consórcios Públicos de Saúde, autarquias que o Estado participa e que são fundamentais para a oferta de saúde pública à população, principalmente no interior do Estado;

d) Elaboração do Manual do Ranking de Transparência que se dispõe a auxiliar os responsáveis por responder os quesitos que determinam o Ranking da Transparência o Ranking da Transparência, instituído pela Portaria CGE nº.231/2019, apresentando as fontes de obtenção dos dados e informações necessários para avaliação dos requisitos, além de indicar locais onde as informações podem ser acessadas nos diversos sítios institucionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;

e) Realização de 5 Reuniões da Rede de Fomento ao Controle Social com o objetivo de manter o alinhamento entre as Ouvidorias, disseminar as boas práticas e para garantir a aplicabilidade às diretrizes do Sistema Estadual de Ouvidoria. As reuniões também passaram a ser critério de Avaliação das Ouvidorias Setoriais, no quesito participação;

f) Realização de 4 cursos, 6 oficinas e 8 palestras com o intuito de manter e aprimorar a qualidade do trabalho das ouvidorias setoriais no Tratamento de Denúncias e para auxiliar na construção do Relatório de Gestão de Ouvidoria;

g) Realização de 13 oficinas de padronização do serviço público, em linguagem simples, envolvendo 14 órgãos estaduais, oficinas essenciais para a atualização da Carta de Serviços ao Cidadão;

h) Realização de 2 pesquisas de avaliação de serviço, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômicas (Ipece), utilizando a força

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

de trabalho da Central de Atendimento 155, sobre o serviço de entrega de medicamento (Sesa) e sobre o serviço de emissão do Imposto de Emissão Causa Mortis e Doação ITCD (Sefaz);

i) Realização de 2 eventos de palestras de conscientização da sociedade para o exercício do controle social realizadas em eventos e escolas;

j) Realização de 1.652.256 atendimentos em manifestações de ouvidoria e solicitações de informação registradas no Ceará Transparente e número de acessos às páginas de transparência da plataforma Ceará Transparente;

k) Distribuição de cartilhas, vídeos e materiais lúdicos sobre o controle social e ética;

l) Realização de 34 capacitações para a formação e atualização dos comitês setoriais de acesso à informação, de ouvidores integrantes da Rede Estadual de Ouvidoria, das sub-redes estaduais, bem como dos membros da Rede Ouvir.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

2 TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2019

Em 2019, o TCE/CE emitiu o Parecer Prévio sobre as Contas do Governador do Estado Ceará, sob a ótica das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, e expediu 51 (cinquenta e uma) recomendações a serem observadas pelo Poder Executivo.

Para tratamento das recomendações foi instituída a Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades das Contas de Governo - PASF Contas de Governo, composta por representantes da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e coordenada pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE), na condição de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

O exercício de 2020 apresentou um grande desafio à execução das políticas públicas, devido à Pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e a conseqüente decretação de Estado de Calamidade Pública. Esta situação exigiu que o Estado redefinisse seu planejamento e direcionasse recursos adicionais à área da Saúde, tendo ainda que conciliar o suporte às demandas econômicas e sociais do Estado. Assim, as restrições decorrentes da Pandemia afetaram as condições de implementação de ações, inclusive com a limitação de atuação presencial.

A Comissão do PASF Contas de Governo consolidou as informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pelas ações adotadas em função das recomendações emitidas pelo TCE/CE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2019, conforme apresentado a seguir.

2.1 Conjuntura Socioeconômica

Recomendação nº. 01: Ao Poder Executivo, que envide esforços para promover a expansão e a melhoria dos serviços públicos de saneamento básico de

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

forma efetiva.

Análise da Comissão do PASF: Inicialmente, a Política de Saneamento Básico é regulada pela Lei Federal nº11.445/2007 que sofreu recentemente atualização pela Lei Federal nº14.026/2020. Este normativo institui que o titular dos serviços de saneamento é o Município, cabendo a este a universalização dos serviços de saneamento em qualidade e quantidades adequadas. A atualização, contudo, trata ainda do exercício da titularidade, prevendo que cabe:

a) Aos Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local;

b) Ao Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum.

Mesmo diante do exercício conjunto da titularidade dos municípios, cabe a eles a assinatura dos contratos de concessão ou, como é o caso de alguns, a designação de qual órgão da administração direta ou indireta será responsável pela prestação de serviços e a regulação. Atualmente, o Estado possui 152 municípios com sistemas de saneamento operados pela Cagece. Os 32 municípios restantes têm seus serviços de saneamento operados por entidades que integram a administração municipal (Serviços Autônomos de Água e Esgoto - Saae`s; Departamento da Prefeitura; ou companhia de economia mista, como o caso da Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato).

Os contratos de concessão devem ter metas, fontes de receitas alternativas, metodologia para eventual indenização e repartição de riscos. Além disso devem ser previstas metas de 99% de água e 90% de esgoto até 31/12/2033, para os municípios que apresentarem viabilidade econômica, desde que não ultrapasse 1º de janeiro de 2040 para aqueles em que os estudos para a licitação da prestação regionalizada apontarem para a inviabilidade econômico-financeira da universalização. Os critérios para classificação da viabilidade serão definidos pelo

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Governo Federal por decreto, contudo, pelos aspectos usuais indica-se que a maior parte dos municípios cearenses deverão se enquadrar entre aqueles que não possuem viabilidade econômico-financeira.

Vale ressaltar ainda que a Lei Federal nº14.026/2020 estabeleceu que, para os municípios sem viabilidade econômica, a União poderá prover recursos não onerosos para o atingimento das referidas metas. Desta forma, percebe-se que existem diversos atores que participam da Política de Saneamento nas diversas esferas.

Dito isso, entende-se que cabe ao Estado apoiar a implantação da Política Pública de Saneamento, contribuindo ativamente para a implementação das medidas estruturantes e estruturais, notadamente quando se tratar de sistemas integrados, regiões metropolitanas, aglomerados subnormais e demais situações contempladas pela legislação.

Em reconhecimento à importância do saneamento pelo Governo do Estado, foram promulgadas, em 2016, um pacote de leis instituindo a Política Estadual de Saneamento, sendo composto pela Lei Complementar nº162/2016, e pelas Leis Ordinárias nº16.032/2016, 16.033/2016 e 16.034/2016. Ficaram estabelecidos os atores que atuam no sistema de saneamento, suas responsabilidades, direitos e deveres, tal como foram instituídas ferramentas de gestão para fortalecer a política e garantir sua implementação. A Lei Complementar nº162/2016 foi regulamentada pelo Decreto nº32.024/2016.

O setor, entretanto, enfrenta diversos desafios, destacando-se a seca e a vultuosa demanda de recursos. Para este segundo aspecto, o Governo Federal é responsável por mais de 70% dos investimentos. Contudo, com a crise econômica, agravada pela Pandemia da COVID-19, o repasse desses recursos diminuiu drasticamente. Assim, a Cagece, enquanto concessionária dos serviços de saneamento básico, buscou alternativas de financiamento próprio junto a organismos de crédito como o BNDES.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

No entanto, a seca é um desafio que merece notório destaque, visto que exigiu o reinvestimento em diversos sistemas para garantir sua manutenção e impedir um colapso hídrico. Esses investimentos visavam a manutenção do índice de atendimento de água, visto que o colapso dos mananciais poderia implicar na deterioração e inutilidade de diversos sistemas. Esta realidade pode ser mais facilmente observada analisando-se o Plano de Convivência com Seca instituído ainda em 2015 e que sua continuidade se deu com a implementação do Grupo de Contingência, coordenado pela SRH com a participação da SCidades, Cagece, SOHIDRA, Defesa Civil, entre outros órgãos. Desta forma, foram investidos no Programa de Recursos Hídricos em 2020 o total de R$195.388.359,65 (cento e noventa e cinco milhões, trezentos e oitenta e oito mil, trezentos e cinqüenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

Apesar dos desafios, o Governo do Estado do Ceará tem envidado esforços na captação de recursos e na implementação de medidas estruturais e estruturantes para a melhoria das condições de saneamento da população cearense, destacando-se:

a) A CTR Sobral foi inaugurada com o objetivo de reduzir o número de lixões na região. Ao todo, 18 municípios serão diretamente beneficiados com a construção do complexo, orçado em R$ 41.185.136,90, a partir de financiamento do Tesouro Estadual e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e construção da CTR de Limoeiro que segue em andamento;

b) Implementação da Política pré-aterro, pela SEMA, visando maior adesão à política de redução de resíduos, implicando em uma diminuição da disposição final de rejeito;

c) Incubação de associação de catadores, incluindo a criação do Bolsa Catador para dar apoio à classe;

d) Implantação de Centrais Municipais de Resíduos em mais de 14

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

municípios;

e) Apoio aos consórcios públicos, incluindo uma ação pioneira de PPP junto ao Consórcio COMARES-UC, no Cariri, a fim de viabilizar uma destinação final de resíduos à região e uma melhor gestão integrada para o setor;

f) Conclusão da Implantação do Sistema de Abastecimento de Água no Distrito Industrial do município de Jaguaribe e a Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, em Juazeiro do Norte;

g) Conclusão de 39 Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), atuando ainda no desenvolvimento de mais PMSBs para a região de Sobral e Vale do Jaguaribe;

h) Realização de cerca de 53.447 ações socioambientais em 27 municípios de 13 regiões do Estado, beneficiando mais de 130 mil pessoas;

i) Implantação de 1.925 cisternas de placa, beneficiando 9.625 pessoas, em 35 municípios de oito regiões do Estado;

j) Implantação de 100 sistemas de abastecimento de água, beneficiando 14.722 famílias nas 14 regiões de planejamento;

k) O Estado do Ceará estabeleceu em 2019 o Programa Águas do Sertão por meio da cooperação financeira bilateral com a Alemanha, com o apoio do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW), com início de execução em 2020, realizando sua primeira Manifestação de Interesse para identificar a demanda;

l) O Projeto de Integração do São Francisco (PISF), que prevê implementar sistemas de abastecimento de água para atender a 64 comunidades rurais da região do Cariri. As obras são condicionantes da licença ambiental da Transposição do São Francisco e visam contribuir para a melhoria das condições de vida dessas comunidades. Foi

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

entregue o Sistema de Abastecimento de água de Balança e Imburana em novembro de 2019. Esse projeto representará um investimento de mais de R$ 93 milhões;

m) Desenvolvimento, em andamento, pela Secretaria de Recursos Hídricos, em conjunto com a Cagece, IPECE, FUNCEME e Cientista Chefe, o Projeto Malha d'Água inaugurará um novo modelo de prestação de serviços para a Cagece, com investimentos estimados em R$ 5,5 bilhões. A concepção do projeto é constituída por sistemas adutores de água tratada com captação realizada diretamente nos reservatórios estratégicos do estado e com implantação de Estações de Tratamento de Água junto a esses reservatórios, para posterior adução aos núcleos integrados ao sistema;

n) Desenvolvimento, em andamento, do Projeto de Dessalinização de água do mar, a ser implantado na praia do Futuro no município de Fortaleza, decorre da iniciativa de se diversificar a matriz hídrica de forma independente das chuvas no Ceará. A planta que está em licitação, a maior do gênero no Brasil, tem investimentos estimados da ordem de R$ 500 milhões e teria capacidade para produzir 1 m3/s de água potável, representando incremento de cerca de 12% na oferta de abastecimento do macrossistema integrado da Região Metropolitana de Fortaleza;

o) Captação de recursos internacionais, como a doação para fortalecimento da gestão de saneamento rural do LAIF;

p) Captação de recursos junto a órgãos federais, como a adesão do Convênio com a FUNASA para a execução só sistema de abastecimento de água de Jaguaribe e o sistema de esgotamento sanitário de Orós;

q) Criação do GT de saneamento rural para integração das diversas entidades envolvidas no mesmo;

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

r) Criação da Comissão para atualização do Marco Regulatório Estadual, tendo em vista a publicação do novo marco de saneamento;

s) Preparação da licitação para elaboração do Plano Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

Considerando-se os instrumentos já contratados pelo Estado do Ceará e pela União, prevê-se para os municípios operados pela Cagece, somados aos investimentos com recursos próprios já equacionados, uma estimativa de execução de cerca de 2,6 bilhões de reais para o período de 2021-2026. Estas são as principais ações adotadas pelo Estado para promover a expansão e a melhoria dos serviços públicos de saneamento básico de forma efetiva.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Lei Complementar nº162/2016, e as Leis Ordinárias nº16.032/2016, 16.033/2016 e 16.034/2016 e Lei Federal nº14.026/2020 e ações em andamento.

Recomendação nº. 02: Ao Poder Executivo, que aperfeiçoe as medidas nas áreas de formação e aperfeiçoamento dos professores do setor público, bem como intensifique as ações relacionadas ao ensino fundamental, estabelecendo programas permanentes para coordenação, financiamento e manutenção.

Análise da Comissão do PASF: No que se refere à subfunção de Desenvolvimento e Capacitação de Servidores – SEDUC, do orçamento liberado para o exercício de 2019 no valor de R$ 489.940,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil, novecentos e quarenta reais) foram executados R$ 485.844,67 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) o que corresponde ao percentual de 99,16%. Em 2020, a execução financeira ficou prejudicada devido à pandemia, tendo sido empenhados na Ação Qualificação Profissional em nível de formação inicial e continuada o montante de R$ 97.730,75.

Vale ressaltar que a SEDUC não tem professores exclusivos de ensino fundamental, já que a matrícula estadual nessa subfunção é residual. A formação

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

dos professores de ensino fundamental é intensificada através das ações de cooperação com os municípios cearenses por meio do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Execução da subfunção Desenvolvimento e Capacitação de Servidores – SEDUC e da Ação Qualificação Profissional, bem como as ações de cooperação com os municípios cearenses por meio do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC.

Recomendação nº. 03: Ao Poder Executivo, que analise a possibilidade de aumento da parcela orçamentária destinada à "formação de recursos humanos" na área de segurança pública, permitindo que a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social intensifique o treinamento e a qualificação dos policiais de Estado do Ceará.

Análise da Comissão do PASF: A SSPDS e suas vinculadas aplicaram em treinamentos e qualificação de seus servidores o montante de recursos de R$ 9.005.150,86 no ano de 2020, que corresponde a um crescimento de 30,06% dos valores de 2019, que foram R$ 6.924.004,16. Na Tabela 1 a seguir é demonstrado o incremento na aplicação dos recursos, com a mudança nos programas para adequação ao PPA 2020-2023:

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 1 – Programas e Ações destinados à formação de recursos humanos

R$ 1,00

PROGRAMA	AÇÃO	2019	2020	Var. %
SEGURANÇA INTEGRADA		**6.924.004,16**		
	Desenvolvimento e Capacitação de Servidores - FDS	394.690,48		
	Formação de Servidores	482.518,08		
	Formação e Capacitação de Servidores da Polícia Militar	4.551.455,01		
	Pagamento de Gratificação por Atividade de Magistérios Para os Cursos de Formação Inicial	1.495.340,59		
FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA			**9.005.150,86**	
	Desenvolvimento e Capacitação de Servidores - FSPDS		68.974,41	
	Formação e Capacitação de Servidores da Polícia Militar		4.790.511,88	
	Modernização da Área Técnico-Científico da SSPDS		1.162.592,32	
	Pagamento de Gratificação por Atividade de Magistérios Para os Cursos de Formação Continuada		1.675.337,57	
	Pagamento de Gratificação por Atividade de Magistérios Para os Cursos de Formação Inicial		1.092.418,25	
	Pagamento de Gratificação por Atividade de Magistérios Para os Cursos de Pós-Graduação		141.648,38	
	Realização de Cursos de Formação Continuada		71.508,05	
	Realização de Cursos de Pós-Graduação		2.160,00	
TOTAL		**6.924.004,16**	**9.005.150,86**	**30,06%**

Fonte: S2GPR (SEFAZ)

Diante do exposto, mesmo considerando as dificuldades decorrentes da Pandemia da COVID-19, o Governo do Estado tem buscado aumentar a parcela orçamentária destinada à "formação de recursos humanos" na área de segurança pública, permitindo que a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social intensifique o treinamento e a qualificação dos policiais de Estado do Ceará.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Execução Orçamentária de 2019 e 2020 da SSPDS e suas vinculadas, conforme programas Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Segurança Pública Integrada com ações voltadas para área de formação de recursos humanos.

Recomendação nº. 04: Ao Poder Executivo, que aprimore seus mecanismos de controle do sistema prisional, estabelecendo instrumentos de gestão e controle para

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

maior segurança à população e garantia dos direitos dos presos.

Análise da Comissão do PASF: Inicialmente, é importante ressaltar que o Sistema Prisional do Estado do Ceará entrou em profunda crise provocada pelas rebeliões ocorridas no ano de 2016, o que ocasionou a perda do controle das unidades prisionais até o fim do ano de 2018. A partir de 2019, várias ações foram implementadas para o enfrentamento do problema, observando os termos previstos na Lei de Execução Penal.

Cabe registrar que a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) vem adotando as medidas diligentes e necessárias para reestruturação e controle do Sistema Prisional, bem como para garantir os direitos dos presos, como muita seriedade e responsabilidade.

Em relação ao disposto na recomendação nº 04 do TCE/CE, destacam-se importantes ações, tais como:

a) retomada do controle do Sistema Prisional pelo Estado;

b) implantação e normatização de novos procedimentos de rotina carcerária;

c) desarticulação dos grupos criminosos;

d) capacitação continuada dos servidores;

e) otimização e o aumento das assistências aos internos nas áreas da saúde, jurídica, educacional, laboral e social;

f) contratação de novos agentes penitenciários;

g) propositura de nova estrutura organizacional;

h) aumento e a reformulação da frota de veículos;

i) aquisição de armamento e equipamentos de segurança e a

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

reestruturações física das unidades prisionais - obras e reformas.

É seguro afirmar, diante dos resultados positivos obtidos desde então, que o apoio irrestrito do Governador do Estado, foi fundamental para reordenar com êxito o Sistema Prisional do Ceará, que hoje é considerado referência para os outros Estados da Federação.

No que se refere aos mecanismos de controle do Sistema Prisional, que reflete diretamente na segurança da população, foram adotadas medidas intensas de combate às organizações criminosas no interior das unidades prisionais, destacando-se: a implantação de procedimentos de disciplina e segurança, separação das lideranças, combate à corrupção, combate à entrada de telefones (6.354 celulares apreendidos nos anos de 2019/2020), proibição de ventiladores e televisões no interior das celas, proibição da entrada de gêneros alimentícios, combate ao tráfico de drogas, combate à prostituição e extorsão de presos e familiares, acabando assim com o lucro das facções que era de aproximadamente 2 milhões de reais ao mês, por unidade prisional, reduzindo consideravelmente os índices de fugas, motins e rebeliões no âmbito do Sistema Prisional.

Destaca-se também, que nos anos de 2019/2020, foram capacitados 4.050 (quatro mil e cinquenta) servidores penitenciários, bem como foram realizados investimentos em armamentos, equipamentos de segurança, renovação da frota veículos, proporcionando as condições adequadas aos Policiais Penais desenvolverem suas atividades.

Considerando a importância de manutenção, reforma e ampliação do sistema penitenciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária vem realizando diversos serviços visando a melhoria das unidades. As reestruturações realizadas têm o intuito de aumentar o número de vagas, oferecer maior segurança às unidades prisionais, qualidade para o desempenho das funções dos servidores e condições adequadas para os internos em cumprimento de pena. Em 2020 foram realizadas reestruturações nas unidades, e algumas que seguem em continuidade no ano corrente, podendo-se citar as seguintes unidades que foram reformadas e

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

aprimoradas: CPPL 2, CPPL 3, CPPL 4, CPPL 5, PIRS (Sobral), PIRC (Cariri), IPF, Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes, Unidade Prisional Professor José Sobreira de Amorim, Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo (Pacatuba).

No que se refere à ampliação de vagas, ocorreu a implementação de 2.392 vagas nas unidades acima mencionadas, estando em fase de conclusão a unidade CPPL 6, com 960 (novecentos e sessenta) novas vagas e a Unidade Penitenciária de Segurança Máxima, com 168 (cento e sessenta e oito) novas vagas, com previsão de inauguração para o ano corrente, assim totalizando em 3.508 (três mil quinhentos e oito) vagas implantadas em todo o sistema prisional nos anos de 2019/2021.

Outras medidas adotadas para equilibrar o déficit de vagas no Sistema Penitenciário foram a assistência jurídica disponibilizada aos apenados, em parceira com a Defensoria Pública do Estado, a ampliação das audiências por videoconferência – 62 novas salas de videoconferência e 8.645 audiências realizadas em 2020 – bem como o atendimento pleno da demanda oriunda do poder judiciário, no que se refere ao transporte e custódia dos apenados para as audiências judiciais, com vistas a otimizar o andamento dos processos judiciais. Em consequência dessas ações ocorreu uma redução de 25% da população carcerária – Em 2018 quase 30 mil pessoas estavam custodiadas no sistema prisional cearense – representando em 2020 o total de 22.538 pessoas privadas de liberdades no Estado do Ceará.

Diante da grave crise na saúde pública, não se pode deixar de destacar a assistência aos internos, com atendimentos disponibilizados nos serviços de saúde prisional, contemplando serviços de enfermagem, médicos, psicológicos, psiquiatria, nutrição, odontologia, fisioterapia, fornecimento de medicamentos, serviço social e terapia ocupacional.

Destaca-se ainda a qualificação de 4.000 internos em 2019, e, apesar da Pandemia da COVID-19, em 2020 foram capacitados 1.481 internos, em cursos de serralheria, marcenaria, costura, panificação, limpeza e conservação, pintura,

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

mecânica automotiva, eletricista predial, com a instrução do Sistema S (SENAI - SENAC). Em relação à educação, 3.160 internos estiveram em sala de aula no ano de 2020.

É importante informar ainda que a implantação do projeto Cadeias Produtivas, onde empresas estão desenvolvendo suas atividades no dentro do Sistema Prisional, gerando atividade laboral e renda. É meta prioritária da Gestão da SAP, industrializar as unidades prisionais, tornando o Sistema Prisional gerador de renda em seu próprio benefício.

Para isso, estão sendo implementadas inúmeras frentes e mecanismos de controle inerentes ao Sistema Penitenciário, com a definição de normas e procedimentos, sendo relevante mencionar a publicação da Instrução Normativa nº 003/2020, que estabelece e padroniza as normas e regras de segurança do trabalho do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará, a serem adotados e cumpridos no interior dos Estabelecimentos Prisionais.

Ressalta-se que as ações da Secretaria da Administração Penitenciária estão em total consonância como o plano de governo, que visam garantir a permanência da ordem e disciplina dentro das unidades prisionais, proporcionando segurança para sociedade, valorização profissional, projetos sociais e profissionalizantes para os internos, construção de ambientes humanizados, contribuindo desta forma, para a diminuição da reincidência criminal e acabando com o "poder" das organizações criminosas dentro do sistema penitenciário. Todas as ações adotadas visam aprimorar os mecanismos de controle do sistema prisional, com o estabelecimento de instrumentos de gestão e controle para maior segurança à população e garantia dos direitos dos presos.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Ações para o aperfeiçoamento do Sistema Prisional.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

2.2 Planejamento e Execução Orçamentária

Recomendação nº. 05: À Secretaria do Planejamento e Gestão que disponibilize os valores de recursos aplicados, no que couber, para realização de cada produto principal das iniciativas dos programas finalísticos do PPA 2020-2023.

Análise da Comissão do PASF: A Seplag implementou essa recomendação na construção do PPA 2020-2023, que agora apresenta uma estrutura onde as ações orçamentárias, antes vinculadas às iniciativas dos programas do PPA, são vinculadas diretamente às entregas para as quais se destinam os recursos nelas programados.

Nessa atual concepção, uma ação não pode ser vinculada a mais de uma entrega (nomenclatura atual para os produtos do PPA), sendo única e exclusiva desta. Por outro lado, uma entrega pode ser realizada por um conjunto de ações orçamentárias ligadas diretamente a ela. Assim, o total de recursos aplicados em determinada entrega será expresso pelo somatório da execução das ações orçamentárias que estão a ela vinculadas no PPA.

Essa nova estrutura de vinculação de ações a entregas está apresentada no Anexo I do PPA 2020-2023.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: PPA 2020-2023, o qual pode ser visualizado no sítio eletrônico da Seplag pelo link https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/03/Anexo-I-%E2%80%93-Estrutura-do-PPA-2020-2023-2.pdf

Recomendação nº. 06: À Secretaria do Planejamento e Gestão que disponibilize relatórios descritivos sobre a realização das metas físicas e sua respectiva execução financeira para todos os produtos principais das Iniciativas dos Programas de governo do PPA 2020-2023.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Análise da Comissão do PASF: No processo de monitoramento trimestral do PPA 2020-2023, já há a possibilidade de registro de informações sobre a execução física e financeira, com as ações orçamentárias vinculadas diretamente às entregas, sendo a mesma disponibilizada no sítio eletrônico da Seplag.

As informações referentes às iniciativas prioritárias estão disponíveis no Relatório de Acompanhamento das Iniciativas Prioritárias (2020), encaminhado para a Assembleia Legislativa estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Consulta do PPA 2020-2023, que pode ser acessado neste link realizando os filtros específicos: http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx

LDO, que pode ser acessada neste link: https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-lei-de-diretrizes-orcamentarias/lei-de-diretrizes-orcamentarias-2020/

Recomendação nº. 07: À Secretaria do Planejamento e Gestão que aprimore o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma a descrever as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, conforme prevê o art. 4º, I, e, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Análise da Comissão do PASF: No âmbito da LDO 2020, buscou-se explicitar o nível de controle dos custos e de avaliação dos programas que o Estado pode realizar atualmente, com vistas à efetiva implantação do Sistema de Custos, dentro do prazo legal estabelecido.

Assim, a Lei nº 16.944 de 17 de julho de 2019 - LDO 2020 define, em seu Art. 19, § § 1º e 2º, que o controle de custos das ações do Governo é realizado em conformidade com o Decreto nº 32.173, de 22 de março de 2017, que disciplina o funcionamento do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF e

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

segue o estabelecido na Emenda Constitucional nº 88, de 21/12/2016, que trata do Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Ceará.

A LDO 2020 trata da avaliação dos programas em seu Art. 19, § 3º e define que as normas relativas à avaliação dos resultados dos programas serão estabelecidas na Lei do Plano Plurianual 2020-2023.

No PPA 2020-2023, Lei Nº 17.160 de 27 de setembro de 2019, os programas e seus respectivos atributos estão definidos de forma a possibilitar uma melhor avaliação de seus resultados bem como melhorar o controle dos custos das Ações Orçamentárias.

Além disso, a partir de 2017, a Lei Orçamentária Anual – LOA passou a alocar grande parte das despesas de pessoal nos programas finalísticos de cada unidade. Anteriormente, essas despesas eram alocadas nos programas de Gestão e Manutenção dos órgãos da Estrutura Administrativa do Estado. Por se tratar de uma despesa relevante para o Estado, essa mudança, aparentemente simples, representa um avanço no controle dos custos, pois permite aferir o custo de pessoal por Unidade Orçamentária, podendo haver comparabilidade dos custos entre as unidades.

Em suma, de forma planejada e gradual, o governo tem implementado as medidas definidas na metodologia geral de implantação do Sistema de Custos e trabalha para que o controle de custos possa garantir a comparabilidade entre todos os órgãos do governo.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: LDO, que pode ser acessada neste link: https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-lei-de-diretrizes-orcamentarias/lei-de-diretrizes-orcamentarias-2020/

Recomendação nº. 08: À Secretaria da Fazenda que dê continuidade ao

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

processo de implantação do sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em atendimento as exigências contidas no art. 50, VI, § 3º da LRF.

Análise da Comissão do PASF: O processo de elaboração dos instrumentos de planejamento tem sido continuadamente aprimorado para contemplar a implantação de um sistema de custos. O Governo do Estado, de forma planejada e gradual, está implementando as medidas e trabalhando para que o controle de custos possa garantir a comparabilidade entre todos os órgãos do Governo. A LDO de 2020 buscou explicitar o nível de controle dos custos e de avaliação dos programas que o Estado pode realizar atualmente, com vistas à efetiva implantação do Sistema de Custos, dentro do prazo legal estabelecido.

Além disso, o Estado irá contratar uma empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará. Dentre os módulos do novo sistema a ser desenvolvido constará o módulo de custos, que aproveitará todo o arcabouço teórico desenvolvido pela Comissão formada por SEFAZ, SEPLAG e CGE para desenvolvimento da metodologia de custos aplicados à Administração Estadual e cuja previsão para a entrega é setembro de 2022.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: LDO, que pode ser acessada neste link: https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-lei-de-diretrizes-orcamentarias/lei-de-diretrizes-orcamentarias-2020/

Recomendação nº. 09: À Secretaria do Planejamento e Gestão que elabore o Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, da Lei Orçamentária Anual, conforme determinado pela Constituição Federal em seu art. 165 § 6º.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Análise da Comissão do PASF: Quanto à elaboração do demonstrativo regionalizado do efeito sobre as despesas, conforme determinado pela Constituição Federal em seu art. 165 § 6º, no entendimento desta Comissão se faz necessário quando existe uma execução orçamentária das referidas renúncias fiscais, em função de considerá-las na estimativa da receita com a consequente fixação da sua despesa vinculada. Entretanto, este não é o caso da sistemática adotada pelo Estado do Ceará. Os impactos orçamentário-financeiros provenientes de renúncia de receitas já estão considerados em termos líquidos na elaboração e futura aprovação da LDO e da LOA, nos termos previstos no inciso I do artigo 14 da LRF. Elas foram computadas para limitar/reduzir a capacidade de execução de despesas públicas, evitando desequilíbrios fiscais na lei orçamentária. Neste sentido, entendemos que atendemos a regra constitucional em relação ao Art. 165, § 6º: "O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia".

O fundamento para este entendimento possui amparo também no Parecer nº.69/2015, do Tribunal de Contas de Mato Grosso (https://www.tce.mt.gov.br/protocolo/documento/num/240044/ano/2015/numero_documento/203996/ano_documento/2015/hash/4fc4e5ff5d4f5528a236a605100a4561), visto que a consideração de seus impactos orçamentário-financeiros na LDO e LOA, conforme estatui a LRF, visa, precipuamente, alcançar a neutralidade orçamentária nas decisões.

O Estado do Ceará, na Lei Orçamentária Anual 2020, alterada pela Lei nº 17.346/2020, demonstra através do seu art. 5º que a renúncia foi considerada na estimativa de receita orçamentária, sem, portanto, descumprir o princípio do Orçamento Bruto.

Diante do exposto, pelos argumentos apresentados, esta Comissão do PASF entende pela não obrigatoriedade de elaborar o demonstrativo regionalizado do efeito sobre as despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. Entretanto, dada a

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

reincidência da Recomendação por essa Egrégia Corte de Contas, o corpo técnico do Poder Executivo se coloca à disposição para discutir uma resolução para a ocorrência.

Status segundo Comissão do PASF: Dissensão de opinião.

Evidências: Dissensão de opinião.

Recomendação nº. 10: Ao Poder Executivo Estadual, que demonstre a renúncia considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, conforme inciso I, do art. 14, da LRF, na LOA.

Análise da Comissão do PASF: Cabe reiterar que os impactos orçamentário-financeiros provenientes de renúncia de receitas já estão considerados em termos líquidos na elaboração e futura aprovação da LDO e da LOA, nos termos previsto no inciso I do artigo 14 da LRF. Elas foram computadas para limitar/reduzir a capacidade de execução de despesas públicas, evitando desequilíbrios fiscais na lei orçamentária.

Neste sentido, entendemos que atendemos a regra constitucional em relação ao Art. 165, § 6o: “O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia”. O fundamento para este entendimento possui amparo no PARECER No: 69/2015 (link indicado a seguir), do Tribunal de Contas de Mato Grosso visto que a consideração de seus impactos orçamentário-financeiros na LDO e LOA, conforme estatui a LRF visa, precipuamente, alcançar a neutralidade orçamentária nas decisões.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências:
https://www.tce.mt.gov.br/protocolo/documento/num/240044/ano/2015/numero_documento/203996/ano_documento/2015/hash/4fc4e5ff5d4f5528a236a605100a4561

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Recomendação nº. 11: À Secretaria da Fazenda, que envie no Balanço Geral do Estado a demonstração do efetivo acréscimo de arrecadação atingido por meio das medidas de compensação, bem como os respectivos cálculos, evidenciando o montante de receita efetivamente renunciado.

Análise da Comissão do PASF: O equilíbrio fiscal do Estado do Ceará vem sendo garantido ao longo dos exercícios, por um lado, por meio de medidas contínuas e exitosas para a obtenção de recursos que permitam ao Estado manter a realização das políticas públicas e, de outro, do estabelecimento de limites conservadores de execução orçamentária e do monitoramento diuturno da execução das despesas. Os resultados dessa política de gestão fiscal são evidenciados nos demonstrativos e indicadores, além de indicadores de transparência que conferem ao Estado do Ceará destaque no cenário nacional ao longo dos exercícios.

Este contexto de equilíbrio fiscal tem permitido a ampliação e sustentabilidade da implantação de políticas públicas, o arrojado volume de investimentos públicos e a atração de investimentos privados que, em conjunto, são responsáveis pelas profundas transformações ocorridas no Estado do Ceará ao longo das últimas décadas, e que vêm consolidando o Ceará como ambiente propício ao desenvolvimento econômico e social.

No âmbito de sua competência, a Secretaria da Fazenda adotou diversas medidas de acréscimo de arrecadação ao longo o exercício de 2020, dentre as quais, destacam-se as enumeradas abaixo. Cabe destacar que, dado que as projeções de receita são elaboradas a partir do orçamento líquido, não cabe, neste caso, a aplicação do conceito de compensação de receita:

a) • Instituição da autoregularização do Simples Nacional no que diz respeito às inconsistências dos eventos “379” e “380”, permitindo ao contribuinte o direito à espontaneidade para a regularização de suas obrigações tributárias, apresentando como resultado, 14.709 contribuintes regularizados e valores corrigidos de receita no total de R$ 665 milhões, gerando arrecadação de R$ 6,07 milhões proveniente da

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

aplicação de multas;

b) • A atividade de Monitoramento Fiscal consiste na verificação do cumprimento das obrigações tributárias e confere ao contribuinte a espontaneidade no recolhimento dos tributos. Foram recuperados R$ 104 milhões de ICMS por projetos de monitoramento fiscal e mais R$ 8 milhões em ICMS por meio do monitoramento virtual, modalidade de envio de comunicados aos contribuintes de débitos fiscais declarados em atraso;

c) • No âmbito do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), foram realizadas audiências públicas com os contribuintes com débitos contumazes. Como resultado, algumas destas empresas realizaram parcelamentos de seus débitos que importam em R$ 49.505.468,50 confessos desde o início da atuação do Comitê, dos quais R$ 46 milhões ao longo do exercício de 2020, com pagamento imediato de débitos do Estado na ordem de R$ 7.491.590,92 e recolhimento do valor de R$ 15,735 milhões ao longo de 2020. Foram encaminhadas 13 denúncias ao Poder Judiciário, no montante devido de ICMS R$ 26,065 milhões e instaurados 15 Procedimentos Investigativos Criminais – PIC's, no GAESF;

d) • O Governo do Estado do Ceará publicou a Lei n° 17.354/2020, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Devedor Contumaz do ICMS e estabeleceu medidas de fortalecimento da cobrança de créditos tributários;

e) • Atualização do Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final – PMPF dos combustíveis, que é utilizado como base de cálculo para a cobrança do ICMS, por meio do ATO COTEPE/PMPF nº 28, com a alteração dos valores da Gasolina tipo C de R$ 4,45 para R$ 4,60 e da Gasolina Premium de R$ 4,66 para R$ 6,60.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Medidas adotadas para a manutenção do equilíbrio fiscal do Estado.

Recomendação nº. 12: À Secretaria de Desenvolvimento Econômico e ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará, que realizem estudos anuais para avaliar o retorno obtido com as políticas de incentivos fiscais, em contrapartida com seu custo fiscal, bem como verificar o cumprimento, pelas empresas beneficiárias, das condições necessárias para o recebimento de incentivos fiscais.

Análise da Comissão do PASF: Ao longo do exercício de 2020, foram realizadas tratativas com o Instituto de Estratégia e Pesquisa Econômica do Estado do Ceará – IPECE no sentido de formalizar um modelo de avaliação da política de renúncia de receitas a fim de estabelecer diretrizes de avaliação de resultados e impacto, ampliando o escopo de avaliação de resultados já existente. Essas tratativas devem se materializar no exercício de 2021 em um termo de cooperação técnica para este fim.

Quanto à verificação do cumprimento, pelas empresas beneficiárias, das condições necessárias para o recebimento de incentivos fiscais, a ADECE já dispõe do Sistema FDI, software desenvolvido no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho, que permite dar maior agilidade e controle ao processo de entrada de dados, análise e deliberação dos incentivos, cabendo à ADECE, vinculada da SEDET, realizar o acompanhamento e o monitoramento dos empreendimentos incentivados no sentido de apurar os resultados esperados da sua aplicação.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Formalização de acordo de cooperação técnica entre a SEDET, SEFAZ, CGE e o IPECE para a avaliação da política de renúncia de receitas;

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Sistema de monitoramento informatizado do FDI.

Recomendação nº. 13: À Secretaria do Planejamento e Gestão que fiscalize o cumprimento do Manual de Celebração de Contrato de Gestão e, antes da formalização de contratos de gestão, promova estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos do serviço e dos ganhos de eficiência esperados, bem assim planilha detalhada com a estimativa de custos a serem incorridos na execução dos contratos de gestão.

Análise da Comissão do PASF: A partir de janeiro de 2020 foram implementadas mudanças no processo de celebração e avaliação dos Contratos de Gestão, com a inserção dos documentos estabelecidos no Manual de Celebração de Contrato de Gestão no Sistema de Controle dos Contratos de Gestão (SCCG), o qual é utilizado para celebração dos contratos de gestão pelos órgãos/entidades. Trata-se de sistema corporativo, com acesso disponível ao TCE/CE (atualmente 5 servidores do TCE têm acesso ao sistema). No SCCG podem ser identificadas as evidências de que as orientações estão sendo observadas pelos órgãos contratantes.

O processo de implementação de melhorias no processo requer o aperfeiçoamento contínuo. Assim, a Seplag tem orientado tanto as secretarias, como as organizações sociais, para que as mudanças implementadas sejam efetuadas de forma eficaz. No intuito de reforçar a necessidade do aprimoramento dos contratos de gestão, foi realizada no dia 15 de dezembro de 2020, uma reunião técnica virtual de avaliação da nova sistemática com as instituições públicas demandantes de contratos de gestão e com as organizações sociais parceiras do Estado.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: https://www.seplag.ce.gov.br/2020/12/17/seplag-realiza-reuniao-anual-de-planejamento-dos-contratos-de-gestao/ e https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/contrato-de-gestao/ respectivamente.

Recomendação nº. 14: À Secretaria do Planejamento e Gestão, que inclua na

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Lei Orçamentária Anual a discriminação da despesa por elementos ou que, pelo menos, identifique o endereço eletrônico onde se pode obter o dado, seguindo a direção do que determina o art. 15 da Lei 4.320/64.

Análise da Comissão do PASF: Conforme já evidenciado no Relatório de Contas do Governo referente ao exercício de 2019, no Estado do Ceará, o processo de elaboração do orçamento é discriminado até o nível de elemento de despesa. A proposta inicial orçamentária cadastrada através do sistema corporativo gerenciado pela Seplag – SiofWeb – já determina a inclusão desse elemento no campo da despesa.

Faz-se a opção de elaborar os volumes da Lei Orçamentária Anual – LOA até o nível de modalidade de aplicação, por uma questão de economicidade e para tornar as informações mais inteligíveis, dado que a elaboração desses volumes com um nível de detalhamento até o elemento de despesa acarretaria uma exaustiva carga de informações, que podem ser facilmente acessadas através da Consulta da Execução Orçamentária no SIOF da SEPLAG.

A Consulta da Execução Orçamentária por elemento de despesa evidencia, de forma transparente e tempestiva, tanto a elaboração inicial quanto as alterações ocorridas durante o exercício, atendendo assim ao que determina o art.15 da Lei nº. 4.320/64.

Adicionalmente, para facilitar a consulta e atender à recomendação anterior do TCE, a LOA 2020 traz a indicação desse endereço eletrônico onde se poderá obter as informações nesse nível de detalhamento, conforme se observa na Figura 1, que foi extraída do volume II da LOA 2020.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Figura 1 – Resumo do órgão e entidades do governo



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
ORÇAMENTO ANUAL 2020 - LEI
Demonstrativo de Créditos Orçamentários

RESUMO DO ÓRGÃO E ENTIDADES DO GOVERNO

FONTE	VALORES POR GRUPO DE DESPESA							
	31 - Pessoal e Encargos	32 - Juros e Encargos da Dívida	33 - Outras Despesas Correntes	44 - Investimentos	45 - Inversões Financeiras	46 - Amortização da Dívida	99 - Reserva de Contigência	TOTAL
100.00	318.490.110,00	0,00	178.595.608,00	10.779.181,00	0,00	0,00	0,00	507.864.899,00
TOTAL	318.490.110,00	0,00	178.595.608,00	10.779.181,00	0,00	0,00	0,00	507.864.899,00

NATUREZA DA DESPESA

CE/GD	MOD	FONTE	IDUSO	RP	VALOR
3 / 31	90	100.00	0	1	290.072.513,00
3 / 31	91	100.00	0	1	28.417.597,00
3 / 33	90	100.00	0	1	178.590.608,00
3 / 33	91	100.00	0	1	5.000,00
4 / 44	90	100.00	0	1	10.779.181,00
TOTAL					507.864.899,00

OBS: Consulta por elemento de despesa disponível em:
web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm_consulta_execucao.aspx

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências:SiofWeb http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm_consulta_execucao.aspx.

Recomendação nº. 15: Á Secretaria do Planejamento e Gestão, que disponibilize, em sua página eletrônica referente ao cumprimento do limite de abertura de créditos suplementares, as informações analíticas utilizadas no cálculo do referido percentual e a memória do cálculo em si de acordo com a legislação orçamentária vigente.

Análise da Comissão do PASF: A Secretaria do Planejamento e Gestão, por meio da sua Coordenadoria de Orçamento, implementou parte desta nova recomendação, no exercício de 2020, no que toca à exibição de informações analíticas utilizadas no cálculo que aufere o percentual de abertura de Créditos Suplementares por meio de Decretos do Poder Executivo, como pode ser observado pela Figura 2.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Figura 2 – Demonstrativos da abertura dos créditos suplementares

LOA 2020		28.762.923.704,00	Referência 20% 5.752.584.740,80
Art. 7º caput	**Suplementação**	**10.540.162.240,56**	**36,64%**
Inciso I	Transf. Municípais	21.600.000,00	0,08%
Inciso II	Contrapartida conv.	124.162.614,85	0,43%
Inciso III	Contrapartida oper.	128.249.815,06	0,45%
Inciso IV	Restruturação	0.00	0,00%
Inciso V	Sentença judícial	63.738.068,69	0,22%
Inciso VI	Serviço da dívida	2.107.421.273,76	7,33%
Inciso VII	Pessoal	2.280.154.568,91	7,93%
	Crédito Especial	76.988.790,63	0,27%
	Crédito Extraordinário	86.863.074,27	0,30%
		4.889.178.206,17	**17,00%**
	Percentual Utilizado	**5.650.984.034,39**	**19,65%**

Fonte: Sítio da SEPLAG/Execução Orçamentária

Entende-se que pelas informações acima disponibilizadas, conjugado com a leitura do Art. 7° da Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº 16.944, de 17 de dezembro de 2019), alíneas e parágrafo único, o entendimento do memorial de cálculo em si pode ser deduzido. Nada obstante, com vistas a facilitar a leitura e interpretação dos usuários destas informações, a exibição de tais dados continuará a ser aperfeiçoada.

No que tange à disponibilização das informações em formato de dados abertos, a área de negócio orçamentário, juntamente com o setor de tecnologia da informação, desenvolverão e disponibilizarão as informações acima por meio de planilha eletrônica multiplataforma de código aberto onde será possível detalhar a informação até o nível de unidade de Decreto.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências:http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofCreditos/ProcessoCreditos/cnsPerc

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

entualAcumuladoMes.aspx

Recomendação nº. 16: A todas as Secretarias do Estado que se abstenham de contratar terceirizados para a realização de atividades inerentes a servidores públicos (atividade-fim), e avaliem a necessidade de realização de concurso público, sob pena de ofensa ao art. 37, inciso II, CF/88.

Análise da Comissão do PASF: O Governo do Estado do Ceará tem buscado realizar concursos públicos para suprir as necessidades das áreas inerentes a servidores públicos. No ano de 2018 foram 3.152 nomeações de cargos efetivos e em 2019 foram 1.587 nomeações de cargos efetivos, totalizando 4.739 nomeações de cargos efetivos. Destaca-se a realização do primeiro concurso da Secretaria da Cultura – Secult, homologado em 2019, do qual já foram nomeados 96 servidores.

Apesar do cenário de pandemia e das limitações impostas pela Lei Complementar nº215/2020 e Lei Complementar Federal nº173/2020, espera-se nos próximos dois anos a nomeação de mais 3.329 cargos efetivos, provenientes de concursos vigentes, com destaque para os 2.500 cargos de professor para a Secretaria da Educação, no qual 1.250 candidatos já foram convocados em janeiro de 2021 para entrega da documentação relativo ao processo de nomeação e posse.

Além disso, foi anunciado o concurso para 3.128 vagas para os órgãos de Segurança Pública, sendo: 2.200 vagas para a Polícia Militar, 500 vagas para a Polícia Civil, 170 vagas para a Pefoce e convocação de 258 Bombeiros aprovados nos últimos concursos.

Conforme destacado pelo Ministério Público de Contas referente às Contas de Governo do exercício de 2019:

> “[...] grande parte dos recursos empregados na terceirização de pessoal (78,91%) é destinada à área de saúde, que, como sabemos, possui peculiaridades que a distinguem das demais, tais como a demanda sempre crescente e urgente e as dificuldades na contratação de profissionais de saúde por concurso público,

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

> impulsionando a opção por terceirizados, com vistas a suprir as necessidades prementes." (PARECER n.º03415/2020 – PROCURADORIA GERAL DE CONTAS - TCE/CE, p.13)

Em relação à área da saúde, a Lei Estadual nº17.186/2020, autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Regional de Saúde – Funsaúde, com a finalidade de desenvolver e executar, de modo regionalizado e sem exclusividade, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, ações e serviços de saúde estaduais e apoiar municípios e consórcios públicos de saúde em seus serviços de referência nas regiões de saúde, cabendo-lhe, ainda, desenvolver atividades de caráter científico e tecnológico em saúde.

Dentre as atribuições elencadas pela Lei Nº 17.186/2020, o inciso I do Art. 7º evidencia que cabe a Funsaúde prestar serviços de saúde à população em todos os níveis de complexidade próprios do Estado. Em relação ao seu quadro permanente de pessoal, a Lei 17.186, de 24 de março de 2020 estabelece que:

> Art. 24. Os empregados estarão sujeitos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – à legislação complementar e aos regulamentos internos da Funsaúde.
>
> Art. 25. A admissão de empregados será realizada mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Dessa forma, após a realização do concurso da Funsaúde, espera-se que haja a substituição de cooperados e terceirizados na área de saúde por empregados concursados da fundação, reduzindo o percentual de terceirizados, conforme destacado pelo Ministério Público de Contas.

Em paralelo, vale esclarecer que o Decreto nº. 33.267/2019, que aprova o regulamento da Secretaria de Planejamento e Gestão, estabelece como sua missão promover e coordenar o planejamento e gestão do Estado, de forma a contribuir para a integração e a efetividade das políticas públicas, cabendo à Coordenadoria de Gestão de Serviços Terceirizados, dentre outras competências, "coordenar,

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

planejar e monitorar, em nível estratégico, a contratação dos serviços de natureza continuada no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Ceará;" e "desenvolver estudos, critérios e parâmetros, bem como propor políticas voltadas para a melhoria da contratação e gestão dos serviços terceirizados" (Art. 40, incisos I e III, respectivamente).

Apesar do ato normativo citado ser do ano de 2019, os regulamentos anteriores atribuíam competências semelhantes, motivo pelo qual, a partir de 2017, vem sendo aprimorado o modelo de contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra. Dentre as propostas, foi apresentado um Catálogo de Categorias, com observância ao Código Brasileiro de Ocupações, a ser utilizado pelas setoriais como referência para as contratações de serviços dessa natureza.

Após a definição dos serviços necessários, o órgão/entidade interessado na futura contratação, elabora o Termo Referência/Projeto Básico com a documentação necessária definida na legislação pertinente e a respectiva planilha de composição de custos, com envio dos à Coset/Seplag para a definição dos parâmetros máximos para o certame. Ato contínuo, os autos são remetidos à origem para a adoção das providências cabíveis que, em regra, são correções ou prosseguimento do feito para a licitação.

Neste passo, compete ao órgão/entidade interessado na contratação, definir os profissionais que serão utilizados para a prestação dos serviços, não havendo interferência desta Coordenadoria, uma vez que a execução contratual é de exclusiva responsabilidade do contratante. Além disso, por diversas oportunidades, a Seplag recomendou que a terceirização deve limitar-se à execução de atividades da área meio.

Em virtude das ações descritas, entende-se que a realização de concursos em áreas estratégicas, aliado ao procedimento normativo seguido pela Seplag propiciará a redução da terceirização em substituição a servidores.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Evidências: Lei Estadual nº17.186/2020, autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Regional de Saúde – Funsaúde; Decreto nº. 33.267, de 13 de setembro de 2019.

Recomendação nº. 17: À Secretaria da Fazenda e à Procuradoria Geral do Estado recomendados a disponibilização de indicadores que proporcionem o conhecimento da situação da Dívida Ativa, tais como: Índice de prescrição da Dívida Ativa; Efetividade da Cobrança da Dívida Ativa; Índice de Efetividade da Cobrança da Dívida Ativa; Índice de Efetividade do Parcelamento no Recolhimento dos Créditos da Dívida Ativa, entre outros.

Análise da Comissão do PASF: Em que pese o enorme impacto negativo decorrente da crise de saúde pública gerada pela pandemia de COVID-19 ao longo de todo o exercício de 2020, várias medidas estão sendo progressivamente adotadas para melhor gerenciamento, controle e efetividade na recuperação dos créditos inscritos na Dívida.

Dentre elas, o trabalho de *downsizing* do Sistema Dívida para plataforma moderna de modo a permitir a implantação de várias funcionalidades está em constante desenvolvimento, inclusive com estudos de mecanismos para implantação de "*rating*" da dívida ativa e geração de relatórios em tempo real de efetividade de cobrança.

No biênio 2019-2020, foi implantado e aperfeiçoado o Portal da Dívida Ativa (http://portaldivida.pge.ce.gov.br). Apesar de ainda estar restrita apenas à dívida ativa não tributária, essa ferramenta foi progressivamente aprimorada no biênio 2019-2020 e, atualmente, é dotada de funcionalidades para consulta em tempo real de relatórios do saldo devedor total, por contribuintes e até mesmo por fase de cobrança do débito.

Referido sistema permite, inclusive, o acompanhamento da efetiva arrecadação total de débitos não tributários por mês e por código de receita. Através de todos os relatórios disponibilizados pelo sistema, é possível conhecer o índice de efetividade

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

da cobrança da dívida ativa não tributária, efetividade de parcelamentos etc.

Tanto a Procuradoria-Geral do Estado como a Secretaria da Fazenda envidam todos os esforços para permitir a migração da dívida ativa tributária para sistema semelhante. Contudo, diante da vultuosidade e complexidade da dívida ativa tributária, tal transição demanda investimento de muito mais tempo, servidores e recursos públicos.

Não obstante, na oportunidade cumpre também destacar diversas outras medidas adotadas para melhor gerenciamento, controle e efetividade na recuperação dos créditos inscritos na Dívida.

A Lei estadual nº 17.162, sancionada e publicada no dia 27 de dezembro de 2019, instituiu o programa PGE Dialoga com o fim de modernizar a atuação estatal na recuperação de créditos. Por meio do Programa PGE Dialoga, foram realizadas mais de 20 mesas de negociação ao longo do ano de 2020 e início de 2021 com devedores distintos, o que representa a perspectiva de recuperação de R$ 33.580.054,87 em ativos negociados.

Nos termos do § 1º, art. 4º de referida lei, é expressamente vedada qualquer concessão que importe renúncia de receita. Nos termos dos incisos I a IV do citado artigo, a negociação dispõe sobre prazos, forma de pagamento, tipo de garantia, substituição ou alienação de garantia, períodos de carência (incluída a exclusão temporária do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual pelo período máximo de até doze meses), sempre observada a legislação vigente acerca do parcelamento e critérios objetivos e imparciais.

Tais medidas impulsionaram a prevenção de conflitos e geraram benefício efetivo aos cofres públicos na medida em que trouxeram devedores contumazes do Fisco ao parcelamento de seus débitos ajuizados e não ajuizados

Da mesma forma, ao longo do ano de 2020, em que pese as enormes dificuldades operacionais trazidas pela crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19, houve progressivo fortalecimento das atividades do Comitê

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), criado pelo Ato Normativo Conjunto PGE nº 1 de 11/03/2019.

Dotado de grupo diretivo composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Procurador-Geral de Justiça; Procurador-Geral do Estado; Secretário de Estado da Fazenda; e Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social e grupo operacional composto por representantes do Ministério Público, Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Estado de da Segurança Pública e Defesa Social, o CIRA tem por finalidade de propor medidas judiciais e administrativas, para o combate às fraudes fiscais e aos crimes correlatos.

Desde setembro de 2019, em 1 ano e 5 meses de existência, o trabalho do CIRA em conjunto com o programa PGE DIALOGA possibilitou o pagamento imediato de débitos do Estado na ordem de R$ 7.491.590,92, sendo recolhido o valor de R$ 15,735 milhões ao longo de 2020, com confissão de débitos que importam em R$ 49.505.468,50 desde o início de sua atuação, dos quais R$ 46 milhões ao longo do exercício de 2020.

O Governo do Estado do Ceará também publicou a Lei n° 17.354/2020, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Devedor Contumaz do ICMS e estabeleceu medidas de fortalecimento da cobrança de créditos tributários

Ao longo do biênio 2019-2020, foi também regulamentada e fortalecida a oferta antecipada de garantias no âmbito administrativo, com o fim de prevenir conflitos e ao mesmo tempo facilitar que os créditos sejam garantidos por bens considerados de maior liquidez e recuperabilidade, especialmente através de carta de fiança bancária ou apólice de seguro garantia.

A medida possibilitou, no último biênio, o recebimento de 57 pedidos de oferta antecipada de garantia administrativa de créditos inscritos em dívida, o que os reclassifica como créditos de alta recuperabilidade no valor de R$ 127.207.192,64. Em relação apenas ao ano de 2020, foram 27 pedidos de oferta antecipada de garantia na ordem de R$ 25.989.494,53.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Somadas às medidas anteriores, a Procuradoria desenvolveu e implementou o site eletrônico do "Portal do Contribuinte" – www.portaldocontribuinte.pge.ce.gov.br, por meio do qual os contribuintes do Estado do Ceará passaram a ter acesso eletrônico a todos os serviços realizados pela Procuradoria da Dívida Ativa do Estado do Ceará, dentre os quais destacam-se: parcelamento automático de débitos; revisão de dívidas inscritas; apresentação de oferta de garantias; pedidos de instauração de mesas de Negociação, dentre outras.

Outra medida adotada no ano de 2020 para aumento da efetividade da Cobrança da Dívida Ativa foi a confecção de Termo de Cooperação com a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Ceará (ANOREG/CE), por meio do qual a Procuradoria Geral do Estado do Ceará passou a ter acesso eletrônico à Central Eletrônica de Registros Imobiliários do Ceará – CERICE e dos demais serviços eletrônicos disponibilizados pela CERICE, relacionados com os Cartórios de Registros Imóveis integrados aos Sistemas, maximizando a pesquisa de bens em nome de contribuintes em débito com o Fisco.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Portal da Dívida – http://portaldivida.pge.ce.gov.br; "Portal do Contribuinte" –www.portaldocontribuinte.pge.ce.gov.br

Recomendação nº. 18: Ao Poder Executivo que adote as medidas necessárias para a regulamentação da forma de apropriação dos saldos remanescentes dos contratos de gestão, bem como a sua respectiva transparência.

Análise da Comissão do PASF: A apuração de eventuais saldos remanescentes dos contratos de gestão é de responsabilidade de cada contratante, a qual ocorre após o encerramento do exercício. A Lei Estadual nº 12.781/97, que rege os contratos de gestão estabelece a periodicidade, mas não determina prazos máximos de realização, condicionando a sua efetiva realização às novas contratações. Assim, esses dados podem ser verificados nas prestações de contas de cada contratante.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

A Seplag elaborou proposta de Instrução Normativa, conforme minuta constante no Processo nº 10029539/2020, que versa sobre o tratamento aos eventuais saldos remanescentes de contratos de gestão.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: proposta de Instrução Normativa, conforme minuta constante no Processo nº 10029539/2020.

Recomendação nº. 19: À SEPLAG que proceda à elaboração de políticas públicas distributivas, que priorizem a adoção dos índices de desenvolvimento municipal ou humano como critério para a posterior destinação de recursos a título de transferências voluntárias.

Análise da Comissão do PASF: O Estado do Ceará já estabelece políticas públicas distributivas, que podem ser visualizadas através do PPA 2020-2023, que representa um dos elementos centrais do Planejamento Governamental do Estado do Ceará, sendo orientado por premissas de suma relevância para a implementação das políticas públicas. Dentre elas, vale mencionar a “Promoção do desenvolvimento Territorial” que busca estabelecer o equilíbrio entre a oferta governamental e as vocações dos territórios, visando superar desafios, sobretudo a desigualdade entre as 14 regiões do Ceará, além de potencializar oportunidades.

No PPA 2020 – 2023 a diretriz é de fortalecer o planejamento regional e descentralizado buscando um alinhamento com resultados estratégicos, adotando na pactuação de resultados o indicador intitulado “índice de concentração regional dos investimentos (ICI), acompanhado pelo IPECE.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Consulta do PPA 2020-2023, que pode ser acessado neste link realizando os filtros específicos: http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

2.3 Análise das Demonstrações Contábeis

Recomendação nº. 20: Ás Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebam recursos destinados à constituição ou aumento de capital, que especifiquem em notas explicativas os recursos recebidos para constituição e aumento e descrição das despesas aplicadas com seus correspondentes valores, bem como registre os impactos nos seus correspondentes demonstrativos contábeis.

Análise da Comissão do PASF: Estatal é um termo que designa toda sociedade, civil ou comercial, da qual o Estado tenha controle acionário, sendo espécies do gênero: as empresas públicas, as sociedades de economia mista e qualquer outra empresa controlada pelo Estado. O art. 173º, § 1º, da Constituição Federal prevê que lei estabelecerá o estatuto jurídico da estatal que disporá, dentre outros assuntos, sobre sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade.

Dessa forma, é um imperativo da Constituição que haja regras para a fiscalização das estatais e esse controle tanto será viabilizado pela fiscalização feita pelo Estado, como por meio de controle social de suas atividades. A lei prevista no mencionado art. 173º, § 1º, da CF foi consubstanciada com a edição da Lei das Estatais (Lei nº.13.303/2016) que disciplina as formas de fiscalização interna e social das empresas públicas e sociedades de economia mista e também se submetem ao controle externo da Administração Pública, o qual se dá com o auxílio relevante da atuação dos Tribunais de Contas.

As estatais deverão demonstrar a legalidade e a regularidade da despesa e execução dos contratos e, para promover o controle social o art. 8º, § 1º, inciso IV, da Lei de Acesso a Informação (Lei nº.12.527/2011) institui o dever de os órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. Dessa forma, também as demonstrações contábeis auditadas serão disponibilizadas no sítio

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

eletrônico da estatal na internet, assim como a execução dos contratos e orçamentos.

Neste sentido, em observância a recomendação em apreço, o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF emitiu a Resolução nº 10/2020, a qual emite deliberação específica às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado do Ceará que recebam recursos destinados à constituição ou aumento de capital, que especifiquem em notas explicativas às demonstrações contábeis, informativo da aplicação de tais recursos com a devida descrição das despesas aplicadas e seus correspondentes valores, bem como o registro dos impactos nos seus correspondentes demonstrativos contábeis, assim como a prescrição de que os Conselhos de Administração façam constar em suas atas de reuniões, as decisões acerca da destinação dos recursos provenientes de aumento de capital.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Resolução nº 10/2020 do COGERF.

Recomendação nº. 21: À Secretaria da Fazenda que adote as providências necessárias no sentido de que a estrutura do Balanço Patrimonial, extraído do S2GPR, contemple o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro por fonte, conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8a. edição.

Análise da Comissão do PASF: Diante da busca de melhoria contínua nos mecanismos para controle da execução financeira por fonte, a SEFAZ identificou a necessidade não só de implantar esse tipo de controle, como também de mapear as fragilidades dos processos de execução orçamentária e financeira, além de atuar tempestivamente para solução desses problemas. Nesse sentido, a SEFAZ tem investido em diversas iniciativas na construção de uma nova gestão para o Tesouro Estadual, moderna, com prioridade no controle rígido de todos os processos relacionados à execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Considerando essa contextualização pela qual está passando o Tesouro Estadual, a Secretaria da Fazenda irá incluir no primeiro semestre de 2021 as fontes de recursos em todas contas de Ativo e Passivo no S2GPR, possibilitando, dessa forma, a emissão de relatório do Superávit/Déficit Financeiro por fonte até o final do exercício de 2021, na ocasião da entrega do Balanço Geral do Estado deste exercício de referência, ficando o mesmo disponível para consulta permanente a partir dessa data.

Ressalta-se, também, que além procedimentos a serem efetivados no S2GPR, está em curso a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará. Dentre os módulos do novo sistema a ser desenvolvido constará o módulo de gestão contábil, que compreenderá o acompanhamento dos saldos das disponibilidades de recursos por fonte e os controles para evitar a ocorrência de déficits na execução financeira. A previsão para a entrega do módulo de gestão contábil nesta nova contratação é Janeiro de 2022.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Processo nº 03980975/2020 cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada.

Recomendação nº. 22: À Secretaria da Fazenda, que verifique a utilização das Fontes seguindo a condição temporal do seu recebimento, de modo a adotar o Manual do Orçamento do Governo do Estado do Ceará.

Análise da Comissão do PASF: Considerando a contextualização apresentada na resposta à recomendação nº. 21, relacionada à reestruturação pela qual está passando o Tesouro Estadual, a Secretaria da Fazenda irá configurar o S2GPR de modo a evidenciar a condição temporal do recebimento da disponibilidade de caixa até o final do exercício de 2021.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Ressalta-se que o novo sistema a ser desenvolvido contará com o módulo de gestão contábil, que compreenderá o acompanhamento dos saldos das disponibilidades de recursos por fonte e os controles para evitar a ocorrência de déficits na execução financeira. A previsão para a entrega do módulo de gestão contábil nesta nova contratação é Janeiro de 2022.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Processo nº 03980975/2020 cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada.

Recomendação nº. 23: À Secretaria da Fazenda e à Procuradoria Geral do Estado, diante da vultuosidade do valor envolvido, que continuem dando prosseguimento às ações de aprimoramento na metodologia do cálculo do ajuste de perdas da Dívida Ativa, buscando a efetiva inclusão de novos critérios, bem como o atendimento ao princípio contábil da prudência.

Análise da Comissão do PASF: O Estado do Ceará, através da Procuradoria-Geral do Estado e Secretaria da Fazenda, está desenvolvendo metodologia para os cálculos relativos a Ajustes de Perdas de Créditos inscritos em Dívida Ativa.

A Lei Estadual nº 17.277, de 10 de setembro de 2020, seguindo a orientação de Convênio aprovado no CONFAZ, para fins de remissão identificou como irrecuperáveis os seguintes créditos:

> “Art. 8.º Poderão ser remitidos os créditos tributários irrecuperáveis assim considerados:
>
> I – os débitos de IPVA e ICMS inscritos em Dívida Ativa há mais de 15 (quinze) anos, na data da publicação desta Lei, ajuizados ou não, sem anotação de garantia ou suspensão de exigibilidade;
>
> II – os inscritos em Dívida Ativa até 31 de agosto de 2015, até o montante de R$ 500,00 (quinhentos) reais, ainda que representem

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

saldo de parcelamentos não pagos”

Em que pese a metodologia oficial ainda se encontrar em desenvolvimento, o disposto na referida lei já estabeleceu parâmetro de identificação objetiva de perdas de créditos inscritos em dívida ativa (ainda que tenham sido empregados esforços , seja pela via administrativa, seja pela via judicial para sua recuperação) de modo que, baseado em levantamento realizado no respectivo banco de dados, identificaram-se os créditos reputados como irrecuperáveis, inscritos há mais de 15 (quinze) anos, sem anotação de suspensão de exigibilidade ou de garantia, e iniciou-se dentro da Procuradoria-Geral do Estado o procedimento de baixa e extinção dos mesmos.

Dentro desse cenário, várias outras medidas também estão sendo progressivamente adotadas para melhor gerenciamento, controle e efetividade na recuperação dos créditos inscritos na Dívida, dentre elas, o downsizing do Sistema Dívida para plataforma moderna de modo a permitir a implantação de várias funcionalidades, como o “rating “da dívida ativa.

Da mesma forma, o Estado do Ceará implementou ao longo do biênio 2019-2020 uma série de medidas para otimizar a arrecadação e combater à evasão e sonegações fiscais. A Lei estadual nº17.162, sancionada e publicada no dia 27 de dezembro de 2019, instituiu o programa PGE Dialoga com o fim de modernizar a atuação estatal na recuperação de créditos. Por meio do Programa PGE Dialoga, foram realizadas mais de 20 mesas de negociação ao longo do ano de 2020 e início de 2021 com devedores distintos, o que representa a perspectiva de recuperação de R$ 33.580.054,87 em ativos negociados.

Nos termos do § 1º, art. 4º de referida lei, é expressamente vedada qualquer concessão que importe renúncia de receita. Nos termos dos incisos I a IV do citado artigo, a negociação dispõe sobre prazos, forma de pagamento, tipo de garantia, substituição ou alienação de garantia, períodos de carência (incluída a exclusão temporária do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual pelo período máximo de até doze meses), sempre observada a legislação vigente acerca do

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

parcelamento e critérios objetivos e imparciais.

Tais medidas impulsionaram a prevenção de conflitos e geraram benefício efetivo aos cofres públicos na medida em que trouxeram devedores contumazes do Fisco ao parcelamento de seus débitos ajuizados e não ajuizados

Da mesma forma, ao longo do ano de 2020, em que pese as enormes dificuldades operacionais trazidas pela crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19, houve progressivo fortalecimento das atividades do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), criado pelo Ato Normativo Conjunto PGE nº 1 de 11/03/2019.

Dotado de grupo diretivo composto pelos Exmos. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Procurador-Geral de Justiça; Procurador-Geral do Estado; Secretário de Estado da Fazenda; e Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social e grupo operacional composto por representantes do Ministério Público, Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Estado de da Segurança Pública e Defesa Social, o CIRA tem por finalidade de propor medidas judiciais e administrativas, para o combate às fraudes fiscais e aos crimes correlatos.

Desde setembro de 2019, em 1 ano e 5 meses de existência, o trabalho do CIRA em conjunto com o programa PGE DIALOGA possibilitou o pagamento imediato de débitos do Estado na ordem de R$ 7.491.590,92 e na confissão de débitos que importam em R$ 49.505.468,50.

Ao longo do biênio 2019-2020, foi também regulamentada e fortalecida a oferta antecipada de garantias no âmbito administrativo, com o fim de prevenir conflitos e ao mesmo tempo facilitar que os créditos sejam garantidos por bens considerados de maior liquidez e recuperabilidade, especialmente através de carta de fiança bancária ou apólice de seguro garantia.

A medida possibilitou, no último biênio, o recebimento de 57 pedidos de oferta antecipada de garantia administrativa de créditos inscritos em dívida, o que os

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

reclassifica como créditos de alta recuperabilidade no valor de R$ 127.207.192,64. Em relação apenas ao ano de 2020, foram 27 pedidos de oferta antecipada de garantia na ordem de R$ 25.989.494,53.

Somadas às medidas anteriores, a Procuradoria desenvolveu e implementou o site eletrônico do "Portal do Contribuinte" – www.portaldocontribuinte.pge.ce.gov.br, por meio do qual os contribuintes do Estado do Ceará passaram a ter acesso eletrônico a todos os serviços realizados pela Procuradoria da Dívida Ativa do Estado do Ceará, dentre os quais destacam-se: parcelamento automático de débitos; revisão de dívidas inscritas; apresentação de oferta de garantias; pedidos de instauração de mesas de Negociação, dentre outras.

Outra medida adotada no ano de 2020 para aumento da efetividade da Cobrança da Dívida Ativa foi a confecção de Termo de Cooperação com a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Ceará (ANOREG/CE), por meio do qual a Procuradoria Geral do Estado do Ceará passou a ter acesso eletrônico à Central Eletrônica de Registros Imobiliários do Ceará – CERICE e dos demais serviços eletrônicos disponibilizados pela CERICE, relacionados com os Cartórios de Registros Imóveis integrados aos Sistemas, maximizando a pesquisa de bens em nome de contribuintes em débito com o Fisco.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: http://portaldivida.pge.ce.gov.br

Recomendação nº. 24: Á Secretaria da Fazenda que adote as providências necessárias para que a estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa contemple o saldo anterior, conforme está disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Análise da Comissão do PASF: A SEFAZ realizou mudanças no S2GPR para inclusão de colunas na estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa possibilitando evidenciar o saldo do exercício atual e do exercício anterior, propiciando, dessa forma, uma análise da evolução dos valores ao longo do tempo. As mudanças

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

efetivadas no S2GPR permitem que agora se realize uma correspondência de saldos entre o exercício anterior e o atual, de modo a possibilitar o preenchimento da coluna “exercício anterior”.

Dessa forma, a DFC do exercício de 2020 já está atualizada e atendendo as normas disciplinadoras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e IPC 00 - Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: DFC do exercício de 2020.

Recomendação nº. 25: À Secretaria do Planejamento e Gestão que inclua no Orçamento Fiscal do Estado, em observância o disposto na Portaria STN nº 589/2001, a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR por se caracterizar como Empresa Estatal Dependente, nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF e Resolução nº 43 do Senado Federal.

Análise da Comissão do PASF: O Estado do Ceará é parte integrante do Contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívidas nº 003/97 STN/COAFI, de 16 de outubro de 1997, firmado com a União, no âmbito da Lei nº9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº123/97. O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF dá cumprimento ao disposto no referido Contrato e seus termos aditivos. Na 21ª revisão, foi contemplado na sua META 5 o compromisso de “apresentar o cronograma do início do processo de alteração do enquadramento do METROFOR, atualmente classificada pelo Estado como estatal não dependente, tendo em vista os recentes apontamentos do TCE do CE a respeito do enquadramento do METROFOR no conceito da LRF de estatal dependente”. Esse cronograma foi apresentado, incluindo as fases preliminares de “Levantamento de Dados – Situação Atual”, “Diagnóstico” e “Situação Futura – Estudos e Projeções”. Desta forma, conforme Nota Técnica SEI nº 29349/2020/ME da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, esta meta foi devidamente cumprida. A 22ª revisão previu na sua META 5 compromisso relacionado à classificação das Estatais

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

de forma geral (“c”) e, de forma específica, compromisso direcionado ao METROFOR (“d”), conforme a seguir:

> “(c) O Estado deverá rever as classificações orçamentárias e fiscais de suas empresas estatais em dependentes e não dependentes de forma a convergir para as regras previstas na Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução do Senado nº 43, de 2001, com vistas a garantir que todas as estatais dependentes estejam incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social do exercício de 2022; e
>
> (d) O Estado deverá apresentar o cronograma do início do processo de alteração do enquadramento do METROFOR, atualmente classificada pelo Estado como estatal não dependente, tendo em vista determinação externa quanto ao enquadramento no conceito da LRF de estatal dependente. O cronograma deverá evidenciar a adoção de medidas por parte do Estado no sentido de atender ao compromisso do item C acima.”

Assim, com base na META 5 da 22ª revisão, o Poder Executivo está elaborando dois Projetos de Lei. O primeiro Projeto de Lei visa suprir a lacuna diante da ausência de normativo que regule com objetividade os procedimentos necessários para que a Administração Pública reconheça suas entidades como dependentes, ou não, do orçamento público estadual, e, desta feita, possa estabelecer melhor supervisão, coordenação e governança sobre elas.

Atualmente, a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, estabelece diversas regras de governança que vislumbram o melhor monitoramento da saúde gerencial e econômico-financeira das empresas. No entanto, não há regramento sistematizado que regule a possibilidade de recuperação de empresas estatais que apresentem possível desajuste econômico-financeiro e que, por consequência, poderiam ser precipitadamente classificadas como dependentes.

Dito isso, há previsão, no referido projeto de lei, de sistematização de uma etapa anterior à classificação da empresa estatal que apresente indicadores

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

desfavoráveis, oportunizando que seja apresentado um Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial, e a consequente implementação de ações com a finalidade de resgatar sua sustentabilidade econômico-financeira.

O outro projeto objetiva autorizar a concessão de subsídio para custeio parcial da tarifa cobrada aos usuários do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos ou guiados, a patamares razoáveis explorados pela Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, no âmbito desse Estado, no intuito de dar cumprimento à Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, e ao art. 14, VIII, da Constituição Estadual do Estado do Ceará, que estabelecem que a eficiência na prestação do serviço público deve trazer a garantia da modicidade tarifária ao usuário.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Projetos de lei em elaboração (Processos viproc nº02782462/2021 e nº02784155/2021).

Recomendação nº. 26: À Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR, que enquanto não estiverem operacionalizadas as condições para o cumprimento da determinação desta corte, disposta na recomendação anterior, que envie, em suas prestações de conta anuais, demonstrativos de Despesa com Pessoal, Operações de Crédito e remuneração anual de todo o quadro de funcionários, com nome, cargo, cadastro de pessoa física e valores.

Análise da Comissão do PASF: A Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos atendeu a esta recomendação quando do encaminhamento da prestação de contas do exercício de 2019, e estará adotando o mesmo procedimento para a prestação de contas do exercício de 2020, obedecendo os prazos legais estabelecidos.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Prestação de Contas de Gestão de 2019 do Metrofor enviada ao

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

TCE.

Recomendação nº. 27: À Secretaria do Planejamento e Gestão que dê prosseguimento aos trabalhos de reavaliação dos bens móveis e imóveis do Estado e aperfeiçoe os sistemas de controle desses bens de forma a atender aos novos padrões da contabilidade aplicada ao setor público, a fim de evidenciar o valor real do patrimônio do Estado.

Análise da Comissão do PASF: A SEPLAG vem desenvolvendo atividades voltadas a realizar melhorias no seu sistema de patrimônio e reformular os seus treinamentos para capacitar os servidores na gestão patrimonial e no uso do sistema, em parceria com a Escola de Gestão Pública.

No exercício 2019 foram avaliados 133 (cento e trinta e três) imóveis, sendo cumprido o estabelecido no Contrato de Avaliação (Aditivo). É importante ressaltar que, até 28/01/2021 existem 5.660 imóveis cadastrados no Sistema de Gestão de Bens Imóveis -SGBI, dos quais, 665 já foram reavaliados e os demais com a perspectiva de reavaliação nos anos de 2021 e 2022.

Além disso, a Coordenação de Patrimônio (COPAT) da Seplag, retomou os treinamentos relativos à gestão patrimonial no 2º semestre de 2019, tendo realizado um curso de 20 horas, no período de 07 a 11 de outubro de 2019. Os cursos de gestão patrimonial foram reformulados (passando do modelo presencial para virtual) no final do ano de 2019 e início de 2020, embora a realização das turmas (03) tenha ocorrido somente nos meses de fevereiro e março de 2020. O contexto da pandemia da COVID-19 atrasou os trabalhos no exercício de 2020, inclusive os cursos foram migrados para a modalidade EAD (Educação à distância).

A Resolução COGERF nº 05/2019, a qual dispõe sobre prazos e procedimentos relativos ao encerramento do exercício financeiro de 2019, reforçou os procedimentos de controle na conciliação dos saldos contábeis e patrimoniais dos bens móveis e imóveis do Estado e prevê:

"Art. 17 Deverá ser anexada ao Balanço Anual da Unidade Gestora

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

> "Declaração de Regularidade do Inventário dos Bens Móveis, Imóveis e Almoxarifado", firmada pelos membros da comissão citada no Art. 15 e pelo titular do Órgão ou dirigente máximo da entidade, conforme o modelo constante no Anexo II deste Decreto.
>
> § 1º Se na conclusão do inventário dos bens forem constatadas inconsistências ou irregularidades que impossibilitem a emissão da Declaração de que trata o caput deste artigo, estas deverão ser elencadas e justificadas em documento firmado pelo titular da Unidade Gestora e pelos membros da comissão citada no Art. 15, o qual deverá ser anexado ao Balanço Anual do Órgão ou Entidade em substituição àquela Declaração, promovendo-se aos registros contábeis pertinentes.
>
> § 2º A Declaração de Regularidade do Inventário de Bens será elaborada e extraída diretamente do S2GPR e deverá ser assinada pelos componentes listados no caput."

A SEFAZ configurou no primeiro bimestre de 2021 um campo no S2GPR para inclusão da "Declaração de Regularidade do Inventário de Bens Móveis, Imóveis e Almoxarifado" prevista no artigo 19 da Resolução COGERF, com comando para validação de tal documento caso haja compatibilidade entre o saldo contábil e o patrimonial apresentado na referida Declaração da Unidade Gestora; no caso de incompatibilidade entre o saldo contábil e o patrimonial é gerado automaticamente um campo para justificativa no sistema.

Ressalta-se, também, que além dos procedimentos já realizados no S2GPR está em curso o Processo nº 03980975/2020 cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará. Dentre os módulos do novo sistema a ser desenvolvido constará o módulo de gestão contábil, que compreenderá o acompanhamento dos saldos das disponibilidades de recursos por fonte e os controles para evitar a ocorrência de déficits na execução financeira. A previsão para a entrega do módulo

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

de gestão contábil nesta nova contratação é Janeiro de 2022.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Resolução COGERF nº 05/2019

Recomendação nº. 28: Ao Poder Executivo, que adote medidas efetivas para que possa ser finalizado o processo de extinção da Companhia de Habitação do Estado do Ceará (COHAB).

Análise da Comissão do PASF: A COHAB continua acompanhando as ações necessárias à conclusão dos trabalhos de liquidação, destacando-se:

a) Controle e acompanhamento dos pagamentos das prestações mensais da Dívida junto à União, referente ao Contrato de Confissão de dívida assinado em 28.01.1994, entre a União, COHAB-CE e Governo do Estado, com término previsto para dezembro de 2022; repactuado pelo Estado, em 30 de agosto de 2018, com fundamento na Lei Federal nº8.727/93, Lei Federal Complementar nº156/2016, Lei Estadual nº 16.427 D.O 06.12.2017 e Resolução nº809/2016 do Conselho Curador do FGTS, com o objetivo de reduzir o valor das parcelas mensais de R$ 13.448.471,80 para de R$2.768.640,91(dez/2018), reduzir a taxa de juros de 6% para 3,08% ao ano, com consequente dilatação do prazo;

b) Foi concluída a depuração dos 45.735 créditos hipotecários alienados pelo Estado do Ceará à CAIXA Econômica Federal através do CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E OUTRAS AVENÇAS, firmado em 08/12/1998, aguardando apenas a posição da CAIXA, restando a depuração dos 14.300 créditos dos 22.000 negados, para validar os créditos com base nas normas estabelecidas pelo Conselho Curador do FCVS;

c) Sobre as escrituras definitivas dos imóveis, continuou com a Campanha Papel da Casa, que nos últimos 8 anos já foram elaboradas e entregues

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

aos respectivos mutuários/proprietários cerca de 16 mil escrituras, entregues em 9 eventos promovidos pela COHAB com parceria do Governo do Estado, Prefeitura de Fortaleza e Tribunal de Justiça. Esse trabalho só foi possível graças ao Convênio de Cooperação entre Governo do Estado, Prefeitura de Fortaleza e Tribunal de Justiça (D.O 14.04.2016), parceria junto aos Cartórios de Registro de Imóveis com redução em 70% das custas dos emolumentos para registro dos imóveis conforme a Lei 16.132 (D.O 04.11.2016) e intervenções das Prefeituras do Interior através das Leis Municipais as quais concedem as isenções de IPTU e ITBI que propiciam condições aos mutuários de requererem suas escrituras definitivas. Destacam-se as parcerias das Prefeituras de Maracanaú Lei nº 2.904 (D.O.M 10.02.2020), Fortaleza Lei nº10.961(DOM 29.11.2019), Sobral Lei Complementar nº 72/19 (D.O.M 12.12.2019), Pacatuba Lei nº 1.555 (D.O.M 03.07.2019);

d) Em andamento a atualização cadastral junto à COPAT-SEPLAG/SGBI3, para identificação dos atuais entes públicos ocupantes dos bens imóveis, erigidos nos diversos Conjuntos Habitacionais na época de suas construções, mas de propriedade do Estado, visando alteração do ente público responsável/administrador, tendo em vista que ainda figuram na maioria dos casos, como administrados pela COHAB-CE;

e) Regularização fundiária dos Conjuntos de Mutirão junto a SEUMA e consequente registro imobiliário junto aos Cartórios de Registro de Imóveis dos Conjuntos CURIÓ, SÃO BERNARDO, IMPERIAL MONDUBIM, com a entrega de 1.500 títulos de propriedade. Com relação ao Conjunto São Vicente foram resolvidas pendências no 2º Cartório de Registro de Imóveis para consequente emissão de escrituras;

f) Realizando tratativa junto à Procuradoria Geral do Município de Fortaleza, SEUMA, HABITAFOR e Secretaria das Cidades, para avançar na conclusão da regularização fundiária dos Conjuntos

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Habitacionais erigidos em regime de Mutirão, com uma proposta de Projeto de Lei já elaborado, que venha regulamentar a Lei Federal nº 13.465/2017, e viabilize a aprovação de todos os projetos urbanístico desses conjuntos habitacionais.

g) Vem sendo feito também o acompanhamento jurídico das Ações Judiciais contra a COHAB-CE.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Atividades do processo de liquidação para a redução dos passivos.

2.4 Conformidade financeira e orçamentária

Recomendação nº. 29: Ao Poder Executivo, quando elaborar a Lei de Orçamento do Estado, que observe a dotação mínima para investimentos do setor público estadual do Interior, conforme estabelece o art. 210 da Constituição Estadual do Ceará.

Análise da Comissão do PASF: Inicialmente vale destacar que, ao longo dos últimos anos, o investimento público estadual tem apresentado uma dinâmica na aplicação dos recursos que tem variado a depender de grandes projetos que estão sendo executados. Nos últimos dois anos, por exemplo, os recursos aplicados na Linha Leste foram responsáveis pelo maior aporte de investimentos do Estado, totalizando mais de R$ 428 milhões aplicados, na soma desses anos, contribuindo, dessa forma, para uma aplicação maior de recursos na região da Grande Fortaleza. Por sua vez, no Interior, em 2017 e 2018, por exemplo, foram aplicados recursos relacionados à Construção do Cinturão das Águas – CAC no montante total superior a R$ 445 milhões, contribuindo, nesse período específico, para direcionar a maior parte dos investimentos estaduais para o Interior.

Tal fato decorre ainda da ampliação da Região Grande Fortaleza, incluindo municípios que têm recebido investimentos estratégicos para o Estado, como por exemplo São Gonçalo do Amarante, onde estão localizados o Porto do Pecém e a

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE). Portanto, o Estado está avaliando a dinâmica de investimentos de modo a buscar a adequação dos requisitos estabelecidos.

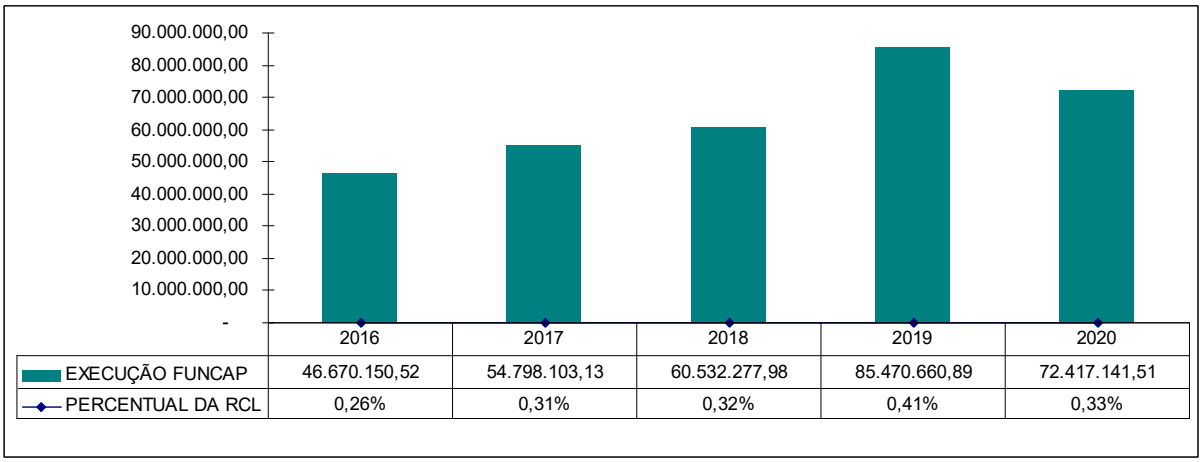
Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Avaliação da dinâmica de investimentos do Estado nas regiões de planejamento (Processo Viproc nº02834454/2021).

Recomendação nº. 30: Ao Poder Executivo, que cumpra o cronograma estabelecido para alcance do percentual de recursos direcionados à FUNCAP, conforme estabelece o art. 258 da Constituição Estadual.

Análise da Comissão do PASF: Conforme demonstrado no Gráfico 1, no período de 2016 a 2020 o Governo do Estado aumentou a aplicação de recursos na FUNCAP em 55,17%, saindo de R$ 46.670.150,52 (quarenta e seis milhões, seiscentos e setenta mil, cento e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos) em 2016, para R$72.417.141,51 (setenta e dois milhões, quatrocentos e dezessete mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e cinquenta e um centavos) em 2020. Considerando os valores nominais em relação à Receita Corrente Líquida, a evolução foi de 0,26% em 2016 para 0,33% em 2020.

Gráfico 1 – Evolução dos Recursos Executados pela Funcap



	2016	2017	2018	2019	2020
EXECUÇÃO FUNCAP	46.670.150,52	54.798.103,13	60.532.277,98	85.470.660,89	72.417.141,51
PERCENTUAL DA RCL	0,26%	0,31%	0,32%	0,41%	0,33%

Fonte: S2GPR/SEFAZ

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Os recursos aplicados em 2020, no valor de R$ 72.417.161,51 correspondem a um percentual de 0,7313% da receita de impostos. Embora fique abaixo do percentual planejado para o ano, que era de 1,31%, ressalta-se que, devido à Pandemia da COVID-19 as ações do governo foram voltadas para área de saúde, onde foram gastos o montante de R$ 3.095.194.403,83 em 2020, frente ao ano anterior de R$ 2.606.697.632,92, o que representou um crescimento de 18,74%, afetando a disponibilidade de recursos para as outras áreas.

Status segundo Comissão do PASF: Em implementação.

Evidências: Execução orçamentária da FUNCAP em 2020.

Recomendação nº. 31: Ao Poder Executivo, que promova a operacionalização do FCE com vistas ao cumprimento do art. 209 da Constituição Estadual.

Análise da Comissão do PASF: Conforme manifestação encaminhada no Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo do exercício de 2018 (RCI-GOVERNO 2018), o Poder Executivo enviou à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio da Mensagem nº 8107/2017, a proposta de extinção do Fundo de Financiamento às Micros, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará – FCE.

No entanto, diante do cenário adverso enfrentado no exercício de 2020 decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), foram redefinidas as ações, tendo sido proposto o desenvolvimento de um instrumento denominado Programa Microcrédito do Ceará, sancionado na Lei Complementar Estadual n° 230, de 07/01/2021, que instituiu o Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará, com recursos a serem aplicados em microempreendimentos, mediante a disponibilização principalmente de alternativas de crédito popular. A criação desse Fundo vai ao encontro da previsão do Art. 209 da Constituição do Estado, que, em sua redação vigente, prevê ao Estado a incumbência da instituição de fundo com propósito afim ao do Fundo integrante do Programa Microcrédito do Ceará. O cerne do Programa reside no desenvolvimento de ações de governo pautadas no fomento

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

e no incremento do microempreendedorismo cearense, objetivando, sobretudo, a geração de novas oportunidades de renda e empregos para a população.

Diante desse contexto, e buscando compatibilizar a redação do Art. 209, da Constituição do Estado à nova realidade trazida pela Lei Complementar Estadual n° 230/2021, o Poder Executivo propôs nova alteração ao referido dispositivo constitucional, para fins de direcionar os esforços para o Fundo de Investimentos de Microcrédito Produtivo do Ceará, buscando, especialmente, a ampliação da força normativa das ações alusivas ao Programa Microcrédito do Ceará.

A proposição foi encaminhada por meio da Mensagem nº8.597/2021, tendo sido aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará a Emenda Constitucional nº107, de 25/02/2021, publicada no Diário Oficial do Estado em 04/03/2021, p. 44, conforme a Figura 3.

Figura 3 – Emenda Constitucional nº107

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº107, de 25 de fevereiro de 2021.

ALTERA O ART. 209 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, nos termos do art. 59, § 3.º, da Constituição do Estado do Ceará, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1.º O art. 209 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 209. O Estado aportará recursos para constituição e manutenção de fundo destinado ao fomento e ao incremento de microempreendedorismo, inclusive mediante a disponibilização de crédito popular, objetivando a geração de novas oportunidades de empregos e renda para a população.

Parágrafo único. Os recursos aportados para o fundo de constituição e manutenção para o fomento e o incremento do microempreendedorismo no Estado do Ceará obrigatoriamente serão destinados no importe de até 10% (dez por cento) aos microempreendedores com deficiência, bem como às mulheres microempreendedoras chefes de família". (NR)

Art. 2º A operacionalização do fundo específico criado nos termos do art. 209 da Constituição do Estado, com a redação conferida pelo art. 1.º desta Emenda, implicará, pela afinidade de propósitos, a extinção do Fundo de Financiamento às Micro, Pequena e Média Empresas do Estado do Ceará – FCE, previsto na Lei Complementar n.º 5, de 30 de dezembro de 1996.

Art. 3.º Dos recursos do fundo de que trata o art. 1.º, 20% (vinte por cento) serão, prioritariamente, destinados ao fomento de ações promovidas em municípios do interior do Estado.

Art. 4.º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 25 de fevereiro de 2021.

Fonte: Publicação do DOE em 04/03/2021

Portanto, as ações adotadas pelo Poder Executivo viabilizam a operacionalização do fundo específico destinado ao fomento e ao incremento de

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

microempreendedorismo, inclusive mediante a disponibilização de crédito popular, objetivando a geração de novas oportunidades de empregos e renda para a população.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Emenda Constitucional nº107/2021 e Lei Complementar nº230/2021.

Recomendação nº. 32: À Secretaria da Fazenda, que disponibilize no S2GPR relatório que informe a disponibilidade de caixa por fonte de recursos e por Poder.

Análise da Comissão do PASF: A SEFAZ está adaptando o S2GPR para disponibilizar no primeiro semestre de 2021 as fontes de recursos em todas contas de Ativo e Passivo. Dessa forma, será possível emitir relatório que informe a disponibilidade de caixa por fonte de recursos e por Poder na ocasião da entrega do Balanço Geral do Estado deste exercício de referência, ficando o mesmo disponível para consulta permanente a partir dessa data. Ressalta-se, também, que além dos procedimentos a serem realizados no S2GPR no primeiro semestre de 2021, está em curso a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará. Dentre os módulos do novo sistema a ser desenvolvido constará o módulo de gestão contábil, que compreenderá o acompanhamento dos saldos das disponibilidades de recursos por fonte e os controles para evitar a ocorrência de déficits na execução financeira. A previsão para a entrega do módulo de gestão contábil nesta nova contratação é Janeiro de 2022.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Processo nº 03980975/2020 cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Recomendação nº. 33: À Secretaria da Fazenda, que implemente um dispositivo de bloqueio no sistema da execução orçamentária para fontes de recursos que não possuam disponibilidade financeira, a fim de evitar insuficiência de caixa nas fontes vinculadas.

Análise da Comissão do PASF: A SEFAZ está adaptando o S2GPR para disponibilizar no primeiro semestre de 2021 mecanismos de controle da execução financeira por fonte. Além disso, está realizando análises para identificar as fragilidades dos processos de execução orçamentária e financeira, a fim de atuar tempestivamente para solução desses problemas. Ressalta-se, também, que além dos procedimentos a serem realizados no S2GPR no primeiro semestre de 2021, está em curso a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará. Dentre os módulos do novo sistema a ser desenvolvido constará o módulo de gestão contábil, que compreenderá o acompanhamento dos saldos das disponibilidades de recursos por fonte e os controles para evitar a ocorrência de déficits na execução financeira. A previsão para a entrega do módulo de gestão contábil nesta nova contratação é Janeiro de 2022.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Processo nº 03980975/2020 cujo objeto é a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada.

Recomendação nº. 34: Ao Poder Executivo, que envide esforços para obter a devida contragarantia de garantias anteriormente prestadas e que condicione as futuras concessões de garantia em operações de crédito internas ou externas ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, dispensando a contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, dispensando a contragarantia apenas de órgãos ou entidades do próprio Estado, tudo em conformidade com o art. 40, § 1°, da LRF e o art 18, I, § 3°,

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

da Resolução n° 43/2001, do Senado Federal.

Análise da Comissão do PASF: O Estado do Ceará, por meio das suas setoriais, SEPLAG, PGE e SEFAZ e da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, está definindo um Termo Contratual de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, referente ao Contrato de Empréstimo nº1502/OC-BR, firmado Entre a CAGECE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com Garantia do Estado Do Ceará e da República Federativa do Brasil para o Financiamento Parcial do "Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento do Estado do Ceará" – Sanear II/BID.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Documento em elaboração.

Recomendação nº. 35: Ao Poder Executivo que, no momento da elaboração dos projetos da Lei das Diretrizes Orçamentárias dos exercícios financeiros sequentes, estabeleça as metas de resultado primário e nominal consoante a metodologia constante do Manual de Demonstrativos Fiscais, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, de modo a fortalecer a transparência da gestão fiscal e apoiar o exercícios do controle social.

Análise da Comissão do PASF: As Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDOs do Estado do Ceará dos exercícios financeiros de 2019 e 2020 (Lei nº 16.944/2019 e Lei n° 17.278/2020, respectivamente) já contemplavam a adoção da metodologia do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF na apuração dos resultados primário e nominal, com destaque, entretanto, para a dedução dos projetos estruturantes. Tal dedução é prevista no Art. 20 da LDO de 2019 (Lei nº 16.944/2019) e Art. 19 da LDO de 2020 (Lei n° 17.278/2020), a seguir exposto, *in verbis*:

> "Art. 19. A metodologia de cálculo de apuração do resultado primário, a ser utilizada na elaboração, aprovação e execução da Lei

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

> Orçamentária de 2021, deverá ser obtida pela diferença entre a receita realizada e a despesa paga, não financeira, e expressa em percentual do Produto Interno Bruto – PIB – estadual, observada discriminação prevista, na forma do inciso II do § 2 º do art. 4.º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, no Anexo II – Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei, deduzidos os programas, os projetos e as atividades identificados na Lei Orçamentária Anual, que estejam qualificados pelo identificador de resultado primário RP2, RP3, RP4 e RP5, de que trata o § 12 do art. 9.º desta Lei."

Reforçamos que nos Anexos de Metas Fiscais dos exercícios financeiros de 2019 e 2020 constam a metodologia adotada para o estabelecimento das metas de resultado primário e nominal, ambas em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, inclusive em sua 11ª Edição, considerando, entretanto, a dedução dos projetos de infraestrutura contemplados na LDO de 2019 (Lei nº 16.944/2019) e na LDO de 2020 (Lei nº 17.278/2020), respectivamente.

Destacamos que o valor considerado para avaliação do cumprimento da meta de Resultado Nominal é apurado pela metodologia acima da linha (ver Anexo de Metas Fiscais). Além disso, visando dar maior transparência às informações, a partir da divulgação do Resultado Resumido da Execução Orçamentária - RREO do 4º bimestre/2019, em atendimento à recomendação da Nobre Corte de Contas, passou-se a divulgar em Nota Explicativa a apuração do resultado pelo critério estabelecido no MDF sem a exclusão dos programas estruturantes, possibilitando, assim, a compatibilidade das informações. De igual modo, faremos também menção neste sentido, em Nota Explicativa na LDO de 2022.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Leis de Diretrizes Orçamentárias do Estado, dos anos de 2019 e 2020 (Lei nº16.944, 17 de julho de 2019 e Lei n° 17.278, 11 de setembro de 2020),

Recomendação nº. 36: Á Secretaria de Planejamento e Gestão, que, na elaboração do relatório de acompanhamento dos contratos de gestão, apresente as

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

despesas com recursos humanos de forma detalhada, discriminando aquelas passíveis de enquadramento como atividade fim do serviço público.

Análise da Comissão do PASF: No que tange a competência da Seplag já estão sendo classificadas as despesas de pessoal em "área meio" e "área fim" desde janeiro de 2020, conforme os documentos inseridos no SCCG pelos órgãos/entidades contratantes, podendo ser comprovado nos documentos publicados no site da Seplag: folder de execução mensal e no Relatório do 1º semestre de 2020.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: link: https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/contrato-de-gestao/

Recomendação nº. 37: À Secretaria da Fazenda, que avalie o impacto da inclusão dos gastos com recursos humanos nos contratos de gestão, no cálculo das despesas com pessoal para fins de cumprimento da LRF.

Análise da Comissão do PASF: A Portaria nº 377, de 08 de julho de 2020, prorrogou em um ano o prazo para inclusão das despesas com as organizações sociais (OSs) e semelhantes no cálculo do limite da despesa com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para Estados e Municípios.

Mencionada norma autoriza, de maneira excepcional, que para os exercícios de 2018 a 2021, os montantes das despesas com pessoal das OSs que atuam na atividade fim do ente da Federação e que recebam recursos financeiros da Administração Pública não sejam levados em consideração no cômputo da despesa total com pessoal do ente contratante, sendo aplicáveis a partir do exercício de 2022 as regras definidas do Manual de Demonstrativos Fiscais vigente. Também prorroga para o final do exercício financeiro de 2021 o prazo para ajuste dos contratos de gestão e dos procedimentos de prestação de contas das OSs.

Referida Portaria nº 377/2020 emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

(STN) prevê:

> "Considerando o estado de calamidade pública decretado pelo Congresso Nacional em razão da pandemia de importância internacional da COVID-19 e a alteração do cenário relacionado às finanças públicas, impondo novas prioridades e esforços para a Administração Pública; resolve:
>
> Art. 1º Até o final do exercício de 2020, a STN/ME deverá definir as rotinas e contas contábeis, bem como as classificações orçamentárias, com a finalidade de tornar possível a operacionalização do adequado registro dos montantes das despesas com pessoal das organizações da sociedade civil que atuam na atividade fim do ente da Federação e que recebam recursos financeiros da administração pública, conforme definido no item 04.01.02.01 (3) da 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, e alterações posteriores.
>
> § 1º Até o final do exercício de 2021, os entes da Federação deverão avaliar e adequar os respectivos dispositivos contratuais bem como os procedimentos de prestação de contas das organizações da sociedade civil para o cumprimento integral das disposições do caput.
>
> § 2º Permite-se, excepcionalmente para os exercícios de 2018 a 2021, que os montantes referidos no caput não sejam levados em consideração no cômputo da despesa total com pessoal do ente contratante, sendo plenamente aplicáveis a partir do exercício de 2022 as regras definidas conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais vigente."

Em outubro de 2020 foi emitida a Nota Técnica SEI n° 45799/2020/ME visando dar cumprimento ao disposto na Portaria STN nº 377/2020 no que tange à definição das rotinas contábeis. Mencionada Nota Técnica trata de orientações a respeito do

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

registro dos valores das despesas com pessoal das organizações da sociedade civil que atuam na atividade fim do ente da Federação e que recebem recursos financeiros da administração pública.

Enfatizamos a ciência da Nota Técnica SEI n° 45799/2020/ME e reforçamos o compromisso de contínua instrução das prescrições relativas ao detalhamento das despesas com recursos humanos dos contratos de gestão e da necessidade de ajustes no sistema de contabilidade para avaliação do impacto no percentual de despesa de pessoal, para fins de cumprimento da LRF.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Atividades do GTF/COGERF para a manutenção do equilíbrio fiscal do Estado.

Recomendação nº. 38: Ao Poder Executivo que sejam adotadas medidas tempestivas e suficientes ao controle, para que os regimes de previdência dos servidores públicos sejam devidamente estruturados para adquirirem sustentabilidade, nos termos do art. 40 da Constituição da República.

Análise da Comissão do PASF: Dentre as diversas ações realizadas visando contribuir para a melhoria da gestão e solvência do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Ceará, destacam-se medidas em relação à estrutura e outras visando a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, conforme detalhamento à seguir:

I – Em relação à estrutura:

1. Criação da Cearaprev

A Fundação de Previdência Social dos Servidores do Estado do Ceará (Cearaprev), criada pela Lei Complementar nº184, de 21/11/2018, vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), com a finalidade de gerir o regime próprio de previdência social do estadual, denominado Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC, sendo responsável pela

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

administração, gerenciamento e operacionalização do Sistema, incluindo a arrecadação e a gestão dos recursos e fundos previdenciários, a análise dos processos previdenciários relativos à concessão, pagamento e manutenção dos benefícios previdenciários.

2. Criação da CE-PREVCOM

A Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará (CE-Prevcom), criada pela Lei Complementar nº185, de 21/11/2018 (D.O.E. 22/11/2018), vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios previdenciários no âmbito do regime de previdência complementar instituído pela Lei Complementar Estadual nº 123, de 16 de setembro de 2013.

3. Implementação do Sistema de Gestão Previdenciária – SGPREV

A Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, em trabalho conjunto com a Procuradoria-Geral do Estado do Ceará – PGE e com o Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE, implantou o Sistema de Gestão Previdenciária – SGPrev para a instrução e o acompanhamento dos processos previdenciários do sistema legal SUPSEC por meio de uma plataforma inteiramente digital, resultando em otimização de recursos e maior celeridade no andamento desses processos.

II – Em relação à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial:

4. Segregação da Massa de Segurados:

Adequando-se à conformação Previdenciária Nacional, foi editada a Lei Complementar Estadual nº 123, de 16/09/2013, publicada no DOE de 19/09/2013, aplicável a todos os beneficiários do Sistema, a qual dispõe sobre o equacionamento do déficit atuarial do SUPSEC através da modalidade de segregação da massa de segurados, vigente a partir de 01/01/2014.

5. Alterações nas Regras de Concessão de Pensão Previdenciária

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

A Lei Complementar estadual nº 159, de 14/01/2016 – DOE de 18/01/2016, dentre outras medidas, alterou as regras de elegibilidade para a concessão de benefício de pensão, em linha com as novas regras em vigor no âmbito do RPPS dos servidores públicos federais da União e no RGPS (Lei federal nº 13.135, de 17/06/2015), especialmente no que tange à aplicação de: (i) carência contributiva de 18 (dezoito) meses para a concessão da pensão por morte a dependentes previdenciários; (ii) tempo mínimo de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável para elegibilidade ao benefício por parte dos dependentes do ex-segurado falecido; e (iii) durabilidade do benefício para cônjuges, companheiros ou companheiras, podendo existir pagamento temporário de pensão aos beneficiários menores de 44 (quarenta e quatro) anos na data do falecimento do instituidor da pensão.

6. Mudanças das Alíquotas de Contribuição

Conforme disciplina da Lei Complementar estadual nº 12/1999, com redação dada pela Lei Complementar estadual nº 167, de 27/12/2016 – D.O.E. de 28/12/2016, o Estado definiu novas alíquotas de contribuição previdenciária, passando, a alíquota do beneficiário, de 11% (onze por cento) para 12% (doze por cento) em 2017, 13% (treze por cento) em 2018 e 14% (quatorze por cento) a partir de 2019, e a alíquota do Estado, de 22% (vinte e dois por cento) para 24% (vinte e quatro por cento) em 2017, 26% (vinte e seis por cento) em 2018 e 28% (vinte e oito por cento) a partir de 2019.

7. Atualização Cadastral e Prova de Vida

Face à importância de se manter e disponibilizar um cadastro completo e atualizado para fins de avaliação atuarial, abrangendo todos os segurados ativos, aposentados e pensionistas, e de seus respectivos dependentes, de modo a possibilitar uma adequada projeção atuarial do Fundo, o Estado o fez por intermédio do Banco Bradesco S.A., e o vem fazendo, de forma on-line, por meio do app Cearaprev Online.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

8. Criação do APP Cearaprev Online

A Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará é uma das pioneiras em realizar o processo de recadastramento e prova de vida de forma on-line. Essa iniciativa veio transformar a vida de milhares de segurados e beneficiários do SUPSEC.

A Cearaprev desenvolveu um aplicativo para oferecer, de forma 100% digital, os serviços da previdência social do Estado do Ceará e o primeiro serviço a ser disponibilizado foi o do recadastramento e prova de vida. Por meio delas, os servidores ativos, aposentados e pensionistas e os militares da reserva e reformados podem fazer a atualização de seus dados, seu recadastramento e prova de vida.

Para auxiliar os servidores nesse processo, além da capacitação feita com cada uma das secretarias do Governo do Estado, foi produzido material audiovisual como manual de uso do aplicativo, vídeos tutoriais e postagens explicativas, para que o beneficiário pudesse tirar suas dúvidas.

9. Recepção da reforma da previdência federal trazida pela Emenda Constitucional nº 103/2019:

A recente reforma da previdência aprovada em âmbito federal, por meio da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, já foi adequada aos servidores públicos civis do Estado do Ceará, conforme a edição da Emenda Constitucional estadual nº 97 e da Lei Complementar estadual nº 210, ambas de 19 de dezembro de 2019, trazendo diversas mudanças, como cálculo dos proventos e cômputo do tempo de contribuição para pensão e aposentadoria, regra na base de contribuição dos inativos e pensionistas, dentre outras.

10. Mudanças de alíquotas de contribuição dos Militares

A recente reforma da previdência aprovada em âmbito federal, por meio da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, já foi adequada aos servidores públicos civis do Estado do Ceará, conforme a edição da Emenda Constitucional

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

estadual nº 97 e da Lei Complementar estadual nº 210, ambas de 19 de dezembro de 2019, trazendo diversas mudanças, como cálculo dos proventos e cômputo do tempo de contribuição para pensão e aposentadoria, regra na base de contribuição dos inativos e pensionistas, dentre outras.

Referida Emenda Constitucional também inovou em matéria de competência da União, atribuindo-se exclusividade para legislar sobre normas gerais acerca de inatividade e pensões dos militares (art. 22, inciso XXI).

Na sequência das reformas, relativamente aos militares, foi editada a Lei Federal nº 13.954, de 18 de dezembro de 2019, por meio da qual, dentre outras matérias disciplinadas, foi alterado o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para fixar normas gerais sobre a inativação e a pensão dos militares.

Com efeito, a partir de então, os militares dos Estados e do Distrito Federal passam a contribuir à conta do Sistema de Proteção Social dos Militares com alíquota igual à aplicável às Forças Armadas (9,5% em 2020 e 10,5% a partir de 2021), cabendo ao Tesouro do respectivo ente federado a cobertura das insuficiências financeiras apresentadas.

Nada obstante a redução da alíquota, a ampliação da base de incidência da contribuição dos inativos e pensionistas – antes, sobre a parcela dos benefícios acima do teto do RGPS (hoje, R$ 6.433,57), agora, com a Lei nº 13.954, de 2019, sobre a totalidade dos proventos – proporciona o ingresso de maior receita no Sistema, o que favorece à suavização das insuficiências financeiras futuras, somado ao fato de que também houve aumento da exigência da regra permanente da reserva remunerada a pedido, para fins de inativação, no tocante ao tempo de contribuição (de 30 anos para 35 anos) e ao tempo de serviço público (de 25 anos para 30 anos).

11. Criação do Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social – CEPPS (Conselho Deliberativo)

Foi criado, no âmbito da Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará –

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Cearaprev, por meio da Lei Complementar nº 184/2018, o Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social – CEPPS, com o objetivo de deliberar, de maneira estratégica e harmônica, sobre as políticas e diretrizes gerais relativas ao regime próprio de previdência social estadual, denominado Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC.

O Decreto nº 33.916, de 02 de fevereiro de 2021, dispõe sobre o referido conselho, no que se refere às suas atribuições, competências, composição, mandatos e funcionamento.

12. Criação do Conselho Fiscal da Cearaprev

A Lei Complementar nº184/2018 constituiu o Conselho Fiscal como parte integrante da organização básica da Cearaprev e o Decreto nº 33.919, de 02 de fevereiro de 2021 dispõe sobre suas competências, composição, mandatos e funcionamento.

13. Revisão da Segregação de Massas

A Segregação de Massas, realizada pela Lei Complementar nº 123/2013, consistiu, para fins contábeis-financeiros, em dividir a massa de segurados do Supsec, ou os respectivos direitos e obrigações para com essa massa, em três Fundos distintos pelos quais o SUPSEC é operacionalizado:

• PREVMILITAR: fundo destinado à cobertura dos benefícios previdenciários dos militares estaduais (independentemente da data de ingresso no serviço militar estadual), bem como de seus respectivos dependentes previdenciários;

• FUNAPREV: fundo destinado à cobertura dos benefícios previdenciários em fruição e a serem concedidos aos servidores públicos civis em atividade e que ingressaram até 31/12/2013, bem como a seus respectivos dependentes previdenciários; e

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

• PREVID: fundo destinado à cobertura dos benefícios previdenciários dos servidores públicos civis que ingressaram no serviço público a contar de 01/01/2014, bem como de seus respectivos dependentes previdenciários.

Tendo o PREVID se apresentado superavitário por exercícios consecutivos, a primeira revisão da segregação de massas foi realizada por meio do Decreto nº 33.013, de 15 de março de 2019, ocasião na qual foram migrados 760 beneficiários do fundo financeiro FUNAPREV para o fundo previdenciário PREVID.

Com essa migração foi possível reduzir parte da pressão orçamentária que o FUNAPREV impõe ao Tesouro Estadual, em razão das insuficiências financeiras crescentes, tendo em vista que as vidas migradas passaram a integrar o Fundo em Capitalização superavitário (PREVID) e esse traz ao Estado o ônus apenas da contribuição patronal, não representando ameaça fiscal futura, conforme evidências das sucessivas avaliações atuariais anuais realizadas pela Cearaprev.

Pelo Decreto nº 33.925, de 05 de fevereiro de 2021, foi realizada nova migração de vidas do FUNAPREV para o PREVID, reduzindo mais uma vez o aporte financeiro para cobrir as insuficiências desse fundo.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Ações para a estruturação do sistema previdenciário do Estado do Ceará.

Recomendação nº. 39: À Secretaria da Fazenda, que efetue a contabilização dos consórcios públicos, em conformidade com a regulamentação da Portaria STN nº 274/2016, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 10 – Contabilização de Consórcios Públicos.

Análise da Comissão do PASF: Tendo em vista que os entes consorciados incluirão a execução orçamentária e financeira do consórcio público relativa aos recursos entregues em virtude de contrato de rateio para a elaboração do Relatório

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

de Gestão Fiscal – RGF e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, é imprescindível que os consórcios públicos encaminhem ao Poder Executivo as informações fidedignas necessárias à elaboração dos demonstrativos.

No intuito de prevenir as deficiências nas informações dos consórcios públicos nos demonstrativos fiscais do Estado do Ceará, está em processo de elaboração norma que disciplina sobre a prestação de contas dos consórcios públicos à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. Dentre as previsões da norma consta que as informações dos consórcios públicos referentes ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Público em Saúde - SIOPS, Informações de Gasto com Pessoal e Informações de Disponibilidade devem ser encaminhadas nos formulários padrões constantes em anexo à mencionada norma e que somente devem ser informados os valores aplicados pelo consórcio referente ao repasse feito pelo Estado na Fonte 00 - Recursos Tesouro e Fonte 91 - Recursos SUS fundo a fundo. A norma também preverá sanção ao consórcio público pelo não envio das informações, o envio fora do prazo ou em formulário inválido.

Ressalta-se também que está em curso a contratação de empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada para atendimento às especificidades do controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado do Ceará. Dentre os módulos do novo sistema a ser desenvolvido constará o módulo de gestão contábil. O Módulo CONTROLE CONTÁBIL DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS deverá compreender o rastreamento do recurso repassado a partir da transferência pelo ente consorciado ao respectivo consórcio público, passando pela execução orçamentária e finalizando com o retorno das informações para fins de prestações de contas, a fim de evidenciar e transparecer as contas públicas vinculadas aos consórcios públicos, instrumentalizando o controle interno, externo e social, em aderência integral ao disposto na Lei nº 11.107/2005 e na Portaria STN nº 274/2016 (IPC 10 - Contabilização de Consórcios Públicos).

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Processo nº 03980975/2020 cujo objeto é a contratação de

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

empresa de consultoria para implantação de solução de gestão governamental integrada.

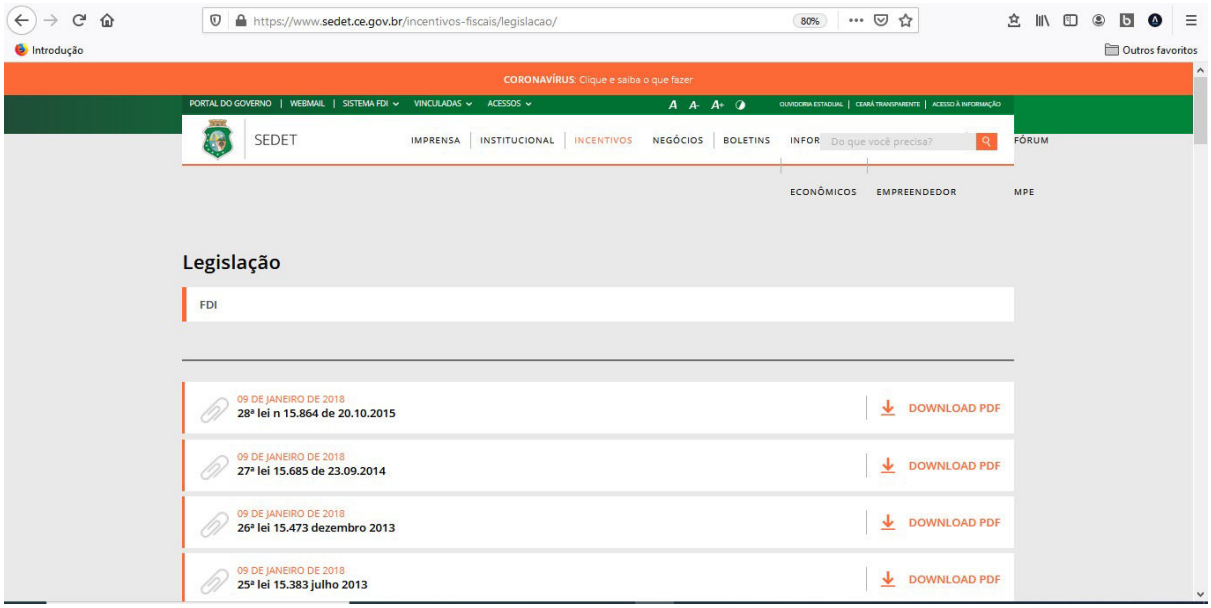
2.5 Governança fiscal da renúncia de receita

Recomendação nº. 40: Ao Poder Executivo, que institucionalize formal e juridicamente (por meio de lei, decreto, resolução etc.) o processo de instituição, concessão, avaliação e controle de renúncias fiscais, definido e distribuindo as competências dos órgãos e as atribuições dos atores envolvidos.

Análise da Comissão do PASF: No âmbito do Poder Executivo Estadual, o processo de instituição, concessão, avaliação e controle de renúncias fiscais é institucionalizado formal e juridicamente, observando, além de dispositivos federais, amplo conjunto de instrumentos normativos, composto pela definição de competências da Secretaria da Fazenda – SEFAZ e da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDET na Lei do Modelo de Gestão do Governo do Estado e pelos decretos de regulamento, além do conjunto de normas específicas: leis, decretos, instruções normativas, resoluções, atos declaratórios e normas de execução.

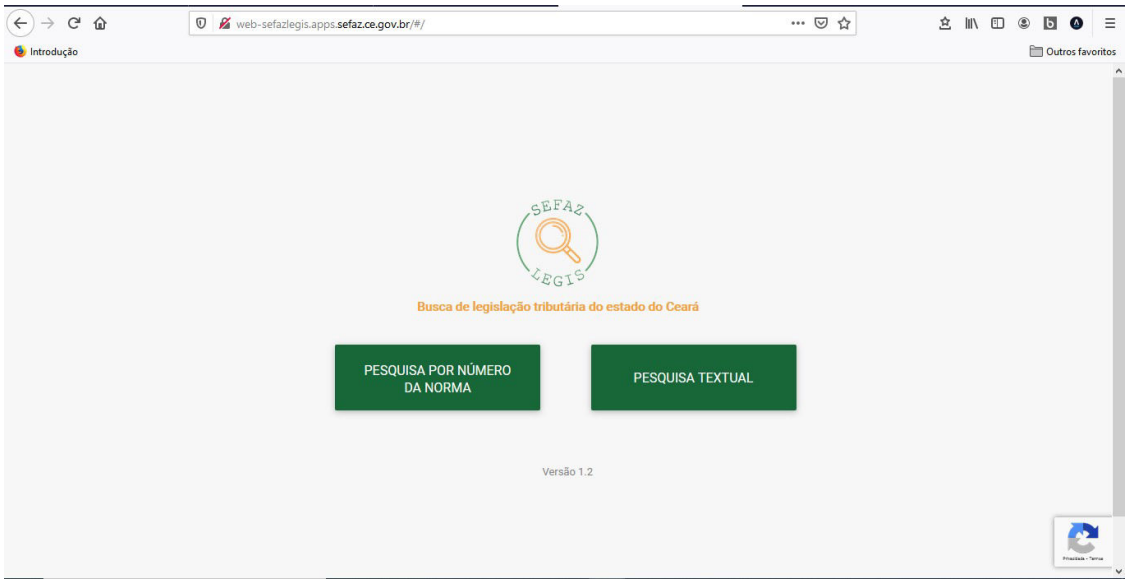
Esse conjunto de instrumentos normativos, além de sua publicação formal em Diário Oficial, estão disponíveis em endereços eletrônicos conforme indicados nas Figuras 4, 5 e 6 visando dar ampla transparência e agilidade de consulta:

Figura 4 – Site de legislação na página da SEDET



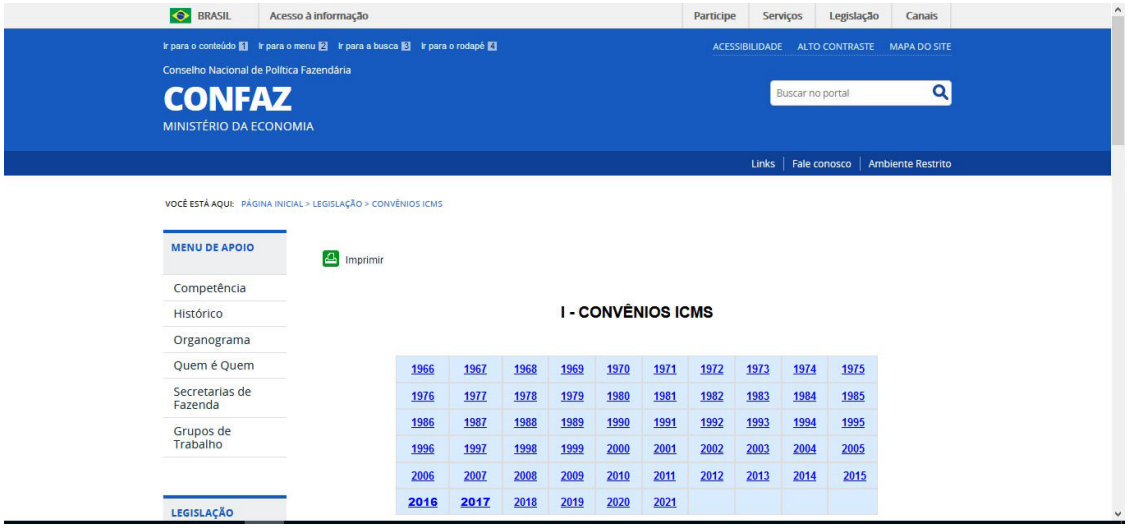
Fonte: https://www.sedet.ce.gov.br/incentivos-fiscais/legislacao/

Figura 5 – Site de pesquisa da legislação da SEFAZ



Fonte: http://web-sefazlegis.apps.sefaz.ce.gov.br/#/

Figura 6 – Site de pesquisa de convênios do CONFAZ



Fonte: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios

A SEDET é o órgão da Administração Direta Estadual cuja finalidade é deliberar de maneira estratégica, harmônica e interdisciplinar sobre a Política de Desenvolvimento Econômico e de Trabalho. A Política Industrial do Ceará visa incentivar a implantação, o funcionamento, a relocalização, ampliação, modernização, diversificação ou recuperação de estabelecimentos industriais no que diz respeito a:

a) Ações voltadas para atração seletiva de investimentos empresariais, visando à formação e o adensamento das cadeias produtivas selecionadas e à formação de aglomerações espaciais;

b) Disponibilidade de infraestrutura necessária para a implantação e pleno desenvolvimento da atividade produtiva;

c) Apoio à inclusão e ao desenvolvimento econômico, objetivando:

1. o fortalecimento da rede de instituições voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e a absorção de novas tecnologias;

2. a atração e o fortalecimento de empresas locais de base

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

tecnológica;

3. a geração e o incremento de cadeias produtivas;

4. o desenvolvimento da indústria do turismo;

d) Treinamento e capacitação de mão de obra.

No sentido de atender seus objetivos estratégicos a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), vinculada da SEDET, tem como instrumento de operacionalização o Fundo de Desenvolvimento Industrial FDI, que foi criado pela Lei Estadual nº 10.367 de 07/12/1979, para promover o setor industrial através de incentivos fiscais e extrafiscais às indústrias e agroindústrias. Tais benefícios são incentivos de ordem financeira com o objetivo de reduzir o ICMS em até 50% nas operações de importação.

Para o controle dos benefícios concedidos, a ADECE implantou o Sistema FDI. O Sistema FDI visa trazer maior agilidade ao processo de entrada de dados, análise e deliberação dos incentivos, cabendo à ADECE, realizar o acompanhamento e o monitoramento dos empreendimentos incentivados no sentido de apurar os resultados esperados da sua aplicação.

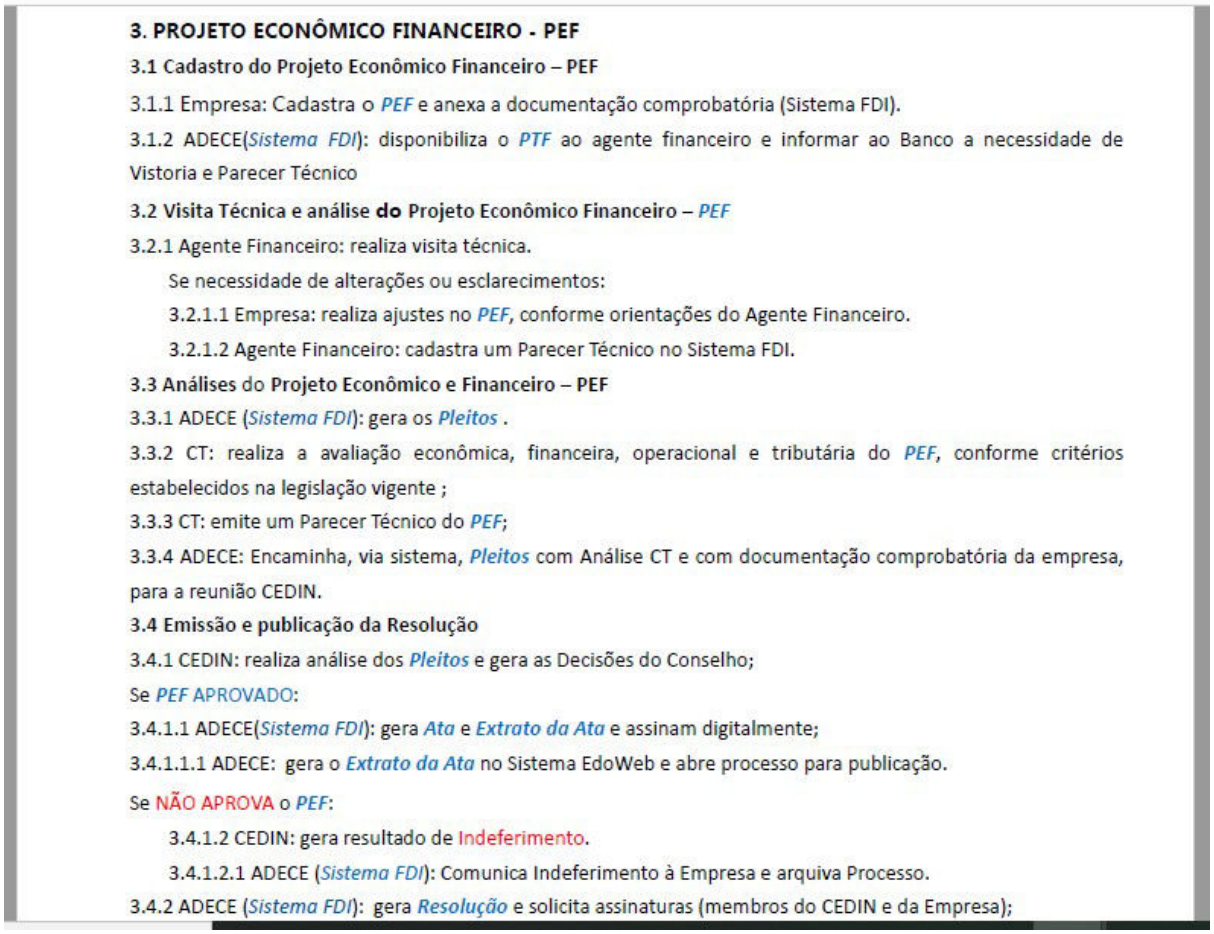
Conforme definido no Art. 3º do Decreto 32.438/2017, competia ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial CEDIN, órgão colegiado, formado pelo Governador do Estado do Ceará (Presidente do CEDIN); Secretário da SEDET; Presidente da ADECE; Secretário do Planejamento e Gestão (SEPLAG); Secretário da Fazenda (SEFAZ); e Secretário do Desenvolvimento Agrário (SDA), analisar e deliberar resoluções referentes aos pleitos de Protocolos de Intenção (PI) e Projetos Econômicos Financeiros (PEF) oriundos das empresas interessadas em obter benefícios fiscais.

De acordo com o art.34, parágrafos 1º e 2º do mesmo Decreto 32.438/2017, competia à Comissão Técnica, órgão auxiliar do CEDIN, composta por um membro da SEDET; um membro da SEFAZ; e um membro da ADECE, elaborar a avaliação

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

econômica, financeira, operacional e tributária dos projetos propostos. A título de exemplo, a Figura 7 apresenta o fluxo de análise dos Projetos Econômicos Financeiros (PEF).

Figura 7 – Fluxo de análise do Projeto Econômico Financeiro (PEF)



3. PROJETO ECONÔMICO FINANCEIRO - PEF

3.1 Cadastro do Projeto Econômico Financeiro – PEF

3.1.1 Empresa: Cadastra o *PEF* e anexa a documentação comprobatória (Sistema FDI).

3.1.2 ADECE(*Sistema FDI*): disponibiliza o *PTF* ao agente financeiro e informar ao Banco a necessidade de Vistoria e Parecer Técnico

3.2 Visita Técnica e análise do Projeto Econômico Financeiro – *PEF*

3.2.1 Agente Financeiro: realiza visita técnica.

Se necessidade de alterações ou esclarecimentos:

3.2.1.1 Empresa: realiza ajustes no *PEF*, conforme orientações do Agente Financeiro.

3.2.1.2 Agente Financeiro: cadastra um Parecer Técnico no Sistema FDI.

3.3 Análises do Projeto Econômico e Financeiro – PEF

3.3.1 ADECE (*Sistema FDI*): gera os *Pleitos* .

3.3.2 CT: realiza a avaliação econômica, financeira, operacional e tributária do *PEF*, conforme critérios estabelecidos na legislação vigente ;

3.3.3 CT: emite um Parecer Técnico do *PEF*;

3.3.4 ADECE: Encaminha, via sistema, *Pleitos* com Análise CT e com documentação comprobatória da empresa, para a reunião CEDIN.

3.4 Emissão e publicação da Resolução

3.4.1 CEDIN: realiza análise dos *Pleitos* e gera as Decisões do Conselho;

Se *PEF* APROVADO:

3.4.1.1 ADECE(*Sistema FDI*): gera *Ata* e *Extrato da Ata* e assinam digitalmente;

3.4.1.1.1 ADECE: gera o *Extrato da Ata* no Sistema EdoWeb e abre processo para publicação.

Se NÃO APROVA o *PEF*:

3.4.1.2 CEDIN: gera resultado de Indeferimento.

3.4.1.2.1 ADECE (*Sistema FDI*): Comunica Indeferimento à Empresa e arquiva Processo.

3.4.2 ADECE (*Sistema FDI*): gera *Resolução* e solicita assinaturas (membros do CEDIN e da Empresa);

Fonte: Fluxo Sistema FDI – ADECE

Em 2020, o Estado do Ceará procedeu à adequação da sua política de renúncia de fiscal, concebendo novo modelo cujas diretrizes, prioridades e a definição de metas estão formalmente dispostas na Lei nº 17.360, de 21 de dezembro de 2020 e na Lei nº 17.361, de 21 de dezembro de 2020, conforme descrito na manifestação à Recomendação nº41.

Portanto, o processo de instituição, concessão, avaliação e controle de renúncias fiscais está institucionalizado formal e juridicamente, com a definição e

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

distribuição das competências dos órgãos e as atribuições dos atores envolvidos, inclusive com a segregação de funções contemplando instâncias colegiadas.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Decreto Estadual nº32.438/2017.

Recomendação nº. 41: Ao Poder Executivo, que formalize diretrizes, prioridades e metas da política de renúncia fiscal do Estado, de modo a permitir o planejamento estratégico de médio e longo prazo, a alocação eficiente dos recursos (financeiros, de materiais e equipamentos, de sistemas e de pessoas) entre os vários programas de renúncia fiscal estaduais e a sua devida operacionalização.

Análise da Comissão do PASF: No exercício de 2020, o Poder Executivo procedeu à adequação em sua política de renúncia de fiscal, concebendo novo modelo cujas diretrizes, prioridades e definição de metas estão formalmente dispostas na Lei nº 17.360, de 21 de dezembro de 2020 e na Lei nº 17.361, de 21 de dezembro de 2020.

A Lei nº 17.360/20 altera dispositivos relativos ao Fundo de Desenvolvimento Industrial e define competências do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará (CONDEC), conforme indicado a seguir:

> Lei nº 17.360, 21 de dezembro de 2020. Altera a Lei nº 10.367, de 7 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI
>
> (...)
>
> Art. 2.º Os §§ 4.º e 5.º do art. 2.º da Lei nº10.367, de 7 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI, passam a vigorar com a seguinte redação:
>
> "Art.2.º .....
>
> §4.º Para a promoção industrial, o Fundo de Desenvolvimento

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Industrial – FDI considerará de fundamental interesse para o desenvolvimento do Estado, aquelas empresas e cooperativas ambas industriais, que prioritariamente sejam pertencentes a gêneros industriais intensivos de mão-de-obra preferencialmente local, devendo ser respeitados os critérios técnicos.

§5.º Aos incentivos previstos no caput e nos parágrafos anteriores deste artigo deverá ser conferida ampla publicidade, mediante inserção e disponibilização de informações relativas às operações do FDI, contendo, pelo menos, estimativa de aumento de receita e de geração de emprego em decorrência da concessão do benefício econômico, no Portal da Transparência do Estado do Ceará, em formato de fácil acesso, em observância ao art. 14 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, respeitado o sigilo fiscal.” (NR)

(...)

Art. 9.º Compete ao Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará –CONDEC:

I – formular diretrizes estratégicas, operacionais e a definição de prioridades de Política de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará;

II - acompanhar os acontecimentos macroeconômicos nacionais e internacionais e seus reflexos na economia estadual;

III - definir, aprovar e acompanhar programas setoriais inerentes ao desenvolvimento econômico do Estado, proposto pelo Poder Executivo;

IV – opinar quanto à execução de projetos de infraestrutura, inovação, ciência e tecnologia, economia, bem como programas de clusters, e ensino profissionalizantes;

V – definir, aprovar e acompanhar programas de investimentos do

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Governo do Estado, com reflexos nos setores da indústria, comércio, turismo e agronegócios empresariais;

VI – definir prioridades e critérios para a concessão, alteração, prorrogação e extinção de incentivos fiscais, financeiros ou tributários do Estado;

VII – avaliar e monitorar a política de incentivos fiscais ou tributários do Estado;

VIII – homologar e aprovar as operações do FDI e outros incentivos;

IX – promover a interiorização de políticas públicas voltadas à indústria, ao comércio e aos serviços, de forma a diminuir as desigualdades.” (NR)

Complementarmente, a Lei nº 17.361/20 autoriza a incorporação da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A – CODECE pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A – ADECE, estabelecendo suas competências, conforme demonstrado a seguir:

Lei nº 17.361, 21 de dezembro de 2020. Autoriza a incorporação da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. – CODECE pela Agência De Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. – ADECE, altera as Leis nº 13.960, de 4 de Dezembro De 2007, E Nº16.710, De 21 De Dezembro De 2018.

(...)

Art. 3º Os arts. 3.°, 4.°, 5.°, 6.º, 9.° e 15, da Lei n.° 13.960, de 4 de setembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º A Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. – ADECE tem como finalidade executar e operacionalizar a política do desenvolvimento e fomento nos setores da indústria, da produção energética de matrizes renováveis, do comércio, de serviços, do turismo, de mineração, de agronegócios, de agricultura familiar e de

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

base tecnológica e inovação no Estado do Ceará.

Art. 4.º Compete à Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. – ADECE:

I – executar ações na área da política de desenvolvimento econômico do setor produtivo, a ser implementada por meio da realização e divulgação de estudos e oportunidades de investimento e do potencial socioeconômico do Estado e de seus produtos, disponibilizando o assessoramento e a infraestrutura necessária para instalação e ampliação de seus negócios, observado o interesse público e visando à diminuição da desigualdade econômica existente na sociedade e entre regiões cearenses;

II – realizar, participar e apoiar feiras e missões, exposições e outros eventos, para a promoção e atração de empreendimentos, objetivando o desenvolvimento do setor produtivo e dos demais setores, nos quais a agência venha a atuar;

III – participar do capital social de sociedades industriais, comerciais, turísticas, agrícolas, agroindustriais e de serviços, com utilização de recursos próprios ou bens de seu patrimônio, ou com recursos decorrentes de aporte para aumento futuro de capital, visando estimular o crescimento econômico e turístico do Estado do Ceará;

IV – arrecadar e administrar os recursos financeiros oriundos das prestações dos seus serviços;

V – criar condições para a melhoria da competitividade dos setores econômicos do Estado nos mercados nacional e internacional, por meio da promoção da capacitação dos seus recursos humanos, consultoria e assessoramento técnico;

VI – executar obras de infraestrutura e de equipamentos públicos com grande impacto no desenvolvimento turístico, inclusive o turismo de natureza comunitária, do Estado do Ceará, por meios e recursos próprios e/ou de parcerias público-privadas, se for o caso,

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

assegurada a proteção a comunidades tradicionais existentes no Estado bem como às áreas onde residem;

VII – participar de fundos de capital de risco que invistam, preferencialmente, em empresas de base tecnológica, com atuação no Estado do Ceará;

VIII – instituir câmaras setoriais ou grupos de trabalho compostos por integrantes da Administração Pública do Estado do Ceará e do setor produtivo, objetivando aprofundar assuntos específicos de natureza econômica, tributária e social;

IX – celebrar parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, adquirir e alienar a participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais e realizar as operações no âmbito do mercado de capitais;

X – desenvolver ações que facilitem a ampliação do potencial econômico dos micro e pequenos negócios no Estado;

XI – estimular novas vocações empreendedoras, principalmente junto à população jovem do Ceará;

XII – atuar e desenvolver ações como agente facilitador na formalização, implantação, modernização, ampliação e recuperação dos micro e pequenos negócios no Estado;

XIII – estimular o desenvolvimento de startups no ambiente produtivo e fomentar o empreendedorismo no Ceará, induzindo a uma cultura de inovação no Estado;

XIV – promover a interação entre micro e pequenas empresas, em especial as que operam no desenvolvimento de startups, com empresas de médio e grande porte, favorecendo o intercâmbio de experiências;

XV – apoiar e/ou criar aceleradoras de empresas;

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

XVI – adquirir quotas de fundos mútuos de investimentos em empresas emergentes;

XVII – participar societariamente, adquirindo, alienando ações, debêntures conversíveis ou não em ações e cotas de capital de sociedades empresárias, direta ou indiretamente, inclusive por meio de fundos de investimento, em sociedades empresárias não integrantes do sistema financeiro, organizadas sob a forma de sociedade limitada, cujo capital esteja totalmente integralizado, ou de sociedade anônima, desde que se trate de operação compatível com o objeto social;

XVIII – operar como administrador de fundos de desenvolvimento, industrial, comercial, de serviços, de turismo, de mineração, de agronegócios, de base tecnológica e inovação no Estado do Ceará, para empresas de micro, pequeno, médio e grande porte;

XIX – financiar o desenvolvimento de empreendimentos de natureza industrial, de produção energética de matrizes renováveis, comercial, de serviços, de turismo, de mineração, de agronegócios, de agricultura familiar e de base tecnológica e inovação no Estado do Ceará, observada a competência institucional da Adece;

XX – fomentar programas e projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Capital Humano, Competitividade com Mercado Externo, Modernização Industrial, Logística e Transporte, Interiorização de Investimentos e quaisquer outros a serem instituídos posteriormente;

XXI – gerenciar distrito industriais mediante a celebração de termo de cooperação;

XXII - exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

Portanto, o Poder Executivo já possui diretrizes, prioridades e metas da política de renúncia fiscal do Estado que permitem o planejamento estratégico de médio e

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

longo prazo, a alocação eficiente dos recursos (financeiros, de materiais e equipamentos, de sistemas e de pessoas) entre os programas de renúncia fiscal estaduais e a sua devida operacionalização.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Lei nº 17.360, de 21 de dezembro de 2020 e na Lei nº 17.361, de 21 de dezembro de 2020.

Recomendação nº. 42: À Controladoria Geral do Estado, que dê continuidade ao desenvolvimento, no âmbito de suas metas institucionais, de trilhas automatizadas para a avaliação e controle da renúncia de receita concedida, considerando fazer uso das metodologias de gerenciamento de riscos das operações de concessão e de execução de renúncias tributárias, em especial as condicionadas.

Análise da Comissão do PASF: A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Ceará, tem buscado incorporar a utilização de novas tecnologias de análise de dados para o aperfeiçoamento de sua atuação. No entanto, a situação de emergência decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) exigiu a readaptação de atividades, com foco nas necessidades decorrentes da pandemia. Neste sentido, foram realizadas atividades para a avaliação de concessão de benefícios, inclusive com a análise de demandas encaminhadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE) e da CGU.

Estes fatos exigiram que as atividades referentes às trilhas automatizadas para a avaliação e controle da renúncia de receita concedida fossem temporariamente suspensas. No entanto, a CGE, em conjunto com a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET), iniciaram as tratativas para a análise das regras de negócio relativas às renúncias de receitas. Durante o exercício de 2021 deverá ser formalizado um acordo de cooperação técnica entre a SEDET, SEFAZ, CGE e IPECE para a realização de estudos sobre a

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

efetividade da política de renúncias de receita do Estado.

No que concerne à avaliação da governança em políticas públicas, em consonância com o modelo do TCU, ressaltamos que o controle interno é de responsabilidade das instituições responsáveis pela implementação da política. Especificamente sobre a governança da política de renúncia fiscal do Estado do Ceará, mesmo antes da adequação da legislação ocorrida com a edição da Lei nº 17.360, de 21 de dezembro de 2020 e da Lei nº 17.361, de 21 de dezembro de 2020, já estavam estabelecidos os mecanismos necessários à gestão de riscos do processo, com a institucionalização do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial CEDIN, órgão colegiado, formado pelo Governador do Estado do Ceará (Presidente do CEDIN); Secretário da SEDET; Presidente da ADECE; Secretário do Planejamento e Gestão (SEPLAG); Secretário da Fazenda (SEFAZ); e Secretário do Desenvolvimento Agrário (SDA), competente para analisar e deliberar resoluções referentes aos pleitos de Protocolos de Intenção (PI) e Projetos Econômicos Financeiros (PEF) oriundos das empresas interessadas em obter benefícios fiscais, nos termos do Decreto 32.438/2017. Além disso, competia à Comissão Técnica, órgão auxiliar do CEDIN, composta por um membro da SEDET; um membro da SEFAZ; e um membro da ADECE, elaborar a avaliação econômica, financeira, operacional e tributária dos projetos propostos. Neste sentido, conforme informado nos itens referentes às Recomendações 40 e 41, o Estado possui comitês e instâncias colegiadas de controle, com a devida segregação de funções, que avaliam a viabilidade técnica para a concessão de renúncias fiscais.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Estrutura de governança da política de renúncia fiscal bem estruturada, conforme apresentado na manifestação às Recomendações 40 e 41. Formalização de acordo de cooperação técnica entre a SEDET, SEFAZ, CGE e IPECE para a avaliação da efetividade da renúncia de receitas, abrangendo também a análise de dados.

Recomendação nº. 43: Ao Poder Executivo que divulgue, ainda que de modo

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

geral, o retorno das políticas de renúncia fiscal para a sociedade, além das metodologias utilizadas pelos órgãos estaduais, nos momentos da concessão, do monitoramento e do controle, para avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das renúncias fiscais concedidas a beneficiários específicos e dos programas de renúncia como um todo.

Análise da Comissão do PASF: Atualmente o Sistema FDI, software desenvolvido no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho, permite dar maior agilidade e controle ao processo de entrada de dados, análise e deliberação dos incentivos, cabendo à Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE, vinculada da SEDET, realizar o acompanhamento e monitoramento dos empreendimentos incentivados no sentido de apurar os resultados esperados da sua aplicação.

Além disso, ao longo do exercício de 2020, foram realizadas tratativas com o Instituto de Estratégia e Pesquisa Econômica do Estado do Ceará – IPECE no sentido de formalizar um modelo de avaliação da política de renúncia de receitas a fim de estabelecer diretrizes de avaliação de resultados e impacto, ampliando o escopo de avaliação de resultados já existente. Essas tratativas devem se materializar no exercício de 2021 em um termo de cooperação técnica para este fim.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Formalização de acordo de cooperação técnica entre a SEDET, SEFAZ, CGE e IPECE para a avaliação da efetividade da política de renúncia de receitas.

2.6 Transparência

Recomendação nº. 44: Ao Poder Executivo, que aprimore a divulgação no portal de dados abertos, diversificando os dados publicados em relação a outros temas e/ou órgãos e incentive a sua utilização por parte da população, seja através de consulta aos dados ou de desenvolvimento de aplicativos.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Análise da Comissão do PASF: Atualmente, o Ceará Transparente divulga em dados abertos os contratos, convênios, despesas com diárias, despesas com nota de empenho, informações de servidores, obras de edificação e obras rodoviárias. Foram incluídos dados referentes às despesas do Estado para atender às demandas emergenciais decorrentes da Pandemia da COVID-19, como o dicionário de dados do Coronavírus e empenhos. Ainda não foi desenvolvido uma campanha específica para divulgação desses dados.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: Portal Ceará Transparente https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/dados-abertos/conjuntos-de-dados?locale=pt-BR&__=__

Recomendação nº. 45: Exigir o cumprimento da Portaria Conjunta CGE e SESA n° 01/2020 publicada em 23/01/2020, que estabeleceu os requisitos de transparência a serem cumpridas pelos sítios institucionais dos Consórcios Públicos de Saúde.

Análise da Comissão do PASF: A CGE, no intuito de fortalecer a cultura da transparência, realizou o monitoramento da transparência dos sites institucionais dos 21 Consórcios Públicos de Saúde, autarquias que o Estado participa e que são fundamentais para a oferta de saúde pública à população, principalmente no interior do Estado.

O supracitado monitoramento foi realizado à luz da Portaria Conjunta CGE/SESA n°01/2020, que regulamenta a transparência dos consórcios públicos de saúde para fins de celebração de contratos de rateios e recebimentos de repasses dos Estados do Ceará. Vale ressaltar, que de acordo com o parágrafo único do Art. 1° da portaria o cumprimento dos requisitos de transparência servirão de condição para celebração de contrato de rateio entre o Estado do Ceará e o respectivo Consórcio Público de Saúde.

Os sítios institucionais foram visitados entre o período 18/06/2020 até

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

08/07/2020, onde foi avaliada a disponibilidade, de forma clara e acessível, das seguintes informações:

a) Site institucional: o consórcio público deve disponibilizar aos cidadãos site institucional para acompanhamento das informações;

b) Ferramenta de Pesquisa de Conteúdo: o site deve disponibilizar ao cidadão uma ferramenta de pesquisa que possibilite a busca de conteúdo global no sítio do Consórcio;

c) Endereço, telefone e horário de funcionamento do Consórcio e de suas unidades de atendimento: devem constar essas informações para o consórcio e para as unidades de atendimento (Policlínicas, Centros de Especialidades Odontológicas – CEOs);

d) Lista de Entes Consorciados: nome dos municípios partícipes do consórcio;

e) Estrutura Organizacional: organograma da estrutura, conforme consta no Estatuto Social, com os nomes dos ocupantes dos cargos;

f) Competência: o site deve informar a competência do respectivo consórcio público;

g) Serviços prestados pelo Consórcio, indicando localização e setor responsável pelo atendimento ao público: o site precisa informar aos cidadãos quais os serviços prestados pelo consórcio (cardiologia, pediatria, etc), indicando a localização e o responsável pelo atendimento;

h) Respostas a perguntas frequentes: o sítio do consórcio deve informar as respostas das perguntas feitas mais frequentemente pelo cidadão ao consórcio público;

i) Indicação do Ouvidor(a) ou outro responsável por receber manifestações

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

e canais para registro de manifestações de ouvidoria (denúncia, reclamação, elogio etc.) e meios de contato;

j) Responsável pelo Serviço de informação ao Cidadão (SIC) e canais para registro de solicitações de informação;

k) Íntegras dos contratos de Rateio: devem ser disponibilizados no mínimo os contratos de rateio referentes aos três últimos anos (2018, 2019 e 2020);

l) Estatuto: o estatuto do consórcio precisa estar acessível no site institucional;

m) Protocolo de intenções: esse documento deve estar no site institucional, pois é por meio dele que os cidadãos podem entender as responsabilidades dos entes federados;

n) Contratos de Programa: devem ser disponibilizados no mínimo os contratos de programa referentes aos três últimos anos (2018, 2019 e 2020);

o) Resultados de atendimentos e indicadores de resultados: devem constar no site dos consórcios os resultados de atendimentos realizados e quais são os indicadores de resultados estabelecidos pelo consórcio;

p) Orçamento do Consórcio Público: o sítio institucional precisa conter no mínimo o orçamento dos três últimos anos (2018, 2019 e 2020);

q) Informações de servidores/empregados, incluindo pelo menos remuneração, vínculo, carga horária, editais e resultados de concursos/seleções;

r) Convênios de receita e de despesas: o site deve disponibilizar na íntegra todos os convênios firmados pelo consórcio;

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

s) Licitações: as licitações precisam estar divulgadas no sítio do consórcio para acompanhamento da sociedade;

t) Dispensas de licitação: os processos de dispensas devem ser disponibilizados no sítio institucional;

u) Contratos: o site deve disponibilizar todos os contratos firmados pelo consórcio, incluindo a íntegra do instrumento;

v) Despesas: o cidadão precisa ter acesso às despesas do consórcio de forma consolidada;

w) Despesas Detalhadas: além da forma consolidada, também deve estar no sítio do consórcio a forma detalhada das despesas (empenhos);

x) Demonstrações Contábeis: as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração de fluxo de Caixa etc.) dos consórcios precisam estar acessíveis ao cidadão no site do consórcio dos dois últimos anos (2018 e 2019);

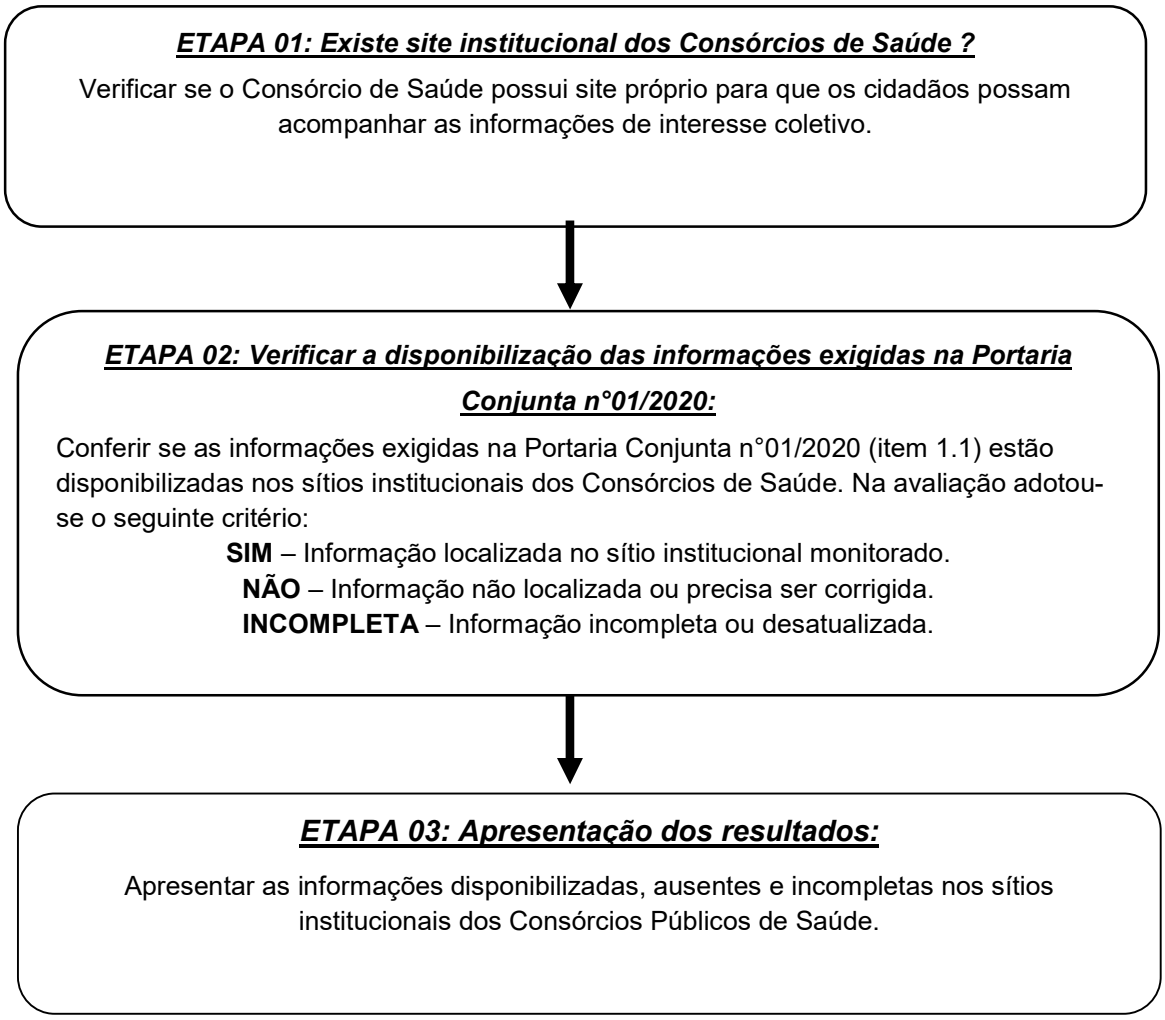
y) Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO): deve ser disponibilizado por bimestre, contemplando o Balanço orçamentário e o Demonstrativo de execução das despesas por função e subfunção dos anos de 2018 e 2019;

z) Relatório de Gestão Fiscal (RGF): deve ser disponibilizado por quadrimestre, contemplando o demonstrativo com a despesa com o pessoal, o demonstrativo com a disponibilidade de caixa e o demonstrativo dos restos a pagar dos anos de 2018 e 2019.

A metodologia do monitoramento realizado nos sites dos consórcios públicos de saúde consta de três etapas, conforme a Figura 8.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Figura 8 - Metodologia do monitoramento

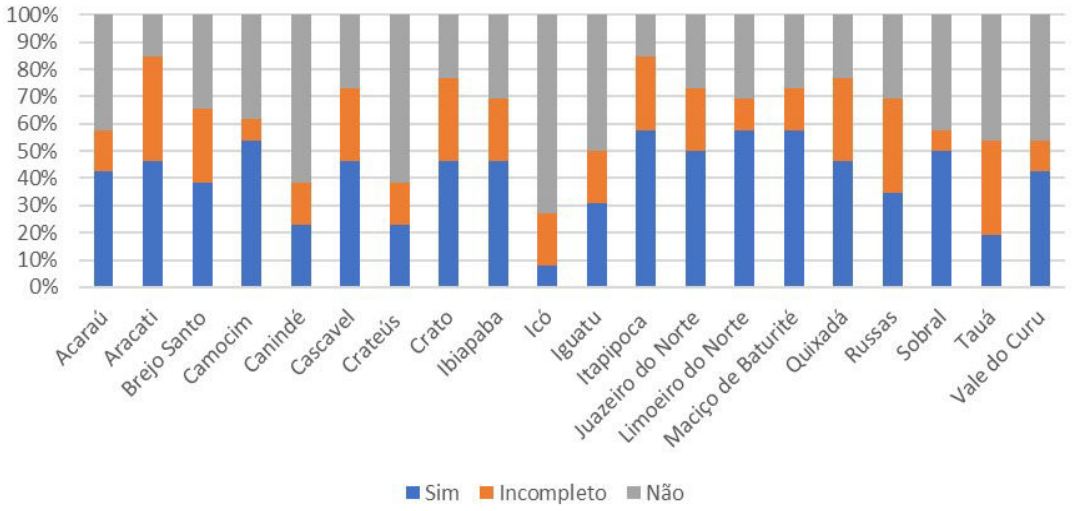


Fonte: Coordenadoria da Ética e Transparência da CGE, 2020.

Dos 21 sítios institucionais avaliados, apenas o sítio do Consórcio Público de Saúde de Maracanaú não estava disponível. A Figura 9 apresenta o resultado percentual da avaliação da transparência dos Consórcios Públicos de Saúde do Estado do Ceará relativamente aos 26 requisitos monitorados.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

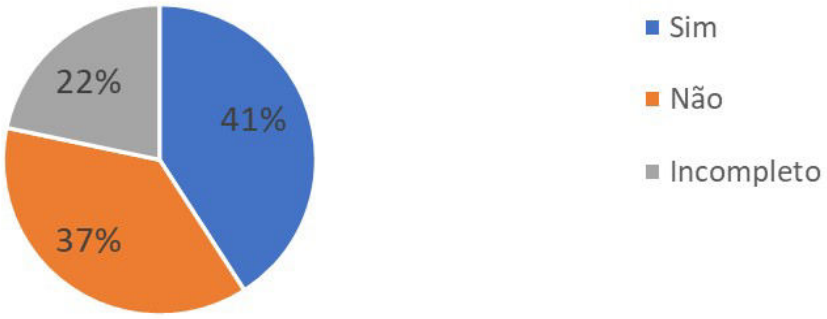
Figura 9 – Resultado da Avaliação da Transparência dos Consórcios de Saúde



Fonte: Coordenadoria da Ética e Transparência da CGE, 2020.

A Figura 10 apresenta a consolidação da avaliação dos 26 requisitos de cada Consórcio monitorado, que corresponde a 520 requisitos avaliados num total. Considerando que o Consórcio só atendeu na íntegra ao item avaliado quando a resposta for “sim”, observa-se que apenas 41% atenderam ao estabelecimento nesta avaliação, sendo necessário esforços dos responsáveis pela informação para atendimento da transparência de mais da metade dos requisitos avaliados (59%).

Figura 10 – Resultado Consolidado da Avaliação da Transparência dos Consórcios



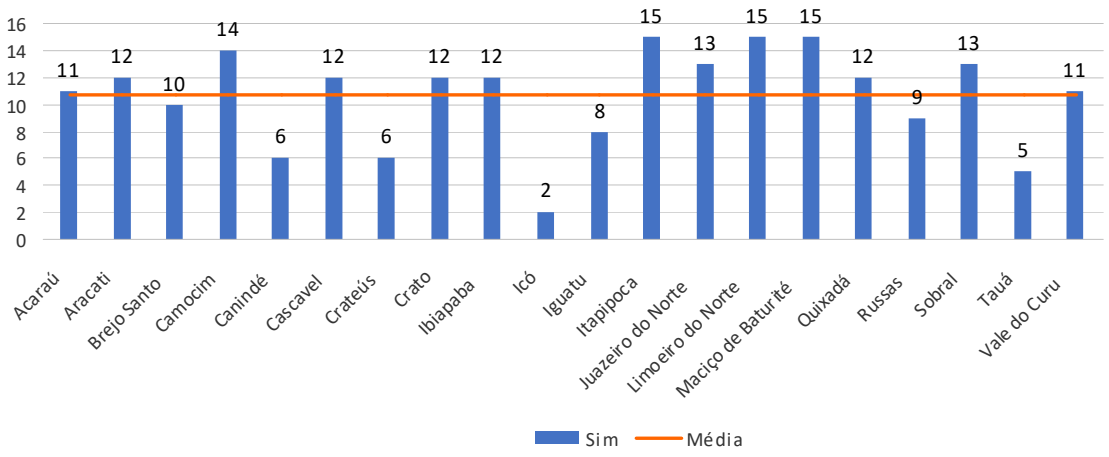
Fonte: Coordenadoria da Ética e Transparência da CGE, 2020.

Ao considerar apenas os requisitos que atenderam de forma satisfatória esta avaliação, ou seja, os requisitos que tiveram como resposta “sim”, observa-se, por

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

meio da Figura 11, uma média entre os Consórcios de apenas 11 requisitos dos 26 avaliados. Os que tiveram melhor desempenho na avaliação foram os Consórcios de Itapipoca, Limoeiro do Norte e Maciço de Baturité atendendo de forma satisfatória 15 requisitos da avaliação, que representa 58%. Dentre os que apresentaram desempenho abaixo da média destaca-se o Consórcio de Icó que atendeu apenas 8% dos critérios de transparência.

Figura 11 – Atendimento satisfatório aos critérios de transparência



Fonte: Coordenadoria da Ética e Transparência da CGE, 2020.

Por fim, considerando que a avaliação apresentada neste Relatório estabeleceu critérios por temporalidade para determinadas informações, a exemplo do item “16. Orçamento do Consórcio Público” que considerou como satisfatória (resposta “sim”) a apresentação para os anos de 2018 a 2020, não exime a responsabilidade dos Consórcios Públicos de Saúde em dar transparência das informações para os demais anos.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Atividades de monitoramento da Coordenaria de Transparência (Portaria Conjunta CGE/SESA n° 01/2020).

Recomendação nº. 46: À Secretaria do Planejamento e Gestão que disponibilize relatórios descritivos sobre a realização das metas físicas e sua

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

respectiva execução financeira para todos os produtos principais das Iniciativas dos Programas de governo do PPA 2020-2023.

Recomendação nº. 47: À Secretaria do Planejamento e Gestão, que o Sistema de Acompanhamento do PPA divulgue relatórios de uma forma periódica, a fim de propiciar o controle concomitante dos interessados nas informações.

Análise da Comissão do PASF: As recomendações 46 e 47 foram atendidas por meio da Consulta Pública de Acompanhamento do PPA 2020-2023 que disponibiliza os relatórios com as informações físicas e financeiras, uma vez que foram implementadas as funcionalidades para disponibilização das informações por meio do sítio eletrônico da SEPLAG. O relatório pode ser acessado, por qualquer cidadão, na Consulta do PPA 2020-2023, localizada no sítio eletrônico da Seplag, por meio do seguinte link e realizando filtros específicos:

http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx

É possível também ter acesso ao Relatório de Acompanhamento das Iniciativas Prioritárias (2020), encaminhado para a Assembleia Legislativa com as informações acerca das iniciativas prioritárias, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 2020.

Contudo, importante ressaltar que, no âmbito do PPA 2016-2019, não foi possível disponibilizar relatórios com informações de execução física e financeira por produtos principais das iniciativas, mas é possível acessar outros relatórios com diversas informações, inclusive com os resultados dos indicadores estratégicos e temáticos. Os relatórios da Consulta do PPA 2016-2019 podem ser acessados, por qualquer cidadão no sítio da SEPLAG.

Ressalta-se que a Seplag encontra-se desenvolvendo um novo modelo de apresentação da Consulta Pública do Plano Plurianual 2020-2023, por meio de uma ferramenta que está em produção em parceria com o Iris - Laboratório de Inovação e Dados do Estado do Ceará e o Laboratório Insight da Universidade Federal do Ceará – UFC. Para tanto, de todo modo, estão sendo elaborando dashboards

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

orientados pelo princípios de experiência do usuário (UX) que possibilitarão outro nível de aproximação do cidadão com os dados e as informações dos órgãos estaduais, geradas por meio do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação – SIMA PPA 2020-2023. O primeiro protótipo, a ser disponibilizado no sítio eletrônico da Seplag, pode ser visualizado por meio deste link:

https://5fb693321464b700072665ba--quizzical-poitras-17d6ed.netlify.app/

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências:

PPA http://web3.seplag.ce.gov.br/SiofConsultaPPA/Paginas/frm_consulta_ppa.aspx

LDO https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-lei-de-diretrizes-orcamentarias/lei-de-diretrizes-orcamentarias-2020/

SIMA https://5fb693321464b700072665ba--quizzical-poitras-17d6ed.netlify.app/

Recomendação nº. 48: À Secretaria do Planejamento e Gestão que ao inserir dados no Sistema de Acompanhamento verifique a veracidade dos valores referentes às Iniciativas e aos Programas de Governo.

Análise da Comissão do PASF: A Seplag desenvolveu melhorias nas ferramentas de monitoramento com o novo Sistema de Monitoramento e Avaliação - Sima PPA 2020-2023. Este sistema permite maior controle dos órgãos gestores dos Programas e responsáveis pelas entregas, e, portanto, as informações prestadas pelos órgãos executores passam por análise mais criteriosa dos técnicos das Unidades Setoriais de Planejamento, antes de serem disponibilizadas para análise da Coordenadoria de Especial de Gestão Estratégica do Planejamento e Orçamento da Seplag. Nesse contexto, o Sima PPA 2020-2023 já dispõe de espaço para justificativas sobre incoerências entre a execução física e financeira, bem como há uma funcionalidade que permite anexar comprovação do sobre o cumprimento das

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

metas.

No que compete ao desenvolvimento do Monitoramento do PPA, é dever da Coordenadoria Especial de Gestão Estratégica do Planejamento e Orçamento (Coplo) da Seplag, por meio da Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados (Cpger) realizar a análise das justificativas encaminhadas pelas setoriais para todas as situações de incoerências, a exemplo de metas realizadas sem execução financeira; execução financeira sem realização de metas; meta realizada acima de 130% do programado, entre outras situações que fogem a lógica formal da execução física e financeira.

Referida analise será alvo de definição de critérios para serem implementados por ocasião da Revisão do PPA, ainda este ano, e também da LOA 2022, tudo visando aproximar o planejado do executado. Pode-se adiantar o enfoque de critérios a serem definidos: a avaliação dos programas/entregas em termos físico e financeiro e dos acordos de resultados para as Secretarias que pactuaram, do tipo: programa com zero de execução física e/ou financeira, deverá ficar fora da oferta contida no Sistema de elaboração da Revisão e/ou da LOA e só será incluído após justificativa do órgão sobre a real possibilidade de ajustes e execução do mesmo; critérios para metas superestimadas, ou com baixa execução também será alvo de justificativa para inclusão, devendo então o sistema bloquear no início da elaboração, a sua inclusão.

Merece menção o papel de facilitador pedagógico da Seplag/Coplo com ações contínuas de capacitação e orientação no tocante à melhoria da qualidade e confiabilidade das informações, evidenciada pela oferta de cursos junto a Escola de Gestão Pública (EGP/CE) para os usuários dos sistemas corporativos de planejamento.

A Seplag tem buscado criar mecanismos que garantam que as fragilidades identificadas, por um processo de planejamento e monitoramento, sejam corrigidas e aperfeiçoadas, tendo em vista a busca por resultados e objetivos mais próximos à

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

realidade.

Status segundo Comissão do PASF: Em fase de implementação.

Evidências: SIMA https://5fb693321464b700072665ba--quizzical-poitras-17d6ed.netlify.app/

Recomendação nº. 49: À Secretaria do Planejamento e Gestão que promova um melhor acompanhamento da execução do plano plurianual, disponibilizando informações confiáveis e congruentes sobre a execução física e financeira das iniciativas previstas no PPA 2020-2023.

Análise da Comissão do PASF: A Seplag promoveu melhorias nas ferramentas de monitoramento com o desenvolvimento do novo Sistema de Monitoramento e Avaliação – Sima para o PPA 2020-2023. O Sistema permite maior controle dos órgãos gestores dos Programas e responsáveis pelas entregas, e, portanto, as informações prestadas pelos órgãos executores passam por análise mais criteriosa dos técnicos das Unidades Setoriais de Planejamento, antes de serem disponibilizadas para análise da Coplo/ Seplag.

Para o monitoramento, a Coordenadoria Especial de Gestão Estratégica do Planejamento e Orçamento (Coplo) busca intensificar esforços no sentido de qualificar o processo de monitoramento e avaliação baseados em resultados que avaliam o quão bem o Governo está atuando e de como os resultados estão sendo obtidos ao longo do tempo.

Para tanto, além dos relatórios disponibilizados e já citados, vale mencionar, dentre outras ações, uma série de eventos de capacitação, junto com a Escola de Gestão Pública, a cada início de ano, na perspectiva de capacitar novos servidores e colaboradores e qualificar os que já executam esse processo, na perspectiva da formação continuada, para o aprimoramento da execução das atividades inerentes ao mencionado processo. Importante também mencionar que o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) tem sido contínua e sistematicamente aprimorado de modo a tornar o processo mais fácil e fluido. As orientações visam

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

contribuir para o aumento da confiabilidade das informações, devendo-se ressaltar que se adota a presunção de legitimidade e veracidade das informações disponibilizadas.

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: SIMA https://5fb693321464b700072665ba--quizzical-poitras-17d6ed.netlify.app/

Recomendação nº. 50: Quanto à educação, a Administração Estadual esteja atenta à regular aplicação de recursos nas subfunções "Desenvolvimento Científico", "Educação Especial" e "Ensino Fundamental", a fim de permitir que todas as atividades relacionadas às aludidas subfunções sejam plenamente desenvolvidas.

Análise da Comissão do PASF: A execução orçamentária dos recursos das subfunções de educação têm sido prioridade do Estado. De acordo com dados do SIOF, em 2019 para a subfunção Ensino Fundamental, o orçamento autorizado foi de R$ 100.689.071,71 (cem milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setenta e um reais e senta e um centavos), tendo sido empenhado um montante de R$ 90.260.403,01 (noventa milhões, duzentos e sessenta mil, quatrocentos e três reais e um centavo), o que equivale ao percentual de 89,64%.

Já na subfunção referente à Educação Especial, do orçamento de R$ 11.339.640,59 (onze milhões, trezentos e trinta e nove mil, seiscentos e quarenta reais e cinquenta e nove centavos), foram empenhados R$ 10.236.030,83 (dez milhões, duzentos e trinta e seis mil, trinta reais e oitenta e três centavos), equivalente a 90,27% do total liberado.

Em 2020, diante das restrições impostas pela Pandemia da COVID-19, o Ensino Fundamental empenhou R$ 67.353.408,71 (sessenta e sete milhões, trezentos e cinqüenta e três mil, quatrocentos e oito reais e setenta e um centavos) e Educação Especial o valor de R$ 7.204.008,94 (sete milhões, duzentos e quatro mil, oito reais e noventa e quatro centavos).

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Com relação ao Desenvolvimento Científico em 2019 foram empenhados R$ 35.100.594,26 (trinta e cinco milhões, cem mil, quinhentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos), enquanto em 2020, mesmo com o contexto adverso da Pandemia, o valor empenhado foi de R$ 53.092.981,50 (cinqüenta e três milhões, noventa e dois mil, novecentos e oitenta e um reais e cinqüenta centavos).

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: Execução de despesas nas subfunções de Ensino Fundamental, Educação Especial e Desenvolvimento Científico.

Recomendação nº. 51: Em relação ao Plano Nacional de Educação, o Governo do Estado do Ceará empreenda esforços concretos tendentes ao alcance e cumprimento das relevantes metas nacionalmente previstas.

Análise da Comissão do PASF: A SEDUC vem envidando esforços para alcançar integralmente as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação – PNE, considerando que as mesmas foram programadas até o ano de 2024 e contemplando diversas áreas. Destaca-se, como exemplo, as metas para a universalização das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral para o ano de 2020 (Meta 6) e a ampliação da oferta de Mestrado e Doutorado no ano de 2021 (Meta 13).

Em 2021 está sendo iniciada uma turma de Matemática, com 192 (cento e noventa e duas) vagas de mestrado para professores da rede pública estadual do Ceará, tendo sido lançadas mais 24 (vinte e quatro) vagas entre Mestrado e Doutorado, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará – UECE, no formato de bolsas.

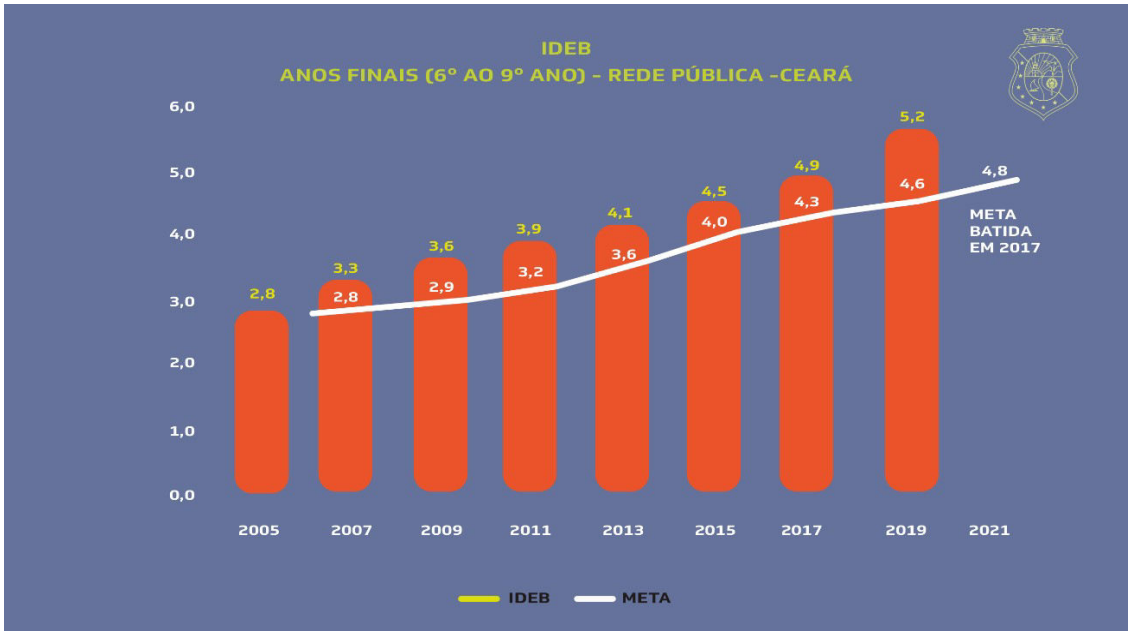
Relativo à Meta 7, Qualidade da Educação Básica/IDEB, algumas ações tiveram sua execução prejudicada em razão da Pandemia decorrente da COVID 19, a exemplo da “Minha Escola é da Comunidade”. No entanto, não se pode deixar de mencionar o resultado ascendente do Estado do Ceará em relação aos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, aliado ao decréscimo dos

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

índices de reprovação e abandono escolar que colocam o Estado numa posição de destaque em relação ao restante do País e são, inevitavelmente, frutos dos esforços concretos para o alcance das metas estabelecidas.

As Figuras 12, 13 e 14 demonstram a evolução dos resultados do IDEB das escolas públicas do Estado do Ceará de 2005 até 2019:

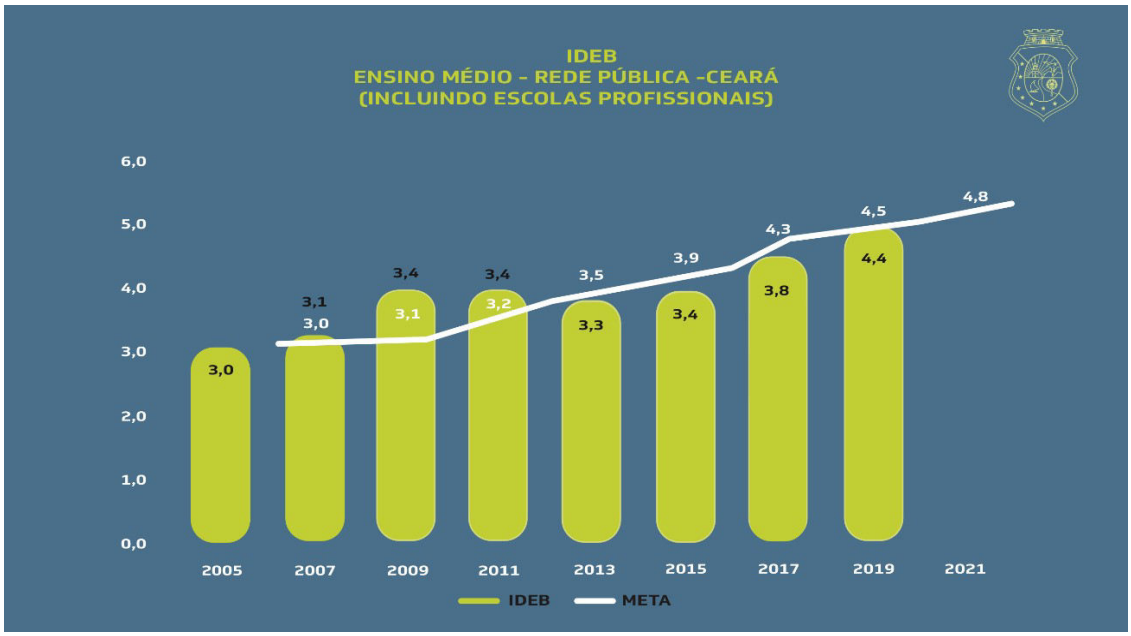
Figura 12 – Resultados do IDEB nos anos finais (6º. ao 9º. Ano) – rede pública do Ceará



Fonte: Sítio da SEDUC

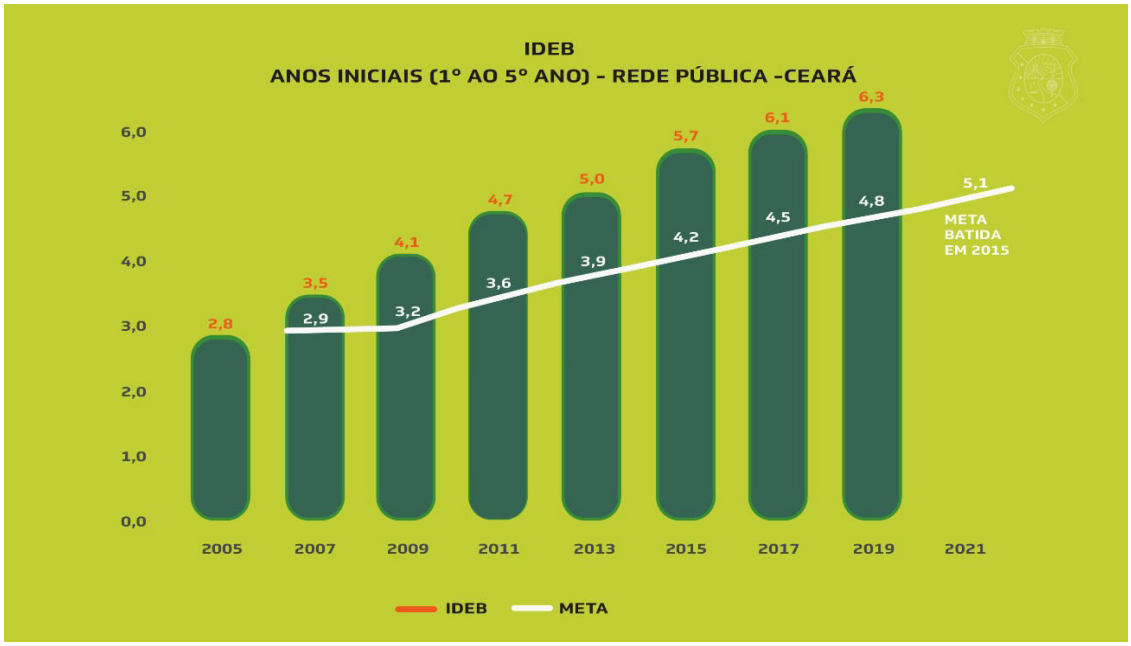
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Figura 13 – Resultados do IDEB no ensino médio – rede pública do Ceará



Fonte: Sítio da SEDUC

Figura 14 – Resultados do IDEB nos anos finais (1º. ao 5º. Ano) – rede pública do Ceará



Fonte: Sítio da SEDUC

O Estado do Ceará consolidou sua posição como referência de educação pública de qualidade no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

2019, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação. A rede pública estadual cearense superou a meta proposta para 2019 e alcançou o melhor resultado do país nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Nesta etapa da educação básica, o Estado obteve 5,2 pontos, ultrapassando a projeção para 2019 (4,6).

Status segundo Comissão do PASF: Atendida.

Evidências: resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

3 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Na análise dos principais programas incluídos no orçamento de 2020, verificou-se os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Tema, Programas, além dos indicadores estratégicos dos Eixos.

3.1 Alocação de recursos do PPA – 2020-2023

A Lei n° 17.160, de 27 de dezembro de 2019, com dispositivos alterados pela Lei nº. 17.219, de 03 de junho de 2020, dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, em cumprimento ao que preconiza a Constituição Federal, no §1º do Artigo 165, e a Constituição do Estado do Ceará, no §1º do Artigo 203.

O PPA 2020-2023 está apoiado em três dimensões e sete Eixos Estratégicos (7 Cearás):

a) Dimensão Estratégica

b) Dimensão Tática

c) Dimensão Operacional

Eixos Estratégicos (7 Cearás):

a) Ceará da Gestão Democrática por Resultados

b) Ceará Acolhedor

c) Ceará de Oportunidades

d) Ceará Sustentável

e) Ceará do Conhecimento

f) Ceará Saudável

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

g) Ceará Pacífico

O documento do PPA 2020-2023 é composto por nove anexos, com informações sobre as destinações dos recursos:

Anexo I – Estrutura do Plano Plurianual 2020-2023

Anexo II – Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas

Anexo III – Demonstrativo Consolidado de Valores Financeiros

Anexo IV – Demonstrativo de Entregas por Região de Planejamento

Anexo V – Alinhamento com as Diretrizes Regionais

Anexo VI – Agendas Transversais

Anexo VII – Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Anexo VIII – Alinhamento com o Ceará 2050

Anexo IX – Metas e Prioridades 2020 (art. 2º da Lei Nº 16.944, de 17 de julho de 2019)

Na Dimensão Estratégica se encontram os sete eixos identificados como “7 Cearás”. Os Programas de Governo fazem parte da Dimensão Tática, e as Ações Orçamentárias na Dimensão Operacional, visualizadas mais especificamente na LOA.

Cada Eixo foi construído de modo a priorizar temas estratégicos, sendo representados pelas diversas áreas de atuação do governo na implementação das políticas públicas. A base estratégica do PPA 2020-2023 é definida a partir do Eixo Governamental de Atuação Intersetorial, que representa o elemento de planejamento que organiza a atuação governamental, de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de atender à complexidade da missão de tornar o Ceará um Estado com desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

O Tema Estratégico consiste em desdobramento do Eixo, sendo representado pelas diversas áreas de atuação do governo, na implementação das políticas públicas. Este Tema pode ser classificado em Setorial ou Intersetorial, conforme o envolvimento de uma ou mais setoriais na concretização de seus programas.

Tanto os Eixos, quanto os temas estratégicos possuem os seguintes elementos:

a) Resultados: declaram os efeitos de curto e de médio prazo dos programas sobre a melhoria dos indicadores econômicos e sociais; e

b) Indicadores: instrumentos que permitem aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada eixo e tema, o que gera subsídios para seu monitoramento e avaliação a partir da observação do comportamento de uma determinada realidade ao longo do período do Plano.

Os Programas são instrumentos de organização da ação governamental visando ao alcance dos resultados desejados, tanto no nível dos temas, quanto dos eixos. Os programas visam solucionar ou amenizar problemas, atender demandas ou criar/aproveitar oportunidades de desenvolvimento para a população cearense e devem ter a abrangência necessária para representar os desafios, a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação. Podem ser classificados em: Finalísticos, Administrativos ou Especiais.

Em 2019 houve um realinhamento das ações governamentais entre os 7 Eixos, sendo diversas ações relacionadas a despesas de pessoal do programa Gestão e Manutenção (Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados) realocadas para outros programas nos demais Eixos, sendo a maior parte dos valores alocados no programa de Segurança Integrada com a Sociedade do Eixo Ceará Pacífico.

A Tabela 2 apresenta a evolução das despesas dos 7 Eixos do Ceará nos últimos três anos:

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 2 – Variação de despesa dos Eixos 7 Cearás

EIXOS	Execução Orçamentária			Acréscimo (%)		
	2018	2019	2020	2019/2018	2020/2019	2020/2018
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	13.124.896.837	11.203.284.744	13.029.421.613	-14,64%	16,30%	- 0,73%
CEARÁ SAUDÁVEL	3.371.112.410	3.768.043.212	4.335.712.065	11,77%	15,07%	28,61%
CEARÁ DO CONHECIMENTO	3.283.418.671	3.686.238.928	3.186.441.696	12,27%	-13,56%	- 2,95%
CEARÁ PACÍFICO	2.672.515.574	4.733.238.737	3.953.891.867	77,11%	-16,47%	47,95%
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	1.977.704.854	1.808.024.791	1.717.133.581	- 8,58%	- 5,03%	-13,18%
CEARÁ ACOLHEDOR	502.182.873	655.089.118	360.652.881	30,45%	-44,95%	-28,18%
CEARÁ SUSTENTÁVEL	439.573.327	311.116.582	331.266.829	-29,22%	6,48%	-24,64%
TOTAL	**25.371.404.546**	**26.165.036.114**	**26.914.520.532**	**3,13%**	**2,86%**	**6,08%**

A Tabela 2 indica um crescimento de 6,08% nas despesas entre os anos de 2018 e 2020, sendo a maior parte dessa variação observada entre 2018 e 2019, quando ocorreu acréscimo de despesa de 3,13% nos Eixos.

As despesas do Eixo Ceará Pacífico apresentam maior crescimento em relação aos demais no período analisando, com um total de 47,95%, porém, houve uma modificação na alocação de despesas do programa de Segurança Pública Integrada e outros programas de outros Eixos, que fez com que o referido programa aumentasse suas despesas de R$ 2.293.758.084,34 em 2018 para R$ 4.419.275.849,73 em 2019.

O Eixo Ceará Acolhedor apresentou maior redução de despesas no período em análise, com empenho reduzido em 28.18% de 2018 a 2020, seguido do Eixo Ceará Sustentável, com redução de empenho de 24,64% no mesmo período.

Entre 2019 e 2020 houve aumento considerável de despesas do Eixo Ceará Saudável, com conseqüente redução de empenho em praticamente todos os outros Eixos, sendo essa movimentação explicada pelo direcionamento do governo para tratamento das pessoas infectadas com o novo coronavírus (COVID-19).

3.2 Execução dos Eixos, Temas e Programas de Governo

Dentro dos Eixos são dispostos vários temas e programas com seus respectivos orçamentos e execuções. Objetiva-se que a execução se realize mais próximo possível do planejado, pois o sucesso das políticas públicas depende da

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

soma do trabalho e recursos disponíveis para sua execução.

Os 7 Eixos nos últimos três anos foram divididos em 30 Temas nos anos de 2018 e 2019 e 28 em 2020, e entre 78 a 80 Programas. Por se referir a atividade meio, sem produto atrelado ao seu resultado, o tema Administração Geral e seus respectivos Programas foram excluídos das Tabelas 3 e 4 para efeito de análise.

Tabela 3 – Percentual de execução dos Temas

Indicador de Execução das Áreas Temáticas			
Percentual de Execução	2018	2019	2020
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
de 00% a 25%	0	1	1
de 25% a 50%	2	1	1
de 50% a 75%	13	10	10
de 75% a 100%	15	18	16
Total	**30**	**30**	**28**

Fonte: S2GPR (SEFAZ)

Observa-se que, nos três anos em análise, ao menos 27 dos temas empenharam no mínimo 50% do orçamento previsto para o ano, a maior parte dos temas apresentaram empenho entre 75% e 100% do valor orçado. O melhor desempenho ocorreu em 2019, quando 28 temas empenharam entre 50% e 100% do orçamento, sendo 18 desses acima de 75%.

Na faixa entre 25% e 50% de empenho do orçamento consta o Tema Saneamento Básico em 2018 e 2020, e Tema Empreendedorismo em 2018 e 2019. Na faixa até 25% de empenho do orçamento não consta nenhum tema em 2020.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 4 – Percentual de execução dos Programas de Governo

Indicador de Execução dos Programas de Governo			
Percentual de Execução	2018	2019	2020
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
de 00% a 25%	0	8	14
de 25% a 50%	9	5	12
de 50% a 75%	13	24	16
de 75% a 100%	56	43	44
Total	**78**	**80**	**86**

Fonte: S2GPR (SEFAZ)

Observa-se que, nos três anos em análise, ao menos 60 programas empenharam no mínimo 50% do orçamento previsto para o ano, a maior parte desses apresentaram empenho entre 75% e 100% do valor orçado. O melhor desempenho ocorreu em 2018, quando 69 programas empenharam entre 50% e 100%, do orçamento sendo 56 desses acima de 75%.

Após não apresentar programas na faixa abaixo de 25% de empenho do orçamento em 2018, houve 8 ocorrências em 2019 e 14 ocorrências em 2020. Entre os programas com reduzido empenho em 2020 constam Inclusão e Equidade na Educação e Gestão Integrada de Riscos e Desastres, ambos com orçamento próximo de R$ 25 milhões. Conforme já dito na análise das informações sobre a execução por Eixo, tal fato decorre do aumento considerável de despesas do Eixo Ceará Saudável, com a conseqüente redução de empenho em praticamente todos os demais Eixos, devido ao direcionamento de recursos para atender às demandas para redução do impacto do novo coronavírus (COVID-19) na saúde, na economia e nas necessidades sociais.

3.3 Resultado econômico, desempenho dos Eixos e Áreas Temáticas

O nível de gasto nas diversas áreas de atuação do Estado é determinado pela demanda e pressão de gastos da população, porém, o gasto é um *input* entre outros

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

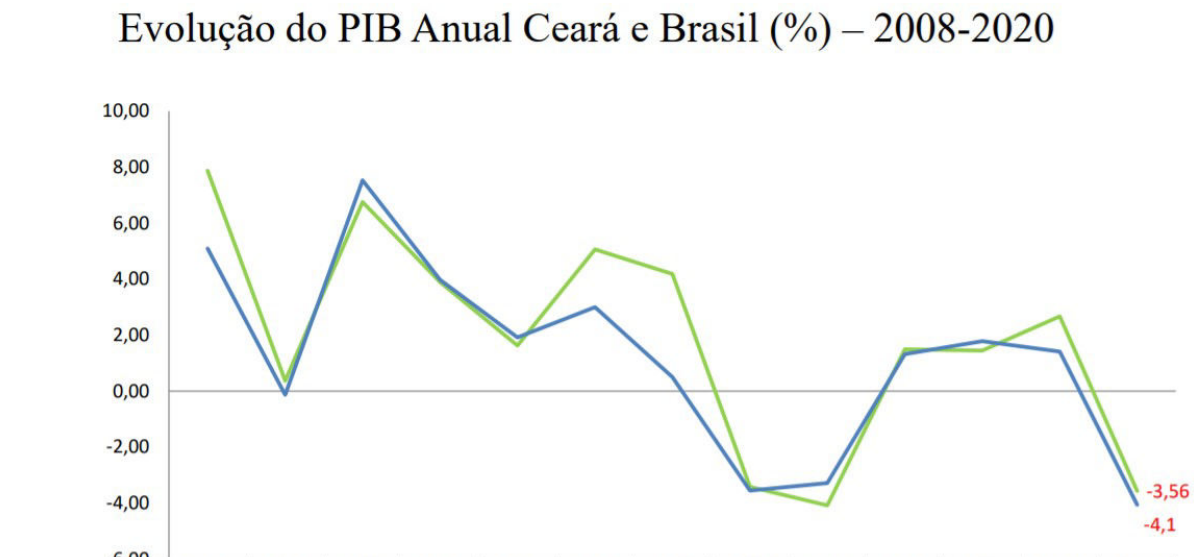
na máquina do governo, sendo, acima de tudo, necessário que resultados satisfatórios e sustentáveis sejam almejados e alcançados pela administração.

Diante das demandas crescentes por serviços públicos e receitas limitadas, o governo deve buscar prover à população respostas para as suas necessidades, sem deixar de observar a austeridade fiscal. O resultado econômico do Estado do Ceará deve analisado com o intuito de obter respostas quanto ao crescimento da capacidade produtiva e de renda, impactados diretamente pelas ações governamentais. Por este motivo, analisamos as informações sobre a evolução do PIB, comércio exterior e mercado de trabalho no Ceará.

3.3.1 Resultado econômico

O PIB mede a atividade econômica e o nível de riqueza produzido por certa região, influenciado diretamente pelo consumo e investimento. A Figura 15 apresenta a evolução do PIB anual Ceará e Brasil entre 2008 e 2020.

Figura 15 - Evolução do PIB anual – Brasil e Ceará – entre os anos de 2008 e 2020.



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019*	2020*
Tx.PIB_CE (%)	7,87	0,37	6,75	3,89	1,63	5,06	4,18	-3,42	-4,08	1,49	1,45	2,67	-3,56
Tx.PIB_BR (%)	5,1	-0,1	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,6	-3,3	1,3	1,8	1,4	-4,1

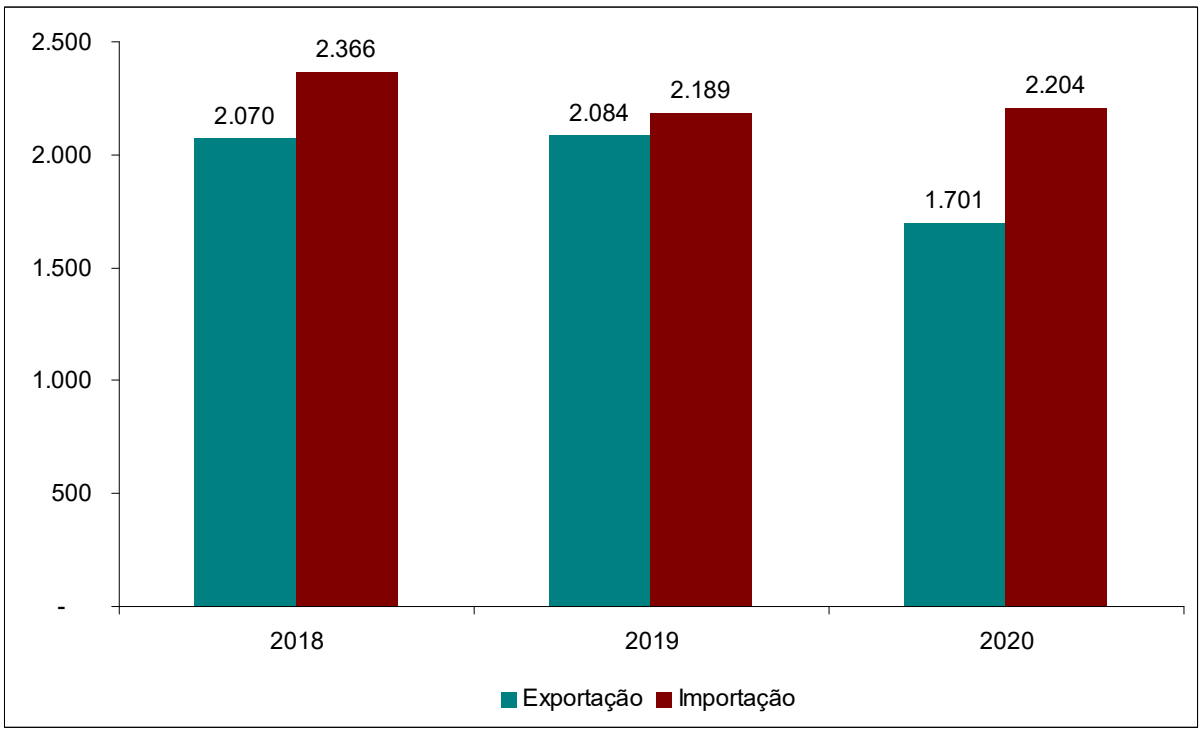
Fonte: IPECE e IBGE. Notas: (*) Ceará e Brasil: São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

A Figura 15 indica que, após dois anos de queda de PIB em 2015 e 2016, houve crescimento do PIB do Ceará entre 2017 e 2019, acompanhando a tendência do Brasil, apresentando um momento de queda da recuperação apenas em 2018, provavelmente em decorrência do impacto da greve dos caminhoneiros. Em 2020 houve expressiva queda do PIB do país e do Ceará em razão dos efeitos da Pandemia de COVID-19, porém, o Estado do Ceará termina a série histórica levemente acima do Brasil.

Observa-se que há picos de variação mais evidentes no caso do PIB cearense, o que demonstra certa instabilidade, muito comum em economias dependentes do setor de serviços, que normalmente é mais afetado por variações da economia. O comércio exterior representa oportunidades de negócios e ampliação da capacidade de geração de emprego e renda para a população, tendo impacto também na taxa de juros, câmbio e investimentos. O Gráfico 2 apresenta a situação da balança comercial cearense, considerando o período de janeiro a novembro dos anos de 2018 a 2020.

Gráfico 2 - Balança Comercial Cearense (US$ 1.000.000-FOB) – jan. a nov. – 2018-2019-2020.



Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

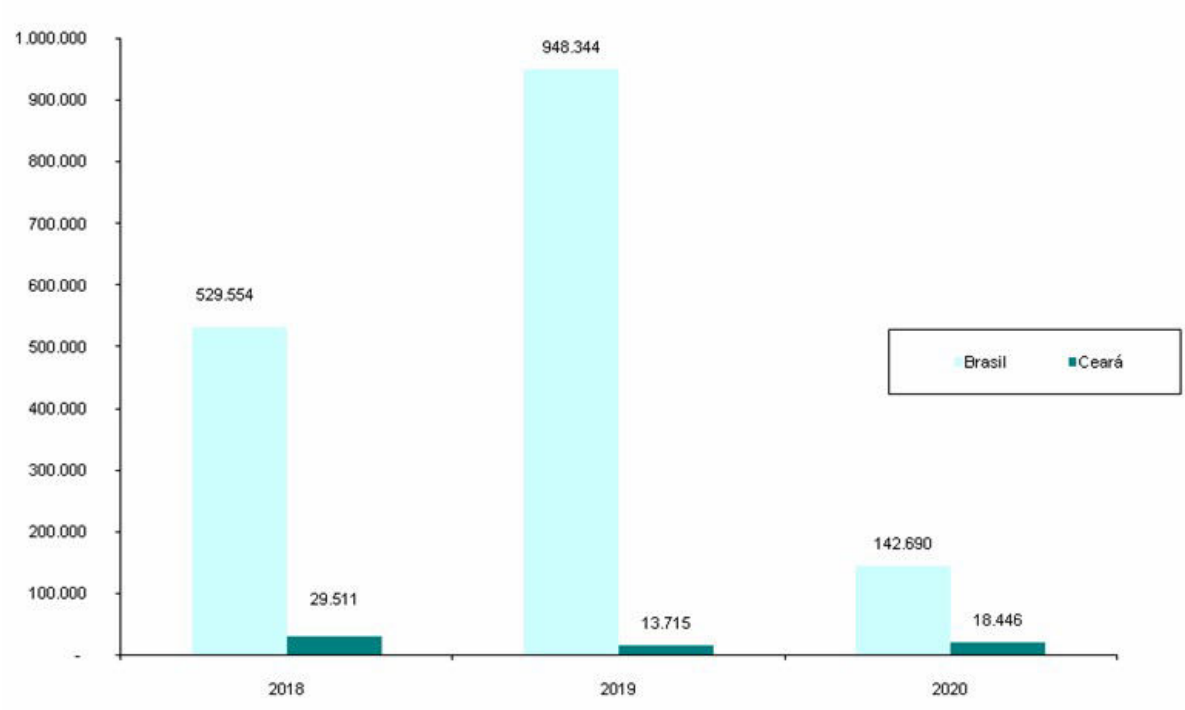
O comércio exterior apresentou operações no montante de 3,905 bilhões de dólares de janeiro a novembro de 2020, representando uma redução de 8,76% em relação a 2019 e 11,87% em relação a 2018. Houve aumento das importações em 2020 em relação a 2019, e também elevada queda das exportações em relação ao ano anterior na ordem de 17,87%. Esses números são resultado da crise da pandemia da COVID-19, em que o Estado reduziu sua produção e exportação, enquanto importou elevado estoque de medicamentos e equipamentos no sentido de combater a doença.

Conforme apresentado na Mensagem à Assembleia de 2021, a balança comercial (diferença entre exportações e importações) resultou em um déficit de R$ 503 milhões, considerando o período de janeiro a novembro 2020, valor esse superior aos mesmos meses dos anos de 2018 e 2019, com respectivos saldos negativos de R$ 296 milhões e R$ 92 milhões. Os produtos metalúrgicos representaram o principal produto de exportação com 52,10% do montante total do período avaliado em 2020. Do lado das importações, o segmento de combustíveis minerais, óleos minerais e derivados é o mais relevante, com 25,70% do total importado até novembro de 2020.

Já o mercado de trabalho influencia diretamente toda a cadeia de valor, gerando receita para a área privada e pública, reduzindo desigualdades e melhorando a condição de vida geral da população. O Gráfico 3 mostra a evolução do saldo de empregos celetistas acumulado até novembro de cada ano.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Gráfico 3 - Evolução do Saldo de Empregos Celetistas - Brasil e Ceará – 2018 a 2020



Fonte: Mensagem do Governo à Assembléia em 2021

De acordo com a Mensagem à Assembleia 2021, apesar dos relevantes impactos negativos da COVID-19 no ano de 2020, o Estado do Ceará criou 18.446 novas vagas de trabalho CLT, superando o ano de 2019, quando foram criadas 13.715 novas vagas. As atividades de comunicação, informação, financeiras, imobiliárias, construção e de saúde foram essenciais para o crescimento das vagas de CLT criadas em 2020.

3.3.2 Desempenho dos Eixos e demais indicadores

Neste capítulo serão analisadas a execução orçamentária e a variação dos cinco últimos anos de indicadores estratégicos dos 7 Eixos Temáticos. Em 2019 houve um realinhamento das ações governamentais entre os 7 Eixos, sendo diversas ações relacionadas a despesas de pessoal do programa Gestão e Manutenção (Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados) realocadas para outros programas nos demais Eixos, conforme sua relação programática, temática e

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

de Eixo.

3.3.2.1 Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados

Com 83,88% de execução do orçamento previsto, por meio do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados, o Estado busca o fortalecimento das instituições públicas, com protagonismo e controle da sociedade, transparência e qualidade da gestão enquanto instrumentos para a efetiva democratização do Estado. A Tabela 5 apresenta os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados.

Tabela 5 – Execução orçamentária do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultado

(R$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2020				
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PART. NO PRÓPRIO EIXO (%)	PART. NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	**15.532.757**	**13.029.422**	**83,88%**	**100,00%**	**48,41%**
PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	24.691	12.845	52,02%	0,10%	0,05%
GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA DAS REGIÕES	1.397	0	0,00%	0,00%	0,00%
SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORIENTADO PARA RESULTAI	17.302	7.097	41,02%	0,05%	0,03%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO CORPORATIVA	80	0	0,00%	0,00%	0,00%
GOVERNO DIGITAL DO CEARÁ	70	0	0,00%	0,00%	0,00%
GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO	5.843	5.748	98,38%	0,04%	0,02%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	14.435.092	12.062.852	83,57%	92,58%	44,82%
GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	2.754.936	2.591.610	94,07%	19,89%	9,63%
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	7.316.416	5.764.763	78,79%	44,24%	21,42%
PREVIDÊNCIA ESTADUAL	4.346.499	3.706.478	85,28%	28,45%	13,77%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	17.240	0	0,00%	0,00%	0,00%
GESTÃO FISCAL	572.121	541.637	94,67%	4,16%	2,01%
MELHORIA DA RELAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE-SOCIEDADI	507.300	502.030	98,96%	3,85%	1,87%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	64.821	39.607	61,10%	0,30%	0,15%
TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE	263.635	248.207	94,15%	1,90%	0,92%
CONTROLE INTERNO GOVERNAMENTAL	878	0	0,00%	0,00%	0,00%
REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	3.877	37	0,95%	0,00%	0,00%
FOMENTO À ÉTICA E À INTEGRIDADE	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	1.249	1.239	99,17%	0,01%	0,00%
CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTAI	3.400	293	8,63%	0,00%	0,00%
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	145.594	139.867	96,07%	1,07%	0,52%
DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO	49.308	48.581	98,53%	0,37%	0,18%
DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO	32.573	31.649	97,17%	0,24%	0,12%
PROMOÇÃO DA INTERAÇÃO LEGISLATIVO E SOCIEDADE	26.757	26.540	99,19%	0,20%	0,10%
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	237.217	163.880	69,08%	1,26%	0,61%
SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ES	233.321	162.038	69,45%	1,24%	0,60%
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOA	3.896	1.842	47,27%	0,01%	0,01%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

O Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados representa 48,41% de todo o empenho do Estado em 2020, sendo quase a totalidade dessa porcentagem atribuída aos programas de Gestão e Manutenção, Encargos Gerais do Estado e Previdência Social, que pertencem ao tema Administração Geral.

Os quatro temas do Eixo apresentaram empenho entre 75% e 100% do orçamento previsto no ano, tendo a maioria dos programas alcançado o mesmo patamar. Os restantes, mesmo com porcentagem de execução abaixo, não possuem orçamento elevado para o ano, causando menor impacto aos resultados do Eixo.

Na Tabela 6 são apresentados os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados.

Tabela 6 – Indicadores estratégicos do Eixo da Gestão Democrática por Resultados

INDICADORES ESTRATÉGICOS DOS EIXOS							
EIXO TEMÁTICO	INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE	2016	2017	2018	2019	2020
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	Índice de eficiência nos gastos do setor público estadual (IEGSP)	R$ por trabalhador	42,5	40,6	47	56,9	70,90[1]
	Índice de concentração regional dos investimentos (ICI)	adimensional	0,9344	0,9363	1,0527	1,0933	ND
	Taxa de investimento público pela Receita Corrente Líquida (RCL)	percentual	12,18	13,87	15,2	10,59	12,57[1]

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2020

ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

[1] Dados preliminares.

Os indicadores estratégicos apontam relevante aumento do índice de eficiência nos gastos do setor público estadual. Apesar da grave crise de COVID em 2020, houve aumento da taxa de investimento público sobre a RCL em relação a 2019, ficando abaixo apenas em relação a 2017 e 2018.

3.3.2.2 Eixo Ceará Saudável

Com 89,61% de execução do orçamento previsto, o Eixo Ceará Saudável compreende as políticas voltadas ao incentivo a hábitos saudáveis, criação de um ambiente favorável ao bem-estar, melhoria da qualidade de vida da população e

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

atendimento aos enfermos. A Tabela 7 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 8 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Saudável.

Tabela 7 – Execução Orçamentária do Eixo Ceará Saudável

(R$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2020				
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PART. NO PRÓPRIO EIXO (%)	PART. NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ SAUDÁVEL	**4.838.437**	**4.335.712**	**89,61%**	**100,00%**	**16,11%**
SAÚDE	4.495.212	4.186.190	93,13%	96,55%	15,55%
ATENÇÃO À SAÚDE PERTO DO CIDADÃO	4.038.526	3.831.901	94,88%	88,38%	14,24%
PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE DO CI	342.549	277.131	80,90%	6,39%	1,03%
GESTÃO E GOVERNANÇA DO SISTEMA DE SAÚDE COM TRA	53.064	23.564	44,41%	0,54%	0,09%
GESTÃO DA REDE DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO, TECNO	61.074	53.594	87,75%	1,24%	0,20%
SANEAMENTO BÁSICO	223.738	64.551	28,85%	1,49%	0,24%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E I	148.335	41.578	28,03%	0,96%	0,15%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO N	75.403	22.973	30,47%	0,53%	0,09%
ESPORTE E LAZER	119.487	84.971	71,11%	1,96%	0,32%
ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	108.461	78.908	72,75%	1,82%	0,29%
CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	11.026	6.063	54,99%	0,14%	0,02%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará Saudável representa 16,11% de todo o empenho do Estado em 2020, sendo quase a totalidade dessa porcentagem atribuída ao programa Atenção à Saúde Perto do Cidadão, com orçamento de 4.038.526 mil e 93,13% desse valor empenhado no ano.

Os temas Saneamento Básico e Esporte e Lazer executaram menos de 75% do orçamento autorizado, tendo o primeiro executado apenas 28,85% de seu orçamento. O programa de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana empenhou apenas 28,03% de seu orçamento de R$ 148.335 mil, enquanto o programa Ceará no Esporte de Rendimento empenhou 53,24% de seu orçamento de R$ 11.026 mil.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 8 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Saudável

INDICADORES ESTRATÉGICOS DOS EIXOS							
EIXO TEMÁTICO	INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE	2016	2017	2018	2019	2020
CEARÁ SAUDÁVEL	Razão da mortalidade materna	óbito por 100 mil nascidos vivos	64,2	65,2	61,1	57,31	100,11
	Taxa de mortalidade infantil	óbito por mil nascidos vivos	12,6	13,2	11,9	12,5[1]	12,1[1]
	Taxa de mortalidade por causas externas	óbitos por 100 mil habitantes	90,70	107,60	100,20	73,70[1]	76,10[1]
	Taxa de mortalidade prematura (30 - 69 anos) por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)	óbitos por 100 mil habitantes	265,6	283,9	281,2	276,6	214,6[1]

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2020

[1] Dados preliminares.

De acordo com a Mensagem à Assembleia de 2021 forma apontados os indicadores estratégicos que demonstraram um relevante aumento da mortalidade materna em relação aos anos anteriores, tendo 25% dos óbitos ocorrido em razão da COVID-19. Por outro lado, houve redução da taxa de mortalidade infantil e mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis, tendo o último obtido o melhor resultado da série histórica desde 2016.

3.3.2.3 Eixo Ceará do Conhecimento

No Eixo Ceará do Conhecimento a execução foi de 85,68% do orçamento previsto, contemplando as ações governamentais que buscam disponibilizar acesso ao conhecimento, cultura e educação para todas as classes e camadas sociais, trabalhando o ensino básico, pesquisa, inovação, cultura e qualificação profissional, entre outros. A Tabela 9 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 10 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará do Conhecimento.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 9 – Execução orçamentária do Eixo Ceará do Conhecimento

(R$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2020				
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PART. NO PRÓPRIO EIXO (%)	PART. NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ DO CONHECIMENTO	**3.718.909**	**3.186.442**	**85,68%**	**100,00%**	**11,84%**
EDUCAÇÃO BÁSICA	2.198.286	1.998.457	90,91%	62,72%	7,43%
INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	27.019	4.292	15,89%	0,13%	0,02%
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL E	59.839	51.621	86,27%	1,62%	0,19%
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	1.906.722	1.751.246	91,85%	54,96%	6,51%
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E COMPLEMENTAR NO E	204.626	191.297	93,49%	6,00%	0,71%
NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS D	80	0	0,00%	0,00%	0,00%
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	547.309	428.901	78,37%	13,46%	1,59%
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO	480.995	378.925	78,78%	11,89%	1,41%
QUALIFICA CEARA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MU	66.314	49.976	75,36%	1,57%	0,19%
EDUCAÇÃO SUPERIOR	510.137	451.539	88,51%	14,17%	1,68%
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	510.137	451.539	88,51%	14,17%	1,68%
CULTURA E ARTE	239.132	175.233	73,28%	5,50%	0,65%
PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARTE E CULTURA CI	134.526	96.476	71,72%	3,03%	0,36%
PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE CONHE	31.022	23.472	75,66%	0,74%	0,09%
PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	67.843	50.647	74,65%	1,59%	0,19%
TELEDIFUSÃO CULTURAL INFORMATIVA E EDUCATIVA	5.741	4.638	80,79%	0,15%	0,02%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	224.045	132.311	59,06%	4,15%	0,49%
CEARÁ CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	132.657	52.376	39,48%	1,64%	0,19%
INOVA CEARÁ	6.245	1.842	29,49%	0,06%	0,01%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉ	85.143	78.094	91,72%	2,45%	0,29%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará do Conhecimento representa 11,84% de todo o empenho do Estado em 2020, sendo grande parte dessa porcentagem atribuída ao programa Desenvolvimento do Ensino Médio, que apresenta execução orçamentária de 91,85%. O tema Desenvolvimento Integral da Educação Superior também possui um orçamento relevante de R$ 510.137 mil, com execução orçamentária de 88.51%.

O Tema Ciência e Tecnologia apresentou empenho de 59,06% em relação a seu orçamento, tendo entre seus programas o Ceará Científico e Tecnológico e o Inova Ceará, com execução menor que 40% do orçamento disponível. No tema Educação Básica o programa Inclusão e Equidade na Educação executou apenas 15,89% do orçamento autorizado.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 10 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará do Conhecimento

INDICADORES ESTRATÉGICOS DOS EIXOS							
EIXO TEMÁTICO	INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE	2016	2017	2018	2019	2020
CEARÁ DO CONHECIMENTO	Diferença da escolaridade média entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população de 15 anos ou mais1	anos de estudo	2,8	2,8	2,7	2,6	ND
	Escolaridade média das pessoas de 15 anos ou mais de idade	anos de estudo	8,0	8,3	8,6	8,6	ND
	Índice de qualificação dos trabalhadores	anos de estudo	9,2	9,7	9,8	9,9	ND
	Participação da economia criativa na massa salarial do Ceará1	percentual	2,761	2,580	2,570	2,600	ND
	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade	percentual	15,20	14,20	13,30	13,60	ND

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2020
ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

Não foi possível efetuar a análise dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará do Conhecimento por falta de dados disponíveis em 2020. Os indicadores apresentam pouca variação de resultados entre 2018 e 2019.

3.3.2.4 Eixo Ceará Pacífico

Com 86,66% de execução do orçamento previsto, o Eixo Ceará Pacífico aponta para políticas públicas ênfase na segurança pública articulada à justiça, à cidadania e no combate às drogas e violência, visando ao pleno acesso aos direitos sociais. A Tabela 11 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 12 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Pacífico.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 11 – Execução orçamentária do Eixo Ceará de Pacífico

(R$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2020				
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PART. NO PRÓPRIO EIXO (%)	PART. NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ PACÍFICO	**4.562.450**	**3.953.892**	**86,66%**	**100,00%**	**14,69%**
SEGURANÇA PÚBLICA	2.848.794	2.395.548	84,09%	60,59%	8,90%
SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA COM A SOCIEDADE	2.788.424	2.367.286	84,90%	59,87%	8,80%
CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA F	6.968	6.747	96,82%	0,17%	0,03%
FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	27.961	17.703	63,31%	0,45%	0,07%
GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES	25.441	3.812	14,99%	0,10%	0,01%
JUSTIÇA	1.713.656	1.558.344	90,94%	39,41%	5,79%
PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	152.614	141.122	92,47%	3,57%	0,52%
EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICI	930.152	877.216	94,31%	22,19%	3,26%
INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGR/	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	576.834	507.985	88,06%	12,85%	1,89%
TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPO	54.057	32.021	59,24%	0,81%	0,12%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará Pacífico representa 14,69% de todo o empenho do Estado em 2020, sendo quase a totalidade dessa porcentagem atribuída ao programa Segurança Pública Integrada com a Sociedade, com execução orçamentária de 84,90%, e ligada ao tema Segurança Pública.

Dos orçamentos com valores autorizados, executaram abaixo de 75% do orçamento os programas de Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública, Tutela dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis e Gestão Integrada de Risco e Desastres, tendo esse último empenhado 14.99% do orçamento disponível.

Tabela 12 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Pacífico

INDICADORES ESTRATÉGICOS DOS EIXOS							
EIXO TEMÁTICO	INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE	2016	2017	2018	2019	2020
CEARÁ PACÍFICO	Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP)	número de casos por 100 mil habitantes	810,60	843,10	710,80	542,91	537,43[1]
	Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI)	óbitos por 100 mil habitantes	38,00	56,90	49,80	24,72	40,49[1]

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2020

[1] Dados preliminares.

O Eixo Ceará Pacífico alcançou redução na CVP, obtendo o menor valor em toda a série histórica, porém, o CVLI, que tinha reduzido consideravelmente em

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

2019, voltou a subir alcançando 40,49 em 2020.

3.3.2.5 Eixo Ceará de Oportunidades

A execução do orçamento previsto para o Eixo Ceará de Oportunidades foi de 76,57%, que abrange ações para o desenvolvimento econômico, englobando temas como emprego, renda, atração de empreendimentos, conjugados com o desafio da propagação da equidade social e regional. A Tabela 13 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 14 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará de Oportunidades.

Tabela 13 – Execução orçamentária do Eixo Ceará de Oportunidades

(R$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2020				
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PART. NO PRÓPRIO EIXO (%)	PART. NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	**2.242.706**	**1.717.134**	**76,57%**	**100,00%**	**6,38%**
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	1.849.934	1.441.471	77,92%	83,95%	5,36%
PROMOÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA	242.209	189.924	78,41%	11,06%	0,71%
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	911.311	782.485	85,86%	45,57%	2,91%
MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTE	696.338	468.987	67,35%	27,31%	1,74%
DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTU/	76	75	98,04%	0,00%	0,00%
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	218.587	147.133	67,31%	8,57%	0,55%
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL D	204.592	133.520	65,26%	7,78%	0,50%
ABASTECIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E DEFESA NO SETO	12.817	12.614	98,42%	0,73%	0,05%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	1.178	999	84,76%	0,06%	0,00%
TURISMO	100.614	71.463	71,03%	4,16%	0,27%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSOLIDADO DO D	100.614	71.463	71,03%	4,16%	0,27%
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	50.159	38.636	77,03%	2,25%	0,14%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTE	4.901	4.328	88,31%	0,25%	0,02%
EMPREENDEDORISMO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	18.871	9.028	47,84%	0,53%	0,03%
CONEXÃO TRABALHO E RENDA CEARÁ	26.384	25.279	95,81%	1,47%	0,09%
INOVAÇÃO PARA MELHORIA DE OPORTUNIDADES	4	0	0,00%	0,00%	0,00%
PESCA E AQUICULTURA	4.608	4.136	89,77%	0,24%	0,02%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA PES(	2.012	1.863	92,59%	0,11%	0,01%
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PES(	2.596	2.274	87,58%	0,13%	0,01%
INDÚSTRIA	14.487	11.923	82,30%	0,69%	0,04%
ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	14.487	11.923	82,30%	0,69%	0,04%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.316	2.371	54,94%	0,14%	0,01%
FORTALECIMENTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.316	2.371	54,94%	0,14%	0,01%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará de Oportunidades representa 6,38% de todo o empenho do

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Estado em 2020, sendo a maior parte desse empenho atribuído aos programas Infraestrutura e Logística e Mobilidade Transito e Transporte, com respectivas execuções orçamentárias de 85,86% e 67,35%, todos ligados ao tema Infraestrutura e Mobilidade, que terminou com empenho de 77,92% do orçamento anual.

Obtiveram empenho próximo a 50% do orçamento anual os programas Empreendedorismo e Arranjos Produtivos Locais e Fortalecimento do Setor de Comércio e Serviços, com respectivas execuções de 47,84% e 54,94%, respectivamente.

Tabela 14 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará de Oportunidades

INDICADORES ESTRATÉGICOS DOS EIXOS							
EIXO TEMÁTICO	INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE	2016	2017	2018	2019	2020
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	Índice de desigualdade de renda agregada municipal	adimensional	0,551	0,53	0,601	0,6	ND
	Índice de Gini	adimensional	0,544	0,547	0,548	0,561	ND
	Participação da renda domiciliar per capita rural na renda domiciliar per capita total1	percentual	49,6	49,9	49,9	45,8	ND
	Participação do Ceará nas exportações do Brasil	percentual	0,7	0,97	0,97	1,01	0,89
	Posição do Ceará no ranking de competitividade dos estados	número	12	12	12	12	10
	Razão PIB per capita Ceará/PIB per capita Brasil	adimensional	0,51	0,52	0,51	0,52	ND
	Taxa de crescimento da produtividade do trabalho	percentual	-2,91	-0,58	-2,22	0,65	4

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2020

Em 2020, Apesar da queda na participação das exportações cearenses em relação aos demais Estados da federação, houve melhora da posição no ranking de competitividade. Quatro dos sete indicadores não possuem dados disponíveis em 2020 para análise.

3.3.2.6 Eixo Ceará Acolhedor

Com 83,54% de execução do orçamento previsto, o Eixo Ceará Acolhedor trata do conjunto de políticas pública voltadas à inclusão social, respeito à pluralidade e garantia dos direitos humanos e civis. A Tabela 15 apresenta a execução

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

orçamentária e a Tabela 16 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Acolhedor.

Tabela 15 – Execução orçamentária do Eixo Ceará Acolhedor

(R$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2020				
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PART. NO PRÓPRIO EIXO (%)	PART. NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ ACOLHEDOR	**431.729**	**360.653**	**83,54%**	**100,00%**	**1,34%**
INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	175.272	159.871	91,21%	44,33%	0,59%
PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	5.407	438	8,11%	0,12%	0,00%
PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTIC	229	71	31,11%	0,02%	0,00%
PROTEÇÃO À VIDA E ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL E CIDADA	69.591	62.479	89,78%	17,32%	0,23%
INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICA	899	0	0,00%	0,00%	0,00%
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	6.218	5.257	84,55%	1,46%	0,02%
PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENT	92.928	91.625	98,60%	25,41%	0,34%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	168.828	140.621	83,29%	38,99%	0,52%
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SO	786	581	73,86%	0,16%	0,00%
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	43.397	37.223	85,77%	10,32%	0,14%
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	124.644	102.818	82,49%	28,51%	0,38%
ACESSO A TERRA E MORADIA	47.752	26.775	56,07%	7,42%	0,10%
HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	28.201	13.588	48,18%	3,77%	0,05%
HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL	14.261	11.256	78,93%	3,12%	0,04%
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA RURAL	5.290	1.931	36,50%	0,54%	0,01%
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	39.878	33.385	83,72%	9,26%	0,12%
GESTÃO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUT	39.878	33.385	83,72%	9,26%	0,12%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará Acolhedor representa 1,34% de todo o empenho do Estado em 2020, tendo a maior parte desses recursos distribuídos nos temas Inclusão Social e Direitos Humanos, Assistência Social, Acesso a Terra e Moradia e Segurança Alimentar e Nutricial. Com exceção do tema Acesso a Terra e Moradia, com 56,07% de execução do orçamento do ano, todos os demais temas executaram mais de 75% do autorizado em 2020.

Houve execução abaixo de 50% do orçamento anual em 5 dos 13 programas do Eixo Ceará Acolhedor, porém todos com orçamento inicial abaixo de 30.000 mil.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 16 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Acolhedor

INDICADORES ESTRATÉGICOS DOS EIXOS							
EIXO TEMÁTICO	INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE	2016	2017	2018	2019	2020
CEARÁ ACOLHEDOR	População extremamente pobre	percentual	7,40[2]	6,60[2]	7,00[3]	6,50[3]	ND
	População extremamente pobre na zona rural	percentual	14,00[2]	14,00[2]	14,60[3]	13,80[3]	ND
	População vivendo abaixo da linha de pobreza nacional	percentual	16,20[1]	14,90[2]	15,20[3]	14,20[3]	ND
	População jovem que não estuda e não trabalha	percentual	31,3	31,3	29,4	28,7	ND

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2020
(ND) Dado de 2020 ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.
1 Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.
2 R$ 85 pelo decreto 8.794 de 29 de junho de 2016.
3 R$ 89 pelo decreto 9.396 de 30 de maio de 2018.

Não houve divulgação dos indicadores de 2020 do Eixo Ceará Acolhedor na Mensagem à Assembléia Legislativa, assim como ainda não estava disponível no momento da produção do presente relatório. Os indicadores de 2019 apresentaram melhora em todos os 4 itens em relação a 2018, com melhor resultado durante toda a série histórica desde 2016.

3.3.2.7 Eixo Ceará Sustentável

Houve execução de 77,97% do orçamento previsto para o Eixo Ceará Sustentável, que trata do fortalecimento das políticas públicas relacionadas à convivência dos cidadãos com o ambiente e clima semiárido do Estado do Ceará. As inovações tecnológicas, técnicas e estratégias de convivência com o clima e educação ambiental são políticas importantes para o acesso da população aos recursos naturais e bens fundamentais. A Tabela 17 apresenta a execução orçamentária e a Tabela 18 os resultados dos indicadores estratégicos do Eixo Ceará Sustentável.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 17 – Execução orçamentária do Eixo Ceará Sustentável

(R$ 1.000)

EIXOS, TEMAS E PROGRAMAS	2020				
	VALOR AUTORIZADO (R$)	VALOR EMPENHADO (R$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PART. NO PRÓPRIO EIXO (%)	PART. NO EMPENHO TOTAL (%)
CEARÁ SUSTENTÁVEL	**424.863**	**331.267**	**77,97%**	**100,00%**	**1,23%**
RESÍDUOS SÓLIDOS	313.183	252.053	80,48%	76,09%	0,94%
RESIDUOS SÓLIDOS	31.056	11.218	36,12%	3,39%	0,04%
RECURSOS HÍDRICOS	0	0	#DIV/0!	0,00%	0,00%
PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSC	8.687	6.564	75,55%	1,98%	0,02%
OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	273.439	234.271	85,68%	70,72%	0,87%
MEIO AMBIENTE	103.578	75.089	72,49%	22,67%	0,28%
CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA	1.120	790	70,54%	0,24%	0,00%
REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DEGRADADAS	74.570	58.746	78,78%	17,73%	0,22%
CEARÁ DA PROTEÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL	1.368	0	0,00%	0,00%	0,00%
CEARÁ MAIS VERDE: CONSERVAR E PROTEGER OS RECUF	23.387	15.553	66,50%	4,69%	0,06%
CEARÁ NO CLIMA: MITIGANDO E SE ADAPTANDO ÀS MUDAI	3.133	0	0,00%	0,00%	0,00%
ENERGIAS	8.102	4.125	50,92%	1,25%	0,02%
MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	8.102	4.125	50,92%	1,25%	0,02%

FONTE: S2GPR-SEFAZ

O Eixo Ceará Sustentável representa 1,23% de todo o empenho do Estado em 2020, tendo a maior parte desses recursos distribuídos nos programas de Oferta Hídrica para Múltiplos Usos, Revitalização de Áreas Degradadas, Resíduos Sólidos e Ceará mais Verde. Os dois últimos apresentaram execução abaixo de 75% do orçamento do ano, com respectivos 36,13% e 66,50%. Apesar de dispor de orçamento para o ano, os programas Ceará da Proteção e Bem Estar Animal e Ceará no Clima não apresentaram execução orçamentária no ano de 2020.

Tabela 18 – Indicadores estratégicos do Eixo Ceará Sustentável

INDICADORES ESTRATÉGICOS DOS EIXOS							
EIXO TEMÁTICO	INDICADORES ESTRATÉGICOS	UNIDADE	2016	2017	2018	2019	2020
CEARÁ SUSTENTÁVEL	Açudes com melhoria da qualidade da água	percentual	36,40	63,60	41,70	-	30
	Cobertura florestal do Ceará	percentual	-	73,64	73,64	70,61	70,61
	Índice da qualidade da gestão ambiental municipal	percentual	-	-	13,00	-	22,28
	Participação do Ceará na geração de energia renovável no Brasil	percentual	-	-	-	-	5,039
	Rios com água de boa qualidade	percentual	-	30,00	18,20	-	54,50

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2020

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Os indicadores de Rios com Água de Boa Qualidade e Índice de Qualidade da Gestão Ambiental Municipal apresentaram incremento considerável. Houve redução no resultado referente ao indicador Açudes com Melhoria da Qualidade da Água.

Em relação aos 7 Eixos Estratégicos do PPA 2016-2019, em 2020 identificamos poucas ocorrências de temas e programas de governo com empenho abaixo de 25% do orçamento. Na maioria dos casos verificou-se o empenhado entre 75% e 100% da previsão orçamentária do ano. O Estado do Ceará apresentou redução do montante de comércio com o exterior, exportações e obteve uma queda expressiva do PIB, porém, esse resultado ainda se manteve melhor que a média do Brasil, devido aos efeitos da pandemia no novo coronavírus (COVID-19).

Apesar disso, houve crescimento das vagas de emprego e melhorias em diversos indicadores dos 7 Eixos. Apesar da necessidade de adaptação dos processos administrativos, os órgãos e entidades conseguiram se adequar com relativo sucesso.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da execução orçamentária do Estado utiliza como base os dados extraídos da ferramenta de Serviço Modular da Administração dos Recursos do Tesouro (SMART), cujos dados são extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR), disponibilizados pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Cumpre destacar que os números apresentados nas análises têm seus valores representados nominalmente, sem considerar os efeitos da inflação.

A análise da execução orçamentária nos permite avaliar se o governo possui capacidade de manter continuamente o equilíbrio orçamentário, constituindo reservas para atender a emergências e apresentar liquidez suficiente para cumprir suas obrigações.

4.1 Resultado Orçamentário

No montante apresentado pela Receita Orçamentária foram excluídos os valores referentes às Receitas Intraorçamentárias. Da Despesa Orçamentária foram extraídos os valores referentes às empresas que não fazem parte do orçamento fiscal (ADECE, CAGECE, CEARÁPORTOS, CEGÁS, COGERH, CEASA, COADZPE E METROFOR) e da modalidade 91 (aplicações diretas entre orçamentos).

Para ser considerada uma execução orçamentária dentro da normalidade, espera-se que haja pouca ou nenhuma diferença entre Receita Prevista e Receita Arrecadada, assim como Dotação de Despesa e Despesa Empenhada. No confronto entre Receita Arrecadada e Despesa Empenhada é preferível um superávit a um déficit, porém, um superávit muito elevado significa que aplicações que poderiam beneficiar a população não foram efetuadas conforme o planejado.

A Tabela 19 apresenta as informações orçamentárias consolidadas, extraídas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do ano de 2020.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 19 – Execução orçamentária consolidada do Estado do Ceará no ano de 2020

Excluída a Modalidade 91 (R$ 1.000,00)

Descrição	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Realizado (%)
Receita Corrente	27.815.217	26.752.848	96,18%
Receita de Capital	2.647.867	1.673.403	63,20%
Total das Receitas	**30.463.084**	**28.426.251**	**93,31%**
Descrição	**Dotação Atualizada**	**Despesa Empenhada**	**Empenhado (%)**
Despesa Corrente	25.854.717	23.172.065	89,62%
Despesa de Capital	5.624.141	3.742.455	66,54%
Reserva de Contingência	272.994	0	0,00%
Total das Despesas	**31.751.851**	**26.914.521**	**84,77%**
Déficit/Superávit Corrente	**1.960.500**	**3.580.783**	
Déficit/Superávit de Capital	**- 2.976.274**	**- 2.069.053**	
Déficit/Superávit	**- 1.288.767**	**1.511.730**	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

O resultado de execução orçamentária obtido em 2020, diferença entre as receitas e despesas orçamentárias, foi um superávit de R$ 1.511.730 mil. A previsão das receitas e despesas antecipava um déficit de R$ 1.288.767 mil. Porém, não se concretizou devido às receitas apresentarem uma realização superior em relação ao empenho das despesas. De forma analítica, observa-se que o Superávit Corrente de R$ 3.580.783 mil cobriu o Déficit de Capital de R$2.069.053 mil.

Apesar da frustração de 3,82% da previsão inicial da receita, essa entrada de recursos a menor foi compensada pela contenção de 10,38% da dotação atualizada, fator esse determinante para a situação de superávit no Resultado Orçamentário.

Assim, as receitas correntes apresentaram um elevado nível de realização, cerca de 96,18%, embora, as receitas de capital tenham sido realizadas apenas 63,20%. Mesmo assim, a realização total da receita ficou em 93,31%.

Quanto às despesas correntes o nível de empenho ficou em 89,64%, um pouco

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

abaixo da receita corrente e das despesas de capital de 66,54%, resultando num empenho total de 84,77%.

Tratando-se de resultado orçamentário superavitário, a análise que segue busca identificar se há:

a) Padrão contínuo de superávits operacionais;

b) Melhoria nas reservas;

c) Técnicas mais eficientes de previsão de receitas;

d) Aumento de liquidez; e

e) Controle orçamentário eficiente.

Mais importante que obter déficit ou superávit no período é identificar se houve a intenção do ente de concretizar determinado resultado, identificando as causas do resultado da execução orçamentária.

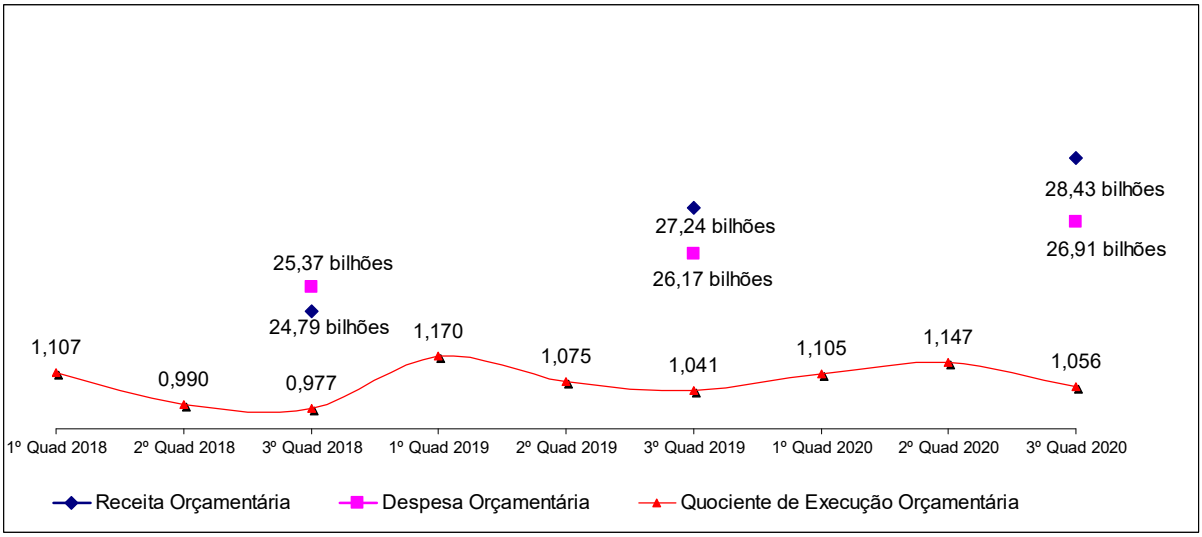
4.1.1 Análise temporal da receita e despesa orçamentária

O Gráfico 4 apresenta a evolução da receita e despesa orçamentária (em bilhões de reais) e o quociente de resultado orçamentário, durante os nove últimos quadrimestres. O quociente é extraído pelo cálculo da Receita dividida pela Despesa. Caso o resultado seja acima de 1, indica superávit, abaixo de 1 indica déficit.

É importante que a administração busque sempre atender às necessidades da população, mantendo a estabilidade do quociente de Resultado Orçamentário durante todo o período, o que demonstra controle do fluxo orçamentário durante o ano inteiro.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Gráfico 4 - Quociente orçamentário – Receita e Despesa



Fonte: S2GPR/SEFAZ

As receitas e despesas cresceram na ordem de quase R$ 0,43 bilhão de 2019 para 2020, sendo que, em 2020, houve um crescimento de R$ 1,18 bilhões (+4,34%) das receitas, contra R$ 0,75 bilhão (+2,86%) das despesas, resultando em um superávit de resultado orçamentário.

Observa-se que o quociente de execução orçamentária volta para acima de 1 a partir do primeiro quadrimestre de 2019, se mantendo nos demais quadrimestres. Esse indicador demonstra que existem oscilações e em determinados momentos chegaram a ficar abaixo de 1, mas na maioria dos quadrimestres apresentados seus resultados são superavitários. A pouca variabilidade dos quocientes também é um bom indicador a ser observado.

A linha quadrimestral de quociente de resultado orçamentário revela uma tendência em onda, caracterizada com controle das despesas no primeiro quadrimestre durante os três anos observados e recuo do indicador no último quadrimestre de cada ano.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

4.1.2 Análise da previsão da receita e fixação da despesa

Ao final do ano, espera-se que os ajustes no orçamento tenham refletido adequadamente a realidade e necessidades, de modo a não sobrar ou faltar valores nos orçamentos previstos de despesa e receita. A Tabela 20 apresenta o resumo da previsão inicial de superávit/déficit do resultado orçamentário e as movimentações orçamentárias durante o ano.

Tabela 20 – Resumo das movimentações orçamentárias

(R$ 1.000,00)

Resumo das Movimentações Orçamentárias	Valores
Previsão Inicial de Superávit / Déficit Orçamentário	0
(+) Aumento da Previsão da Receita	2.783.434
(-) Frustração de Receita Prevista Atualizada	- 2.036.833
(+) Aumento da Previsão de Despesa	- 2.834.690
(-) Contenção de Despesa Prevista Atualizada	4.837.330
Resultado de Execução Orçamentária	2.749.242

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que durante o ano houve elevado aumento da previsão de receita e despesa, porém, a frustração de receita e contenção de despesas indica valores ainda superiores. Esse distanciamento e variação elevada de previsão e execução pode ser a causa do superávit elevado de R$ 1.511.730 mil apresentado no resultado de execução orçamentária, cujo motivo seria falha de planejamento e execução.

Tabela 21 detalha as variações na previsão inicial da Receita e fixação da Despesa orçamentária durante o exercício de 2020.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 21 – Variação da previsão inicial de receita e fixação da despesa orçamentária em 2020

(R$ 1.000,00)

Descrição	Previsão Inicial 2020	Previsão Atualizada	Variação da Previsão	Execução
Receita Corrente	25.422.587	27.815.217	9,41%	26.752.848
Receita de Capital	2.257.063	2.647.867	26,79%	1.673.403
Receita Prevista Total	**27.679.650**	**30.463.084**	**10,83%**	**28.426.251**
Despesa Corrente	24.237.548	25.854.717	5,24%	23.172.065
Despesa de Capital	4.353.577	5.624.141	21,26%	3.742.455
Reserva de Contingência	326.037	272.994	- 16,54%	0
Despesa Dotada Total	**28.917.161**	**31.751.851**	**7,41%**	**26.914.521**
Diferença	**- 1.237.512**	**- 1.288.767**	**0,00%**	**1.511.730**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Destaca-se que no orçamento corrente houve incremento na alteração do orçamento inicial durante o ano, tanto para receita (10,83%) quanto para despesa (7,41%). Em relação ao planejado, a execução final ficou próxima do orçamento previsto. Em se tratando de orçamento de capital, a previsão apresentou elevada variação durante o ano, obtendo ajuste acima de 20%. Não obstante, o valor executado de despesa e receita se apresentou muito abaixo da previsão inicial e final. A Tabela 22 detalha as quatro maiores frustrações de receita observadas em 2020.

Tabela 22 – Frustração de receitas

(R$ 1.000,00)

Operações de Crédito	Prevista	Realizada	Diferença
Operacoes de Credito - Mercado Interno	820.131	626.028	194.103
Operacoes de Credito - Mercado Externo	1.114.156	838.737	275.419
Transferências de Capital	**Prevista**	**Realizada**	**Diferença**
Outras Transferencias de Convenios da Uniao	347.281	60.595	286.686
Transferencias dos Municipios e de suas Entidades	3.600	3.303	297
Total	**2.285.168**	**1.528.663**	**756.505**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

As receitas apresentadas na Tabela 22 totalizam R$ 756.505 mil de recebimento a menor que o previsto em 2020. Cabe destacar que essas mesmas receitas apresentaram em 2019 frustrações no montante de R$ 1.282.794 mil, enquanto em 2018 o total foi de R$ 1.924.256 mil.

4.2 Receitas

A receita representa os recursos que garantem o cumprimento das obrigações do Estado, por este motivo, é importante a exploração adequada da base econômica da localidade para manter a condição do governo favorável. A análise a seguir verificará se as receitas são:

a) Devidamente estimadas no início e durante o ano;

b) Crescentes com relação à inflação e sua base econômica;

c) Diversificadas de forma que o governo não seja totalmente dependente de transferências de esferas governamentais superiores; e

d) Recebidas de forma eficiente.

4.2.1 Categoria e origem das receitas orçamentárias

A Tabela 23 apresenta a previsão e a arrecadação das receitas do Estado do Ceará por categoria e origem no exercício de 2020, com os respectivos valores absolutos e percentuais.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 23 – Receitas por categoria e origem

(R$ 1.000,00)

Categoria / Origem	Prevista	Realizada	Percentual Realizado	Participação no Total (%)
Receita Corrente	**27.815.217**	**26.752.848**	**96,18%**	**94,11%**
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	15.177.757	14.232.659	93,77%	50,07%
Receita de Contribuições	901.161	965.728	107,16%	3,40%
Receita Patrimonial	398.911	299.742	75,14%	1,05%
Receita Agropecuária		1	100%	0,00%
Receita de Serviços	237.017	220.045	92,84%	0,77%
Transferências Correntes	10.404.895	10.313.601	99,12%	36,28%
Outras Receitas Correntes	695.476	721.072	103,68%	2,54%
Receita de Capital	**2.647.867**	**1.673.403**	**63,20%**	**5,89%**
Operações de Crédito	1.934.287	1.464.765	75,73%	5,15%
Alienação de Bens		1.129	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	713.580	204.770	28,70%	0,72%
Outras Receitas de Capital		2.536	0,00%	0,01%
Amortização de Empréstimos		202	0,00%	0,00%
Total Geral	**30.463.084**	**28.426.251**	**93,31%**	**100,00%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Receita Corrente obteve bom percentual de 96,18% de realização do previsto. As Receitas com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria e Transferências Correntes, com respectivos 50,07% e 36,28% de participação no total das receitas, são as principais origens de receita realizada do governo.

Por outro lado, a Receita de Capital realizou apenas 63,20% da receita prevista, porcentagem ainda superior a de 2019, quando realizou 57,45%. As duas principais origens, Operações de Crédito e Transferências de Capital, receberam 75,73% e 28,70%, respectivamente da previsão, montando uma frustração de receita de R$ 978.332 mil nessas duas origens.

4.2.2 Fontes de receita orçamentária

As fontes de receita do Estado indicam a fonte dos recursos para o

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

financiamento das despesas do Estado. A Tabela 24 apresenta as fontes de receita nos últimos três anos.

Tabela 24 – Receitas por fonte

(R$ 1.000,00)

Fonte de Receita	2018	% Total	2019	% Total	2020	% Total
Tesouro	18.832.021	75,95%	19.931.682	73,16%	20.908.389	73,55%
Recursos Próprios	1.931.287	7,79%	2.096.839	7,70%	2.142.867	7,54%
Transferências Legais	2.510.979	10,13%	3.271.798	12,01%	3.624.144	12,75%
Operações de Crédito	950.892	3,84%	1.418.073	5,21%	1.498.528	5,27%
Convênios	569.368	2,30%	524.204	1,92%	252.322	0,89%
Total	**24.794.546**	**100,00%**	**27.242.597**	**100,00%**	**28.426.251**	**100,00%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A maior parte dos recursos arrecadados vem da fonte Tesouro, que em 2018 contribuía com 75,95% do total de receitas e em 2020 passou para 73,55%, entre 2018-2020 apresentou uma redução de 2,70%. A receita total em 2020 foi superior aos valores auferidos em 2018 e 2019, demonstrando capacidade de arrecadação, mesmo em um ano de crise.

4.2.3 Origens de receita orçamentária

A Tabela 25 apresenta a evolução das principais origens de Receita, levando em consideração informações dos três últimos anos.

Tabela 25 – Evolução das principais Origens de Receita

(R$ 1.000,00)

Recurso Espécie	Receita Arrecadada			Acréscimo (%)		
Origens de Receita	**2018**	**2019**	**2020**	**2019/2018**	**2020/2019**	**2020/2018**
Impostos, Taxas E Contribuições	12.944.469	14.546.088	14.232.659	12,37%	- 2,15%	9,95%
Transferências Correntes	7.930.162	8.735.141	10.313.601	10,15%	18,07%	30,06%
Operações De Crédito	908.065	1.379.112	1.464.765	51,87%	6,21%	61,31%
Outras Receitas Correntes	847.689	689.503	721.073	-18,66%	4,58%	-14,94%
Transferências De Capital	410.909	371.914	204.770	- 9,49%	-44,94%	-50,17%
Demais Origens de Receita	1.753.239	1.520.839	1.489.382	-13,26%	- 2,07%	-15,05%
Total	**24.794.533**	**27.242.597**	**28.426.251**	**9,87%**	**4,34%**	**14,65%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

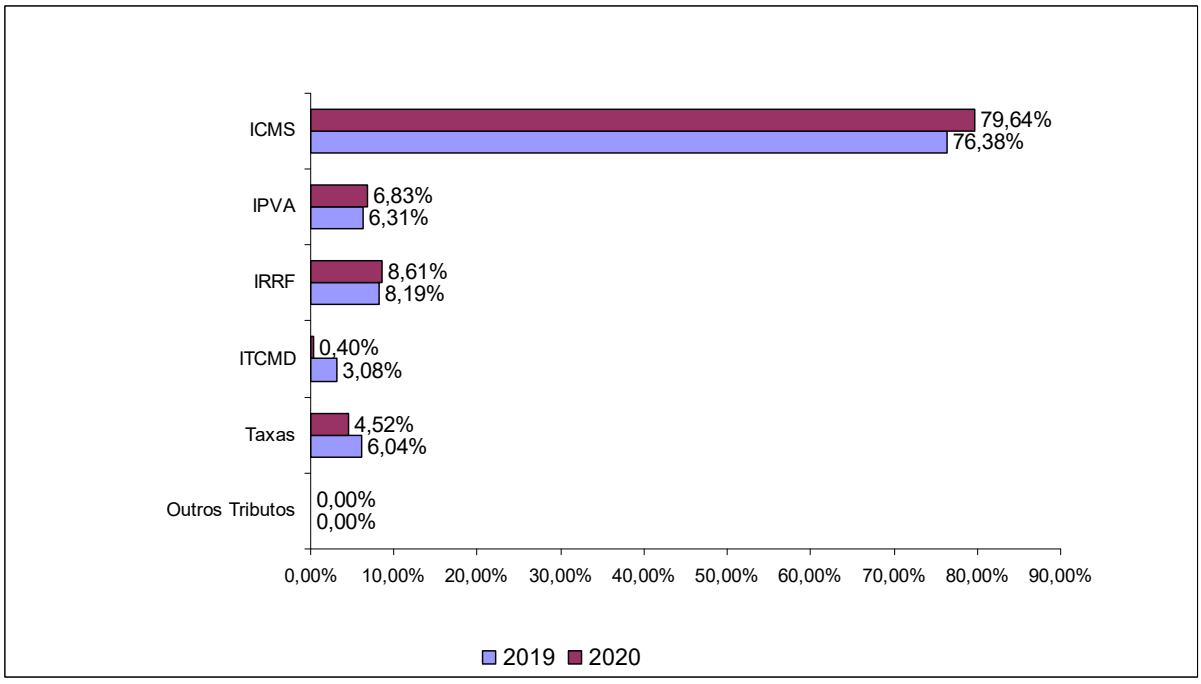
Nos últimos três anos houve crescimento de 14,65% da receita total do Estado,

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

valor superior à inflação acumulada dos últimos três anos de 13,11%. A Receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria se destaca com crescimento de 9,95% entre 2018 e 2020, o que representa um acréscimo de receita de R$ 1.288.190 mil em seu valor bruto. As transferências correntes também se destacam pelo aumento de 30,06% do valor recebido entre 2018 e 2020.

Houve também incremento de 61,31% de receita com as operações de crédito, que passaram de R$ 908.065 mil para R$ 1.464.765 mil em 2020. Vale lembrar que mesmo com esse crescimento elevado o Estado ainda apresenta um percentual de 6,66% em relação à Receita Corrente Líquida Ajustada, conforme será demonstrado no capítulo de Gestão Fiscal. O Gráfico 5 apresenta a participação dos principais tributos na receita total do Estado do Ceará nos últimos dois anos.

Gráfico 5 – Participação dos principais Tributos em relação à Receita Total



Fonte: S2GPR/SEFAZ

O ICMS apresenta maior participação na receita total do Estado, se mantendo na faixa dos 76,38% em 2019 e 79,64% em 2020, com um leve incremento de 3,26%. O ITDC variou de 3,08% em 2019 para 0,40%, em 2020, contudo o percentual de 2019 foi uma exceção, pois ocorreu devido a receitas extras com

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

antecipação do tributo. O IPVA também apresentou um crescimento passando de 6,31% em 2019 para 6,83% em 2020, apesar da queda de 26,2% nas vendas de veículos registrada pela Anfavea decorrente da Pandemia da COVID-19.

4.3 Despesas

A condição financeira do Estado, sob a perspectiva das despesas, é avaliada pela pressão dos gastos, e essa é consequência do grau satisfação da comunidade quanto às suas necessidades. Sendo assim, o governo precisa decidir a quantidade e qualidade dos *outputs*, preço dos *inputs*, condições para prestação de serviços públicos, levando em conta sua capacidade financeira e operativa.

Na análise específica das despesas orçamentárias, os principais pontos a serem considerados são:

a) Crescimento excessivo dos gastos comparado à receita ou riqueza da comunidade;

b) Controle orçamentário ineficiente; e

c) Crescimento excessivo em despesas que criam obrigações futuras.

4.3.1 Categoria econômica e grupo de natureza das despesas

A Tabela 26 apresenta os valores autorizados e empenhados, referentes à Categoria e Grupo de Despesa no exercício de 2020.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 26 – Participação das categorias e grupos de despesa orçamentária.

(R$ 1.000,00)

Categoria/Grupo	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Execução Orçamentária (B/A)	Part. no Total Empenhado
DESPESAS CORRENTES	**25.854.717**	**23.172.065**	**89,62%**	**86,10%**
Pessoal e Encargos Sociais	13.199.249	11.916.258	90,28%	44,27%
Juros e Encargos da Dívida	705.158	434.543	61,62%	1,61%
Outras Despesas Correntes	11.950.310	10.821.264	90,55%	40,21%
DESPESAS DE CAPITAL	**5.624.141**	**3.742.455**	**66,54%**	**13,90%**
Investimentos	3.596.549	2.483.082	69,04%	9,23%
Inversões Financeiras	227.666	223.839	98,32%	0,83%
Amortizações	1.799.926	1.035.535	57,53%	3,85%
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	**272.994**	**0**	**0,00%**	**0,00%**
Reserva de Contingência	272.9 94	0	0,00%	0,00%
TOTAL GERAL	**31.751.851**	**26.914.521**	**84,77%**	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

As Despesas Correntes representam 86,10% do total de empenho do Estado, enquanto as Despesas de Capital participam com 13,90%. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Investimentos, com 44,27% e 9,23% de participação no total empenhado, representam as maiores despesas dentro de suas respectivas Categorias.

Os grupos das Despesas Correntes apresentam execução acima de 89,62% do autorizado, refletindo boa coordenação de planejamento e execução orçamentária. O Grupo Investimentos executou apenas 69,04% da dotação autorizada, o que em termos absolutos representa gasto R$ 2.483.082 mil, menor que o orçado para o ano. A execução dos Investimentos está ligada diretamente à realização das Operações de Crédito.

4.3.2 Comparativo das despesas por poder

A Tabela 27 detalha as Despesas por Poder, comparando o percentual empenhado em relação ao total, nos últimos três anos.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 27 – Despesas por Poder nos três últimos anos

(R$ 1.000,00)

Despesa por Poder	Despesa Realizada			Participação	Variação (%)	
	2018	2019	2020	Total 2020	2019/2020	2020/2018
Executivo	23.046.756	23.712.763	24.500.455	91,03%	3,32%	6,31%
Judiciário	1.166.798	1.215.341	1.173.818	4,36%	- 3,42%	0,60%
Legislativo	629.793	655.601	664.992	2,47%	1,43%	5,59%
Ministério Publico	383.773	421.692	411.591	1,53%	- 2,40%	7,25%
Executivo Autônomo	144.285	159.639	163.665	0,61%	2,52%	13,43%
TOTAL	**25.371.405**	**26.165.036**	**26.914.521**	**100,00%**	**2,86%**	**6,08%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Com participação de 91,03% das despesas totais do Estado em 2020, o Poder Executivo obteve um crescimento das despesas de 3,32% nos últimos três anos, fator próximo em relação ao aumento de 2,86% das despesas totais do Estado no mesmo período.

Os Poderes Judiciário e Legislativo apresentaram incremento entre 2018-2020 abaixo do percentual geral. Já o Poder Executivo Autônomo, representado pela Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE), teve um incremento de 2,52% no período de 2018-2020.

4.3.3 Elementos de despesa

A classificação das despesas por elementos indicam o detalhamento com a finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, material de consumo, etc.

4.3.3.1 Elementos de despesa – pessoal e encargos sociais

A Tabela 28 mostra o detalhamento dos 5 elementos de Despesa de maior valor, nos três últimos anos, referentes ao grupo de Despesa Pessoal e Encargos Sociais.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 28 – Principais elementos de despesa do grupo Pessoal e Encargos Sociais

(R$ 1.000,00)

Grupo - Pessoal e Encargos Sociais	Despesa Realizada			Partifcipação	Variação (%)	
	2018	2019	2020	Total 2020	2020/2019	2020/2018
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.023.367	5.353.132	5.630.924	47,25%	5,19%	12,09%
Aposentadorias Do Rpps, Reserva Remunerada E Reformas Dos Mi	2.370.354	2.573.329	2.869.884	24,08%	11,52%	21,07%
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Militar	1.162.083	1.452.113	1.580.470	13,26%	8,84%	36,00%
Pensões, Exclusive Do Rgps (52)(A)	745.208	789.181	844.476	7,09%	7,01%	13,32%
Contratação Por Tempo Determinado	327.485	404.034	496.565	4,17%	22,90%	51,63%
TOTAL	**9.628.497**	**10.571.789**	**11.422.319**	**95,85%**	**8,05%**	**18,63%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os 5 principais elementos de despesa Pessoal e Encargos Sociais representam R$ 11.422.319 mil de um total de R$ 11.916.258 mil empenhado nesse Grupo em 2020. A Despesa de Pessoal e Encargos Sociais obteve o maior valor realizado dentro da Categoria de Despesas Correntes. No comparativo dos três últimos anos, os 5 elementos desse grupo de Despesa obtiveram um crescimento de 18,63% em relação a 2018, e 8,05% em relação a 2019.

O elemento Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil possui o maior volume dos gastos nesse Grupo. O referido elemento cresceu 5,19% entre 2019 e 2020 e 12,09% nos últimos três anos.

Nos últimos três anos, os elementos Vantagens Fixas – Pessoal Militar e Contratação por Tempo Determinado e Vencimentos obtiveram o maior crescimento de Despesa, com respectivamente 36,00% e 51,63%.

4.3.3.2 Elementos de despesa – outras despesas correntes

A Tabela 29 detalha os cinco principais elementos de Despesa de maior valor nos três últimos anos referentes ao Grupo de Outras Despesas Correntes.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 29 – Principais elementos de despesa do grupo Outras Despesas Correntes

(R$ 1.000,00)

Grupo - Outras Despesas Correntes	Despesa Realizada			Participação	Variação (%)	
	2018	2019	2020	Total 2020	2020/2019	2020/2018
Distribuição Constitucional Ou Legal De Receitas (1)(A)	3.151.522	3.341.737	3.709.194	34,28%	11,00%	17,70%
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.190.708	2.385.298	2.493.655	23,04%	4,54%	13,83%
Locação De Mão-De-Obra	820.204	895.269	980.725	9,06%	9,55%	19,57%
Outras Despesas De Pessoal Decorrentes De Contratos De Terce	578.299	628.239	863.940	7,98%	37,52%	49,39%
Contribuições	543.681	612.383	513.866	4,75%	-16,09%	- 5,48%
TOTAL	**7.284.414**	**7.862.926**	**8.561.379**	**79,12%**	**8,88%**	**17,53%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 29 demonstra aumento das principais despesas do Grupo Outras Despesas Correntes, tendo crescido 17,53% nos últimos três anos e 8,88% entre 2019 e 2020.

Os elementos Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização apresentaram, respectivamente, aumento e despesa de 11,00% e 37,52% entre 2019 e 2020. No mesmo período, as despesas com Locação de Mão-de-Obra teve um incremento de 9,55%, enquanto Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica aumentaram em 4,54%. Por outro lado, as despesas com Contribuições tiveram uma redução de 16,09%.

4.3.3.3 Elementos de despesa – investimentos

A Tabela 30 detalha os cinco principais elementos de Despesa de maior valor referentes ao grupo de Investimentos.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 30 – Principais elementos de despesa do grupo Investimentos

R$ 1.000

Grupo - Investimentos	Despesa Prevista	Despesa Realizada	Realização (%)	Part. no Total Realizado
Obras E Instalações	1.952.983	1.346.327	68,94%	61,39%
Equipamentos E Material Permanente	591.671	322.872	54,57%	14,72%
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	317.925	226.377	71,20%	10,32%
Auxílios	249.297	214.736	86,14%	9,79%
Despesas De Exercícios Anteriores	102.933	82.938	80,57%	3,78%
TOTAL	**3.214.809**	**2.193.249**	**68,22%**	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Na Tabela 30 é demonstrado que os 5 principais elementos de despesa do grupo Investimentos executaram 68,22% do previsto para o ano de 2020, significando uma aplicação de R$ 1.021.560 mil a menor do que o previsto. O elemento de despesa referente a Obras e Instalações foi responsável pelo maior volume executado no grupo, com um percentual de 61,39% do total da despesa realizada no Grupo.

4.3.3.4. Elementos de despesa – amortizações, juros e encargos da dívida

A Tabela 31 detalha os Elementos de Despesa dos últimos três anos, referentes aos grupos de Amortizações e Juros e Encargos da Dívida.

Tabela 31 – Elementos de despesa dos grupos Amortizações e Juros e Encargos da Dívida

(R$ 1.000,00)

Amortizações e Juros e Encargos da Dívida	Despesa Realizada			Variação (%)		
	2018	2019	2020	2019/2018	2020/2019	2020/2018
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	706.273	946.767	1.013.779	34,05%	7,08%	43,54%
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	515.633	582.167	399.734	12,90%	-31,34%	-22,48%
ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	117.683	33.223	32.098	-71,77%	- 3,39%	-72,73%
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	29.707	24.790	24.467	-16,55%	- 1,30%	-17,64%
TOTAL	**1.369.296**	**1.586.947**	**1.470.078**	**15,90%**	**- 7,36%**	**7,36%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que o elemento de despesa Principal da Dívida Contratual

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Resgatado cresceu de 2019 para 2020 em 7,08%, movimento inverso aos Juros sobre a Dívida por Contrato, que reduziram em 31,34% no mesmo período.

4.3.4 Despesa por função

De acordo com a Portaria nº42/1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, a função é o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. A Tabela 32 apresenta a execução da Despesa por Função.

Tabela 32 – Despesas por Função empenhadas

(R$ 1.000,00)

Grupo de Funções	Despesa Realizada			Participação	Variação (%)	
	2018	2019	2020	Total 2020	2020/2019	2020/2018
Administracao	1.125.535	1.036.077	1.117.379	4,15%	7,85%	- 0,72%
Agricultura	551.228	358.465	317.436	1,18%	-11,45%	-42,41%
Assistencia Social	283.086	303.651	316.771	1,18%	4,32%	11,90%
Ciencia E Tecnologia	88.021	84.306	72.722	0,27%	-13,74%	-17,38%
Comercio E Servicos	92.709	91.175	48.186	0,18%	-47,15%	-48,02%
Comunicacoes	40.848	63.913	82.732	0,31%	29,45%	102,54%
Cultura	106.741	106.258	180.236	0,67%	69,62%	68,85%
Desporto E Lazer	66.343	47.881	22.571	0,08%	-52,86%	-65,98%
Direitos Da Cidadania	709.761	806.628	233.269	0,87%	-71,08%	-67,13%
Educacao	3.263.913	3.294.079	3.081.562	11,45%	- 6,45%	- 5,59%
Encargos Especiais	5.063.570	5.601.946	5.563.445	20,67%	- 0,69%	9,87%
Energia	6.929	3.506	4.126	0,02%	17,66%	-40,46%
Essencial A Justica	454.634	495.844	484.164	1,80%	- 2,36%	6,50%
Gestao Ambiental	189.664	157.961	324.683	1,21%	105,55%	71,19%
Habitacao	24.763	40.590	19.503	0,07%	-51,95%	-21,24%
Industria	37.261	13.638	11.998	0,04%	-12,03%	-67,80%
Judiciaria	1.166.798	1.215.341	1.173.818	4,36%	- 3,42%	0,60%
Legislativa	624.969	640.873	652.738	2,43%	1,85%	4,44%
Organizacao Agraria	12.767	12.561	11.256	0,04%	-10,39%	-11,83%
Previdencia Social	3.367.866	3.560.604	3.721.007	13,83%	4,50%	10,49%
Saneamento	314.015	306.854	74.357	0,28%	-75,77%	-76,32%
Saude	3.497.991	3.612.886	4.534.952	16,85%	25,52%	29,64%
Seguranca Publica	2.581.001	2.753.911	3.045.583	11,32%	10,59%	18,00%
Trabalho	70.112	54.849	33.553	0,12%	-38,83%	-52,14%
Transporte	1.411.915	1.300.036	1.400.218	5,20%	7,71%	- 0,83%
Urbanismo	218.967	201.204	386.257	1,44%	91,97%	76,40%
TOTAL GERAL	**25.371.405**	**26.165.036**	**26.914.521**	**100,00%**	**2,86%**	**6,08%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

As despesas por função cresceram entre 2018-2020 o percentual de 6,08%,

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

passando de R$ 25.371.405 mil em 2018 para R$ 26.914.521 mil em 2020. Já no período de 2019 a 2020 o crescimento foi de 2,86%, portanto, abaixo da inflação medida pelo IPCA.

Destacam-se na Tabela 32 as funções com orçamento acima de R$ 1.000.000 mil em 2020, sendo essas Administração, Educação, Encargos Especiais, Judiciária, Previdência Social, Saúde, Segurança Pública e Transporte. Dentre esses, a Educação apresentou queda de despesa em 6,45% entre 2019 e 2020. Por outro lado, a Saúde e a Segurança Pública apresentaram os maiores incrementos, de 25,52% e 10,59% respectivamente.

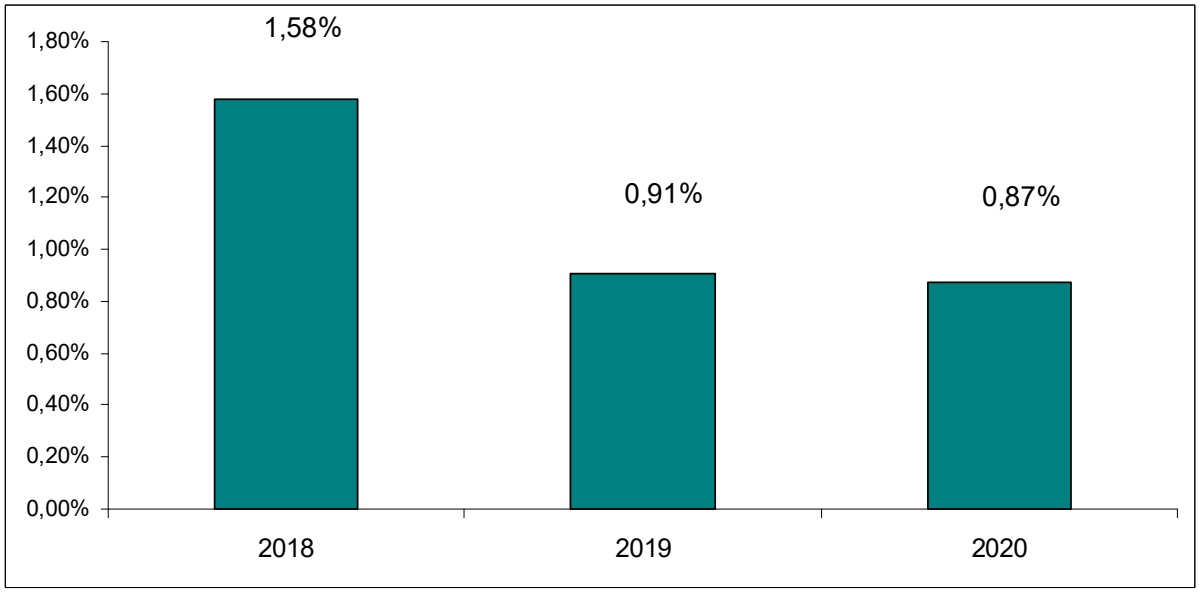
4.3.5 Despesas de exercícios anteriores (DEA)

O Indicador do DEA em relação à Despesa Total demonstra a qualidade do planejamento. Como as despesas com DEA são aquelas que ocorrem sem o registro de empenho no exercício em que ocorreu a despesa, não utilizando o orçamento da época própria, quanto maior for esse indicador, maior será a fragilidade no controle das despesas orçamentárias. A STN apresentou esse indicador em seu Boletim das Finanças Públicas editado no final de 2016 e calculou, em relação às capitais brasileiras, uma média de 1,82%.

O Gráfico 6 apresenta o Indicador de DEA do Poder Executivo do Estado do Ceará dos últimos três anos demonstrando uma redução do seu percentual que passa de 1,58% em 2018 para 0,87% em 2020. Essa melhora expressiva do indicador ocorre devido a melhoria na gestão dos recursos graças ao trabalho intenso do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF) no controle das despesas e da conscientização da necessidade de melhor planejamento pelos órgãos. Porém, ainda é necessário reduzir ao máximo essa porcentagem, sendo, caso necessário, propor consequências aos gestores que não assumirem esse compromisso.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Gráfico 6 - Indicador de DEA em relação à Despesa Total - Poder Executivo



Fonte: S2GPR/SEFAZ

A Tabela 33 destaca as principais fontes utilizadas para empenho dos DEA no poder executivo.

Tabela 33 - Aplicação de recursos de DEA por fonte - Poder Executivo

(R$ 1.000,00)

Fonte	ANO						
	2018	% de Participação	2019	% de Participação	2020	% de Participação	2020/2018
Tesouro	267.322	73,56%	138.787	64,04%	169.510	72,36%	-36,59%
Convênios Federais	25.933	7,14%	21.221	9,79%	9.043	3,86%	-65,13%
Operações de Crédito	23.243	6,40%	27.691	12,78%	26.679	11,39%	14,78%
SUS	17.557	4,83%	15.486	7,15%	7.013	2,99%	-60,05%
Diversas Fontes	29.338	8,07%	13.540	6,25%	22.023	9,40%	-24,93%
TOTAL	**363.393**	**100,00%**	**216.724**	**100,00%**	**234.268**	**100,00%**	**-35,53%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Entre os anos de 2018 e 2020, constata-se uma variação de -35,53% de gastos com DEA, representando redução nominal no montante de R$ 129.125 mil dessa despesa no período. Quase todas as fontes de recursos apresentaram redução, sendo que a fonte Tesouro, com o maior volume de recursos (64,04%), apresentou redução de despesas com DEA em 2020 em relação a 2018 de 36,59%. E a única que apresentou crescimento foi a fonte Operações de Crédito com uma acréscimo

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

de 14,78%.

A Tabela 34 apresenta as Secretarias que mais empenharam DEA nos último três anos no poder Executivo.

Tabela 34 - Aplicação de recursos de DEA por Secretaria - Poder Executivo

(R$ 1.000,00)

Secretarias	ANO						
	2018	% de Participação	2019	% de Participação	2020	% de Participação	2020/2018
SEINFRA	83.240	22,91%	60.925	28,11%	58.539	24,99%	-29,68%
SEDUC	66.424	18,28%	1.418	0,65%	57.288	24,45%	-13,76%
SESA	60.177	16,56%	53.083	24,49%	46.933	20,03%	-22,01%
SEJUS/SAP	43.855	12,07%	22.425	10,35%	16.815	7,18%	-61,66%
SSPDS	20.843	5,74%	5.048	2,33%	6.009	2,57%	-71,17%
SRH	17.612	4,85%	17.183	7,93%	5.505	2,35%	-68,74%
STDS	14.749	4,06%	11.124	5,13%	5.367	2,29%	-63,61%
SCIDADES	11.473	3,16%	10.409	4,80%	9.048	3,86%	-21,14%
SECITECE	11.102	3,06%	4.185	1,93%	5.465	2,33%	-50,77%
SEPLAG	9.614	2,65%	14.856	6,85%	13.155	5,62%	36,83%
DIVERSAS SECRETARIAS	24.303	21,06%	2.667	16,95%	10.144	16,95%	-58,26%
TOTAL GERAL	**363.393**	**100,00%**	**216.724**	**100,00%**	**234.268**	**100,00%**	**-35,53%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A SEINFRA apresentou o maior volume de DEA empenhado nos últimos três anos, com um percentual de 24,99% do total em 2020, porém, reduziu o valor em relação a 2018 em 29,68%. A SEDUC, no ano anterior apresentou o segundo maior volume de DEA (24,45%), com uma redução dos valores entre 2018 e 2020 em 13,76%. A secretaria que apresentou a maior redução percentual entre 2018 e 2020 foi a SSPDS, que em 2018 teve um montante de R$ 20.843 mil, para o valor de R$ 6.009 mil em 2020, resultando numa redução de 71,17%. Pode-se destacar ainda a SRH, que em 2018 executou R$ 17.612 mil de DEA, tendo reduzido para R$ 5.505 mil em 2020, representando uma redução de 68,74%.

A Tabela 35 apresenta a variação das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), por item de despesa, no poder Executivo, período de 2018 a 2020.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 35 - Aplicação de recursos de DEA por item de despesa - Poder Executivo

(R$ 1.000,00)

Itens	ANO						
	2018	% de Participação	2019	% Total	2020	% de Participação	2020/2018
Obras e Instalacoes	104.762	28,83%	71.035	32,78%	44.290	18,91%	-57,72%
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	59.636	16,41%	52.981	24,45%	58.509	24,98%	-1,89%
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirizacao	38.741	10,66%	27.045	12,48%	28.234	12,05%	-27,12%
Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Ativo Civil - RPPS	23.860	6,57%	12	0,01%	6	0,00%	-99,98%
Material de Consumo	17.702	4,87%	11.340	5,23%	5.422	2,31%	-69,37%
Indenizacoes	17.596	4,84%	2.917	1,35%	239	0,10%	-98,64%
Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	12.530	3,45%	15.297	7,06%	10.717	4,57%	-14,47%
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica - Contrato de Gestao	10.351	2,85%	0	0,00%	154	0,07%	-98,51%
Transferencias ao FUNDEB - Multas e Juros de Penalidades	9.576	2,64%	0	0,00%	0	0,00%	-100,00%
Contraprestacao de Servicos de PPP	8.969	2,47%	0	0,00%	0	0,00%	-100,00%
Demais Contas	59.670	16,42%	36.097	16,66%	86.699	37,01%	45,30%
TOTAL GERAL	**363.393**	**100,00%**	**216.724**	**100,00%**	**234.268**	**100,00%**	**-35,53%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

As DEAs do item de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica representaram o maior percentual dentre os principais itens em 2020, com 24,98% do total, no valor de R$ 58,509 mil. No período de 2018 a 2020 teve uma redução de 1,89%. Já item Obras e Instalações representou 18,91% do total em 2020, no valor de R$ 44.290 mil, com a redução de 57,72% no período de 2018 a 2020.

Destaque-se ainda a redução no mesmo período dos itens Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Ativo Civil RPPS (99,98%), Indenizações (98,64%), Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Contrato de Gestão (98,51%).

4.3.6 Contratos de gestão

Os Contratos de Gestão são instrumentos firmados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo para a descentralização das atividades e serviços previstos na Lei Estadual nº12.781/97, que disciplina a relação entre o Poder Público Estadual e as entidades qualificadas como Organizações Sociais. A Tabela 36 demonstra a disposição dos recursos por fonte aplicados em Contratos de Gestão no Poder

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Executivo.

Tabela 36 - Aplicação de recursos por Fonte

(R$ 1.000,00)

FONTES	2018	% de Participação	2019	% de Participação	2020	% de Participação	2020/2018
Tesouro	523.983	55,82%	449.608	52,40%	598.861	55,76%	14,29%
Convênios Federais	3.053	0,33%	4.138	0,48%	2.211	0,21%	-27,57%
SUS	262.813	28,00%	262.230	30,56%	322.701	30,05%	22,79%
FECOP	125.169	13,33%	105.946	12,35%	116.220	10,82%	-7,15%
Diversas Fontes	23.680	2,52%	116.777	13,61%	34.057	3,17%	43,82%
TOTAL	**938.698**	**100,00%**	**857.987**	**100,00%**	**1.074.051**	**100,00%**	**14,42%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Segundo a Tabela 36 as aplicações de recursos por Contrato de Gestão nos últimos três anos apresentaram um crescimento de 14,42%. Das quatro principais fontes de aplicação em Contrato de Gestão, o Tesouro apresentou em 2020 a participação de 55,76% e um crescimento de 14,29% entre 2018-2020. A segunda fonte em volume de recursos foi o SUS (91), com uma participação de 30,05% do total aplicado, demonstrando um crescimento de 22,79% nos gastos entre 2018-2020. Por outro lado, verificou-se uma redução na utilização dos recursos do Fecop, que em 2020 representou 10,82% do total, com uma redução de 7,15 no período de 2018 a 2020.

A Tabela 37 apresenta os gastos com Contratos de Gestão por Secretaria no poder Executivo.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 37 – Gastos com Contratos de Gestão por Secretaria – Poder Executivo

(R$ 1.000,00)

SECRETARIAS	2018	% de Participação	2019	% de Participação	2020	% de Participação	2020/2018
SESA	678.392	72,27%	605.301	70,55%	848.670	79,02%	25,10%
SEDUC	92.515	9,86%	108.165	12,61%	100.732	9,38%	8,88%
S D A	76.307	8,13%	53.033	6,18%	34.772	3,24%	-54,43%
SECULT	34.634	3,69%	43.762	5,10%	40.665	3,79%	17,41%
SDE/SEDET	19.265	2,05%	15.000	1,75%	19.284	1,80%	0,10%
SECITECE	20.643	2,20%	17.949	2,09%	15.070	1,40%	-27,00%
SESPORTE/SEJUV	0	0,00%	2.500	0,29%	6.005	0,56%	-
SCIDADES	5.561	0,59%	8.823	1,03%	5.840	0,54%	5,02%
SRH	3.507	0,37%	3.454	0,40%	3.013	0,28%	-14,09%
SEAPA	3.274	0,35%	0	0,00%	0	0,00%	-100,00%
GABGOV	2.319	0,25%	0	0,00%	0	0,00%	-100,00%
SEPLAG	2.283	0,24%	0	0,00%	0	0,00%	-100,00%
TOTAL	**938.699**	**100,00%**	**857.986**	**100,00%**	**1.074.051**	**100,00%**	**14,42%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A SESA foi responsável por 79,02% do total de despesas com Contratos de Gestão em 2020, aumentando a participação em relação aos dois anos anteriores, com uma variação de 25,10% de 2018 a 2020. A SEDUC é a segunda secretaria com maior volume da execução de Contratos de Gestão, com 9,38% em 2020, e o incremento de 8,88% de 2018 a 2020. A SECULT representou 3,79% em 2020, tendo apresentado o crescimento de 17,41% de 2018 a 2020. Por outro lado, a SDA executou o equivalente a 3,24% do total de contratos de gestão em 2020, e apresentou a maior redução no período de 2018-2020 em 54,43%, passando de R$ 76.307 mil em 2018 para R$ 34.772 mil em 2020.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

5 GESTÃO FISCAL

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados dos exames realizados nos demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e seus respectivos anexos, do período de janeiro a dezembro de 2020. A análise visa verificar a conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 286, de 07/05/2019, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que aprovou a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, Versão 3.

5.1 Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal

O art. 52 da LRF determina que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, sendo publicado pelo Poder Executivo até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, conforme determina a Constituição Federal, em seu § 3º do art. 165. RREO deve ser composto por duas peças básicas e de alguns demonstrativos de suporte. As peças básicas são: o Balanço Orçamentário, cuja função é especificar, por categoria econômica, as receitas e as despesas, e o Demonstrativo de Execução das Receitas (por categoria econômica e fonte) e das Despesas (por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção).

O art. 54 da LRF define que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu art. 20, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, abrangendo todas as variáveis imprescindíveis à consecução das metas fiscais e à observância dos limites fixados para as despesas e dívida. O § 2º do art. 55 estabelece que o relatório seja publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

A SEFAZ publicou os demonstrativos do RREO e RGF no Diário Oficial do

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Estado - DOE do dia 29 de janeiro de 2021. Além da citada publicação foram utilizados para as análises realizadas neste capítulo dados dos sistemas corporativos da SEFAZ e SEPLAG.

5.2 Indicadores fiscais e legais

Neste item são apresentados os indicadores fiscais do RGF e RREO, bem como os indicadores constitucionais e legais, dos últimos três anos, para propiciar uma melhor visão do cenário no período, conforme a Tabela 38. Nos itens seguintes cada indicador foi analisado com detalhe para melhor entendimento da sua evolução e particularidades.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 38 - Indicadores Fiscais e Legais

INDICADOR	PERIOD.	LEGISLAÇÃO	LIMITES	2018	2019	2020
Receitas e Despesas com Saúde	BIMESTRAL	Lei Complementar nº 141/2012, art. 6º	Mínimos de 12% da Receita Líquida de Impostos e Transferências	15,45%	13,43%	16,54%
Receitas e Despesas com Manutenção e desenvolvimento do Ensino - MDE	BIMESTRAL	Constituição Federal/88, art. 212 e Constituição Estadual/1989, art. 216	Mínimos de 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências	27,37%	26,18%	27,10%
Aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos professores	ANUAL	Lei Federal nº 11.494/2007 e Lei Estadual nº 15.064/11	Lei Federal: mínimo de 60% e Lei Estadual: mínimo de 80% a partir de 2013	91,10%	85,58%	92,24%
Receita Corrente Líquida (RCL)	BIMESTRAL	Resolução do Senado Federal n? 40, Art. 2? e Lei Complementar n? 101/2000. art. 2, Inciso IV.	-	R$19.186.195.108	R$20.882.025.053	R$22.028.314.984
Despesa com Pessoal	QUADRIMESTRAL	Constituição Federal/88, art. 169 e Lei Complementar nº 101/2000, art. 19 e 20	Máximo de 48,60% da RCL e Prudencial de 46,17% da RCL	42,30%	41,64%	40,55%
Dívida Consolidada Líquida	QUADRIMESTRAL	Resolução do Senado nº 43/2001, art. 3º, inciso I	Máximo de 200% da RCL	57,14%	52,65%	54,42%
Operações de Crédito	QUADRIMESTRAL	Resolução do Senado nº 43/2001, art. 9º	Máximo de 16% da RCL	4,73%	6,60%	6,66%
Serviço da Dívida	ANUAL	Resolução do Senado nº 43/2001, art. 7º, inciso I e Parágrafo 5º	Máximo de 11,5% da RCL	7,14%	7,60%	6,67%
Garantias e Contragarantias de Valores	QUADRIMESTRAL	Resolução do Senado nº 43/2001, art. 7º, inciso I	Máximo de 22% da RCL	1,13%	0,98%	1,08%
Regra de Ouro	ANUAL	Consituição Federal, art. 167, inciso III	Operações de Crédito não podem exceder o montante das Despesas de Capital	-R$2.962.625.403	-R$1.965.306.221	-R$2.284.416.705
Resultado Primário	BIMESTRAL	LDO 2019 (Lei n°. 16.613, de 18 de julho de 2018)	R$694.781.000,00	R$491.229.372	R$2.052.687.240	R$2.396.769.665
Resultado Nominal	BIMESTRAL	LDO 2019 (Lei n°. 16.613, de 18 de julho de 2018, alterada pela Lei n°. 17.159, de 27 de dezembro de 2019)	(R$ 367.895.000)	-R$2.044.899.873	R$1.662.871.432	-R$ 978.452.442
Parcerias Público-Privadas (PPP)	ANUAL	Lei nº. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, com redação alterada pelas Leis nº. 12.024, de 2009, e nº. 12.766, de 2012	Máximo de 5% da RCL	0,32%	0,24%	0,21%
Investimentos no Interior	ANUAL	Art. 210, Constituição Estadual, A Lei de Orçamento do Estado observará, para investimentos do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim. Parágrafo único. Excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.	50% dos Investimentos para os municípios do interior do Estado, excluindo-se desses municípios os integrantes da Região Metropolitana.	50,68%	47,73%	44,78%
Aplicação de Recursos na FUNCAP	ANUAL	Art. 258, Constituição Estadual, o Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada.	2,00% da Receita de Impostos Líquida	0,6838%	0,8371%	0,7313%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.2.1 Despesas com ações e serviços públicos de saúde

O art. 198 da Constituição Federal, § 2º e §3º, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos em saúde. No caso dos Estados e do Distrito Federal, a Lei Complementar nº. 141/12 estabeleceu o percentual mínimo de 12% da Receita Livre de Impostos e Transferências (RLIT), resultado do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

os arts. 157 e 159, e os incisos I e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios. A Tabela 39 apresenta os dados sobre as despesas com saúde em 2020.

Tabela 39 - Despesas com Saúde/Receita Líquida de Impostos e Transferências

(R$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2020	%
I. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)	**18.717.602.780,83**	**100,00%**
ITCD	589.744.694	3,15%
ICMS	1.152.017.401	6,15%
IPVA	42.926.791	0,23%
IRRF	13.815.386.819	73,81%
(+) Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	6.819.378.141	36,43%
(-) Transferências a Municípios	(3.701.851.065)	-19,78%
II. Despesas Total por Subfunção	**4.522.359.344,39**	**100,00%**
. Atenção Básica	255.030.994	5,64%
. Assistência Hospitalar e Ambiental	3.426.281.666	75,76%
. Suporte Profilático e Terapêutico	114.967.823	2,54%
. Vigilância Sanitária	2.198.040	0,05%
. Vigilância Epidemiológica	301.213.981	6,66%
. Alimentação e Nutrição	0	0,00%
. Outras Subfunções	422.666.841	9,35%
III. (-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes.	**(1.170.466.878,65)**	-25,88%
IV. (-) Despesas com Assistência de Saúde não atende ao princípio universal	**(100.782.755,83)**	-2,23%
V. (-) Exclusão de Itens de Despesas Acordão no.20 TCE-CE	**(5.558.781,27)**	-0,12%
VI. (-) Despesas com Recursos com Operações de Crédito	**(238.188.627,09)**	-5,27%
VI. (-) Despesas com Inativo e Pensionistas	**-**	0,00%
VI. (+) Despesas com consórcios	**89.288.772,16**	1,97%
VII. (=) Despesas Executadas	**3.096.651.073,71**	
VIII. % DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE SOBRE A RLIT	**16,54%**	
. Percentual Mínimo a Aplicar	12,00%	
. Percentual Aplicado Além do Mínimo	4,54%	
IX. VALOR APLICADO ALÉM DO MÍNIMO	**850.538.740**	

Fonte: S2GPR (SEFAZ)

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

De acordo com o demonstrativo acima, o Estado aplicou 16,54% da RLIT em despesas próprias de saúde, atendendo ao limite mínimo de 12% estabelecido na supracitada legislação, ultrapassando o percentual em 4,54%, o que equivale a um valor de R$ 850.538.740.

E ainda, a Tabela 39 apresenta itens de despesas excluídos em conformidade com o Acordão TCE nº. 546 de 2018, totalizando R$ 5.558.781,27, composto por:

a) R$ 2.905.113,87 (Material de Assistência Social);

b) R$ 1.012.522,64 (Fornecimento de Alimentação);

c) R$ 294.579,35 (Multas sobre Obrigações Tributárias e Contributivas Federais);

d) R$ 512.908,01 (Indenizações e Restituições);

e) R$ 54.993,38 (Indenizações);

f) R$ 114.694,09 (Restituições);

g) R$ 659.372,37 (Devolução de Saldos e Convênios);

h) R$ 469,56 (Multas Indedutíveis); e

i) R$ 4.128,00 (Uniformes, Tecidos e Aviamentos).

O Gráfico 7 e a Tabela 40 apresentam os percentuais aplicados da RLIT em despesas próprias de saúde nos últimos cinco anos, evidenciando que o Estado vem cumprindo e superando o limite mínimo de 12%, previsto na legislação.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

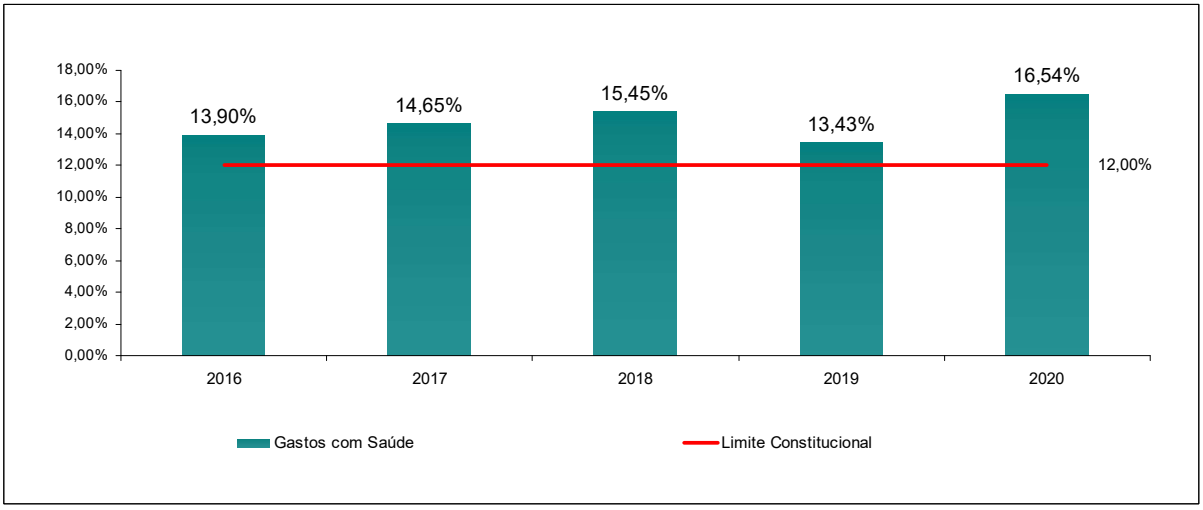
Tabela 40 – Despesas com saúde do período de 2016 a 2020

(Em R$ 1,00)

Gastos com Saúde	2016	2017	2018	2019	2020
Gastos com Saúde	2.260.886.593	2.391.087.817	2.691.127.812	2.597.713.059	3.096.651.074
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Saúde	16.266.218.230	16.317.702.332	17.423.705.046	19.412.679.637	18.717.602.781
% Gastos com Saúde	13,90%	14,65%	15,45%	13,43%	16,54%
Limite Constitucional	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Gráfico 7 - Percentuais anuais de despesas aplicadas com Saúde



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.2.2. Despesas consórcios públicos de saúde

A Portaria STN nº. 274, de 13 de maio de 2016, estabelece normais gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil em conformidade com a responsabilidade fiscal. No art. 11 da referida Portaria, foi estabelecido que os entes da federação consorciados devem apresentar no RGF o Demonstrativo da Despesa com Pessoal. No RREO devem ser incluídos o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, cujos modelos são

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

apresentados no Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, 10ª edição, versão 3.

O Estado do Ceará possui consórcios públicos apenas na área da saúde e publicou as informações exigidas em seus demonstrativos divulgados no Diário Oficial do Estado de 29 de janeiro de 2021, em conformidade com o modelo apresentado do Manual da STN, conforme Tabela 41.

Tabela 41 – Gastos com Consórcios Públicos de Saúde em 2020

R$ 1,00

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALORES POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS COM PESSOAL
Consórcio Público De Saúde Interfederativo do Vale do Curu (Cisvale	8.107.996,22	4.400.941,66
Consórcio Público De Saúde De Maracanaú	1.644.906,97	1.614.202,37
Consórcio Público De Saúde Do Maciço de Baturité	5.611.393,98	3.865.409,62
Consórcio Público De Saúde Da Microregião de Canindé	1.763.107,06	1.286.124,08
Consórcio Público De Saúde De Itapipoca	4.543.231,49	1.577.323,13
Consórcio Público De Saúde Da Micro de Aracati	4.344.075,43	2.091.290,99
Consórcio Público De Saúde De Quixadá	5.008.578,43	4.006.014,39
Consórcio Público De Saúde Da Micro Russas	4.463.714,69	2.723.779,62
Consórcio Público De Saúde Da Microregião De Limoeiro do Norte	5.021.760,26	2.969.945,93
Consórcio Público De Saúde Da Micro Sobral	5.034.212,82	2.595.574,98
Consórcio Público De Saúde De Acaraú	4.556.273,78	1.204.530,23
Consórcio Público De Saúde De Ibiapaba (Tianguá)	5.271.324,21	2.847.718,29
Consórcio Público De Saúde De Tauá	9.801.769,46	988.921,46
Consórcio Público De Saúde De Crateús	5.205.972,11	2.882.167,25
Consórcio Público De Saúde De Camocim	5.634.818,84	3.408.747,06
Consórcio Público De Saúde Da Microregião de Icó	6.239.910,88	3.314.935,77
Consórcio Público De Saúde De Iguatu	4.908.713,15	2.568.497,39
Consórcio Público De Saúde Da Micro Brejo Santo	5.256.591,90	4.184.735,74
Consórcio Público De Saúde Da Micro Crato	4.893.550,61	3.846.854,36
Consórcio Público De Saúde Da Micro Juazeiro do Norte	4.661.569,33	3.390.321,92
Consórcio Público De Saúde Da Microregião de Cascavel	5.988.681,14	3.177.358,68
TOTAL	**107.962.152,76**	**58.945.394,92**

Fonte: DOE 29 01 2021 - RREO (6? Bimestre) e RGF (3? Quadrimestre) de 2020

5.2.3 Despesas com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino

Os artigos 212, da Constituição Federal, e 216, da Constituição Estadual,

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

determinam que o Estado deva aplicar, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) na manutenção e desenvolvimento do ensino. De acordo com o demonstrativo de despesas com educação, apresentado na Tabela 42, o Estado aplicou 27,10% da RLIT em despesas próprias com educação, superando em 2,10% o limite mínimo estabelecido nas Constituições Federal e Estadual.

Tabela 42 – Despesas com Educação

(R$ 1,00)

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	
01. RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	22.419.453.986,58
Receita de Impostos	15.600.075.704,97
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	6.819.378.281,61
02.DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	(3.701.851.065,38)
Receitas Transferidas aos Municípios	(3.701.851.065,38)
03. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 - 2)	**18.717.602.921,20**
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	14.512.388,04
05. ENSINO FUNDAMENTAL	67.172.424,57
06. ENSINO MÉDIO	2.101.154.448,75
07. ENSINO SUPERIOR	434.439.246,76
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	144.807.753,00
09. OUTRAS SUBFUNÇÕES	453.180.197,58
10. DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL	**(2.219.237.349,22)**
11. DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**359.207.388,82**
12. CANCELAMENTO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISP. FIN. DE RECURSOS DE IMPOSTOS	**2.573.037,13**
13. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9-10+11-12)	**5.072.723.381,97**
14. MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULT. DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (14 / 3)	**27,10%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Conforme exposto na Tabela 43 e no Gráfico 8, verifica-se que o Estado vem cumprindo e superando anualmente o percentual mínimo de aplicação em despesas com educação.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

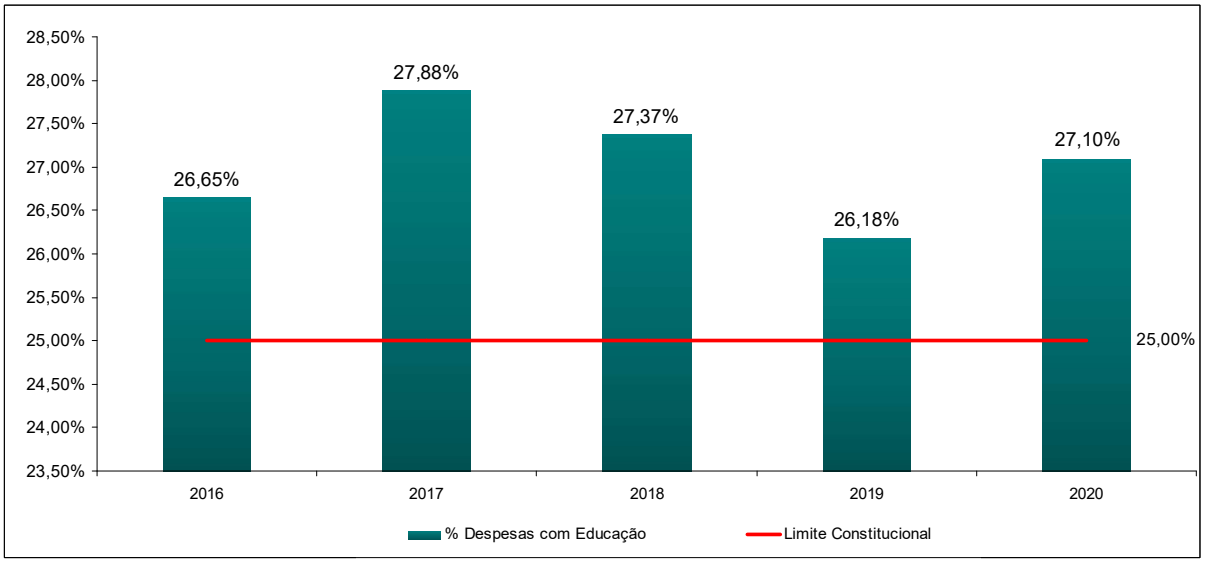
Tabela 43 - Despesas com educação de 2016 a 2020

(Em R$ 1,00)

Despesas com Educação	2016	2017	2018	2019	2020
Despesas com Educação	4.335.674.522	4.549.548.817	4.769.485.482	5.081.586.693	5.072.723.382
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Educação	16.266.219.135	16.317.702.332	17.423.705.078	19.412.679.637	18.717.602.921
% Despesas com Educação	26,65%	27,88%	27,37%	26,18%	27,10%
Limite Constitucional	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Gráfico 8 - Percentuais anuais de despesas aplicadas com Educação



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 44 apresenta os recursos que são utilizados para despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino, onde se destacam os gastos aplicados em Ensino Médio (65,35%), no Ensino Fundamental (2,09%) e no Ensino Profissional não integrado ao Ensino Regular (4,50%).

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 44 - Despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento de ensino

(R$ 1,00)

SUBFUNÇÃO	VALOR 2020	(%)
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	14.512.388,04	0,45%
05. ENSINO FUNDAMENTAL	67.172.424,57	2,09%
06. ENSINO MÉDIO	2.101.154.448,75	65,35%
07. ENSINO SUPERIOR	434.439.246,76	13,51%
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	144.807.753,00	4,50%
09. OUTRAS SUBFUNÇÕES	453.180.197,58	14,09%
TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9)	**3.215.266.458,70**	**100,00%**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Para dar cumprimento ao estabelecido no Acordão TCE nº. 546/2018, foram excluídos os gastos com educação de determinados itens de despesas, que em 2020 totalizaram R$13.187.678,85, conforme apresentado na Tabela 45.

Tabela 45 – Itens de despesas excluídos dos gastos com a manutenção e desenvolvimento de ensino

R$ 1,00

ITEM DE DESPESA	TOTAL
Fornecimento de Alimentação	9.798.720,76
Indenizações	2.226.404,28
Uniformes e fardamentos escolares	999.980,10
Anuidades Associativas	145.914,14
Restituições	6.342,95
Devolução de saldos e convênios	3.122,24
Juros sobre Obrigações Tributárias e Contributivas federais	2.370,71
Multas Indedutíveis	1.674,04
Juros	1.518,21
Multas sobre Obrigações Tributárias Federais	1.289,01
Multas sobre Obrigações Tributárias e Contributivas Municipais	342,41
TOTAL	**R$ 13.187.678,85**

Fonte: S2GPR (SEFAZ)

5.2.4 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

dada pela Emenda Constitucional n° 53/2006, estabelece que até o 14º (décimo quarto) ano, a partir da promulgação da citada Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos, a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação. O art. 1º da Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, instituiu, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil, nos termos do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

O inciso XII do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias define que uma proporção, não inferior a sessenta por cento (60%) dos recursos do FUNDEB, será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério. Em consonância com a Constituição Federal, o art. 22 da Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, estabelece que pelo menos sessenta por cento (60%) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

O Governo do Estado do Ceará estabeleceu um percentual diferenciado por meio da Lei Estadual nº. 15.064/2011, conforme artigo 3º transcrito a seguir:

> Art. 3º Quando necessário, lei estadual disciplinará a utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, para garantia do cumprimento dos percentuais a serem comprometidos com pagamento do magistério estadual, conforme especificado abaixo:
>
> I - 77% (setenta e sete por cento) para execução do ano de 2012;
>
> II - 80% (oitenta por cento) para execução dos anos de 2013 e 2014;e

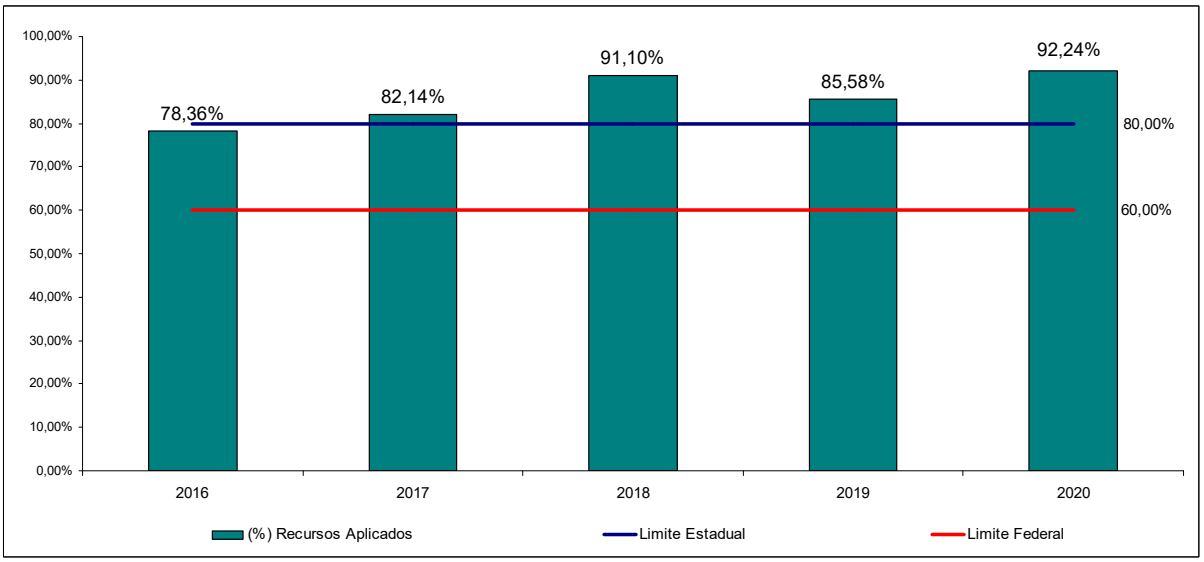
Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

III - 80% (oitenta por cento) para execução até o ano de 2020.

(Nova redação dada pela Lei nº. 15.576, de 07 de abril de 2014).

No Gráfico 9 estão apresentados os percentuais dos recursos do FUNDEB aplicados com despesa de pessoal do magistério, que em 2020 apresentou o percentual de 92,24% atendendo a legislação federal (60%) e a estadual (80%).

Gráfico 9 - Percentuais anuais de recursos do FUNDEB com despesa de pessoal do magistério



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 46 apresenta o demonstrativo detalhado das receitas e despesas do FUNDEB com os valores referentes aos recursos aplicados na remuneração dos profissionais da educação no exercício de 2020.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 46 - Recursos do FUNDEB aplicados na remuneração dos profissionais da educação – 2020

(R$ 1,00)

DEMONSTRATIVO DO FUNDEB	
1. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB PELO ESTADO	**3.380.412.056,37**
2. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**1.598.252.530,04**
2.1 Transferências de Recursos do FUNDEB	4.582.934,62
2.2 Complementação da União do FUNDEB	432.483.858,92
2.3 Receita de Restituições ao FUNDEB	11.029,35
2.4 Receita de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	1.161.174.707,15
3. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1-1)	**(2.219.237.349,22)**
4. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	**1.479.800.746,03**
Com Ensino Fundamental	33.804.702,35
Com Ensino Médio	1.289.829.629,55
Outras (Adm, Geral e EJA)	156.166.414,13
5. OUTRAS DESPESAS	**111.387.784,48**
Com Ensino Fundamental	-
Com Ensino Médio	83.993.832,09
Outras (Adm, Geral, EJA, Educ Especial e Ensino Profissional)	27.393.952,39
6. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS E DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANACEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	**-**
7. DESPESAS CUSTEIADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	**5.578.152,07**
8. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (4-6-7)	**1.585.610.378,44**
9. NA LEGISLAÇÃO FEDERAL O MÍNIMO DE 60% E NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL O MÍNIMO É 80% DO FUNDEB APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (8/2)	**92,24%**

Fonte: S2GPR (SEFAZ)

De acordo com a Tabela 46, o Resultado Líquido recebido do FUNDEB foi de R$1.598.252.530, enquanto as despesas com pagamento dos profissionais do magistério, com recursos do Fundo, foram de R$1.479.800.746, não tendo sido verificada a inscrição de Restos a Pagar. Portanto a aplicação de recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério atingiu o percentual de

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

92,24% do total, superando em 32,24% o percentual mínimo exigido na Constituição Federal (60%), e em 12,24% ao limite da Constituição Estadual (80%).

5.2.5 Receita Corrente Líquida

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece no seu art. 2º, inciso IV, o conceito e a metodologia de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL):

> IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:
>
> (...)
>
> b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
>
> c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.
>
> § 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
>
> § 2º (...)
>
> § 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

Portanto, a RCL constitui o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidas das decorrentes de

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

transferências constitucionais e legais, contribuições para o sistema de previdência dos servidores, receita recebida de compensação entre regimes de previdência e os valores pagos ao FUNDEB.

A Tabela 47 apresenta a evolução da RCL de 2016 a 2020. A RCL do ano de 2020 foi de R$ 22.028.314.984, apresentando um crescimento de 5,49% em relação ao ano anterior, que foi de R$ 20.882.025.053.

Tabela 47 - Evolução da RCL de 2016 a 2020

R$ 1,00

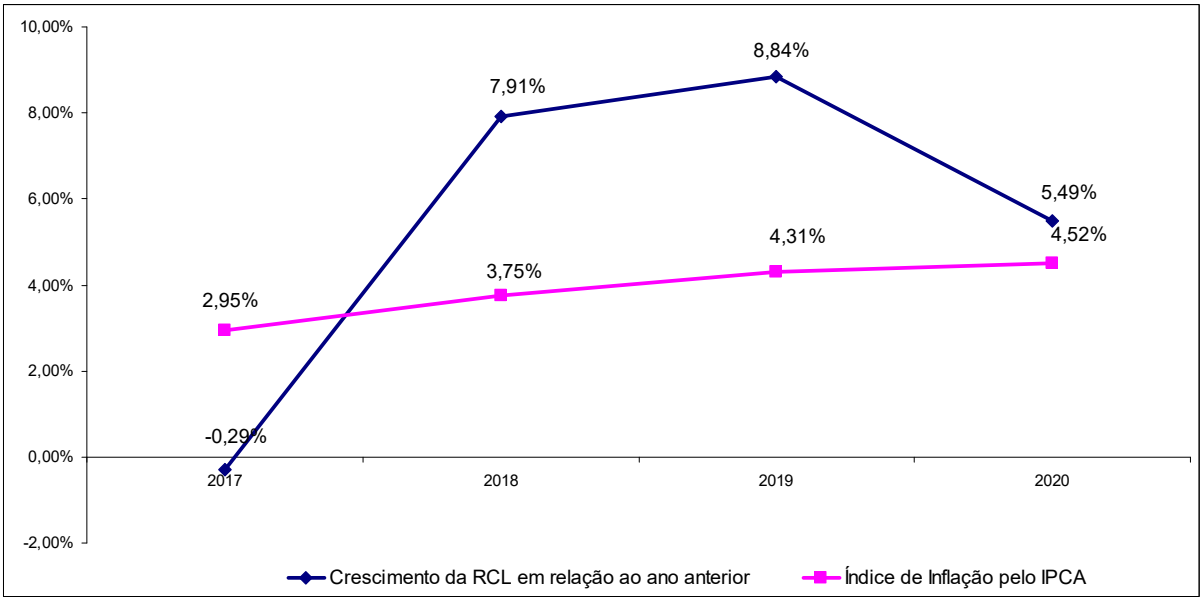
ITEM	2016	2017	2018	2019	2020
Receita Corrente Líquida - RCL	17.831.937.422	17.779.471.739	19.186.195.108	20.882.025.053	22.028.314.984
Variação Acumulada		-0,29%	7,91%	8,84%	5,49%

Fonte: S2GPR (SEFAZ)

A RCL tem apresentando crescimento nominal e absoluto nos últimos anos, conforme disposto no Gráfico 10, que compara a variação anual da RCL do Estado do Ceará com a inflação medida pelo IPCA no período de 2016 a 2020. Com exceção de 2017, nos demais exercícios a variação da RCL foi superior à inflação do mesmo período. Em 2020, enquanto a variação da RCL em relação ao ano anterior foi de 5,49%, a inflação do período foi de 4,52%, representando um incremento real de 0,9281%.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Gráfico 10 - Evolução da RCL e índices de IPCA de 2016 a 2020



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Apesar da situação ser positiva, o cenário econômico e financeiro do país ainda é instável. Isso exige que o Governo continue sendo rigoroso no planejamento da gestão dos recursos, reduzindo os riscos e mantendo a situação fiscal favorável do Estado com o cumprimento dos indicadores fiscais.

5.2.6 Despesas com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 19, limita a despesa total com pessoal do Estado em 60% da Receita Corrente Líquida. No art. 20 a LRF faz a repartição desse limite global entre os Poderes Executivo (49%), Judiciário (6%) e Legislativo (3%), incluídos nesse os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, além do Ministério Público (2%). Já a LDO 2020 estabeleceu no art.65, incisos I a IV, os seguintes percentuais:

> Art.65 Para os fins do disposto nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os seguintes percentuais da Receita Corrente Líquida –

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

RCL:

I – no Poder Executivo: 48,6% (quarenta e oito vírgula seis por cento);

II – no Poder Judiciário: 6,0% (seis por cento);

III – no Poder Legislativo: 3,4% (três vírgula quatro por cento);

a) na Assembléia Legislativa: 2,34% (dois vírgula trinta e quatro por cento);

b) no Tribunal de Contas do Estado: 1,06% (um vírgula zero seis por cento);

IV – no Ministério Público: 2,0% (dois por cento).

A análise comparativa dessas despesas, em relação ao exercício de 2020, foi feita sempre considerando o percentual sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada, que consiste no registro do valor da RCL dos últimos 12 meses após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 16 do art. 166 da Constituição Federal.

Em 2020, a RCL ficou num valor de R$ 22.028.314.984 e o montante referente às Transferências obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais foi de R$ 25.180.099 e Emendas de Bancada R$ 116.182.594, resultando numa RCL Ajustada no valor de R$ 21.886.952.292. A Tabela 48 apresenta as Despesas com Pessoal para os Poderes e o Ministério Público no exercício de 2020, e os percentuais desses gastos em relação à RCL Ajustada.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 48 – Despesas com pessoal

R$1.000,00

DESPESA COM PESSOAL	3o QUADRIMESTRE DE 2020 (Valor Liquidado + Restos a Pagar não Processados)						
	EXECUTIVO	DEFENSORIA PÚBLICA	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	TCE	JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**10.696.285,96**	**204.253,82**	**412.557,23**	**225.589,62**	**1.266.646,21**	**431.421,80**	**13.236.754,64**
PESSOAL ATIVO	7.354.023,39	170.838,01	324.237,13	170.715,78	1.094.393,04	374.833,24	9.489.040,60
PESSOAL INATIVO	2.486.911,13	33.415,81	76.235,20	53.005,72	172.253,17	56.588,56	2.878.409,58
OUTRAS DESP TERC	855.351,44	0,00	12.084,90	1.868,12	0,00	0,00	869.304,46
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	**1.991.026,98**	**33.415,81**	**77.056,99**	**53.489,15**	**177.620,10**	**68.262,40**	**2.400.871,42**
INDENIZAÇÕES	944,61	0,00	0,00	155,28	0,00	3.343,60	4.443,50
DECISÃO JUDICIAL	183.924,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.699,16	188.623,78
DEA	70.222,42	0,00	3.133,30	328,08	6.033,86	3.631,08	83.348,74
INATIVOS REC VINC	1.735.935,32	33.415,81	73.923,69	53.005,8	171.586,24	56.588,56	2.124.455,40
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**8.705.258,98**	**170.838,01**	**335.500,24**	**172.100,47**	**1.089.026,11**	**363.159,40**	**10.835.883,22**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	**22.028.314,98**	**22.028.314,98**	**22.028.314,98**	**22.028.314,98**	**22.028.314,98**	**22.028.314,98**	**22.028.314,98**
(-) Transferências obrig. da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (V)	**25.180,10**	**25.180,10**	**25.180,10**	**25.180,10**	**25.180,10**	**25.180,10**	**25.180,10**
(-) Transferências obrig. da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	**116.182,59**	**116.182,59**	**116.182,59**	**116.182,59**	**116.182,59**	**116.182,59**	**116.182,59**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI) = (IV - V)	**21.886.952,29**	**21.886.952,29**	**21.886.952,29**	**21.886.952,29**	**21.886.952,29**	**21.886.952,29**	**21.886.952,29**
% DESPESA COM PESSOAL (VI) / (III) %	**39,774%**	**0,781%**	**1,533%**	**0,786%**	**4,976%**	**1,659%**	**49,508%**
% LIMITE MÁXIMO	**48,60%**		**2,34%**	**1,06%**	**6,00%**	**2,00%**	**60,00%**
% LIMITE PRUDENCIAL (95%)	**46,17%**		**2,22%**	**1,01%**	**5,70%**	**1,90%**	**57,00%**
% LIMITE DE ALERTA (90%)	**43,74%**		**2,11%**	**0,95%**	**5,40%**	**1,80%**	**54,00%**

Fonte: S2GPR/SEFAZ

De acordo com as informações da Tabela 48, verifica-se que em 2020 o gasto total com pessoal do Poder Executivo atingiu 49,51% da RCL ajustada, ficando abaixo dos limites legal e prudencial. Individualmente, os gastos de todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e do Ministério Público ficaram também abaixo dos limites legal e prudencial.

Especificamente em relação ao Poder Executivo o indicador passou de 41,64%, em 2019, para 40,55%, em 2020, ficando ainda mais distante dos Limites de Alerta (44,10%), Prudencial (46,55%) e Máximo (49,00%), conforme apresentado na Tabela 49.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 49 – Despesas com pessoal do Poder Executivo de 2016 a 2020

(Em R$ 1,00)

Gastos com Pessoal	2016	2017	2018	2019	2020
Gastos com Pessoal	7.258.819.127	7.539.771.749	8.110.638.640	8.689.988.994	8.876.096.988
RCL Ajustada (*) (**)	17.831.937.422	17.762.569.696	19.174.512.116	20.870.241.723	21.886.952.292
% Gastos com Pessoal - P. Executivo	40,71%	42,45%	42,30%	41,64%	40,55%
Limite Prudencial	46,17%	46,17%	46,55%	46,55%	46,55%
Limite Máximo	48,60%	48,60%	49,00%	49,00%	49,00%
Limite de Alerta	43,74%	43,74%	44,10%	44,10%	44,10%

Fonte: S2GPR (SEFAZ)

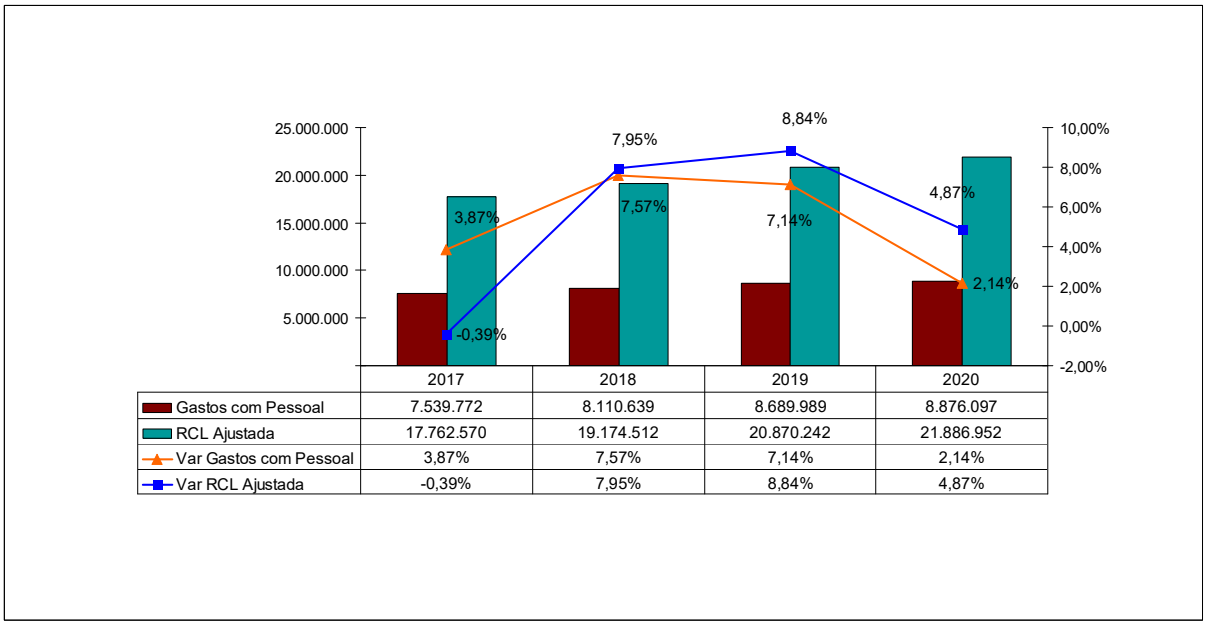
(*) A partir do exercício de 2017 passou a utilizar a RCL Ajustada = RCL (-) Emendas Individuais, conforme Art. 166-A § 1º. da CF.

(**) A partir do exercício de 2020 passou a utilizar a RCL Ajustada = RCL (-) Emendas Individuais (Art. 166-A § 1º. da CF) e Emendas de Bancada (Art. 166, § 16 da CF).

Apesar da realização de convocação de novos concursados e do atendimento de reivindicações dos servidores, como a concessão da média salarial do Nordeste para a Polícia Militar e os Bombeiros; a descompressão da carreira dos policiais civis; o reajuste do salário pela inflação para os servidores que ganham o salário mínimo do Estado; além dos impactos decorrentes da progressão das carreiras; com base no Gráfico 11, verificou-se que, a exceção de 2017, a Despesa com Pessoal Ativo do Poder Executivo cresceu numa proporção menor que a RCL no período de 2018 a 2020. A partir de 2018 a RCL Ajustada apresentou um incremento de 7,95%, contra um crescimento da Despesa com Pessoal Ativo em 7,57%. Em 2020 a variação da RCL Ajustada foi de 4,87%, enquanto a Despesa com Pessoal Ativo teve uma variação de 2,14%.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Gráfico 11 - Despesas com Pessoal do Poder Executivo x RCL Ajustada (R$1.000,00)



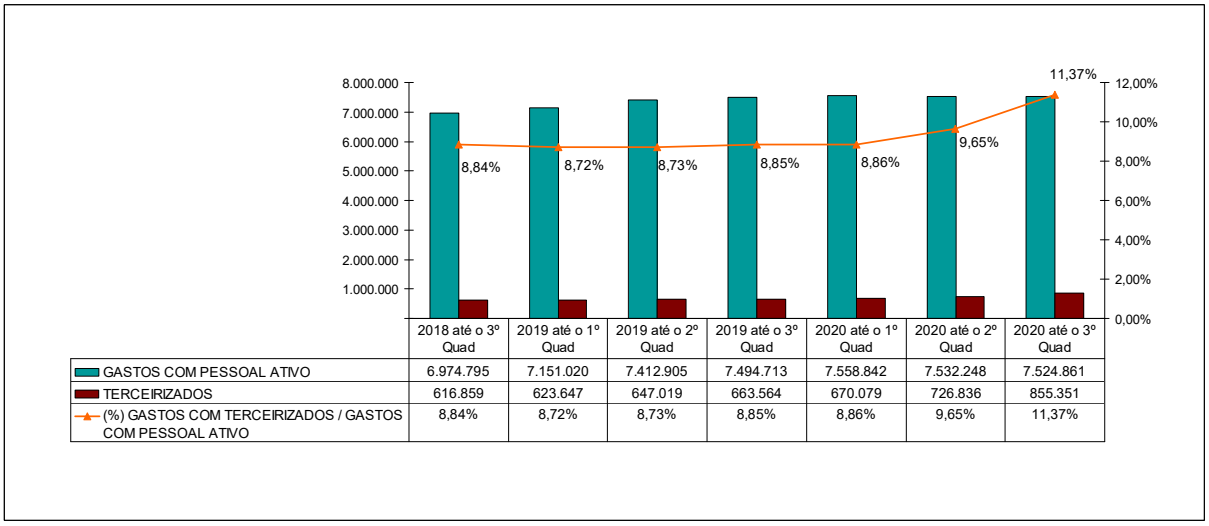
	2017	2018	2019	2020
Gastos com Pessoal	7.539.772	8.110.639	8.689.989	8.876.097
RCL Ajustada	17.762.570	19.174.512	20.870.242	21.886.952
Var Gastos com Pessoal	3,87%	7,57%	7,14%	2,14%
Var RCL Ajustada	-0,39%	7,95%	8,84%	4,87%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

O Gráfico 12 apresenta a comparação das Despesas com Pessoal Terceirizado em substituição a servidor em relação às Despesas Totais com Pessoal Ativo, onde se verifica que, a partir do 3º quadrimestre de 2018, as despesas apresentaram um patamar médio próximo de 9%, mas em 2020 passou para 11,37%, devido ao incremento das despesas com os profissionais da saúde decorrente da Pandemia da COVID-19.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Gráfico 12 - Percentuais Quadrimestrais das despesas com terceirização (R$1.000,00)



	2018 até o 3º Quad	2019 até o 1º Quad	2019 até o 2º Quad	2019 até o 3º Quad	2020 até o 1º Quad	2020 até o 2º Quad	2020 até o 3º Quad
GASTOS COM PESSOAL ATIVO	6.974.795	7.151.020	7.412.905	7.494.713	7.558.842	7.532.248	7.524.861
TERCEIRIZADOS	616.859	623.647	647.019	663.564	670.079	726.836	855.351
(%) GASTOS COM TERCEIRIZADOS / GASTOS COM PESSOAL ATIVO	8,84%	8,72%	8,73%	8,85%	8,86%	9,65%	11,37%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 50 apresenta as principais secretarias que utilizam mão-de-obra terceirizada em substituição a servidor. Estes casos impactam diretamente no percentual de gastos com pessoal, pois fazem parte do cálculo do limite de gastos com pessoal, contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal", nos termos do §1º do art.18 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 50 – Despesas nas Secretaria com terceirização em substituição a servidor

R$ 1,00

SECRETARIAS	ANO 2017	% Part.	ANO 2018	% Part.	ANO 2019	% Part.	ANO 2020	% Part.	Var. % 2020/2019
SAÚDE	463.685.695,25	81,64%	501.432.609,31	81,29%	531.662.886,01	80,12%	729.224.981,31	85,25%	37,16%
SEDUC	67.413.154,75	11,87%	72.573.363,62	11,76%	82.921.418,23	12,50%	76.488.429,16	8,94%	-7,76%
SECITECE	17.948.711,37	3,16%	18.767.867,14	3,04%	20.099.278,04	3,03%	20.092.529,87	2,35%	-0,03%
SEFAZ	10.259.078,42	1,81%	10.194.406,22	1,65%	11.811.727,56	1,78%	12.446.475,65	1,46%	5,37%
DEMAIS SECRETARIAS E CONSÓRCIOS	8.691.066,32	1,53%	13.890.775,43	2,25%	17.068.281,03	2,57%	17.099.026,77	2,00%	0,18%
TOTAL	**567.997.706,11**	**100,00%**	**616.859.021,72**	**100,00%**	**663.563.590,87**	**100,00%**	**855.351.442,76**	**100,00%**	**28,90%**

Fonte: S2GPR - SEFAZ

Conforme se verifica na Tabela 50, em 2020 as despesas com serviços de terceirização em substituição a servidor tiveram um crescimento de 28,90% em relação a 2019. A Secretaria da Saúde representou 85,25% do total, mantendo o percentual acima de 80% desde 2017. Tal fato decorre da contratação de

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

profissionais de saúde por meio de cooperativas (médicos, enfermeiros e auxiliares). Em 2020, com crise sanitária decorrente da Pandemia da COVID-19 essa necessidade foi agravada, com um aumento de 37,16% em relação a 2019, totalizando R$729.224.981,31. A SEDUC representou 8,94% do total dessa despesa, devido à contratação de professores temporários, no entanto, em 2020 teve uma redução de 7,76% em relação a 2019, totalizando R$76.488.429,16.

5.2.7 Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e Garantias

No que concerne aos limites para a Dívida Consolidada Líquida – DCL, as Operações de Crédito contratadas, o Serviço da Dívida e as Garantias e Contragarantias em relação à Receita Corrente Líquida, as Resoluções nº40/2001 e nº43/2001 do Senado Federal determinam a observância dos seguintes limites para Estados e Municípios:

a) Dívida Consolidada Líquida não pode exceder a duas vezes a RCL (Resolução n.º 40/2001, art. 3.º, inciso I);

b) O montante global das Operações de Crédito, realizadas em um exercício financeiro, não pode ser superior a 16% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso I);

c) O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de créditos já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso II); e

d) O saldo global das Garantias Concedidas não pode exceder a 22% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 9.º).

Conforme o art.166-A, §1º da Constituição Federal, instituído pela Emenda Constitucional nº 105, de 12 de dezembro 2019, a RCL passou a deduzir as Transferências obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

obrigatórias, resultando na RCL ajustada de R$ 22.003.134.885,67, que passou a ser a base para o cálculo dos limites de endividamento (DCL, Operações de Crédito e Garantias e Contragarantias).

A Tabela 51 apresenta os valores alcançados pelo Estado, em relação a esses limites legais, além das variações no Ativo Disponível e Dívida Consolidada Bruta, nos exercícios de 2019 e 2020:

Tabela 51 – Comparação dos valores alcançados pelo Estado em relação às limitações legais

(R$ 1,00)

ITEM	VALOR		VARIAÇÃO	% S/RCL		(%) LIMITE MÁXIMO
	2019	2020	2020/2019	2019	2020	
Disponível (*)	3.911.204.664	5.809.716.226	48,54%	18,73%	27,82%	-
Dívida Consolidada	14.906.375.118	17.783.339.123	19,30%	71,38%	85,16%	-
Dívida Consolidada Líquida	10.995.170.454	11.973.622.896	8,90%	52,65%	57,34%	200,00%
Operações de Crédito	1.379.111.846	1.464.765.387	6,21%	6,60%	7,01%	16,00%
Serviço da Dívida	1.586.946.966	1.470.077.988	-7,36%	7,60%	7,04%	11,50%
Garantias e Contragarantias	204.753.529	237.326.291	15,91%	0,98%	1,14%	22,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ
(*) Disponibilidade Bruta - Restos a Pagar

Na análise a Tabela 51, observa-se que os percentuais obtidos pelo Estado para a Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviço da Dívida e Garantias e Contragarantias, em relação à RCL Ajustada, obedecem aos limites fixados nas Resoluções nº40/2001 e nº43/2001 do Senado Federal.

5.2.7.1 Dívida Consolidada Líquida

O valor total da DCL em 2020, de R$ 11.973.622.896, foi maior que o total apurado em 2019, de R$ 10.995.170.454, representando um incremento de 8,90%. Esse resultado se deve em parte pelo crescimento da dívida contratual em 20,06%, passando de R$ 13.854.143.939,30 no 3º. Quadrimestre de 2019 para R$ 16.633.404.657,27 no 3º. Quadrimestre de 2020. No entanto, mesmo com o aumento da disponibilidade de caixa líquida em 48,54%, passando de R$3.911.204.664,29 no 3º Quadrimestre de 2019 para R$ 5.809.716.226,36 no 3º Quadrimestre de 2020, o percentual da DCL passou de 52,65% no 3º. Quadrimestre de 2019 para 54,42% no 3º. Quadrimestre de 2020.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

O incremento no 3º. Quadrimestre de 2020 em relação ao ano de 2019 ocorreu devido ao aumento da dívida contratual ter sido maior que o aumento da RCL, mesmo com o crescimento das disponibilidades. No entanto, a DCL ainda está distante do limite fiscal de 200%, conforme as Tabelas 52 e 53 e o Gráfico 13.

Tabela 52 – Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL - referente ao 3º. Quadrimestre de 2020

R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO ATÉ O 3º QUAD. 2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	**14.906.375.118,01**	**17.783.339.122,52**
Dívida Contratual	**13.854.143.939,32**	**16.633.404.657,27**
Empréstimos	12.306.362.054,08	15.276.057.918,01
Reestruturação da dívida	874.027.010,37	879.949.217,70
Financiamentos	105.067.680,99	109.780.707,32
Parcelamentos e Renegociações da dívida	222.405.521,48	43.091.101,59
Demais Dívidas Contratuais	346.281.672,40	324.525.712,65
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) vencidos e	**433.124.638,55**	**518.483.807,45**
Outras Dívidas Não Contratuais	**619.106.540,14**	**631.450.657,80**
DEDUÇÕES (II)	**3.911.204.664,29**	**5.809.716.226,36**
Disponibilidade de Caixa	**3.911.204.664,29**	**5.809.716.226,36**
Disponibilidade de caixa bruta	4.071.407.516,34	5.815.939.118,93
(-) Restos a pagar processados	287.978.168,46	127.834.769,74
Demais Haveres Financeiros	127.775.316,41	121.611.877,17
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I-II)	**10.995.170.453,72**	**11.973.622.896,16**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL Ajustada (IV)	**20.882.025.052,84**	**22.003.134.886,87**
% DCL/RCL (V) = (III/IV)	**52,65%**	**54,42%**
LIMITE RESOLUÇÃO SENADO N.º40/2000	**200%**	**200%**
LIMITE DE ALERTA (LRF)	**180%**	**180%**

Fonte: SISDIV/SEFAZ

Nota 1: A disponibilidade de caixa abrange os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Dependentes e os outros poderes;
Nota 2: Excluídos da disponibilidade de caixa os valores de R$ 1.276.846.069,54 que estão comprometidos com passivos financeiros, tais como: depósitos e cauções, fianças criminais, depósitos judiciais e outros depósitos de terceiros;
Nota 3: Excluído da disponibilidade de caixa o valor de R$ 1.040.978.722,62 do RPPS;
Nota 4: Os Demais Haveres Financeiros correspondem a valores repassados pelo Poder Executivo e que estão sob administração Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Tribunal Regional do Trabalho para pagamento de precatórios, conforme repasses e informações de valores pagos.
Nota 5: Incluído nos restos a pagar processados o valor de R$ 163.162,49 referente aos RP não processados liquidados e não pagos em 2020;
Nota 6: O Valor do Passivo Atuarial informado pela SEPLAG/CPREV é resultado da última avaliação atuarial do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará-SUPSEC, conforme Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA 2021;
Nota 7: O saldo de restos a pagar processados não contempla os restos a pagar da modalidade 91.
Nota 8: O saldo da Dívida Consolidada foi informado pela COFIS/CEDIP.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

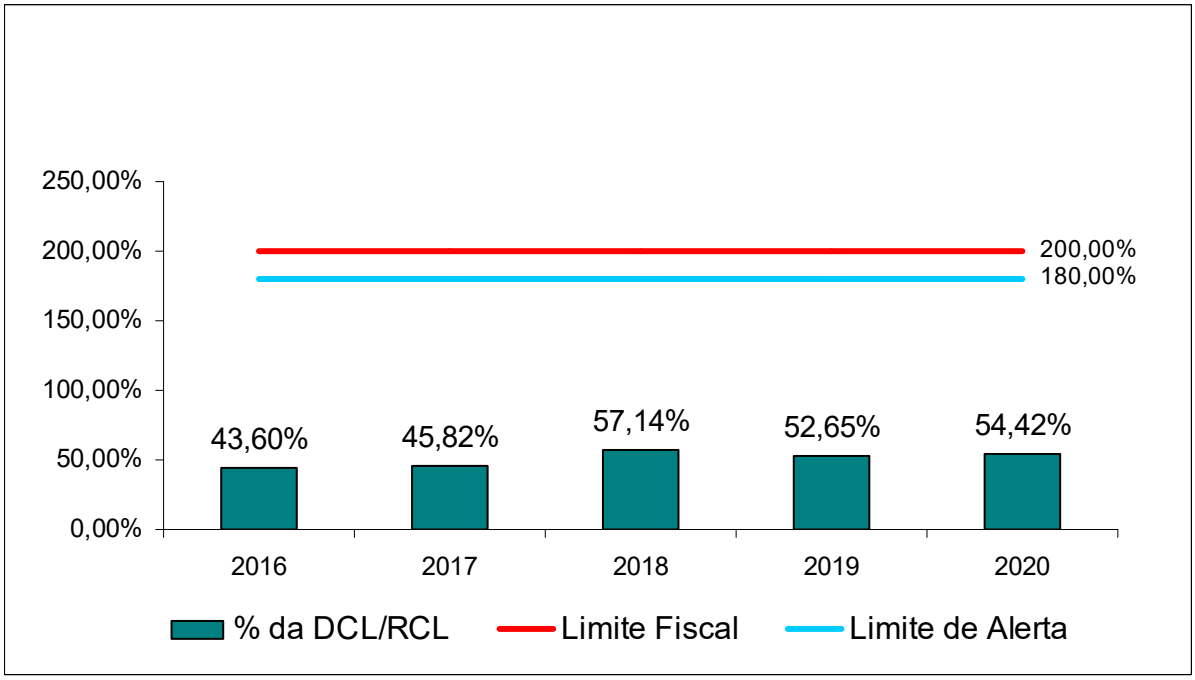
Tabela 53 - Histórico da Dívida Consolidada Líquida de 2016 a 2020

(R$ 1,00)

Dívida Cons. Líquida - DCL	2016	2017	2018	2019	2020
DCL	**7.775.059.293**	**8.146.084.434**	**10.962.426.243**	**10.995.170.453**	**11.973.622.896**
% da DCL/RCL	**43,60%**	**45,82%**	**57,14%**	**52,65%**	**54,42%**
Limite Fiscal	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%
Limite de Alerta	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Gráfico 13 - Histórico da Dívida Consolidada Líquida de 2016 a 2020



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.2.7.2 Operações de Crédito

O volume anual das operações de crédito nos últimos cinco anos manteve-se bem abaixo do limite máximo de 16%, conforme estabelecido na LRF e disciplinado no art.7º, inciso I da Resolução do Senado nº43/2001. A Tabela 54 e o Gráfico 14 apresentam a situação do indicador no período de 2016 a 2020.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

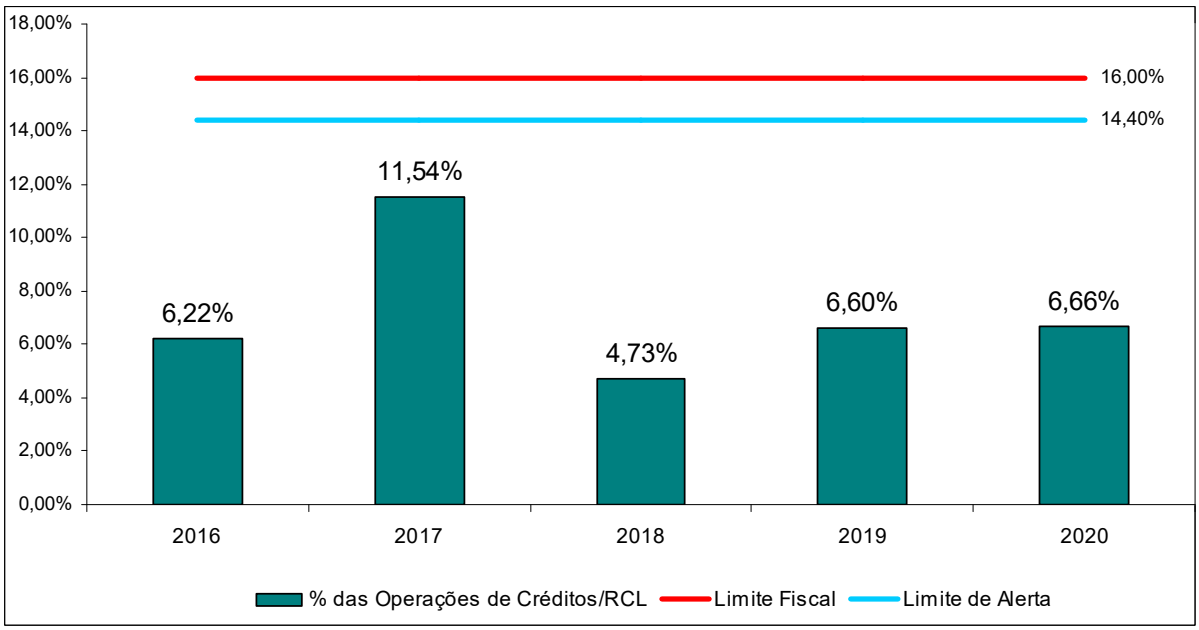
Tabela 54 – Histórico das operações de crédito de 2016 a 2020

(R$ 1,00)

Operações de Créditos	2016	2017	2018	2019	2020
Internas	199.357.615	1.220.422.982	95.284.451	929.473.666	838.737.466
Externas	910.338.429	830.655.879	812.780.388	449.638.180	626.027.922
Total das Operações de Créditos Internas e Externas	1.109.696.044	2.051.078.861	908.064.839	1.379.111.846	1.464.765.387
RCL (Ajustada a partir de 2020)	17.831.937.422	17.779.471.739	19.186.195.108	20.882.025.053	22.003.134.786
% das Operações de Créditos/RCL	6,22%	11,54%	4,73%	6,60%	6,66%
Limite Fiscal	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Limite de Alerta	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Gráfico 14 - Histórico das Operações de Crédito de 2016 a 2020



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.2.7.3 Serviços da Dívida

O montante anual do serviço da dívida (amortizações mais juros), nos últimos cinco anos, manteve-se abaixo do limite máximo de 11,5% da RCL, conforme disciplinado no art.7º, inciso II da Resolução do Senado nº43/2001. A Tabela 55 e o Gráfico 15 apresentam a situação do indicador no período de 2016 a 2020.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

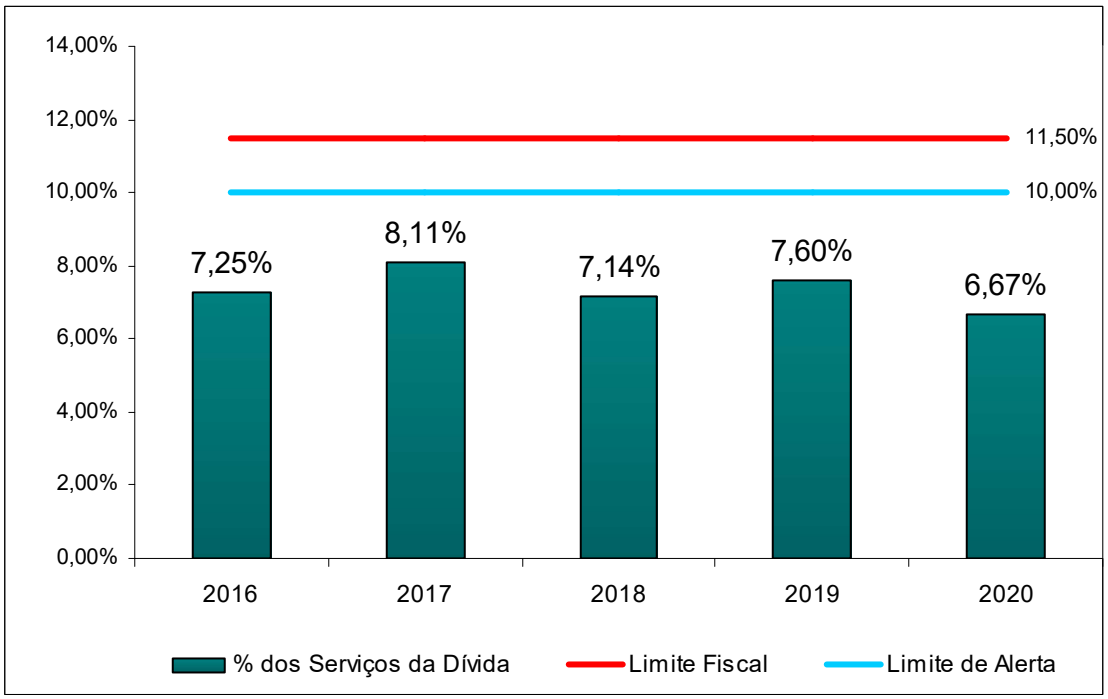
Tabela 55 – Histórico do serviço da dívida

(R$ 1,00)

Serviço da Dívida	2016	2017	2018	2019	2020
Total do Serviço da Dívida	1.292.853.379	1.441.373.414	1.369.295.375	1.586.946.966	1.470.077.988
% dos Serviços da Dívida	7,25%	8,11%	7,14%	7,60%	6,67%
Limite Fiscal	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%
Limite de Alerta	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Gráfico 15 - Histórico dos percentuais do Serviço da Dívida



Fonte: S2GPR-SEFAZ

O Serviço da Dívida apresentou uma redução de 7,36%, passando de R$1.586.946.966 em 2019 para o montante de R$ 1.470.077.988 em 2020, especialmente devido à redução de 29,68% do pagamento de Juros e Encargos da Dívida que passaram de R$617.927.775,94 em 2019 para R$ 434.543.048,39 em 2020. Ressalte-se ainda que em 2020 ocorreu um aumento 6,86% no volume da Amortização da Dívida em relação a 2019, passando de R$ 969.019.190 para R$ 1.035.534.939,14.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

5.2.7.4 Garantias e Contragarantias

As Garantias e Contragarantias, nos últimos cinco anos, ficaram abaixo do limite de 22% da RCL, conforme disciplinado no art.9º da Resolução do Senado nº43/2001. A Tabela 56 e o Gráfico 16 apresentam a situação do indicador no período de 2016 a 2020.

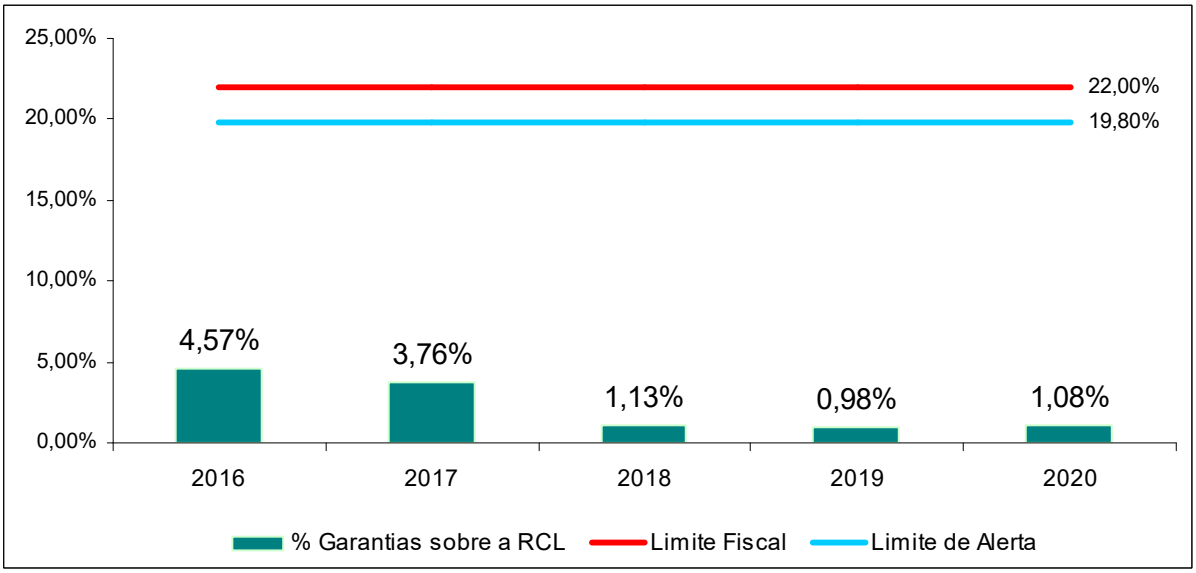
Tabela 56 – Histórico das garantias e contragarantias – 2016 a 2020

(R$ 1,00)

Garantias e Contragarantias	2016	2017	2018	2019	2020
Total das Garantias e Contragarantias	814.720.722	669.087.596	216.711.186	204.753.529	237.326.291
RCL (ajustada a partir de 2020)	17.831.937.422	17.779.471.739	19.186.195.108	20.882.025.053	22.003.134.786
% Garantias sobre a RCL	4,57%	3,76%	1,13%	0,98%	1,08%
Limite Fiscal	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%
Limite de Alerta	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Gráfico 16 - Histórico dos percentuais das Garantias e Contragarantias



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

5.2.8 Regra de Ouro

O art. 167, Inciso III, da Constituição Federal, veda a realização de Operações de Créditos que excedam o montante das Despesas de Capital, ressalvadas, as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Ao impedir que o montante das Operações de Crédito em um exercício financeiro exceda o montante das Despesas de Capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como o pagamento de servidores, despesas administrativas e, principalmente, juros. Consequentemente, para que não sejam realizadas operações de crédito para essas finalidades, é necessário gerar resultado primário que permita ao ente público arcar com o pagamento dos juros da dívida. Essa regra é conhecida na literatura internacional como “regra de ouro”, pois esta é considerada uma boa prática para controlar o endividamento. A Tabela 57 apresenta o resultado da apuração da regra de ouro.

Tabela 57 – Demonstrativo da regra de ouro – 2020

(R$ 1,00)

RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS
I. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**1.464.765.387**
DESPESAS	**DESPESAS EXECUTADAS**
II. DESPESAS DE CAPITAL	**3.749.182.092**
LIQUIDADAS	3.073.464.821
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	675.717.271
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO	**(2.284.416.705)**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

No exercício de 2020, a Receita de Operações de Crédito totalizaram R$1.464.765.387, enquanto o total da Despesa de Capital liquidada foi de R$3.073.464.821. O valor do resultado apurado foi negativo em R$ 2.284.416.705

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

atendendo, portanto, a regra de ouro.

5.2.9 Resultados Primário e Nominal

5.2.9.1 Resultado Primário

O Resultado Primário apurado no ano indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias, gerando saldo para pagar as despesas com juros, a fim de evitar o aumento da dívida.

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2020 (Lei n°. 16.944, de 17 de julho de 2019, alterada pela Lei n°. 17.346, de 11 de dezembro de 2020) estabeleceu como meta de Resultado Primário o valor de R$ 694,781milhões. O art. 3º, § 1º da LDO 2020 disciplinou que as metas fiscais poderiam ser ajustadas pela Lei Orçamentária Anual.

Os principais ajustes nas receitas referem-se à:

a) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: a elevação da previsão da arrecadação dos impostos deve-se a perspectiva positiva do crescimento do ICMS, resultado de uma melhora esperada do crescimento econômico do Estado para 2020;

b) Receita Patrimonial: O crescimento relevante entre o valor previsto no PLOA 2020 e o constante na LDO deve-se ao crescimento da arrecadação dos rendimentos das aplicações do PREVID, não previstas na LDO;

c) Transferências de Capital: foram adequadas às previsões de convênios apresentadas pelos Órgãos e Entidades do Estado, impactadas principalmente pelo Cinturão das Águas, a pavimentação de rodovias e a implantação do Sistema Metroferroviário - Linha Leste;

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Pelo lado da despesa as principais modificações se referem à:

a) Despesas com pessoal: a expansão decorre principalmente da anualização de benefícios já concedidos e destinação de reserva de pessoal para atender possível crescimentos vegetativos, planos, concurso ou eventuais melhorias salariais, limitados à capacidade fiscal e aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) Outras Despesas Correntes: foram previstos considerando a manutenção dos equipamentos já dispostos à população, o custeio da "máquina pública", bem como a inauguração de novos equipamentos em 2020.

c) O crescimento dos investimentos na ordem de R$ 237,9 milhões deve-se, principalmente, aos Projetos de Implantação do Sistema Metroferroviário da Linha Leste, Pavimentação e Duplicação de Rodovias e ao Cinturão das Águas.

De acordo com o Demonstrativo do Resultado Primário, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período de janeiro a dezembro de 2020, o Resultado Primário do exercício de 2020 foi de R$ 2.396,77 milhões, superando a meta inicialmente prevista de R$ 694,781 milhões da LDO 2020. Contribuiu para esse resultado o fato das receitas primárias terem obtido um percentual de realização em relação à previsão inicial maior do que o nível de execução alcançado pelas despesas primárias.

A Tabela 58 e o Gráfico 17 apresentam o comportamento de Resultado Primário do período de 2016 a 2020.

Tabela 58 - Evolução do resultado primário do período de 2016 a 2020

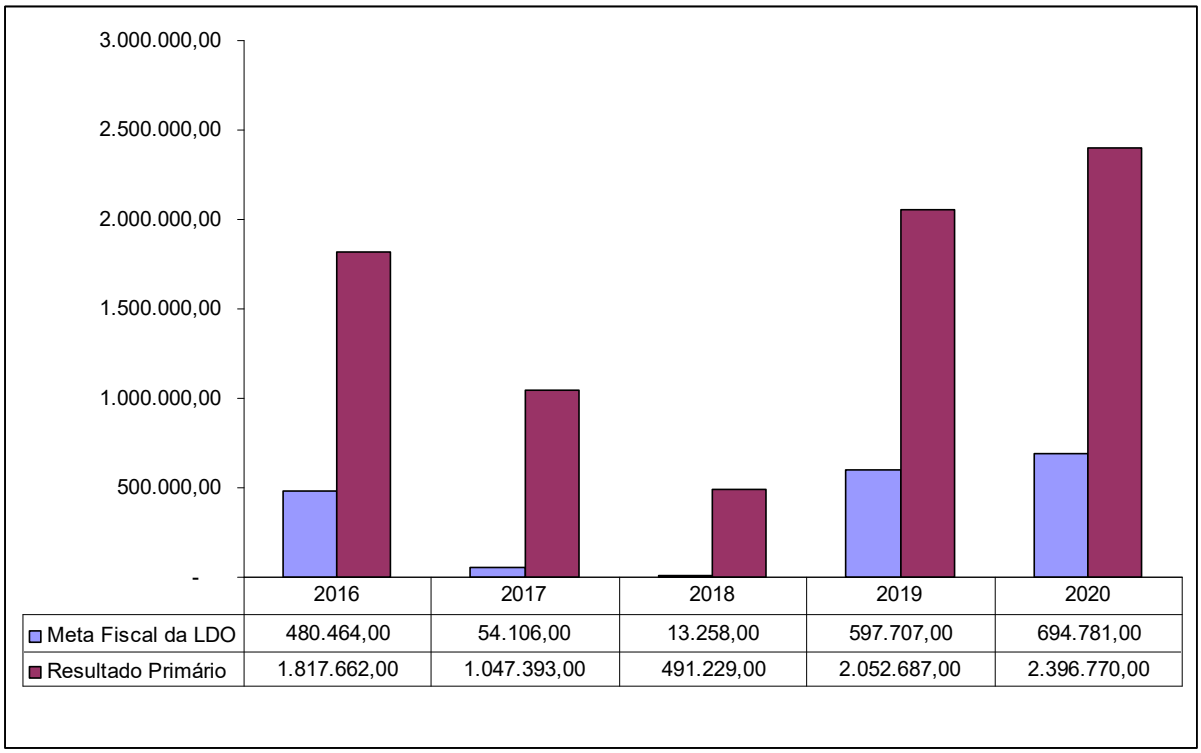
R$ 1.000,00

RESULTADO PRIMÁRIO	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Fiscal da LDO	480.464,00	54.106,00	13.258,00	597.707,00	694.781,00
Resultado Primário	1.817.662,00	1.047.393,00	491.229,00	2.052.687,00	2.396.770,00

Fonte: S2GPR (SEFAZ)

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Gráfico 17 - Comparativo ano a ano do Resultado Primário com a Meta Anual



	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Fiscal da LDO	480.464,00	54.106,00	13.258,00	597.707,00	694.781,00
Resultado Primário	1.817.662,00	1.047.393,00	491.229,00	2.052.687,00	2.396.770,00

Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2016 a 2020 e RREO

Da análise constata-se que, neste período, o Estado vem mantendo um histórico favorável no cumprimento das metas de Resultado Primário estipuladas. O superávit fiscal evidencia o bom desempenho das receitas e o controle das despesas, permitindo a ampliação de investimentos, além de gerar excedente para o pagamento dos juros e parte do principal da dívida pública, indicando autossuficiência de recursos públicos para a cobertura do serviço da dívida.

5.2.9.2 Resultado Nominal

A apuração do Resultado Nominal, calculado conforme metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, tem por finalidade medir a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) no exercício. No Anexo de Metas Fiscais da LDO 2020 (Lei n°. 16.944, de 17 de julho de 2019, alterada pela Lei n°. 17.346, de 11 de dezembro de 2020) foi estabelecida a meta para Resultado

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Nominal no valor negativo de R$ 367,895 milhões. Esse valor representou a previsão de aumento no estoque da Dívida Consolidada Líquida do Estado.

De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período janeiro a dezembro de 2020, o Resultado Nominal no ano de 2020 demonstrou um aumento no endividamento do Estado, no valor de R$ 978.452 mil, conforme Tabela 59.

Tabela 59 – Evolução do resultado nominal do período de 2016 a 2020

R$ 1.000,00

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Fiscal da LDO	529.436	1.381.739	-3.164.747	-605.602	-367.895
Resultado Nominal	1.594.754	-371.025	-2.816.342	-32.744	-978.452
Estoque da DCL	7.775.059	8.146.084	10.962.426	10.995.170	11.973.623

Fonte: S2GPR (SEFAZ)

O incremento da Dívida Consolidada Líquida, em 2020, foi proporcionado principalmente pelo aumento da Dívida Contratual junto a Instituições Financeiras (Interna e Externa), que passou do valor de R$ 13.854.143.939,32 em 2019 para R$ 16.633.404.657,27 em 2020, ou seja, um incremento de 20,6%, em razão de novas contratações de operações de crédito. Portanto, o Resultado Nominal em 2020 foi negativo em R$ 978.452 mil, indicando o incremento no nível de endividamento do Estado acima da meta estipulada para o exercício na LDO.

5.2.10 Parcerias Público-Privadas

A Lei nº. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, com alterações pelas Leis nº. 12.024/09 e nº. 12.766/12. A referida norma estabelece em seu art.28 que a União não pode conceder garantias e realizar transferências voluntárias de caráter continuado, quando o conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício anterior, ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% (cinco por cento) da

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Receita Corrente Líquida projetada para os respectivos exercícios.

O Estado do Ceará vem atendendo ao limite de 5% das despesas em relação a RCL, pois suas despesas apresentam um percentual abaixo de 1%, conforme apresentado na Tabela 60, com informações do Demonstrativo das Parcerias Públicos-Privadas, integrante do RREO, publicado no 6º bimestre de 2020.

Tabela 60 – Despesas de PPP em relação a RCL

R$ 1,00

DESPESAS DE PPP	Exercício Anterior 2019	Exercício Corrente 2020
Gestão e Manutenção das Unidades de Atendimento ao Cidadão - Vapt-Vupt	49.397.981,64	46.966.647,52
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA LIMITE	49.397.981,64	46.966.647,52
RCL	20.882.025.052,84	22.028.314.984,46
(%) DESPESAS/RCL	0,24%	0,21%

Fonte:S2GPR/SEFAZ

5.3 Investimentos destinados ao interior do Estado

O art. 210 da Constituição Estadual estabelecia que “a Lei de Orçamento do Estado observará, para investimento do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim”. O parágrafo único do mesmo artigo definia ainda que “excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.”

Atualmente o Estado do Ceará está dividido em 14 regiões de regiões de planejamento, conforme estabelecido na Lei Complementar nº.154, de 20 de outubro de 2015. Assim, a atual distribuição dos investimentos do Estado, no exercício de 2020, teve o comportamento evidenciado na Tabela 61.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 61 – Investimentos por Região de Planejamento

(R$ 1,00)

REGIÕES DE PLANEJAMENTO	VR. AUTORIZADO 2020	VR. EMPENHADO 2020	% EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EMPENHADO EM 2020
01.CARIRI	596.908.061	498.898.359	83,58%	18,35%
02.CENTRO SUL	70.623.512	43.312.240	61,33%	1,59%
03.GRANDE FORTALEZA	2.210.119.756	1.470.154.860	66,52%	54,07%
04.LITORAL LESTE	59.651.952	44.548.955	74,68%	1,64%
05.LITORAL NORTE	87.641.400	69.077.450	78,82%	2,54%
06.LITORAL OESTE / VALE DO CURU	68.664.029	46.236.317	67,34%	1,70%
07.MACIÇO DO BATURITÉ	47.147.585	32.431.429	68,79%	1,19%
08.SERRA DA IBIAPABA	77.819.636	27.136.289	34,87%	1,00%
09.SERTÃO CENTRAL	75.782.929	52.794.933	69,67%	1,94%
10.SERTÃO DE CANINDÉ	51.841.133	36.617.808	70,63%	1,35%
11.SERTÃO DE SOBRAL	179.215.725	120.378.024	67,17%	4,43%
12.SERTÃO DOS CRATEÚS	93.435.760	76.253.880	81,61%	2,80%
13.SERTÃO DOS INHAMUNS	63.202.178	40.284.103	63,74%	1,48%
14.VALE DO JAGUARIBE	157.569.799	104.381.871	66,24%	3,84%
15.ESTADO DO CEARÁ	383.052.602	56.706.005	14,80%	2,09%
TOTAL GERAL	**4.222.676.058**	**2.719.212.523**	64,40%	100,00%
Total (Excluída a Região de Planejamento 15)	**3.839.623.455**	**2.662.506.517**	69,34%	
Interior (Excluídas as Regiões de Planejamento 03 e 15)	**1.629.503.699**	**1.192.351.657**	73,17%	
Verificação do Limite Constitucional	**42,44%**	**44,78%**		

Fonte: SIOF/SEPLAG

A partir da análise da Tabela 61 é possível identificar que 44,78% do valor total empenhado foi destinado ao interior do Estado, percentual esse que não atende ao dispositivo constitucional (50%). A Grande Fortaleza teve aplicação de 54,07%, seguida pelo Cariri com 18,35% e o Sertão de Sobral com 4,43%. As demais regiões apresentaram percentuais de investimentos abaixo de 4,00%.

O investimento público estadual tem apresentado uma dinâmica na aplicação dos recursos que tem variado a depender de grandes projetos que estão sendo executados. Nos últimos dois anos, por exemplo, os recursos aplicados na Linha Leste foram responsáveis pelo maior aporte de investimentos do Estado, totalizando mais de R$ 428 milhões aplicados, na soma desses anos, contribuindo, dessa forma, para uma aplicação maior de recursos na região da Grande Fortaleza. Por outro lado, em 2017 e 2018, por exemplo, foram aplicados no interior do Estado recursos relacionados à Construção do Cinturão das Águas – CAC no montante total superior a R$ 445 milhões, contribuindo, nesse período específico, para direcionar a

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

maior parte dos investimentos estaduais para o Interior.

Tal fato decorre ainda da ampliação da Região Grande Fortaleza, incluindo municípios que têm recebido investimentos estratégicos para o Estado, como por exemplo São Gonçalo do Amarante, onde estão localizados o Porto do Pecém e a Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE).

5.4 Aplicação de recursos na FUNCAP

A Constituição Estadual de 1989 estabelece no art. 258, que:

> CE, Art. 258. O Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada.
>
> §1º A dotação prevista neste artigo será calculada sobre a renda obtida através de impostos e transferida em duodécimos, mensalmente, no mesmo exercício.
>
> §2º A despesa com pessoal da Fundação de Amparo à Pesquisa não poderá exceder os cinco por cento do seu orçamento global.

A verificação do cumprimento da previsão constitucional consiste em avaliar o volume de recursos aplicados pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, instituída pela Lei Estadual nº.11.752, de 12 de novembro de 1990, com alterações pela Lei nº 15.012, de 04 de outubro de 2011, sendo vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (Secitece).

Em 2020 foram aplicados recursos no valor de R$ 72.417.162, que correspondem a um percentual de 0,7313% da receita líquida tributária, conforme a Tabela 62.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 62 - Percentual de Recursos Aplicados na Funcap em Relação à Receita de Impostos

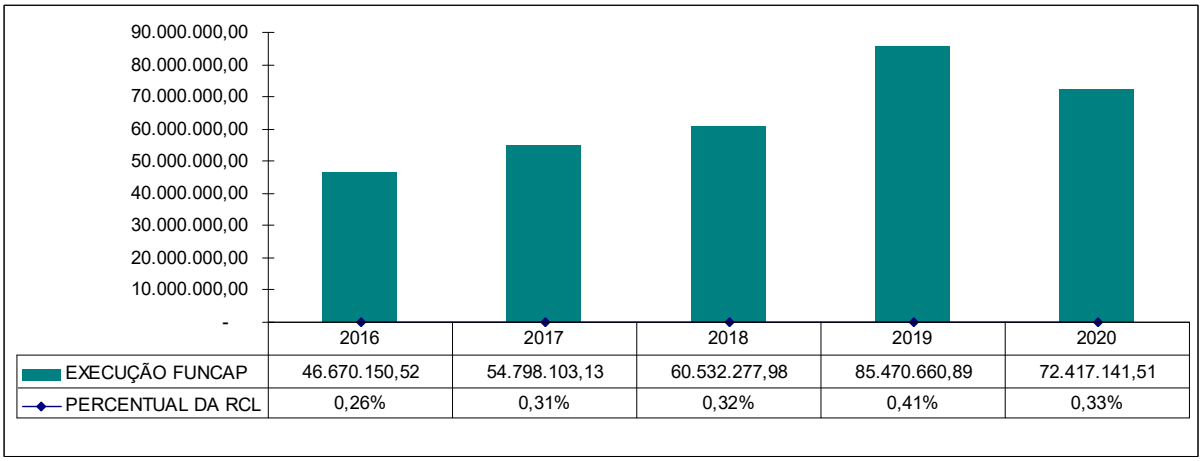
R$ 1,00

Descrição	LOA 2020	EXECUÇÃO 2020
Receita Tributária de Impostos Bruta	R$15.172.266.514	R$ 15.600.075.705
(-) Distribuições Constitucionais dos Impostos	-R$3.944.199.542	-R$ 3.687.883.559
(-) Transferências FUNDEB	-R$889.323.291	-R$ 2.010.258.200
Receita Tributária de Impostos Líquida	**R$ 10.338.743.681**	**R$ 9.901.933.945**
Atendendo Limite Constitucional (2%)	R$206.774.874	R$ 198.038.679
RECURSOS APLICADOS NA FUNCAP	**R$106.167.462**	**R$ 72.417.162**
Percentual de recurcos aplicados na FUNCAP	**1,0269%**	**0,7313%**
META DO PERCENTUAL DE RECURSOS A SEREM APLICADOS NA FUNCAP EM 2020	**1,31%**	

Fonte: S2GPR/SEFAZ

O Gráfico 18 apresenta a evolução dos recursos executados pela Funcap nos últimos cinco anos, podendo-se constatar que nos anos de 2018 e 2020 ocorreram incrementos substanciais do percentual de execução em relação à RCL.

Gráfico 18 – Evolução dos recursos executados pela FUNCAP



	2016	2017	2018	2019	2020
EXECUÇÃO FUNCAP	46.670.150,52	54.798.103,13	60.532.277,98	85.470.660,89	72.417.141,51
PERCENTUAL DA RCL	0,26%	0,31%	0,32%	0,41%	0,33%

Considerando os valores nominais em relação à Receita Corrente Líquida, a evolução foi de 0,26% em 2016 para 0,33% em 2020, demonstrando um esforço do governo em atender o limite constitucional.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

5.5 Receita de alienação de bens e aplicação dos recursos

O art. 44 da LRF veda a aplicação da Receita de Capital derivada da Alienação de Bens e Direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de Despesa Corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. Os recursos da alienação de bens e direitos não podem ser aplicados no financiamento de despesa corrente, salvo as exceções destacadas no próprio dispositivo citado.

O art. 53, § 1º, inciso III, da LRF, orienta que o RREO, referente ao último bimestre do exercício, será acompanhado do demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes. Analisando o demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos, que compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 6º bimestre do ano de 2020, constatou-se que o mesmo apresentava um saldo de R$ 70.031.291,51 para ser aplicado.

A Tabela 63 apresenta a movimentação dos recursos advindos da alienação de ativos, indicando os recursos que ingressaram e saíram em 2020.

Tabela 63 – Movimentação dos recursos oriundos da alienação de ativos em 2020

(R$ 1,00)

Saldo em 2019 (I)	Receita Realizada em 2020 (II)	Despesa paga em 2020 (III)	Restos a Pagar Pago em 2020 (IV)	Saldo em 2020 (V) = (I + II-(III+IV))
R$68.985.643,69	R$1.128.985,82	R$0,00	R$83.338,00	R$70.031.291,51

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Desse modo, em 2020 foi adicionado ao saldo do demonstrativo o valor de R$ 1.128.985,82, referente à Receita Realizada.

5.6 Disponibilidades de caixa

A Disponibilidade de Caixa Bruta é composta pelos ativos de alta liquidez, como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Por outro lado, as obrigações financeiras representam os compromissos assumidos com os fornecedores e prestadores de serviço, incluindo os depósitos de diversas origens. Da Disponibilidade Bruta são deduzidos os recursos de terceiros, como depósitos e consignações, os Restos a Pagar Processados, os Restos a Pagar Não-processados, dentre outros. Vale ressaltar que não são deduzidas somente as despesas do ponto de vista contábil, mas também as obrigações fiscais. Dessa forma, os Restos a Pagar Não-processados de exercícios anteriores são também deduzidos.

A Disponibilidade de Caixa deve constar de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso. A Tabela 64 apresenta os saldos de 31 de dezembro de 2020 das principais fontes de recursos.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 64 – Saldo da disponibilidade de caixa líquida antes da inscrição em restos a pagar não processados por destinação de recursos até dez/20

R$ 1,00

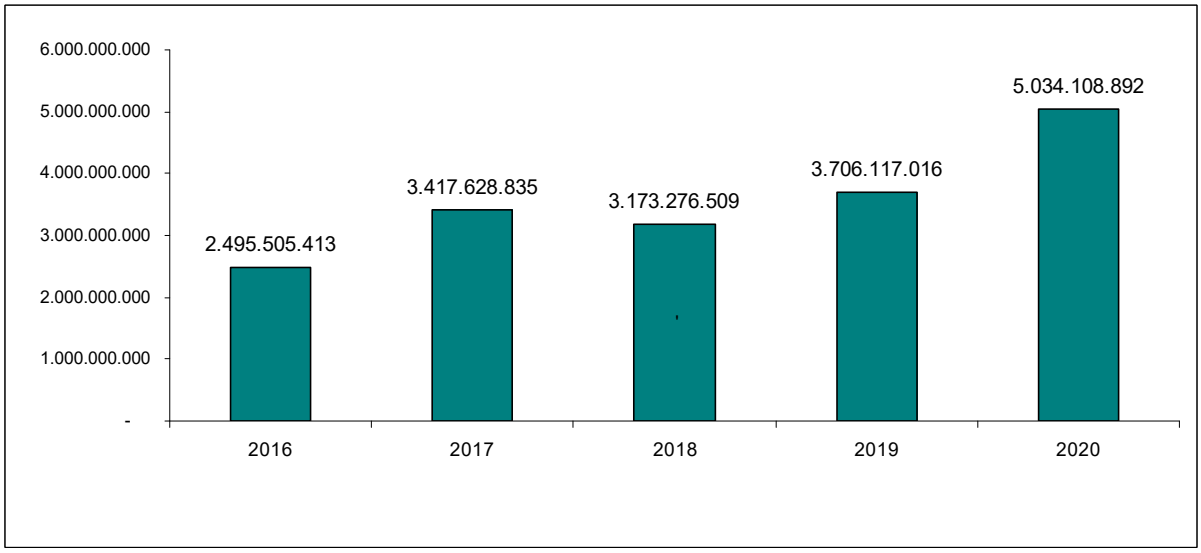
Destinação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (A)	Operações Financeiras (B)	Disponibilidade de Caixa Líquida (C = A-B)
Recursos Não Vinculados/ Ordinários	3.690.035.024,70	983.990.858,10	2.706.044.166,60
Recursos de Operações de Crédito (exceto recursos destinados a Saúde e Educação)	746.479.038,62	3.672.921,66	742.806.116,96
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	1.313.549,75	34.036.593,05	(32.723.043,30)
Transferências do FUNDEB	140.108.653,01	53.873.265,40	86.235.387,61
Outros Recursos Destinados à Educação	269.705.431,00	6.472.321,35	263.233.109,65
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	77.175.122,19	27.102.257,15	50.072.865,04
Outros Recursos Destinados à Saúde	387.052.567,17	18.194.507,54	368.858.059,63
Recursos Destinados ao RPPS-Plano Previdênciario	883.725.121,43	371.439,06	883.353.682,37
Recursos Destinados ao RPPS-Plano Financeiro	115.284.243,05	63.515.769,15	51.768.473,90
Demais Recursos Vinculados	1.039.415.479,88	2.361.635,72	1.037.053.844,16
Total dos Recursos	**7.350.294.230,80**	**1.193.591.568,18**	**6.156.702.662,62**

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com o Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa, integrante do Relatório de Gestão Fiscal de 2020, o Estado apresentou, ao final do exercício, disponibilidade bruta na importância de R$7.350.486.165,13. Já a disponibilidade líquida foi de R$6.156.702.662,62. O Gráfico 19 apresenta a evolução do saldo da Disponibilidade de Caixa Líquida após a Inscrição em Restos a Pagar não Processados, ao final de cada um dos exercícios de 2016 a 2020.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Gráfico 19 - Saldo da disponibilidade de caixa líquida após a inscrição em restos a pagar não processados no final de cada exercício



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Assim, quando se analisa o incremento nominal das Disponibilidades de Caixa entre o ano de 2016 e 2020, verifica-se o incremento percentual de 101,73%. Comparando esse percentual com o índice de inflação acumulada do período de 23,76%, conforme Tabela 65, as disponibilidades de caixa apresentaram um ganho real no período.

Tabela 65 - Índices de inflação – IPCA

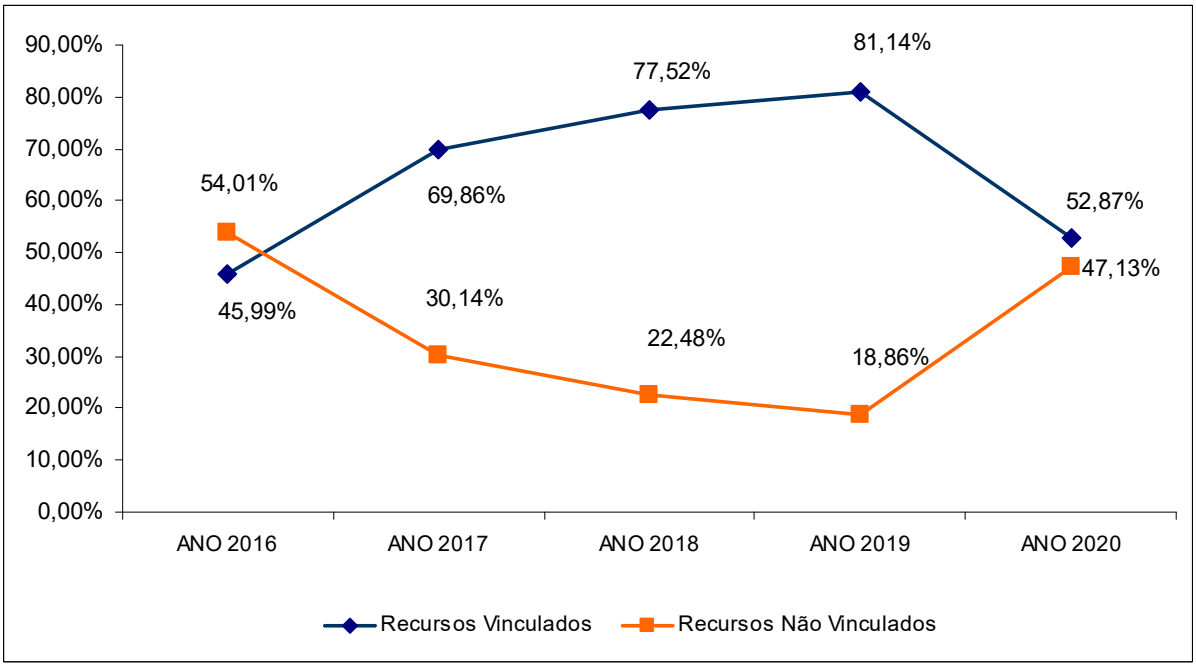
DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de Inflação IPCA	6,29%	2,95%	3,75%	4,31%	4,52%
Índice de Inflação Acumulada	6,29%	9,42%	13,52%	18,41%	23,76%

Fonte: IBGE (https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php)

Quanto à vinculação para sua utilização, os recursos na Disponibilidade de Caixa apresentam situação distinta. O Gráfico 20 aponta que apenas em 2016 as destinações não vinculadas foram superiores as vinculadas.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Gráfico 20 - Vinculação da disponibilidade de caixa líquida no final de cada Exercício



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Contudo, em 2020 as destinações não vinculadas apresentaram um crescimento superior às vinculadas, ficando ambas com percentuais próximos a 50%. A predominância dos recursos vinculados indica uma redução na autonomia do Estado na gestão dos recursos.

5.7 Programa de reestruturação e de ajuste fiscal (PAF)

O Estado do Ceará é parte integrante do Contrato de Confissão, Assunção e Refinanciamento de Dívidas nº003/97 STN/COAFI, de 16 de outubro de 1997, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado federal nº 123/97. O programa dá cumprimento ao disposto no referido Contrato e seus termos aditivos. A 22ª revisão contempla metas ou compromissos relativos ao exercício de 2020 e estimativas para os exercícios de 2021 e 2022.

O cumprimento das metas ou compromissos do Programa visa manter a classificação da capacidade de pagamento do Estado, tornando elegíveis as

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

operações de crédito de seu interesse à concessão de garantias da União. Esse item busca demonstrar quais as Metas ou Compromissos e seus respectivos resultados em 2020.

META 1 – RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)/RECEITA CORRENTE LÍQUIDA: não ultrapassar em 2020 a 111,07% na relação DC/RCL. A Meta 1 estabelecida foi atendida, pois a DC ficou em 54,42% da RCL, conforme Tabela 66.

Tabela 66 – Meta 1

Descrição	2020
META 1	111,07%
RESULTADO	54,42%

Fonte: RGF-3º. Quadrimestre/2020

META 2 – RESULTADO PRIMÁRIO: superar o resultado primário previsto para o exercício. Para o exercício de 2020 a meta do Resultado Primário prevista no PAF foi de R$ 1.160,00 milhões negativos e o resultado realizado foi de R$ 2.396,77 milhões, superando a Meta 2 estabelecida, conforme Tabela 67.

Tabela 67 – Meta 2

R$ Milhões

Descrição	2020
META 2	-1.160,00
RESULTADO	2.396,77

Fonte: RREO - 6º. Bimestre/2020

META 3 – DESPESA COM PESSOAL/RECEITA CORRENTE LÍQUIDA: não ultrapassar o limite definido no art. 19, inciso II, da LRF. Em 2020 a Meta 3 foi atendida, pois o resultado da soma dos percentuais da Despesa com Pessoal de todos os Poderes e Ministério Público ficou em 49,51%, muito abaixo do limite de 57%, conforme Tabela 68.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tabela 68 – Meta 3

Descrição	2020
META 3	57,00%
RESULTADO	49,51%

Fonte: RGF-3º. Quadrimestre/2020

META 4 – RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA: superar o montante de receitas de arrecadação própria de R$ 13.328 milhões em 2020. A Meta 4 foi atendida, com o resultado o de R$19.115 milhões, conforme apresentado na Tabela 69.

Tabela 69 – Meta 4

R$ Milhões

Descrição	2020
META 4	13.328
RESULTADO	19.115

Fonte: S2GPR (SEFAZ)

META 5 – GESTÃO PÚBLICA: alcançar os seguintes compromissos:

a) Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, de acordo com o parágrafo 1º. Do art. 16 do Decreto no. 8.616, de 29 de dezembro de 2015;

b) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o parágrafo 1º. Da Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000;

c) O Estado deverá rever as classificações orçamentárias e

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

fiscais de suas empresas estatais em dependentes e não dependentes de forma a convergir para as regras previstas na Constituição, na Lei de Responsabilidades Fiscal e na Resolução do Senado no 43, de 2001, com vistas a garantir que todas as estatais dependentes estejam incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social do exercício de 2022; e

d) O Estado deverá apresentar o cronograma do processo de alteração do enquadramento do METROFOR, atualmente classificada pelo Estado como estatal não dependente, tendo em vista determinação externa quanto ao enquadramento no conceito da LRF de estatal dependente. O cronograma deverá evidenciar a adoção de medidas por parte do Estado no sentido de atender ao compromisso do item C acima.

META 6 – DISPONIBILIDADE DE CAIXA: consiste em alcançar em 2020 disponibilidade de caixa de recursos não vinculados maior que o das obrigações financeiras. A Meta 6 foi atendida conforme Anexo V do RGF do 3º. quadrimestre de 2020, conforme Tabela 70.

Tabela 70 – Meta 6

R$ Milhões

Descrição	2020
Recursos Não Vinculados	2.352,12
Obrigações Financeiras	1.193,22

Fonte: RGF-3º. Quadrimestre/2020

Assim, o governo do Estado do Ceará atendeu todas as Metas (1 a 6) do PAF apresentadas na 22ª. Revisão, período 2020 -2022.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

5.8 Cumprimento do Novo Regime Fiscal (EC nº 88/2016)

A Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016, instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado do Ceará. Esse regime irá vigorar por dez exercícios financeiros, a partir de 2017, nos termos dos arts. 43 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Tabela 71, apresenta o demonstrativo do Novo Regime Fiscal para o exercício de 2020.

Tabela 71 – Demonstrativo do Novo Regime Fiscal

R$ 1,00

DEMONSTRATIVO DO NOVO REGIME FISCAL (EC n.º 88/16)	Ano Anterior (A)		Ano Corrente (B)		Variação (%) (C = B/A)
	Corrente	Restos a Pagar	Corrente	Restos a Pagar	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES BRUTA (I)	**20.375.807.290,61**	**695.994.428,57**	**20.965.838.518,75**	**797.865.176,21**	**3,28%**
Pessoal e Encargos Sociais	10.795.611.348,97	221.371.307,60	10.982.232.772,21	244.425.440,98	1,90%
Outras Despesas Correntes	9.580.195.941,64	474.623.120,97	9.983.605.746,54	553.439.735,23	4,80%
DEDUÇÕES (II)	**10.289.022.558,17**	**386.035.379,06**	**10.860.325.098,11**	**461.302.725,00**	**6,06%**
(-) Transferências Constitucionais e legais (IPVA e ICMS)	3.565.144.937,73	74.635.941,14	3.611.005.105,20	66.117.894,56	1,03%
(-) Despesas Relativas à Saúde	3.359.164.211,55	194.792.387,73	4.037.992.509,47	243.060.645,24	20,46%
(-) Despesas Relativas à Educação	3.295.756.108,60	107.434.604,14	3.161.404.573,52	145.685.334,05	-2,82%
(-) Fundos operacionalizados com recursos exclusivamente próprios	68.957.300,29	9.172.446,05	49.922.909,92	6.438.851,15	-27,86%
TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	**10.396.743.781,95**		**10.442.075.871,85**		**0,44%**
LIMITE NOVO REGIME FISCAL ANO CORRENTE (IV)			**12.036.288.572,00**		
UTILIZAÇÃO DO LIMITE (V) = (III-B / IV)			**86,75%**		
SALDO LIMITE (VI) = (IV - III-B)			**1.594.212.700,15**		

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Nota 1: O demonstrativo evidencia apenas as depesas pagas e os restos a pagar pagos.

Nota 2: Nas deduções relativas às despesas com saúde e educação foram consideradas as despesas pagas na funções orçamentárias da saúde e educação.

Em 2020 as despesas primárias correntes foram no montante de R$10.442.075.871,85, apresentando uma variação de 0,44% em relação a 2019. As despesas executadas pelo Poder Executivo no exercício de 2020 representaram 86,75% do Limite do Novo Regime Fiscal. Portanto, verificou-se um saldo de R$1.594.212.700,15, indicando o cumprimento do Novo Regime Fiscal.

5.9 Indicadores gerenciais

Nesse capítulo serão analisados alguns indicadores gerenciais que irão demonstrar os esforços do governo em manter as finanças do Estado em equilíbrio. A Tabela 72 apresenta a consolidação dos indicadores gerenciais utilizados para a

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

avaliação.

Tabela 72 – Demonstrativo dos Indicadores Gerenciais

INDICADOR	FÓRMULA	2018	2019	2020
Rigidez da Despesa	Despesa de Custeio x 100 / Despesa Total	85,56%	87,95%	86,84%
Liquidez	Disponibilidade de Caixa Líquida / Despesa Mensal Liquidada Média	1,32	1,74	2,21
Autonomia Financeira	Arrecadação Própria x 100 / Receita Total	57,13%	55,88%	57,38%
Custo Previdenciário	Desp Não Custeadas c/Recursos Vinculados à Previdência x 100 / RCL	7,64%	7,13%	6,91%
Equilíbrio Financeiro - Previdência	Receitas Totais / Despesas Empenhadas	0,60	0,69	0,65
Planejamento	Restos a Pagar Processados x 100 / Despesa Liquidada	2,29%	3,80%	3,96%
Cobertura da Dívida	Dívida Consolidada / Resultado Primário	28,23	7,26	7,42
Receita *per capita*	Receita Corrente x 100 / População	2916,25	3176,64	3278,96
Esforço Tributário	Receita Tributária x 100 / PIB	9,47%	9,98%	9,65%
Capacidade de Geração de Poupança	Receita Corrente - Desp Corrente x 100 / Receita Corrente	12,79%	15,83%	17,74%
Crescimento de Receitas e Despesas	Crescimento da Receita / Crescimento da Despesa	-0,59	2,37	0,16
Resultado de Execução Orçamentária	Receita Executada / Despesa Executada	1,09	1,16	1,17
Cobertura de Custeio	Receita Corrente / Despesa Corrente	1,15	1,19	1,22

Fonte: S2GPR-SEFAZ

O indicador de Rigidez da despesa demonstra o comprometimento da despesa de custeio em relação à despesa total. Quanto menor melhor o resultado, permitindo que o governo tenha flexibilidade na utilização dos recursos. Este indicador esteve acima de 85% e com um crescimento no último ano para 86,84%. O governo tem adotado medidas para conter o crescimento das despesas de custeio, de forma a não comprometer os investimentos.

O indicador de Liquidez demonstra a capacidade de pagamento em relação às despesas, sendo quanto maior melhor a capacidade de honrar os compromissos.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Em 2020 apresentou um valor de 2,21, significando que para cada R$ 1,00 empenhado o Estado dispõe de R$ 2,21 para pagar, representando capacidade financeira no período.

O indicador da Autonomia Financeira demonstra a dependência da arrecadação própria em relação à receita total. Quanto maior o percentual apresentado menor será a dependência de outras receitas. Nos últimos três anos esse indicador vem se apresentando próximo de 60%, indicando uma autonomia da receita própria em relação às demais receitas.

O indicador do Custo Previdenciário visa identificar a relação das despesas não custeadas com recursos vinculados em relação à RCL. Quanto menor o resultado, melhor, pois para as finanças do governo o ideal é que a arrecadação da previdência seja suficiente para arcar todas as suas despesas. Nos últimos três anos o indicador foi reduzido, passando de 7,64% em 2018 para 6,91% em 2020. Este resultado ocorreu após a reestruturação do sistema previdenciário do Estado, que ocorreu no final de 2019.

O indicador do Equilíbrio Financeiro–Previdência demonstra as receitas próprias em relação às despesas totais. Quanto maior melhor, sendo o ideal desse indicador que seja o mais próximo de 1,00. Esse indicador apresentou melhora nos últimos três anos, evoluindo de 0,60 em 2018 para 0,65 em 2020, mas ainda evidencia que as receitas próprias da previdência não são suficientes para arcar com as despesas.

O indicador de Planejamento evidencia o saldo dos restos a pagar processados em relação às despesas liquidadas. Quanto menor melhor será o planejamento da execução das despesas. Nos últimos três anos o indicador passou de 2,29% em 2018 para 3,96% em 2020.

O indicador de Cobertura da Dívida busca avaliar em quantos anos o Estado conseguiria pagar toda sua dívida. Quanto menor melhor, sendo que em 2018 representava 28,23 anos, enquanto em 2020 apresentou uma queda para 7,42 anos.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Tal resultado evidencia a melhoria no endividamento em relação ao resultado primário.

O indicador da Receita per Capita aborda a Receita Corrente em relação à população. Quanto maior melhor, com crescimento nos últimos três anos, passando de 2.916,25 em 2018 para 3.278,96 em 2020.

O indicador do Esforço Tributário evidencia o crescimento da Receita com tributos em relação ao PIB. Quanto maior melhor, com incremento nos últimos anos, passando de 9,47% em 2018 para 9,65% em 2020.

O indicador que mede a Capacidade de Geração de Poupança avalia a receita corrente em relação à despesa corrente. Quanto maior melhor, tendo apresentado incremento nos últimos três anos, passando de 12,79% em 2018 para 17,74% em 2020. Esse crescimento pode proporcionar capacidade financeira para ampliação de serviços e novos investimentos.

O indicador de Crescimento de Receitas e Despesas representa quanto de receita variou em relação à variação das despesas, resultando em superávit ou déficit. Quanto maior melhor, tendo evoluído de um índice negativo em 0,59 em 2018, para 0,16 positivo em 2020.

O indicador que apresenta o Resultado da Execução Orçamentária demonstra a receita total arrecadada em relação à despesa total empenhada. Quanto maior melhor, estando nos últimos três anos acima de 1,00, demonstrando que as receitas são superiores às despesas, gerando, portanto, superávit.

O indicador da Cobertura de Custos demonstra a receita corrente em relação à despesa corrente. Quanto maior melhor, sendo que nos últimos três anos a receita corrente esteve acima da despesa corrente, obedecendo à regra de ouro da LRF, apresentando melhora d 2018, com 1,15 para 2020 com 1,22.

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

6 CONCLUSÃO

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE) elaborou o Relatório do Controle Interno sobre as Contas do Governo (RCI-Governo) referente ao exercício financeiro de 2020 de acordo com os preceitos constitucionais e as previsões da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Federal nº4.320/1964 e nos demais normativos legais sobre a matéria.

Considera-se importante frisar que as análises tomaram como parâmetro as informações consolidadas do Balanço Geral do Estado e da Mensagem Governamental de 2021. O exame pormenorizado dos atos individuais dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos públicos deve ser realizado por ocasião da análise das contas anuais de gestão.

A atuação da CGE visou fortalecer o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, atuando nas funções de Controladoria, Auditoria, Ouvidoria, Transparência e iniciando a estruturação da Correição. Vale ressaltar que os Sistemas de Ouvidoria, de Transparência e Ética e de Acesso à Informação, instrumentos de fomento ao controle social, contribuem para o aperfeiçoamento da gestão e para o alcance dos resultados, fortalecendo o relacionamento governo-sociedade com base no critério de interesse público.

Além disso, a CGE buscou disseminar informações e orientações para o fortalecimento da gestão, realizando diversas atividades, desde eventos e capacitações, abrangendo ainda análises técnicas e auditorias de denúncias, de obras e de recursos decorrentes de contratos de financiamento com organismos internacionais.

Para analisar as recomendações emitidas pelo TCE/CE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2019, a CGE coordenou a Comissão do PASF Contas de Governo, que realizou o processo de consolidação das informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela definição de ações a serem adotadas. A Comissão deu tratamento a todas as recomendações

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

apresentadas pelo TCE/CE Parecer Prévio.

Em relação aos 7 Eixos Estratégicos do PPA 2016-2019, em 2020 houve poucas ocorrências de temas e programas de governo com empenho abaixo de 25% do orçamento, com a maior parte desses tendo empenhado entre 75% e 100% da previsão orçamentária do ano. O Estado do Ceará apresentou redução de comércio com o exterior, com uma queda expressiva do PIB, porém, ainda se manteve melhor que a média do Brasil, mesmo com os efeitos da COVID-19 desde o mês de março até o final do ano. Apesar disso, houve crescimento das vagas de emprego, melhorias em diversos indicadores dos 7 Eixos, que apesar dos problemas administrativos causados pelo vírus, conseguiram se adequar com relativo sucesso.

O resultado orçamentário de 2020 apresentou um superávit de R$ 1.511.730 milhões. Assim, as receitas correntes apresentaram um elevado nível de realização, cerca de 96,18%, enquanto as receitas de capital apresentaram uma realização de 63,20%, com a realização total da receita em 93,31%. Quanto às despesas correntes o nível de empenho ficou em 89,62%, portanto, abaixo das receitas correntes. As despesas de capital tiveram um resultado de 66,54%, sendo o empenho total de equivalente a 84,77% do planejado. Quanto às Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) entre 2018 e 2020, verificou-se uma redução de 35,53%, o que indica o aperfeiçoamento dos controles nos últimos anos.

De forma geral, a gestão dos recursos financeiros do Estado do Ceará está adequada aos parâmetros de controle legais e gerenciais, conforme se verifica na análise dos indicadores. Os demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e respectivos anexos, no período de janeiro a dezembro de 2020, foram publicados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 286, de 07.05.2019, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que aprovou a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, Versão 3. O Governo do Estado do Ceará atendeu a todos os limites estabelecidos para a Gestão Fiscal (pessoal, dívida, operações de crédito, garantias e contragarantias e serviço da dívida), os limites dos indicadores de Saúde e Educação, o percentual de aplicação de recursos do FUNDEB (estadual e federal), a regra de ouro, as metas do

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima
Cambeba • Fortaleza / CE
CEP: 60.822-325
Fone: (85) 3101.3471

Resultado Primário e Nominal, o limite do percentual das despesas com PPP.

Foram atendidas as metas do PAF e o Teto de Gastos instituído pelo Novo Regime Fiscal (Emenda da Constituição Estadual nº 88/2016).

O RCI-Governo visa contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública, fortalecendo o ambiente de controle interno do Poder Executivo, constituindo-se em um instrumento de *accountability*, promotor da transparência e da integridade na gestão dos recursos públicos.

Fortaleza, 29 de abril de 2021.

ADRIANA OLIVEIRA NOGUEIRA:35922010344
Assinado de forma digital por ADRIANA OLIVEIRA NOGUEIRA:35922010344
Dados: 2021.04.29 14:19:42 -03'00'

Adriana Oliveira Nogueira
Auditora de Controle Interno

VITOR HUGO GASPAR PINTO:96999942315
Assinado de forma digital por VITOR HUGO GASPAR PINTO:96999942315
Dados: 2021.04.29 13:40:03 -03'00'

Vitor Hugo Gaspar Pinto
Orientador da Célula de Monitoramento da Gestão para Resultados e Gestão Fiscal

JOSE OTACILIO DE ASSIS JUNIOR:63071746334
Assinado de forma digital por JOSE OTACILIO DE ASSIS JUNIOR:63071746334
Dados: 2021.04.29 14:04:43 -03'00'

José Otacílio de Assis Junior
Articulador

MARCELO DE SOUSA MONTEIRO:37731882349
Assinado de forma digital por MARCELO DE SOUSA MONTEIRO:37731882349
Dados: 2021.04.29 13:28:05 -03'00'

Marcelo de Sousa Monteiro
Coordenador de Controladoria

De acordo:

ANTONIO MARCONI LEMOS DA SILVA:41031857320
Assinado de forma digital por ANTONIO MARCONI LEMOS DA SILVA:41031857320
Dados: 2021.04.29 18:15:46 -03'00'

Antônio Marconi Lemos da Silva
Secretário Executivo da Controladoria e Ouvidoria Geral

DEMONSTRATIVOS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
1	RECEITAS CORRENTES	23.165.434.266,00	24.395.704.490,89	23.563.585.493,97	-832.118.996,92
11	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.533.602.136,00	14.534.641.414,68	13.616.014.319,51	-918.627.095,17
111	IMPOSTOS	14.485.866.863,00	14.486.566.863,00	13.589.817.504,48	-896.749.358,52
112	TAXAS	47.735.273,00	48.074.551,68	26.196.815,03	-21.877.736,65
13	RECEITA PATRIMONIAL	195.491.433,00	195.491.433,00	155.134.735,74	-40.356.697,26
131	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	2.947.403,00	2.947.403,00	3.172.500,54	225.097,54
132	VALORES MOBILIÁRIOS	190.055.502,00	190.055.502,00	150.998.214,08	-39.057.287,92
133	DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA	1.131.540,00	1.131.540,00	964.021,12	-167.518,88
139	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.356.988,00	1.356.988,00	0,00	-1.356.988,00
16	RECEITA DE SERVIÇOS	11.207.142,00	12.750.032,00	5.189.935,20	-7.560.096,80
161	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	11.207.142,00	12.750.032,00	5.189.935,20	-7.560.096,80
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.891.848.378,00	9.119.536.434,21	9.042.936.060,84	-76.600.373,37
171	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	6.628.026.979,00	7.855.715.035,21	7.881.761.353,69	26.046.318,48
175	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.263.821.399,00	1.263.821.399,00	1.161.174.707,15	-102.646.691,85
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	533.285.177,00	533.285.177,00	744.310.442,68	211.025.265,68
191	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	59.464.698,00	59.464.698,00	30.332.304,01	-29.132.393,99
192	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	122.843.700,00	122.843.700,00	259.271.207,39	136.427.507,39
199	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	350.976.779,00	350.976.779,00	454.706.931,28	103.730.152,28
2	RECEITAS DE CAPITAL	2.172.128.377,00	2.554.390.744,50	1.614.504.073,53	-939.886.670,97
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.543.113.198,00	1.934.287.028,30	1.464.765.387,29	-469.521.641,01
211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	859.944.668,00	1.114.156.360,96	838.737.465,74	-275.418.895,22
212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	683.168.530,00	820.130.667,34	626.027.921,55	-194.102.745,79
22	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	192.331,32	192.331,32
221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	191.409,00	191.409,00
222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	922,32	922,32
24	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	629.015.179,00	620.103.716,20	147.010.244,29	-473.093.471,91
241	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	625.715.179,00	616.503.716,20	143.707.005,80	-472.796.710,40
243	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	3.300.000,00	3.600.000,00	3.303.238,49	-296.761,51
29	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	2.536.110,63	2.536.110,63
299	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	2.536.110,63	2.536.110,63
Subtotal das Receitas: (III) = (I) + (II)		**25.337.562.643,00**	**26.950.095.235,39**	**25.178.089.567,50**	**-1.772.005.667,89**

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV):	**25.337.562.643,00**	**26.950.095.235,39**	**25.178.089.567,50**	**-1.772.005.667,89**
Déficit (VI):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total (VII)=(V + VI):	**25.337.562.643,00**	**26.950.095.235,39**	**25.178.089.567,50**	**-1.772.005.667,89**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		3.902.661.416,51	1.463.284.425,66	-2.439.376.990,85
Recursos Arrecadados em Exercícios Anterioes				
Superávit Financeiro		3.902.661.416,51	1.463.284.425,66	
Reabertura de créditos adicionais				

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**16.368.126.428,00**	**16.534.785.336,81**	**14.843.383.262,01**	**14.643.231.153,08**	**14.473.739.691,06**	**1.691.402.074,80**
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.621.503.668,00	8.763.398.532,10	7.903.985.945,40	7.900.824.621,37	7.810.838.189,91	859.412.586,70
32 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	696.557.584,00	705.157.584,00	434.543.048,39	434.543.048,39	434.543.048,39	270.614.535,61
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.050.065.176,00	7.066.229.220,71	6.504.854.268,22	6.307.863.483,32	6.228.358.452,76	561.374.952,49
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	**2.843.173.891,00**	**3.905.153.695,90**	**2.424.726.514,09**	**1.958.964.566,99**	**1.948.741.567,59**	**1.480.427.181,81**
44 INVESTIMENTOS	1.674.784.101,00	1.943.013.570,86	1.226.842.599,02	761.580.651,92	751.357.652,52	716.170.971,84
45 INVERSÕES FINANCEIRAS	143.931.717,00	162.517.313,40	162.517.313,40	162.017.313,40	162.017.313,40	0,00
46 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.024.458.073,00	1.799.622.811,64	1.035.366.601,67	1.035.366.601,67	1.035.366.601,67	764.256.209,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	**58.719.040,00**	**8.575.910,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.575.910,52**
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	58.719.040,00	8.575.910,52	0,00	0,00	0,00	8.575.910,52
Subtotal das Despesas (XI) = (VII+IX+X):	**19.270.019.359,00**	**20.448.514.943,23**	**17.268.109.776,10**	**16.602.195.720,07**	**16.422.481.258,65**	**3.180.405.167,13**
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(XI+XII):	**19.270.019.359,00**	**20.448.514.943,23**	**17.268.109.776,10**	**16.602.195.720,07**	**16.422.481.258,65**	**3.180.405.167,13**
Superávit (XIII):	**6.067.543.284,00**	**6.501.580.292,16**	**7.909.979.791,40**			**-1.408.399.499,24**
Total (XIV)=(XII+XIII):	**25.337.562.643,00**	**26.950.095.235,39**	**25.178.089.567,50**	**16.602.195.720,07**	**16.422.481.258,65**	**1.772.005.667,89**
Reserva do RPPs	**0,00**	**0,00**				

Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercicicio Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	**12.247.565,30**	**213.246.161,56**	**190.876.571,09**	**190.841.824,93**	**12.776.646,51**	**21.875.255,42**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	259,08	457.971,68	429.929,93	429.929,93	5.276,27	23.024,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.247.306,22	212.788.189,88	190.446.641,16	190.411.895,00	12.771.370,24	21.852.230,86
DESPESAS DE CAPITAL	**19.959.822,05**	**314.188.213,22**	**231.033.291,47**	**231.012.215,05**	**84.320.993,05**	**18.814.827,17**
INVESTIMENTOS	19.959.822,05	314.188.213,22	231.033.291,47	231.012.215,05	84.320.993,05	18.814.827,17
Total:	**32.207.387,35**	**527.434.374,78**	**421.909.862,56**	**421.854.039,98**	**97.097.639,56**	**40.690.082,59**

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercicicio Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	**1.563.568,00**	**188.420.520,32**	**0,00**	**184.446.239,27**	**1.212.735,01**	**4.325.114,04**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	503.426,48	84.570.811,96	0,00	84.883.510,33	154.890,16	35.837,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.060.141,52	103.849.708,36	0,00	99.562.728,94	1.057.844,85	4.289.276,09
DESPESAS DE CAPITAL	**911.861,74**	**25.423.572,60**	**0,00**	**24.255.123,65**	**441.197,47**	**1.639.113,22**
INVESTIMENTOS	911.861,74	25.423.572,60	0,00	24.255.123,65	441.197,47	1.639.113,22
Total:	**2.475.429,74**	**213.844.092,92**	**0,00**	**208.701.362,92**	**1.653.932,48**	**5.964.227,26**

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	**25.178.089.567,50**	**24.379.812.975,01**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)**	**17.268.109.776,10**	**17.896.498.100,37**
ORDINÁRIA	**20.797.897.594,08**	**20.020.723.249,32**	**ORDINÁRIA**	**13.733.382.758,17**	**14.618.983.724,87**
VINCULADA	**4.380.191.973,42**	**4.359.089.725,69**	**VINCULADA**	**3.534.727.017,93**	**3.277.514.375,50**
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
FECOP	596.307.029,81	612.884.520,30	FECOP	285.706.902,59	430.412.191,15
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	172.276.020,71	172.534.753,37	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	143.445.991,33	159.858.859,68
ALIENAÇÃO DE BENS	192.331,32	4.401.312,20	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	87.667,00
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	10.708.215,28	21.323.915,26	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	15.731.844,78	42.150.268,71
FUNDEB	1.598.252.530,04	1.689.096.191,94	FUNDEB	1.591.188.530,51	1.640.755.606,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.467.301.497,92	1.379.961.036,26	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.107.247.148,15	678.507.647,13
CONVÊNIOS	215.157.661,85	458.192.091,86	CONVÊNIOS	387.211.992,49	321.889.331,16
SUS	0,00	0,00	SUS	0,00	0,00
OUTROS RECURSOS	319.996.686,49	20.695.904,50	OUTROS RECURSOS	4.194.608,08	3.852.804,26
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	**15.139.878.665,11**	**15.619.733.359,32**	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)**	**21.903.015.282,96**	**21.511.572.057,90**
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14.475.576.125,03	15.072.108.380,11	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20.912.176.393,24	20.667.539.714,53
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	598.515.913,86	486.265.874,64	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	801.830.440,27	659.347.974,57
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	10.619.415,96	14.214.970,82	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	10.619.415,96	14.214.606,08
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	55.167.210,26	47.144.133,75	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	178.389.033,49	170.469.762,72
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	**13.690.889.874,69**	**12.787.893.533,41**	**PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)**	**13.403.840.112,10**	**12.466.379.098,35**
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	179.714.461,42	213.844.092,92	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	208.701.362,92	206.237.374,49
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	665.914.056,03	527.434.374,78	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	421.854.039,98	245.549.471,28
VALORES RESTITUÍVEIS	12.821.224.108,31	12.044.276.801,10	VALORES RESTITUÍVEIS	12.750.827.565,35	12.009.011.153,66
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.462.507.879,08	2.488.434.473,77	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.330.485.945,98	2.379.935.432,22
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	108.365.708,28	96.317.871,96
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	10.358.716.229,23	9.555.842.327,33	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	10.311.975.911,09	9.532.757.849,48
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.037.248,93	2.338.264,61	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	22.457.143,85	5.581.098,92
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	**4.462.667.953,96**	**3.549.677.342,84**	**SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)**	**5.896.560.890,10**	**4.462.667.953,96**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.434.877.792,17	3.545.147.729,98	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.871.063.696,64	4.434.877.792,17
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	27.790.161,79	4.529.612,86	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	25.497.193,46	27.790.161,79
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**58.471.526.061,26**	**56.337.117.210,58**	**TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)**	**58.471.526.061,26**	**56.337.117.210,58**

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.871.063.696,64	4.434.877.792,17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	5.871.063.696,64	4.434.877.792,17
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	14.039.503.832,09	9.117.249.432,24
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	13.898.812.568,59	8.868.670.132,88
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	38.231.421,26	33.193.488,46
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	99.119.807,80	208.101.489,17
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	6.310.034,44	7.284.321,73
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-2.970.000,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	315.290.004,54	295.677.579,51
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	123.382.484,48	98.622.054,00
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	482.836,32	482.836,32
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.167.038.278,47	1.119.497.730,22
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-975.613.594,73	-922.925.041,03
ESTOQUES	98.680.340,74	110.847.129,82
ALMOXARIFADO	98.680.340,74	110.847.129,82
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	34.971.614,02	36.068.639,54
DEMAIS VPD A APROPRIAR	34.971.614,02	36.068.639,54
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**20.359.509.488,03**	**13.994.720.573,28**
Ativo Não Circulante		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.537.500.320,47	13.244.080.144,02
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	10.335.419.625,51	13.036.433.020,56
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	202.080.694,96	207.647.123,46
INVESTIMENTOS	4.621.542.715,65	4.510.675.690,42
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	4.621.542.715,65	4.510.675.690,42
IMOBILIZADO	19.716.484.549,16	19.763.533.469,97
BENS MÓVEIS	4.085.049.767,68	4.176.681.197,95
BENS IMÓVEIS	15.797.970.648,87	15.645.058.389,57
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-166.535.867,39	-58.206.117,55
INTANGÍVEL	208.286.969,56	182.669.966,92
SOFTWARES	209.354.212,38	183.396.147,26
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	364.794,02	364.794,02
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-1.432.036,84	-1.090.974,36
DIFERIDO	0,00	0,00

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	91.087.056,07	86.140.178,40
PESSOAL A PAGAR	697.632,60	1.720.911,88
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	1.200,00	1.200,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	90.388.223,47	84.418.066,52
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	1.336.131.468,07	1.031.343.308,30
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	9.967.234,68	42.451.908,32
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	9.967.234,68	42.451.908,32
FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	1.326.164.233,39	988.891.399,98
FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	637.580.717,82	528.401.324,42
FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO	688.583.515,57	460.490.075,56
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	131.331.173,12	191.911.656,23
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	131.331.173,12	191.911.656,23
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	3.651.279,13	10.629.940,07
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	3.650.749,50	10.573.847,52
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	529,63	38.402,74
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	0,00	17.689,81
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	76.878.454,20	66.117.894,56
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (I)	76.878.454,20	66.117.894,56
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.405.512.371,81	1.330.887.112,16
VALORES RESTITUÍVEIS	1.381.684.701,20	1.295.668.135,51
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	23.827.670,61	35.218.976,65
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**3.044.591.802,40**	**2.717.030.089,72**
Passivo Não Circulante		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	30.617.554,68	178.332.880,73
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	30.617.554,68	178.332.880,73
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	14.939.623.609,64	12.296.565.345,44
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	5.823.374.802,03	5.196.481.636,56
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	9.116.248.807,61	7.100.083.708,88
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	393.152.805,44	368.554.618,60
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO	393.152.805,44	368.554.618,60
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	643.794.775,46	619.106.540,14

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**35.083.814.554,84**	**37.700.959.271,33**

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Não Circulante		
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	643.794.775,46	619.106.540,14
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**16.007.188.745,22**	**13.462.559.384,91**
Patrimônio Líquido		
RESULTADOS ACUMULADOS	36.391.543.495,25	35.516.090.369,98
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	36.391.543.495,25	35.516.090.369,98
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-3.753.354.541,28	1.743.794.966,14
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.516.090.369,98	25.258.782.566,80
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.628.807.666,55	8.513.512.837,04
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	**36.391.543.495,25**	**35.516.090.369,98**

Total do Ativo:	**55.443.324.042,87**	**51.695.679.844,61**	**Total do Passivo e do Patrimônio Líquido:**	**55.443.324.042,87**	**51.695.679.844,61**
(1) Ativo Financeiro:	5.896.560.890,10	4.462.667.953,96	**(3) Passivo Financeiro:**	2.285.561.769,37	2.098.360.604,34
(2) Ativo Permanente:	49.546.763.152,77	47.233.011.890,65	**(4) Passivo Permanente:**	17.472.767.094,29	14.640.749.605,94
Saldo Patrimonial:	**35.684.995.179,21**	**34.956.569.634,33**			

Compensações

Especificação Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	561.852.003,50	551.035.201,29
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	5.395.979.639,01	3.638.893.564,14
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.990.100,85	19.990.100,85
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**5.977.821.743,36**	**4.209.918.866,28**

Especificação Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	368.338.197,32	366.364.020,20
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**368.338.197,32**	**366.364.020,20**

FONTE DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
10000	TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS	1.449.515.755,20	-333.607.539,99
10002	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	608.116.311,80	720.059.031,40
10003	RECURSOS ORDINÁRIOS - CIPP	-3.891,35	12.807.881,07
10005	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA O SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	1.441.211,92	0,00
10006	DIVIDENDOS - CAGECE	35.401.338,86	44.751.801,38
10007	RECURSOS ORDINÁRIOS - CESSÃO ONEROSA - BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL	494.801,30	247.094.720,52
10008	RECURSOS ORDINÁRIOS - AUXÍLIO FINANCEIRO PARA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.663.246,16	0,00
10100	TESOURO, COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	-68.181.246,13	-96.750.447,91
11000	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	247.433.357,12	99.251.778,69
11200	TESOURO, ALIENAÇÃO DE BENS	69.084.946,56	68.892.661,11
14400	TESOURO, INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	3.809.706,63	2.573.789,60
20700	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	41.713.292,91	3.145.931,88
21100	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CIDE	1.332.789,84	47.274,13
21600	OUT. FONTES, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	29.499.361,36	34.342.610,91
24636	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC VLT - CEF	-24.695,81	-2.507.319,62
24637	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	0,00	-1.435.730,08
24645	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	-17.311,65	990.885,77
24647	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	0,00	12.409.932,54
24649	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - LINHA LESTE/BNDES	-12.264,33	126.347.818,41
24654	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	514.489.825,72	524.064.738,64
24656	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	50.777,06	-702.498,84
24840	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	282.113,19	283.276,25
24848	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	7.365.474,84	-19.833,24
24857	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	4.505.101,83	0,00
24858	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	20.261.027,05	-182.065,99
24859	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	106.859.892,56	198.836.070,28
24864	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	3.200.092,83	1.458.623,95
24865	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	-310.461,75	-969.987,81
24867	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	-0,72	-0,72
24869	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	3.053.378,09	3.068.620,82
25000	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	2.369.377,44	68.561.998,01
25100	OUT. FONTES, COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	73.825.323,73	0,00
27301	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	10.638.314,44	570.552,87

FONTE DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
27302	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - TRANSPORTE ESCOLAR	2.508.234,11	254.654,20
27303	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - OUTRAS	38.821.540,59	36.797.958,30
27600	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	14.214.358,68	5.926.608,46
28080	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	-1.032.338,89	0,00
28282	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	383.903.951,79	583.309.851,42
28686	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.670.917,15	4.578.667,48
28888	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	55.510,60	55.035,73
Total:		**3.610.999.120,73**	**2.364.307.349,62**

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Aumentativas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Aumentativas		**48.870.102.717,56**	**46.759.390.074,41**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**17.239.762.681,42**	**17.551.906.889,15**
4.1.1	IMPOSTOS	17.213.565.866,39	17.514.427.346,74
4.1.2	TAXAS	26.196.815,03	37.479.542,41
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**10.154.711,17**	**65.395.738,61**
4.3.3	EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	10.154.711,17	65.395.738,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**4.612.969.267,07**	**2.325.691.373,08**
4.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	65.635.655,90	730.558.194,51
4.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	3.985.189.934,86	1.425.465.919,20
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	108.548.814,74	169.649.548,17
4.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	453.594.861,57	17.711,20
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**25.699.156.958,49**	**25.264.334.327,78**
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	15.139.878.665,11	15.630.532.385,54
4.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.551.028.031,74	9.630.515.123,58
4.5.6	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	1.569.257,51
4.5.8	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	8.250.261,64	1.717.561,15
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		**162.771.225,18**	**362.720.340,39**
4.6.1	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	162.771.225,18	362.720.340,39
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**1.145.287.874,23**	**1.189.341.405,40**
4.9.2	RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	203.412.965,19	298.382.303,89
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	941.874.909,04	890.959.101,51

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		**52.623.457.258,84**	**45.015.595.108,27**
PESSOAL E ENCARGOS		**7.879.494.987,42**	**7.995.799.456,27**
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	6.356.281.969,01	6.406.370.050,33
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	1.281.454.493,69	1.355.518.910,77
3.1.3	BENEFÍCIOS A PESSOAL	203.558.427,63	197.823.767,93
3.1.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	38.200.097,09	36.086.727,24
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**17.721.122,41**	**16.619.930,92**
3.2.2	PENSÕES	16.169.626,22	15.190.332,45
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.551.496,19	1.429.598,47
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**2.091.006.229,05**	**2.195.377.359,74**
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	168.149.450,01	185.526.435,02
3.3.2	SERVIÇOS	1.817.303.416,05	1.988.902.433,43
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	105.553.362,99	20.948.491,29
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**6.805.452.326,54**	**2.554.531.542,46**
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	424.201.148,46	606.956.820,37
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	683.338,82	238.839,94
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	6.357.506.466,93	1.935.073.606,57
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	23.061.372,33	12.262.275,58
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**29.498.223.827,80**	**29.396.127.587,06**
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	21.903.015.282,96	21.511.572.057,90
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.193.924.847,23	7.383.741.808,88
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	398.276.112,21	447.595.207,03
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	1.350.908,00	0,00
3.5.9	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.656.677,40	53.218.513,25
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		**5.882.148.547,89**	**2.037.075.568,71**
3.6.1	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	5.433.029.621,72	1.368.482.284,39
3.6.5	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	449.118.926,17	668.593.284,32
TRIBUTÁRIAS		**174.740.963,04**	**179.948.029,21**
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	497.726,32	532.463,45
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	174.243.236,72	179.415.565,76

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		**52.623.457.258,84**	**45.015.595.108,27**
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**274.669.254,69**	**640.115.633,90**
3.9.1	PREMIAÇÕES	4.077.482,42	16.735.431,14
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	180.211.920,77	203.033.764,46
3.9.4	INCENTIVOS	2.477.144,62	4.685.647,42
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	87.902.706,88	415.660.790,88
RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:		**-3.753.354.541,28**	**1.743.794.966,14**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	**50.417.718.331,72**	**49.276.402.489,24**
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.616.014.319,51	13.879.582.816,10
RECEITA PATRIMONIAL	46.609.612,76	135.430.319,45
RECEITA DE SERVIÇOS	5.189.935,20	10.512.592,46
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	108.525.122,98	169.649.548,17
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	744.310.442,68	580.363.866,67
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	24.329.824.970,24	23.833.735.706,44
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	11.567.243.928,35	10.667.127.639,95
DESEMBOLSOS	**48.363.923.185,80**	**47.743.104.289,91**
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	10.373.152.004,13	10.692.257.420,63
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	434.543.048,39	617.927.775,94
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	26.063.212.141,36	25.776.869.369,62
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	11.493.015.991,92	10.656.049.723,72
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	**2.053.795.145,92**	**1.533.298.199,33**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	**2.728.441,95**	**11.159.639,12**
ALIENAÇÃO DE BENS	192.331,32	10.001.312,20
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS	2.536.110,63	1.158.326,92
DESEMBOLSOS	**1.049.778.148,96**	**1.062.654.261,19**
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	829.512.822,10	794.330.784,41
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	220.265.326,86	268.323.476,78
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	**-1.047.049.707,01**	**-1.051.494.622,07**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	**1.464.765.387,29**	**1.379.111.845,92**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.464.765.387,29	1.379.111.845,92
DESEMBOLSOS	**1.035.366.601,67**	**968.869.708,96**
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	1.013.610.642,08	946.618.001,76
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIMENTOS	21.755.959,59	22.251.707,20
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	**429.398.785,62**	**410.242.136,96**
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**1.436.144.224,53**	**892.045.714,22**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	4.434.877.792,17	3.545.147.729,98
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.871.063.696,64	4.434.877.792,17
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	**1.436.185.904,47**	**889.730.062,19**
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	**-41.679,94**	**2.315.652,03**
SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR (IV)	**25.041.958,93**	**9.683.542,57**
SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS (V)	**24.600.559,31**	**7.365.060,54**
ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR (VI)	**4.663.058,43**	**3.576,91**
ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS (VII)	**4.179.978,87**	**746,91**
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	**1.436.144.224,53**	**892.045.714,22**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		
LEGISLATIVA	697.352.942,14	681.069.039,12
JUDICIÁRIA	1.208.933.751,73	1.254.830.887,85
ESSENCIAL À JUSTIÇA	520.515.704,88	530.922.339,30
ADMINISTRAÇÃO	1.058.067.010,62	1.047.193.534,13
SEGURANÇA PÚBLICA	3.317.587.149,91	2.951.229.114,59
ASSISTÊNCIA SOCIAL	147.094.119,81	186.953.244,26
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	2.082.991,00
TRABALHO	5.720.012,88	8.623.769,03
EDUCAÇÃO	2.566.159.006,54	2.631.499.737,14
CULTURA	33.631.378,02	32.016.357,31
DIREITOS DA CIDADANIA	266.642.938,27	787.878.753,49
URBANISMO	4.330.998,72	12.470.260,66
HABITAÇÃO	5.651.889,30	5.535.819,07
SANEAMENTO	918.051,24	10.609.701,99
GESTÃO AMBIENTAL	26.762.150,65	33.172.921,93
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.451.166,62	8.565.425,87
AGRICULTURA	91.291.356,86	84.042.117,75
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	247.412,46	0,00
INDÚSTRIA	0,00	1.648.409,15
COMÉRCIO E SERVIÇOS	25.724.423,36	38.085.784,08
ENERGIA	2.850.843,08	2.917.237,27
DESPORTO E LAZER	7.037.333,16	15.572.386,68
ENCARGOS ESPECIAIS	384.182.363,88	365.337.588,96
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	**10.373.152.004,13**	**10.692.257.420,63**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA	184.241.096,97	347.029.368,33
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA EXTERNA	239.960.051,49	259.927.452,04
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA	10.341.899,93	10.970.955,57
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	**434.543.048,39**	**617.927.775,94**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.462.507.879,08	2.488.434.473,77
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	9.120.356.072,00	8.162.651.400,89
VALORES A REPASSAR	-15.620.022,73	16.041.765,29
TOTAL DOS OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	**11.567.243.928,35**	**10.667.127.639,95**
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.330.485.945,98	2.379.935.432,22
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	108.365.708,28	96.317.871,96
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	9.057.995.731,13	8.155.608.688,33
VALORES A RECEBER	-3.831.393,47	24.187.731,21
TOTAL DOS OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	**11.493.015.991,92**	**10.656.049.723,72**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	**8.028.771.597,98**	**6.958.634.554,45**
DA UNIÃO	8.025.468.359,49	6.954.033.194,27
DE MUNICÍPIOS	3.303.238,49	4.601.360,18
INTRAGOVERNAMENTAIS	15.139.878.665,11	15.619.733.359,32
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	1.161.174.707,15	1.255.367.792,67
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	**24.329.824.970,24**	**23.833.735.706,44**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	**3.808.358.873,39**	**3.827.958.492,08**
A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	289.918,28	348.000,00
A MUNICÍPIOS	3.806.718.047,11	3.827.610.492,08
A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	1.350.908,00	0,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	21.903.015.282,96	21.511.572.057,90
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	351.837.985,01	437.338.819,64
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	**26.063.212.141,36**	**25.776.869.369,62**

Ingressos		Dispêndios	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	15.634.677.430,69	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.903.985.945,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	434.543.048,39
RECEITA PATRIMONIAL	155.183.917,21	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.504.854.268,22
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	5.336.798,65		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.404.126.351,88		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	745.034.761,08		
(-) DEDUÇÕES			
FUNDEB	3.371.339.927,10	**SUPERÁVIT**	8.720.202.231,96
RESTITUIÇÕES	9.433.838,44	TOTAL	23.563.585.493,97
DRE	0,00		
TOTAL	23.563.585.493,97		
		DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	1.226.842.599,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.464.765.387,29	INVERSÕES FINANCEIRAS	162.517.313,40
ALIENAÇÃO DE BENS	192.331,32	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.035.366.601,67
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00		
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	147.010.244,29		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.536.110,63		
(-) DEDUÇÕES			
FUNDEB	0,00		
RESTITUIÇÕES	0,00		
DRE	0,00		
DÉFICIT	810.222.440,56		
TOTAL	2.424.726.514,09	TOTAL	2.424.726.514,09

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	23.563.585.493,97	DESPESAS CORRENTES	14.843.383.262,01
RECEITAS DE CAPITAL	1.614.504.073,53	DESPESAS DE CAPITAL	2.424.726.514,09
		SUPERÁVIT	7.909.979.791,40
TOTAL	25.178.089.567,50	TOTAL	25.178.089.567,50

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				14.843.383.262,01
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			7.903.985.945,40	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		6.752.132.528,12		
31900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	4.946.068,67			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	455.051.990,10			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	0,00			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	0,00			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.375.848.751,55			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.580.469.619,31			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	59.216.843,16			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.159.079,80			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	157.706.415,45			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	72.354.959,36			
31909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.800.353,46			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	32.578.447,26			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		1.151.853.417,28		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.146.540.202,72			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.296.541,59			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	4.016.672,97			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			434.543.048,39	
3290	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		434.543.048,39		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	399.734.125,47			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	24.467.022,99			
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	10.341.899,93			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			6.504.854.268,22	
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		289.918,28		
33304100	CONTRIBUIÇÕES	289.918,28			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		3.725.829.975,10		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	16.112.881,62			
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.709.193.526,83			
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	523.566,65			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		327.902.678,29		
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	214.392.973,87			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33504100	CONTRIBUIÇÕES	103.453.679,29			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	9.843.514,41			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	212.510,72			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		3.248.898,25		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	877.537,65			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.371.360,60			
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		38.830.630,54		
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	38.795.337,97			
33679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.292,57			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		2.375.001.876,09		
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.552.696,19			
33900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	5.999.118,85			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	5.520.005,88			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.966.564,62			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	545.500,00			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	154.210.255,38			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	4.088.292,42			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	38.702.542,16			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	8.724.799,47			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	110.158.620,85			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	12.778.143,06			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	105.015.221,78			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	636.329.608,88			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	757.444.956,17			
33904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	60.099.654,08			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	203.367.114,23			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	179.797.392,05			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1.519.177,40			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	191.003,40			
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	11.223.557,55			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	5.461.809,81			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26.188.089,51			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	44.117.752,35			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		33.750.291,67		
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	99.389,56			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	22.272,68			
33914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	22.874.321,71			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	213.606,14			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	963.101,69			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.577.599,89			
4	DESPESA DE CAPITAL				2.424.726.514,09
44	INVESTIMENTOS			1.226.842.599,02	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		98.729.761,75		
44404100	CONTRIBUIÇÕES	1.500.000,00			
44404200	AUXÍLIOS	96.991.100,53			
44405100	OBRAS E INSTALAÃ?Ã?ES	0,00			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	238.661,22			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		26.849.923,64		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.897.038,26			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	120.000,00			
44504200	AUXÍLIOS	20.832.885,38			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		0,00		
44604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		8.136.016,98		
44678300	DESPESAS DECORRENTES DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	7.946.033,16			
44679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	189.983,82			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		1.084.322.244,78		
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
44901400	DIÁRIAS - CIVIL	4.534,67			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	2.699.537,23			
44903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.103,80			
44903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	47.370.647,74			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	26.056,24			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.233.978,84			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	32.448.243,67			
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	40.265.526,77			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	61.407,22			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	131.145,67			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	712.186.454,15			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	155.887.659,94			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	7.577.144,95			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	13.580.510,86			
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	9.390.997,08			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	37.482.024,32			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.971.271,63			
4491	APLICAÇÕES DIRETAS		8.804.651,87		
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	8.659.649,75			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	145.002,12			
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44915200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			162.517.313,40	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		162.517.313,40		
45900700	CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	6.000.000,00			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	156.517.313,40			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			1.035.366.601,67	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		1.035.366.601,67		
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	21.755.959,59			
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.013.610.642,08			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
99999900	A CLASSIFICAR	0,00			

Total Geral: **17.268.109.776,10**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1000000000 Receitas Correntes	**24.393.063.084,89**	**23.371.548.150,55**	**0,00**	**1.023.224.508,58**
1100000000 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**14.534.641.414,68**	**13.616.014.319,51**	**0,00**	**918.627.095,17**
1110000000 Impostos	**14.486.566.863,00**	**13.589.817.504,48**	**0,00**	**896.749.358,52**
1113000000 Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	**1.300.622.500,00**	**1.225.797.805,37**	**0,00**	**74.824.694,63**
1113030000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.300.622.500,00	1.225.797.805,37	0,00	74.824.694,63
1113031000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.209.578.925,00	1.182.871.013,88	0,00	26.707.911,12
1113031100 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.209.578.925,00	1.182.871.013,88	0,00	26.707.911,12
1113031101 - 10000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.209.578.925,00	1.182.871.013,88	0,00	26.707.911,12
1113034000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	91.043.575,00	42.926.791,49	0,00	48.116.783,51
1113034100 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	91.043.575,00	42.926.791,49	0,00	48.116.783,51
1113034101 - 10000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	91.043.575,00	42.926.791,49	0,00	48.116.783,51
1118000000 Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios	**13.185.944.363,00**	**12.364.019.699,11**	**0,00**	**821.924.663,89**
1118010000 Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	1.136.956.031,00	1.029.153.386,95	0,00	107.802.644,05
1118012000 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	1.019.093.004,00	972.148.078,31	0,00	46.944.925,69
1118012100 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	953.468.412,00	907.741.759,63	0,00	45.726.652,37
1118012101 - 10000 IPVA - Principal	1.059.409.347,00	1.009.001.163,70	0,00	50.408.183,30
1118012199 - 10000 IPVA - Principal - FUNDEB	-105.940.935,00	-101.259.404,07	0,00	4.681.530,93
1118012200 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros	27.004.882,00	33.316.935,16	6.312.053,16	0,00
1118012201 - 10000 IPVA - Multas e Juros de Mora	30.005.424,00	37.018.816,85	7.013.392,85	0,00
1118012298 - 10000 IPVA - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-3.000.542,00	-3.701.881,69	701.339,69	0,00
1118012300 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	34.990.185,00	22.024.704,98	0,00	12.965.480,02
1118012301 - 10000 IPVA - Dívida Ativa	38.877.983,00	24.471.894,42	0,00	14.406.088,58
1118012399 - 10000 IPVA - Dívida Ativa - FUNDEB	-3.887.798,00	-2.447.189,44	0,00	1.440.608,56
1118012400 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.629.525,00	9.064.678,54	5.435.153,54	0,00
1118012401 - 10000 IPVA - Dívida Atíva - Multa e Juros de Mora	4.032.806,00	10.071.865,05	6.039.059,05	0,00
1118012498 - 10000 IPVA - Dívida Atíva - Multa e Juros de Mora - FUNDEB	-403.281,00	-1.007.186,51	603.905,51	0,00
1118013000 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos	117.863.027,00	57.005.308,64	0,00	60.857.718,36
1118013100 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Principal	111.921.602,00	49.779.493,14	0,00	62.142.108,86
1118013101 - 10000 ITCD - Principal	139.902.002,00	62.421.391,64	0,00	77.480.610,36
1118013199 - 10000 ITCD - Principal - FUNDEB	-27.980.400,00	-12.641.898,50	0,00	15.338.501,50
1118013200 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Multas e Juros	3.110.105,00	2.029.622,02	0,00	1.080.482,98
1118013201 - 10000 ITCD - Multas e Juros de Mora	3.887.631,00	2.537.027,53	0,00	1.350.603,47
1118013298 - 10000 ITCD - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-777.526,00	-507.405,51	0,00	270.120,49

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118013300 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	2.094.189,00	3.665.714,05	1.571.525,05	0,00
1118013301 - 10000 ITCD - Dívida Ativa	2.617.736,00	4.582.142,57	1.964.406,57	0,00
1118013399 - 10000 ITCD - Dívida Ativa - FUNDEB	-523.547,00	-916.428,52	392.881,52	0,00
1118013400 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa - Multas e Juros	737.131,00	1.530.479,43	793.348,43	0,00
1118013401 - 10000 ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	921.414,00	1.913.099,29	991.685,29	0,00
1118013498 - 10000 ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-184.283,00	-382.619,86	198.336,86	0,00
1118020000 Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	12.048.988.332,00	11.334.866.312,16	0,00	714.122.019,84
1118021000 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	11.427.029.833,00	10.745.121.618,55	0,00	681.908.214,45
1118021100 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal	11.307.216.986,00	10.631.208.005,95	0,00	676.008.980,05
1118021199 - 10000 ICMS - Principal - FUNDEB	-1.995.267.704,00	-1.864.662.703,17	0,00	130.605.000,83
1118021113 - 10000 ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	23.934.782,08	23.934.782,08	0,00
1118021101 - 10000 ICMS Combustivel	3.674.586.314,00	2.597.796.792,01	0,00	1.076.789.521,99
1118021104 - 10000 ICMS Comunicação	640.596.805,00	571.632.288,60	0,00	68.964.516,40
1118021102 - 10000 ICMS Comércio Atacadista	2.495.979.237,00	2.759.341.558,74	263.362.321,74	0,00
1118021103 - 10000 ICMS Comércio Varejista	1.771.680.988,00	1.814.779.347,26	43.098.359,26	0,00
1118021105 - 10000 ICMS Construção Civil	0,00	41.984.335,69	41.984.335,69	0,00
1118021106 - 10000 ICMS Energia Elétrica	1.523.374.291,00	1.587.423.122,33	64.048.831,33	0,00
1118021107 - 10000 ICMS Indústria	2.683.191.044,00	2.581.997.645,38	0,00	101.193.398,62
1118021108 - 10000 ICMS Outros Serviços	0,00	32.321.128,62	32.321.128,62	0,00
1118021109 - 10000 ICMS Pessoa Física	0,00	20.024.809,17	20.024.809,17	0,00
1118021110 - 10000 ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	294.553.277,00	173.316.050,73	0,00	121.237.226,27
1118021111 - 10000 ICMS Produtor Agropecuário	0,00	12.168.379,95	12.168.379,95	0,00
1118021114 - 10000 ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	0,00	69.779.149,05	69.779.149,05	0,00
1118021112 - 10000 ICMS Transporte	218.522.734,00	209.371.319,51	0,00	9.151.414,49
1118021200 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Multas e Juros	73.063.698,00	70.095.513,14	0,00	2.968.184,86
1118021298 - 10000 ICMS - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-7.676.256,00	-8.834.898,35	1.158.642,35	0,00
1118021299 - 10000 ICMS - Multas e Juros de Penalidade - FUNDEB	-5.217.338,00	-5.162.929,90	0,00	54.408,10
1118021213 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	45.344,79	45.344,79	0,00
1118021201 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Combustível	16.356.408,00	2.848.712,18	0,00	13.507.695,82
1118021204 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Comunicação	1.679.848,00	2.036.129,32	356.281,32	0,00
1118021202 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Comércio Atacadista	8.263.699,00	11.890.313,35	3.626.614,35	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118021205 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Construção Civil	0,00	48.325,52	48.325,52	0,00
1118021206 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Energia Elétrica	3.248.673,00	6.040.590,29	2.791.917,29	0,00
1118021207 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Indústria	8.485.810,00	17.648.021,42	9.162.211,42	0,00
1118021208 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Outros Serviços	0,00	165.708,21	165.708,21	0,00
1118021209 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Física	0,00	238.546,88	238.546,88	0,00
1118021210 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	0,00	638.518,18	638.518,18	0,00
1118021211 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	113.242,10	113.242,10	0,00
1118021214 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	1.123.864,00	1.273.768,63	149.904,63	0,00
1118021212 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Transporte	2.626.984,00	2.510.736,81	0,00	116.247,19
1118021203 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Varejista	9.389.754,00	13.401.364,62	4.011.610,62	0,00
1118021221 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Combustivel	2.113.610,00	242.580,34	0,00	1.871.029,66
1118021224 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comunicação	0,00	1.545.870,13	1.545.870,13	0,00
1118021222 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Atacadista	6.236.403,00	2.566.058,78	0,00	3.670.344,22
1118021223 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Varejista	6.315.779,00	5.934.774,71	0,00	381.004,29
1118021225 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Construção Civil	0,00	7.088,99	7.088,99	0,00
1118021226 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Energia Elétrica	5.586.179,00	638.512,35	0,00	4.947.666,65
1118021227 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Indústria	8.146.818,00	10.714.732,04	2.567.914,04	0,00
1118021228 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Outros Serviços	0,00	36.255,82	36.255,82	0,00
1118021229 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Física	698.767,00	614.790,69	0,00	83.976,31
1118021230 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	3.900.673,00	1.823.864,16	0,00	2.076.808,84
1118021231 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	88.180,22	88.180,22	0,00
1118021234 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	560.754,00	100.860,72	0,00	459.893,28
1118021232 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Transporte	1.223.269,00	880.450,14	0,00	342.818,86
1118021300 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	32.193.790,00	23.668.383,22	0,00	8.525.406,78
1118021301 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Combustível	27.976.348,00	1.016.285,41	0,00	26.960.062,59
1118021304 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Comunicação	0,00	422.412,38	422.412,38	0,00
1118021302 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	1.331.422,00	3.964.070,12	2.632.648,12	0,00
1118021303 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	2.499.416,00	3.639.235,33	1.139.819,33	0,00
1118021305 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	74.939,66	74.939,66	0,00
1118021306 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	0,00	5.496,81	5.496,81	0,00
1118021307 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Indústria	3.684.238,00	7.938.860,79	4.254.622,79	0,00
1118021308 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	257.072,96	257.072,96	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118021309 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	0,00	20.529,55	20.529,55	0,00
1118021310 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	1.257.980,00	6.648.647,67	5.390.667,67	0,00
1118021311 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	3.689,86	3.689,86	0,00
1118021314 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	0,00	325.174,91	325.174,91	0,00
1118021312 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Transporte	1.125.643,00	3.528.741,28	2.403.098,28	0,00
1118021399 - 10000 ICMS - Dívida Ativa - FUNDEB	-5.681.257,00	-4.176.773,51	0,00	1.504.483,49
1118021400 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	14.555.359,00	20.149.716,24	5.594.357,24	0,00
1118021498 - 10000 ICMS - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - FUNDEB	-1.232.493,00	-1.165.880,17	0,00	66.612,83
1118021499 - 10000 ICMS - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - FUNDEB	-1.336.100,00	-3.391.001,29	2.054.901,29	0,00
1118021401 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Combustível	181.258,00	128.717,01	0,00	52.540,99
1118021404 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comunicação	0,00	71.825,66	71.825,66	0,00
1118021402 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	1.162.107,00	662.289,22	0,00	499.817,78
1118021403 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	1.706.693,00	873.123,18	0,00	833.569,82
1118021405 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	1.576,04	1.576,04	0,00
1118021406 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	0,00	1.651,93	1.651,93	0,00
1118021407 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Indústria	3.309.467,00	2.920.543,15	0,00	388.923,85
1118021408 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	52.862,25	52.862,25	0,00
1118021410 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	729.816,00	1.827.802,72	1.097.986,72	0,00
1118021411 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	640,13	640,13	0,00
1118021413 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	245.341,00	104.769,24	0,00	140.571,76
1118021412 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Transporte	881.935,00	1.126.733,95	244.798,95	0,00
1118021421 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Combustivel	8.105.987,00	1.819.115,88	0,00	6.286.871,12
1118021422 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	182.739,00	9.175.892,22	8.993.153,22	0,00
1118021423 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	221.503,00	2.049.379,32	1.827.876,32	0,00
1118021425 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	62.037,97	62.037,97	0,00
1118021427 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Indústria	262.674,00	1.260.058,24	997.384,24	0,00
1118021428 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	57.887,30	57.887,30	0,00
1118021429 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	0,00	48.253,44	48.253,44	0,00
1118021430 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	134.432,00	2.311.484,81	2.177.052,81	0,00
1118021431 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	211,04	211,04	0,00
1118021433 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	0,00	46.604,44	46.604,44	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118021432 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Transporte	0,00	103.138,56	103.138,56	0,00
1118022000 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	621.958.499,00	589.744.693,61	0,00	32.213.805,39
1118022100 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	621.958.499,00	588.792.722,07	0,00	33.165.776,93
1118022101 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Principal	621.958.499,00	588.792.722,07	0,00	33.165.776,93
1118022200 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multa e Juros	0,00	869.333,04	869.333,04	0,00
1118022201 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros	0,00	869.333,04	869.333,04	0,00
1118022300 Adicional ICMS - FECOP - Dívida Ativa - Principal	0,00	46.548,00	46.548,00	0,00
1118022301 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Dívida Ativa - Principal	0,00	46.548,00	46.548,00	0,00
1118022400 Adicional ICMS - FECOP - Dívida Ativa - Multa e Juros	0,00	36.090,50	36.090,50	0,00
1118022401 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Dívida Ativa - Multa e Juros	0,00	36.090,50	36.090,50	0,00
1120000000 Taxas	**48.074.551,68**	**26.196.815,03**	**0,00**	**21.877.736,65**
1121000000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**13.538.262,00**	**6.939.661,27**	**0,00**	**6.598.600,73**
1121010000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	13.538.262,00	6.939.661,27	0,00	6.598.600,73
1121011000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	13.538.262,00	6.939.661,27	0,00	6.598.600,73
1121011100 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	13.538.262,00	6.939.661,27	0,00	6.598.600,73
1121011116 - 10000 Taxa de Análise de Projeto	0,00	8.081,58	8.081,58	0,00
1121011123 - 10000 Taxa de Aproveitamento de Crédito Extemporâneo	0,00	48.386,52	48.386,52	0,00
1121011119 - 10000 Taxa de Autorização de Equipamento de Uso Fiscal	0,00	2.985,66	2.985,66	0,00
1121011118 - 10000 Taxa de Concessão Especial de Regime de Tributação	3.842.968,00	2.216.378,80	0,00	1.626.589,20
1121011108 - 10000 Taxa de Concessão de Alvará de Funcionamento	0,00	617.291,84	617.291,84	0,00
1121011122 - 10000 Taxa de Declaração de Não Similiridade por Item\Produto	3.491.853,00	1.783.192,79	0,00	1.708.660,21
1121011121 - 10000 Taxa de Reavaliação de Bens ou Direitos Objeto de Sucessão Causa Mortis ou Doação	0,00	37.714,31	37.714,31	0,00
1121011107 - 10000 Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	218.668,85	218.668,85	0,00
1121011120 - 10000 Taxa pela Emissão de Documento Fiscal Avulso	0,00	629.801,07	629.801,07	0,00
1121011124 - 10000 Taxas do Contencioso Administrativo Fiscal	6.203.441,00	1.377.159,85	0,00	4.826.281,15
1122000000 Taxas pela Prestação de Serviços	**34.536.289,68**	**19.257.153,76**	**0,00**	**15.279.135,92**
1122010000 Taxas pela Prestação de Serviços	34.536.289,68	19.257.153,76	0,00	15.279.135,92
1122011000 Taxas pela Prestação de Serviços	34.536.289,68	19.257.153,76	0,00	15.279.135,92
1122011100 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	34.536.289,68	19.257.153,76	0,00	15.279.135,92
1122011123 - 10000 Editorial e Gráfica	22.566.655,00	17.481.552,07	0,00	5.085.102,93
1122011131 - 10000 Taxa de Análise e Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	0,00	20.832,67	20.832,67	0,00
1122011136 - 10000 Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	245.471,72	245.471,72	0,00
1122011128 - 10000 Taxa de Consulta Escrita da Interpretação\Aplicação da Legislação Tributária	0,00	127.285,20	127.285,20	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1122011126 - 10000 Taxa de Registro ou Validação de Documentos	0,00	99.887,03	99.887,03	0,00
1122011129 - 10000 Taxa de Retificação de Dados em Documentos Fiscais e Escrita Fiscal	11.130.356,00	15.176,20	0,00	11.115.179,80
1122011127 - 10000 Taxa pelo Fornecimento de Cópia\Download de Documentos	0,00	731.006,09	731.006,09	0,00
1122011138 - 10005 Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hidricos	839.278,68	535.942,78	0,00	303.335,90
1300000000 Receita Patrimonial	**195.491.433,00**	**155.134.735,74**	**0,00**	**40.356.697,26**
1310000000 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**2.947.403,00**	**3.172.500,54**	**225.097,54**	**0,00**
1310010000 Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	764.097,00	385.369,73	0,00	378.727,27
1310011000 Aluguéis e Arrendamentos	764.097,00	385.369,73	0,00	378.727,27
1310011100 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	764.097,00	385.369,73	0,00	378.727,27
1310011101 - 10000 Aluguéis	764.097,00	385.369,73	0,00	378.727,27
1310020000 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	2.183.306,00	2.787.130,81	603.824,81	0,00
1310021000 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	2.183.306,00	2.787.130,81	603.824,81	0,00
1310021100 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	2.183.306,00	2.787.130,81	603.824,81	0,00
1310021199 - 10000 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	78.486,30	78.486,30	0,00
1310021103 - 10000 Receita de Concessões e Permissões - Cinturão Digital	2.183.306,00	2.708.644,51	525.338,51	0,00
1320000000 Valores Mobiliários	**190.055.502,00**	**150.998.214,08**	**0,00**	**39.057.287,92**
1321000000 Juros e Correções Monetárias	**147.361.471,00**	**116.283.723,23**	**0,00**	**31.077.747,77**
1321001000 Remuneração de Depósitos Bancários	35.406.260,00	25.200.898,50	0,00	10.205.361,50
1321001100 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	35.406.260,00	25.200.898,50	0,00	10.205.361,50
1321001130 - 10000 Remuneração de Depósitos de Poupança	0,00	9.325,29	9.325,29	0,00
1321001199 - 10000 Remuneração de Outros Depósitos Bancários	11.815,00	0,00	0,00	11.815,00
1321001138 - 10008 Remuneração de Depósitos Bancários – Auxílio Financeiro para Saúde e Assistência Social- FT 00.08	0,00	873.686,70	873.686,70	0,00
1321001111 - 11000 Remuneração de Depósitos Bancários – Recursos FECOP Fonte 10	10.773.607,00	6.126.717,09	0,00	4.646.889,91
1321001129 - 14400 Remuneração de Depósitos Bancários – Cota-Parte Royalties - FT 44	0,00	233.094,57	233.094,57	0,00
1321001125 - 20700 Remuneração de Depósitos Bancários - Salário Educação - FT 07	0,00	582.024,20	582.024,20	0,00
1321001107 - 21100 Remuneração de Depósitos Bancários – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	0,00	54.718,79	54.718,79	0,00
1321001124 - 21600 Remuneração de Depósitos Bancários – Compensação Ambiental - FT 16	0,00	1.196.535,65	1.196.535,65	0,00
1321001102 - 25000 Remuneração de Depósitos Bancários – FUNDEB Obs: Fonte 50	8.147.838,00	4.582.934,62	0,00	3.564.903,38
1321001127 - 27301 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	137.141,93	137.141,93	0,00
1321001127 - 27302 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	4.403,77	4.403,77	0,00
1321001127 - 27303 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	925.779,32	925.779,32	0,00
1321001128 - 27600 Remuneração de Depósitos Bancários - FDI - FT 76	0,00	212.195,58	212.195,58	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1321001119 - 28080 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Internacional - Adm Direta - Fonte 80	3.013.000,00	0,00	0,00	3.013.000,00
1321001127 - 28282 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	14.501,71	14.501,71	0,00
1321001113 - 28282 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios Federal Adm Direta - Fonte 82	13.460.000,00	10.125.526,31	0,00	3.334.473,69
1321001115 - 28686 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Municipal - Adm Direta - Fonte 86	0,00	121.838,10	121.838,10	0,00
1321001117 - 28888 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Privado - Adm Direta - Fonte 88	0,00	474,87	474,87	0,00
1321005000 Juros e Correções Monetárias	111.955.211,00	83.324.224,48	0,00	28.630.986,52
1321005100 Juros e Correções Monetárias	111.955.211,00	83.324.224,48	0,00	28.630.986,52
1321005101 - 10000 Juros e Títulos de Renda	111.955.211,00	83.324.224,48	0,00	28.630.986,52
1321006000 Juros sobre o Capital Próprio	0,00	7.758.600,25	7.758.600,25	0,00
1321006100 Juros sobre o Capital Próprio - Principal	0,00	7.758.600,25	7.758.600,25	0,00
1321006101 - 10000 Juros sobre o Capital Próprio	0,00	7.758.600,25	7.758.600,25	0,00
1322000000 Dividendos	**42.664.030,00**	**34.697.220,95**	**0,00**	**7.966.809,05**
1322001000 Dividendos	42.664.030,00	34.697.220,95	0,00	7.966.809,05
1322001100 Dividendos - Principal	42.664.030,00	34.697.220,95	0,00	7.966.809,05
1322001101 - 10000 Dividendos	8.662.630,00	28.688.218,48	20.025.588,48	0,00
1322001101 - 10006 Dividendos	34.001.400,00	6.009.002,47	0,00	27.992.397,53
1329000000 Outros Valores Mobiliários	**30.001,00**	**17.269,90**	**0,00**	**12.731,10**
1329001000 Outros Valores Mobiliários	30.001,00	17.269,90	0,00	12.731,10
1329001100 Outros Valores Mobiliários - Principal	30.001,00	17.269,90	0,00	12.731,10
1329001199 - 10000 Outros Valores Mobiliários	30.001,00	17.269,90	0,00	12.731,10
1330000000 Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	**1.131.540,00**	**964.021,12**	**0,00**	**167.518,88**
1339000000 Demais Delegações de Serviços Públicos	**1.131.540,00**	**964.021,12**	**0,00**	**167.518,88**
1339010000 Demais Delegações de Serviços Públicos	1.131.540,00	964.021,12	0,00	167.518,88
1339011000 Demais Delegações de Serviços Públicos	1.131.540,00	964.021,12	0,00	167.518,88
1339011100 Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal	1.131.540,00	964.021,12	0,00	167.518,88
1339011199 - 10000 Outras Delegações para a Prestação - Serviços	0,00	27.858,20	27.858,20	0,00
1339011101 - 10000 Receita da Loteria Estadual	1.131.540,00	936.162,92	0,00	195.377,08
1390000000 Demais Receitas Patrimoniais	**1.356.988,00**	**0,00**	**0,00**	**1.356.988,00**
1390001000 Demais Receitas Patrimoniais	1.356.988,00	0,00	0,00	1.356.988,00
1390001100 Demais Receitas Patrimoniais - Principal	1.356.988,00	0,00	0,00	1.356.988,00
1390001101 - 10000 Recuperação de Ativos	1.356.988,00	0,00	0,00	1.356.988,00
1600000000 Receita de Serviços	**12.750.032,00**	**5.189.935,20**	**0,00**	**7.560.096,80**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1610000000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**12.750.032,00**	**5.189.935,20**	**0,00**	**7.560.096,80**
1610010000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	11.207.142,00	2.939.513,40	0,00	8.267.628,60
1610011000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	11.207.142,00	2.939.513,40	0,00	8.267.628,60
1610011100 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	11.207.142,00	2.939.513,40	0,00	8.267.628,60
1610011119 - 10000 Equipam Turísticos - Centro de Turismo	520.519,62	169.335,20	0,00	351.184,42
1610011125 - 10000 Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	10.686.622,38	1.635.160,58	0,00	9.051.461,80
1610011101 - 10000 Serviços de Venda de Editais	0,00	279,70	279,70	0,00
1610011177 - 10005 Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	0,00	1.134.737,92	1.134.737,92	0,00
1610020000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.542.890,00	2.250.421,80	707.531,80	0,00
1610021000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.542.890,00	2.250.421,80	707.531,80	0,00
1610021100 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.542.890,00	2.250.421,80	707.531,80	0,00
1610021101 - 10000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.542.890,00	2.250.421,80	707.531,80	0,00
1700000000 Transferências Correntes	**9.119.536.434,21**	**9.042.936.060,84**	**0,00**	**76.600.373,37**
1710000000 Transferências da União e de suas Entidades	**7.855.715.035,21**	**7.881.761.353,69**	**26.046.318,48**	**0,00**
1718000000 Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	**7.855.715.035,21**	**7.881.761.353,69**	**26.046.318,48**	**0,00**
1718010000 Participação na Receita da União	6.009.878.313,00	5.484.231.479,69	0,00	525.646.833,31
1718011000 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	5.896.916.837,00	5.410.800.094,06	0,00	486.116.742,94
1718011100 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal	5.896.916.837,00	5.410.800.094,06	0,00	486.116.742,94
1718011101 - 10100 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	7.371.321.046,00	6.763.500.117,24	0,00	607.820.928,76
1718011199 - 10100 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FUNDEB	-1.474.404.209,00	-1.352.700.023,18	0,00	121.704.185,82
1718016000 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados	56.883.423,00	47.496.320,57	0,00	9.387.102,43
1718016100 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados - Principal	56.883.423,00	47.496.320,57	0,00	9.387.102,43
1718016101 - 10000 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados	66.921.674,00	55.878.024,00	0,00	11.043.650,00
1718016199 - 10000 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados - FUNDEB	-10.038.251,00	-8.381.703,43	0,00	1.656.547,57
1718017000 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	56.078.053,00	25.934.924,69	0,00	30.143.128,31
1718017100 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	56.078.053,00	25.934.924,69	0,00	30.143.128,31
1718017101 - 21100 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	56.078.053,00	25.934.924,69	0,00	30.143.128,31
1718018000 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro	0,00	140,37	140,37	0,00
1718018100 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro - Principal	0,00	140,37	140,37	0,00
1718018101 - 10000 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro	0,00	140,37	140,37	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718020000 Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	41.429.264,00	33.063.549,84	0,00	8.365.714,16
1718022000 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.874.609,00	2.069.771,47	195.162,47	0,00
1718022100 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	1.874.609,00	2.069.771,47	195.162,47	0,00
1718022101 - 10000 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.874.609,00	2.069.771,47	195.162,47	0,00
1718023000 Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89	9.837.833,00	3.434.921,00	0,00	6.402.912,00
1718023100 Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89 - Principal	9.837.833,00	3.434.921,00	0,00	6.402.912,00
1718023101 - 14400 Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990 /89	9.837.833,00	3.434.921,00	0,00	6.402.912,00
1718024000 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	6.336.417,00	2.046.544,60	0,00	4.289.872,40
1718024100 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principa	6.336.417,00	2.046.544,60	0,00	4.289.872,40
1718024101 - 14400 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	6.336.417,00	2.046.544,60	0,00	4.289.872,40
1718026000 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	23.380.405,00	25.512.312,77	2.131.907,77	0,00
1718026100 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	23.380.405,00	25.512.312,77	2.131.907,77	0,00
1718026101 - 14400 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	23.380.405,00	25.512.312,77	2.131.907,77	0,00
1718050000 Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	143.032.541,00	129.380.035,16	0,00	13.652.505,84
1718051000 Transferências do Salário-Educação	55.338.541,00	55.473.369,26	134.828,26	0,00
1718051100 Transferências do Salário-Educação - Principal	55.338.541,00	55.473.369,26	134.828,26	0,00
1718051101 - 20700 Transferências do Salário-Educação	55.338.541,00	55.473.369,26	134.828,26	0,00
1718052000 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	0,00	2.700,00	2.700,00	0,00
1718052100 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE - Principal	0,00	2.700,00	2.700,00	0,00
1718052101 - 28282 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	0,00	2.700,00	2.700,00	0,00
1718053000 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	49.454.000,00	55.028.669,08	5.574.669,08	0,00
1718053100 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal	49.454.000,00	55.028.669,08	5.574.669,08	0,00
1718053101 - 27301 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	49.454.000,00	55.028.669,08	5.574.669,08	0,00
1718054000 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	2.000.000,00	2.854.167,97	854.167,97	0,00
1718054100 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	2.000.000,00	2.854.167,97	854.167,97	0,00
1718054101 - 27302 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	2.000.000,00	2.854.167,97	854.167,97	0,00
1718059000 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	36.240.000,00	16.021.128,85	0,00	20.218.871,15
1718059100 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal	36.240.000,00	16.021.128,85	0,00	20.218.871,15
1718059101 - 27303 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	36.240.000,00	0,00	0,00	36.240.000,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718059101 - 28282 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	0,00	16.021.128,85	16.021.128,85	0,00
1718100000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	70.537.581,05	41.547.344,75	0,00	28.990.236,30
1718102000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	2.650.000,00	5.310,00	0,00	2.644.690,00
1718102100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	2.650.000,00	5.310,00	0,00	2.644.690,00
1718102101 - 28282 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	2.650.000,00	5.310,00	0,00	2.644.690,00
1718104000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Combate à Fome	22.837.859,00	0,00	0,00	22.837.859,00
1718104100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Combate à Fome - Principal	22.837.859,00	0,00	0,00	22.837.859,00
1718104101 - 28282 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Combate à Fome	22.837.859,00	0,00	0,00	22.837.859,00
1718105000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico	10.051.800,00	0,00	0,00	10.051.800,00
1718105100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	10.051.800,00	0,00	0,00	10.051.800,00
1718105101 - 28282 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básic	10.051.800,00	0,00	0,00	10.051.800,00
1718109000 Outras Transferências de Convênios da União	34.997.922,05	41.542.034,75	6.544.112,70	0,00
1718109100 Outras Transferências de Convênios da União - Principal	34.997.922,05	41.542.034,75	6.544.112,70	0,00
1718109101 - 28282 Outras Transferências de Convênios da União	34.997.922,05	41.542.034,75	6.544.112,70	0,00
1718990000 Outras Transferências da União	1.219.121.388,16	1.761.055.085,33	541.933.697,17	0,00
1718991000 Outras Transferências da União	1.219.121.388,16	1.761.055.085,33	541.933.697,17	0,00
1718991100 Outras Transferências da União - Principal	1.219.121.388,16	1.761.055.085,33	541.933.697,17	0,00
1718991106 - 10000 Apoio Financeiro - Compensação Redução FPE - MP 938/2020	0,00	498.933.497,17	498.933.497,17	0,00
1718991112 - 10000 Transferência LC 176/2020 - Compensação de Créditos Lei Kandir	0,00	43.001.700,00	43.001.700,00	0,00
1718991107 - 10008 Auxílio Financeiro para Saúde e Assistência Social	300.300.045,28	300.298.545,28	0,00	1.500,00
1718991108 - 10009 Transferência para Mitigação dos Efeitos Financeiros da COVID-19	918.821.342,88	918.821.342,88	0,00	0,00
1718091000 Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	371.715.948,00	432.483.858,92	60.767.910,92	0,00
1718091100 Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	371.715.948,00	432.483.858,92	60.767.910,92	0,00
1718091102 - 25100 Complementação da União ao FUNDEB de Exercícios Anteriores	0,00	8.496.134,10	8.496.134,10	0,00
1718091101 - 25100 Complementação da União ao FUNDEB do Exercício	371.715.948,00	423.987.724,82	52.271.776,82	0,00
1730000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1738000000 Transferências dos Municípios -Específicas de Estados, DF e Municípios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1738990000 Outras Transferências dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
1738991000 Outras Transferências dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
1738991100 Outras Transferências dos Municípios - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00
1750000000 Transferências de Outras Instituições Públicas	**1.263.821.399,00**	**1.161.174.707,15**	**0,00**	**102.646.691,85**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1758000000 Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	**1.263.821.399,00**	**1.161.174.707,15**	**0,00**	**102.646.691,85**
1758010000 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.263.821.399,00	1.161.174.707,15	0,00	102.646.691,85
1758011000 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	1.263.821.399,00	1.161.174.707,15	0,00	102.646.691,85
1758011100 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.263.821.399,00	1.161.174.707,15	0,00	102.646.691,85
1758011101 - 25000 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.263.821.399,00	1.161.174.707,15	0,00	102.646.691,85
1900000000 Outras Receitas Correntes	**530.643.771,00**	**552.273.099,26**	**21.629.328,26**	**0,00**
1910000000 Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**59.464.698,00**	**30.332.304,01**	**0,00**	**29.132.393,99**
1910010000 Multas Previstas em Legislação Específica	59.464.698,00	28.280.517,00	0,00	31.184.181,00
1910011000 Multas Previstas em Legislação Específica	59.464.698,00	28.280.517,00	0,00	31.184.181,00
1910011100 Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	38.826.594,00	21.053.328,82	0,00	17.773.265,18
1910011101 - 10000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	0,00	18.563,56	18.563,56	0,00
1910011124 - 10000 Multas advindas da ARCE	0,00	138.089,18	138.089,18	0,00
1910011128 - 10000 Multas de Obrigações Acessórias	38.826.594,00	20.896.249,56	0,00	17.930.344,44
1910011132 - 10005 Multa por Infração à Legislação de Recursos Hídricos	0,00	426,52	426,52	0,00
1910011200 Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	6.612.428,00	0,00	0,00	6.612.428,00
1910011298 - 10000 Outras Multas e Juros de Mora	6.612.428,00	0,00	0,00	6.612.428,00
1910011300 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	14.025.676,00	7.227.188,18	0,00	6.798.487,82
1910011330 - 10000 Multas Penais da Dívida Ativa	0,00	3.618,80	3.618,80	0,00
1910011303 - 10000 Multas decorrentes da Dívida Ativa	240.643,00	0,00	0,00	240.643,00
1910011301 - 10000 Outras Multas Administrativas da Dívida Ativa - Obrigações Acessórias	4.307.699,00	5.833.702,42	1.526.003,42	0,00
1910011302 - 10000 Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Administrativa	9.377.334,00	1.389.866,96	0,00	7.987.467,04
1910011305 - 10000 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
1910070000 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	1.640.823,27	1.640.823,27	0,00
1910071000 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	1.640.823,27	1.640.823,27	0,00
1910071100 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	695.386,69	695.386,69	0,00
1910071101 - 10000 Multas TCM	0,00	25.746,79	25.746,79	0,00
1910071103 - 10000 Multas do TCE	0,00	669.639,90	669.639,90	0,00
1910071300 Dívida Ativa - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	945.436,58	945.436,58	0,00
1910071302 - 10000 Multas TCE - Dívida Ativa	0,00	270.859,69	270.859,69	0,00
1910071301 - 10000 Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	674.576,89	674.576,89	0,00
1910090000 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	410.963,74	410.963,74	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1910091000 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	410.963,74	410.963,74	0,00
1910091100 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	0,00	410.963,74	410.963,74	0,00
1910091101 - 10000 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	345.548,56	345.548,56	0,00
1910091199 - 10000 Outras Multas Contratuais	0,00	65.415,18	65.415,18	0,00
1920000000 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	**120.216.866,00**	**255.708.490,43**	**135.491.624,43**	**0,00**
1921000000 Indenizações	**14.647.485,00**	**9.511.679,63**	**0,00**	**5.135.805,37**
1921010000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	14.647.485,00	9.511.679,63	0,00	5.135.805,37
1921011000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	14.647.485,00	9.511.679,63	0,00	5.135.805,37
1921011100 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	14.647.485,00	9.511.679,63	0,00	5.135.805,37
1921011103 - 21600 Compensação Ambiental	14.647.485,00	9.511.679,63	0,00	5.135.805,37
1922000000 Restituições	**105.569.381,00**	**211.646.364,09**	**106.076.983,09**	**0,00**
1922010000 Restituição de Convênios	68.187.076,00	17.449.626,42	0,00	50.737.449,58
1922011000 Restituição de Convênios - Primárias	68.187.076,00	17.449.626,42	0,00	50.737.449,58
1922011100 Restituição de Convênios - Primárias	68.187.076,00	17.449.626,42	0,00	50.737.449,58
1922011102 - 10000 Restituições de Convênios	68.187.076,00	17.123.623,07	0,00	51.063.452,93
1922011101 - 11000 Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	326.003,35	326.003,35	0,00
1922060000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	170.262.009,89	170.262.009,89	0,00
1922061000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	170.262.009,89	170.262.009,89	0,00
1922061100 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	170.262.009,89	170.262.009,89	0,00
1922061101 - 10000 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	21.213,27	21.213,27	0,00
1922061102 - 10000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	170.240.796,62	170.240.796,62	0,00
1922990000 Outras Restituições	37.382.305,00	23.934.727,78	0,00	13.447.577,22
1922991000 Outras Restituições	37.382.305,00	23.934.727,78	0,00	13.447.577,22
1922991100 Outras Restituições - Principal	37.382.305,00	23.934.727,78	0,00	13.447.577,22
1922991101 - 10000 Devolução de Diárias	0,00	358.765,32	358.765,32	0,00
1922991199 - 10000 Outras Restituições	19.905.045,00	16.944.512,46	0,00	2.960.532,54
1922991112 - 10000 Reembolso pelo Processamento de Dados	0,00	171.802,30	171.802,30	0,00
1922991198 - 10000 Restituições Diversas	0,00	13.750,25	13.750,25	0,00
1922991106 - 10000 Restituições de Folha de Pagamento	8.315.932,00	3.619.752,92	0,00	4.696.179,08
1922991107 - 10000 Restituições de Vale-Transporte	9.161.328,00	2.354.578,76	0,00	6.806.749,24
1922991199 - 20700 Outras Restituições	0,00	53.347,23	53.347,23	0,00
1922991103 - 25000 Restituições ao FUNDEB	0,00	11.029,35	11.029,35	0,00
1922991199 - 27303 Outras Restituições	0,00	601,53	601,53	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1922991199 - 27600 Outras Restituições	0,00	92.684,69	92.684,69	0,00
1922991199 - 28282 Outras Restituições	0,00	313.902,97	313.902,97	0,00
1923000000 Ressarcimentos	**0,00**	**34.550.446,71**	**34.550.446,71**	**0,00**
1923020000 Ressarcimento de Custos	0,00	34.550.446,71	34.550.446,71	0,00
1923021000 Ressarcimento de Custos	0,00	34.550.446,71	34.550.446,71	0,00
1923021100 Ressarcimento de Custos - Principal	0,00	34.550.446,71	34.550.446,71	0,00
1923021101 - 10000 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	0,00	34.550.446,71	34.550.446,71	0,00
1990000000 Demais Receitas Correntes	**350.962.207,00**	**266.232.304,82**	**0,00**	**84.729.902,18**
1990990000 Outras Receitas	350.962.207,00	266.232.304,82	0,00	84.729.902,18
1990991000 Outras Receitas - Primárias	331.549.874,00	247.496.939,99	0,00	84.052.934,01
1990991100 Outras Receitas - Principal	331.549.874,00	247.496.939,99	0,00	84.052.934,01
1990991199 - 10000 Outras Receitas	52.580.257,00	651.251,48	0,00	51.929.005,52
1990991125 - 10000 Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	669.311,19	669.311,19	0,00
1990991130 - 10000 Recursos DRE EC 93/2016	200.000.000,00	209.321.429,90	9.321.429,90	0,00
1990991121 - 10000 Recursos Provenientes do FEEF	77.877.380,00	20.617.587,06	0,00	57.259.792,94
1990991112 - 10000 Recursos de Empresas Consignatárias	0,00	3.142,84	3.142,84	0,00
1990991113 - 10000 Ressarcimento	0,00	6.572.250,04	6.572.250,04	0,00
1990991105 - 10000 Saldo de Exercícios Anteriores	1.092.237,00	9.552.351,72	8.460.114,72	0,00
1990991123 - 11000 Outras Receita FECOP	0,00	107.445,46	107.445,46	0,00
1990991105 - 11000 Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	2.170,30	2.170,30	0,00
1990992000 Outras Receitas - Financeiras	19.412.333,00	18.735.364,83	0,00	676.968,17
1990992100 Outras Receitas - Financeiras - Principal	19.412.333,00	18.735.364,83	0,00	676.968,17
1990992105 - 10000 Encargos do FDI - Fundo de Desenvolvimento Industrial	1.076.191,00	0,00	0,00	1.076.191,00
1990992101 - 10000 Encargos do FDI / PROAPI	0,00	155.800,28	155.800,28	0,00
1990992104 - 10000 Rendas	0,00	59.990,31	59.990,31	0,00
1990992109 - 10000 Retorno do FDI - PROAPI	1.526.142,00	0,00	0,00	1.526.142,00
1990992102 - 27600 Participação nos Encargos do FDI - Diferido	16.810.000,00	18.519.574,24	1.709.574,24	0,00
2000000000 Receitas de Capital	**2.554.390.744,50**	**1.614.504.073,53**	**0,00**	**942.388.603,46**
2100000000 Operações de Crédito	**1.934.287.028,30**	**1.464.765.387,29**	**0,00**	**469.521.641,01**
2110000000 Operações de Crédito - Mercado Interno	**1.114.156.360,96**	**838.737.465,74**	**0,00**	**275.418.895,22**
2118000000 Operações de Crédito - Mercado Interno - Estados/DF/Municípios	**13.224.718,14**	**14.038.307,63**	**813.589,49**	**0,00**
2118010000 Operações de Crédito Internas de Estados/DF/Municípios	13.224.718,14	14.038.307,63	813.589,49	0,00
2118011000 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2118011100 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação - Principal	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2118011101 - 24645 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2118013000 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	3.524.718,14	12.019.521,46	8.494.803,32	0,00
2118013100 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento - Principal	3.524.718,14	12.019.521,46	8.494.803,32	0,00
2118013101 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	3.524.718,14	12.019.521,46	8.494.803,32	0,00
2118017000 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	9.600.000,00	2.018.786,17	0,00	7.581.213,83
2118017100 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular - Principal	9.600.000,00	2.018.786,17	0,00	7.581.213,83
2118017101 - 24637 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	6.000.000,00	0,00	0,00	6.000.000,00
2118017101 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	3.600.000,00	2.018.786,17	0,00	1.581.213,83
2119000000 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**1.100.931.642,82**	**824.699.158,11**	**0,00**	**276.232.484,71**
2119001000 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.100.931.642,82	824.699.158,11	0,00	276.232.484,71
2119001100 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	1.100.931.642,82	824.699.158,11	0,00	276.232.484,71
2119001103 - 24636 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	28.087.116,00	11.815.305,52	0,00	16.271.810,48
2119001104 - 24637 Operações de Crédito Internas para Programas de Ação Social	33.687.111,00	1.990.079,21	0,00	31.697.031,79
2119001109 - 24638 Operações de Crédito Internas - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
2119001199 - 24645 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	6.915.682,00	0,00	0,00	6.915.682,00
2119001108 - 24647 Operações de Crédito Internas - BNDES - ESTADOS	3.586.974,82	8.587.636,47	5.000.661,65	0,00
2119001103 - 24649 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	200.000.000,00	0,00	0,00	200.000.000,00
2119001110 - 24654 Operações de Crédito Internas - Amortização da Dívida	0,00	800.000.000,00	800.000.000,00	0,00
2119001199 - 24654 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	800.400.000,00	0,00	0,00	800.400.000,00
2119001104 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Ação Social	7.300.000,00	0,00	0,00	7.300.000,00
2119001103 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	20.154.759,00	2.306.136,91	0,00	17.848.622,09
2120000000 Operações de Crédito - Mercado Externo	**820.130.667,34**	**626.027.921,55**	**0,00**	**194.102.745,79**
2128000000 Operação de Crédito Externas - Estados/DF/Municípios	**463.633.788,28**	**318.336.616,44**	**0,00**	**145.297.171,84**
2128010000 Operações de Crédito Externas - Estados/DF/ Municípios	463.633.788,28	318.336.616,44	0,00	145.297.171,84
2128012000 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	268.478.040,28	216.892.521,58	0,00	51.585.518,70
2128012100 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde - Principal	268.478.040,28	216.892.521,58	0,00	51.585.518,70
2128012101 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	268.478.040,28	216.892.521,58	0,00	51.585.518,70
2128013000 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	39.563.000,00	4.715.448,83	0,00	34.847.551,17
2128013100 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento - Principal	39.563.000,00	4.715.448,83	0,00	34.847.551,17
2128013101 - 24857 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	17.319.000,00	4.715.448,83	0,00	12.603.551,17
2128013101 - 24858 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	5.970.000,00	0,00	0,00	5.970.000,00
2128013101 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	16.274.000,00	0,00	0,00	16.274.000,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2128014000 Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente	536.000,00	0,00	0,00	536.000,00
2128014100 Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente - Principal	536.000,00	0,00	0,00	536.000,00
2128014101 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente	536.000,00	0,00	0,00	536.000,00
2128015000 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	155.056.748,00	96.728.646,03	0,00	58.328.101,97
2128015100 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	155.056.748,00	96.728.646,03	0,00	58.328.101,97
2128015101 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	73.226.164,00	96.728.646,03	23.502.482,03	0,00
2128015101 - 24867 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	81.830.584,00	0,00	0,00	81.830.584,00
2129000000 Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	**356.496.879,06**	**307.691.305,11**	**0,00**	**48.805.573,95**
2129001000 Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	356.496.879,06	307.691.305,11	0,00	48.805.573,95
2129001100 Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal	356.496.879,06	307.691.305,11	0,00	48.805.573,95
2129001109 - 24849 Operações de Crédito Externas - IPFCeará	23.149.970,00	9.990.772,18	0,00	13.159.197,82
2129001104 - 24858 Operações de Crédito Externas para Programas de Ação Social	0,00	29.204.125,00	29.204.125,00	0,00
2129001199 - 24858 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	14.611.400,00	0,00	0,00	14.611.400,00
2129001102 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	266.561.000,00	10.680.000,00	0,00	255.881.000,00
2129001103 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Transportes	6.300.000,00	227.963.349,47	221.663.349,47	0,00
2129001199 - 24859 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	15.690.000,00	0,00	0,00	15.690.000,00
2129001199 - 24864 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	2.444.509,06	0,00	0,00	2.444.509,06
2129001101 - 24865 Operações de Crédito Externas para Programas de Turismo	27.740.000,00	12.593.352,09	0,00	15.146.647,91
2129001199 - 24867 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	0,00	17.259.706,37	17.259.706,37	0,00
2200000000 Alienação de Bens	**0,00**	**192.331,32**	**192.331,32**	**0,00**
2210000000 Alienação de Bens Móveis	**0,00**	**191.409,00**	**191.409,00**	**0,00**
2213000000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**0,00**	**191.409,00**	**191.409,00**	**0,00**
2213001000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	191.409,00	191.409,00	0,00
2213001100 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	191.409,00	191.409,00	0,00
2213001101 - 11200 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	191.409,00	191.409,00	0,00
2220000000 Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**922,32**	**922,32**	**0,00**
2220001000 Alienação de Bens Imóveis	0,00	922,32	922,32	0,00
2220001100 Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	922,32	922,32	0,00
2220001102 - 11200 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	922,32	922,32	0,00
2400000000 Transferências de Capital	**620.103.716,20**	**147.010.244,29**	**0,00**	**473.093.471,91**
2410000000 Transferências da União e de suas Entidades	**616.503.716,20**	**143.707.005,80**	**0,00**	**472.796.710,40**
2418000000 Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	**616.503.716,20**	**143.707.005,80**	**0,00**	**472.796.710,40**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2418100000 Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	616.503.716,20	143.707.005,80	0,00	472.796.710,40
2418102000 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	110.350.000,00	12.599.459,91	0,00	97.750.540,09
2418102100 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação - Principal	110.350.000,00	12.599.459,91	0,00	97.750.540,09
2418102101 - 28282 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	110.350.000,00	12.599.459,91	0,00	97.750.540,09
2418105000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	103.658.124,00	83.571.601,21	0,00	20.086.522,79
2418105100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	103.658.124,00	83.571.601,21	0,00	20.086.522,79
2418105101 - 28282 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	103.658.124,00	83.571.601,21	0,00	20.086.522,79
2418106000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	225.171.041,00	0,00	0,00	225.171.041,00
2418106100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal	225.171.041,00	0,00	0,00	225.171.041,00
2418106101 - 28282 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	225.171.041,00	0,00	0,00	225.171.041,00
2418107000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	94.848.712,00	569.389,50	0,00	94.279.322,50
2418107100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal	94.848.712,00	569.389,50	0,00	94.279.322,50
2418107101 - 28282 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	94.848.712,00	569.389,50	0,00	94.279.322,50
2418109000 Outras Transferências de Convênios da União	82.475.839,20	46.966.555,18	0,00	35.509.284,02
2418109100 Outras Transferências de Convênios da União - Principal	82.475.839,20	46.966.555,18	0,00	35.509.284,02
2418109199 - 28282 Outras Transferências de Convênios da União	82.475.839,20	46.966.555,18	0,00	35.509.284,02
2430000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	**3.600.000,00**	**3.303.238,49**	**0,00**	**296.761,51**
2438000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	**3.600.000,00**	**3.303.238,49**	**0,00**	**296.761,51**
2438100000 Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	3.600.000,00	3.303.238,49	0,00	296.761,51
2438102000 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	1.400.000,00	0,00	0,00	1.400.000,00
2438102100 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação - Principal	1.400.000,00	0,00	0,00	1.400.000,00
2438102101 - 28686 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	1.400.000,00	0,00	0,00	1.400.000,00
2438109000 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	2.200.000,00	3.303.238,49	1.103.238,49	0,00
2438109100 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	2.200.000,00	3.303.238,49	1.103.238,49	0,00
2438109101 - 28686 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	2.200.000,00	3.303.238,49	1.103.238,49	0,00
2460000000 Transferências do Exterior	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2468000000 Transferências do Exterior - Específicas de Estados, DF e Municípios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2468019000 Outras Transferências do Exterior Não Especificadas Anteriormente	0,00	0,00	0,00	0,00
2900000000 Outras Receitas de Capital	**0,00**	**2.536.110,63**	**2.536.110,63**	**0,00**
2990000000 Demais Receitas de Capital	**0,00**	**2.536.110,63**	**2.536.110,63**	**0,00**
2990001000 Demais Receitas de Capital	0,00	2.536.110,63	2.536.110,63	0,00
2990001100 Demais Receitas de Capital - Principal	0,00	2.536.110,63	2.536.110,63	0,00
2990001199 - 24645 Outras Restituições	0,00	34.178,14	34.178,14	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2990001199 - 24864 Outras Restituições	0,00	2.501.932,49	2.501.932,49	0,00
7000000000 Receitas Intraorçamentárias	**2.641.406,00**	**192.037.343,42**	**935.882,96**	**0,00**
7900000000 Outras Receitas Correntes	**2.641.406,00**	**192.037.343,42**	**189.395.937,42**	**0,00**
7920000000 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	**2.626.834,00**	**3.562.716,96**	**935.882,96**	**0,00**
7922000000 Restituições	**2.327.339,00**	**2.822.000,00**	**494.661,00**	**0,00**
7922990000 Outras Restituições	2.327.339,00	2.822.000,00	494.661,00	0,00
7922991000 Outras Restituições	2.327.339,00	2.822.000,00	494.661,00	0,00
7922991100 Outras Restituições - Principal	2.327.339,00	2.822.000,00	494.661,00	0,00
7922991199 - 10000 Outras Restituições	2.327.339,00	2.822.000,00	494.661,00	0,00
7923000000 Ressarcimentos	**299.495,00**	**740.716,96**	**441.221,96**	**0,00**
7923021000 Ressarcimento de Custos	299.495,00	740.716,96	441.221,96	0,00
7923021100 Ressarcimento de Custos - Principal	299.495,00	740.716,96	441.221,96	0,00
7923021101 - 10000 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	299.495,00	740.716,96	441.221,96	0,00
7990000000 Demais Receitas Correntes	**14.572,00**	**188.474.626,46**	**188.460.054,46**	**0,00**
7990991000 Outras Receitas - Primárias	14.572,00	188.474.626,46	188.460.054,46	0,00
7990991100 Outras Receitas - Principal	14.572,00	188.474.626,46	188.460.054,46	0,00
7990991108 - 10000 Superávit Financeiro das Autarquias	14.572,00	188.474.626,46	188.460.054,46	0,00
TOTAL GERAL:	**26.950.095.235,39**	**25.178.089.567,50**	**0,00**	**1.772.005.667,89**

FONTE: S2GPR, CECAD/COTES 26/03/2021 17:25

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
3	DESPESA CORRENTE	16.519.577.681,85	15.207.654,96	16.534.785.336,81	14.843.383.262,01	1.691.402.074,80
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.763.398.532,10	0,00	8.763.398.532,10	7.903.985.945,40	859.412.586,70
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	7.567.737.177,92	0,00	7.567.737.177,92	6.752.132.528,12	815.604.649,80
31900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	5.100.000,00	0,00	5.100.000,00	4.946.068,67	153.931,33
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	466.623.714,49	0,00	466.623.714,49	455.051.990,10	11.571.724,39
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	43.405,00	0,00	43.405,00	0,00	43.405,00
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.829.109.939,30	0,00	4.829.109.939,30	4.375.848.751,55	453.261.187,75
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.883.447.761,33	0,00	1.883.447.761,33	1.580.469.619,31	302.978.142,02
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	62.360.311,15	0,00	62.360.311,15	59.216.843,16	3.143.467,99
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.712.382,71	0,00	10.712.382,71	10.159.079,80	553.302,91
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	159.252.643,89	0,00	159.252.643,89	157.706.415,45	1.546.228,44
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	107.145.505,94	0,00	107.145.505,94	72.354.959,36	34.790.546,58
31909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
31909400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.899.423,61	0,00	3.899.423,61	3.800.353,46	99.070,15
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	34.029.090,50	0,00	34.029.090,50	32.578.447,26	1.450.643,24
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	1.195.661.354,18	0,00	1.195.661.354,18	1.151.853.417,28	43.807.936,90
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.187.918.140,85	0,00	1.187.918.140,85	1.146.540.202,72	41.377.938,13
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.381.597,30	0,00	3.381.597,30	1.296.541,59	2.085.055,71
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	4.361.616,03	0,00	4.361.616,03	4.016.672,97	344.943,06
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	705.157.584,00	0,00	705.157.584,00	434.543.048,39	270.614.535,61
3290	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	705.157.584,00	0,00	705.157.584,00	434.543.048,39	270.614.535,61
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	656.936.931,00	0,00	656.936.931,00	399.734.125,47	257.202.805,53
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	37.739.328,00	0,00	37.739.328,00	24.467.022,99	13.272.305,01
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	10.481.325,00	0,00	10.481.325,00	10.341.899,93	139.425,07
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.051.021.565,75	15.207.654,96	7.066.229.220,71	6.504.854.268,22	561.374.952,49
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	322.000,00	0,00	322.000,00	289.918,28	32.081,72
33304100	CONTRIBUIÇÕES	322.000,00	0,00	322.000,00	289.918,28	32.081,72
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	4.003.579.506,62	0,00	4.003.579.506,62	3.725.829.975,10	277.749.531,52
33404100	CONTRIBUIÇÕES	16.969.316,97	0,00	16.969.316,97	16.112.881,62	856.435,35
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.986.086.623,00	0,00	3.986.086.623,00	3.709.193.526,83	276.893.096,17

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	523.566,65	0,00	523.566,65	523.566,65	0,00
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	349.555.957,43	576.095,69	350.132.053,12	327.902.678,29	22.229.374,83
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	228.492.003,66	0,00	228.492.003,66	214.392.973,87	14.099.029,79
33504100	CONTRIBUIÇÕES	108.470.006,57	576.095,69	109.046.102,26	103.453.679,29	5.592.422,97
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	12.354.057,05	0,00	12.354.057,05	9.843.514,41	2.510.542,64
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	239.890,15	0,00	239.890,15	212.510,72	27.379,43
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	5.372.129,00	0,00	5.372.129,00	3.248.898,25	2.123.230,75
33604100	CONTRIBUIÇÕES	1.060.000,00	0,00	1.060.000,00	877.537,65	182.462,35
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	4.312.129,00	0,00	4.312.129,00	2.371.360,60	1.940.768,40
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	43.432.042,31	0,00	43.432.042,31	38.830.630,54	4.601.411,77
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	43.396.749,74	0,00	43.396.749,74	38.795.337,97	4.601.411,77
33679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.292,57	0,00	35.292,57	35.292,57	0,00
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	2.607.533.829,35	14.631.559,27	2.622.165.388,62	2.375.001.876,09	247.163.512,53
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.776.426,95	0,00	1.776.426,95	1.552.696,19	223.730,76
33900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	10.759.396,58	0,00	10.759.396,58	5.999.118,85	4.760.277,73
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	6.320.496,28	0,00	6.320.496,28	5.520.005,88	800.490,40
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	6.639.191,46	0,00	6.639.191,46	1.966.564,62	4.672.626,84
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	681.000,00	0,00	681.000,00	545.500,00	135.500,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	169.205.620,25	55.251,04	169.260.871,29	154.210.255,38	15.050.615,91
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	6.285.020,97	0,00	6.285.020,97	4.088.292,42	2.196.728,55
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	33.653.016,33	10.223.700,00	43.876.716,33	38.702.542,16	5.174.174,17
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	11.001.662,01	0,00	11.001.662,01	8.724.799,47	2.276.862,54
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	113.058.404,64	0,00	113.058.404,64	110.158.620,85	2.899.783,79
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	13.622.130,06	0,00	13.622.130,06	12.778.143,06	843.987,00
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	127.055.148,04	6.468,00	127.061.616,04	105.015.221,78	22.046.394,26
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	664.125.446,29	235.335,73	664.360.782,02	636.329.608,88	28.031.173,14
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	873.231.364,85	3.320.023,14	876.551.387,99	757.444.956,17	119.106.431,82

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	68.007.904,37	511.487,76	68.519.392,13	60.099.654,08	8.419.738,05
33904100	CONTRIBUIÇÕES	358.000,00	0,00	358.000,00	0,00	358.000,00
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	950.000,00	0,00	950.000,00	0,00	950.000,00
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	207.909.293,30	0,00	207.909.293,30	203.367.114,23	4.542.179,07
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	180.244.684,37	1.293,60	180.245.977,97	179.797.392,05	448.585,92
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	2.045.840,00	0,00	2.045.840,00	1.519.177,40	526.662,60
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	641.750,60	0,00	641.750,60	191.003,40	450.747,20
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	13.151.157,00	0,00	13.151.157,00	11.223.557,55	1.927.599,45
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	6.182.245,49	0,00	6.182.245,49	5.461.809,81	720.435,68
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.083.889,01	0,00	28.083.889,01	26.188.089,51	1.895.799,50
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	62.544.740,50	278.000,00	62.822.740,50	44.117.752,35	18.704.988,15
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	41.226.101,04	0,00	41.226.101,04	33.750.291,67	7.475.809,37
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100.000,00	0,00	100.000,00	99.389,56	610,44
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	788.834,33	0,00	788.834,33	22.272,68	766.561,65
33914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	27.867.591,64	0,00	27.867.591,64	22.874.321,71	4.993.269,93
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	596.403,77	0,00	596.403,77	213.606,14	382.797,63
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.118.203,58	0,00	1.118.203,58	963.101,69	155.101,89
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.755.067,72	0,00	10.755.067,72	9.577.599,89	1.177.467,83
4	DESPESA DE CAPITAL	3.879.212.624,06	25.941.071,84	3.905.153.695,90	2.424.726.514,09	1.480.427.181,81
44	INVESTIMENTOS	1.917.072.499,02	25.941.071,84	1.943.013.570,86	1.226.842.599,02	716.170.971,84
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	0,00	299.611,82	299.611,82	0,00	299.611,82
44204200	AUXÍLIOS	0,00	299.611,82	299.611,82	0,00	299.611,82
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	110.352.747,81	0,00	110.352.747,81	98.729.761,75	11.622.986,06
44404100	CONTRIBUIÇÕES	1.730.649,19	0,00	1.730.649,19	1.500.000,00	230.649,19
44404200	AUXÍLIOS	108.008.943,68	0,00	108.008.943,68	96.991.100,53	11.017.843,15
44405100	OBRAS E INSTALAÃ?Ã?ES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	613.154,94	0,00	613.154,94	238.661,22	374.493,72
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	37.686.463,00	887.578,98	38.574.041,98	26.849.923,64	11.724.118,34
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.942.904,00	0,00	11.942.904,00	5.897.038,26	6.045.865,74
44504100	CONTRIBUIÇÕES	120.000,00	0,00	120.000,00	120.000,00	0,00
44504200	AUXÍLIOS	25.593.559,00	887.578,98	26.481.137,98	20.832.885,38	5.648.252,60

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	2.307.532,00	0,00	2.307.532,00	0,00	2.307.532,00
44604100	CONTRIBUIÇÕES	2.307.532,00	0,00	2.307.532,00	0,00	2.307.532,00
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	8.365.654,00	0,00	8.365.654,00	8.136.016,98	229.637,02
44678300	DESPESAS DECORRENTES DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	8.175.670,18	0,00	8.175.670,18	7.946.033,16	229.637,02
44679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	189.983,82	0,00	189.983,82	189.983,82	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	1.748.561.878,43	24.753.881,04	1.773.315.759,47	1.084.322.244,78	688.993.514,69
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.268.000,00	0,00	3.268.000,00	0,00	3.268.000,00
44901400	DIÁRIAS - CIVIL	110.750,00	0,00	110.750,00	4.534,67	106.215,33
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	3.643.505,71	0,00	3.643.505,71	2.699.537,23	943.968,48
44903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
44903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	28.053,20	0,00	28.053,20	5.103,80	22.949,40
44903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	63.049.138,99	0,00	63.049.138,99	47.370.647,74	15.678.491,25
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	148.000,00	0,00	148.000,00	26.056,24	121.943,76
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.319.999,00	0,00	1.319.999,00	1.233.978,84	86.020,16
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	66.257.139,67	0,00	66.257.139,67	32.448.243,67	33.808.896,00
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	55.700.342,77	0,00	55.700.342,77	40.265.526,77	15.434.816,00
44904100	CONTRIBUIÇÕES	101.000,00	0,00	101.000,00	61.407,22	39.592,78
44904200	AUXÍLIOS	1.779.455,10	0,00	1.779.455,10	0,00	1.779.455,10
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.050.000,00	0,00	6.050.000,00	0,00	6.050.000,00
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	276.216,34	0,00	276.216,34	131.145,67	145.070,67
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.110.187.033,06	24.504.881,04	1.134.691.914,10	712.186.454,15	422.505.459,95
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	315.712.833,37	0,00	315.712.833,37	155.887.659,94	159.825.173,43
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	8.313.926,42	0,00	8.313.926,42	7.577.144,95	736.781,47
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	17.317.700,27	0,00	17.317.700,27	13.580.510,86	3.737.189,41
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	10.258.132,49	0,00	10.258.132,49	9.390.997,08	867.135,41
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	53.650.169,16	249.000,00	53.899.169,16	37.482.024,32	16.417.144,84
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	31.388.482,88	0,00	31.388.482,88	23.971.271,63	7.417.211,25
4491	APLICAÇÕES DIRETAS	9.798.223,78	0,00	9.798.223,78	8.804.651,87	993.571,91
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
44914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00	8.659.649,75	340.350,25

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	777.223,78	0,00	777.223,78	145.002,12	632.221,66
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
44915200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	162.517.313,40	0,00	162.517.313,40	162.517.313,40	0,00
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	162.517.313,40	0,00	162.517.313,40	162.517.313,40	0,00
45900700	CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	156.517.313,40	0,00	156.517.313,40	156.517.313,40	0,00
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.799.622.811,64	0,00	1.799.622.811,64	1.035.366.601,67	764.256.209,97
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	1.799.622.811,64	0,00	1.799.622.811,64	1.035.366.601,67	764.256.209,97
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	22.049.959,00	0,00	22.049.959,00	21.755.959,59	293.999,41
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.777.572.852,64	0,00	1.777.572.852,64	1.013.610.642,08	763.962.210,56
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.575.910,52	0,00	8.575.910,52	0,00	8.575.910,52
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	8.575.910,52	0,00	8.575.910,52	0,00	8.575.910,52
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.575.910,52	0,00	8.575.910,52	0,00	8.575.910,52
99999900	A CLASSIFICAR	8.575.910,52	0,00	8.575.910,52	0,00	8.575.910,52
Total Geral:		**20.407.366.216,43**	**41.148.726,80**	**20.448.514.943,23**	**17.268.109.776,10**	**3.180.405.167,13**

Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
010001-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	510.240.665,45	0,00	510.240.665,45	508.231.770,08	2.008.895,37
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	207.811.129,47	0,00	207.811.129,47	204.285.134,47	3.525.995,00
040001-TRIBUNAL DE JUSTICA	1.285.304.133,00	0,00	1.285.304.133,00	1.236.062.273,61	49.241.859,39
060001-DEFENSORIA PUBLICA GERAL	190.824.189,00	0,00	190.824.189,00	180.131.504,87	10.692.684,13
080001-SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	612.755.805,24	0,00	612.755.805,24	508.585.398,85	104.170.406,39
100001-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL	115.551.955,23	0,00	115.551.955,23	107.487.319,51	8.064.635,72
101021-SUPERINTENDENCIA DA POLICIA CIVIL	646.770.136,89	0,00	646.770.136,89	539.949.095,36	106.821.041,53
101031-POLICIA MILITAR DO CEARA	2.129.629.901,27	0,00	2.129.629.901,27	1.818.193.136,79	311.436.764,48
101041-CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARA	220.315.516,36	0,00	220.315.516,36	209.395.551,83	10.919.964,53
101071-PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARA	97.242.256,00	0,00	97.242.256,00	88.641.084,34	8.601.171,66
101081-ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA DO CEARA	10.571.927,48	0,00	10.571.927,48	6.873.109,42	3.698.818,06
101091-SUP DE PESQUISA E ESTRATEGIA DE SEGURANCA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	3.486.549,00	0,00	3.486.549,00	2.185.923,39	1.300.625,61
130001-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	78.948.458,86	0,00	78.948.458,86	75.522.035,26	3.426.423,60
150001-PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	458.624.874,14	0,00	458.624.874,14	455.628.382,10	2.996.492,04
170001-CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	4.485.027,00	0,00	4.485.027,00	3.715.483,39	769.543,61
180001-SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	645.057.452,98	0,00	645.057.452,98	588.297.040,14	56.760.412,84
190001-SECRETARIA DA FAZENDA	773.442.441,00	0,00	773.442.441,00	731.987.729,36	41.454.711,64
191011-ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	7.096.123.154,19	0,00	7.096.123.154,19	5.567.559.754,35	1.528.563.399,84
210001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	286.368.067,15	0,00	286.368.067,15	200.331.421,87	86.036.645,28
220001-SECRETARIA DA EDUCACAO	3.127.371.254,12	1.000.000,00	3.128.371.254,12	2.794.334.657,16	334.036.596,96
270001-SECRETARIA DA CULTURA	107.055.709,80	9.656.545,31	116.712.255,11	81.076.339,83	35.635.915,28
290001-SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS	269.844.084,05	0,00	269.844.084,05	222.134.288,92	47.709.795,13
300001-CASA CIVIL	228.718.734,88	3.000.000,00	231.718.734,88	224.466.681,15	7.252.053,73
310001-SECRETARIA DA CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCACAO SUPERIOR	130.461.774,57	512.000,00	130.973.774,57	52.517.831,09	78.455.943,48
360001-SECRETARIA DO TURISMO	107.689.410,89	5.110.000,00	112.799.410,89	79.112.765,13	33.686.645,76
410001-CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	28.694.460,00	0,00	28.694.460,00	26.503.737,63	2.190.722,37
420001-SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE DO ESTADO DO CEARÁ	43.801.853,73	0,00	43.801.853,73	24.260.563,17	19.541.290,56
430001-SECRETARIA DAS CIDADES	438.443.708,10	299.611,82	438.743.319,92	232.764.427,24	205.978.892,68
460001-SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	99.367.958,52	0,00	99.367.958,52	85.415.083,42	13.952.875,10
461031-ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	2.236.646,00	0,00	2.236.646,00	2.069.347,98	167.298,02

Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
470001-SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DH	252.527.494,64	21.570.569,67	274.098.064,31	227.828.772,75	46.269.291,56
470104-SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	101.619.987,68	0,00	101.619.987,68	100.252.111,04	1.367.876,64
530001-CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGAOS DE SEGURANCA PUBLICA E SISTEMA PENITENCIARIO	9.487.430,89	0,00	9.487.430,89	8.781.571,77	705.859,12
560001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO	45.799.124,09	0,00	45.799.124,09	42.636.116,77	3.163.007,32
570001-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	30.837.356,60	0,00	30.837.356,60	21.854.570,50	8.982.786,10
580001-ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA	9.855.588,16	0,00	9.855.588,16	9.037.761,56	817.826,60
Total Geral:	**20.407.366.216,43**	**41.148.726,80**	**20.448.514.943,23**	**17.268.109.776,10**	**3.180.405.167,13**

Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	527.434.374,78	0,00	486.744.292,19	40.690.082,59
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	32.207.387,35	0,00	32.207.387,35	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	665.914.056,03	0,00	665.914.056,03
SUBTOTAL	**559.641.762,13**	**665.914.056,03**	**518.951.679,54**	**706.604.138,62**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	213.844.092,92	0,00	207.879.865,66	5.964.227,26
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	2.475.429,74	0,00	2.475.429,74	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	179.714.461,42	0,00	179.714.461,42
SUBTOTAL	**216.319.522,66**	**179.714.461,42**	**210.355.295,40**	**185.678.688,68**
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	1.322.399.319,55	12.872.131.628,88	12.801.252.006,36	1.393.278.942,07
SUBTOTAL	**1.322.399.319,55**	**12.872.131.628,88**	**12.801.252.006,36**	**1.393.278.942,07**
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total:	**2.098.360.604,34**	**13.717.760.146,33**	**13.530.558.981,30**	**2.285.561.769,37**

ANEXO 16

					CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO							
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS															
1	CEF	ESTADO DO CEARA	CTN-22786-04	06/06/1991	25,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	159.204,00	55.001,30	0,00	-0,01	55.001,29	550,93	0,00	0,00
2	CEF	ESTADO DO CEARA	CTN-22793-41	06/06/1991	25,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	194.985,00	87.713,01	0,00	0,00	87.713,01	878,60	0,00	0,00
3	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.855-18	17/06/1998	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	214.431,30	855.215,05	0,00	-729.173,01	126.042,04	20.475,41	4.014,79	0,00
4	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.856-33	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	288.665,51	1.483.234,98	0,00	-1.301.133,50	182.101,48	35.193,19	7.038,64	0,00
5	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.857-59	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	364.579,75	1.868.821,27	0,00	-1.639.380,12	229.441,15	44.342,11	8.868,42	0,00
6	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156663-07	30/04/2004	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	293.151,71	542.853,65	0,00	-249.831,64	293.022,01	10.533,83	8.427,08	0,00
7	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156665-26	30/04/2004	14,33	5,00	UNID.PAD.REFIN.	124.200,27	239.762,55	0,00	-145.648,16	94.114,39	5.018,46	4.014,74	0,00
8	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156666-30	30/04/2004	14,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	1.017.091,41	1.405.403,26	0,00	-853.737,91	551.665,35	29.416,45	23.533,14	0,00
9	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156669-63	30/06/2004	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	390.907,38	1.401.472,00	0,00	-1.031.876,71	369.595,29	31.205,53	24.964,43	0,00
10	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156670-91	30/12/2003	13,83	8,00	UNID.PAD.REFIN.	55.967,20	5.247,17	0,00	0,00	5.247,17	34,98	8,75	0,00
11	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156672-18	30/12/2003	13,83	8,00	UNID.PAD.REFIN.	63.125,26	7.403,19	0,00	0,00	7.403,19	49,35	12,34	0,00
12	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156677-60	30/12/2003	14,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	74.506,34	12.134,91	0,00	0,00	12.134,91	162,16	74,28	0,00
13	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156681-29	30/12/2003	14,75	6,50	UNID.PAD.REFIN.	126.958,73	469.645,13	0,00	-334.039,94	135.605,19	13.438,72	8.269,97	0,00
14	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156691-44	30/12/2003	15,00	6,50	UNID.PAD.REFIN.	113.725,27	448.860,65	0,00	-337.088,67	111.771,98	13.083,93	8.051,63	0,00
15	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0287955 RIO COCÓ	30/06/2010	20,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	10.433.966,26	93.950.015,51	5.970.203,18	-97.621.965,81	2.298.252,88	2.827.921,37	1.084.824,06	0,00
16	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0294815 FAV DENDÊ	30/06/2010	20,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	3.628.625,58	41.486.139,89	920.354,51	-41.325.698,12	1.080.796,28	1.042.587,55	479.628,62	0,00
17	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0319197-16-VLT	08/10/2010	20,00	5,50	UNID.PAD.REFIN.	8.387.312,46	122.446.856,42	0,00	-119.549.959,79	2.896.896,63	3.334.272,03	1.526.002,15	0,00
18	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0319199-34-METRÔ	08/10/2010	20,00	5,50	UNID.PAD.REFIN.	1.637.992,79	15.122.380,37	1.441.633,99	-16.188.478,97	375.535,39	428.406,15	212.298,22	0,00
19	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-404511-MARANG-AD	22/12/2017	11,92	7,04	314-URTJLP	36.792.194,07	58.476.583,57	0,00	-58.476.583,57	0,00	2.053.234,69	0,00	0,00
20	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-418298-PMCMV-AD	22/12/2017	12,17	7,04	314-URTJLP	61.040.248,10	90.333.089,17	0,00	-90.333.089,17	0,00	3.171.783,01	0,00	0,00
21	CEF	ESTADO DO CEARA	CPAC-VLT-470685-17	24/07/2018	8,00	7,04	314-URTJLP	45.426.922,21	38.729.654,25	7.286.719,33	-43.139.213,87	2.877.159,71	1.421.391,78	2.700,00	0,00
22	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.855-18 AD	30/06/2020	2,67	5,10	UNID.PAD.REFIN.	214.431,30	0,00	0,00	752.015,26	0,00	0,00	0,00	752.015,26
23	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.856-33 AD	30/06/2020	3,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	288.665,51	0,00	0,00	1.341.214,60	0,00	0,00	0,00	1.341.214,60
24	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.857-59 AD	30/06/2020	3,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	364.579,75	0,00	0,00	1.689.880,83	0,00	0,00	0,00	1.689.880,83
25	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156663-07 AD	30/06/2020	0,42	5,00	UNID.PAD.REFIN.	293.151,71	0,00	0,00	261.395,06	0,00	0,00	0,00	261.395,06
26	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156665-26 AD	30/06/2020	0,75	5,00	UNID.PAD.REFIN.	124.200,27	0,00	0,00	152.389,44	0,00	0,00	0,00	152.389,44
27	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156666-30 AD	30/06/2020	0,75	5,00	UNID.PAD.REFIN.	1.017.091,41	0,00	0,00	893.253,00	0,00	0,00	0,00	893.253,00
28	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156681-29 AD	30/06/2020	1,17	6,50	UNID.PAD.REFIN.	126.958,73	0,00	0,00	351.965,16	0,00	0,00	0,00	351.965,16
29	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156691-44 AD	30/06/2020	1,42	6,50	UNID.PAD.REFIN.	113.725,27	0,00	0,00	355.177,49	0,00	0,00	0,00	355.177,49
30	CEF	ESTADO DO CEARA	CT287955 RIO COCÓ AD	30/06/2020	13,17	6,00	UNID.PAD.REFIN.	10.433.966,26	0,00	6.049.318,28	101.861.914,63	0,00	0,00	0,00	107.911.232,91
31	CEF	ESTADO DO CEARA	CT294815 FAVDENDÊ AD	30/06/2020	13,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	3.628.625,58	0,00	1.098.431,66	42.883.463,07	0,00	0,00	0,00	43.981.894,73
32	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0319197-16-VLT AD	30/06/2020	13,67	5,50	UNID.PAD.REFIN.	8.387.312,46	0,00	0,00	124.412.370,16	0,00	0,00	15.636,00	124.412.370,16
33	CEF	ESTADO DO CEARA	CT31919934-METRÔ AD	30/06/2020	13,67	5,50	UNID.PAD.REFIN.	1.637.992,79	0,00	864.502,92	16.856.161,71	0,00	0,00	0,00	17.720.664,63
34	CEF	ESTADO DO CEARA	CT404511-MARAN-AD II	30/06/2020	12,42	6,65	314-URTJLP	36.792.194,07	0,00	0,00	60.483.919,79	0,00	0,00	0,00	60.483.919,79
35	CEF	ESTADO DO CEARA	CT418298-PMCMV-AD II	30/06/2020	12,67	6,65	314-URTJLP	61.040.248,10	0,00	1.990.079,21	93.456.921,58	0,00	0,00	0,00	95.447.000,79
36	CEF	ESTADO DO CEARA	470685-17CPAC-VLT-AD	30/06/2020	6,83	6,65	314-URTJLP	45.426.922,21	0,00	4.528.586,19	44.692.417,17	1.066.188,82	0,00	2.700,00	48.154.814,54
37	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156669-63	13/07/2020	1,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	390.907,38	0,00	0,00	1.079.636,93	0,00	0,00	0,00	1.079.636,93
38	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 0820155.1018	06/06/2008	12,00	6,91	314-URTJLP	72.286.635,42	44.775.280,14	0,00	-38.378.811,54	6.396.468,60	1.459.826,09	0,00	0,00
39	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561015 TSIDA	19/04/2010	7,50	6,81	314-URTJLP	952.342,36	108.550,92	0,00	-0,02	108.550,90	1.880,16	0,00	0,00
40	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561023/1368B	19/04/2010	7,50	6,81	314-URTJLP	5.229.113,82	596.030,57	0,00	-0,02	596.030,55	10.323,46	0,00	0,00

					CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO							
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS															
41	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561031/1376C	19/04/2010	7,50	4,50	REAL	87.267.840,00	4.848.989,18	0,00	-0,01	4.848.989,17	54.171,93	0,00	0,00
42	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561040 SC D	19/04/2010	7,50	4,50	REAL	21.097.023,00	1.172.056,86	0,00	0,04	1.172.056,90	13.093,98	0,00	0,00
43	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1020246.1103 CEIS	22/06/2010	6,50	6,81	314-URTJLP	48.630.248,01	17.456.181,70	0,00	-2.493.740,20	14.962.441,50	383.375,73	0,00	0,00
44	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 1021701.1010-AC	07/12/2010	12,00	6,81	314-URTJLP	178.080.498,26	182.683.522,95	0,00	-167.459.896,05	15.223.626,90	6.027.206,39	0,00	0,00
45	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13209671/019-SubA	28/11/2013	8,00	6,81	314-URTJLP	299.844.332,55	304.780.828,24	4.349.431,66	-271.032.656,36	38.097.603,54	9.877.553,90	0,00	0,00
46	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13209671/027.SubB	28/11/2013	11,00	3,40	143-UMSELIC	98.181.421,49	136.738.909,14	0,00	-126.876.686,59	9.862.222,55	2.171.537,21	0,00	0,00
47	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13211911-P.PECEM2	26/02/2014	9,00	6,81	314-URTJLP	319.383.883,51	460.268.659,18	0,00	-423.447.166,48	36.821.492,70	15.199.959,00	0,00	0,00
48	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-14.2.0412.1LLMETR	19/09/2014	29,00	9,99	REAL	1.000.000.000,00	274.135.860,75	0,00	-269.382.059,73	4.753.801,02	10.675.943,10	0,00	0,00
49	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-14206291019 TS2ªE	29/09/2014	9,00	6,55	314-URTJLP	96.244.212,06	128.035.893,76	0,00	-117.061.388,62	10.974.505,14	4.278.535,52	0,00	0,00
50	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10203041-PEFII-AD	15/12/2017	8,42	6,01	314-URTJLP	222.997.041,66	138.411.642,49	0,00	-138.411.642,49	0,00	4.387.712,00	0,00	0,00
51	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-12211291-PROIN-AD	15/12/2017	21,00	6,01	314-URTJLP	126.984.426,39	217.111.199,73	0,00	-217.111.199,73	0,00	6.882.523,74	0,00	0,00
52	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT15201601-PMAE-DPGE	28/09/2018	9,00	7,11	321-URTJLP	10.528.813,99	1.559.118,85	0,00	-1.559.118,85	0,00	56.834,31	0,00	0,00
53	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT13211911-PPECEM2AD	07/07/2020	6,25	6,45	314-URTJLP	319.383.883,51	0,00	0,00	437.565.477,30	0,00	0,00	0,00	437.565.477,30
54	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 0820155.1018 AD	07/08/2020	3,50	6,55	314-URTJLP	72.286.635,42	0,00	0,00	39.677.366,56	0,00	0,00	0,00	39.677.366,56
55	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1020246.11CEIS AD	18/08/2020	0,58	6,45	314-URTJLP	48.630.248,01	0,00	0,00	2.576.884,97	0,00	0,00	0,00	2.576.884,97
56	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 1021701.1010 AD	10/08/2020	6,00	6,45	314-URTJLP	178.080.498,26	0,00	0,00	173.043.239,28	0,00	0,00	0,00	173.043.239,28
57	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13209671-SubA AD	20/08/2020	4,00	6,45	314-URTJLP	299.844.332,55	0,00	4.238.204,81	280.057.695,37	0,00	0,00	0,00	284.295.900,18
58	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13209671 SubB AD	20/08/2020	7,00	3,40	143-UMSELIC	98.181.421,49	0,00	0,00	132.733.750,73	0,00	0,00	0,00	132.733.750,73
59	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT1420412.1LLMETR.AD	25/08/2020	28,83	9,99	REAL	1.000.000.000,00	0,00	0,00	280.637.843,23	0,00	0,00	0,00	280.637.843,23
60	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT10203041PEFII-ADII	20/08/2020	9,42	5,65	314-URTJLP	222.997.041,66	0,00	0,00	142.569.414,03	0,00	0,00	0,00	142.569.414,03
61	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT12211291PROIN-ADII	20/08/2020	22,00	5,65	314-URTJLP	126.984.426,39	0,00	0,00	223.633.041,04	0,00	0,00	0,00	223.633.041,04
62	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT15201601PMAEDPGEAD	20/08/2020	10,00	6,75	321-URTJLP	10.528.813,99	0,00	0,00	1.613.482,37	0,00	0,00	0,00	1.613.482,37
63	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-14206291 TS2ªE AD	02/09/2020	5,83	6,55	314-URTJLP	96.244.212,06	0,00	0,00	121.022.184,75	0,00	0,00	0,00	121.022.184,75
64	BB	ESTADO DO CEARA	CT-BB-Amort. Dívida	22/11/2017	9,00	2,28	REAL	1.150.000.000,00	1.022.222.222,24	0,00	14.006.879,71	63.888.888,88	24.162.870,58	0,00	972.340.213,07
65	BB	ESTADO DO CEARA	PROINVESTE - BB - AD	22/12/2017	21,08	5,65	314-URTJLP	424.958.652,47	732.731.268,63	0,00	10.905.066,90	0,00	34.163.463,99	0,00	743.636.335,53
66	BB	ESTADO DO CEARA	CT-5-7-CPAC-MCMV-AD	22/12/2017	12,58	6,65	314-URTJLP	34.574.789,27	58.090.887,35	0,00	1.004.661,41	0,00	3.129.442,08	0,00	59.095.548,76
67	BB	ESTADO DO CEARA	CT-BB-Am. Dív. 19-21	02/12/2019	9,50	2,28	REAL	183.466.666,67	183.466.666,67	0,00	0,00	9.656.140,35	6.111.412,27	71.348,15	173.810.526,32
68	BB	ESTADO DO CEARA	CT-BB-Am. Dív. 20-22	13/05/2020	9,50	2,24	REAL	800.000.000,00	0,00	800.000.000,00	10.958.882,33	0,00	0,00	6.406.000,00	810.958.882,33
69	BNB	ESTADO DO CEARA	CT- SUBC/01 PROD.II	25/08/2005	20,33	1,16	DÓLAR	21.900.000,00	38.008.439,54	0,00	-35.054.886,05	2.953.553,49	685.970,85	483.572,02	0,00
70	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-SUBC/02-PRODET.II	20/10/2005	20,33	1,16	DÓLAR	38.100.000,00	67.292.921,09	0,00	-62.097.534,62	5.195.386,47	1.206.634,68	850.547,61	0,00
71	BNB	ESTADO DO CEARA	CT SUBC/01 PRODII AD	23/09/2020	7,50	1,12	DÓLAR	21.900.000,00	0,00	0,00	46.590.549,66	0,00	0,00	0,00	46.590.549,66
72	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-SUBC/02 PRODII AD	23/09/2020	7,50	1,12	DÓLAR	38.100.000,00	0,00	0,00	82.595.784,09	0,00	0,00	0,00	82.595.784,09
73	STN	ESTADO DO CEARA	FEDER. BEC-LC 156/16	22/12/2017	29,83	4,00	URCAM	954.224.000,00	874.027.010,37	0,00	13.121.908,59	7.199.701,26	14.567.149,63	651.640,26	879.949.217,70
74	SANTANDER	ESTADO DO CEARA	CT-SANT-Am.Dív.19-21	02/12/2019	9,50	2,28	REAL	183.466.666,66	183.466.666,66	0,00	0,00	9.656.140,35	6.111.412,27	71.348,15	173.810.526,31
75	ITAU	ESTADO DO CEARA	CT-ITAU-Am.Dív.19-21	02/12/2019	9,50	2,28	REAL	183.466.666,67	183.466.666,67	0,00	0,00	9.656.140,35	6.111.412,27	71.348,15	173.810.526,32
							TOTAL GERAL	**5.724.882.960,98**	**838.737.465,74**	**162.214.521,91**	**264.879.428,78**	**172.214.225,37**	**12.026.871,60**	**6.460.955.519,85**

NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO															
1	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP Lei 12.810	14/06/2002	25,25	1,90	SELIC	2.412.050,17	50.578.553,00	0,00	502.845,39	39.866.016,94	0,00	0,00	11.215.381,45
2	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-INSS-GECE.-MP778	25/07/2017	16,58	0,00	SELIC	3.790.223,08	18.390.024,34	0,00	574.085,40	18.964.109,74	0,00	0,00	0,00
3	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP-8842/2004	09/05/2019	5,00	1,90	SELIC	737.557,78	4.248.898,68	0,00	109.748,39	998.059,06	0,00	0,00	3.360.588,01
4	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP-4625/2009	09/05/2019	5,00	1,90	SELIC	5.091.082,97	29.328.547,04	0,00	757.553,09	6.889.226,13	0,00	0,00	23.196.874,00
5	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP-3486/2008	09/05/2019	5,00	0,00	SELIC	20.006.901,28	115.255.116,08	0,00	410.594,60	115.665.710,68	0,00	0,00	0,00
6	PGFN	ESTADO DO CEARA	INSS-GECE-MP778-ISSE	25/07/2017	16,58	1,90	SELIC	381.814,22	2.983.649,91	0,00	31.751,93	203.455,94	0,00	0,00	2.811.945,90
								TOTAL GERAL	**220.784.789,05**	**0,00**	**2.386.578,80**	**182.586.578,49**	**0,00**	**0,00**	**40.584.789,36**
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO INDIRETO															
1	RFB	INSTITUTO DE SAÚDE DOS	ISSEC/PASEP/MP783	22/08/2017	12,50	1,90	SELIC	75.368,82	598.177,88	0,00	9.668,21	54.787,62	0,00	0,00	553.058,47
2	RFB	AGÊNCIA DE DEFESA	CT- ADAGRI/PASEP	23/08/2013	19,58	1,90	SELIC	65.018,36	383.660,12	0,00	43.335,32	41.319,24	0,00	0,00	385.676,20
3	RFB	ESCOLA DE SAÚDE	CT- ESP/PASEP	23/08/2013	19,58	1,90	SELIC	76.475,90	638.894,43	0,00	11.257,29	53.833,98	0,00	0,00	596.317,74
4	RFB	EMPRESA DE ASSIST. TEC.	CT- EMATERCE/COFINS	16/12/2020	0,83	1,90	SELIC	2.773,94	0,00	0,00	5.270,49	526,32	0,00	0,00	4.744,17
5	PGFN	EMPRESA DE ASSIST. TEC.	CT- EMATERCE/INSS	16/12/2020	4,58	1,90	SELIC	518.097,87	0,00	0,00	984.385,96	17.870,31	0,00	0,00	966.515,65
								TOTAL GERAL	**1.620.732,43**	**0,00**	**1.053.917,27**	**168.337,47**	**0,00**	**0,00**	**2.506.312,23**
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PRECATORIOS															
1		ESTADO DO CEARA	CT-TRT/TJ-PRECATORIO	09/12/2009	12,50	0,00	REAL	406.147.962,85	433.124.638,55	189.155.562,87	18.321.172,21	122.117.566,18	0,00	0,00	518.483.807,45
								TOTAL GERAL	**433.124.638,55**	**189.155.562,87**	**18.321.172,21**	**122.117.566,18**	**0,00**	**0,00**	**518.483.807,45**
DIVIDA FUNDADA INTERNA - DEPOSITOS JUDICIAIS															
1	TJ - DJ	ESTADO DO CEARA	DJ - Lei 15.878/2015	31/12/2018	30,00	0,00	REAL	595.528.609,64	619.106.540,14	0,00	12.344.117,66	0,00	0,00	0,00	631.450.657,80
								TOTAL GERAL	**619.106.540,14**	**0,00**	**12.344.117,66**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**631.450.657,80**
DIVIDA FUNDADA INTERNA - GARANTIAS															
1	CEF	COHAB	CT-COHAB Rep. LCF156	30/08/2018	15,00	3,08	UNID.PAD.REFIN.	17.006.731,11	345.159.206,93	0,00	-0,15	20.633.494,13	10.341.245,13	0,00	324.525.712,65
2	STN	COHAB	CT - COHAB Residual	28/01/1994	26,42	0,10	UNID.PAD.REFIN.	197.442,36	1.122.465,47	0,00	-0,01	1.122.465,46	327,40	327,40	0,00
								TOTAL GERAL	**346.281.672,40**	**0,00**	**-0,16**	**21.755.959,59**	**10.341.572,53**	**327,40**	**324.525.712,65**
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS															
1	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7321-BR SWAP I	18/10/2005	9,00	2,28	DÓLAR	149.750.000,00	10.345.848,28	0,00	817.000,40	11.162.848,68	130.084,42	1.110,47	0,00
2	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- Nº 7387-BR	07/07/2006	12,00	0,59	DÓLAR	37.500.000,00	44.000.129,56	0,00	11.320.347,20	14.844.678,65	1.104.193,44	2.624,50	40.475.798,11
3	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7600-BR SWAP II	19/03/2009	18,00	1,03	DÓLAR	240.000.000,00	851.062.852,40	0,00	244.648.966,46	80.367.723,45	22.863.380,69	0,00	1.015.344.095,41
4	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7630-BR	22/09/2009	15,00	1,20	DÓLAR	103.000.000,00	272.291.270,18	0,00	80.053.676,11	36.338.648,24	9.196.426,39	0,00	316.006.298,05
5	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-7654-BR -CIDADES	22/12/2009	15,00	1,10	DÓLAR	46.000.000,00	173.063.747,64	0,00	50.647.611,43	16.504.378,89	5.652.075,16	0,00	207.206.980,18

				CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO							
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS															
6	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-8124-BR SJOSÉ III	03/10/2012	20,00	0,95	DÓLAR	100.000.000,00	349.788.828,22	0,00	100.098.936,79	25.429.353,19	8.016.414,60	0,00	424.458.411,82
7	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-PforR-BIRD-8302BR	19/12/2013	24,00	1,04	DÓLAR	350.000.000,00	1.387.160.291,05	0,00	399.679.227,49	27.213.480,91	42.999.900,66	0,00	1.759.626.037,63
8	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-8986 SãoJoséIII2F	30/12/2019	26,00	1,48	DÓLAR	100.000.000,00	0,00	29.204.125,00	-1.921.450,00	0,00	208.947,24	2.156.675,68	27.282.675,00
9	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-9006 Seg. Híd-IPF	30/12/2019	26,00	1,54	DÓLAR	139.880.000,00	0,00	9.990.772,18	-171.270,89	0,00	50.529,27	2.683.398,96	9.819.501,29
10	BID	ESTADO DO CEARA	CTE-955/0C-BR	21/05/1997	18,00	4,28	DÓLAR	42.000.000,00	27.509.641,29	0,00	8.903.385,82	15.132.452,53	1.461.687,91	3.474,37	21.280.574,58
11	BID	ESTADO DO CEARA	CT- 2044/OC-BR	20/05/2009	16,00	1,12	DÓLAR	41.000.000,00	107.084.331,62	0,00	31.923.402,90	15.478.877,90	2.861.447,16	0,00	123.528.856,62
12	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2137/OC-BR-SAÚDE	22/12/2009	20,00	1,12	DÓLAR	77.000.000,00	232.947.091,67	0,00	65.658.095,34	18.293.477,37	7.184.084,53	0,00	280.311.709,64
13	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2169/OC-BR CE III	22/12/2009	20,00	1,12	DÓLAR	158.620.000,00	479.512.225,54	0,00	140.224.442,06	42.726.279,75	13.513.755,80	0,00	577.010.387,85
14	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2230/OC-BR.PROAII	22/12/2009	20,00	1,12	DÓLAR	45.000.000,00	138.994.002,44	0,00	39.176.627,61	10.915.283,93	4.286.572,80	0,00	167.255.346,12
15	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2321/OC-BR PNC	25/11/2010	20,00	1,12	DÓLAR	150.000.000,00	373.537.988,48	0,00	108.548.154,39	30.590.854,04	10.678.560,76	0,00	451.495.288,83
16	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2826-BR.CIDADESII	02/09/2013	11,00	1,12	DÓLAR	66.500.000,00	221.285.430,00	10.680.000,00	63.726.800,00	0,00	6.254.865,06	149.726,75	295.692.230,00
17	BID	ESTADO DO CEARA	CT-P.V.CE-IV-A-2964	27/12/2013	20,00	1,12	DÓLAR	400.000.000,00	1.531.666.000,00	0,00	436.426.000,00	97.280.000,00	46.475.501,80	0,00	1.870.812.000,00
18	BID	ESTADO DO CEARA	CT3395-PVIA.CE-IV-2F	01/06/2016	20,00	1,12	DÓLAR	200.000.000,00	561.617.614,37	227.963.349,47	161.228.927,69	0,00	15.806.375,40	1.730.524,78	950.809.891,53
19	BID	ESTADO DO CEARA	CT3408-PROARESIII-1F	01/06/2016	20,00	1,12	DÓLAR	50.000.000,00	100.437.125,69	0,00	29.054.429,39	0,00	2.868.586,95	676.493,22	129.491.555,08
20	BID	ESTADO DO CEARA	CT-3703- SAÚDE CE II	28/12/2017	20,00	1,12	DÓLAR	123.000.000,00	134.777.180,64	216.892.521,58	40.514.027,36	0,00	5.599.008,09	1.838.633,13	392.183.729,58
21	BID	ESTADO DO CEARA	CT-4436/OC-BR	17/10/2018	20,00	1,12	DÓLAR	70.000.000,00	55.293.996,58	96.728.646,03	10.563.415,86	0,00	2.021.268,31	1.344.325,48	162.586.058,47
22	KFW	ESTADO DO CEARA	CT-199966169/KFW	07/12/2005	15,00	4,50	EURO	8.691.961,98	14.959.597,24	0,00	5.952.157,84	2.409.709,67	873.409,99	0,00	18.502.045,41
23	KFW	ESTADO DO CEARA	CT28320-ÁguasSer-KFW	26/06/2019	10,00	2,30	EURO	50.000.000,00	0,00	4.715.448,83	399.289,45	0,00	40.066,63	761.429,69	5.114.738,28
24	OECF	ESTADO DO CEARA	CTE-BZ-P12/B	01/08/1997	18,50	2,30	IENE	778.000.000,00	1.272.759,00	0,00	406.666,20	527.604,00	33.042,70	4.007,62	1.151.821,20
25	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-01	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	6.244.875,00	2.020.886,16	0,00	55.980,84	2.076.867,00	40.395,08	7.128,54	0,00
26	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-02	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	8.921.250,00	2.886.980,39	0,00	749.066,43	3.636.046,82	70.721,14	12.480,22	0,00
27	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-03	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	5.858.434,75	1.895.831,04	0,00	491.899,21	2.387.730,25	46.441,37	8.195,53	0,00
28	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-04	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	4.045.455,75	1.309.138,11	0,00	339.673,70	1.648.811,81	32.069,37	5.659,32	0,00
29	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-07	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	4.439.469,47	2.873.288,18	0,00	767.076,95	3.640.365,13	102.870,90	18.314,79	0,00
30	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-06	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	5.779.222,54	3.740.395,39	0,00	1.321.171,56	5.061.566,95	144.112,34	25.618,90	0,00
31	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-05	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	8.369.192,50	5.416.661,18	0,00	2.208.270,93	7.624.932,11	218.893,60	38.760,05	0,00
32	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-08	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	6.342.099,98	4.104.697,15	0,00	1.209.075,90	5.313.773,05	152.192,23	26.939,86	0,00
33	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/17	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.744.684,47	10.906.259,83	0,00	4.369.993,31	3.334.641,50	413.358,46	72.945,62	11.941.611,64
34	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP02/17	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.744.684,47	12.118.066,46	0,00	4.667.000,27	3.137.510,60	433.915,27	76.755,91	13.647.556,13
35	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP03/17	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	5.349.549,25	17.311.523,50	0,00	6.861.637,55	4.676.652,36	648.085,45	114.368,02	19.496.508,69
36	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/18	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	5.349.549,25	19.042.675,84	0,00	7.409.737,09	4.518.840,66	690.958,64	122.073,68	21.933.572,27
37	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP02/18	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.581.104,87	10.023.167,70	0,00	3.705.360,43	1.969.936,07	328.942,08	58.602,46	11.758.592,06
38	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/19	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.714.143,30	11.418.110,06	0,00	4.302.770,13	2.119.745,93	384.589,24	68.062,91	13.601.134,26
39	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/20	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.938.322,50	0,00	17.259.706,37	1.479.802,17	1.337.776,27	273.441,47	48.254,43	17.401.732,27
40	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II	11/05/2016	8,50	2,92	EURO	31.216.461,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	CAF	ESTADO DO CEARA	CT-8262-P.VALTUR.CAF	28/08/2013	8,00	4,14	DÓLAR	112.000.000,00	273.392.406,79	12.593.352,09	77.162.524,20	56.545.546,98	11.080.831,30	383.566,50	306.602.736,10
42	FIDA	ESTADO DO CEARA	CT-I-882-BR-FIDA-SDR	28/06/2013	15,00	1,40	SDR	20.624.403,00	91.946.073,86	0,00	30.803.994,76	9.569.009,72	2.007.940,73	0,00	113.181.058,90
43	FIDA	ESTADO DO CEARA	CT-E-17-BR-FIDA-EURO	28/06/2013	15,00	0,99	EURO	5.948.482,00	21.559.670,91	0,00	8.591.349,67	2.329.230,40	269.955,67	0,00	27.821.790,18
							TOTAL GERAL	**7.560.573.784,44**	**626.027.921,55**	**2.184.375.252,00**	**566.144.634,81**	**227.519.900,10**	**12.440.151,39**	**9.804.832.323,18**

NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
		TOTAL CONTRATOS / PARCELAMENTOS / PRECATÓRIOS / DEPÓSITOS JUDICIAIS / GARANTIAS							**14.906.375.117,99**	**1.653.920.950,16**	**2.380.695.559,69**	**1.157.652.505,32**	**410.075.698,00**	**24.467.350,39**	**17.783.339.122,52**
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - GARANTIAS															
1	BID	CAGECE - CIA.DE AGUAS E	CTE-1502/OC-BR	22/10/2004	20,00	4,11	DÓLAR	100.000.000,00	204.753.528,90	0,00	59.840.452,09	27.267.690,13	10.725.900,47	0,00	237.326.290,86
								TOTAL GERAL	**204.753.528,90**	**0,00**	**59.840.452,09**	**27.267.690,13**	**10.725.900,47**	**0,00**	**237.326.290,86**
								TOTAL GARANTIAS INTERNA E EXTERNA	**204.753.528,90**	**0,00**	**59.840.452,09**	**27.267.690,13**	**10.725.900,47**	**0,00**	**237.326.290,86**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS DEPENDENTES E FUNDOS

Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
1	RECEITAS CORRENTES	4.470.176.320,00	4.933.695.526,59	4.767.962.683,43	-165.732.843,16
11	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	660.670.337,00	665.121.502,50	616.666.370,68	-48.455.131,82
112	TAXAS	660.670.337,00	665.121.502,50	616.666.370,68	-48.455.131,82
12	CONTRIBUIÇÕES	2.266.745.133,00	2.321.745.133,00	2.294.006.194,60	-27.738.938,40
121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.266.745.133,00	2.321.745.133,00	2.294.006.194,60	-27.738.938,40
13	RECEITA PATRIMONIAL	205.377.702,00	203.819.645,94	144.607.178,33	-59.212.467,61
131	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	17.739.858,00	17.739.858,00	9.103.793,76	-8.636.064,24
132	VALORES MOBILIÁRIOS	179.102.579,00	177.544.522,94	94.398.890,97	-83.145.631,97
133	DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA	6.435.265,00	6.435.265,00	5.810.891,87	-624.373,13
136	CESSÃO DE DIREITOS	2.100.000,00	2.100.000,00	35.293.601,73	33.193.601,73
14	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	805,00	805,00
140	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	805,00	805,00
16	RECEITA DE SERVIÇOS	279.851.909,00	280.818.742,79	252.670.809,36	-28.147.933,43
161	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	145.191.909,00	146.158.742,79	136.886.367,02	-9.272.375,77
162	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	2.000.000,00	2.000.000,00	1.375.380,97	-624.619,03
163	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	120.660.000,00	120.660.000,00	114.283.606,96	-6.376.393,04
164	SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	12.000.000,00	12.000.000,00	125.454,41	-11.874.545,59
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	880.699.074,00	1.285.358.337,36	1.270.665.240,63	-14.693.096,73
171	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	836.847.615,00	1.221.738.431,08	1.126.357.312,11	-95.381.118,97
173	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	11.974.920,00	26.689.580,96	129.415.970,75	102.726.389,79
174	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	31.876.539,00	36.930.325,32	14.874.454,73	-22.055.870,59
177	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	17.503,04	17.503,04
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	176.832.165,00	176.832.165,00	189.346.084,83	12.513.919,83
191	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	90.147.131,00	90.147.131,00	85.093.621,61	-5.053.509,39
192	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	513.973,00	513.973,00	3.460.579,85	2.946.606,85
199	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	86.171.061,00	86.171.061,00	100.791.883,37	14.620.822,37
2	RECEITAS DE CAPITAL	84.934.335,00	93.476.283,65	58.898.449,90	-34.577.833,75
22	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	936.654,50	936.654,50
221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	130.654,50	130.654,50
222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	806.000,00	806.000,00
23	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	201.973,55	201.973,55
230	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	201.973,55	201.973,55
24	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	84.934.335,00	93.476.283,65	57.759.821,85	-35.716.461,80
241	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	79.997.040,00	89.152.389,65	57.759.821,85	-31.392.567,80
244	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	4.937.295,00	4.323.894,00	0,00	-4.323.894,00

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
Subtotal das Receitas: (III) = (I) + (II)	**4.555.110.655,00**	**5.027.171.810,24**	**4.826.861.133,33**	**-200.310.676,91**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV):	**4.555.110.655,00**	**5.027.171.810,24**	**4.826.861.133,33**	**-200.310.676,91**
Déficit (VI):	**6.067.543.284,00**	**7.972.609.799,24**	**6.439.899.481,56**	**-1.532.710.317,68**
Total (VII)=(V + VI):	**10.622.653.939,00**	**12.999.781.609,48**	**11.266.760.614,89**	**-1.733.020.994,59**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anterioes				
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de créditos adicionais				

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**9.381.609.873,00**	**11.002.974.113,09**	**9.936.739.667,28**	**9.634.778.501,75**	**9.602.488.255,68**	**1.066.234.445,81**
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.434.456.298,00	5.822.410.836,42	5.350.231.241,42	5.350.162.350,25	5.331.525.997,00	472.179.595,00
32 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.947.128.575,00	5.180.563.276,67	4.586.508.425,86	4.284.616.151,50	4.270.962.258,68	594.054.850,81
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	**973.726.420,00**	**1.732.389.850,39**	**1.330.020.947,61**	**1.120.065.623,55**	**1.118.541.983,29**	**402.368.902,78**
44 INVESTIMENTOS	940.035.420,00	1.666.937.983,47	1.268.531.262,84	1.059.092.129,92	1.057.568.489,66	398.406.720,63
45 INVERSÕES FINANCEIRAS	33.451.000,00	65.148.926,92	61.321.347,30	60.805.156,16	60.805.156,16	3.827.579,62
46 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	240.000,00	302.940,00	168.337,47	168.337,47	168.337,47	134.602,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	**267.317.646,00**	**264.417.646,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**264.417.646,00**
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	267.317.646,00	264.417.646,00	0,00	0,00	0,00	264.417.646,00
Subtotal das Despesas (XI) = (VII+IX+X):	**10.622.653.939,00**	**12.999.781.609,48**	**11.266.760.614,89**	**10.754.844.125,30**	**10.721.030.238,97**	**1.733.020.994,59**
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(XI+XII):	**10.622.653.939,00**	**12.999.781.609,48**	**11.266.760.614,89**	**10.754.844.125,30**	**10.721.030.238,97**	**1.733.020.994,59**
Superávit (XIII):	**0,00**	**0,00**	**0,00**			**0,00**
Total (XIV)=(XII+XIII):	**10.622.653.939,00**	**12.999.781.609,48**	**11.266.760.614,89**	**10.754.844.125,30**	**10.721.030.238,97**	**1.733.020.994,59**
Reserva do RPPs	**267.317.646,00**	**264.417.646,00**				

Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercicicio Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	**17.611.971,78**	**259.738.102,34**	**231.992.300,45**	**231.991.550,82**	**23.634.103,22**	**21.724.420,08**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.007,15	767.639,69	672.486,81	672.486,81	61.811,93	34.348,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.610.964,63	258.970.462,65	231.319.813,64	231.319.064,01	23.572.291,29	21.690.071,98
DESPESAS DE CAPITAL	**5.347.303,65**	**66.453.871,01**	**50.545.967,14**	**50.439.376,86**	**10.624.142,50**	**10.737.655,30**
INVESTIMENTOS	5.347.303,65	66.347.277,73	50.439.376,86	50.439.376,86	10.624.142,50	10.631.062,02
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	106.593,28	106.590,28	0,00	0,00	106.593,28
Total:	**22.959.275,43**	**326.191.973,35**	**282.538.267,59**	**282.430.927,68**	**34.258.245,72**	**32.462.075,38**

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercicicio Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	**333.688,83**	**56.943.216,14**	**0,00**	**56.951.572,42**	**246.161,98**	**79.170,57**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.823,95	17.484.961,92	0,00	17.439.144,43	3.823,95	45.817,49
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	329.864,88	39.458.254,22	0,00	39.512.427,99	242.338,03	33.353,08
DESPESAS DE CAPITAL	**92.860,49**	**13.938.382,74**	**0,00**	**13.953.680,67**	**77.562,56**	**0,00**
INVESTIMENTOS	92.860,49	13.937.654,74	0,00	13.952.952,67	77.562,56	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	728,00	0,00	728,00	0,00	0,00
Total:	**426.549,32**	**70.881.598,88**	**0,00**	**70.905.253,09**	**323.724,54**	**79.170,57**

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	**4.826.861.133,33**	**4.427.913.574,21**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)**	**11.266.760.614,89**	**9.866.105.321,82**
ORDINÁRIA	**1.088.103.682,59**	**1.078.043.975,91**	**ORDINÁRIA**	**6.739.470.972,78**	**6.260.858.802,50**
VINCULADA	**3.738.757.450,74**	**3.349.869.598,30**	**VINCULADA**	**4.527.289.642,11**	**3.605.246.519,32**
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.413.249.983,22	2.452.718.169,59	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.196.855.579,14	2.065.712.685,26
FECOP	0,00	0,00	FECOP	181.887.808,60	155.437.310,91
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	50.154.613,38	51.343.917,70
ALIENAÇÃO DE BENS	936.654,50	5.300,00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	0,00	0,00	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	0,00	0,00
FUNDEB	0,00	0,00	FUNDEB	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	535.932.158,94	381.186.725,16
CONVÊNIOS	37.164.660,16	66.011.586,46	CONVÊNIOS	79.773.418,16	71.547.700,05
SUS	1.171.240.710,21	825.073.510,37	SUS	1.092.218.192,61	832.013.881,05
OUTROS RECURSOS	116.165.442,65	6.061.031,88	OUTROS RECURSOS	390.467.871,28	48.004.299,19
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	**7.243.907.510,85**	**6.398.998.226,38**	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)**	**480.770.893,00**	**507.159.527,80**
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6.836.634.496,76	5.942.286.116,16	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	400.034.228,55	346.854.781,74
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	284.026.301,13	261.166.781,27	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	80.711.774,72	88.085.046,08
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	123.246.712,96	195.545.328,95	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	24.889,73	72.219.699,98
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	**3.065.653.157,24**	**2.413.484.587,21**	**PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)**	**2.742.505.918,49**	**2.765.548.771,97**
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	33.813.886,33	70.881.598,88	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	70.905.253,09	49.242.960,46
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	511.916.489,59	326.191.973,35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	282.430.927,68	265.537.575,52
VALORES RESTITUÍVEIS	2.046.472.781,79	2.000.509.127,89	VALORES RESTITUÍVEIS	2.038.745.607,55	1.972.734.455,08
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.628.041.063,19	1.455.094.897,48	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.544.005.300,19	1.392.637.834,52
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	62.331.982,37	69.337.503,39
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	418.431.718,60	545.414.230,41	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	432.408.324,99	510.759.117,17
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	11.728.346,19	15.901.887,09	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	10.402.021,50	16.312.127,57
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	461.721.653,34	0,00	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	340.022.108,67	461.721.653,34
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	**1.622.846.962,71**	**1.521.264.196,50**	**SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)**	**2.269.231.337,75**	**1.622.846.962,71**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.597.438.961,39	1.509.599.227,69	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.258.096.099,86	1.597.438.961,39
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	25.408.001,32	11.664.968,81	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	11.135.237,89	25.408.001,32
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**16.759.268.764,13**	**14.761.660.584,30**	**TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)**	**16.759.268.764,13**	**14.761.660.584,30**

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.258.096.099,86	1.597.438.961,39
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.258.096.099,86	1.597.438.961,39
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.582.097,86	457.480,11
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	1.044.966,75	23.043,20
CLIENTES	280.639,72	280.639,72
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	256.491,39	153.797,19
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	12.920.224,11	27.142.804,92
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	959.256,22	911.148,85
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	268.847,09	266.771,84
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	371,59	371,59
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	11.691.749,21	25.964.512,64
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	83.845.388,07	216.346.759,32
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	83.845.388,07	216.346.759,32
ESTOQUES	680.075.707,48	645.414.977,39
MERCADORIAS PARA REVENDA	3.961.429,33	3.466.102,00
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS	939.085,61	939.085,61
ALMOXARIFADO	675.175.192,54	641.009.789,78
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	11.792.927,78	13.082.117,29
DEMAIS VPD A APROPRIAR	11.792.927,78	13.082.117,29
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**3.048.312.445,16**	**2.499.883.100,42**
Ativo Não Circulante		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	274.297.383,20	258.366.128,46
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	14.063.039,21	12.991.234,44
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	4.057.623,39	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	256.176.720,60	245.374.894,02
INVESTIMENTOS	53.193,36	36.199,76
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	53.193,36	36.199,76
IMOBILIZADO	4.902.000.615,75	4.063.243.550,45
BENS MÓVEIS	426.272.857,11	416.940.066,91
BENS IMÓVEIS	4.499.291.744,11	3.663.662.077,29
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-23.563.985,47	-17.358.593,75
INTANGÍVEL	10.860.609,48	10.940.183,27
SOFTWARES	11.942.576,79	10.998.021,83
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-1.081.967,31	-57.838,56
DIFERIDO	0,00	0,00

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	18.760.072,56	17.682.101,76
PESSOAL A PAGAR	271.442,81	449.078,71
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	98,40	98,40
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00	998,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	18.488.531,35	17.231.926,65
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	394.960,27	191.296,08
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	394.960,27	191.296,08
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	394.960,27	191.296,08
FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	14.775.525,63	45.452.604,15
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	14.775.525,63	45.452.604,15
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	294.096,33	348.182,31
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	281.950,40	335.100,46
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	141,27	13.000,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	12.004,66	81,85
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	133.773.708,55	133.896.302,69
VALORES RESTITUÍVEIS	132.964.233,44	125.242.009,20
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	809.475,11	8.654.293,49
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**167.998.363,34**	**197.570.486,99**
Passivo Não Circulante		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	2.111.351,96	1.429.436,35
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2.111.351,96	1.429.436,35
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	692.712.718,38	682.370.818,60
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	692.712.718,38	682.370.818,60
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.314.463.182,40	1.111.148.587,08
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.314.463.182,40	1.111.148.587,08
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**2.009.287.252,74**	**1.794.948.842,03**

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**5.187.211.801,79**	**4.332.586.061,94**

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Líquido		
RESULTADOS ACUMULADOS	6.058.238.630,87	4.839.949.833,34
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	6.653.666.223,15	5.443.379.146,55
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.349.312.316,85	1.236.103.884,31
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.443.379.146,55	5.205.162.349,17
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-139.025.240,25	-997.887.086,93
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	-595.427.592,28	-603.429.313,21
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	-4.087.350,01	-7.162.438,47
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	-603.429.313,21	-595.555.132,51
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.089.070,94	-711.742,23
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	**6.058.238.630,87**	**4.839.949.833,34**

Total do Ativo:	**8.235.524.246,95**	**6.832.469.162,36**
(1) Ativo Financeiro:	2.609.253.446,42	2.084.568.616,05
(2) Ativo Permanente:	5.626.270.800,53	4.747.900.546,31
Saldo Patrimonial:	**5.513.967.405,81**	**4.491.028.055,68**

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido:	**8.235.524.246,95**	**6.832.469.162,36**
(3) Passivo Financeiro:	711.793.158,72	546.214.549,16
(4) Passivo Permanente:	2.009.763.682,42	1.795.226.557,52

Compensações

Especificação Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	744.278.050,23	551.731.312,47
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**744.278.050,23**	**551.731.312,47**

Especificação Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	64.903.236,13	64.903.236,13
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.368.246,22	3.368.246,22
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**68.271.482,35**	**68.271.482,35**

FONTE DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
10000	TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS	-50.987.168,33	-28.387.368,99
10002	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	-51.048.369,04	-11.133.744,51
10008	RECURSOS ORDINÁRIOS - AUXÍLIO FINANCEIRO PARA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	-702.151,50	0,00
10100	TESOURO, COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	-78.450.212,79	-108.610.525,91
11000	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	-28.889.480,29	-17.449.631,16
11200	TESOURO, ALIENAÇÃO DE BENS	942.015,95	5.315,58
14400	TESOURO, INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	-93.400,17	-755.471,72
20300	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	597.681.953,04	460.826.898,12
20400	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	606.945.759,52	527.364.161,41
20500	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	69.381.468,35	68.878.899,83
20600	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	29.314.280,66	29.859.098,13
21100	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CIDE	0,00	-12.100,17
21500	OUT. FONTES, DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	73.903,96	6.958,14
22900	OUT. FONTES, RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	20.170.181,41	20.602.016,68
24849	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - IPF/BIRD	-1.595.313,43	0,00
24859	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	-39.732.214,57	-20.856.183,23
24869	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	0,00	-3.718,96
27000	OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	590.453.189,26	464.020.706,51
27001	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MECENATO	486.157,55	475.857,82
27002	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MULTAS DE TRÂNSITO	8.068.591,10	1.229.862,28
27600	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	2.258.299,95	-112.458,27
27900	OUT. FONTES, TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	9.234.764,35	11.098.518,21
28081	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	6.806,50	368.734,84
28283	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	24.776.718,22	69.163.545,09
28687	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.983.620,95	452.155,21
28889	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	8.440.780,34	6.457.260,98
29100	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	126.714.762,47	45.761.880,43
29200	OUT. FONTES, REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS	1.399.073,45	1.584.712,69
29201	REPASSE FUNDO A FUNDO - FUNPEN	24.229.934,51	17.518.687,86
29203	REPASSE FUNDO A FUNDO - FNSP	21.008.415,84	0,00
29204	REPASSE FUNDO A FUNDO - AUXILIO AO SETOR CULTURAL - ALDIR BLANC	5.387.920,44	0,00
Total:		**1.897.460.287,70**	**1.538.354.066,89**

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Aumentativas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Aumentativas		**13.379.627.359,69**	**14.376.547.216,94**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**788.202.316,18**	**852.459.209,05**
4.1.2	TAXAS	788.202.316,18	852.459.209,05
CONTRIBUIÇÕES		**2.292.628.182,85**	**2.298.363.088,72**
4.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.292.628.182,85	2.298.363.088,72
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**310.540.820,94**	**217.091.034,49**
4.3.1	VENDA DE MERCADORIAS	689.821,79	1.100.467,21
4.3.2	VENDA DE PRODUTOS	805,00	1.075,00
4.3.3	EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	309.850.194,15	215.989.492,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**80.846.357,89**	**143.223.476,44**
4.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	139.295,23	187.721,28
4.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,15	0,00
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	80.581.608,10	142.691.855,50
4.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	125.454,41	343.899,66
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**8.602.493.093,73**	**9.909.229.771,93**
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	7.243.907.510,85	9.006.584.040,92
4.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.313.533.104,71	872.369.688,96
4.5.3	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	14.874.454,73	19.584.048,64
4.5.6	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	484.020,02
4.5.8	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	30.178.023,44	10.207.973,39
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		**348.419.811,42**	**146.710.596,53**
4.6.1	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	348.419.811,42	146.710.596,53
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**956.496.776,68**	**809.470.039,78**
4.9.7	REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	730.248.954,09	458.997.496,88
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	226.247.822,59	350.472.542,90

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		**12.034.402.392,85**	**13.147.605.771,10**
PESSOAL E ENCARGOS		**1.638.278.107,73**	**1.541.352.804,10**
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.337.367.161,71	1.249.565.923,42
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	273.577.857,26	267.697.351,06
3.1.3	BENEFÍCIOS A PESSOAL	15.451.022,66	18.325.922,65
3.1.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	11.882.066,10	5.763.606,97
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**3.711.815.747,54**	**3.549.132.935,15**
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.869.883.806,89	2.732.771.976,99
3.2.2	PENSÕES	839.568.366,35	812.885.344,87
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.363.574,30	3.475.613,29
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**2.948.338.484,79**	**2.282.661.104,60**
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	744.667.520,31	293.400.547,62
3.3.2	SERVIÇOS	2.195.671.812,67	1.975.389.286,33
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	7.999.151,81	13.871.270,65
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**22.378.941,21**	**11.201.048,25**
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	10.341.899,93	10.973.955,57
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	594.488,11	165.559,92
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	64.260,82	61.532,76
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	11.378.292,35	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**2.187.735.923,13**	**1.754.585.595,86**
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	480.770.893,00	510.637.698,75
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	378.617.490,23	331.539.551,94
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	959.934.273,22	701.704.093,56
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	107.962.152,76	108.687.396,93
3.5.9	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	260.451.113,92	102.016.854,68

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		**12.034.402.392,85**	**13.147.605.771,10**
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		**992,63**	**1.688.616,29**
3.6.1	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	992,63	1.688.581,89
3.6.5	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	34,40
TRIBUTÁRIAS		**30.979.862,57**	**28.046.609,15**
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.041.700,27	4.833.930,32
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	26.938.162,30	23.212.678,83
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		**697.125,10**	**1.317.054,77**
3.8.1	CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	697.125,10	1.317.054,77
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**1.494.177.208,15**	**3.977.620.002,93**
3.9.1	PREMIAÇÕES	32.709,65	70.679,82
3.9.4	INCENTIVOS	71.039.197,55	69.090.622,88
3.9.7	VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	933.563.549,41	838.156.607,76
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	489.541.751,54	3.070.302.092,47

RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:	**1.345.224.966,84**	**1.228.941.445,84**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	**13.905.850.752,00**	**12.611.833.963,72**
RECEITA TRIBUTÁRIA	616.666.370,68	666.561.968,16
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.294.006.194,60	2.298.386.131,98
RECEITA PATRIMONIAL	50.208.287,36	20.798.142,14
RECEITA AGROPECUÁRIA	805,00	1.075,00
RECEITA DE SERVIÇOS	252.670.809,36	186.072.550,17
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	94.398.890,97	138.003.689,63
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	189.346.084,83	224.464.552,44
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	8.572.332.573,33	7.292.050.946,31
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	1.836.220.735,87	1.785.494.907,89
DESEMBOLSOS	**12.155.747.229,65**	**11.622.738.596,99**
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	8.533.896.866,65	7.745.490.764,26
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.929.493.497,14	1.642.986.566,32
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	1.692.356.865,86	2.234.261.266,41
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	**1.750.103.522,35**	**989.095.366,73**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	**1.138.628,05**	**572.744,76**
ALIENAÇÃO DE BENS	936.654,50	107.702,25
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	201.973,55	465.042,51
DESEMBOLSOS	**1.091.578.611,48**	**902.345.002,17**
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	706.169.713,14	571.007.734,26
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.830.584,37	1.152.001,09
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	378.578.313,97	330.185.266,82
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	**-1.090.439.983,43**	**-901.772.257,41**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
DESEMBOLSOS	**168.337,47**	**149.480,62**
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	168.337,47	149.480,62
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	**-168.337,47**	**-149.480,62**
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**659.495.201,45**	**87.173.628,70**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	1.597.438.961,39	1.509.599.227,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.258.096.099,86	1.597.438.961,39
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	**660.657.138,47**	**87.839.733,70**
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	**-1.161.937,02**	**-666.105,00**
SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR (IV)	**2.847.674,90**	**15.390.752,29**
SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS (V)	**3.970.401,49**	**16.411.499,66**
ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR (VI)	**7.796.725,22**	**609.994,08**
ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS (VII)	**7.757.514,79**	**964.636,45**
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	**659.495.201,45**	**87.173.628,70**

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		
JUDICIÁRIA	123.330.500,59	127.418.027,69
ESSENCIAL À JUSTIÇA	22.495.201,84	32.784.821,79
ADMINISTRAÇÃO	340.883.229,62	73.635.198,56
SEGURANÇA PÚBLICA	71.041.951,39	130.744.958,97
ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.198.616,41	4.671.106,11
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.727.492.636,39	3.560.603.915,81
SAÚDE	3.000.373.349,58	2.512.378.612,81
TRABALHO	10.971,52	119.422,13
EDUCAÇÃO	534.776.379,71	536.090.158,04
CULTURA	13.034.976,31	5.400.735,70
DIREITOS DA CIDADANIA	21.938.711,12	32.721.561,88
URBANISMO	169.261,52	13.795.864,08
HABITAÇÃO	4.183.881,68	21.317.098,00
SANEAMENTO	69.722,80	333.890,20
GESTÃO AMBIENTAL	83.385.920,94	83.448.035,70
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	46.587.285,56	48.639.124,73
AGRICULTURA	137.379.056,48	138.030.328,85
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.589.625,64	3.429.385,54
INDÚSTRIA	0,00	6.862.454,19
COMÉRCIO E SERVIÇOS	19.400.512,07	13.819.081,27
COMUNICAÇÕES	79.647.727,56	59.125.958,27
ENERGIA	249,64	43.898,84
TRANSPORTE	250.137.836,50	246.063.623,81
DESPORTO E LAZER	5.769.261,78	8.580.630,67
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	85.432.870,62
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	**8.533.896.866,65**	**7.745.490.764,26**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	**0,00**	**0,00**

Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais

Exercício 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.628.041.063,19	1.455.094.897,48
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	210.837.875,81	307.463.581,25
VALORES A REPASSAR	-2.658.203,13	22.936.429,16
TOTAL DOS OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	**1.836.220.735,87**	**1.785.494.907,89**
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.544.005.300,19	1.392.637.834,52
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	62.331.982,37	69.337.503,39
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	222.156.279,07	295.744.897,17
VALORES A RECEBER	-136.136.695,77	476.541.031,33
TOTAL DOS OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	**1.692.356.865,86**	**2.234.261.266,41**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	**1.313.533.104,71**	**872.369.688,96**
DA UNIÃO	1.184.117.133,96	747.947.727,50
DE MUNICÍPIOS	129.415.970,75	124.421.961,46
INTRAGOVERNAMENTAIS	7.243.907.510,85	6.398.998.226,38
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	14.891.957,77	20.683.030,97
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	**8.572.332.573,33**	**7.292.050.946,31**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	**491.868.728,22**	**435.529.867,37**
A MUNICÍPIOS	383.906.575,46	326.556.566,71
A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	107.962.152,76	108.973.300,66
INTRAGOVERNAMENTAIS	480.770.893,00	507.159.527,80
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	956.853.875,92	700.297.171,15
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	**1.929.493.497,14**	**1.642.986.566,32**

Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas

Ingressos		Dispêndios	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	790.824.142,51	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.350.231.241,42
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.294.590.396,65	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	156.362.212,83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.586.508.425,86
RECEITA AGROPECUÁRIA	805,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	258.606.703,78		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.270.665.503,42		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	224.377.227,56		
(-) DEDUÇÕES			
FUNDEB	0,00		
RESTITUIÇÕES	18.142.878,42	TOTAL	9.936.739.667,28
DRE	209.321.429,90		
DÉFICIT	5.168.776.983,85		
TOTAL	9.936.739.667,28		
		DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	1.268.531.262,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	61.321.347,30
ALIENAÇÃO DE BENS	936.654,50	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	168.337,47
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	201.973,55		
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	57.759.821,85		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
(-) DEDUÇÕES			
FUNDEB	0,00		
RESTITUIÇÕES	0,00		
DRE	0,00		
DÉFICIT	1.271.122.497,71		
TOTAL	1.330.020.947,61	TOTAL	1.330.020.947,61

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	4.767.962.683,43	DESPESAS CORRENTES	9.936.739.667,28
RECEITAS DE CAPITAL	58.898.449,90	DESPESAS DE CAPITAL	1.330.020.947,61
DÉFICIT	6.439.899.481,56		
TOTAL	11.266.760.614,89	TOTAL	11.266.760.614,89

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				9.936.739.667,28
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			5.350.231.241,42	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		5.164.125.428,00		
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	2.869.883.806,89			
31900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	839.530.044,95			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	41.513.132,57			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	0,00			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	10.882.162,16			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.255.075.369,66			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	73.429.355,24			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15.867.997,55			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	30.871.501,88			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.320.359,10			
31909400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	233.404,19			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	11.518.293,81			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		186.105.813,42		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	186.105.813,42			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			0,00	
3290	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		0,00		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00			
32909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.586.508.425,86	
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		13.075.715,00		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	13.075.715,00			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		282.367.860,46		
33414100	CONTRIBUIÇÕES	282.367.860,46			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		944.764.284,30		
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	854.754.796,57			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	83.308.774,52			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	6.438.332,92			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	262.380,29			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		31.154.200,00		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	14.380.000,00			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	16.774.200,00			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		0,00		
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	0,00			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		107.926.402,36		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	107.926.402,36			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		2.970.871.961,76		
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	2.367.003,30			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	3.384.631,13			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	12.351,57			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	45.232.948,75			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	24.033.786,21			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	416.452.917,30			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	22.725.709,65			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	295.532.659,88			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	6.424.386,19			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	753.781.056,64			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1.257.686,39			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	75.257.917,50			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	344.395.215,58			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	667.062.008,09			
33904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	103.438.925,03			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	14.905.340,36			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	29.712.171,90			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	64.865.728,54			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	562.287,70			
33905700	OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA RURAL	0,00			
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	38.321,40			
33906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	228.058,73			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.023.889,16			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	65.256.221,01			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	32.920.739,75			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		236.348.001,98		
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.265.290,27			
33914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	23.105.981,10			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33914100	CONTRIBUIÇÕES	199.596.406,74			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.658.991,73			
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	896.932,99			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.824.399,15			
4	DESPESA DE CAPITAL				1.330.020.947,61
44	INVESTIMENTOS			1.268.531.262,84	
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		94.356.051,11		
44404200	AUXÍLIOS	94.356.051,11			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		2.555.493,46		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44504200	AUXÍLIOS	2.555.493,46			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		1.168.132.035,78		
44901400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	99.334.966,42			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00			
44903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	16.113.477,05			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	188.031.303,08			
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	6.051.608,67			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	105.627,41			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	634.140.961,92			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	166.984.765,85			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	9.173.488,02			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	45.026.854,15			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.168.983,21			
4491	APLICAÇÕES DIRETAS		3.487.682,49		
44914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	3.393.446,33			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	94.236,16			
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			61.321.347,30	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		61.321.347,30		

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
45904100	CONTRIBUIÇÕES	5.000.000,00			
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	48.146.866,99			
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	827.704,80			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.346.775,51			
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			168.337,47	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		168.337,47		
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	168.337,47			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
99999900	A CLASSIFICAR	0,00			
Total Geral:					**11.266.760.614,89**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1000000000 Receitas Correntes	**3.422.153.793,59**	**3.381.299.839,22**	**0,00**	**39.720.661,76**
1100000000 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**643.115.543,50**	**616.644.539,54**	**0,00**	**26.471.003,96**
1120000000 Taxas	**643.115.543,50**	**616.644.539,54**	**0,00**	**26.471.003,96**
1121000000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**55.950.620,00**	**45.682.753,95**	**0,00**	**10.267.866,05**
1121010000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	20.924.088,00	24.175.447,04	3.251.359,04	0,00
1121011000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	20.924.088,00	24.175.447,04	3.251.359,04	0,00
1121011100 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	20.924.088,00	24.175.447,04	3.251.359,04	0,00
1121011116 - 27000 Taxa de Análise de Projeto	160.000,00	220.449,90	60.449,90	0,00
1121011112 - 27000 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	2.450.000,00	3.035.325,53	585.325,53	0,00
1121011113 - 27000 Taxa de Habite-se	0,00	6.846.445,92	6.846.445,92	0,00
1121011102 - 27000 Taxa de Inspeção de Produtos de Origem Animal	0,00	1.960,68	1.960,68	0,00
1121011114 - 27000 Taxa de Parecer Técnico	0,00	2.244,89	2.244,89	0,00
1121011101 - 27000 Taxa de Regulação do Serviço de Saneamento Básico	9.683.138,00	8.609.806,56	0,00	1.073.331,44
1121011117 - 27000 Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	7.193.450,00	3.071.274,38	0,00	4.122.175,62
1121011130 - 27000 Taxa de Transporte Animal e Vegetal	1.327.500,00	2.048.193,48	720.693,48	0,00
1121011115 - 27000 Taxa de Vistoria	110.000,00	261.390,43	151.390,43	0,00
1121011104 - 27000 Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	78.355,27	78.355,27	0,00
1121040000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	35.026.532,00	21.507.306,91	0,00	13.519.225,09
1121041000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	35.026.532,00	21.507.306,91	0,00	13.519.225,09
1121041100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	35.026.532,00	21.507.306,91	0,00	13.519.225,09
1121041101 - 27000 Taxa Ambientais	23.415.000,00	12.244.772,36	0,00	11.170.227,64
1121041103 - 27000 Taxa de Licenciamento Ambiental	11.611.532,00	9.262.534,55	0,00	2.348.997,45
1122000000 Taxas pela Prestação de Serviços	**585.936.423,50**	**570.883.529,15**	**0,00**	**15.052.894,35**
1122010000 Taxas pela Prestação de Serviços	492.773.062,50	468.254.631,81	0,00	24.518.430,69
1122011000 Taxas pela Prestação de Serviços	492.773.062,50	468.254.631,81	0,00	24.518.430,69
1122011100 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	492.773.062,50	468.254.631,81	0,00	24.518.430,69
1122011137 - 22900 Venda de Selos de Autenticidade	30.578.083,00	25.241.056,54	0,00	5.337.026,46
1122011199 - 27000 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	19.268,66	19.268,66	0,00
1122011198 - 27000 Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	45.056.738,00	35.793.988,77	0,00	9.262.749,23
1122011124 - 27000 Taxa de Concessão de Licenças	5.000,00	316.781,72	311.781,72	0,00
1122011102 - 27000 Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	1.645.752,00	1.271.355,55	0,00	374.396,45
1122011111 - 27000 Taxa de Serviços Educacionais	1.230.506,00	1.675.619,02	445.113,02	0,00
1122011125 - 27000 Taxa de Serviços Hemoterápicos	6.421.165,50	2.196.899,22	0,00	4.224.266,28

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1122011120 - 27000 Taxa pela Emissão de Documentos	75.000,00	4.181.853,54	4.106.853,54	0,00
1122011116 - 27000 Taxa pela Prestação de Serviços Técnicos	101.000,00	521,88	0,00	100.478,12
1122011106 - 27000 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	407.634.818,00	397.498.339,67	0,00	10.136.478,33
1122011109 - 27000 Taxas de Serviços Cadastrais	25.000,00	58.947,24	33.947,24	0,00
1122020000 Emolumentos e Custas Judiciais	93.163.361,00	102.628.897,34	9.465.536,34	0,00
1122021000 Emolumentos e Custas Judiciais	93.163.361,00	102.628.897,34	9.465.536,34	0,00
1122021100 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	93.163.361,00	102.628.897,34	9.465.536,34	0,00
1122021101 - 27000 Emolumentos e Custas Judiciais	93.163.361,00	102.628.897,34	9.465.536,34	0,00
1128000000 Taxas - Específicas de Estados, DF e Municípios	**1.228.500,00**	**78.256,44**	**0,00**	**1.150.243,56**
1128010000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	1.228.500,00	78.256,44	0,00	1.150.243,56
1128011000 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	1.228.500,00	78.256,44	0,00	1.150.243,56
1128011100 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	1.228.500,00	78.256,44	0,00	1.150.243,56
1128011101 - 27000 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	1.228.500,00	78.256,44	0,00	1.150.243,56
1200000000 Contribuições	**901.161.017,00**	**965.728.327,58**	**64.567.310,58**	**0,00**
1210000000 Contribuições Sociais	**901.161.017,00**	**965.728.327,58**	**64.567.310,58**	**0,00**
1218000000 Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	**893.990.143,00**	**960.202.486,34**	**66.212.343,34**	**0,00**
1218010000 Contribuição do Servidor Civil para o Plano de Seguridade Social - CPSSS - Específico de EST/DF/MUN	706.633.503,00	776.318.283,28	69.684.780,28	0,00
1218011000 CPSSS do Servidor Civil Ativo	617.620.813,00	576.827.815,15	0,00	40.792.997,85
1218011100 CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal	617.620.813,00	576.827.815,15	0,00	40.792.997,85
1218011106 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - Defensoria Pública	390.098,00	18.224.672,37	17.834.574,37	0,00
1218011104 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - PGJ	30.001.929,00	31.773.953,43	1.772.024,43	0,00
1218011102 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - TCE	20.118.496,00	15.033.977,60	0,00	5.084.518,40
1218011103 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - TJ	41.222.424,00	88.847.742,03	47.625.318,03	0,00
1218011105 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo Civil – Poder Executivo	468.652.321,00	409.768.282,35	0,00	58.884.038,65
1218011101 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo – Assembleia	57.235.545,00	13.179.187,37	0,00	44.056.357,63
1218012000 CPSSS do Servidor Civil Inativo	63.481.885,00	156.751.829,61	93.269.944,61	0,00
1218012100 CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	63.481.885,00	156.751.829,61	93.269.944,61	0,00
1218012106 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - Defensoria Pública	0,00	3.791.904,54	3.791.904,54	0,00
1218012104 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - PGJ	5.308.698,00	7.121.981,57	1.813.283,57	0,00
1218012102 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - TCE	6.443.499,00	5.602.048,09	0,00	841.450,91
1218012103 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - TJ	6.058.852,00	17.728.455,35	11.669.603,35	0,00
1218012105 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo Civil – Poder Executivo	45.170.836,00	116.848.298,40	71.677.462,40	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1218012101 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo – Assembleia	500.000,00	5.659.141,66	5.159.141,66	0,00
1218013000 CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas	25.530.805,00	42.738.638,52	17.207.833,52	0,00
1218013100 CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	25.530.805,00	42.738.638,52	17.207.833,52	0,00
1218013106 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - Defensoria Pública	0,00	83.632,38	83.632,38	0,00
1218013104 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - PGJ	569.734,00	2.229.192,98	1.659.458,98	0,00
1218013102 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - TCE	0,00	684.099,64	684.099,64	0,00
1218013103 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - TJ	537.133,00	6.261.462,03	5.724.329,03	0,00
1218013105 - 20300 Contribuição dos Pensionistas Civis- Poder Executivo	24.423.938,00	30.207.558,36	5.783.620,36	0,00
1218013101 - 20300 Contribuição dos Pensionistas – Assembleia	0,00	3.272.693,13	3.272.693,13	0,00
1218050000 Contribuição dos Militares e Pensionistas para Previdência Militar de Estados e DF	187.356.640,00	183.884.203,06	0,00	3.472.436,94
1218051000 Contribuição do Militar Ativo	169.518.563,00	128.263.909,06	0,00	41.254.653,94
1218051100 Contribuição do Militar Ativo - Principal	169.518.563,00	128.263.909,06	0,00	41.254.653,94
1218051101 - 20300 Contribuição do Militar Ativo	169.518.563,00	128.263.909,06	0,00	41.254.653,94
1218052000 Contribuição do Militar Inativo	14.664.650,00	38.790.630,10	24.125.980,10	0,00
1218052100 Contribuição do Militar Inativo - Principal	14.664.650,00	38.790.630,10	24.125.980,10	0,00
1218052101 - 20300 Contribuição do Militar Inativo	14.664.650,00	38.790.630,10	24.125.980,10	0,00
1218053000 Contribuição dos Pensionistas Militares	3.173.427,00	16.829.663,90	13.656.236,90	0,00
1218053100 Contribuição dos Pensionistas Militares - Principal	3.173.427,00	16.829.663,90	13.656.236,90	0,00
1218053101 - 20300 Contribuição dos Pensionistas Militares	3.173.427,00	16.829.663,90	13.656.236,90	0,00
1219000000 Outras Contribuições Sociais	**7.170.874,00**	**5.525.841,24**	**0,00**	**1.645.032,76**
1219990000 Demais Contribuições Sociais	7.170.874,00	5.525.841,24	0,00	1.645.032,76
1219991000 Demais Contribuições Sociais	7.170.874,00	5.525.841,24	0,00	1.645.032,76
1219991100 Outras Contribuições Sociais - Principal	7.170.874,00	5.525.841,24	0,00	1.645.032,76
1219991107 - 20300 Contribuição dos Serventuários da Justiça para o RPPS	0,00	11.610,20	11.610,20	0,00
1219991114 - 20500 Contribuição do Segurado Inativo do FPP	0,00	1.231.102,14	1.231.102,14	0,00
1219991116 - 20500 Contribuição dos Deputados para o FPP - Facultativos	0,00	455.681,39	455.681,39	0,00
1219991115 - 20500 Contribuição dos Deputados para o FPP - Obrigatórios	0,00	2.100.390,31	2.100.390,31	0,00
1219991104 - 20500 Contribuição dos Deputados para o FPP - Obrigatórios e Facultativos	3.671.571,00	0,00	0,00	3.671.571,00
1219991105 - 20500 Contribuição dos Pensionistas para o FPP	945.274,00	33.554,69	0,00	911.719,31
1219991111 - 20600 Contribuicao Patronal - Cessao\Autopatrocinio	644.318,00	455.681,39	0,00	188.636,61
1219991113 - 20600 Contribuicao Patronal de Exercicios Anteriores - Cessao\Autopatrocinio	1.909.711,00	1.237.821,12	0,00	671.889,88
1300000000 Receita Patrimonial	**203.419.645,94**	**144.607.178,33**	**0,00**	**58.812.467,61**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1310000000 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**17.339.858,00**	**9.103.793,76**	**0,00**	**8.236.064,24**
1310010000 Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	3.977.880,00	4.432.211,31	454.331,31	0,00
1310011000 Aluguéis e Arrendamentos	3.973.880,00	4.429.950,19	456.070,19	0,00
1310011100 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.973.880,00	4.429.950,19	456.070,19	0,00
1310011101 - 27000 Aluguéis	3.973.880,00	4.429.950,19	456.070,19	0,00
1310012000 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação	4.000,00	2.261,12	0,00	1.738,88
1310012100 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	4.000,00	2.261,12	0,00	1.738,88
1310012101 - 27000 Foros	0,00	212,87	212,87	0,00
1310012102 - 27000 Laudêmios	4.000,00	2.048,25	0,00	1.951,75
1310020000 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	2.290.000,00	3.466.791,65	1.176.791,65	0,00
1310021000 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	2.290.000,00	3.466.791,65	1.176.791,65	0,00
1310021100 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	2.290.000,00	3.466.791,65	1.176.791,65	0,00
1310021102 - 27000 Concessão de Terminal Rodoviário	0,00	28.755,94	28.755,94	0,00
1310021199 - 27000 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	6.509,58	6.509,58	0,00
1310021105 - 27000 Permissão de Uso de Area Aeroportuária	180.000,00	324.437,56	144.437,56	0,00
1310021104 - 27000 Permissão de Uso de Faixa de Domínio	2.110.000,00	3.107.088,57	997.088,57	0,00
1310990000 Outras Receitas Imobiliárias	11.071.978,00	1.204.790,80	0,00	9.867.187,20
1310991000 Outras Receitas Imobiliárias	11.071.978,00	1.204.790,80	0,00	9.867.187,20
1310991100 Outras Receitas Imobiliárias - Principal	11.071.978,00	1.204.790,80	0,00	9.867.187,20
1310991103 - 27000 Outras Receitas Imobiliárias	937.500,00	1.166.790,80	229.290,80	0,00
1310991102 - 27000 Taxa de Anuência	10.134.478,00	38.000,00	0,00	10.096.478,00
1320000000 Valores Mobiliários	**177.544.522,94**	**94.398.890,97**	**0,00**	**83.145.631,97**
1321000000 Juros e Correções Monetárias	**177.544.522,94**	**94.398.890,97**	**0,00**	**83.145.631,97**
1321001000 Remuneração de Depósitos Bancários	132.559.110,94	7.781.773,27	0,00	124.777.337,67
1321001100 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	132.559.110,94	7.781.773,27	0,00	124.777.337,67
1321001110 - 20300 Remuneração de Depósitos Bancários – Recursos do RPPS Fonte 03	88.926.056,00	0,00	0,00	88.926.056,00
1321001126 - 22900 Remuneração de Depósitos Bancários - Selos de Autenticidade - FT 29	999.104,00	556.518,26	0,00	442.585,74
1321001130 - 27000 Remuneração de Depósitos de Poupança	0,00	11,41	11,41	0,00
1321001121 - 27900 Remuneração de Depósitos Bancários – Fundo de Defesa Civil - FT 79	0,00	56.865,44	56.865,44	0,00
1321001120 - 28081 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Internacional - Adm Indireta - Fonte 81	0,00	5.361,99	5.361,99	0,00
1321001114 - 28283 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios Federal AdmIndireta - Fonte 83	1.971.905,44	691.054,39	0,00	1.280.851,05
1321001116 - 28687 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com órgão Municipal - Adm Indireta - Fonte 87	0,00	7.446,56	7.446,56	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1321001118 - 28889 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Privado - Adm Indireta - Fonte 89	6.913.100,50	130.527,33	0,00	6.782.573,17
1321001103 - 29100 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo de Saúde - FT 91	33.748.945,00	5.704.068,23	0,00	28.044.876,77
1321001108 - 29200 Remuneração de Depósitos Bancários – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,00	11.520,91	11.520,91	0,00
1321001133 - 29201 Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Transferência FUNPEN	0,00	526.271,37	526.271,37	0,00
1321001137 - 29203 Remuneração de Depósitos Bancários – FNSP - FT 92.03	0,00	66.655,83	66.655,83	0,00
1321001139 - 29204 Remuneração de Depósitos Bancários – FEC - FT 92.04	0,00	25.471,55	25.471,55	0,00
1321004000 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	0,00	69.367.888,08	69.367.888,08	0,00
1321004100 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	0,00	69.367.888,08	69.367.888,08	0,00
1321004101 - 20300 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	0,00	68.335.593,83	68.335.593,83	0,00
1321004101 - 20500 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	0,00	1.032.294,25	1.032.294,25	0,00
1321005000 Juros e Correções Monetárias	44.985.412,00	17.249.229,62	0,00	27.736.182,38
1321005100 Juros e Correções Monetárias	44.985.412,00	17.249.229,62	0,00	27.736.182,38
1321005101 - 10000 Juros e Títulos de Renda	0,00	1.356.131,87	1.356.131,87	0,00
1321005101 - 27000 Juros e Títulos de Renda	44.985.412,00	15.880.684,99	0,00	29.104.727,01
1321005101 - 27001 Juros e Títulos de Renda	0,00	12.412,76	12.412,76	0,00
1330000000 Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	**6.435.265,00**	**5.810.891,87**	**0,00**	**624.373,13**
1331000000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte	**0,00**	**505.968,48**	**505.968,48**	**0,00**
1331010000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	0,00	505.968,48	505.968,48	0,00
1331011000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	0,00	505.968,48	505.968,48	0,00
1331011100 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	0,00	505.968,48	505.968,48	0,00
1331011101 - 27000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	0,00	505.968,48	505.968,48	0,00
1339000000 Demais Delegações de Serviços Públicos	**6.435.265,00**	**5.304.923,39**	**0,00**	**1.130.341,61**
1339010000 Demais Delegações de Serviços Públicos	6.435.265,00	5.304.923,39	0,00	1.130.341,61
1339011000 Demais Delegações de Serviços Públicos	6.435.265,00	5.304.923,39	0,00	1.130.341,61
1339011100 Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal	6.435.265,00	5.304.923,39	0,00	1.130.341,61
1339011101 - 27000 Receita da Loteria Estadual	6.435.265,00	5.304.923,39	0,00	1.130.341,61
1360000000 Cessão de Direitos	**2.100.000,00**	**35.293.601,73**	**33.193.601,73**	**0,00**
1360010000 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	2.100.000,00	35.293.601,73	33.193.601,73	0,00
1360011000 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	2.100.000,00	35.293.601,73	33.193.601,73	0,00
1360011100 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	2.100.000,00	35.293.601,73	33.193.601,73	0,00
1360011101 - 27000 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	2.100.000,00	35.293.601,73	33.193.601,73	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1400000000 Receita Agropecuária	**0,00**	**805,00**	**805,00**	**0,00**
1400001000 Receita Agropecuária	0,00	805,00	805,00	0,00
1400001100 Receita Agropecuária - Principal	0,00	805,00	805,00	0,00
1400001102 - 27000 Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	805,00	805,00	0,00
1600000000 Receita de Serviços	**224.267.084,79**	**214.855.033,76**	**0,00**	**9.412.051,03**
1610000000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**89.607.084,79**	**99.070.591,42**	**9.463.506,63**	**0,00**
1610010000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	52.467.184,79	51.931.328,57	0,00	535.856,22
1610011000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	52.467.184,79	51.931.328,57	0,00	535.856,22
1610011100 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	52.467.184,79	51.931.328,57	0,00	535.856,22
1610011154 - 27000 Fornecimento de Refeições	1.165.494,00	122.997,34	0,00	1.042.496,66
1610011199 - 27000 Outros Serviços	12.730.198,79	1.950.533,32	0,00	10.779.665,47
1610011114 - 27000 Outros Serviços Administrativos	77.500,00	17.480,00	0,00	60.020,00
1610011198 - 27000 Outros Serviços Comerciais	0,00	686.239,39	686.239,39	0,00
1610011107 - 27000 Outros Serviços de Comunicação	1.032.143,00	863.858,86	0,00	168.284,14
1610011164 - 27000 Serviço de Distribuição de Títulos para Protesto	1.542,00	245,78	0,00	1.296,22
1610011152 - 27000 Serviço de Gestão Descentralizada de Energia Elética	1.500.000,00	2.109.320,18	609.320,18	0,00
1610011160 - 27000 Serviço pelo Uso da Estrutura Arrecadatória	20.000.900,00	12.964.425,41	0,00	7.036.474,59
1610011116 - 27000 Serviços Educacionais	9.533,00	3.600,00	0,00	5.933,00
1610011168 - 27000 Serviços Veterinários	323.273,00	196.406,00	0,00	126.867,00
1610011158 - 27000 Serviços de Cadastro em Geral	0,00	969.283,82	969.283,82	0,00
1610011169 - 27000 Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva e Distribuição de Água	9.200.000,00	0,00	0,00	9.200.000,00
1610011170 - 27000 Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final de Esgotos	2.900.000,00	0,00	0,00	2.900.000,00
1610011103 - 27000 Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade	0,00	4,00	4,00	0,00
1610011167 - 27000 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	442.000,00	74.970,53	0,00	367.029,47
1610011122 - 27000 Serviços de Estudos e Pesquisas	0,00	1.005.148,36	1.005.148,36	0,00
1610011157 - 27000 Serviços de Exames Laboratoriais	350.000,00	151.737,12	0,00	198.262,88
1610011115 - 27000 Serviços de Meteorologia	460.601,00	8.151,49	0,00	452.449,51
1610011177 - 27000 Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	0,00	3.614.963,27	3.614.963,27	0,00
1610011178 - 27000 Tarifa sobre Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário	0,00	27.188.385,30	27.188.385,30	0,00
1610011156 - 27000 Venda de Produtos Consignáveis	2.274.000,00	3.578,40	0,00	2.270.421,60
1610020000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	10.165.460,00	2.355.782,75	0,00	7.809.677,25
1610021000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	10.165.460,00	2.355.782,75	0,00	7.809.677,25

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1610021100 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	10.165.460,00	2.355.782,75	0,00	7.809.677,25
1610021101 - 27000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	10.165.460,00	2.355.782,75	0,00	7.809.677,25
1610030000 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	14.962.550,00	14.479.767,98	0,00	482.782,02
1610031000 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	14.962.550,00	14.479.767,98	0,00	482.782,02
1610031100 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	14.962.550,00	14.479.767,98	0,00	482.782,02
1610031105 - 27000 Serviços de Expedição de Certificados	171.000,00	194.601,49	23.601,49	0,00
1610031108 - 27000 Serviços de Registro do Comércio	14.791.550,00	14.285.166,49	0,00	506.383,51
1610040000 Serviços de Informação e Tecnologia	12.011.890,00	30.303.712,12	18.291.822,12	0,00
1610041000 Serviços de Informação e Tecnologia	12.011.890,00	30.303.712,12	18.291.822,12	0,00
1610041100 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	12.011.890,00	30.303.712,12	18.291.822,12	0,00
1610041102 - 27000 Serviço de Acesso à Internet	9.041.890,00	27.766,46	0,00	9.014.123,54
1610041103 - 27000 Serviços Tecnológicos	1.780.000,00	1.343.389,12	0,00	436.610,88
1610041105 - 27000 Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	450.000,00	727.199,22	277.199,22	0,00
1610041111 - 27000 Serviços em Nuvem	392.000,00	24.027.273,90	23.635.273,90	0,00
1610041108 - 27000 Transmissão de Vídeo	0,00	2.635.483,73	2.635.483,73	0,00
1610041113 - 27000 VOIP	348.000,00	1.542.599,69	1.194.599,69	0,00
1620000000 Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	**2.000.000,00**	**1.375.380,97**	**0,00**	**624.619,03**
1620041000 Tarifa Aeroportuária	2.000.000,00	1.375.380,97	0,00	624.619,03
1620041100 Tarifa Aeroportuária	2.000.000,00	1.375.380,97	0,00	624.619,03
1620041101 - 27000 Tarifa Aeroportuária	2.000.000,00	1.375.380,97	0,00	624.619,03
1630000000 Serviços e Atividades Referentes à Saúde	**120.660.000,00**	**114.283.606,96**	**0,00**	**6.376.393,04**
1638000000 Serviços e Atividades Referentes à Saúde - Específico para Estados/DF/Municípios	**120.660.000,00**	**114.283.606,96**	**0,00**	**6.376.393,04**
1638011000 Serviços Hospitalares	0,00	690.965,05	690.965,05	0,00
1638011100 Serviços Hospitalares - Principal	0,00	690.965,05	690.965,05	0,00
1638011101 - 27000 Serviços Hospitalares	0,00	690.965,05	690.965,05	0,00
1638013000 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	0,00	808.410,97	808.410,97	0,00
1638013100 Serviços Radiológicos e Laboratoriais - Principal	0,00	808.410,97	808.410,97	0,00
1638013103 - 27000 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	0,00	808.410,97	808.410,97	0,00
1638019000 Outros Serviços de Saúde	120.660.000,00	112.784.230,94	0,00	7.875.769,06
1638019100 Outros Serviços de Saúde - Principal	120.660.000,00	112.784.230,94	0,00	7.875.769,06
1638019102 - 27000 Co-participação - Saúde Suplementar	0,00	815.976,00	815.976,00	0,00
1638019101 - 27000 Contribuição Mensal - Saúde Suplementar	120.660.000,00	111.968.254,94	0,00	8.691.745,06
1640000000 Serviços e Atividades Financeiras	**12.000.000,00**	**125.454,41**	**0,00**	**11.874.545,59**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1640010000 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	12.000.000,00	125.454,41	0,00	11.874.545,59
1640011000 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	12.000.000,00	125.454,41	0,00	11.874.545,59
1640011100 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	12.000.000,00	125.454,41	0,00	11.874.545,59
1640011199 - 20500 Outros Serviços Financeiros	0,00	125.454,41	125.454,41	0,00
1640011199 - 27000 Outros Serviços Financeiros	12.000.000,00	0,00	0,00	12.000.000,00
1700000000 Transferências Correntes	**1.285.358.337,36**	**1.270.665.240,63**	**0,00**	**14.693.096,73**
1710000000 Transferências da União e de suas Entidades	**1.221.738.431,08**	**1.126.357.312,11**	**0,00**	**95.381.118,97**
1718000000 Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	**1.221.738.431,08**	**1.126.357.312,11**	**0,00**	**95.381.118,97**
1718030000 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.090.596.395,80	999.701.173,93	0,00	90.895.221,87
1718031000 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica	1.190.000,00	18.802.705,68	17.612.705,68	0,00
1718031100 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica	1.190.000,00	18.802.705,68	17.612.705,68	0,00
1718031110 - 29100 Atenção Básica - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	1.190.000,00	18.032.705,68	16.842.705,68	0,00
1718031104 - 29100 Atenção Básica - Saúde Bucal	0,00	770.000,00	770.000,00	0,00
1718032000 Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.057.013.520,80	504.199.065,64	0,00	552.814.455,16
1718032100 Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.057.013.520,80	504.199.065,64	0,00	552.814.455,16
1718032114 - 29100 MAC FAEC - Transplantes - Outros	0,00	5.721.993,20	5.721.993,20	0,00
1718032106 - 29100 MAC TF - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	1.029.847.292,80	464.973.216,44	0,00	564.874.076,36
1718032102 - 29100 MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	27.166.228,00	33.503.856,00	6.337.628,00	0,00
1718033000 Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	15.301.294,00	21.085.354,27	5.784.060,27	0,00
1718033100 Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	15.301.294,00	21.085.354,27	5.784.060,27	0,00
1718033199 - 29100 V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	12.186.294,00	17.200.397,59	5.014.103,59	0,00
1718033102 - 29100 V SAÚDE - Vigilância Sanitária	3.115.000,00	3.884.956,68	769.956,68	0,00
1718034000 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	17.091.581,00	51.358.786,79	34.267.205,79	0,00
1718034100 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	17.091.581,00	51.358.786,79	34.267.205,79	0,00
1718034101 - 29100 A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	291.581,00	37.326.200,27	37.034.619,27	0,00
1718034103 - 29100 A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	16.800.000,00	13.509.693,36	0,00	3.290.306,64
1718034199 - 29100 A FARM - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	522.893,16	522.893,16	0,00
1718035000 Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS	0,00	592.000,00	592.000,00	0,00
1718035100 Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS	0,00	592.000,00	592.000,00	0,00
1718035199 - 29100 G SUS - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	592.000,00	592.000,00	0,00
1718039000 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	403.663.261,55	403.663.261,55	0,00
1718039100 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	403.663.261,55	403.663.261,55	0,00
1718039102 - 29100 Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate a COVID-	0,00	403.663.261,55	403.663.261,55	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19				
1718040000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Bloco Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	13.200.000,00	13.200.000,00	0,00
1718046000 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, não detalhadas anteriormente	0,00	13.200.000,00	13.200.000,00	0,00
1718046100 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, não detalhadas anteriormente	0,00	13.200.000,00	13.200.000,00	0,00
1718046102 - 29100 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Combate COVID-19	0,00	13.200.000,00	13.200.000,00	0,00
1718100000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	21.408.510,00	1.773.541,93	0,00	19.634.968,07
1718101000 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	2.537.925,00	64.818,79	0,00	2.473.106,21
1718101100 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	2.537.925,00	64.818,79	0,00	2.473.106,21
1718101101 - 28283 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	2.537.925,00	64.818,79	0,00	2.473.106,21
1718102000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	15.912.399,00	0,00	0,00	15.912.399,00
1718102100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	15.912.399,00	0,00	0,00	15.912.399,00
1718102101 - 28283 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	15.912.399,00	0,00	0,00	15.912.399,00
1718103000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00
1718103100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00
1718103101 - 28283 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00
1718105000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
1718105100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
1718105101 - 28283 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básic	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
1718109000 Outras Transferências de Convênios da União	2.931.186,00	1.708.723,14	0,00	1.222.462,86
1718109100 Outras Transferências de Convênios da União - Principal	2.931.186,00	1.708.723,14	0,00	1.222.462,86
1718109101 - 28283 Outras Transferências de Convênios da União	2.931.186,00	1.708.723,14	0,00	1.222.462,86
1718110000 Outras Transferências de Recursos Fundo a Fundo	2.085.000,00	1.238.383,57	0,00	846.616,43
1718111000 Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	2.085.000,00	1.238.383,57	0,00	846.616,43
1718111100 Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	2.085.000,00	1.238.383,57	0,00	846.616,43
1718111101 - 29201 Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	2.085.000,00	1.238.383,57	0,00	846.616,43
1718120000 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	5.923.767,00	4.962.173,57	0,00	961.593,43
1718121000 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	5.923.767,00	4.962.173,57	0,00	961.593,43
1718121100 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	5.923.767,00	4.962.173,57	0,00	961.593,43
1718121101 - 29200 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	5.923.767,00	3.082.523,57	0,00	2.841.243,43
1718121102 - 29200 Transferências do FNAS - Combate COVID-19	0,00	1.879.650,00	1.879.650,00	0,00
1718990000 Outras Transferências da União	101.724.758,28	105.482.039,11	3.757.280,83	0,00
1718991000 Outras Transferências da União	101.724.758,28	105.482.039,11	3.757.280,83	0,00
1718991100 Outras Transferências da União - Principal	101.724.758,28	105.482.039,11	3.757.280,83	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718991102 - 27000 Transferências Oriundas da Lei Pelé	2.990.235,00	2.998.449,45	8.214,45	0,00
1718991101 - 27900 Transferências ao Fundo de Defesa Civil	21.700.000,00	0,00	0,00	21.700.000,00
1718991109 - 29100 Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	0,00	19.611.133,00	19.611.133,00	0,00
1718991104 - 29202 Transferências ao Fundo de Amparo ao Trabalhador	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
1718991105 - 29203 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	2.800.000,00	8.886.979,00	6.086.979,00	0,00
1718991111 - 29204 Transferências Emergencias ao Setor Cultural - Lei Aldir Blanc	73.034.523,28	73.985.477,66	950.954,38	0,00
1730000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	**26.689.580,96**	**129.415.970,75**	**102.726.389,79**	**0,00**
1738000000 Transferências dos Municípios -Específicas de Estados, DF e Municípios	**26.689.580,96**	**129.415.970,75**	**102.726.389,79**	**0,00**
1738100000 Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	26.689.580,96	27.288.877,85	599.296,89	0,00
1738101000 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	5.000,00	26.272.907,85	26.267.907,85	0,00
1738101100 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS	5.000,00	26.272.907,85	26.267.907,85	0,00
1738101101 - 28687 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS	5.000,00	26.272.907,85	26.267.907,85	0,00
1738102000 Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação	26.684.580,96	0,00	0,00	26.684.580,96
1738102100 Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação - Principal	26.684.580,96	0,00	0,00	26.684.580,96
1738102101 - 28687 Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação	26.684.580,96	0,00	0,00	26.684.580,96
1738109000 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00	1.015.970,00	1.015.970,00	0,00
1738109100 Outras Transferências de Convênios dos Municípios - Principal	0,00	1.015.970,00	1.015.970,00	0,00
1738109101 - 28687 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00	1.015.970,00	1.015.970,00	0,00
1738990000 Outras Transferências dos Municípios	0,00	102.127.092,90	102.127.092,90	0,00
1738991000 Outras Transferências dos Municípios	0,00	102.127.092,90	102.127.092,90	0,00
1738991100 Outras Transferências dos Municípios - Principal	0,00	102.127.092,90	102.127.092,90	0,00
1738991199 - 29100 Outras Transferências dos Municípios	0,00	2.391.172,87	2.391.172,87	0,00
1738991101 - 29100 Transferências SUS - Assistência Farmacêutica - Municípios	0,00	34.720.882,66	34.720.882,66	0,00
1738991102 - 29100 Transferências SUS - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Municípios	0,00	65.015.037,37	65.015.037,37	0,00
1740000000 Transferências de Instituições Privadas	**36.930.325,32**	**14.874.454,73**	**0,00**	**22.055.870,59**
1748000000 Transferências de Instituições Privadas - Específicas de Estados, DF e Municípios	**36.930.325,32**	**14.874.454,73**	**0,00**	**22.055.870,59**
1748100000 Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	36.930.325,32	14.874.454,73	0,00	22.055.870,59
1748101000 Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	36.930.325,32	14.874.454,73	0,00	22.055.870,59
1748101100 Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente - Principal	36.930.325,32	14.874.454,73	0,00	22.055.870,59
1748101101 - 27000 Transferências de Instituições Privadas	29.620.260,00	8.324.555,32	0,00	21.295.704,68
1748101102 - 28889 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	7.310.065,32	6.549.899,41	0,00	760.165,91
1760000000 Transferências do Exterior	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1768000000 Transferências do Exterior - Específicas de Estados, DF e Municípios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1768100000 Outras Transferência de Convênios do Exterior - Não Especificadas Anteriormente	0,00	0,00	0,00	0,00
1768101000 Outras Transferência de Convênios do Exterior - Não Especificadas Anteriormente	0,00	0,00	0,00	0,00
1768101100 Outras Transferência de Convênios do Exterior - Não Especificadas Anteriormente - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00
1770000000 Transferências de Pessoas Físicas	**0,00**	**17.503,04**	**17.503,04**	**0,00**
1770001000 Transferências de Pessoas Físicas	0,00	17.503,04	17.503,04	0,00
1770001100 Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	17.503,04	17.503,04	0,00
1770001101 - 27000 Transferências de Pessoas Físicas	0,00	17.503,04	17.503,04	0,00
1900000000 Outras Receitas Correntes	**164.832.165,00**	**168.798.714,38**	**3.966.549,38**	**0,00**
1910000000 Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**90.147.131,00**	**85.093.621,61**	**0,00**	**5.053.509,39**
1910010000 Multas Previstas em Legislação Específica	78.396.878,00	80.250.421,00	1.853.543,00	0,00
1910011000 Multas Previstas em Legislação Específica	78.396.878,00	80.250.421,00	1.853.543,00	0,00
1910011100 Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	77.681.890,00	77.348.695,45	0,00	333.194,55
1910011134 - 27000 Multa por Não Uso de Máscara - Lei 17.261/2020	0,00	29.168,43	29.168,43	0,00
1910011121 - 27000 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	0,00	3.159.552,54	3.159.552,54	0,00
1910011101 - 27000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	90.000,00	268.882,52	178.882,52	0,00
1910011124 - 27000 Multas advindas da ARCE	1.455.000,00	0,00	0,00	1.455.000,00
1910011197 - 27000 Outras Multas	5.000,00	8.154,60	3.154,60	0,00
1910011104 - 27002 Multas Previstas na Legislação de Trânsito	76.131.890,00	73.882.937,36	0,00	2.248.952,64
1910011200 Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	611.714,00	2.509.376,86	1.897.662,86	0,00
1910011298 - 20500 Outras Multas e Juros de Mora	111.714,00	139.295,23	27.581,23	0,00
1910011205 - 27000 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	500.000,00	2.366.719,59	1.866.719,59	0,00
1910011223 - 27000 Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	3.362,04	3.362,04	0,00
1910011300 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	103.274,00	392.348,69	289.074,69	0,00
1910011305 - 27000 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	103.274,00	256.128,49	152.854,49	0,00
1910011304 - 27000 Repasses de Emolumentos FAADEP - Dívida Ativa	0,00	136.220,20	136.220,20	0,00
1910040000 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	5.100.000,00	2.999.773,56	0,00	2.100.226,44
1910041000 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	5.100.000,00	2.999.773,56	0,00	2.100.226,44
1910041100 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	3.184.000,00	1.398.870,95	0,00	1.785.129,05
1910041107 - 27000 Multas por danos ao consumidor	3.184.000,00	1.398.870,95	0,00	1.785.129,05
1910041300 Dívida Ativa - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	1.916.000,00	1.600.902,61	0,00	315.097,39
1910041301 - 27000 Receita da Dívida Ativa - Multas do DECON	1.916.000,00	1.600.902,61	0,00	315.097,39
1910060000 Multas por Danos Ambientais	275.000,00	1.277.417,67	1.002.417,67	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1910061000 Multas Administrativas por Danos Ambientais	275.000,00	1.277.417,67	1.002.417,67	0,00
1910061100 Multas Administrativas por Danos Ambientais	275.000,00	1.109.358,14	834.358,14	0,00
1910061101 - 27000 Multas Administrativas por Danos Ambientais	275.000,00	1.109.358,14	834.358,14	0,00
1910061300 Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	168.059,53	168.059,53	0,00
1910061301 - 27000 Receita da Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	168.059,53	168.059,53	0,00
1910080000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	189.715,00	253.733,05	64.018,05	0,00
1910081000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	189.715,00	253.733,05	64.018,05	0,00
1910081100 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	189.715,00	253.733,05	64.018,05	0,00
1910081101 - 27000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	189.715,00	246.262,62	56.547,62	0,00
1910081102 - 27000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - COVID-19	0,00	7.470,43	7.470,43	0,00
1910090000 Multas e Juros Previstos em Contratos	6.185.538,00	312.276,33	0,00	5.873.261,67
1910091000 Multas e Juros Previstos em Contratos	6.185.538,00	312.276,33	0,00	5.873.261,67
1910091100 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.185.538,00	312.276,33	0,00	5.873.261,67
1910091101 - 27000 Multas e Juros Previstos em Contratos	5.725.538,00	312.276,33	0,00	5.413.261,67
1910091199 - 27000 Outras Multas Contratuais	460.000,00	0,00	0,00	460.000,00
1920000000 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	**513.973,00**	**3.460.579,85**	**2.946.606,85**	**0,00**
1921000000 Indenizações	**6.807,00**	**454.388,74**	**447.581,74**	**0,00**
1921010000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	0,00	90.991,11	90.991,11	0,00
1921011000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	0,00	90.991,11	90.991,11	0,00
1921011100 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	0,00	90.991,11	90.991,11	0,00
1921011102 - 27000 Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	1.608,63	1.608,63	0,00
1921011101 - 27000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	0,00	84.550,00	84.550,00	0,00
1921011105 - 27000 Medidas Conciliatórias	0,00	4.832,48	4.832,48	0,00
1921990000 Outras Indenizações	6.807,00	363.397,63	356.590,63	0,00
1921991000 Outras Indenizações	6.807,00	363.397,63	356.590,63	0,00
1921991100 Outras Indenizações - Principal	6.807,00	363.397,63	356.590,63	0,00
1921991199 - 27000 Outras Indenizações	6.807,00	363.397,63	356.590,63	0,00
1922000000 Restituições	**507.166,00**	**2.675.161,54**	**2.167.995,54**	**0,00**
1922010000 Restituição de Convênios	0,00	313.100,96	313.100,96	0,00
1922011000 Restituição de Convênios - Primárias	0,00	313.100,96	313.100,96	0,00
1922011100 Restituição de Convênios - Primárias	0,00	313.100,96	313.100,96	0,00
1922011102 - 27000 Restituições de Convênios	0,00	54.303,36	54.303,36	0,00
1922011102 - 28283 Restituições de Convênios	0,00	258.797,60	258.797,60	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1922060000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	14.897,85	14.897,85	0,00
1922061000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	14.897,85	14.897,85	0,00
1922061100 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	14.897,85	14.897,85	0,00
1922061101 - 27000 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	14.897,85	14.897,85	0,00
1922990000 Outras Restituições	507.166,00	2.347.162,73	1.839.996,73	0,00
1922991000 Outras Restituições	507.166,00	2.347.162,73	1.839.996,73	0,00
1922991100 Outras Restituições - Principal	507.166,00	2.347.162,73	1.839.996,73	0,00
1922991101 - 27000 Devolução de Diárias	0,00	6.390,07	6.390,07	0,00
1922991199 - 27000 Outras Restituições	507.166,00	2.333.656,93	1.826.490,93	0,00
1922991107 - 27000 Restituições de Vale-Transporte	0,00	4.898,58	4.898,58	0,00
1922991199 - 29100 Outras Restituições	0,00	1.798,20	1.798,20	0,00
1922991112 - 29100 Reembolso pelo Processamento de Dados	0,00	418,95	418,95	0,00
1923000000 Ressarcimentos	**0,00**	**331.029,57**	**331.029,57**	**0,00**
1923020000 Ressarcimento de Custos	0,00	331.029,57	331.029,57	0,00
1923021000 Ressarcimento de Custos	0,00	331.029,57	331.029,57	0,00
1923021100 Ressarcimento de Custos - Principal	0,00	331.029,57	331.029,57	0,00
1923021102 - 27000 Ressarcimento de Despesas com Condenados pela Justiça	0,00	331.029,57	331.029,57	0,00
1990000000 Demais Receitas Correntes	**74.171.061,00**	**80.244.512,92**	**6.073.451,92**	**0,00**
1990030000 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	56.222.520,00	49.611.150,90	0,00	6.611.369,10
1990031000 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	56.222.520,00	49.611.150,90	0,00	6.611.369,10
1990031100 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	56.222.520,00	49.611.150,90	0,00	6.611.369,10
1990031101 - 20300 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	56.222.520,00	49.611.150,90	0,00	6.611.369,10
1990120000 Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	410.800,00	544.078,36	133.278,36	0,00
1990122000 Ônus de Sucumbência	410.800,00	544.078,36	133.278,36	0,00
1990122100 Ônus de Sucumbência	410.800,00	544.078,36	133.278,36	0,00
1990122101 - 27000 Ônus de Sucumbência	410.800,00	544.078,36	133.278,36	0,00
1990990000 Outras Receitas	17.537.741,00	30.089.283,66	12.551.542,66	0,00
1990991000 Outras Receitas - Primárias	12.284.316,00	23.140.931,39	10.856.615,39	0,00
1990991100 Outras Receitas - Principal	12.284.316,00	23.140.931,39	10.856.615,39	0,00
1990991114 - 27000 Doações em Dinheiro	200.000,00	4.339.226,70	4.139.226,70	0,00
1990991132 - 27000 Doações em Dinheiro - Enfrentamento COVID-19	0,00	4.990.192,75	4.990.192,75	0,00
1990991199 - 27000 Outras Receitas	3.100.000,00	193,49	0,00	3.099.806,51

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1990991198 - 27000 Outras Receitas Eventuais	2.447.266,00	1.615.457,53	0,00	831.808,47
1990991115 - 27000 Patrocínios	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
1990991124 - 27000 Receita de Honorários de Advogados	0,00	6.438,33	6.438,33	0,00
1990991117 - 27000 Receita de Leilão de Bens Apreendidos	6.522.050,00	6.776.942,52	254.892,52	0,00
1990991104 - 27000 Receita sobre Programa de Sementes	0,00	5.412.480,07	5.412.480,07	0,00
1990992000 Outras Receitas - Financeiras	5.253.425,00	6.948.352,27	1.694.927,27	0,00
1990992100 Outras Receitas - Financeiras - Principal	5.253.425,00	6.948.352,27	1.694.927,27	0,00
1990992107 - 27000 Encargos do FDI / PROADE	3.500.000,00	1.398.667,05	0,00	2.101.332,95
1990992108 - 27000 Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	0,00	4.548.830,31	4.548.830,31	0,00
1990992110 - 27000 Spread sobre Rendimentos de Fianças Criminais	0,00	380.722,52	380.722,52	0,00
1990992103 - 27000 Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	1.753.425,00	620.132,39	0,00	1.133.292,61
2000000000 Receitas de Capital	**93.476.283,65**	**58.898.449,90**	**0,00**	**34.327.833,75**
2200000000 Alienação de Bens	**0,00**	**936.654,50**	**936.654,50**	**0,00**
2210000000 Alienação de Bens Móveis	**0,00**	**130.654,50**	**130.654,50**	**0,00**
2213000000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**0,00**	**130.654,50**	**130.654,50**	**0,00**
2213001000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	130.654,50	130.654,50	0,00
2213001100 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	130.654,50	130.654,50	0,00
2213001101 - 11200 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	130.654,50	130.654,50	0,00
2220000000 Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**806.000,00**	**806.000,00**	**0,00**
2220001000 Alienação de Bens Imóveis	0,00	806.000,00	806.000,00	0,00
2220001100 Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	806.000,00	806.000,00	0,00
2220001102 - 11200 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	806.000,00	806.000,00	0,00
2300000000 Amortização de Empréstimos	**0,00**	**201.973,55**	**201.973,55**	**0,00**
2300071000 Amortização de Financiamentos	0,00	201.973,55	201.973,55	0,00
2300071100 Amortização de Financiamentos - Principal	0,00	201.973,55	201.973,55	0,00
2300071101 - 27000 Amortização de Financiamentos de Projetos	0,00	201.973,55	201.973,55	0,00
2400000000 Transferências de Capital	**93.476.283,65**	**57.759.821,85**	**0,00**	**35.716.461,80**
2410000000 Transferências da União e de suas Entidades	**89.152.389,65**	**57.759.821,85**	**0,00**	**31.392.567,80**
2418000000 Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	**89.152.389,65**	**57.759.821,85**	**0,00**	**31.392.567,80**
2418030000 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.908.763,09	20.719.127,00	9.810.363,91	0,00
2418031000 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica	10.908.763,09	0,00	0,00	10.908.763,09
2418031100 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica - Principal	10.908.763,09	0,00	0,00	10.908.763,09

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2418031101 - 29100 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica	10.908.763,09	0,00	0,00	10.908.763,09
2418039000 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	20.719.127,00	20.719.127,00	0,00
2418039100 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	20.719.127,00	20.719.127,00	0,00
2418039102 - 29100 Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate COVID-19	0,00	20.719.127,00	20.719.127,00	0,00
2418040000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Bloco Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	10.175.898,00	10.175.898,00	0,00
2418042000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção Especializada	0,00	4.875.246,00	4.875.246,00	0,00
2418042100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção Especializada	0,00	4.875.246,00	4.875.246,00	0,00
2418042101 - 29100 Transferências de Recursos do SUS - Atenção Especializada	0,00	4.875.246,00	4.875.246,00	0,00
2418043000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Vigilância em Saúde	0,00	5.300.652,00	5.300.652,00	0,00
2418043100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Vigilância em Saúde	0,00	5.300.652,00	5.300.652,00	0,00
2418043101 - 29100 Transferências de Recursos SUS - Vigilância em Saúde	0,00	5.300.652,00	5.300.652,00	0,00
2418100000 Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	59.688.338,56	459.153,10	0,00	59.229.185,46
2418101000 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	2.349.388,00	405.082,75	0,00	1.944.305,25
2418101100 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	2.349.388,00	405.082,75	0,00	1.944.305,25
2418101101 - 28283 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	2.349.388,00	405.082,75	0,00	1.944.305,25
2418102000 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	3.630.000,00	0,00	0,00	3.630.000,00
2418102100 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação - Principal	3.630.000,00	0,00	0,00	3.630.000,00
2418102101 - 28283 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	3.630.000,00	0,00	0,00	3.630.000,00
2418106000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	81.856,00	0,00	0,00	81.856,00
2418106100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal	81.856,00	0,00	0,00	81.856,00
2418106101 - 28283 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	81.856,00	0,00	0,00	81.856,00
2418107000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	50.000.000,00	0,00	0,00	50.000.000,00
2418107100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal	50.000.000,00	0,00	0,00	50.000.000,00
2418107101 - 28283 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	50.000.000,00	0,00	0,00	50.000.000,00
2418109000 Outras Transferências de Convênios da União	3.627.094,56	54.070,35	0,00	3.573.024,21
2418109100 Outras Transferências de Convênios da União - Principal	3.627.094,56	54.070,35	0,00	3.573.024,21
2418109199 - 28283 Outras Transferências de Convênios da União	3.627.094,56	54.070,35	0,00	3.573.024,21
2418990000 Outras Transferências da União	18.555.288,00	25.943.763,75	7.388.475,75	0,00
2418991000 Outras Transferências da União	18.555.288,00	25.943.763,75	7.388.475,75	0,00
2418991100 Outras Transferências da União - Principal	18.555.288,00	25.943.763,75	7.388.475,75	0,00
2418991102 - 29201 Transferencias do Fundo Penitenciario Nacional - FUPEN	11.675.288,00	5.207.481,75	0,00	6.467.806,25
2418991103 - 29202 Transferências ao Fundo de Amparo ao Trabalhador	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2418991104 - 29203 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	6.480.000,00	20.736.282,00	14.256.282,00	0,00
2418121102 - 29200 Transferências do FNAS - Combate a COVID-19	0,00	461.880,00	461.880,00	0,00
2440000000 Transferências de Instituições Privadas	**4.323.894,00**	**0,00**	**0,00**	**4.323.894,00**
2448000000 Transferências de Instituições Privadas - Específicas de Estados, DF e Municípios	**4.323.894,00**	**0,00**	**0,00**	**4.323.894,00**
2448010000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas	4.073.894,00	0,00	0,00	4.073.894,00
2448011000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	4.073.894,00	0,00	0,00	4.073.894,00
2448011100 Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	4.073.894,00	0,00	0,00	4.073.894,00
2448011101 - 28889 Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	4.073.894,00	0,00	0,00	4.073.894,00
2448100000 Outras Transferências de Instituições Privadas	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
2448101000 Outras Transferências de Instituições Privadas	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
2448101100 Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
2448101101 - 28889 Outras Transferências de Instituições Privadas	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
7000000000 Receitas Intraorçamentárias	**1.511.541.733,00**	**1.386.662.844,21**	**0,00**	**124.000.669,07**
7100000000 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**22.005.959,00**	**21.831,14**	**0,00**	**21.984.127,86**
7120000000 Taxas	**22.005.959,00**	**21.831,14**	**0,00**	**21.984.127,86**
7121000000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**3.008.468,00**	**0,00**	**0,00**	**3.008.468,00**
7121040000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	3.008.468,00	0,00	0,00	3.008.468,00
7121041000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	3.008.468,00	0,00	0,00	3.008.468,00
7121041100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	3.008.468,00	0,00	0,00	3.008.468,00
7121041103 - 27000 Taxa de Licenciamento Ambiental	3.008.468,00	0,00	0,00	3.008.468,00
7122000000 Taxas pela Prestação de Serviços	**18.997.491,00**	**21.831,14**	**0,00**	**18.975.659,86**
7122010000 Taxas pela Prestação de Serviços	8.319.274,00	21.831,14	0,00	8.297.442,86
7122011000 Taxas pela Prestação de Serviços	8.319.274,00	21.831,14	0,00	8.297.442,86
7122011100 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	8.319.274,00	21.831,14	0,00	8.297.442,86
7122011106 - 27000 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	8.319.274,00	21.831,14	0,00	8.297.442,86
7122020000 Emolumentos e Custas Judiciais	10.678.217,00	0,00	0,00	10.678.217,00
7122021000 Emolumentos e Custas Judiciais	10.678.217,00	0,00	0,00	10.678.217,00
7122021100 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	10.678.217,00	0,00	0,00	10.678.217,00
7122021101 - 27000 Emolumentos e Custas Judiciais	10.678.217,00	0,00	0,00	10.678.217,00
7200000000 Contribuições	**1.420.584.116,00**	**1.328.277.867,02**	**0,00**	**92.306.248,98**
7210000000 Contribuições Sociais	**1.420.584.116,00**	**1.328.277.867,02**	**0,00**	**92.306.248,98**
7218000000 Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	**1.418.556.574,00**	**1.326.229.482,00**	**0,00**	**92.327.092,00**
7218030000 CPSSS Patronal - Servidor Civil - Específico de EST/DF/MUN	1.095.826.888,00	1.082.963.920,78	0,00	12.862.967,22

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
7218031000 CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	1.095.826.888,00	1.082.963.920,78	0,00	12.862.967,22
7218031100 CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	1.095.826.888,00	1.082.963.920,78	0,00	12.862.967,22
7218031101 - 20400 Contribuição Patronal da Assembleia Legislativa	19.996.122,00	26.358.374,74	6.362.252,74	0,00
7218031106 - 20400 Contribuição Patronal da Defensoria Pública	33.054.761,00	39.087.355,26	6.032.594,26	0,00
7218031104 - 20400 Contribuição Patronal da Procuradoria Geral de Justiça	17.061.622,00	62.894.218,34	45.832.596,34	0,00
7218031105 - 20400 Contribuição Patronal do Poder Executivo Civil	889.409.082,00	746.019.523,08	0,00	143.389.558,92
7218031102 - 20400 Contribuição Patronal do TCE	28.518.683,00	30.060.439,51	1.541.756,51	0,00
7218031103 - 20400 Contribuição Patronal do Tribunal de Justiça	107.786.618,00	178.544.009,85	70.757.391,85	0,00
7218070000 Contribuição Patronal para Previdência Militar de Estados e DF	322.729.686,00	243.265.561,22	0,00	79.464.124,78
7218071000 Contribuição Patronal - Militar Ativo	322.729.686,00	243.265.561,22	0,00	79.464.124,78
7218071100 Contribuição Patronal - Militar Ativo - Principal	322.729.686,00	243.265.561,22	0,00	79.464.124,78
7218071101 - 20400 Contribuição Patronal - Militar Ativo	322.729.686,00	243.265.561,22	0,00	79.464.124,78
7219000000 Outras Contribuições Sociais	**2.027.542,00**	**2.048.385,02**	**20.843,02**	**0,00**
7219991000 Demais Contribuições Sociais	2.027.542,00	2.048.385,02	20.843,02	0,00
7219991100 Outras Contribuições Sociais - Principal	2.027.542,00	2.048.385,02	20.843,02	0,00
7219991101 - 20600 Contribuição Patronal para o FPP	1.008.771,00	1.908.194,39	899.423,39	0,00
7219991102 - 20600 Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	1.018.771,00	140.190,63	0,00	878.580,37
7300000000 Receita Patrimonial	**400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**400.000,00**
7310000000 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**400.000,00**
7310991102 - 27000 Taxa de Anuência	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
7600000000 Receita de Serviços	**56.551.658,00**	**37.815.775,60**	**0,00**	**18.735.882,40**
7610000000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**56.551.658,00**	**37.815.775,60**	**0,00**	**18.735.882,40**
7610010000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.761.727,00	4.579.271,54	0,00	182.455,46
7610011000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.761.727,00	4.579.271,54	0,00	182.455,46
7610011100 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.761.727,00	4.579.271,54	0,00	182.455,46
7610011155 - 27000 Serviço de Elaboração de Concursos e Processos Seletivos	49.727,00	0,00	0,00	49.727,00
7610011176 - 27000 Taxa de Administração	4.712.000,00	4.579.271,54	0,00	132.728,46
7610040000 Serviços de Informação e Tecnologia	51.689.931,00	33.236.504,06	0,00	18.453.426,94
7610041000 Serviços de Informação e Tecnologia	51.689.931,00	33.236.504,06	0,00	18.453.426,94
7610041100 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	51.689.931,00	33.236.504,06	0,00	18.453.426,94
7610041104 - 27000 Serviço de Tráfego de Dados	51.469.931,00	33.236.504,06	0,00	18.233.426,94
7610041103 - 27000 Serviços Tecnológicos	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00
7610031108 - 27000 Serviços de Registro do Comércio	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
7900000000 Outras Receitas Correntes	**12.000.000,00**	**20.547.370,45**	**8.547.370,45**	**0,00**
7990000000 Demais Receitas Correntes	**12.000.000,00**	**20.547.370,45**	**8.547.370,45**	**0,00**
7990991000 Outras Receitas - Primárias	12.000.000,00	20.547.370,45	8.547.370,45	0,00
7990991100 Outras Receitas - Principal	12.000.000,00	20.547.370,45	8.547.370,45	0,00
7990991123 - 27000 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	0,00	9.425.590,17	9.425.590,17	0,00
7990991135 - 27000 Repasse FASSEC	12.000.000,00	11.121.780,28	0,00	878.219,72
TOTAL GERAL:	**5.027.171.810,24**	**4.826.861.133,33**	**0,00**	**200.310.676,91**

FONTE: S2GPR, CECAD/COTES 26/03/2021 20:09

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
3	DESPESA CORRENTE	10.575.224.611,31	427.749.501,78	11.002.974.113,09	9.936.739.667,28	1.066.234.445,81
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.822.410.836,42	0,00	5.822.410.836,42	5.350.231.241,42	472.179.595,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	5.631.511.497,84	0,00	5.631.511.497,84	5.164.125.428,00	467.386.069,84
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	3.199.136.884,16	0,00	3.199.136.884,16	2.869.883.806,89	329.253.077,27
31900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	892.274.008,63	0,00	892.274.008,63	839.530.044,95	52.743.963,68
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	43.590.272,00	0,00	43.590.272,00	41.513.132,57	2.077.139,43
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	43.200,00	0,00	43.200,00	0,00	43.200,00
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	11.254.787,00	0,00	11.254.787,00	10.882.162,16	372.624,84
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.316.836.448,80	0,00	1.316.836.448,80	1.255.075.369,66	61.761.079,14
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	78.612.954,23	0,00	78.612.954,23	73.429.355,24	5.183.598,99
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	20.375.669,57	0,00	20.375.669,57	15.867.997,55	4.507.672,02
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	33.255.109,17	0,00	33.255.109,17	30.871.501,88	2.383.607,29
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.265.387,00	0,00	23.265.387,00	15.320.359,10	7.945.027,90
31909400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	364.772,00	0,00	364.772,00	233.404,19	131.367,81
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	12.502.005,28	0,00	12.502.005,28	11.518.293,81	983.711,47
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	190.899.338,58	0,00	190.899.338,58	186.105.813,42	4.793.525,16
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	190.899.338,58	0,00	190.899.338,58	186.105.813,42	4.793.525,16
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3290	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.752.813.774,89	427.749.501,78	5.180.563.276,67	4.586.508.425,86	594.054.850,81
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	15.220.220,63	0,00	15.220.220,63	13.075.715,00	2.144.505,63
33404100	CONTRIBUIÇÕES	15.220.220,63	0,00	15.220.220,63	13.075.715,00	2.144.505,63
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	285.347.120,00	0,00	285.347.120,00	282.367.860,46	2.979.259,54
33414100	CONTRIBUIÇÕES	285.347.120,00	0,00	285.347.120,00	282.367.860,46	2.979.259,54
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	894.336.053,83	123.187.611,01	1.017.523.664,84	944.764.284,30	72.759.380,54
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	803.545.799,95	97.896.527,91	901.442.327,86	854.754.796,57	46.687.531,29
33504100	CONTRIBUIÇÕES	90.300.835,69	17.791.083,10	108.091.918,79	83.308.774,52	24.783.144,27
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	227.000,00	7.500.000,00	7.727.000,00	6.438.332,92	1.288.667,08
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	262.418,19	0,00	262.418,19	262.380,29	37,90

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	1.978.000,00	32.113.400,00	34.091.400,00	31.154.200,00	2.937.200,00
33604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	14.380.000,00	14.380.000,00	14.380.000,00	0,00
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.978.000,00	17.733.400,00	19.711.400,00	16.774.200,00	2.937.200,00
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	111.675.698,07	0,00	111.675.698,07	107.926.402,36	3.749.295,71
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	111.675.698,07	0,00	111.675.698,07	107.926.402,36	3.749.295,71
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	3.188.950.664,70	272.448.490,77	3.461.399.155,47	2.970.871.961,76	490.527.193,71
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	2.754.110,11	0,00	2.754.110,11	2.367.003,30	387.106,81
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	9.166.775,79	454.000,00	9.620.775,79	3.384.631,13	6.236.144,66
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	68.520,00	0,00	68.520,00	12.351,57	56.168,43
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	55.156.413,32	275.000,00	55.431.413,32	45.232.948,75	10.198.464,57
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	38.523.710,64	0,00	38.523.710,64	24.033.786,21	14.489.924,43
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	459.253.337,48	54.868.807,62	514.122.145,10	416.452.917,30	97.669.227,80
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	94.527,65	22.721.523,28	22.816.050,93	22.725.709,65	90.341,28
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	303.154.130,97	2.711.594,16	305.865.725,13	295.532.659,88	10.333.065,25
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.519.516,59	725.470,00	10.244.986,59	6.424.386,19	3.820.600,40
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	656.751.786,57	121.736.674,71	778.488.461,28	753.781.056,64	24.707.404,64
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	11.603.453,37	0,00	11.603.453,37	1.257.686,39	10.345.766,98
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	100.955.803,42	712.897,39	101.668.700,81	75.257.917,50	26.410.783,31
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	366.346.932,08	6.561.348,49	372.908.280,57	344.395.215,58	28.513.064,99
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	829.476.982,50	44.411.495,59	873.888.478,09	667.062.008,09	206.826.470,00
33904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	112.606.473,61	1.267.151,76	113.873.625,37	103.438.925,03	10.434.700,34
33904100	CONTRIBUIÇÕES	3.549.870,00	0,00	3.549.870,00	0,00	3.549.870,00
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	16.011.949,17	0,00	16.011.949,17	14.905.340,36	1.106.608,81
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	35.487.270,57	208.088,54	35.695.359,11	29.712.171,90	5.983.187,21
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	59.065.758,05	15.321.000,00	74.386.758,05	64.865.728,54	9.521.029,51
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.347.580,95	0,00	1.347.580,95	562.287,70	785.293,25
33905700	OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA RURAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	38.532,10	0,00	38.532,10	38.321,40	210,70

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	500.000,00	0,00	500.000,00	228.058,73	271.941,27
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.706.507,25	0,00	1.706.507,25	1.023.889,16	682.618,09
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	71.918.171,45	30.000,00	71.948.171,45	65.256.221,01	6.691.950,44
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	43.892.551,06	443.439,23	44.335.990,29	32.920.739,75	11.415.250,54
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	255.256.017,66	0,00	255.256.017,66	236.348.001,98	18.908.015,68
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.449.897,91	0,00	20.449.897,91	8.265.290,27	12.184.607,64
33914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	25.661.479,22	0,00	25.661.479,22	23.105.981,10	2.555.498,12
33914100	CONTRIBUIÇÕES	201.389.198,46	0,00	201.389.198,46	199.596.406,74	1.792.791,72
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.062.208,31	0,00	3.062.208,31	1.658.991,73	1.403.216,58
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	934.283,76	0,00	934.283,76	896.932,99	37.350,77
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.658.950,00	0,00	3.658.950,00	2.824.399,15	834.550,85
4	DESPESA DE CAPITAL	1.680.476.912,29	51.912.938,10	1.732.389.850,39	1.330.020.947,61	402.368.902,78
44	INVESTIMENTOS	1.664.879.289,39	2.058.694,08	1.666.937.983,47	1.268.531.262,84	398.406.720,63
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	108.789.111,11	0,00	108.789.111,11	94.356.051,11	14.433.060,00
44404200	AUXÍLIOS	108.789.111,11	0,00	108.789.111,11	94.356.051,11	14.433.060,00
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3.288.541,35	0,00	3.288.541,35	2.555.493,46	733.047,89
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44504200	AUXÍLIOS	3.288.541,35	0,00	3.288.541,35	2.555.493,46	733.047,89
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	1.548.572.201,48	2.058.694,08	1.550.630.895,56	1.168.132.035,78	382.498.859,78
44901400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	4.132.200,00	0,00	4.132.200,00	0,00	4.132.200,00
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	101.687.379,64	0,00	101.687.379,64	99.334.966,42	2.352.413,22
44903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
44903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	34.160.343,00	0,00	34.160.343,00	16.113.477,05	18.046.865,95
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	367.630,00	0,00	367.630,00	0,00	367.630,00
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	239.724.871,23	0,00	239.724.871,23	188.031.303,08	51.693.568,15
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	9.410.901,68	0,00	9.410.901,68	6.051.608,67	3.359.293,01
44904200	AUXÍLIOS	650.000,00	0,00	650.000,00	0,00	650.000,00
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	336.009,00	0,00	336.009,00	105.627,41	230.381,59

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	817.636.614,24	0,00	817.636.614,24	634.140.961,92	183.495.652,32
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	273.899.409,20	2.058.694,08	275.958.103,28	166.984.765,85	108.973.337,43
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	13.947.878,20	0,00	13.947.878,20	9.173.488,02	4.774.390,18
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	48.230.382,08	0,00	48.230.382,08	45.026.854,15	3.203.527,93
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.382.583,21	0,00	4.382.583,21	3.168.983,21	1.213.600,00
4491	APLICAÇÕES DIRETAS	4.229.435,45	0,00	4.229.435,45	3.487.682,49	741.752,96
44914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	3.579.435,45	0,00	3.579.435,45	3.393.446,33	185.989,12
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	650.000,00	0,00	650.000,00	94.236,16	555.763,84
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	15.294.682,90	49.854.244,02	65.148.926,92	61.321.347,30	3.827.579,62
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	15.294.682,90	49.854.244,02	65.148.926,92	61.321.347,30	3.827.579,62
45904100	CONTRIBUIÇÕES	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	2.000,00	49.854.244,02	49.856.244,02	48.146.866,99	1.709.377,03
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.168.000,00	0,00	1.168.000,00	827.704,80	340.295,20
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.064.682,90	0,00	9.064.682,90	7.346.775,51	1.717.907,39
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	302.940,00	0,00	302.940,00	168.337,47	134.602,53
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	302.940,00	0,00	302.940,00	168.337,47	134.602,53
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	302.940,00	0,00	302.940,00	168.337,47	134.602,53
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	264.417.646,00	0,00	264.417.646,00	0,00	264.417.646,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	264.417.646,00	0,00	264.417.646,00	0,00	264.417.646,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	264.417.646,00	0,00	264.417.646,00	0,00	264.417.646,00
99999900	A CLASSIFICAR	264.417.646,00	0,00	264.417.646,00	0,00	264.417.646,00
Total Geral:		**12.520.119.169,60**	**479.662.439,88**	**12.999.781.609,48**	**11.266.760.614,89**	**1.733.020.994,59**

Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	326.191.973,35	0,00	293.729.897,97	32.462.075,38
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	22.959.275,43	0,00	22.959.275,43	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	511.916.489,59	0,00	511.916.489,59
SUBTOTAL	**349.151.248,78**	**511.916.489,59**	**316.689.173,40**	**544.378.564,97**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	70.881.598,88	0,00	70.802.428,31	79.170,57
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	426.549,32	0,00	426.549,32	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	33.813.886,33	0,00	33.813.886,33
SUBTOTAL	**71.308.148,20**	**33.813.886,33**	**71.228.977,63**	**33.893.056,90**
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	125.755.152,18	2.117.616.622,32	2.109.850.237,65	133.521.536,85
SUBTOTAL	**125.755.152,18**	**2.117.616.622,32**	**2.109.850.237,65**	**133.521.536,85**
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total:	**546.214.549,16**	**2.663.346.998,24**	**2.497.768.388,68**	**711.793.158,72**

Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI

Relação das Empresas Beneficiadas pelo PROAPI, PROVIN e PROADE com CNPJ e Respectivos Valores.

PROADE					
Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
ACO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA	00.990.842/0003-08	06.188.473-1	1.152.146,04	0,00	106.191.049,74
ACO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA	00.990.842/0001-38	06.965.086-1	91.025,05	0,00	9.003.687,03
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0003-51	06.420.483-9	846.208,40	0,00	78.388.454,17
CSP - COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM	09.509.535/0001-67	06.369.166-3	2.670.495,12	0,00	246.000.650,24
FARMACE-INDUSTRIA QUIMICO FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	06.628.333/0001-46	06.848.007-5	614.558,97	0,00	56.404.449,60
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA	49.324.221/0008-80	06.843.694-7	521.165,87	0,00	47.672.365,09
HOPE DO NORDESTE LTDA	03.007.414/0001-30	06.277.072-1	138.098,16	0,00	12.740.420,87
OSASUNA PARTICIPACOES LTDA	03.941.904/0001-00	06.698.640-0	1.210.649,73	0,00	101.583.154,63
VICUNHA TEXTIL S/A	07.332.190/0012-46	06.820.628-3	604.400,79	0,00	54.581.190,58
VICUNHA TEXTIL S/A	07.332.190/0010-84	06.837.905-6	2.085,06	0,00	175.124,23
VICUNHA TEXTIL S/A	07.332.190/0008-60	06.915.931-9	509.949,78	0,00	46.232.389,41

PROAPI					
Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
ANIGER CALÇADOS SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	94.316.999/0010-17	06.979.586-0	16.852,97	0,00	150.500,38
BERMAS MARACANAU INDUSTRIA E COMERCIO DE COURO LTDA	08.386.287/0001-41	06.270.923-2	837.000,72	0,00	6.162.936,07
CALCADOS KASCHELI DO NORDESTE LTDA	01.870.243/0001-43	06.989.505-8	0,00	1.399.932,61	0,00
CANINDE CALCADOS LTDA	00.765.760/0001-90	06.960.088-0	0,00	11.108.153,44	0,00
DAKOTA NORDESTE S/A	00.465.813/0003-19	06.948.668-9	38.157,16	0,00	280.715,84
DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A	01.287.588/0001-79	06.973.492-5	30.421,20	0,00	272.877,12
DEMOCRATA CALCADOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA	52.241.635/0019-03	06.995.058-0	231.172,32	0,00	1.722.649,20
GRENDENE S/A	89.850.341/0001-60	06.916.113-5	4.947.509,32	0,00	38.214.792,60
JBS S/A	02.916.265/0217-52	06.264.234-0	0,00	21.609.939,13	0,00
ORQUIDEA NORDESTE LTDA	02.902.818/0002-06	06.313.823-9	0,00	1.436,07	0,00
PAQUETA CALCADOS LTDA.	01.098.983/0005-37	06.293.061-3	3.473.983,40	0,00	26.272.239,22
PE DE FERRO NORDESTE LTDA	02.469.730/0001-61	06.265.256-7	0,00	719.606,06	0,00
SUGAR SHOES INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA	04.358.307/0001-10	06.314.959-1	17.109,97	0,00	153.230,19

PROVIN					
Cliente	CNPJ	CGF	Vincendo	Vencido	Fundo Perdido
AARON INDUSTRIA DE ROTULOS E ETIQUETAS ADESIVAS LTDA	03.884.180/0001-00	06.304.353-0	1.197.763,32	0,00	3.328.360,63
ADEL COCO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	10.567.693/0001-52	06.377.505-0	3.565.332,77	0,00	13.264.345,47
AGATEK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	07.157.605/0001-30	06.138.039-3	175.402,65	0,00	918.836,34
AGROINDUSTRIAL DEMETER LTDA	06.698.853/0003-97	06.362.815-5	0,00	49.230,69	0,00
AGUIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	04.611.905/0001-59	06.314.875-7	23.893,12	0,00	88.504,12

ALLIANCE QUÍMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	14.980.121/0001-51	06.611.395-4	286.751,62	0,00	793.367,24
ALLQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA	13.767.601/0001-76	06.493.321-0	10.757,08	0,00	31.060,00
ALUMINIO LUZIE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	01.483.689/0002-04	06.982.803-2	211.539,77	35.093,16	571.857,41
AMAZON TEMPER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS TEMPERADOS LTDA	09.177.724/0001-80	06.355.290-6	125.462,51	29.829,83	342.127,29
AMBEV S.A. - FILIAL AQUIRAZ	07.526.557/0008-86	06.315.393-9	63.020.546,62	0,00	173.962.755,76
AMPLIATTO INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	20.250.243/0001-95	06.379.193-5	0,00	46.790,12	0,00
ANIGER CALÇADOS SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	94.316.999/0009-83	06.695.441-0	1.257.205,04	0,00	108.479.943,87
ARGAMASSAS COLAMIX EIRELI	21.499.024/0001-07	06.433.597-6	37.366,01	0,00	112.070,32
ASFALTOS NORDESTE LTDA	01.791.741/0001-09	06.988.652-0	554.321,99	0,00	1.541.506,82
ATIVA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	09.487.770/0001-85	06.361.148-1	2.153,15	782,50	5.778,02
BAKOF PLÁSTICOS LTDA	91.967.067/0003-17	06.725.416-0	111.433,97	0,00	343.178,23
BANDEIRA INDÚSTRIA DE ALUMÍNIO LTDA	09.643.536/0001-08	06.369.944-3	10.655,14	13.101,77	922.149,81
BEATRIZ TEXTIL S/A	23.464.852/0001-35	06.887.780-3	752.670,06	0,00	2.133.720,48
BECOPEL BENEFICIAMENTO DE COUROS E PELES LTDA	08.927.217/0001-53	06.213.278-4	0,00	89.678,36	0,00
BEPLAST NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	02.313.082/0001-50	06.997.773-9	84.832,07	0,00	238.324,67
BETÂNIA LÁCTEOS S/A	10.483.444/0002-60	06.871.946-9	2.356.379,85	0,00	41.412.793,04
BHS NORD LTDA	02.957.781/0001-32	06.276.301-6	0,00	423.685,30	0,00
BIOMATIKA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS S/A	07.801.309/0001-20	06.199.798-6	15.927,95	0,00	45.743,09
BIOQUIMICA INDUSTRIAL LTDA	01.411.096/0001-43	06.978.039-0	0,00	32.945,28	0,00
BONEBRAS IND COM IMP EXP DE BONES	00.253.018/0001-03	06.898.323-9	0,00	108.372,59	0,00
C & L INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA	02.005.599/0001-81	06.990.530-4	810.673,10	0,00	2.255.956,06
C P N CHAPAS PERFURADAS DO NORDESTE LTDA	02.535.927/0001-51	06.267.882-5	136.231,90	10.045,30	360.781,70
CALCADOS VIA FASHION LTDA	04.503.776/0001-85	06.313.650-3	114.460,62	0,00	319.228,44
CAMERINO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	07.487.381/0001-24	06.200.974-5	0,00	6.435,29	0,00
CAN-PACK BRASIL INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA	14.855.630/0003-14	06.977.499-4	164.925,14	0,00	14.347.741,46
CAPIVARA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	63.401.137/0001-78	06.864.548-1	0,00	44.351,57	0,00
CARBOMIL QUIMICA S/A	07.645.062/0001-08	06.036.482-3	0,00	1.652.284,24	0,00
CARIRI ARGAMASSAS EIRELI	22.428.398/0001-02	06.458.925-0	16.673,78	0,00	50.008,97
CARIRI INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA	11.801.784/0001-73	06.083.715-2	0,00	361.903,90	0,00
CARROPEL CARR0CERIAS PERY INDUSTRIA, COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	73.554.537/0002-58	06.604.221-6	186.248,47	0,00	510.819,78
CARTOGRAF-EMBALAGENS E SERV GRAF LT	00.513.938/0001-05	06.951.083-0	0,00	46.858,68	0,00
CBL COLCHOES BRASILEIRO LEITE LTDA	11.184.543/0001-22	06.395.388-9	0,00	3.266.299,56	0,00
CEARA EMBALAGENS IND E COM LTDA	02.223.161/0001-70	06.995.422-4	0,00	23.172,59	0,00
CERAMICA BRASILEIRA CERBRAS LTDA	35.029.057/0001-06	06.878.979-3	17.785.326,18	0,00	49.827.467,54
CERVEJARIAS KAISER BRASIL S/A	19.900.000/0019-03	06.973.440-2	5.576.476,53	0,00	14.833.549,06
CESDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA	00.153.282/0001-67	06.963.189-1	3.401.891,77	0,00	32.849.080,22
CGTF CENTRAL GERADORA TERMELETRICA FORTALEZA S/A	04.659.917/0001-53	06.666.801-8	1.068.472,32	0,00	96.418.860,35
CHRIS BERTHON LINGERIE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.274.697/0001-14	06.996.823-3	0,00	159.841,61	0,00
CIA BRASILEIRA DE MODA	07.206.741/0001-72	06.110.084-6	0,00	6.004.534,79	0,00

CIA DE FIACAO E TECIDOS ERNESTO DEO	07.210.156/0002-27	06.321.816-0	0,00	521.253,55	0,00
CIA INDUSTRIAL BRASILEIRA DE ALIMEN	07.998.164/0001-07	06.800.880-5	0,00	29.933,03	0,00
CIGEL INDUSTRIAL LTDA	03.773.027/0001-05	06.299.907-9	915.055,07	0,00	2.533.673,22
CIGRAMA CIA INDUL DE GRA E MARMORES	23.464.530/0001-96	06.092.711-9	0,00	135.400,08	0,00
CNV COMPANHIA NACIONAL DO VESTUARIA	06.571.822/0001-09	06.825.221-8	0,00	532.879,41	0,00
COBAP COMERCIO E BENEFICIAMENTO DE ARTEFATOS DE PAPEL LTDA	07.329.386/0001-29	06.095.443-4	1.160.129,07	0,00	3.187.394,44
COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS PREMIUM	09.325.874/0001-93	06.372.418-9	88.353,03	0,00	227.327,12
COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI	10.260.249/0002-70	06.385.676-0	2.406.782,53	0,00	6.662.494,54
CONFECCAO S JOAQUIM DE JACAREI LTDA	73.131.427/0001-00	06.986.787-9	0,00	1.658.615,16	0,00
CONFECCOES FINAS S/A - COFISA	07.188.055/0001-16	06.142.002-6	0,00	36.044,02	0,00
CONFEX CONFECCOES MASCULINAS S/A	12.350.856/0001-76	06.085.771-4	0,00	0,00	0,00
CONTINENTAL ELECTRIC IMP EXP IND	00.880.040/0001-75	06.962.713-4	0,00	132.790,55	0,00
COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DE MARANGUAPE LTDA	07.634.785/0001-01	06.115.186-6	836.631,85	0,00	2.319.802,66
COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES DE ALGODÃO E ALIMENTOS LTDA	07.039.472/0001-05	06.150.969-8	144.618,42	0,00	416.210,73
COOPERSHOES COOPERATIVA DE TRABALHO E INDUSTRIA DE CALÇADOS JOANETENSE	02.675.611/0007-50	06.424.223-4	28.030,40	0,00	2.770.555,03
COTECE S/A	06.054.647/0001-82	06.840.757-2	130.120,16	0,00	11.838.967,04
CRUSOE FOODS INDUSTRIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	11.814.967/0007-19	06.519.997-9	116.936,84	0,00	11.265.525,90
CTB-COMPANHIA TÊXTIL DO BRASIL EIRELI	12.877.146/0001-07	06.617.994-7	26.804,57	0,00	2.458.830,42
D R LING INDUSTRIA E COMERCIO S/A	00.119.633/0001-13	06.958.971-2	3.826.946,22	0,00	8.711.344,16
DAISA INDUSTRIAL LTDA	10.193.957/0001-55	06.369.946-0	0,00	25.069,35	0,00
DAKOTA NORDESTE S/A	00.465.813/0001-57	06.264.013-5	308.528,76	0,00	28.022.285,03
DAKOTA NORDESTE S/A	00.465.813/0003-19	06.948.668-9	269.950,28	0,00	24.579.921,29
DAKOTA NORDESTE S/A	00.465.813/0002-38	06.987.373-9	191.685,50	0,00	17.459.896,94
DAKOTA NORDESTE S/A FILIAL 4	00.465.813/0005-80	06.195.910-3	85.918,31	0,00	7.876.663,85
DALKA DO BRASIL LTDA.	04.120.719/0010-08	06.620.320-1	0,00	415.218,62	0,00
DANCOR S/A IND MECANICA (FILIAL)	33.561.853/0005-85	06.263.941-2	300.566,69	0,00	814.831,62
DANONE LTDA	23.643.315/0098-85	06.978.628-3	442.659,75	46.168,97	3.487.278,97
DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A	01.287.588/0002-50	06.280.596-7	429.718,50	0,00	37.265.714,01
DELFA INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS DO VESTUARIO LTDA	06.037.585/0001-09	06.687.030-5	13.265,38	0,00	1.313.110,52
DELRIO REFRIGERANTES LTDA	07.815.053/0002-90	06.189.599-7	1.676.740,24	0,00	4.641.807,39
DELTA INDUSTRIA E COMERCIO DE GIZ LTDA	01.280.018/0001-57	06.978.095-1	1.004.768,77	0,00	2.776.211,62
DELTA INDUSTRIAL VEICULOS ALTERNATIVOS LTDA	03.482.520/0001-76	06.288.675-4	0,00	11.639,97	0,00
DEMOCRATA CALCADOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA	52.241.635/0021-28	06.189.125-8	334.064,49	0,00	30.418.646,65
DESTAK EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	07.169.369/0005-03	06.391.879-0	0,00	2.975,48	0,00
DICOCO AGROINDUSTRIAL LTDA	05.635.589/0001-18	06.682.346-3	814.397,27	0,00	2.250.259,80
DILLY NORDESTE INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA	15.836.348/0001-90	06.707.590-8	10.083,86	0,00	998.302,62
DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S/A	56.992.951/0005-72	06.185.163-9	2.121.537,42	0,00	6.204.250,62
DUCAMPO EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA	14.267.622/0001-95	06.584.610-9	73.348,54	0,00	208.527,07
DUVALE INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA	07.379.558/0001-79	06.181.127-0	0,00	21.098,82	0,00

EBESA EMPRESA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS S/A	23.560.717/0001-93	06.915.895-9	290,35	88,68	740,78
ELETRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDIDORES ELETRICOS LTDA	12.115.480/0001-15	06.412.814-8	11.991.885,88	0,00	33.076.216,49
EMBORNORD EMP DE BORD DO NORD LTDA	74.103.292/0001-24	06.913.998-9	0,00	5.737,35	0,00
EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S/A	07.604.556/0006-40	06.001.876-3	960.513,48	0,00	2.767.145,97
ERCOPOL NORDESTE COMERCIAL & INDUSTRIAL LTDA	04.142.052/0001-53	06.303.593-6	0,00	67.045,63	0,00
ESMALTEC S/A	02.948.030/0002-30	06.305.053-6	511.689,62	0,00	44.718.927,33
ESPUGUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	48.379.838/0003-26	06.744.606-0	121.393,41	0,00	357.338,14
ETIQUETAS DO NORDESTE LTDA	41.301.391/0001-61	06.895.994-0	0,00	44.901,64	0,00
EUROFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHOES LTDA	01.918.378/0001-31	06.989.138-9	2.092.051,18	0,00	5.723.456,40
EVA BRASIL INDUSTRIA DE COMPONENTES E CALÇADOS LTDA	08.397.578/0001-35	06.212.070-0	1.032.078,85	0,00	2.862.125,51
EVER GREEN DO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	11.586.009/0001-42	06.393.474-4	492.660,05	0,00	1.378.705,54
F MILERIO CONFECCOES LTDA	63.458.624/0001-77	06.885.675-0	0,00	596.674,06	0,00
FAE SISTEMAS DE MEDIÇÃO S/A	07.281.413/0001-30	06.109.160-0	159.134,20	0,00	441.129,72
FEEL COLOR INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA	11.510.135/0001-13	06.578.026-4	0,00	2.142,23	0,00
FIBRAVESTE S/A - INDUSTRIA TEXTIL	06.893.119/0001-17	06.003.604-4	0,00	604.239,93	0,00
FILIPPSEN COMPONENTES PARA CALCADOS NORDESTE LTDA	09.645.311/0001-82	06.364.720-6	0,00	36.775,11	0,00
FITAS ELÁSTICAS ESTRELAS DO NORDESTE LTDA	11.283.192/0001-07	06.393.029-3	80.500,98	0,00	7.417.778,05
FIVELTEC INDUSTRIA DE METAIS LTDA	00.601.672/0003-14	06.731.207-1	16.688,96	0,00	48.410,36
FLOEMA INDUSTRIA DE PRODUTOS NATURAIS LTDA	69.366.433/0001-61	06.953.599-0	423.952,39	0,00	1.188.867,86
FORTEX INDUSTRIA QUIMICA LTDA	35.092.238/0001-79	06.858.131-9	1.741.096,79	0,00	4.895.787,07
FRANCE INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA	01.056.854/0001-52	06.969.137-1	0,00	236.421,38	0,00
FRESNOMAQ INDUSTRIA DE MÁQUINAS S/A	06.337.280/0003-76	06.415.162-0	6.586,38	0,00	16.981,78
FRUT NAT AGRO INDUSTRIA E COM LTDA	00.075.874/0001-08	06.934.058-7	0,00	8.478,81	0,00
FRUTAGRO FRUTAS AGRO-INDUSTRIAL LTDA	00.733.992/0001-66	06.983.102-5	0,00	36.037,47	0,00
FUJITA GRANITOS S/A	35.028.539/0001-33	06.868.475-4	0,00	150.449,31	0,00
GERDAU ACOS LONGOS S/A	07.358.761/0013-00	06.844.703-5	1.579.338,76	0,00	4.668.691,48
GIASSETTI ENGENHARIA E CONSTR LTDA	47.506.597/0004-57	06.921.625-8	0,00	79.948,80	0,00
GNR FORTALEZA VALORIZAÇÃO DE BIOGÁS LTDA	20.287.659/0001-88	06.359.287-8	1.351.587,25	0,00	3.812.127,30
GRANDE MOINHO CEARENSE S/A	07.199.805/0001-55	06.102.281-0	742.698,09	0,00	70.202.811,53
GRENDENE S/A	89.850.341/0014-84	06.910.514-6	904.754,55	39.800,62	82.417.077,55
GRENDENE S/A	89.850.341/0001-60	06.916.113-5	3.495.811,58	0,00	318.180.255,94
GRENDENE S/A	89.850.341/0016-46	06.973.678-2	412.587,63	18.817,14	37.740.378,84
GVS SPORT NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	14.947.696/0001-72	06.610.559-5	720.972,28	0,00	3.793.201,81
HACO ETIQUETAS DO NORDESTE LTDA	02.179.938/0001-46	06.995.348-1	71.574,64	0,00	928.306,06
HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A	01.571.702/0008-64	06.997.195-1	5.647.746,51	0,00	28.638.404,68
HIDROTINTAS INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA	05.477.054/0001-66	06.822.972-0	347.807,17	0,00	993.882,31
HNR NORDESTE COMPONENTES INDUSTRIAIS LTDA	07.580.546/0001-08	06.186.746-2	0,00	333.590,33	0,00
HOPE DO NORDESTE LTDA	03.007.414/0001-30	06.277.072-1	69.040,99	0,00	5.940.669,45
HYDROSTEC TUBOS E EQUIPAMENTOS LTDA	12.066.286/0001-97	06.373.228-9	956.604,22	0,00	2.561.219,37

IBEL INDUSTRIA DE BORRACHA EVA LTDA	01.632.154/0001-69	06.982.152-6	1.196.487,54	0,00	3.306.296,65
IBEVA - IND BARBALHENSE DE EVA LTDA	63.489.652/0001-51	06.870.553-0	0,00	174.675,87	0,00
IBK INDUSTRIA DE BORRACHA E CALCADOS KAIANA LTDA	01.752.556/0001-05	06.985.470-0	531.702,76	0,00	1.450.055,27
IDECAL INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA	07.276.332/0001-42	06.191.151-8	14.475,57	0,00	38.936,47
ILPEA DO BRASIL LTDA	02.547.509/0005-08	06.504.897-0	442.619,50	0,00	1.229.246,86
INBAT INDUSTRIA DE BOTOES LTDA	01.755.870/0001-33	06.985.918-3	193.869,13	0,00	513.895,51
INBOP INDUSTRIA DE BORRACHA E POLIMEROS LTDA	02.939.384/0001-38	06.280.520-7	1.417,19	0,00	22.928,23
INCA INDUSTRIA DE CALCADOS CARIRI L	07.471.821/0001-55	06.183.584-6	0,00	2.753,71	0,00
INCAR INDUSTRIA DE CALCADOS E RECICLAGEM LTDA	05.230.447/0001-70	06.674.969-7	0,00	17.518,57	0,00
INCOEX INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO LTDA	02.258.550/0001-30	06.998.611-8	0,00	47.362,12	0,00
INCOLIMP INDUSTRIAL E COMERCIAL DE PRODUTOS DE LIMPEZA E ALIMENTOS LTD	05.784.458/0001-00	06.683.032-0	0,00	23.124,00	0,00
INCOPA INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA	06.176.339/0001-20	06.696.235-8	6.428,07	0,00	122.118,22
INDAIA BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA	00.048.785/0028-92	06.566.459-0	145.506,70	0,00	13.032.489,28
INDUSTRIA BRASILEIRA DE ARTEFATOS PLASTICOS S/A-IBAP	07.367.055/0001-83	06.820.475-2	0,00	1.214.948,91	0,00
INDUSTRIA CEARENSE DE COLCHOES E ESPUMAS LTDA	02.748.357/0001-88	06.272.924-1	479.569,69	0,00	10.837.376,65
INDUSTRIA DE CAFE OJUARA LTDA	41.553.769/0001-14	06.873.787-4	147.231,92	0,00	405.817,44
INDUSTRIA DE CALÇADOS ALTO ESTILO LTDA	08.589.257/0001-32	06.203.579-7	7.665,82	6.411,92	20.331,88
INDÚSTRIA DE CALÇADOS GONÇALVES LTDA	07.836.977/0002-73	06.740.708-0	40.243,69	0,00	3.759.117,89
INDÚSTRIA DE CALÇADOS MALU LTDA	14.486.959/0001-93	06.580.831-2	17.488,10	0,00	67.159,12
INDUSTRIA DE CALCADOS VIA BEACH LTDA	05.098.354/0001-34	06.667.432-8	1.960,81	0,00	88.400,51
INDUSTRIA DE POSTES INDASUL LTDA	03.791.069/0002-50	06.201.753-5	0,00	72.051,88	0,00
INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO NORDESTE LTDA	02.191.904/0001-77	06.265.931-6	0,00	353.339,63	0,00
INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENAS HORIZONTE LTDA	00.306.229/0001-59	06.979.875-3	0,00	110.402,87	0,00
INDUSTRIA REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A	11.507.415/0007-68	06.741.359-5	456.254,75	0,00	1.786.430,02
INDUSTRIA TEXTIL ITAJAI DO NORDESTE LTDA	02.135.560/0001-89	06.993.902-0	0,00	166.707,68	0,00
INDUSTRIAL RIGEL DO BRASIL EIRELI	34.319.752/0001-31	06.785.960-7	41.457,15	0,00	123.005,11
INDUSTRIAS REUNIDAS DE MOVEIS DO NORDESTE LTDA	02.224.846/0002-11	06.696.822-4	0,00	540.034,64	0,00
INDUSTRIAS REUNIDAS M NORDESTE LTDA	02.224.846/0001-30	06.263.823-8	0,00	1.057.092,12	0,00
INDUVALE INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA	09.596.200/0001-23	06.367.616-8	0,00	231.939,69	0,00
INGRA INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA	05.307.123/0001-93	06.676.673-7	3.717,18	0,00	28.424,79
INOPLAST INOVAÇÃO EM SERVIÇOS DE INJEÇÃO DE PLÁSTICOS LTDA	20.350.085/0001-45	06.337.039-5	85.229,07	0,00	245.687,73
INTERCORP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.	63.296.818/0001-13	06.458.905-6	16.351,96	0,00	43.498,14
INTERLÂNDIA LTDA	10.782.639/0003-91	06.796.815-5	106.020,34	0,00	309.439,56
ISOPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	72.273.436/0001-65	06.906.559-4	646.036,23	0,00	1.911.144,30
ITAITINGA INDUSTRIA DE AUTO PECAS LTDA	07.333.733/0001-97	06.180.964-0	0,00	49.638,01	0,00
ITAUEIRA AGROPECUARIA S/A	07.231.103/0014-26	06.380.308-9	23.994,77	0,00	61.220,54
IVT INDUSTRIA DE VIDROS TEMPERADOS LTDA	07.961.142/0001-64	06.357.307-5	8.919,31	0,00	46.701,14
J F DA CUNHA INDUSTRIA E COMERCIO DE CALÇADOS LTDA	00.435.078/0002-10	06.757.318-5	10.094,41	0,00	58.803,06
J LIMA CONFECCAO INDUSTRIAL LTDA	63.556.575/0001-05	06.893.392-4	0,00	477.404,97	0,00

J M ZANATTA E CIA LTDA	92.366.442/0003-36	06.669.889-8	17.434,52	0,00	52.290,61
J MACEDO S/A	14.998.371/0024-05	06.104.063-0	585.804,18	0,00	55.244.859,19
JAGUATEXTIL JAGUARUANA TEXTIL LTDA	63.302.376/0001-70	06.879.733-8	76.321,32	0,00	6.985.869,95
JB JEANS DO BRASIL LTDA	01.368.855/0001-32	06.975.641-4	241.635,41	0,00	667.349,19
JELLY INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	97.348.890/0001-69	06.920.579-5	0,00	1.258,71	0,00
JUOZAS S/A INDUSTRIA TEXTIL	06.630.941/0001-95	06.832.108-2	0,00	3.397.841,95	0,00
KAOPIPE-CONSULTORIA IND E CO	00.206.065/0001-98	06.939.349-4	0,00	317.934,16	0,00
KINCCAL-KAIANA INDUSTRIA DE COMPONENTES E CALÇADOS LTDA	04.396.417/0001-76	06.312.739-3	19.044,56	0,00	158.754,68
KLABIN S/A	89.637.490/0168-15	06.283.803-2	2.665,19	0,00	263.297,80
L & P COMERCIO E INDUSTRIA DE FRUTAS LTDA	10.267.323/0001-08	06.366.431-3	374.369,55	33.512,28	1.010.133,67
LAM CONFECCOES S/A	23.505.233/0001-41	06.894.340-7	0,00	564.473,69	0,00
LERMA NORDESTE IND E COMERCIO LTDA	03.264.899/0001-48	06.283.164-0	0,00	459.425,19	0,00
LEY INDUSTRIA DE COLCHOES LTDA	18.363.125/0001-41	06.526.526-2	491.507,13	0,00	1.353.775,94
LIKO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA	02.014.328/0001-92	06.990.628-9	191.708,94	0,00	521.452,97
LINGERIE ROYALE S/A	06.083.737/0001-00	06.845.055-9	0,00	336.831,71	0,00
LIZ ELECTRIC INDUSTRIAL LTDA	10.674.531/0001-13	06.375.464-9	0,00	25.645,07	0,00
LUNELLI TEXTIL NORDESTE LTDA.	10.220.089/0001-55	06.374.606-9	327.483,87	0,00	29.285.634,09
M DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0001-15	06.102.615-8	1.512.832,40	0,00	139.613.623,91
M DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0024-01	06.864.554-6	1.320.390,36	0,00	124.525.322,06
M DIAS BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	07.206.816/0028-35	06.983.867-4	7.094.402,15	0,00	19.879.353,50
MADRESILVA INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA	73.584.245/0001-87	06.884.496-4	131.484,40	0,00	495.360,79
MALWEE MALHAS LTDA	84.429.737/0003-86	06.396.022-2	110.420,73	0,00	10.052.469,07
MAQUINAS AGRICOLAS JACTO S/A	55.064.562/0021-34	06.754.687-0	1.175.353,14	0,00	3.436.569,59
MARIA DALME DA SILVA	02.068.743/0001-29	06.992.774-0	40.715,27	215.183,13	105.305,33
MARINHO TEXTIL LTDA	02.211.610/0001-60	06.286.954-0	0,00	123.046,78	0,00
MARTEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	08.175.053/0001-55	06.197.411-0	814.545,96	0,00	2.203.799,29
MASSA FALIDA FRANCO CONFECCOES LTDA	07.186.273/0001-11	06.138.593-0	0,00	22.605,02	0,00
MASSA FALIDA VILEJACK INDUSTRIAL S	07.190.283/0001-20	06.138.447-0	0,00	2.363.601,52	0,00
MAXIMAPLASTIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA	24.120.885/0002-01	06.549.231-5	79.562,01	0,00	237.989,58
MDM-MODULADOS DANILO MARQUES,MARMOR	35.085.257/0001-78	06.864.479-5	0,00	3.385,80	0,00
MECANICA INDUSTRIAL ORION LTDA	63.291.900/0001-55	06.097.099-5	0,00	54.983,31	0,00
MECESA EMBALAGENS S/A	04.794.651/0001-51	06.318.956-9	0,00	1.715.522,50	0,00
MEDEIROS EMBALAGENS DO NORDEST LTDA	01.733.225/0001-10	06.985.318-5	0,00	549.688,07	0,00
METALGRAFICA CEARENSE S/A MECESA	07.203.615/0001-64	06.102.041-9	0,00	2.406.994,88	0,00
METALMECANICA MAIA LTDA	01.397.886/0001-11	06.976.298-8	5.161.499,02	0,00	14.575.205,80
MICREL BENFIO TEXTIL LTDA	35.027.945/0001-81	06.089.463-6	0,00	3.671,24	0,00
MOAGEIRA SERRA GRANDE EIRELI	07.815.640/0001-07	06.322.067-9	453.236,06	0,00	1.206.758,82
MOB-RAIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS S/A	22.568.532/0001-62	06.399.274-4	26.938,37	0,00	76.728,75
MOVEIS ATLANTIDA LTDA	09.441.940/0001-90	06.831.759-0	0,00	49.709,11	0,00

MOVENORD - MOVEIS DO NORDESTE LTDA	05.111.625/0001-44	06.681.404-9	568.759,29	0,00	1.583.066,20
MULTICOR - INDUSTRIA TEXTIL LTDA	02.656.686/0001-07	06.269.677-7	70.931,91	0,00	6.391.215,74
MULTIMALHAS INDUSTRIAL LTDA	11.826.237/0001-42	06.028.588-5	0,00	500.750,56	0,00
MUNDICA PAULA S/A CONFECCOES	05.219.340/0001-21	06.815.499-2	0,00	245.639,18	0,00
NACIONAL ARCO-IRIS INDUSTRIA E COMERCIO TINTAS LTDA	09.320.639/0002-00	06.366.107-1	485.767,04	0,00	1.302.363,81
NATURAGUA ÁGUAS MINERAIS INDUSTRIA E COMERCIO S/A	07.576.952/0004-40	06.649.180-0	15.553,92	0,00	1.503.594,72
NATURAL WAX INDUSTRIA DE CERA LTDA	07.194.824/0001-99	06.180.936-5	282.487,06	0,00	785.740,99
NEORUBBER INDUSTRIA DE SANDALIAS LTDA	11.909.814/0004-02	06.526.601-3	477.704,01	0,00	1.903.818,58
NEW FORM - INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES TÊXTIL LTDA	12.051.456/0001-60	06.407.682-2	21.328,30	0,00	56.114,42
NEW PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	20.593.185/0001-00	06.354.724-4	1.322.698,55	0,00	3.659.740,71
NEW WAY INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA	02.662.887/0001-09	06.272.898-9	6.455,63	0,00	16.701,68
NEWPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA	01.570.311/0001-59	06.980.967-4	0,00	170.521,41	0,00
NOPERFIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP	10.741.756/0001-45	06.378.587-0	37.578,83	7.144,11	99.526,82
NORDESTE DIGITAL LINE S/A	01.247.965/0001-46	06.265.123-4	0,00	44.420,33	0,00
NORDESTE INDUSTRIA DE EMBALAGENS E RECICLAGEM LTDA	11.714.227/0001-15	06.700.700-7	0,00	15.783,30	0,00
NORSA REFRIGERANTES S/A	07.196.033/0021-41	06.003.667-2	8.265.981,59	0,00	28.895.559,74
NORTEC INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA	21.098.008/0001-02	06.353.663-3	0,00	19.319,32	0,00
NOSSA FRUTA BRASIL INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	10.417.944/0001-12	06.384.088-0	1.073.147,19	0,00	6.697.240,07
NOVA FIACAO INDUSTRIA TEXTIL S/A	18.067.083/0001-00	06.512.989-0	41.083,28	0,00	3.875.279,17
NSG IND EMB N SRA DAS GRACAS LTDA	35.094.069/0001-06	06.856.809-6	0,00	186.808,59	0,00
NUFARM INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S/A	07.467.822/0001-26	06.109.046-8	10.225.777,08	0,00	27.731.392,67
NUTERAL INDUSTRIA DE FORMULAÇÕES NUTRICIONAIS LTDA	69.363.174/0001-15	06.923.616-0	212.990,06	0,00	590.612,87
NUTRIMED INDUSTRIAL LTDA	72.563.158/0001-80	06.926.103-2	73.338,71	0,00	195.059,29
NYELLE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	03.950.812/0001-96	06.302.604-0	0,00	715.315,82	0,00
O C S MINERACAO EMPREENDIMENTOS LTDA	07.323.439/0001-02	06.112.386-2	0,00	698.924,82	0,00
PACEL-PAPEL CARTAO E EMBALAGENS S/A	01.397.485/0001-61	06.315.827-2	180.236,66	0,00	460.955,72
PAQUETA CALCADOS LTDA.	01.098.983/0007-07	06.690.169-3	62.363,07	0,00	5.116.546,36
PAQUETA CALCADOS LTDA.	01.098.983/0001-03	06.970.255-1	4.185,81	0,00	356.089,93
PASCHOAL CALVANO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA	00.937.107/0001-60	06.966.165-0	0,00	462.137,54	0,00
PASSAMANARIA DO NORDESTE SA	07.295.413/0001-90	06.109.123-5	39.263,89	0,00	3.609.569,25
PE DE FERRO NORDESTE LTDA	02.469.730/0001-61	06.265.256-7	0,00	81.779,66	0,00
PEMALEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	07.945.652/0001-48	06.152.900-1	36.601,81	0,00	3.361.370,19
PEREZ CRISMAR LTDA ME	03.538.180/0001-58	06.290.054-4	0,00	205.361,22	0,00
PERFIL PERFIS DE ACO LTDA	72.453.236/0001-94	06.910.623-1	0,00	16.714,38	0,00
PERFISUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.759.697/0001-04	06.280.540-1	813.665,29	0,00	2.265.640,07
PERSEU PVC INDUSTRIA EIRELLI	03.316.935/0001-70	06.285.049-0	229.681,65	0,00	633.527,82
PINUS-PAINEIS INDUSTRIAIS DO NE S/A	07.760.663/0001-53	06.060.612-6	0,00	83.678,40	0,00
PLAST SUTURE DO BRASIL IND, COM E REPRESENTAÇÃO DE FIOS CIRURGICOS LTD	05.937.544/0001-06	06.691.732-8	0,00	37.146,16	0,00
PLASTSPUMA INDUSTRIA COMERCIO LTDA	05.504.945/0001-64	06.676.151-4	0,00	2.346.204,78	0,00

POINT SUTURE DO BRASIL INDUSTRIA DE FIOS CIRURGICOS LTDA	12.340.717/0001-61	06.093.064-0	575.406,48	0,00	1.591.699,25
POLINOR IND DE PLAST DO NORDES LTDA	03.031.826/0001-06	06.277.528-6	0,00	367.120,03	0,00
POLYNEWS INDUSTRIA DE LENTES LTDA	00.166.039/0001-83	06.951.134-9	0,00	250.069,95	0,00
POLYSPACE INDUSTRIA DE ACESSORIOS PARA CASA E BANHO LTDA.	23.159.702/0001-18	06.472.668-1	126.343,72	0,00	2.219.756,81
PORCELANE S/A	07.390.461/0001-67	06.017.167-7	0,00	47.231,07	0,00
PQVIRK INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA	03.085.541/0001-58	06.278.578-8	133.384,92	0,00	361.777,55
PREMAZON PREMOLDADOS DE CONCRETO LTDA	01.532.081/0002-14	06.321.422-9	924.131,30	0,00	2.588.633,92
PROJEART INDUSTRIA DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA	41.632.928/0001-76	06.911.241-0	683.058,14	0,00	3.599.204,18
PUERI IND E COM DE CONFECCOES S/A	12.215.224/0001-08	06.925.509-1	0,00	629.205,96	0,00
PVC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	01.141.531/0001-67	06.970.291-8	123.524,38	0,00	1.009.374,01
QUALITI INDUSTRIA DE COMPONENTES NORTE EIRELI	26.041.324/0001-61	06.643.482-3	8.104,96	0,00	22.921,15
QUIMIL-INDUSTRIA E COMERCIO DE RESINAS, CARGAS MINERAIS E TINTAS LTDA	07.740.790/0001-90	06.385.848-7	345.636,10	0,00	956.359,07
QUIMIPLAST INDUSTRIA DE FORRO DE PVC LTDA	11.444.580/0001-22	06.412.350-2	31.604,71	0,00	89.756,59
R & A INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA	13.345.280/0001-11	06.556.502-9	0,00	826,97	0,00
R M EMBALAGENS E BRINDES LTDA ME	10.746.009/0001-08	06.382.600-3	6.094,84	0,00	16.912,54
R R METAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA	12.645.482/0001-16	06.411.997-1	30.218,36	0,00	89.741,14
RANCO EMBALAGENS S/A	07.284.656/0001-22	06.108.749-1	2.113.603,31	0,00	5.831.894,56
RB CALCADOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	08.845.922/0001-01	06.211.192-2	26.272,73	0,00	525.944,04
REDUCTO IND DE CONFECCOES LTDA-EPP	02.590.035/0001-53	06.267.606-7	0,00	33.167,49	0,00
REN ULIS IND COM IMP E EXP MAT EXPO	00.203.493/0001-67	06.898.322-0	0,00	5.490,34	0,00
RESOL DO BRASIL INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA	09.344.349/0001-15	06.359.696-2	0,00	2.928,08	0,00
RIO DO PEIXE INDUSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA	08.472.909/0001-54	06.202.064-1	143.371,73	0,00	387.523,38
RNS INDUSTRIA DE MODA LTDA	01.879.841/0001-83	06.988.825-6	0,00	10.423,38	0,00
ROBERTO LEANDRO DE DEUS - ME	02.642.475/0001-07	06.282.247-0	0,00	21.036,83	0,00
ROCHETEC TECNOLOGIA EM ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA	02.696.104/0002-99	06.291.439-1	0,00	44.756,56	0,00
ROMAZI COMERCIO E INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA	73.770.273/0001-99	06.913.943-1	680.392,38	0,00	1.908.694,83
RT IND DE EQUIP DE TELECOM LTDA	02.445.210/0001-19	06.265.937-5	0,00	682,46	0,00
SABAO JUA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.770.484/0001-09	06.317.641-6	1.246.252,50	0,00	3.475.416,84
SAGIAN ACESSORIOS LTDA	02.820.746/0001-77	06.279.984-3	0,00	71.233,75	0,00
SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.	61.064.838/0131-11	06.558.269-1	1.235.085,17	0,00	3.468.230,32
SAMARINA INDUSTRIA DE MASSAS ALIMENTICIAS E RACOES LTDA	03.973.127/0001-85	06.301.534-0	0,00	1.683,29	0,00
SANGATI BERGA S/A	41.426.487/0001-56	06.897.588-0	959.954,56	0,00	2.654.853,68
SANTANA TEXTIL S/A	72.418.478/0001-47	06.922.113-8	532.961,61	0,00	49.502.459,29
SANTELISA INDUSTRIA DE EMBALAGENS S/A	06.604.714/0002-76	06.017.804-3	2.183.997,15	0,00	6.142.153,25
SAO BRAZ INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA	05.997.125/0001-51	06.687.014-3	1.737.844,32	0,00	4.826.599,73
SCHNEIDER ELETRIC IT BRASIL IND E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRON LTD	07.108.509/0001-00	06.847.699-0	150.039,55	0,00	752.655,51
SILVEIRA & RUPPENTHAL LTDA	72.460.074/0002-00	06.960.285-9	0,00	35.723,00	0,00
SIMONE L D DE ANDRADE ME	00.187.748/0001-45	06.939.725-2	0,00	121.887,31	0,00
SIRIUS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A	10.843.139/0001-50	06.284.953-0	66.351,74	0,00	180.046,34

SITEC TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	01.752.475/0001-05	06.985.532-3	411.902,90	0,00	1.135.388,73
SL ALIMENTOS S/A	30.647.870/0001-18	06.771.239-8	9.486,91	0,00	917.469,83
SMURFIT KAPPA DO BRASIL IND. DE EMBALAGENS FORTALEZA LTDA	02.500.041/0001-72	06.266.017-9	1.682.858,26	0,00	4.759.588,28
SOAGRO/SOC AGRO INDL DO NE LTDA	07.796.931/0001-97	06.018.271-7	0,00	49.550,58	0,00
SOBRAL PRODUTORA DE ARTEFATOS TEXTEIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	02.343.608/0001-44	06.998.720-3	428.407,30	0,00	1.199.829,51
SPN IND DE PALMILHAS NORDESTE LTDA	01.743.512/0001-00	06.984.918-8	0,00	3.194,45	0,00
SPT INDUSTRIA DE CALÇADOS LTDA	17.062.868/0001-19	06.439.739-4	47.832,85	0,00	123.339,70
STARPET RECICLAGENS LTDA	04.801.160/0001-90	06.318.456-7	0,00	188.247,98	0,00
STEIN INDUSTRIA E COMERCIO DO NORDESTE LTDA	02.518.869/0001-58	06.266.310-0	168,25	0,00	426,00
SUCOS DO BRASIL S/A	05.919.420/0001-90	06.684.424-0	0,00	1.884.377,26	0,00
TBM TEXTIL BEZERRA DE MENEZES S/A	07.671.092/0011-52	06.307.837-6	1.993,13	0,00	172.800,42
TBM TEXTIL BEZERRA DE MENEZES S/A	07.671.092/0001-80	06.813.599-8	282.849,57	0,00	25.775.412,40
TEBASA S/A	07.298.995/0001-68	06.006.495-1	0,00	9.105.808,05	0,00
TECBRITA TECNOLOGIA BRITAGEM LTDA	07.112.014/0001-46	06.005.852-8	61.364,67	0,00	165.906,15
TECNO INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA	07.272.825/0001-04	06.178.970-4	30.956,02	0,00	167.158,16
TECNOLITY DO NORDESTE LTDA	02.538.983/0001-40	06.267.648-2	5.197,24	0,00	85.275,28
TECNOQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	04.439.228/0001-33	06.311.835-1	226.323,71	7.502,59	625.689,75
TERMISA INDUSTRIAL S/A	12.233.284/0001-45	06.095.679-8	22.036,27	0,00	58.547,19
TERRA DO SOL INDUSTRIA DE CADERNOS EIRELI	07.600.706/0001-33	06.186.173-1	181.007,77	0,00	503.971,50
TERRAMARIS INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS INJETADOS LTDA	08.311.517/0001-03	06.212.071-9	22.562,42	168.724,91	71.977,43
TEXTIL HORIZONTE ETIQUETAS LTDA	41.596.800/0001-02	06.922.101-4	0,00	199.102,42	0,00
TINTAS HIDRACOR S/A	04.706.416/0001-80	06.822.956-9	6.320.263,03	0,00	17.219.576,92
TRÊS CORAÇÕES ALIMENTOS S.A.	63.310.411/0001-01	06.864.509-0	6.755.086,78	0,00	18.737.998,83
TREVO INDUSTRIAL DE ACARTONADOS S/A	06.956.391/0001-07	06.366.722-3	934.268,89	0,00	2.598.901,68
TRISOFT MANTAS DE POLIESTER LTDA	11.198.594/0003-75	06.620.877-7	103.863,65	0,00	282.116,14
TROPICAL RAFIA IND E COM S A	11.801.099/0001-47	06.072.720-9	0,00	1.684.111,43	0,00
TUBOARTE INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - ME	01.802.541/0001-04	06.986.761-5	11.577,18	0,00	1.144.300,04
TUBOTECNICO IND COM EMBALAGENS LTDA	03.466.523/0001-16	06.288.223-6	83.332,05	0,00	233.770,59
UNIFLEX INDUSTRIA TINTAS LTDA - EPP	69.372.415/0001-92	06.915.846-0	0,00	6.703,45	0,00
UNILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS OFTALMOLOGICOS LTDA	08.038.666/0001-40	06.201.988-0	1.141.518,54	0,00	3.165.334,67
VCA IND E COM DE CALCADOS	07.582.916/0001-46	06.186.368-8	0,00	5.867,01	0,00
VERONA GARDEN LTDA	02.305.054/0001-90	06.266.565-0	0,00	1.224.540,32	0,00
VICUNHA IND DE IMPL RODOVIARIOS LTD	12.976.890/0002-31	06.998.309-7	0,00	1.083.592,78	0,00
VILLAS BOAS RADIOFÁRMACOS BRASIL S/A	08.944.601/0002-45	06.613.654-7	182.179,70	0,00	508.168,52
VINIARTEFATOS COM. IMP. EXPORT LTDA	01.558.722/0007-14	06.710.373-1	16.400,15	0,00	42.034,69
VINILFORTE LAM PLAST DO NORDST S A	01.453.895/0001-82	06.995.540-9	0,00	18.841,50	0,00
VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A	10.656.452/0071-92	06.216.549-6	1.182.127,94	0,00	3.296.796,68
VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A	10.656.452/0053-00	06.321.979-4	12.441.446,56	0,00	34.644.694,76
VULCABRAS AZALEIA - CE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A	00.954.394/0001-17	06.966.258-4	2.275.194,08	0,00	209.004.979,78

WESTROCK DO NORDESTE INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA	00.310.707/0001-02	06.946.310-7	10.172.398,48	0,00	28.333.276,64
WHITE STONE DO BRASIL S/A	00.714.625/0001-15	06.972.658-2	0,00	0,00	0,00
WILAPLAST INDUSTRIA DE INJETADOS LTDA	90.108.184/0001-09	06.364.104-6	106.027,08	0,00	295.186,12
WILAPLAST INDUSTRIA DE INJETADOS LTDA	90.108.184/0004-43	06.364.104-6	168.912,12	0,00	439.420,61
YAMACOM NORDESTE S/A	41.298.134/0001-18	06.099.666-8	0,00	28.269,87	0,00
YOSHIDA NORDESTE S/A IND E COMERCIO	23.598.865/0001-05	06.967.790-5	73.813,74	0,00	196.299,90
YPLASTIC EMBALAGENS PLÁSTICAS S/A	15.293.108/0001-97	06.519.188-9	258.094,43	0,00	725.856,06
ZANOTTI PACATUBA IND COM ARTIG TEXT	10.892.699/0001-03	06.392.764-0	133.420,77	0,00	12.270.505,67
ZIPPY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	01.154.438/0001-97	06.970.086-9	0,00	601.913,26	0,00

EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEI Nº 6.404/76 E SUAS ALTERAÇÕES (LEIS Nº 11.638/07 E 11.941/09

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO 2020

(R$ 1,00)

ATIVO	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	TOTAL
ATIVO CIRCULANTE	**19.246.635**	**700.847.000**	**149.278.000**	**4.844.348**	**154.213.000**	**15.204.000**	**77.373.660**	**856.685**	**4.652.127**	**16.036.038**	**21.910.800**	**1.164.462.292**
DISPONIBILIDADES	7.202.715	109.000	116.935.000	1.803.428	109.862.000	8.608.000	47.061.557	840.907	539.938	9.915.933	13.834.450	316.712.929
DIREITOS REALIZÁVEIS	12.004.480	681.406.000	30.519.000	2.768.859	43.160.000	6.579.000	25.835.828	5.109	1.476.556	6.038.466	1.187.796	810.981.095
ESTOQUES	38.222	19.302.000	277.000	213.819	789.000	17.000	4.416.037	10.669	2.629.376	81.237	6.879.036	34.653.395
DESPESAS ANTECIPADAS	1.218	30.000	1.547.000	58.242	402.000		60.238		6.257	401	9.517	2.114.873
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**114.517.890**	**3.155.674.000**	**1.084.305.000**	**6.238.456**	**240.850.000**	**39.940.000**	**261.282.192**	**415.564.628**	**13.643.396**	**11.960.711**	**1.771.938.352**	**7.115.914.623**
REALIZÁVEL LONGO PRAZO		248.374.000	171.058.000		90.071.000	3.141.000	17.915.011	399.368.111	7.452.630	4.956.082	11.771.265	954.107.100
INVESTIMENTOS	112.482.088	658.000	98.274.000	42.916	1.000	36.419.000		16.994	31.878		1.000	247.926.875
IMOBILIZADO	472.498	58.418.000	5.653.000	6.195.540	10.384.000	379.000	242.574.743	16.179.523	6.158.888	4.070.937	1.744.562.762	2.095.048.891
INTANGÍVEL	1.563.304	2.848.224.000	809.266.000		140.394.000	1.000	792.438			2.933.691	27.508	3.803.201.941
DIFERIDO			54.000								15.575.816	15.629.816
TOTAL DO ATIVO	**133.764.525**	**3.856.521.000**	**1.233.583.000**	**11.082.804**	**395.063.000**	**55.144.000**	**338.655.852**	**416.421.313**	**18.295.523**	**27.996.748**	**1.793.849.151**	**8.280.376.915**
PASSIVO												
PASSIVO CIRCULANTE	**14.092.941**	**529.862.000**	**62.472.000**	**3.665.382**	**55.062.000**	**902.000**	**18.396.234**	**2.673.683**	**41.031.124**	**7.234.457**	**16.568.670**	**751.960.490**
FORNECEDORES	48.957	144.133.000	8.976.000	1.310.461	42.658.000	222.000	7.719.831	2.386	340.769	709.453	11.117.091	217.237.947
OBRIG. SOCIAS/TRIBUTÁRIA	1.252.165	75.644.000	8.156.000	833.452	2.492.000	134.000	5.284.081	8.208	24.679.253	2.594.687	3.411.723	124.489.569
CONVÊNIOS	10.702.547			687.290			1.719.825				45.752	13.155.414
EMPRÉST./FINANCIAMENTOS		56.247.000			1.714.000			2.581.228				60.542.228
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.089.272	253.838.000	45.340.000	471.191	8.190.000	546.000	3.672.497		16.011.102	33.303	321.476	330.512.841
PROVISÕES				362.988	8.000			81.861		3.897.014	1.672.628	6.022.491
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.229.668**	**815.832.000**	**52.539.000**	**1.724.060**	**115.987.000**	**36.279.000**	**90.633.627**	**690.961.393**	**88.134.824**	**7.013.585**	**702.425.375**	**2.602.759.531**
FORNECEDORES	1.229.668											1.229.668
EMPRÉST./FINANCIAMENTOS		363.914.000		1.610.772	23.512.000			690.961.393				1.079.998.165
OUTRAS OBRIGAÇÕES		451.918.000	52.539.000	113.288	92.475.000	36.279.000	90.633.627		88.134.824	7.013.585	702.425.375	1.521.531.699
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**118.441.916**	**2.510.827.000**	**1.118.572.000**	**5.693.363**	**224.014.000**	**17.963.000**	**229.625.991**	**-277.213.763**	**-110.870.425**	**13.748.707**	**1.074.855.106**	**4.925.656.894**
CAPITAL SOCIAL	105.510.145	1.943.607.000	1.069.658.000	823.759	148.660.000	15.489.000	142.288.338	29.404.405	2.511.584	50.000	2.154.153.000	5.612.155.231
RESERVAS	12.931.771	215.152.000	48.866.000	3.865.254	43.143.000	10.500.000	87.337.653	0		13.698.707		435.494.385
AJUSTES / OUTROS		352.068.000	48.000	1.004.350	32.211.000			13.421.563	15.363.395		169.510.006	583.626.314
LUCRO/PREJ. ACUMULADO						-8.026.000		-320.039.731	-128.745.404		-1.248.807.901	-1.705.619.036
TOTAL DO PASSIVO	**133.764.525**	**3.856.521.000**	**1.233.583.000**	**11.082.803**	**395.063.000**	**55.144.000**	**338.655.852**	**416.421.313**	**18.295.523**	**27.996.748**	**1.793.849.151**	**8.280.376.915**

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS,SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE DEZEMBRO DE 1999, CONFORME LEI N° 12.961 /1999.

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTURDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO 2020

(R$ 1,00)

GRUPOS \ COMPANHIAS	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	TOTAL
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	**17.473.064**	**1.573.886.000**	**154.363.000**	**24.405.279**	**359.576.000**	**5.169.000**	**159.139.986**	**1.397.371**	**106.562.064**	**90.342.057**	**19.008.992**	**2.511.322.813**
(-)DEDUÇÕES							5.954.373		0	4.857.021		10.811.394
RECEITA LÍQUIDA	**17.473.064**	**1.573.886.000**	**154.363.000**	**24.405.279**	**359.576.000**	**5.169.000**	**153.185.613**	**1.397.371**	**106.562.064**	**85.485.036**	**19.008.992**	**2.500.511.420**
(-)CUSTOS DE VENDA	346.061	862.608.000	97.706.000	9.941.485	291.282.000	778.000	116.781.299		67.587.738	73.086.981	122.429.015	1.642.546.579
LUCRO BRUTO	**17.127.003**	**711.278.000**	**56.657.000**	**14.463.794**	**68.294.000**	**4.391.000**	**36.404.314**	**1.397.371**	**38.974.326**	**12.398.055**	**-103.420.023**	**857.964.840**
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	12.536.021	487.224.000	32.041.000	13.123.814	29.026.000	5.214.000	32.160.130	4.621.454	40.401.241	3.113.008	105.033.522	764.494.190
(+)RECEITAS OPERACIONAIS	-105.633		19.825.000	148.540	31.235.000	4.890.000	814.691					56.807.598
RESULTADO OPERACIONAL	**4.485.349**	**224.054.000**	**44.441.000**	**1.488.520**	**70.503.000**	**4.067.000**	**5.058.875**	**-3.224.083**	**-1.426.914**	**9.285.046**	**-208.453.544**	**150.278.249**
(-)OUTRAS DESPESAS	11.343	149.563.000	379.000	84.111	3.178.000	2.262.000	4.235.683	10.289.389		131.171	8.147	170.141.844
(+)OUTRAS RECEITAS	178.292	68.969.000	8.790.000	252.651	4.285.000	346.000	3.373.554	2.925.141	0	191.740	28.231.748	117.543.127
(-)PROVISÕES	1.093.688	8.862.000	21.120.000	646.241	8.215.000		615.335			2.324.890		42.877.154
RESULT. LÍQ. DO EXERCÍCIO	**3.558.610**	**134.598.000**	**31.732.000**	**1.010.819**	**63.395.000**	**2.151.000**	**3.581.411**	**-10.588.331**	**-1.426.914**	**7.020.726**	**-180.229.944**	**54.802.376**

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS,SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI N° 12.961 /99.

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTURDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
EXERCÍCIO 2020

(R$ 1,00)

COMPAHIAS / GRUPOS	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	TOTAL
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-10.177.000**	**0**	**-309.490.418**	**-127.326.998**	**0**	**-1.068.577.957**	**-1.515.572.372**
AJUSTE DE EXERC. ANTERIOR	-877.547	25.888.000						55.225	8.508			25.074.187
SALDO AJUST. E CORRIGIDO	**-877.547**	**25.888.000**	**0**	**0**	**0**	**-10.177.000**	**0**	**-309.435.192**	**-127.318.490**	**0**	**-1.068.577.957**	**-1.490.498.186**
REVERSÃO DE RESERVAS												0
LUCRO(PREJ.) LÍQ. EXERCÍCIO	3.558.610	134.598.000	31.731.000	1.010.819	63.395.000	2.151.000	3.581.411	-10.588.331	-1.426.914	7.020.726	-180.229.944	54.801.376
FORMAÇÃO DE RESERVAS	-1.835.893	-127.386.000	-24.921.000		-15.118.000		-3.581.411			**-7.020.726**		-179.863.030
DIVIDENDOS	-845.170	-33.100.000	-6.810.000	**-252.705**	-39.668.000							-80.675.875
OUTROS				-758.114	-8.609.000							-9.367.114
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-8.026.000**	**0**	**-320.023.523**	**-128.745.404**	**-0**	**-1.248.807.901**	**-1.705.602.828**

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS,SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI N° 12.961 /99.

DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTURDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO 2020

(R$ 1,00)

COMPANHIAS / FLUXOS	ADECE	CAGECE	CIPP S/A	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ETICE	METROFOR	TOTAL
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**3.802.692**	**309.793.000**	**70.205.000**	**2.366.626**	**78.223.000**	**-863.000**	**8.611.803**	**0**	**-428.927**	**9.647.229**	**-107.407.210**	**373.950.212**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.558.610	143.460.000	31.732.000	1.010.819	71.610.000	2.151.000	3.581.411		-1.426.914	7.020.726	-180.229.944	82.467.707
VALORES QUE NÃO AFETAM CAIXA	-979.372	145.940.000	37.016.000	462.223	17.702.000	85.000	23.531.125		2.109.228	1.664.673	77.779.641	305.310.518
VARIAÇÃO NO ATIVO/PASSIVO	1.223.454	20.393.000	1.457.000	893.584	-11.089.000	-3.099.000	-18.500.734		-1.111.241	961.830	-4.956.907	-13.828.013
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-6.256.745**	**-249.246.000**	**-134.963.000**	**-2.004.552**	**-24.952.000**	**590.000**	**-8.305.749**		**-228.940**	**-1.775.797**	**-27.625.823**	**-454.768.606**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**50.000**	**-61.032.000**	**-30.844.000**	**0**	**-79.949.000**	**0**	**861.017**	**0**	**0**	**0**	**143.248.795**	**-27.665.188**
TOTAL DE FLUXO DE CAIXA	**-2.404.053**	**-485.000**	**-95.602.000**	**362.074**	**-26.678.000**	**-273.000**	**1.167.071**	**0**	**-657.867**	**7.871.432**	**8.215.762**	**-108.483.581**
CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	9.656.768	594.000	212.537.000	1.441.354	136.540.000	8.881.000	45.894.487		1.197.805	2.044.501	5.618.688	424.405.604
CAIXA NO FIM DO PERÍODO	7.202.715	109.000	116.935.000	1.803.428	109.862.000	8.608.000	47.061.557		539.938	9.915.933	13.834.450	315.872.022
SALDO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	**-2.454.053**	**-485.000**	**-95.602.000**	**362.074**	**-26.678.000**	**-273.000**	**1.167.070**	**0**	**-657.867**	**7.871.432**	**8.215.762**	**-108.533.582**

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS,SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.
(*)COMPANHIA DESOBRIGADA À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, § 6°(REDAÇÃO DADA PELA LEI N° 11.638 /2007).
DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTURDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO 2020

(R$ 1,00)

ELEMENTOS \ COMPANHIAS	ADECE*	CAGECE	CIPP S/A*	CEASA*	CEGÁS	CODECE*	COGERH*	COHAB*	EMATERCE*	ETICE*	METROFOR*	TOTAL
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO												
RECEITA BRUTA		1.662.894.000			654.525.000					90.342.057		**2.407.761.057**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		-801.127.000			-370.551.000					-48.171.936		**-1.219.849.936**
TRANSFERÊNCIA DE OUTRAS SOCIEDADES		69.059.000			4.285.000					191.740		**73.535.740**
RETENÇÕES		-144.478.000			-18.988.000					-1.664.673		**-165.130.673**
TOTAL DO VALOR ADICIONADO GERADO	**0**	**786.348.000**	**0**	**0**	**269.271.000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**40.697.189**	**0**	**1.096.316.189**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO												
PESSOAL		286.071.000			12.727.000					26.281.830		**325.079.830**
GOVERNO		216.313.000			24.179.000					7.263.462		**247.755.462**
FINANCIADORES		149.366.000			168.970.000					131.171		**318.467.171**
ACIONISTAS		134.598.000			63.395.000							**197.993.000**
RETENÇÃO PARA INVESTIMENTOS										7.020.726		**7.020.726**
TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**0**	**786.348.000**	**0**	**0**	**269.271.000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**40.697.189**	**0**	**1.096.316.189**

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS,SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.
(*)COMPANHIAS DESOBRIGADAS À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, INCISO V (INCLUÍDO PELA LEI N° 11.638/2007).
DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTURDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE SÃO DIFERENTES DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido*

Exercício 2020

Especificação / Contas	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Total
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	**44.893.405**	**10.500.000**	**8.514.209**	**0**	**-4.218.009**	**-319.667.418**	**-259.977.813**
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						55.225	55.225
AUMENTO DE CAPITAL							0
FORMAÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS							0
RESULTADO DO EXERCICIO						-8.437.331	-8.437.331
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			9.125.363				9.125.363
DIVIDENDOS							0
OUTROS							0
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	**44.893.405**	**10.500.000**	**17.639.572**	**0**	**-4.218.009**	**-328.049.523**	**-259.234.555**

NOTAS:

1) DADOS EXTRAÍDOS APENAS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS DEPENDENTES CONSTITUIDAS SOB A FORMA DE SOCIEDADES ANÔNIMAS: COHAB E CODECE.
2) O SALDO INICIAL DE 2020 DIFERE DO SALDO FINAL DE 2019 PUBLICADO NO BALANÇO GERAL POR QUE A EMPRESA CODECE REVISOU SEU DEMONSTRATIVO
3) DADOS SUJEITOS A ALTERAÇÕES EM VIRTURDE DOS BALANÇOS DAS EMPRESAS ATENDEREM AO PRAZO DA LEI 6.404/1976, QUE É DIFERENTE DO ESTABELECIDO PARA A ÁREA PÚBLICA.

Nota Explicativa 2020:

Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Dado que o prazo legal para apresentação das Demonstrações Contábeis das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, regidas pela Lei da Sociedade por Ações nº 6.404/1976 e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, é diferente do prazo legal para apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor público e ocorre após a data de encerramento e publicação do Balanço Geral do Estado - BGE, poderão ocorrer divergências de valores nos saldos das demonstrações BP, DRE, DLPA, DFC, DVA e DLPA das empresas públicas e sociedades de economia mista aqui apresentadas, visto que são demonstrações preliminares, geralmente não definitivas e sujeitas a alterações e revisões pela empresa ou por auditorias externas.

O valor de (- 259.983.816), saldo final de 2019 apresentado no Balanço Geral de 2019, passou para (- 259.977.813), saldo inicial de 2020, em razão do valor alterado na DMPL definitiva apresentada pela CODECE - diferença de (-6.003).

DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
1	RECEITAS CORRENTES	27.635.610.586,00	29.329.400.017,48	28.331.548.177,40	-997.851.840,08
11	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	15.194.272.473,00	15.199.762.917,18	14.232.680.690,19	-967.082.226,99
111	IMPOSTOS	14.485.866.863,00	14.486.566.863,00	13.589.817.504,48	-896.749.358,52
112	TAXAS	708.405.610,00	713.196.054,18	642.863.185,71	-70.332.868,47
12	CONTRIBUIÇÕES	2.266.745.133,00	2.321.745.133,00	2.294.006.194,60	-27.738.938,40
121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.266.745.133,00	2.321.745.133,00	2.294.006.194,60	-27.738.938,40
13	RECEITA PATRIMONIAL	400.869.135,00	399.311.078,94	299.741.914,07	-99.569.164,87
131	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	20.687.261,00	20.687.261,00	12.276.294,30	-8.410.966,70
132	VALORES MOBILIÁRIOS	369.158.081,00	367.600.024,94	245.397.105,05	-122.202.919,89
133	DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA	7.566.805,00	7.566.805,00	6.774.912,99	-791.892,01
136	CESSÃO DE DIREITOS	2.100.000,00	2.100.000,00	35.293.601,73	33.193.601,73
139	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.356.988,00	1.356.988,00	0,00	-1.356.988,00
14	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	805,00	805,00
140	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	805,00	805,00
16	RECEITA DE SERVIÇOS	291.059.051,00	293.568.774,79	257.860.744,56	-35.708.030,23
161	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	156.399.051,00	158.908.774,79	142.076.302,22	-16.832.472,57
162	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	2.000.000,00	2.000.000,00	1.375.380,97	-624.619,03
163	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	120.660.000,00	120.660.000,00	114.283.606,96	-6.376.393,04
164	SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	12.000.000,00	12.000.000,00	125.454,41	-11.874.545,59
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.772.547.452,00	10.404.894.771,57	10.313.601.301,47	-91.293.470,10
171	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	7.464.874.594,00	9.077.453.466,29	9.008.118.665,80	-69.334.800,49
173	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	11.974.920,00	26.689.580,96	129.415.970,75	102.726.389,79
174	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	31.876.539,00	36.930.325,32	14.874.454,73	-22.055.870,59
175	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.263.821.399,00	1.263.821.399,00	1.161.174.707,15	-102.646.691,85
177	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	17.503,04	17.503,04
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	710.117.342,00	710.117.342,00	933.656.527,51	223.539.185,51
191	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	149.611.829,00	149.611.829,00	115.425.925,62	-34.185.903,38
192	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	123.357.673,00	123.357.673,00	262.731.787,24	139.374.114,24
199	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	437.147.840,00	437.147.840,00	555.498.814,65	118.350.974,65
2	RECEITAS DE CAPITAL	2.257.062.712,00	2.647.867.028,15	1.673.402.523,43	-974.464.504,72
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.543.113.198,00	1.934.287.028,30	1.464.765.387,29	-469.521.641,01
211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	859.944.668,00	1.114.156.360,96	838.737.465,74	-275.418.895,22
212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	683.168.530,00	820.130.667,34	626.027.921,55	-194.102.745,79
22	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	1.128.985,82	1.128.985,82
221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	322.063,50	322.063,50

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
222 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	806.922,32	806.922,32
23 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	201.973,55	201.973,55
230 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	201.973,55	201.973,55
24 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	713.949.514,00	713.579.999,85	204.770.066,14	-508.809.933,71
241 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	705.712.219,00	705.656.105,85	201.466.827,65	-504.189.278,20
243 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	3.300.000,00	3.600.000,00	3.303.238,49	-296.761,51
244 TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	4.937.295,00	4.323.894,00	0,00	-4.323.894,00
29 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	2.536.110,63	2.536.110,63
299 DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	2.536.110,63	2.536.110,63
Subtotal das Receitas: (III) = (I) + (II)	**29.892.673.298,00**	**31.977.267.045,63**	**30.004.950.700,83**	**-1.972.316.344,80**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV):	**29.892.673.298,00**	**31.977.267.045,63**	**30.004.950.700,83**	**-1.972.316.344,80**
Déficit (VI):	**0,00**	**1.471.029.507,08**	**0,00**	**-1.471.029.507,08**
Total (VII)=(V + VI):	**29.892.673.298,00**	**33.448.296.552,71**	**30.004.950.700,83**	**-3.443.345.851,88**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		3.902.661.416,51	1.463.284.425,66	-2.439.376.990,85
Recursos Arrecadados em Exercícios Anterioes				
Superávit Financeiro		3.902.661.416,51	1.463.284.425,66	
Reabertura de créditos adicionais				

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**25.749.736.301,00**	**27.537.759.449,90**	**24.780.122.929,29**	**24.278.009.654,83**	**24.076.227.946,74**	**2.757.636.520,61**
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.055.959.966,00	14.585.809.368,52	13.254.217.186,82	13.250.986.971,62	13.142.364.186,91	1.331.592.181,70
32 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	696.582.584,00	705.157.584,00	434.543.048,39	434.543.048,39	434.543.048,39	270.614.535,61
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.997.193.751,00	12.246.792.497,38	11.091.362.694,08	10.592.479.634,82	10.499.320.711,44	1.155.429.803,30
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	**3.816.900.311,00**	**5.637.543.546,29**	**3.754.747.461,70**	**3.079.030.190,54**	**3.067.283.550,88**	**1.882.796.084,59**
44 INVESTIMENTOS	2.614.819.521,00	3.609.951.554,33	2.495.373.861,86	1.820.672.781,84	1.808.926.142,18	1.114.577.692,47
45 INVERSÕES FINANCEIRAS	177.382.717,00	227.666.240,32	223.838.660,70	222.822.469,56	222.822.469,56	3.827.579,62
46 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.024.698.073,00	1.799.925.751,64	1.035.534.939,14	1.035.534.939,14	1.035.534.939,14	764.390.812,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	**326.036.686,00**	**272.993.556,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**272.993.556,52**
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	326.036.686,00	272.993.556,52	0,00	0,00	0,00	272.993.556,52
Subtotal das Despesas (XI) = (VII+IX+X):	**29.892.673.298,00**	**33.448.296.552,71**	**28.534.870.390,99**	**27.357.039.845,37**	**27.143.511.497,62**	**4.913.426.161,72**
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII):	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(XI+XII):	**29.892.673.298,00**	**33.448.296.552,71**	**28.534.870.390,99**	**27.357.039.845,37**	**27.143.511.497,62**	**4.913.426.161,72**
Superávit (XIII):	**0,00**	**0,00**	**1.470.080.309,84**			**-1.470.080.309,84**
Total (XIV)=(XII+XIII):	**29.892.673.298,00**	**33.448.296.552,71**	**30.004.950.700,83**	**27.357.039.845,37**	**27.143.511.497,62**	**3.443.345.851,88**
Reserva do RPPs	**267.317.646,00**	**264.417.646,00**				

Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercicicio Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	**29.859.537,08**	**472.984.263,90**	**422.868.871,54**	**422.833.375,75**	**36.410.749,73**	**43.599.675,50**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.266,23	1.225.611,37	1.102.416,74	1.102.416,74	67.088,20	57.372,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.858.270,85	471.758.652,53	421.766.454,80	421.730.959,01	36.343.661,53	43.542.302,84
DESPESAS DE CAPITAL	**25.307.125,70**	**380.642.084,23**	**281.579.258,61**	**281.451.591,91**	**94.945.135,55**	**29.552.482,47**
INVESTIMENTOS	25.307.125,70	380.535.490,95	281.472.668,33	281.451.591,91	94.945.135,55	29.445.889,19
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	106.593,28	106.590,28	0,00	0,00	106.593,28
Total:	**55.166.662,78**	**853.626.348,13**	**704.448.130,15**	**704.284.967,66**	**131.355.885,28**	**73.152.157,97**

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercicicio Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	**1.897.256,83**	**245.363.736,46**	**0,00**	**241.397.811,69**	**1.458.896,99**	**4.404.284,61**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	507.250,43	102.055.773,88	0,00	102.322.654,76	158.714,11	81.655,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.390.006,40	143.307.962,58	0,00	139.075.156,93	1.300.182,88	4.322.629,17
DESPESAS DE CAPITAL	**1.004.722,23**	**39.361.955,34**	**0,00**	**38.208.804,32**	**518.760,03**	**1.639.113,22**
INVESTIMENTOS	1.004.722,23	39.361.227,34	0,00	38.208.076,32	518.760,03	1.639.113,22
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	728,00	0,00	728,00	0,00	0,00
Total:	**2.901.979,06**	**284.725.691,80**	**0,00**	**279.606.616,01**	**1.977.657,02**	**6.043.397,83**

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	**30.004.950.700,83**	**28.807.726.549,22**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)**	**28.534.870.390,99**	**27.762.603.422,19**
ORDINÁRIA	**21.886.001.276,67**	**21.098.767.225,23**	**ORDINÁRIA**	**20.472.853.730,95**	**20.879.842.527,37**
VINCULADA	**8.118.949.424,16**	**7.708.959.323,99**	**VINCULADA**	**8.062.016.660,04**	**6.882.760.894,82**
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.413.249.983,22	2.452.718.169,59	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.196.855.579,14	2.065.712.685,26
FECOP	596.307.029,81	612.884.520,30	FECOP	467.594.711,19	585.849.502,06
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	172.276.020,71	172.534.753,37	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	193.600.604,71	211.202.777,38
ALIENAÇÃO DE BENS	1.128.985,82	4.406.612,20	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	87.667,00
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	10.708.215,28	21.323.915,26	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	15.731.844,78	42.150.268,71
FUNDEB	1.598.252.530,04	1.689.096.191,94	FUNDEB	1.591.188.530,51	1.640.755.606,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.467.301.497,92	1.379.961.036,26	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.643.179.307,09	1.059.694.372,29
CONVÊNIOS	252.322.322,01	524.203.678,32	CONVÊNIOS	466.985.410,65	393.437.031,21
SUS	1.171.240.710,21	825.073.510,37	SUS	1.092.218.192,61	832.013.881,05
OUTROS RECURSOS	436.162.129,14	26.756.936,38	OUTROS RECURSOS	394.662.479,36	51.857.103,45
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	**22.383.786.175,96**	**22.018.731.585,70**	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)**	**22.383.786.175,96**	**22.018.731.585,70**
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	21.312.210.621,79	21.014.394.496,27	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	21.312.210.621,79	21.014.394.496,27
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	882.542.214,99	747.432.655,91	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	882.542.214,99	747.433.020,65
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	10.619.415,96	14.214.970,82	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	10.619.415,96	14.214.606,08
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	178.413.923,22	242.689.462,70	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	178.413.923,22	242.689.462,70
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	**16.756.543.031,93**	**15.201.378.120,62**	**PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)**	**16.146.346.030,59**	**15.231.927.870,32**
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	213.528.347,75	284.725.691,80	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	279.606.616,01	255.480.334,95
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.177.830.545,62	853.626.348,13	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	704.284.967,66	511.087.046,80
VALORES RESTITUÍVEIS	14.867.696.890,10	14.044.785.928,99	VALORES RESTITUÍVEIS	14.789.573.172,90	13.981.745.608,74
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	4.090.548.942,27	3.943.529.371,25	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.874.491.246,17	3.772.573.266,74
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	170.697.690,65	165.655.375,35
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	10.777.147.947,83	10.101.256.557,74	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	10.744.384.236,08	10.043.516.966,65
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	35.765.595,12	18.240.151,70	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	32.859.165,35	21.893.226,49
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	461.721.653,34	0,00	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	340.022.108,67	461.721.653,34
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	**6.085.514.916,67**	**5.070.941.539,34**	**SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)**	**8.165.792.227,85**	**6.085.514.916,67**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.032.316.753,56	5.054.746.957,67	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.129.159.796,50	6.032.316.753,56
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	53.198.163,11	16.194.581,67	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	36.632.431,35	53.198.163,11
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	**75.230.794.825,39**	**71.098.777.794,88**	**TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)**	**75.230.794.825,39**	**71.098.777.794,88**

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.129.159.796,50	6.032.316.753,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	8.129.159.796,50	6.032.316.753,56
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	14.041.085.929,95	9.117.706.912,35
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	13.899.857.535,34	8.868.693.176,08
CLIENTES	280.639,72	280.639,72
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	38.487.912,65	33.347.285,65
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	99.119.807,80	208.101.489,17
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	6.310.034,44	7.284.321,73
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-2.970.000,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	328.210.228,65	322.820.384,43
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	124.341.740,70	99.533.202,85
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	268.847,09	266.771,84
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	483.207,91	483.207,91
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.178.730.027,68	1.145.462.242,86
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-975.613.594,73	-922.925.041,03
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	83.845.388,07	216.346.759,32
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	83.845.388,07	216.346.759,32
ESTOQUES	778.756.048,22	756.262.107,21
MERCADORIAS PARA REVENDA	3.961.429,33	3.466.102,00
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS	939.085,61	939.085,61
ALMOXARIFADO	773.855.533,28	751.856.919,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	46.764.541,80	49.150.756,83
DEMAIS VPD A APROPRIAR	46.764.541,80	49.150.756,83
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**23.407.821.933,19**	**16.494.603.673,70**
Ativo Não Circulante		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.811.797.703,67	13.502.446.272,48
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	10.349.482.664,72	13.049.424.255,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	206.138.318,35	207.647.123,46
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	256.176.720,60	245.374.894,02
INVESTIMENTOS	4.621.595.909,01	4.510.711.890,18
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	4.621.595.909,01	4.510.711.890,18
IMOBILIZADO	24.618.485.164,91	23.826.777.020,42
BENS MÓVEIS	4.511.322.624,79	4.593.621.264,86
BENS IMÓVEIS	20.297.262.392,98	19.308.720.466,86
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	-190.099.852,86	-75.564.711,30

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	109.847.128,63	103.822.280,16
PESSOAL A PAGAR	969.075,41	2.169.990,59
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	98,40	98,40
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	1.200,00	2.198,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	108.876.754,82	101.649.993,17
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	1.336.526.428,34	1.031.534.604,38
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	10.362.194,95	42.643.204,40
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	10.362.194,95	42.643.204,40
FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	1.326.164.233,39	988.891.399,98
FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	637.580.717,82	528.401.324,42
FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO	688.583.515,57	460.490.075,56
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	146.106.698,75	237.364.260,38
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	146.106.698,75	237.364.260,38
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	3.945.375,46	10.978.122,38
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	3.932.699,90	10.908.947,98
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	670,90	51.402,74
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	12.004,66	17.771,66
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	76.878.454,20	66.117.894,56
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (I)	76.878.454,20	66.117.894,56
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.539.286.080,36	1.464.783.414,85
VALORES RESTITUÍVEIS	1.514.648.934,64	1.420.910.144,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	24.637.145,72	43.873.270,14
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**3.212.590.165,74**	**2.914.600.576,71**
Passivo Não Circulante		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	32.728.906,64	179.762.317,08
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	32.728.906,64	179.762.317,08
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	15.632.336.328,02	12.978.936.164,04
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	6.516.087.520,41	5.878.852.455,16
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	9.116.248.807,61	7.100.083.708,88
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	393.152.805,44	368.554.618,60
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO	393.152.805,44	368.554.618,60
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.314.463.182,40	1.111.148.587,08

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Não Circulante		
ACUMULADAS		
INTANGÍVEL	219.147.579,04	193.610.150,19
SOFTWARES	221.296.789,17	194.394.169,09
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	364.794,02	364.794,02
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-2.514.004,15	-1.148.812,92
DIFERIDO	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**40.271.026.356,63**	**42.033.545.333,27**

Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Não Circulante		
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.314.463.182,40	1.111.148.587,08
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	643.794.775,46	619.106.540,14
OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	643.794.775,46	619.106.540,14
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**18.016.475.997,96**	**15.257.508.226,94**
Patrimônio Líquido		
RESULTADOS ACUMULADOS	42.449.782.126,12	40.356.040.203,32
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	43.045.209.718,40	40.959.469.516,53
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-2.404.042.224,43	2.979.898.850,45
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	40.959.469.516,53	30.463.944.915,97
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.489.782.426,30	7.515.625.750,11
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	-595.427.592,28	-603.429.313,21
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	-4.087.350,01	-7.162.438,47
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	-603.429.313,21	-595.555.132,51
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.089.070,94	-711.742,23
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	**42.449.782.126,12**	**40.356.040.203,32**

Total do Ativo:	**63.678.848.289,82**	**58.528.149.006,97**
(1) Ativo Financeiro:	8.505.814.336,52	6.547.236.570,01
(2) Ativo Permanente:	55.173.033.953,30	51.980.912.436,96
Saldo Patrimonial:	**41.198.962.585,02**	**39.447.597.690,01**

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido:	**63.678.848.289,82**	**58.528.149.006,97**
(3) Passivo Financeiro:	2.997.354.928,09	2.644.575.153,50
(4) Passivo Permanente:	19.482.530.776,71	16.435.976.163,46

Compensações

Especificação Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	561.852.003,50	551.035.201,29
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	6.140.257.689,24	4.190.624.876,61
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.990.100,85	19.990.100,85
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**6.722.099.793,59**	**4.761.650.178,75**

Especificação Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	64.903.236,13	64.903.236,13
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	371.706.443,54	369.732.266,42
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**436.609.679,67**	**434.635.502,55**

FONTE DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
10000	TESOURO, RECURSOS ORDINÁRIOS	1.398.528.586,87	-361.994.908,98
10002	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	557.067.942,76	708.925.286,89
10003	RECURSOS ORDINÁRIOS - CIPP	-3.891,35	12.807.881,07
10005	RECURSOS ORDINÁRIOS PARA O SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	1.441.211,92	0,00
10006	DIVIDENDOS - CAGECE	35.401.338,86	44.751.801,38
10007	RECURSOS ORDINÁRIOS - CESSÃO ONEROSA - BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL	494.801,30	247.094.720,52
10008	RECURSOS ORDINÁRIOS - AUXÍLIO FINANCEIRO PARA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	961.094,66	0,00
10100	TESOURO, COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	-146.631.458,92	-205.360.973,82
11000	TESOURO, RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	218.543.876,83	81.802.147,53
11200	TESOURO, ALIENAÇÃO DE BENS	70.026.962,51	68.897.976,69
14400	TESOURO, INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	3.716.306,46	1.818.317,88
20300	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	597.681.953,04	460.826.898,12
20400	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	606.945.759,52	527.364.161,41
20500	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	69.381.468,35	68.878.899,83
20600	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR	29.314.280,66	29.859.098,13
20700	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	41.713.292,91	3.145.931,88
21100	OUT. FONTES, COTA-PARTE DA CIDE	1.332.789,84	35.173,96
21500	OUT. FONTES, DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	73.903,96	6.958,14
21600	OUT. FONTES, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	29.499.361,36	34.342.610,91
22900	OUT. FONTES, RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	20.170.181,41	20.602.016,68
24636	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC VLT - CEF	-24.695,81	-2.507.319,62
24637	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	0,00	-1.435.730,08
24645	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	-17.311,65	990.885,77
24647	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	0,00	12.409.932,54
24649	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - LINHA LESTE/BNDES	-12.264,33	126.347.818,41
24654	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	514.489.825,72	524.064.738,64
24656	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO	50.777,06	-702.498,84
24840	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	282.113,19	283.276,25
24848	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	7.365.474,84	-19.833,24
24849	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - IPF/BIRD	-1.595.313,43	0,00
24857	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	4.505.101,83	0,00
24858	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	20.261.027,05	-182.065,99
24859	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	67.127.677,99	177.979.887,05

FONTE DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
24864	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	3.200.092,83	1.458.623,95
24865	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	-310.461,75	-969.987,81
24867	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	-0,72	-0,72
24869	OUT. FONTES, OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	3.053.378,09	3.064.901,86
25000	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	2.369.377,44	68.561.998,01
25100	OUT. FONTES, COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	73.825.323,73	0,00
27000	OUT. FONTES, RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	590.453.189,26	464.020.706,51
27001	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MECENATO	486.157,55	475.857,82
27002	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS - MULTAS DE TRÂNSITO	8.068.591,10	1.229.862,28
27301	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	10.638.314,44	570.552,87
27302	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - TRANSPORTE ESCOLAR	2.508.234,11	254.654,20
27303	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS - OUTRAS	38.821.540,59	36.797.958,30
27600	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	16.472.658,63	5.814.150,19
27900	OUT. FONTES, TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	9.234.764,35	11.098.518,21
28080	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	-1.032.338,89	0,00
28081	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	6.806,50	368.734,84
28282	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	383.903.951,79	583.309.851,42
28283	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	24.776.718,22	69.163.545,09
28686	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.670.917,15	4.578.667,48
28687	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.983.620,95	452.155,21
28888	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	55.510,60	55.035,73
28889	OUT. FONTES, CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	8.440.780,34	6.457.260,98
29100	OUT. FONTES, RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	126.714.762,47	45.761.880,43
29200	OUT. FONTES, REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS	1.399.073,45	1.584.712,69
29201	REPASSE FUNDO A FUNDO - FUNPEN	24.229.934,51	17.518.687,86
29203	REPASSE FUNDO A FUNDO - FNSP	21.008.415,84	0,00
29204	REPASSE FUNDO A FUNDO - AUXILIO AO SETOR CULTURAL - ALDIR BLANC	5.387.920,44	0,00
Total:		**5.508.459.408,43**	**3.902.661.416,51**

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Aumentativas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Aumentativas		**62.249.730.077,25**	**61.135.937.291,35**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**18.027.964.997,60**	**18.404.366.098,20**
4.1.1	IMPOSTOS	17.213.565.866,39	17.514.427.346,74
4.1.2	TAXAS	814.399.131,21	889.938.751,46
CONTRIBUIÇÕES		**2.292.628.182,85**	**2.298.363.088,72**
4.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.292.628.182,85	2.298.363.088,72
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**320.695.532,11**	**282.486.773,10**
4.3.1	VENDA DE MERCADORIAS	689.821,79	1.100.467,21
4.3.2	VENDA DE PRODUTOS	805,00	1.075,00
4.3.3	EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	320.004.905,32	281.385.230,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**4.693.815.624,96**	**2.468.914.849,52**
4.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	65.774.951,13	730.745.915,79
4.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	3.985.189.935,01	1.425.465.919,20
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	189.130.422,84	312.341.403,67
4.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	453.720.315,98	361.610,86
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**34.301.650.052,22**	**35.173.564.099,71**
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	22.383.786.175,96	24.637.116.426,46
4.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.864.561.136,45	10.502.884.812,54
4.5.3	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	14.874.454,73	19.584.048,64
4.5.6	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	2.053.277,53
4.5.8	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	38.428.285,08	11.925.534,54
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		**511.191.036,60**	**509.430.936,92**
4.6.1	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	511.191.036,60	509.430.936,92
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**2.101.784.650,91**	**1.998.811.445,18**
4.9.2	RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	203.412.965,19	298.382.303,89
4.9.7	REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	730.248.954,09	458.997.496,88
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.168.122.731,63	1.241.431.644,41

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		**64.657.859.651,69**	**58.163.200.879,37**
PESSOAL E ENCARGOS		**9.517.773.095,15**	**9.537.152.260,37**
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	7.693.649.130,72	7.655.935.973,75
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	1.555.032.350,95	1.623.216.261,83
3.1.3	BENEFÍCIOS A PESSOAL	219.009.450,29	216.149.690,58
3.1.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	50.082.163,19	41.850.334,21
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**3.729.536.869,95**	**3.565.752.866,07**
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.869.883.806,89	2.732.771.976,99
3.2.2	PENSÕES	855.737.992,57	828.075.677,32
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.915.070,49	4.905.211,76
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**5.039.344.713,84**	**4.478.038.464,34**
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	912.816.970,32	478.926.982,64
3.3.2	SERVIÇOS	4.012.975.228,72	3.964.291.719,76
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	113.552.514,80	34.819.761,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**6.827.831.267,75**	**2.565.732.590,71**
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	434.543.048,39	617.930.775,94
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.277.826,93	404.399,86
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	6.357.570.727,75	1.935.135.139,33
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	34.439.664,68	12.262.275,58
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**31.685.959.750,93**	**31.150.713.182,92**
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	22.383.786.175,96	22.022.209.756,65
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.572.542.337,46	7.715.281.360,82
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.358.210.385,43	1.149.299.300,59

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		**64.657.859.651,69**	**58.163.200.879,37**
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	109.313.060,76	108.687.396,93
3.5.9	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	262.107.791,32	155.235.367,93
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		**5.882.149.540,52**	**2.038.764.185,00**
3.6.1	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	5.433.030.614,35	1.370.170.866,28
3.6.5	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	449.118.926,17	668.593.318,72
TRIBUTÁRIAS		**205.720.825,61**	**207.994.638,36**
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.539.426,59	5.366.393,77
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	201.181.399,02	202.628.244,59
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		**697.125,10**	**1.317.054,77**
3.8.1	CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	697.125,10	1.317.054,77
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**1.768.846.462,84**	**4.617.735.636,83**
3.9.1	PREMIAÇÕES	4.110.192,07	16.806.110,96
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	180.211.920,77	203.033.764,46
3.9.4	INCENTIVOS	73.516.342,17	73.776.270,30
3.9.7	VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	933.563.549,41	838.156.607,76
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	577.444.458,42	3.485.962.883,35

RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:	**-2.408.129.574,44**	**2.972.736.411,98**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	**64.323.569.083,72**	**61.888.236.452,96**
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.232.680.690,19	14.546.144.784,26
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.294.006.194,60	2.298.386.131,98
RECEITA PATRIMONIAL	96.817.900,12	156.228.461,59
RECEITA AGROPECUÁRIA	805,00	1.075,00
RECEITA DE SERVIÇOS	257.860.744,56	196.585.142,63
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	202.924.013,95	307.653.237,80
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	933.656.527,51	804.828.419,11
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	32.902.157.543,57	31.125.786.652,75
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	13.403.464.664,22	12.452.622.547,84
DESEMBOLSOS	**60.519.670.415,45**	**59.365.842.886,90**
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	18.907.048.870,78	18.437.748.184,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	434.543.048,39	617.927.775,94
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	27.992.705.638,50	27.419.855.935,94
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	13.185.372.857,78	12.890.310.990,13
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	**3.803.898.668,27**	**2.522.393.566,06**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	**3.867.070,00**	**11.732.383,88**
ALIENAÇÃO DE BENS	1.128.985,82	10.109.014,45
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	201.973,55	465.042,51
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS	2.536.110,63	1.158.326,92
DESEMBOLSOS	**2.141.356.760,44**	**1.964.999.263,36**
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.535.682.535,24	1.365.338.518,67
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.830.584,37	1.152.001,09
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	598.843.640,83	598.508.743,60
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	**-2.137.489.690,44**	**-1.953.266.879,48**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	**1.464.765.387,29**	**1.379.111.845,92**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.464.765.387,29	1.379.111.845,92
DESEMBOLSOS	**1.035.534.939,14**	**969.019.189,58**
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	1.013.778.979,55	946.767.482,38
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIMENTOS	21.755.959,59	22.251.707,20
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	**429.230.448,15**	**410.092.656,34**
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**2.095.639.425,98**	**979.219.342,92**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	6.032.316.753,56	5.054.746.957,67
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.129.159.796,50	6.032.316.753,56
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	**2.096.843.042,94**	**977.569.795,89**
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	**-1.203.616,96**	**1.649.547,03**
SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR (IV)	**27.889.633,83**	**25.074.294,86**
SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS (V)	**28.570.960,80**	**23.776.560,20**
ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR (VI)	**12.459.783,65**	**613.570,99**
ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS (VII)	**11.937.493,66**	**965.383,36**
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	**2.095.639.425,98**	**979.219.342,92**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO		
LEGISLATIVA	697.352.942,14	681.069.039,12
JUDICIÁRIA	1.332.264.252,32	1.382.248.915,54
ESSENCIAL À JUSTIÇA	543.010.906,72	563.707.161,09
ADMINISTRAÇÃO	1.398.950.240,24	1.120.828.732,69
SEGURANÇA PÚBLICA	3.388.629.101,30	3.081.974.073,56
ASSISTÊNCIA SOCIAL	197.292.736,22	191.624.350,37
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.727.492.636,39	3.562.686.906,81
SAÚDE	3.000.373.349,58	2.512.378.612,81
TRABALHO	5.730.984,40	8.743.191,16
EDUCAÇÃO	3.100.935.386,25	3.167.589.895,18
CULTURA	46.666.354,33	37.417.093,01
DIREITOS DA CIDADANIA	288.581.649,39	820.600.315,37
URBANISMO	4.500.260,24	26.266.124,74
HABITAÇÃO	9.835.770,98	26.852.917,07
SANEAMENTO	987.774,04	10.943.592,19
GESTÃO AMBIENTAL	110.148.071,59	116.620.957,63
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	49.038.452,18	57.204.550,60
AGRICULTURA	228.670.413,34	222.072.446,60
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.837.038,10	3.429.385,54
INDÚSTRIA	0,00	8.510.863,34
COMÉRCIO E SERVIÇOS	45.124.935,43	51.904.865,35
COMUNICAÇÕES	79.647.727,56	59.125.958,27
ENERGIA	2.851.092,72	2.961.136,11
TRANSPORTE	250.137.836,50	246.063.623,81
DESPORTO E LAZER	12.806.594,94	24.153.017,35
ENCARGOS ESPECIAIS	384.182.363,88	450.770.459,58
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	**18.907.048.870,78**	**18.437.748.184,89**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA	184.241.096,97	347.029.368,33
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA EXTERNA	239.960.051,49	259.927.452,04
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA	10.341.899,93	10.970.955,57
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	**434.543.048,39**	**617.927.775,94**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	4.090.548.942,27	3.943.529.371,25
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	9.331.193.947,81	8.470.114.982,14
VALORES A REPASSAR	-18.278.225,86	38.978.194,45
TOTAL DOS OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	**13.403.464.664,22**	**12.452.622.547,84**
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.874.491.246,17	3.772.573.266,74
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	170.697.690,65	165.655.375,35
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	9.280.152.010,20	8.451.353.585,50
VALORES A RECEBER	-139.968.089,24	500.728.762,54
TOTAL DOS OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	**13.185.372.857,78**	**12.890.310.990,13**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	**9.342.304.702,69**	**7.831.004.243,41**
DA UNIÃO	9.209.585.493,45	7.701.980.921,77
DE MUNICÍPIOS	132.719.209,24	129.023.321,64
INTRAGOVERNAMENTAIS	22.383.786.175,96	22.018.731.585,70
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	1.176.066.664,92	1.276.050.823,64
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	**32.902.157.543,57**	**31.125.786.652,75**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	**4.300.227.601,61**	**4.263.488.359,45**
A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	289.918,28	348.000,00
A MUNICÍPIOS	4.190.624.622,57	4.154.167.058,79
A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	109.313.060,76	108.973.300,66
INTRAGOVERNAMENTAIS	22.383.786.175,96	22.018.731.585,70
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.308.691.860,93	1.137.635.990,79
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	**27.992.705.638,50**	**27.419.855.935,94**

Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas

Ingressos		Dispêndios	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.425.501.573,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.254.217.186,82
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.294.590.396,65	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	434.543.048,39
RECEITA PATRIMONIAL	311.546.130,04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.091.362.694,08
RECEITA AGROPECUÁRIA	805,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	263.943.502,43		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.674.791.855,30		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	969.411.988,64		
(-) DEDUÇÕES			
FUNDEB	3.371.339.927,10	**SUPERÁVIT**	3.551.425.248,11
RESTITUIÇÕES	27.576.716,86	TOTAL	28.331.548.177,40
DRE	209.321.429,90		
TOTAL	28.331.548.177,40		
		DESPESAS DE CAPITAL	
RECEITAS DE CAPITAL		INVESTIMENTOS	2.495.373.861,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.464.765.387,29	INVERSÕES FINANCEIRAS	223.838.660,70
ALIENAÇÃO DE BENS	1.128.985,82	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.035.534.939,14
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	201.973,55		
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	204.770.066,14		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.536.110,63		
(-) DEDUÇÕES			
FUNDEB	0,00		
RESTITUIÇÕES	0,00		
DRE	0,00		
DÉFICIT	2.081.344.938,27		
TOTAL	3.754.747.461,70	TOTAL	3.754.747.461,70

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	28.331.548.177,40	DESPESAS CORRENTES	24.780.122.929,29
RECEITAS DE CAPITAL	1.673.402.523,43	DESPESAS DE CAPITAL	3.754.747.461,70
		SUPERÁVIT	1.470.080.309,84
TOTAL	30.004.950.700,83	TOTAL	30.004.950.700,83

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPESA CORRENTE				24.780.122.929,29
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			13.254.217.186,82	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		11.916.257.956,12		
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	2.869.883.806,89			
31900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	844.476.113,62			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	496.565.122,67			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	0,00			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	10.882.162,16			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.630.924.121,21			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.580.469.619,31			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	132.646.198,40			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	26.027.077,35			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	188.577.917,33			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	87.675.318,46			
31909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.033.757,65			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	44.096.741,07			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		1.337.959.230,70		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.332.646.016,14			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.296.541,59			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	4.016.672,97			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			434.543.048,39	
3290	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		434.543.048,39		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	399.734.125,47			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	24.467.022,99			
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	10.341.899,93			
32909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			11.091.362.694,08	
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		289.918,28		
33304100	CONTRIBUIÇÕES	289.918,28			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		3.738.905.690,10		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	29.188.596,62			
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.709.193.526,83			
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	523.566,65			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		282.367.860,46		
33414100	CONTRIBUIÇÕES	282.367.860,46			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		1.272.666.962,59		
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.069.147.770,44			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	186.762.453,81			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	16.281.847,33			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	474.891,01			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		34.403.098,25		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	15.257.537,65			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	19.145.560,60			
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		38.830.630,54		
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	38.795.337,97			
33679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.292,57			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		107.926.402,36		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	107.926.402,36			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		5.345.873.837,85		
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	3.919.699,49			
33900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	9.383.749,98			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	5.532.357,45			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	47.199.513,37			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	24.579.286,21			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	570.663.172,68			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	26.814.002,07			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	334.235.202,04			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15.149.185,66			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	863.939.677,49			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	14.035.829,45			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	180.273.139,28			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	980.724.824,46			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.424.506.964,26			
33904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	163.538.579,11			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	218.272.454,59			

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	209.509.563,95			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	66.384.905,94			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	753.291,10			
33905700	OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA RURAL	0,00			
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	11.261.878,95			
33906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	228.058,73			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	6.485.698,97			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	91.444.310,52			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	77.038.492,10			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		270.098.293,65		
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	99.389,56			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.287.562,95			
33914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	45.980.302,81			
33914100	CONTRIBUIÇÕES	199.596.406,74			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.872.597,87			
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.860.034,68			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.401.999,04			
4	DESPESA DE CAPITAL				3.754.747.461,70
44	INVESTIMENTOS			2.495.373.861,86	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		193.085.812,86		
44404100	CONTRIBUIÇÕES	1.500.000,00			
44404200	AUXÍLIOS	191.347.151,64			
44405100	OBRAS E INSTALAÃ?Ã?ES	0,00			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	238.661,22			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		29.405.417,10		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.897.038,26			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	120.000,00			
44504200	AUXÍLIOS	23.388.378,84			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		0,00		

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44604100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP		8.136.016,98		
44678300	DESPESAS DECORRENTES DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	7.946.033,16			
44679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	189.983,82			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		2.252.454.280,56		
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
44901400	DIÁRIAS - CIVIL	4.534,67			
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	102.034.503,65			
44903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.103,80			
44903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	63.484.124,79			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	26.056,24			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.233.978,84			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	220.479.546,75			
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	46.317.135,44			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	61.407,22			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	236.773,08			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.346.327.416,07			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	322.872.425,79			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	16.750.632,97			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	13.580.510,86			
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	9.390.997,08			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	82.508.878,47			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	27.140.254,84			
4491	APLICAÇÕES DIRETAS		12.292.334,36		
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	12.053.096,08			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	239.238,28			
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44915200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			223.838.660,70	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		223.838.660,70		

Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
45900700	CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	6.000.000,00			
45904100	CONTRIBUIÇÕES	5.000.000,00			
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	48.146.866,99			
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	827.704,80			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	156.517.313,40			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.346.775,51			
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			1.035.534.939,14	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		1.035.534.939,14		
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	21.755.959,59			
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.013.778.979,55			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
99999900	A CLASSIFICAR	0,00			
Total Geral:					**28.534.870.390,99**

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1000000000 Receitas Correntes	**27.815.216.878,48**	**26.752.847.989,77**	**0,00**	**1.064.078.462,95**
1100000000 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**15.177.756.958,18**	**14.232.658.859,05**	**0,00**	**945.098.099,13**
1110000000 Impostos	**14.486.566.863,00**	**13.589.817.504,48**	**0,00**	**896.749.358,52**
1113000000 Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	**1.300.622.500,00**	**1.225.797.805,37**	**0,00**	**74.824.694,63**
1113030000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.300.622.500,00	1.225.797.805,37	0,00	74.824.694,63
1113031000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.209.578.925,00	1.182.871.013,88	0,00	26.707.911,12
1113031100 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.209.578.925,00	1.182.871.013,88	0,00	26.707.911,12
1113031101 - 10000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.209.578.925,00	1.182.871.013,88	0,00	26.707.911,12
1113034000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	91.043.575,00	42.926.791,49	0,00	48.116.783,51
1113034100 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	91.043.575,00	42.926.791,49	0,00	48.116.783,51
1113034101 - 10000 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	91.043.575,00	42.926.791,49	0,00	48.116.783,51
1118000000 Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios	**13.185.944.363,00**	**12.364.019.699,11**	**0,00**	**821.924.663,89**
1118010000 Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	1.136.956.031,00	1.029.153.386,95	0,00	107.802.644,05
1118012000 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	1.019.093.004,00	972.148.078,31	0,00	46.944.925,69
1118012100 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Principal	953.468.412,00	907.741.759,63	0,00	45.726.652,37
1118012101 - 10000 IPVA - Principal	1.059.409.347,00	1.009.001.163,70	0,00	50.408.183,30
1118012199 - 10000 IPVA - Principal - FUNDEB	-105.940.935,00	-101.259.404,07	0,00	4.681.530,93
1118012200 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Multas e Juros	27.004.882,00	33.316.935,16	6.312.053,16	0,00
1118012201 - 10000 IPVA - Multas e Juros de Mora	30.005.424,00	37.018.816,85	7.013.392,85	0,00
1118012298 - 10000 IPVA - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-3.000.542,00	-3.701.881,69	701.339,69	0,00
1118012300 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa	34.990.185,00	22.024.704,98	0,00	12.965.480,02
1118012301 - 10000 IPVA - Dívida Ativa	38.877.983,00	24.471.894,42	0,00	14.406.088,58
1118012399 - 10000 IPVA - Dívida Ativa - FUNDEB	-3.887.798,00	-2.447.189,44	0,00	1.440.608,56
1118012400 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.629.525,00	9.064.678,54	5.435.153,54	0,00
1118012401 - 10000 IPVA - Dívida Atíva - Multa e Juros de Mora	4.032.806,00	10.071.865,05	6.039.059,05	0,00
1118012498 - 10000 IPVA - Dívida Atíva - Multa e Juros de Mora - FUNDEB	-403.281,00	-1.007.186,51	603.905,51	0,00
1118013000 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos	117.863.027,00	57.005.308,64	0,00	60.857.718,36
1118013100 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Principal	111.921.602,00	49.779.493,14	0,00	62.142.108,86
1118013101 - 10000 ITCD - Principal	139.902.002,00	62.421.391,64	0,00	77.480.610,36
1118013199 - 10000 ITCD - Principal - FUNDEB	-27.980.400,00	-12.641.898,50	0,00	15.338.501,50
1118013200 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Multas e Juros	3.110.105,00	2.029.622,02	0,00	1.080.482,98
1118013201 - 10000 ITCD - Multas e Juros de Mora	3.887.631,00	2.537.027,53	0,00	1.350.603,47
1118013298 - 10000 ITCD - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-777.526,00	-507.405,51	0,00	270.120,49

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118013300 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa	2.094.189,00	3.665.714,05	1.571.525,05	0,00
1118013301 - 10000 ITCD - Dívida Ativa	2.617.736,00	4.582.142,57	1.964.406,57	0,00
1118013399 - 10000 ITCD - Dívida Ativa - FUNDEB	-523.547,00	-916.428,52	392.881,52	0,00
1118013400 Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos - Dívida Ativa - Multas e Juros	737.131,00	1.530.479,43	793.348,43	0,00
1118013401 - 10000 ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora	921.414,00	1.913.099,29	991.685,29	0,00
1118013498 - 10000 ITCD - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-184.283,00	-382.619,86	198.336,86	0,00
1118020000 Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	12.048.988.332,00	11.334.866.312,16	0,00	714.122.019,84
1118021000 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	11.427.029.833,00	10.745.121.618,55	0,00	681.908.214,45
1118021100 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Principal	11.307.216.986,00	10.631.208.005,95	0,00	676.008.980,05
1118021199 - 10000 ICMS - Principal - FUNDEB	-1.995.267.704,00	-1.864.662.703,17	0,00	130.605.000,83
1118021113 - 10000 ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	23.934.782,08	23.934.782,08	0,00
1118021101 - 10000 ICMS Combustivel	3.674.586.314,00	2.597.796.792,01	0,00	1.076.789.521,99
1118021104 - 10000 ICMS Comunicação	640.596.805,00	571.632.288,60	0,00	68.964.516,40
1118021102 - 10000 ICMS Comércio Atacadista	2.495.979.237,00	2.759.341.558,74	263.362.321,74	0,00
1118021103 - 10000 ICMS Comércio Varejista	1.771.680.988,00	1.814.779.347,26	43.098.359,26	0,00
1118021105 - 10000 ICMS Construção Civil	0,00	41.984.335,69	41.984.335,69	0,00
1118021106 - 10000 ICMS Energia Elétrica	1.523.374.291,00	1.587.423.122,33	64.048.831,33	0,00
1118021107 - 10000 ICMS Indústria	2.683.191.044,00	2.581.997.645,38	0,00	101.193.398,62
1118021108 - 10000 ICMS Outros Serviços	0,00	32.321.128,62	32.321.128,62	0,00
1118021109 - 10000 ICMS Pessoa Física	0,00	20.024.809,17	20.024.809,17	0,00
1118021110 - 10000 ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	294.553.277,00	173.316.050,73	0,00	121.237.226,27
1118021111 - 10000 ICMS Produtor Agropecuário	0,00	12.168.379,95	12.168.379,95	0,00
1118021114 - 10000 ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	0,00	69.779.149,05	69.779.149,05	0,00
1118021112 - 10000 ICMS Transporte	218.522.734,00	209.371.319,51	0,00	9.151.414,49
1118021200 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Multas e Juros	73.063.698,00	70.095.513,14	0,00	2.968.184,86
1118021298 - 10000 ICMS - Multas e Juros de Mora - FUNDEB	-7.676.256,00	-8.834.898,35	1.158.642,35	0,00
1118021299 - 10000 ICMS - Multas e Juros de Penalidade - FUNDEB	-5.217.338,00	-5.162.929,90	0,00	54.408,10
1118021213 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Administração Pública e Órgãos Internacionais	0,00	45.344,79	45.344,79	0,00
1118021201 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Combustível	16.356.408,00	2.848.712,18	0,00	13.507.695,82
1118021204 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Comunicação	1.679.848,00	2.036.129,32	356.281,32	0,00
1118021202 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Comércio Atacadista	8.263.699,00	11.890.313,35	3.626.614,35	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118021205 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Construção Civil	0,00	48.325,52	48.325,52	0,00
1118021206 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Energia Elétrica	3.248.673,00	6.040.590,29	2.791.917,29	0,00
1118021207 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Indústria	8.485.810,00	17.648.021,42	9.162.211,42	0,00
1118021208 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Outros Serviços	0,00	165.708,21	165.708,21	0,00
1118021209 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Física	0,00	238.546,88	238.546,88	0,00
1118021210 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	0,00	638.518,18	638.518,18	0,00
1118021211 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	113.242,10	113.242,10	0,00
1118021214 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	1.123.864,00	1.273.768,63	149.904,63	0,00
1118021212 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Transporte	2.626.984,00	2.510.736,81	0,00	116.247,19
1118021203 - 10000 Multas e Juros de Mora - ICMS Varejista	9.389.754,00	13.401.364,62	4.011.610,62	0,00
1118021221 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Combustivel	2.113.610,00	242.580,34	0,00	1.871.029,66
1118021224 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comunicação	0,00	1.545.870,13	1.545.870,13	0,00
1118021222 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Atacadista	6.236.403,00	2.566.058,78	0,00	3.670.344,22
1118021223 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Comércio Varejista	6.315.779,00	5.934.774,71	0,00	381.004,29
1118021225 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Construção Civil	0,00	7.088,99	7.088,99	0,00
1118021226 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Energia Elétrica	5.586.179,00	638.512,35	0,00	4.947.666,65
1118021227 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Indústria	8.146.818,00	10.714.732,04	2.567.914,04	0,00
1118021228 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Outros Serviços	0,00	36.255,82	36.255,82	0,00
1118021229 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Física	698.767,00	614.790,69	0,00	83.976,31
1118021230 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	3.900.673,00	1.823.864,16	0,00	2.076.808,84
1118021231 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	88.180,22	88.180,22	0,00
1118021234 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	560.754,00	100.860,72	0,00	459.893,28
1118021232 - 10000 Multas e Juros de Penalidade - ICMS Transporte	1.223.269,00	880.450,14	0,00	342.818,86
1118021300 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa	32.193.790,00	23.668.383,22	0,00	8.525.406,78
1118021301 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Combustível	27.976.348,00	1.016.285,41	0,00	26.960.062,59
1118021304 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Comunicação	0,00	422.412,38	422.412,38	0,00
1118021302 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	1.331.422,00	3.964.070,12	2.632.648,12	0,00
1118021303 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	2.499.416,00	3.639.235,33	1.139.819,33	0,00
1118021305 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	74.939,66	74.939,66	0,00
1118021306 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	0,00	5.496,81	5.496,81	0,00
1118021307 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Indústria	3.684.238,00	7.938.860,79	4.254.622,79	0,00
1118021308 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	257.072,96	257.072,96	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118021309 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	0,00	20.529,55	20.529,55	0,00
1118021310 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	1.257.980,00	6.648.647,67	5.390.667,67	0,00
1118021311 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	3.689,86	3.689,86	0,00
1118021314 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	0,00	325.174,91	325.174,91	0,00
1118021312 - 10000 Dívida Ativa - ICMS Transporte	1.125.643,00	3.528.741,28	2.403.098,28	0,00
1118021399 - 10000 ICMS - Dívida Ativa - FUNDEB	-5.681.257,00	-4.176.773,51	0,00	1.504.483,49
1118021400 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Dívida Ativa - Multas e Juros	14.555.359,00	20.149.716,24	5.594.357,24	0,00
1118021498 - 10000 ICMS - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - FUNDEB	-1.232.493,00	-1.165.880,17	0,00	66.612,83
1118021499 - 10000 ICMS - Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - FUNDEB	-1.336.100,00	-3.391.001,29	2.054.901,29	0,00
1118021401 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Combustível	181.258,00	128.717,01	0,00	52.540,99
1118021404 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comunicação	0,00	71.825,66	71.825,66	0,00
1118021402 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	1.162.107,00	662.289,22	0,00	499.817,78
1118021403 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	1.706.693,00	873.123,18	0,00	833.569,82
1118021405 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	1.576,04	1.576,04	0,00
1118021406 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Energia Elétrica	0,00	1.651,93	1.651,93	0,00
1118021407 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Indústria	3.309.467,00	2.920.543,15	0,00	388.923,85
1118021408 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	52.862,25	52.862,25	0,00
1118021410 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	729.816,00	1.827.802,72	1.097.986,72	0,00
1118021411 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	640,13	640,13	0,00
1118021413 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	245.341,00	104.769,24	0,00	140.571,76
1118021412 - 10000 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa - ICMS Transporte	881.935,00	1.126.733,95	244.798,95	0,00
1118021421 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Combustivel	8.105.987,00	1.819.115,88	0,00	6.286.871,12
1118021422 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Atacadista	182.739,00	9.175.892,22	8.993.153,22	0,00
1118021423 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Comércio Varejista	221.503,00	2.049.379,32	1.827.876,32	0,00
1118021425 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Construção Civil	0,00	62.037,97	62.037,97	0,00
1118021427 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Indústria	262.674,00	1.260.058,24	997.384,24	0,00
1118021428 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Outros Serviços	0,00	57.887,30	57.887,30	0,00
1118021429 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Física	0,00	48.253,44	48.253,44	0,00
1118021430 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Pessoa Jurídica Não Cadastrada e Sociedade Civil	134.432,00	2.311.484,81	2.177.052,81	0,00
1118021431 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Produtor Agropecuário	0,00	211,04	211,04	0,00
1118021433 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Serviço de Alimento e Alojamento	0,00	46.604,44	46.604,44	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1118021432 - 10000 Multa e Juros de Penalidade da Dívida Ativa - ICMS Transporte	0,00	103.138,56	103.138,56	0,00
1118022000 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza	621.958.499,00	589.744.693,61	0,00	32.213.805,39
1118022100 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	621.958.499,00	588.792.722,07	0,00	33.165.776,93
1118022101 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Principal	621.958.499,00	588.792.722,07	0,00	33.165.776,93
1118022200 Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Multa e Juros	0,00	869.333,04	869.333,04	0,00
1118022201 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Multa e Juros	0,00	869.333,04	869.333,04	0,00
1118022300 Adicional ICMS - FECOP - Dívida Ativa - Principal	0,00	46.548,00	46.548,00	0,00
1118022301 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Dívida Ativa - Principal	0,00	46.548,00	46.548,00	0,00
1118022400 Adicional ICMS - FECOP - Dívida Ativa - Multa e Juros	0,00	36.090,50	36.090,50	0,00
1118022401 - 11000 Adicional ICMS - FECOP - Dívida Ativa - Multa e Juros	0,00	36.090,50	36.090,50	0,00
1120000000 Taxas	**691.190.095,18**	**642.841.354,57**	**0,00**	**48.348.740,61**
1121000000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**69.488.882,00**	**52.622.415,22**	**0,00**	**16.866.466,78**
1121010000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	34.462.350,00	31.115.108,31	0,00	3.347.241,69
1121011000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	34.462.350,00	31.115.108,31	0,00	3.347.241,69
1121011100 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	34.462.350,00	31.115.108,31	0,00	3.347.241,69
1121011116 - 10000 Taxa de Análise de Projeto	0,00	8.081,58	8.081,58	0,00
1121011123 - 10000 Taxa de Aproveitamento de Crédito Extemporâneo	0,00	48.386,52	48.386,52	0,00
1121011119 - 10000 Taxa de Autorização de Equipamento de Uso Fiscal	0,00	2.985,66	2.985,66	0,00
1121011118 - 10000 Taxa de Concessão Especial de Regime de Tributação	3.842.968,00	2.216.378,80	0,00	1.626.589,20
1121011108 - 10000 Taxa de Concessão de Alvará de Funcionamento	0,00	617.291,84	617.291,84	0,00
1121011122 - 10000 Taxa de Declaração de Não Similiridade por Item\Produto	3.491.853,00	1.783.192,79	0,00	1.708.660,21
1121011121 - 10000 Taxa de Reavaliação de Bens ou Direitos Objeto de Sucessão Causa Mortis ou Doação	0,00	37.714,31	37.714,31	0,00
1121011107 - 10000 Taxa do Exercício do Poder de Polícia - Polícia Civil	0,00	218.668,85	218.668,85	0,00
1121011120 - 10000 Taxa pela Emissão de Documento Fiscal Avulso	0,00	629.801,07	629.801,07	0,00
1121011124 - 10000 Taxas do Contencioso Administrativo Fiscal	6.203.441,00	1.377.159,85	0,00	4.826.281,15
1121011116 - 27000 Taxa de Análise de Projeto	160.000,00	220.449,90	60.449,90	0,00
1121011112 - 27000 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	2.450.000,00	3.035.325,53	585.325,53	0,00
1121011113 - 27000 Taxa de Habite-se	0,00	6.846.445,92	6.846.445,92	0,00
1121011102 - 27000 Taxa de Inspeção de Produtos de Origem Animal	0,00	1.960,68	1.960,68	0,00
1121011114 - 27000 Taxa de Parecer Técnico	0,00	2.244,89	2.244,89	0,00
1121011101 - 27000 Taxa de Regulação do Serviço de Saneamento Básico	9.683.138,00	8.609.806,56	0,00	1.073.331,44
1121011117 - 27000 Taxa de Regulação do Serviço de Transporte Rodoviário	7.193.450,00	3.071.274,38	0,00	4.122.175,62
1121011130 - 27000 Taxa de Transporte Animal e Vegetal	1.327.500,00	2.048.193,48	720.693,48	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1121011115 - 27000 Taxa de Vistoria	110.000,00	261.390,43	151.390,43	0,00
1121011104 - 27000 Taxa pela Emissão de Laudo Pericial	0,00	78.355,27	78.355,27	0,00
1121040000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	35.026.532,00	21.507.306,91	0,00	13.519.225,09
1121041000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	35.026.532,00	21.507.306,91	0,00	13.519.225,09
1121041100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	35.026.532,00	21.507.306,91	0,00	13.519.225,09
1121041101 - 27000 Taxa Ambientais	23.415.000,00	12.244.772,36	0,00	11.170.227,64
1121041103 - 27000 Taxa de Licenciamento Ambiental	11.611.532,00	9.262.534,55	0,00	2.348.997,45
1122000000 Taxas pela Prestação de Serviços	**620.472.713,18**	**590.140.682,91**	**0,00**	**30.332.030,27**
1122010000 Taxas pela Prestação de Serviços	527.309.352,18	487.511.785,57	0,00	39.797.566,61
1122011000 Taxas pela Prestação de Serviços	527.309.352,18	487.511.785,57	0,00	39.797.566,61
1122011100 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	527.309.352,18	487.511.785,57	0,00	39.797.566,61
1122011123 - 10000 Editorial e Gráfica	22.566.655,00	17.481.552,07	0,00	5.085.102,93
1122011131 - 10000 Taxa de Análise e Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária	0,00	20.832,67	20.832,67	0,00
1122011136 - 10000 Taxa de Classificação de Produtos Vegetais	0,00	245.471,72	245.471,72	0,00
1122011128 - 10000 Taxa de Consulta Escrita da Interpretação\Aplicação da Legislação Tributária	0,00	127.285,20	127.285,20	0,00
1122011126 - 10000 Taxa de Registro ou Validação de Documentos	0,00	99.887,03	99.887,03	0,00
1122011129 - 10000 Taxa de Retificação de Dados em Documentos Fiscais e Escrita Fiscal	11.130.356,00	15.176,20	0,00	11.115.179,80
1122011127 - 10000 Taxa pelo Fornecimento de Cópia\Download de Documentos	0,00	731.006,09	731.006,09	0,00
1122011138 - 10005 Emolumentos de Fiscalização de Recursos Hidricos	839.278,68	535.942,78	0,00	303.335,90
1122011137 - 22900 Venda de Selos de Autenticidade	30.578.083,00	25.241.056,54	0,00	5.337.026,46
1122011199 - 27000 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	19.268,66	19.268,66	0,00
1122011198 - 27000 Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	45.056.738,00	35.793.988,77	0,00	9.262.749,23
1122011124 - 27000 Taxa de Concessão de Licenças	5.000,00	316.781,72	311.781,72	0,00
1122011102 - 27000 Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	1.645.752,00	1.271.355,55	0,00	374.396,45
1122011111 - 27000 Taxa de Serviços Educacionais	1.230.506,00	1.675.619,02	445.113,02	0,00
1122011125 - 27000 Taxa de Serviços Hemoterápicos	6.421.165,50	2.196.899,22	0,00	4.224.266,28
1122011120 - 27000 Taxa pela Emissão de Documentos	75.000,00	4.181.853,54	4.106.853,54	0,00
1122011116 - 27000 Taxa pela Prestação de Serviços Técnicos	101.000,00	521,88	0,00	100.478,12
1122011106 - 27000 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	407.634.818,00	397.498.339,67	0,00	10.136.478,33
1122011109 - 27000 Taxas de Serviços Cadastrais	25.000,00	58.947,24	33.947,24	0,00
1122020000 Emolumentos e Custas Judiciais	93.163.361,00	102.628.897,34	9.465.536,34	0,00
1122021000 Emolumentos e Custas Judiciais	93.163.361,00	102.628.897,34	9.465.536,34	0,00
1122021100 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	93.163.361,00	102.628.897,34	9.465.536,34	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1122021101 - 27000 Emolumentos e Custas Judiciais	93.163.361,00	102.628.897,34	9.465.536,34	0,00
1128000000 Taxas - Específicas de Estados, DF e Municípios	**1.228.500,00**	**78.256,44**	**0,00**	**1.150.243,56**
1128010000 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	1.228.500,00	78.256,44	0,00	1.150.243,56
1128011000 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	1.228.500,00	78.256,44	0,00	1.150.243,56
1128011100 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	1.228.500,00	78.256,44	0,00	1.150.243,56
1128011101 - 27000 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	1.228.500,00	78.256,44	0,00	1.150.243,56
1200000000 Contribuições	**901.161.017,00**	**965.728.327,58**	**64.567.310,58**	**0,00**
1210000000 Contribuições Sociais	**901.161.017,00**	**965.728.327,58**	**64.567.310,58**	**0,00**
1218000000 Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	**893.990.143,00**	**960.202.486,34**	**66.212.343,34**	**0,00**
1218010000 Contribuição do Servidor Civil para o Plano de Seguridade Social - CPSSS - Específico de EST/DF/MUN	706.633.503,00	776.318.283,28	69.684.780,28	0,00
1218011000 CPSSS do Servidor Civil Ativo	617.620.813,00	576.827.815,15	0,00	40.792.997,85
1218011100 CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal	617.620.813,00	576.827.815,15	0,00	40.792.997,85
1218011106 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - Defensoria Pública	390.098,00	18.224.672,37	17.834.574,37	0,00
1218011104 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - PGJ	30.001.929,00	31.773.953,43	1.772.024,43	0,00
1218011102 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - TCE	20.118.496,00	15.033.977,60	0,00	5.084.518,40
1218011103 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo - TJ	41.222.424,00	88.847.742,03	47.625.318,03	0,00
1218011105 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo Civil – Poder Executivo	468.652.321,00	409.768.282,35	0,00	58.884.038,65
1218011101 - 20300 Contribuição do Servidor Ativo – Assembleia	57.235.545,00	13.179.187,37	0,00	44.056.357,63
1218012000 CPSSS do Servidor Civil Inativo	63.481.885,00	156.751.829,61	93.269.944,61	0,00
1218012100 CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	63.481.885,00	156.751.829,61	93.269.944,61	0,00
1218012106 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - Defensoria Pública	0,00	3.791.904,54	3.791.904,54	0,00
1218012104 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - PGJ	5.308.698,00	7.121.981,57	1.813.283,57	0,00
1218012102 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - TCE	6.443.499,00	5.602.048,09	0,00	841.450,91
1218012103 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo - TJ	6.058.852,00	17.728.455,35	11.669.603,35	0,00
1218012105 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo Civil – Poder Executivo	45.170.836,00	116.848.298,40	71.677.462,40	0,00
1218012101 - 20300 Contribuição do Servidor Inativo – Assembleia	500.000,00	5.659.141,66	5.159.141,66	0,00
1218013000 CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas	25.530.805,00	42.738.638,52	17.207.833,52	0,00
1218013100 CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	25.530.805,00	42.738.638,52	17.207.833,52	0,00
1218013106 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - Defensoria Pública	0,00	83.632,38	83.632,38	0,00
1218013104 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - PGJ	569.734,00	2.229.192,98	1.659.458,98	0,00
1218013102 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - TCE	0,00	684.099,64	684.099,64	0,00
1218013103 - 20300 Contribuição dos Pensionistas - TJ	537.133,00	6.261.462,03	5.724.329,03	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1218013105 - 20300 Contribuição dos Pensionistas Civis- Poder Executivo	24.423.938,00	30.207.558,36	5.783.620,36	0,00
1218013101 - 20300 Contribuição dos Pensionistas – Assembleia	0,00	3.272.693,13	3.272.693,13	0,00
1218050000 Contribuição dos Militares e Pensionistas para Previdência Militar de Estados e DF	187.356.640,00	183.884.203,06	0,00	3.472.436,94
1218051000 Contribuição do Militar Ativo	169.518.563,00	128.263.909,06	0,00	41.254.653,94
1218051100 Contribuição do Militar Ativo - Principal	169.518.563,00	128.263.909,06	0,00	41.254.653,94
1218051101 - 20300 Contribuição do Militar Ativo	169.518.563,00	128.263.909,06	0,00	41.254.653,94
1218052000 Contribuição do Militar Inativo	14.664.650,00	38.790.630,10	24.125.980,10	0,00
1218052100 Contribuição do Militar Inativo - Principal	14.664.650,00	38.790.630,10	24.125.980,10	0,00
1218052101 - 20300 Contribuição do Militar Inativo	14.664.650,00	38.790.630,10	24.125.980,10	0,00
1218053000 Contribuição dos Pensionistas Militares	3.173.427,00	16.829.663,90	13.656.236,90	0,00
1218053100 Contribuição dos Pensionistas Militares - Principal	3.173.427,00	16.829.663,90	13.656.236,90	0,00
1218053101 - 20300 Contribuição dos Pensionistas Militares	3.173.427,00	16.829.663,90	13.656.236,90	0,00
1219000000 Outras Contribuições Sociais	**7.170.874,00**	**5.525.841,24**	**0,00**	**1.645.032,76**
1219990000 Demais Contribuições Sociais	7.170.874,00	5.525.841,24	0,00	1.645.032,76
1219991000 Demais Contribuições Sociais	7.170.874,00	5.525.841,24	0,00	1.645.032,76
1219991100 Outras Contribuições Sociais - Principal	7.170.874,00	5.525.841,24	0,00	1.645.032,76
1219991107 - 20300 Contribuição dos Serventuários da Justiça para o RPPS	0,00	11.610,20	11.610,20	0,00
1219991114 - 20500 Contribuição do Segurado Inativo do FPP	0,00	1.231.102,14	1.231.102,14	0,00
1219991116 - 20500 Contribuição dos Deputados para o FPP - Facultativos	0,00	455.681,39	455.681,39	0,00
1219991115 - 20500 Contribuição dos Deputados para o FPP - Obrigatórios	0,00	2.100.390,31	2.100.390,31	0,00
1219991104 - 20500 Contribuição dos Deputados para o FPP - Obrigatórios e Facultativos	3.671.571,00	0,00	0,00	3.671.571,00
1219991105 - 20500 Contribuição dos Pensionistas para o FPP	945.274,00	33.554,69	0,00	911.719,31
1219991111 - 20600 Contribuicao Patronal - Cessao\Autopatrocinio	644.318,00	455.681,39	0,00	188.636,61
1219991113 - 20600 Contribuicao Patronal de Exercicios Anteriores - Cessao\Autopatrocinio	1.909.711,00	1.237.821,12	0,00	671.889,88
1300000000 Receita Patrimonial	**398.911.078,94**	**299.741.914,07**	**0,00**	**99.169.164,87**
1310000000 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**20.287.261,00**	**12.276.294,30**	**0,00**	**8.010.966,70**
1310010000 Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	4.741.977,00	4.817.581,04	75.604,04	0,00
1310011000 Aluguéis e Arrendamentos	4.737.977,00	4.815.319,92	77.342,92	0,00
1310011100 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.737.977,00	4.815.319,92	77.342,92	0,00
1310011101 - 10000 Aluguéis	764.097,00	385.369,73	0,00	378.727,27
1310011101 - 27000 Aluguéis	3.973.880,00	4.429.950,19	456.070,19	0,00
1310012000 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação	4.000,00	2.261,12	0,00	1.738,88
1310012100 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	4.000,00	2.261,12	0,00	1.738,88

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1310012101 - 27000 Foros	0,00	212,87	212,87	0,00
1310012102 - 27000 Laudêmios	4.000,00	2.048,25	0,00	1.951,75
1310020000 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	4.473.306,00	6.253.922,46	1.780.616,46	0,00
1310021000 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	4.473.306,00	6.253.922,46	1.780.616,46	0,00
1310021100 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	4.473.306,00	6.253.922,46	1.780.616,46	0,00
1310021199 - 10000 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	78.486,30	78.486,30	0,00
1310021103 - 10000 Receita de Concessões e Permissões - Cinturão Digital	2.183.306,00	2.708.644,51	525.338,51	0,00
1310021102 - 27000 Concessão de Terminal Rodoviário	0,00	28.755,94	28.755,94	0,00
1310021199 - 27000 Outras Receitas de Concessões e Permissões	0,00	6.509,58	6.509,58	0,00
1310021105 - 27000 Permissão de Uso de Area Aeroportuária	180.000,00	324.437,56	144.437,56	0,00
1310021104 - 27000 Permissão de Uso de Faixa de Domínio	2.110.000,00	3.107.088,57	997.088,57	0,00
1310990000 Outras Receitas Imobiliárias	11.071.978,00	1.204.790,80	0,00	9.867.187,20
1310991000 Outras Receitas Imobiliárias	11.071.978,00	1.204.790,80	0,00	9.867.187,20
1310991100 Outras Receitas Imobiliárias - Principal	11.071.978,00	1.204.790,80	0,00	9.867.187,20
1310991103 - 27000 Outras Receitas Imobiliárias	937.500,00	1.166.790,80	229.290,80	0,00
1310991102 - 27000 Taxa de Anuência	10.134.478,00	38.000,00	0,00	10.096.478,00
1320000000 Valores Mobiliários	**367.600.024,94**	**245.397.105,05**	**0,00**	**122.202.919,89**
1321000000 Juros e Correções Monetárias	**324.905.993,94**	**210.682.614,20**	**0,00**	**114.223.379,74**
1321001000 Remuneração de Depósitos Bancários	167.965.370,94	32.982.671,77	0,00	134.982.699,17
1321001100 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	167.965.370,94	32.982.671,77	0,00	134.982.699,17
1321001130 - 10000 Remuneração de Depósitos de Poupança	0,00	9.325,29	9.325,29	0,00
1321001199 - 10000 Remuneração de Outros Depósitos Bancários	11.815,00	0,00	0,00	11.815,00
1321001138 - 10008 Remuneração de Depósitos Bancários – Auxílio Financeiro para Saúde e Assistência Social- FT 00.08	0,00	873.686,70	873.686,70	0,00
1321001111 - 11000 Remuneração de Depósitos Bancários – Recursos FECOP Fonte 10	10.773.607,00	6.126.717,09	0,00	4.646.889,91
1321001129 - 14400 Remuneração de Depósitos Bancários – Cota-Parte Royalties - FT 44	0,00	233.094,57	233.094,57	0,00
1321001110 - 20300 Remuneração de Depósitos Bancários – Recursos do RPPS Fonte 03	88.926.056,00	0,00	0,00	88.926.056,00
1321001125 - 20700 Remuneração de Depósitos Bancários - Salário Educação - FT 07	0,00	582.024,20	582.024,20	0,00
1321001107 - 21100 Remuneração de Depósitos Bancários – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	0,00	54.718,79	54.718,79	0,00
1321001124 - 21600 Remuneração de Depósitos Bancários – Compensação Ambiental - FT 16	0,00	1.196.535,65	1.196.535,65	0,00
1321001126 - 22900 Remuneração de Depósitos Bancários - Selos de Autenticidade - FT 29	999.104,00	556.518,26	0,00	442.585,74
1321001102 - 25000 Remuneração de Depósitos Bancários – FUNDEB Obs: Fonte 50	8.147.838,00	4.582.934,62	0,00	3.564.903,38
1321001130 - 27000 Remuneração de Depósitos de Poupança	0,00	11,41	11,41	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1321001127 - 27301 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	137.141,93	137.141,93	0,00
1321001127 - 27302 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	4.403,77	4.403,77	0,00
1321001127 - 27303 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	925.779,32	925.779,32	0,00
1321001128 - 27600 Remuneração de Depósitos Bancários - FDI - FT 76	0,00	212.195,58	212.195,58	0,00
1321001121 - 27900 Remuneração de Depósitos Bancários – Fundo de Defesa Civil - FT 79	0,00	56.865,44	56.865,44	0,00
1321001119 - 28080 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Internacional - Adm Direta - Fonte 80	3.013.000,00	0,00	0,00	3.013.000,00
1321001120 - 28081 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Internacional - Adm Indireta - Fonte 81	0,00	5.361,99	5.361,99	0,00
1321001127 - 28282 Remuneração de Depósitos Bancários - Transferências Diretas do FNDE	0,00	14.501,71	14.501,71	0,00
1321001113 - 28282 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios Federal Adm Direta - Fonte 82	13.460.000,00	10.125.526,31	0,00	3.334.473,69
1321001114 - 28283 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios Federal AdmIndireta - Fonte 83	1.971.905,44	691.054,39	0,00	1.280.851,05
1321001115 - 28686 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Municipal - Adm Direta - Fonte 86	0,00	121.838,10	121.838,10	0,00
1321001116 - 28687 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com órgão Municipal - Adm Indireta - Fonte 87	0,00	7.446,56	7.446,56	0,00
1321001117 - 28888 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Privado - Adm Direta - Fonte 88	0,00	474,87	474,87	0,00
1321001118 - 28889 Remuneração de Depósitos Bancários – Convênios com Órgão Privado - Adm Indireta - Fonte 89	6.913.100,50	130.527,33	0,00	6.782.573,17
1321001103 - 29100 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo de Saúde - FT 91	33.748.945,00	5.704.068,23	0,00	28.044.876,77
1321001108 - 29200 Remuneração de Depósitos Bancários – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,00	11.520,91	11.520,91	0,00
1321001133 - 29201 Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Transferência FUNPEN	0,00	526.271,37	526.271,37	0,00
1321001137 - 29203 Remuneração de Depósitos Bancários – FNSP - FT 92.03	0,00	66.655,83	66.655,83	0,00
1321001139 - 29204 Remuneração de Depósitos Bancários – FEC - FT 92.04	0,00	25.471,55	25.471,55	0,00
1321004000 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	0,00	69.367.888,08	69.367.888,08	0,00
1321004100 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	0,00	69.367.888,08	69.367.888,08	0,00
1321004101 - 20300 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	0,00	68.335.593,83	68.335.593,83	0,00
1321004101 - 20500 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Renda Fixa	0,00	1.032.294,25	1.032.294,25	0,00
1321005000 Juros e Correções Monetárias	156.940.623,00	100.573.454,10	0,00	56.367.168,90
1321005100 Juros e Correções Monetárias	156.940.623,00	100.573.454,10	0,00	56.367.168,90
1321005101 - 10000 Juros e Títulos de Renda	111.955.211,00	84.680.356,35	0,00	27.274.854,65
1321005101 - 27000 Juros e Títulos de Renda	44.985.412,00	15.880.684,99	0,00	29.104.727,01
1321005101 - 27001 Juros e Títulos de Renda	0,00	12.412,76	12.412,76	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1321006000 Juros sobre o Capital Próprio	0,00	7.758.600,25	7.758.600,25	0,00
1321006100 Juros sobre o Capital Próprio - Principal	0,00	7.758.600,25	7.758.600,25	0,00
1321006101 - 10000 Juros sobre o Capital Próprio	0,00	7.758.600,25	7.758.600,25	0,00
1322000000 Dividendos	**42.664.030,00**	**34.697.220,95**	**0,00**	**7.966.809,05**
1322001000 Dividendos	42.664.030,00	34.697.220,95	0,00	7.966.809,05
1322001100 Dividendos - Principal	42.664.030,00	34.697.220,95	0,00	7.966.809,05
1322001101 - 10000 Dividendos	8.662.630,00	28.688.218,48	20.025.588,48	0,00
1322001101 - 10006 Dividendos	34.001.400,00	6.009.002,47	0,00	27.992.397,53
1329000000 Outros Valores Mobiliários	**30.001,00**	**17.269,90**	**0,00**	**12.731,10**
1329001000 Outros Valores Mobiliários	30.001,00	17.269,90	0,00	12.731,10
1329001100 Outros Valores Mobiliários - Principal	30.001,00	17.269,90	0,00	12.731,10
1329001199 - 10000 Outros Valores Mobiliários	30.001,00	17.269,90	0,00	12.731,10
1330000000 Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	**7.566.805,00**	**6.774.912,99**	**0,00**	**791.892,01**
1331000000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte	**0,00**	**505.968,48**	**505.968,48**	**0,00**
1331010000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	0,00	505.968,48	505.968,48	0,00
1331011000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	0,00	505.968,48	505.968,48	0,00
1331011100 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	0,00	505.968,48	505.968,48	0,00
1331011101 - 27000 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário	0,00	505.968,48	505.968,48	0,00
1339000000 Demais Delegações de Serviços Públicos	**7.566.805,00**	**6.268.944,51**	**0,00**	**1.297.860,49**
1339010000 Demais Delegações de Serviços Públicos	7.566.805,00	6.268.944,51	0,00	1.297.860,49
1339011000 Demais Delegações de Serviços Públicos	7.566.805,00	6.268.944,51	0,00	1.297.860,49
1339011100 Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal	7.566.805,00	6.268.944,51	0,00	1.297.860,49
1339011199 - 10000 Outras Delegações para a Prestação - Serviços	0,00	27.858,20	27.858,20	0,00
1339011101 - 10000 Receita da Loteria Estadual	1.131.540,00	936.162,92	0,00	195.377,08
1339011101 - 27000 Receita da Loteria Estadual	6.435.265,00	5.304.923,39	0,00	1.130.341,61
1360000000 Cessão de Direitos	**2.100.000,00**	**35.293.601,73**	**33.193.601,73**	**0,00**
1360010000 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	2.100.000,00	35.293.601,73	33.193.601,73	0,00
1360011000 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	2.100.000,00	35.293.601,73	33.193.601,73	0,00
1360011100 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	2.100.000,00	35.293.601,73	33.193.601,73	0,00
1360011101 - 27000 Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	2.100.000,00	35.293.601,73	33.193.601,73	0,00
1390000000 Demais Receitas Patrimoniais	**1.356.988,00**	**0,00**	**0,00**	**1.356.988,00**
1390001000 Demais Receitas Patrimoniais	1.356.988,00	0,00	0,00	1.356.988,00
1390001100 Demais Receitas Patrimoniais - Principal	1.356.988,00	0,00	0,00	1.356.988,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1390001101 - 10000 Recuperação de Ativos	1.356.988,00	0,00	0,00	1.356.988,00
1400000000 Receita Agropecuária	**0,00**	**805,00**	**805,00**	**0,00**
1400001000 Receita Agropecuária	0,00	805,00	805,00	0,00
1400001100 Receita Agropecuária - Principal	0,00	805,00	805,00	0,00
1400001102 - 27000 Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	805,00	805,00	0,00
1600000000 Receita de Serviços	**237.017.116,79**	**220.044.968,96**	**0,00**	**16.972.147,83**
1610000000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**102.357.116,79**	**104.260.526,62**	**1.903.409,83**	**0,00**
1610010000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	63.674.326,79	54.870.841,97	0,00	8.803.484,82
1610011000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	63.674.326,79	54.870.841,97	0,00	8.803.484,82
1610011100 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	63.674.326,79	54.870.841,97	0,00	8.803.484,82
1610011119 - 10000 Equipam Turísticos - Centro de Turismo	520.519,62	169.335,20	0,00	351.184,42
1610011125 - 10000 Equipamentos Turísticos - Centro de Eventos	10.686.622,38	1.635.160,58	0,00	9.051.461,80
1610011101 - 10000 Serviços de Venda de Editais	0,00	279,70	279,70	0,00
1610011177 - 10005 Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	0,00	1.134.737,92	1.134.737,92	0,00
1610011154 - 27000 Fornecimento de Refeições	1.165.494,00	122.997,34	0,00	1.042.496,66
1610011199 - 27000 Outros Serviços	12.730.198,79	1.950.533,32	0,00	10.779.665,47
1610011114 - 27000 Outros Serviços Administrativos	77.500,00	17.480,00	0,00	60.020,00
1610011198 - 27000 Outros Serviços Comerciais	0,00	686.239,39	686.239,39	0,00
1610011107 - 27000 Outros Serviços de Comunicação	1.032.143,00	863.858,86	0,00	168.284,14
1610011164 - 27000 Serviço de Distribuição de Títulos para Protesto	1.542,00	245,78	0,00	1.296,22
1610011152 - 27000 Serviço de Gestão Descentralizada de Energia Elética	1.500.000,00	2.109.320,18	609.320,18	0,00
1610011160 - 27000 Serviço pelo Uso da Estrutura Arrecadatória	20.000.900,00	12.964.425,41	0,00	7.036.474,59
1610011116 - 27000 Serviços Educacionais	9.533,00	3.600,00	0,00	5.933,00
1610011168 - 27000 Serviços Veterinários	323.273,00	196.406,00	0,00	126.867,00
1610011158 - 27000 Serviços de Cadastro em Geral	0,00	969.283,82	969.283,82	0,00
1610011169 - 27000 Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reserva e Distribuição de Água	9.200.000,00	0,00	0,00	9.200.000,00
1610011170 - 27000 Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final de Esgotos	2.900.000,00	0,00	0,00	2.900.000,00
1610011103 - 27000 Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade	0,00	4,00	4,00	0,00
1610011167 - 27000 Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento	442.000,00	74.970,53	0,00	367.029,47
1610011122 - 27000 Serviços de Estudos e Pesquisas	0,00	1.005.148,36	1.005.148,36	0,00
1610011157 - 27000 Serviços de Exames Laboratoriais	350.000,00	151.737,12	0,00	198.262,88
1610011115 - 27000 Serviços de Meteorologia	460.601,00	8.151,49	0,00	452.449,51

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1610011177 - 27000 Tarifa pelo Uso de Recursos Hídricos	0,00	3.614.963,27	3.614.963,27	0,00
1610011178 - 27000 Tarifa sobre Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário	0,00	27.188.385,30	27.188.385,30	0,00
1610011156 - 27000 Venda de Produtos Consignáveis	2.274.000,00	3.578,40	0,00	2.270.421,60
1610020000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	11.708.350,00	4.606.204,55	0,00	7.102.145,45
1610021000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	11.708.350,00	4.606.204,55	0,00	7.102.145,45
1610021100 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	11.708.350,00	4.606.204,55	0,00	7.102.145,45
1610021101 - 10000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.542.890,00	2.250.421,80	707.531,80	0,00
1610021101 - 27000 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	10.165.460,00	2.355.782,75	0,00	7.809.677,25
1610030000 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	14.962.550,00	14.479.767,98	0,00	482.782,02
1610031000 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	14.962.550,00	14.479.767,98	0,00	482.782,02
1610031100 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	14.962.550,00	14.479.767,98	0,00	482.782,02
1610031105 - 27000 Serviços de Expedição de Certificados	171.000,00	194.601,49	23.601,49	0,00
1610031108 - 27000 Serviços de Registro do Comércio	14.791.550,00	14.285.166,49	0,00	506.383,51
1610040000 Serviços de Informação e Tecnologia	12.011.890,00	30.303.712,12	18.291.822,12	0,00
1610041000 Serviços de Informação e Tecnologia	12.011.890,00	30.303.712,12	18.291.822,12	0,00
1610041100 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	12.011.890,00	30.303.712,12	18.291.822,12	0,00
1610041102 - 27000 Serviço de Acesso à Internet	9.041.890,00	27.766,46	0,00	9.014.123,54
1610041103 - 27000 Serviços Tecnológicos	1.780.000,00	1.343.389,12	0,00	436.610,88
1610041105 - 27000 Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	450.000,00	727.199,22	277.199,22	0,00
1610041111 - 27000 Serviços em Nuvem	392.000,00	24.027.273,90	23.635.273,90	0,00
1610041108 - 27000 Transmissão de Vídeo	0,00	2.635.483,73	2.635.483,73	0,00
1610041113 - 27000 VOIP	348.000,00	1.542.599,69	1.194.599,69	0,00
1620000000 Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	**2.000.000,00**	**1.375.380,97**	**0,00**	**624.619,03**
1620041000 Tarifa Aeroportuária	2.000.000,00	1.375.380,97	0,00	624.619,03
1620041100 Tarifa Aeroportuária	2.000.000,00	1.375.380,97	0,00	624.619,03
1620041101 - 27000 Tarifa Aeroportuária	2.000.000,00	1.375.380,97	0,00	624.619,03
1630000000 Serviços e Atividades Referentes à Saúde	**120.660.000,00**	**114.283.606,96**	**0,00**	**6.376.393,04**
1638000000 Serviços e Atividades Referentes à Saúde - Específico para Estados/DF/Municípios	**120.660.000,00**	**114.283.606,96**	**0,00**	**6.376.393,04**
1638011000 Serviços Hospitalares	0,00	690.965,05	690.965,05	0,00
1638011100 Serviços Hospitalares - Principal	0,00	690.965,05	690.965,05	0,00
1638011101 - 27000 Serviços Hospitalares	0,00	690.965,05	690.965,05	0,00
1638013000 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	0,00	808.410,97	808.410,97	0,00
1638013100 Serviços Radiológicos e Laboratoriais - Principal	0,00	808.410,97	808.410,97	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1638013103 - 27000 Serviços Radiológicos e Laboratoriais	0,00	808.410,97	808.410,97	0,00
1638019000 Outros Serviços de Saúde	120.660.000,00	112.784.230,94	0,00	7.875.769,06
1638019100 Outros Serviços de Saúde - Principal	120.660.000,00	112.784.230,94	0,00	7.875.769,06
1638019102 - 27000 Co-participação - Saúde Suplementar	0,00	815.976,00	815.976,00	0,00
1638019101 - 27000 Contribuição Mensal - Saúde Suplementar	120.660.000,00	111.968.254,94	0,00	8.691.745,06
1640000000 Serviços e Atividades Financeiras	**12.000.000,00**	**125.454,41**	**0,00**	**11.874.545,59**
1640010000 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	12.000.000,00	125.454,41	0,00	11.874.545,59
1640011000 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	12.000.000,00	125.454,41	0,00	11.874.545,59
1640011100 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	12.000.000,00	125.454,41	0,00	11.874.545,59
1640011199 - 20500 Outros Serviços Financeiros	0,00	125.454,41	125.454,41	0,00
1640011199 - 27000 Outros Serviços Financeiros	12.000.000,00	0,00	0,00	12.000.000,00
1700000000 Transferências Correntes	**10.404.894.771,57**	**10.313.601.301,47**	**0,00**	**91.293.470,10**
1710000000 Transferências da União e de suas Entidades	**9.077.453.466,29**	**9.008.118.665,80**	**0,00**	**69.334.800,49**
1718000000 Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	**9.077.453.466,29**	**9.008.118.665,80**	**0,00**	**69.334.800,49**
1718010000 Participação na Receita da União	6.009.878.313,00	5.484.231.479,69	0,00	525.646.833,31
1718011000 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	5.896.916.837,00	5.410.800.094,06	0,00	486.116.742,94
1718011100 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Principal	5.896.916.837,00	5.410.800.094,06	0,00	486.116.742,94
1718011101 - 10100 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	7.371.321.046,00	6.763.500.117,24	0,00	607.820.928,76
1718011199 - 10100 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FUNDEB	-1.474.404.209,00	-1.352.700.023,18	0,00	121.704.185,82
1718016000 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados	56.883.423,00	47.496.320,57	0,00	9.387.102,43
1718016100 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados - Principal	56.883.423,00	47.496.320,57	0,00	9.387.102,43
1718016101 - 10000 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados	66.921.674,00	55.878.024,00	0,00	11.043.650,00
1718016199 - 10000 Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados - FUNDEB	-10.038.251,00	-8.381.703,43	0,00	1.656.547,57
1718017000 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	56.078.053,00	25.934.924,69	0,00	30.143.128,31
1718017100 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	56.078.053,00	25.934.924,69	0,00	30.143.128,31
1718017101 - 21100 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	56.078.053,00	25.934.924,69	0,00	30.143.128,31
1718018000 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro	0,00	140,37	140,37	0,00
1718018100 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro - Principal	0,00	140,37	140,37	0,00
1718018101 - 10000 Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro	0,00	140,37	140,37	0,00
1718020000 Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	41.429.264,00	33.063.549,84	0,00	8.365.714,16

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718022000 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.874.609,00	2.069.771,47	195.162,47	0,00
1718022100 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	1.874.609,00	2.069.771,47	195.162,47	0,00
1718022101 - 10000 Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	1.874.609,00	2.069.771,47	195.162,47	0,00
1718023000 Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89	9.837.833,00	3.434.921,00	0,00	6.402.912,00
1718023100 Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89 - Principal	9.837.833,00	3.434.921,00	0,00	6.402.912,00
1718023101 - 14400 Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990 /89	9.837.833,00	3.434.921,00	0,00	6.402.912,00
1718024000 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	6.336.417,00	2.046.544,60	0,00	4.289.872,40
1718024100 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principa	6.336.417,00	2.046.544,60	0,00	4.289.872,40
1718024101 - 14400 Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	6.336.417,00	2.046.544,60	0,00	4.289.872,40
1718026000 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	23.380.405,00	25.512.312,77	2.131.907,77	0,00
1718026100 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	23.380.405,00	25.512.312,77	2.131.907,77	0,00
1718026101 - 14400 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	23.380.405,00	25.512.312,77	2.131.907,77	0,00
1718030000 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.090.596.395,80	999.701.173,93	0,00	90.895.221,87
1718031000 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica	1.190.000,00	18.802.705,68	17.612.705,68	0,00
1718031100 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica	1.190.000,00	18.802.705,68	17.612.705,68	0,00
1718031110 - 29100 Atenção Básica - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	1.190.000,00	18.032.705,68	16.842.705,68	0,00
1718031104 - 29100 Atenção Básica - Saúde Bucal	0,00	770.000,00	770.000,00	0,00
1718032000 Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.057.013.520,80	504.199.065,64	0,00	552.814.455,16
1718032100 Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.057.013.520,80	504.199.065,64	0,00	552.814.455,16
1718032114 - 29100 MAC FAEC - Transplantes - Outros	0,00	5.721.993,20	5.721.993,20	0,00
1718032106 - 29100 MAC TF - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	1.029.847.292,80	464.973.216,44	0,00	564.874.076,36
1718032102 - 29100 MAC TF - SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	27.166.228,00	33.503.856,00	6.337.628,00	0,00
1718033000 Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	15.301.294,00	21.085.354,27	5.784.060,27	0,00
1718033100 Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	15.301.294,00	21.085.354,27	5.784.060,27	0,00
1718033199 - 29100 V SAÚDE - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	12.186.294,00	17.200.397,59	5.014.103,59	0,00
1718033102 - 29100 V SAÚDE - Vigilância Sanitária	3.115.000,00	3.884.956,68	769.956,68	0,00
1718034000 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	17.091.581,00	51.358.786,79	34.267.205,79	0,00
1718034100 Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	17.091.581,00	51.358.786,79	34.267.205,79	0,00
1718034101 - 29100 A FARM - Componente Básico da Assistência Farmacêutica	291.581,00	37.326.200,27	37.034.619,27	0,00
1718034103 - 29100 A FARM - Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	16.800.000,00	13.509.693,36	0,00	3.290.306,64
1718034199 - 29100 A FARM - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	522.893,16	522.893,16	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718035000 Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS	0,00	592.000,00	592.000,00	0,00
1718035100 Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS	0,00	592.000,00	592.000,00	0,00
1718035199 - 29100 G SUS - Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	592.000,00	592.000,00	0,00
1718039000 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	403.663.261,55	403.663.261,55	0,00
1718039100 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	403.663.261,55	403.663.261,55	0,00
1718039102 - 29100 Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate a COVID-19	0,00	403.663.261,55	403.663.261,55	0,00
1718040000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Bloco Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	13.200.000,00	13.200.000,00	0,00
1718046000 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, não detalhadas anteriormente	0,00	13.200.000,00	13.200.000,00	0,00
1718046100 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, não detalhadas anteriormente	0,00	13.200.000,00	13.200.000,00	0,00
1718046102 - 29100 Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Combate COVID-19	0,00	13.200.000,00	13.200.000,00	0,00
1718050000 Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	143.032.541,00	129.380.035,16	0,00	13.652.505,84
1718051000 Transferências do Salário-Educação	55.338.541,00	55.473.369,26	134.828,26	0,00
1718051100 Transferências do Salário-Educação - Principal	55.338.541,00	55.473.369,26	134.828,26	0,00
1718051101 - 20700 Transferências do Salário-Educação	55.338.541,00	55.473.369,26	134.828,26	0,00
1718052000 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	0,00	2.700,00	2.700,00	0,00
1718052100 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE - Principal	0,00	2.700,00	2.700,00	0,00
1718052101 - 28282 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	0,00	2.700,00	2.700,00	0,00
1718053000 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	49.454.000,00	55.028.669,08	5.574.669,08	0,00
1718053100 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal	49.454.000,00	55.028.669,08	5.574.669,08	0,00
1718053101 - 27301 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	49.454.000,00	55.028.669,08	5.574.669,08	0,00
1718054000 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	2.000.000,00	2.854.167,97	854.167,97	0,00
1718054100 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	2.000.000,00	2.854.167,97	854.167,97	0,00
1718054101 - 27302 Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	2.000.000,00	2.854.167,97	854.167,97	0,00
1718059000 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	36.240.000,00	16.021.128,85	0,00	20.218.871,15
1718059100 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal	36.240.000,00	16.021.128,85	0,00	20.218.871,15
1718059101 - 27303 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	36.240.000,00	0,00	0,00	36.240.000,00
1718059101 - 28282 Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	0,00	16.021.128,85	16.021.128,85	0,00
1718100000 Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	91.946.091,05	43.320.886,68	0,00	48.625.204,37

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718101000 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	2.537.925,00	64.818,79	0,00	2.473.106,21
1718101100 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	2.537.925,00	64.818,79	0,00	2.473.106,21
1718101101 - 28283 Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	2.537.925,00	64.818,79	0,00	2.473.106,21
1718102000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	18.562.399,00	5.310,00	0,00	18.557.089,00
1718102100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação - Principal	18.562.399,00	5.310,00	0,00	18.557.089,00
1718102101 - 28282 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	2.650.000,00	5.310,00	0,00	2.644.690,00
1718102101 - 28283 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	15.912.399,00	0,00	0,00	15.912.399,00
1718103000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00
1718103100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social - Principal	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00
1718103101 - 28283 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	26.000,00	0,00	0,00	26.000,00
1718104000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Combate à Fome	22.837.859,00	0,00	0,00	22.837.859,00
1718104100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Combate à Fome - Principal	22.837.859,00	0,00	0,00	22.837.859,00
1718104101 - 28282 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Combate à Fome	22.837.859,00	0,00	0,00	22.837.859,00
1718105000 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico	10.052.800,00	0,00	0,00	10.052.800,00
1718105100 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	10.052.800,00	0,00	0,00	10.052.800,00
1718105101 - 28282 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básic	10.051.800,00	0,00	0,00	10.051.800,00
1718105101 - 28283 Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básic	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
1718109000 Outras Transferências de Convênios da União	37.929.108,05	43.250.757,89	5.321.649,84	0,00
1718109100 Outras Transferências de Convênios da União - Principal	37.929.108,05	43.250.757,89	5.321.649,84	0,00
1718109101 - 28282 Outras Transferências de Convênios da União	34.997.922,05	41.542.034,75	6.544.112,70	0,00
1718109101 - 28283 Outras Transferências de Convênios da União	2.931.186,00	1.708.723,14	0,00	1.222.462,86
1718110000 Outras Transferências de Recursos Fundo a Fundo	2.085.000,00	1.238.383,57	0,00	846.616,43
1718111000 Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	2.085.000,00	1.238.383,57	0,00	846.616,43
1718111100 Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	2.085.000,00	1.238.383,57	0,00	846.616,43
1718111101 - 29201 Transferência de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Fupen	2.085.000,00	1.238.383,57	0,00	846.616,43
1718120000 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	5.923.767,00	4.962.173,57	0,00	961.593,43
1718121000 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	5.923.767,00	4.962.173,57	0,00	961.593,43
1718121100 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	5.923.767,00	4.962.173,57	0,00	961.593,43
1718121101 - 29200 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	5.923.767,00	3.082.523,57	0,00	2.841.243,43
1718121102 - 29200 Transferências do FNAS - Combate COVID-19	0,00	1.879.650,00	1.879.650,00	0,00
1718990000 Outras Transferências da União	1.320.846.146,44	1.866.537.124,44	545.690.978,00	0,00
1718991000 Outras Transferências da União	1.320.846.146,44	1.866.537.124,44	545.690.978,00	0,00
1718991100 Outras Transferências da União - Principal	1.320.846.146,44	1.866.537.124,44	545.690.978,00	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1718991106 - 10000 Apoio Financeiro - Compensação Redução FPE - MP 938/2020	0,00	498.933.497,17	498.933.497,17	0,00
1718991112 - 10000 Transferência LC 176/2020 - Compensação de Créditos Lei Kandir	0,00	43.001.700,00	43.001.700,00	0,00
1718991107 - 10008 Auxílio Financeiro para Saúde e Assistência Social	300.300.045,28	300.298.545,28	0,00	1.500,00
1718991108 - 10009 Transferência para Mitigação dos Efeitos Financeiros da COVID-19	918.821.342,88	918.821.342,88	0,00	0,00
1718991102 - 27000 Transferências Oriundas da Lei Pelé	2.990.235,00	2.998.449,45	8.214,45	0,00
1718991101 - 27900 Transferências ao Fundo de Defesa Civil	21.700.000,00	0,00	0,00	21.700.000,00
1718991109 - 29100 Emendas Parlamentares Individuais Impositivas	0,00	19.611.133,00	19.611.133,00	0,00
1718991104 - 29202 Transferências ao Fundo de Amparo ao Trabalhador	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
1718991105 - 29203 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	2.800.000,00	8.886.979,00	6.086.979,00	0,00
1718991111 - 29204 Transferências Emergencias ao Setor Cultural - Lei Aldir Blanc	73.034.523,28	73.985.477,66	950.954,38	0,00
1718091000 Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	371.715.948,00	432.483.858,92	60.767.910,92	0,00
1718091100 Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	371.715.948,00	432.483.858,92	60.767.910,92	0,00
1718091102 - 25100 Complementação da União ao FUNDEB de Exercícios Anteriores	0,00	8.496.134,10	8.496.134,10	0,00
1718091101 - 25100 Complementação da União ao FUNDEB do Exercício	371.715.948,00	423.987.724,82	52.271.776,82	0,00
1730000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	**26.689.580,96**	**129.415.970,75**	**102.726.389,79**	**0,00**
1738000000 Transferências dos Municípios -Específicas de Estados, DF e Municípios	**26.689.580,96**	**129.415.970,75**	**102.726.389,79**	**0,00**
1738100000 Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	26.689.580,96	27.288.877,85	599.296,89	0,00
1738101000 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	5.000,00	26.272.907,85	26.267.907,85	0,00
1738101100 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS	5.000,00	26.272.907,85	26.267.907,85	0,00
1738101101 - 28687 Transferências de Convênio dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS	5.000,00	26.272.907,85	26.267.907,85	0,00
1738102000 Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação	26.684.580,96	0,00	0,00	26.684.580,96
1738102100 Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação - Principal	26.684.580,96	0,00	0,00	26.684.580,96
1738102101 - 28687 Transferências de Convênio dos Municípios destinadas a Programas de Educação	26.684.580,96	0,00	0,00	26.684.580,96
1738109000 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00	1.015.970,00	1.015.970,00	0,00
1738109100 Outras Transferências de Convênios dos Municípios - Principal	0,00	1.015.970,00	1.015.970,00	0,00
1738109101 - 28687 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00	1.015.970,00	1.015.970,00	0,00
1738990000 Outras Transferências dos Municípios	0,00	102.127.092,90	102.127.092,90	0,00
1738991000 Outras Transferências dos Municípios	0,00	102.127.092,90	102.127.092,90	0,00
1738991100 Outras Transferências dos Municípios - Principal	0,00	102.127.092,90	102.127.092,90	0,00
1738991199 - 29100 Outras Transferências dos Municípios	0,00	2.391.172,87	2.391.172,87	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1738991101 - 29100 Transferências SUS - Assistência Farmacêutica - Municípios	0,00	34.720.882,66	34.720.882,66	0,00
1738991102 - 29100 Transferências SUS - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Municípios	0,00	65.015.037,37	65.015.037,37	0,00
1740000000 Transferências de Instituições Privadas	**36.930.325,32**	**14.874.454,73**	**0,00**	**22.055.870,59**
1748000000 Transferências de Instituições Privadas - Específicas de Estados, DF e Municípios	**36.930.325,32**	**14.874.454,73**	**0,00**	**22.055.870,59**
1748100000 Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	36.930.325,32	14.874.454,73	0,00	22.055.870,59
1748101000 Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	36.930.325,32	14.874.454,73	0,00	22.055.870,59
1748101100 Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente - Principal	36.930.325,32	14.874.454,73	0,00	22.055.870,59
1748101101 - 27000 Transferências de Instituições Privadas	29.620.260,00	8.324.555,32	0,00	21.295.704,68
1748101102 - 28889 Transferência de Convênios de Instituições Privadas	7.310.065,32	6.549.899,41	0,00	760.165,91
1750000000 Transferências de Outras Instituições Públicas	**1.263.821.399,00**	**1.161.174.707,15**	**0,00**	**102.646.691,85**
1758000000 Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	**1.263.821.399,00**	**1.161.174.707,15**	**0,00**	**102.646.691,85**
1758010000 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.263.821.399,00	1.161.174.707,15	0,00	102.646.691,85
1758011000 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	1.263.821.399,00	1.161.174.707,15	0,00	102.646.691,85
1758011100 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.263.821.399,00	1.161.174.707,15	0,00	102.646.691,85
1758011101 - 25000 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	1.263.821.399,00	1.161.174.707,15	0,00	102.646.691,85
1760000000 Transferências do Exterior	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1768000000 Transferências do Exterior - Específicas de Estados, DF e Municípios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1768100000 Outras Transferência de Convênios do Exterior - Não Especificadas Anteriormente	0,00	0,00	0,00	0,00
1768101000 Outras Transferência de Convênios do Exterior - Não Especificadas Anteriormente	0,00	0,00	0,00	0,00
1768101100 Outras Transferência de Convênios do Exterior - Não Especificadas Anteriormente - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00
1770000000 Transferências de Pessoas Físicas	**0,00**	**17.503,04**	**17.503,04**	**0,00**
1770001000 Transferências de Pessoas Físicas	0,00	17.503,04	17.503,04	0,00
1770001100 Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	17.503,04	17.503,04	0,00
1770001101 - 27000 Transferências de Pessoas Físicas	0,00	17.503,04	17.503,04	0,00
1900000000 Outras Receitas Correntes	**695.475.936,00**	**721.071.813,64**	**25.595.877,64**	**0,00**
1910000000 Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**149.611.829,00**	**115.425.925,62**	**0,00**	**34.185.903,38**
1910010000 Multas Previstas em Legislação Específica	137.861.576,00	108.530.938,00	0,00	29.330.638,00
1910011000 Multas Previstas em Legislação Específica	137.861.576,00	108.530.938,00	0,00	29.330.638,00
1910011100 Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	116.508.484,00	98.402.024,27	0,00	18.106.459,73
1910011101 - 10000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	0,00	18.563,56	18.563,56	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1910011124 - 10000 Multas advindas da ARCE	0,00	138.089,18	138.089,18	0,00
1910011128 - 10000 Multas de Obrigações Acessórias	38.826.594,00	20.896.249,56	0,00	17.930.344,44
1910011132 - 10005 Multa por Infração à Legislação de Recursos Hídricos	0,00	426,52	426,52	0,00
1910011134 - 27000 Multa por Não Uso de Máscara - Lei 17.261/2020	0,00	29.168,43	29.168,43	0,00
1910011121 - 27000 Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas	0,00	3.159.552,54	3.159.552,54	0,00
1910011101 - 27000 Multas Previstas na Legislação Sanitária	90.000,00	268.882,52	178.882,52	0,00
1910011124 - 27000 Multas advindas da ARCE	1.455.000,00	0,00	0,00	1.455.000,00
1910011197 - 27000 Outras Multas	5.000,00	8.154,60	3.154,60	0,00
1910011104 - 27002 Multas Previstas na Legislação de Trânsito	76.131.890,00	73.882.937,36	0,00	2.248.952,64
1910011200 Multas Previstas em Legislação Específica - Multa e Juros	7.224.142,00	2.509.376,86	0,00	4.714.765,14
1910011298 - 10000 Outras Multas e Juros de Mora	6.612.428,00	0,00	0,00	6.612.428,00
1910011298 - 20500 Outras Multas e Juros de Mora	111.714,00	139.295,23	27.581,23	0,00
1910011205 - 27000 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros	500.000,00	2.366.719,59	1.866.719,59	0,00
1910011223 - 27000 Multas causadas a qualquer outro interesse difuso ou coletivo	0,00	3.362,04	3.362,04	0,00
1910011300 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	14.128.950,00	7.619.536,87	0,00	6.509.413,13
1910011330 - 10000 Multas Penais da Dívida Ativa	0,00	3.618,80	3.618,80	0,00
1910011303 - 10000 Multas decorrentes da Dívida Ativa	240.643,00	0,00	0,00	240.643,00
1910011301 - 10000 Outras Multas Administrativas da Dívida Ativa - Obrigações Acessórias	4.307.699,00	5.833.702,42	1.526.003,42	0,00
1910011302 - 10000 Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Administrativa	9.377.334,00	1.389.866,96	0,00	7.987.467,04
1910011305 - 10000 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
1910011305 - 27000 Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	103.274,00	256.128,49	152.854,49	0,00
1910011304 - 27000 Repasses de Emolumentos FAADEP - Dívida Ativa	0,00	136.220,20	136.220,20	0,00
1910040000 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	5.100.000,00	2.999.773,56	0,00	2.100.226,44
1910041000 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	5.100.000,00	2.999.773,56	0,00	2.100.226,44
1910041100 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	3.184.000,00	1.398.870,95	0,00	1.785.129,05
1910041107 - 27000 Multas por danos ao consumidor	3.184.000,00	1.398.870,95	0,00	1.785.129,05
1910041300 Dívida Ativa - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	1.916.000,00	1.600.902,61	0,00	315.097,39
1910041301 - 27000 Receita da Dívida Ativa - Multas do DECON	1.916.000,00	1.600.902,61	0,00	315.097,39
1910060000 Multas por Danos Ambientais	275.000,00	1.277.417,67	1.002.417,67	0,00
1910061000 Multas Administrativas por Danos Ambientais	275.000,00	1.277.417,67	1.002.417,67	0,00
1910061100 Multas Administrativas por Danos Ambientais	275.000,00	1.109.358,14	834.358,14	0,00
1910061101 - 27000 Multas Administrativas por Danos Ambientais	275.000,00	1.109.358,14	834.358,14	0,00
1910061300 Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	168.059,53	168.059,53	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1910061301 - 27000 Receita da Dívida Ativa - Multas Administrativas por Danos Ambientais	0,00	168.059,53	168.059,53	0,00
1910070000 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	1.640.823,27	1.640.823,27	0,00
1910071000 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	1.640.823,27	1.640.823,27	0,00
1910071100 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	695.386,69	695.386,69	0,00
1910071101 - 10000 Multas TCM	0,00	25.746,79	25.746,79	0,00
1910071103 - 10000 Multas do TCE	0,00	669.639,90	669.639,90	0,00
1910071300 Dívida Ativa - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	0,00	945.436,58	945.436,58	0,00
1910071302 - 10000 Multas TCE - Dívida Ativa	0,00	270.859,69	270.859,69	0,00
1910071301 - 10000 Multas TCM - Dívida Ativa	0,00	674.576,89	674.576,89	0,00
1910080000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	189.715,00	253.733,05	64.018,05	0,00
1910081000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	189.715,00	253.733,05	64.018,05	0,00
1910081100 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	189.715,00	253.733,05	64.018,05	0,00
1910081101 - 27000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	189.715,00	246.262,62	56.547,62	0,00
1910081102 - 27000 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - COVID-19	0,00	7.470,43	7.470,43	0,00
1910090000 Multas e Juros Previstos em Contratos	6.185.538,00	723.240,07	0,00	5.462.297,93
1910091000 Multas e Juros Previstos em Contratos	6.185.538,00	723.240,07	0,00	5.462.297,93
1910091100 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.185.538,00	723.240,07	0,00	5.462.297,93
1910091101 - 10000 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,00	345.548,56	345.548,56	0,00
1910091199 - 10000 Outras Multas Contratuais	0,00	65.415,18	65.415,18	0,00
1910091101 - 27000 Multas e Juros Previstos em Contratos	5.725.538,00	312.276,33	0,00	5.413.261,67
1910091199 - 27000 Outras Multas Contratuais	460.000,00	0,00	0,00	460.000,00
1920000000 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	**120.730.839,00**	**259.169.070,28**	**138.438.231,28**	**0,00**
1921000000 Indenizações	**14.654.292,00**	**9.966.068,37**	**0,00**	**4.688.223,63**
1921010000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	14.647.485,00	9.602.670,74	0,00	5.044.814,26
1921011000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	14.647.485,00	9.602.670,74	0,00	5.044.814,26
1921011100 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	14.647.485,00	9.602.670,74	0,00	5.044.814,26
1921011103 - 21600 Compensação Ambiental	14.647.485,00	9.511.679,63	0,00	5.135.805,37
1921011102 - 27000 Indenização por Descumprimento de Termo de Apreensão e Depósito	0,00	1.608,63	1.608,63	0,00
1921011101 - 27000 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	0,00	84.550,00	84.550,00	0,00
1921011105 - 27000 Medidas Conciliatórias	0,00	4.832,48	4.832,48	0,00
1921990000 Outras Indenizações	6.807,00	363.397,63	356.590,63	0,00
1921991000 Outras Indenizações	6.807,00	363.397,63	356.590,63	0,00
1921991100 Outras Indenizações - Principal	6.807,00	363.397,63	356.590,63	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1921991199 - 27000 Outras Indenizações	6.807,00	363.397,63	356.590,63	0,00
1922000000 Restituições	**106.076.547,00**	**214.321.525,63**	**108.244.978,63**	**0,00**
1922010000 Restituição de Convênios	68.187.076,00	17.762.727,38	0,00	50.424.348,62
1922011000 Restituição de Convênios - Primárias	68.187.076,00	17.762.727,38	0,00	50.424.348,62
1922011100 Restituição de Convênios - Primárias	68.187.076,00	17.762.727,38	0,00	50.424.348,62
1922011102 - 10000 Restituições de Convênios	68.187.076,00	17.123.623,07	0,00	51.063.452,93
1922011101 - 11000 Restituições de Convênios Concedidos com Recursos do FECOP	0,00	326.003,35	326.003,35	0,00
1922011102 - 27000 Restituições de Convênios	0,00	54.303,36	54.303,36	0,00
1922011102 - 28283 Restituições de Convênios	0,00	258.797,60	258.797,60	0,00
1922060000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	170.276.907,74	170.276.907,74	0,00
1922061000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	170.276.907,74	170.276.907,74	0,00
1922061100 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	170.276.907,74	170.276.907,74	0,00
1922061101 - 10000 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	21.213,27	21.213,27	0,00
1922061102 - 10000 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	170.240.796,62	170.240.796,62	0,00
1922061101 - 27000 Devolução de Suprimento de Fundos de Exercícios Anteriores	0,00	14.897,85	14.897,85	0,00
1922990000 Outras Restituições	37.889.471,00	26.281.890,51	0,00	11.607.580,49
1922991000 Outras Restituições	37.889.471,00	26.281.890,51	0,00	11.607.580,49
1922991100 Outras Restituições - Principal	37.889.471,00	26.281.890,51	0,00	11.607.580,49
1922991101 - 10000 Devolução de Diárias	0,00	358.765,32	358.765,32	0,00
1922991199 - 10000 Outras Restituições	19.905.045,00	16.944.512,46	0,00	2.960.532,54
1922991112 - 10000 Reembolso pelo Processamento de Dados	0,00	171.802,30	171.802,30	0,00
1922991198 - 10000 Restituições Diversas	0,00	13.750,25	13.750,25	0,00
1922991106 - 10000 Restituições de Folha de Pagamento	8.315.932,00	3.619.752,92	0,00	4.696.179,08
1922991107 - 10000 Restituições de Vale-Transporte	9.161.328,00	2.354.578,76	0,00	6.806.749,24
1922991199 - 20700 Outras Restituições	0,00	53.347,23	53.347,23	0,00
1922991103 - 25000 Restituições ao FUNDEB	0,00	11.029,35	11.029,35	0,00
1922991101 - 27000 Devolução de Diárias	0,00	6.390,07	6.390,07	0,00
1922991199 - 27000 Outras Restituições	507.166,00	2.333.656,93	1.826.490,93	0,00
1922991107 - 27000 Restituições de Vale-Transporte	0,00	4.898,58	4.898,58	0,00
1922991199 - 27303 Outras Restituições	0,00	601,53	601,53	0,00
1922991199 - 27600 Outras Restituições	0,00	92.684,69	92.684,69	0,00
1922991199 - 28282 Outras Restituições	0,00	313.902,97	313.902,97	0,00
1922991199 - 29100 Outras Restituições	0,00	1.798,20	1.798,20	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1922991112 - 29100 Reembolso pelo Processamento de Dados	0,00	418,95	418,95	0,00
1923000000 Ressarcimentos	**0,00**	**34.881.476,28**	**34.881.476,28**	**0,00**
1923020000 Ressarcimento de Custos	0,00	34.881.476,28	34.881.476,28	0,00
1923021000 Ressarcimento de Custos	0,00	34.881.476,28	34.881.476,28	0,00
1923021100 Ressarcimento de Custos - Principal	0,00	34.881.476,28	34.881.476,28	0,00
1923021101 - 10000 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	0,00	34.550.446,71	34.550.446,71	0,00
1923021102 - 27000 Ressarcimento de Despesas com Condenados pela Justiça	0,00	331.029,57	331.029,57	0,00
1990000000 Demais Receitas Correntes	**425.133.268,00**	**346.476.817,74**	**0,00**	**78.656.450,26**
1990030000 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	56.222.520,00	49.611.150,90	0,00	6.611.369,10
1990031000 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	56.222.520,00	49.611.150,90	0,00	6.611.369,10
1990031100 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	56.222.520,00	49.611.150,90	0,00	6.611.369,10
1990031101 - 20300 Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	56.222.520,00	49.611.150,90	0,00	6.611.369,10
1990120000 Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	410.800,00	544.078,36	133.278,36	0,00
1990122000 Ônus de Sucumbência	410.800,00	544.078,36	133.278,36	0,00
1990122100 Ônus de Sucumbência	410.800,00	544.078,36	133.278,36	0,00
1990122101 - 27000 Ônus de Sucumbência	410.800,00	544.078,36	133.278,36	0,00
1990990000 Outras Receitas	368.499.948,00	296.321.588,48	0,00	72.178.359,52
1990991000 Outras Receitas - Primárias	343.834.190,00	270.637.871,38	0,00	73.196.318,62
1990991100 Outras Receitas - Principal	343.834.190,00	270.637.871,38	0,00	73.196.318,62
1990991199 - 10000 Outras Receitas	52.580.257,00	651.251,48	0,00	51.929.005,52
1990991125 - 10000 Receita da "Terceirização" da Folha de Pagamento dos Agentes Públicos	0,00	669.311,19	669.311,19	0,00
1990991130 - 10000 Recursos DRE EC 93/2016	200.000.000,00	209.321.429,90	9.321.429,90	0,00
1990991121 - 10000 Recursos Provenientes do FEEF	77.877.380,00	20.617.587,06	0,00	57.259.792,94
1990991112 - 10000 Recursos de Empresas Consignatárias	0,00	3.142,84	3.142,84	0,00
1990991113 - 10000 Ressarcimento	0,00	6.572.250,04	6.572.250,04	0,00
1990991105 - 10000 Saldo de Exercícios Anteriores	1.092.237,00	9.552.351,72	8.460.114,72	0,00
1990991123 - 11000 Outras Receita FECOP	0,00	107.445,46	107.445,46	0,00
1990991105 - 11000 Saldo de Exercícios Anteriores	0,00	2.170,30	2.170,30	0,00
1990991114 - 27000 Doações em Dinheiro	200.000,00	4.339.226,70	4.139.226,70	0,00
1990991132 - 27000 Doações em Dinheiro - Enfrentamento COVID-19	0,00	4.990.192,75	4.990.192,75	0,00
1990991199 - 27000 Outras Receitas	3.100.000,00	193,49	0,00	3.099.806,51
1990991198 - 27000 Outras Receitas Eventuais	2.447.266,00	1.615.457,53	0,00	831.808,47

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1990991115 - 27000 Patrocínios	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
1990991124 - 27000 Receita de Honorários de Advogados	0,00	6.438,33	6.438,33	0,00
1990991117 - 27000 Receita de Leilão de Bens Apreendidos	6.522.050,00	6.776.942,52	254.892,52	0,00
1990991104 - 27000 Receita sobre Programa de Sementes	0,00	5.412.480,07	5.412.480,07	0,00
1990992000 Outras Receitas - Financeiras	24.665.758,00	25.683.717,10	1.017.959,10	0,00
1990992100 Outras Receitas - Financeiras - Principal	24.665.758,00	25.683.717,10	1.017.959,10	0,00
1990992105 - 10000 Encargos do FDI - Fundo de Desenvolvimento Industrial	1.076.191,00	0,00	0,00	1.076.191,00
1990992101 - 10000 Encargos do FDI / PROAPI	0,00	155.800,28	155.800,28	0,00
1990992104 - 10000 Rendas	0,00	59.990,31	59.990,31	0,00
1990992109 - 10000 Retorno do FDI - PROAPI	1.526.142,00	0,00	0,00	1.526.142,00
1990992107 - 27000 Encargos do FDI / PROADE	3.500.000,00	1.398.667,05	0,00	2.101.332,95
1990992108 - 27000 Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	0,00	4.548.830,31	4.548.830,31	0,00
1990992110 - 27000 Spread sobre Rendimentos de Fianças Criminais	0,00	380.722,52	380.722,52	0,00
1990992103 - 27000 Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	1.753.425,00	620.132,39	0,00	1.133.292,61
1990992102 - 27600 Participação nos Encargos do FDI - Diferido	16.810.000,00	18.519.574,24	1.709.574,24	0,00
2000000000 Receitas de Capital	**2.647.867.028,15**	**1.673.402.523,43**	**0,00**	**976.966.437,21**
2100000000 Operações de Crédito	**1.934.287.028,30**	**1.464.765.387,29**	**0,00**	**469.521.641,01**
2110000000 Operações de Crédito - Mercado Interno	**1.114.156.360,96**	**838.737.465,74**	**0,00**	**275.418.895,22**
2118000000 Operações de Crédito - Mercado Interno - Estados/DF/Municípios	**13.224.718,14**	**14.038.307,63**	**813.589,49**	**0,00**
2118010000 Operações de Crédito Internas de Estados/DF/Municípios	13.224.718,14	14.038.307,63	813.589,49	0,00
2118011000 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2118011100 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação - Principal	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2118011101 - 24645 Operações de Crédito Internas para Programas de Educação	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2118013000 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	3.524.718,14	12.019.521,46	8.494.803,32	0,00
2118013100 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento - Principal	3.524.718,14	12.019.521,46	8.494.803,32	0,00
2118013101 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	3.524.718,14	12.019.521,46	8.494.803,32	0,00
2118017000 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	9.600.000,00	2.018.786,17	0,00	7.581.213,83
2118017100 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular - Principal	9.600.000,00	2.018.786,17	0,00	7.581.213,83
2118017101 - 24637 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	6.000.000,00	0,00	0,00	6.000.000,00
2118017101 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	3.600.000,00	2.018.786,17	0,00	1.581.213,83
2119000000 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**1.100.931.642,82**	**824.699.158,11**	**0,00**	**276.232.484,71**
2119001000 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.100.931.642,82	824.699.158,11	0,00	276.232.484,71
2119001100 Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	1.100.931.642,82	824.699.158,11	0,00	276.232.484,71

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2119001103 - 24636 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	28.087.116,00	11.815.305,52	0,00	16.271.810,48
2119001104 - 24637 Operações de Crédito Internas para Programas de Ação Social	33.687.111,00	1.990.079,21	0,00	31.697.031,79
2119001109 - 24638 Operações de Crédito Internas - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
2119001199 - 24645 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	6.915.682,00	0,00	0,00	6.915.682,00
2119001108 - 24647 Operações de Crédito Internas - BNDES - ESTADOS	3.586.974,82	8.587.636,47	5.000.661,65	0,00
2119001103 - 24649 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	200.000.000,00	0,00	0,00	200.000.000,00
2119001110 - 24654 Operações de Crédito Internas - Amortização da Dívida	0,00	800.000.000,00	800.000.000,00	0,00
2119001199 - 24654 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	800.400.000,00	0,00	0,00	800.400.000,00
2119001104 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Ação Social	7.300.000,00	0,00	0,00	7.300.000,00
2119001103 - 24656 Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	20.154.759,00	2.306.136,91	0,00	17.848.622,09
2120000000 Operações de Crédito - Mercado Externo	**820.130.667,34**	**626.027.921,55**	**0,00**	**194.102.745,79**
2128000000 Operação de Crédito Externas - Estados/DF/Municípios	**463.633.788,28**	**318.336.616,44**	**0,00**	**145.297.171,84**
2128010000 Operações de Crédito Externas - Estados/DF/ Municípios	463.633.788,28	318.336.616,44	0,00	145.297.171,84
2128012000 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	268.478.040,28	216.892.521,58	0,00	51.585.518,70
2128012100 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde - Principal	268.478.040,28	216.892.521,58	0,00	51.585.518,70
2128012101 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	268.478.040,28	216.892.521,58	0,00	51.585.518,70
2128013000 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	39.563.000,00	4.715.448,83	0,00	34.847.551,17
2128013100 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento - Principal	39.563.000,00	4.715.448,83	0,00	34.847.551,17
2128013101 - 24857 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	17.319.000,00	4.715.448,83	0,00	12.603.551,17
2128013101 - 24858 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	5.970.000,00	0,00	0,00	5.970.000,00
2128013101 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento	16.274.000,00	0,00	0,00	16.274.000,00
2128014000 Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente	536.000,00	0,00	0,00	536.000,00
2128014100 Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente - Principal	536.000,00	0,00	0,00	536.000,00
2128014101 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente	536.000,00	0,00	0,00	536.000,00
2128015000 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	155.056.748,00	96.728.646,03	0,00	58.328.101,97
2128015100 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública - Principal	155.056.748,00	96.728.646,03	0,00	58.328.101,97
2128015101 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	73.226.164,00	96.728.646,03	23.502.482,03	0,00
2128015101 - 24867 Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	81.830.584,00	0,00	0,00	81.830.584,00
2129000000 Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	**356.496.879,06**	**307.691.305,11**	**0,00**	**48.805.573,95**
2129001000 Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	356.496.879,06	307.691.305,11	0,00	48.805.573,95
2129001100 Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal	356.496.879,06	307.691.305,11	0,00	48.805.573,95
2129001109 - 24849 Operações de Crédito Externas - IPFCeará	23.149.970,00	9.990.772,18	0,00	13.159.197,82

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2129001104 - 24858 Operações de Crédito Externas para Programas de Ação Social	0,00	29.204.125,00	29.204.125,00	0,00
2129001199 - 24858 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	14.611.400,00	0,00	0,00	14.611.400,00
2129001102 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	266.561.000,00	10.680.000,00	0,00	255.881.000,00
2129001103 - 24859 Operações de Crédito Externas para Programas de Transportes	6.300.000,00	227.963.349,47	221.663.349,47	0,00
2129001199 - 24859 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	15.690.000,00	0,00	0,00	15.690.000,00
2129001199 - 24864 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	2.444.509,06	0,00	0,00	2.444.509,06
2129001101 - 24865 Operações de Crédito Externas para Programas de Turismo	27.740.000,00	12.593.352,09	0,00	15.146.647,91
2129001199 - 24867 Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	0,00	17.259.706,37	17.259.706,37	0,00
2200000000 Alienação de Bens	**0,00**	**1.128.985,82**	**1.128.985,82**	**0,00**
2210000000 Alienação de Bens Móveis	**0,00**	**322.063,50**	**322.063,50**	**0,00**
2213000000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**0,00**	**322.063,50**	**322.063,50**	**0,00**
2213001000 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	322.063,50	322.063,50	0,00
2213001100 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	322.063,50	322.063,50	0,00
2213001101 - 11200 Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	322.063,50	322.063,50	0,00
2220000000 Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**806.922,32**	**806.922,32**	**0,00**
2220001000 Alienação de Bens Imóveis	0,00	806.922,32	806.922,32	0,00
2220001100 Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	806.922,32	806.922,32	0,00
2220001102 - 11200 Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	806.922,32	806.922,32	0,00
2300000000 Amortização de Empréstimos	**0,00**	**201.973,55**	**201.973,55**	**0,00**
2300071000 Amortização de Financiamentos	0,00	201.973,55	201.973,55	0,00
2300071100 Amortização de Financiamentos - Principal	0,00	201.973,55	201.973,55	0,00
2300071101 - 27000 Amortização de Financiamentos de Projetos	0,00	201.973,55	201.973,55	0,00
2400000000 Transferências de Capital	**713.579.999,85**	**204.770.066,14**	**0,00**	**508.809.933,71**
2410000000 Transferências da União e de suas Entidades	**705.656.105,85**	**201.466.827,65**	**0,00**	**504.189.278,20**
2418000000 Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	**705.656.105,85**	**201.466.827,65**	**0,00**	**504.189.278,20**
2418030000 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.908.763,09	20.719.127,00	9.810.363,91	0,00
2418031000 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica	10.908.763,09	0,00	0,00	10.908.763,09
2418031100 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica - Principal	10.908.763,09	0,00	0,00	10.908.763,09
2418031101 - 29100 Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica	10.908.763,09	0,00	0,00	10.908.763,09
2418039000 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	20.719.127,00	20.719.127,00	0,00
2418039100 Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	20.719.127,00	20.719.127,00	0,00
2418039102 - 29100 Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Combate COVID-19	0,00	20.719.127,00	20.719.127,00	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2418040000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Bloco Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	10.175.898,00	10.175.898,00	0,00
2418042000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção Especializada	0,00	4.875.246,00	4.875.246,00	0,00
2418042100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção Especializada	0,00	4.875.246,00	4.875.246,00	0,00
2418042101 - 29100 Transferências de Recursos do SUS - Atenção Especializada	0,00	4.875.246,00	4.875.246,00	0,00
2418043000 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Vigilância em Saúde	0,00	5.300.652,00	5.300.652,00	0,00
2418043100 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Vigilância em Saúde	0,00	5.300.652,00	5.300.652,00	0,00
2418043101 - 29100 Transferências de Recursos SUS - Vigilância em Saúde	0,00	5.300.652,00	5.300.652,00	0,00
2418100000 Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	676.192.054,76	144.166.158,90	0,00	532.025.895,86
2418101000 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	2.349.388,00	405.082,75	0,00	1.944.305,25
2418101100 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	2.349.388,00	405.082,75	0,00	1.944.305,25
2418101101 - 28283 Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	2.349.388,00	405.082,75	0,00	1.944.305,25
2418102000 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	113.980.000,00	12.599.459,91	0,00	101.380.540,09
2418102100 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação - Principal	113.980.000,00	12.599.459,91	0,00	101.380.540,09
2418102101 - 28282 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	110.350.000,00	12.599.459,91	0,00	97.750.540,09
2418102101 - 28283 Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	3.630.000,00	0,00	0,00	3.630.000,00
2418105000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	103.658.124,00	83.571.601,21	0,00	20.086.522,79
2418105100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	103.658.124,00	83.571.601,21	0,00	20.086.522,79
2418105101 - 28282 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico	103.658.124,00	83.571.601,21	0,00	20.086.522,79
2418106000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	225.252.897,00	0,00	0,00	225.252.897,00
2418106100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente - Principal	225.252.897,00	0,00	0,00	225.252.897,00
2418106101 - 28282 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	225.171.041,00	0,00	0,00	225.171.041,00
2418106101 - 28283 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	81.856,00	0,00	0,00	81.856,00
2418107000 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	144.848.712,00	569.389,50	0,00	144.279.322,50
2418107100 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal	144.848.712,00	569.389,50	0,00	144.279.322,50
2418107101 - 28282 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	94.848.712,00	569.389,50	0,00	94.279.322,50
2418107101 - 28283 Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	50.000.000,00	0,00	0,00	50.000.000,00
2418109000 Outras Transferências de Convênios da União	86.102.933,76	47.020.625,53	0,00	39.082.308,23
2418109100 Outras Transferências de Convênios da União - Principal	86.102.933,76	47.020.625,53	0,00	39.082.308,23
2418109199 - 28282 Outras Transferências de Convênios da União	82.475.839,20	46.966.555,18	0,00	35.509.284,02
2418109199 - 28283 Outras Transferências de Convênios da União	3.627.094,56	54.070,35	0,00	3.573.024,21
2418990000 Outras Transferências da União	18.555.288,00	25.943.763,75	7.388.475,75	0,00
2418991000 Outras Transferências da União	18.555.288,00	25.943.763,75	7.388.475,75	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
2418991100 Outras Transferências da União - Principal	18.555.288,00	25.943.763,75	7.388.475,75	0,00
2418991102 - 29201 Transferencias do Fundo Penitenciario Nacional - FUPEN	11.675.288,00	5.207.481,75	0,00	6.467.806,25
2418991103 - 29202 Transferências ao Fundo de Amparo ao Trabalhador	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
2418991104 - 29203 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública	6.480.000,00	20.736.282,00	14.256.282,00	0,00
2418121102 - 29200 Transferências do FNAS - Combate a COVID-19	0,00	461.880,00	461.880,00	0,00
2430000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	**3.600.000,00**	**3.303.238,49**	**0,00**	**296.761,51**
2438000000 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	**3.600.000,00**	**3.303.238,49**	**0,00**	**296.761,51**
2438100000 Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	3.600.000,00	3.303.238,49	0,00	296.761,51
2438102000 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	1.400.000,00	0,00	0,00	1.400.000,00
2438102100 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação - Principal	1.400.000,00	0,00	0,00	1.400.000,00
2438102101 - 28686 Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação	1.400.000,00	0,00	0,00	1.400.000,00
2438109000 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	2.200.000,00	3.303.238,49	1.103.238,49	0,00
2438109100 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	2.200.000,00	3.303.238,49	1.103.238,49	0,00
2438109101 - 28686 Outras Transferências de Convênios dos Municípios	2.200.000,00	3.303.238,49	1.103.238,49	0,00
2440000000 Transferências de Instituições Privadas	**4.323.894,00**	**0,00**	**0,00**	**4.323.894,00**
2448000000 Transferências de Instituições Privadas - Específicas de Estados, DF e Municípios	**4.323.894,00**	**0,00**	**0,00**	**4.323.894,00**
2448010000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas	4.073.894,00	0,00	0,00	4.073.894,00
2448011000 Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	4.073.894,00	0,00	0,00	4.073.894,00
2448011100 Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	4.073.894,00	0,00	0,00	4.073.894,00
2448011101 - 28889 Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde	4.073.894,00	0,00	0,00	4.073.894,00
2448100000 Outras Transferências de Instituições Privadas	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
2448101000 Outras Transferências de Instituições Privadas	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
2448101100 Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
2448101101 - 28889 Outras Transferências de Instituições Privadas	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
2460000000 Transferências do Exterior	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2468000000 Transferências do Exterior - Específicas de Estados, DF e Municípios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
2468019000 Outras Transferências do Exterior Não Especificadas Anteriormente	0,00	0,00	0,00	0,00
2900000000 Outras Receitas de Capital	**0,00**	**2.536.110,63**	**2.536.110,63**	**0,00**
2990000000 Demais Receitas de Capital	**0,00**	**2.536.110,63**	**2.536.110,63**	**0,00**
2990001000 Demais Receitas de Capital	0,00	2.536.110,63	2.536.110,63	0,00
2990001100 Demais Receitas de Capital - Principal	0,00	2.536.110,63	2.536.110,63	0,00
2990001199 - 24645 Outras Restituições	0,00	34.178,14	34.178,14	0,00
2990001199 - 24864 Outras Restituições	0,00	2.501.932,49	2.501.932,49	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
7000000000 Receitas Intraorçamentárias	**1.514.183.139,00**	**1.578.700.187,63**	**65.395.268,35**	**0,00**
7100000000 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**22.005.959,00**	**21.831,14**	**0,00**	**21.984.127,86**
7120000000 Taxas	**22.005.959,00**	**21.831,14**	**0,00**	**21.984.127,86**
7121000000 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**3.008.468,00**	**0,00**	**0,00**	**3.008.468,00**
7121040000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	3.008.468,00	0,00	0,00	3.008.468,00
7121041000 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	3.008.468,00	0,00	0,00	3.008.468,00
7121041100 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	3.008.468,00	0,00	0,00	3.008.468,00
7121041103 - 27000 Taxa de Licenciamento Ambiental	3.008.468,00	0,00	0,00	3.008.468,00
7122000000 Taxas pela Prestação de Serviços	**18.997.491,00**	**21.831,14**	**0,00**	**18.975.659,86**
7122010000 Taxas pela Prestação de Serviços	8.319.274,00	21.831,14	0,00	8.297.442,86
7122011000 Taxas pela Prestação de Serviços	8.319.274,00	21.831,14	0,00	8.297.442,86
7122011100 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	8.319.274,00	21.831,14	0,00	8.297.442,86
7122011106 - 27000 Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte	8.319.274,00	21.831,14	0,00	8.297.442,86
7122020000 Emolumentos e Custas Judiciais	10.678.217,00	0,00	0,00	10.678.217,00
7122021000 Emolumentos e Custas Judiciais	10.678.217,00	0,00	0,00	10.678.217,00
7122021100 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	10.678.217,00	0,00	0,00	10.678.217,00
7122021101 - 27000 Emolumentos e Custas Judiciais	10.678.217,00	0,00	0,00	10.678.217,00
7200000000 Contribuições	**1.420.584.116,00**	**1.328.277.867,02**	**0,00**	**92.306.248,98**
7210000000 Contribuições Sociais	**1.420.584.116,00**	**1.328.277.867,02**	**0,00**	**92.306.248,98**
7218000000 Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	**1.418.556.574,00**	**1.326.229.482,00**	**0,00**	**92.327.092,00**
7218030000 CPSSS Patronal - Servidor Civil - Específico de EST/DF/MUN	1.095.826.888,00	1.082.963.920,78	0,00	12.862.967,22
7218031000 CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	1.095.826.888,00	1.082.963.920,78	0,00	12.862.967,22
7218031100 CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo	1.095.826.888,00	1.082.963.920,78	0,00	12.862.967,22
7218031101 - 20400 Contribuição Patronal da Assembleia Legislativa	19.996.122,00	26.358.374,74	6.362.252,74	0,00
7218031106 - 20400 Contribuição Patronal da Defensoria Pública	33.054.761,00	39.087.355,26	6.032.594,26	0,00
7218031104 - 20400 Contribuição Patronal da Procuradoria Geral de Justiça	17.061.622,00	62.894.218,34	45.832.596,34	0,00
7218031105 - 20400 Contribuição Patronal do Poder Executivo Civil	889.409.082,00	746.019.523,08	0,00	143.389.558,92
7218031102 - 20400 Contribuição Patronal do TCE	28.518.683,00	30.060.439,51	1.541.756,51	0,00
7218031103 - 20400 Contribuição Patronal do Tribunal de Justiça	107.786.618,00	178.544.009,85	70.757.391,85	0,00
7218070000 Contribuição Patronal para Previdência Militar de Estados e DF	322.729.686,00	243.265.561,22	0,00	79.464.124,78
7218071000 Contribuição Patronal - Militar Ativo	322.729.686,00	243.265.561,22	0,00	79.464.124,78
7218071100 Contribuição Patronal - Militar Ativo - Principal	322.729.686,00	243.265.561,22	0,00	79.464.124,78

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
7218071101 - 20400 Contribuição Patronal - Militar Ativo	322.729.686,00	243.265.561,22	0,00	79.464.124,78
7219000000 Outras Contribuições Sociais	**2.027.542,00**	**2.048.385,02**	**20.843,02**	**0,00**
7219991000 Demais Contribuições Sociais	2.027.542,00	2.048.385,02	20.843,02	0,00
7219991100 Outras Contribuições Sociais - Principal	2.027.542,00	2.048.385,02	20.843,02	0,00
7219991101 - 20600 Contribuição Patronal para o FPP	1.008.771,00	1.908.194,39	899.423,39	0,00
7219991102 - 20600 Contribuição Patronal para o FPP de Exercícios Anteriores	1.018.771,00	140.190,63	0,00	878.580,37
7300000000 Receita Patrimonial	**400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**400.000,00**
7310000000 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**400.000,00**	**0,00**	**0,00**	**400.000,00**
7310991102 - 27000 Taxa de Anuência	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
7600000000 Receita de Serviços	**56.551.658,00**	**37.815.775,60**	**0,00**	**18.735.882,40**
7610000000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**56.551.658,00**	**37.815.775,60**	**0,00**	**18.735.882,40**
7610010000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.761.727,00	4.579.271,54	0,00	182.455,46
7610011000 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.761.727,00	4.579.271,54	0,00	182.455,46
7610011100 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.761.727,00	4.579.271,54	0,00	182.455,46
7610011155 - 27000 Serviço de Elaboração de Concursos e Processos Seletivos	49.727,00	0,00	0,00	49.727,00
7610011176 - 27000 Taxa de Administração	4.712.000,00	4.579.271,54	0,00	132.728,46
7610040000 Serviços de Informação e Tecnologia	51.689.931,00	33.236.504,06	0,00	18.453.426,94
7610041000 Serviços de Informação e Tecnologia	51.689.931,00	33.236.504,06	0,00	18.453.426,94
7610041100 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	51.689.931,00	33.236.504,06	0,00	18.453.426,94
7610041104 - 27000 Serviço de Tráfego de Dados	51.469.931,00	33.236.504,06	0,00	18.233.426,94
7610041103 - 27000 Serviços Tecnológicos	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00
7610031108 - 27000 Serviços de Registro do Comércio	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
7900000000 Outras Receitas Correntes	**14.641.406,00**	**212.584.713,87**	**197.943.307,87**	**0,00**
7920000000 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	**2.626.834,00**	**3.562.716,96**	**935.882,96**	**0,00**
7922000000 Restituições	**2.327.339,00**	**2.822.000,00**	**494.661,00**	**0,00**
7922990000 Outras Restituições	2.327.339,00	2.822.000,00	494.661,00	0,00
7922991000 Outras Restituições	2.327.339,00	2.822.000,00	494.661,00	0,00
7922991100 Outras Restituições - Principal	2.327.339,00	2.822.000,00	494.661,00	0,00
7922991199 - 10000 Outras Restituições	2.327.339,00	2.822.000,00	494.661,00	0,00
7923000000 Ressarcimentos	**299.495,00**	**740.716,96**	**441.221,96**	**0,00**
7923021000 Ressarcimento de Custos	299.495,00	740.716,96	441.221,96	0,00
7923021100 Ressarcimento de Custos - Principal	299.495,00	740.716,96	441.221,96	0,00
7923021101 - 10000 Ressarcimento de Despesa com Pessoal Cedido	299.495,00	740.716,96	441.221,96	0,00

Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
7990000000 Demais Receitas Correntes	**12.014.572,00**	**209.021.996,91**	**197.007.424,91**	**0,00**
7990991000 Outras Receitas - Primárias	12.014.572,00	209.021.996,91	197.007.424,91	0,00
7990991100 Outras Receitas - Principal	12.014.572,00	209.021.996,91	197.007.424,91	0,00
7990991108 - 10000 Superávit Financeiro das Autarquias	14.572,00	188.474.626,46	188.460.054,46	0,00
7990991123 - 27000 Receita de Economia Processual do Estado do Ceará	0,00	9.425.590,17	9.425.590,17	0,00
7990991135 - 27000 Repasse FASSEC	12.000.000,00	11.121.780,28	0,00	878.219,72
TOTAL GERAL:	**31.977.267.045,63**	**30.004.950.700,83**	**0,00**	**1.972.316.344,80**

FONTE: S2GPR, CECAD/COTES 26/03/2021 20:58

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
3	DESPESA CORRENTE	27.094.802.293,16	442.957.156,74	27.537.759.449,90	24.780.122.929,29	2.757.636.520,61
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.585.809.368,52	0,00	14.585.809.368,52	13.254.217.186,82	1.331.592.181,70
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	13.199.248.675,76	0,00	13.199.248.675,76	11.916.257.956,12	1.282.990.719,64
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	3.199.136.884,16	0,00	3.199.136.884,16	2.869.883.806,89	329.253.077,27
31900300	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	897.374.008,63	0,00	897.374.008,63	844.476.113,62	52.897.895,01
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	510.213.986,49	0,00	510.213.986,49	496.565.122,67	13.648.863,82
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	86.605,00	0,00	86.605,00	0,00	86.605,00
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	17.254.787,00	0,00	17.254.787,00	10.882.162,16	6.372.624,84
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.145.946.388,10	0,00	6.145.946.388,10	5.630.924.121,21	515.022.266,89
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.883.447.761,33	0,00	1.883.447.761,33	1.580.469.619,31	302.978.142,02
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	140.973.265,38	0,00	140.973.265,38	132.646.198,40	8.327.066,98
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	31.088.052,28	0,00	31.088.052,28	26.027.077,35	5.060.974,93
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	192.507.753,06	0,00	192.507.753,06	188.577.917,33	3.929.835,73
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	130.410.892,94	0,00	130.410.892,94	87.675.318,46	42.735.574,48
31909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
31909400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.264.195,61	0,00	4.264.195,61	4.033.757,65	230.437,96
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	46.531.095,78	0,00	46.531.095,78	44.096.741,07	2.434.354,71
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	1.386.560.692,76	0,00	1.386.560.692,76	1.337.959.230,70	48.601.462,06
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.378.817.479,43	0,00	1.378.817.479,43	1.332.646.016,14	46.171.463,29
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.381.597,30	0,00	3.381.597,30	1.296.541,59	2.085.055,71
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	4.361.616,03	0,00	4.361.616,03	4.016.672,97	344.943,06
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	705.157.584,00	0,00	705.157.584,00	434.543.048,39	270.614.535,61
3290	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	705.157.584,00	0,00	705.157.584,00	434.543.048,39	270.614.535,61
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	656.936.931,00	0,00	656.936.931,00	399.734.125,47	257.202.805,53
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	37.739.328,00	0,00	37.739.328,00	24.467.022,99	13.272.305,01
32902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	10.481.325,00	0,00	10.481.325,00	10.341.899,93	139.425,07
32909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.803.835.340,64	442.957.156,74	12.246.792.497,38	11.091.362.694,08	1.155.429.803,30
3330	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	322.000,00	0,00	322.000,00	289.918,28	32.081,72
33304100	CONTRIBUIÇÕES	322.000,00	0,00	322.000,00	289.918,28	32.081,72
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	4.018.799.727,25	0,00	4.018.799.727,25	3.738.905.690,10	279.894.037,15

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33404100	CONTRIBUIÇÕES	32.189.537,60	0,00	32.189.537,60	29.188.596,62	3.000.940,98
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.986.086.623,00	0,00	3.986.086.623,00	3.709.193.526,83	276.893.096,17
33409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	523.566,65	0,00	523.566,65	523.566,65	0,00
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	285.347.120,00	0,00	285.347.120,00	282.367.860,46	2.979.259,54
33414100	CONTRIBUIÇÕES	285.347.120,00	0,00	285.347.120,00	282.367.860,46	2.979.259,54
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.243.892.011,26	123.763.706,70	1.367.655.717,96	1.272.666.962,59	94.988.755,37
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.032.037.803,61	97.896.527,91	1.129.934.331,52	1.069.147.770,44	60.786.561,08
33504100	CONTRIBUIÇÕES	198.770.842,26	18.367.178,79	217.138.021,05	186.762.453,81	30.375.567,24
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	12.581.057,05	7.500.000,00	20.081.057,05	16.281.847,33	3.799.209,72
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	502.308,34	0,00	502.308,34	474.891,01	27.417,33
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	7.350.129,00	32.113.400,00	39.463.529,00	34.403.098,25	5.060.430,75
33604100	CONTRIBUIÇÕES	1.060.000,00	14.380.000,00	15.440.000,00	15.257.537,65	182.462,35
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.290.129,00	17.733.400,00	24.023.529,00	19.145.560,60	4.877.968,40
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	43.482.042,31	0,00	43.482.042,31	38.830.630,54	4.651.411,77
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	43.446.749,74	0,00	43.446.749,74	38.795.337,97	4.651.411,77
33679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.292,57	0,00	35.292,57	35.292,57	0,00
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	111.675.698,07	0,00	111.675.698,07	107.926.402,36	3.749.295,71
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	111.675.698,07	0,00	111.675.698,07	107.926.402,36	3.749.295,71
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	5.796.484.494,05	287.080.050,04	6.083.564.544,09	5.345.873.837,85	737.690.706,24
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	4.530.537,06	0,00	4.530.537,06	3.919.699,49	610.837,57
33900900	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	19.926.172,37	454.000,00	20.380.172,37	9.383.749,98	10.996.422,39
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	6.389.016,28	0,00	6.389.016,28	5.532.357,45	856.658,83
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	61.795.604,78	275.000,00	62.070.604,78	47.199.513,37	14.871.091,41
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	39.204.710,64	0,00	39.204.710,64	24.579.286,21	14.625.424,43
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	628.458.957,73	54.924.058,66	683.383.016,39	570.663.172,68	112.719.843,71
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	6.379.548,62	22.721.523,28	29.101.071,90	26.814.002,07	2.287.069,83
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	336.807.147,30	12.935.294,16	349.742.441,46	334.235.202,04	15.507.239,42
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	20.521.178,60	725.470,00	21.246.648,60	15.149.185,66	6.097.462,94
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	769.810.191,21	121.736.674,71	891.546.865,92	863.939.677,49	27.607.188,43

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	25.225.583,43	0,00	25.225.583,43	14.035.829,45	11.189.753,98
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	228.010.951,46	719.365,39	228.730.316,85	180.273.139,28	48.457.177,57
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.030.472.378,37	6.796.684,22	1.037.269.062,59	980.724.824,46	56.544.238,13
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.702.708.347,35	47.731.518,73	1.750.439.866,08	1.424.506.964,26	325.932.901,82
33904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	180.614.377,98	1.778.639,52	182.393.017,50	163.538.579,11	18.854.438,39
33904100	CONTRIBUIÇÕES	3.907.870,00	0,00	3.907.870,00	0,00	3.907.870,00
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	950.000,00	0,00	950.000,00	0,00	950.000,00
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	223.921.242,47	0,00	223.921.242,47	218.272.454,59	5.648.787,88
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	215.731.954,94	209.382,14	215.941.337,08	209.509.563,95	6.431.773,13
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	61.111.598,05	15.321.000,00	76.432.598,05	66.384.905,94	10.047.692,11
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.989.331,55	0,00	1.989.331,55	753.291,10	1.236.040,45
33905700	OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA RURAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	13.189.689,10	0,00	13.189.689,10	11.261.878,95	1.927.810,15
33906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	500.000,00	0,00	500.000,00	228.058,73	271.941,27
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	7.888.752,74	0,00	7.888.752,74	6.485.698,97	1.403.053,77
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	100.002.060,46	30.000,00	100.032.060,46	91.444.310,52	8.587.749,94
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	106.437.291,56	721.439,23	107.158.730,79	77.038.492,10	30.120.238,69
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	296.482.118,70	0,00	296.482.118,70	270.098.293,65	26.383.825,05
33913200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100.000,00	0,00	100.000,00	99.389,56	610,44
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.238.732,24	0,00	21.238.732,24	8.287.562,95	12.951.169,29
33914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	53.529.070,86	0,00	53.529.070,86	45.980.302,81	7.548.768,05
33914100	CONTRIBUIÇÕES	201.389.198,46	0,00	201.389.198,46	199.596.406,74	1.792.791,72
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.658.612,08	0,00	3.658.612,08	1.872.597,87	1.786.014,21
33919100	SENTENÇAS JUDICIAIS	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.052.487,34	0,00	2.052.487,34	1.860.034,68	192.452,66
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.414.017,72	0,00	14.414.017,72	12.401.999,04	2.012.018,68
4	DESPESA DE CAPITAL	5.559.689.536,35	77.854.009,94	5.637.543.546,29	3.754.747.461,70	1.882.796.084,59
44	INVESTIMENTOS	3.581.951.788,41	27.999.765,92	3.609.951.554,33	2.495.373.861,86	1.114.577.692,47
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	0,00	299.611,82	299.611,82	0,00	299.611,82
44204200	AUXÍLIOS	0,00	299.611,82	299.611,82	0,00	299.611,82
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	219.141.858,92	0,00	219.141.858,92	193.085.812,86	26.056.046,06

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
44404100	CONTRIBUIÇÕES	1.730.649,19	0,00	1.730.649,19	1.500.000,00	230.649,19
44404200	AUXÍLIOS	216.798.054,79	0,00	216.798.054,79	191.347.151,64	25.450.903,15
44405100	OBRAS E INSTALAÃ?Ã?ES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	613.154,94	0,00	613.154,94	238.661,22	374.493,72
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	40.975.004,35	887.578,98	41.862.583,33	29.405.417,10	12.457.166,23
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.942.904,00	0,00	11.942.904,00	5.897.038,26	6.045.865,74
44504100	CONTRIBUIÇÕES	120.000,00	0,00	120.000,00	120.000,00	0,00
44504200	AUXÍLIOS	28.882.100,35	887.578,98	29.769.679,33	23.388.378,84	6.381.300,49
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4460	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	2.307.532,00	0,00	2.307.532,00	0,00	2.307.532,00
44604100	CONTRIBUIÇÕES	2.307.532,00	0,00	2.307.532,00	0,00	2.307.532,00
4467	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	8.365.654,00	0,00	8.365.654,00	8.136.016,98	229.637,02
44678300	DESPESAS DECORRENTES DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	8.175.670,18	0,00	8.175.670,18	7.946.033,16	229.637,02
44679200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	189.983,82	0,00	189.983,82	189.983,82	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	3.297.134.079,91	26.812.575,12	3.323.946.655,03	2.252.454.280,56	1.071.492.374,47
44900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.268.000,00	0,00	3.268.000,00	0,00	3.268.000,00
44901400	DIÁRIAS - CIVIL	110.750,00	0,00	110.750,00	4.534,67	106.215,33
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	4.132.200,00	0,00	4.132.200,00	0,00	4.132.200,00
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	105.330.885,35	0,00	105.330.885,35	102.034.503,65	3.296.381,70
44903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
44903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	34.053,20	0,00	34.053,20	5.103,80	28.949,40
44903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	97.209.481,99	0,00	97.209.481,99	63.484.124,79	33.725.357,20
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	515.630,00	0,00	515.630,00	26.056,24	489.573,76
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.319.999,00	0,00	1.319.999,00	1.233.978,84	86.020,16
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	305.982.010,90	0,00	305.982.010,90	220.479.546,75	85.502.464,15
44904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	65.111.244,45	0,00	65.111.244,45	46.317.135,44	18.794.109,01
44904100	CONTRIBUIÇÕES	101.000,00	0,00	101.000,00	61.407,22	39.592,78
44904200	AUXÍLIOS	2.429.455,10	0,00	2.429.455,10	0,00	2.429.455,10
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.050.000,00	0,00	6.050.000,00	0,00	6.050.000,00
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	612.225,34	0,00	612.225,34	236.773,08	375.452,26

Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.927.823.647,30	24.504.881,04	1.952.328.528,34	1.346.327.416,07	606.001.112,27
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	589.612.242,57	2.058.694,08	591.670.936,65	322.872.425,79	268.798.510,86
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	22.261.804,62	0,00	22.261.804,62	16.750.632,97	5.511.171,65
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	17.317.700,27	0,00	17.317.700,27	13.580.510,86	3.737.189,41
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	10.258.132,49	0,00	10.258.132,49	9.390.997,08	867.135,41
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	101.880.551,24	249.000,00	102.129.551,24	82.508.878,47	19.620.672,77
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	35.771.066,09	0,00	35.771.066,09	27.140.254,84	8.630.811,25
4491	APLICAÇÕES DIRETAS	14.027.659,23	0,00	14.027.659,23	12.292.334,36	1.735.324,87
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
44914000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	12.579.435,45	0,00	12.579.435,45	12.053.096,08	526.339,37
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.427.223,78	0,00	1.427.223,78	239.238,28	1.187.985,50
44915100	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
44915200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	177.811.996,30	49.854.244,02	227.666.240,32	223.838.660,70	3.827.579,62
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	177.811.996,30	49.854.244,02	227.666.240,32	223.838.660,70	3.827.579,62
45900700	CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00
45904100	CONTRIBUIÇÕES	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	2.000,00	49.854.244,02	49.856.244,02	48.146.866,99	1.709.377,03
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.168.000,00	0,00	1.168.000,00	827.704,80	340.295,20
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	156.517.313,40	0,00	156.517.313,40	156.517.313,40	0,00
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.064.682,90	0,00	9.064.682,90	7.346.775,51	1.717.907,39
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.799.925.751,64	0,00	1.799.925.751,64	1.035.534.939,14	764.390.812,50
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	1.799.925.751,64	0,00	1.799.925.751,64	1.035.534.939,14	764.390.812,50
46902700	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	22.049.959,00	0,00	22.049.959,00	21.755.959,59	293.999,41
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.777.875.792,64	0,00	1.777.875.792,64	1.013.778.979,55	764.096.813,09
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	272.993.556,52	0,00	272.993.556,52	0,00	272.993.556,52
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	272.993.556,52	0,00	272.993.556,52	0,00	272.993.556,52
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	272.993.556,52	0,00	272.993.556,52	0,00	272.993.556,52
99999900	A CLASSIFICAR	272.993.556,52	0,00	272.993.556,52	0,00	272.993.556,52
Total Geral:		**32.927.485.386,03**	**520.811.166,68**	**33.448.296.552,71**	**28.534.870.390,99**	**4.913.426.161,72**

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
00-RECURSOS ORDINÁRIOS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	291.694.484,79	291.694.484,79	0,00
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	272.808.925,76	272.808.925,76	0,00
	400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	76.382.602,62	75.318.340,77	1.064.261,85
	500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	0,00	0,00	0,00
	700-CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	10.882.162,16	10.882.162,16	0,00
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.696.164.019,40	3.696.162.096,15	1.923,25
	200-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.524.026.963,26	1.524.026.963,26	0,00
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	131.177.583,81	122.216.514,96	8.961.068,85
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.667.215,71	1.667.215,71	0,00
	700-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00	0,00	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	61.398.232,73	61.398.232,73	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	78.384.914,28	78.133.530,53	251.383,75
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	400-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.033.757,65	3.757.152,33	276.605,32
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	43.123.230,97	41.172.327,56	1.950.903,41
	Total Modalidade: 3190	6.191.744.093,14	6.179.237.946,71	12.506.146,43
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	943.410.530,29	886.334.186,65	57.076.343,64
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.296.541,59	1.296.541,59	0,00
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	3.427.883,37	2.807.322,52	620.560,85
	Total Modalidade: 3191	948.134.955,25	890.438.050,76	57.696.904,49
3290-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3290	0,00	0,00	0,00
3330-TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL				
	100-CONTRIBUIÇÕES	289.918,28	289.918,28	0,00
	Total Modalidade: 3330	289.918,28	289.918,28	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	9.484.127,30	8.705.365,97	778.761,33

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	3.701.851.065,38	3.624.972.611,18	76.878.454,20
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	523.566,65	523.566,65	0,00
	Total Modalidade: 3340	3.711.858.759,33	3.634.201.543,80	77.657.215,53
	3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			
	100-CONTRIBUIÇÕES	27.995.000,00	27.995.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3341	27.995.000,00	27.995.000,00	0,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	209.919.631,46	207.335.786,56	2.583.844,90
	100-CONTRIBUIÇÕES	78.725.495,73	77.088.273,86	1.637.221,87
	300-SUBVENÇÕES SOCIAIS	9.843.514,41	9.843.514,41	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	192.014,15	192.014,15	0,00
	Total Modalidade: 3350	298.680.655,75	294.459.588,98	4.221.066,77
	3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	877.537,65	530.000,00	347.537,65
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.371.360,60	2.371.360,60	0,00
	Total Modalidade: 3360	3.248.898,25	2.901.360,60	347.537,65
	3367-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP			
	300-DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	38.795.337,97	38.795.337,97	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.292,57	35.292,57	0,00
	Total Modalidade: 3367	38.830.630,54	38.830.630,54	0,00
	3371-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS			
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3371	0,00	0,00	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	2.584.896,05	2.582.496,05	2.400,00
	900-SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00
	400-DIÁRIAS - CIVIL	6.331.986,17	6.158.037,51	173.948,66
	500-DIÁRIAS - MILITAR	5.520.005,88	5.514.841,94	5.163,94
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	22.302.789,12	22.302.789,12	0,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	14.252.925,96	14.252.925,96	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	117.560.079,59	97.130.829,63	20.429.249,96

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	936.660,29	905.050,29	31.610,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	32.881.274,34	27.741.465,21	5.139.809,13
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.404.560,98	8.791.890,55	612.670,43
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	497.192.364,48	491.324.031,02	5.868.333,46
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	7.769.739,56	6.061.047,72	1.708.691,84
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	115.371.133,03	113.905.965,23	1.465.167,80
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	625.949.278,50	580.932.920,89	45.016.357,61
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	805.530.996,01	734.942.350,48	70.588.645,53
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	61.556.901,56	54.364.405,30	7.192.496,26
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	187.567.700,20	187.566.950,20	750,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	25.521.790,58	22.753.044,38	2.768.746,20
	800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	13.962.497,40	13.913.697,40	48.800,00
	900-AUXÍLIO-TRANSPORTE	429.744,40	429.744,40	0,00
	700-OUTROS BENEFÍCIOS DO RGPS - ÁREA RURAL	0,00	0,00	0,00
	900-PENSÕES ESPECIAIS	38.321,40	38.321,40	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	64.296,32	63.096,32	1.200,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	49.932.663,70	48.504.757,98	1.427.905,72
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	31.945.446,28	31.764.681,64	180.764,64
	Total Modalidade: 3390	2.634.608.051,80	2.471.945.340,62	162.662.711,18
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	99.389,56	84.389,56	15.000,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	439.574,48	439.574,48	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	23.442.688,09	22.554.878,82	887.809,27
	100-CONTRIBUIÇÕES	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	605.481,66	587.480,94	18.000,72
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.051.377,25	1.051.377,25	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	112.239,24	112.239,24	0,00
	Total Modalidade: 3391	31.750.750,28	30.829.940,29	920.809,99
	4420-TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO			
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4420	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	100-CONTRIBUIÇÕES	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	164.539.449,98	147.897.314,44	16.642.135,54
	100-OBRAS E INSTALAÃ?Ã?ES	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	238.661,22	238.661,22	0,00
	Total Modalidade: 4440	166.278.111,20	149.635.975,66	16.642.135,54
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	120.000,00	120.000,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	2.090.955,84	1.590.955,84	500.000,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	2.210.955,84	1.710.955,84	500.000,00
4467-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP				
	300-DESPESAS DECORRENTES DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, APORTE E FUNDO GARANTIDOR	7.946.033,16	7.946.033,16	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	189.983,82	189.983,82	0,00
	Total Modalidade: 4467	8.136.016,98	8.136.016,98	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	400-DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	4.353.290,84	1.774.899,26	2.578.391,58
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	20.667.302,87	19.918.478,20	748.824,67
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	161.481.742,77	160.702.640,51	779.102,26
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	14.573.375,03	10.404.288,86	4.169.086,17
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.216,34	2.216,34	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	445.813.574,38	261.593.861,39	184.219.712,99

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	82.335.616,55	45.516.325,04	36.819.291,51
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15.385.322,65	13.544.387,53	1.840.935,12
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	11.185.903,22	11.185.903,22	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	4.607.345,63	4.607.345,63	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	44.824.917,11	42.644.392,00	2.180.525,11
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.068.275,77	7.152.200,09	2.916.075,68
	Total Modalidade: 4490	815.298.883,16	579.046.938,07	236.251.945,09
	4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	3.131.816,96	3.131.816,96	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	207.374,20	207.374,20	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	3.339.191,16	3.339.191,16	0,00
	4590-APLICAÇÕES DIRETAS			
	700-CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	48.146.866,99	48.146.866,99	0,00
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	156.517.313,40	156.017.313,40	500.000,00
	600-CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.565.369,88	5.565.369,88	0,00
	Total Modalidade: 4590	221.229.550,27	220.729.550,27	500.000,00
	4690-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	72.230,61	72.230,61	0,00
	Total Modalidade: 4690	72.230,61	72.230,61	0,00
	Total Fonte: 00	15.103.706.651,84	14.533.800.179,17	569.906.472,67
01-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	459.069.034,51	459.069.034,51	0,00
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	504.262.303,30	504.262.303,30	0,00
	700-CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	964.508.316,25	964.508.316,25	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	200-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	56.442.656,05	56.442.656,05	0,00
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	8.491.864,09	8.491.864,09	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	127.169.960,17	127.162.808,84	7.151,33
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.632.252,82	1.632.252,82	0,00
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	787.576,81	451.653,33	335.923,48
	Total Modalidade: 3190	2.122.363.964,00	2.122.020.889,19	343.074,81
	3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	158.889.097,11	141.815.910,85	17.073.186,26
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	588.789,60	401.122,10	187.667,50
	Total Modalidade: 3191	159.477.886,71	142.217.032,95	17.260.853,76
	3290-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	399.734.125,47	399.734.125,47	0,00
	200-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	21.194.423,73	21.194.423,73	0,00
	700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	10.341.899,93	10.341.899,93	0,00
	Total Modalidade: 3290	431.270.449,13	431.270.449,13	0,00
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	11.652.072,70	10.079.775,67	1.572.297,03
	Total Modalidade: 3340	11.652.072,70	10.079.775,67	1.572.297,03
	3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			
	100-CONTRIBUIÇÕES	242.718.860,46	238.214.026,83	4.504.833,63
	Total Modalidade: 3341	242.718.860,46	238.214.026,83	4.504.833,63
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	389.935.787,43	389.935.787,43	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	24.758.613,08	24.139.469,52	619.143,56
	Total Modalidade: 3350	414.694.400,51	414.075.256,95	619.143,56
	3367-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP			
	300-DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3367	0,00	0,00	0,00
	3371-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	89.288.771,76	89.288.771,76	0,00
	Total Modalidade: 3371	89.288.771,76	89.288.771,76	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	130.058,50	130.058,50	0,00
	400-DIÁRIAS - CIVIL	210.611,52	210.341,67	269,85
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	6.685.061,00	6.679.861,00	5.200,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	3.277.547,72	3.197.747,72	79.800,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	45.896.642,62	42.095.633,46	3.801.009,16
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	3.153.632,13	3.150.064,21	3.567,92
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	157.036.256,87	131.512.323,87	25.523.933,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	311.741,63	296.741,63	15.000,00
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	201.778.356,89	194.903.423,64	6.874.933,25
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	309.187,48	309.187,48	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.249.075,91	2.092.444,85	156.631,06
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	157.340.691,74	155.969.772,07	1.370.919,67
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	146.009.595,49	134.634.653,32	11.374.942,17
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	2.327.499,91	2.113.402,19	214.097,72
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.328.410,10	6.328.410,10	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	165.644.851,60	160.793.347,50	4.851.504,10
	900-AUXÍLIO-TRANSPORTE	4.719,20	4.719,20	0,00
	900-PENSÕES ESPECIAIS	11.223.557,55	11.223.557,55	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	5.483.249,55	5.442.895,70	40.353,85
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.927.615,32	15.889.652,58	37.962,74
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.488.134,82	4.487.136,82	998,00
	Total Modalidade: 3390	935.816.497,55	881.465.375,06	54.351.122,49
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	151.927,42	151.927,42	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.776.323,69	10.546.320,69	230.003,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	6.050,72	6.050,72	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.537,06	13.537,06	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.425.590,17	9.425.590,17	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 3391	20.373.429,06	20.143.426,06	230.003,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	200-AUXÍLIOS	25.333.899,99	23.497.492,22	1.836.407,77
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	25.333.899,99	23.497.492,22	1.836.407,77
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	200-AUXÍLIOS	923.154,49	873.154,49	50.000,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	923.154,49	873.154,49	50.000,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	400-DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.845,99	2.845,99	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	17.133.293,14	1.095.782,05	16.037.511,09
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.065.588,61	10.707.569,46	358.019,15
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.823,54	8.823,54	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	223.325,50	223.325,50	0,00
	Total Modalidade: 4490	31.433.876,78	12.038.346,54	19.395.530,24
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				
	700-ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	21.755.959,59	21.755.959,59	0,00
	100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	191.801.216,80	191.801.216,80	0,00
	Total Modalidade: 4690	213.557.176,39	213.557.176,39	0,00
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
	900-A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 9999	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 01	4.698.904.439,53	4.598.741.173,24	100.163.266,29
03-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	912.842.265,03	912.842.265,03	0,00
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	27.073.205,97	27.073.205,97	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.390.315,35	1.390.315,35	0,00
	Total Modalidade: 3190	941.305.786,35	941.305.786,35	0,00
	9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
	900-A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 9999	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 03	941.305.786,35	941.305.786,35	0,00
04-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	1.197.884.715,32	1.197.884.715,32	0,00
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	40.029.405,32	40.029.405,32	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.154.491,71	4.154.491,71	0,00
	Total Modalidade: 3190	1.242.068.612,35	1.242.068.612,35	0,00
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.579.271,54	4.579.271,54	0,00
	Total Modalidade: 3391	4.579.271,54	4.579.271,54	0,00
	9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
	900-A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 9999	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 04	1.246.647.883,89	1.246.647.883,89	0,00
05-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	4.241.163,00	4.241.163,00	0,00
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	278.879,51	278.879,51	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3190	4.520.042,51	4.520.042,51	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	95.161,39	95.161,39	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 3390	95.161,39	95.161,39	0,00
	9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
	900-A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 9999	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 05	4.615.203,90	4.615.203,90	0,00
06-RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	3.942.387,00	3.942.387,00	0,00
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3190	3.942.387,00	3.942.387,00	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	344.318,00	344.318,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	344.318,00	344.318,00	0,00
	9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
	900-A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 9999	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 06	4.286.705,00	4.286.705,00	0,00
07-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	1.499,62	1.499,62	0,00
	Total Modalidade: 3340	1.499,62	1.499,62	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	13.917,73	13.917,73	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	380.712,41	301.910,41	78.802,00
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	0,00	0,00	0,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.960,00	10.960,00	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	121.770,16	121.770,16	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.761.976,75	2.636.668,38	125.308,37
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.373.401,20	8.895.158,39	2.478.242,81
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	249.888,12	236.338,99	13.549,13

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.094,87	80.094,87	0,00
	Total Modalidade: 3390	14.992.721,24	12.296.818,93	2.695.902,31
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	288.194,74	18.874,42	269.320,32
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	833.648,00	0,00	833.648,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.482.771,34	380.463,34	1.102.308,00
	Total Modalidade: 4490	2.604.614,08	399.337,76	2.205.276,32
	Total Fonte: 07	17.598.834,94	12.697.656,31	4.901.178,63
10-RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP				
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	0,00	0,00	0,00
	3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			
	100-CONTRIBUIÇÕES	10.974.000,00	10.974.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3341	10.974.000,00	10.974.000,00	0,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	116.220.183,96	112.264.401,40	3.955.782,56
	100-CONTRIBUIÇÕES	58.150.834,05	58.150.834,05	0,00
	Total Modalidade: 3350	174.371.018,01	170.415.235,45	3.955.782,56
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	16.520.924,00	16.520.924,00	0,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	940.000,00	940.000,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	92.815.815,62	62.738.446,56	30.077.369,06
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	0,00	0,00	0,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	11.334.683,06	11.334.666,47	16,59

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1.480.000,00	1.480.000,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.137.951,00	16.127.048,24	4.010.902,76
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.547.020,27	17.027.048,09	4.519.972,18
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	50.000,00	11.877,37	38.122,63
	800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	31.706.285,00	31.706.285,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	110.175,20	110.175,20	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.351.698,00	13.351.698,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	209.994.552,15	171.348.168,93	38.646.383,22
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	0,00	0,00	0,00
	4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	0,00	0,00	0,00
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	200-AUXÍLIOS	19.072.316,40	18.895.489,90	176.826,50
	Total Modalidade: 4450	19.072.316,40	18.895.489,90	176.826,50
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	18.445.375,51	16.365.118,78	2.080.256,73
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.956.330,41	5.652.787,75	3.303.542,66
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	2.458.114,05	458.114,05	2.000.000,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.294.166,42	2.276.770,61	3.017.395,81
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.328.364,69	2.328.364,69	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.700.473,55	13.665.644,52	2.034.829,03
	Total Modalidade: 4490	53.182.824,63	40.746.800,40	12.436.024,23

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Fonte: 10	467.594.711,19	412.379.694,68	55.215.016,51
11-COTA-PARTE DA CIDE				
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	6.483.731,17	6.483.731,17	0,00
	Total Modalidade: 3340	6.483.731,17	6.483.731,17	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.000.599,17	18.000.599,17	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	18.000.599,17	18.000.599,17	0,00
	Total Fonte: 11	24.484.330,34	24.484.330,34	0,00
12-ALIENAÇÃO DE BENS				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 12	0,00	0,00	0,00
16-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL				
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	500.000,00	0,00	500.000,00
	Total Modalidade: 3350	500.000,00	0,00	500.000,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	217.550,27	163.462,27	54.088,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	13.364,06	13.364,06	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	8.487.713,46	8.092.042,67	395.670,79
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.131.657,38	861.832,52	1.269.824,86
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	895,40	895,40	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31,01	31,01	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 3390	10.851.211,58	9.131.627,93	1.719.583,65
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	13.432,29	13.432,29	0,00
	Total Modalidade: 3391	13.432,29	13.432,29	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.300,00	10.300,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	4.051.430,83	4.051.430,83	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	138.135,26	1.080,00	137.055,26
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	167.334,82	167.334,82	0,00
	Total Modalidade: 4490	4.367.200,91	4.230.145,65	137.055,26
	Total Fonte: 16	15.731.844,78	13.375.205,87	2.356.638,91
29-RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE				
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	105.100,00	105.100,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	73.905,68	73.905,68	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.241.313,32	4.241.296,11	17,21
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	21.977,79	19.504,43	2.473,36
	200-AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	228.058,73	228.058,73	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.402.159,22	2.389.794,12	12.365,10
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	18.927.758,70	18.832.804,61	94.954,09
	Total Modalidade: 3390	26.000.273,44	25.890.463,68	109.809,76
	Total Fonte: 29	26.000.273,44	25.890.463,68	109.809,76
36-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC VLT - CEF				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	6.273.353,97	5.174.776,32	1.098.577,65
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.705.803,60	1.705.803,60	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4490	7.979.157,57	6.880.579,92	1.098.577,65
	4690-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.066.188,82	1.066.188,82	0,00
	Total Modalidade: 4690	1.066.188,82	1.066.188,82	0,00
	Total Fonte: 36	9.045.346,39	7.946.768,74	1.098.577,65
37-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	507.009,85	507.009,85	0,00
	Total Modalidade: 4490	507.009,85	507.009,85	0,00
	Total Fonte: 37	507.009,85	507.009,85	0,00
38-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MARANGUAPINHO				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 38	0,00	0,00	0,00
44-INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS				
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	858.730,28	858.730,28	0,00
	Total Modalidade: 3340	858.730,28	858.730,28	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	77.253,56	71.833,26	5.420,30
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	401.952,07	345.328,78	56.623,29
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	779.582,92	748.226,34	31.356,58
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	68.021,44	68.021,44	0,00
	Total Modalidade: 3390	1.326.809,99	1.233.409,82	93.400,17
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	4.017.719,12	4.017.719,12	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.125.361,09	18.125.361,09	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.684.124,01	8.684.124,01	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4490	30.827.204,22	30.827.204,22	0,00
	Total Fonte: 44	33.012.744,49	32.919.344,32	93.400,17
45-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	1.815.925,67	1.808.638,74	7.286,93
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	337.992,66	337.992,66	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.836,24	0,00	1.836,24
	Total Modalidade: 4490	2.155.754,57	2.146.631,40	9.123,17
	Total Fonte: 45	2.155.754,57	2.146.631,40	9.123,17
46-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	129.747.530,59	55.566.496,07	74.181.034,52
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.130.954,24	747.016,51	383.937,73
	Total Modalidade: 4490	130.878.484,83	56.313.512,58	74.564.972,25
	Total Fonte: 46	130.878.484,83	56.313.512,58	74.564.972,25
47-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	88.470,73	88.470,73	0,00
	Total Modalidade: 4490	88.470,73	88.470,73	0,00
	Total Fonte: 47	88.470,73	88.470,73	0,00
48-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO				
	3290-APLICAÇÕES DIRETAS			
	200-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1.813.474,26	1.813.474,26	0,00
	Total Modalidade: 3290	1.813.474,26	1.813.474,26	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	000-MATERIAL DE CONSUMO	360.177,30	0,00	360.177,30
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	528.136,95	479.994,21	48.142,74
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.012,85	3.012,85	15.000,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	136.272,65	129.999,97	6.272,68
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	105.627,41	95.998,86	9.628,55
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.271.992,16	115.900,00	1.156.092,16
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	2.420.219,32	824.905,89	1.595.313,43
	Total Fonte: 48	4.233.693,58	2.638.380,15	1.595.313,43
50-RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	420.182.520,05	414.198.403,00	5.984.117,05
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	531.198.284,32	531.198.284,32	0,00
	Total Modalidade: 3190	951.380.804,37	945.396.687,32	5.984.117,05
	3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	217.748.570,56	199.970.774,56	17.777.796,00
	Total Modalidade: 3191	217.748.570,56	199.970.774,56	17.777.796,00
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	8.024.291,00	8.024.291,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	8.024.291,00	8.024.291,00	0,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.350.091,63	15.350.091,63	0,00
	Total Modalidade: 3350	15.350.091,63	15.350.091,63	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	5.186.030,23	5.186.030,13	0,10
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	21.313.498,22	21.313.498,22	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.662.433,21	1.662.433,21	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	2.077.727,47	2.077.727,47	0,00
	Total Modalidade: 3390	30.239.689,13	30.239.689,03	0,10
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.237.695,00	9.237.695,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	9.237.695,00	9.237.695,00	0,00
	Total Fonte: 50	1.231.981.141,69	1.208.219.228,54	23.761.913,15
51-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	310.671.371,10	310.671.371,10	0,00
	Total Modalidade: 3190	310.671.371,10	310.671.371,10	0,00
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	10.046,00	10.046,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	10.046,00	10.046,00	0,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.043.860,76	12.043.860,76	0,00
	Total Modalidade: 3350	12.043.860,76	12.043.860,76	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	200.606,96	0,00	200.606,96
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.529.775,10	3.529.775,10	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.963.946,26	180.026,70	1.783.919,56
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.693.913,30	6.100.290,32	2.593.622,98
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	16.620.899,52	16.620.899,52	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.432,98	10.432,98	0,00
	Total Modalidade: 3390	31.019.574,12	26.441.424,62	4.578.149,50
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.462.536,84	0,00	5.462.536,84
	Total Modalidade: 4490	5.462.536,84	0,00	5.462.536,84
	Total Fonte: 51	359.207.388,82	349.166.702,48	10.040.686,34
54-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BB				
	4690-APLICAÇÕES DIRETAS			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	820.743.236,46	820.743.236,46	0,00
	Total Modalidade: 4690	820.743.236,46	820.743.236,46	0,00
	Total Fonte: 54	820.743.236,46	820.743.236,46	0,00
56-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/CEF				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	13.177.748,77	13.177.748,77	0,00
	500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	2.306.136,91	2.306.136,91	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	56.545,93	56.545,93	0,00
	Total Modalidade: 4490	15.540.431,61	15.540.431,61	0,00
	Total Fonte: 56	15.540.431,61	15.540.431,61	0,00
57-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/KFW				
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	23.210,00	23.210,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	187.137,00	15.690,00	171.447,00
	Total Modalidade: 4490	210.347,00	38.900,00	171.447,00
	Total Fonte: 57	210.347,00	38.900,00	171.447,00
58-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD				
	3290-APLICAÇÕES DIRETAS			
	200-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1.459.125,00	1.459.125,00	0,00
	Total Modalidade: 3290	1.459.125,00	1.459.125,00	0,00
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.897.038,26	5.897.038,26	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	5.897.038,26	5.897.038,26	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	60.880,00	42.880,00	18.000,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.233.978,84	1.233.978,84	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	269.798,99	254.298,99	15.500,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	11.250,00	11.250,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	1.575.907,83	1.542.407,83	33.500,00
	Total Fonte: 58	8.932.071,09	8.898.571,09	33.500,00
59-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BID				
	4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	200-AUXÍLIOS	116.085,20	116.085,20	0,00
	Total Modalidade: 4440	116.085,20	116.085,20	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	3.570,92	3.570,92	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	97.028.096,06	97.028.096,06	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	16.010.863,15	14.831.840,89	1.179.022,26
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	26.056,24	18.975,74	7.080,50
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.093.008,97	965.114,60	127.894,37
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	27.331.308,76	23.069.304,43	4.262.004,33
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	128.929,33	128.929,33	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	335.606.657,80	300.309.271,78	35.297.386,02
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	106.505.897,21	93.344.251,80	13.161.645,41
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.880.332,49	14.726.591,34	153.741,15
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	598.614.720,93	544.425.946,89	54.188.774,04
	4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	8.659.649,75	7.879.604,67	780.045,08
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	31.864,08	31.864,08	0,00
	Total Modalidade: 4491	8.691.513,83	7.911.468,75	780.045,08
	Total Fonte: 59	607.422.319,96	552.453.500,84	54.968.819,12
64-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/FIDA				
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	956.422,96	956.422,96	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	151.194,00	151.194,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	1.107.616,96	1.107.616,96	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.534.531,01	1.534.531,01	0,00
	Total Modalidade: 4490	1.534.531,01	1.534.531,01	0,00
	Total Fonte: 64	2.642.147,97	2.642.147,97	0,00
65-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	814.727,19	480.645,22	334.081,97
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	279.044,20	279.044,20	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	22.426.515,29	10.328.957,60	12.097.557,69
	Total Modalidade: 4490	23.520.286,68	11.088.647,02	12.431.639,66
	Total Fonte: 65	23.520.286,68	11.088.647,02	12.431.639,66
67-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/MLW				
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.259.706,37	17.259.706,37	0,00
	Total Modalidade: 4490	17.259.706,37	17.259.706,37	0,00
	Total Fonte: 67	17.259.706,37	17.259.706,37	0,00
70-RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	209.757,24	209.757,24	0,00
	300-PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	23.393,76	23.393,76	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	0,00	0,00	0,00
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	77.968.591,08	77.968.591,08	0,00
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.215.714,10	1.189.035,21	26.678,89
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.664.718,18	7.664.718,18	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	9.724,43	9.724,43	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.101.757,61	2.101.757,61	0,00
	400-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	185.933,29	185.933,29	0,00
	Total Modalidade: 3190	89.379.589,69	89.352.910,80	26.678,89
	3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12.597.818,18	12.371.178,06	226.640,12
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3191	12.597.818,18	12.371.178,06	226.640,12
	3290-APLICAÇÕES DIRETAS			
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3290	0,00	0,00	0,00
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	16.560,00	16.560,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	16.560,00	16.560,00	0,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	7.277.686,21	6.291.646,21	986.040,00
	300-SUBVENÇÕES SOCIAIS	6.438.332,92	6.438.332,92	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	39.998,20	39.998,20	0,00
	Total Modalidade: 3350	13.756.017,33	12.769.977,33	986.040,00
	3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	16.774.200,00	16.719.000,00	55.200,00
	Total Modalidade: 3360	16.774.200,00	16.719.000,00	55.200,00
	3367-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP			
	300-DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - PPP	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3367	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	28.984,94	28.984,94	0,00
	400-DIÁRIAS - CIVIL	2.469.841,65	2.438.829,77	31.011,88
	500-DIÁRIAS - MILITAR	12.351,57	12.351,57	0,00
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	257.869,71	245.869,71	12.000,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	13.449.850,15	9.882.723,27	3.567.126,88
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	17.443,00	17.443,00	0,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.201.416,13	800.996,99	400.419,14
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.564.346,84	1.306.934,17	257.412,67
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	132.127,31	85.399,96	46.727,35
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	11.642.090,91	11.085.212,87	556.878,04
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	104.426.012,27	100.453.117,07	3.972.895,20
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	292.309.566,60	250.225.011,28	42.084.555,32
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	90.139.490,30	84.955.354,44	5.184.135,86
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	5.677.717,30	5.668.082,30	9.635,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	13.353.365,51	11.395.648,48	1.957.717,03
	800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	5.565.123,54	5.547.227,18	17.896,36
	900-AUXÍLIO-TRANSPORTE	318.827,50	311.857,10	6.970,40
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	510.429,65	480.025,00	30.404,65
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.687.768,62	14.963.021,73	724.746,89
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.636.863,74	3.636.863,74	0,00
	Total Modalidade: 3390	562.401.487,24	503.540.954,57	58.860.532,67
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.024.134,71	2.259.740,27	764.394,44
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	7.129.231,49	6.882.298,86	246.932,63
	100-CONTRIBUIÇÕES	193.596.406,74	193.596.406,74	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.247.132,76	1.051.038,96	196.093,80
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	795.120,37	795.120,27	0,10
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.822.450,00	2.822.450,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 3391	208.614.476,07	207.407.055,10	1.207.420,97
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	200-AUXÍLIOS	1.357.716,47	1.357.716,47	0,00
	Total Modalidade: 4440	1.357.716,47	1.357.716,47	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
	200-AUXÍLIOS	1.301.952,11	711.733,71	590.218,40
	Total Modalidade: 4450	1.301.952,11	711.733,71	590.218,40
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	000-MATERIAL DE CONSUMO	165.980,61	14.747,00	151.233,61
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.676.155,99	1.673.833,99	2.322,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	3.943.224,26	2.322.226,79	1.620.997,47
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	16.954.501,88	6.794.475,28	10.160.026,60
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.546.976,97	2.177.051,69	10.369.925,28
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	35.286.839,71	12.982.334,75	22.304.504,96
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	261.629,37	261.629,37	0,00
	Total Modalidade: 4491	261.629,37	261.629,37	0,00
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
	200-AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	827.704,80	827.704,80	0,00
	600-CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.781.405,63	1.265.214,49	516.191,14
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4590	2.609.110,43	2.092.919,29	516.191,14
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				
	100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	96.106,86	96.106,86	0,00
	Total Modalidade: 4690	96.106,86	96.106,86	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
	900-A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 9999	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 70	944.453.503,46	859.680.076,31	84.773.427,15
73-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE				
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	0,00	0,00	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	76.000,00	40.992,00	35.008,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	46.266.302,28	24.183.258,79	22.083.043,49
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.765,11	3.765,11	0,00
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	8.214.686,80	8.214.686,80	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	454.596,00	428.540,00	26.056,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	36.130.326,75	35.740.701,60	389.625,15
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.756.576,79	1.379.434,12	2.377.142,67
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	82.083,62	82.083,62	0,00
	Total Modalidade: 3390	94.984.337,35	70.073.462,04	24.910.875,31
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	7.378.933,96	1.548.538,98	5.830.394,98
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.141.423,63	11.440.583,26	4.700.840,37
	Total Modalidade: 4490	23.520.357,59	12.989.122,24	10.531.235,35
	Total Fonte: 73	118.504.694,94	83.062.584,28	35.442.110,66
76-RECURSOS PROVENIENTES DO FIT				
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	766.387,56	766.387,56	0,00
	Total Modalidade: 3350	766.387,56	766.387,56	0,00
	3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3360	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
400-DIÁRIAS - CIVIL		2.299,39	2.299,39	0,00
800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		405.167,50	405.167,50	0,00
000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		5.412.112,53	5.293.712,53	118.400,00
000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		11.959,93	11.959,93	0,00
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		19.400,00	19.400,00	0,00
700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		1.446.329,77	1.420.026,67	26.303,10
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		421.339,60	421.339,60	0,00
100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		950,00	950,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	7.719.558,72	7.574.855,62	144.703,10
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		0,00	0,00	0,00
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		40.139,80	23.789,80	16.350,00
	Total Modalidade: 4490	40.139,80	23.789,80	16.350,00
	Total Fonte: 76	8.526.086,08	8.365.032,98	161.053,10
79-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		1.864.289,18	1.701.944,87	162.344,31
900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		121.205,22	121.205,22	0,00
	Total Modalidade: 3390	1.985.494,40	1.823.150,09	162.344,31
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 79	1.985.494,40	1.823.150,09	162.344,31
80-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.089.767,20	1.044.883,60	1.044.883,60
	Total Modalidade: 4490	2.089.767,20	1.044.883,60	1.044.883,60
	4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 80	2.089.767,20	1.044.883,60	1.044.883,60
81-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	351.789,54	351.789,54	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.132,52	0,00	15.132,52
	Total Modalidade: 3390	366.922,06	351.789,54	15.132,52
	Total Fonte: 81	366.922,06	351.789,54	15.132,52
82-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.211.105,56	2.175.580,40	35.525,16
	100-CONTRIBUIÇÕES	1.037.595,74	1.037.595,74	0,00
	300-SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	21.358,67	21.358,67	0,00
	Total Modalidade: 3350	3.270.059,97	3.234.534,81	35.525,16
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	47.170,50	46.551,00	619,50
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	266.512,79	254.416,04	12.096,75
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	21.776.965,87	16.852.294,79	4.924.671,08
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.348,28	3.348,28	0,00
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	932.441,64	932.441,64	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	58.212,00	58.212,00	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.993.154,99	2.865.575,87	127.579,12
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.203.829,60	2.862.080,72	341.748,88
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	21.710,10	21.710,10	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	283.262,09	111.642,40	171.619,69
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.803,25	30.803,25	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.971.387,15	1.969.356,89	2.030,26
	Total Modalidade: 3390	31.588.798,26	26.008.432,98	5.580.365,28
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	90.706,98	90.706,98	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	39.770,48	32.570,09	7.200,39
	Total Modalidade: 3391	130.477,46	123.277,07	7.200,39
	4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	0,00	0,00	0,00
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	0,00	0,00	0,00
	4460-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4460	0,00	0,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00
	400-DIÁRIAS - CIVIL	963,75	963,75	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.103,80	5.103,80	0,00
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.042.115,31	8.393.391,73	648.723,58
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	61.407,22	61.407,22	0,00
	200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	303.316.673,99	128.806.687,29	174.509.986,70
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	21.114.079,48	14.458.245,83	6.655.833,65
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	18.528,73	18.528,73	0,00
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	4.783.651,45	4.783.651,45	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.863.012,31	7.717.104,19	145.908,12
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	467.450,31	466.784,76	665,55
	Total Modalidade: 4490	346.672.986,35	164.711.868,75	181.961.117,60
	Total Fonte: 82	381.662.322,04	194.078.113,61	187.584.208,43
83-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
	3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3341	0,00	0,00	0,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	300-SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	0,00	0,00	0,00
	3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			
	500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 3360	0,00	0,00	0,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	92.082,90	89.522,07	2.560,83
	800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	599.912,50	599.412,50	500,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	433.200,00	13.200,00	420.000,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	148.756,56	118.515,46	30.241,10
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15.893,40	15.893,40	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.153.804,26	2.153.804,26	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.138.489,72	2.126.108,60	12.381,12
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	197.371,18	197.371,18	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	342.466,10	342.466,10	0,00
	Total Modalidade: 3390	6.121.976,62	5.656.293,57	465.683,05
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.949,15	1.949,15	0,00
	Total Modalidade: 3391	1.949,15	1.949,15	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	36.942.715,19	24.942.715,19	12.000.000,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	378.814,74	261.928,74	116.886,00
	100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.346.781,59	1.346.781,59	0,00
	Total Modalidade: 4490	38.668.311,52	26.551.425,52	12.116.886,00
	Total Fonte: 83	44.792.237,29	32.209.668,24	12.582.569,05
86-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	0,00	0,00	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	000-MATERIAL DE CONSUMO	66.078,84	18.893,50	47.185,34
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	1.508.750,21	1.297.759,07	210.991,14
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	347.515,00	232.405,74	115.109,26
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.024.164,31	1.024.164,31	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	513.394,89	513.394,89	0,00
	Total Modalidade: 4490	3.459.903,25	3.086.617,51	373.285,74
	Total Fonte: 86	3.459.903,25	3.086.617,51	373.285,74
87-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	263.500,00	263.500,00	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	21.412.619,02	19.725.505,40	1.687.113,62
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.236.422,97	3.902.372,37	334.050,60
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.050,00	8.050,00	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.315,22	3.315,22	0,00
	Total Modalidade: 3390	25.923.907,21	23.902.742,99	2.021.164,22
	Total Fonte: 87	25.923.907,21	23.902.742,99	2.021.164,22
89-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	400-DIÁRIAS - CIVIL	69.768,78	69.768,78	0,00
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	138.464,96	138.464,96	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	70.413,00	70.413,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	862.773,11	862.773,11	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	94.831,29	94.831,29	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.705.891,48	1.705.891,48	0,00
	Total Modalidade: 3390	2.942.142,62	2.942.142,62	0,00

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	4.531.352,56	4.531.352,56	0,00
	Total Modalidade: 3391	4.531.352,56	4.531.352,56	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0,00	0,00	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	381.038,50	381.038,50	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	835.817,92	0,00	835.817,92
	Total Modalidade: 4490	1.216.856,42	381.038,50	835.817,92
	Total Fonte: 89	8.690.351,60	7.854.533,68	835.817,92
91-RECURSOS PROVENIENTES DO SUS				
	3190-APLICAÇÕES DIRETAS			
	100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.413.539,06	50.408.754,70	4.784,36
	300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	252.900,49	226.896,49	26.004,00
	600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	8.203.279,37	8.203.279,37	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.586,69	11.586,69	0,00
	600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3190	58.881.305,61	58.850.517,25	30.788,36
	3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	0,00	0,00	0,00
	3341-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			
	100-CONTRIBUIÇÕES	680.000,00	680.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3341	680.000,00	680.000,00	0,00
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	322.700.722,08	304.344.239,79	18.356.482,29
	100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	221.519,99	221.519,99	0,00
	Total Modalidade: 3350	322.922.242,07	304.565.759,78	18.356.482,29

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3371-TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS				
	000-RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	18.637.630,60	18.637.630,60	0,00
	Total Modalidade: 3371	18.637.630,60	18.637.630,60	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
	800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.175.760,00	1.170.335,00	5.425,00
	400-DIÁRIAS - CIVIL	136.392,45	136.392,45	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	252.240.600,19	223.701.684,02	28.538.916,17
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	6.266,65	6.266,65	0,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	108.007.669,23	74.669.417,53	33.338.251,70
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.550.066,92	3.532.156,07	17.910,85
	400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	150.435.190,49	150.310.481,29	124.709,20
	500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	815.000,00	815.000,00	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.990.308,48	1.885.695,93	104.612,55
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	17.177.007,75	16.711.008,72	465.999,03
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	121.114.108,84	118.032.551,98	3.081.556,86
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	8.082.011,83	7.923.099,16	158.912,67
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	275.792,79	274.830,87	961,92
	100-SENTENÇAS JUDICIAIS	427.723,45	427.723,45	0,00
	200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.780.159,35	6.780.159,35	0,00
	300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.307,23	38.307,23	0,00
	Total Modalidade: 3390	672.252.365,65	606.415.109,70	65.837.255,95
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	92.654,80	92.654,80	0,00
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	500,44	500,44	0,00
	Total Modalidade: 3391	93.155,24	93.155,24	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.751.493,44	9.660.129,78	9.091.363,66

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4490	18.751.493,44	9.660.129,78	9.091.363,66
	4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 91	1.092.218.192,61	998.902.302,35	93.315.890,26
92-REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS				
	3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-CONTRIBUIÇÕES	16.312.229,00	7.367.229,00	8.945.000,00
	Total Modalidade: 3350	16.312.229,00	7.367.229,00	8.945.000,00
	3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			
	100-CONTRIBUIÇÕES	14.380.000,00	0,00	14.380.000,00
	Total Modalidade: 3360	14.380.000,00	0,00	14.380.000,00
	3390-APLICAÇÕES DIRETAS			
	400-DIÁRIAS - CIVIL	9.678,89	9.678,89	0,00
	000-MATERIAL DE CONSUMO	1.237.996,64	356.797,78	881.198,86
	100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	22.700.000,00	0,00	22.700.000,00
	200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.985.976,54	0,00	1.985.976,54
	300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	23.267,45	23.267,45	0,00
	600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
	700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	671.485,44	637.323,78	34.161,66
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1.410.965,41	702.997,15	707.968,26
	800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15.151.000,00	10.775.000,00	4.376.000,00
	Total Modalidade: 3390	43.190.370,37	12.505.065,05	30.685.305,32
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	000-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.000,00	10.000,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	10.000,00	10.000,00	0,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			

Fonte de Recurso	Natureza Despeza	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	100-OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.047.162,19	2.432.235,81	7.614.926,38
	Total Modalidade: 4490	10.047.162,19	2.432.235,81	7.614.926,38
	Total Fonte: 92	83.939.761,56	22.314.529,86	61.625.231,70
Total Geral:		**28.534.870.390,99**	**27.143.511.497,62**	**1.391.358.893,37**

Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	853.626.348,13	0,00	780.474.190,16	73.152.157,97
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	55.166.662,78	0,00	55.166.662,78	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	1.177.830.545,62	0,00	1.177.830.545,62
SUBTOTAL	**908.793.010,91**	**1.177.830.545,62**	**835.640.852,94**	**1.250.982.703,59**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	284.725.691,80	0,00	278.682.293,97	6.043.397,83
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	2.901.979,06	0,00	2.901.979,06	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	213.528.347,75	0,00	213.528.347,75
SUBTOTAL	**287.627.670,86**	**213.528.347,75**	**281.584.273,03**	**219.571.745,58**
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	1.448.154.471,73	14.989.748.251,20	14.911.102.244,01	1.526.800.478,92
SUBTOTAL	**1.448.154.471,73**	**14.989.748.251,20**	**14.911.102.244,01**	**1.526.800.478,92**
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total:	**2.644.575.153,50**	**16.381.107.144,57**	**16.028.327.369,98**	**2.997.354.928,09**

ANEXO 16

					CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO							
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS															
1	CEF	ESTADO DO CEARA	CTN-22786-04	06/06/1991	25,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	159.204,00	55.001,30	0,00	-0,01	55.001,29	550,93	0,00	0,00
2	CEF	ESTADO DO CEARA	CTN-22793-41	06/06/1991	25,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	194.985,00	87.713,01	0,00	0,00	87.713,01	878,60	0,00	0,00
3	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.855-18	17/06/1998	18,00	5,10	UNID.PAD.REFIN.	214.431,30	855.215,05	0,00	-729.173,01	126.042,04	20.475,41	4.014,79	0,00
4	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.856-33	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	288.665,51	1.483.234,98	0,00	-1.301.133,50	182.101,48	35.193,19	7.038,64	0,00
5	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.857-59	17/06/1998	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	364.579,75	1.868.821,27	0,00	-1.639.380,12	229.441,15	44.342,11	8.868,42	0,00
6	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156663-07	30/04/2004	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	293.151,71	542.853,65	0,00	-249.831,64	293.022,01	10.533,83	8.427,08	0,00
7	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156665-26	30/04/2004	14,33	5,00	UNID.PAD.REFIN.	124.200,27	239.762,55	0,00	-145.648,16	94.114,39	5.018,46	4.014,74	0,00
8	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156666-30	30/04/2004	14,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	1.017.091,41	1.405.403,26	0,00	-853.737,91	551.665,35	29.416,45	23.533,14	0,00
9	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156669-63	30/06/2004	15,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	390.907,38	1.401.472,00	0,00	-1.031.876,71	369.595,29	31.205,53	24.964,43	0,00
10	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156670-91	30/12/2003	13,83	8,00	UNID.PAD.REFIN.	55.967,20	5.247,17	0,00	0,00	5.247,17	34,98	8,75	0,00
11	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156672-18	30/12/2003	13,83	8,00	UNID.PAD.REFIN.	63.125,26	7.403,19	0,00	0,00	7.403,19	49,35	12,34	0,00
12	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156677-60	30/12/2003	14,00	8,00	UNID.PAD.REFIN.	74.506,34	12.134,91	0,00	0,00	12.134,91	162,16	74,28	0,00
13	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156681-29	30/12/2003	14,75	6,50	UNID.PAD.REFIN.	126.958,73	469.645,13	0,00	-334.039,94	135.605,19	13.438,72	8.269,97	0,00
14	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156691-44	30/12/2003	15,00	6,50	UNID.PAD.REFIN.	113.725,27	448.860,65	0,00	-337.088,67	111.771,98	13.083,93	8.051,63	0,00
15	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0287955 RIO COCÓ	30/06/2010	20,00	6,00	UNID.PAD.REFIN.	10.433.966,26	93.950.015,51	5.970.203,18	-97.621.965,81	2.298.252,88	2.827.921,37	1.084.824,06	0,00
16	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0294815 FAV DENDÊ	30/06/2010	20,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	3.628.625,58	41.486.139,89	920.354,51	-41.325.698,12	1.080.796,28	1.042.587,55	479.628,62	0,00
17	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0319197-16-VLT	08/10/2010	20,00	5,50	UNID.PAD.REFIN.	8.387.312,46	122.446.856,42	0,00	-119.549.959,79	2.896.896,63	3.334.272,03	1.526.002,15	0,00
18	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0319199-34-METRÔ	08/10/2010	20,00	5,50	UNID.PAD.REFIN.	1.637.992,79	15.122.380,37	1.441.633,99	-16.188.478,97	375.535,39	428.406,15	212.298,22	0,00
19	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-404511-MARANG-AD	22/12/2017	11,92	7,04	314-URTJLP	36.792.194,07	58.476.583,57	0,00	-58.476.583,57	0,00	2.053.234,69	0,00	0,00
20	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-418298-PMCMV-AD	22/12/2017	12,17	7,04	314-URTJLP	61.040.248,10	90.333.089,17	0,00	-90.333.089,17	0,00	3.171.783,01	0,00	0,00
21	CEF	ESTADO DO CEARA	CPAC-VLT-470685-17	24/07/2018	8,00	7,04	314-URTJLP	45.426.922,21	38.729.654,25	7.286.719,33	-43.139.213,87	2.877.159,71	1.421.391,78	2.700,00	0,00
22	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.855-18 AD	30/06/2020	2,67	5,10	UNID.PAD.REFIN.	214.431,30	0,00	0,00	752.015,26	0,00	0,00	0,00	752.015,26
23	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.856-33 AD	30/06/2020	3,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	288.665,51	0,00	0,00	1.341.214,60	0,00	0,00	0,00	1.341.214,60
24	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 59.857-59 AD	30/06/2020	3,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	364.579,75	0,00	0,00	1.689.880,83	0,00	0,00	0,00	1.689.880,83
25	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156663-07 AD	30/06/2020	0,42	5,00	UNID.PAD.REFIN.	293.151,71	0,00	0,00	261.395,06	0,00	0,00	0,00	261.395,06
26	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156665-26 AD	30/06/2020	0,75	5,00	UNID.PAD.REFIN.	124.200,27	0,00	0,00	152.389,44	0,00	0,00	0,00	152.389,44
27	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156666-30 AD	30/06/2020	0,75	5,00	UNID.PAD.REFIN.	1.017.091,41	0,00	0,00	893.253,00	0,00	0,00	0,00	893.253,00
28	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156681-29 AD	30/06/2020	1,17	6,50	UNID.PAD.REFIN.	126.958,73	0,00	0,00	351.965,16	0,00	0,00	0,00	351.965,16
29	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0156691-44 AD	30/06/2020	1,42	6,50	UNID.PAD.REFIN.	113.725,27	0,00	0,00	355.177,49	0,00	0,00	0,00	355.177,49
30	CEF	ESTADO DO CEARA	CT287955 RIO COCÓ AD	30/06/2020	13,17	6,00	UNID.PAD.REFIN.	10.433.966,26	0,00	6.049.318,28	101.861.914,63	0,00	0,00	0,00	107.911.232,91
31	CEF	ESTADO DO CEARA	CT294815 FAVDENDÊ AD	30/06/2020	13,25	5,00	UNID.PAD.REFIN.	3.628.625,58	0,00	1.098.431,66	42.883.463,07	0,00	0,00	0,00	43.981.894,73
32	CEF	ESTADO DO CEARA	CT-0319197-16-VLT AD	30/06/2020	13,67	5,50	UNID.PAD.REFIN.	8.387.312,46	0,00	0,00	124.412.370,16	0,00	0,00	15.636,00	124.412.370,16
33	CEF	ESTADO DO CEARA	CT31919934-METRÔ AD	30/06/2020	13,67	5,50	UNID.PAD.REFIN.	1.637.992,79	0,00	864.502,92	16.856.161,71	0,00	0,00	0,00	17.720.664,63
34	CEF	ESTADO DO CEARA	CT404511-MARAN-AD II	30/06/2020	12,42	6,65	314-URTJLP	36.792.194,07	0,00	0,00	60.483.919,79	0,00	0,00	0,00	60.483.919,79
35	CEF	ESTADO DO CEARA	CT418298-PMCMV-AD II	30/06/2020	12,67	6,65	314-URTJLP	61.040.248,10	0,00	1.990.079,21	93.456.921,58	0,00	0,00	0,00	95.447.000,79
36	CEF	ESTADO DO CEARA	470685-17CPAC-VLT-AD	30/06/2020	6,83	6,65	314-URTJLP	45.426.922,21	0,00	4.528.586,19	44.692.417,17	1.066.188,82	0,00	2.700,00	48.154.814,54
37	CEF	ESTADO DO CEARA	CT- 0156669-63	13/07/2020	1,00	5,00	UNID.PAD.REFIN.	390.907,38	0,00	0,00	1.079.636,93	0,00	0,00	0,00	1.079.636,93
38	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 0820155.1018	06/06/2008	12,00	6,91	314-URTJLP	72.286.635,42	44.775.280,14	0,00	-38.378.811,54	6.396.468,60	1.459.826,09	0,00	0,00
39	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561015 TSIDA	19/04/2010	7,50	6,81	314-URTJLP	952.342,36	108.550,92	0,00	-0,02	108.550,90	1.880,16	0,00	0,00
40	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561023/1368B	19/04/2010	7,50	6,81	314-URTJLP	5.229.113,82	596.030,57	0,00	-0,02	596.030,55	10.323,46	0,00	0,00

					CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO							
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA INTERNA - CONTRATOS															
41	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561031/1376C	19/04/2010	7,50	4,50	REAL	87.267.840,00	4.848.989,18	0,00	-0,01	4.848.989,17	54.171,93	0,00	0,00
42	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10201561040 SC D	19/04/2010	7,50	4,50	REAL	21.097.023,00	1.172.056,86	0,00	0,04	1.172.056,90	13.093,98	0,00	0,00
43	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1020246.1103 CEIS	22/06/2010	6,50	6,81	314-URTJLP	48.630.248,01	17.456.181,70	0,00	-2.493.740,20	14.962.441,50	383.375,73	0,00	0,00
44	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 1021701.1010-AC	07/12/2010	12,00	6,81	314-URTJLP	178.080.498,26	182.683.522,95	0,00	-167.459.896,05	15.223.626,90	6.027.206,39	0,00	0,00
45	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13209671/019-SubA	28/11/2013	8,00	6,81	314-URTJLP	299.844.332,55	304.780.828,24	4.349.431,66	-271.032.656,36	38.097.603,54	9.877.553,90	0,00	0,00
46	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13209671/027.SubB	28/11/2013	11,00	3,40	143-UMSELIC	98.181.421,49	136.738.909,14	0,00	-126.876.686,59	9.862.222,55	2.171.537,21	0,00	0,00
47	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13211911-P.PECEM2	26/02/2014	9,00	6,81	314-URTJLP	319.383.883,51	460.268.659,18	0,00	-423.447.166,48	36.821.492,70	15.199.959,00	0,00	0,00
48	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-14.2.0412.1LLMETR	19/09/2014	29,00	9,99	REAL	1.000.000.000,00	274.135.860,75	0,00	-269.382.059,73	4.753.801,02	10.675.943,10	0,00	0,00
49	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-14206291019 TS2ªE	29/09/2014	9,00	6,55	314-URTJLP	96.244.212,06	128.035.893,76	0,00	-117.061.388,62	10.974.505,14	4.278.535,52	0,00	0,00
50	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-10203041-PEFII-AD	15/12/2017	8,42	6,01	314-URTJLP	222.997.041,66	138.411.642,49	0,00	-138.411.642,49	0,00	4.387.712,00	0,00	0,00
51	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-12211291-PROIN-AD	15/12/2017	21,00	6,01	314-URTJLP	126.984.426,39	217.111.199,73	0,00	-217.111.199,73	0,00	6.882.523,74	0,00	0,00
52	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT15201601-PMAE-DPGE	28/09/2018	9,00	7,11	321-URTJLP	10.528.813,99	1.559.118,85	0,00	-1.559.118,85	0,00	56.834,31	0,00	0,00
53	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT13211911-PPECEM2AD	07/07/2020	6,25	6,45	314-URTJLP	319.383.883,51	0,00	0,00	437.565.477,30	0,00	0,00	0,00	437.565.477,30
54	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 0820155.1018 AD	07/08/2020	3,50	6,55	314-URTJLP	72.286.635,42	0,00	0,00	39.677.366,56	0,00	0,00	0,00	39.677.366,56
55	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-1020246.11CEIS AD	18/08/2020	0,58	6,45	314-URTJLP	48.630.248,01	0,00	0,00	2.576.884,97	0,00	0,00	0,00	2.576.884,97
56	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT- 1021701.1010 AD	10/08/2020	6,00	6,45	314-URTJLP	178.080.498,26	0,00	0,00	173.043.239,28	0,00	0,00	0,00	173.043.239,28
57	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13209671-SubA AD	20/08/2020	4,00	6,45	314-URTJLP	299.844.332,55	0,00	4.238.204,81	280.057.695,37	0,00	0,00	0,00	284.295.900,18
58	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-13209671 SubB AD	20/08/2020	7,00	3,40	143-UMSELIC	98.181.421,49	0,00	0,00	132.733.750,73	0,00	0,00	0,00	132.733.750,73
59	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT1420412.1LLMETR.AD	25/08/2020	28,83	9,99	REAL	1.000.000.000,00	0,00	0,00	280.637.843,23	0,00	0,00	0,00	280.637.843,23
60	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT10203041PEFII-ADII	20/08/2020	9,42	5,65	314-URTJLP	222.997.041,66	0,00	0,00	142.569.414,03	0,00	0,00	0,00	142.569.414,03
61	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT12211291PROIN-ADII	20/08/2020	22,00	5,65	314-URTJLP	126.984.426,39	0,00	0,00	223.633.041,04	0,00	0,00	0,00	223.633.041,04
62	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT15201601PMAEDPGEAD	20/08/2020	10,00	6,75	321-URTJLP	10.528.813,99	0,00	0,00	1.613.482,37	0,00	0,00	0,00	1.613.482,37
63	BNDES	ESTADO DO CEARA	CT-14206291 TS2ªE AD	02/09/2020	5,83	6,55	314-URTJLP	96.244.212,06	0,00	0,00	121.022.184,75	0,00	0,00	0,00	121.022.184,75
64	BB	ESTADO DO CEARA	CT-BB-Amort. Dívida	22/11/2017	9,00	2,28	REAL	1.150.000.000,00	1.022.222.222,24	0,00	14.006.879,71	63.888.888,88	24.162.870,58	0,00	972.340.213,07
65	BB	ESTADO DO CEARA	PROINVESTE - BB - AD	22/12/2017	21,08	5,65	314-URTJLP	424.958.652,47	732.731.268,63	0,00	10.905.066,90	0,00	34.163.463,99	0,00	743.636.335,53
66	BB	ESTADO DO CEARA	CT-5-7-CPAC-MCMV-AD	22/12/2017	12,58	6,65	314-URTJLP	34.574.789,27	58.090.887,35	0,00	1.004.661,41	0,00	3.129.442,08	0,00	59.095.548,76
67	BB	ESTADO DO CEARA	CT-BB-Am. Dív. 19-21	02/12/2019	9,50	2,28	REAL	183.466.666,67	183.466.666,67	0,00	0,00	9.656.140,35	6.111.412,27	71.348,15	173.810.526,32
68	BB	ESTADO DO CEARA	CT-BB-Am. Dív. 20-22	13/05/2020	9,50	2,24	REAL	800.000.000,00	0,00	800.000.000,00	10.958.882,33	0,00	0,00	6.406.000,00	810.958.882,33
69	BNB	ESTADO DO CEARA	CT- SUBC/01 PROD.II	25/08/2005	20,33	1,16	DÓLAR	21.900.000,00	38.008.439,54	0,00	-35.054.886,05	2.953.553,49	685.970,85	483.572,02	0,00
70	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-SUBC/02-PRODET.II	20/10/2005	20,33	1,16	DÓLAR	38.100.000,00	67.292.921,09	0,00	-62.097.534,62	5.195.386,47	1.206.634,68	850.547,61	0,00
71	BNB	ESTADO DO CEARA	CT SUBC/01 PRODII AD	23/09/2020	7,50	1,12	DÓLAR	21.900.000,00	0,00	0,00	46.590.549,66	0,00	0,00	0,00	46.590.549,66
72	BNB	ESTADO DO CEARA	CT-SUBC/02 PRODII AD	23/09/2020	7,50	1,12	DÓLAR	38.100.000,00	0,00	0,00	82.595.784,09	0,00	0,00	0,00	82.595.784,09
73	STN	ESTADO DO CEARA	FEDER. BEC-LC 156/16	22/12/2017	29,83	4,00	URCAM	954.224.000,00	874.027.010,37	0,00	13.121.908,59	7.199.701,26	14.567.149,63	651.640,26	879.949.217,70
74	SANTANDER	ESTADO DO CEARA	CT-SANT-Am.Dív.19-21	02/12/2019	9,50	2,28	REAL	183.466.666,66	183.466.666,66	0,00	0,00	9.656.140,35	6.111.412,27	71.348,15	173.810.526,31
75	ITAU	ESTADO DO CEARA	CT-ITAU-Am.Dív.19-21	02/12/2019	9,50	2,28	REAL	183.466.666,67	183.466.666,67	0,00	0,00	9.656.140,35	6.111.412,27	71.348,15	173.810.526,32
							TOTAL GERAL	**5.724.882.960,98**	**838.737.465,74**	**162.214.521,91**	**264.879.428,78**	**172.214.225,37**	**12.026.871,60**	**6.460.955.519,85**

NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO															
1	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP Lei 12.810	14/06/2002	25,25	1,90	SELIC	2.412.050,17	50.578.553,00	0,00	502.845,39	39.866.016,94	0,00	0,00	11.215.381,45
2	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-INSS-GECE.-MP778	25/07/2017	16,58	0,00	SELIC	3.790.223,08	18.390.024,34	0,00	574.085,40	18.964.109,74	0,00	0,00	0,00
3	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP-8842/2004	09/05/2019	5,00	1,90	SELIC	737.557,78	4.248.898,68	0,00	109.748,39	998.059,06	0,00	0,00	3.360.588,01
4	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP-4625/2009	09/05/2019	5,00	1,90	SELIC	5.091.082,97	29.328.547,04	0,00	757.553,09	6.889.226,13	0,00	0,00	23.196.874,00
5	RFB	ESTADO DO CEARA	CT-PASEP-3486/2008	09/05/2019	5,00	0,00	SELIC	20.006.901,28	115.255.116,08	0,00	410.594,60	115.665.710,68	0,00	0,00	0,00
6	PGFN	ESTADO DO CEARA	INSS-GECE-MP778-ISSE	25/07/2017	16,58	1,90	SELIC	381.814,22	2.983.649,91	0,00	31.751,93	203.455,94	0,00	0,00	2.811.945,90
								TOTAL GERAL	**220.784.789,05**	**0,00**	**2.386.578,80**	**182.586.578,49**	**0,00**	**0,00**	**40.584.789,36**
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTO INDIRETO															
1	RFB	INSTITUTO DE SAÚDE DOS	ISSEC/PASEP/MP783	22/08/2017	12,50	1,90	SELIC	75.368,82	598.177,88	0,00	9.668,21	54.787,62	0,00	0,00	553.058,47
2	RFB	AGÊNCIA DE DEFESA	CT- ADAGRI/PASEP	23/08/2013	19,58	1,90	SELIC	65.018,36	383.660,12	0,00	43.335,32	41.319,24	0,00	0,00	385.676,20
3	RFB	ESCOLA DE SAÚDE	CT- ESP/PASEP	23/08/2013	19,58	1,90	SELIC	76.475,90	638.894,43	0,00	11.257,29	53.833,98	0,00	0,00	596.317,74
4	RFB	EMPRESA DE ASSIST. TEC.	CT- EMATERCE/COFINS	16/12/2020	0,83	1,90	SELIC	2.773,94	0,00	0,00	5.270,49	526,32	0,00	0,00	4.744,17
5	PGFN	EMPRESA DE ASSIST. TEC.	CT- EMATERCE/INSS	16/12/2020	4,58	1,90	SELIC	518.097,87	0,00	0,00	984.385,96	17.870,31	0,00	0,00	966.515,65
								TOTAL GERAL	**1.620.732,43**	**0,00**	**1.053.917,27**	**168.337,47**	**0,00**	**0,00**	**2.506.312,23**
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PRECATORIOS															
1		ESTADO DO CEARA	CT-TRT/TJ-PRECATORIO	09/12/2009	12,50	0,00	REAL	406.147.962,85	433.124.638,55	189.155.562,87	18.321.172,21	122.117.566,18	0,00	0,00	518.483.807,45
								TOTAL GERAL	**433.124.638,55**	**189.155.562,87**	**18.321.172,21**	**122.117.566,18**	**0,00**	**0,00**	**518.483.807,45**
DIVIDA FUNDADA INTERNA - DEPOSITOS JUDICIAIS															
1	TJ - DJ	ESTADO DO CEARA	DJ - Lei 15.878/2015	31/12/2018	30,00	0,00	REAL	595.528.609,64	619.106.540,14	0,00	12.344.117,66	0,00	0,00	0,00	631.450.657,80
								TOTAL GERAL	**619.106.540,14**	**0,00**	**12.344.117,66**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**631.450.657,80**
DIVIDA FUNDADA INTERNA - GARANTIAS															
1	CEF	COHAB	CT-COHAB Rep. LCF156	30/08/2018	15,00	3,08	UNID.PAD.REFIN.	17.006.731,11	345.159.206,93	0,00	-0,15	20.633.494,13	10.341.245,13	0,00	324.525.712,65
2	STN	COHAB	CT - COHAB Residual	28/01/1994	26,42	0,10	UNID.PAD.REFIN.	197.442,36	1.122.465,47	0,00	-0,01	1.122.465,46	327,40	327,40	0,00
								TOTAL GERAL	**346.281.672,40**	**0,00**	**-0,16**	**21.755.959,59**	**10.341.572,53**	**327,40**	**324.525.712,65**
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS															
1	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7321-BR SWAP I	18/10/2005	9,00	2,28	DÓLAR	149.750.000,00	10.345.848,28	0,00	817.000,40	11.162.848,68	130.084,42	1.110,47	0,00
2	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- Nº 7387-BR	07/07/2006	12,00	0,59	DÓLAR	37.500.000,00	44.000.129,56	0,00	11.320.347,20	14.844.678,65	1.104.193,44	2.624,50	40.475.798,11
3	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7600-BR SWAP II	19/03/2009	18,00	1,03	DÓLAR	240.000.000,00	851.062.852,40	0,00	244.648.966,46	80.367.723,45	22.863.380,69	0,00	1.015.344.095,41
4	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT- 7630-BR	22/09/2009	15,00	1,20	DÓLAR	103.000.000,00	272.291.270,18	0,00	80.053.676,11	36.338.648,24	9.196.426,39	0,00	316.006.298,05
5	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-7654-BR -CIDADES	22/12/2009	15,00	1,10	DÓLAR	46.000.000,00	173.063.747,64	0,00	50.647.611,43	16.504.378,89	5.652.075,16	0,00	207.206.980,18

				CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO							
NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - CONTRATOS															
6	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-8124-BR SJOSÉ III	03/10/2012	20,00	0,95	DÓLAR	100.000.000,00	349.788.828,22	0,00	100.098.936,79	25.429.353,19	8.016.414,60	0,00	424.458.411,82
7	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-PforR-BIRD-8302BR	19/12/2013	24,00	1,04	DÓLAR	350.000.000,00	1.387.160.291,05	0,00	399.679.227,49	27.213.480,91	42.999.900,66	0,00	1.759.626.037,63
8	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-8986 SãoJoséIII2F	30/12/2019	26,00	1,48	DÓLAR	100.000.000,00	0,00	29.204.125,00	-1.921.450,00	0,00	208.947,24	2.156.675,68	27.282.675,00
9	BIRD	ESTADO DO CEARA	CT-9006 Seg. Híd-IPF	30/12/2019	26,00	1,54	DÓLAR	139.880.000,00	0,00	9.990.772,18	-171.270,89	0,00	50.529,27	2.683.398,96	9.819.501,29
10	BID	ESTADO DO CEARA	CTE-955/0C-BR	21/05/1997	18,00	4,28	DÓLAR	42.000.000,00	27.509.641,29	0,00	8.903.385,82	15.132.452,53	1.461.687,91	3.474,37	21.280.574,58
11	BID	ESTADO DO CEARA	CT- 2044/OC-BR	20/05/2009	16,00	1,12	DÓLAR	41.000.000,00	107.084.331,62	0,00	31.923.402,90	15.478.877,90	2.861.447,16	0,00	123.528.856,62
12	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2137/OC-BR-SAÚDE	22/12/2009	20,00	1,12	DÓLAR	77.000.000,00	232.947.091,67	0,00	65.658.095,34	18.293.477,37	7.184.084,53	0,00	280.311.709,64
13	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2169/OC-BR CE III	22/12/2009	20,00	1,12	DÓLAR	158.620.000,00	479.512.225,54	0,00	140.224.442,06	42.726.279,75	13.513.755,80	0,00	577.010.387,85
14	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2230/OC-BR.PROAII	22/12/2009	20,00	1,12	DÓLAR	45.000.000,00	138.994.002,44	0,00	39.176.627,61	10.915.283,93	4.286.572,80	0,00	167.255.346,12
15	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2321/OC-BR PNC	25/11/2010	20,00	1,12	DÓLAR	150.000.000,00	373.537.988,48	0,00	108.548.154,39	30.590.854,04	10.678.560,76	0,00	451.495.288,83
16	BID	ESTADO DO CEARA	CT-2826-BR.CIDADESII	02/09/2013	11,00	1,12	DÓLAR	66.500.000,00	221.285.430,00	10.680.000,00	63.726.800,00	0,00	6.254.865,06	149.726,75	295.692.230,00
17	BID	ESTADO DO CEARA	CT-P.V.CE-IV-A-2964	27/12/2013	20,00	1,12	DÓLAR	400.000.000,00	1.531.666.000,00	0,00	436.426.000,00	97.280.000,00	46.475.501,80	0,00	1.870.812.000,00
18	BID	ESTADO DO CEARA	CT3395-PVIA.CE-IV-2F	01/06/2016	20,00	1,12	DÓLAR	200.000.000,00	561.617.614,37	227.963.349,47	161.228.927,69	0,00	15.806.375,40	1.730.524,78	950.809.891,53
19	BID	ESTADO DO CEARA	CT3408-PROARESIII-1F	01/06/2016	20,00	1,12	DÓLAR	50.000.000,00	100.437.125,69	0,00	29.054.429,39	0,00	2.868.586,95	676.493,22	129.491.555,08
20	BID	ESTADO DO CEARA	CT-3703- SAÚDE CE II	28/12/2017	20,00	1,12	DÓLAR	123.000.000,00	134.777.180,64	216.892.521,58	40.514.027,36	0,00	5.599.008,09	1.838.633,13	392.183.729,58
21	BID	ESTADO DO CEARA	CT-4436/OC-BR	17/10/2018	20,00	1,12	DÓLAR	70.000.000,00	55.293.996,58	96.728.646,03	10.563.415,86	0,00	2.021.268,31	1.344.325,48	162.586.058,47
22	KFW	ESTADO DO CEARA	CT-199966169/KFW	07/12/2005	15,00	4,50	EURO	8.691.961,98	14.959.597,24	0,00	5.952.157,84	2.409.709,67	873.409,99	0,00	18.502.045,41
23	KFW	ESTADO DO CEARA	CT28320-ÁguasSer-KFW	26/06/2019	10,00	2,30	EURO	50.000.000,00	0,00	4.715.448,83	399.289,45	0,00	40.066,63	761.429,69	5.114.738,28
24	OECF	ESTADO DO CEARA	CTE-BZ-P12/B	01/08/1997	18,50	2,30	IENE	778.000.000,00	1.272.759,00	0,00	406.666,20	527.604,00	33.042,70	4.007,62	1.151.821,20
25	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-01	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	6.244.875,00	2.020.886,16	0,00	55.980,84	2.076.867,00	40.395,08	7.128,54	0,00
26	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-02	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	8.921.250,00	2.886.980,39	0,00	749.066,43	3.636.046,82	70.721,14	12.480,22	0,00
27	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-03	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	5.858.434,75	1.895.831,04	0,00	491.899,21	2.387.730,25	46.441,37	8.195,53	0,00
28	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-04	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	4.045.455,75	1.309.138,11	0,00	339.673,70	1.648.811,81	32.069,37	5.659,32	0,00
29	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-07	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	4.439.469,47	2.873.288,18	0,00	767.076,95	3.640.365,13	102.870,90	18.314,79	0,00
30	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-06	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	5.779.222,54	3.740.395,39	0,00	1.321.171,56	5.061.566,95	144.112,34	25.618,90	0,00
31	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-05	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	8.369.192,50	5.416.661,18	0,00	2.208.270,93	7.624.932,11	218.893,60	38.760,05	0,00
32	MLW	ESTADO DO CEARA	CT-MLW/PROMOTEC-08	30/08/2012	7,00	3,89	EURO	6.342.099,98	4.104.697,15	0,00	1.209.075,90	5.313.773,05	152.192,23	26.939,86	0,00
33	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/17	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.744.684,47	10.906.259,83	0,00	4.369.993,31	3.334.641,50	413.358,46	72.945,62	11.941.611,64
34	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP02/17	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	3.744.684,47	12.118.066,46	0,00	4.667.000,27	3.137.510,60	433.915,27	76.755,91	13.647.556,13
35	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP03/17	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	5.349.549,25	17.311.523,50	0,00	6.861.637,55	4.676.652,36	648.085,45	114.368,02	19.496.508,69
36	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/18	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	5.349.549,25	19.042.675,84	0,00	7.409.737,09	4.518.840,66	690.958,64	122.073,68	21.933.572,27
37	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP02/18	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.581.104,87	10.023.167,70	0,00	3.705.360,43	1.969.936,07	328.942,08	58.602,46	11.758.592,06
38	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/19	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.714.143,30	11.418.110,06	0,00	4.302.770,13	2.119.745,93	384.589,24	68.062,91	13.601.134,26
39	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II-TCP01/20	11/05/2016	7,00	2,92	EURO	2.938.322,50	0,00	17.259.706,37	1.479.802,17	1.337.776,27	273.441,47	48.254,43	17.401.732,27
40	MLW	ESTADO DO CEARA	PROMOTEC II	11/05/2016	8,50	2,92	EURO	31.216.461,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	CAF	ESTADO DO CEARA	CT-8262-P.VALTUR.CAF	28/08/2013	8,00	4,14	DÓLAR	112.000.000,00	273.392.406,79	12.593.352,09	77.162.524,20	56.545.546,98	11.080.831,30	383.566,50	306.602.736,10
42	FIDA	ESTADO DO CEARA	CT-I-882-BR-FIDA-SDR	28/06/2013	15,00	1,40	SDR	20.624.403,00	91.946.073,86	0,00	30.803.994,76	9.569.009,72	2.007.940,73	0,00	113.181.058,90
43	FIDA	ESTADO DO CEARA	CT-E-17-BR-FIDA-EURO	28/06/2013	15,00	0,99	EURO	5.948.482,00	21.559.670,91	0,00	8.591.349,67	2.329.230,40	269.955,67	0,00	27.821.790,18
							TOTAL GERAL	**7.560.573.784,44**	**626.027.921,55**	**2.184.375.252,00**	**566.144.634,81**	**227.519.900,10**	**12.440.151,39**	**9.804.832.323,18**

NUM	CREDOR	BENEFICIÁRIO	CÓD CONTRATO	CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO DATA	PRZ ANOS	JURO AA	MOED	VALOR CONTRATADO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO SALDO DO EXERCÍCIO ANT	LIBERAÇÃO	VARIAÇÃO MONETÁRIA	AMORTIZAÇÃO	JUROS	OUTROS ENCARGOS	SALDO PARA EXERC SEG
		TOTAL CONTRATOS / PARCELAMENTOS / PRECATÓRIOS / DEPÓSITOS JUDICIAIS / GARANTIAS							**14.906.375.117,99**	**1.653.920.950,16**	**2.380.695.559,69**	**1.157.652.505,32**	**410.075.698,00**	**24.467.350,39**	**17.783.339.122,52**
DIVIDA FUNDADA EXTERNA - GARANTIAS															
1	BID	CAGECE - CIA.DE AGUAS E	CTE-1502/OC-BR	22/10/2004	20,00	4,11	DÓLAR	100.000.000,00	204.753.528,90	0,00	59.840.452,09	27.267.690,13	10.725.900,47	0,00	237.326.290,86
								TOTAL GERAL	**204.753.528,90**	**0,00**	**59.840.452,09**	**27.267.690,13**	**10.725.900,47**	**0,00**	**237.326.290,86**
								TOTAL GARANTIAS INTERNA E EXTERNA	**204.753.528,90**	**0,00**	**59.840.452,09**	**27.267.690,13**	**10.725.900,47**	**0,00**	**237.326.290,86**

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

Atas de Audiências Públicas
Art 9º, § 4º - LRF

Demonstração e Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS REFERENTE AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2020 NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

No dia quatro de junho de dois mil e vinte, às dez horas e sete minutos, através da Plataforma de Sessão Virtual, com a presença dos senhores Deputados Antônio Granja, Júlio César Filho, Walter Cavalcante, Sérgio Aguiar e Augusta Brito e ainda estiveram presentes o Deputados: Renato Roseno, Fernanda Pessoa, Marcos Sobreira, Patrícia Aguiar, Bruno Gonçalves e Érika Amorim e as seguintes autoridades: Fernanda Pacobahyba, Secretária da Fazenda; Talvani Rabelo, Contador Geral da Fazenda e Fabrízio Gomes, Secretário Executivo do Tesouro Estadual. O Presidente, Deputado Antônio Granja, abriu a Audiência Pública atendendo ao artigo 8º da Lei Complementar 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, que determina ao Poder Executivo apresentar quadrimestralmente o cumprimento das metas fiscais ao Poder Legislativo e nesta data, em cumprimento legal, será apresentado o Relatório Quadrimestral referente ao 1º quadrimestre de dois mil e vinte. Durante a explanação serão abordadas temáticas relacionadas às: Receitas, Despesas, Investimentos, Dívida Pública, Resultado Primário, Operações de Crédito, Gastos com Educação, Saúde e Pessoal. Em seguida o Presidente passou a palavra a Secretária da Fazenda, Fernanda Pacobahyba, que iniciou sua explanação falando sobre o déficit de arrecadação motivados pelos gastos referentes a pandemia e pela greve dos policiais e o declínio da receita tributária e de transferências correntes que tiveram uma redução nominal de 27,67% e 4,23% respectivamente, quando comparadas com o ano de dois mil e dezenove. Citou ainda uma perda de 1,41 Bilhão em apenas dois meses, abril e maio. Em relação a arrecadação por segmento econômico, houve uma queda do valor nominal do montante de 37,91%, comparando mês de maio do mês vigente ao do ano anterior. Salientou também que o Estado do Ceará, diferente de outros Estados, tem dívida muito baixa com a União. Em relação às despesas constatou-se que houve um aumento de gastos com saúde de R$342 milhões em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior. A Secretária informou

dados importantes que são: O recebimento de quatro parcelas do Governo Federal, através do PLP 39 no montante de R$ 918.821.342,87 milhões; o recebimento do auxílio financeiro de ICMS durante os meses de maio a agosto de dois mil e vinte; a queda do PIB de 1,5%; e os pedidos de setores produtivos para não pagamento de débitos tributários. O resultado nominal da Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida de R$ 17.287.505 milhões e R$ 12.427.827 milhões, respectivamente. As Receitas, tiveram uma arrecadação atingindo 32,6% da meta estabelecida. Já no tocante das Despesas, houve um aumento de 71%, por conta do impacto da Pandemia. A Secretária encerrou a apresentação e o Presidente passou a palavra para os Deputados: Juliocésar Filho, Patrícia Aguiar, Walter Cavalcante, Carlos Felipe, Sérgio Aguiar, Renato Roseno, Marcos Sobreira, Leonardo Pinheiro, Audic Mota, Salmito, Osmar Baquit, Augusta Brito, Lucílvio Girão, Bruno Pedrosa e Jeová Mota para discussão do relatório. Ao final da apresentação a Secretária Fernanda Pacobahyba e o Secretário Executivo Fabrízio Gomes esclareceram analiticamente, as perguntas dos deputados presentes quantos aos demonstrativos do relatório. E nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Audiência Pública. E, para constar, eu Joaquim Gomes Garcez Neto, secretário da COFT, lavrei a presente ata, que após lida será assinada pelo presidente.

Antônio Granja
Deputado Estadual
Presidente da Com. de Orçamento, Finanças e Tributação em exercício.

Secretário_____

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS, PARA DEBATER O DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2020, REALIZADA PELO ZOOM (ACESSO REMOTO), EM 30 DE SETEMBRO DE 2020.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TIN GOMES (PDT): Boa tarde a todos. Estamos aqui na Sala das Comissões II, com a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação para a realização de audiência pública sobre o relatório de gestão fiscal do segundo quadrimestre de 2020.

Para tanto foi formalizada para o dia 30 de setembro de 2020, hoje, às 16h30minutos. Contamos com a presença da Secretária de Finanças do Estado Dra. Fernanda Pacobahyba; o nosso Deputado Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação Deputado Granja. Mais algum deputado presente? Então também com a presença do Fabrício Gomes dos Santos, do Executivo, do Tesouro Estadual, do Márcio Cardeal, Coordenador da Gestão Fiscal, também deve estar presente junto com a secretária.

Sem mais delongas como não precisa ter quorum para essa Sessão porque é uma Sessão que o Governo do Estado, se faz obrigatório de quatro em quatro meses fazer o seu relatório sobre a gestão fiscal do Estado. Então queria passar para a senhora Dra. Fernanda a palavra para dar início a sua prestação de contas para a Assembleia Legislativa e a população como um todo através da Comissão de Finanças que hora se encontra reunida e representada por mim, que sou o Presidente e o nosso Vice-Presidente Deputado Antônio Granja.

Com a palavra a secretária.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Secretaria da Fazenda-SEFAZ-Ce): Boa tarde a todos; boa tarde à Vossas Excelências Deputado Tin Gomes, Deputado Antônio Granja; boa tarde à nossa equipe da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; a nossa equipe do Tesouro do Estado do Ceará e boa tarde a todos os que nos acompanham na TV Assembleia.

Como o Deputado Tin Gomes falou, nós estamos aqui cumprindo um dever protocolar de a cada quatro meses, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que essa prestação de contas seja feita no âmbito da Assembleia Legislativa e agora nós contamos com a possibilidade de fazê-la virtualmente.

Eu pediria deputado que fosse projetado os slides que encaminhamos, por favor. Lembrando que é uma prestação de contas como foi a outra. Nós ainda estamos vivendo um momento, eu diria diferenciado na história do nosso Estado e do próprio País, do planeta, estamos ainda em período de

pandemia e estamos aqui para ver o resultado desse quadrimestre. A última vez que nós estivemos aqui foi em maio apresentando as contas de janeiro, fevereiro, março e abril, e agora estamos para apresentar as contas de maio, junho, julho e agosto.

Esse mapa dá uma visualização dos principais índices que o Estado do Ceará precisa cumprir ou por determinação funcional, por determinação legal que precisam ser acompanhados por todos nós, tanto pela Assembleia Legislativa como pelos nossos cidadãos. Nós temos dever de cumprimento de gastos mínimos com educação. Está previsto um gasto mínimo de 25% da nossa RLIT (Receita Líquida de Impostos e Transferências). Nesse segundo quadrimestre nós chegamos a 25,65%, lembrando que nós estamos tendo uma mudança na forma como a educação ela vem acontecendo. Ela está sendo, o palco virtual, então realmente houve uma redução de gastos no tocante a físico, mas mesmo assim nós estamos dentro do índice previsto pela legislação.

No tocante aos gastos com saúde o mínimo a ser aplicado da nossa RLIT é de 12%. Esse é um índice, que hoje é até intuitivo, acreditar que ele está sendo cumprido, porque nós tivemos nesse período especialmente depois do dia 16 de março, o Governador Camilo Santana decreta a emergência em saúde, um agigantamento dos gastos com saúde por conta da pandemia do coronavírus, então um gasto de 15,01%; no tocante ao outro indicador que é o indicador de gastos com pessoal, máximo previsto na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) é de 49% da nossa RCLA (Receita Corrente Liquida Ajustada) e alcançamos 41.23%, e lá na frente vamos tocar nesse assunto novamente.

Um assunto que é sempre tema de pergunta: o nível de endividamento do Estado do Ceará. Nós tivemos um ligeiro aumento percentual da dívida consolidada e uma diminuição da dívida consolidada líquida. E esse aumento da dívida consolidada, se dá em grande medida, nós estamos assistindo diuturnamente a uma oscilação, eu diria, bem acentuada das cotações do dólar, e nós temos pouco mais da metade da nossa dívida dolarizada. Então, realmente em termos de dívida, acabamos sofrendo um pouquinho mais.

O resultado primário é acima da linha superando em muito a meta, o resultado nominal acima da linha, o resultado primário, desculpa, e o resultado nominal estabelecido na LDO uma ligeira queda, mas no sentido positivo e o resultado nominal abaixo da linha um bilhão, zero quarenta e sete milhões.

Esse é o dado que já estava no outro slide, nessa parte final, então comparativamente a 2019 um aumento da receita primária corrente em torno de 2.7%, a receita primária de capital de 31% e do total das receitas primárias o aumento de 2.9%.

Aqui a estruturação do resultado primário sob a perspectiva de despesa e resultado. Então, despesas primárias correntes, nós tivemos um incremento comparativamente a 2019 de apenas 1%, despesas primárias de capital na ordem de 23,5%, lembrando que os investimentos na área de saúde, especialmente equipamentos eles impactam nesse índice, excetuado o programa de infraestrutura, então, basicamente dentro de todos os índices que havíamos nos comprometido, compromissados especialmente no tocante à STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e a LRS.

Uma planilha de melhor visualização da nossa dívida consolidada que ela encerra em 31 de agosto, nessa ordem, em torno de dezoito bilhões, e aí você tem um aumento comparativamente a dezembro por conta realmente dessa cotação de dólar, e a dívida consolidada líquida ela aumenta menos do que a dívida consolidada total. Veja, ela é de 14 para 18, aqui embaixo a líquida de 10 para 12.043.

No tocante às nossas receitas. Basicamente as nossas receitas exceto as intraorçamentárias, 88% delas, se deu com receitas correntes da ordem de oito virgula seis bilhões, e receitas de capital compuseram 11,95% com 1,168 bi de reais. Essas receitas correntes que representam esses 88,05, se nós desdobrarmos essa receita corrente vamos ter 48,24% em impostos, taxas e contribuições de melhoria, o que significa o quê, Fernanda? Significa que desse bolo todo que foi arrecadado nesse quadrimestre apenas 48,24% foi de arrecadação própria do Estado.

Tradicionalmente senhores o que vemos as arrecadações próprias circulando em torno de 60%, 65%, porque nós tivemos aqui, inclusive, sofremos levemente impacto ainda no último quadrimestre de 2020, um impacto da Covid teve uma redução drástica na arrecadação do Estado do Ceará, e que agora nesse quadrimestre realmente revela a sua potência maior, mais agressiva.

A segunda fonte de receita corrente que foi expressiva foram as transferências correntes, da ordem de 44,85%, e já, já vamos desdobrar essas transferências correntes, especialmente para ver o volume que foi arrecadado, foi transferido por conta da Lei Complementar 173 relativo ao auxílio financeiro da União.

Quando falamos das receitas de capital, tradicionalmente a receita de capital clássica nossa, são os empréstimos, são as operações de crédito, e nesse intere aqui nós tivemos recebimentos aprovados por essa Assembleia Legislativa de uma outra operação de crédito, um montante de oitocentos milhões de reais que foi recebido no começo de maio. Por isso que esse volume 89.29 está um volume bem mais avantajado de operações de crédito porque tivemos esse recebimento, além de outras operações de crédito que já estavam em trâmite, então é comum as etapas irem

acontecendo e o dinheiro sendo recebido. Mas o montante mais expressivo da operação de crédito do Banco do Brasil.

Esse é um quadro, que basicamente, você tem aquilo que estava previsto na nossa Lei Orçamentária, a previsão da LOA, e aquilo que nós conseguimos realizar. Então o quadro que nos interessa é basicamente essa parte que está hachurada, na parte que ela faz um resumo. As receitas, e exceto as intraorçamentárias então a previsão para esse quadrimestre era de nove bilhões, duzentos e quarenta e dois, nós conseguimos realizar ligeiramente a mais, e as receitas correntes, nós praticamente empatamos com aquilo que estava previsto.

O que vale ressaltar aqui é que para nós aqui na Secretaria da Fazenda, especialmente engajados nas arrecadações próprias do Estado vemos aqui uma queda realmente no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Nós só conseguimos cumprir 83,9% do ICMS previsto para o período; 87% do IPVA (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores); o ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação) 36%; Imposto de Renda 90.3% e as taxas, tivemos um leve incremento, mas uma redução em algumas taxas expressivas, por exemplo, do Estado, como é o caso das taxas do Detran.

A receita de capital como eu falei, especialmente a previsão para esse quadrimestre de receitas de capital é de seiscentos e trinta e seis milhões, mas acabamos fechando em um bilhão, cento e sessenta e oito), especialmente porque as operações de créditos elas tem uma peculiaridade, a contratação ela se inicia e nós, nunca sabemos quando vai terminar, por um motivo muito simples, porque são vários passos para que uma operação de crédito se efetive. Às vezes você tem dificuldade em fazer com que ocorra o trânsito da PGFN, por exemplo, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para a STN, que depois manda, para eventualmente outros setores e isso pode atrasar bastante, tem uma dinâmica, inclusive, com o banco. Mas realmente foi uma operação ultrarrápida, foi uma operação bem agilizada que conseguimos. Foi uma operação recorde em termos de tempo e conseguimos colocar o dinheiro no caixa ainda neste quadrimestre.

As transferências correntes: essas receitas então, são aquelas receitas que nós recebemos de outros entes. O total geral que nós recebemos neste quadrimestre, na verdade essa prestação de contas é de maio a agosto, mas como o mês de abril ele foi inexpressível em termos de transferência, e é importante que vossas excelências e os nossos cidadãos que nos acompanham tenham uma visibilidade do que foi esse pacote de ajuda federal, aqui nós trouxemos as receitas de abril a agosto. Daqui a pouco vamos detalhar por mês. Então, o total geral de transferências recebidas da União para todos os aspectos foi da ordem de um bilhão, seiscentos e vinte e um.

Contudo, desses um bilhão, seiscentos e vinte e um que estão aqui o que foi recebido para amenizar a nossa queda de arrecadação? Foram esses seiscentos e oitenta e nove e mais os trezentos e quarenta milhões, que diga-se de passagem, é a recomposição das quedas do Fundo de Participação dos Estados.

Nós sabemos que foi aprovado inicialmente uma Medida Provisória 938 que previu o repasse de três bilhões para Estados e municípios por conta do decréscimo no repasse do Governo Federal tanto no Fundo de Participação dos Estados quanto no Fundo de Participação dos Municípios. Essa Medida Provisória previa que nós teríamos, e tivemos, de fato, uma composição em 2020 no mesmo patamar de 2019. Para o Estado do Ceará, logicamente que fez a sua Lei Orçamentária para 2020 contando que nós teríamos um acréscimo de Fundo de Participação Estadual de pelo menos 6%, comparativamente a 2019, para nós é perda, mas logicamente observando todo contexto de dificuldades pelo qual passa toda nossa economia, as dificuldades do Governo Federal também, esse valor de 340 milhões passa a compor um apoio para os Estados e municípios. O restante que vemos aqui, que é aquilo que realmente já entra no cofre estadual carimbado são quinhentos e noventa e dois milhões para a Covid, seja sob a forma de transferência fundo a fundo, seja sob a forma do auxílio financeiro para a saúde e assistência social que foi trazido pela Lei Complementar 173.

E aqui nessas barrinhas que eu falei para vocês que ia desdobrar, acabamos colocando abril porque foi um volume bem baixo. Quando eu estive aqui com vocês em meados de maio, nós tínhamos recebido pouco mais desses vinte e oito milhões e mais algum pouquinho aqui em maio, porque maio todo se encerra com a soma desses dois valores aqui, 191 com 32, mas àquela época nós tínhamos ainda um valor baixo passado pelo Governo Federal.

Eu não sei se vossas excelências lembram, naquele momento nós tínhamos uma queda, perda de receita da ordem de 1.1 bilhão de reais. Então era um cenário bem catastrófico que o Governo Federal traz esse auxílio financeiro, logicamente cumprindo a determinação funcional de manutenção do pacto federativo. Afinal os Estados não têm possibilidade de emitir moeda, de pegar empréstimos sem essa intercessão da União. Então, são poucas possibilidades para nós. A nossa arrecadação caiu bastante e a ajuda federal chega para o Estado do Ceará, basicamente eu diria no sentido mais forte apenas no mês de junho, e o que nos salvou até lá realmente foi o rigor e a sustentabilidade fiscal que esse Estado já tem tradição por manter e erigir como um verdadeiro valor.

As nossas despesas correntes foram da ordem de sete bilhões e quatrocentos milhões, 90% delas como despesas, eu diria no sentido comum, pagamento de pessoal, enfim, outras despesas, contratos, terceirização e despesas de capital em vinte e sete milhões.

Logicamente, a parcela mais expressiva das nossas despesas estão relacionadas a pessoal e encargos sociais seguidos de outras despesas correntes, que eu diria que aquela vida vegetativa da administração pública no sentido também amplo.

No sentido de despesas com todas as fontes, nós tivemos aqui as despesas no Estado do Ceará, e aí até o quarto quadrimestre, aqui estamos comparando então janeiro a agosto de 2020, comparativamente a janeiro a agosto de 2019. Tivemos um aumento de despesa de 1.38% apenas. No tocante às despesas correntes elas tiveram uma queda de 0,46%, pode ser assim extratificada, um ligeiro aumento de pessoal de 2.78%, lembrando que já foi dado o aumento dos policiais militares. Foi concedido nesse período algumas promoções que restava para os nossos professores, do pessoal da saúde também, mas o impacto é bem pequeno, tradicionalmente aos mesmos períodos.

A queda dos juros, com a questão da postergação do pagamento de algumas operações de crédito, outras despesas correntes e no tocante as despesas de capital, nós tivemos incremento de 18.29%.

Esse gráfico aqui consolidado, o programado de despesas para esse quadrimestre era de oito bi, duzentos e vinte e quatromilhões, nós conseguimos executar em sete bilhões quatrocentos e quatro. Todos nós sabemos que o Estado do Ceará, a administração pública, o Poder Executivo ainda está sob a égide da Resolução 7 do COGEF (Comissão de Gestão Fazendária), que é uma resolução, eu diria bem agressiva em termos de corte. Agressiva num sentido de necessidade de dar uma resposta estruturada, especialmente em meados de março, abril porque nós tínhamos um cenário de indefinição que ainda em alguma medida se perpetua. Então, nós colhemos sim, para apresentar a sociedade, eu diria efeitos evidentes de redução de despesas no nosso Estado. Uma queda comparativamente ao mesmo período de 2019 da ordem de 0,46%. E aí um aumento de despesas de capital para aquilo que nós tínhamos em termos de programação, mas também valores, especialmente o de investimento que é um valor muito caro para o Estado do Ceará, essa variação da ordem de 10.95%.

Esse gráfico é bem interessante, nós tradicionalmente, anualmente, trazemos que é a variação e os valores de incremento ou diminuição de despesas por Poder ou por instituição. Juntando todas as instituições, todos os Poderes do Estado do Ceará, já sabemos, é um incremento

de despesas de 1.38 da ordem de dezesseis bilhões, porque o total geral de 16 bilhões até o segundo quadrimestre, de janeiro a agosto. E no tocante ao Poder Legislativo, janeiro a agosto comparado a janeiro a agosto de 2019 nós tivemos um incremento do Poder Legislativo da ordem de 3.12%; no Executivo apenas de 1.44%; no Ministério Público 0.99%, e no Judiciário uma queda de 1.33%. A Defensoria Pública realmente destoou um pouco nesse sentido da despesa, aumentou a despesa na ordem de 7.45%, especialmente com gastos relacionados a pessoal e encargos sociais que nós vamos ver na próxima planilha.

Está aí ao detalhamento por Poder: o Poder Legislativo que cresce 3.12%, então aqui tem um aumento de 4.74% em pessoal, 28% de investimento. Conseguiu fazer uma leve diminuição de outras despesas correntes; o Poder Judiciário queda de 1.33%, bem rotunda essa queda no tocante a investimentos; o Ministério Público 0.29%, destacando uma leve queda de pessoal e queda maior em investimentos; a Defensoria aumento de 7.45% com incremento de pessoal da ordem de 12.15% e os investimentos, uma queda de 75%. Também teve queda em outras despesas correntes, na ordem de 8,02%. E o Poder Executivo com o incremento de apenas 1.44% sendo 2.99% de pessoal como já falei para Vossas Excelências, especialmente o impacto na folha dos policiais militares, professores, profissionais de saúde e no tocante a outras despesas correntes uma queda de 3.78%.

Esse quadro é muito caro também para todos nós. É um valor do Estado do Ceará manter-se dentro dos índices da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós temos aqui o nosso gasto máximo com o pessoal previsto na LRF na ordem de 60%, limite prudencial de 57%, limite de alerta 54%. E nós finalizamos segundo a sistemática estabelecida pelo nosso Tribunal de Contas do Estado do Ceará que exclui desses valores os gastos com pensionistas e com abono de permanência, e aí traz esses índices. Como por determinação do TCE a exclusão dessas despesas, eu prefiro o próximo gráfico que eu digo que é mais condizente com a nossa necessidade de caixa. Na verdade o nosso limite de gasto hoje do Poder Executivo, ao invés de ser Poder Executivo 41.23% na verdade para o caixa representa os gastos de pessoal do Poder Executivo 44,43% porque nesse índice estão incluídos pensionistas e os valores pagos a título de abono de permanência.

Então lembrando que o limite de alerta previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal é de 44.10%, estamos em 44.43%, então 0.33% acima desse limite de alerta o que é um bom índice para o Estado do Ceará. Nós diminuímos, se olharmos esse gráfico aqui do lado que dá 45.12% no 3º quadrimestre de 2019 e para nós é um ganho, mas realmente é sempre um desafio nós nos mantermos dentro dos limites de endividamento de gastos com o pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Gostaria de agradecer à Vossas Excelências, agradecer as pessoas que nos acompanham na TV Assembleia e me coloco inteiramente à disposição para quaisquer dúvidas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TIN GOMES (PDT): Queria parabenizar a secretária, e ao mesmo tempo perguntar se tem algum deputado para fazer alguma pergunta à secretária, algum esclarecimento.

SR. DEPUTADO ANTÔNIO GRANJA (PDT): Deputado Tin Gomes, meu presidente, queria só enaltecer a importância da secretária, a Assembleia estar recebendo a secretária e parabenizar, uma explanação muito didática e de fácil compreensão, não só para nós deputados, mas para a população. Isso é importante, a transparência. Só tenho parabenizar a você, Fernanda não só pela apresentação, mas pelo trabalho a frente da pasta da Fazenda, o mundo, o Brasil e o Ceará vive um momento de dificuldades por conta dessa pandemia, mas se Deus quiser nós vamos vencer e o Estado do Ceará tem sido exemplo no Brasil na questão de ajuste fiscal, de investimentos, enfim, priorizando sempre a questão da saúde, da educação, do emprego.

Então, parabéns ao nosso Governador Camilo Santana em seu nome receba o meu abraço minha cara amiga Fernanda.

SRA. DRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Secretaria da Fazenda SEFAZ-Ce): Eu posso falar presidente, o senhor me permite? Primeiro queria cumprimentar Deputada Augusta, a mulher extraordinária, valente, defensora na Assembleia. Muito obrigada pelas palavras do Deputado Granja. Eu esqueci de compartilhar com vocês, o Fabrício até me disse para eu falar do índice de solidez, compartilhando com aqueles que nos assistem. O Brasil tem um índice de competitividade fiscal do centro de liderança pública que foi divulgado recentemente em que ele espelha o fruto da nossa gestão em 2019. Essa gestão que é uma gestão que é construída junto com essa Assembleia Legislativa por meio de fato de tudo aquilo que fazemos, construímos juntos, de pacotes de medidas e leis que são aprovadas.

Então é muito importante esse ambiente de harmonia entre Executivo e o Legislativo, Judiciário, todos os Poderes. E nesse índice de solidez fiscal, presidente o Estado do Ceará ficou em primeiro lugar do Nordeste em solidez fiscal e 10º lugar do Brasil. Mas dos dez primeiros só tem um do Nordeste que é o Ceará. Isso é fruto da nossa gestão. Nós melhoramos o nosso índice. Nós estávamos em sexto, ano passado, passamos para quatro nesse índice e em termos solidez fiscal é um dado que é bastante importante para gente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TIN GOMES (PDT): Eu queria passar a palavra para a nossa líder, querida líder Augusta para fazer as considerações dela sobre a exposição.

Augusta, por favor.

SRA. DEPUTADA AUGUSTA BRITO (PCdoB): Obrigada, Presidente Deputado Tin, Deputado Granja, ao Fabrício, a Roberta, o Márcio, especialmente a nossa Secretária Fernanda. Toda vez que vemos essa explanação, como bem disse, o Deputado Granja, conseguimos entender a clareza e realmente a responsabilidade de estar a frente dessa Secretaria. Eu ia falar exatamente o ranking que o Estado do Ceará está, no 1º lugar em relação a transparência dos recursos que foram utilizados no Covid. Duas vezes, não é isso, Fernanda, se eu não me engano, com esse reconhecimento.

Então tudo que vem sendo realmente muito bem feito pelo governador, pela secretária, enfim, por todos que estão juntos à secretaria, é importante que possa falar porque a transparência, enquanto vemos Estados, realmente, sendo um maus exemplos, que o governador está sendo afastado ou que está tendo vários problemas nós estamos aqui exatamente dando um exemplo positivo, quando ficamos em primeiro lugar no ranking, quando conseguimos subir nos índices.

Então eu fico feliz, parabenizo a forma que vem conduzindo a secretaria. Sempre que a gente precisa de algum contato ou esclarecimento, a gente consegue de uma forma bem clara, como foi a apresentação, totalmente transparente. Eu fico feliz em poder também estar aqui nesse momento, assistindo, participando, compartilhando os números positivos do Estado do Ceará, apesar de todo esse momento da pandemia, toda a crise, porque a grande preocupação, lembro bem de quando a gente estava na Mesa de Negociação, em relação aos policiais militares, enfim, tantas outras categorias que ainda esperam, a gente tinha essa preocupação porque foi bem no início e ela sempre muito responsável e muito, eu diria assim, realista, tem que ser, tem que ser assim, falando verdadeiramente, o que estava sendo posto e por isso mesmo a gente está tendo esses índices cada vez com responsabilidade, seguindo a lei de responsabilidade fiscal, seguindo tudo, para que a gente possa continuar crescendo. Então, parabenizar mais uma vez a secretária. É sempre um prazer. Infelizmente não está sendo pessoalmente, mas a gente vai virtualmente tendo as responsabilidades e depois a gente se encontra.

Então parabéns, seja sempre bem-vinda à Assembleia. Presidente Tin, muito obrigada pela oportunidade de poder falar para essa grande mulher. Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO TIN GOMES (PDT): Bom, eu queria aproveitar para parabenizar mais do que das outras vezes, porque dessa vez, desse quadrimestre, Secretária Fernanda, a gente vê que teve o problema da pandemia, o Estado realmente como todos os Estados, deixou de arrecadar e mesmo assim, o Estado do Ceará passa ainda de uma forma diferente com o seu controle financeiro.

Eu quero parabenizar não só a Secretária Fernanda Pacobahyba como também o nosso querido amigo, o Fabrízio Gomes, *xará*, que é responsável pelo tesouro estadual, como também o Márcio Queiroz que é da Ação Fiscal.

Então, não se faz nada sozinho, e essa equipe vem oferecendo esse belo trabalho, e só tenho que parabenizar e pedir a Deus que com o trabalho de vocês e com Deus, essa pandemia se acabe realmente, para o País e o mundo voltar a poder investir mais forte e ter reconhecimento do seu povo. Parabéns, obrigado por ter feito essa belíssima explanação nessa data que nós marcamos juntos, conjunto e torcer para que o próximo quadrimestre já venha com melhores resultados, se Deus quiser, e muita saúde.

Obrigado, e assim fica encerrada a sessão especial da Comissão para receber a explanação desse quadrimestre do Estado do Ceará. Muito obrigado e boa tarde!

ATA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARA DISCUTIR A APRESENTAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2020, REALIZADA DIA 01 DE MARÇO DE 2021 PELA PLATAFORMA DIGITAL.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Boa tarde a todos, senhoras e senhores deputados estaduais, senhoras deputadas, senhores convidados. Estamos reunidos aqui na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, quando participando dessa audiência pública que teremos como pauta a apresentação das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2020. Saúdo a presença da Secretária de Estado da Fazenda Dra. Fernanda Pacobahyba;do Sr. Fabrízio Gomes, Secretário Executivo do Tesouro Estadual; Sr. Talvani Rabelo, Contador Geral da Sefaz; Sr.Takeshi Koshima Orientador da Célula de Planejamento da Secretaria da Fazenda.

Fazemos o registro também dos que se encontram na plataforma digital, os senhores Deputados Augusta Brito, Renato Roseno e Deputado Júlio César Filho. Faremos as outras apresentações dos senhores deputados conforme forem comparecendo ao início dessa audiência pública.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará Deputado Evandro Leitão e nós como presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, Deputado Sérgio Aguiar em cumprimento ao Art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, lei Complementar Federal nº 101 de 4 de Maio de 2000 realizamos essa audiência pública para que o Poder Executivo possa demonstrar o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2020 no Estado do Ceará.

A Lei de Responsabilidade Fiscal de Maio de 2000 determina ao Poder Executivo apresentar quadrimestralmente o cumprimento das metas fiscais do Estado ao Poder Legislativo e hoje haverá apresentação desse relatório de gestão fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2020, ou seja, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano próximo passado.

Serão abordadas as receitas, as despesas; os investimentos; a dívida pública; o resultado primário; as operações de crédito; os gastos com a Educação, Saúde, pessoal, e principalmente, minha cara expositora, Secretária Fernanda Pacobahyba de como se portou verdadeiramente tudo aquilo de receitas e despesas com relação ao orçamento

geral do Estado num ano tão difícil, num ano que teve a pandemia devastadora tanto para vidas como também para com boa parte da economia do nosso Estado do Ceará.

Então sem mais delongas, já quero deixar à vontade a deputada, parece que estou preconizando Dra. Fernanda, a Dra. Fernanda Pacobahyba para que possa se manifestar e fazer a sua apresentação a nós parlamentares, aos assessores e a todos aqueles que nos assistem pela TV Assembleia e pelo complexo de comunicação social da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Muito boa-tarde, e seja muito bem vinda, terá o tempo que lhe for necessário para fazer a exposição.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Obrigada Deputado Sérgio Aguiar, nosso Presidente da Comissão, agradeço imensamente pela gentileza de sempre.

Gostaria de cumprimentar a nossa Deputada Augusta Brito em nome de todos os deputados, vejo aqui também Deputado Júlio César, Deputado Renato Roseno, boa tarde a todos vocês. E além de todos os nomes que Vossa Excelência já citou da Sefaz eu só citaria mais o Márcio Cardeal e Fábio Duarte que também compõem a nossa equipe que estão aqui conosco. Gostaria também de dar boa tarde a todos os que nos acompanham na TV Assembleia.

De fato deputado, o senhor iniciando, e eu passava um filme, há um ano, nós aqui.Foi numa audiência bem tumultuada, foi bem demorada, porque tradicionalmente é uma audiência, eu diria, de não tantas polêmicas, mas havia uma angústia muito grande por parte da Assembleia, naquele momento em que era realmente apresentado algo que nós não conhecíamos, e foi uma audiência excelente da nossa parte, gostamos muito de compartilhar com vocês. E agora um ano depois eu não poderia deixar de iniciar as minhas palavras sem agradecer sinceramente a Assembleia Legislativa por todo apoio que vocês nos deram no Poder Executivo para que esse ano pudesse ser um ano que eu diria desafiador, mas que nós terminamos de cabeça erguida graças a Deus.

Muito obrigado ao apoio de vocês, dasMensagens que muitas vezes tiveram que ser aprovadas rápidas por conta da questão da contingência.Não dá para brincar com o limitador de tempo e vocês tiveram sensibilidade extraordinária. Isso foi fundamental para nós mantermos a sustentabilidade fiscal do Estado. Então gostaria de registrar os meus sinceros agradecimentos a toda Assembleia Legislativa, Presidente, e faço na sua pessoa que é a nossa liderança nesse momento.

Esse relatório por força da Lei Complementar nº 110 que é a Lei de Responsabilidade Fiscal como Vossa Excelência falou, nós temos o dever de apresentar o atingimento das metas fiscais, mas não poderíamos deixar de nesse momento que se encerra o ciclo de 2020, eu diria mais minudente no tocante a como foi a execução total do ano porque o nosso compromisso seria olhar o quadrimestre, mas nós estamos trazendo para vocês um panorama do que foi esse ano de 2020 para quem nos assiste também e quais foram os êxitos, quais foram os índices que foram alcançados pelo Estado do Ceará mesmo nesse ano bem desafiador.

Basicamente, a nossa fala vai se cingir a três grandes pontos que são os indicadores fiscais, receitas e despesas.Começando com os indicadores fiscais nós temos um atingimento de 100% das metas e dos limites cumpridos, grande parte dessas metas e limites acordados junto ao Tesouro Nacional.

Nós apresentamos para vocês algo que, eu diria, bem emblemático, inclusive está sendo discutido nesse momento pelo Governo Federal com a PEC 186, minto, daqui a pouco chegaremos lá.Nesse momento vamos ter os gastos de despesas com pessoal.Nós tivemos o encerramento do quadrimestre o ano de 2020 se encerra com 40.55% a proporção da nossa receita corrente líquida de gastos com o pessoal do Poder Executivo. Veja que podemos chegar, o máximo seria 49%, então diminuímos.Nós vínhamos numa trajetória já de diminuição.Isso tem uma justificativa que é até simples também por conta da ajuda federal ter limitado os gastos com pessoal, nós tivemos, logicamente uma retração nesse custeio, nesse custo de pessoal para nós. Então essa trajetória ela tende a diminuir sim.

No tocante à despesa com pessoal de todo o Estado do Ceará, incluindo todos os Poderes, nós fechamos em 49,51% quando o limite estabelecido na lei é de 60%. Vemos na PEC 186, vamos já falar um pouco, porque são importantes esses limitadores. Existem dispositivos lá que estão sendo propostos, caso a nossa despesa chegue a 95% da nossa receita você começa a ter uma série de bloqueios, especialmente no tocante a pessoal. Então é muito importante, e para nós tem sido um valor segurar essa despesa de pessoal.

Esse detalhamento é por Poder, então todos os Poderes, tanto segundo a metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal ou conforme a metodologia STN (Secretaria do Tesouro Nacional) publicada na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) em todos os índices nós mantivemos o cumprimento.Esses são os limites estabelecidos

na lei, então estamos dentro de todos os limites. Nesse ponto pessoal o Estado do Ceará encerra o ano de 2020 muito bem.

No tocante à dívida consolidada e dívida consolidada líquida. Aqui nós padecemos do mesmo mal que, por exemplo, padecem hoje, os combustíveis no Brasil. diferentemente que algumas pessoas têm falado, especialmente houve uma corrida agressiva para o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), em dizer que o ICMS era o grande vilão do aumento dos combustíveis, mas sabemos que dois grandes são os vilões provavelmente de combustíveis. O primeiro deles é a questão da dolarização, da forma como a nossa moeda se transformou segundo dados da FGV (Fundação Getúlio Vargas) na moeda comparativamente ao dólar mais desvalorizada do planeta. Então isso faz com que o dólar aumente uma parte considerável da dívida do Estado do Ceará.Ela é dolarizada, e isso reflete nos nossos dados de dívida consolidada e dívida consolidada líquida.

Nós tivemos um leve aumento aqui de 52,65% para 54,42% e no tocante a dívida consolidada ela aumenta um pouco mais, de 71% passa para 80.82%. À medida que nós tivermos uma adequação maior, uma queda nesse dólar nós temos uma perspectiva de diminuir esses índices, mas ele é muito sensível. Completando logicamente a questão dos combustíveis que eu falei a dolarização é algo que é superimportante e também a política adotada pela própria Petrobrás.

Nós somos hoje comparados às outras unidades da federação o Estado do Ceará já está em 8º lugar em despesa corrente, comparada à sua receita corrente líquida. O Estado que mais deve no Brasil hoje é o Estado do Rio de Janeiro, que tem a maior dívida, representa 318,6% da receita corrente líquida. Ele ultrapassou, quebrou todos os limites que seriam aceitáveis, e realmente é uma situação bem trágica no Rio de Janeiro. No tocante aos indicadores fiscais, que é o que falava da PEC 186. Conforme ditames constitucionais que inclusive estão na PEC 186 agora pelo Governo Federal para serem revogados, nós temos gastos mínimos, tanto com Saúde, quanto com a Educação.

O Governo Federal quer retirar esses limites mínimos, para nós aqui no Estado do Ceará compreendemos especialmente se tomarmos o valor Educação isso representa um retrocesso, porque nós somos um País que não atinge minimamente uma boa *performance* se compararmos internacionalmente, mesmo o Estado do Ceará que é considerado o campeão em Educação no Brasil hoje, se você pegar um aluno cearense e colocar ele na prova do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)

então nós temos ainda muita coisa a ser feita e retirar esses mínimos como propõe o Governo Federal não é algo que nós temos como apoiar.

Encerrado esse ano de pandemia o que é que nós tivemos? Por óbvio um agigantamento dos gastos com Saúde.ASaúde realmente foi a grande vedete em 2020, deve continuar sendo a grande vedete em 2021.Os gastos com a Saúde ultrapassaram 4 bilhões de reais, um aumento de 26,42% comparativamente a 2019. E por determinação constitucional devemos aplicar 12% da receita líquida de impostos e taxas em Saúde e nós aplicamos 16,54%, está aqui o percentual.

O outro limite mínimo que está para ser revogado pelo Governo Federal é o gasto com Educação como eu falei, só que o mínimo da receita líquida é um pouco maior, é de 25%; ano de 2019 nós encerramos com 26,18 da RLIT (Receita de Líquida de Impostos e Transferências) e este ano de 2020 com 27,10%. Então também superamos o mínimo constitucional, aplicamos bem além do que estava previsto na Constituição.

No tocando ao resultado primário e resultado nominal que é basicamente o quê? A diferença entre receitas e despesas, tem várias metodologias, aqui é uma seara bem técnica mesmo, para nós aqui vale especificamente o que eu acho que é mais importante é o dado da STN, então significa que temos um superávit da ordem de 1.699, esse era o dado fechado de 2019, resultado primário e de resultado nominal 1 bi,trezentos e quatro.

No tocante às receitas, presidente, o motivo de eu estar aqui, apresentar a vocês exatamente as metas quadrimestrais. No tocante as receitas, esses dados aqui são públicos, já estão no nosso balanço também.Nós tínhamos uma previsão para o quadrimestre de arrecadar 10 bilhões, trezentos e oitenta e seis e chegamos a 95,7% de realização desse montante. Então arrecadamos 9bilhões, novecentos e trinta e oito, duzentos e quinze. E no tocante às receitas de capital, a previsão para o quadrimestre era de 1bi, duzentos e cinquenta, realizamos 193 milhões, uma realização de apenas 15%, por quê? Porque as receitas de capital estão muito conectadas com a nossa operação de crédito que já havia sido feita no quadrimestre anterior. No geral, o Estado do Ceará teve excelente repercussão dessas receitas dado a gravidade da crise.

No tocante a receita corrente liquida a nossa receita corrente líquida de 2020 fechou em 22,03 bilhões de reais, o que significa um incremento comparativamente a 2019 da ordem de 5,5%, e aí vamos ver aqui no tocante às receitas correntes como um todo, temos um acréscimo de 3.8%.Basicamente esses 30 bilhões de receita corrente, se

desdobram em impostos e taxas, transferências correntes, outras despesas correntes. As operações de crédito, basicamente os empréstimos e outras despesas de capital.

Quando nós analisamos o quadro das nossas receitas, realmente para nós, ano passado depois que terminamos essa reunião com vocês, meados de março estávamos num ambiente bem crítico, nós passamos por alguns momentos muito difíceis em termos de receita. O mês de abril, o mês de maio ele foi terrível para nós em termos de receita, nós chegamos a ter uma queda no ICMS ano passado da ordem de 38%.Eu trouxe os dados para vocês, acho que em dois meses nós perdemos 1 bilhão e 100 milhões ano passado em dois meses comparativamente ao mesmo exercício do ano anterior, e isso por quê? Porque apesar da gravidade do momento, desde o começo se falava de alguma forma de auxílio do Governo Federal. Por que seria necessária essa forma de auxílio? Porque o Estado é superlimitado para enfrentar uma crise como essa.Ele não tem como emitir moeda, não tem como se endividar de forma própria. Então nós precisávamos mesmo.

Mesmo com tudo isso a ajuda federal só foi aprovada pela Lei Complementar 170 em 27 de maio e a primeira parcela chega para nós em junho. Então se o Ceará não tivesse um ambiente de sustentabilidade fiscal muito provavelmente nós teríamos tido bastante dificuldade de honrar os nossos pagamentos em abril e em maio, que foram os meses mais críticos. A crise começou em março, e vimos que foi aquela correria para comprar respirador, para comprar máscara, para comprar luva, para comprar uma série de coisas, você precisava ter *cash* porque aquelas empresas estavam exigindo pagamentos antecipados inclusive. Nós precisamos queimar uma gordura para sustentar a Saúde naquele momento e a ajuda federal chegou apenas em junho, e ainda bem que chegou.

No tocanteao ICMS nós encerramos um ano muito ruim para nós de ICMS, porque nós encerramos o ano com o aumento de 0.6%, isso é nominal, então nós tivemos queda no ICMS, é algo que para nós é muito impactante, especialmente a Secretaria da Fazenda que é uma casa que é especializada em arrecadação. No IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) nós tivemos até uma boa *performance* e outro tributo que caiu demais foi o ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), logicamente em 2019 nós tínhamos tido o ITCD bem grande de um grupo do setor de alimentos no Estado do Ceará que deu uma diferença enorme, mas mesmo assim nós tivemos uma diminuição do volume de fluxo do ITCD. E

Imposto sobre a renda um leve aumento de 1.6% queda real. As taxas nossas, realmente despencaram e aí onde é que temos taxas que são bem expressivas? O Detran (Departamento Estadual de Transito) é uma fonte de taxa expressiva e a Secretaria da Fazenda é uma fonte de taxa expressiva. Então com a suspensão de alguns serviços, enfim, com aquela paralisação, essa coisa do remoto para o Poder Público até se adaptar realmente encerramos o ano com uma queda bem significativa nas nossas taxas. Vemos aqui a maior queda, uma queda de 52%, é muito agressivo esse gráfico, especialmente aqui no mês de maio.

No tocante às nossas transferências correntes, que são o quê? São todos aqueles valores que recebemos do Governo Federal, não por favor do Governo Federal, mas por determinação constitucional, muitas vezes. Por exemplo, a parte do IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) que é arrecadado é repartição obrigatória para o Estado.Uma parte do imposto sobre a renda que é arrecadada vem para os Estados.Assim, como nós quando arrecadamos R$ 10,00 de IPVA, R$ 5,00 nós temos que mandar para os municípios.Não é um favor que o Estado do Ceará está fazendo para os municípios, isso está escrito na Constituição, que precisamos repartir esses impostos. Essas transferências correntes aqui elas não são benesses.Elas são basicamente a cota parte do FPE (Fundo de Participação dos Estados), as transferências do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), e alguns convênios.

No tocante à Covid, eu gostaria de ressaltar bem esse dado, Deputado Sérgio, ele bombou no final de semana com algumas publicações que falava no valor de 42 bilhões de reais para o Estado do Ceará. Realmente eu estou atrás desse dinheiro, porque sinceramente para o Estado do Ceará no tocante as transferências Covid nós recebemos 2 bilhões, 136 milhões de reais, estão aqui elucidados. Os 499 milhões que foram o quê? A medida prevista na Medida Provisória 938 em que nós mantivemos o mesmo valor do FPE de 2019, Governo Federal. Como houve queda na arrecadação desses tributos federais, ele passou a complementar para que ficássemos no mesmo parâmetro nominal de 2019. Isso deu 499 milhões. Desculpa, eu falei Lei Complementar 170, é Lei Complementar 173.

Outro valor que veio para nós foi à queda da arrecadação do ICMS.Um auxílio para poder amortizar a queda das arrecadações próprias do Estado do Ceará que é a Lei Complementar 173. Nesse montante recebemos 919 milhões do Governo Federal, lembrando Deputado Sérgio Aguiar, que foi uma coisa que me bati muito ano passado,

mas o Estado do Ceará ficou em último lugar per capta nesse auxílio no Brasil. O Ceará ficou em torno R$ 100,00, cento e pouco reais por pessoa;o cidadão do Mato Grosso recebeu R$ 300,00, quer dizer, o cidadão do Mato Grosso, vale três vezes mais do que um cearense, porque o auxílio do Mato Grosso sem ter tido queda na arrecadação porque o Mato Grosso é um Estado agrobusiness, é um Estado agroexportador, o dólar lá em cima, então eles não tiveram a queda de ICMS que nós tivemos aqui e eles receberam um volume de dinheiro três vezes mais do que o Estado do Ceará.

Outro auxilio que nós recebemos da Lei Complementar 173 também veio destinado à Saúde e à assistência social, 300 milhões e outras. Aqui tem transferência, tem essas emendas parlamentares, outras transferências do SUS, enfim, 418 milhões. O que é que eu diria, Deputado Sérgio, que pode gerar algum tipo de dúvida, por exemplo, a Lei Aldir Blanc, por que eu não coloquei a Lei Aldir Blanc para vocês? Porque a Lei Aldir Blanc foi um mero ingresso de receita, um mero ingresso no cofre do Estado que nós só pegamos esse dinheiro e passamos para as pessoas, para os projetos, isso não ficou no cofre do Estado do Ceará.Isso foi para os artistas, para os músicos, para os projetos que estavam sendo apoiados. Então não é justo, isso aqui é o que ingressou no cofre do Estado a título definitivo.

Essas são as transferências.Vejam aqui, é o primeiro semestre, menos, até maio, quando a Lei Complementar 173 é promulgada, a partir de junho começamos a ver, em novembro esse valor já diminui e em dezembro já tivemos uma queda.Uma queda de 21% é um valor absurdo, até hoje nós estamos sem receber os valores.Hoje eu pedi para a Saúde os ofícios que foram solicitados os valores relativos das UTIs que não estão sendo repassados, porque três Estados judicializaram, São Paulo, Bahia e Maranhão e a Ministra Rosa Weber mandou que a União pagasse integralmente porque a partir de dezembro já conseguimos a sentir diminuição, janeiro, fevereiro já passamos a sentir diminuição nesse repasse federal que para nós, injustificado, afinal a pandemia não só continua como está muito pior do que estava no ano passado.

No tocante às despesas. A meta, meu dever aqui é explicitar para Vossas Excelências.O programado no semestre era uma despesa de 8bilhões, novecentose trinta e dois, novecentos e vinte e dois, e uma leve diminuição, executamos um pouco menos, quer dizer, executamos 99.6%, e no tocante às despesas de capital tivemos um aumento, por quê? Porque as despesas de capital no último quadrimestre, quer dizer, especialmente os investimentos como vamos ver, o Estado do Ceará ele tem uma

tradição de realmente dar um maior motor dos investimentos no último quadrimestre, dezembro, novembro, outubro e setembro é quando as obras realmente engatam e acabamos superando as expectativas.

No tocante às despesas consolidadas, eu pedi para os meninos separarem por Poderes, então o Poder Legislativo gastou um pouquinho mais, teve um pouquinho mais de despesas do que o que estava previsto, programado, 102,3%; o Poder Judiciário ficou abaixo, 98,4%; Ministério Público 98,1% e a Defensoria Pública 93.1%, e eu agradeço as Vossas Excelências que aprovaram a Emenda constitucional ano passado que realmente colocou a Defensoria Pública no eixo. Era algo que precisávamos já ter consertado no Ceará, e vocês fizeram isso.O Poder Executivo um leve aumento também, na ordem de 101.7%.Quando pegamos as despesas para o Poder em percentual temos um aumento de despesas de 2020, comparado a 2019 na ordem de 3.10%. O campeão, lógico sempre o Poder Executivo que é a máquina mais pesada, eacaba englobando uma parcela significativa, especialmente isso aqui, vemos o dado mais grave, apesar de todas as restrições de pessoal, nós tínhamos que cumprir determinados acordos que já estavam feitos.Com a PM (Polícia Militar) que já tinha sido acordo em 2019, alguns valores relacionados à Educação por determinação legal, eles puderam ser cumpridos. Então o Executivo 3.6%; a Defensoria Pública aumentou 2.52%; o Legislativo aumentou 1,43% e os Poderes que conseguiram reduzir despesas nessa crise foram: o Ministério Público que reduziu 2.4% e o Judiciário que reduziu 3.42%.

Quando nós pegamos as despesas, eu estou falando despesas correntes pegando as fontes, não só o Tesouro, nós tivemos aumento de despesas corrente só da ordem de 1,5%, o pessoal como eu disse para vocês logicamente já tinha acordos prévios à Lei Complementar 173, firmados, mas teve uma diminuição dos juros e encargos da dívida, porque houve a suspensão do pagamento das dívidas nacionais. O Governo Federal não postergou o pagamento de dívidas internacionais; metade da nossa dívida hoje no Estado do Ceará é moeda estrangeira. E outra coisa que eu gostaria de ressaltar também Deputado Sérgio Aguiar, deixar de pagar a dívida, não é favor da União, e a União nos concedeu, porque já voltamos a pagar novamente, ninguém perdoou aquele momento que não pagou.Ele só colocou para frente, mas a dívida subsiste do mesmo jeito, inclusive está sendo colocada na conta essa suspensão.Eu fico sem entender como é que considerou um negócio desse um benefício porque acredito que só deveria ser

considerado um benefício se fosse deixar de pagar. E outras despesas correntes um aumento apenas de 2.7%.

No tocante às despesas de capital que se resumem a basicamente o quê? Investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

SR. DEPUTADO JULIO CÉSAR (Cidadania): Presidente, quero aproveitar e parabenizar a toda equipe da Secretária Fernanda nesse novo layout da apresentação.Ficou bem mais didático esse layout. Eu estou acompanhando aqui secretária, elogiando o novo layout da apresentação das metas fiscais. Parabéns.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Bem mais didático, não é deputado?

SR. DEPUTADO JULIO CÉSAR (Cidadania): Bem mais didático.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Ele está dizendo que foi inspiração na sugestão dele, Dra. Fernanda.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Foi ele mesmo, com certeza, o líder.

Despesas, o investimento para nós é um valor. Vamos já fazer um detalhamento melhor, mas nós encerramos o ano de 2020 com investimentos da ordem de 2bilhões, quatrocentos e oitenta e três, zero oito. É um aumento de 12,33% comparado ao mesmo período de 2019.Só do Tesouro nós tivemos mais de um bilhão de reais dentro desses investimentos.

As inversões financeiras se justificam, especialmente o item mais capcioso é o da aquisição do Leonardo da Vince e a amortização da dívida, fizemos uma compensação de crédito com a Receita Federal que acabou impactando, mas também eu diria inexpressiva.

Esse é o quadro dos investimentos para vocês terem visibilidade. Para gente já é o 6º ano que o Estado do Ceará está em primeiro lugar como investidor público no Brasil comparado a sua receita corrente liquida. A média de investimento público nas unidades da Federação é na ordem de 1 bilhões, trezentos e noventa e um. Ano passado fizemos 2 bilhões, quatrocentos e oitenta e três,quase o dobro da média nacional. Isso já é um padrão que nós temos.

Em 2019, a média nacional foi de 1 bilhão, duzentos e sessenta, nós investimos 2 bilhões, duzentos e onze. Esse ano promete muito investimento também capitaneado pelo nosso governador. Em proporção da receita corrente liquida isso representa, ano

passado 11,3% da receita corrente liquida, a média nacional de investimento público é na ordem de 5.8%.Só lembrando que neste momento o Governo Federal tem o pior desempenho em investimento público em toda a série histórica. Então é super importante para sair desta crise, realmente o Estado do Ceará acreditar e investir fortemente, por quê? Porque isso gera mais emprego, gera uma sinergia positiva e conseguimos superar mais, quando não tem investimento público. As pessoas, às vezes acham que investimento público é deleite, e não é. Investimento público é uma política focada para transformar a vida das pessoas, porque isso movimenta a economia. O Estado tendo essa possibilidade de investir gera uma cadeia positiva que não é de hoje aqui no Estado do Ceará, a gente vêhá alguns anos. Mais uma vez, primeiro lugar investimento público, comparado a sua receita corrente liquida no Brasil.

Eu quero agradecer, presidente a oportunidade, e agradecer a cada um dos deputados. Eu me coloco à disposição de Vossas Excelências.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Obrigado,Dra. Fernanda pelas explicações. Temos inscrito o Deputado Renato Roseno, mas antes do Deputado Renato Roseno utilizar a palavra, me chamou a atenção alguns dados, o principal foi a sua primeira palavra: sustentabilidade fiscal.Foi importante em um ano que passamos por toda sorte ou má sorte pelo que ocorreu, perdendo vidas, a economia em decréscimo, mas ainda assim o Estado do Ceará apresentou a sustentabilidade fiscal. Ou seja, manteve-se como um dos Estados que maior número de investimento público faz, percentualmente, em cima da sua receita corrente liquida, e isso,diga-se de passagem, em grosso modo que a sociedade cearense possa entender que são empregos que são gerados, por sua vez são recursos que entram na economia que por outras consequências são divisas, ou seja, com impostos e taxas que vem também para o estado fazendo esse ciclo virtuoso para que se consiga fazer com que o Estado do Ceará possa ter essa atuação.

Deixou-me bem impressionado os dados de 16,54%, daquilo que foi aplicado na Saúde, indicadores de Saúde e da Educação de 27.10%. Eu digo isso, porque fui o relator das contas do exercício de 2019, no ano próximo passado, e é uma demonstração que o Estado focou verdadeiramente no combate a pandemia, como principalmente no sucesso que a Educação tem sido demonstradora de muitos prêmios, e principalmente, fazendo com que a vida de muitas pessoas fosse transformada, através de uma boa Educação.

Eu tenho uma dúvida aqui, Dra. Fernanda que foi lá na tabela, o ICMS apontava um aumento de 112% e vimos no que diz respeito ao seu comparativo, no final houve um decréscimo, conforme sua senhoria falou de 0.6%, algo dessa natureza. Outra coisa interessante, eu queria que fosse um pouco melhor explicado, para os que estão assistindo, foi essa queda de 19%, na receita no mês de dezembro que ocorreu das receitas de transferência, principalmente.

Se em grosso modo, ainda que não faça parte do tema da nossa audiência pública, mas o que significaria o decréscimo do mês de janeiro, do mês de fevereiro, o não credenciamento, por conseguinte, do não pagamento dos leitos de UTI nesse período de pandemia, embora tenham sido pouco utilizados, mas que já vivenciamos nesse primeiro dia de março, que certamente os noticiosos vão mostrar o grande problema que se instala no Estado do Ceará, infelizmente mais uma vez com o aumento de casos de Covid que estamos verificando, tanto na capital, como no Interior. Por fim, é fazer esse registro de 11,3% da receita corrente líquida em investimentos do Estado do Ceará, isso é muito importante, não deixando, entretanto em nos preocupar com o percentual de 50% da dívida que o Estado do Ceará tem, metade e metade, com relação a recursos de moeda internacional. Deixando bem claro, foi muito boa a sua observação: os 42 milhões falados nos últimos dias, não chegaram aoEstado do Ceará, pelo menos que fora passando pela receita pública estadual. Isso é muito importante que se diga para que a população cearense fique sabendo que se não fosse o esforço do Governo do Estado e das prefeituras municipais nós teríamos passados por maus bocados ainda maiores no ano de 2020.

Quero lhe passar a palavra e depois para o Deputado Renato Roseno.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Vossa Excelência está certo deputado.A coluna que eu apresentei do ICMS que tem aumento acima de 100%, é só do quarto quadrimestre. O nosso problema do Estado do Ceará, começou naquele mês de fevereiro, porque mês de fevereiro passado nós tivemos o motim dos policiais. O nosso ICMS naquele mês de fevereiro, ele subiu dois, vírgula poucos por cento o que significa uma queda real, 4,85, então tem queda. Então tivemos queda em fevereiro, março, abril, maio, junho e julho. Em agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro nós voltamos a ter um suspiro de novo. Como o quadrimestre que estou apresentando aqui, é o quadrimestre que houve esse respiro de novo, então o ICMS nos quatro últimos meses, ele conseguiu se superar. Se o senhor pega o contexto

da ópera, ele não conseguiu ter aumento, ele teve queda real. Por isso que a queda está 0.3%, mas no quadrimestre ele passa dos 100%.

Outra coisa, quando vossa excelência pergunta a respeito das receitas que caíram de transferências correntes, 21% em dezembro. A complementação da União no tocante ao FPE acabou em novembro. A partir de dezembro, ficamos sem nenhum tipo de ajuda, já não tinha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Acredito que antes de novembro, terminou em agosto, FPE e o FPM.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): É, mas quando chegou agosto não se gastou todo o dinheiro que estava previsto. Inclusive foi um projeto que precisamos registrar aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Senador Cid Gomes.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Muita ajuda do Mauro Benevides. O Mauro conseguiu mobilizar o pessoal do Congresso Nacional e o resto do dinheiro que não foi gasto é aplicar em ir até o esgotamento. Na verdade nós recebemos até meados de novembro, dezembro já não tivemos. Já não tivemos decréscimo no tocante, tivemos queda.Os tributos federais estão tendo quedas. Isso impacta os nossos repasses.

Outra coisa também, deputado, os repasses federais do SUS, normalmente eles não se dão mensalmente, eles se dão para três meses. Então pode ser, especificamente no mês de dezembro, seja um mês que não tenha repasse, que quando você compara, realmente dáuma diminuição. Realmente o dado de 21% é um dado muito forte. Mas foram basicamente esses dois problemas que nós verificamos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Deputado Renato Roseno, Vossa Excelência com a palavra.

SR. DEPUTADO RENATO ROSENO (PSOL): Boa tarde Presidente, Deputado Sergio Aguiar; boa tarde Secretária Fernanda Pacobahyba e aos demais técnicos da Sefaz; servidores públicos aqui; e fundamental, obviamente fazer a defesa também do corpo técnico do Estado, do serviço público. As demais deputadas e deputados, eu estou vendo o Deputado Júlio, a Deputada Augusta, e não sei se há mais parlamentares aqui.

Secretária em primeiro lugar eu diria que é fundamental fazer chegar essa sua apresentação aum maior número de pessoas. Eu como parlamentar eu circulo em muitos circuitos da sociedade e a fala do Presidente da República foi muito intencionalmente

ampliada. O que gera no cidadão a ideia de que os problemas seriam, não de falta de dinheiro, de falta de recursos, mas de falta de gestão de recursos advindos do Governo Federal. É uma estratégia duplamente falsa, porque mente com a informação e faz crer que não tem responsabilidade a partir do Governo Federal pelo andamento da crise. Eu lhe pediria esta apresentação para colocar nas minhas redes. Mas, acho fundamental que a própria comunicação da Sefaz venha esclarecer isso de maneira mais didática. A diferença entre 2 bilhões e 42 bilhões, é estratosférica e então acho que não se trata aqui de interpretação matemática, se trata de má fé. Então eu queria em primeiro lugar isso.

Em segundo lugar eu vi que a senhora apresentou os dados nominais. Do ponto de vista da queda real, se a senhora tivesse os dados, porque com a velocidade, eu não consegui gravar, por isso eu queria inclusive ter o arquivo para ler. Houve uma queda real de quantos por cento? No total da nossa arrecadação. Isso é, sobretudo, importante. Eu queria provocar a sua reflexão para duas questões. Nós estamos com um aumento da pobreza que é galopante no Brasil. Nós trabalhamos com um tema, e eu tenho defendido muito que são os programas de transferência de renda direta. É uma repercussão social desse tipo de programa.

Recentemente, o Centro de Macroeconomia para a Desigualdade, da USP, a Professora Laura Carvalho produziu um *paper* sobre o impacto que os programas de transferências de renda poderiam ter no Brasil a partir do Governo Federal. O Governo Federal se nega ao auxílio-emergencial, portanto, se negaria, como se nega a programa de transferência de renda. Eu pergunto para a senhora se há algum tipo de estudo por parte dos gestores no Ceará com relação à ampliação,porque nós já temos um programa de transferência de renda da ordem de 70 milhões de reais, com o foco na primeira infância. Isso é importante, e inclusive eu tenho um projeto de indicação nesse sentido, de instituir uma infância com um programa de transferência de renda permanente com foco em mulheres. Mulheres que são hoje, se a senhora pega o CADÚNICO: De um milhão de famílias, você tem 900 mil famílias chefiadas por mulheres, 117 mil são chefiadas por mulheres na extrema pobreza com o filho de 0 a 6. Então o impacto disso é muito grande na repercussão econômica e social desse consumo. Se não era o caso de fazer uma reorientação mesmo que emergencial para ampliar a musculatura desses programas de transferências de renda. Essa era a primeira, eu pediria a sua reflexão.

Entra à segunda, porque toda vez que a gente acena com o programa de transferência de renda, sempre tem uma voz, digamos um pouco solidáriaao sofrimento

da maioria do povo:“Ah, quem vai pagar a conta? Nós temos um instrumento, que já foi utilizado no passado, que é o Fundo de Emergência Fiscal, o FEF. Se não era o fato, de excepcionalmente ampliá-lo para isso. Porque, me corrijam se eu estiver equivocado. Nós estamos com 2 bilhões de reais, no total de isenções. Não é isso? Eu fiz esse debate mais recentemente com o Secretário Maia Júnior por ocasião da última alteração do FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial). Nos últimos 40 anos, era um instrumento, talvez seja um dos principais instrumentos em nossa política industrial, mas chegou a 500 empresas em 40 anos, mas há 20 bilhões de isenções. Portanto, eu gostaria de obter a sua reflexão sobre isso. Estamos em um momento, os “super ricos” até pelas estratégias de sobrevivência, ficaram mais ricos no Brasil, os bilionários ficaram mais ricos. Houve um crescimento da extrema pobreza. Nós não estamos vendo no horizonte uma reforma tributária progressiva. Então quais são os instrumentos que podemos ter aqui de arrecadação que possam a ser instrumentos progressivos. Portanto, nós temos uma série de elementos.

A senhora sabe que eu tenho uma luta muito grande pela tributação de alguns produtos até pelo ponto de vista ético, no caso dos agrotóxicos. Eu não consigo não me indignar com aquele Convênio 100 do CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária). Eu gostaria inclusive que a senhora pudesse dar uma informação, porque a CONFAZ se reuniu na sexta-feira última, à senhora estava reunida, e eu queria saber se foi possível acabar de vez, porque na minha avaliação foi uma das maiores vergonhas da tributação do Brasil é isenção de ICMS para o IPI, que estamos discutindo no STF dos agrotóxicos. Eu queria, sobretudo, de instrumentos de arrecadação que nos permitissem neste momento excepcional. Nós estamos em um momento terrível, talvez. Nós somos a geração que a exemplo da geração de 29, mais enfrentou uma depressão de longo curso. Nós não vamos sair desta depressão em curto prazo. As pessoas dizendo que haveria uma curva em “V”, não é uma curva em “V”. Nós estamos vivendo algo muito mais longo. Me parece que é fundamental pensar as alternativas de transferência de renda, e eu pediria em especial que a senhora falasse sobre a reunião do CONFAZ no último dia.

Repito, eu quero agradecer a audiência, agradecer os dados, a todos os técnicos e a senhora, e pedir esses dados e que eles sejam amplamente divulgados. Era isso, presidente, e lhe devolvo a palavra agradecendo a excelência, a secretária e a toda equipe da SEFAZ.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): OK, Deputado Renato Roseno, agradecendo a sua participação. Passo a palavra a Dra. Fernanda Pacobahyba, mas antes registro a presença do Deputado Tony Brito na nossa plataforma virtual e também faço registro que o Deputado Delegado Cavalcante também por alguns instantes esteve presente a esta audiência na nossa plataforma digital.

Doutora Fernanda.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Deputado, obrigada pelas explanações. No tocante a "Mais Infância" ele é um programa prioritário realmente. Inclusive, criou nova roupagem, aprovado pela Assembleia. Eu digo outro status de dignidade no final do ano passado e o escopo dele foi ampliado. Recentemente passamos de 45 mil para 70 mil a quantidade de famílias atendidas. Esse é um programa tocado pela Primeira-Dama e que tem um sentido realmente de muita prioridade, acho que é o programa mais bonito que se consegue hoje dar efetividade do Estado do Ceará. Não paramos de fazer cálculos, inclusive já vou solicitar uma nova mensuração, ver a questão dos valores, em que podermos evoluir do Programa Mais Infância. Eu concordo totalmente com Vossa Excelência, o quanto ficou evidente o tamanho da desigualdade no País. Nós precisamos sim, ter políticas claras e efetivas que impactem a vida dessas pessoas e em alguns casos que transfiram renda sim. Então está na prioridade, realmente eu diria um zoom maior no Programa Primeira Infância, especialmente nesse foco da primeira infância.

No tocante nas questões dos benefícios fiscais, deputado, a questão do FEF, ele foi uma medida, que tão logo as empresas foram impactadas com essa questão da pandemia, vocês devem lembrar, ano passado, nós encaminhamos a Assembleia uma lei suspendendo o FEF no período passado porque principalmente as indústrias tiveram uma queda grotesca, no primeiro semestre, foi uma das demandas do setor. O FEF está retornando agora em março. Eu tenho conversado muito com o Secretário Maia Junior, especialmente sobre a questão de benefícios fiscais e de que forma a gente implementa sim, uma forma diferente de enxergar tudo isso.

Eu vou dar um exemplo para Vossa Excelência da delicadeza desse momento. São Paulofoi um Estado que acabou de mexer com alguns benefícios fiscais. Vocês não tem noção da quantidade de *imputs* que estamos recebendo de empresas procurando outras unidades da Federação, inclusive o Ceará para saírem de São Paulo por conta dessa medida. Várias reuniões já aconteceram. Eu tenho sido muito combativa, lá, como

é a minha característica no CONFAZ e no CONSEFAZ. Porque eu não vejo sentido em alterações radicais, em política tributária de forma unilateral por qualquer unidade da Federação. Isso pode gerar um efeito catastrófico. Eu acho que nós precisamos sim, aprofundar o tema da reforma tributária, juntos e se essa reforma tributária não sair do tamanho que nós almejávamos e que saia alguma coisa que vise especificamente a melhorar a qualidade, a melhorar o ambiente negocial do Brasil, a diminuir formalidade, diminuir burocracia. Aqui no Ceará, nós somos campeões em redução da burocracia, desde 2019.Nós reduzimos as principais burocracias que envolviam. Hoje o Ceará é campeão em abertura de empresas, 6 horas se gastam, porque estamos 100% integrados na Rede SIM nacional. Deputado, eu vejo que nós precisamos tratar desta temática, agora é um momento urgente. A tributação sobre o consumo ela é péssima, e é onde a gente realmente está realmente mais amarrada que é o do ICMS, mas nós precisamos promover.Eu sei que o senhor é muito combativo e o pessoal tem esse papel também de focar no imposto sobre a renda, eventualmente em uma tributação sobre grandes fortunas para que se consiga equilibrar um pouco mais. Porque, realmente no consumo hoje a guerra fiscal não se acabou. Pelo contrário, ela se tornou pior, depois que nós, em tese, o CONFAZ, na Lei Complementar 152, ele almejou acabar com a guerra fiscal. Está cada vez pior o ambiente da guerra fiscal. Agora com a questão da cola regional, você pode colar o benefício dado em outras unidades da federação. Quantos empresários eu não recebo. Eles já chegam com o decreto: “Olha, eu quero exatamente assim”. “Se não for, eu vou para Pernambuco, porque lá eles colam, botam e internalizam”. Isso para um Estado como o nosso que tem um desafio muito grande de emprego,que vai passar, e isso é o mundo. Nós sabemos da dificuldade de empregos e especialmente emprego formal nos próximos anos do Planeta Terra. Então é um desafio muito grande, e eu sou super favorável, mas acho que é meio suicida, uma atitude fora de contexto. Mas temos avançado bastante, o FEF já foi um grande avanço, para gente. Precisamos realmente ter mais efetividade. Temos um horizonte bom, em 2022, em tese, acabam os benefícios fiscais dos atacados no Estado do Ceará. Então vai ter uma redução boa, viu deputado, conforme previsto na Lei Complementar. Não está fora do nosso radar, deputado, mas realmente os nossos vizinhos (Pernambuco, Rio Grande do Norte e a Paraíba) são três Estados extremamente agressivos na guerra fiscal. Hoje temos a Unidade da Federação que cobra 1% de ICMS. Está fazendo qualquer negócio.

Se nós errarmos no ponto, com toda certeza as empresas migram em dois segundos, até porque a distância é curta.

No tocante ao Convênio 100 de 1997, não sei se o senhor sabe deputado,eu tenho sofrido uma pressão enorme do agronegócio por conta do Convênio 100, porque foi o Estado do Ceará e o Estado de Sergipe, foram os dois únicos Estados que de fato levaram a discussão para outro nível dentro do CONFAZ, porque há 24 anos o convênio era prorrogado da forma como ele foi aprovado inicialmente. Nunca, jamais houve qualquer tipo de discussão em se pensar outra via dentro do Convênio 100. Eu, como vossa excelência aguardo muito a manifestação do Supremo também no tocante a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que foi proposta. Porque houve um voto já desfavorável, mas não houve uma continuidade. Toda semana, praticamente o ICMS está tendo derrota no STJ. Eu não sei se vossas excelências acompanharam, recentemente, nós perdemos a incidência do ICMS sobre o chamado software de prateleira. Semana passada nós perdemos a incidência do ICMS sobre o diferencial de alíquotas. São derrotas graves. Realmente, o STF está em dívida de julgar a questão que é muito mais meritória para o Brasil relativo a ADI, os agrotóxicos. Mas em que pé está, Deputado Roseno? Na sexta-feira passada, realmente o CONFAZ, quando tocou no ponto do Convênio 100, pronto, fechou o tempo. O que nós encaminhamos?Nós não aceitamos mais nenhuma prorrogação do Convênio 100, da forma como ele está. Estamos em negociação, porque também não aceitamos hoje, que é um descalabro para a economia brasileira, quando grande parte das indústrias nacionais está ociosa e quebrada, hoje o Brasil dá benefício fiscal para o agrotóxico que vem do exterior e tributa o agrotóxico com fertilizante ou defensivo fabricado aqui no Brasil. Então isso nós não aceitamos de forma nenhuma. Essa discussão não conseguiu ser efetivada e foi convocado outro Confaz para o dia 08 de março, próxima segunda-feira.Ele não vai sair da forma como está. OConvênio 100, era um*totem,* era imexível, mas vamos conseguir avançar. Se me perguntarem, enquanto cidadã, enquanto jurista se seráum avanço do tamanho que eu desejava? Não. Mas, já é um avanço e acho que essa luta do STF, ela precisa continuar também.

SR. FABRIZIO GOMES (Secretário Executivo do Tesouro Nacional): Secretária Fernanda, Deputado Sérgio posso complementar uma coisa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): A vontade Dr. Fabrizio.

SR. FABRIZIO GOMES (Secretário Executivo do Tesouro Nacional): Obrigado.Foi muito pertinente à fala do Deputado Renato se preocupando com essa questão de ser uma das maiores crises de 29 e como isso vai ser recuperado. Eu pego a fala do Deputado Sérgio da importância do investimento. Quando a gente analisa alguns estudos econômicos, percebemos o multiplicador do investimento no crescimento do PIB é um dos maiores multiplicadores. O Estado do Ceará com essa política sustentável de investimento, ele propicia que tenhamos provavelmente uma recuperação mais rápida do que em outros Estados que não estão tendo o mesmo nível de investimento, mesmo o Governo Federal. A sustentabilidade fiscal com uma política vigorosa de investimento vai trazer para o Estado do Ceará a possibilidade que esse multiplicador continue efetivamente. Dentro desses investimentos, eu tenho feito um estudo junto com o pessoal lá do CAEN (Coordenação de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Economia), em breve vai ter esse estudo que é justamente: desagregando os investimentos e vendo o impacto através do mapa desses investimentos serem feitos no Estado Ceará. Em breve vamos ter alguma modelagem para validar toda essa política de investimento que está sendo feita, no sentido de ter o dado empírico cada vez mais detalhado. Tanto na dívida pública, como nas questões dos investimentos devem ter feito um acompanhamento constante e sistemático desses dois grandes elementos.

SR. DEPUTADO RENATO ROSENO (PSOL): Fabrízio, obrigado.Tem algo nesse sentido também ao longo prazo do FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial)? Essa modelagem também?

SR. FABRIZIO GOMES (Secretário Executivo do Tesouro Nacional):Não entrou ainda, a SEFAZ e SEDET (Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho do Ceará), no caso, mas não entramos nesse estudo. Temos estudado bastante a questão da dívida, que o deputado sempre questiona a questão do dólar. Temos acompanhado constantemente e agora estamos partindo para a questão no âmbito do investimento e no gasto público também. Mas o FDI, particularmente eu não tenho nenhum estudo. Mas, posso procurar saber.

SR. DEPUTADO RENATO ROSENO (PSOL): Secretária, o Convênio 100 vai ser prorrogado, pelo que a senhora está dizendo, mas com uma base de isenção menor. É isso?

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Exatamente, perfeitamente. O Convênio 100, deputado, não existe possibilidade do

tamanho do agro que é hoje, com a força, não tem possibilidade, não ser. De tudo que eu me bati, de tudo que eu consegui gritar, arrancar os cabelos, essa possibilidade ela é inexistente. Mas de fato, eu já acho que é um avanço gigantesco, ele não sair da forma como ele está. O nosso foco hoje é, eu diria pelo menos equiparação de carga que é absolutamente injusta essa situação.

SR. DEPUTADO RENATO ROSENO (PSOL): Sópara lhe dar informação: um voto do relator na nossa ADI, foi favorável ao nosso pedido.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Exatamente, eu sei disso, favorável a ADI.

SR. DEPUTADO RENATO ROSENO (PSOL): Foi, foi favorável ADI.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Estou acompanhando com avidez.

SR. DEPUTADO RENATO ROSENO (PSOL):É porque essa ADI, ela foi feita aqui.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Eu sei disso.

SR. DEPUTADO RENATO ROSENO (PSOL): Ela saiu aqui do Ceará.Foi nós que fizemos.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Eu sei disso. Acompanhei com a Fernanda Belchiore temos vários artigos juntos.Eu tenho vários artigos escritos contra o Convênio 100.

SR. DEPUTADO. RENATO ROSENO (PSOL): Nóscitamos a senhora e a Germana tambémna ADI.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Mas eu sei, tenho conhecimento disso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Obrigado Dra. Fernanda.

Passamos agora a palavra ao Deputado Júlio César Filho, Líder do Governo. Registramos na plataforma a presença do Deputado Carlos Felipe.

SR. DEPUTADO JULIO CÉSAR FILHO (Cidadania): Pois não, presidente. Senhoras e senhores deputados; Secretária Fernanda; toda equipe dos secretários executivos e toda a equipe técnica que estão acompanhando essa audiência pública.

Primeiro eu queria parabenizar a apresentação que a Deputada Fernanda fez,trazendo números importantes, nesse último quadrimestre, que diz respeito tanto a

área do investimento, como também na arrecadação. Fazendo toda a retrospectiva desta pandemia, que iniciou-se acerca de exatamente, há um ano.

Nós estamos agora em 1º de março e os efeitos da pandemia começaram a incidir na nossa economia, em março do ano passado.É bem verdade que a gente já veio ai enfrentando um motim e algumas outras crises, anteriormente, mas eu acho que o Governador Camilo, Deus colocou a pessoa certa, no local correto. Ele está pegando só bucho e graças a Deus ele vem acertando através da sua competente equipe que faz também o Governo do Estado.

Foi muito importante, a secretária trazer, que o Estado do Ceará continua sendo o Estado que mais investe no Brasil. E, é importante a gente trazer essa relação, Secretária Fernanda, eu não vi o gráfico e eu até peço também a Vossa Senhoria a apresentação aqui desses *slides* que eu achei muito didático, fiz até esse elogio.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Obrigada, deputado.Já está em seu *whatsapp*, se o senhor puder passar para os outros deputados.

SR. DEPUTADO JULIO CÉSAR FILHO (Cidadania): Pronto, maior prazer em passar. Eu fiz até esse elogio anteriormente, trazer também em números absolutos. Eu lembro que o Estado do Ceará era o Estado que mais investia proporcionalmente a receita corrente líquida no Brasil e era o segundo em números absolutos, perdendo apenas para São Paulo. Veja só, a gigantesca economia de São Paulo.

É importante trazer essa escala também para que a gente tenha, nós que somos mais alheios a esses números, uma noção também, como é que está essa questão em números absolutos.

É importante também, e eu peço também a Vossa Senhoria que possa, e obviamente, através do grande desafio, tentar especificar com a inteligência sua e dos demais técnicos, de onde foi que o Presidente Bolsonaro tirou essa loucura, de que transferiu para o Estado do Ceará, para combater pandemia quarenta e dois bilhões de reais, até para que possa nos subsidiar, no nosso embate também político trazendo verdades.Chega de jogar ao vento qualquer coisa que venha na cabeça, uma mentira e quem quiser que vá provar o contrário. Então era importante subsidiar, mais ou menos, de onde que ele tentou ludibriar a população politizando mais ainda o debate de investimento com o Covid.

Importante também, que Vossa Excelência traga aqui a questão desse dilema que o Deputado Renato Roseno sempre traz, de forma muito competente; de isenção,

renúncia de receita e aplicação desses tributos.Nós precisamos saber mais ou menos do que significou, em números absolutos, as renúncias que nós colocamos para os setores atingidos.

Agora com a questão de o transporte complementar que está me recordando aqui, de isenção de IPVA para algumas categorias; dentre outros benefícios que trouxeram no primeiro pacote da retomada da economia, quando começou agora no segundo semestre a baixar os índices.Obviamente, isso está com o freio de mão puxado, porque nós estamos vivendo uma crise pior do que a do ano passado, mas mesmo assim, o Governador Camilo Santana manda para a Assembleia, pacotes de incentivo ao setor de eventos. Está discutindo com bares e restaurantes é que, no momento oportuno, de forma séria, coerente e principalmente responsável, poder também subsidiar esse segmento que vai precisar de incentivos para reaquecer.

E esse dilema que o Deputado Roseno trouxe é importante porque não é hora da gente chegar e fazer uma reformulação, pelo menos a meu ver. Vossa Excelência já respondeu ao Roseno, mas, se pudesse também, entrar mais um pouco, de tirar algum incentivo que vem sendo dado e a gente vai fazer com que a crise possa duplicar dentro dessas empresas, que já tem todo o seu planejamento, essas renúncias de receita, essas isenções para gerar emprego e renda.Talvez essa não seja a melhor hora, até porque depois que começar a pandemia a atividade econômica for totalmente liberada de novo, a gente vai precisar é que empresa se instale, que empresas abram, que o pacote de incentivo a economia, de retomada da economia venha com novas legislações, com novos decretos, enfim.Eu acho que este não é o momentode retirar algumas isenções.

O Deputado Roseno é muito responsável em trazer sempre esse debate. É uma bandeira do mandato dele. E sim, porque não rever? Mas com muita responsabilidade e com essas discussões feitas, no âmbito do Confaz.

Era importante trazer aqui a questão da isenção do ICMS no capacete elmo, na compra de vacinas, que será zerada e de outros insumos que são usados diretamente no combate à pandemia.Muitas vezes o Estado do Ceará bate de frente com outros Estados no CONFAZ e conseguir importantes vitórias agora, como bem disse Vossa Excelência.

No mais presidente, agradecer a todos, que fazem a Secretaria da Fazenda do nosso Estado e nos colocar também à disposição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Com a palavra a Dra. Fernanda.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Obrigada,Deputado Júlio. Takeshi, você tem como dizer os números absolutos? Tem Fabrízio, números absolutos de investimentos para passar para o deputado?

SR. FABRIZIO GOMES (Secretário Executivo do Tesouro Estadual): Terceiro, tem no seu whatsapp.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Fabrizio, fale por favor. Quem foi o primeiro? Quanto foi?

SR. FABRIZIO GOMES (Secretário Executivo do Tesouro Estadual): Primeiro São Paulo.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Oito bi, duzentos e vinte e cinco, é isso?

SR. FABRIZIO GOMES (Secretário Executivo do Tesouro Estadual): Paraná com trinta e três,zero sete, sete e Ceará com dois quatrocentos e oitenta e três.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Para vocês terem noção o Paraná dá quase três vezes a economia do Ceará.

SR. FABRIZIO GOMES (Secretário Executivo do Tesouro Estadual): Secretária, como você já falou em outras audiências, o Estado do Ceará foi o que menos recebeu per capita dessa ajuda.Teve Estado que recebeu muito mais, e possivelmente tem condição de investir muito mais.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Verdade.Deputado Júlio, ficamos em primeiro lugar comparada a receita corrente líquida; terceiro lugar em números absolutos. Nós perdemos para o Paraná e São Paulo. Eu até mandei para o seu whatsapp agora, Deputado Júlio a carta que ontem, esse final de semana depois daquela tuitada ali, foi uma confusão no grupo dos secretários de fazenda nacional; e independentemente de ideologia, porque todo mundo queria saber onde é que estavamàqueles mais de um trilhão de reais, somados ali, ninguém sabia para onde tinha ido esse dinheiro. Íamos já fazer uma manifestação. O CONSEFAZ que reuni todos os secretários de fazenda. É um grupo muito ativo. Tem se pautado pela técnica, mas os governadores acharam melhor, eles saírem com a carta.

Essa carta está com Vossa Excelência. De onde é que ele tirou esses quarenta e dois bi? Basicamente quando eu pontuei na apresentação para Vossas Excelências tem uma parte lá de transferência corrente. Que eu fiz questão de pontuar que não é um favor federal repartir uma parte do IPI, repartir uma parte do imposto sobre a renda,

enfim. Algumas legislações que falam de parcela relativa a*royalties*. A contribuição de intervenção do domínio econômico, não é favor, isso é determinação constitucional.O que foi que o presidente fez? Cada centavo de qualquer jeito, de qualquer coisa, independentemente dele está obrigado ou não, ele botou no bolo.

Então, basicamente ele colocou os valores do FPE, ele incluiu os valores do FPM, do Fundeb, de SUS,royalties,juntou o auxílio-emergencial que foi pago direto para o cidadão. É nisso que se chega a uma conta de quarenta e dois bi. Repito, não veio para o Estado do Ceará. Deputado Sérgio,ali está o valor do FPE do Estado e de cada um dos cento e oitenta e quatro municípios do Estado do Ceará. É uma conta que não tem um padrão técnico, minimamente defensável, por qualquer pessoa que minimamente compreenda finanças públicas nesse País. Então ele juntou alhos com bugalhos e tudo que tinha mais um pouco.

A questão de rever os benefícios fiscais, Deputado Júlio. E o que é importante também, nós estamos, as empresas, a gente precisa ter essa sensibilidade e na Sefaz ficou muito claro isso para gente. Nós propugnamos pela melhoria do ambiente de negócios, no nosso Estado, pela melhoria da nossa qualidade com os nossos empresários.

Nós iniciamos em 2019, um Conselho de Defesa dos nossos contribuintes que hoje, é Conselho de Relacionamento dos nossos contribuintes.Com foco em quê? No diálogo. Então, nós acreditamos e nós demos passos. Praticamente aquelas medidas apresentadas pelo Governador Camilo Santana, nós fomos o primeiro Estado do Brasil, a lançar um pacote estruturado de retomada da economia no passado. O primeiro lugar foi o Ceará. Foram 24 medidas que o governador apresentou, e mais de 70% delas, eram reclamos do próprio setor empresarial, por meio do nosso Condecom (Conselho Estadual de Defesa do Consumidor).

Nós fizemos no ano passado também, um dos programas de refinanciamento menores, nós só pegamos o período da pandemia e mesmo compreendendo a delicadeza do momento. Realmente nós estamos em um momento que nós precisamos manter as nossas empresas vivas para que elas peguem os tributos devidos.

Você avançar na discussão, hoje, de não só querer que ela pague, mas que pague um tanto a mais, eu não vejo nesse momento, como um cenário possível de empreender esse diálogo.

Lembrando também, o Fabrízio atentou bem. Foi capa do jornal ano passado, a retoma do PIB no Ceará foi bem maior que a dos outros Estados do Nordeste, e isso, certamente tem a ver com investimento, tem a ver com a nossa política tributária, tem a ver com forma que a gente tem conduzido. É um complexo de coisas. Esse ambiente, eu diria, de segurança jurídica que a Assembleia Legislativa traz para os nossos contribuintes, isso tudo é uma sinergia de coisas.

É superimportante a gente rever sim, a temática dos benefícios fiscais, mas repito, o palco para isso deve ser a reforma tributária nacional.Isso não deve ser visto unilateralmente, por cada um dos Estados, ainda mais em um tempo como esse.

No tocante as isenções que conseguimos, não só trazer, na sexta-feira passada, a isenção para o elmo no Estado do Ceará, como todo, conseguimos convencer todas as unidades da federação, da importância desse equipamento, que é genuinamente cearense e todas aderiram integralmente. Então, hoje em qualquer unidade da federação, o elmo vai ser comercializado e o transporte dele totalmente zerado de qualquer unidade da federação. Assim bem como as vacinas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Deputado Carlos Felipe, Vossa Excelência deseja se manifestar?

SR. DEPUTADO CARLOS FELIPE (PCdoB): Gostaria sim, Sérgio. Gostaria sim. O meu áudio está ligado?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Palavra é de Vossa Excelência. Perfeitamente.

SR. DEPUTADO CARLOS FELIPE (PCdoB): Primeiro queria lhe parabenizar, pela iniciativa que é muito importante para a gente que está na Assembleia. É o momento que a gente pode tirar algumas dúvidas.

Uma dúvida que eu tenho, eu queria que a Fernanda colocasse para a gente. A gente é muito cobrado em relação aos preços dos combustíveis, e é muito comum, no debate público, a discussão que o Ceará tem uma alíquota superior, a alíquota do nordeste e a alíquota nacional, e eu queria que ela falasse sobre isso; como está a situação atual, que a gente sabe que não é verdade, mas eu queria que ela explanasse de forma bem simples que vai nos dar subsídio para esse debate, bem como também, a opinião dela sobre a bitributação que o Governo Federal fala, que o combustível é bitributado.

Eu quero ouvir a opinião dela sobre isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Com a palavra a Secretária Fernanda.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Obrigada, Deputado Carlos Felipe. Realmente, eu adoro tocar nesse tema. Eu tentei falar, porque ele está eivado de desinformações. As primeiras informações que houve, Deputado Carlos Felipe,eu acho que o senhor não deve se lembrar, era de que, por conta dos aumentos no ICMS se estava aumentando os combustíveis; o diesel, a gasolina, e eu mesma fiz esse levantamento, no âmbito do COFAZ. Já faz anos que nenhuma unidade da federação altera a sua alíquota.

A alíquota do ICMS do Estado do Ceará para a gasolina, ela está desde 2016 e a do diesel está desde 97. Ela tem mais de vinte anos que é a mesma alíquota. É uma alíquota que ultrapassa a média? Ultrapassa, mas nós precisamos compreender também, que a nossa estrutura de arrecadação, ela está fincada, ela foi desenhada, já não é de hoje, algumas décadas no Estado do Ceará, com essa conformação de combustíveis. Ele é as chamadas *blue chips,* e já não é uma primazia do Estado do Ceará. Os estados eles fincam uma parte considerável na sua arrecadaçãode ICMS, nas *blue chips*. Às vezes um pouco mais no diesel, um pouco menos em outro,às vezes menos em comunicação, mais em energia e vai fazendo esse balanço.

Isso é só uma forma como a comunidade, oEstado do Ceará resolveu tributar as suas riquezas. Mas o que é que acontece? Duas coisas são muito claras, e hoje mesmo, eu não sei se vocês viram,eu li a pouco,um líder dos caminhoneiros dizendo: “Chegou a hora de mostrar nossa força de novo”. Porque hoje, foi anunciado outro aumento. E o nosso Presidente Bolsonaro acho que perdeu a força do discurso do ICMS, porque ficou muito claro para todo mundo, que era basicamente essa superlativação do dólar.Eu acho que Vossa Excelência ainda não estava aqui no começo, mas segundo dados da FGV, a moeda real é a mais desvalorizada do planeta, comparativamente ao dólar.

Isso tem determinados resultados.Indo para a ponta da linha, para a pessoa que está no meio da rua uma hora dessas? Quanto de nós não viram os aumentos absurdos que houve? Por exemplo, no arroz, no óleo de soja. Por quê? Porque são todos itens que são *commodities.*A *commodities* tem um preço internacional que é dolarizado. Se o dólar aumenta, é obvio que o nosso *agrobusiness* do Mato Grosso, não vai querer vender interno, porque o real está valendo muito pouco. Ele vai exportar e quando nós

tivermos que comprar, nós vamos ter que comprar em dólar. Então o problema não foi só nos combustíveis.

A gente fez um levantamento aqui, Deputado Carlos Felipe, que no início do mandato do Presidente Bolsonaro, que um quilo de arroz era em torno de R$ 2,35,quando chegou ano passado, em agosto, estava o dobro. Tinha aumentado cem por cento. Mas, por quê?O arroz é isento em grande parte da federação, não dava para colocar a culpa no ICMS. Assim como, o óleo de cozinha, ou ele é isento ou está na cesta básica das unidades da federação. Ele tem benefício fiscal. Porque ninguém falou do arroz e do óleo de soja? Que aumentou por conta do dólar. E outra coisa é a adoção da política monetária da forma como foi estruturada, pela Petrobrás que eu não tenho competência para falar se é boa ou ruim. Mas que está gerando efeitos práticos para o cidadão brasileiro.

Então não tem nada a ver com tributação do ICMS. A proposta que do PLP que hoje está no Congresso Nacional, ele é péssimo.Ele vai trazer prejuízos, não só para o Estado do Ceará, mas para todo mundo. Porque aquele PLP que supostamente, acabaria como eu diria, diminuiria o valor dos tributos vai ter que aumentar. Porque é impossível você chegar a um consenso, dada à diferença das alíquotas nas unidades da federação.E ele, não é bitributado.O ICMS é um imposto não cumulativo. A cada valor que você paga em uma determinada cadeia, você aproveita em outra.

Então, em tributação eu não consigo compreender quando se fala isso tecnicamente.Eu sou tributarista, mas enfim, é mais retórico, joga e as pessoas caem, desatualizam as pessoas, tiram as pessoas do eixo, lança uma linguagem que às vezes a pessoa acha que está compreendendo, mas está sendo enganada. Infelizmente, no caso dos combustíveis a questão para a gente, na Secretaria da Fazenda é muito clara.

SR. FABRIZIO GOMES (Secretário Executivo do Tesouro Estadual): Secretária Fernanda e deputado, me permita só complementar. Você tocou no ponto do dólar. O dólar também impacta no preço da dívida.

A nossa dívida, boa parte da elevação da nossa dívida, em torno de 2,2 bilhões é por conta dessa variação, dessa instabilidade do dólar que está tendo no País.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Ok, Deputado Tony Brito, Vossa Excelência deseja se manifestar? É só ligar seu microfone Deputado Tony. Agora sim.

SR. DEPUTADO TONY BRITO (PROS): Quero parabenizar, minha querida amiga, Secretária Fernanda, que é uma pessoa que eu conheço o trabalho de perto. E sei o quanto ela se esforça, para que realmente o Estado continue pagando suas contas, pagando sua folha, continue honrando.

Eu quero dizer que o momento é realmente atípico, é um momento que ela conte com a nossa força, conte com o nosso mandato, que a gente vai estar aqui sempre nos esforçando para que se consiga vencer esse período de tanta atipicidade.

Quero parabenizar toda a sua equipe, todos os deputados na figura do nosso Deputado Sérgio Aguiar e conte com a gente.

E também fazer uma pergunta em relação aos microempreendedores, a questão do emprego. Se eu falar com cem pessoas, minha Secretária Fernanda, noventa e nove me pede emprego. É um negócio que me deixa muito angustiado. Eu quero saber se existe alguma previsão, alguma mudança, algum cenário; se existe uma previsão de meses.Eu sei que não dá para a gente saber por conta da pandemia, mas eu acredito muito na questão da vacina. Estou acompanhando de perto e vendo que o governador está buscando adquirir essas vacinas na fonte, para que a gente consiga imunizar nossa sociedade e estou aqui nesse momento. É um momento angustiante, mas nós devemos nos dar as mãos e lutar para que se possa vencer essa pandemia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Deputado Tony Brito guardada a proporção, eu imaginei que esse pedido chegava só quem era deputado da Base do Governo. Mas, Vossa Excelência passa pela mesma tortura diária que todos nós.

SR. DEPUTADO TONY BRITO (PROS): Com certeza é uma angústia muito grande, meu presidente, minha Secretária Fernanda. É uma angústia muito grande, toda hora. Quando a pessoa começa a conversar comigo, eu já sei. Rapaz é emprego. Aí eu busco, tento falar com os colegas, com alguns amigos empresários, mas todos eles também tiveram uma queda nas suas receitas e fica muito complicado. E eles também me perguntamquando vamos sair disso.

Muitas pessoas de restaurante me procuram também. Eu fico muito sensibilizado com a situação, mas a Saúde em primeiro lugar. Tem que equacionar, mas gostaria muito de ver.

O Deputado Sérgio que é uma grande liderança, sabe que a gente passa por essa angústia de querer ajudar as pessoas nessa questão de emprego e não tem. Isso tudo passa, claro pelo desenvolvimento da nossa economia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Com a palavra a nossa Secretária da Fazenda, Dra. Fernanda.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Deputado Tony, muito prazer em revê-lo. Eu gosto do senhor. Muito obrigada pela pergunta.

SR. DEPUTADO TONY BRITO (PROS): Obrigado, minha amiga.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Olhe, de fato nós temos índices de desemprego no Brasil, também os piores índices da série histórica de desemprego. Tanto de desemprego, quanto desalento nesse País.

Não tem coisa pior para a dignidade de um ser humano do que a pessoa acordar e não ter um emprego. A gente precisa realmente superar isso. Esse dilema,Saúde, não existe.Na verdade o Joseph Stiglitz, um vencedor de Prêmio Nobel ele disse: “Olha, é uma verdadeira burrice, achar que uma coisa está contra a outra”.

Um cara que tem visto a realidade, e apontado o quanto é importante a gente sair dessa. Ogovernador, eu estarei indo com ele,já, já.A gente vai decolar para Brasília, amanhã para ver esse primeiro *approach* de uma vacina. Nós precisamos sair dessa com essa vacina. O resto é tudo paliativo, deputado. Então toda a nossa força, todo o nosso direcionamento tem que ser nisso. E o que mais? Ter um pacote estruturado, como nós estamos sempre empreendendo.

Um pacote vigoroso de apoio aos nossos empresários para que eles possam gerar emprego, para que eles possam pagar os tributos deles, para que o Estado também consiga continuar investindo para que isso impacte na vida das pessoas. Agora nós temos também, Deputado Tony, nós estamos em um momento de disrupção planetária e que nós precisamos compreender e o serviço público está inserido nisso também, que nós estamos resignificando os nossos papeis.Então as atividades na forma como elas existiam anteriormente, elas talvez não existam mais.

Eu sou auditora, e é uma atividade que tende a se acabar, e graças a Deus.Eu vou fazer outra coisa no Estado. Isso não significa que a Fernanda vai morrer. Mas isso é superimportante. Eu não posso me apegar ao meu padrão, meu modelo e achar que tem que ser desse jeito. Então a gente está precisando também olhar fora e dizer:“Que outra

possibilidade, eu teria hoje, de empreender"? A gente precisa ter um choque de inovação também. É super complicado.

É lógico,o ser humano ele se acomoda naquilo que ele tem seguro, que ele tem por certo. Tá! Tem trinta anos que eu faço desse jeito, tem duzentos anos que o mundo é desse jeito, mas gente, essa mudança no mundo agora, a gente não tem noção da proporção dela. Ela é absolutamente radical. Os negócios vão precisar serem modificados radicalmente.

Como vai ser o emprego do futuro? Como vai ser o emprego no Ceará? Nós ainda não temos essa possibilidade. Mas nós estamos acompanhando com muita sensibilidade, porque esse é um momento de escuta, de dar essa dignidade às pessoas.Vimos à importância do auxílio-emergencial, torcemos para que ele volte logo. O mínimo pelo menos, duzentos e cinquenta, trezentos reais. Tem muita gente passando dificuldade, nós não pudemos dormir bem com uma situação dessas.

Os empresários, o serviço público e os deputados vão precisar se reinventar.A democracia está sendo reinventada também, a forma de fazer política, não está fácil para ninguém, mas eu vejo que 2021 vai ser o ano da virada para a gente.

Para a gente, realmente ter novos suportes e em 2022 a gente, eu diria, ter uma grande vitória, se Deus quiser.

SR. DEPUTADO TONY BRITO (PROS): Muito obrigado, secretária. Fico muito grato com suas explicações e fico feliz em lhe ver motivada, como sempre, lutando pela sociedade cearense. Meu muito obrigado!

SR. PRESIDIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Obrigado Deputado Tony Brito.

SR. DEPUTADO TONY BRITO (PROS): Obrigado, meu presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Alguém mais deseja se manifestar dos senhores parlamentares? Assessoria? Algum membro da equipe técnica da Sefaz deseja utilizar? Tendo o calado como resposta, passo a palavra então para a Secretária Fernanda Pacobahyba, para fazer suas considerações finais sobre os resultados desta audiência pública.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Eu só tenho a agradecer, presidente. Muito obrigada pela condução, e pela oportunidade.

Eu adoro estar aqui com vocês. Realmente esclarecendo, compartilhando o que a gente tem.As apresentações já estão com o Deputado Júlio, que é o nosso líder para passar para quem quer que seja.

E eu espero que daqui a quatro meses, eu retorne aqui,imagina, se a gente retorna,Deputado Tony e já tenha um outro panorama de vacinas? Se Deus quiser isso vai acontecer. E não vai faltar esforço para que isso aconteça.

Realmente nós torcemos muito dessa vitória do Estado do Ceará e contamos muito, com o papel da Assembleia Legislativa, com todas as suas ideologias distintas, as formas de compreender a realidade distinta. Isso é riqueza.E mais uma vez me coloco inteiramente à disposição de Vossas Excelências. Muito obrigada!Agradecendo minha equipe técnica da Sefaz, meu muito obrigada.

SR. DEPUTADO RENATO ROSENO (PSOL): Secretária, eu posso lhe fazer um pedido? Eu já lhe fiz esse pedido por ofício. Era sobre a estimativa, obviamente guardado o sigilo fiscal, a estimativa do impacto do convênio 100. Pode ser por ano. Quantos anos, tá?

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Certo, sim senhor.

SR. DEPUTADO RENATO ROSENO (PSOL): Eu acho que seria muito importante. Eu lhe mandei esse ofício, já faz um tempo.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Ok, eu vou procurar aqui deputado. E agradecer a equipe da Sefaz, Deputado Sérgio. Realmente, os nossos gestores tem sido incansáveis. A Secretaria da Fazenda não parou um segundo, nossos postos fiscais não pararam, afinal, a gente tributa na fronteira e não houve tempo ruim aqui. Porque a nossa missão é muito árdua, nesse momento. Obrigada!

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Agradecendo a Secretária Fernanda Pacobahyba; agradeço também aos integrantes do corpo técnico da Sefaz; o Fabrizio Gomes, ao Márcio Cardeal, ao Talvani Rabelo e ao Takeshi Koshima que participaram representando o corpo técnico da Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará.

Agradecendo a participação dos Deputados Augusta Brito, Júlio César Filho, Renato Roseno, Tony Brito, Carlos Felipe, assim como também aqueles que fazem a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, na pessoa do Garcez Neto e da Isabela, também a TV Assembleia que transmitirá logo mais, após o Jornal da Assembleia, a

reprise dessa audiência pública, assim como também a todos aqueles que fazem o Complexo das Comissões e que integram o Complexo de Comunicação Social da Assembleia Legislativa.

A todos os senhores e senhoras o nosso muito obrigado. Boa noite! Dou por encerrada a audiência pública que discutiu o terceiro quadrimestre fiscal do Estado do Ceará, no ano de 2020.

SRA. FERNANDA PACOBAHYBA (Secretária da Fazenda do Ceará): Muito obrigada, um abraço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR (PDT): Um abraço**.**

Relação de Projetos
Art. 45 - LRF

Relação de Projetos Concluídos e em Conclusão

RELAÇÃO DOS PROJETOS CONCLUÍDOS

Orgão	Mapp	Estágio de Execução	Valor Programado	Valor Empenhado	Valor Pago
SAP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	545 - Projeto de Ampliação da Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes.	115.500,00	69.561,00	69.561,00
SAP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	607 - Contratação de serviços para elaboração de projetos preliminares e executivos de edificações	428.543,67	428.543,67	428.543,67
SAP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	665 - Reforma da Casa de Privação Provisória de Liberdade - CPPL II Professor Clodoaldo Pinto (MAPP 14 - FUNPEN)	513.139,77	513.139,77	513.139,77
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	3625 - CIDADES II - Comp. 3: Revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico de Limoeiro do Norte e Morada Nova	426.502,91	315.975,94	315.975,94
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	3963 - PCF - Pavimentação em Pedra Tosca no Distrito de Bomfim - ALCÂNTARAS (1671)	90.000,00	15.026,83	15.026,83
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	105 - Pavimentação Asfáltica no Município de Cariús - Ce (DER 1342)	39.707,86	39.707,86	39.707,86
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	109 - PCF - Recuperação de Estradas Vicinais - QUITERIANÓPOLIS (2199) (DER 1348)	100.000,00	100.000,00	100.000,00
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	122 - PCF - Construção de 02 (duas) Passagens Molhadas nas localidades São Bonifácio I e São bonifácio II - ITATIRA (2401) (DER 1390)	133.600,00	133.600,00	133.600,00
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	124 - Recuperação de Estradas Vicinais - GROAÍRAS (2432) (DER 1394)	34.500,00	34.500,00	34.500,00
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	29 - Pavimentação da Rodovia CE-232, no Trecho: Santana do Acaraú - Entr. CE-179 (Ipaguaçu) (13,30 km). (DER 1119)	1.207.060,00	1.207.060,00	1.207.060,00
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	37 - Restauração da Rodovia CE-292, Trecho: Crato - Nova Olinda (58,00 km) (DER 1199)	614.056,28	614.056,28	614.056,28
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	39 - Pavimentação da Rodovia CE-153, Trecho: Iborepi - Lavras da Mangabeira (9,60 km) (DER 1210)	1.987.583,58	1.987.583,58	1.987.583,58
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	51 - Construção de passagem molhada na localidade de Cajás do Jorge, no município de Ipaporanga-CE. (DER 1252)	107.104,50	107.104,50	107.104,50
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	62 - Restauração da Estrada que liga a localidade do Rio Verde a BR-230, no município de Várzea Alegre - CE. (DER 1267)	78.477,64	78.477,64	78.477,64
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	69 - Restauração da Rodovia CE-187, no Trecho: Entr. BR-230 (B)/CE-292(B) (Campos Sales) - Salitre (25,13 km). (DER 1277)	1.362.111,04	1.362.111,04	1.362.111,04
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	77 - Reforma e Recuperação de Estradas Vicinais com Adição de Material da Zona Rural Sede , no Município de Camocim - CE (DER 1288)	100.000,00	100.000,00	100.000,00
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	80 - Pavimentação de Rodovia, no trecho: Ererê - Divisa CE/RN (11,03 km) (DER 1293)	33.221,83	33.221,83	33.221,83
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	86 - Restauração da Rodovia CE-138, no trecho: Pereiro - Divisa CE/RN (18,94 km) (DER 1301)	78.658,83	78.658,83	78.658,83
SOP	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	87 - Pavimentação da Rodovia CE-151, no trecho: Umari - Baixio (12,00 km) (DER 1302)	2.287.638,49	2.287.638,49	2.287.638,49
ADECE	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	54 - Serviço de infraestrutura básica e construção de galpão industrial no municipio de Senador Pompeu	177.543,29	177.543,29	177.543,29
SEDET	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	72 - Realizar normatização, registro, fiscalização e educação sanitária. (SEAPA 17)	320.000,00	320.000,00	320.000,00
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1919 - CONSTRUIR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA LOCALIDADE DE VARZEA REDONDA EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CEARÁ	1.330.411,24	955.176,94	955.176,94

RELAÇÃO DOS PROJETOS CONCLUÍDOS

Orgão	Mapp	Estágio de Execução	Valor Programado	Valor Empenhado	Valor Pago
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1946 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE CARIRIAÇU	50.000,00	50.000,00	50.000,00
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1965 - CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL TAPETE MÁGICO TEMPO INTEGRAL E AMPLIAÇÃO DE DUAS SALAS DE AULA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA JOSIRENE PEREIRA, NO MUNICÍPIO DE JAGUARIBAR	69.078,03	50.000,00	50.000,00
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	2018 - Repasse de Recursos para apoio de ações na área de educação fundamental do município - IGUATU (2105)	346.328,81	175.000,00	175.000,00
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	2019 - PCF - Repasse de Recursos para apoio de ações na área de educação fundamental do município - IGUATU (2138)	306.950,49	280.000,00	280.000,00
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	2020 - Repasse de Recursos para apoio de ações na área de educação infantil do município - IGUATU (2107)	80.540,00	68.566,65	68.566,65
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	2052 - PCF - Aquisição de 02 (dois) ônibus para transporte de alunos - LAVRAS DA MANGABEIRA (2222)	225.070,00	5.070,00	5.070,00
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	401 - Ampliação e Melhoria da Iluminação Pública - CAMOCIM (1804)	25.000,00	25.000,00	25.000,00
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	429 - Deslocamento de Postes da Rede Elétrica da Faixa de Domínio na Via de Acesso à Unilab à CE 060	38.879,79	38.879,79	38.879,79
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	430 - Remoção de Interferências que Impactam as Obras da Linha Leste do Metrô de Fortaleza - Praça da Sé	147.237,31	147.237,31	147.237,31
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	431 - Internalização da Fiação Elétrica na Av. Dr. Guarany na Sede do Município de Sobral	1.979.275,27	1.066.251,52	1.066.251,52
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	433 - REDE ELÉTRICA PARA O HOSPITAL REGIONAL DE LIMOEIRO DO NORTE	1.447.184,12	1.447.184,12	1.447.184,12
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	436 - REMOÇÃO DE REDE ELÉTRICA NA PRAÇA MAIS INFÂNCIA DE CRATEÚS	31.095,73	31.095,73	31.095,73
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	438 - EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA PARA ALIMENTAÇÃO DO MIRANTE N S DA PENHA, EM CAMPOS SALES	75.118,33	75.118,33	75.118,33
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	439 - EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA PARA ALIMENTAÇÃO DA ESTAÇÃO PE. CÍCERO	42.533,16	42.533,16	42.533,16
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	440 - MUDANÇA DE FASE DE REDE ELÉTRICA EM GUARACIABA DO NORTE	177.885,67	177.885,67	177.885,67
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	442 - REFORÇO DE REDE ELÉTRICA PARA ESCOLA EM ITAREMA	26.632,04	26.632,04	26.632,04
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	444 - REMOÇÃO E EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA PARA VIABILIZAÇÃO DA LINHA LESTE DO METRÔ DE FORTALEZA	180.206,26	180.206,26	180.206,26
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	445 - Reforço de Redes Elétricas em Estruturas Hospitalares	125.234,63	125.234,63	125.234,63
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	450 - Pagamento das Contas de Energia dos Consumidores Residenciais de Baixa Renda do Estado do Ceará - Pandemia do COVID - 19	13.579.298,65	13.579.298,65	13.579.298,65
FEAS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	317 - Apoio ao funcionamento da Casa do Ancião de Santo Antônio de Pádua em Quixeramobim, CE.	200.000,00	200.000,00	200.000,00

RELAÇÃO DOS PROJETOS CONCLUÍDOS

Orgão	Mapp	Estágio de Execução	Valor Programado	Valor Empenhado	Valor Pago
SPS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	368 - PROARES III - MAIS INFÂNCIA CAUCAIA - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Caucaia.	373.985,40	301.640,97	301.640,97
SPS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	376 - PROARES III - MAIS INFÂNCIA MARACANAÚ - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Maracanaú.	381.249,80	39.131,11	39.131,11
SPS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	380 - PROARES III - MAIS INFÂNCIA PACATUBA - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Pacatuba.	602.128,65	228.807,93	228.807,93
SPS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	388 - PROARES III - ARENINHA ARACATI (SEDE) - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Aracati (SEDE).	15.841,32	15.841,32	15.841,32
SPS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	390 - PROARES III - ARENINHA BARBALHA - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Barbalha.	177.187,64	177.187,64	177.187,64
SPS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	409 - PROARES III - ARENINHA MARANGUAPE - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Maranguape.	28.112,66	28.112,66	28.112,66
SPS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	412 - PROARES III - ARENINHA PACATUBA- Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Pacatuba.	91.977,50	75.746,38	75.746,38
SPS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	434 - PROARES III - ARENINHA GRANJA - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Granja.	997.468,95	574.192,36	574.192,36
SPS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	437 - PROARES III - ARENINHA SÃO BENEDITO - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de São Benedito.	205.185,12	69.249,14	69.249,14
SPS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	474 - Fórum Regional de Conselhos dos Direitos das Mulheres do Ceará (GABGOV 154)	5.606,97	3.350,85	3.350,85
SPS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	481 - Curso de Formação de Servidores da Casa da Mulher Brasileira de Fortaleza - Ceará (GABGOV 168)	2.560,26	1.651,17	1.651,17
COGERH	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	80 - Construção de Adutora para Abastecimento do Município de Maranguape	539.318,28	539.318,28	539.318,28
SSPDS	EXECUÇÃO FÍSIC/FINAN.CONCLUÍDA	1043 - Apoio a Segurança e ao Sigilo da distribuição e aplicação dos instrumentos de avaliação do INEP (ENEM) - Convênio INEP/MEC	55.205,25	55.205,25	55.205,25

RELAÇÃO DOS PROJETOS EM CONCLUSÃO

Orgão	Mapp	Estágio de Execução	Valor Programado	Valor Empenhado	Valor Pago
SAP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	127 - Projeto Maria Marias - Convênio MJ/Nº 027/2008	60.000,00	38.705,89	38.705,89
SAP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	363 - Convênio 149/2011- Aquisição e instalação de equipamentos de segurança para inspeção corporal (BODY SCANNER) e inspeção de bagagens (RAIO X) para atender as unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará.	322.164,23	322.164,23	322.164,23
SAP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	376 - Curso de Capacitação em Gerenciamento de Crise - Convênio 112/2010 DEPEN/MJ.	125.011,12	107.541,48	107.541,48
SAP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	388 - Construção de uma Cadeia Pública Masculina com 600 Vagas, em Itaitinga - Ceará. Convênio MJ.36554/2012	2.045.413,49	257.714,50	257.714,50
SAP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	389 - Construção de uma Cadeia Pública Feminina com 502 Vagas, em Aquiraz - Ceará. Convênio MJ - 36553/2012.	2.198.753,60	1.334.315,55	1.099.080,85
SAP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	406 - Aparelhamento de 03 (três) Unidades de Referência à Saúde Materno-Infantil no Sistema Prisional do Estado do Ceará. Convênio MJ - 125/2012.	61.293,58	60.725,89	60.725,89
CAGECE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	106 - SANEAMENTO PARA TODOS II - Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste da RMF - ETA Oeste	5.997.647,94	0,00	0,00
CAGECE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	123 - PAC 2 / G1 - Abastecimento de Água - Adutora de Cascavel	369.264,01	0,00	0,00
CAGECE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	142 - PAC 2 / G2 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE VIÇOSA DO CEARÁ	8.386.240,23	0,00	0,00
CAGECE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	160 - PAC 2 / G3 - IMPLANTAÇÃO DO SAA DE MINEIRO EM JAGUARIBARA	1.014.239,16	0,00	0,00
CAGECE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	177 - PAC ESTIAGEM - RECUPERAÇÃO DA ADUTORA DE ÁGUA BRUTA DE HIDROLÂNDIA - IRAJÁ	66.891,62	66.891,62	66.891,62
CAGECE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	187 - PAC 2 - ESTIAGEM ¿ MCIDADES - SAA CAPUAN EM CAUCAIA - AMPLIAÇÃO	3.283.442,26	1.580.952,44	-
CAGECE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	188 - PAC 2 - ESTIAGEM-MCIDADES - SAA CANOA QUEBRADA EM ARACATI - AMPLIAÇÃO	587.058,17	136.531,96	136.531,96
CAGECE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	195 - PAC 2 - MCIDADES 3ª SELEÇÃO - SAA AÇUDE MAL COZINHADO EM CASCAVEL	6.844.728,35	-	-
CAGECE	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	209 - COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE CARIRÉ -CE	1.675.493,51	1.675.493,51	1.675.493,51
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1525 - Pavimentação em ruas e construção de bueiro tipo D no município de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará	505.509,34	150.000,00	150.000,00
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1602 - Pavimentação em Pedra Tosca : Avenida Principal (Distrito de taipa0, Avenida Principal (Vila Salgado) Rua SDO 01 (vila Sangradouro) , Avenida Principal (Vila Palestina) Rua SDO 01 (vila palestina) Rua SDO 02 (vila Palestina) e Outras - Santa	298.508,32	83.116,93	83.116,93
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1738 - PCF - Reforma, Ampliação e Urbanização da Praça Benigno Bezerra e das Praças da Av Marilândia em Jaguaretama	108.362,34	60.489,30	60.489,30
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1776 - PCF - Pavimentação em pedra tosca na localidade de Santa Bárbara em Alcântaras	832,82	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1870 - PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NAS RUAS FRANCISCO DE ASSIS MORAES PINHO, IRAÍDE FERREIRA LIMA E ANTONIO GONÇALVES DA COSTA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE	81.250,00	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1926 - Reforma e Urbanização do Mercado Público em Pentecoste	113.257,75	51.926,04	51.926,04
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2053 - PCF - Construção de Praça no Bairro Novo Croatá, localizado no distrito de Croatá em São Gonçalo do Amarante.	57.063,78	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2135 - PCF - Pavimentação em paralelo e Drenagem superficial na rua Dona Engracinha e na travessa Dona Engracinha no bairro Meireles; na rua Licinho Aragão Serra e na Travessa Joaquim de O.Filho no bairro Luis Antonio de Sousa; na rua Lulu Gonçalves(saíd	759.388,23	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2159 - Urbanização do acesso e da praia de Requenguela no município de Icapuí	500.000,00	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2209 - PCF - Construção da Praça São Caetano na localidade denominada Vila São Caetano em Varzea Alegre	122.413,11	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2248 - PCF - Pavimentação de trechos das ruas: acesso a Vila São Francisco, acesso Vila da Conceição, SDO 1 na Vila São Sebastião, SDO1 na ST São Bento, SDO 1 no Baixio do Boi e SDO Vila Cabaceira, Trecho da Av Tonheiro Tavares - São Francisco e rua Projet	94.514,39	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2325 - Reforma do Mercado Público na sede do município de Chaval	142.861,08	-	-

RELAÇÃO DOS PROJETOS EM CONCLUSÃO

Orgão	Mapp	Estágio de Execução	Valor Programado	Valor Empenhado	Valor Pago
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2327 - Revitalização do Centro Comercial de Tauá	423.171,57	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2404 - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas da cidade de Paraipaba	125.236,98	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2457 - PCF - Construção da Praça São Caetano na localidade Sítio Fortuna no distrito de Ibicatu no município de Várzea Alegre	36.547,64	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2502 - Construção de Praças nos distritos lagoa dos cabocos e aroeira, no município de Cruz	56.861,50	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2503 - Pavimentação em Pedra Tosca na localidade de Barrocão no município de Martinópole	97.219,80	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2504 - Reforma de Praças Públicas no Município de Itapiúna	12.026,07	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2547 - Reforma e ampliação da quadra do Sítio Correia no município de Pindoretama	105.921,05	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2574 - Urbanização do Entorno do Horto de Nossa de Fátima no município do Crato	365.484,75	176.306,70	176.306,70
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2576 - PCF - Urbanização e Reforma da Praça do Planalto Pecém no município de São Gonçalo do Amarante	30.138,03	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2581 - Pavimentação Asfaltica em Ruas do Município de Pedra Branca	553.733,33	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2599 - PCF - Ampliação e Urbanização do Centro Administrativo no município de Croatá	119.769,62	95.054,99	95.054,99
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2612 - PCF - Pavimentação em pedra tosca no bairro Jubina no município de Martinópole	36.577,62	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2639 - Pavimentação em Pedra Tosca em diversas ruas na sede do município de Varzea Alegre	107.121,73	29.817,62	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2646 - Obras de pavimentação em pedra tosca rejuntado com construção de abrigo para pedestre no Município de Altaneira	42.500,00	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2647 - Construção de Praças Públicas no município de Farias Brito	15.501,93	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2653 - Construção de praça pública no cruzamento da BR-116 com a Avenida Ana Tereza de Jesus, na sede do município de Penaforte.	105.000,00	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2655 - PCF - Urbanização de vias de Acesso ao Parque de Eventos - Trecho 02 no município de Brejo Santo	237.251,79	116.614,97	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2683 - PCF - Pavimentação em pedra tosca e construção de Abrigo para pedestres nas localidades Sítio Córrego, Vila Tabuleiro, Serra do Valério(Ladeira do Careta) e Sítio Taboquinha no município de Altaneira	263.288,74	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2684 - PCF - Pavimentação e Urbanização da Avenida Francisco de Castro no município de Amontada	450.000,00	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2748 - Construção de Praça na Localidade de Lanchinha no município de Alcântaras	4.305,15	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2761 - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas da localidade de Baixa do Meio, no município de Marco	154.573,27	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2775 - PCF - Construção de Praça no distrito de Codiar no município de Senador Pompeu	45.213,88	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2790 - CIDADES II - Comp. 1: Implantação da Central de Tratamento de Residuos (CTR) e Estações de Transbordo de Resíduos (ETR) - Regional Norte	4.343.998,43	322.627,49	322.627,49
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2955 - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas do município de Ipaporanga	131.250,00	120.967,94	120.967,94
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3136 - Pavimentação em Pedra Tosca na sede do município de Arneiroz	175.000,00	157.548,81	157.548,81
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3159 - PCF 2015 - Pavimentação em Pedra Tosca com rejuntamento nas ruas: Travessa Boa Vista I, Travessa Boa Vista II, Santa Rita I, Santa Rita II - localidade Rodagem do Lago e a Rua Princesa Diana no bairro Boa Esperança na sede - Camocim (33)	3.547,80	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3163 - PCF 2015 - Pavimentação em Pedra Tosca com rejuntamento e Drenagem das Ruas Vereador Abel Felício de oliveira, João Sebastião (Rua da Cruz), Antonio Paiva de Oliveira, Antonia Rodrigues de Oliveira, Vila Nau, José Abreu Filho, João Carlos de Olivei	112.500,00	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3233 - PCF 2015 - Construção de Calçadão em Pedra Portuguesa na Rua Basílio deCastro no Distrito de Sucesso, no município de Tamboril (467)	20.113,52	-	-

RELAÇÃO DOS PROJETOS EM CONCLUSÃO

Orgão	Mapp	Estágio de Execução	Valor Programado	Valor Empenhado	Valor Pago
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3236 - Construção do Santuário de São Francisco no município de Brejo Santo	348.058,87	136.989,49	136.989,49
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3238 - Pavimentação em pedra tosca na rua da saída para Meirú (trechoss I e II) no distrito de Lagoa do Mato no município de Itatira	95.667,11	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3263 - Pavimentação de ruas do município de Ubajara	150.000,00	129.291,72	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3269 - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas nos distritos de Bom Jardim e Espinho dos Lopes, no município de Morrinhos	87.500,00	57.939,14	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3270 - Reforma de duas praças na sede do município de Morrinhos	130.000,00	103.798,19	103.798,19
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3277 - Construção de Praça e pavimentação em pedra tosca na localidade de Fazenda Nova no município de Boa Viagem	314.675,48	298.797,34	298.797,34
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3338 - Pavimentação em Pedra Tosca em diversas ruas da sede e do Distrito de Betânia no município de Deputado Irapuan Pinheiro	75.007,94	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3343 - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas na sede do município de Carnaubal	24.291,48	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3351 - PCF 2015 - Pavimentação em Pedra Tosca da ruas do bairro Lagoinha e Urbanização dos canteiros das Avenidas Monsenhor Furtado e 12 de Novembro no município de Guaraciaba do Norte (526)	9.333,65	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3377 - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas na localidade de Campo Novo no município de Forquilha	4.250,00	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3383 - Pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas no município de São João do Jaguaribe	126.100,65	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3394 - Pavimentação asfáltica em diversas ruas no município de Ipaporanga	157.500,00	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3428 - Pavimentação asfaltica em diversas ruas no município de Guaraciaba do Norte	275.000,00	273.552,85	273.552,85
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3445 - Construção de 01 (uma) praça na localidade de Santa Tereza no município de Pires Ferreira (620)	91.850,00	79.324,47	79.324,47
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3468 - CIDADES II - Comp. 1: Duplicação da Avenida Ermírio de Moraes no Município de Sobral	25.000,00	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3479 - Pavimentação em pedra tosca do acesso ao Conjunto José Eduardo Carneiro e diversas ruas no município de Morrinhos	15.645,88	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3496 - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas do município de Quixeramobim	4.622,57	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3499 - PCF 2016 - Pavimentação em Pedra Tosca no Distrito de Guanacés - CASCAVEL (698)	20.000,00	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3503 - PCF 2015 - Pavimentação Asfáltica em CBQU da Rua Raimundo Alves Maia no distrito de Flores - RUSSAS (761)	70.000,00	62.597,29	62.597,29
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3511 - PCF - Pavimentação e Drenagem de Águas Pluviais em ruas do distrito de Flores - RUSSAS (760)	150.000,00	148.762,93	148.762,93
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3533 - Pavimentação em paralelepípedo para as ruas e travessas no município de Ibicuitinga	10.293,66	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3544 - PCF - Pavimentação em Pedra Tosca nas localidades de Sítio Jurema Norte, Jurema Sul, Alto do Major e Tauá de Cima - IBIAPINA (1041)	70.000,00	60.226,08	60.226,08
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3545 - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas na sede do município de Morrinhos	46.509,36	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3546 - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas nos distritos do município de Morrinhos	7.172,78	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3549 - Reforma das Praças Felipe Camarão, na Rua Afonso Rocha e Marechal Bezerril Fontenele, na Rua José Siqueira, Distrito Sede de Viçosa do Ceará	34.541,86	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3569 - Pavimentação em pedra tosca no Conjunto Vila Rio e Lindalva Martins, Bairro Poço na Sede de Campos Sales	39.649,84	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3609 - Pavimentação em pedra tosca da Travessa Antônio Augusto Lobo, Rua Melquíades Mariano, Rua José Paulo Félix, Rua Antônio Domingos de Paiva, Rua S.D.O. 4, Rua S.D.O. 5, Rua S.D.O. 1, Rua Vereador Audição Soares, Rua João Calixto, Rua Antônio Evêncio	100.000,00	95.529,99	95.529,99
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3613 - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas do Distrito Novo Horizonte no município de Ocara	180.000,00	135.153,51	135.153,51

RELAÇÃO DOS PROJETOS EM CONCLUSÃO

Orgão	Mapp	Estágio de Execução	Valor Programado	Valor Empenhado	Valor Pago
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3692 - Melhoria da iluminação pública em diversas ruas no município de Ibicuitinga	132.744,09	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3712 - Pavimentação em pedra tosca e paralelepípedo nas ruas do Distrito de Córrego no município de Barreira	118.718,69	70.000,00	70.000,00
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3721 - Urbanização do Alto do Cristo no município de Sobral	1.269.080,66	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3741 - PCF - Pavimentação em Pedra Tosca da Rua Francisco Arnobio Morais Araújo - QUITERIANÓPOLIS (1328)	23.325,67	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3746 - Pavimentação em Pedra Tosca na localidade de Pedreiras no Distrito de Uruquê - QUIXERAMOBIM (890)	150.000,00	142.052,62	142.052,62
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3783 - Construção do calçadão e pavimentação de diversas ruas no perímetro da Lagoa das Cobras no município de São Gonçalo do Amarante	340.544,75	300.731,30	300.731,30
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3812 - PCF - Pavimentação em Pedra Tosca das ruas Francisco Candido Almeida, Joaquim de Holanda Bessa, Alfredo de Holanda Campelo e na Avenida Raimundo Leandro Pinheiro - IRACEMA (1356)	2.495,04	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3815 - Reforma do Ginásio Carlos Jereissati no município de Aracati	67.360,91	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3825 - Pavimentação em pedra tosca no município do Crato	200.000,00	170.805,59	170.805,59
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3826 - Pavimentação no município do Crato	15.500,16	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3883 - Pavimentação em Pedra Tosca na Localidade de Floresta - MERUOCA (971)	12.956,71	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3903 - Pavimentação em pedra tosca na estrada que liga a Sede aos Sítios Frei Jorge e Logradouro (Trecho 01, Trecho 02 e Trecho 03) no município - PORTEIRAS (1597)	160.000,00	80.000,00	80.000,00
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3967 - PCF - Pavimentação em Pedra Tosca nas localidades de Chora, Serrinha, Novo Horizonte e Boa Esperança - MORAÚJO (1385)	110.000,00	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3975 - CIDADES II - Comp. 1: Equipamentos para a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTR) do Vale do Acaraú (Sobral)	273.246,00	87.500,00	87.500,00
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3996 - PCF - Construção de 01 (uma) Praça no Bairro Paulo VI e Construção de 01 (uma) Praça com Urbanização na Localidade de Cauassú - ACARAÚ (1143)	6.576,16	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	3997 - PCF - Pavimentação em Pedra Tosca nas localidades de Juritianha, Aranaú, Marambaia, Santa Fé e nos bairros Morada Nova, Pedrinhas e Paulo VI na sede - ACARAÚ (1030)	279.000,00	100.000,00	100.000,00
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4007 - Pavimentação em Pedra Tosca na Rua Lino, Rua Dona Lindoya, Rua Antonio Braga Carneiro, Rua José Teodoro, Rua Fernando Melo, Rua Monsenhor Domingos, Rua SDO 01 e Rua José Claudio de Araújo - MUCAMBO (1667)	8.071,51	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4013 - PCF - Reforma do Calçadão localizado na Travessa Deputado Vicente Florêncio - PACUJÁ (1665)	7.917,08	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4015 - PCF - Pavimentação em Paralelepípedo das ruas Vereador Otacílio Batista, Pedro Viana e Olímpia Maia - bairro 8 de Setembro - TABULEIRO DO NORTE (1795)	5.976,65	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4023 - PCF - Construção de Praça no Bairro do Guarani - CAMPOS SALES (1797)	13.853,21	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4025 - PCF - Construção de Praça no Bairro Aparecida - CAMPOS SALES (1798)	13.306,72	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4031 - Reforma das Praças localizadas no Bairro Curió no município de Fortaleza	902.679,02	343.638,99	343.638,99
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4032 - Pavimentação em diversas ruas do município de Milagres	16.121,92	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4047 - CIDADES II - Comp. 4: Elaboração de Modelos de Gestão das Centrais Municipais de Reciclagem (CMR) - Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe	587.000,00	567.000,00	315.000,00
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4100 - Reforma do Mercado Público no Distrito de Barão de Aquiraz - CAMPOS SALES (1968)	2.310,40	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4109 - Pavimentação em Paralelepípedo nas ruas no Distrito de Melancias - IBICUITINGA (1511)	2.275,80	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4113 - PCF - Pavimentação em Pedra Tosca nas localidades de Bela Vista e Sítio Alegre - MORRINHOS (1972)	4.865,58	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4129 - Pavimentação em Pedra Tosca das ruas da sede, Distrito de Betânia e nas localidades Repartição, Barrocas e Baixio - CROATÁ (1878)	100.000,00	93.012,34	93.012,34

RELAÇÃO DOS PROJETOS EM CONCLUSÃO

Orgão	Mapp	Estágio de Execução	Valor Programado	Valor Empenhado	Valor Pago
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4130 - PCF - Pavimentação em Pedra Tosca nas localidades de Extrema de Santa Luzia e Pirituba de Cima - GRAÇA (1992)	562.473,49	429.598,79	429.598,79
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4131 - Pavimentação em Pedra Tosca nas Localidades de Barro Vermelho - GRAÇA (1993)	304.507,62	265.098,25	200.000,00
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4153 - Pavimentação em Pedra Tosca sem rejuntamento em Diversas Ruas na Localidade de Caninana - MORRINHOS (1632)	1.677,49	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4166 - Pavimentação em pedra tosca em comunidades situadas ao longo da estrada Pacujá (sede) na localidade denominada Bom Gosto no município de Pacujá	176.671,48	19.322,33	19.322,33
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4199 - Pavimentação em Pedra Tosca no Bairro Cidade Alta, Bairro Corrente, Bairro Monsenhor Otacílio, Bairro Chora, Bairro Cruzeiro e nas localidades de Sítio Pimenteiras e Sítio Boa Vista do Jacinto - SÃO BENEDITO (2030)	438.077,00	238.235,65	238.235,65
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4201 - Pavimentação em Pedra Tosca no Bairro Cidade Alta, Bairro Corrente, Bairro Monsenhor Otacílio, Bairro Chora, Bairro Cruzeiro e nas localidades de Sítio Pimenteiras e Sítio Boa Vista do Jacinto - SÃO BENEDITO (2031)	75.000,00	75.000,00	75.000,00
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4214 - Pavimentação em paralelepípedo da estrada no Sítio Patos no município de Tabuleiro do Norte	105.000,00	96.612,06	50.000,00
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4215 - PCF - Construção de Praça na localidade de Exú - BARREIRA (1989)	75.000,00	70.624,13	70.624,13
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4216 - PCF - Construção de Praça na localidade da Bíblia - BARREIRA (1990)	60.000,00	39.599,49	39.599,49
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4220 - Pavimentação em Pedra Tosca no município de Itatira	26.600,00	25.052,21	25.052,21
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4245 - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas do município de Itatira	534.140,33	427.913,51	427.913,51
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4254 - Reforma da Praça da Cidade 2.000 e Delegacia de Polícia no município de Fortaleza	11.479,36	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4255 - Construção de uma passagem molhada no Riacho Mosquito, no município de Hidrolândia	54.506,92	38.773,30	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4258 - PCF - Pavimentação em Pedra Tosca nos Bairros de Muriti, São Bento, Vila Palmeiral e Batateira - CRATO (1428)	89.000,00	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4267 - Reforma de praças na cidade do Crato	18.201,57	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4280 - PCF - Implantação do Gramado e Construção de Calçada do Estádio Municipal Carlos Herbênio Almeida Bezerra - IRACEMA (1794)	860,74	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4311 - Urbanização da Lagoa da Parangaba, no município de Fortaleza	4.641.702,70	1.000.000,00	1.000.000,00
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4324 - Reforma da Praça Beira Rio no município de Fortaleza	94.646,56	94.646,56	94.646,56
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4370 - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas do município de Ibicuitinga	254.999,99	250.000,00	250.000,00
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4583 - PCF - Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas - JIJOCA DE JERICOACOARA (1976)	900.000,00	450.000,00	250.000,00
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	469 - PAC FUNASA - Elaboração de projetos executivos de engenharia para implantação de aterro sanitário, centro de triagem e estações de transferência, incluindo os estudos ambientais, análise econômico-financeira e revisão de plano de gestão, planos de o	774.469,83	-	-
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4693 - Pavimentação em pedra tosca no Sistema Viário nas localidades de Camará dos Timóteos e Várzea da Arara, no município de Boa Viagem	398.904,85	372.482,04	372.482,04
SCIDADES	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	4863 - PCF - Pavimentação asfáltica nas Avenidas Cel João Felipe e Simão Lopes sede de Ocara - OCARA (3105)	600.000,00	265.137,29	265.137,29
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	284 - Pavimentação da Rodovia CE-284, no Trecho: Cariús - Entr. CE 060 (Umarizeira) (21,18 km) (DER 985)	840.498,42	785.498,42	785.498,42
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	30 - Implantação da Pavimentação Asfáltica do Trecho: Entr.: BR 222, no Distrito de São Joaquim, no Município de Umirim/CE. (DER 1134)	306.896,72	301.896,72	295.053,71
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	318 - Restauração da Rodovia CE-375, no Trecho: Iguatu - Jucás (30,80 km) (DER 1195)	1.909.073,93	1.687.166,88	909.073,97
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	319 - Restauração da Rodovia CE-284, no Trecho: Jucás - Entrº CE-371 (Cruzeta) - Saboeiro (48,50 km) (DER 1196)	907.612,92	907.612,92	100.000,00

RELAÇÃO DOS PROJETOS EM CONCLUSÃO

Orgão	Mapp	Estágio de Execução	Valor Programado	Valor Empenhado	Valor Pago
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	325 - Pavimentação da Rodovia CE-253, no trecho: Redenção - Pacoti (31,88 km) (DER 1214)	1.854.056,08	1.774.168,72	1.774.168,72
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	38 - Duplicação da Rodovia CE-293, no Trecho: Entr. CE-060 (Barbalha) - Missão Velha (22,44 Km) (DER 1208)	11.349.696,21	9.311.336,77	9.194.855,62
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	41 - Duplicação da Rodovia CE-060, no Trecho: Pacatuba - Redenção (33,94 km). (DER 1229)	17.164.585,65	16.781.763,41	16.781.763,41
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	557 - Restauração da Rodovia CE-265, Trecho: Quixadá - Dom Maurício (Serra do Estevão) (19,18 km) (DER 1416)	10.546.432,23	9.149.850,26	9.149.850,26
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	636 - Restauração da Rodovia CE-040, em Pista Dupla, no trecho: Palácio Iracema - Entr. CE- 402 p/ Cambeba.	6.000.000,00	4.996.744,99	4.935.448,98
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	67 - Pavimentação da Rodovia CE-388, no Trecho: Entr. CE-375 (Assaré) - Entr. CE-489 (Altaneira) (20,16 km). (DER 1275)	3.819.888,96	1.935.701,73	1.935.701,73
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	75 - Implantação do Trecho I - Avenida Perimetral de Sobral (11,34 km) (DER 1283)	1.724.006,92	1.157.177,20	1.157.177,20
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	81 - Pavimentação da Rodovia CE-269, no trecho: Potiretama - Divisa CE/RN (14,46 km) (DER 1294)	301.761,28	301.761,28	301.761,28
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	82 - Pavimentação da Rodovia CE-497, no trecho: Itapeim - Boqueirão Cesário/ BR-116 (32,17 km) (DER 1295)	3.913.443,88	3.540.062,14	3.540.062,14
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	84 - Restauração da Rodovia CE-065, no trecho: Acesso Sul p/ Maranguape - Entr. CE-455 (Ladeira Grande) (8,56 km) (DER 1298)	6.645.683,29	1.892.684,96	1.892.684,96
SOP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	85 - Restauração da Rodovia CE-469, no trecho: Crateús - Tucuns (29,29 km) (DER 1299)	76.872,70	-	-
URCA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	143 - Apoio e assistência estudantil: construção do Restaurante Universitário no Campus CRAJUBAR e aquisição de equipamentos, mobiliários e utensílios ESTUDANTES	79.114,76	-	-
SECULT	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	549 - CRIATIVA BIRÔ	1.395.802,12	1.221.126,41	1.221.126,41
SECULT	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	711 - V Mostra Itinerante de Cinema do Ceará.	8.793,53	7.274,53	7.274,53
CIPP S.A	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	7 - Construção GATE 2 (CEARÁPORTOS 31)	3.175.974,88	-	-
SEDET	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	71 - Promoção dos setores da pesca e aquicultura do Estado do Ceará. (SEAPA 12)	280.720,00	280.720,00	267.611,95
SEDET	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	80 - Convênio com a Prefeitura de Fortaleza para a implantação do Mercado das Flores na Praça do Joaquim Távora. (SEAPA 54)	865.488,17	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1201 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 10 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE AMONTADA. DISTRITO DE GARÇAS . CONVÊNIO 701.576/2011.	9.288,17	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1203 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE. FORQUILHA . CONVÊNIO 701.576/2011.	172,12	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1205 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM . DISTRITO GURIÚ , LOCAL TUCUNS . CONVÊNIO 701.576/2011.	36.030,26	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1207 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE CARIDADE . INHUPORANGA/CAMPO BELO. CONVÊNIO 701.576/2011.	317.554,80	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1209 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO (EFA), EM ÁREA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CRUZ . DISTRITO DE CAIÇARA . CONVÊNIO 701.576/2011.	1.427.678,64	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1216 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 12 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA . DISTRITO CRUXATI / BETÂNIA . CONVÊNIO 701.576/2011.	7.358,12	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1217 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 12 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE ITATIRA . LAGOA DO MATO. CONVÊNIO 701.576/2011.	855.626,54	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1218 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE MAURITI . DISTRITO BURITIZINHO . CONVÊNIO 701.576/2011.	1.115.200,43	404.726,00	272.783,93
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1219 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE MOMBAÇA. ASSENTAMENTO SALÃO . CONVÊNIO 701.576/2011.	145.535,75	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1221 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM. ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ . CONVÊNIO 701.576/2011.	300.000,00	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1223 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ACARAÚ. ASSENTAMENTO CONCEIÇÃO. BONFIM . CONVÊNIO 701.576/2011.	5.296,03	-	-

RELAÇÃO DOS PROJETOS EM CONCLUSÃO

Orgão	Mapp	Estágio de Execução	Valor Programado	Valor Empenhado	Valor Pago
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1224 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO (EFA), EM ÁREA RURAL, NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA. BARRA VELHA. SANTA RITA . CONVÊNIO 701.576/2011.	1.898.891,05	3.128,25	3.128,25
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1226 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE TAUÁ. MARRECAS . CONVÊNIO 701.576/2011.	15.895,72	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1227 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE TAUÁ . MARRUÁS . CONVÊNIO 701.576/2011.	1.044.956,74	811.451,87	811.451,87
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1241 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA , COM VESTIÁRIO (PADRÃO FNDE) , NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ. EEFM GOVERNADOR LUIZ GONZAGA MOTA . PAC TC Nº 202430/2011.	974,80	974,80	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1256 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA , COM VESTIÁRIO (PADRÃO FNDE) , NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO . LICEU DR. JOÃO ALMIR DE FREITAS . PAC TC Nº 202430/2011.	28.558,93	1.592,07	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1315 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE PARAMBU (MONTE SION) - Conv. 700222/2008.	608.057,46	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1316 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, EM ÁREA RURAL, COM 6 SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE POTIRETAMA - Conv. 700222/2008.	828.798,58	414.180,90	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1326 - Construção da escola estadual de ensino médio, em área rural, com 8 salas de aula, no município Pacajus . Convênio 700222/2008.	3.357,67	3.357,66	3.357,66
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1416 - CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLE	89.004,05	20.815,39	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1463 - CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE FORQUILHA	11.516,90	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1464 - CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE CARIDADE.	378.816,08	378.816,08	378.816,08
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1465 - CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE ALTO SANTO	954.365,07	423.067,16	278.796,14
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1466 - CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE.	1.490.509,83	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1473 - CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE ACOPIARA, DISTRITO SÃO PAULINO.	163.053,34	28.786,05	28.786,05
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1494 - CONSTRUIR TRÊS QUADRAS, NA EEFM TABELIÃO JOSÉ PINTO QUEZADO NO MUNICÍPIO DE AURORA, EEFM FILGUEIRAS LIMA E EEFM ALDA FERRER AUGUSTO DUTRA, NO MUNICIPIO DE LAVRAS DA MANGABEIRA, NO ESTADO DO CEARÁ.	277,56	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1503 - CONSTRUÇÃO DE 03 QUADRA COBERTA NA EEFM MINISTRO ANTÔNIO COELHO E NA EEFM ISAÍAS GONÇALVES DAMASCENO, NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO, NA EEFM DEPUTADO MANUEL RODRIGUES, NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA DO CEARÁ, NO ESTADO DO CEARÁ.	32.259,10	32.259,07	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1508 - CONSTRUÇÃO DE 03 QUADRA COBERTA NA EEFM GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA, NO MUNICÍPIO DE JARDIM; EEFM PLÁCIDO ADERALDO CASTELO, NO MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU E NA EEFM ADAUTO BEZERRA, NO MUNICÍPIO DE BARBALHA, NO ESTADO DO CEARÁ- TERMO DE COMPROMISSO 203698	551.031,32	414.632,31	411.841,39
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1510 - CONSTRUÇÃO DE 03 QUADRAS COBERTAS NA EDEFM DO TRILHO, EDEFM DIREITO DE APRENDER DO POVO ANACE E EDEFM ÍNDIOS TAPEBA NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA, NO ESTADO DO CEARÁ.	210.708,56	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1517 - CONSTRUÇÃO DE 03 QUADRAS COBERTAS, SENDO CONTEMPLADAS A EEFM PROFESSOR JOSÉ AURÉLIO CÂMARA, EEFM PROFESSOR PLÁCIDO ADERALDO CASTELO BRANCO E A EEFM JUSTINIANO DE SERPA, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, NO ESTADO DO CEARÁ -TERMO DE COMPROMISSO: PAC 20369	355.233,44	38.842,56	38.842,56
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1531 - CONSTRUÇÃO DE TRÊS QUADRAS COBERTAS NA EEFM JOSÉ MARTINS RODRIGUES, NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ, NA EEFM DR. JOAQUIM FERNANDES, NO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM E NA EEFM COSME ALVES DE LIMA CEJA, NO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE, NO ESTADO DO CEARÁ : PAC 203698/	365.330,25	34.097,59	34.097,59
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1535 - CONSTRUÇÃO DE TRÊS QUADRAS COBERTAS NA EDEFM JENIPAPO KANINDÉ, NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ; EDEFM EUDES VERAS E EDEFM INDÍGENA DE CHUI, NO MINICÍPIO DE MARACANAÚ, ESTADO DO CEARÁ - TERMO DE COMPROMISSO: PAC 203698/2012.	99.976,09	71.818,76	70.911,33
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1554 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - RERIUTABA - PAR Nº 38146/2014	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1560 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - BATURITÉ - PAR Nº 38146/2014	34.646,79	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1574 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - TABULEIRO DO NORTE - Nº 38146/2014	1.015.029,13	-	-

RELAÇÃO DOS PROJETOS EM CONCLUSÃO

Orgão	Mapp	Estágio de Execução	Valor Programado	Valor Empenhado	Valor Pago
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1691 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA , PROJETO VERTICAL PARA ATENDER A EEFM JONHSON FORTALEZA - PAR Nº 32651/2014	900.000,00	900.000,00	900.000,00
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1699 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA , PROJETO VERTICAL PARA ATENDER A EEFM DEPUTADO PAULINO ROCHA - FORTALEZA - PAR Nº 32561/2014	711.362,30	152.781,68	152.781,68
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1725 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS.	160.943,45	8.005,36	6.195,30
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1732 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE ARARIPE.	194.989,24	113.285,34	89.128,82
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1734 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE EUSÉBIO.	1.405.339,32	252.505,85	198.381,58
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1736 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE.	97.966,37	480,22	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1737 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE MOMBAÇA.	93.292,55	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1740 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SABOEIRO.	258.564,87	176.737,27	142.487,99
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1741 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE SALITRE.	288.274,38	143.633,80	129.790,58
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1743 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DIFERENCIADA INDÍGINA NO MUNICÍPIO DE MONSENHOR TABOSA - ALDEIA RAJADO DE CIMA	187.499,76	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1748 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE CARNAUBAL.	93.464,00	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1750 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DO CAMOCIM.	57.388,21	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1751 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE GRANJA.	62.272,58	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1754 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA.	296.706,64	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1764 - CONSTRUIR E EQUIPAR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICIPIO DE HORIZONTE .	50.460,41	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1765 - CONSTRUIR E EQUIPAR CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE IRAUÇUBA.	44.113,96	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1854 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE PIRES FERREIRA.	145.986,62	22.752,36	20.942,30
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1856 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO(4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE.□	168.678,28	6.195,30	6.195,30
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1868 - CONSTRUIR E EQUIPAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRÃO ESTADO (4 SALAS) NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA.	94.624,10	8.005,36	6.195,30
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	1897 - RECUPERAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE HIDROLÂNDIA	183.334,00	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2083 - PCF - Reforma e Adaptação da Escola de Ensino Infantil e Fundamental São Francisco - CRATO (1720)	85.000,00	85.000,00	85.000,00
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	2088 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - MESSEJANA	345.062,17	83.053,38	83.053,38
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	525 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 06 SALAS DE AULA NO DISTRITO DE CAIO PRADO - ITAPIÚNA	17.032,71	17.032,70	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	553 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CARIRIAÇU	543.694,52	8.694,52	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	589 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - VIÇOSA DO CEARÁ	21.244,76	21.244,45	21.244,45
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	645 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CANINDÉ	811.775,94	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	733 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - Conv. 702425/10 - CARIRÉ	3.750,08	-	-
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	737 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - Conv. 702425/10 - JUCÁS	26.010,89	8.151,13	8.151,13
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	739 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - Conv. 702425/10 - MARANGUAPE	911.752,22	733.019,47	733.019,47

RELAÇÃO DOS PROJETOS EM CONCLUSÃO

Orgão	Mapp	Estágio de Execução	Valor Programado	Valor Empenhado	Valor Pago
SEDUC	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	740 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - Conv. 702425/10 - MARCO	36.139,65	5.299,87	5.299,87
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	392 - PCF - Melhorias no sistema de Iluminação pública no município - ITAREMA (1424) (SEINFRA/DER 1257)	27.030,89	18.375,00	18.375,00
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	407 - Implantação do Binário da Avenida Santos Dumont / Rua Desembargador Lauro Nogueira em Fortaleza	5.240.783,90	4.393.411,02	4.393.411,02
SEINFRA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	408 - PCF - Melhorias no sistema de Iluminação pública no município - PINDORETAMA (2283)	32.500,00	32.500,00	32.500,00
SEJUV	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	179 - PCF - Construção de Quadra na localidade de Riacho - Quixelô	66.099,40	60.000,00	-
SEJUV	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	587 - Esporte, Lazer e Cidadania	206.109,60	291,11	291,11
SEMA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	8 - ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DO CEARÁ (CONPAM 73)	10,00	-	-
ESP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	182 - Qualificação de profissionais da Atenção Básica do Estado do Ceará	29.613,92	2.202,92	2.202,92
ESP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	183 - Formação de Profissionais para Atenção Integral a usuários de Crack, Álcool e outras Drogas- Ampliação dos Centros Regionais de Referência.	2.260,54	-	-
ESP	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	184 - Especialização para profissionais de nível superior das áreas de Enfermagem e Fisioterapia, em Terapia Intensiva.	60.888,26	-	-
SETUR	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	129 - Saneamento de Flecheiras - CAF - PRODETUR Litoral Oeste	1.830.107,08	-	-
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	363 - PROARES III - MAIS INFÂNCIA ACOPIARA - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Acopiara.	673.696,34	178.309,35	178.309,35
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	364 - PROARES III - MAIS INFÂNCIA AQUIRAZ - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Aquiraz.	394.584,76	24.873,50	24.873,50
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	367 - PROARES III - MAIS INFÂNCIA CASCAVEL - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Cascavel.	814.603,34	462.574,40	462.574,40
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	371 - PROARES III - MAIS INFÂNCIA ICÓ - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Icó.	805.931,64	383.215,97	383.215,97
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	373 - PROARES III - MAIS INFÂNCIA ITAPIPOCA - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Itapipoca.	272.022,11	-	-
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	375 - PROARES III - MAIS INFÂNCIA JUAZEIRO DO NORTE - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Juazeiro do Norte.	476.862,18	-	-
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	381 - PROARES III - MAIS INFÂNCIA QUIXADÁ - Construção de 01 (um) centro de esporte em praça - Mais Infância no município de Quixadá.	356.921,06	51.693,72	51.693,72
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	392 - PROARES III - ARENINHA BREJO SANTO - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Brejo Santo.	104.704,79	83.076,79	83.076,79
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	394 - PROARES III - ARENINHA CANINDÉ - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Canindé.	197.251,38	15.266,09	15.266,09
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	398 - PROARES III - ARENINHA CRATO - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Crato.	14.888,93	-	-
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	417 - PROARES III - ARENINHA SÃO GONÇALO DO AMARANTE - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de São Gonçalo do Amarante.	83.279,87	-	-
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	420 - PROARES III - ARENINHA TIANGUÁ- Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha no município de Tianguá.	34.590,86	-	-
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	433 - PROARES III - ARENINHA ARACATI (Canoa Quebrada) - Construção de 01 (um) centro de esporte para futebol - Areninha em Canoa Quebrada, distrito do município de Aracati.	543.693,33	182.318,42	182.318,42
SPS	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	442 - PROARES III - MAIS INFÂNCIA CRATEÚS - Construção de 01 (uma) praça adequada ao desenvolvimento infantil no município de Crateús.	416.424,53	160.974,69	160.974,69
SOHIDRA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	433 - PCF 2015 - Sistema de Abastecimento de Água na localidade de Bom Princípio eDistrito de Baixio, no município Dep. Irapuan Pinheiro (375)	70.000,00	-	-
SOHIDRA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	494 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS NO ESTADO DO CEARÁ - Convênio 001/2017 COGERH / SOHIDRA	7.108.913,45	1.644.200,65	1.644.200,65
SOHIDRA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	496 - LOCAÇÃO, PERFURAÇÃO, BOMBEAMENTO COM ANÁLISE FÍSIO-QUÍMICA E INSTALAÇÃO DE 300 SISTEMAS SIMPLIFICADOS COM CHAFARIZ EM POÇOS TUBULARES PROFUNDOS EM TODO O ESTADO DO CEARÁ - Convênio COGERH / SOHIDRA	3.617.482,73	381.038,50	381.038,50

RELAÇÃO DOS PROJETOS EM CONCLUSÃO

Orgão	Mapp	Estágio de Execução	Valor Programado	Valor Empenhado	Valor Pago
SOHIDRA	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	541 - Locação de Poços Tubulares - QUITERIANÓPOLIS (1906)	25.000,00	25.000,00	25.000,00
SRH	EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA	17 - PAC MI EIXÃO DAS ÁGUAS Construção e Supervisão do Trecho 4 do Eixão	6.163.868,94	5.311.076,85	5.311.076,85

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

VOLUME I

PODER LEGISLATIVO

- Assembleia Legislativa

- Tribunal de Contas do Estado

PODER JUDICIÁRIO

- Tribunal de Justiça

PODER EXECUTIVO

- Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará

- Secretaria da Infraestrutura

- Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social

- Superintendência da Polícia Civil

- Polícia Militar do Ceará

- Corpo de Bombeiros Militar do Ceará

- Perícia Forense do Estado do Ceará

- Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará

- Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará
- Gabinete do Governador
- Gabinete do Vice-Governador
- Procuradoria Geral do Estado
- Conselho Estadual de Educação
- Secretaria de Administração Penitenciária
- Secretaria da Fazenda
- Encargos Gerais do Estado
- Secretaria de Desenvolvimento Agrário
- Secretaria de Educação
- Centro de Educação à Distância do Estado do Ceará
- Secretaria da Saúde
- Secretaria da Cultura
- Secretaria dos Recursos Hídricos
- Casa Civil
- Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
- Secretaria do Turismo
- Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado
- Secretaria do Esporte e Juventude
- Secretaria das Cidades
- Secretaria do Planejamento e Gestão
- Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará
- Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos

- Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo

- Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura

- Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário

- Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas

- Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho

- Secretaria do Meio Ambiente

- Assessoria Especial da Vice- Governadoria

MINISTÉRIO PÚBLICO

- Procuradoria Geral da Justiça

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

VOLUME II

PODER EXECUTIVO

AUTARQUIAS

- Departamento de Edificações e Rodovias - DER
- Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
- Departamento de Arquitetura e Engenharia - DAE
- Superintendência de Obras Públicas - SOP
- Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE
- Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC
- Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE
- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará - ADAGRI
- Escola de Saúde Pública - ESP
- Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA
- Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE
- Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE

FUNDAÇÕES

- Fundação de Teleducação do Ceará - FUNTELC

- Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE

- Fundação Universidade Vale do Acaraú - UVA

- Fundação Universidade Regional do Cariri - URCA

- Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME

- Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP

- Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial – NUTEC

- Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará - CEARAPREV

FUNDOS

- Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP

- Fundo de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - FSPDS

- Fundo de Defesa Civil do Estado do Ceará - FDCC

- Fundo de Modernização e Reaparelhamento da PGE - FUNPECE/PGE

- Fundo Estadual de Fortalecimento ao Controle Administrativo - FEFCA

- Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF

- Fundo Estadual de Saúde - FUNDES

- Fundo Estadual da Cultura - FEC

- Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude – FUNDEJ

- Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB

- Fundo Financeiro da Previdência - FUNAPREV

- Fundo Financeiro da Previdência Militar - PREVMILITAR

- Fundo Previdenciário - PREVID

- Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Ceará - FASSEC

- Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente - FECA

- Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

- Fundo Especial do Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato - FUNDART

- Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas - FCE

- Fundo Estadual do Idoso do Ceará - FEICE

- Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI

- Fundo de Incentivo à Eficiência Energética - FIEE

- Fundo Estadual do Trabalho - FET

EMPRESAS PÚBLICAS

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE

- Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

- Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE
- Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS
- Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR
- Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARÁPORTOS
- Companhia de Habitação do Ceará - COHAB
- Centrais de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA
- Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE
- Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH
- Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE

PODER LEGISLATIVO

FUNDO

- Fundo de Previdência Parlamentar - FPP

PODER JUDICIÁRIO

FUNDO

- Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU

- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG

- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça - FECDOJ

MINISTÉRIO PÚBLICO

FUNDO

- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará - FDID

- Fundo de Manutenção da Escola Superior do Ministério Público - FESMP/PGJ

- Fundo de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério Público do Estado do Ceará - FUNSIT/PGJ

- Fundo de Reaparelhamento e Manutenção do Ministério Público do Estado do Ceará - FRMMP

RELAÇÃO DAS FONTES- DE RECURSOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA - TODAS AS FONTES

CÓDIGO/FONTE	ESPECIFICAÇÃO	SIT.
1.00.00	Tesouro, Recursos Ordinários	1
1.00.02	Recursos Ordinários para Projetos Prioritários	1
1.00.03	Recursos Ordinários - CIPP	1
1.00.04	Recursos Oriundos da Carteira de Crédito Rural/BEC	1
1.00.05	Recursos Ordinários para o Sistema Estadual de Recursos Hídricos	1
1.00.06	Dividendos - CAGECE	1
1.00.07	Recursos Ordinários - Cessão Onerosa - Bônus de Assinatura do Pré-Sal	1
1.00.08	Recursos Ordinários - Auxílio Financeiro para Saúde e Assistência Social	1
1.00.09	Recursos Ordinários - Mitigação dos Efeitos Financeiros da COVID-19	1
1.01.00	Tesouro, Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE	1
1.10.00	Tesouro, Recursos Provenientes do FECOP	1
1.12.00	Tesouro, Alienação de Bens	1
1.17.00	Tesouro, Recursos Provenientes do FET	1
1.44.00	Tesouro, Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás	1
2.03.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes Cont. Social do Servidor	2
2.04.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	2
2.05.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes Contribuição Parlamentar	2
2.06.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes da Contribuição Patronal Parlamentar	2
2.07.00	Outras Fontes, Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	0
2.11.00	Outras Fontes, Cont. de Intervenção no Domínio Econômico- CIDE	1
2.14.00	Tesouro, Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais	1
2.14.01	Depósitos Judiciais Fazendários	2
2.15.00	Outras Fontes, Depósitos Judiciais - PIMPJ	2
2.16.00	Outras Fontes, Compensação Ambiental	1
2.29.00	Outras Fontes, Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	2
2.46.36	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - CPAC VLT - CEF	1
2.46.37	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.38	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.39	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.43	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.45	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.46	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.47	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.49	Operações de Crédito Internas - Linha Leste/BNDES	1
2.46.52	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.53	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.54	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	0
2.46.55	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.56	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	0
2.46.68	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.71	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	2

2.48.40	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.48.47	Operações de Crédito Externas - Refinanciamento	1
2.48.48	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.49	Operações de Crédito Externas - IPF/BIRD	1
2.48.57	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.58	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.59	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.63	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	0
2.48.64	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.65	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.67	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.69	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.72	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	2
2.49.00	Recursos Provenientes do FUNORH	2
2.50.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes do FUNDEB	0
2.51.00	Outras Fontes, Complementação da União aos Recurso do FUNDEB	0
2.70.00	Outras Fontes, Recursos Diretamente Arrecadados	2
2.70.01	Recursos Diretamente Arrecadados- MECENATO	2
2.70.02	Recursos Diretamente Arrecadados – Multas de Trânsito	2
2.70.03	Recursos Diretamente Arrecadados – Controle e Fiscalização Ambiental	2
2.73.01	Transferências Diretas - Alimentação Escolar	0
2.73.02	Transferências Diretas - Transporte Escolar	0
2.73.03	Transferências Diretas - Outras	0
2.76.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes do -FIT	1
2.79.00	Outras Fontes, Transferências ao Fundo de Defesa Civil	2
2.80.80	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Direta	0
2.80.81	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Internacionais - Adm. Indireta	2
2.82.82	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	0
2.82.83	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	2
2.82.90	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	0
2.86.86	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Municipais – Adm. Direta	0
2.86.87	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Municipais – Adm. Indireta	2
2.88.88	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Privados - Administração Direta	0
2.88.89	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Privados - Administração Indireta	2
2.91.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes do SUS	2
2.92.00	Outras Fontes, Repasse Fundo a Fundo - FNAS	2
2.92.01	Repasse Fundo a Fundo - FUNPEN	2
2.92.02	Repasse Fundo a Fundo - FET	2
2.92.03	Repasse Fundo a Fundo - FNSP	2
2.92.04	Repasse Fundo a Fundo – Auxílio ao Setor Cultural – Aldir Blanc	2
2.95.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes do Aumento de Capital do Tesouro	2
3.00.00	Recursos Ordinários	1
3.00.02	Recursos Ordinários para Projetos Prioritários	1
3.00.03	Recursos Ordinários - CIPP	1
3.00.04	Recursos Oriundos da Carteira de Crédito Rural/BEC	1

3.00.06	Dividendos - CAGECE	1
3.00.07	Recursos Ordinários - Cessão Onerosa - Bônus de Assinatura do Pré -Sal	1
3.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados	1
3.10.00	Recursos Provenientes do FECOP	1
3.12.00	Alienação de Bens	1
3.44.00	Indenização pela Extração do Petróleo, Xisto e Gás	1
6.03.00	Recursos Provenientes da Contribuição Social	2
6.04.00	Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	2
6.07.00	Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	0
6.14.00	Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais	1
6.14.01	Depósitos Judiciais Fazendários	1
6.16.00	Compensação Ambiental	1
6.29.00	Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	2
6.46.45	Operações de Crédito Internas – Tesouro/BNDES	1
6.46.54	Operações de Crédito Internas – Tesouro/BB	1
6.48.59	Operações de Crédito Internas – Tesouro/BID	1
6.48.64	Operações de Crédito Internas – Tesouro/FIDA	1
6.48.69	Operações de Crédito Internas – PforR/Estados	1
6.50.00	Recursos Provenientes do FUNDEB	0
6.51.00	Complementação da União aos Recursos do FUNDEB	1
6.70.00	Outras Fontes, Recursos Diretamente Arrecadados	2
6.70.02	Recursos Diretamente Arrecadados – Multas de Trânsito	2
6.73.03	Transferências Diretas - Outras	0
6.76.00	Recursos Provenientes do FIT	1
6.79.00	Transferências ao Fundo de Defesa Civil	2
6.80.81	Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Indireta	0
6.86.86	Convênios com Órgãos Municipais - Administração Direta	0
6.86.87	Convênios com Órgãos Municipais - Administração Indireta	0
6.88.89	Convênios com Órgãos Privados	2
6.91.00	Recursos Provenientes do SUS	2
6.92.00	Repasse Fundo a Fundo - FNAS	2
6.92.01	Repasse Fundo a Fundo - FUNPEN	2

Fonte: SEFAZ
Obs.: Situação 0 = Administração Direta
Situação 1 = Administração Direta e Indireta
Situação 2 = Administração Indireta

RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - TODAS AS FONTES

CÓDIGO/FONTE	ESPECIFICAÇÃO	SIT.
1.00.00	Tesouro, Recursos Ordinários	1
1.00.02	Recursos Ordinários para Projetos Prioritários	1
1.00.03	Recursos Ordinários - CIPP	1
1.00.04	Recursos Oriundos da Carteira de Crédito Rural/BEC	1
1.00.05	Recursos Ordinários para o Sistema Estadual de Recursos Hídricos	1
1.00.06	Dividendos - CAGECE	1
1.00.07	Recursos Ordinários - Cessão Onerosa - Bônus de Assinatura do Pré-Sal	1
1.00.08	Recursos Ordinários - Auxílio Financeiro para Saúde e Assistência Social	1
1.00.09	Recursos Ordinários - Mitigação dos Efeitos Financeiros da COVID-19	1
1.01.00	Tesouro, Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE	1
1.10.00	Tesouro, Recursos Provenientes do FECOP	1
1.12.00	Tesouro, Alienação de Bens	1
1.17.00	Tesouro, Recursos Provenientes do FET	1
1.44.00	Tesouro, Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás	1
2.07.00	Outras Fontes, Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	0
2.11.00	Outras Fontes, Cont. de Intervenção no Domínio Econômico- CIDE	1
2.14.00	Tesouro, Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais	1
2.16.00	Outras Fontes, Compensação Ambiental	1
2.46.36	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - CPAC VLT - CEF	1
2.46.37	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.38	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.39	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.43	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.45	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.46	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.47	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.49	Operações de Crédito Internas - Linha Leste/BNDES	1
2.46.52	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.53	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.54	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	0
2.46.55	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.46.56	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	0
2.46.68	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.48.40	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	1
2.48.47	Operações de Crédito Externas - Refinanciamento	1
2.48.48	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.49	Operações de Crédito Externas - IPF/BIRD	1
2.48.57	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.58	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.59	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.63	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	0

2.48.64	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.65	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.67	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.48.69	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	1
2.50.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes do FUNDEB	0
2.51.00	Outras Fontes, Complementação da União aos Recurso do FUNDEB	0
2.73.01	Transferências Diretas - Alimentação Escolar	0
2.73.02	Transferências Diretas - Transporte Escolar	0
2.73.03	Transferências Diretas - Outras	0
2.76.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes do -FIT	1
2.80.80	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Direta	0
2.82.82	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	0
2.82.90	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	0
2.86.86	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Municipais - Administração Direta	0
2.88.88	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Privados - Administração Direta	0
3.00.00	Recursos Ordinários	1
3.00.02	Recursos Ordinários para Projetos Prioritários	1
3.00.03	Recursos Ordinários - CIPP	1
3.00.04	Recursos Oriundos da Carteira de Crédito Rural/BEC	1
3.00.06	Dividendos - CAGECE	1
3.00.07	Recursos Ordinários - Cessão Onerosa - Bônus de Assinatura do Pré-Sal	1
3.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados	1
3.10.00	Recursos Provenientes do FECOP	1
3.12.00	Alienação de Bens	1
3.44.00	Indenização pela Extração do Petróleo, Xisto e Gás	1
6.07.00	Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	0
6.14.00	Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais	1
6.14.01	Depósitos Judiciais Fazendários	1
6.16.00	Compensação Ambiental	1
6.46.45	Operações de Crédito Internas – Tesouro/BNDES	1
6.46.54	Operações de Crédito Internas – Tesouro/BB	1
6.48.59	Operações de Crédito Internas – Tesouro/BID	1
6.48.64	Operações de Crédito Internas – Tesouro/FIDA	1
6.48.69	Operações de Crédito Internas – PforR/Estados	1
6.50.00	Recursos Provenientes do FUNDEB	0
6.51.00	Complementação da União aos Recursos do FUNDEB	1
6.73.03	Transferências Diretas - Outras	0
6.76.00	Recursos Provenientes do FIT	1
6.80.81	Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Indireta	0
6.86.86	Convênios com Órgãos Municipais - Administração Direta	0
6.86.87	Convênios com Órgãos Municipais - Administração Indireta	0

Fonte: SEFAZ
Obs.: Situação 0 = Administração Direta
Situação 1 = Administração Direta e Indireta

RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - OUTRAS FONTES

CÓDIGO/FONTE	ESPECIFICAÇÃO	SIT.
2.03.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes Cont. Social do Servidor	2
2.04.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	2
2.05.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes Contribuição Parlamentar	2
2.06.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes da Contribuição Patronal Parlamentar	2
2.14.01	Depósitos Judiciais Fazendários	2
2.15.00	Outras Fontes, Depósitos Judiciais - PIMPJ	2
2.29.00	Outras Fontes, Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	2
2.46.71	Outras Fontes, Operações de Crédito Internas - Tesouro	2
2.48.72	Outras Fontes, Operações de Crédito Externas - Tesouro	2
2.49.00	Recursos Provenientes do FUNORH	2
2.70.00	Outras Fontes, Recursos Diretamente Arrecadados	2
2.70.01	Recursos Diretamente Arrecadados- MECENATO	2
2.70.02	Recursos Diretamente Arrecadados – Multas de Trânsito	2
2.70.03	Recursos Diretamente Arrecadados – Controle e Fiscalização Ambiental	2
2.79.00	Outras Fontes, Transferências ao Fundo de Defesa Civil	2
2.80.81	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Internacionais - Adm. Indireta	2
2.82.83	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	2
2.86.87	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Municipais – Adm. Indireta	2
2.88.89	Outras Fontes, Convênios com Órgãos Privados - Administração Indireta	2
2.91.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes do SUS	2
2.92.00	Outras Fontes, Repasse Fundo a Fundo - FNAS	2
2.92.01	Repasse Fundo a Fundo - FUNPEN	2
2.92.02	Repasse Fundo a Fundo - FET	2
2.92.03	Repasse Fundo a Fundo - FNSP	2
2.92.04	Repasse Fundo a Fundo – Auxílio ao Setor Cultural – Aldir Blanc	2
2.95.00	Outras Fontes, Recursos Provenientes do Aumento de Capital do Tesouro	2
6.03.00	Recursos Provenientes da Contribuição Social	2
6.04.00	Recursos Provenientes da Contribuição Patronal	2
6.29.00	Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade	2
6.70.00	Outras Fontes, Recursos Diretamente Arrecadados	2
6.70.02	Recursos Diretamente Arrecadados – Multas de Trânsito	2
6.79.00	Transferências ao Fundo de Defesa Civil	2
6.88.89	Convênios com Órgãos Privados	2
6.91.00	Recursos Provenientes do SUS	2
6.92.00	Repasse Fundo a Fundo - FNAS	2
6.92.01	Repasse Fundo a Fundo - FUNPEN	2

Fonte: SEFAZ
Obs.: Situação 2 = Administração Indireta

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA **FAZENDA**